# RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007

Exercício 2007

Ano Base 2006




VOLUME I



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

# PLANO PLURIANUAL 2004-2007

# RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

## Volume I

## EXERCÍCIO 2007

**ANO BASE 2006**

Brasília, setembro de 2007

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Presidente da República**
Luiz Inácio Lula da Silva
**Vice-Presidência da República**
José Alencar Gomes da Silva
**Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República**
Dilma Rousseff
**Ministro de Estado da Justiça**
Tarso Genro
**Ministro de Estado da Defesa**
Nelson Jobim
**Ministro de Estado das Relações Exteriores**
Celso Luiz Nunes Amorim
**Ministro de Estado da Fazenda**
Guido Mantega
**Ministro de Estado dos Transportes**
Alfredo Pereira do Nascimento
**Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**
Reinhold Stephanes
**Ministro de Estado da Educação**
Fernando Haddad
**Ministro de Estado da Cultura**
Gilberto Passos Gil Moreira
**Ministro de Estado do Trabalho e Emprego**
Carlos Lupi
**Ministro de Estado da Previdência Social**
Luiz Marinho
**Ministro de Estado da Saúde**
José Gomes Temporão
**Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
Miguel Jorge
**Ministro de Estado de Minas e Energia**
Nelson Hubner
**Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**
Paulo Bernardo Silva
**Ministro de Estado das Comunicações**
Hélio Costa
**Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia**
Sergio Machado Rezende
**Ministra de Estado do Meio Ambiente**
Marina Silva
**Ministro de Estado do Esporte**
Orlando Silva Junior
**Ministra de Estado do Turismo**
Marta Suplicy
**Ministro de Estado da Integração Nacional**
Geddel Vieira Lima
**Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário**
Guilherme Cassel
**Ministro de Estado das Cidades**
Márcio Fortes de Almeida
**Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
Patrus Ananias
**Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República**
Luiz Soares Dulci
**Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**
Jorge Armando Felix
**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social**
Franklin Martins
**Advogado-Geral da União**
José Antônio Dias Toffoli
**Ministro de Estado do Controle e da Transparência**
Jorge Hage Sobrinho
**Secretário Especial de Direitos Humanos**
Paulo de Tarso Vannuchi
**Secretária Especial de Políticas para as Mulheres**
Nilcéa Freire
**Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca**
Altemir Gregolin
**Secretário de Relações Institucionais da Presidência da República**
Walfrido dos Mares Guia
**Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**
Matilde Ribeiro
**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo**
Roberto Mangabeira Unger
**Secretário Especial de Portos**
Pedro Brito do Nascimento



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

# PLANO PLURIANUAL 2004-2007

# RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO

## Volume I

## EXERCÍCIO 2007

**ANO BASE 2006**

Brasília, setembro de 2007

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 3429.4080
FAX: 55 (61) 3226.8122
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2007, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica: DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI.
Plano Plurianual 2004-2007: relatório anual de avaliação - exercício 2007 - ano base 2006. Brasília: SPI, 2007.

1554p. : il

1. Planejamento Público.

CDU: 338.26 “2007” (047)

# SUMÁRIO

## VOLUME I


**Apresentação . . . . . 29**
**Introdução . . . . . 31**
**Avaliação do Cenário Macroeconômico . . . . . 33**
**Avaliação da Gestão do Plano . . . . . 45**
**Avaliação dos Programas . . . . . 85**
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento . . . . . 87
Ministério da Ciência e Tecnologia . . . . . 217
Ministério da Cultura . . . . . 267
Ministério da Defesa . . . . . 319
Ministério da Educação . . . . . 409
Ministério da Fazenda . . . . . 481
Ministério da Integração Nacional . . . . . 511
Ministério da Justiça . . . . . 567
Ministério da Previdência Social . . . . . 633
Ministério da Saúde . . . . . 659
Ministério das Cidades . . . . . 739
Ministério das Comunicações . . . . . 791
Ministério das Relações Exteriores . . . . . 817
Ministério de Minas e Energia . . . . . 849
Ministério do Desenvolvimento Agrário . . . . . 957
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome . . . . . 1009
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . . . . 1057
Ministério do Esporte . . . . . 1111
Ministério do Meio Ambiente . . . . . 1151
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão . . . . . 1237
Ministério do Trabalho e Emprego . . . . . 1259
Ministério do Turismo . . . . . 1317
Ministério dos Transportes . . . . . 1333
Presidência da República . . . . . 1401
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca . . . . . 1459
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial . . . 1473
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres . . . . . 1483
Secretaria Especial dos Direitos Humanos . . . . . 1497
Poderes Legislativo e Judiciário e TCU . . . . . 1537

## VOLUME II

Anexo I (1ª parte) . . . . . 9

## VOLUME III

Anexo I (2ª parte) - Continuação. . . . . 917
Anexo II . . . . . 1759

## VOLUME IV

Anexo III - Programas Finalísticos - PPA 2008-2011 . . . . . 9
Anexo IV - Programas de Apoio às Políticas
Públicas e Áreas Especiais - PPA 2008-2011 . . . . . 599
Anexo V - Ações Não Orçamentárias - PPA 2008-2011 . . . . . 811

# ÍNDICE GERAL POR ÓRGÃO


## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO . . . . . 87

Sumário Executivo . . . . . 89
Abastecimento Agroalimentar . . . . . 101
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário . . . . . 108
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico . . . . . 112
Desenvolvimento da Avicultura . . . . . 121
Desenvolvimento da Bovideocultura . . . . . 125
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura . . . . . 129
Desenvolvimento da Economia Cafeeira . . . . . 135
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta. . . . . 141
Desenvolvimento da Horticultura . . . . . 146
Desenvolvimento da Suideocultura . . . . . 153
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais . . . . . 157
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas . . . . . 161
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro . . . . . 165
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural. . . . . 170
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau . . . . . 174
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura . . . . . 181
Minimização de Riscos no Agronegócio. . . . . 187
Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social . . . . . 192
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio . . . . . 197
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários . . . . . 202
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas . . . . . 207
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários. . . . 210

## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA . . . . . 217

Sumário Executivo . . . . . 219
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social. . . . . 227
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) . . . . . 231

Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima . . . . . 239
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa . . . . . 246
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE . . . . . 252
Nacional de Atividades Nucleares . . . . . 256
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico . . 261

**MINISTÉRIO DA CULTURA . . . . . 267**

Sumário Executivo . . . . . 269
Brasil Patrimônio Cultural . . . . . 273
Brasil, Som e Imagem . . . . . 279
Cultura Afro-Brasileira . . . . . 283
Cultura, Educação e Cidadania . . . . . 287
Engenho das Artes . . . . . 295
Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural . . . . . 301
Livro Aberto . . . . . 305
Monumenta . . . . . 309
Museu Memória e Cidadania . . . . . 314

**MINISTÉRIO DA DEFESA . . . . . 319**

Sumário Executivo . . . . . 321
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas . . . . . 328
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica . . . . . 332
Adestramento e Operações Militares da Marinha . . . . . 335
Adestramento e Operações Militares do Exército . . . . . 339
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil . . . . . 342
Calha Norte . . . . . 345
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas . 350
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos . . . . . 353
Desenvolvimento da Aviação Civil . . . . . 356
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária . . . . . 359
Ensino Profissional da Aeronáutica . . . . . 363
Ensino Profissional da Marinha . . . . . 366
Ensino Profissional do Exército . . . . . 369
Mobilização para Defesa Nacional . . . . . 371
Proantar . . . . . 373
Produção de Material Bélico . . . . . 376
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira . . . . . 378

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil . . . . . 382
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro . . . . . 385
Recursos do Mar . . . . . 387
Segurança da Navegação Aquaviária . . . . . 390
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro . . . . . 393
Serviço de Saúde das Forças Armadas . . . . . 398
Tecnologia de Uso Aeroespacial . . . . . 401
Tecnologia de Uso Naval . . . . . 404
Tecnologia de Uso Terrestre . . . . . 407

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO . . . . . 409**

Sumário Executivo . . . . . 411
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos . . . . . 416
Brasil Escolarizado . . . . . 425
Desenvolvimento da Educação Especial . . . . . 431
Desenvolvimento da Educação Infantil . . . . . 437
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica . . . . . 443
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação
e da Pesquisa Científica . . . . . 447
Desenvolvimento do Ensino Fundamental . . . . . 452
Desenvolvimento do Ensino Médio . . . . . 458
Educação para a Diversidade e Cidadania . . . . . 463
Universidade do Século XXI . . . . . 468
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores
da Educação Básica . . . . . 475

**MINISTÉRIO DA FAZENDA . . . . . 481**

Sumário Executivo . . . . . 483
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais . . . . . 491
Banco para Todos . . . . . 493
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários . . . . . 496
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional . . . . . 499
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros,
Previdência Complementar Aberta e Capitalização . . . . . 502
Educação Fiscal . . . . . 505
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes . . . . . 508

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL . . . . . 511**
Sumário Executivo . . . . . 513
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada . . . . . 517
Desenvolvimento da Faixa de Fronteira . . . . . 521
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver . . . 525
Drenagem Urbana Sustentável . . . . . 530
Eficiência na Agricultura Irrigada . . . . . 533
Integração de Bacias Hidrográficas . . . . . 536
Organização Produtiva de Comunidades - Produzir . . . . . 539
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres . . . . . 542
Proágua Infra-estrutura . . . . . 545
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso . . . 548
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover . . . . . 555
Resposta aos Desastres . . . . . 559
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação . . . . . 563

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA . . . . . 567**
Sumário Executivo . . . . . 569
Assistência Jurídica Integral e Gratuita . . . . . 579
Combate à Criminalidade . . . . . 582
Combate ao Crime Transnacional . . . . . 586
Defesa do Consumidor . . . . . 591
Defesa Econômica e da Concorrência . . . . . 594
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal . . . . . 597
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas . . . . . 600
Migração e Acordos Internacionais . . . . . 605
Modernização da Polícia Federal . . . . . 608
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional . . . . . 611
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial
e Etnodesenvolvimento . . . . . 616
Reforma do Judiciário . . . . . 620
Segurança Pública nas Rodovias Federais . . . . . 623
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP . . . . . 627

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL . . . . . 633**
Sumário Executivo . . . . . 635
Educação Previdenciária . . . . . 638

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União . . . . . 641
Previdência Complementar . . . . . 643
Previdência de Inativos e Pensionistas da União . . . . . 646
Previdência Social Básica . . . . . 648
Qualidade dos Serviços Previdenciários . . . . . 652
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal . . . . . 655

**MINISTÉRIO DA SAÚDE . . . . . 659**

Sumário Executivo . . . . . 661
Alimentação Saudável . . . . . 665
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos . . . . . 669
Assistência Suplementar à Saúde . . . . . 673
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas . . . . . 677
Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos . . . . . 680
Atenção Básica em Saúde . . . . . 683
Atenção Especializada em Saúde . . . . . 687
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde . . . . . 690
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde . . . . . 693
Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase . . . . . 698
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde . . . . . 702
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde . . . . . 705
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis . . . . . 709
Saneamento Rural . . . . . 712
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue . . . . . 715
Vigilância Ambiental em Saúde . . . . . 718
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis . . . . . 721
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis . . . . . 723
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis . . . . . 727
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue . . . . . 731
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes . . . . . 734

**MINISTÉRIO DAS CIDADES . . . . . 739**
Sumário Executivo . . . . . 741
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte . . . . . 745
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte . . . . . 748
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros . . . . . 751
Financiamento Imobiliário Habitacional . . . . . 756
Fortalecimento da Gestão Urbana . . . . . 759
Habitação de Interesse Social . . . . . 764
Mobilidade Urbana. . . . . 768
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H. . . . . 771
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais . . . . . 775
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos . . . . . 778
Serviços Urbanos de Água e Esgoto . . . . . 782
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários . . . . . 786

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES . . . . . 791**
Sumário Executivo . . . . . 793
Aprimoramento dos Serviços Postais . . . . . 796
Inovação Tecnológica em Telecomunicações . . . . . 800
Oferta dos Serviços de Telecomunicações. . . . . 803
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica . . . . 806
Universalização dos Serviços de Telecomunicações. . . . . 810

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. . . . . 817**
Sumário Executivo . . . . . 819
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira . . . . . 822
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular . . . 826
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional . . . . . 829
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior . . . . . 832
Ensino Profissional Diplomático . . . . . 835
Promoção das Exportações . . . . . 838
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros . . . . . 843

Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais . . . . . 846

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA . . . . . 849**

Sumário Executivo . . . . . 851
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis . . . . . 854
Atuação Internacional na Área de Petróleo . . . . . 857
Brasil com Todo Gás . . . . . 860
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia . . . . . 864
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis . . . . . 868
Eficiência Energética . . . . . 873
Energia Alternativa Renovável . . . . . 877
Energia na Região Nordeste . . . . . 881
Energia na Região Norte . . . . . 885
Energia na Região Sul . . . . . 890
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste . . . . . 895
Energia nos Sistemas Isolados . . . . . 900
Geologia do Brasil . . . . . 905
Indústria Petroquímica . . . . . 909
Luz para Todos . . . . . 911
Mineração e Desenvolvimento Sustentável . . . . . 916
Oferta de Petróleo e Gás Natural . . . . . 921
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural . . . . . 925
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica . . . . . 932
Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis . . 945
Refino de Petróleo . . . . . 948
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados . . . . . 951
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados . . . . . 955

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO . . . . . 957**

Sumário Executivo . . . . . 959
Agricultura Familiar - Pronaf . . . . . 967
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais . . . . . 973
Crédito Fundiário . . . . . 979

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais . . . . . 983
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária . . . . . 993
Educação do Campo (Pronera) . . . . . 998
Paz no Campo . . . . . 1002
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária . . . . . 1005

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME . . . . . 1009**

Sumário Executivo . . . . . 1011
Acesso à Alimentação . . . . . 1015
Erradicação do Trabalho Infantil . . . . . 1020
Proteção Social Básica . . . . . 1025
Proteção Social Especial . . . . . 1036
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família . . . . . 1046

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR . . . . . 1057**

Sumário Executivo . . . . . 1059
Arranjos Produtivos Locais . . . . . 1062
Artesanato Brasileiro . . . . . 1065
Competitividade das Cadeias Produtivas . . . . . 1069
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte . . . . . 1079
Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora . . . . 1085
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental . . . . . 1090
Metrologia e Qualidade Industrial . . . . . 1094
Pólo Industrial de Manaus . . . . . 1100
Propriedade Intelectual . . . . . 1104

**MINISTÉRIO DO ESPORTE . . . . . 1111**

Sumário Executivo . . . . . 1113
Brasil no Esporte de Alto Rendimento . . . . . 1118
Esporte e Lazer da Cidade . . . . . 1127
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo . . . . . 1134
Rumo ao Pan 2007 . . . . . 1140
Segundo Tempo . . . . . 1145

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE . . . . . 1151**

Sumário Executivo . . . . . 1153
Amazônia Sustentável . . . . . 1158
Áreas Protegidas do Brasil . . . . . 1161
Combate à Desertificação . . . . . 1164
Comunidades Tradicionais . . . . . 1168
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros . . . . . 1172
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos . . . . . 1176
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas . . . . . 1179
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal . . . . . 1182
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis . . . . . 1185
Nacional de Florestas . . . . . 1189
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer . . . . . 1195
Proambiente . . . . . 1198
Probacias . . . . . 1201
Qualidade Ambiental . . . . . 1206
Recursos Pesqueiros Sustentáveis . . . . . 1212
Resíduos Sólidos Urbanos . . . . . 1217
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental . . . . . 1222
Zoneamento Ecológico-Econômico . . . . . 1231

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO . . . . . 1237**

Sumário Executivo . . . . . 1239
Governo Eletrônico . . . . . 1246
Inclusão Digital . . . . . 1250
Recenseamentos Gerais . . . . . 1253

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO . . . . . 1259**

Sumário Executivo . . . . . 1261
Democratização das Relações de Trabalho . . . . . 1265
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda . . 1270
Economia Solidária em Desenvolvimento . . . . . 1275
Erradicação do Trabalho Escravo . . . . . 1280

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. . . . . 1284
Microcrédito Produtivo Orientado. . . . . 1291
Primeiro Emprego . . . . . 1296
Qualificação Social e Profissional . . . . . 1301
Rede de Proteção ao Trabalho . . . . . 1308
Segurança e Saúde no Trabalho . . . . . 1312

**MINISTÉRIO DO TURISMO. . . . . 1317**

Sumário Executivo . . . . . 1319
Brasil: Destino Turístico Internacional. . . . . 1322
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos . . . . . 1326

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES . . . . . 1333**

Sumário Executivo . . . . . 1335
Corredor Araguaia-Tocantins . . . . . 1339
Corredor Fronteira Norte . . . . . 1343
Corredor Leste . . . . . 1347
Corredor Mercosul . . . . . 1350
Corredor Nordeste . . . . . 1354
Corredor Oeste-Norte . . . . . 1358
Corredor São Francisco. . . . . 1361
Corredor Sudoeste . . . . . 1364
Corredor Transmetropolitano . . . . . 1367
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário . . . 1371
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante
e da Indústria Naval . . . . . 1377
Infra-estrutura de Transportes . . . . . 1378
Manutenção da Malha Rodoviária Federal . . . . . 1381
Manutenção de Hidrovias . . . . . 1386
Navegação Interior . . . . . 1389
Serviços de Transporte Aquaviário . . . . . 1393
Serviços de Transporte Rodoviário . . . . . 1398

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA . . . . . 1403**

Sumários Executivos . . . . . 1405
Certificação Digital. . . . . 1429

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental . . . . . 1433
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural . . . . . 1437
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica . . . . . 1443
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. . . . . 1449
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem . . . . . 1453

**SECRETARIA ESPECIAL DE AQÜICULTURA E PESCA . . . . . 1461**

Sumário Executivo . . . . . 1463
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura. . . . . 1465
Desenvolvimento Sustentável da Pesca . . . . . 1469

**SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. . . . . 1473**

Sumário Executivo . . . . . 1475
Brasil Quilombola . . . . . 1478

**SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES . . . . . 1483**

Sumário Executivo . . . . . 1485
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho . . . . . 1488
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres . . . . . 1492

**SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS . . . . . 1497**

Sumário Executivo . . . . . 1499
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas . . . . . 1505
Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei . . 1509
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes . . 1513
Direitos Humanos, Direitos de Todos . . . . . 1518
Nacional de Acessibilidade . . . . . 1522
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente . . . . . 1526
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência . . . . . 1530
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional . . . . . 1535

PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E TCU . . . . . 1539

**Câmara dos Deputados**

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados . . . . . 1541

**Tribunal de Contas da União**

Controle Externo . . . . . 1544

**Superior Tribunal de Justiça**

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça . . . . . 1547

**Justiça do Trabalho**

Prestação Jurisdicional Trabalhista . . . . . 1550

# ÍNDICE EM ORDEM ALFABÉTICA DE PROGRAMAS


Abastecimento Agroalimentar . . . . . 101
Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis . . . . . 854
Acesso à Alimentação . . . . . 1015
Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas . . . . . 328
Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica . . . . . 332
Adestramento e Operações Militares da Marinha . . . . . 335
Adestramento e Operações Militares do Exército . . . . . 339
Agricultura Familiar - Pronaf . . . . . 967
Alimentação Saudável . . . . . 665
Amazônia Sustentável . . . . . 1158
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais . . . . . 491
Análise e Difusão da Política Externa Brasileira . . . . . 822
Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário . . . . . 108
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte . . . . . 745
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte . . . . . 748
Aprimoramento dos Serviços Postais . . . . . 796
Áreas Protegidas do Brasil . . . . . 1161
Arranjos Produtivos Locais . . . . . 1062
Artesanato Brasileiro . . . . . 1065
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais . . . . . 973
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular . . . . . 826
Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas . . . . . 1505
Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil . . . . . 342
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos . . . . . 669
Assistência Jurídica Integral e Gratuita . . . . . 579
Assistência Suplementar à Saúde . . . . . 673
Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas . . . . . 677

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos . . . . . 680
Atenção Básica em Saúde . . . . . 683
Atenção Especializada em Saúde . . . . . 687
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde . . . . . 690
Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei . . . . . 1509
Atuação Internacional na Área de Petróleo . . . . . 857
Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados . . . . . 1541
Banco para Todos . . . . . 493
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos . . . . . 416
Brasil com Todo Gás . . . . . 860
Brasil: Destino Turístico Internacional . . . . . 1322
Brasil Escolarizado . . . . . 425
Brasil no Esporte de Alto Rendimento . . . . . 1118
Brasil Patrimônio Cultural . . . . . 273
Brasil Quilombola . . . . . 1478
Brasil, Som e Imagem . . . . . 279
Calha Norte . . . . . 345
Certificação Digital . . . . . 1429
Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde . . . . . 693
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social . . . . . 227
Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) . . . . . 231
Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima . . . . . 239
Combate à Criminalidade . . . . . 582
Combate à Desertificação . . . . . 1164
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes . . 1513
Combate ao Crime Transnacional . . . . . 586
Competitividade das Cadeias Produtivas . . . . . 1069
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas . . . . . 350
Comunidades Tradicionais . . . . . 1168
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros . . . . . 1172
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos . . . . . 1176
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas . . . . . 1179

Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase . . . . . 698
Controle de Armamentos, Munições e Explosivos . . . . . 353
Controle Externo . . . . . 1544
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional . . . . . 829
Corredor Araguaia-Tocantins . . . . . 1339
Corredor Fronteira Norte . . . . . 1343
Corredor Leste . . . . . 1347
Corredor Mercosul . . . . . 1350
Corredor Nordeste . . . . . 1354
Corredor Oeste-Norte . . . . . 1358
Corredor São Francisco. . . . . 1361
Corredor Sudoeste . . . . . 1364
Corredor Transmetropolitano . . . . . 1367
Crédito Fundiário . . . . . 979
Cultura Afro-Brasileira . . . . . 283
Cultura, Educação e Cidadania . . . . . 287
Defesa do Consumidor. . . . . 591
Defesa Econômica e da Concorrência. . . . . 594
Democratização das Relações de Trabalho . . . . . 1265
Democratização do Acesso à Informação
Arquivística Governamental . . . . . 1434
Democratização do Acesso à Informação Jornalística,
Educacional e Cultural . . . . . 1437
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano
de Passageiros . . . . . 751
Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego,
Trabalho e Renda . . . . . 1270
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. . . . . 517
Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico . . . . . 112
Desenvolvimento da Aviação Civil . . . . . 356
Desenvolvimento da Avicultura . . . . . 121
Desenvolvimento da Bovideocultura . . . . . 125
Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e
da Ovinocultura . . . . . 129
Desenvolvimento da Economia Cafeeira . . . . . 135
Desenvolvimento da Educação Especial . . . . . 431
Desenvolvimento da Educação Infantil . . . . . 437
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica . . . . . 443

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira . . . . . 521
Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta. . . . . 141
Desenvolvimento da Horticultura . . . . . 146
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária . . . . . 359
Desenvolvimento da Suideocultura . . . . . 153
Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes
e Outras Espécies Vegetais . . . . . 157
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas
e Plantas Fibrosas . . . . . 161
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas
de Pequeno e Médio Porte . . . . . 1079
Desenvolvimento do Comércio Exterior e
da Cultura Exportadora . . . . . 1085
Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro . . . . . 165
Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural . . . . . 170
Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e
da Pesquisa Científica . . . . . 447
Desenvolvimento do Ensino Fundamental . . . . . 452
Desenvolvimento do Ensino Médio . . . . . 458
Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários . . . . . 496
Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional . . . . . 499
Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização . . . . . 502
Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal . . . . . 597
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver . . . 525
Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura. . . . . 1465
Desenvolvimento Sustentável da Pesca . . . . . 1469
Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau . . . . . 174
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais . . . . . 983
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal . . . . . 1182
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária . . . . . 993
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia . . . . . 864
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior . . . . . 832
Direitos Humanos, Direitos de Todos . . . . . 1518
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool
e Outros Combustíveis . . . . . 868
Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica . . . . . 1443
Drenagem Urbana Sustentável . . . . . 530

Economia Solidária em Desenvolvimento . . . . . 1275
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis . . . . . 1185
Educação do Campo (Pronera) . . . . . 998
Educação Fiscal . . . . . 505
Educação para a Diversidade e Cidadania . . . . . 463
Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde . . . . . 702
Educação Previdenciária . . . . . 638
Eficiência Energética . . . . . 873
Eficiência na Agricultura Irrigada . . . . . 533
Energia Alternativa Renovável . . . . . 877
Energia na Região Nordeste . . . . . 881
Energia na Região Norte . . . . . 885
Energia na Região Sul . . . . . 890
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste . . . . . 895
Energia nos Sistemas Isolados . . . . . 900
Engenho das Artes . . . . . 295
Ensino Profissional da Aeronáutica . . . . . 363
Ensino Profissional da Marinha . . . . . 366
Ensino Profissional Diplomático . . . . . 835
Ensino Profissional do Exército . . . . . 369
Erradicação do Trabalho Escravo . . . . . 1280
Erradicação do Trabalho Infantil . . . . . 1020
Esporte e Lazer da Cidade . . . . . 1127
Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário . 1371
Financiamento Imobiliário Habitacional . . . . . 756
Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval . . . . . 1377
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa . . . . . 246
Fortalecimento da Gestão Urbana . . . . . 759
Geologia do Brasil . . . . . 905
Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes . . . . . 508
Governo Eletrônico . . . . . 1246
Habitação de Interesse Social . . . . . 764
Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural . . . . . 301
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas . . . . . 600
Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho . . 1488
Inclusão Digital . . . . . 1250

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União . . . . . 641
Indústria Petroquímica . . . . . 909
Informações Integradas para Proteção da Amazônia. . . . . 1449
Infra-estrutura de Transportes . . . . . 1378
Inovação Tecnológica em Telecomunicações . . . . . 800
Inserção Social pela Produção de Material Esportivo . . . . . 1134
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. . . . . 1284
Integração de Bacias Hidrográficas . . . . . 536
Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental . . . . . 1090
Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde . . . . . 705
Livro Aberto . . . . . 305
Luz para Todos . . . . . 911
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura . . . . . 181
Manutenção da Malha Rodoviária Federal . . . . . 1381
Manutenção de Hidrovias . . . . . 1386
Metrologia e Qualidade Industrial . . . . . 1094
Microcrédito Produtivo Orientado . . . . . 1291
Migração e Acordos Internacionais . . . . . 605
Mineração e Desenvolvimento Sustentável. . . . . 916
Minimização de Riscos no Agronegócio . . . . . 187
Mobilidade Urbana. . . . . 768
Mobilização para Defesa Nacional . . . . . 371
Modernização da Polícia Federal . . . . . 608
Modernização do Sistema Penitenciário Nacional . . . . . 611
Monumenta . . . . . 309
Museu Memória e Cidadania . . . . . 314
Nacional de Acessibilidade . . . . . 1522
Nacional de Atividades Espaciais - PNAE . . . . . 252
Nacional de Atividades Nucleares . . . . . 256
Nacional de Florestas . . . . . 1189
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem . . . . . 1453
Navegação Interior . . . . . 1389
Oferta de Petróleo e Gás Natural . . . . . 921
Oferta dos Serviços de Telecomunicações. . . . . 803
Organização Produtiva de Comunidades - Produzir. . . . . 539
Paz no Campo . . . . . 1002

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social . . . . . 192
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio. . . . . 197
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural . . . . . 925
Pólo Industrial de Manaus . . . . . 1100
Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça . . . . . 1547
Prestação Jurisdicional Trabalhista . . . . . 1550
Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres . . . . . 1492
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer . . . . . 1195
Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis . . . . . 709
Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres . . . . . 542
Previdência Complementar . . . . . 643
Previdência de Inativos e Pensionistas da União. . . . . 646
Previdência Social Básica . . . . . 648
Primeiro Emprego . . . . . 1296
Proágua Infra-estrutura . . . . . 545
Proambiente . . . . . 1198
Proantar . . . . . 373
Probacias . . . . . 1201
Produção de Material Bélico. . . . . 376
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico . . . . . 261
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso . . . 548
Promoção das Exportações . . . . . 838
Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente . . . . . 1526
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência . . . . . 1530
Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover . . . . . 555
Propriedade Intelectual. . . . . 1104
Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional . . . . . 1535
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento . 616
Proteção Social Básica. . . . . 1025
Proteção Social Especial . . . . . 1036
Qualidade Ambiental . . . . . 1206
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários . . . . . 202
Qualidade do Serviço de Energia Elétrica . . . . . 932

Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis . . 945
Qualidade dos Serviços Previdenciários . . . . . 652
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H. . . . . 771
Qualificação Social e Profissional . . . . . 1301
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais . . . . . 775
Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira . . . . . 378
Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil. . . . . 382
Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro . . . . . 385
Recenseamentos Gerais . . . . . 1253
Recursos do Mar. . . . . 387
Recursos Pesqueiros Sustentáveis . . . . . 1212
Rede de Proteção ao Trabalho . . . . . 1308
Refino de Petróleo . . . . . 948
Reforma do Judiciário. . . . . 620
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados,
Municípios e Distrito Federal. . . . . 655
Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária. . . . . 1005
Relações do Brasil com Estados Estrangeiros . . . . . 843
Relações e Negociações do Brasil no âmbito
dos Organismos Internacionais . . . . . 846
Resíduos Sólidos Urbanos . . . . . 1217
Resposta aos Desastres . . . . . 559
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade
e Degradação Ambiental. . . . . 1222
Rumo ao Pan 2007. . . . . 1140
Saneamento Rural . . . . . 712
Segundo Tempo . . . . . 1145
Segurança da Navegação Aquaviária. . . . . 390
Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. . . . . 393
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade
de Todos. . . . . 778
Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas . . . . . 207
Segurança e Saúde no Trabalho . . . . . 1312
Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários. . . . 210
Segurança Pública nas Rodovias Federais . . . . . 623
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue . . . . . 715
Serviço de Saúde das Forças Armadas. . . . . 398
Serviços de Transporte Aquaviário . . . . . 1393

Serviços de Transporte Rodoviário . . . . . 1398
Serviços Urbanos de Água e Esgoto . . . . . 782
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP . . . . . 627
Tecnologia de Uso Aeroespacial . . . . . 401
Tecnologia de Uso Naval . . . . . 404
Tecnologia de Uso Terrestre . . . . . 407
Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação . . . . . 563
Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família . . . . . 1046
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados . . . . . 951
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados . . . . . 955
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos . . . . . 1326
Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica . . . . 806
Universalização dos Serviços de Telecomunicações. . . . . 810
Universidade do Século XXI. . . . . 468
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários . . . . . 786
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica. . . . . 475
Vigilância Ambiental em Saúde . . . . . 718
Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis . . . . . 721
Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis . . . . . 723
Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis . . . . . 727
Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue . . . . . 731
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes . . . . . 734
Zoneamento Ecológico-Econômico . . . . . 1231

# APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira os resultados da avaliação do exercício de 2006, do PPA 2004-2007.

A Avaliação Anual do PPA constitui-se em importante instrumento gerencial para o aperfeiçoamento da formulação e da gestão dos programas que integram o Plano e os orçamentos anuais. A prática da avaliação fortalece o planejamento e a aprendizagem nas organizações governamentais, mediante a geração de informações qualificadas sobre as metas alcançadas e as restrições enfrentadas na implementação dos programas, fornece ainda recomendações para subsidiar os processos decisórios. Nesse sentido, a Avaliação Anual contribui para a melhoria da qualidade do gasto público e para a verificação do atendimento das demandas da sociedade.

Ao longo dos últimos anos, o Governo Federal tem obtido avanços na implantação de uma cultura de avaliação, requisito fundamental para a gestão pública orientada para resultados. Permanecem, no entanto, vários desafios, entre eles: a necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento dos programas do PPA com a inclusão da participação social; a geração de informações tempestivas e confiáveis sobre a execução física e a evolução de indicadores dos programas; a instituição de mecanismos de incentivo aos gerentes de programas, aos coordenadores de ação e à capacitação em avaliação de equipes técnicas em todos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

O funcionamento do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA, instituído em 2004, tem contribuído para o fortalecimento da função avaliação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal (APF). Formado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) do PPA e pelas Unidades de Monitoramento e Avaliação nos órgãos da APF, conforme estabelecido no Decreto nº 5.233/04, o Sistema tem propiciado maior integração dos processos de monitoramento e avaliação às demais etapas do ciclo de gestão, especialmente, no que se refere à alocação de recursos no orçamento e à mensuração do desempenho dos programas do PPA. A estratégia de consolidação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PPA nos próximos anos deverá ter como foco o fortalecimento, nos Ministérios e nas Secretarias Especiais, das Unidades de Monitoramento e Avaliação, mediante a formação de equipes qualificadas; o desenvolvimento de metodologias de avaliação e a implantação de sistemas de monitoramento dos programas com mecanismos de controle social.

Os resultados da Avaliação Anual do PPA, referente ao exercício de 2006, ora apresentados, subsidiaram a elaboração dos Projetos de Lei Orçamentária Anual para 2008 e de Elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, ambos encaminhados ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2007.

# INTRODUÇÃO

A fim de atender o disposto no art. 9º da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e suas alterações, o Relatório Anual de Avaliação está estruturado em quatro volumes, que trazem a avaliação do PPA e os respectivos demonstrativos da programação apresentados na forma dos Anexos I e II.

O Volume I é constituído pela avaliação do PPA e compreende:

a) avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas, que embasaram a elaboração do PPA, mostrando as razões das eventuais discrepâncias verificadas entre o cenário previsto e a realidade econômica brasileira no exercício de 2006;
b) análise agregada das informações obtidas a partir da avaliação de programas e da gestão de órgãos setoriais, incluindo tratamento aos temas transversais relativos a raça, gênero, criança e juventude e pessoas com deficiência;
c) avaliação de cada programa e órgão de governo, abrangendo os resultados obtidos em 2006, identificando os fatores que afetaram o desempenho dos programas e as recomendações para seu aperfeiçoamento.

As avaliações referem-se aos programas de tipo finalístico, agrupadas por órgão setorial, obtidas a partir da percepção dos gerentes de programas e suas equipes, sob a ótica de auto-avaliação. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com os atores diretamente envolvidos no processo de avaliação, sendo estes: gerências dos programas; Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA); Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs); Secretarias Executivas dos órgãos setoriais e equipes técnicas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Secretaria de Gestão - SEGES, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI e Secretaria de Orçamento Federal - SOF).

As informações são obtidas por meio de roteiros de questões respondidas no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan). Os documentos incluem uma avaliação quanto à possibilidade de alcance dos índices finais previstos para cada indicador de programa e um demonstrativo de execução orçamentária e não-orçamentária. Esse demonstrativo inclui os valores referentes às ações desenvolvidas tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. As avaliações dos programas de cada Ministério e das Secretarias Especiais são precedidas de um Sumário Executivo que contém informações sintéticas dos resultados e dos principais aspectos da avaliação da concepção e da implementação do conjunto de programas. Inclui, ainda, um quadro informativo quanto aos recursos previstos e realizados do conjunto de ações orçamentárias e não-orçamentárias de responsabilidade do órgão.

Os Volumes II e III contemplam os Anexos I e II. O primeiro anexo refere-se à programação plurianual 2004-2007 e a execução física e financeira das ações realizadas no exercício de 2006. O documento contém ainda: índices alcançados, por indicador e por programa, nos exercícios de 2004, 2005 e 2006; índices de referência; índices previstos para 2007 e avaliação da possibilidade de alcance dos valores ao final do PPA.

O Anexo II, por sua vez, compreende esclarecimentos relativos à programação e à execução de projetos de grande vulto quando da ocorrência de situações previstas nos incisos V, VI e VII do art. 9º da Lei nº 10.933/2004 e suas alterações.

O Volume IV, na forma dos Anexos III, IV e V, compreende os programas de governo do PPA 2008-2011 classificados por tipos finalísticos (Anexo III) e Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais (Anexo IV), além das ações não-orçamentárias (Anexo V), conforme o Projeto de Lei nº 031/2007, encaminhado ao Congresso Nacional em 31 de agosto do corrente ano.

Compõem esse conjunto as ações orçamentárias cuja execução refere-se a um único exercício financeiro, exceto os projetos de grande vulto, as atividades e as operações especiais cujo valor total para o período do Plano seja inferior a R$ 75 milhões e os projetos cujo custo total estimado seja inferior aos limites estabelecidos para os projetos de grande vulto.




# AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

# AVALIAÇÃO DO CENÁRIO MACROECONÔMICO

## INTRODUÇÃO

Conforme determina o artigo 9º, inciso II, da Lei nº 10.933/2004, apresentamos a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano Pluarianual (PPA) 2004-2007 e as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados.

Essa avaliação trata do crescimento econômico ocorrido no ano de 2006 e de suas perspectivas para 2007, a partir da análise dos componentes que integram o Produto Interno Bruto –(PIB), pela ótica da demanda e da oferta agregada. Além disso, analisa-se a política fiscal por meio da comparação entre as estimativas de receita e de despesa, o cenário fiscal realizado e o comportamento da poupança e dos investimentos agregados.

### A Estratégia de Crescimento e a Evolução do Ano de 2006

Em 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nova metodologia para o cálculo das contas nacionais, tendo como referência inicial o ano de 2000. Foram incorporadas ao cálculo do PIB informações tributárias e de diversas pesquisas setoriais do IBGE, o que permitiu aperfeiçoar a qualidade das informações e atender às recomendações das Nações Unidas.

Com a nova metodologia o crescimento do PIB de 2006 foi revisto de 2,9% para 3,7%. A taxa de crescimento, em 2006, ficou abaixo da prevista no PPA 2004-2007, embora a alteração na distribuição dos pesos dos componentes da Demanda e da Oferta tenha alterado significativamente o quadro sobre o qual foram realizadas as previsões. O peso do setor Serviços na Oferta, por exemplo, subiu em quase 10 pontos percentuais, entre a metodologia nova e a antiga e a participação do Consumo das Famílias na Demanda aumentou em cinco pontos percentuais.

A tabela a seguir ilustra, segundo a ótica da demanda, os valores projetados e os efetivamente realizados no período de 2004-2007.

**Tabela 1. Crescimento Real do PIB 2004-2007, segundo a ótica da demanda agregada (previsto* e realizado) - (%a.a)**

| | 2004 | | 2005 | | 2006 | | 2007 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | PPA | LOA |
| PIB | 3,5 | 5,7 | 4,0 | 2,9 | 4,5 | 3,7 | 5,0 | 4,75 |
| Consumo das Famílias | 3,2 | 3,8 | 3,5 | 4,7 | 4,5 | 4,3 | 5,0 | 4,7 |
| Consumo do Governo | 3,0 | 4,1 | 3,5 | 1,9 | 4,0 | 3,6 | 4,5 | 3,0 |
| Investimento | 4,5 | 9,1 | 6,0 | 3,6 | 7,0 | 8,7 | 8,0 | 11,0 |
| Exportação de bens e serviços | 8,5 | 15,3 | 7,0 | 10,1 | 6,0 | 4,6 | 7,0 | 7,0 |
| Importação de bens e serviços | 9,2 | 14,4 | 8,0 | 9,3 | 9,0 | 18,1 | 10,2 | 15,0 |

*** Os valores previstos referem-se às projeções quando da elaboração do PPA 2004-2007, não considerando a nova metodologia de cálculo das contas nacionais**

Em 2006, a expansão do investimento (8,7%) ficou acima da previsão original do PPA (7%) e foi resultado:

a) da redução da Taxa over-Selic, que teve uma média de 15,3%, ao ano ante 19,1% ao ano,em 2005;
b) do aumento de 4,6% na indústria da construção civil;
c) do aumento de 5%, em termos reais, nos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
d) da melhora das expectativas com relação à evolução futura da economia.

O setor externo reverteu sua trajetória de contribuição positiva à expansão do PIB, com as exportações crescendo 4,6% e as importações 18,1%. O consumo das famílias aumentou 4,3%, valor próximo do previsto (4,5%) e contribuiu com 2,6 pontos percentuais para a expansão do PIB. A expansão do emprego, da renda real e o incremento do volume de crédito para a pessoa física, especialmente do crédito consignado, contribuíram para o desempenho do consumo das famílias.

A análise da composição do PIB, pela ótica do produto (oferta agregada), evidencia o crescimento da agropecuária (4,1%), próximo ao da projeção do PPA (4,4%), e mostra a recuperação deste setor após o modesto crescimento de 1%, em 2005, em virtude de quebras de safra e de ocorrência de febre aftosa. A indústria também apresentou expansão (2,8%) abaixo da prevista (5%), destacando-se positivamente o crescimento de 6% da indústria extrativa mineral e de 4,6% da indústria da construção civil.

A produção de bens intermediários (2,1%) e de bens de consumo não-duráveis (2,7%) foram as principais categorias de uso que refrearam o maior crescimento da produção industrial. Os setores que tiveram maior impacto negativo sobre o desempenho da indústria foram Vestuário e Acessórios (-5,1%) e Calçados e Artigos de Couro (-2,7%). Por sua vez, o setor de bens de capital apresentou uma expansão de 5,7% em conseqüência do aumento do investimento, o que possibilitou a ampliação da capacidade instalada da economia brasileira. Em relação ao setor de bens de consumo duráveis, houve um crescimento de 5,8%, resultado do aumento do rendimento médio das pessoas ocupadas, das transferências do governo e da expansão do crédito.

O crescimento de serviços (3,7%), por sua vez, ficou abaixo do previsto (4,2%), conforme evidenciado pela Tabela 2.

**Tabela 2. Crescimento Real do PIB segundo a ótica da oferta agregada (previsto* e realizado) - (%aa)**

| | 2004 | | 2005 | | 2006 | | 2007 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | PPA | LOA |
| PIB | 3,5 | 5,7 | 4,0 | 2,9 | 4,5 | 3,7 | 5,0 | 4,75 |
| Agropecuária | 3,7 | 2,3 | 4,0 | 1,0 | 4,4 | 4,1 | 4,9 | 4,0 |
| Indústria | 4,1 | 7,9 | 4,6 | 2,1 | 5,0 | 2,8 | 5,6 | 7,0 |
| Serviço | 3,2 | 5,0 | 3,6 | 3,3 | 4,2 | 3,7 | 4,6 | 3,6 |

*** Os valores previstos referem-se às projeções quando da elaboração do PPA 2004-2007, não considerando a nova metodologia de cálculo das contas nacionais**

O comércio (4,8%), a intermediação financeira (6,1%) e a administração pública (3,1%) impulsionaram o crescimento do setor de serviços em 2006. O crescimento de serviços decorre, em grande medida, do aumento de 4,3% no consumo das famílias, o qual se traduziu em uma elevação de 6,4% nas vendas do comércio varejista ampliado em 2006. Outro fator que contribuiu para o aumento do consumo foi a expansão do volume de crédito na economia, que teve como conseqüência o aumento de sua participação em relação ao PIB em 2,7 pontos percentuais, entre dezembro de 2005 e de 2006.

Para 2007, os dados do segundo trimestre confirmam a continuidade da trajetória de elevação da atividade econômica com base na expansão da demanda doméstica. Diversos fatores respaldam esse cenário, particularmente: a) a redução da Taxa over-Selic ao longo de 2007, atingindo, em setembro, 11,25% ao ano; b) reajustes salariais e aumento do salário mínimo que têm garantido a recuperação real da massa salarial; c) redução da vulnerabilidade externa com reflexos na queda do risco-país e na estabilidade da taxa de câmbio; d) ampliação das famílias atendidas por programas sociais; e) ampliação dos investimentos, particularmente em máquinas e equipamentos. Esses fatores levaram a um aumento do PIB de 5,4% no segundo trimestre de 2007, em relação ao mesmo trimestre de 2006, e de 4,8% no acumulado de quatro trimestres.

Essa expansão, por outro lado, não deverá afetar a tendência de queda da inflação, uma vez que vem se mantendo em patamar crescente a taxa de investimento da economia, que atingiu 17,7% no segundo trimestre de 2007. Dessa forma, a maturação dos investimentos já realizados, elevando a capacidade produtiva, e a safra recorde prevista para 2007 afastam possíveis restrições de oferta e pressões estruturais de preços.

**Demanda Agregada**

A previsão de crescimento do PIB para 2007 foi ajustada para 4,7%, adequando-se as taxas de crescimento às observadas, em 2006, e as alterações nos pesos decorrentes da mudança de metodologia.

O consumo das famílias apresentará expansão maior em 2007 em conseqüência do aumento real nos salários e no volume de crédito para aquisição de bens. A redução da inflação tem permitido que os reajustes nominais de salários se transformem em aumentos reais, o que em conjunto com a expansão dos empregos tem elevado a massa real de salários da economia. Em 2007, no período de janeiro a julho, o rendimento médio real do trabalho cresceu 4,2% e a massa salarial real 7,2%, em relação ao mesmo período de 2006.

A redução na taxa de juros básica da economia diminui o custo do crédito e cria as condições para o financiamento do consumo em condições mais favoráveis. Nos primeiros sete meses de 2007, o volume de novas concessões de crédito para pessoa física aumentou 8,8% em termos reais. Como resultado da evolução desses dois fatores: mercado de trabalho e de crédito e dos programas de transferência de recursos para famílias mais pobres, as vendas reais no varejo cresceram 13,6% no primeiro semestre de 2007, em relação ao mesmo semestre de 2006.

A redução nas taxa de juros de mercado, e a redução, ainda mais acentuada, na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a ampliação dos financiamentos do BNDES e a perspectiva de aumento na demanda têm garantido a expansão do investimento privado, o qual deverá ser complementada e impulsionada pelas medidas adotadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No segundo trimestre de 2007, a formação bruta de capital fixo cresceu 13,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior, em decorrência da maior aquisição de máquinas e equipamentos e da forte expansão do setor da construção civil.

A recuperação da renda e da atividade, por outro lado, tende a elevar as importações de bens e serviços. Entre janeiro e julho de 2007, o *quantum* importado de bens cresceu 23,2%, em comparação com o mesmo período de 2006, sendo mais relevante em bens de capital (30,3%) e em bens de consumo duráveis (46,1%). Os gastos com serviços também deverão se elevar em conseqüência da ampliação da renda e do volume de comércio do País.

Considerando o maior ritmo de crescimento das importações de bens (27,9%), em relação ao das exportações (16,9%), o saldo da balança comercial deverá se reduzir, porém, mantendo-se em patamar positivo e assegurando a solidez das contas externas.

As exportações de bens e serviços, por seu turno, cresceram 9,5% no acumulado do ano, até o segundo trimestre de 2007, taxa significativamente maior do que a verificada no mesmo período de 2006 (3%), e as importações de bens e serviços, também elevaram a velocidade de expansão, com aumento de 19,3%, ante 14,4% no segundo trimestre de 2006. Apesar desse comportamento ter gerado uma contribuição negativa do setor externo para o crescimento do PIB, contrapartida de um aumento mais acentuado do consumo e do investimento, o ritmo de crescimento das exportações está se acelerando enquanto o das importações mostra uma tendência a se estabilizar. Ao longo do tempo, com a maturação dos investimentos, que já vem ocorrendo, e a continuidade de aumento da poupança doméstica, o setor externo poderá voltar a contribuir liquidamente para a expansão do PIB.

Projeta-se um crescimento do consumo do governo pouco menor do que o verificado no ano de 2006. A expansão da economia tem permitido uma ampliação da arrecadação tributária, mesmo com a estabilidade das alíquotas e, até mesmo, com a redução da carga tributária sobre setores estratégicos para o crescimento econômico. A gestão responsável da política fiscal, a trajetória cadente da dívida pública, como percentual do PIB, e a superação das metas de *superavit* primário permitem a expansão dos investimentos sociais e em infra-estrutura resguardando-se o equilíbrio das contas públicas. Como resultado da ampliação dos programas sociais e de ações direcionadas, estará garantida a maior eqüidade na distribuição dos resultados do crescimento econômico. Adicionalmente, os investimentos em infra-estrutura removerão os gargalos na estrutura produtiva, com redução dos custos de logística, contribuindo para a estabilidade dos preços, e o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira.

**Oferta agregada**

Para 2007, projeta-se que o crescimento da atividade econômica volte a ser liderado pelo setor industrial. No caso da indústria de transformação, que subiu 7,2% no segundo trimestre de 2007, em relação ao mesmo período de 2006 (na medida das contas nacionais), essa estimativa é ancorada nos seguintes fatores: o expressivo aumento da demanda interna por bens de consumo em conseqüência do aumento da massa salarial e do crédito para as famílias; a elevação dos investimentos em máquinas e equipamentos, decorrentes das condições favoráveis de financiamento e para atender ao aumento do consumo e a recuperação da renda da atividade agropecuária, o que se traduz em maiores investimentos e demanda nesse setor.

Com relação à construção civil, espera-se a manutenção do crescimento do setor, como resultado das medidas tributárias e financeiras de incentivo a este ramo, da trajetória de redução das taxas de juros e do aumento da renda da população.

A atividade extrativa deverá manter sua tendência de alta, dada as vantagens comparativas do País e a crescente demanda mundial por *commodities* metálicas e agrícolas, particulamente as relacionadas à produção de energia. No caso de combustíveis minerais, os investimentos em andamento e previstos para ampliação da produção de petróleo e gás deverão compatibilizar a produção, com as necessidades do crescimento projetado do PIB.

Em 2007, deverá se consolidar a recuperação do setor agropecuário. As estimativas realizadas em junho indicam uma safra recorde que deverá ser 14% superior à de 2006, beneficiada pela alta de preço dos produtos agrícolas e pelas condições climáticas favoráveis.

**Setor Externo**

No setor externo, em 2007, projeta-se uma redução do *superavit* em transações correntes, compatível com o crescimento da atividade econômica. Apesar do declínio no resultado da conta corrente, esta deverá permanecer superavitária, refletindo o aumento da poupança doméstica.

O aumento da taxa de crescimento do PIB em 2007 e a taxa de câmbio menos volátil e em menor patamar têm incentivado o aumento das importações de bens e serviços. As estimativas de mercado indicam que as importações de bens devem atingir US$ 113 bilhões, aumento de 23,6% em relação ao ano anterior.

Com o aumento das importações, o saldo comercial deverá ter uma redução de cerca de 8%, atingindo um valor próximo a US$ 43 bilhões para o ano de 2007, com as exportações somando US$ 156 bilhões, um aumento de 13% em relação ao ano anterior. O aumento das exportações ocorre, apesar da valorização cambial, como resultante do aumento dos preços e, especificamente, no caso de produtos básicos da ampliação do *quantum*.

Os *superavits* em transações correntes obtidos desde 2003 permitiram a ampliação das reservas internacionais, que atingiram US$ 161 bilhões em agosto de 2007. A manutenção do *superavit* em conta corrente em 2007, embora decrescente, permitirá a manutenção da trajetória de aumento das reservas, o que é um importante fator de segurança para a economia brasileira frente à volatilidade nos mercados financeiros internacionais.

A Tabela 3 apresenta o saldo em transações correntes, como porcentagem do PIB.

**Tabela 3. Saldo em Conta Corrente 2004-2007 (em % do PIB)**

| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 (*) |
|---|---|---|---|---|
| Conta Corrente | 1,4 | 1,1 | 0,8 | 0,8 |
| Exportações de Bens e Serviços | 16,4 | 15,1 | 14,7 | 14,7 |
| Importações de Bens e Serviços | -12,5 | -11,5 | -11,7 | -12,1 |
| Rendas | -3,0 | -2,9 | -2,5 | -2,1 |
| Transferências Unilaterais | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 |

(*) acum 4 trimestres até o 2º trim/07

### Setor Público

A política fiscal continua a ser norteada por três objetivos principais: redução gradual da relação dívida/PIB por meio da geração de *superavits* primários, expansão dos investimentos na área social e retomada dos investimentos públicos em infra-estrutura.

Tabela 4. Saldo em Conta Corrente 2004-2007 (em % do PIB)

| | 2004 | | 2005 | | 2006 | | 2007 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | Previsto | Realizado | PPA | Dec 6173 |
| I. RECEITA TOTAL | 23,23 | 21,89 | 23,00 | 22,85 | 23,00 | 23,48 | 23,03 | 24,17 |
| I.1 - Receita Administrada | 15,84 | 14,77 | 15,81 | 15,50 | 15,78 | 15,46 | 15,79 | 16,07 |
| I.2 - Arrec. Líquida do INSS | 5,35 | 4,83 | 5,30 | 5,05 | 5,34 | 5,32 | 5,36 | 5,45 |
| I.3 - Receitas Não Administradas | 2,05 | 2,29 | 1,89 | 2,30 | 1,88 | 2,71 | 1,88 | 2,65 |
| II. TRANSF. A EST. E MUNICÍPIOS | 3,48 | 3,30 | 3,44 | 3,74 | 3,44 | 3,89 | 3,47 | 3,96 |
| III. RECEITA LÍQUIDA (I - II) | 19,76 | 18,59 | 19,56 | 19,11 | 19,56 | 19,59 | 19,56 | 20,21 |
| IV. DESPESAS | 17,31 | 16,03 | 17,11 | 16,66 | 17,11 | 17,45 | 17,11 | 18,56 |
| IV.1 - Pessoal e Encargos Sociais | 4,85 | 4,57 | 4,65 | 4,34 | 4,48 | 4,57 | 4,31 | 4,69 |
| IV.2 - Benefícios da Previdência | 7,17 | 6,48 | 7,10 | 6,80 | 7,10 | 7,13 | 7,04 | 7,23 |
| IV.3 - Outras despesas correntes e de capital | 5,29 | 4,99 | 5,36 | 5,53 | 5,53 | 5,75 | 5,76 | 6,64 |
| V. PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE | 2,45 | 2,70 | 2,45 | 2,60 | 2,45 | 2,21 | 2,45 | 1,65 |

Fonte: MP/SOF.
* Os valores previstos referem-se às projeções quando da elaboração do PPA 2004-2007, não considerando a nova metodologia de cálculo do PIB.

Em 2006, as receitas elevaram-se aproximadamente 0,63% do PIB em relação a 2005. As variações positivas das receitas de dividendos das estatais (+ 0,19% do PIB) e das receitas com cota-parte de compensações financeiras (+ 0,10% do PIB) foram as que mais contribuíram para esse aumento no ano passado.

No que concerne às despesas de 2006, verifica-se, para todos os itens, uma execução maior do que a do ano anterior. Houve um aumento, em proporção do PIB, das despesas de pessoal, dos benefícios previdenciários, de outras despesas correntes e de capital e das despesas discricionárias dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e do Ministério Público da União (MPU). Apesar disso, o desempenho das receitas assegurou que se alcançasse um *superavit* primário de 2,21% do PIB. Em 2007, no intuito de garantir o espaço fiscal necessário à ampliação dos investimentos em áreas sociais e de infra-estrutura, encaminhou-se ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar para limitar as despesas com pessoal e encargos sociais à variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de um aumento real de 1,5% ao ano, durante o período de 2007 a 2016.

No que se refere ao exercício de 2007, a meta de *superavit* primário do Governo Central foi fixada em 1,65% do PIB. Destaque-se que essa meta já considera os recursos para o Projeto-Piloto de Investimento (PPI), que estão orçados em 0,45% do PIB. Esse projeto assegura espaço fiscal para garantir a execução de investimentos em infra-estrutura com elevado retorno sócio-econômico.

Além da redução no endividamento público como percentual do PIB e a melhora da qualidade do gasto público, o PAC prevê investimentos da ordem de R$ 503,9 bilhões em infra-estrutura para eliminar os gargalos ao crescimento econômico, durante o período de 2007 a 2010. Além dos recursos do PPI, esse montante de investimentos se baseia na melhoria do espaço fiscal, em virtude da trajetória de redução da relação dívida/PIB, da taxa de juros e da inflação, que criam um cenário favorável à expansão do consumo e dos investimentos privados.

É válido mencionar que a nova metodologia do PIB influenciou positivamente as expectativas das trajetórias dessas variáveis macroeconômicas. Ademais, essa nova metodologia, ao revisar para maior o valor efetivo do PIB, propiciou uma melhora sensível na trajetória efetiva da relação dívida/PIB, permitindo que se superassem as previsões constantes do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Para essa trajetória também contribuiu o cumprimento das metas anuais de *superavit* primário e o comportamento declinante da inflação, que, em 2006, ficou abaixo da meta central estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Outro fator positivo para a queda da inflação e para a redução da relação dívida/PIB foi a apreciação da taxa de câmbio ao final do período.

**Tabela 5. Principais parâmetros que condicionam o endividamento do setor público em 2004-2007**

| Variáveis | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---|---|---|---|---|
| | Realizado | Realizado | Realizado | Previsto* |
| Taxa real de crescimento do PIB | 5,7 | 2,9 | 3,7 | 4,5 |
| Inflação IGP-DI Acumulada em 12 meses (% aa) | 12,1 | 1,2 | 3,8 | 4,0 |
| Inflação IPCA Acumulada em 12 meses (% aa) | 7,6 | 5,7 | 3,1 | 4,5 |
| Taxa de câmbio R$/US$ (valor ao final do ano) | 2,7 | 2,3 | 2,1 | 2,2 |
| Dívida Líquida do setor público (em % do PIB) | 47,0 | 46,5 | 44,9 | 43,9 |

*** Valores previstos para 2007 no PLDO para 2008.**

## Investimento e Poupança

As taxas de investimento e de poupança registradas em 2006 atingiram 16,8%, não podendo ser comparadas com as previsões devido às mudanças metodológicas ocorridas em 2007, que afetaram de forma diferenciada os componentes do PIB.

No entanto, deve-se ressaltar a trajetória ascendente tanto da taxa de poupança quanto da taxa de investimento, ao longo dos últimos anos, o que se confirma no segundo trimestre de 2007. A recuperação da poupança, especialmente a pública, assegura o financiamento da infra-estrutura e dos investimentos sociais em condições sustentáveis, possibilitando que o crescimento da economia seja duradouro e sem a volatilidade observada nas décadas passadas.

A Tabela 6 apresenta os valores observados para o consumo, poupança e investimento no período do PPA 2004-2007.

**Tabela 6. Consumo Poupança e Investimento em % do PIB**

| Variáveis | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|---|---|---|---|---|
| | Realizado | Realizado | Realizado | até 2º trim |
| Absorção Doméstica | 96,1 | 96,4 | 97,1 | 97,4 |
| Consumo Final | 79,0 | 80,4 | 80,3 | 80,1 |
| Investimento | 17,1 | 16,0 | 16,8 | 17,3 |
| Saldo em Bens e Serviços | 3,9 | 3,6 | 2,9 | 2,6 |
| Rendas e Transf Correntes | -2,5 | -2,5 | -2,1 | -1,8 |
| Saldo em Conta Corrente | 1,4 | 1,1 | 0,8 | 0,8 |
| Poupança | 17,1 | 16,0 | 16,8 | 17,3 |
| Poupança Interna | 18,5 | 17,1 | 17,6 | 18,1 |
| Poupança Externa | -1,4 | -1,1 | -0,8 | -0,8 |

O PAC implementado no início de 2007 visa especificamente a priorizar a alocação de recursos e a disponibilizar os meios para que o País possa, alcançada a estabilidade de preços e garantida a trajetória de equilíbrio das contas públicas, direcionar seus esforços para ampliar a capacidade produtiva e acelerar a redução das desigualdades pessoais e regionais.




# AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PLANO

# AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PLANO

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Avaliação da Gestão do Plano visa a subsidiar a aferição da capacidade do Governo Federal na implementação de seus programas. Dada a abrangência dos temas abordados pela metodologia adotada, é possível avaliar a necessidade de aperfeiçoamento da atuação do Governo na gestão dos recursos – humanos, materiais, logísticos, de tecnologia da informação e financeiros, entre outros – para o alcance dos resultados, além de subsidiar os processos de revisão do Plano e a elaboração dos orçamentos anuais.

Essa avaliação da gestão do Plano foi construída a partir da análise das informações fornecidas pelos órgãos setoriais e está dividida de acordo com os principais temas que compõem a Avaliação Anual do PPA. É adotada uma visão sistêmica do desempenho dos programas, com base nas informações obtidas pela avaliação dos seus resultados, da sua concepção e da sua implementação incluindo uma análise relativa aos temas transversais (raça, gênero, criança e juventude e pessoas com deficiência).

### Visão Sistêmica do Desempenho dos Programas

A tabela abaixo mostra a composição do PPA 2004-2007 e dos orçamentos anuais, por tipo de programa, nos exercícios 2004, 2005 e 2006.

**Tabela 1. Comparativo da Quantidade de Programas segundo sua classificação**

| Programas do PPA por Tipo[1] | 2004 | % | 2005 | % | 2006 | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Apoio Administrativo | 2 | 0,5% | 2 | 0,5% | 2 | 0,5% |
| Finalístico | 313 | 79% | 317 | 81% | 318 | 81% |
| Gestão de Políticas Públicas | 50 | 13% | 46 | 12% | 47 | 12% |
| Operações Especiais | 10 | 2,5% | 10 | 2,5% | 10 | 2,5% |
| Serviços ao Estado | 19 | 5% | 17 | 4% | 16 | 4% |
| Total de Programas | 394 | - | 392 | - | 393 | - |

**Fonte: SIGPlan**

Em 2006, havia 393 programas, sendo 318 do tipo finalístico, quantitativo semelhante ao que vem sendo observado nos exercícios anteriores, conforme se verifica na tabela acima. Dos 393 programas, 382 são de responsabilidade do Poder Executivo, sete do Poder Judiciário, dois do Legislativo e um para cada instituição do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União.

1. Estão incluídos na contagem de programas, em todos os exercícios, aqueles que constituem apenas despesas inscritas em restos a pagar. Em 2006, estes representam 26 programas finalísticos, três de Gestão de Políticas Públicas e um de Serviços ao Estado.

Os programas vigentes em 2006 compreendiam 4.236 ações financiadas com recursos do orçamento da União (ações orçamentárias), o que apresenta um acréscimo de 316 ações em relação a 2005. Destas ações, 2.168 (51%) eram atividades, ou seja, um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, do qual resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo. As operações especiais, despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do Governo Federal, somavam 695 (16,4%). Os projetos, que consistem um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, somavam 1.373 ações (32%), representando uma redução de 30 ações em relação a 2005.

Há também um universo de ações que não utilizam recursos orçamentários da União, mas que contribuem também para o alcance dos objetivos dos programas. Essas ações, denominadas não-orçamentárias, somam 344, enquanto, em 2005, eram 383. As ações não-orçamentárias referem-se a recursos disponíveis do setor privado, das agências oficiais de crédito, do terceiro setor, dos incentivos fiscais, dos fundos constitucionais de financiamento regional, dos fundos administrados pelo Governo Federal e dos dispêndios correntes das empresas estatais, bem como de parcerias e contrapartidas de Estados e Municípios.

De acordo com o modelo de planejamento adotado na formulação dos programas do Plano, a principal maneira de aferição dos resultados dos programas é o uso de indicadores que medem a evolução do problema e o alcance do objetivo estabelecido. A tabela abaixo ilustra o uso de indicadores no PPA.

**Tabela 2.**

| Indicadores de Programas do Plano Plurianual 2004-2007 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---|---|---|---|
| Total de Indicadores | 635 | 798 | 812 |
| Número de programas com pelo menos um indicador | 287 | 315 | 297 |
| Percentual de Programas do PPA com indicadores | 73% | 80% | 76% |
| Percentual de Programas Finalísticos e de Serviços ao Estado com Indicadores | 85% | 94% | 88% |

**Fonte: SIGPlan**

A presença de indicadores é considerada obrigatória nos programas finalísticos e de serviços ao Estado, sendo que alguns programas de Gestão de Políticas Públicas também os têm utilizado. Do universo dos programas para os quais os indicadores devem necessariamente constar da programação, 88% apresentam indicadores, o que representa uma redução em relação a 2005 (94%). Percebe-se, todavia, uma evolução na quantidade total do número de indicadores, que somavam no primeiro exercício do plano, em 2004, 635, tendo alcançado 812 em 2006.

Tão importante quanto a existência de indicadores para se avaliar os resultados de cada um dos programas de governo é a regularidade de sua apuração. A avaliação dos

programas do Plano no exercício de 2006 revela progressos quanto a esses dois últimos aspectos. Observa-se que, embora grande parte dos programas finalísticos e de serviços ao Estado disponha de indicadores (88%), apenas 62% foram efetivamente apurados em 2006. Todavia, identifica-se um avanço em relação ao total de indicadores apurados em 2004 (43%) e em 2005 (55%). Verifica-se ainda um avanço ao se considerar o aumento no número de programas que apresenta todos os indicadores apurados, passando de 144 (2004) para 215 (2006). Destaca-se, todavia, uma deficiência na estimativa dos índices ao final do PPA, conforme se observa em tópico específico deste documento.

**Tabela 3.**

| Apuração de Indicadores | 2004 | % | 2005 | % | 2006 | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Número total de indicadores apurados | 270 | 43% | 440 | 55% | 505 | 62% |
| Programas com todos os indicadores apurados* | 112 | 34% | 158 | 47% | 178 | 53% |
| Programas com pelo menos um indicador apurado* | 144 | 43% | 190 | 57% | 215 | 64% |
| Programas sem nenhum indicador apurado* | 143 | 43% | 125 | 37% | 80 | 24% |

*** Programas Finalísticos e de Serviços ao Estado - Fonte: SIGPlan**

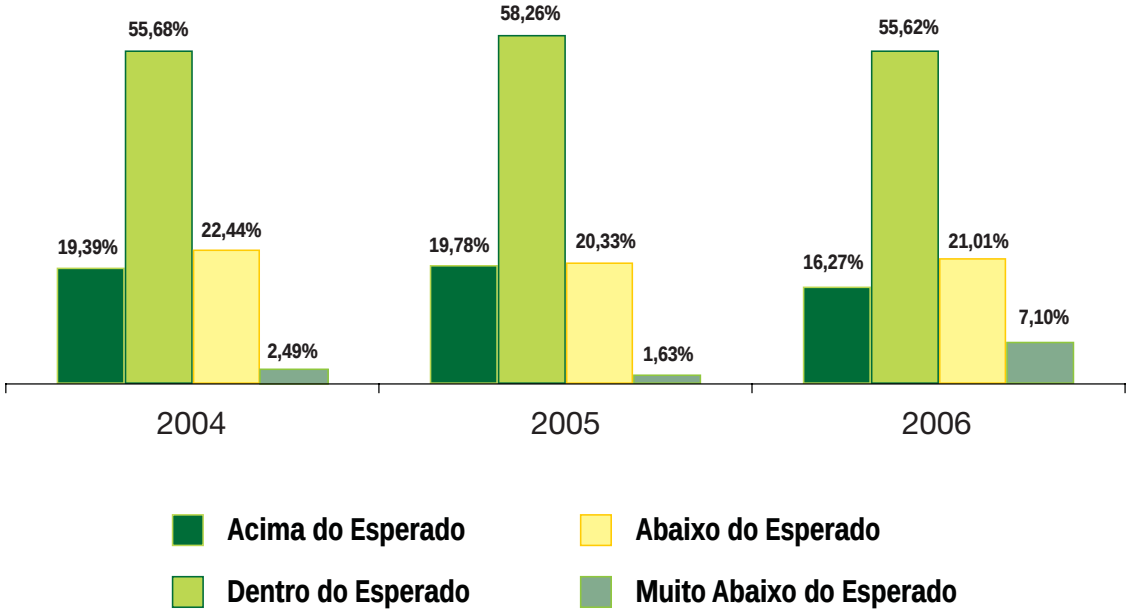
A seguir, serão apresentados os tópicos relativos aos temas considerados relevantes para a gestão do PPA, segundo a percepção das equipes responsáveis pelo seu gerenciamento.

## PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

• Os resultados obtidos em 2006 foram considerados 'acima do esperado' por 16% dos gerentes, o que representa uma redução comparativamente aos percentuais registrados em 2005 (20% das opiniões do gerentes) e em 2004 (19%). Conforme demonstra o gráfico a seguir. Também se verifica, a partir das informações consolidadas no conjunto dos programas em 2006, que 7% dos gerentes consideraram os resultados alcançados como sendo 'muito abaixo do esperado', em contraste com 1,6%, em 2005, e 2,49%, em 2004. Não houve variação significativa no decorrer dos anos em relação aos gerentes que consideraram os resultados como 'abaixo' ou 'dentro do esperado', registrando respectivamente 21% e 56% em 2006.

• Os órgãos da administração federal em que pelo menos 80% dos gerentes de programas consideraram os resultados obtidos em 2006 como sendo 'dentro' ou 'acima do esperado', são: Ministério da Ciência e Tecnologia (8 programas - 100%), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (3 programas - 100%), Ministério da Educação (11 em 12 programas - 91,7%), Ministério do Trabalho e Emprego (10 em 11 programas - 90,9%), Ministério do Meio Ambiente (18 em 20 programas - 90%), Ministério das Relações Exteriores (9 em 10 programas - 90%), Ministério de Minas e Energia (22 em 25 programas - 88%), Ministério da Fazenda (14 em 16 programas 87,5%), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (5 em 6 programas - 83,3%), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (10 em 12 programas - 83,3%), Presidência da República (8 em 10 programas - 80%) e Ministério da Cultura (8 em 10 programas - 80,00%).

**Gráfico 1. Principais Resultados Obtidos**




**Fonte: SIGPlan**

Por outro lado, encontram-se os Ministérios nos quais grande parte dos gerentes considerou os resultados como sendo 'abaixo' ou 'muito abaixo do esperado': das Comunicações (5 em 6 programas - 83,3%), dos Transportes (14 em 17 programas - 82,3) e da Integração Nacional (9 em 14 programas - 64,3%).

Gerentes do Ministério da Integração Nacional sinalizaram, como causas para o alcance dos resultados 'abaixo' ou 'muito abaixo do esperado', o contingenciamento de recursos, limitações orçamentárias ou liberação dos recursos apenas no final do exercício em programas como: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada; Drenagem Urbana Sustentável; Eficiência na Agricultura Irrigada; Organização Produtiva de Comunidades – Produzir; Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres; Proágua - Infra-estrutura; Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação. Também houve problemas relativos a licenciamento ambiental no programa que trata da integração do rio São Francisco. Outro aspecto relevante registrado refere-se aos problemas enfrentados na celebração de convênios, como ocorreu com o Programa Resposta aos Desastres.

Prejuízos ao alcance dos resultados dos programas do Ministério das Comunicações ocorreram, por exemplo, devido a dificuldades na aquisição de máquinas e mobiliários no Programa de Aprimoramento dos Serviços Postais; falta de tempo hábil para realização de Pregão Eletrônico e convênios no programa de gestão, além de contingenciamento e liberações tardias de fluxo de recursos em outros programas.

No caso do Ministério dos Transportes, os Programas Manutenção da Malha Rodoviária Federal, Infra-estrutura de Transportes e aqueles relativos aos corredores Araguaia-Tocantins, Fronteira Norte, Leste, Mercosul e Nordeste tiveram o alcance dos resultados previstos prejudicados em virtude da significativa execução orçamentária na modalidade de restos a pagar[2] o que impactou os limites financeiros disponíveis em 2006; da existência de algumas obras paralisadas pelo TCU e de demora para aprovação das licenças prévias concedidas pelos órgãos ambientais. Foram identificados também problemas relativos a contingenciamento ou decorrentes da limitação orçamentária em programas como Serviços de Transporte Rodoviário, Gestão da Política dos Transportes e Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário. No Programa Serviços de Transporte Aquaviário houve atraso nas deliberações por falta de quorum legal na composição da diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), devido à inexistência de diretores indicados. Finalmente, nos programas como os Corredores São Francisco, Sudoeste e Transmetropolitano foram relatadas como causas para o alcance dos resultados 'abaixo' ou 'muito abaixo do previsto' a demora no repasse de recursos para convênios e dificuldades no gerenciamento do grande número de editais de concorrência para a realização de obras.

A insuficiência de recursos orçamentários contribuiu para que os resultados fossem considerados como 'abaixo' ou 'muito abaixo do esperado' nos Ministérios dos Transportes (14 em 17 programas - 82,3%); da Integração Nacional (10 em 14 programas - 71,4%); e das Comunicações (3 em 6 programas - 50%).

**Indicadores - Viabilidade de Alcance dos Índices Previstos ao Final do PPA (em 2007)**

As avaliações dos programas enviadas ao Ministério do Planejamento, relativas ao exercício de 2006, compreendem um universo de 783 indicadores. Destes, 627 que representam 80% do total dos indicadores, apresentam índice previsto ao final do PPA (2007), cerca de 80% do total. Esse número constitui-se em avanço, tendo em vista que, em 2004, apenas 401 indicadores, cerca de 63% do total, apresentavam índice previsto ao final do PPA.

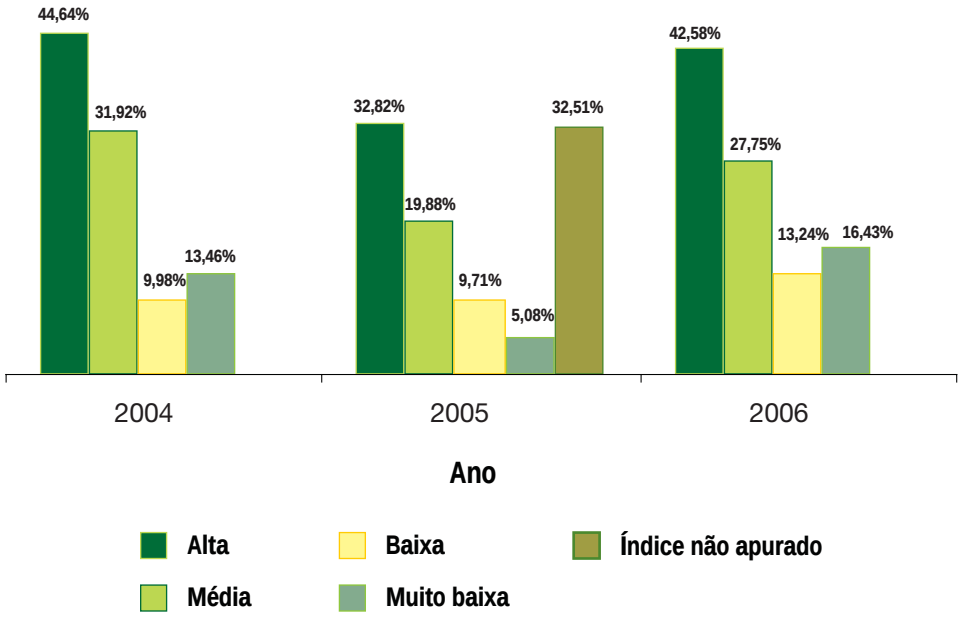
Em 2006, os Ministérios, nos quais a grande maioria dos indicadores apresentava índice previsto para 2007 são: da Ciência e Tecnologia (todos os 32 indicadores – 100%), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (69 em 70 indicadores - 98%), do Meio Ambiente (25 em 26 indicadores - 96%), da Defesa (37 em 39 indicadores - 95%) e da Saúde (75 em 80 indicadores - 94%).

Por outro lado, os Ministérios com número reduzido de indicadores com previsão de índice para 2007 são: dos Transportes (1 em 34 indicadores - 0,3%); do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (6 em 26 indicadores - 23 %); da Integração Nacional (16 em 33 indicadores - 49%); da Cultura (11 em 20 indicadores - 55%) e da Justiça (17 em 26 indicadores - 65%).

2. O artigo 36 da Lei nº 4.320/64 define como restost a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

Em 2006, cerca de 42% dos gerentes consideraram alta a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, enquanto, em 2004 e 2005[3], esses valores representavam 44% e 32%, respectivamente. Em 2006, a previsão de viabilidade de alcance do índice estimado para o final do PPA (2007) foi de 27,7%, 13,24% e 16,43% relativa às opões média, baixa e muito baixa, respectivamente. Ressalta-se o Ministério de Minas e Energia, em que cerca de 84% dos 63 indicadores foram considerados com viabilidade de alcance alta ou média. O mesmo percentual é observado no Ministério da Saúde, o que corresponde a 63 dentre 75 indicadores que apresentam índice previsto ao final do Plano.

**Gráfico 2. Viabilidade de Alcance dos Índices Previstos ao Final do PPA**




**Fonte: SIGPlan**

Diversos fatores são apontados como causa para a dificuldade do alcance do índice do indicador ao final do PPA, tais como problemas orçamentários e financeiros e fatores externos, cuja atuação da gerência do programa em sua solução é restrita. No índice Volume Exportado de Café do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira, por exemplo, estudos do Conselho Nacional do Café (CNC), revelam que o Brasil não terá como repetir na safra 2007/2008 os valores exportados nos últimos anos, tendo em vista a redução da área plantada associada à alta demanda do consumo interno.

Outros indicadores com baixa perspectiva de alcance do valor previsto ao final do plano são: Taxa de Erradicação da Febre Aftosa de Bovídeos; Taxa de Participação do Mercado de Previdência Privada Complementar Aberta no Produto Interno Bruto (PIB); Percentual da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a

3. Ressalta-se que, em 2005, o roteiro de questões apresentava uma opção adicional de resposta (índice não apurado), diferentemente dos anos de 2004 e 2006. Dessa forma, em 2005, não havia necessidade de verificação da viabilidade de alcance do índice ao final do PPA para aqueles 32,51% dos indicadores que não haviam apurado o índice naquele ano.

4ª Série; Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais; Prazo de Concessão de Patentes; Coeficiente de Incidência de Dengue; e Produção Média de Gás Natural.

Por outro lado, encontram-se indicadores cuja previsão de alcance do índice, estimado para 2007, foi considerada alta, como por exemplo: Valor das Exportações de Aves; Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 15 a 17 Anos; Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total; Energia Elétrica Economizada; Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal e Saúde da Família; e Coeficiente de Mortalidade Infantil.

Dentre as causas para a não apuração do índice em 2006 são citados fatores como a inexistência periódica de dados que compõem a fórmula de cálculo do indicador e a inadequação do indicador na medição do alcance do objetivo do programa. Nesta situação, encontram-se indicadores que já foram substituídos para os exercícios seguintes, na revisão/elaboração do PPA. Alguns programas possuem resultados que não podem ser alcançados ou mensurados anualmente como, por exemplo, os programas da área de Ciência e Tecnologia. O Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) apresenta como justificativa para a não apuração do indicador em 2006 o tempo necessário para gerar uma nova tecnologia, que geralmente ultrapassa o período adotado para o Plano Plurianual.

## CONCEPÇÃO DE PROGRAMAS

O desenho dos programas consiste em elemento fundamental para sua gestão. Por isso, a análise da concepção tem como proposta rever a consistência do desenho dos programas, evidenciando ajustes que se mostram necessários. As propostas de alterações apresentadas nessa análise são utilizadas nos processos de revisão anual dos programas do PPA. O exame da concepção abrange, ainda, uma visão das perspectivas de raça, gênero, pessoa com deficiência, criança, adolescente e juventude na implementação dos programas e as possíveis dificuldades para que estes recortes sejam considerados na gestão dos programas.

Dessa forma, os tópicos a seguir apresentam uma abordagem sistêmica do desempenho dos programas em 2006, no que se refere à concepção, segundo a percepção das equipes gerenciais responsáveis pelo gerenciamento dos programas.

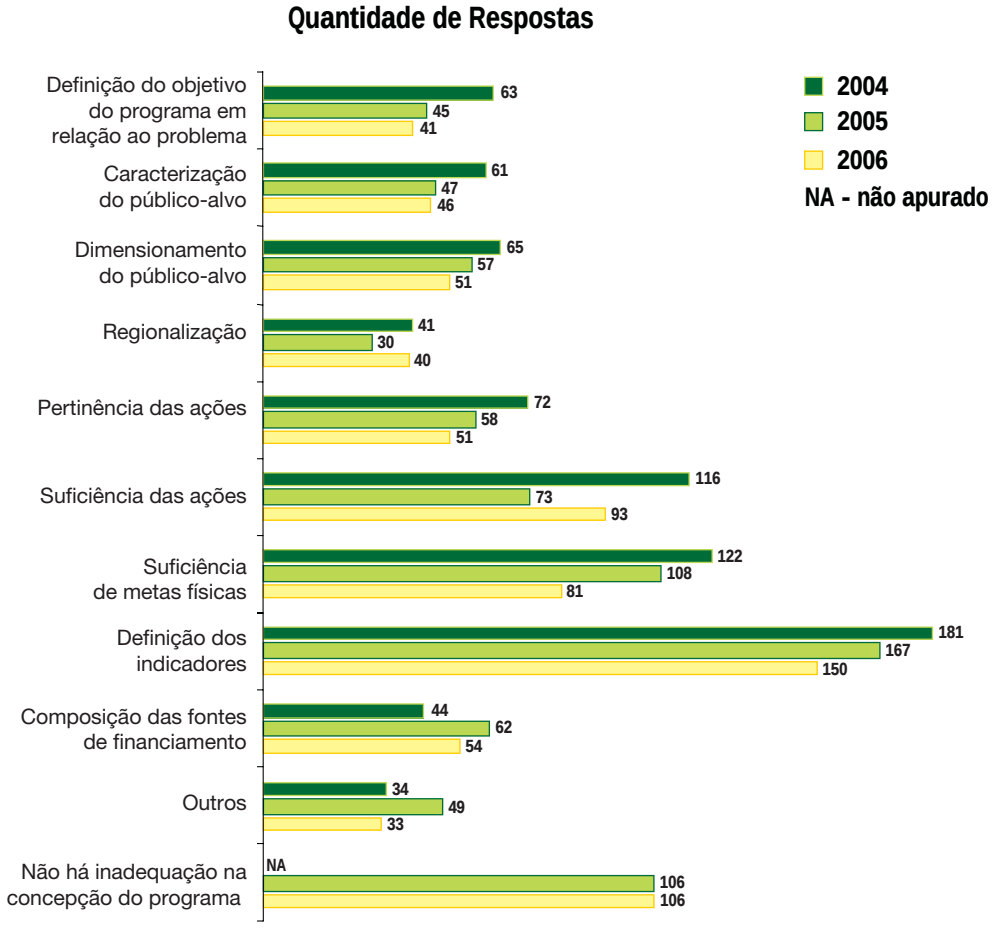
### Aspectos Inadequados da Concepção dos Programas (ano 2006)

Ressalta-se, primeiramente, que em 2006, a quantidade de respostas obtidas no SIGPlan para essa questão foi menor que nos anos anteriores.

Em 2004, 361 gerentes de programas responderam a essa questão, enquanto, em 2005, foram 369. Em 2006, foram 338 gerentes de programa que responderam às questões relativas à concepção dos programas, incluindo o Programa 1246 - Rumo ao PAN, de

caráter temporário. Dessa forma, para uma análise mais qualitativa, são apresentados dois gráficos com os motivos apontados, o primeiro em valores absolutos e o segundo em percentuais. Percebe-se uma discreta diminuição dos programas que apontaram algum problema na concepção, de 71,3% para 68,6%.

**Gráfico 3. Aspectos Inadequados da Concepção**



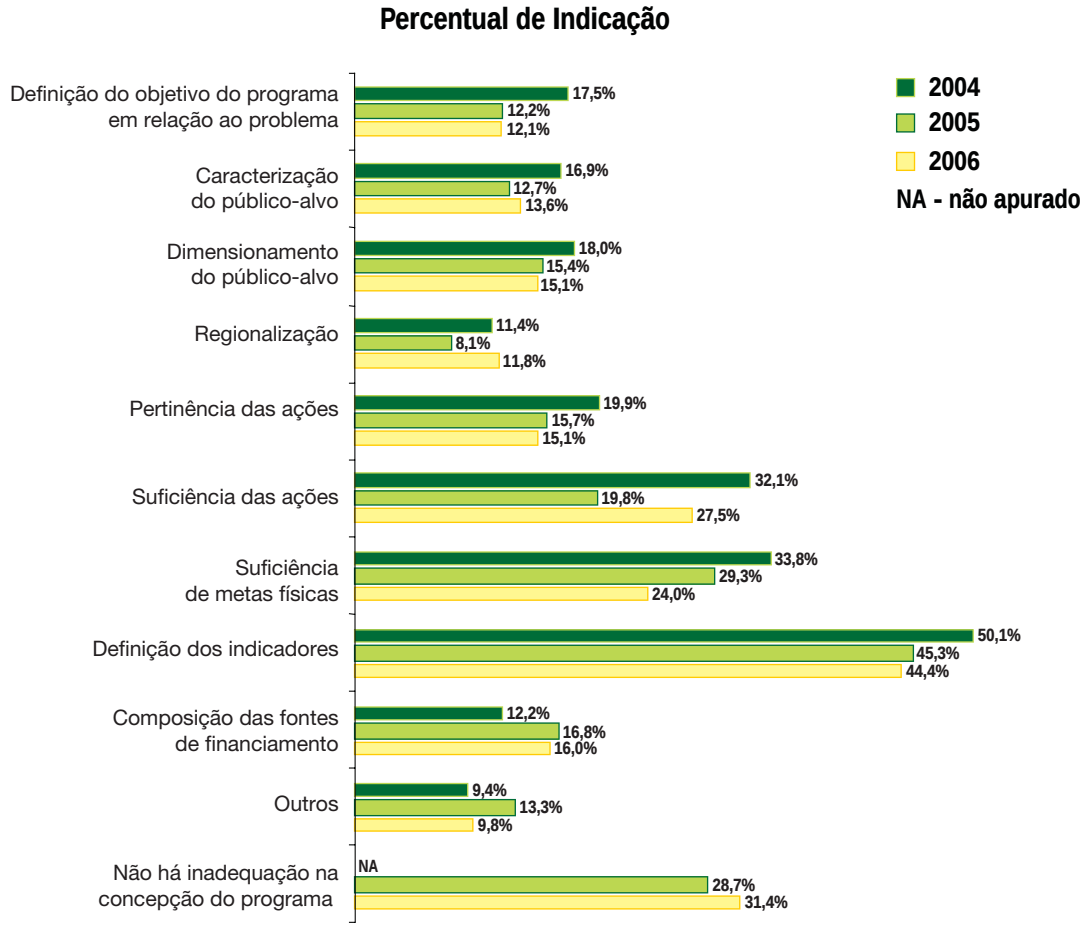

**Fonte: SIGPlan**
*** Pode ter sido declarado mais de um aspecto inadequado de concepção em um mesmo programa.**

O motivo mais freqüentemente apontado para a inadequação do desenho dos programas foi, como nos anos anteriores, a definição dos indicadores. Do ano de 2005 para o de 2006, praticamente não houve melhoria percentual, com apontamento próximo a 45% do total dos programas. Foram indicados como causa dessa inadequação a impropriedade dos indicadores frente ao objetivo do programa e as dificuldades de apuração dos mesmos.

Os Ministérios que mais perceberam esse problema são: do Desenvolvimento Agrário (em 8 de seus 9 programas – 89%), de Ciência e Tecnologia (em 6 de seus 8 programas – 75%), da Justiça (em 11 de seus 15 programas – 73%), dos Transportes (em 12 de seus 18 programas – 67%) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (em 2 de seus 3 programas – 89%).

Os Ministérios nos quais verificou-se reduzido número de declaração das equipes gerenciais relativa a deficiências em indicadores foram: do Turismo (0% de seus programas); da Fazenda (19% de seus programas); das Relações Exteriores; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (20% de seus programas).

**Gráfico 4. Aspectos Inadequados da Concepção**




**Fonte: SIGPlan**

Outro problema a ser considerado diz respeito à suficiente previsão das metas físicas das ações para a garantia do alcance do objetivo dos programas. Nota-se a evolução decrescente desse índice comparado com o ano de 2004, no qual 33,8% dos gerentes dos programas identificaram a quantificação das metas físicas como insuficiente para a gestão dos programas. Em 2006, foi apontada como segunda causa mais freqüente para a inadequação da concepção dos programas a percepção de que as ações programáticas não são suficientes para o alcance dos objetivos. Esse fator, que teve uma queda significativa de 2004 para 2005, tornou a aumentar em 2006 (27,5%) e esteve presente nas respostas de 93 gerentes de programas, indicando que, nesses programas, as ações previstas em sua modelagem não contemplam o enfrentamento de todas as causas do problema que originou o programa.

Esse problema foi mais percebido por gerentes de programas dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (em 4 de seus 6 programas – 67%); Presidência da República (em 6 de seus 11 programas – 55%); Ministério da Educação (em 6 de seus 12 programas – 50%); e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (em 1 de seus 2 programas – 50%).

As ações componentes dos programas foram consideradas suficientes para o alcance dos objetivos previstos em todos os programas dos seguintes Ministérios: da Previdência Social, das Comunicações e do Turismo.

De modo geral, à exceção das condições comentadas acima, houve semelhança das respostas relativas aos aspectos inadequados no desenho dos programas nos anos de 2004, 2005 e 2006.

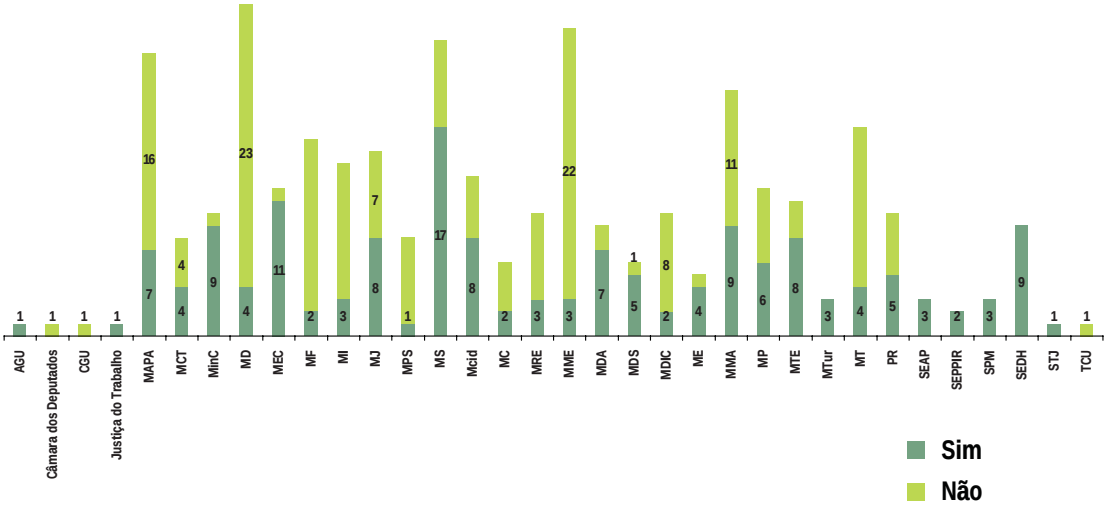
**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA QUANTO À TRANSVERSALIDADE**

A transversalidade constitui uma forma de atuação horizontal, não-hierárquica que busca construir políticas públicas integradas por meio de ações articuladas que ultrapassam o tratamento tradicionalmente setorial das políticas públicas. Neste documento, a transversalidade está refletida no planejamento, no monitoramento e na avaliação de programas e políticas que considerem as perspectivas de gênero, raça, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens com o objetivo de reduzir as desigualdades existentes.

No roteiro de avaliação dos programas do PPA disponibilizado aos gerentes dos programas em 2006, a questão relacionada à transversalidade foi transferida da avaliação setorial para a avaliação de programas com o objetivo de evidenciar melhor o grau de inserção do enfoque transversal na gestão dos programas de governo. Por meio deste detalhamento, procurou-se extrair dados que permitem analisar a contribuição de cada Ministério na construção dessas políticas públicas integradas para recortes específicos. O Gráfico abaixo apresenta a quantidade de programas por órgão cujos gerentes apontaram ou não a existência de ações nas quais pelo menos um dos temas transversais estava presente.

Em 2006, 155 programas constantes do PPA (45%) indicaram algum tipo de abordagem dos temas transversais. Essa abordagem não se refere necessariamente à existência de ações específicas com recortes relativos aos temas raça, gênero, portadores de deficiência ou crianças adolescentes e jovens. A ação transversal no planejamento e na implementação dos programas não requer necessariamente uma ação estritamente focada nesses temas, o que resultaria em pulverização de recursos e, conseqüentemente, em dificuldades para a gestão do programa. Pelo contrário, considera-se que a efetiva inclusão das temáticas pode ser mensurada por intermédio dos indicadores, identificada no público-alvo, ou na priorização destes temas na estratégia de implementação das ações, que apresentam na maioria das vezes finalidades mais abrangentes. Esse recorte quando presente nesses atributos permite o monitoramento da cobertura e o atendimento das demandas desses grupos específicos, evitando sobreposições ou fragmentação das intervenções.

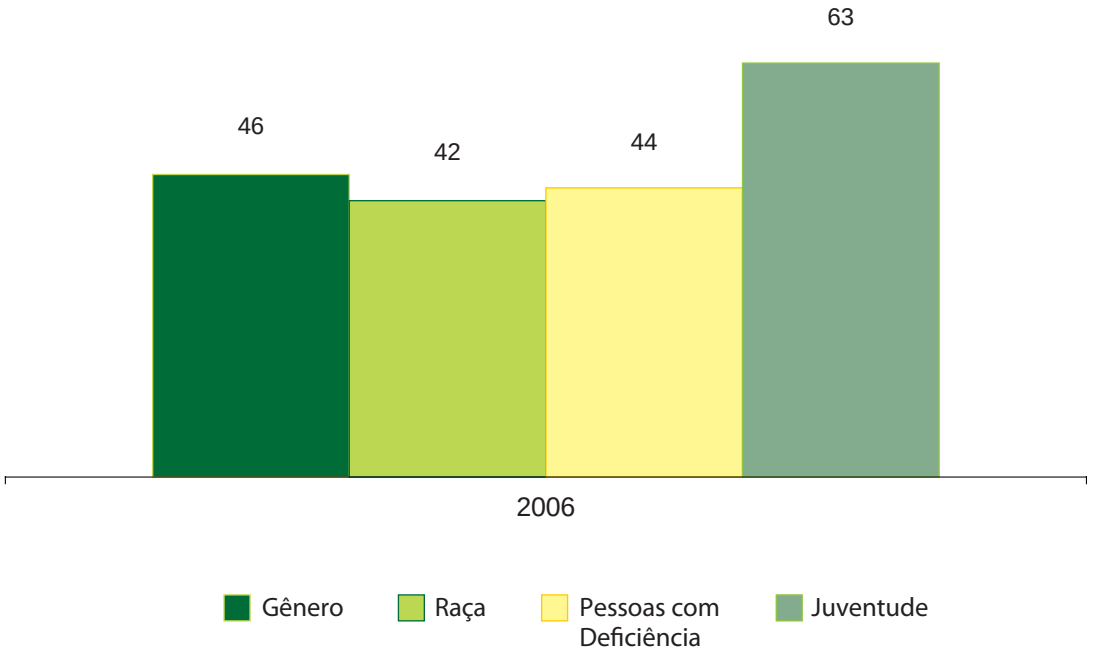
**Gráfico 5. Avaliação quanto à transversalidade por Ministério em 2006**




**Fonte: SIGPlan**

Uma análise mais detalhada nas justificativas relatadas pelos gerentes evidenciou, em alguns casos, o pouco conhecimento das gerências dos programas em relação ao conceito de transversalidade. Este fato foi verificado, por exemplo, em programas que possuem um público-alvo muito amplo (incluindo os grupos apresentados na questão), tendo influenciado a gerência a, equivocadamente, deduzir que a abordagem transversal estava sendo contemplada pelo programa. Essa análise das respostas subjetivas à questão revela que o número de programas em que a transversalidade é efetivamente contemplada é aproximadamente 20% menor, ou seja, o universo se restringe de 155 programas para 128 programas.

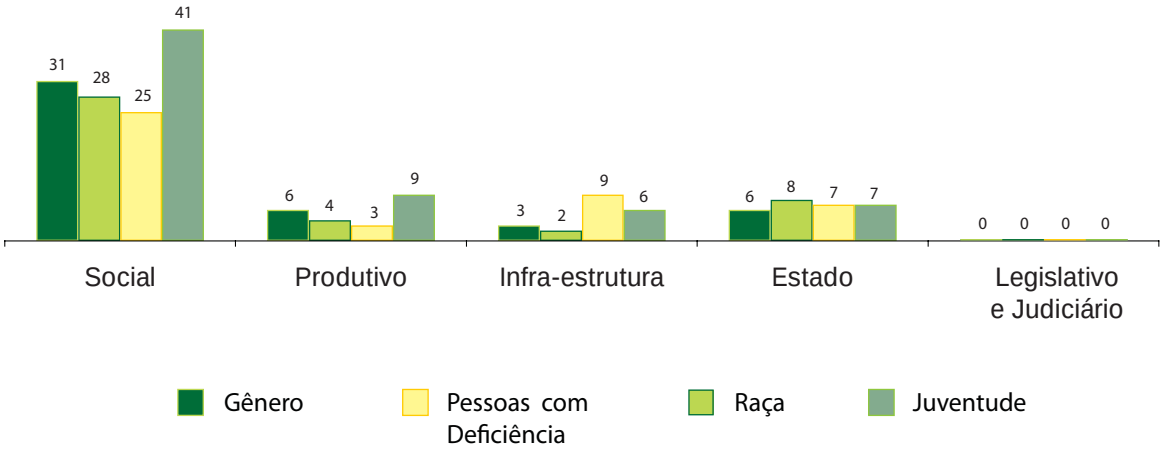
**Gráfico 6. Avaliação da Transversalidade nos Programas**




**Fonte: SIGPlan**

O exame das informações por tema, considerando apenas os programas cujos gerentes demonstraram, em sua justificativa, a incorporação do tema transversal na implementação do programa, evidencia que do grupo de programas analisados: 32% contemplam os temas criança e juventude; 24%, o tema gênero; 23%, pessoas com deficiência e 22%, o tema raça.

**Gráfico 7. Avaliação da Transversalidade nos Programas – em 2006***




**Fonte: SIGPlan**
*** Devido à mudança no roteiro de avaliação quanto à transversalidade, no ano de 2006, não é possivel a comparação desse quesito com os resultados da avaliação dos programas obtidos em 2005.**

A análise por setor[4] demonstra uma considerável participação da área "Social" na incorporação da transversalidade na sua programação (60%). Esse elevado percentual é influenciado pelo fato de que os Ministérios e Secretarias Especiais que compõem o setor possuem grande número de programas finalísticos. Neste setor, destacam-se os Ministérios da Educação, da Cultura e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, onde o enfoque transversal é considerado de alguma forma em grande parte dos programas sob sua responsabilidade (entre 83% e 90% da programação total destes órgãos). No setor "Produtivo" o Ministério do Desenvolvimento Agrário apresenta 6 programas com enfoque transversal o que corresponde a 75% do total de programas do órgão. No setor de "Infra-estrutura", o Ministério das Cidades indicou a existência de 8 programas (62% da sua programação total). O setor "Estado" apresentou resultados menos expressivos. Neste grupo o enfoque transversal ficou entre 12% e 50% das respectivas programações dos órgãos que compõem esse grupo.

A questão relativa à transversalidade tem, ainda, a finalidade de mapear as ações específicas, constantes do PPA, que priorizam estes grupos específicos visando à obtenção de uma base de dados que possa ser utilizada para maior transparência, por meio da divulgação

4. A análise por setor considerou a seguinte classificação, a partir dos órgãos que realizaram a avaliação da sua programação: 1) Social: Ministérios da Cultura, Educação, Justiça, Previdência Social, Saúde, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esportes, Meio Ambiente e as Secretarias Especiais de Direitos Humanos, Política para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; 2) Produtivo: Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Turismo e Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; 3) Infra-Estrutura: Ministérios da Integração, Cidades, Comunicações, Minas e Energia e Transportes; 4) Gestão do Estado: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, os Ministérios da Defesa, Fazenda, Relações Exteriores, Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidência da República e 5) Legislativo e Judiciário: Câmara dos Deputados, Justiça do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas de União.

das políticas públicas já existentes e para o planejamento da intervenção governamental. As informações são úteis para o órgão central de planejamento e para as Secretarias Especiais (SEPPIR, SPM, Secretaria Geral e SEDH) na coordenação das iniciativas de forma a evitar as possíveis sobreposições de ações/programas, reforçar as complementaridades e a integração entre órgãos. Contudo, as respostas à questão permitiram parcialmente o alcance do objetivo almejado, porque várias respostas se referiam apenas ao que se convencionou denominar 'iniciativas', assim entendidas as atividades realizadas no âmbito do programa que priorizam ou realizam recortes na implementação de suas ações. Dessa forma, em vários programas a informação refletia muito mais o tratamento transversal da política do que propriamente a sua programação. Neste aspecto a análise das respostas subjetivas da questão demonstrou que das 195 ações indicadas apenas 65% eram realmente ações orçamentárias do PPA (126 ações).

Foram registradas, ainda, 185 "iniciativas", que contemplam os mencionados temas das mais variadas formas, tais como: operações policiais de combate à pedofilia pela internet, implementadas no âmbito do programa Combate à Criminalidade/MJ; priorização do monitoramento do estado nutricional de crianças menores de 7 anos, gestantes e mulheres em idade fértil pela ação de Monitoramento da Situação Nutricional da População Brasileira, do programa Alimentação Saudável/MS; definição da mulher como preferencialmente responsável legal pela posse do cartão distribuído no âmbito do programa Bolsa Família/MDS, contribuindo para o "empoderamento" das mulheres, conforme demonstrado em avaliações do programa[5]; o projeto de Ações Afirmativas para a População Negra nas instituições públicas de Educação Superior – que tem como objetivo apoiar os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) das Universidades Públicas no desenvolvimento de programas e projetos educacionais de promoção da igualdade racial – desenvolvido no programa Universidade do Século XXI/MEC; ou a disponibilização pelo programa Governo Eletrônico/MP, do "Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG)[6], que visa melhorar o acesso de pessoas com deficiência aos serviços e informações disponibilizados pelos sítios do governo federal, entre outros.

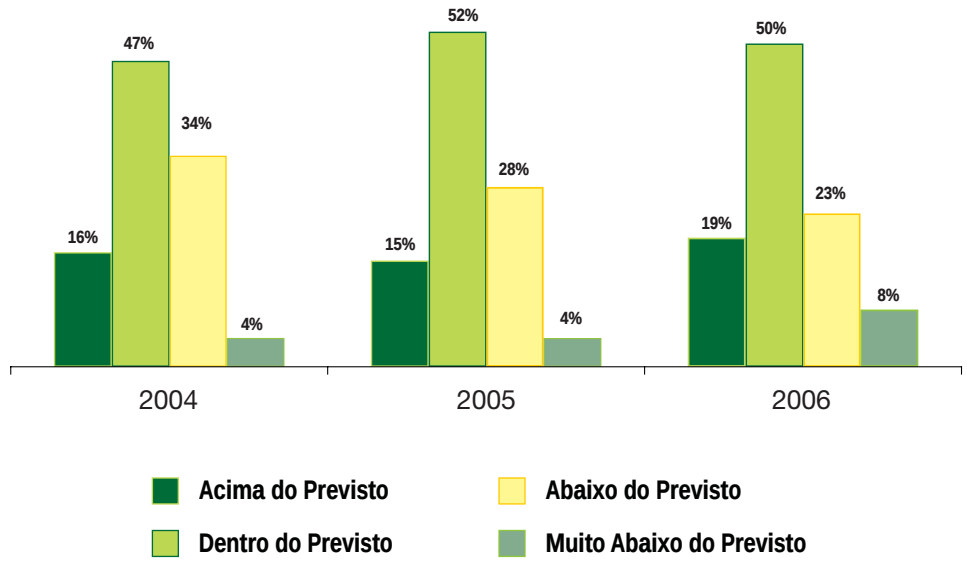
Outro fator que prejudicou a análise, por não permitir que fosse retratado o universo das ações de governo implementadas, foi o fato de várias ações atualmente existentes voltadas para esses temas não terem sido mencionadas. Dessa forma, considerando as limitações mencionadas, o exame das informações em 2006, por tema, demonstra um maior número de ações no PPA voltadas para os temas raça e gênero (48 e 29 ações, respectivamente), seguidos dos temas concernentes à criança e à juventude (28 ações) e pessoas com deficiência (21 ações). O nível de distorção existente pode ser verificado pela comparação destes resultados com os apresentados em 2005, em que foram registradas 239 ações para o tema gênero; 382 ações para o tema raça; 183 para os temas criança e juventude e 61 ações voltadas para pessoas com deficiência.

5. De acordo com a gerência do Programa, resultados preliminares da pesquisa O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero, realizada pela Agende/MDS evidenciam efeitos positivos do programa em relação ao acesso das mulheres ao crédito, à previsibilidade da renda, ao planejamento orçamentário doméstico, à melhora da auto-estima das mulheres, à redução da dependência em relação ao parceiro, e à redução dos conflitos domésticos que leva à diminuição da violência contra as mulheres.
6. Disponível no sítio eletrônico: <http:// www.governoeletrônico.gov.br>.

## IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS

### Atendimento das Metas Programadas

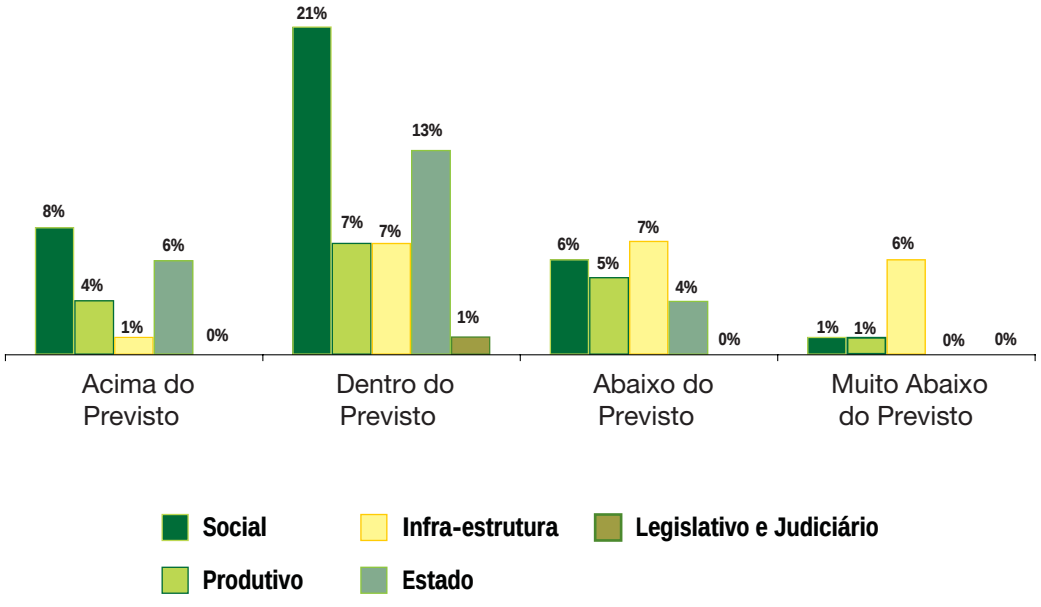
**Gráfico 8. Avaliação da Transversalidade nos Programas**




**Fonte: SIGPlan**

A avaliação dos programas quanto ao cumprimento das metas físicas mostra que, em 2006, houve melhoria nos resultados considerados acima do previsto em comparação aos anos anteriores. O cumprimento das metas físicas foi considerado dentro do previsto em 50% dos programas avaliados. Observa-se um decréscimo nos resultados dos programas cujo cumprimento de metas físicas ficou abaixo do previsto. Contudo, ressalta-se que o percentual de programas que tiveram cumprimento de metas físicas muito abaixo do previsto foi maior que o índice verificado nos anos anteriores.

**Gráfico 9. Cumprimento de Metas Físicas por Setor – em 2006**




**Fonte: SIGPlan**

A análise dos percentuais apresentados no gráfico anterior, por setor[7], demonstra que o cumprimento de metas físicas acima do esperado foi maior nas áreas Social (8%) e Gestão do Estado (4%), enquanto o percentual de programas com o cumprimento de metas físicas abaixo e muito abaixo do esperado foi maior no setor Infra-estrutura (7% e 6%, respectivamente). Neste setor, merece atenção especial o Ministério dos Transportes que indicou o cumprimento de metas físicas muito abaixo do previsto em 11 dos 17 programas sob sua responsabilidade.

De acordo com o informado pelo órgão, os fatores que prejudicaram o desempenho de sua programação foram: existência significativa de restos a pagar, relativo a exercícios anteriores, mencionado em 50% dos programas; paralisação de algumas obras pelo Tribunal de Contas da União (TCU), apontado em vários programas, dentre eles o Corredor Araguaia-Tocantins; demora na aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais, justificativa recorrente nos programas relativos aos Corredores (Araguaia-Tocantins, Fronteira Norte, Leste, Mercosul, Nordeste); dificuldades no monitoramento da execução física de obras realizadas por meio de convênio, fato mencionado em várias ações, como a de Dragagem e Melhoramento na Infra-estrutura do Porto de Suape; e suspensão dos contratos terceirizados da área de informática e conseqüente transferência do serviço para o SERPRO, exigindo um considerável período de adaptação, entre outros.

O registro das metas físicas realizadas pelos coordenadores das ações no SIGPlan referentes ao ano de 2006, demonstram a existência de um alto percentual de localizadores[8] com execução física entre 0% e 40% no módulo de monitoramento. Dessa forma, verificou-se que, em 2006, o Ministério dos Transportes, por exemplo, apresentou 326 localizadores (80% do total de localizadores deste órgão) com execução física entre 0 e 40%. Da mesma forma, a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Integração Nacional apresentaram um alto percentual de localizadores situados na faixa de execução física mencionada (65%, 60% e 58%, respectivamente). Dentre exemplos de justificativas mais citadas pelos gerentes na avaliação dos programas foram: dificuldade no licenciamento ambiental e contingenciamento orçamentário, pela SEAP; e restrições orçamentárias e atraso na liberação do fluxo de recursos, prejudicando consideravelmente a realização das obras pelo Ministério da Integração Nacional.

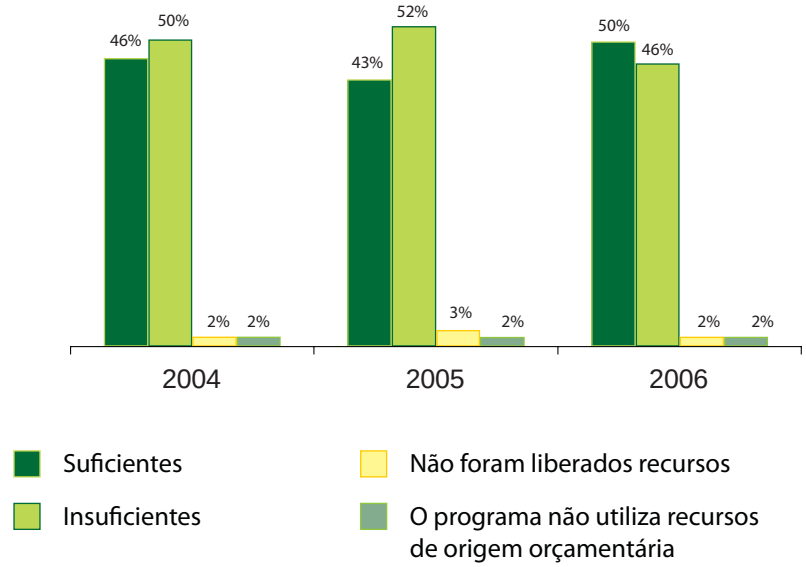
7. A análise por setor considerou a seguinte classificação, a partir dos órgãos que realizaram a avaliação da sua programação: 1) Social: Ministérios da Cultura, Educação, Justiça, Previdência Social, Saúde, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esportes, Meio Ambiente e as Secretarias Especiais de Direitos Humanos, Política para as Mulheres e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; 2) Produtivo: Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, Turismo e Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; 3) Infra-Estrutura: Ministérios da Integração, Cidades, Comunicações, Minas e Energia e Transportes; 4) Gestão do Estado: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União, os Ministérios da Defesa, Fazenda, Relações Exteriores, Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidência da República e 5) Legislativo e Judiciário: Câmara dos Deputados, Justiça do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas de União.

8. De acordo com o Manual Técnico de Orçamento (MTO 2007), localizador de gasto é um detalhamento utilizado para especificar a localização física da ação. Uma ação pode apresentar um ou mais localizadores. Nesta análise, foram considerados, apenas, os localizadores que possuem produto e unidade de medida.

Outro aspecto que merece ser analisado é a tendência das gerências dos programas utilizarem como parâmetro para avaliação do cumprimento das metas físicas, o montante de recursos financeiros disponibilizados para a sua execução e não a previsão inicial dos recursos planejados. Esta é uma prática reiterada nas auto-avaliações que busca evidenciar o esforço da gerência do programa na obtenção de resultados - dado o contexto desfavorável, verificado pelo contingenciamento de recursos, dificuldade de celebração dos contratos, entre outros - ao invés da utilização da comparação em relação à meta inicialmente planejada. Dessa forma, o resultado apresentado reflete muito mais a percepção do gerente em alcançar as metas previstas tendo por referência os recursos disponibilizados e não os inicialmente planejados.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E NÃO-ORÇAMENTÁRIA

**Gráfico 10. Recursos Orçamentários Executados**

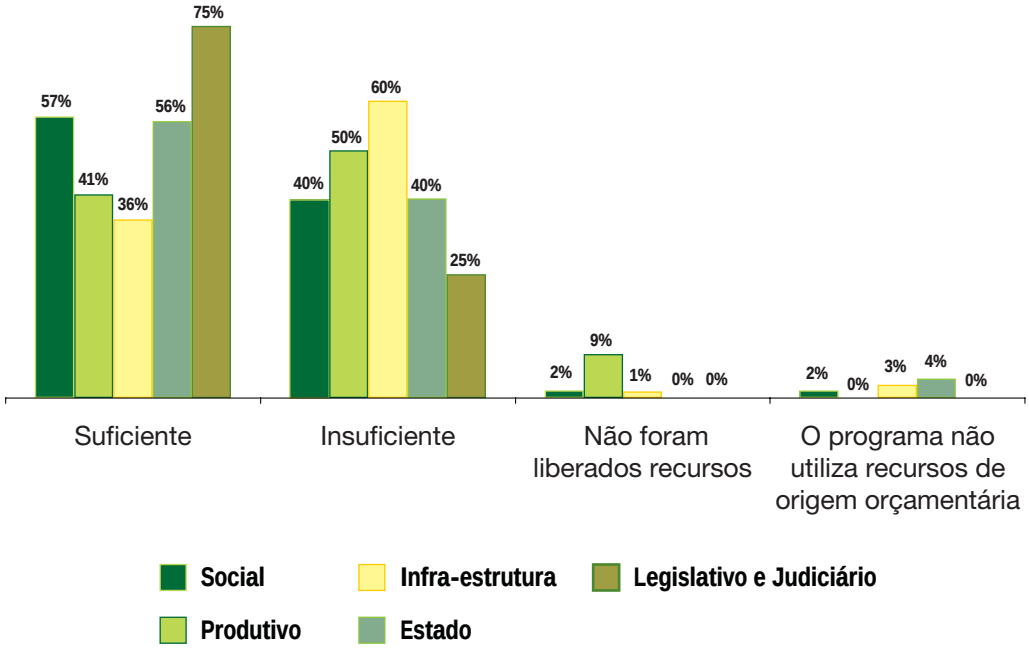



**Fonte: SIGPlan**

Os recursos orçamentários executados em 2006, em relação às dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), foram considerados suficientes por 50% dos programas (167), localizados principalmente no Ministério da Saúde, órgãos da Presidência e Ministério da Educação. Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes para 46% dos gerentes de programas. A análise dos três anos do PPA 2004-2007 apresenta um ligeiro decréscimo na marcação deste item.

O maior percentual de registros da insuficiência de recursos para a execução dos programas reside no grupo Infra-estrutura (60% de seus programas, 45 programas do Plano). Neste setor, sobressai o Ministério dos Transportes pela indicação deste item em 82% dos programas sob a sua responsabilidade. Ressalte-se que a suficiência de recursos neste órgão foi mencionada apenas em ações constantes do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI) que congrega um conjunto de ações com processo seletivo dos projetos, gestão do fluxo de recursos orçamentários e financeiros, além do monitoramento da execução física e financeira.

**Gráfico 11. Execução Orçamentária, por setor – em 2006**




**Fonte: SIGPlan**

Os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça e as Secretarias Especiais de Política para as Mulheres e de Aqüicultura e Pesca indicaram nas respostas a insuficiência de recursos orçamentários executados entre 64% e 100% da programação total, acarretando a impossibilidade de atendimento das demandas existentes. Análise mais detalhada dessas questões aponta os seguintes fatores que contribuíram para a inadequada execução de recursos orçamentários: atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA de 2006; contingenciamento orçamentário; e demora na tramitação de créditos.

## COMPATIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

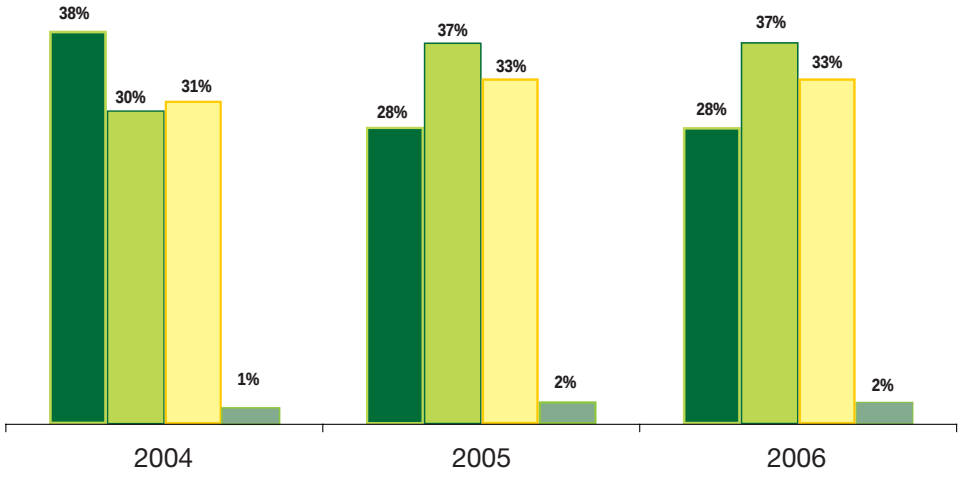
A análise da execução dos recursos orçamentários deve considerar, também, a compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física, uma vez que a execução da dotação orçamentária prevista depende da liberação dos recursos financeiros durante o exercício.

A análise dos gerentes quanto à compatibilidade de liberação de recursos financeiros com as metas físicas previstas em 2006 revelou comportamento próximo ao verificado em 2005, conforme ilustra o gráfico 12 na próxima página.

Os Ministérios pertencentes ao denominado setor Estado evidenciaram maior compatibilidade de liberação do fluxo de recursos durante o exercício de 2006. Mesmo tendo sido apontada a descontinuidade na liberação de recursos, as gerências afirmaram não ter havido prejuízo de execução para aproximadamente 77,7% de seus programas (correspondente ao universo de 60 programas). No setor Social, este percentual é de 65,6% (82 programas), no setor de Infra-estrutura 58,7% (44 programas) e no Produtivo, este percentual é de 53,6% (30 programas).

A liberação de recursos financeiros foi considerada, em geral, adequada pelos gerentes de programas dos Ministérios da Saúde, Educação, Planejamento, Orçamento e Gestão, Defesa e Relações Exteriores. No entanto, os gerentes de programa dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cidades, bem como a Secretaria de Aqüicultura e Pesca declararam que a descontinuidade de fluxo de recursos prejudicou decisivamente a implementação de 61%, 77% e 67% dos programas, respectivamente. Nestes órgãos, algumas gerências mencionaram reiteradamente que o recebimento de recursos financeiros ao final do exercício prejudicou sobremaneira a implementação das ações. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por exemplo, a execução da Ação Prevenção e Controle de Doenças foi prejudicada uma vez que, segundo o gerente do programa, as atividades de prevenção devem ser realizadas sem interrupção durante todo o exercício.

**Gráfico 12. Compatibilidade do Fluxo de Recursos**



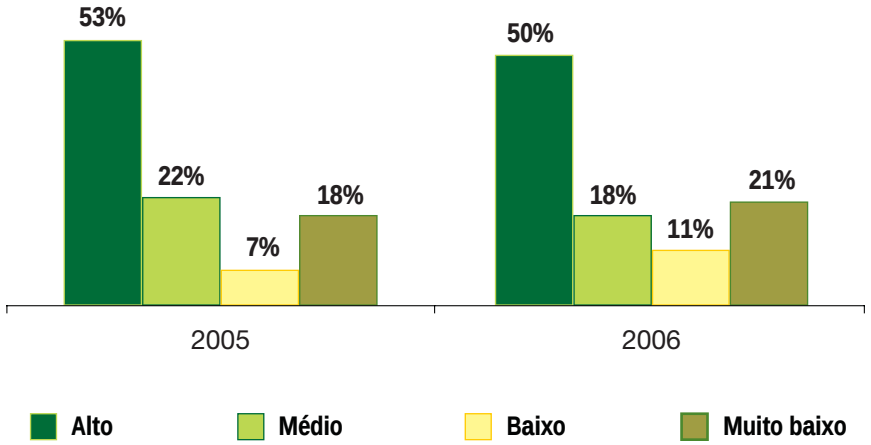

**Fonte: SIGPlan**

## EXECUÇÃO NÃO-ORÇAMENTÁRIA

A execução não-orçamentária trata de recursos que não transitam pelo Orçamento Geral da União. Em geral, são recursos relevantes para a execução dos programas do PPA cujas fontes são das contrapartidas de Estados e Municípios, das parcerias com o setor privado, das fontes de financiamento e empréstimos bancários, dos incentivos fiscais, dos fundos administrados pelo Governo Federal e dos dispêndios correntes das empresas estatais.

Os órgãos que tradicionalmente apresentam volume expressivo deste tipo de recursos são os Ministérios da Fazenda, Cidades, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Trabalho e Emprego e de Minas e Energia (MTE), cujas principais fontes de financiamento são: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil (BB), além do setor privado.

**Gráfico 13. Impacto das ações que utilizam recursos de origem não-orçamentária**




**Fonte: SIGPlan**

O total previsto de recursos não-orçamentários no PPA atingiu cerca de R$ 160,15 bilhões dos quais R$ 143,32[9] foram executados, representando uma execução registrada no sistema de 89,50% do previsto. O financiamento dos programas do PPA por recursos não-orçamentários pode ser bem maior que o encontrado no SIGPlan, pois as informações relativas tanto à execução física quanto à financeira dependem exclusivamente da inserção de tais informações pelos coordenadores de ação do programa e muitas vezes essas ações não contam com coordenadores de ação cadastrados, impedindo o preenchimento dos dados realizados. Essa situação tem ocorrido com ações de programas dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia e das Cidades.

Em 2006, a utilização destes recursos foi indicada em 21% dos programas (72 programas), contra 22% (83 programas) em 2005. Dos 72 programas de 2006, 68% consideraram alto ou médio o impacto destes recursos na implementação dos programas, destacando-se Ministérios como os de Minas e Energia, Cultura e Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O desempenho do programa Abastecimento Agroalimentar/MAPA, por exemplo, é composto por seis ações não-orçamentárias, sendo cinco sob responsabilidade do Banco do Brasil e uma do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), diretamente vinculadas ao desenvolvimento e à comercialização da produção agrícola.

9. Fonte: SIGPlan.

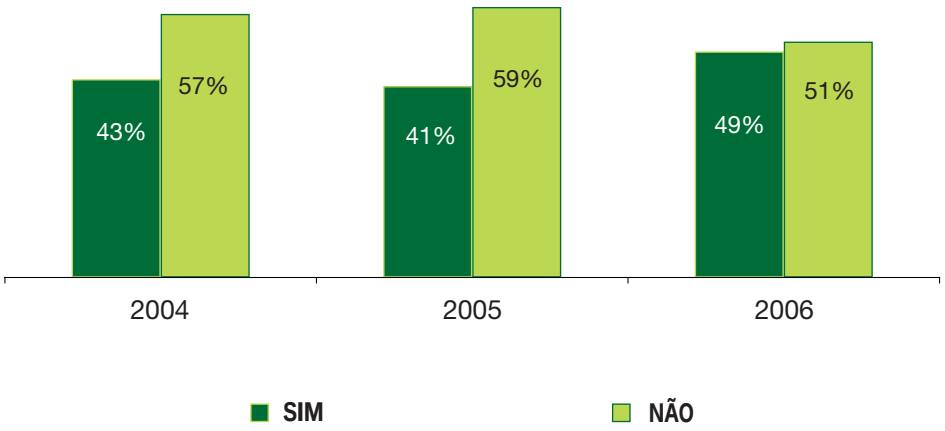
No Ministério do Trabalho, os programas Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda e Microcrédito Produtivo Orientado avaliaram como alto o impacto dos recursos não-orçamentários na sua implementação. São programas constituídos, essencialmente, de ações não-orçamentárias que apresentam como fontes de financiamento o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), BNB e BNDES e que contribuem sobremaneira para o alcance do objetivo do programa. Os montantes executados nestes programas por meio das fontes de financiamento mencionadas foram de R$ 12,2 bilhões e R$ 658 milhões, respectivamente, em 2006.

De forma análoga, alguns programas do Ministério da Fazenda (Banco para Todos, Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes e Produção de Moeda e Documentos de Segurança), totalmente constituídos por ações não-orçamentárias, também avaliaram como alto o impacto destes recursos na implementação dos programas. Estes programas executaram cerca de R$ 1,14 bilhão, em 2006.

**Adequação dos Recursos Materiais e da Infra-estrutura**

A pergunta objetiva dessa questão refere-se à adequação e à disponibilidade de recursos materiais e de infra-estrutura para a implementação dos programas. Em caso de resposta negativa, foi oferecida a oportunidade aos gerentes de localizar, se as inadequações verificadas referiam-se às equipes gerenciais ou às equipes executoras dos programas.

**Gráfico 14. Adequação dos Recursos Materiais e Infra-estrutura**

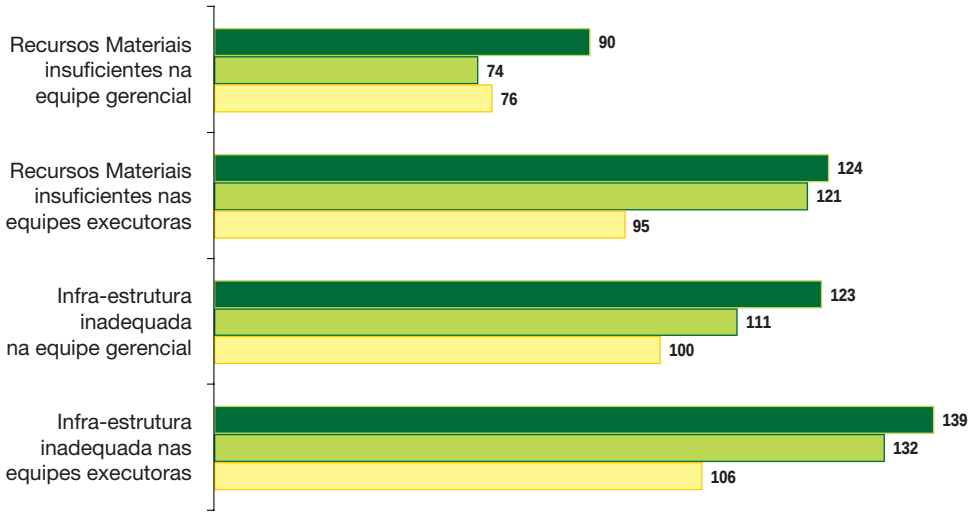



**Fonte: SIGPlan**

Ao se comparar os resultados de 2006 e 2005, identifica-se uma melhoria de respostas positivas, com um quase equilíbrio entre estas e as respostas negativas. Em 2006, dos 377 programas avaliados, 165 gerentes indicaram adequação dos recursos, enquanto 172 apontaram alguma deficiência ou inadequação, quer em recursos materiais, quer em infra-estrutura. A estes últimos foi dada a oportunidade de discriminar o tipo de necessidade verificada.

Devido ao número de respostas menor em 2006, em relação aos anos anteriores, é exibido um gráfico percentual, além dos valores absolutos, de forma a permitir análise mais equilibrada dos resultados da avaliação.

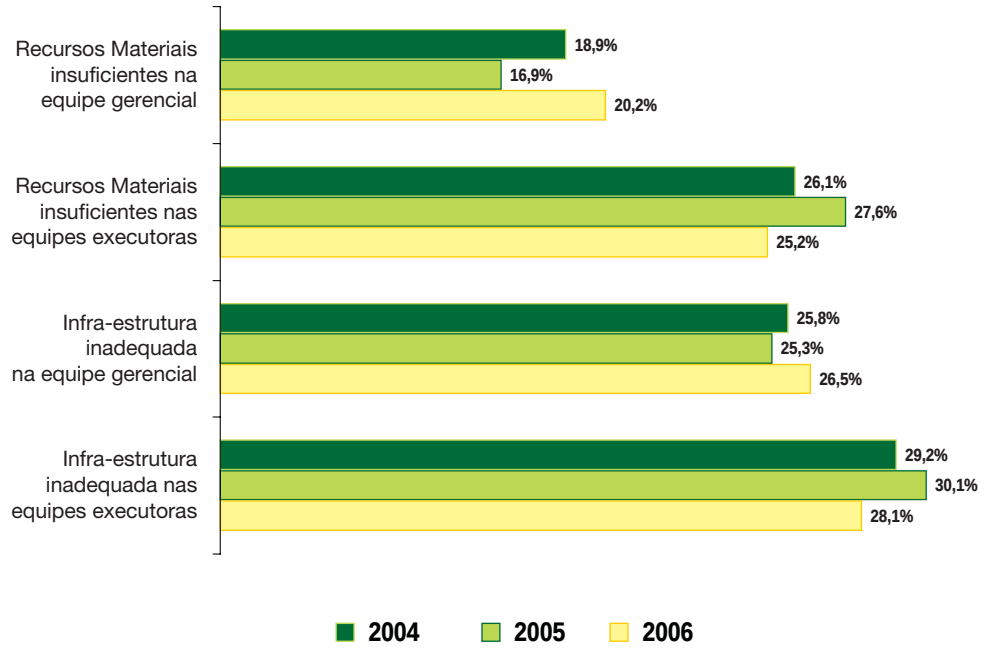
**Gráfico 15. Inadequação de Recursos Materiais e Infra-estrutura**
**Quantidade Respostas**




**Fonte: SIGPlan**

Enquanto, em 2004, foram produzidas 476 respostas negativas específicas, em 2005, obteveram-se 438, diminuindo para 377 no ano de 2006.

**Gráfico 16. Inadequação de Recursos Materiais e Infra-estrutura**
**Percentual de Respostas**




**Fonte: SIGPlan**

Nos 172 programas cujas gerências perceberam inadequações, praticamente todos apontaram mais de uma das quatro situações (recursos materiais insuficientes na equipe gerencial e nas executoras e infra-estrutura inadequada nas equipes gerenciais e executoras), o que explica a falta de concentração percentual em uma ou outra área das quatro apresentadas no gráfico 16.

Os Ministérios dos Transportes (88%), da Justiça (87%), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (83%), do Esporte (80%) e das Cidades (77%) foram os órgãos cujos gerentes de programas apontaram maior percentual de necessidades. Além desses, as Secretarias Especiais de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, apesar de possuírem uma quantidade pequena de programas, diagnosticaram insuficiência desses recursos em todos eles.

Nos Ministérios da Cultura, Defesa, Relações Exteriores, Minas e Energia e Desenvolvimento Agrário foi evidenciado menor percentual de ocorrência da inadequação de recursos materiais e de infra-estrutura, em torno de 30% dos programas. Foram apontados como restrições de recursos materiais para implementação dos programas os seguintes exemplos: falta de equipamentos que facilitem o monitoramento; deficiente informatização dos processos; insuficientes investimentos em melhorias tecnológicas; frota de veículos inapropriada ou deficiente; e carência de instrumentos de aplicação/medição de resultados.

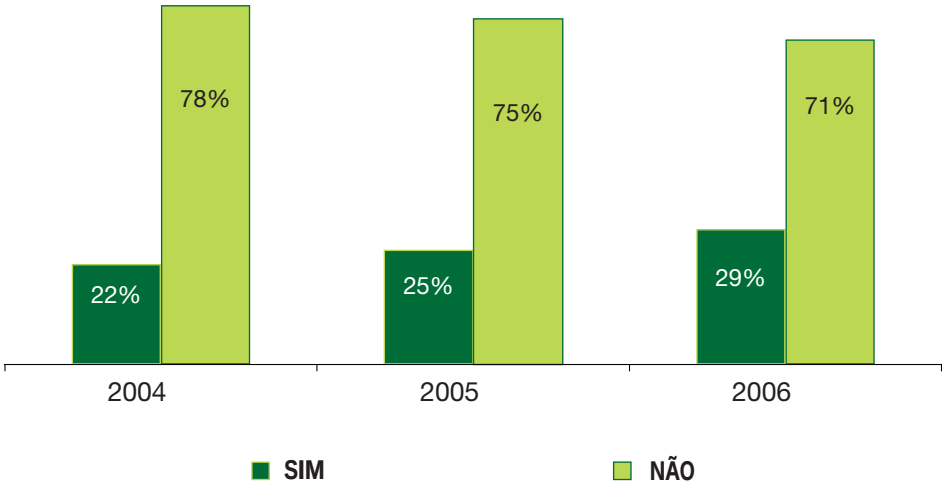
Como inadequação ou insuficiência de infra-estrutura, os maiores problemas apontados foram: espaço reduzido para a acomodação do pessoal responsável pela gerência ou execução dos programas; inadequação de estruturas físicas das gerências regionais; falta de estrutura apropriada para a guarda de material necessário à implementação das ações; e deficiência generalizada na estrutura de comunicação de dados entre os diversos atores desses programas.

**Adequação e Necessidades de Recursos Humanos**

A pergunta objetiva dessa questão diz respeito à adequação e à disponibilidade de recursos humanos para a implementação dos programas. Em caso de resposta negativa, era oferecida a oportunidade aos gerentes de localizar, de forma mais específica, em quais equipes as inadequações de recursos humanos, tanto qualitativas quanto quantitativas, eram mais freqüentes.

Grande parte dos gerentes percebe a inadequação de recursos humanos como um fator limitante à implementação dos programas. Embora com tendência de melhoria nessa percepção, a diferença percentual entre a satisfação e o sentimento de inadequação é alto (29% positivo contra 71% negativo). Dos 337 programas avaliados, apenas 99 gerentes expressaram satisfação com os recursos humanos à disposição de seus programas, enquanto 238 apontaram inadequações quantitativas e/ou qualitativas nesses recursos.

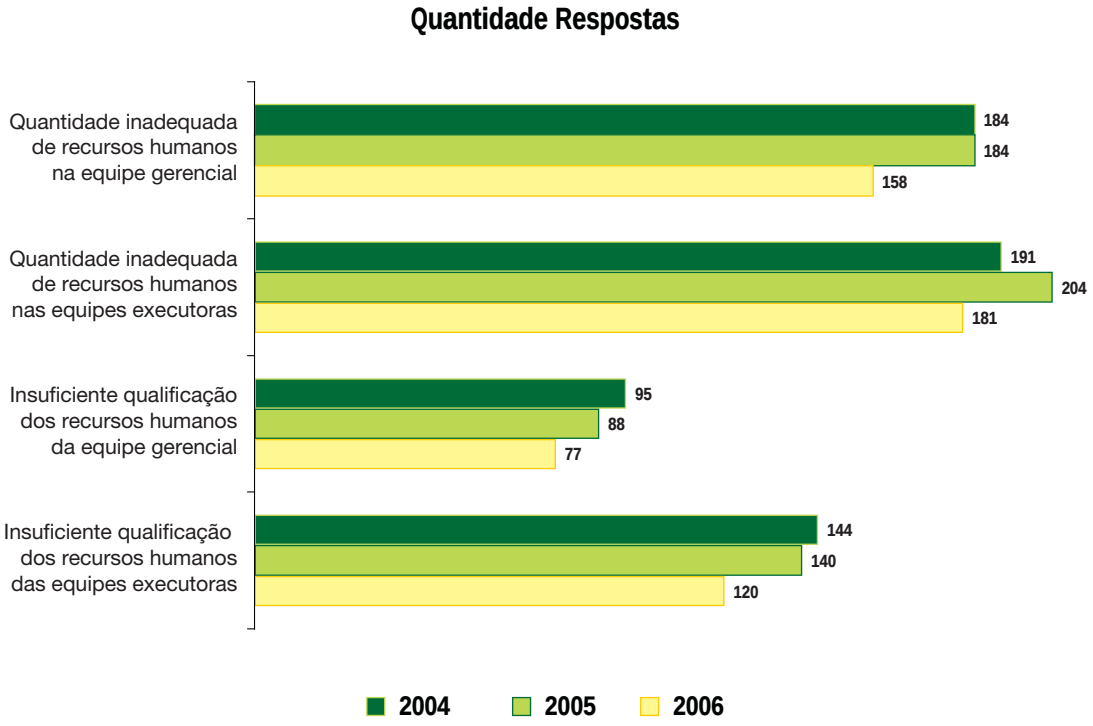
### Gráfico 17. Adequação dos Recursos Humanos




**Fonte: SIGPlan**

Devido ao número de respostas menor em 2006, em relação aos anos anteriores, é exibido um gráfico percentual, além dos valores absolutos, de forma a permitir análise mais ajustada dos resultados da avaliação.

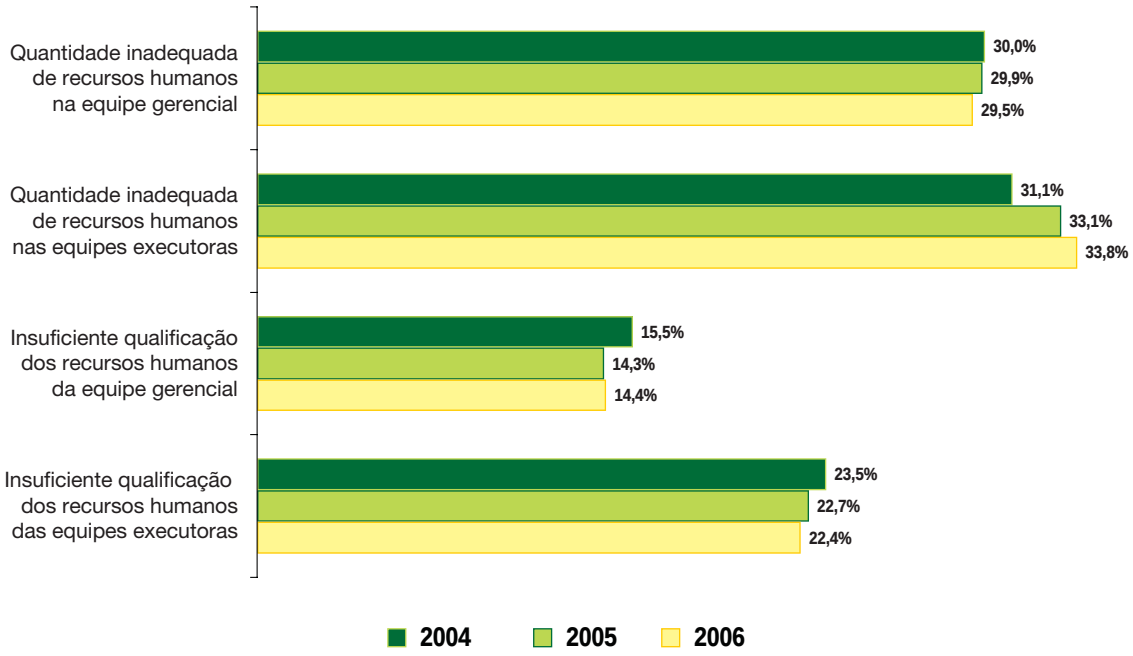
### Gráfico 18. Inadequação de Recursos Humanos




**Fonte: SIGPlan**

Enquanto, em 2004, foram produzidas 614 respostas negativas específicas, em 2005, obteve-se 616, diminuindo para 536 no ano de 2006.

**Gráfico 19. Inadequação de Recursos Humanos**




**Fonte: SIGPlan**

Os motivos que levaram os gerentes a apontar a inadequação dos recursos humanos disponíveis para a implementação de 238 programas foram múltiplos, o que explica a distribuição quase eqüitativa das respostas entre as quatro opções apresentadas no SIGPlan.

A insuficiência quantitativa foi percebida fortemente como inadequada tanto nas equipes gerenciais quanto nas executoras e a inadequação qualitativa (capacidade dos recursos) foi retratada com maior freqüência nas equipes executoras.

De modo geral, o gráfico percentual mostra certa constância nos percentuais que vem sendo verificados na gestão dos programas, ao longo desses anos.

Os gerentes dos programas do Ministério dos Transportes e do Ministério da Justiça, registraram insuficiência de recursos humanos em 100% de seus programas (17 programas no primeiro e 15 no segundo), seguidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (indicações em 90% dos programas), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (ambos com respostas em 89% dos programas) e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (88% dos programas).

Apesar do número reduzido de programas, as equipes gerenciais do Ministério do Turismo e das Secretarias Especiais de Aqüicultura e Pesca, de Políticas para as Mulheres, e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial também registraram insuficiência de recursos humanos em 100% deles.

Entre os problemas apontados com maior freqüência pelos gerentes como causas para insuficiência ou inadequação de recursos humanos, encontram-se:

a) ausência de plano de carreira ou salários pouco atraentes, conduzindo ao desestímulo e aumento da rotatividade;
b) falta de quadro de pessoal próprio, o que acarreta utilização de terceirizados, estagiários, consultores externos e pessoal comissionado em caráter temporário;
c) migração de funcionários, principalmente, dos órgãos centrais para órgãos setoriais;
d) capacitação prejudicada pelos fatores acima descritos, além da falta de uma política de capacitação permanente na maior parte da estrutura governamental;
e) ausência de capacitação – tempestiva e de longo prazo – para funcionários que desempenham tarefas com nível maior de profundidade ou de cunho especial;
f) deficiência quantitativa crônica de recursos humanos, que impede a participação em cursos de capacitação, pela impossibilidade de interrupção dos trabalhos em andamento.

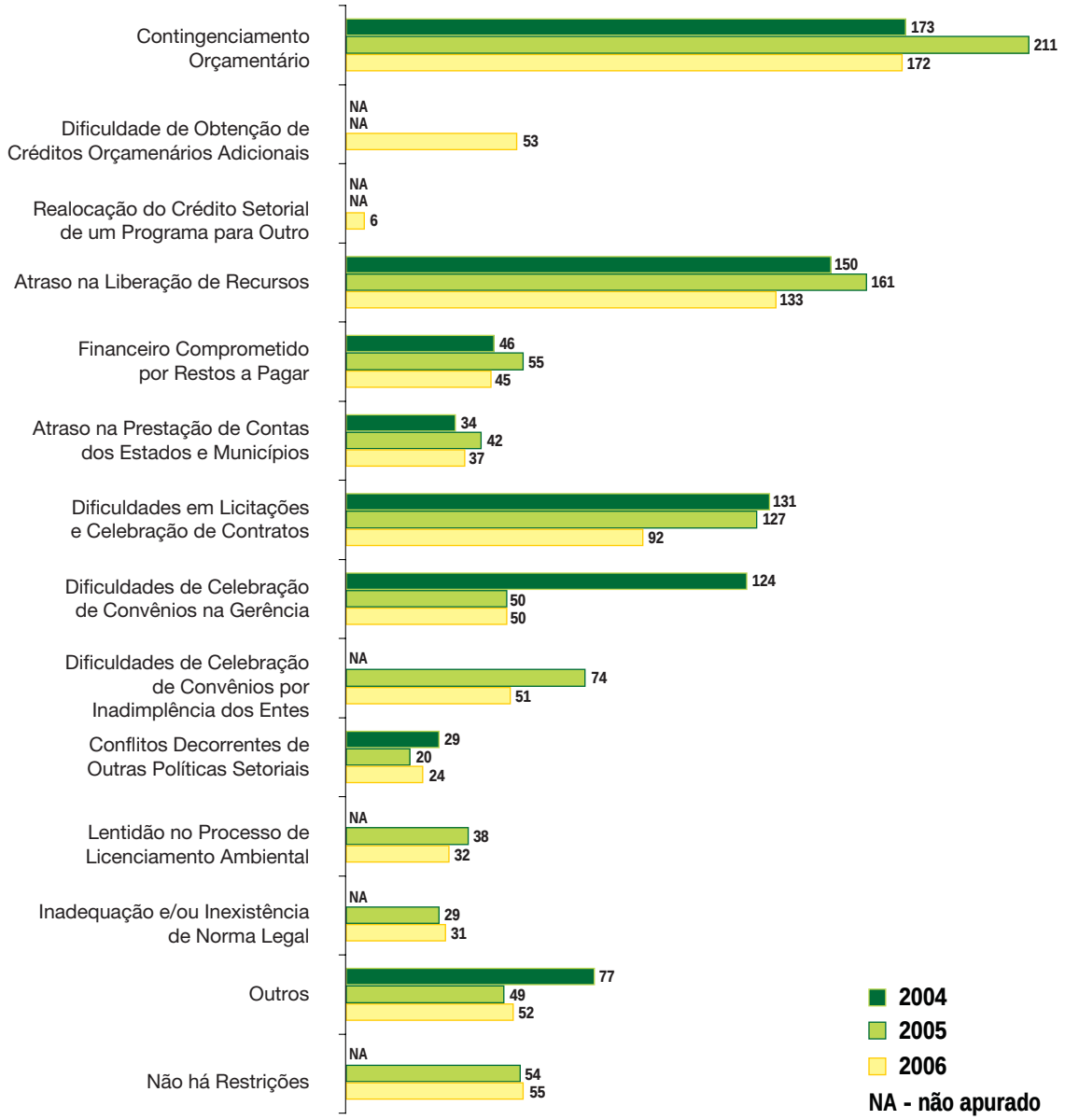
**Restrições ao Desempenho dos Programas**

Restrições são fatores que dificultam ou impedem a execução dos programas, sinalizando a necessidade de intervenção interna ou externa à sua gerência. Em 2006, as gerências de programa informaram que 55 programas não apresentaram restrições dentre as opções apresentadas, praticamente o mesmo valor dos dois anos anteriores (54 programas). Em relação ao número total de programas, isso revela que 16% dos programas não sofreram nenhuma restrição em 2006, contra 14% no ano anterior.

O principal tipo de restrição mencionada tanto em 2006 quanto nos anos anteriores de execução do PPA é o contingenciamento orçamentário. No ano de 2006, 172 programas apresentaram essa restrição ao desempenho dos programas representando uma redução de 18% em relação ao ano de 2005. Essa restrição interferiu em 49% dos programas do PPA. Os órgãos relacionados a seguir identificaram esse problema em todos os seus programas: Ministério da Cultura (10 programas), Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (3 programas), Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (3 programas), Superior Tribunal de Justiça (1 programa).

Os Ministérios em que o problema foi percebido na maior parte da programação foram: da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (78% dos programas), do Desenvolvimento da Industria e Comércio Exterior (70%), da Integração Nacional (79%) e da Justiça (67%).

## Gráfico 20. Restrições




**Fonte: SIGPlan**

Quanto ao atraso na liberação de recursos, a principal causa apontada em diversos programas, foi a aprovação tardia da Lei Orçamentária para 2006 e a conseqüente edição do decreto de programação financeira, bem como a concentração da liberação de recursos ao término do exercício. No entanto, o número de programas em que essa restrição foi apontada se reduziu (de 161 para 131) comparando o ano de 2006 com o de 2005. Em 78% dos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os gerentes apontaram o atraso na liberação de recursos como restrição ao desempenho dos programas.

Em 2006, gerentes de 45 programas (13% dos programas do Plano) relataram o comprometimento da disponibilidade de recursos financeiros pelo volume expressivo de restos a pagar numa redução de 2% em relação ao exercício anterior. Os Ministérios mais afetados foram: de Ciência e Tecnologia (63% dos programas); da Justiça (40% dos programas); e das Cidades (38% dos programas).

Ainda em relação aos aspectos de natureza orçamentária e financeira, a dificuldade de obtenção de créditos adicionais foi registrada por gerentes de 53 programas. As justificativas apresentadas apontam, em sua maioria, a morosidade no processo de obtenção e a exigência de compensações orçamentárias, no caso de créditos suplementares. Em relação aos créditos adicionais especiais, em apenas dois programas foi registrado como problema a demora em serem aprovados pelo Congresso Nacional. Já a dificuldade na realocação de crédito setorial de um programa para outro, foi identificada em apenas seis programas.

A realização de licitações e celebração de contratos significou restrição para 92 programas (26% do total de programas do PPA), numa redução de 8% em relação ao ano anterior. Em suas justificativas, muitas gerências fazem críticas à própria aplicação da legislação brasileira para licitações. Há casos em ora que o atraso na execução financeira é justificado pelos atrasos em licitações, e ora a realização de licitações é atrasada pelo fluxo de liberação de recursos. Os entes federados beneficiários de recursos do Governo Federal também possuem dificuldades na realização de licitações no âmbito de convênios firmados com a APF. Esse tipo de restrição foi retratado nos seguintes Ministérios: das Minas e Energia (60% dos programas), da Justiça (60%), das Cidades (46%), da Cultura (40%) e de Ciência e Tecnologia (38%).

As dificuldades de celebração de convênios observadas no âmbito das gerências se mantiveram estáveis, atingindo 50 programas (14% do total). As equipes gerenciais que mais enfrentaram essa dificuldade estão localizadas nos programas de responsabilidade dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (56% dos programas), da Integração Nacional (43%) e do Meio Ambiente (38%).

A dificuldade de celebração de convênio por inadimplência dos entes federativos, foi relatada por gerentes de 51 programas em 2006 (14% ) em contraste com 74 no ano de 2005 (20% dos programas do Plano). O atraso na prestação de contas de Estados e Municípios, em 2006, foi apontado em 11% dos programas, percentual igual ao registrado no ano anterior.

A ocorrência de conflitos decorrentes de outras políticas setoriais foi registrada em 24 programas (7% do total). Os comentários exemplificam situações variadas que abrangem desde críticas à interferência de obras de infra-estrutura na paisagem e no patrimônio arqueológico (Programa Brasil Patrimônio Cultural - MinC) até constrangimentos da política econômica às necessidades do setor agropecuário (Programa Abastecimento Agroalimentar – MAPA). Em muitos casos, é ressaltada a falta de coordenação entre setores que executam políticas afins.

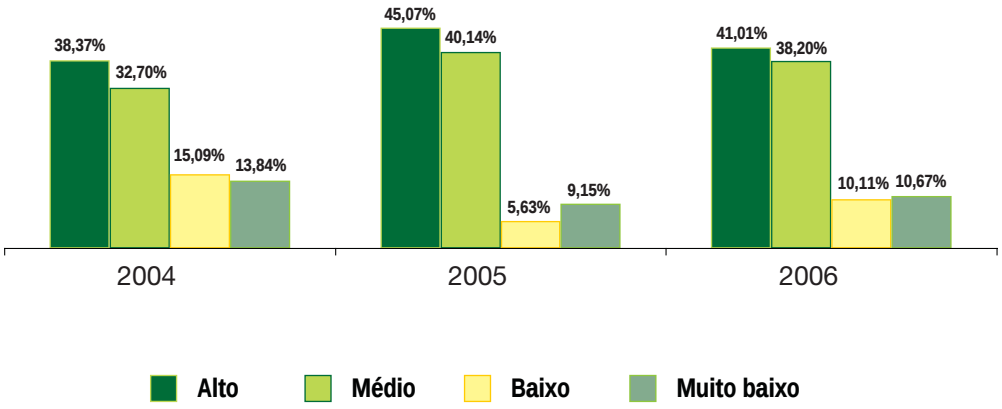
Em 2006, a lentidão no processo de licenciamento ambiental afetou 32 programas, frente a 38 no ano anterior, sendo que o problema foi mais evidente nos Ministérios de Minas e Energia (44% dos programas), da Integração Nacional (36%) e das Cidades (31%). Foram recorrentemente mencionados problemas decorrentes de conflito de competências entre União e demais entes federativos em relação ao licenciamento ambiental.

A inexistência ou inadequação de norma legal é uma restrição que afetou 31 programas em 2006, dois programas a mais do que no ano anterior. Foram citados dois casos em que se faz necessária a regulamentação de dispositivo constitucional. Além de problemas ligados à legislação em sentido estrito, foram também relatados pelos gerentes de programa problemas relacionados a atos normativos do Poder Executivo.

Por fim, 52 programas (15%) indicaram enfrentar outros tipos de restrições que, em sua ampla maioria, refletem temas relacionadas aos tópicos anteriores ou a outros aspectos abordados na avaliação da implementação de programas, sobretudo, quanto à disponibilidade de recursos financeiros.

**Desempenho dos Programas com Ações de Execução Descentralizada**

**Gráfico 21. Desempenho dos Programas com Ações de Execução Descentralizada**




**Fonte: SIGPlan**

O desempenho das ações com execução descentralizada foi considerado baixo ou muito baixo em cerca de 21% dos programas em 2006 e 15% em 2005. Já em 2004, esse percentual foi de 29%. O universo desses programas que, em 2006, consistia em 178, abrangeu os programas com ações do tipo atividades e projetos cuja forma de implementação seja descentralizada e as operações especiais do tipo transferências obrigatórias ou transferências voluntárias, tendo em vista que implicam o repasse de recursos da União a Estados, Municípios e Distrito Federal.

De uma forma geral, o desempenho das ações com execução descentralizada foi considerado satisfatório em grande parte dos órgãos no ano de 2006, tendo em vista que cerca de 79% dos programas indicaram a opção alto ou médio, conforme se observa nos exemplos a seguir: Ministério da Educação (10 em 12 programas - 83,3%), Ministério

do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (3 em 4 programas 75%) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (5 em 7 programas - 71,43%). Não foram considerados aqueles Ministérios que contêm número muito reduzido de programas com ações que possuem forma de implementação descentralizada.

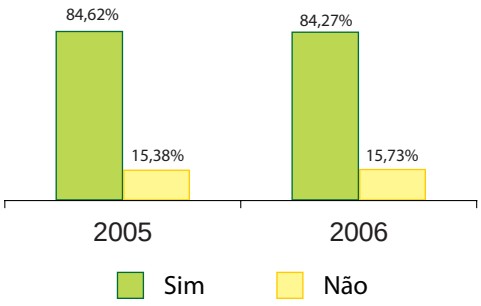
Dentre os órgãos que consideraram o desempenho das ações descentralizadas como baixo ou muito baixo citam-se os Ministérios das Cidades (5 em 9 programas - 55,5%) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (8 em 19 programas - 42,11%).

No caso do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento houve problemas, por exemplo, em relação aos Programas Desenvolvimento da Bovideocultura e Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura, nos quais houve prejuízos às ações de defesa sanitária realizada por órgãos estaduais, tendo em vista os atrasos na liberação de recursos aos Estados. Já no programa Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau, as liberações de recursos não foram coerentes com o calendário agrícola. Nas atividades relativas a trânsito internacional e interestadual do Programa Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, nas quais os recursos são repassados às Superintendências Federais de Agricultura e a governos estaduais, houve prejuízos relativos à inadequação de pessoal, infra-estrutura e recursos orçamentários.

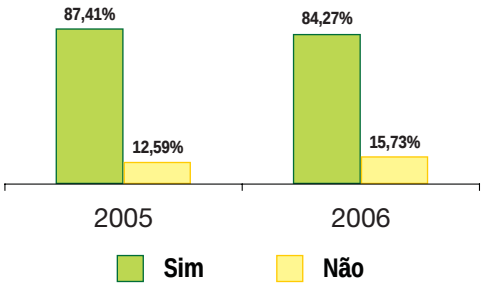
Em relação ao Ministério das Cidades, foram citadas algumas questões que prejudicaram o desempenho das ações de execução descentralizada. Registrou-se baixa capacidade gerencial em alguns entes da federação nos Programas Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e Serviços Urbanos de Água e Esgoto. Também não houve limite orçamentário suficiente para o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), prejudicando a realização de estudos e convênios no Programa Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos.

**Gráfico 22.**

**A informação foi disponibilizada pelos entes executores das ações de execução descentralizada?**




**Houve integração entre a gerência do programa e os executores das ações de execução descentralizada?**

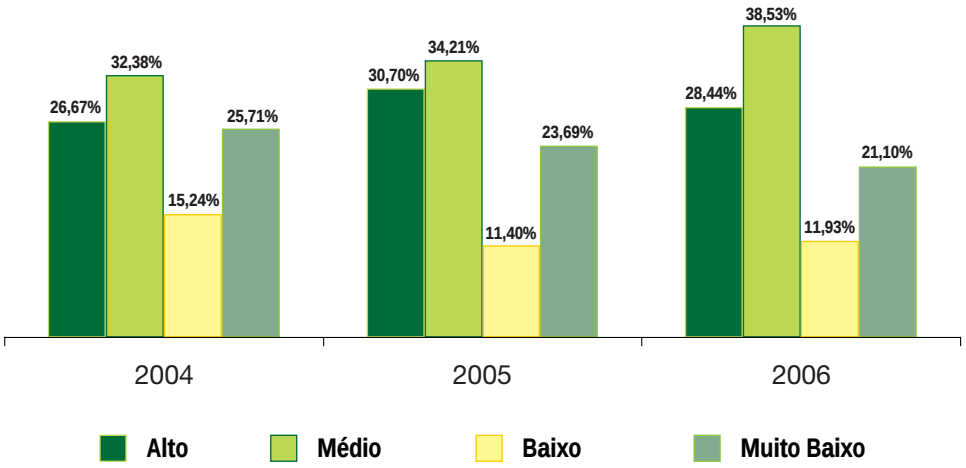



**Fonte: SIGPlan**

De uma forma geral, os órgãos com ações executadas de forma descentralizada apresentam integração entre gerência e executores, o que permitiu a disponibilização de informações em cerca de 84% dos casos. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento houve integração entre os entes executores e a gerência, permitindo disponibilização das informações em 74% dos programas (14 programas). No caso do Ministério das Cidades houve integração com as gerências em 89% dos programas (8 programas), sendo a informação disponibilizada em 67% dos programas (6 programas). O Ministério da Justiça foi um dos órgãos que apresentou maiores dificuldades na obtenção de informações pelos órgãos responsáveis pela execução de ações descentralizadas, problema manifestado por quatro dos sete gerentes de programas (57%). Ressaltou-se nesse órgão a necessidade de melhoria dos sistemas informatizados para captação de informações nos Programas Combate à Criminalidade e Sistema Único de Segurança Pública.

**Desempenho das Ações Executadas em outros Ministérios (Programas Multissetoriais)**

**Gráfico 23. Desempenho das Ações Executadas em outros Ministérios (Programas Multissetoriais)**



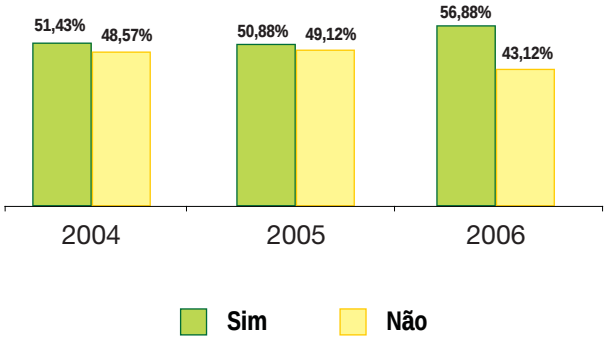

**Fonte: SIGPlan**

Um programa é classificado como multissetorial quando possui pelo menos uma ação de unidade administrativa de órgão diverso ao que detém a responsabilidade pelo programa[10]. A multissetorialidade é um importante elemento dos programas uma vez que os mesmos devem ser desenhados a partir de um problema ou demanda da sociedade que ultrapassa as fronteiras de um único Ministério. O número de programas multissetoriais tem sofrido pouca variação ao longo dos anos. Em 2006, foram 109, enquanto que, em 2004 e 2005, foram 105 e 114, respectivamente. A percepção dos gerentes quanto ao desempenho das ações executadas por outros Ministérios tem-se mantido estável ao longo do PPA, sendo considerado alto em 28,44% das ações dos programas em 2006, 30,7% em 2005 e 26,7% em 2004. A porcentagem dos gerentes de programas que considerou o desempenho das ações sob responsabilidade de outro órgão como baixo ou muito baixo foi de 33% em 2006.

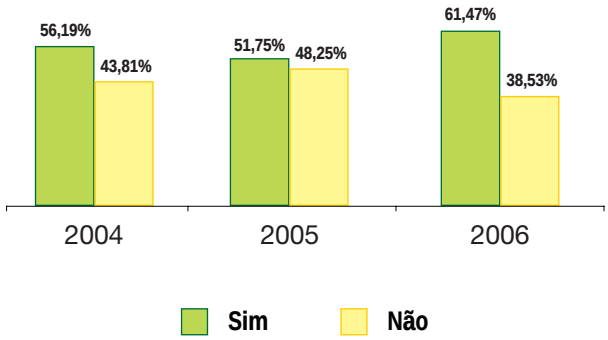
10. Ver conceito no glossário do Decreto nº 5.233 de 6 de outubro de 2004.

**Gráfico 24.**

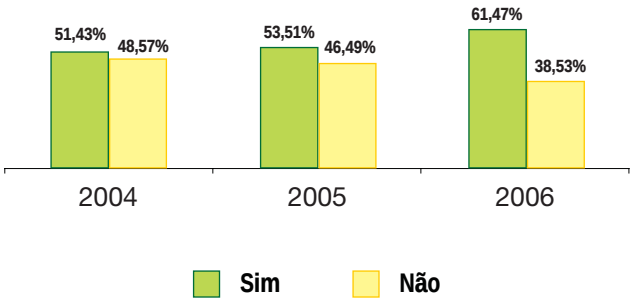
A alocação de recursos pelo ministério executor da ação foi suficiente?




O Ministério executor da(s) ação(ões) disponibilizou informações?




Houve integração entre a gerência do programa e a coordenação da(s) ação(ões)?



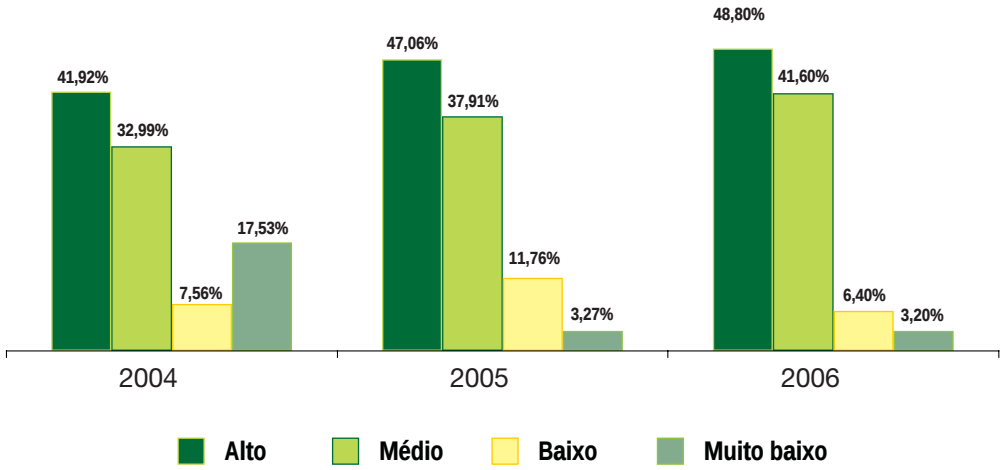

**Fonte: SIGPlan**

No que se refere à aplicação de recursos pelos Ministérios executores das ações pertencentes a programas multissetoriais, registrou-se suficiência de recursos executados em 57% dos programas. Em 2005 e 2004, esse patamar estava próximo a 51% dos programas multissetoriais. No que se refere à disponibilização de informações pelas unidades executoras e a integração com a gerência do programa, registrou-se 61,5% em 2006 para ambos os quesitos. Para exemplificar os dados apresentados, nota-se que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento considerou a existência de integração com as unidades executoras de seus sete programas multissetoriais, embora não tenha havido suficiência na alocação dos recursos em cinco deles, tendo em vista fatores como dotação orçamentária insuficiente, contingenciamento e reduzidos limites para empenho. Fato semelhante relacionado à boa integração com a gerência ocorreu no Ministério do Meio Ambiente, registrando-se, todavia, que a alocação de recursos pelo Ministério executor da ação foi considerada insuficiente em cinco dentre 11 programas. O Ministério da Cultura, por sua vez, considerou todos os quesitos satisfatórios para seus quatro programas multissetoriais.

Registra-se que algumas justificativas utilizadas para a questão demonstram pouco conhecimento do gerente de programa sobre o conceito de multissetorialidade, sendo, por exemplo, em alguns casos, confundido com intra-setorialidade[11]. Tal fato pode ter prejudicado a análise dos dados.

**Desempenho de Ações Executadas em Outras Unidades Administrativas (Programas Intra-Setoriais)**

**Gráfico 25. Desempenho de Ações Executadas em Outras Unidades Administrativas (Programa Intra-Setoriais)**




**Fonte: SIGPlan**

Os programas intra-setoriais, ou seja, aqueles que possuem ações de responsabilidade de mais de uma unidade administrativa do mesmo órgão tiveram seu número reduzido, tendo sido computados 125 em 2006, 153 em 2005 e 291 em 2004, o que corresponde a 37,1%, 41,5% e 80,6%, do total de programas, respectivamente, conforme informado pelas gerências. É possível que a redução no número desses programas seja decorrência da imprecisão dos gerentes ao declarar a condição de intra-setorialidade dos programas.

Dentre o universo de programas declarados como intra-setoriais em 2006, apenas 9,6% consideraram o desempenho das ações executadas nas demais unidades como sendo baixo ou muito baixo, o que corresponde a 12 programas. Esse número variou de 25,1% em 2004 para 15% em 2005, refletindo significativa melhora no desempenho dessas ações ao longo dos três anos do PPA.

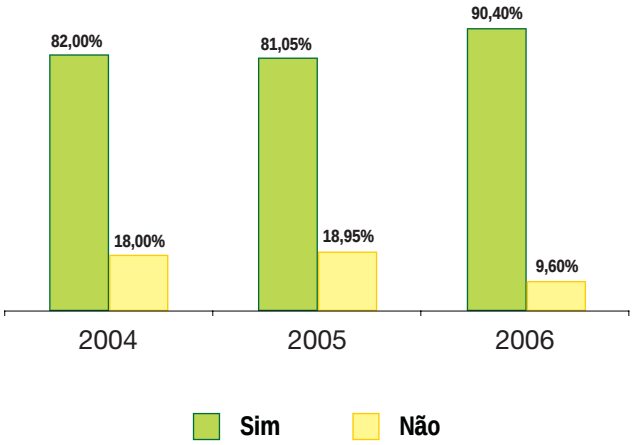
Melhorou a percepção dos gerentes quanto à disponibilidade de informações por parte da unidade executora das ações, passando de 82% dos programas em 2004 para cerca de 90,4% em 2006. Diversos instrumentos têm sido utilizados para a disponibilização das informações. Cita-se, como exemplo, o Relatório Mensal de Assistência Prestada (Remap) e do Processo Eletrônico de Assistência Jurídica (e-PAJ) do programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita, além do Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e

11. Segundo o Decreto nº 5.233/2004, programa intra-setorial é o que possui ações de responsabilidade de mais de uma unidade administrativa do mesmo órgão.

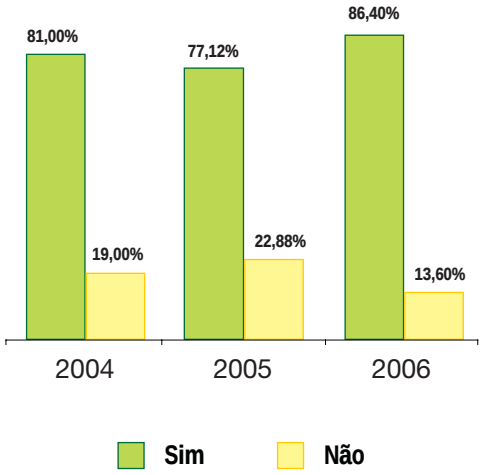
Tecnologia (SigMCT). Como fatores que dificultaram a obtenção de dados, tem-se trocas sucessivas de coordenadores de ação, não preenchimento das metas alcançadas no sistema pelos coordenadores de ação, envolvimento precário entre unidades executoras das ações nos Estados e Municípios e número excessivo de executores. Neste último caso, tem-se o exemplo do Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União, que compreende 350 localizadores distribuídos em todos os órgãos da administração direta e indireta.

**Gráfico 26.**

**Houve disponibilidade de informações por parte da unidade executora da(s) ação(ões)?**




**Houve integração entre a gerência do programa e a coordenação da(s) ação(ões)?**




**Fonte: SIGPlan**

No que se refere à existência de integração entre a gerência do programa e a coordenação das ações, por sua vez, a percepção foi positiva para 86,4% dos programas em 2006, contra 77% em 2005. Um exemplo dessa boa integração ocorre entre a gerência do Programa Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico e as Superintendências Federais de Agricultura, de forma que são realizadas diversas reuniões e disponibilizadas informações referentes aos resultados alcançados pelos entes executores, além do desenvolvimento de mecanismos que promovam a melhora do tempo de resposta e da qualidade dos dados recebidos.

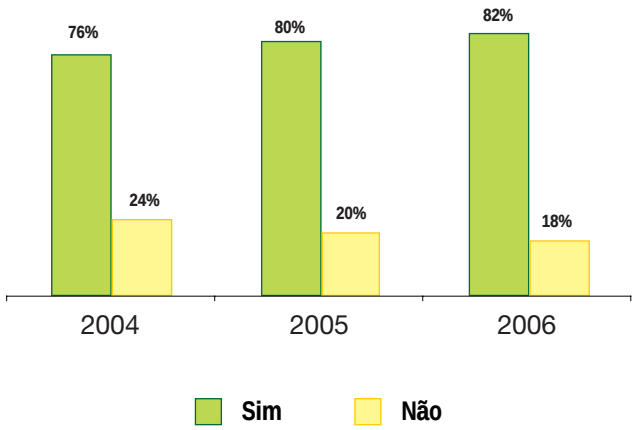
## PARTICIPAÇÃO SOCIAL

### Mecanismos de participação social

Os resultados da avaliação mostram que, em 277 programas finalísticos ou de serviços ao Estado, existem mecanismos de participação social. O percentual de programas que possuíam estes mecanismos em 2006 (82%) foi praticamente o mesmo do que em 2005 (80%). Cabe destacar que em 13 órgãos todos os programas possuíram alguma forma de participação da sociedade em 2006, contra 11 no ano anterior[12].

12. Os órgãos em que todos os programas possuem algum mecanismo de participação social são: Câmara dos Deputados, Justiça do Trabalho, Controladoria-Geral da União, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior,

**Gráfico 27. Existência de Mecanismos de Participação Social**




**Fonte: SIGPlan**

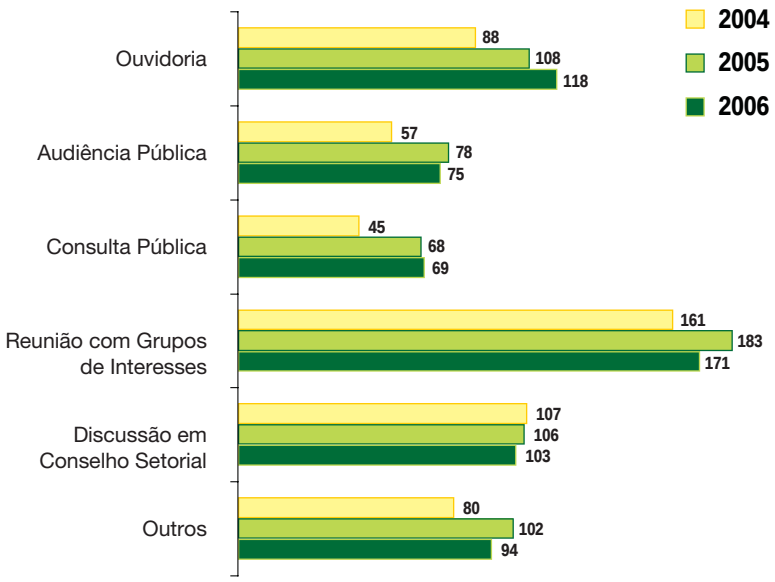
As gerências foram questionadas, ainda, quanto ao tipo de mecanismo de participação social adotado na gestão dos seus programas. Quarenta e nove por cento destes promoveram reuniões com grupos de interesses, a modalidade mais utilizada de interação com a sociedade, congregando diversos tipos de evento, de caráter permanente ou mediante demanda das entidades representativas de beneficiários e executores de programas, para discussão de objetivos, aperfeiçoamento da coordenação de programas e também para solução de conflitos ou simplesmente para a divulgação de ações. Essa forma de participação foi seguida do funcionamento de Ouvidorias que atendem a 34% dos programas do PPA, modalidade que apresentou aumento em sua utilização, num incremento de 9% em relação ao total de programas. As Ouvidorias em geral se valem de diversos meios de comunicação para prestar informações, solucionar dúvidas e receber críticas, sugestões e denúncias do público. O mais comum é que haja apenas uma instituição desse tipo em cada órgão ou entidade públicos, mas também há casos em que uma Ouvidoria atende apenas a um programa ou política setorial, como a Ouvidoria do Sistema Único de Saúde e a Central de Atendimento Fome Zero.

A realização de consultas públicas tem sido utilizada para colher contribuições do público e identificar interesses, sobretudo, quando da elaboração de políticas e proposição de inovações em normas e regulamentos para a implementação de programas. Seu grau de utilização se manteve estável, sendo adotada por 20% do total de programas, num discreto aumento em relação ao ano de 2005 (18% dos programas). A realização de Audiências Públicas se manteve estável (utilizada em 20% dos programas) e são parte integrante de alguns procedimentos estabelecidos em lei, como é o caso do licenciamento ambiental e licitação de obras que interferem no bem-estar da sociedade e implicam discussão aberta ao público, ao passo que as consultas públicas muitas vezes são realizadas por meios de comunicação. A avaliação mostra que há casos em que ocorrem por demanda do Ministério

Ministério do Turismo, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.

Público e também do Congresso Nacional, além da iniciativa dos próprios órgãos.

**Gráfico 28. Número de Programas por Mecanismos de Participação Social Adotados**




**Fonte: Sigplan**
***Pode ter sido informado mais de um mecanismo de participação social em um mesmo programa.**

Também se manteve estável a discussão no âmbito dos conselhos setoriais, como mecanismo de participação social para cerca de 19% dos programas do PPA 2004-2007.

As equipes gerenciais informaram, ainda, a adoção de outros mecanismos de participação em 94 programas (27%), tais como canais de contato na Internet, seminários e fóruns de debates, comissões, comitês gestores e câmaras setoriais, centrais de atendimento e ações sócio-educativas, entre outros.

# CONCLUSÃO

Este relatório apresentou uma visão agregada das avaliações dos Programas no exercício de 2006. No período de 2004 a 2006, verifica-se uma evolução nos resultados alcançados, permanecendo, no entanto, muitos desafios pertinentes ao desenho e à gestão dos programas e dos órgãos da administração pública federal.

Procurou-se fazer poucas alterações no roteiro de avaliação adotado nos anos de 2004, 2005 e 2006, de forma a propiciar uma visão evolutiva dos resultados e problemas apresentados.

Alguns quesitos de importância para a gestão por resultados mostraram pouca evolução ao longo desses anos como, por exemplo, a definição de indicadores. O desenvolvimento de bons indicadores que possam mensurar os resultados dos programas, a um custo razoável, não é tarefa simples. As causas para a não apuração dos índices dos indicadores em 2006 apontam para a inexistência periódica de dados que compõem a fórmula de cálculo do indicador e a sua inadequação na medição do alcance do objetivo do programa. Alguns Ministérios têm recorrido a estudos específicos e outros necessitam de informação com apuração mais freqüente para poderem contar com indicadores mais apropriados na programação.

Uma outra questão retratada com certa freqüência pelas gerências dos programas refere-se à insuficiência das ações para o enfrentamento do problema ou da demanda da sociedade que originou o programa. Essa dificuldade refere-se ao desenho do programa e vem sendo vislumbrada em anos anteriores. Em vista disso, o Ministério do Planejamento tem desenvolvido esforços em conjunto com as equipes gerenciais na construção do modelo lógico dos programas, permitindo uma análise mais detalhada sobre a teoria do programa e as relações de causalidades entre as ações e as causas do problema que as originou e a mensuração por indicadores.

Além da insuficiência das ações, têm sido relatadas dificuldades que prejudicam o cumprimento das metas físicas previstas, tais como paralisações de obras pelo órgão de controle externo, demora na aprovação de licenças ambientais e dificuldades na celebração de convênios.

Deve-se observar o desempenho na execução das ações descentralizadas, que têm sido prejudicadas, por exemplo, por atrasos na liberação de recursos aos Estados. Da mesma forma, é preciso atentar para a implementação dos programas intra-setoriais, embora tenha aumentado gradualmente a percepção positiva sobre o desempenho das ações executadas em outras unidades administrativas. O aspecto mais sensível, todavia, refere-se a multissetorialidade, tendo em vista que a execução das ações executadas por outros Ministérios foi considerada baixa ou muito baixa em cerca de 33% dos programas em 2006, ainda que tenha havido evolução em relação a 2004. Tais fatos constituem-se em desafios ao modelo de gestão do PPA no tratamento de temas como a descentralização, intra-setorialidade e multissetorialidade.

A questão da transversalidade, sob a ótica das equipes gerenciais, apresentou uma evolução, com destaque para os Ministérios da área social, embora pela análise qualitativa das respostas se evidenciou pouco conhecimento em relação ao conceito de transversalidade por parte dos gerentes dos programas. Como procedido em 2005, as respostas dos gerentes sobre essa questão são enviadas aos órgãos responsáveis pelos temas transversais para subsidiar a gestão e implementação das políticas que considere as perspectivas de gênero, raça, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e jovens, objeto dessa avaliação.

Algumas restrições à implementação dos programas ainda persistem nas avaliações dos anos 2004, 2005 e 2006, em grande parte dos programas do Plano, como exemplo o contingenciamento orçamentário e o fluxo de liberação de recursos financeiros ao final do exercício.

A análise das respostas relativas à adequação ou não de recursos humanos, materiais e de infra-estrutura disponíveis nas equipes gerenciais e executoras auxilia a gestão dos recursos nos órgãos setoriais e a atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Enfim, esses são alguns dos aspectos que são evidenciados nessa visão abrangente do conjunto dos programas avaliados e de cada órgão setorial. A leitura deste documento pode ser complementada e melhor ilustrada com a leitura das avaliações de cada programa de responsabilidade dos Ministérios e das Secretarias Especiais.

Com as informações fornecidas pelas gerências de cada programa, o Governo e a sociedade podem conhecer os resultados, as dificuldades e os avanços obtidos na implementação das políticas públicas no ano de 2006.




# AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS




# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Abastecimento Agroalimentar

Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Orgânico

Desenvolvimento da Avicultura

Desenvolvimento da Bovideocultura

Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura

Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta

Desenvolvimento da Horticultura

Desenvolvimento da Suideocultura

Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais

Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural

Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Manejo e Conservação de Solos na Agricultura

Minimização de Riscos no Agronegócio

Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foram utilizados **R$ 4.493.654.093,00** na execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 6.078.966.678,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 4.493.654.093,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 6.078.966.678,00** | **Total realizado:** | **R$ 4.493.654.093,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MAPA não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 323.379.360,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 270.035.927,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

### AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

• O agronegócio brasileiro é eficiente e competitivo. Responde por um em cada três reais de renda gerados no País e contribui decisivamente para o *superavit* da balança comercial. O setor abrange 28% do PIB, 36% das exportações e 37% dos empregos. Este setor tem sido o alavancador da melhoria de vida das populações do interior do País e baluarte da conquista efetiva do Território Nacional, especialmente das regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste e do Norte do País. Em 2006, o agronegócio brasileiro foi responsável pelo abastecimento regular (em quantidade e preço) do mercado interno de alimentos, fibras, madeira e agroenergia;

• O aumento da eficiência produtiva pelos produtores rurais, com o apoio do MAPA, permitiu que os preços dos alimentos permanecessem em níveis baixos, favorecendo o consumo das camadas mais pobres da população brasileira. Contribuiu também para o controle da inflação;

• Em relação à produção de grãos, embora com menor intensidade em relação a 2005, ocorreram problemas climáticos em algumas regiões do Brasil, o que afetou a produção. Entre 2005 e 2006, a produção elevou-se em 5,3%. Esse aumento foi proporcionado exclusivamente pela produtividade cujo crescimento foi de 9,1%, enquanto a área sofreu redução de 3,55% entre 2005 e 2006;

• Os preços agrícolas nestes dois anos não foram favoráveis para os produtores, o que se refletiu na renda agrícola, medida em termos de valor bruto da produção. O decréscimo de renda agrícola real foi de 0,42% entre 2005 e 2006, sendo que este comportamento deveu-se especialmente ao decréscimo dos preços;

• A pecuária apresentou crescimento elevado na produção de carnes de bovinos e suínos. A produção de carne bovina cresceu 10,23% entre 2005 e 2006, enquanto a carne suína teve aumento de 5,76%. Este crescimento reflete, nos dois casos, o crescimento do mercado interno e das exportações desses produtos;

• Além disso, são setores que têm passado pela incorporação de novas tecnologias que permitiram ganhos de produção e de produtividade. A carne de frango teve comportamento mais modesto que as demais, mas isso se deveu à reação dos mercados internacionais à influenza aviária;

• As exportações do agronegócio em 2006 totalizaram US$ 49,42 bilhões, recorde histórico para o setor. Em relação a 2005, as exportações apresentaram um aumento de US$ 5,83 bilhões, representando uma taxa de crescimento de 13,4%. Com isso, as exportações do agronegócio corresponderam a 36% das exportações totais brasileiras no período, de US$ 137,4 bilhões. As importações totalizaram US$ 6,9 bilhões em 2006, apresentando uma variação de 31% em relação a 2005. A balança comercial do agronegócio registrou um *superavit* de US$ 42,73 bilhões em 2006, recorde histórico. Ainda em termos de contribuição para o aumento das exportações em 2006, destacaram-se os acréscimos das vendas externas dos seguintes setores:

a) produtos florestais (9,4%; de US$ 7,2 bilhões para US$ 7,9 bilhões);
b) carnes (5,5%; de US$ 8,2 bilhões para US$ 8,6 bilhões);
c) café (14,8%; de US$ 2,9 bilhões para US$ 3,4 bilhões);
d) cereais, farinhas e preparações (147%; de US$ 292 milhões para US$ 722 milhões);
e) couros e produtos de couro (13,7%; de US$ 3,1 bilhões para US$ 3,5 bilhões);
f) sucos de frutas (32,4%; de US$ 1,2 bilhão para US$ 1,6 bilhão);

• No que se refere às importações, em 2006 houve um crescimento de 31%, passando de US$ 5,11 bilhões para US$ 6,69 bilhões. Os produtos que se destacaram pelo incremento das importações foram:

a) trigo (52%; de US$ 649 milhões para US$ 989 milhões);
b) borracha natural (43%; de US$ 269 milhões para US$ 385 milhões);
c) arroz (35%; de US$ 129 milhões para US$ 174 milhões);
d) algodão (144%; de US$ 41 milhões para US$ 101 milhões);
e) milho (37,80%; de US$ 57 milhões para US$ 79 milhões).

**ABASTECIMENTO INTERNO**

• Para a melhoria do abastecimento interno e a redução dos entraves à comercialização, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) utiliza os seguintes instrumentos de intervenção: o Valor de Escoamento do Produto (VEP), o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP), Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos (PESOJA) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO);

• Em 2006, o desempenho dos diversos instrumentos de intervenção foi:

a) VEP: negociadas 386 mil toneladas no montante de R$ 106,7 milhões para abastecimento de alguns dos Estados do Norte (AM, PA e TO), Sudeste (ES e MG) e Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE);
b) PEP: negociadas 3,98 milhões de toneladas de algodão, arroz, milho e trigo no valor de R$ 330,6 milhões, atendendo às Regiões Sul e Centro-Oeste, dos quais R$ 181,8 milhões já foram pagos, negociados, ainda, via PEP, 5,5 mil litros de vinho vinífera, resultando em desembolso de R$ 3,6 milhões;
c) PROP: negociadas na Região Sul, Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Nordeste (BA, MA, e PI) e Norte (PA, RO), 3,98 milhões de toneladas de arroz, milho, raiz de mandioca e soja no valor de R$ 329 milhões, sendo liquidado o montante de R$ 173,4 milhões;
d) PESOJA: as regiões atendidas foram o Sudeste (MG), o Centro-Oeste (MS, GO, DF e MT), o Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI) com um total negociado de 5,2 milhões de toneladas, no valor de R$ 360,2 milhões, liquidados R$ 81,3 milhões;
e) PEPRO: negociadas 6,03 milhões de toneladas de algodão, milho e soja no valor de R$ 658,4 milhões, nas Regiões Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI), sendo liquidado R$ 80,7 milhões;

• Quanto à formação dos estoques públicos, as aquisições em 2006 foram de 2,6 milhões de toneladas de produtos agrícolas, sendo que os custos de aquisição e manutenção dos estoques atingiram um montante de R$ 938,5 milhões. No que tange à venda dos produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram colocadas no mercado cerca de 2,88 milhões de toneladas de produtos agrícolas por meio de leilão eletrônico, arrecadando R$ 680,5 milhões. Pelo Programa Vendas em Balcão foram comercializadas 98,9 mil toneladas de milho em grãos e 631 toneladas de arroz em casca, beneficiando diretamente 27,2 mil pequenos produtores rurais e agroindústrias de pequeno porte;

• O Governo Federal desembolsou mais de R$ 2,7 bilhões no apoio direto à comercialização de 21,7 milhões de toneladas de algodão, arroz, feijão, milho, semente de soja, soja, sisal, sorgo, fécula de mandioca e trigo. Os desembolsos incluíram R$ 938,5 milhões em aquisições do Governo Federal (AGF) e manutenção de estoques, R$ 330,6 milhões por meio do PEP, R$ 329 milhões em PROP, R$ 658,4 milhões em PEPRO e R$360,2 milhões para o PESOJA. A atuação do Governo Federal no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas;

• Na função de agente operacional Programa Fome Zero, a Conab vem atuando decisivamente em ações de combate à insegurança alimentar e nutricional nos mais diversos segmentos. Dentre essas atividades desenvolvidas em 2006 merecem destaque:

a) distribuição de mais de 1,8 milhões de cestas de produtos, equivalentes a 40.900 toneladas de alimentos básicos, atendendo comunidades indígenas,

remanescentes de quilombos, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, famílias acampadas, populações vitimadas por calamidades públicas, incluindo ajuda humanitária internacional;

b) doação de 25.200 toneladas de produtos básicos, originários de aquisições da agricultura familiar, para suprimento de programas e ações de suplementação alimentar desenvolvida por agentes públicos, entidades assistenciais e bancos de alimentos;

c) aquisição, guarda e distribuição de 20 *kits* banco de alimentos aos Municípios selecionados pelo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), incluindo supervisão quanto à sua instalação e operação.

• Foram desenvolvidas ações voltadas à organização e ao fortalecimento do comércio varejista de pequeno porte por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (REFAP) e do alinhamento sistêmico de mercados atacadistas que atuam com produtos hortigranjeiros por meio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort);

• Até dezembro de 2006, a Conab executou R$ 200,4 milhões com as operações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Destes, R$ 132,2 milhões foram repassados à Conab por meio de Convênio firmado com o MDS e R$ 68,2 milhões foram repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), autorizados pela Portaria nº 02/2006. Com esses recursos, a Conab adquiriu 46.000 toneladas de produtos, beneficiando 87.000 agricultores familiares e cerca de 4,2 milhões de pessoas que receberam a doação de alimentos.

**POLÍTICA AGRÍCOLA**

• Estruturalmente, uma das prioridades da Política Agrícola para fomentar a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio nacional tem sido elevar a oferta de crédito à produção, com destaque para o Plano Agrícola e Pecuário. O montante de recursos do crédito rural oficial mais do que dobrou nos três últimos anos, atingido a marca de R$ 50 bilhões na Safra 2006-2007, sem contar os R$ 10 bilhões destinados ao financiamento da agricultura familiar. O volume de recursos para custeio e comercialização, a juros controlados, superou em 44% o da safra 2005-2006, atingindo 73% de todo o crédito rural oficial disponível para essas finalidades;

• Na Safra 2006-2007, 81% do total de recursos disponibilizados pelo crédito rural à agricultura (empresarial e familiar) possuem taxas de juros controladas, contra 77% na Safra passada. Além do reforço ao crédito rural oficial, medidas estão sendo adotadas para ampliar a capacidade de financiamento privado à produção;

• No aprimoramento das políticas de apoio à comercialização, o Governo tem promovido um conjunto de ações para estreitar a cooperação e a coordenação entre os elos das cadeias produtivas, com o fim de garantir preços e renda aos produtores rurais. O objetivo é modernizar os instrumentos de intervenção no mercado, proporcionando a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos e a atração de recursos privados para o apoio à comercialização. Nesse sentido, com o amparo da Lei nº 8.427 de 27.5.1992,

Lei nº 9.848 de 26.10.1999 e da Lei nº 11.076 de 30.12.2004, foi instrumentalizado o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), que é uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência Estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador Arrematado em Leilão, obedecida a legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço (ICMS) em cada Estado da Federação.

**MINIMIZAÇÃO DE RISCOS RURAIS**

• Na Política de Gestão e Minimização de Riscos Rurais Associados às Adversidades Climáticas, deu-se continuidade às ações de meteorologia e climatologia, ao zoneamento agropecuário e ao seguro rural. As ações de meteorologia e climatologia se caracterizam por maior acurácia e celeridade na coleta dos dados, melhorando o monitoramento das ocorrências meteorológicas e climáticas, das previsões do tempo e clima, bem como a disseminação antecipada de alertas e avisos. Buscando o aprimoramento da meteorologia nacional, os recursos oriundos do orçamento do MAPA, em conjunto com os recursos do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI/MCT/INMET), viabilizaram a aquisição de 420 novas estações meteorológicas automáticas por meio de processo licitatório internacional, com substancial redução de custos para o País; estão em fase de instalação no exercício de 2006 e finalização do processo de instalação e operacionalização no exercício de 2007. A Rede passará a contar com 400 Estações Convencionais e mais 500 Estações Meteorológicas Automáticas, além das 12 Estações de Radiossondagens. O citado incremento tecnológico permitirá a ampliação em oito vezes da coleta e transmissão de dados, com medições em tempo real, 24 horas por dia (uma a cada hora), com dados transmitidos diretamente pelo satélite Brasilsat;

• O zoneamento agropecuário de risco climático visa a indicar a melhor época de plantio das culturas para cada Município, correlacionada ao ciclo das cultivares e ao tipo de solo, com o objetivo de minimizar a chance de que as adversidades climáticas coincidam com a fase mais sensível das culturas. Esses estudos foram ampliados em 2006, tendo sido realizados 220 zoneamentos. As culturas que possuem zoneamento agrícola são: algodão, arroz, banana, café, caju, cevada, feijão, feijão caupi, mamona, mandioca, maçã, milho, soja, sorgo, trigo e uva;

• O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliado de forma a amparar, além da modalidade agrícola, as modalidades de seguro pecuário, de florestas e aqüícola. De sete culturas beneficiadas em 2005, o Programa passou a amparar todas as culturas desenvolvidas pelos produtores rurais que contam com produtos de seguro aprovados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os limites financeiros, que, em 2005, eram de R$ 12.000,00 para frutas e de R$ 7.000,00 para as demais culturas, foram elevados para R$ 32.000,00 em 2006, possibilitando ao produtor que tem atividades diversificadas ser beneficiado com subvenção de até R$ 192 mil. Ao Programa de Subvenção foram destinados, em 2006, recursos da ordem de R$ 60,9 milhões.

**NEGOCIAÇÕES E COMÉRCIO INTERNACIONAL**

• O País marcou presença em reuniões da Organização Mundial de Comércio (OMC), nas Reuniões Ministeriais do G-20 e do Grupo de Cairns;

• Nos acordos comerciais bilaterais, houve avanços significativos nas negociações do Mercosul relativas a:

a) área de livre comércio com Israel e com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG);
b) acordo de preferências com a União Aduaneira Sul-Africana (SACU) e aprofundamento do acordo com a Índia;
c) retomada das negociações com a União Européia (UE), sendo a agricultura o tema central;

• No âmbito da integração regional, fortaleceram-se reuniões de monitoramento de comércio bilateral com Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Peru, no intuito de solucionar problemas que dificultam o aumento do comércio do Brasil com esses países. A Venezuela incorporou-se em 2006 como membro pleno do Mercosul. Sua adesão aos compromissos do Bloco está sendo negociada por um grupo *ad hoc*;

• O MAPA participou da elaboração das alterações do decreto que trata do registro de agroquímicos por equivalência, visando a aumentar a competitividade do agronegócio e da agricultura familiar. Também, criaram-se e consolidaram-se fóruns bilaterais de discussão de temas agropecuários, os Comitês Consultivos Agrícolas (CCA). Em 2006, foram criados CCAs com Índia, África do Sul e Canadá. Propostas foram igualmente encaminhadas para Rússia, Israel e Indonésia. Houve negociações para superar barreiras de natureza sanitária. Como resultado, obteve-se acesso a mercados diversos, dentre outros, dos Estados Unidos da América (carne suína processada e mamão papaia); China (lácteos, carne bovina e de aves); Equador (algodão); Colômbia (sêmen e embriões); Ucrânia (carnes bovina e suína). Houve sucesso, também, em gestões realizadas junto à Rússia para liberação à exportação de carne bovina e suína para aquele país. O MAPA recebeu, ainda, missões estrangeiras de inspeção visando à habilitação de estabelecimentos brasileiros à exportação;

• Promoveu-se aproximação estratégica com Portugal e Espanha visando a entender a aplicação dos requisitos sanitários europeus nos Estados Membros da UE, incluindo-se estreitamento da colaboração entre técnicos de ambos os países e desenvolvimento de projetos de cooperação técnica, sendo dois especialmente importantes: laboratórios e pescado;

• No âmbito multilateral, destaca-se a defesa da implementação do princípio da regionalização das questões sanitárias. O MAPA divulgou os controles em exercício sobre os recentes focos de febre aftosa e nas barreiras criadas por parceiros internacionais na comercialização de produtos do agronegócio brasileiro. No Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, foram notificados mais de 100 regulamentos nacionais;

• As atividades de promoção comercial focalizaram produção e divulgação de informações sobre comércio exterior, organização interna para exportação e realização de eventos no exterior. Desenvolveu-se também sistema de informação do comércio

exterior do agronegócio brasileiro, o AgroStat Brasil, o qual já conta com mais de 1.600 usuários cadastrados;

• A área de integração para exportação intensificou o desenvolvimento do Programa de Integração do Agronegócio para Exportação, composto dos projetos:

a) Fomento da Exportação - AgroEx;
b) Formação da Cultura de Integração Contratual;
c) Manual de Procedimentos para Exportação;
d) Desenvolvimento da Integração Contratual;

• Na realização de eventos externos, cabe citar:

a) Campanha de Promoção do Alimento Brasileiro na Copa do Mundo na Alemanha;
b) eventos sobre biocombustíveis na Holanda: mesa redonda técnica para instituições públicas e universidades e seminário para empresários e imprensa;
c) missão prospectiva à França por ocasião do Salão Internacional de Alimentação (Sial), com representantes de setores exportadores do agronegócio brasileiro;
d) apoio ao seminário sobre energias renováveis, em Lyon, França, em parceira com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), para divulgar a experiência brasileira com biodiesel e etanol;

• Publicou-se também material para promoção institucional do agronegócio brasileiro no exterior, em particular, a sistematização de dados, especialmente nas questões ambientais e sociais, de forma a municiar as Representações Diplomáticas do Brasil com informações sobre a sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

**DEFESA AGROPECUÁRIA**

• Para manter a produção e a exportação de produtos de origem animal e vegetal, destinados a quaisquer fins, é preciso forte investimento nos serviços governamentais de defesa, inspeção e fiscalização sanitária e fitossanitária e no apoio laboratorial, qualidade de produto, agregação de valor e desenvolvimento tecnológico. Nos últimos três anos, o reconhecimento da qualidade do Serviço de Inspeção Federal (SIF) por autoridades sanitárias internacionais - Canadá, UE e Estados Unidos - assegurou o aumento das exportações. O esforço da área vegetal garantiu a manutenção das exportações de soja para a China e de manga para o Japão e Estados Unidos. Hoje o Brasil é responsável por 38% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel e 23% do tabaco consumidos mundialmente;

• No momento, é muito importante a continuidade das ações direcionadas à manutenção do *status* sanitário vigente nas áreas vegetal e animal, frente à ameaça de doenças não existentes. Nesse sentido, serão intensificadas medidas preventivas contra a entrada no País de enfermidades como a doença da vaca louca (BSE), influenza aviária e demais pragas e doenças exóticas de animais e vegetais por meio do fortalecimento dos sistemas de fiscalização e de inspeção do trânsito internacional de animais, vegetais e de produtos agropecuários. Foram implantadas 113 Unidades de Vigilância Agropecuária nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais.

• No que tange ao combate à febre aftosa, em 2006, salienta-se que o governo destinou R$ 58 milhões para as ações de controle sanitário e de apoio à população das áreas atingidas. Toda região com animais suspeitos de infecção pela febre aftosa foi isolada. Foram montadas dezenas de postos de fiscalização e 35 equipes técnicas foram deslocadas aos Municípios afetados. O abate dos animais doentes e suspeitos foi realizado, bem como o pagamento das indenizações e dos auxílios financeiro e alimentício às famílias que sofreram restrições econômicas em razão do combate à doença;

• Outro aspecto positivo na defesa agropecuária brasileira é a manutenção de um adequado sistema laboratorial agropecuário. Com infra-estrutura, equipamentos, metodologias e gestão condizente, o Brasil mantém um serviço laboratorial competitivo, garantindo o atendimento à demanda interna e o cumprimento dos acordos internacionais;

• Foi implantado em 2006 um laboratório de alta segurança para pesquisa animal. Considerado o mais moderno do País, a Unidade de Segurança Biológica Nível 3+ foi inaugurada em Pedro Leopoldo, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). A comercialização de carne brasileira sem riscos de embargo é o principal motivador dessa implantação, que teve investimentos da ordem de R$ 24 milhões. É fundamental aos países em processo de erradicação de doenças como a febre aftosa, peste suína clássica, doença de Newcastle e a prevenção da influenza aviária, que se constituem nas principais barreiras não-tarifárias ao comércio internacional de animais e seus produtos. Constitui-se em um marco para o Brasil.

**PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

• O fomento à pesquisa, à produção e à geração de novas tecnologias são áreas priorizadas pelo Governo Federal. A biotecnologia, a nanotecnologia, a engenharia genética e a agroenergia formaram bases para mecanismos de competitividade, importantes diferenciais do País, que, aplicados às cadeias agroindustriais, são capazes de agregar valor aos produtos finais, beneficiando fortemente as indústrias alimentar, farmacêutica, energética e química. Em 2006, o Governo Federal envidou esforços para o estabelecimento de nova política institucional sobre inovação tecnológica e propriedade intelectual na agropecuária nacional. Pesquisas para aplicações de biotecnologia e nanotecnologia na agricultura alimentar e energética são prioritárias, assim como aquelas que auxiliem a prevenção e o controle de pragas e doenças exóticas;

• Em 2006, o Governo Federal trabalhou com uma carteira de 808 projetos de P&D em temas estratégicos e inovadores. Por meio de parcerias, a Embrapa manteve o pioneirismo em áreas como a biotecnologia, a clonagem de animais, o seqüenciamento genético e o lançamento de cultivares adaptadas às diversas regiões do País. Até o momento, foram geradas 47 novas cultivares, realizados 136 monitoramentos e zoneamentos agropecuários, lançadas 47 novas metodologias científicas de trabalhos, criados 39 novos processos agropecuários, lançados 46 novos *softwares*, além de sete novas estirpes ou variedades de microorganismos. Também por meio das ações de pesquisa, contribuiu-se para o desenvolvimento do agronegócio em bases sustentáveis, bem como para o planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento territorial;

• Ainda em 2006, foram desenvolvidos temas da maior importância para o cenário nacional e internacional. Agroenergia é o principal deles. Ressalta o papel da Embrapa em relação à nova matriz energética mundial. A Embrapa tem um papel claro nesta questão e não pode ficar de fora das discussões. Levando isso em consideração, foi criada a Embrapa Agroenergia, cuja missão é a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação de produtos tecnológicos para a nova matriz energética com base na agricultura;

• No desenvolvimento da agroenergia, o principal desafio da Embrapa é a criação das Empresas de Propósito Específico (EPE). É uma necessidade para a estruturação de redes, como a rede do Etanol e a rede do Biodiesel. Destaca-se ainda a criação do Marco Referencial em Agroecologia, a plataforma de agroecologia, as pesquisas em biologia avançada, os trabalhos em aqüicultura, o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta e a participação da Embrapa no banco de proteção de cultivares, que representa cerca de 31%;

• As Ações em Transferência de Tecnologia, Difusão e Cooperação Internacional, também tiveram ênfase em 2006. Nesse último tópico, destaque para a criação do escritório da Embrapa na África e dos Labex Europa na França e Holanda,

• No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau, destaca-se como principais ações desenvolvidas em 2006, o lançamento de 18 clones de cacau resistentes ao fungo *Crinipellis perniciosa*, causador da doença vassoura-de-bruxa, assim como a implantação do Centro de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica de Frutas Tropicais, que tem difundido e treinado o agricultor/empresário no aproveitamento integral do cacau e outras frutas. Referente à qualificação tecnológica dos recursos humanos, concretizou-se a formação de 406 profissionais de nível médio (técnicos em Agropecuária, Tecnologia de Alimentos/Agroindústria, Agrimensura, Hotelaria e Turismo e Ensino Médio) através das Escolas Médias de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac/EMARCs) nos Estados da Bahia e de Rondônia. Realizaram-se também o treinamento para 32.028 agricultores, gerentes, administradores e trabalhadores.

**FOMENTO AGROPECUÁRIO**

• Outro exemplo de medida governamental de promoção da competitividade da agropecuária é o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura, que objetiva elevar os padrões de qualidade das frutas ao patamar de excelência requerido pelos mercados, tais como: sustentabilidade econômica, social e ambiental, rastreabilidade, racionalização do uso de agroquímicos, água e combustível. No contexto desse Programa, institucionalizaram-se 14 Normas Técnicas Específicas de Produção Integrada (PIF) das seguintes espécies: maçã, manga, uva, melão, citros, mamão, banana, caju, maracujá, figo, goiaba, coco, pêssego e caqui;

• Além dos projetos de PIF estão implantados e em andamento os projetos de:

a) Produção Integrada de Soja no Paraná;
b) Arroz Irrigado no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins;
c) Café Arábica em Minas Gerais; Amendoim em São Paulo, Ceará e Paraíba;
d) Tomate Indústria em Goiás e Minas Gerais;
e) Tomate Mesa no Espírito Santo;

f) Batata em Minas Gerais;
g) Bovinos de Leite no Paraná;
h) Bovinos de Corte no Mato Grosso do Sul e São Paulo;
i) Bovino de Corte (Integração Lavoura/Pecuária) em Goiás;
j) Caprinos/Ovinos no Ceará;
k) Apicultura em Santa Catarina;

• A implantação do Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI) reflete a preocupação do Brasil em ofertar alimentos seguros produzidos de acordo com parâmetros e sistemas de produção sustentável;

• Outra ação do Governo Federal consiste em agregar valor à produção agropecuária por meio da conferência de atributos de sustentabilidade ambiental, social e de outras características que atendam às necessidades e às exigências dos consumidores. Nessa direção, destacam-se: certificação e rastreabilidade de produtos agropecuários, indicação geográfica, produção orgânica e produção integrada;

• Quanto à agricultura orgânica, apesar de ainda responder por tão-somente 3% da área agricultável no mundo, o Brasil possui um grande potencial para ocupar a liderança nesse mercado. O País possui hoje, mais de 15 mil produtores agropecuários numa área aproximada de 800 mil hectares em manejo orgânico;

• Em relação à sustentabilidade ambiental, merece também destaque a inclusão da possibilidade de financiamento de projetos de adequação ao meio ambiente no crédito rural oficial. Nesse sentido, como estímulo à produção rural, podem ser elevados em até 15% os limites dos créditos de custeio para os produtores que comprovem a existência de reserva legal e áreas de preservação permanente previstas na legislação ou que apresentem plano de recuperação com anuência das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente ou do Ministério Público. Esse benefício também alcança os produtores rurais que comprovem a prática de integração de lavoura com pecuária.

**COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO**

• Com o crescimento das exportações do complexo sucroalcooleiro na ordem de 63,9% e o aumento da demanda interna de álcool combustível impulsionada pelas vendas dos veículos do tipo bicombustível, as linhas da atuação do MAPA para 2006 basearam-se em articulação no plano internacional (difusão da experiência brasileira com a produção e uso do álcool combustível), no monitoramento da expansão interna da produção, especialmente os novos projetos que estão sendo instalados e na atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool. Na Câmara, um dos assuntos prioritários está relacionado à necessidade de incentivos à co-geração de energia elétrica por meio do bagaço de cana-de-açúcar, buscando privilegiar a adoção de tecnologias mais eficientes;

• Outra área de importante atuação do MAPA é a da agroenergia, com ações de suporte ao desenvolvimento da produção agrícola de biodiesel. Embora na fase atual do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel haja incentivos especiais para a mamona e a palma, consideradas matérias-primas que podem ser produzidas pela agricultura familiar, o MAPA vem se articulando para identificação de alternativas com

potencial para produção em grande escala. Além disso, o MAPA vem mantendo contato com empresas produtoras de equipamentos e empresas do setor sucroalcooleiro, no sentido de apoiar a instalação de produtos de produção de biodiesel em plantas para produção de álcool. Como as unidades sucroalcooleiras são grandes consumidoras de óleo diesel, a produção de biodiesel para autoconsumo seria um meio de reduzir as despesas com o combustível mineral.

**EXCELÊNCIA ADMINISTRATIVA**

• Dando prosseguimento à reforma administrativa do ano anterior, em 2006, o MAPA concluiu o seu plano estratégico, definindo como missão: promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Além da missão, estabeleceu-se uma visão de futuro e 25 objetivos estratégicos para direcionar as ações do Ministério no período de 2006-2015. O objetivo é conduzir o processo de transformação do MAPA em uma organização pública que atenda, eficiente e efetivamente, as demandas de seus públicos de interesse e à sociedade brasileira. O plano foi elaborado segundo a metodologia do *Balanced Scorecard*. Derivados do plano estratégico, o MAPA elaborou um Programa de Capacitação dos seus funcionários e iniciaram-se cursos de treinamento, objetivando a melhoria dos profissionais do MAPA. O objetivo é maximizar a contribuição de todos para o engrandecimento da agricultura e do agronegócio. Foi ativada a comunicação interna, para que todos os funcionários se sintam partícipes dos objetivos e resultados do MAPA.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

De um modo geral, a estrutura programática do PPA adere à atual estrutura organizacional do Ministério. Contudo, verificam-se algumas imperfeições quanto ao alinhamento das duas estruturas, o que se refere às suas competências e responsabilidades, quais sejam:

a) a distribuição dos programas levando em consideração as cadeias produtivas dificultou a execução das ações de algumas áreas do órgão que têm a responsabilidade por determinados assuntos. Por exemplo, para a área de prevenção e controle de pragas dos vegetais foram criadas ações para pragas específicas, que poderiam ser executadas em uma única ação;

b) após a última reorganização da estrutura funcional do MAPA, foi criada uma área específica para tratar de assuntos relativos à negociação internacional voltada ao agronegócio. Considera-se que a atual estrutura gerencial (número de ações) não retrata adequadamente as atividades desenvolvidas pelo setor, em face da importância do tema para o agronegócio;

c) ainda sob a ótica da recente reestruturação do MAPA, algumas questões não foram devidamente solucionadas no que concerne à delimitação da atuação do MAPA, referendada no atual regimento interno, em comparação com algumas responsabilidades delineadas nos regimentos internos de algumas das empresas vinculadas (superposição);

d) o fato de não se ter algumas funções importantes da agricultura atreladas especificamente aos programas de desenvolvimento das cadeias produtivas traz, como conseqüência, dificuldades na execução de ações e no gerenciamento desses programas (extensão rural, pesca, florestas);

e) a distribuição de limites orçamentários, levando em consideração a estrutura funcional do órgão, sem que se tenha a visão gerencial da alocação e aplicação dos recursos, é incompatível, na maioria dos casos, com qualquer possibilidade de gestão para o alcance dos resultados esperados;

f) o gerenciamento das ações sob a responsabilidade da sua secretaria, bem como a articulação com unidades externas com as quais mantém relações programáticas, cabem ao Secretário Nacional, embora não tenha gerência sobre os recursos referentes a essas ações. Na estrutura gerencial do PPA, no entanto, o gerente do programa é o responsável por todas as ações do programa, independentemente das unidades organizacionais onde as ações estão localizadas.

# ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR

## OBJETIVO

Contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, à comercialização, ao armazenamento e ao consumo. Formar e manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

## PÚBLICO-ALVO

Segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.064.100.112,00 | Empenho Liquidado: | R$ 4.364.143.380,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 4.364.143.380,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 16.391.184.668,00 | R$ 18.872.384.430,19 | |

## INDICADORES

### 1. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ALGODÃO EM PLUMA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 43
**Índice previsto ao final do PPA:** 16

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice apurado em 2006 de 43% apresentou um aumento em relação a 2005, uma vez que o consumo aparente de algodão em pluma equivalente a 850 mil toneladas foi inferior e o estoque de passagem (366 mil toneladas) foi superior. Em relação aos estoques públicos, em 31.12.2006, estes representavam 1,36% do estoque final (4,9 mil t) correspondendo a dois dias de consumo.

### 2. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE ARROZ EM CASCA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 9
**Índice previsto ao final do PPA:** 9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, o consumo de arroz em casca foi de 13 milhões de toneladas contra 12,9 milhões de toneladas em 2005. Os estoques finais registravam 1,2 milhão de toneladas, ou seja, 45% a menos que em 2005. O estoque governamental de 1,1 milhão de toneladas representava 94% do total e corresponde a 31 dias de consumo aparente.

### 3. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE MILHO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 12
**Índice previsto ao final do PPA:** 10

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice apurado em 2006 apresentou um aumento em relação a 2005, uma vez que o estoque de passagem (4,5 milhões de toneladas) foi superior. Em relação aos estoques públicos, em 31.12.2006, estes representavam 70,6% do estoque final correspondendo a 31 dias do consumo aparente.

### 4. MARGEM DE DISPONIBILIDADE DE TRIGO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 4
**Índice previsto ao final do PPA:** 3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, o consumo de trigo em grãos foi de 11 milhões de toneladas apresentando um acréscimo quando comparado a 2005 (6%). Os estoques de passagem registraram um decréscimo correspondente a 62%. Os estoques governamentais (476 mil t) representavam 1,2% do estoque final, correspondendo a menos de um dia de consumo.

Apesar da redução na área cultivada de trigo, impulsionada pelos baixos preços do produto e pelas condições climáticas adversas na época da implantação da cultura (estiagem) e no período de floração e frutificação (geadas), o índice projetado para o final do PPA deverá ser atingido.

### 5. PRODUÇÃO NACIONAL DE GRÃOS

**Unidade de medida:** Milhão de toneladas
**Índice apurado em 2006:** 119,9
**Índice previsto ao final do PPA:** 152,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A produção nacional de grãos da safra 2005-2006 foi de 120 milhões de toneladas, contra uma previsão, revisada em maio de 2005, de 121 milhões. A variação, a menor, de 1,25%, foi conseqüência principalmente de problemas climáticos.

Na revisão efetuada, em meados de junho de 2006, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) procedeu a um ajuste nos números previstos indicando que a produção nacional de grãos safra 2006-2007 ficaria em torno de 127 milhões de toneladas. O último levantamento realizado pela Conab, em fevereiro de 2007, registrou uma produção equivalente a 126 milhões de toneladas de grãos, confirmando assim o alcance do número revisado. A previsão do índice ao final do PPA não será alcançada, em função principalmente das questões climáticas e da grave crise agrícola dos dois últimos anos. Apesar disso, a safra 2006-2007 está sendo considerada um recorde de produção de grãos.

## 6. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** - 3
**Índice previsto ao final do PPA:** 7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O índice previsto para o final do PPA não será alcançado, uma vez que o PIB agropecuário apurado nos dois últimos anos apresentou uma redução considerável, não havendo expectativa de reversão que leve ao alcance do número estimado.

## 7. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 3,79
**Índice previsto ao final do PPA:** 8,38

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O índice de referência inicial informado foi de 0,48%, sendo, na oportunidade, elaboradas metas para os anos de 2004 a 2007 (3,3% para 2004; 3,15% para 2005; 5,7% para 2006 e 8,38% em 2007). A partir de 2006, as ações orçamentárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vinculadas à aquisição de produtos da agricultura familiar foram transferidas para o Programa Acesso à Alimentação, tendo sido criadas, no âmbito do Programa Abastecimento Agroalimentar, duas novas ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a mesma finalidade. Considerando que esta alteração foi aprovada após a revisão dos indicadores do PPA para 2006, as projeções ainda levam em conta somente as ações do MDS, cujo volume de recursos destinados às aquisições da Agricultura Familiar é superior ao do MDA. Em 2006, o índice apurado foi de 3,79%, sendo que o total de aquisições da agricultura familiar realizadas pela Conab, via convênio com o MDA, foi de 102 mil toneladas e as demais aquisições governamentais, via Aquisição do Governo Federal (AGF), envolveram 2,6 milhão de toneladas de diversos produtos agrícolas. A expectativa é que o índice do indicador projetado para o final do PPA seja parcialmente atingido.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A agropecuária é uma atividade de risco, sujeita a indefinições climáticas. Além do risco na produção, há também muitas incertezas quanto à comercialização, atingindo mais de perto os segmentos que produzem em menor escala e de forma menos organizada, devido à concorrência dos grandes produtores e criadores e do mercado externo. A presença do governo é fundamental para garantir a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo rural e as tensões sociais, além de disponibilizar maior quantidade de alimentos para suprir carência alimentar, e ainda contribuir para a estabilidade do sistema econômico e a oferta de alimentos para a população, além de assegurar aos produtores rurais preços mínimos de comercialização.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aquisição de 2,6 milhões de toneladas, via AGF, sendo:

a) 387 t de algodão em pluma;
b) 307,41 mil toneladas de arroz em casca;
c) 2,22 milhões de toneladas de milho em grãos;
d) 17.148 t de sorgo;
e) 968 t de fécula;
f) 382 t de sisal;
g) 31.894 t de trigo em grãos;
h) 2.992 toneladas de feijão;

- Aquisições de Alimentos da Agricultura Familiar, 102 mil toneladas de produtos por meio de convênio do MDA com a Conab, tendo sido beneficiados 13.983 agricultores familiares pela aquisição de 45.661 toneladas de alimentos pelo instrumento da Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) utilizadas para a formação de estoque estratégico. Pela Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, foram adquiridas 56.656 toneladas de produtos, envolvendo 13.271 agricultores familiares;

- Valor de Escoamento do Produto (VEP): negociadas 386 mil toneladas no montante de R$ 107 milhões para abastecimento de alguns Estados do Norte (AM, PA e TO), Sudeste (ES e MG) e Nordeste (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE);

- Prêmio de Escoamento do Produto (PEP): negociadas 4 milhões de toneladas de algodão, arroz, milho e trigo no valor de R$ 330 milhões, atendendo às Regiões Sul e Centro-Oeste, dos quais R$ 182 milhões já foram pagos; negociados, ainda, via PEP, 5.500 litros de vinho vinífera, resultando em desembolso de R$ 3,6 milhões;

- Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP): negociado na Região Sul, Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Nordeste (BA, MA, e PI) e Norte (PA, RO), 4 milhões de toneladas de arroz, milho, raiz de mandioca e soja no valor de R$ 329 milhões, sendo liquidado o montante de R$ 173 milhões;

- Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos (PESOJA), as regiões atendidas foram Sudeste (MG), Centro-Oeste (MS, GO, DF e MT), Norte (RO,

TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI) com um total negociado de 5,2 milhões de toneladas, no valor de R$ 360 milhões, liquidados R$ 81 milhões;

• Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO): negociadas 6 milhões de toneladas de algodão, milho e soja no valor de R$ 658 milhões, nas Regiões Sudeste (SP e MG), Centro-Oeste, Norte (RO, TO e PA) e Nordeste (BA, MA e PI), sendo liquidado R$ 81 milhões;

• As ações do Banco do Brasil superaram a programação em 8%, em termos financeiros, encerrando 2006 com R$ 16,4 bilhões. O maior volume de recursos foi aplicado na concessão de crédito rural, quando foram firmados 225 mil contratos ao custo total de R$ 9,5 bilhões. Também se destacaram as Operações com Cédula do Produtor Rural, que envolveram a comercialização de 37.372 contratos e R$ 2,5 bilhões;

• O Banco do Nordeste S.A. firmou 609 mil contratos de concessão de crédito rural, envolvendo R$ 2,4 bilhões o que representou um acréscimo de 203% na programação financeira inicial.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em relação à obtenção dos resultados alcançados, o ano de 2006 foi marcado pelo agravamento da crise agrícola vivenciada nos dois últimos anos-safra, sendo que os resultados obtidos pelo Programa contribuíram para que esta situação fosse amenizada, com ênfase nas ações de concessão de crédito rural e de apoio à comercialização de produtos agropecuários, promovendo a garantia e sustentação de preço e renda ao produtor rural.

Quanto à formação dos estoques públicos, as aquisições em 2006 foram de 2,6 milhões de toneladas de produtos agrícolas, sendo que os custos de aquisição e manutenção dos estoques atingiram um montante de R$ 939 milhões. No que tange à venda dos produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), foram colocadas no mercado cerca de 2,88 milhões de toneladas de produtos agrícolas, por meio de leilão eletrônico, arrecadando R$ 681 milhões. Pelo Programa Vendas em balcão foram comercializadas 99 mil toneladas de milho em grão e 631 toneladas de arroz em casca, beneficiando diretamente 27 mil pequenos produtores rurais e agroindústrias de pequeno porte.

O Governo Federal desembolsou mais de R$ 2,7 bilhões no apoio direto à comercialização de 22 milhões de toneladas de algodão, arroz, feijão, milho, semente de soja, soja, sisal, sorgo, fécula de mandioca e trigo. Os desembolsos incluíram R$ 939 milhões em AGF e manutenção de estoques, R$ 330 milhões por meio do PEP, R$ 329 milhões em PROP, R$ 658 milhões em PEPRO e R$ 360 milhões para o PESOJA. A atuação do governo no apoio à comercialização contribuiu para minimizar a queda de renda resultante dos baixos preços dos produtos agrícolas.

Na função de agente operacional do Programa Fome Zero, a Conab vem atuando decisivamente em ações de combate à insegurança alimentar e nutricional nos mais diversos segmentos. Dentre essas atividades desenvolvidas em 2006 merecem destaque:

a) distribuição de mais de 1,8 milhões de cestas de produtos, equivalente a 41 mil toneladas de alimentos básicos, atendendo comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, famílias acampadas, populações vitimadas por calamidades públicas, incluindo ajuda humanitária internacional;
b) doação de 25 mil toneladas de produtos básicos, originários de aquisições da agricultura familiar, para programas e ações de suplementação alimentar desenvolvidas por agentes públicos, entidades assistenciais e bancos de alimentos;
c) aquisição, guarda e distribuição de 20 kits banco de alimentos aos Municípios selecionados pelo MDS, incluindo supervisão quanto à sua instalação e operação.

Foram desenvolvidas ações voltadas à organização e ao fortalecimento do comércio varejista de pequeno porte por meio da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (REFAP), e o alinhamento sistêmico de mercados atacadistas que atuam com produtos hortigranjeiros por meio do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort). Até dezembro de 2006, a Conab executou R$ 200 milhões com as operações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Destes, R$ 132 milhões foram repassados a Conab por meio de convênio firmado com o MDS e R$ 68 milhões foram repassados pelo MDA, pela Portaria nº 02/2006. Com esses recursos a Conab adquiriu 46.000 toneladas de produtos, beneficiando 87.000 agricultores familiares e cerca de quatro milhões de pessoas que receberam a doação de alimentos.

Computadas as ações não-orçamentárias do Banco do Brasil (BB) e do Banco do Nordeste (BNB), a execução foi de 99%, equivalentes a R$ 23,2 bilhões. Considerando somente as ações da Conab, MDA e MF, a execução representou 62% dos recursos disponibilizados, ou seja, R$ 4,3 bilhões do total de R$ 7 bilhões. A não execução total deve-se principalmente ao contingenciamento de recursos impostos ao MDA, e no caso da Conab e do Ministério da Fazenda (MF), as dotações relacionadas às atividades vinculadas à execução da PGPM, quais sejam: Formação de Estoques Públicos (Conab), Equalização de AGF e Garantia e Sustentação de Preços, que têm sua atuação vinculada a vários fatores, especialmente, à conjuntura de mercado dos produtos agropecuários e à disponibilidade financeira do Tesouro Nacional.

As seis ações não-orçamentárias que integram o Programa, sendo cinco sob responsabilidade do BB e uma do BNB, estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento e comercialização da produção agrícola. Em 2006, o volume de recursos financeiros aplicados no Programa correspondeu a 81% do total executado, ou seja dos R$ 19 bilhões, R$ 16 bilhões referem-se às ações do BB e R$ 2,4 bilhões ao BNB. As metas programadas para o exercício foram praticamente superadas. No âmbito do BBB, foram comercializados 37.372 contratos relacionados às Operações com Cédula do Produtor Rural, alavancando recursos na ordem de R$ 2,5 bilhões. Visando a minimizar os riscos causados pelas variações de preços agrícolas, o BB comercializou 19.111 contratos via

mercados futuros e de opções, dando a oportunidade ao produtor rural de planejar melhor sua atividade, pela garantia antecipada de preços de comercialização. Por meio do sítio Agronegócios-e promoveu-se a comercialização de 75.866 contratos, envolvendo recursos da ordem de R$ 2,2 bilhões. Para os negócios com cooperativas, o volume foi de 14.932 contratos no valor total de R$ 1,8 bilhão. No que se refere à concessão de Crédito Rural, o BB firmou 225 mil contratos, correspondendo a R$ 9,5 bilhões e o BNB realizou 609 mil contratos envolvendo R$ 2,4 bilhões.

**RECOMENDAÇÕES:**

- Não há recomendações.

# APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

## OBJETIVO

Apoiar projetos que dêem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios da cadeia produtiva do agronegócio. Permitir o atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas emergentes de amplo efeito socioeconômico como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos agrícolas, agregação de valor, infra-estrutura rural, escoamento da produção e promoção da atividade produtiva.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva do agronegócio.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 292.607.635,00 | Empenho Liquidado: | R$ 217.556.808,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 217.556.808,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADORES

### 1. VOLUME DE PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS PELOS PORTOS BRASILEIROS

**Unidade de medida:** Milhão de ton
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 48,83

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Indicador não apurado.

### 2. CUSTO MÉDIO DO TRANSPORTE DE GRÃOS

**Unidade de medida:** R$/ton
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 145,04

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Indicador não apurado.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil é um dos poucos países do mundo com possibilidades de responder à demanda mundial por alimentos. Com um clima diversificado, que vai do temperado ao tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o País dispõe de 388 milhões de hectares de terras agricultáveis. Desse número, cerca de 100 milhões ainda não explorados. Em que pese o bom desempenho da produção agropecuária brasileira nos últimos 10 anos, o baixo nível de investimento em infra-estrutura e logística já está interferindo de forma negativa na competitividade e no crescimento do setor.

As condições precárias das rodovias e a utilização inadequada dos modais de transporte estão dificultando o escoamento das safras e impactando de forma significativa os custos de fretes das regiões produtoras até os portos, ao mesmo tempo em que alguns portos brasileiros estão apresentando prêmio negativo na exportação de produtos agrícolas, significando um menor preço final para o produtor rural. Da mesma forma, a defasagem da capacidade estática de armazenagem, o alto percentual de perdas pós-colheita e a não garantia da qualidade dos produtos comprometem a competitividade do agronegócio.

É nesse contexto que a infra-estrutura e a logística da produção surgem como insumos indispensáveis ao desenvolvimento rural, oferecendo condições imprescindíveis para o aumento da produção e produtividade, implantação das cadeias produtivas, com a geração de empregos, melhoria do bem-estar das populações rurais e viabilização do escoamento das safras.

O Programa deve ser um processo articulado do governo e da sociedade civil, direcionando as suas ações políticas, programas e projetos para o espaço rural ampliando a competitividade do setor agropecuário, viabilizando opções duradouras de progresso e desenvolvimento sustentável, utilizando eficientemente as potencialidades existentes na sua dimensão econômica, social, política, espacial, cultural, ambiental e institucional. Uma das preocupações do Programa se refere também ao desenvolvimento sustentável dos corredores de exportação com agregação de valor ao produto agropecuário, ou seja, o desenvolvimento de alternativas com base nos potenciais produtivos de cada região a partir de ações integradas no âmbito do MAPA e de ações transversais com outros órgãos do Governo Federal, quais sejam, ações de cooperativismo, energia elétrica, mecanização, agroindustrialização e armazenagem que podem ampliar as alternativas de produção das regiões, em especial, para os pequenos e médios produtores rurais. O sucesso do agronegócio é estratégico para o Brasil, uma vez que, além de grande gerador e absorvedor de mão-de-obra, viabiliza a economia da maioria dos Municípios, permitindo o abastecimento alimentar do País e gerando excedentes para a exportação.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Não há indicadores apurados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) neste Programa, que permitam avaliar os resultados obtidos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física da ação de Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário de 2006 ficou abaixo da meta estabelecida, porém atendeu a alguns projetos de importância, como nos Estados do Acre e de Sergipe. Já a execução física da Ação Mecanização Agrícola em 2006, ficou muito abaixo da meta, devido ao elevado custo das patrulhas mecanizadas, o que torna impossível o atendimento. A ação de Fiscalização de Contratos de Repasse é nova e sua execução foi baixa pelo elevado custo de cada fiscalização, pois implica liberação de passagens e diárias. A baixa execução física é decorrente do número de Municípios indicados pelos parlamentares, autores das emendas, tendo em vista o custo atual da mecanização agrícola e dos projetos agropecuários que é superior ao estabelecido pela meta física, impossibilitando que a mesma seja atingida. Importante salientar que a execução física somente será confirmada ao final da execução de todos os contratos de repasse na Caixa Econômica Federal (CEF), pois há ainda necessidade de liquidação e pagamento.

As metas físicas estabelecidas para as ações não foram alcançadas. Por exemplo, para o cumprimento da meta física estabelecida na ação de Mecanização Agrícola, ter-se-ia que disponibilizar cerca de R$ 20.600,00 para cada Município. Ocorre que o valor das patrulhas mecanizadas varia entre R$ 80 mil e R$ 600 mil.

Na Ação de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Agropecuário, ter-se-ia que disponibilizar cerca de R$ 101 mil para cada Município, sendo que há projetos como mercados do produtor, agroindústrias e frigoríficos municipais, cujo custo é superior a esse valor. Na Ação Fiscalização de Contratos de Repasse, o valor disponibilizado é insuficiente para cumprir integralmente o objetivo e, mesmo não atingindo a meta, atenderemos cerca de 1.573 Municípios.

A liberação de recursos ao fim do exercício sempre prejudica a execução, por falta de tempo hábil para operacionalizar as ações.

Os recursos materiais são insuficientes para a equipe gerencial e executora. Falta um sistema de acompanhamento específico para convênios e contratos de repasses que seja unificado no âmbito do Poder Executivo, que possibilite acompanhar o orçamento, a liberação e do repasse, que forneça relatórios variados e seja de fácil manejo, e que possa estar disponível ou integrado a Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), facilitando o acompanhamento e a fiscalização. Em alguns Ministérios ainda trabalha-se com planilhas Excel, encaminhadas de setores ou órgãos diferentes, redigitadas, levando a falhas e erros.

A equipe executora é reduzida para a quantidade de convênios celebrados. Com o atraso na liberação do orçamento, que fica concentrado ao final do exercício, ocorre uma carga de trabalho pesada para a equipe. Também é insuficiente a qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial e executora, devido à dificuldade de acesso a cursos de capacitação e de atualização de servidores.

O contingenciamento orçamentário prejudica a programação de celebração dos convênios, levando ao acúmulo de serviço ao fim do ano e inviabilizando o atendimento de parte da demanda. A liberação de recursos ocorre somente ao final do exercício.

A inadimplência dos Municípios tem sido um sério problema não somente para o empenho, bem como para o pagamento dos convênios e contratos de repasse.

Nas descentralizações de recursos, efetuados às Superintendências Federais da Agricultura (SFA) para cumprimento das ações de fiscalização, o resultado é bastante positivo. Como exemplo, cita-se o acompanhamento dos convênios de custeio realizados na Ação de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário. Nas demais descentralizações, não temos ainda o resultado das ações de 2006.

A gerência do Programa acompanha a execução física das ações por meio de:

a) acompanhamento *in loco* em todos os convênios de custeio realizados na Ação de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Agropecuário. Os contratos de repasse realizados com recurso de investimento são acompanhados pela CEF, sendo que o MAPA acompanha os contratos de repasse apontados nos relatórios de gestão por meio de um plano de fiscalização do contrato de prestação de serviços entre o Ministério e a CEF;
b) resposta às informações solicitadas pelo Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan) anualmente;
c) relatórios de gestão encaminhados mensalmente ao MAPA pela CEF, que são analisados e subsidiam as respostas das demandas do controle interno;
d) controle de órgãos federais, que encaminham as demandas por meio de relatórios de fiscalização, de gestão, plano de providência e solicitações de auditoria. É elaborado um plano de ação, as demandas são respondidas por intermédio das análises e das justificativas da CEF, podendo ou não haver fiscalização *in loco*.

Houve integração entre a gerência do Programa e os executores da ação quando da liberação dos recursos, com relação aos itens de despesa que seriam atendidos com recursos descentralizados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

No Programa, houve celebração de convênios com entidades privadas de fins não lucrativos. A maior parte dos convênios foi liberada no mês de dezembro e ainda não temos o seu resultado. Alguns eventos ocorridos no início atingiram seu objetivo, porém, não temos conhecimento da análise das prestações de contas. O MAPA conta com Ouvidoria que presta informações aos convenentes quando acionada.

**RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA - PRÓ-ORGÂNICO

## OBJETIVO

Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores, processadores, distribuidores e consumidores de produtos orgânicos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.284.575,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.954.210,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 1.954.210,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 9.700.000,00 | R$ 2.236.901,00 | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0,21
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,16

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A determinação dos índices está condicionada ao cumprimento das exigências previstas na regulamentação da Lei nº 10.831/03, portanto, não é suficiente a publicação do Decreto e dos Atos Normativos, pois nestes está previsto um prazo de dois anos para o setor se ajustar às novas normas. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de hectares com produção orgânica e o número total de hectares com produção agropecuária convencional.

### 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NO TOTAL DE UNIDADES DE PRODUÇÃO NACIONAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0,40
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A determinação dos índices está condicionada ao cumprimento das exigências previstas na regulamentação da Lei nº 10.831/03, portanto, não é suficiente a publicação do Decreto e dos Atos Normativos, pois nestes está previsto um prazo de dois anos para o setor se ajustar às novas normas. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de unidades de produção orgânica e o número total de unidades de produção agropecuária no Brasil. Considerou-se para a estimativa do índice o número de estabelecimentos produtores orgânicos de 13.000 e o número de estabelecimentos produtores brasileiros de 1,9 milhões.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A explosão do consumo de produtos orgânicos começou na década de noventa tornando-se nessa década, a atividade de maior crescimento na agricultura mundial. Segundo informações do *International Trade Center* (ITC), da Confederação das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), as vendas combinadas de alimentos e bebidas orgânicas nos principais mercados consumidores passou de apenas US$ 2 bilhões em 1989 para US$ 16 bilhões em 1999 e US$ 19 bilhões em 2000.

Hoje a agricultura orgânica é desenvolvida, em maior ou menor intensidade, por mais de 130 países que produzem uma larga variedade de produtos orgânicos. Atualmente pode-se dizer que para cada produto convencional existe uma versão orgânica. A produção orgânica representa uma forma de reduzir a dependência em recursos não-renováveis, evitar o impacto negativo do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos, preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se inserem as propriedades rurais, utilizando-se produtos e processos que garantam a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade agropecuária.

Os produtos orgânicos não podem ser diferenciados dos produtos convencionais pela sua aparência, mas pela forma como é produzido e processado. Daí a necessidade de um sistema de certificação que possa dar ao consumidor a garantia de que está comprando produtos que foram de fato produzidos de acordo com as normas para produção orgânica. Para que o Brasil possa inserir-se efetivamente no mercado internacional de produtos orgânicos, precisa implementar ações, de forma articulada, que permitam superar entraves existentes atualmente.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Crescimento de 66,7% da Taxa de Participação das Unidades de Produção Orgânica no total de unidades de produção nacional;

- Crescimento de 133,3% da Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Congresso Nacional aprovou a Lei nº 10.831/03, que foi sancionada pelo Presidente da República em 23 de dezembro de 2003. Por decisão do MAPA, coube à Câmara Setorial da Agricultura Orgânica (CSAO), o estabelecimento do cronograma e da aprovação dos textos referentes à regulamentação. Os textos foram construídos coletivamente, envolvendo cerca de 120 representantes de diferentes setores da rede de produção orgânica em mais de 48 reuniões de grupos de trabalho desde 2004. Após a elaboração, os textos foram analisados e aprovados pela CSAO em reunião ocorrida em 3 e 4 de abril, em seguida, o Decreto foi encaminhado à consultoria jurídica do MAPA e, posteriormente à Casa Civil, de onde retornou ao MAPA para ajustes e onde se encontra até a presente data.

Com o processo de regulamentação ainda em curso, não foi possível a execução de procedimentos previstos no Decreto e nos Atos Normativos e Anexos. Entre estes a implementação de sistema informatizado que conterá as informações da produção orgânica brasileira, tanto do Sistema Brasileiro de Avaliação da Qualidade Orgânica (dados das certificadoras credenciadas) como do processo de cadastro pelos agricultores familiares em venda direta. Assim sendo, não estão sendo gerados de forma sistematizada os indicadores do Programa, mas está sendo realizado uma estimativa dos dados. Para a elaboração desta estimativa, são coletados os dados junto às Comissões da Produção Orgânica nos Estados, certificadoras e grupos organizados de produtores da rede de produção orgânica. Cabe salientar que não tem havido obtenção dos dados de todos os Estados e que nem todas as certificadoras têm contribuído para este levantamento. Paralelamente às ações voltadas à regulamentação da Lei nº 10.831/03, têm-se executado diversas atividades fundamentais ao desenvolvimento do setor e da estruturação interna do MAPA para atuar e atender o setor de produção orgânica, como a realização da Campanha do Alimento Orgânico, em 2004 e 2005, implementação de 24 Comissões da Produção Orgânica nos Estados, realização de três cursos de capacitação para técnicos do MAPA, e implementação de 25 Núcleos da Produção Orgânica nas Superintendências Federais de Agricultura (SFA). Cabe salientar que, na estimativa do indicador apresentada, considerou-se a adequação do indicador para a área de agricultura orgânica de 591,8 mil hectares e a área total de agropecuária brasileira de 284,8 milhões de hectares.

Entre as principais atividades do Programa citam-se:

a) publicação do Decreto que regulamentou a Lei nº 10.831/03, que trata da produção orgânica no Brasil;
b) realização de duas reuniões da Câmara Setorial da Produção Orgânica, nas quais ocorreu apreciação e aprovação dos textos referentes à regulamentação da Lei nº 10.831/03;
c) articulação para a ampliação de pessoal técnico para trabalhar com Agricultura Orgânica no MAPA, Coordenação de Agroecologia (Coagre)e SFA, garantindo 30 vagas do concurso em andamento;

d) implantação da Comissão da Produção Orgânica (CPOrg ) nas 27 unidades da Federação, sendo 24 formadas em 2005 e três em 2006. A Comissão funciona como órgão de assessoramento técnico do Pró-Orgânico nas unidades da Federação;
e) realização de seminários nos 27 Estados da Federação, com a finalidade de introduzir conceitos de Agroecologia para técnicos do MAPA;
f) articulação para a implantação de 28 núcleos internos de agricultura orgânica, formados com técnicos do MAPA e das SFA nos Estados;
g) realização do segundo Encontro Nacional de Capacitação, como objetivo de capacitar 67 técnicos do MAPA quanto às especificidades da produção vegetal e animal orgânica, do processamento de bebidas, carne e leite, da regulamentação da Lei nº 10.831/03 e a troca de experiências e atualização das ações do Pró-Orgânico desenvolvidas na sede e nos Estados, no período de 6 a 10 de novembro;
h) realização de eventos nos Estados pelas CPOrg, incluindo as atividades da II Semana de Alimentos Orgânicos, beneficiando 11.018 produtores;
i) realização da II Semana do Alimento Orgânico, campanha de esclarecimento a um público de 167, 2 mil consumidores urbanos sobre o que de fato é um produto orgânico, em nível nacional, envolvendo a articulação e formação de parcerias, com o objetivo de execução de trabalho articulado do Governo Federal (ações interministeriais) e maximização do uso de recursos públicos, através de parcerias com quatro Ministérios em 2006. Para a realização da II Semana do Alimento Orgânico, ocorreu a captação de recursos externos do Pró-Orgânico no valor total de R$ 292 mil, sendo: R$ 100 mil (MDA), R$ 97.000,00 (MDS), R$ 90.000,00 (MMA), R$ 15.000,00 (Sebrae Nacional);
j) apoio à realização de cinco eventos regionais e nacionais (feiras, encontros, seminários ou *workshops*), visando à disseminação de informações técnico-científicas e de experiências dos produtores, quanto aos processos, métodos e produtos alternativos de uso em sistemas orgânicos de produção;
k) realização de eventos técnicos, administrativos e gerenciais das organizações sociais atuantes no segmento orgânico brasileiro, sendo:
    i) com o Sindicato de Produtores Orgânicos do Distrito Federal, que tem como objetivo o apoio à divulgação da agricultura Orgânica por meio da produção e veiculação de programas televisivos, e a implantação, organização e capacitação de pessoal para cooperativa de comercialização de produtos orgânicos. A estimativa é que sejam beneficiadas 7.160 pessoas, entre produtores orgânicos e consumidores;
    ii) convênio firmado entre MAPA e Instituto Centro Vida com o objetivo de apoiar os produtores associados da Cooperativa Coopernova em técnicas de pecuária orgânica e manejo ecológico de pastagens;
l) realização de palestras, seminários, visitas técnicas e exposições na II Semana de Alimentos Orgânicos, com as Prefeituras Municipais de Santa Vitória do Palmar (RS), de Vitória da Conquista (BA), de Paulo Lopes (SC), de Praia Grande (SC) e de Campo Grande (MS). A estimativa é que foram atingidos diretamente nesses eventos 33.538 produtores, estudantes, professores e consumidores e, indiretamente, 126,2 mil pessoas;

m) revitalização da ação de Financiamento para Produção sem Uso de Agrotóxicos (Agricultura Orgânica), com a revisão e adaptações ocorridas no Programa BB Agricultura Orgânica no âmbito do BB;
n) reconhecimento como certificadoras de produtos orgânicos: Associação de Agricultura Orgânica (AAO), Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), APAN Certificadora, ECOCERT Brasil, Fundação Mokiti Okada (MOA), Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), Control do Brasil S/C Ltda (IMO), Associação Mineira de Certificação de Produtos Orgânicos (Minas Orgânica), Organização Internacional Agropecuária - Agricontrol S/A (OIA BRASIL), Associação de Certificação de Produtos Orgânicos (Sapucaí), Skal Internacional do Brasil, Instituto de Tecnologia do Paraná (TecPar) e BCS Öko-Garantie.

As metas físicas de pessoa atendida, produtor atendido e tecnologia transferida foram atingidas, porém, o controle das unidades produtoras está condicionado ao cumprimento de exigências previstas na regulamentação da Lei nº 10.831/03. Com o processo de regulamentação ainda em andamento não foi possível atingir plenamente esta meta em 2006.

O monitoramento do desempenho físico das ações ocorreu ao longo do ano, através de reuniões técnicas, visitas técnicas e alimentação das informações em planilhas eletrônicas. As planilhas foram elaboradas para acompanhar a programação e execução das atividades.

O contingenciamento de recursos, durante o ano de 2006, impediu o cumprimento dos cronogramas previamente estabelecidos, tendo como conseqüência, em vários casos, a inviabilização de algumas atividades por perda de prazos. Cabe ressaltar que a liberação total dos recursos só ocorreu em dezembro, impossibilitando a utilização de maior parte destes recursos.

A Ação de Financiamento para Produção sem Uso de Agrotóxicos (Agricultura Orgânica), executada pelo Banco do Brasil, recebeu R$ 9,7 milhões e liquidou R$ 2,2 milhões de janeiro a maio de 2006. Em decorrência de limitações tecnológicas, o volume de recursos aplicados no período de junho a dezembro ainda não foi disponibilizado pelo sistema de informações gerenciais do BB.

A Ação de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Produção Orgânica de Alimentos é executada pela Embrapa e as demais ações são executadas pelo MAPA. Estas ações receberam R$ 2,3 milhões e liquidaram R$ 2 milhões. Não foram utilizados R$ 330,4 mil do orçamento do Programa, em função de corte interno de recursos financeiros, da ordem de R$ 150 mil; e de recursos descontingenciados em tempo não-hábil para a execução de atividades como também por conta do contingenciamento e da limitação da cota de deslocamento, exceto as de fiscalização, que no Programa são executadas pela ação de Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.

Outra estratégia utilizada para a realização de reuniões gerenciais é o aproveitamento de momentos como os dos Encontros Nacionais de Capacitação para os técnicos do MAPA e a utilização de espaços em reuniões realizadas pelas gerências de outros Programas, com executores internos comuns. A Ação de Gerenciamento do Programa é muito importante para a articulação, contato, adequação e ampliação das atividades planejadas, e a alocação de recursos específicos para estas atividades é essencial para uso eficiente e eficaz do orçamento público.

Em 2006, todos os técnicos da Coagre receberam computadores novos, com capacidade compatível com as exigências das atividades executadas. Parte dos recursos para investimento foi utilizado na aquisição de materiais que serão distribuídos e utilizados pelas SFA nas ações de controle das unidades de produção orgânica. A Coagre possui infra-estrutura e recursos materiais adequados, mas as SFA precisam de adequações, pois não existem recursos materiais e de infra-estrutura suficientes.

Os recursos humanos ainda são insuficientes para a execução das atividades, mas tem-se utilizado o apoio de estagiários para suprir parte desta deficiência.

Um dos aspectos importantes, quanto a restrições, reside no fato de que os insumos orgânicos alternativos ainda não podem ser registrados como insumos apropriados e de baixa toxicidade. Está sendo buscada articulação política para viabilizar o registro simplificado de produtos de baixa ou nenhuma toxicidade, junto ao Congresso Nacional. Com o processo de regulamentação da Lei nº 10.831/03 (Lei de Agricultura Orgânica), ainda em curso, entendem-se como Restrição Administrativa o fato dos procedimentos previstos no Decreto, nas Instruções Normativas e nos Anexos, ainda serem impeditivos para a execução de tarefas inerentes ao escopo de atuação do MAPA. Os textos estão sofrendo ajustes solicitados pela Consultoria Jurídica da Casa Civil, com assinatura do Decreto e envio dos textos das Instruções Normativas para Consulta Pública prevista no primeiro semestre de 2007.

A integração entre a gerência do Programa e os executores das ações têm melhorado a cada ano. As duas unidades executoras externas, BB e Embrapa, participaram da oficina, que ocorreu em 3 e 4 de abril de 2007, para a revisão do Pró-Orgânico para o PPA 2008-2011.

Considerando as atividades executadas com recursos descentralizados para as SFA, que também são unidades internas descentralizadas de execução do Programa, pode-se considerar que o desempenho foi excelente, e que, a cada ano, ocorre maior interesse e ampliação das atividades desenvolvidas, o que tem gerado grande demanda de recursos financeiros acima do limite liberado na LOA 2006-2007. Em função do contingenciamento não foi possível a alocação dos recursos no momento solicitado, mas todos os envolvidos no processo foram esclarecidos da situação, e foram tomadas medidas emergenciais para o cumprimento das atividades consideradas estratégicas.

A integração entre a gerência do Programa e os executores internos descentralizados (SFA) é ótima. Os dois Encontros Nacionais de Capacitação para os técnicos do MAPA, assim como os espaços disponibilizados para reuniões realizadas entre gerencias de outros programas e seus executores, foram utilizados para realização de reuniões gerenciais do Pró-orgânico. As SFA têm disponibilizado as informações referentes aos resultados alcançados, mas algumas ainda precisam melhorar o tempo de resposta e a qualidade da informação. Para isto estão sendo organizadas planilhas para os Estados, visando orientar a coleta e disponibilização das informações.

Um dos princípios agroecológicos que regem a agricultura orgânica é a fixação do homem no campo, através da transferência de conhecimento e costumes locais às crianças e jovens na tentativa de que estes dêem continuidade à atividade agropecuária. A aplicação dos princípios agroecológicos permite mudanças nas relações familiares e comerciais, utilizando-se de mecanismos alternativos de produção e comercialização. A comercialização dos agricultores familiares ocorre basicamente em relação direta com os consumidores em feiras locais, que permite um intercâmbio cada vez maior entre as comunidades e famílias agricultoras e que também favorece mudanças nas relações entre homens e mulheres e criam possibilidades de um futuro melhor para a juventude no meio rural. A diversificação de produtos tem levado à inserção das mulheres e jovens no processo. As mulheres têm realizado o beneficiamento de produtos, aumentando a oferta e diversificação na comercialização. Mulheres e jovens têm tido acesso à renda proveniente da comercialização dos produtos gerados pela família, o que promove a valorização do trabalho das mulheres e jovens.

Um outro ponto é o trabalho realizado na campanha II Semana do Alimento Orgânico, com crianças e jovens nas cidades, por considerá-los importantes no processo de transformação dos hábitos de consumo da sociedade, onde é apresentado que a escolha do alimento pelo consumidor influi diretamente na conservação do meio ambiente. Este processo de conscientização sobre a importância do consumo responsável para um desenvolvimento sustentável faz com que o consumidor passe a valorizar aspectos relacionados à saúde humana, ao meio ambiente e à justiça social, na hora de decidir pelos produtos que vai comprar, neste sentido, o consumidor urbano se torna um aliado dos produtores que já trabalham com sistemas orgânicos de produção e na persuasão da conversão de um número cada vez maior dos que ainda utilizam os sistemas convencionais.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As parcerias não-governamentais apresentaram resultados, como abaixo:

a) as Comissões da Produção Orgânica nas unidades da federação, criadas pela Portaria 158/04 do MAPA, tem por objetivo o assessoramento técnico do Pró-Orgânico e o direcionamento de políticas públicas para o setor. Foram formadas 24 em 2005 e três em 2006. As comissões operam de forma paritária entre o setor público e o privado, podendo ter de oito a 20 membros. As

instituições participantes devem ter reconhecida atuação no setor orgânico e ser representativas de algum dos seus segmentos, como: produção, processamento, certificação, comercialização, pesquisa ou assistência técnica. As comissões instaladas possuem a participação de mais 398 organizações governamentais e não-governamentais;

b) a Câmara Setorial da Agricultura Orgânica foi instalada em 15 de março de 2004 e faz parte da estrutura funcional do Conselho do Agronegócio, e tem por objetivo a aproximação das partes envolvidas com a agricultura orgânica para que, juntas, possam propor medidas e orientar as políticas públicas destinadas a esse segmento do agronegócio. A Câmara é composta por representantes de entidades empresariais e de trabalhadores, de organizações não-governamentais e de órgãos públicos relacionados com os diferentes segmentos da cadeia produtiva orgânica.

Em todas as etapas da execução do Programa ocorreu a participação do setor, cabendo colocar que o Programa foi avaliado e aprovado em reunião da Câmara Setorial, em 2004. A Câmara Setorial da Agricultura Orgânica e as Comissões da Produção Orgânica nas unidades da federação são fóruns constantes de assessoramento da execução e avaliação do Programa.

Não há avaliação direta e formal, mas considerando o envolvimento do setor através dos fóruns de assessoramento do Programa, os beneficiários avaliam e contribuem para a execução das atividades.

Apesar da existência dos Programas como base do planejamento, a administração dos recursos se dá por setores do organograma do MAPA. A distribuição dos recursos financeiros é feita pelos dirigentes em função da sua percepção de prioridades, independentemente da atividade prevista para cada Programa. Este fato é agravado quando são estabelecidos os contingenciamentos, ou seja, na hora de se liberar recursos financeiros, não há correlação entre os valores da LOA de cada Programa com os valores financeiros liberados, pois o MAPA define quotas por secretarias, segundo determinadas prioridades. As secretarias subdividem os recursos que lhe cabem entre os departamentos que novamente subdividem a quota segundo outras prioridades. Nestas divisões, também não se levam em conta os programas que não podem ser contingenciados.

Os coordenadores de ação e os responsáveis técnicos são obrigados a refazer inúmeras vezes suas propostas de trabalho em função de que, a cada momento, são repassados novos valores disponibilizados para o Programa. Esse retrabalho, além do tempo perdido, leva os técnicos a desacreditarem da validade do planejamento e passam a desconsiderar valores e metas previstas. A falta de previsibilidade de dispor dos recursos aprovados na LOA provoca a impossibilidade de programar antecipadamente as ações que dependem de recursos financeiros gerando, em cascata, a cobrança de demandas, sempre de forma urgente, dificultando o trabalho dos coordenadores de ação, dos responsáveis técnicos e dos coordenadores estaduais. A transferência para a área técnica da responsabilidade

pela administração dos recursos liberados, principalmente, o que é descentralizado para os Estados, tem sobrecarregado os técnicos com uma atividade meio.

A inexistência de um único programa informatizado do Governo Federal que reúna todas as informações necessárias à gestão e, principalmente, ao bom acompanhamento do que está sendo executado com os recursos dos Programas dificulta, ainda mais, o trabalho dos responsáveis técnicos e dos coordenadores de ação. Este mesmo sistema único poderia ser utilizado para a elaboração dos relatórios de acompanhamento e avaliação dos Programas (trimestrais e anuais), e também poderia ser utilizado pelo MAPA, TCU, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) e outros. Hoje há a necessidade de o alimentar SIPLAN (MAPA) e realizar relatórios no Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN), Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), Balanço Geral da União (BGU) e TCU.

**RECOMENDAÇÕES**

- Com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do MAPA, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, de maneira a que as ações sejam fundidas ou remanejadas para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, de forma a se mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para Prestação de Serviços.

# DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA

## OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores, industriais da avicultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 30.087.416,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 28.183.001,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 28.183.001,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADORES

### 1. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE AVES

**Unidade de medida:** US$
**Índice apurado em 2006:** 3.203.413.957,00
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.856.851.000,00

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O valor das exportações *Free on Board* (FOB) em 2006 já ultrapassou o índice previsto ao final do PPA em 12%.

### 2. PESO MÉDIO DE CARCAÇA DE FRANGOS

**Unidade de medida:** kg
**Índice apurado em 2006:** 2,10
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,37

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Em função do melhoramento genético e nutrição que visa animais de ciclo mais curto, o resultado é um peso de carcaça constante.

**3. QUANTIDADE DE AVES EXPORTADA**

**Unidade de medida:** tonelada
**Índice apurado em 2006:** 2.712.959
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.620.828

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
A demanda internacional diminuiu em função da ocorrência da influenza aviária.

**4. TAXA DE CONTROLE DA DOENÇA DE NEWCASTLE NOS PLANTÉIS AVÍCOLAS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 97
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Em 2006, houve a ocorrência de um foco da doença de *Newcastle*, mas foram tomadas todas as providências pertinentes para isolamento da área.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A competitividade no setor de aves a nível internacional exige que o Brasil mantenha a cadeia de avicultura bem articulada e provida de todos os meios para suplantar a concorrência internacional, incluindo a disponibilidade de novas tecnologias.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Manutenção do processo de vigilância às doenças de controle oficial em 100% das propriedades avícolas do sistema de produção comercial;

- Certificação da sanidade do plantel avícola nacional, mediante o controle das doenças de importância para saúde pública e saúde animal, como doença de Newcastle, influenza aviária, salmoneloses e micoplasmoses aviárias.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A avicultura comercial brasileira é considerada uma das mais modernas e produtivas do mundo. Em 2006, a produção de carne de frango teve comportamento modesto. Assim, o Departamento de Saúde Animal instituiu e implantou o Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e doença de *Newcastle*, alicerce de um complexo programa sanitário que tem por finalidade assegurar a sanidade do plantel avícola e oferecer as garantias necessárias para o comércio internacional.

A destinação da produção de carne de frango ao mercado interno em 2006 foi de 6,6 milhões de toneladas, com uma variação positiva de 1,4% em relação a 2005, com 6,5 milhões de toneladas. As exportações de carne de frango em 2006 foram de 2,7 milhões

de toneladas contra 2,9 milhões de toneladas em 2005, o que significou uma queda de 4,67%. Com relação a valores, o setor amargou uma queda de 8,7%, com US$ 3,2 milhões em 2006 contra US$ 3,5 milhões em 2005.

A manutenção do País como livre de influenza aviária, o controle e a erradicação de doenças avícolas com elevado impacto econômico são metas que devem ser estabelecidas e perseguidas para suportar os elevados índices de produtividade e de exportação que foram atingidos em 2006.

Além disso, a oferta de produtos de qualidade tem estimulado o aumento de consumo *per capita* de carne de frango no Brasil, que em 2006, cresceu 2,7%, atingindo a marca de 36,7 kg.

Coube ao MAPA desenvolver ações de prevenção à entrada de agentes infecciosos, nocivos ao desenvolvimento da atividade pecuária no Brasil. Durante o ano de 2006, foi realizado um programa amplo de treinamento dos médicos veterinários oficiais que atuam na execução de programas sanitários e de técnicos de laboratório, para operar os equipamentos de diagnóstico de última geração. O objetivo foi capacitar os agentes do governo a efetuar análises que garantam a detecção de doenças das aves com mais agilidade.

A ocorrência da *influenza* aviária de alta patogenicidade na Ásia, e mais recentemente na Europa e África, além dos focos ocorridos nos Estados Unidos e no Canadá, em 2006, alertou o País para a possibilidade de detecção da doença em Território Nacional (principalmente em épocas de migração de aves do Hemisfério Norte para o Hemisfério Sul). Ações preventivas foram preparadas para que haja respostas rápidas e adequadas frente à hipotética situação.

Além do iminente risco da detecção de *influenza* aviária, o País tem enfrentado o problema da ocorrência de doença de *Newcastle* em seu território. Recentemente, ocorreram focos da doença nos Estados do Rio Grande do Sul (junho de 2006), Amazonas (agosto e 2006) e Mato Grosso (outubro de 2006). A doença foi detectada e as medidas de erradicação foram rapidamente aplicadas, evitando sua disseminação e a aplicação de sanções comerciais por parte dos países importadores.

O Sistema de Vigilância Agropecuária (Vigiagro) recebeu R$ 4,3 milhões para investimento. Com os recursos foram adquiridos 100 veículos, 50 detectores de gases, 46 leitores de *microchips*, 36 *notebooks*, 120 computadores, 70 impressoras, e outros equipamentos que possibilitam a atividade de vigilância à *influenza* aviária nos pontos de fronteira do País. Os equipamentos permanentes foram distribuídos entre as 110 unidades do Vigiagro, em portos, aeroportos e postos de fronteiras.

Foram disponibilizados, para os sistemas estaduais de defesa sanitária animal, a importância de R$ 6,8 milhões para estruturação dos serviços, com ênfase em vigilância para *influenza* aviária. As unidades adimplentes com a União se beneficiaram com a oferta de recursos, mediante assinatura de convênio com a Secretaria de Defesa Agropecuária.

O MAPA investiu, na aquisição de diversos equipamentos permanentes e de consumo, para adequar a atividade de vigilância para *influenza* aviária nas Superintendências Federais de Agricultura, R$ 3,5 milhões na aquisição de veículos, computadores portáteis, material de divulgação de ações de vigilância à *influenza* aviária e material utilizado no atendimento às suspeitas de doenças de aves.

**RECOMENDAÇÕES**

- Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do Ministério e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando suas ações para outros programas, de forma a mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

# DESENVOLVIMENTO DA BOVIDEOCULTURA

## OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

## PÚBLICO-ALVO

Criadores de gado de leite e de corte e indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 134.745.639,00 | Empenho Liquidado: | R$ 85.911.847,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 85.911.847,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA EM BOVÍDEOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 9,98
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Com a ocorrência de febre aftosa nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, foi suspenso temporariamente pela Organização Internacional de Epizootia (OIE), o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa com vacinação dos Estados do PR, MS, MT, GO, MG, SP, ES, RJ, BA, SE e TO.

### 2. PRODUTIVIDADE LEITEIRA BOVINA

**Unidade de medida:** Litro por animal.ano
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.500

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Índice não aferido pelo gerente do Programa.

**3. TAXA DE DESFRUTE DE BOVINOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 22
**Índice previsto ao final do PPA:** 24

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

**4. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES BOVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 23

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não aferido pelo gerente do Programa.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. Apesar do grande potencial gerador de renda e de empregos desse setor, os índices de produtividade são muito baixos. Há necessidade de incrementar a pesquisa e o desenvolvimento para alterar essa situação. O País insere-se no mercado como um histórico importador de produtos lácteos para abastecimento da sua população. Tal situação decorre, sobretudo, da baixa produtividade do rebanho, que tem sido responsável pela fraca competitividade do setor leiteiro nacional frente a um mercado internacional cada vez mais competitivo e globalizado. O desenvolvimento de programas de melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões, constitui a forma mais eficaz para promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva de leite. Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Crescimento da produção de carne bovina de 10,23% entre 2005 e 2006;
- Manutenção e ampliação das ações de defesa sanitária animal, possibilitando atendimento a suspeitas e focos de enfermidades, visando à melhoria na condição sanitária do rebanho nacional bovino e bubalino;
- Exportação de carne bovina para 150 países, totalizando 1,5 milhão de toneladas no valor de US$ 3,68 bilhões;
- Exportação de 250 mil animais vivos, no valor de US$ 73 milhões.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A pecuária apresentou crescimento elevado na produção de carnes de bovinos. A produção de carne bovina cresceu 10,23% entre 2005 e 2006. Este aumento reflete-se no crescimento do mercado interno e das exportações desse produto. Além disso, o setor tem passado por elevada incorporação de novas tecnologias que permitiram ganhos de produção e de produtividade. Apesar dos problemas causados pela incidência da febre aftosa, a ação do governo evitou maiores danos para a economia brasileira e para os produtores. Neste aspecto, o desempenho do Programa foi satisfatório. Em 2006, o Programa recebeu crédito extraordinário no valor de R$ 4,5 milhões para apoiar a população residente em áreas afetadas pela febre aftosa. Também foram liberados para a mesma finalidade R$ 2,65 milhões de restos a pagar de 2005.

As reduções das exportações provenientes dos Estados comprometidos pela febre aftosa foram compensadas e superadas pelos Estados que se mantiveram livres da enfermidade.

O Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA) foi elaborado visando à divisão de responsabilidades entre o setor público e privado. Compete ao setor privado a aquisição de vacinas contra febre aftosa e sua aplicação. No ano de 2006, mais de 370 milhões de doses de vacinas foram vendidas, com o setor privado disponibilizando recursos na ordem de 480 milhões de reais para aquisição e aplicação da vacina.

As ações de defesa sanitária animal do Brasil, em sua totalidade, são executadas pelos Estados através de delegação de competência do MAPA para este fim. No âmbito dos órgãos executores estaduais, ocorreram treinamentos em áreas como, emergência sanitária e educação sanitária, ainda com deficiência quantitativa e qualitativa de cursos específicos na área de programas sanitários em saúde animal. O esforço de capacitação, no entanto, foi insuficiente no que se refere ao gerenciamento de programas sanitários em saúde animal. Outro agravante é representado pela deficiência de escolas e de profissionais com formação adequada para realização dos treinamentos necessários.

O atraso na liberação de recursos para os Estados comprometeu a execução descentralizada das atividades de defesa sanitária animal. A execução destas ações depende necessariamente da participação dos órgãos estaduais. A situação da grande maioria dos Estados é crítica, e nos últimos anos o apoio do Governo Federal, como mencionado, foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar das metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade das estruturas estaduais, o que poderá, em curto espaço de tempo, comprometer os avanços alcançados.

**RECOMENDAÇÕES**

- Manter cadastro censitário atualizado de propriedades com bovídeos, para o melhor dimensionamento do público-alvo;
- Melhorar o conhecimento dos dados cadastrais e censitários de cada unidade da

Federação, de forma a promover a melhor regionalização possível e dimensionamento de meta física;

- Melhorar a infra-estrutura de defesa sanitária animal nos Estados da Região Norte e Nordeste;

- Envidar esforços para a apuração dos indicadores do Programa, sem os quais qualquer análise de resultado fica comprometida;

- Criar um único programa que envolva a defesa sanitária animal e vegetal, reduzindo a pulverização de recursos orçamentários, em função da orientação estratégica estabelecida para o MAPA, centrada na prestação de serviços, excluindo-se o dos programas abertos por cadeia produtiva;

- Centralizar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais em uma única ação em um novo desenho de Programa.

# DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, DA EQÜIDEOCULTURA E DA OVINOCULTURA

## OBJETIVO

Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

## PÚBLICO-ALVO

Cooperativas, associações de produtores, pecuaristas e agroindústrias.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.540.656,00 | Empenho Liquidado: | R$ 834.265,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 834.265,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE RENDIMENTO DE CARCAÇA DE CAPRINOS E OVINOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 46
**Índice previsto ao final do PPA:** 48

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Este índice está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados nas provas de Ganho de Peso e Teste de Progênie. Desta forma, o alcance do índice é obtido de forma gradativa e constante. Outro fato relevante é o baixo número de animais envolvidos com as provas de melhoramento genético em relação à população de animais. Isto é devido, principalmente, ao baixo número de convênios firmados. Desta forma, os resultados esperados para este indicador demorarão mais a aparecer.

### 2. TAXA DE REFUGO DE PELES DE CAPRINOS E OVINOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 28
**Índice previsto ao final do PPA:** 20

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Este indicador é altamente influenciado pela capacitação dos agentes envolvidos na cadeia produtiva. No entanto, é preciso criar dispositivos para que este produtor seja favorecido financeiramente por este melhor manejo, incentivando desta forma as boas práticas agropecuárias. Como a Ação de Transferência de Tecnologia obteve boas execuções físicas e financeiras, existe a expectativa de viabilidade deste índice.

**3. TAXA DE DESFRUTE DE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 28
**Índice previsto ao final do PPA:** 35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Este índice também está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados nas provas de Ganho de Peso e Teste de Progênie. Desta forma, os resultados esperados para este indicador demorarão a aparecer. A diferença para este indicador é que ele sofre influência da capacitação e organização dos produtores, os quais, por meio do maior entendimento das técnicas de manejo, nutrição, melhoramento, sanidade, etc podem elevar a Taxa de Desfrute.

**4. TAXA DE OBTENÇÃO DE PELES CAPRINAS E OVINAS DE PRIMEIRA QUALIDADE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 25
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Este indicador tem alcance maior devido à relação com a mudança de postura dos agentes envolvidos na cadeia produtiva. Esta mudança está relacionada com o alcance das Ações de Capacitação e Organização, ou seja, quanto maior o número de capacitações ou criação de Pólos de Desenvolvimento, maior a produção de peles de primeira qualidade. É preciso lembrar também da necessidade de um dispositivo de vantagem financeira para estes produtores, através da busca de um mercado comprador, estimulando esta forma de manejo.

**5. PRODUTIVIDADE LEITEIRA CAPRINA**

**Unidade de medida:** Litro por animal.ano
**Índice apurado em 2006:** 160
**Índice previsto ao final do PPA:** 189

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Este índice está relacionado com a avaliação dos filhos dos animais selecionados no Teste de Progênie (Convênio MAPA/Embrapa-Caprinos). Desta forma, o alcance do índice é obtido de forma gradativa e constante. Outro fato relevante é o baixo número

de animais envolvidos com as provas de melhoramento genético em relação à população de animais. Outro problema é a falta de recursos para apoiar este Teste de Progênie em Caprinos Leiteiros. Desta forma, os resultados esperados para este indicador podem demorar a aparecer.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A demanda por produtos diferenciados de leite, carne e pele de caprinos com qualidade superior vem crescendo significativamente, o que implica uma necessidade cada vez maior de tecnologias adequadas para a caprinocultura. O setor da ovinocultura no Brasil apresenta um enorme potencial de produção de carne, pele e lã, tanto para abastecimento do mercado interno como para atendimento do mercado internacional. Um esforço adicional de pesquisa e desenvolvimento para o setor deverá ser realizado. Muitas são as espécies de animais da fauna brasileira com potencial de domesticação ou de exploração racional e que dependem de estudos específicos para tornarem seu aproveitamento uma atividade economicamente sustentável.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aumento na produtividade leiteira caprina de 154 litros por animal/ano em 2005 para 160 litros por animal/ano;
- Aumento na Taxa de Desfrute de Caprinos e Ovinos de Corte de 25 em 2005 para 28 em 2006;
- Aumento na Taxa de Obtenção de Peles Caprinas e Ovinas de Primeira Qualidade de 20 em 2005 para 25 em 2006;
- Aumento na Taxa de Rendimento de Carcaça de Caprinos e Ovinos de 45 em 2005 para 46 em 2006.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

De uma forma geral, as Ações que compõem este Programa tiveram uma boa execução, apesar da falta de regularidade na liberação dos recursos, o que pode prejudicar a qualidade do resultado esperado. O ponto negativo foi a não celebração de convênio entre o MAPA e o CNPq, o que determinou a não-liberação dos recursos para a implementação de novos Pólos de Produção Integrada. Os recursos usados nesta ação foram utilizados apenas para a manutenção daqueles já em andamento.

O Programa de Desenvolvimento da Caprinocultura e Ovinocultura tem impacto surpreendente nas camadas sociais mais pobres, visto que as ações a ele vinculadas pretendem, principalmente, capacitar, treinar e buscar alternativas de desenvolvimento, gerando qualidade de vida para os produtores e seus familiares. A eficiência do Programa somente aparecerá com a participação efetiva do público-alvo. Desta forma, as ações têm buscado trabalhar nos principais gargalos da produção para que possam, definitivamente, interferir nos indicadores do Programa.

A elevação da Taxa de Rendimento de Carcaça ainda é muito tímida, visto que as ações de melhoramento demandam longo tempo para que possam, efetivamente, imprimir suas características melhoradas aos rebanhos. Outro fato é que o número de animais em Provas de Ganho de Peso ou Teste de Progênie é muito pequeno em relação ao montante total do rebanho, o que também restringe o impacto dos resultados. Quanto à organização da cadeia, os resultados deste trabalho também podem influenciar neste indicador, no entanto, o número de Pólos de Produção Integrada ainda é muito baixo, visto a dificuldade da celebração de convênio.

Em relação à Taxa de Desfrute de Caprinos e Ovinos de Corte, um dos mais difíceis índices de serem conseguidos, visto que a informação real de animais abatidos não é verdadeira, pois existe uma enorme quantidade de animais abatidos sem fiscalização municipal, estadual ou federal. Acredita-se que 90% dos abates de caprinos e ovinos acontecem de forma clandestina. Sendo assim, cria-se uma expectativa do indicador, de base empírica, assim como das informações quanto ao número de peles processadas.

A Taxa de Obtenção de Peles Caprinas e Ovinas de Primeira Qualidade é indicador também influenciado por ações de capacitação e organização. Infelizmente, estas atividades ainda são poucas para a demanda de crescimento do setor. Seriam necessários mais recursos humanos e financeiros para disseminar estas informações para as mais diferentes localidades, permitindo aos produtores, na maioria de pequeno porte, uma atrativa fonte de renda para a família.

A elevação do índice da produtividade leiteira caprina se deve ao aumento na demanda do produto pela comunidade em geral. Tanto pelas características organolépticas, o que lhe permite ser substituto do leite de vaca para os lactentes, bem como pela boa aceitação dos produtos gerados, tais como queijos, doces, dentre outros.

O cumprimento das metas físicas do Programa ficou entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006. A Ação Fiscalização de Conformidade das Atividades Turfísticas e Hípicas teve uma realização de 125%. Foram realizadas mais fiscalizações que o previsto, visto que algumas despesas foram liquidadas a preços inferiores aos orçados no momento do empenho.

Para a Ação Assistência Financeira a Associações de Criadores de Eqüinos e Entidades Turfísticas a realização foi de 17%. O baixo valor foi devido à totalidade do recurso ter sido disponibilizada somente no final do ano, o que determinou a utilização do recurso com apenas uma Entidade. Quanto à Ação Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Ovinocaprinocultura e na Criação de Pequenos e Médios Animais houve uma superestimativa no número de pessoas capacitadas pela quantidade de recurso disponibilizado. O custo individual de capacitação aumentou e, por isso, há a necessidade de um futuro redimensionamento das metas físicas.

Em relação à Ação Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Ovinocaprinocultura e na Criação de Pequenos e Médios Animais, significativa quantidade

de recursos foram repassados ao CNPq, via Destaque, para a continuidade dos Pólos de Produção Integrada, prejudicando, desta forma, a meta física da Ação.

Para a Ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças, o alto valor deve-se ao lançamento de atividades que não fazem parte do produto. Na realidade, a meta física ficou por volta de 90%.

Finalmente, a Ação de Transferência teve uma realização de 93,75%, valor que não foi mais alto devido ao aumento do custo de capacitação, visto que todo o recurso disponibilizado foi utilizado.

A execução orçamentária de um modo geral foi boa. As Ações tiveram em média uma execução de 80%. Somente a Ação de Gestão e Administração ficou muito aquém, isto devido ao estabelecimento de limites para gastos com diárias e passagens, o que prejudicou a realização de algumas atividades. Um maior volume de recursos poderia acontecer sem prejuízo para a execução orçamentária, se esta liberação ocorresse de forma contínua ao longo do ano.

Como em outros anos, a maioria dos recursos foi liberada ao final do ano. Isto prejudica muito algumas ações como, por exemplo, aquelas que trabalham com Provas de Ganho de Peso e Teste de Progênie. Isto porque estes animais precisam estar com idades pré-determinadas para o início do projeto. Outra Ação prejudicada pela descontinuidade é a de Prevenção e Controle de Doenças, isto porque, prevenção deve ser feita rotineiramente, e não somente nos meses em que existe recurso. Um período sem prevenção pode prejudicar todo o trabalho anteriormente realizado.

A execução das ações de defesa sanitária animal depende necessariamente da participação dos órgãos estaduais de defesa sanitária animal. A situação da grande maioria dos Estados é crítica e nos últimos anos o apoio do Governo Federal foi insuficiente, extemporâneo e descontínuo. Apesar das metas físicas terem sido cumpridas, observa-se grande fragilidade das estruturas estaduais, o que poderá em curto espaço de tempo comprometer os avanços alcançados.

Quando se faz convênio com as entidades representativas, sugere-se que os benefícios gerados com os resultados alcançados atinjam várias pessoas, podendo gerar crescimento social da comunidade envolvida. Desta forma, o desenvolvimento da comunidade beneficiada servirá de estímulo para a agregação de novos participantes. Além disso, a execução das Ações de Transferência de Tecnologia, através da realização de dias de campo, palestras, treinamentos e vitrines tecnológicas, constituem-se em atividades que promovem a participação social, o levantamento de expectativas e demandas e a troca de experiências entre os diversos segmentos de produtores rurais em um ambiente participativo e dinâmico.

**RECOMENDAÇÕES**

- Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do Ministério da Agricultura e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando sua ações para outros programas, de forma a mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

# DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA

## OBJETIVO

Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos.

## PÚBLICO-ALVO

Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.660.407.380,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 1.602.595.387,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 1.602.595.387,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADORES

### 1. CONSUMO INTERNO DE CAFÉ

**Unidade de medida:** milhão de sacas
**Índice apurado em 2006:** 16,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 14,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Levantamento realizado pela área de pesquisa da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) mostra que, no período compreendido entre novembro de 2005 e outubro de 2006, foram consumidas 16,5 milhões de sacas de café, o que representa um aumento da demanda da ordem de 6,2% em relação a novembro de 2004 e outubro de 2005, quando o volume apurado havia sido de 15,5 milhões de sacas. No mundo, segundo dados da Organização Internacional do Café (OIC), o crescimento nesse período ficou em 1,5% ao ano, na média. O mercado brasileiro ganha cada vez mais destaque, e já representa 14% da demanda mundial. Os 16,5 milhões de sacas representam mais de 50% do consumo interno de todos os 57 países produtores de café, estimado pela OIC em 31 milhões de sacas/ano.

**2. VOLUME DE PRODUÇÃO DE CAFÉ**

**Unidade de medida:** milhão de sacas
**Índice apurado em 2006:** 42,51
**Índice previsto ao final do PPA:** 25

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A disponibilidade de café verde não será suficiente para a demanda conjunta da exportação e do mercado interno porque, além do *deficit* potencial de 6 a 8 milhões de sacas na próxima safra, os estoques físicos brasileiros estão em nível baixo e os estoques oficiais antigos de café, de 1,9 milhão de sacas, serão inteiramente consumidos. Em função desse desequilíbrio e considerando a apreciação dos preços do grão cru no mercado mundial e no mercado físico brasileiro, a ABIC estima que os preços do produto, para 2007, aumentem entre 20% e 25% para os consumidores, na média.

O índice apurado em 2006 foi de 42,5 milhões de sacas de café e a previsão do índice para o final de 2007 é de 31,7 milhões de sacas, ou seja, de baixa, em razão da característica da bianualidade do volume produzido pelas lavouras de café.

**3. VOLUME DE EXPORTAÇÃO DE CAFÉ**

**Unidade de medida:** milhão de sacas
**Índice apurado em 2006:** 27,62
**Índice previsto ao final do PPA:** 24

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O índice apurado em 2006 foi de 27,62 milhões de sacas de café e a previsão do índice para o final de 2007 é de 20 milhões de sacas. Segundo estudos do Conselho Nacional do Café (CNC), "o Brasil não terá como repetir no próximo ano (safra 2007-2008) os volumes exportados nos últimos anos. Ainda que o primeiro semestre de 2007 conte com o saldo da boa safra de 2006, o volume disponível para o segundo semestre estará fortemente comprometido, seja pela safra menor que será colhida (em razão da bianualidade), seja pela demanda do consumo interno".

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Historicamente, a produção, a industrialização e o comércio de café têm representação significativa para a economia brasileira. Atualmente, o café é cultivado em aproximadamente 300 mil propriedades rurais, em 1.850 Municípios distribuídos em 14 Estados da Federação, onde ocupa uma área cultivada correspondente a 2,7 milhões de hectares. Este significativo parque produtivo tem uma intrincada rede de impactos econômicos 'para frente' e 'para trás' da produção agrícola. Ao todo, estima-se que esta cadeia produtiva gera sete milhões de empregos diretos e indiretos e é responsável pela geração de riquezas que representam 2,2% da pauta de exportação brasileira e 5,4% do agronegócio. A produção brasileira de café ocupa, hoje, posição de destaque no mercado

mundial, sendo o primeiro produtor, representando 39,8% da produção mundial, e o primeiro exportador, representando 31,8% das exportações mundiais de café, com uma geração de divisas de 1,4 bilhão de dólares.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Líder mundial na exportação de café, com 27,6 milhões de sacas exportadas em 2006, com acréscimo de 6% em relação ao ano anterior;

- Líder mundial na produção de café, com 42,5 milhões de sacas produzidas em 2006, apresentando acréscimo de 29% em relação ao ano anterior;

- Crescimento do consumo interno de café de 6,2% em 2006, atingindo a marca de 16,5 milhões de sacas, o que significou 38% da safra colhida naquele ano.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em 2006, o consumo interno de café foi de 16,5 milhões de sacas e a previsão do índice final para 2007 é de 17,4 milhões de sacas. A ABIC atribui o crescimento do consumo a um conjunto de fatores que se repete há anos, de forma consistente e duradoura. Entre estes fatores estão:

a) melhoria contínua da qualidade do café oferecido aos consumidores, ampliada com o Programa de Qualidade do Café (PQC), lançado pela ABIC no final de 2004 e que, atualmente, já certifica mais de 160 marcas em todo o Brasil;
b) consolidação do mercado de cafés tipo Gourmet ou Especiais;
c) melhoria significativa da percepção do café, quanto aos aspectos dos benefícios para a saúde, como resultado dos grandes investimentos no Programa Café e Saúde, que todo o agronegócio apóia, inclusive o Fundo de Desenvolvimento da Economia Cafeeira (Funcafé);
d) maiores investimentos da indústria de café em expansão do parque produtivo, em tecnologia, inovação e marketing. O ano de 2006 marcou, também, a entrada no mercado brasileiro de novas cadeias de casas de café estrangeiras e o anúncio de investimentos de empresas européias, tudo contribuindo para confirmar o interesse despertado pelo tamanho do mercado interno brasileiro, que se mostra maduro para assimilar inovações e novos produtos.

A exportação de café torrado ou moído apresentou um excelente desempenho em 2006. O valor das vendas alcançou, US$ 24,5 milhões contra US$ 16,7 milhões em 2005, isto representando um acréscimo de 46%. O preço médio do café exportado foi de US$ 4,55/kg em 2006 contra US$ 4,00/kg em 2005 (14% de aumento). Para 2007, a previsão é que as exportações alcancem US$ 32 milhões, com os EUA figurando como maior mercado comprador e o Mercosul surgindo como boa opção de negócios (5% das vendas).

Durante o exercício de 2006, o Funcafé disponibilizou linhas de crédito para o financiamento do agronegócio nos valores de R$ 337 milhões para a colheita, R$ 785 milhões para a estocagem, R$ 253 milhões para Financiamento para Aquisição de Café (FAC) e R$ 204 milhões para custeio, perfazendo o total de R$ 1,6 bilhão, cumprindo integralmente com o orçamento aprovado para tal finalidade. Com esses recursos para a colheita foram atendidas 69 cooperativas de crédito, além de 15.468 produtores individuais. O montante destinado à estocagem foi distribuído entre 88 cooperativas e 7.238 produtores. O FAC foi absorvido por cinco cooperativas e 81 mutuários entre beneficiadores, exportadores e indústrias torrefadoras de café.

Do previsto para 2006, o Programa atingiu 96%, sendo que não foi possível alcançar os 100% em razão da escassez de limites para empenho e pagamento, os quais não permitiram que algumas ações fossem realizadas. Dentre os resultados alcançados pelo Programa em 2006, destacam-se:

a) a consolidação da Política Anticiclíca para a Cafeicultura Nacional;
b) o Projeto de Aperfeiçoamento Metodológico do Sistema de Previsão de Safra (Geosafra);
c) o levantamento dos estoques públicos e privados;
d) o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café;
e) o Programa Integrado de Marketing dos Cafés do Brasil (PIM/CAFÉ);
f) a repactuação de dívidas do setor cafeeiro;
g) a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento do Agronegócio Café (PNDAC).

O CDPC, através de seus Comitês, em reuniões periódicas, procedeu a análise, discussão e aprovação de projetos que foram executados pelo Programa, bem como as propostas de orçamento e financiamento do setor, inclusive proposição de novos instrumentos creditícios. Analisou a gestão de contratos e convênios relacionados a programas e projetos promocionais de publicidade e marketing do café no País e exterior, e ainda, realizou análise, discussão, aprovação e gestão das ações, projetos e programas relacionados ao Acordo Internacional do Café e à OIC, bem como avaliou no final do ano os respectivos resultados.

As ações que tinham metas físicas previstas tiveram resultados satisfatórios. No caso da Ação Capacitação de Técnicos e Produtores a meta física foi superada. Quanto à meta física da Ação Conservação dos Estoques Reguladores de Café de quatro milhões de sacas de café, não foi atingida, em razão da venda de 2,12 milhões de sacas, efetuada através de leilões. A meta física da Ação Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de café, que era de 35.000 contratos, só atingiu 22.949 contratos, em razão desta quantidade de contratos ter atingido o limite de recursos previstos na LOA 2006, recursos estes disponibilizados em sua totalidade aos cafeicultores e cooperativas através de financiamentos. A Ação Prevenção e Controle de Pragas na Cafeicultura superou em 638,02% o previsto na LOA 2006.

As Ações de Gestão e Administração do Programa são implementadas a partir das negociações com os diversos parceiros componentes do Programa por meio de: aprovação de projetos pelo CDPC e definição de metas físicas, financeiras, indicadores e público-alvo, tendo como base a reavaliação do Programa ocorrida no ano anterior. Nesse sentido, cabe a esta Ação planejar o Programa: promover o acompanhamento sistemático da produção, comercialização e exportação do café brasileiro, com base nos levantamentos estatísticos efetuados pelo DCAF; proceder à análise dos relatórios dos levantamentos de safra e dos levantamentos de estoques privados, fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); verificar *in loco* as condições de armazenamento dos estoques governamentais de café, bem como avaliar se os segmentos da cadeia produtiva do café, que constituem o público-alvo do Programa, têm sido atendidos em suas expectativas.

Para tanto, em 2006, foi executado o percentual de 89% em relação ao previsto na LOA de 2006, tendo sido as ações atendidas em sua totalidade. Apresentaram-se gastos principais com diárias, passagens, descentralização de recursos à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como forma de dar apoio à Gestão de PN&D e à Conab, para efetuar, com o apoio do Funcafé, o levantamento de estoques privados de café e as estimativas de safra para 2006, bem como demais atividades necessárias à gestão e à administração do Programa.

A Ação Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura foi parcialmente cancelada, em decorrência da escassez de limites para empenho e pagamento. Para solução do problema, sugere-se a inclusão da referida Ação, na LOA 2008, como Operações Especiais, em razão desta obrigatoriedade de pagamento estar ligada às operações de financiamentos à cafeicultura para evitar a dependência dos referidos limites. Como o débito junto ao Banco do Brasil pela dação em pagamento já perfaz o total de R$ 79,44 bilhões, conforme carta de cobrança do Banco do Brasil S.A. (BB), de 28.8.2006, é necessário que haja recursos orçamentários assegurados para que este débito seja liquidado, uma vez que o mesmo sofre correção ano a ano. Enquanto esta ação estiver incluída no rol das despesas discricionárias do Funcafé, dificilmente será paga, pois em razão da escassez de recursos, a mesma não contará, por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com a distribuição de limite de empenho e pagamento suficiente para atender a esta finalidade.

A Ação Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura sofreu maior impacto no que se refere ao atraso na liberação de recursos, tendo em vista a complexidade do processo de liberação dos recursos, pois envolve mais de 45 participantes, e os convênios só podem ser efetuados entre o consórcio e seus parceiros após a descentralização ao Consórcio dos recursos orçamentários, fato que somente ocorreu a partir de setembro de 2006. Sugere-se que a ação de pesquisa, a exemplo do que ocorre na Embrapa, não esteja sujeita a limite de empenho e pagamento, ou então que haja por parte do MAPA, ao liberar os referidos limites, maior preocupação com prazos e quantitativos a serem liberados para pesquisa, para que as mesmas sejam realizadas conforme a sua programação e alcance os resultados previstos. A ação de Pesquisa, executada pelo Consórcio conseguiu atingir a sua meta física e financeira prevista na LOA 2006.

A Ação Transferência de Tecnologia, executada pela Embrapa, atingiu 98% de sua meta financeira, sendo que a Ação Prevenção e Controle de Pragas da Cafeicultura, executada pela Secretaria de Defesa da Agricultura (SDA) só conseguiu realizar 32% de sua meta financeira e 638% de sua meta física. A Conab atendeu integralmente seu plano de trabalho, com relação ao levantamento de estoques privados e estimativas de safras previstas para 2006.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A Ação Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura somente contou com a liberação de recursos orçamentários e financeiros a partir de setembro de 2006, provocando transtornos em sua programação, uma vez que tais pesquisas obedecem a uma sistemática junto à Embrapa e seus parceiros, ou seja, em torno de 45 entidades, com as quais os convênios são firmados somente após a liberação dos recursos. Em razão da falta de limite de recursos orçamentários e financeiros para a Ação Remunerações a Instituições Financeiras, deixou-se de cumprir com os compromissos assumidos junto ao BB. A Ação Equalização de juros nos financiamentos para custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café não foi executada, tendo em vista os termos constantes das Resoluções do Banco Central permitirem, na época, aos agentes financeiros procederem à dedução do valor da equalização no momento da quitação dos financiamentos.

O Programa, através de convênios firmados com entidades sem fins lucrativos, executa as ações de promoção e marketing, tendo obtido em 2006 um desempenho satisfatório por parte desses parceiros, os quais cumpriram com as metas acordadas. A maior dificuldade do Programa consiste no atraso para se liberar aos parceiros os recursos previstos na LOA, decorrente da falta de limites para empenho e pagamento.

**RECOMENDAÇÕES**

- Em relação à Ação de Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação de Financiamentos à Cafeicultura, caracterizar uma ação como Operação Especial, não altera a natureza discricionária ou obrigatória da mesma. Esta ação não possui natureza de despesa obrigatória de acordo com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal;

- Incorporar os recursos não-orçamentários para dar mais visibilidade e transparência à execução do Programa.

# DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA

## OBJETIVO

Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.

## PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, *traders*, população de pólos frutícolas e consumidores finais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.498.189,00 | Empenho Liquidado: | R$ 10.152.442,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 10.152.442,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADORES

### 1. QUANTIDADE EXPORTADA DE FRUTAS FRESCAS

**Unidade de medida:** 1000 t
**Índice apurado em 2006:** 909,42
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.443

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

### 2. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUCOS DE FRUTAS

**Unidade de medida:** 1000 t
**Índice apurado em 2006:** 1.853,66
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.017

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

### 3. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DA FRUTICULTURA

**Unidade de medida:** US$ milhão
**Índice apurado em 2006:** 2.302,40
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.790

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

## 4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO MERCADO MUNDIAL DE FRUTAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 1

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A participação nacional no mercado mundial de frutas e processados, inclusive sucos, aumentou nesses últimos anos, evidenciando a adequação do sistema produtivo do setor às exigências dos mercados internacionais.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A cadeia frutícola brasileira, com produção de 43 milhões de toneladas anuais, em área plantada de 2,2 milhões de hectares, é a terceira maior produção de frutas frescas do mundo, sendo superada apenas pela China e Índia. A sua pauta de produção, caracterizada pela extensão e diversidade, é uma das mais complexas e inclui frutas de clima temperado, tropical e subtropical, além das chamadas exóticas como a graviola, cupuaçu, açaí, sirigüela, pitomba, sapoti, dentre tantas outras espécies. Em razão de intenso nível de tecnologia, que vem sendo introduzido desde a década de 80, sobretudo, em pré e pós-colheita, a fruticultura brasileira, hoje, é capaz de ofertar frutas, ao longo das quatro estações do ano, a exemplo da laranja, manga, uva, banana, inclusive, maçã. No entanto, a participação brasileira no mercado mundial de frutas frescas, atualmente, avaliada em cerca de US$ 45 bilhões, ainda deixa muito a desejar, registrando exportação no valor de US$ 248 milhões em 2002, o que reflete a tímida participação de 0,6% desse mercado.

Muitos fatores afetam o desempenho do Brasil nesse mercado, principalmente, as carências estruturais internas como as de vias de transporte, pontos estratégicos de embarque e desembarque, logística em armazenamento, acondicionamento e distribuição, estruturas de organização e gestão especializadas em comércio internacional e, na área fitossanitária, sistemas estruturados de monitoramento e controle de pragas, vigilância fitossanitária, além de barreiras fitossanitárias em fronteiras interna e externa; quanto às ocorrências de perdas, significativos índices são observados desde a produção no campo até os pontos de distribuição, como desperdícios que atingem cerca de 90% no segmento do caju e 50% no setor da banana. Dentre os fatores externos, os de maior relevância referem-se a mecanismos de proteção vigentes no segmento agrícola, fortemente subsidiado por países como os Estados Unidos da América (EUA) e membros da União Européia (EU), além de rigorosos critérios nas barreiras fitossanitárias e limites máximos de resíduos químicos, que ainda não contemplam os requisitos básicos para as frutas tropicais.

Esforços do Profruta priorizam ações para qualificação de técnicos e gestores da cadeia das frutas, em estratégicas áreas temáticas, abrangendo os principais pólos do País, e representam um dos fatores de impacto nos resultados até aqui alcançados. Compreendem atividades em processos de incorporação tecnológica no campo e tratamentos em empacotadoras, em conformidade com requisitos de mercado internacional, como o

do sistema da Produção Integrada de Frutas (PIF), que se fundamenta em princípios da sustentabilidade ambiental e agrícola, segurança alimentar e saúde humana e, sobretudo, viabilidade econômica.

Associado às ações de capacitação, outro fator de importância refere-se à organização da base produtora, que confere possibilidades de agregação de valor, escala de produção e padrões de qualidade na oferta, mediante ações de integração de diferentes agentes da cadeia das frutas. O resultado observado é a melhor competência gerencial, maior padrão qualitativo das frutas ofertadas e, conseqüentemente, mais competitividade na inserção do setor frutícola em importantes mercados interno e externo. As principais parcerias envolvidas nesta matriz de integração registram 21 órgãos federais, 19 estaduais, 13 universidades, 17 associações de produtores e cooperativas e, ainda, três instituições internacionais, totalizando 73 organismos atuantes nas áreas de biotecnologia, entomologia, fitossanidade, nutrição, solo, água, biologia, ecologia, logística em pré e pós-colheita, tecnologia da informação, gestão do agronegócio, dentre outras. A interação das atividades é processada em cada um dos 57 projetos implementados pelo convênio MAPA/CNPq, sendo 27 na área da PIF, 25 em Implantação de Viveiros Matrizes e Borbulheiras e cinco da Defesa Fitossanitária, abrangendo as espécies frutíferas de importância sócio-econômica nos principais pólos do País.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Crescimento de 1,3% na quantidade exportada de frutas frescas;
- Crescimento de 23,7% no valor das exportações da fruticultura.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

No estágio atual, o PIF já atingiu a consolidação de 17 espécies frutíferas em 14 Estados da Federação, estando em andamento 23 projetos de fruticultura com o envolvimento de aproximadamente 500 instituições públicas e privadas, destacando a participação e as parcerias de instituições, tais como Embrapa, CNPq, Inmetro, universidades, instituições estaduais de pesquisa, Sebrae, SENAR, CEAGESP, associações de produtores, cooperativas, certificadoras, entre outros. Em 2006, houve um aumento de 4.889 ha (incremento de 35.000 ha para 39.889 ha de área total) de área sob regime de produção integrada, com 1.521 produtores envolvidos diretamente com a produção total de 1,06 milhão de toneladas de frutas.

Atualmente 14 espécies frutíferas (banana, caju, caqui, citros, coco, figo, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, melão, pêssego e uva) possuem normas técnicas publicadas com seus respectivos selos de conformidade aprovados e em condições de operacionalização. As próximas frutas a serem validadas e pólos consolidados ainda em 2007 são o abacaxi e o morango. Os projetos de PIF em andamento em vários ecossistemas do Brasil colaboraram com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para, junto a Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), aprovar recursos para o Brasil desenvolver o projeto de Conservação e Manejo de Polinizadores para a Agricultura Sustentável através de uma abordagem ecossistêmica.

Dentre outros benefícios das ações do Programa podemos comprovar o aumento da produtividade, a alta qualidade da fruta produzida, racionalização da aplicação de agrotóxicos com até 100% de redução do uso em alguns casos, diminuição do gasto de fertilizantes em até 40%, economia do uso da água na irrigação em até 50%, aumento de infiltração de água no solo e conseqüente elevação do lençol freático, diminuição dos processos erosivos, incremento na diversidade e população de inimigos naturais das pragas e doenças e manutenção das áreas de reservas naturais.

Em 2006, foram realizados 1.334 eventos sobre produção integrada, dos quais mais de 534 foram cursos de treinamento capacitando 28.400 agentes (produtores, engenheiros agrônomos, trabalhadores rurais, extensionistas e líderes rurais envolvidos neste sistema). Além de 57 diagnósticos, 370 reuniões técnicas e 1.088 visitas técnicas. Foram instaladas 27 estações de aviso que atuam no monitoramento da ocorrência de pragas e auxiliam na tomada de decisão para seu devido controle. A maioria dos produtores que aderiram voluntariamente a PIF são pequenos produtores.

Os resultados do Programa em 2006 atingiram de 80% a 100% do previsto. Entretanto, o contingenciamento dos recursos não permitiu os avanços pretendidos. Os resultados foram parcialmente satisfatórios devido aos projetos de produção integrada de frutas contratadas em anos anteriores produziram resultados até o momento.

A execução física das ações atingiu de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. As Ações Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Fruticultura e de Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Fruticultura tiveram seus recursos contingenciados e seus resultados foram parcialmente comprometidos. As metas físicas da Ação de Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Fruticultura estão acima do previsto pelo fato de que houve subestimação do planejado inicialmente e também porque os projetos contratados em anos anteriores (2004 e 2005) continuam a produzir resultados. A baixa execução das metas orçamentárias nestas ações ocorre devido ao fato de que os destaques orçamentários em favor do CNPq não foram levados em consideração na apuração dos resultados.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. Em todas as ações houve atraso na liberação de recursos.

A quantidade de recursos humanos disponibilizados nas equipes executoras é insuficiente para a execução das metas físicas, sendo necessário maior número de fiscais federais agropecuários.

A gerência do Programa, em conjunto com outros órgãos do Ministério, avalia os projetos de produção integrada de frutas por meio de relatórios semestrais enviados pelos coordenadores dos referidos projetos. São realizadas visitas periódicas aos pólos de produção com reuniões dos agentes atuantes nas cadeias produtivas para averiguar o grau de satisfação e adesão, bem como apresentar dados, levantar demandas, discutir assuntos pertinentes e propor soluções. Anualmente é realizado um seminário nacioval de produção

integrada de frutas, fórum maior para apresentação dos trabalhos realizados, debater os assuntos e dificuldades e propor soluções. Todos os aspectos do Programa são avaliados e discutidos de forma regional e nacional.

Quanto à concepção do Programa, os indicadores refletem os resultados da fruticultura de exportação, mas não indicam os avanços da produção para o mercado interno, em se tratando de quantidade ofertada e, principalmente, da qualidade do produto ofertado aos consumidores nacionais. Também não reflete a melhoria das condições de produção agrícola, pois, não demonstra a evolução no sentido da sustentabilidade do setor.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A gerência do Programa promove reuniões com grupos de interesse em que os projetos de produção integrada de frutas são implementados por meio de um comitê coordenado por uma instituição parceira e este comitê congrega todos os agentes que participam da cadeia ou sistema produtivo em questão. Este comitê é o responsável por definir as boas práticas de produção e pós-colheita, bem como a adequação do processo produtivo de acordo com estas normas, as quais são validadas em campo quanto à sua aplicabilidade e à sua viabilidade econômica.

**RECOMENDAÇÕES**

- Com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do programa Profruta, de maneira que as ações sejam fundidas ou remanejadas para outros programas, de forma a mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Fruticultura será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa; a Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Vegetais também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo. A iniciativa da implantação do PIF será estendida à produção de outras culturas, inclusive olerícolas.

# DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA

## OBJETIVO

Aumentar a produtividade e garantir a sanidade na olericultura, na floricultura e no cultivo de plantas medicinais e de especiarias, de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.

## PÚBLICO-ALVO

Agentes da cadeia de olerícolas, plantas medicinais, floricultura e especiarias.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.025.925,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.371.423,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 1.371.423,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADORES

### 1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE BATATA-INGLESA

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 21.698
**Índice previsto ao final do PPA:** 25.122

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

### 2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE CEBOLA

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 18.710
**Índice previsto ao final do PPA:** 20.186

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

### 3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TOMATE

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 56.582
**Índice previsto ao final do PPA:** 71.087

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

No segmento de olerícolas: preparar o horticultor para o mercado moderno por meio de organização dos produtores em comitês, consórcios, associações e cooperativas com a finalidade de proporcionar ao segmento da produção informações de pesquisa, defesa agropecuária, mercado, classificação e empacotamento.

No segmento de plantas medicinais: embora a medicina moderna esteja bem desenvolvida na maior parte do mundo, grande setor da população dos países em desenvolvimento depende dos profissionais tradicionais, das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos para a sua atenção primária (Zhang, 2000). Além do mais, durante as últimas décadas, o interesse do público nas terapias naturais tem aumentado enormemente nos países industrializados e acha-se em expansão o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos (OMS, 2000).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), 80% da população dos países em desenvolvimento utiliza-se das práticas tradicionais na atenção primária e, desse total, 85% usa plantas medicinais ou preparação destas. O mercado mundial de fitoterápicos em 2000 movimentou US$ 19,6 bilhões e há previsão de que somente a Europa registre volume de vendas de US$ 7,5 bilhões. A Alemanha lidera o uso de fitoterápicos, com vendas de US$ 2,7 bilhões, sendo o valor gasto por habitante/ano de US$ 84,00 (*Phitopharm Consulting Berlin*), significando que 40% de todos os remédios prescritos por médicos são fitoterápicos. No Brasil, as estatísticas sinalizam que os laboratórios privados produzirão mais produtos, com aumento de 20% ao ano. Enquanto os medicamentos éticos em geral, incluindo drogas sintéticas, cresceram 4% de 1999 para 2000, totalizando US$ 6,2 bilhões, os fitomedicamentos cresceram 15%, metade do valor do mercado de fitoterápicos em geral, que inclui toda sorte de produtos naturais, mas sem respaldo científico.

Atualmente, segundo a auditora internacional (IMS), comercializam-se no Brasil US$ 260 milhões em fitomedicamentos, metade do valor do mercado de fitoterápicos em geral, que inclui toda sorte de produtos ditos naturais, mas sem respaldo científico. Dois fatores relevantes animam o mercado de fitoterápicos: a *Federal Drugs Administration* (FDA), dos Estados Unidos, finaliza estudos para regulamentação de fitoterápicos, o que ajudaria a incrementar o mercado mundial; assim como a lei das patentes, mediante a Resolução nº 17 de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária contribui com as pesquisas de novos fitomedicamentos no Brasil.

Observa-se que, diante do cenário do mercado mundial de plantas medicinais que sinaliza possibilidades reais de se ampliar, a participação brasileira nesse negócio ainda é muito singela diante das condições privilegiadas que o País possui em termos de biodiversidade e de variações edafoclimáticas que favorecem o cultivo das mais variadas espécies de plantas medicinais. As oportunidades desse negócio são amplas e as chances de geração de renda e de emprego são reais, haja vista que essa atividade tem grande identidade com o modo de produção da agricultura familiar, pois, exige pequena área, possui elevada

rentabilidade econômica, precisa de muita mão-de-obra, visto que seu cultivo é basicamente com orgânicos. Hoje este cultivo vem sendo desenvolvido basicamente por agricultores familiares. Mesmo com a oportunidade de se adentrar no mercado mundial, o setor encontra-se bastante desorganizado, carece de informações sistematizadas sobre sistemas de produção, beneficiamento e comercialização. A articulação e a troca de experiência entre equipe de pesquisadores e de profissionais das ciências agrárias, principalmente, extensionistas rurais sobre o cultivo de plantas medicinais, continuam incipientes. Seu cultivo ainda é muito empírico, disperso, isolado em termos de informação. Faltam pessoas capacitadas nessa área para difundir conhecimentos tecnológicos aos produtores e orientá-los na condução dessa atividade. Praticamente, inexiste material instrucional publicado sobre esse assunto de cunho prático ao alcance dos produtores familiares.

No segmento de especiarias: especiarias são atividades lucrativas de alto valor agregado, geradoras de emprego e renda, que se encontram à margem das prioridades do MAPA a despeito de o Brasil ser membro da Comunidade Internacional de Pimenta do Reino (CIP). Há a necessidade de realização de estudos sobre a cadeia produtiva das especiarias com prioridade para a pimenta do reino, de forma a traçar um programa de desenvolvimento para o setor. Por serem produtos alimentares da pauta de exportação suscetíveis à contaminação é recomendável o posicionamento imediato sobre o assunto.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Acréscimo de 2,1% na produtividade das lavouras de cebola.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os princípios básicos da Produção Integrada estão amparados basicamente na elaboração e desenvolvimento de normas e orientações multidisciplinares de comum acordo entre os agentes de pesquisa, ensino e desenvolvimento, extensão rural e assistência técnica, associações de produtores, cadeia produtiva específica, empresários rurais, produtores, técnicos e outros. Pelo sistema, garante-se que a hortaliça foi produzida seguindo o roteiro de um sistema sustentável. O resultado é um produto garantido em toda sua cadeia, da fazenda à mesa do consumidor. Atendendo às demandas do mercado internacional, que sinaliza para a valorização do aspecto qualitativo e do respeito ao meio ambiente de qualquer produto, o Sistema de Produção Integrada (SAPI) vem se transformando no grande fiador dos produtores brasileiros na oferta de um alimento seguro, produzido de acordo com as normas ambientais, econômicas e sociais. Com a nova estrutura do MAPA, foi instituído o SAPI e o indicador proposto é a adesão do produtor ao sistema de produção integrada.

A cebolicultura nacional é uma atividade praticada, principalmente, por pequenos produtores e a sua importância sócio-econômica fundamenta-se não apenas na sua rentabilidade financeira, mas também na grande demanda de mão-de-obra. As Regiões Sul e Sudeste são as principais produtoras de cebola no País, respondendo pela quase totalidade, sendo o melhor desempenho apresentado pela Região Sul que em 2006 alcançou 59,6% da produção, todavia, com a menor produtividade média (17,50 t/ha).

Houve o decréscimo de 1,9% na produtividade das lavouras de batata-inglesa. Entretanto, a safra das águas de batata é a maior do Brasil, sendo os Estados de Minas Gerais e São Paulo os principais produtores. Nos últimos três anos, o mercado de batatas sofreu sérias oscilações de preço devido à alteração da configuração das regiões produtoras e introdução de novas variedades, ocasionando redução da área cultivada, em 2005, em todo o Território Nacional, inclusive no Estado de São Paulo. Em 2006, os resultados indicam uma recuperação na área plantada chegando a batata-inglesa na 1ª safra a 4,2%, na 2ª safra a 7,7% e na 3ª safra a 3,3%.

Houve o decréscimo de 9,1% na produtividade das lavouras de tomate. Entretanto, o Brasil encontra-se entre os maiores produtores mundiais de tomate para processamento industrial (tomate indústria), produzindo anualmente cerca de 1,4 milhões de toneladas, em 19.500 ha. Os Estados de Goiás e Minas Gerais são responsáveis por cerca de 84% da produção nacional, com 12.100 ha de área plantada e produção de 962 mil toneladas. Além do valor econômico da produção, o agronegócio tomate gera renda e empregos diretos e indiretos para trabalhadores no campo e nas cidades, a ponto de posicionar o tomate como uma das lavouras de maior importância social no Brasil. Para oferecer uma alternativa para a produção de tomate indústria de qualidade, de maneira racional e ecologicamente sustentável, utilizando práticas integradas e multidisciplinares, verificou-se a oportunidade de desenvolver um modelo de Produção Integrada de Tomate Indústria (PITI) nos Estados de Goiás e Minas Gerais, a exemplo do que vem sendo utilizado com sucesso para frutas no Brasil, desde 1996, através do Programa de Produção Integrada de Frutas (PIF).

Em relação a isso, foi realizada a 3ª Reunião do Comitê Gestor, em 8.12.2006, para avaliar e aprovar as normas técnicas para a Produção Integrada de Tomate Indústria. Foi criado um 'selo fantasia' sobre o PITI, que acompanhará as publicações referentes ao Projeto PITI, para utilização em 2007. Foi também elaborada uma planilha para o Monitoramento de Pragas de Tomate para Processamento Industrial, na qual são indicadas as pragas-chaves, os pontos de amostragem e o nível de controle.

Embora a Produção Integrada implique investimentos tecnológicos e a mudança de posturas dos agricultores, a qualidade a ser agregada ao produto assegurará competitividade e beneficiará diretamente o consumidor. Para que a implementação do sistema de PITI tenha sucesso, há necessidade de preparo profissional, atualização técnica permanente, além de treinamento e capacitação dos técnicos e produtores.

A execução do plano de trabalho conjunto com as Divisões de Análise de Risco e Quarentena da Coordenação-Geral de Proteção de Plantas (CGPP) ficou prejudicada devido à Embrapa Hortaliças ainda não ter concluído a revisão do banco de dados de brássicas e solanáceas, e às restrições orçamentárias que, de qualquer forma, teriam impedido a continuidade dos trabalhos. Ressaltamos que o produto Área Controlada é inadequado para refletir as atividades da ação de Prevenção e Controle de Pragas na Horticultura. Levando em consideração que área controlada é a área onde estão efetivamente sendo aplicadas medidas fitossanitárias para controle, supressão ou erradicação de pragas e que

área prevenida é definida como a área onde se quer prevenir a introdução ou a disseminação de pragas, a meta de 70.000 hectares de área controlada é irreal. Além disso, área controlada é um parâmetro que não reflete os resultados finais da aplicação de medidas fitossanitárias, já que não mostra a área que está sendo protegida por meio da aplicação dessas medidas.

Em relação a flores e plantas ornamentais, foi elaborada a agenda de discussão da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais, e também, executada a promoção de exportação de flores e plantas ornamentais, plantas medicinais e a publicação do Manual de Produção de Plantas Medicinais.

Apesar do contingenciamento dos recursos, a realização de cursos, reuniões, palestras, seminários e outras atividades de organização da cadeia produtiva e de capacitação tecnológica e gerencial de agentes públicos e privados, visando à difusão de métodos, técnicas e procedimentos pertinentes à horticultura e à adoção de planos integrados de desenvolvimento alcançaram resultados acima do esperado.

Para a Ação de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Horticultura, com um montante de 60,1% dos recursos financeiros liberados, foi possível executar 58,3% das metas físicas, sem prejuízos qualitativos.

O Programa de Exportações de Cucurbitáceas a partir das Áreas Livres (ALP) e dos Sistemas de Manejo de Risco (SMR) de *anastrepha grandis* está apresentando bons resultados, como início das exportações de melancia do SMR de Goiás e de melões da ALP do Ceará para a Argentina. Até o momento, foram exportados para a Argentina 11.433 t de melões, abóboras e melancias a partir do SMR de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, que tiveram ao todo 112 unidades de produção cadastradas, com uma área total de 1.592 ha. Com relação a 2005, houve uma queda expressiva no volume de cucurbitáceas exportadas para a Argentina, todavia esse decréscimo foi devido a questões de mercado. As exportações de melões da ALP-CE e ALP-RN não foram totalizadas até o término desta avaliação. Outro aspecto importante a considerar é que os sistemas de área livre e de manejo de risco efetivamente criaram uma alternativa de mercado para os produtores.

Considera-se factível a inclusão do Sistema de Produção Integrada em qualquer política de cunho social que traga em seu bojo o desenvolvimento setorial ou regional, uma vez que incentiva o uso de mão-de-obra familiar e proíbe expressamente o uso de mão-de-obra escrava ou infantil pelos produtores que aderirem ao sistema.

Os mecanismos de monitoramento de desempenho das ações envolvem reuniões de trabalho e visitas *in loco*, com aplicação de questionário de diagnóstico da cultura em foco e coleta de informações de custo de produção, equipamentos e amostras de solo da cultura. Além disso, existem os sistemas informatizados, como o sistema interno da Embrapa e o Sistema Integrado de Planejamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SIPLAN/MAPA). As ações de transferência de tecnologia desenvolvidas também são objeto de auditoria interna da Embrapa para fins de comprovação de sua realização.

Dos recursos financeiros, 81,9% previstos foram liberados somente no segundo semestre, o que prejudicou o alcance das metas físicas. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Em conseqüência os projetos de flores e plantas ornamentais não foram contemplados, prejudicando as ações relativas à certificação para atendimento aos mercados internacionais.

O contingenciamento do orçamento não permitiu a execução de muitas atividades programadas para 2006 e comprometeu o planejamento das ações como um todo, sendo necessário o remanejamento de recursos financeiros para viabilizar as atividades. Cabe ressaltar que a liberação total do orçamento só ocorreu em dezembro, não havendo tempo hábil para a execução das atividades previstas. A restrição não permitiu a execução de atividades descentralizadas do Pró-Orgânico para 2006.

No ano de 2006, foram beneficiados 4.305 agentes atuantes em horticultura: horticultores, técnicos, trabalhadores rurais. O valor alcançado ficou acima do esperado porque os projetos contratados em anos anteriores a 2006 estão produzindo resultados satisfatórios, deixando claro que o descontingenciamento dos recursos previstos beneficiaria um número muito maior de pessoas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa está estruturado na promoção da organização da cadeia produtiva da horticultura por intermédio de reuniões, seminários e cursos sobre a Produção Integrada e desenvolvimento da cadeia produtiva. Neste aspecto, as parcerias não-governamentais são importantes na condução do Programa.

O cenário mercadológico internacional sinaliza para grandes mudanças nos sistemas de produção de hortaliças, exigindo dos produtores a adoção de critérios de qualidade, produção certificada e cumprimento de normas internacionais relacionadas à segurança do alimento, rastreabilidade e respeito ao meio-ambiente e ao homem. A cada dia aumenta mais a conscientização dos consumidores em relação ao consumo de frutas e seus derivados sem resíduos de agrotóxicos. Com isso as grandes redes de supermercados europeus têm pressionado os produtores e exportadores para que estes adotem um sistema de certificação que garantam a qualidade dos seus produtos. O Programa de Desenvolvimento da Horticultura, que integra os programas estruturantes de governo, expressa uma das prioridades estratégicas do MAPA. Apresenta-se instituído em modelo de parceria e integração entre organismo público e privado, com o objetivo de promover a expansão da produção e renda do setor hortícola. O público-alvo do Programa é os agentes da cadeia hortícola, como os produtores, distribuidores, atacadistas e varejistas, técnicos agrícolas, *traders*, pesquisadores, gestores, viveiristas, agroindústria, sistema de crédito e finanças e consumidores finais.

A estratégia de execução multiinstitucional prevê as ações de expansão da produção e renda desenvolvidas diretamente pelo segmento privado, constituinte da base produtora hortícola, e o papel normativo e indutor de apoio e fomento atribuído ao

Estado. As iniciativas contempladas abrangem: a capacitação de fruticultores, o controle de pragas na horticultura, o controle de resíduos químicos em horticultura, a difusão de tecnologia em horticultura, o sistema de integração e qualificação da informação comercial e tecnológica, a inovação tecnológica para o semi-árido nordestino e a pesquisa e desenvolvimento em horticultura.

**RECOMENDAÇÕES**

- Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do MAPA e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando sua ações para outros programas, de forma a se mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

# DESENVOLVIMENTO DA SUIDEOCULTURA

## OBJETIVO

Elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores, industriais da suinocultura, fabricantes e comerciantes de produtos de uso veterinário.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.641.256,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 623.848,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 623.848,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADORES

### 1. VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE SUÍNOS

**Unidade de medida:** US$
**Índice apurado em 2006:** 1.040.000.000,00
**Índice previsto ao final do PPA:** 770.959.922,00

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A receita das exportações recuou 11,2% para US$ 1,04 bilhão, frente a US$ 1,17 bilhão em 2005. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), outros países aumentaram suas importações de carne suína brasileira de forma expressiva. As exportações para Hong Kong aumentaram 21%, para a Ucrânia o aumento foi de 130%, Cingapura 52% e, para a Argentina, 11%. Esses países somados à Rússia compraram 83% do total de carne suína exportada pelo Brasil em 2006 e responderam por 85% da receita gerada com essas exportações.

Ao se considerar a interferência negativa da febre aftosa sobre as exportações de produtos suínos, o desempenho do setor foi muito bom.

**2. PESO MÉDIO DE CARCAÇA DOS SUÍNOS**

**Unidade de medida:** kg
**Índice apurado em 2006:** 98,43
**Índice previsto ao final do PPA:** 98,43

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O indicador não tem valor para medir o desempenho da ação, por ser um número relativamente constante, por razões comerciais. Para manter os padrões dos cortes industriais, o peso da carcaça não pode variar muito. Assim, seriam exemplos de índices importantes para medir o desempenho:

a) idade média de abate, que expressaria os ganhos de precocidade da espécie suína;
b) taxa de conversão alimentar, que denotaria a evolução da capacidade do animal em produzir proteína nobre;
c) leitões produzidos por matriz/ano, que ressaltaria a produtividade.

**3. QUANTIDADE EXPORTADA DE SUÍNOS**

**Unidade de medida:** tonelada
**Índice apurado em 2006:** 528.200
**Índice previsto ao final do PPA:** 801.104

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O País embarcou 528,2 mil t de carne suína *in natura* e industrializada em 2006, volume 15,5% abaixo do apurado em 2005, de 625 mil t. A retração deve-se ao embargo da Rússia, maior comprador de carne suína do Brasil, que proibiu as importações de vários Estados em 2006, em decorrência dos focos de febre aftosa ocorridos nos Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. O importador liberou as compras dos Estados de Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, mas mantém o embargo ao Estado de Santa Catarina, maior produtor brasileiro de suínos. Apesar dos embargos, o mercado russo seguiu como o principal destino da carne suína brasileira, respondendo por 51% do acumulado do ano. Na comparação ao ano anterior, a queda nos volumes embarcados para a Rússia foi de 33,86% (268 mil toneladas em 2006 contra 405 mil em 2005).

**4. TAXA DE CONTROLE PESTE SUÍNA CLÁSSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 51
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A Taxa de Controle da Peste Suína considera a área livre da doença, quando deveria considerar o rebanho existente nessa área. Mais de 80% do rebanho comercial do Brasil está concentrado nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O risco de reintrodução de uma enfermidade aumenta a cada ano que se passa sem sua ocorrência.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade suinícola no Brasil está presente em quase metade das propriedades agrícolas existentes no País. Essa atividade emprega mão-de-obra tipicamente familiar, sendo responsável pela colocação de 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no mercado de trabalho, constituindo-se em importante fonte de renda e em estabilidade social. Dentre as funções sociais da suinocultura destacam-se: viabilizar o pequeno e médio produtor agrícola, gerar emprego e fixar o trabalhador no meio rural, e contribuir para o desenvolvimento das regiões produtoras de cereais. Além disso, a suinocultura deve crescer a taxas significativas e competir com produtos de qualidade para ampliar sua participação no mercado internacional. Dentro desse contexto, garantir a sanidade do rebanho suíno nacional e melhorar seus índices de produção são demandas impostas pela sociedade e pelo mercado, sendo, portanto, objeto de ação do Programa.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento da produção de carne suína de 5,76% entre 2005 e 2006;
- Contenção dos focos de febre aftosa;
- Manutenção da Zona Livre de Peste Suína Clássica (PSC);
- Abertura de novos mercados compradores.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

A produção de carne suína teve um aumento de 5,76%. Este crescimento reflete o crescimento do mercado interno e das exportações desse produto. Além disso, o setor tem incorporado novas tecnologias, que permitiram ganhos de produção e de produtividade.

A manutenção do status sanitário do rebanho e a organização da cadeia produtiva foram vitais para o bom desempenho do agronegócio suinícola.

Destca-se a contenção dos focos de febre aftosa. Os focos ocorreram nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, levando a Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE) a suspender a condição sanitária dos Estados do TO, GO, DF, MT, MG, ES, SE, RJ, SP e PR, pertencentes à zona livre de aftosa com vacinação existente no País, permanecendo apenas Acre, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A manutenção da zona livre de PSC é comprovada através de monitoramentos sorológicos e atendimento de notificações de suspeitas, realizados em estabelecimentos suinícolas, nos quais não foi detectada atividade viral.

Abertura de novos mercados compradores: foram realizadas negociações para superação de barreiras sanitárias. Como resultado positivo, obteve-se acesso, entre outros, aos Estados Unidos da América e à Ucrânia. Obtiveram sucesso, também, as gestões realizadas junto às autoridades sanitárias da Rússia para a liberação de Estados brasileiros à exportação de carne suína para aquele país.

As Ações Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Suideocultura e Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Suideocultura foram bastante prejudicadas pelo contingenciamento.

A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura é executada por meio de convênios com órgãos nos Estados. Na zona livre de peste suína clássica, principalmente, em Estados onde a atividade pecuária não tem expressão econômica, a infra-estrutura de defesa animal está comprometida, o que compromete a condição sanitária de todo o País. Esta é ainda a razão pela qual a Região Nordeste encontra-se sanitariamente em status inferior, inviabilizando o controle ou erradicação de algumas enfermidades.

Os atrasos na liberação de recursos prejudicaram a vigilância epidemiológica - que deve ser contínua - predispondo a atividade pecuária à disseminação de enfermidades, que causaram dificuldades na celebração de convênios, em licitações e celebração de contratos. A inadimplência dos parceiros foi outra causa das dificuldades de celebração de convênios.

**RECOMENDAÇÕES**

- Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando suas ações para outros programas, de forma a se mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

# DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE CEREAIS, RAÍZES E OUTRAS ESPÉCIES VEGETAIS

## OBJETIVO

Elevar a produtividade no cultivo de cereais, forrageiras, raízes e outras espécies vegetais, mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores, Associações de Produtores, Agroindústrias e Consumidores.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.755.027,00 | Empenho Liquidado: | R$ 5.246.633,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 5.246.633,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADORES

### 1. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ARROZ

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 3.865
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.757

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

### 2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE TRIGO

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 2.063
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.730

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
A produtividade prevista para o final desse ano é 1.270 kg/ha.

### 3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MILHO

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 3.279
**Índice previsto ao final do PPA:** 4.640

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
A produtividade prevista para o final desse ano é 3.652 kg/ha.

**4. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SORGO**

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 2.108
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.626

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
A produtividade prevista para o final desse ano é 2.216 kg/ha.

**5. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE FEIJÃO**

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 822
**Índice previsto ao final do PPA:** 920

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
A produtividade prevista para o final desse ano é 837 kg/ha.

**6. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE MANDIOCA**

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 13.568
**Índice previsto ao final do PPA:** 13.740

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As restrições para incorporação de novas áreas para agricultura e a crescente demanda por cereais, para o consumo humano e animal, tornam fundamental elevar a produtividade por meio da disseminação de novas tecnologias geradas pela pesquisa. O Programa é importante, pois a competitividade do agronegócio de cereais depende dos resultados da pesquisa e do efetivo controle de pragas para que, além do aumento de produtividade, haja estabilidade de produção.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Crescimento de 5,3% na produtividade das lavouras de arroz;
- Crescimento de 4,2% na produtividade das lavouras de feijão;
- Crescimento de 1,3% na produtividade das lavouras de mandioca.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Houve a implantação de viveiros, matrizeiros e sementeiras para fornecimento de material genético de qualidade melhorada e adaptada aos sistemas produtivos existentes. Em todas as ações, buscou-se fazer a promoção de cursos, reuniões, palestras, visitas técnicas e outras atividades de organização da cadeia produtiva e de capacitação tecnológica e gerencial de agentes públicos e privados, visando à difusão de métodos, técnicas e procedimentos pertinentes às culturas de cereais, raízes e outras espécies e à adoção de planos integrados de desenvolvimento.

O Programa cobriu menos de 40% do público-alvo previsto para o ano de 2006, devido à insuficiência de recursos disponibilizados. Também foi realizada avaliação interna do andamento do Programa, em termos de orçamento disponibilizado, ações realizadas, ações pendentes, resultados alcançados, e impacto nos principais agentes envolvidos com previsão de conclusão em 2007.

A gerência do Programa promove o monitoramento das metas físicas por meio de reuniões trimestrais de trabalho sobre resultados obtidos e sistemas informatizados de comunicação entre coordenador e gerente, com vistas a facilitar o trabalho de ambos.

Há acompanhamento trimestral por parte da gerência para verificar a execução física e financeira das ações.

A execução física do Programa ficou entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006, em virtude da descontinuidade do fluxo financeiro.

Os recursos materiais são insuficientes nas equipes executoras. Há deficiências na rede de laboratórios oficiais, que não atendem adequadamente aos diversos setores. Também o quantitativo de recursos humanos não acompanha o aumento de ações e programas e há precariedade dos sistemas de informação.

É necessária maior capacitação da equipe executora devido à insuficiente qualificação dos recursos humanos disponíveis.

O contingenciamento orçamentário e o fluxo irregular de recursos financeiros foram as restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto do Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Na avaliação do produto e da unidade de medida da Ação de Prevenção e Controle de Pragas nas Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais, contabiliza-se como área controlada o local onde a praga foi detectada e onde são realizadas medidas de controle, e entende-se como área prevenida toda área controlada pelas ações realizadas.

Quanto à participação social no Programa, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), possui Ouvidoria que encaminha as dúvidas a cada setor específico, além da possibilidade de discussão dos problemas e das soluções propostas, extraídas das Câmaras Setoriais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do MAPA, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, de maneira que as ações sejam fundidas ou remanejadas para outros, de forma a mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Embrapa. A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Vegetais também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

# DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS

## OBJETIVO

Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.746.541,00 | Empenho Liquidado: | R$ 6.861.338,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 6.861.338,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADORES

### 1. ÁREA PLANTADA COM MAMONA, DENDÊ E AMENDOIM

**Unidade de medida:** ha
**Índice apurado em 2006:** 310.400
**Índice previsto ao final do PPA:** 350.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
O previsto para estas áreas é menor, chegando a 310.400 ha.

### 2. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE SOJA

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 2.403
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.940

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
A produção vem aumentando devido a programas de equalização do preço da soja. A produtividade prevista para a próxima safra é de 2.755 kg/ha.

**3. PRODUTIVIDADE DAS LAVOURAS DE ALGODÃO**

**Unidade de medida:** kg/ha
**Índice apurado em 2006:** 3.181
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.692

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
A produção vem aumentando devido a programas de equalização de preço. A produtividade prevista para a próxima safra é de 3.397 kg/ha.

**4. ÁREA PLANTADA COM ALGODÃO E SISAL**

**Unidade de medida:** ha
**Índice apurado em 2006:** 856.200
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.094.860

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
A área do algodão sofreu queda acentuada, o que prejudica o alcance da meta estipulada.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Atualmente, a produção de oleaginosas se restringe, principalmente, à cultura de soja. O crescimento da produção desse produto tem sido bastante significativo nos últimos anos, transformando-se em um dos principais produtos de exportação do País. Entretanto, o Brasil dispõe de uma diversidade de culturas de oleaginosas que podem servir de alternativa, principalmente, para os agricultores menos capitalizados, pois, além de absorver mão-de-obra em toda sua cadeia produtiva, representam um grande potencial para geração de renda. Destacam-se entre essas culturas a mamona, o dendê, o girassol e o algodão.

As condições edafoclimáticas do País são consideradas favoráveis para a produção das espécies mencionadas, que poderão ser exploradas para a produção de biomassa com fins alimentícios, químicos, energéticos e para fabricação de fertilizantes.

As oleaginosas podem servir, inclusive, de matéria-prima para produção de óleo diesel vegetal. Estudos internacionais, divulgados por diversas fontes, incluindo o *National Biodiesel Board* (NBB), relatam que o Brasil tem o maior potencial mundial de produção de biodiesel, possuindo a capacidade de substituir, com biodiesel, até 60% da demanda mundial atual de óleo diesel mineral. Ao se considerar somente a floresta de babaçu, que possui uma área nativa de 17 milhões de ha, é possível produzir 40 milhões de toneladas anuais de coco, equivalendo a 17.000 toneladas anuais de óleo, capazes de produzir 20 bilhões de litros anuais de biodiesel.

Pode-se considerar que o Brasil, através deste Programa em médio prazo passará de importador de óleo diesel mineral para exportador de biodiesel, através da transformação da

matéria-prima em produto acabado, conseqüentemente melhorando o nosso desempenho na balança comercial, além de produzir outros produtos agregados.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Crescimento de 25,5% da área plantada com mamona, dendê e amendoim;
- Crescimento de 1,1% da área plantada com algodão.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em relação à Ação Controle de Pragas, os resultados foram abaixo do previsto. A cochonilha-do-carmim continua avançando na Paraíba, em Pernambuco e agora no Ceará. As tentativas de liberação de recursos para o controle da praga foram frustradas pela inadimplência dos Estados junto à União. O Programa de Controle do Bicudo-do-algodoeiro também não foi adiante por falta de recursos das instituições parceiras e do próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O monitoramento das pragas da soja foi prejudicado pelo atraso na liberação de recursos. A safra encontrava-se terminada quando da liberação de parte dos recursos após a aprovação do orçamento. Assim sendo, não se sabe a extensão dos danos da ferrugem asiática, por exemplo.

Com relação à Ação Transferência de Material Genético, houve a promoção de cursos, reuniões, palestras, visitas técnicas e outras atividades de organização da cadeia produtiva, além da capacitação tecnológica e gerencial de agentes públicos e privados, visando à difusão de métodos, técnicas e procedimentos pertinentes às culturas de oleaginosas e plantas fibrosas e à adoção de planos integrados de desenvolvimento. Também houve o estabelecimento e a implementação de normas técnicas de boas práticas agrícolas e pós-colheita. No entanto, os recursos para o Programa foram liberados tardiamente, ao final da colheita da safra, agravado por problemas de repasse de recursos que também prejudicaram as metas.

O Programa cobriu menos de 40% do público-alvo previsto para o ano de 2006 devido à insuficiência de recursos disponibilizados. Também, foi realizada avaliação interna do andamento do Programa em termos de orçamento disponibilizado, ações realizadas, ações pendentes, resultados alcançados e impacto nos principais agentes envolvidos, com previsão de conclusão para 2007.

A gerência do Programa promove o monitoramento das metas físicas através de:

a) reuniões trimestrais para discutir os resultados obtidos;
b) sistema de comunicação entre coordenados e gerente, com vistas a facilitar o desenvolvimento do trabalho.

No Programa, a execução física ficou entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006, em virtude da descontinuidade do fluxo financeiro.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras, em alguns Estados, não está em número suficiente para a realização das ações.

Os recursos financeiros foram insuficientes e foram liberados tardiamente, ao final da safra. Isto, juntamente com a inadimplência dos Estados junto à União, impediram a celebração de convênios, gerando restrições que interferiram no desempenho das ações de maior impacto do Programa. O desempenho das ações descentralizadas poderia ser melhor, caso houvesse um fluxo regular dos recursos financeiros.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

É incentivada a participação social por meio da Ouvidoria do MAPA, que encaminha as dúvidas ao setor específico, e também pela discussão dos problemas e das tentativas de melhoria apresentadas nas Câmaras Setoriais da cadeia produtiva.

Na avaliação do produto e da unidade de medida da Ação de Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas, contabiliza-se como área controlada o local onde a praga foi detectada e onde são realizadas medidas de controle, e entende-se como área prevenida toda área controlada pelas ações realizadas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Promover a uniformização do entendimento do produto das ações junto às equipes executoras, para fins de apuração dos resultados alcançados, evitando assim diferentes interpretações sobre o produto gerado;

- Propor a exclusão do Programa, com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, de maneira que as ações sejam fundidas ou remanejadas para outros programas, de forma a se mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada da Embrapa e a Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Vegetais será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

# DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL SUCROALCOOLEIRO

## OBJETIVO

Garantir a estabilidade de preços e o abastecimento interno de álcool e açúcar, além de aumentar as exportações de álcool combustível.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.090.082,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.322.555,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.322.555,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. VOLUME DAS EXPORTAÇÕES DE ÁLCOOL

**Unidade de medida:** $m^3$
**Índice apurado em 2006:** 3.400.000
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.000.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Já superado em 2006, com tendência à continuidade do aumento dos volumes exportados. Destaca-se o expressivo crescimento das exportações, impulsionado pela alta dos preços no mercado americano. Somente os Estados Unidos importaram mais de 1,5 bilhão de litros de álcool.

### 2. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ÁLCOOL ANIDRO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 17,10
**Índice previsto ao final do PPA:** 6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Flutuações no mercado externo, provocadas principalmente pelo movimento internacional na direção da busca por fontes renováveis de energia, deverão causar fortes instabilidades nos mercados de *commodities* agrícolas nos próximos anos. Isso se refletiu

nos preços internos do açúcar e do álcool. Houve forte elevação dos preços do álcool no mercado doméstico, a partir do último quadrimestre de 2005, em função do risco de desabastecimento. Embora a produção tenha crescido naquele ano, o reaquecimento da demanda interna *(flex-fuel)*, combinado com o aumento das exportações (aumento dos preços internos nos Estados Unidos, que absorveram quase a metade das nossas exportações), acabou gerando incertezas em relação ao atendimento da demanda interna durante a entressafra. Essa alta nas cotações persistiu ao longo de todo o primeiro semestre de 2006, ocasionado uma significativa variação positiva nos preços médios praticados ao longo da safra. A flutuação também foi elevada, uma vez que os preços durante a entressafra foram os recordes históricos para o produto.

**3. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO ÁLCOOL HIDRATADO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 19,20
**Índice previsto ao final do PPA:** 5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Flutuações no mercado externo, provocadas principalmente pelo movimento internacional na direção da busca por fontes renováveis de energia, deverão causar fortes instabilidades nos mercados de *commodities* agrícolas nos próximos anos. Isso se refletiu nos preços internos do açúcar e do álcool. O crescimento das vendas de veículos *flex-fuel*, que representaram mais de 75% dos veículos novos em 2006, contribuiu para a revitalização da demanda pelo álcool hidratado. No plano externo, houve o recorde histórico de exportações, puxado pelo aquecimento da procura pelo álcool anidro. Com isso, houve forte variação positiva nos preços ao longo do primeiro trimestre de 2006 e retração a partir da normalização do abastecimento.

**4. TAXA DE VARIAÇÃO DE PREÇOS DO AÇÚCAR CRISTAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 18,10
**Índice previsto ao final do PPA:** 7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Flutuações no mercado externo, provocadas, principalmente, pelo movimento internacional na direção da busca por fontes renováveis de energia, deverão causar fortes instabilidades nos mercados de *commodities* agrícolas nos próximos anos. Isso se refletiu nos preços internos do açúcar e do álcool. O mercado internacional de açúcar viveu um movimento de forte alta nas cotações, que se iniciou no último trimestre de 2005, chegando ao auge nos meses de abril e maio de 2006. Com isso, a saca no mercado doméstico saltou de R$ 37,00 em dezembro de 2005, para mais de R$ 55,00 em meados de abril. Essa alta serviu como estímulo para a retomada da produção em diversos outros países e o resultado foi o aumento da oferta internacional e a retração nas cotações ao longo do segundo semestre. Internamente, os preços chegaram aos R$ 35,00 por saca no mês de dezembro. Houve uma forte oscilação, creditada a fatores externos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a completa desregulamentação do setor sucroalcooleiro na década de 90, o governo abdicou do controle direto sobre a produção e a comercialização tanto da matéria-prima (cana-de-açúcar) como dos produtos finais (açúcar e álcool). Entretanto, é fundamental que se disponha de mecanismos de monitoramento para identificar eventuais fatores de desequilíbrios e adotar, preventivamente, os instrumentos mais adequados à sua correção, fomentando a produção ou regulando o mercado.

Nesse contexto, o álcool combustível passou a ser o elo mais frágil da cadeia produtiva, sofrendo diretamente os reflexos dos desequilíbrios causados pela sazonalidade da produção, pelos altos custos da formação e carregamento de estoques e pelo pequeno fluxo de comércio internacional, podendo gerar crises de abastecimento interno de um produto estratégico na matriz energética do País. Como o álcool combustível não possui um produto substituto, o consumidor final torna-se cativo e tem uma chance muito limitada de reagir a eventuais manipulações de preços.

Outro problema a ser equacionado diz respeito à logística de escoamento do produto. A produção está concentrada em determinadas regiões, enquanto o consumo ocorre em todo o País, provocando uma elevação do preço do produto ao consumidor final nas localidades distantes das regiões produtoras. Além disso, nos anos de safras muito grandes há sempre os riscos de queda de preços, reduzindo a rentabilidade da atividade ou até mesmo tornando-a negativa. Isso leva à descapitalização dos produtores rurais, à redução do nível de renda dentro da cadeia produtiva, com fortes impactos sobre a geração de postos de trabalho e a remuneração dos trabalhadores e compromete a regularidade futura da produção.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aumento da produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool superior a 10%, registrando novos recordes históricos;

- Aumento das receitas com exportações, que atingiram mais de US$ 7,5 bilhões em 2006, fruto de exportações de mais de 19 milhões de toneladas de açúcar e de 3,4 bilhões de litros de álcool.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

Levando-se em consideração o objetivo e o atendimento ao público-alvo, o desempenho do Programa foi satisfatório em 2006.

Com o crescimento das exportações do complexo sucroalcooleiro na ordem de 63,9% e o aumento da demanda interna de álcool combustível impulsionada pelas vendas dos veículos do tipo bicombustível, as linhas da atuação do MAPA para 2006 basearam-se na articulação no plano internacional, pela difusão da experiência brasileira com a produção e uso do álcool combustível e no monitoramento da expansão interna

da produção, especialmente os novos projetos que estão sendo instalados e na atuação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool. Na Câmara, um dos assuntos prioritários está relacionado à necessidade de incentivos à co-geração de energia elétrica por meio do bagaço de cana-de-açúcar, buscando privilegiar a adoção de tecnologias mais eficientes.

As metas quanto às exportações foram superadas. Entretanto, a forte procura externa teve como conseqüência o aumento das flutuações de preços, inclusive com tendência ao estabelecimento de preços de equilíbrio em patamares mais elevados.

Embora não tenham sido aplicados recursos em ações finalísticas, como o financiamento à estocagem de álcool, uma parcela dos beneficiários demonstrou satisfação em relação à atuação do governo, especialmente no plano externo, para a abertura de mercado para o álcool combustível. Com isso, os consumidores vêm demonstrando preocupações em relação aos eventuais preços de equilíbrio no futuro, pressionados pelo aumento da demanda externa.

Em 2006, esse problema foi percebido no início do ano, em função do risco de desabastecimento no mercado de álcool, provocando forte elevação nas cotações do produto. Com o reinício da moagem os preços recuaram, reduzindo a tensão. Entretanto, há que se considerar as oportunidades que vêm sendo criadas para o setor no plano externo, que o transformam num dos mais dinâmicos da economia brasileira, criando postos de trabalho e gerando divisas.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. O contingenciamento no início do ano, combinado com as restrições legais impostas para o período eleitoral, não permitiu a oportuna contratação dos estudos programados.

Como o açúcar é uma *commodity* e mais de 60% da produção nacional é exportada, o produto acaba passando pelo crivo do mercado externo. Com o álcool acontece algo similar, uma vez que a inspeção da maior parte do produto é feita pela Agência Nacional do Petróleo, ao fiscalizar distribuidoras e postos de combustíveis. Há que se destacar que a falta de uma ação preventiva que monitore o processo produtivo, pode colocar em risco a posição de liderança ocupada pelo País. Problemas de contaminação em uma unidade produtora, se levados a público, podem comprometer a imagem das demais.

A Ação de Equalização à Estocagem de Álcool Combustível (Lei nº 10.453 de 2002), não recebeu dotação orçamentária em 2006.

**RECOMENDAÇÕES**

- O Programa está sendo aperfeiçoado no que diz respeito à sistemática de obtenção e à sistematização das informações relacionadas aos fluxos de produção e comercialização de açúcar e álcool. Embora haja a compreensão do setor em relação à necessidade de subsidiar o governo com essas informações, não há atos normativos que tornem obrigatório o seu fornecimento. Desse modo, espera-se a aprovação de uma lei, que torne compulsório esse

procedimento, bem como discipline o uso das informações por parte do governo. Esse ato normativo é de grande importância, especialmente, em função das expectativas em relação ao crescimento das exportações de álcool, o que, eventualmente, pode vir a comprometer o abastecimento interno nos próximos anos;

- Renomear o Programa para Desenvolvimento da Agroenergia e alterar o seu escopo e indicadores em função dos dados obtidos na oficina realizada em dezembro de 2006;

- Agregar os trabalhos de controle/erradicação de doenças em Ação Genérica de Controle de Doenças dos Vegetais no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, procedendo à renomeação desse Programa e à ampliação do seu escopo.

# DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO RURAL

## OBJETIVO

Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.

## PÚBLICO-ALVO

Associações rurais e cooperativas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.246.713,00 | Empenho Liquidado: | R$ 6.704.434,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 6.704.434,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DO NÚMERO DE COOPERADOS NO PAÍS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 16
**Índice previsto ao final do PPA:** 14

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Pelas avaliações efetuadas no final de 2006, o indicador já foi superado, considerando o grande número de associados que ingressaram no sistema de produção associativo ou cooperativo por meio das entidades ligadas à agricultura familiar, economia solidária e outros modelos de cooperativismo não filiados à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A sociedade organizada social, política e economicamente é fundamental para garantir a democracia do País. A função do cooperativismo é organizar econômica e socialmente os indivíduos na sociedade, de tal modo que os benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da comunidade. Apesar de se tratar de política instrumental, é um meio para, juntamente com outras iniciativas, impactar positivamente, em diversas dimensões, a vida dos seus beneficiários.

Em primeira análise, pode-se destacar que, por si só, o cooperativismo e o associativismo podem diminuir a exclusão social experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação social, econômica e política - conceito formulado pelo principal especialista do Banco Mundial em políticas sociais para países com desenvolvimento tardio, Deepa Narayan (1999). Trata-se, portanto, de um problema coletivo. Alejandro Portes (1998) destacou que o capital social também gera benefícios individuais, estes advêm justamente das relações que as pessoas forjam e as habilitam a coordenar ações e alcançar objetivos comuns.

Em razão disso, para Deepa Narayan (1999), o Estado pode e deve apoiar práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem-estar sócio-econômico. E é justamente em virtude disso que se revestem de singular importância as intervenções públicas no sentido de fomentar as estruturas associativas. Tanto é assim que o cooperativismo foi apontado na Orientação Estratégica do Governo como diretriz para viabilizar a transposição de vários desafios identificados para a consolidação da Estratégia de Desenvolvimento, tamanho relevo que se reconheceu no instrumento.

Antes mesmo que a atual administração reconhecesse o mérito da organização e da participação social e econômica por meio do cooperativismo, a Carta Magna já contemplava a necessidade de o governo incentivá-lo. Como agente efetivo de desenvolvimento, o cooperativismo contribui para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aumento de 56,2% na Taxa de Variação do Número de Cooperados no País. A taxa é calculada pela relação entre o percentual de pessoas cooperadas em relação à população nacional, que foi de 11% em 2004 e tem por objetivo alcançar a média internacional de 40% no período de 20 anos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Nas ações desenvolvidas no Programa, foram capacitadas 5.100 pessoas em autogestão e assistidas 28 entidades ao longo de 2006.

O atendimento de entidades, no que se refere à capacitação técnica e gerencial de seus dirigentes e colaboradores, é realizado por meio de duas ações do Programa: a de Promoção do Associativismo Rural e do Cooperativismo e a Ação de Capacitação de Técnicos e Cooperados em Autogestão. O Departamento de Cooperativismo e Associativismo (Denacoop) prioriza as metas de capacitação técnica e gerencial das cooperativas e associações rurais como meio de incrementar o desenvolvimento e a estabilidade destas

entidades e direciona os recursos de suas ações para o atendimento destas demandas. Em 2006, a demanda foi muito superior à capacidade de atendimento do departamento.

O Programa atua nas questões de gênero e juventude no apoio à execução de metas específicas. Para a juventude, o chamado Cooperjovem capacita professores da escola pública para a divulgação da doutrina cooperativista. E na questão de gênero, através do Coopergênero, promove ações de inclusão das mulheres nas atividades produtivas e gerenciais de cooperativas e associações.

No Programa, o desempenho físico das ações é verificado por meio de visitas *in loco* de acordo com cada convênio firmado. Há um técnico da Superintendência Federal de Agricultura na unidade da federação onde as metas são executadas, que é nomeado por portaria do MAPA para o acompanhamento *in loco* das metas previstas no plano de trabalho.

A execução das metas físicas foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. A demanda por convênios nos Estados foi superior às metas físicas previstas no ano. Entretanto, os entraves de ordem documental dos proponentes e a liberação tardia dos recursos impediram que se atendesse a todos os pedidos. Além disso, a demanda existente para capacitação gerencial de cooperativas e associações, que é atividade essencial ao desenvolvimento de associações e cooperativas, é superior ao volume de recurso liberado.

A liberação de parte significativa dos recursos ocorreu tardiamente. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada; isso concentrou a análise dos pedidos num curto espaço de tempo e impediu o atendimento de algumas solicitações.

Com relação aos recursos previstos na ação de Gestão e Administração de Programas (GAP), os recursos liberados possibilitaram o atendimento da maioria das atividades de custeio necessárias à implementação do Programa, a não ser a questão de deslocamento, cujo limite esgotou-se no terceiro quadrimestre e dificultou o trabalho de acompanhamento de convênios, tanto na sede, como nas Superintendências Federais.

O recurso descentralizado, principalmente, para a produção de material de divulgação sobre cooperativismo e associativismo, foi executado a contento.

A comunicação entre técnicos do departamento, diretoria e gabinete tem ocorrido normalmente, o que tem facilitado a integração dos servidores.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Denacoop, cuja missão é promover o desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural, tem como principais parceiras as entidades de representação destes setores. As metas previstas nos planos de trabalho dos convênios têm sido atendidas, conforme demonstra a prestação de contas. Entretanto, o departamento entende que o

processo pode ser melhorado por meio da adoção de uma postura pró-ativa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), no direcionamento dos recursos disponíveis, conforme linhas de ação bem definidas.

Os eventos de capacitação viabilizados pelo Programa possibilitaram um maior envolvimento dos associados das cooperativas e associações e maior participação na condução dos rumos destas entidades.

No Programa, a satisfação de seus beneficiários não é avaliada e o acompanhamento dos convênios visa somente à comprovação da execução das metas propostas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Os recursos alocados na ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) foram da ordem de 34,9% do previsto na LOA 2006. Tal medida é desarrazoada vez que não há sentido em se gastar mais de 1/3 do valor previsto no ano com a implementação do Programa;

- A gerência do Programa deve incentivar a criação de mecanismos de avaliação do público beneficiário com vistas à melhoria da efetividade das ações. Também deve construir linhas de ação bem definidas a serem contempladas nos convênios, direcionando recursos para atendimento específicos destas linhas;

- Redefinir o público-alvo do Programa para: associações e cooperativas rurais não filiadas à OCB;

- Com o propósito de promover o alinhamento estratégico entre o objetivo setorial do MAPA, definido em seu mapa estratégico, e a programação vigente para o PPA 2008-2011, propõe-se a exclusão do Programa, de maneira que as ações sejam fundidas e remanejadas para outro programa, de forma a mudar o enfoque da matriz de programas atuais do PPA 2004-2007 de Cadeias Produtivas para Prestação de Serviços.

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

## OBJETIVO

Contribuir com o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau por meio do desenvolvimento e da verticalização da atividade agropecuária regional, considerando-se, sobretudo, as relações de equilíbrio sócio-econômico, a capacidade de uso intensivo de mão-de-obra e a sustentabilidade ambiental.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.176.649,00 | Empenho Liquidado: | R$ 17.897.969,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 17.897.969,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE OCUPAÇÃO NA AGROPECUÁRIA DAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 35
**Índice previsto ao final do PPA:** 36

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

No aspecto social, foi alta porque alcançou o índice programado de 35% em 2006, mantendo uma elevação gradativa da taxa com base no índice de referência de 30%. A taxa é dada pela relação percentual entre a população ocupada na agropecuária regional e a População Economicamente Ativa (PEA) regional.

### 2. RENDA AGROPECUÁRIA NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

**Unidade de medida:** R$/ ha
**Índice apurado em 2006:** 840,26
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.100,00

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Pela perspectiva econômica, destacou-se a elevação da renda, corporificada com a dinamização dos agronegócios, elevando-se de R$ 650,00 para R$ 1.095,95, no ano de 2005. Entretanto, no ano 2006, em virtude das dificuldades enfrentadas com a sobrevalorização cambial, a renda estimada caiu para R$ 840,26. O índice mede a relação entre o valor da produção agropecuária regional por unidade de área ocupada.

### 3. TAXA DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NAS REGIÕES CACAUEIRAS DO BRASIL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 36
**Índice previsto ao final do PPA:** 30

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Houve redução das agressões ambientais, tendo a taxa de degradação ambiental reduzido de 40% para 36%. A taxa é medida pela relação percentual entre o total de área degradada nas regiões cacaueiras e a área total dessas regiões.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Recuperação da renda do produtor rural, pelo aumento da produtividade do agronegócio, em especial do cacau e dos sistemas agroflorestais, contribuindo para a elevação da competitividade da agropecuária, reduzindo as desigualdades regionais, promovendo abertura de postos de trabalho, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida no campo. A implementação deste Programa atende às orientações estratégicas do Presidente da República para o PPA 2004 -2007 constantes dos Megaobjetivos I e II.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Redução de 2% na taxa de degradação ambiental das regiões cacaueiras;
- Manutenção da taxa de ocupação na agropecuária das regiões cacaueiras.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA

As ações do Programa possibilitaram, ao longo do ano de 2006:

a) lançamento de 18 clones de cacau resistentes ao fungo *Crinipellis perniciosa*, causador da doença vassoura-de-bruxa, em especial, o pré-lançamento dos clones de cacau CCN-16 e Ipiranga-1, que apresentaram excelente comportamento produtivo e resistente à enfermidade;
b) seleção de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa em 11 bacias hidrográficas da região amazônica, 12 das quais com mecanismo de resistência diferenciado e cinco caracterizadas como altamente resistentes;
c) desenvolvimento do clone de seringueira SIAL 1005, que associa características de resistência ao mal-das-folhas e boa produção sendo que, devido ao vigor de crescimento, poderá ser aproveitada ao final do ciclo de exploração como madeira de uso comercial;

d) parceria da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) com a Petrobras, visando a contribuir com a melhoria e a otimização do agronegócio do dendê em pequenas propriedades para atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização do óleo de dendê como matéria-prima;
e) implantação do Centro de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica de Frutas Tropicais, que tem difundido e treinado agricultores e empresários no aproveitamento integral do cacau e outras frutas;
f) treinamento e capacitação de mão-de-obra rural, ambiental e associativa a 49.031 produtores, agricultores, gerentes, administradores e trabalhadores, cujos temas principais abrangem tecnologias atinentes à organização social e produtiva das populações rurais, entre outras atividades agroeconômicas;
g) viabilização de crédito rural por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em que a Ceplac elaborou e enviou aos agentes financeiros 21.577 projetos, na ordem de R$ 44 milhões. Promoveu-se também a repactuação de 21.339 projetos, perfazendo a contratação de mais de R$ 33,3 milhões;
h) conclusão, na área da produção pecuária, dos trabalhos de avaliação do capim-xaraés (*Brachiaria brizantha*), obtendo-se produção média de 17 arrobas por hectare de carcaça bovina, ligeiramente superior a encontrada para o capim-braquiarão que predomina na região baiana e no Brasil Central;
i) criação de pacas em cativeiro, contribuindo significativamente para a preservação dessa espécie ameaçada de extinção. O projeto foi iniciado com a anuência do Ibama e os resultados iniciais indicam período de gestação médio entre 93 e 100 dias, peso médio ao nascer de 800g e idade de desmama entre 55 e 60 dias, apresentou boa reprodução em cativeiro, com desenvolvimento ponderal satisfatório;
j) distribuição de 944 mil alevinos de peixes das espécies Tambaqui, Carpa Cabeça Grande, Carpa Comum, Carpa Prateada, Carpa Capim, Curimatá, Piauaçu, Pacu, Tilápia e o híbrido Tambacu, atendendo 542 famílias de pequenos produtores;
k) comprovação mediante estudos com 1.171 cultivares de mandioca que as cultivares BGM 0116, 0081 e 0876 são materiais de alta produtividade e adaptados às condições dos agrossistemas regionais de Una, Ilhéus e Buerarema na Bahia.

Em seu conjunto, os resultados possibilitaram o resgate da cidadania, sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida dos segmentos contemplados pelas ações finalísticas da Ceplac, que apresentaram execução de 80,7%. Convém avaliar que esse percentual foi eficaz no cumprimento dos objetivos e metas, que foram reprogramadas por força dos fatores de natureza orçamentária e pelas causas naturais consideradas crises cíclicas da agricultura, como seca ou chuva.

Quanto à cobertura do público-alvo, foram desenvolvidas ações de extensão que possibilitaram atender a 49.031 produtores dos 57.384 programados na LOA.

A satisfação dos beneficiários foi avaliada de forma presencial, onde a Ceplac atua na prestação de assistência técnica aos agricultores. No entanto, convém registrar que, em 2006, os produtores debateram-se com alguns fatores atípicos na agricultura, como seca ou chuva excessiva, bem como a queda de preços do cacau praticado nas regiões que desmotivaram as práticas para o controle de doenças e pragas e o investimento na cultura, em razão das limitações no processo de contratação de projetos de créditos voltados para tais atividades ou pelas exigências dos órgãos competentes, impedindo o acesso a novas linhas de crédito.

O monitoramento do desempenho físico das ações se dá através de:

a) reuniões de trabalho, realizadas com a finalidade de apresentar o balanço de atividades nos Estados de atuação da Ceplac, assim como a discussão a respeito das ferramentas de gestão dos Sistemas de Planejamento e de Gerenciamento das Ações e seu produtos;
b) visitas *in loco*, pois a Ceplac trabalha na ponta de execução, exercendo o seu modelo integrado de pesquisa, assistência técnica, extensão rural e ensino e educação produtiva, prestando serviços diários aos produtores e demais segmentos das comunidades regionais nos Estados e Municípios em que atua;
c) Implementação de medidas visando a padronizar e instalar a versão do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Extensão Rural do Cenex (Siscenex), que foi atualizado, justamente, para atender às novas demandas do Plano Plurianual (PPA) e do direcionamento das atividades da Ceplac. O Siscenex tem o objetivo de acompanhar as atividades de extensão desenvolvidas pelo Centro de Extensão Rural em suas unidades de campo e seus efeitos nos imóveis rurais assistidos;
d) Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), Sistema Informatizado de Planejamento (SIPLAN) e Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras (SIOR).

A execução física das ações do Programa atingiu de 40% a 80% do previsto na LOA 2006. No entanto, em relação ao previsto na Lei Orçamentária de 2006 a execução foi de 63,4%. Para tanto, o Programa priorizou algumas ações como o atendimento à demanda da agricultura familiar com implantação de sistemas agroflorestais cacaueiros, manutenção das demais áreas produtivas e distribuição de sementes híbridas de cacau e de essências florestais. A situação climática (temperatura e chuva) se apresentou atípica, favorecendo o incremento da vassoura-de-bruxa, revelando assim, as dificuldades de realizar as atividades do controle e da prevenção de doenças e pragas da cacauicultura, com a execução de 35,7% do Programado na LOA inicial. Com a reprogramação desta ação (de 569 mil hectares para 337 mil hectares), a execução melhorou para 60,3%, ainda relativamente modesta. Outra ação finalística que não obteve o resultado esperado foi a de Geração de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Outros Sistemas Agrossilvopastoris que executou 57,3% das 164 pesquisas previstas, em virtude das dificuldades de desenvolver tecnologias e projetos de pesquisas durante o ano civil, pois, sendo cultivos perenes (cacau, fruteiras e essências florestais) demandam longo prazo para as suas conclusões. Além disso, a carência de pessoal técnico e o desaparelhamento da máquina operacional comprovam as

dificuldades enfrentadas no ano de 2006, que inviabilizaram seu pleno cumprimento.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada. A programação física foi prejudicada em virtude da liberação orçamentária para o desenvolvimento das ações finalísticas de pesquisa, difusão, educação e de controle da doença vassoura-de-bruxa, pela forma descompassada do cronograma e tendo como agravante uma grande concentração de liberação de recursos nos meses de maio e dezembro.

No Programa, há convênios de cooperação técnica com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Petrobras e governo nos Estados de atuação da Ceplac, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e instituições internacionais que contribuem na execução das ações do Programa, principalmente de Geração e Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e outros Sistemas Agrossilvopastoris e Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa.

Os recursos materiais são insuficientes nas equipes executoras. A ausência de recursos para reformas, recuperação, manutenção e conservação da infra-estrutura predial e mobiliário pode comprometer a atual estrutura da Ceplac. Parte da frota de veículos leves e pesados, como ônibus, se encontram em precário estado de conservação, e os recursos para investimentos são insuficientes (barcos, motores e adequação aos escritórios locais) o que dificultou a realização das atividades programadas, comprometendo a execução e a qualidade dos serviços prestados na realização das ações concernentes à extensão rural. Também o quantitativo de recursos humanos é inadequado; faz-se necessária a reposição de servidores técnicos e operacionais para atender às demandas nas áreas de extensão rural, pesquisa e administração e para prestar serviços dando suporte a equipe gerencial. Em 2006, completaram-se 20 anos que não se contrata novos servidores mediante concurso público.

É necessária maior capacitação das equipes executoras, principalmente, nas áreas de planejamento, acompanhamento, programação e na execução orçamentária e financeira.

Em relação à equipe gerencial, a capacitação tem esbarrado na falta de recursos específicos em atendimento às propostas do calendário de capacitação.

Entre as restrições de maior impacto na execução das ações estão:

a) o contingenciamento orçamentário e o fluxo irregular de recursos financeiros;
b) o comprometimento financeiro por restos a pagar, que chegam a gerar efeitos inclusive em 2007, em virtude da grande concentração de liberação no último mês do ano;
c) as dificuldades de celebração de convênios, pela falta de agilidade dos processos;
d) as dificuldades em licitações e celebração de contratos, pela falta de preparo dos servidores de algumas unidades nessas áreas.

O desempenho mediano da execução das ações descentralizadas é justificado na medida em que a forma de liberação de recursos, principalmente, para a agricultura, prejudica o desempenho da execução das ações que obedecem a um calendário agrícola, considerando o tempo de plantar e de colher que, conseqüentemente, não espera a aprovação dos recursos desde o Congresso Nacional até a sua liberação final. Outra conseqüência impactante é a falta de tempo suficiente para promover tais realizações seguindo os trâmites da legislação vigente, sem contar com os problemas da péssima qualidade que são auferidos por conta da descentralização de recursos, que teve grande concentração de liberação nos meses de maio e dezembro, resultando em uma diferença na emissão de empenho, no valor de R$ 3,29 milhões dos R$ 14,9 milhões que foram liquidados no exercício de 2006, ficando a referida diferença empenhada para 2007.

Houve integração entre a gerência do Programa e os executores da ação, no entanto, as unidades executoras, localizadas nos Estados de atuação da Ceplac, reclamam da tempestividade, da quantidade e da diversidade de informações solicitadas por instâncias superiores. Houve integração maior da gerência com os superintendentes e gerentes regionais, porém, é necessário ampliar o número de reuniões entre os envolvidos diretamente com a execução das atividades finalísticas do Programa.

O Programa apresenta um modelo integrado de atuação (pesquisa, extensão e ensino), necessitando ser implementadas medidas mais efetivas que venham caracterizar melhor o seu papel, principalmente, junto ao MAPA visando à prestação de serviços de fomento e suporte técnico necessário à produção agrossilvopastoril, à democratização do acesso ao crédito rural, ao incentivo, à estruturação de organizações associativas e à agroindustrialização. Também, atuar como implementador de iniciativas especiais do MAPA, entre os quais, o de conservação produtiva, via fomento dos sistemas agroflorestais, e o de agroenergia para a produção do biodiesel de dendê, como forma de ampliar a geração de renda e os postos de trabalho.

Ocorreu baixo desempenho na execução das ações de outras unidades administrativas do MAPA, considerando que a Ceplac faz parte da estrutura como órgão específico da administração direta e executa atividades de Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura (SDA/MAPA) de forma precária, devido às dificuldades enfrentadas pelo descumprimento do cronograma orçamentário e pela falta de recursos suficientes para atender a atividades de inspeções fitossanitárias no campo, treinamento de mão-de-obra, desenvolvimento de materiais de apoio, análises laboratoriais, emissão de certificados, entre outras atribuições inerentes à fiscalização federal agropecuária de sistemas produtivos e de produtos agropecuários nas regiões produtoras de cacau, já que trata de segurança alimentar, qualidade de insumos e prevenção de pragas quarentenárias.

Houve integração entre a gerência do Programa e a coordenação das ações, contudo, deve-se promover a integração das unidades administrativas envolvidas no planejamento, na programação e na execução orçamentária com as unidades executoras das ações nos Estados, bem como com os coordenadores de ação estadual e nacional, para que as informações sejam coerentes com as determinações exigidas no PPA.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Houve integração entre a gerência do Programa e os executores da ação, no entanto, as unidades executoras, localizadas nos Estados de atuação da Ceplac, reclamam da tempestividade, da quantidade e da diversidade de informações solicitadas por instâncias superiores. Houve integração maior da gerência com os superintendentes e gerentes regionais, porém, é necessário ampliar o número de reuniões entre os envolvidos diretamente com a execução das atividades finalísticas do Programa.

O Programa apresenta um modelo integrado de atuação (pesquisa, extensão e ensino), necessitando ser implementadas medidas mais efetivas que venham caracterizar melhor o seu papel, principalmente, junto ao MAPA visando à prestação de serviços de fomento e suporte técnico necessário à produção agrossilvopastoril, à democratização do acesso ao crédito rural, ao incentivo à estruturação de organizações associativas e à agroindustrialização. Também, atuar como implementador de iniciativas especiais do MAPA, entre os quais, o de conservação produtiva, via fomento dos sistemas agroflorestais, e o de agroenergia para a produção do biodiesel de dendê, como forma a ampliar a geração de renda e os postos de trabalho.

Ocorreu baixo desempenho na execução das ações de outras unidades administrativas do MAPA, considerando que a Ceplac faz parte da estrutura como órgão específico da administração direta e executa atividades de Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura (SDA/MAPA) de forma precária, devido às dificuldades enfrentadas pelo descumprimento do cronograma orçamentário e pela falta de recursos suficientes para atender a atividades de inspeções fitossanitárias no campo, treinamento de mão-de-obra, desenvolvimento de materiais de apoio, análises laboratoriais, emissão de certificados, entre outras atribuições inerentes à fiscalização federal agropecuária de sistemas produtivos e de produtos agropecuários nas regiões produtoras de cacau, já que trata de segurança alimentar, qualidade de insumos e prevenção de pragas quarentenárias.

Houve integração entre a gerência do Programa e a coordenação das ações, contudo, deve-se promover a integração das unidades administrativas envolvidas no planejamento, na programação e na execução orçamentária com as unidades executoras das ações nos Estados, bem como com os coordenadores de ação estadual e nacional, para que as informações sejam coerentes com as determinações exigidas no PPA.

**RECOMENDAÇÕES**

Não há recomendações.

# MANEJO E CONSERVAÇÃO DE SOLOS NA AGRICULTURA

## OBJETIVO

Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e a disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores, cooperativas e associação de produtores rurais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.458.042,00 | Empenho Liquidado: | R$ 2.226.307,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 2.226.307,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE UTILIZAÇÃO E MANEJO ADEQUADOS DO SOLO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 27,44
**Índice previsto ao final do PPA:** 29,56

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Em 2006, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) lançou o Projeto Integração Lavoura-Pecuária com objetivo de promover a recuperação de áreas de pastagens degradadas, melhorar os índices de produtividade de culturas e pastagens por meio de rotação e sucessão de culturas e uso de práticas de manejo e conservação de solos, o que permite inferir que o índice previsto para o final de 2007 deverá ser alcançado.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os principais desafios para se atingir uma agricultura sustentável são a busca da minimização dos impactos ecológicos decorrentes da perda da diversidade biológica pela retirada da cobertura natural; a redução da erosão e de outros processos de degradação do solo e seus reflexos sobre o ciclo hidrológico nas bacias hidrográficas, sobre as águas e, conseqüentemente, sobre as comunidades aquáticas e o controle da

utilização dos agroquímicos, os quais exercem efeitos deletérios ou cumulativo nas diversas cadeias tróficas.

A degradação do solo acontece em decorrência de uma exploração, sem a observância de sua capacidade de uso, sem a aplicação de tecnologias de manejo adequadas e do uso intensivo da moto mecanização. Dentre as práticas que vêm contribuindo com essa situação destacam-se:

a) o desmatamento de encostas, de matas ciliares e áreas de nascentes;
b) a locação e construção incorreta de estradas vicinais;
c) o desconhecimento por parte dos agricultores e do Poder Público municipal acerca dos cuidados e das tecnologias apropriadas para preservar o solo e reter a água das chuvas;
d) a escassez de crédito para investimentos em preservação ambiental;
e) a inexistência de instrumentos efetivos de política pública para a proteção de solo e água;
f) a baixa capacidade de organização dos pequenos agricultores para fazer frente às exigências relativas à gestão do negócio agrícola, manejo ambiental incluso, dentre outros.

As conseqüências se traduzem em:

a) perda do solo agricultável por meio da erosão e, conseqüentemente, de sua capacidade produtiva;
b) redução da capacidade de recarga dos lençóis freáticos, com reflexos negativos na vazão dos cursos d´água;
c) assoreamento de córregos, rios e lagos;
d) redução da vida útil de represas;
e) água de baixa qualidade para abastecimento urbano;
f) aumento dos custos dos alimentos produzidos;
g) empobrecimento do agricultor;
h) abandono da terra;
i) agravamento da situação do desemprego nos centros urbanos.

De acordo com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), somente o Estado de São Paulo, perde, a cada ano, 194 milhões de toneladas de terras férteis. A quantidade de nutrientes perdida nessas terras equivale, em termos de fertilizantes, aproximadamente US$ 200 milhões. Esse quadro demonstra os prejuízos econômicos relativos apenas aos nutrientes carreados para fora da propriedade, sem considerar a perda da capacidade produtiva do solo ou, mais importante, a perda da matéria orgânica, fonte primordial de nitrogênio e responsável pela Capacidade de Troca Catiônica (CTC) dos solos, além de constituir um forte indicativo dos demais impactos ambientais daí decorrentes.

Pesquisas realizadas no Estado do Paraná demonstram perdas de 15 a 20 toneladas por hectare por ano de solos em áreas intensamente mecanizadas, representando uma perda de nutrientes no valor de US$ 250 milhões. Existem evidências de que a deposição

de sedimentos, além de provocar o assoreamento dos mananciais e reduzir a capacidade armazenadora dos reservatórios, aumenta os custos de tratamento de água para o abastecimento urbano e afeta negativamente toda a ictiofauna regional.

Outro aspecto importante a ser considerado é que com a ausência de práticas conservacionistas adequadas no âmbito das bacias hidrográficas, há um incremento de 50% no custo anual de manutenção das estradas vicinais, avaliado em US$ 950 ao ano. Segundo o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), citado por Landers et. al. (2001), em 2000, o País tinha 1,26 milhão de km de estradas não pavimentadas, cujos custos de manutenção, somente para aos cofres públicos, foram estimados em R$ 538 milhões. De acordo com Ross L.C. (2000), somente na região dos Cerrados, existem cerca de 31 milhões de hectares de pastagens, quase todas consideradas degradadas ou em processo de degradação. Essas pastagens mantêm uma capacidade de suporte que varia em torno de 0,5 a 1,2 UA/ha/ano.

Dados da Fundação MS de Pesquisa demonstram que após a recuperação desses solos em um processo de Integração Lavoura Pecuária em Sistema Plantio Direto, após dois ou três anos de soja, é possível produzir 20 arrobas de carne no 1º ano, diminuindo gradativamente a produção no segundo, 3º e 4º ano, para, respectivamente, 14, 9 e 5,4 arrobas por hectare por ano de carne, o que demonstra, de forma indubitável, a importância da aplicação de tecnologia apropriada de manejo de solo para a sustentabilidade do processo produtivo e para o desempenho econômico da atividade na região.

Estimativas do Banco Mundial para o Estado do Paraná apontam para cifras de R$ 10,70 por 10.000m$^3$ de água tratada. A questão da água para consumo humano assumiu proporção de tamanha gravidade que hoje compõe a agenda de governos de diversos países, inclusive Brasil, onde grande parte dos sistemas hídricos encontra-se em condições críticas devido à demanda crescente, associada ao excesso de carga de poluentes domésticos e industriais. O quadro atual do desenvolvimento sócio-econômico do País, demonstra de forma inequívoca, que a sustentabilidade das atividades agropecuárias está intimamente ligada ao uso e à conservação do solo e dos sistemas hídricos, que deverão ser conduzidos num processo integrado e participativo de gerenciamento de bacias hidrográficas, tendo o setor público como definidor de políticas e de promotor de investimentos que, em uma atuação compartilhada com o setor privado, garantirá impactos positivos das inversões financeiras e de capital humano decorrente do uso sustentável dos recursos naturais renováveis, com benefícios para as gerações atuais e futuras.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Incremento de 8,3% da Taxa de Utilização e Manejo Adequado do Solo. A taxa reflete a relação percentual entre a área de solo com uso e manejo adequado e a área total agricultável do País.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Na Ação de Organização e Capacitação de Agentes em Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais foram realizados cursos técnicos de capacitação, atingindo 180 técnicos e 3.600 produtores rurais. Promoção de reunião técnica envolvendo órgãos públicos e privados para elaboração de proposta de legislação sobre Uso do Solo Agrícola para disciplinar o uso do solo agrícola e atender aos preceitos da Lei Agrícola nº 8.171/91. Na Ação Fomento a Práticas de Manejo e Conservação de Solos na Agricultura foram implantadas unidades demonstrativas sobre o processo de integração lavoura-pecuária, bem como realizados Dias de Campo sobre metodologia e práticas de conservação de solos com ênfase para o plantio direto e recuperação de áreas degradadas.

Considerando o escalonamento da liberação de recursos durante o exercício, a programação prevista foi atingida. O resultado poderia ser melhor caso não houvesse atrasos na liberação dos recursos, tanto em volume quanto nas épocas de liberação.

Quanto à cobertura do público-alvo, em 2006 foi alcançado entre 80% e 100% do previsto, resultado satisfatório, considerando as limitações orçamentárias associadas ao contingenciamento de recursos e atrasos em suas liberações.

A equipe de coordenação sediada em Brasília efetua reuniões periódicas de planejamento, monitoramento e avaliação, tanto na Sede quanto nos Estados envolvidos, com os técnicos das superintendências nos Estados e demais parceiros na implementação do Programa, reajustando a programação de acordo com as necessidades levantadas.

Quanto à concepção, o desenho do Programa é considerado adequado para os fins que se propõe e permite uma grande abrangência de atividades no contexto da conservação de solo e água, base para a sustentabilidade da produção agropecuária.

Os mecanismos de monitoramento de desempenho das ações envolvem:

a) reuniões mensais da equipe de coordenação em que são monitoradas as ações em andamento e reajustada a programação com base nas avaliações efetuadas, reuniões ocasionais de planejamento e monitoramento das atividades realizadas nos Estados e reuniões de trabalho com entidades parceiras na implantação do Programa;
b) visitas aos locais em que estão sendo implantadas atividades contempladas pelo Programa, tanto com a participação de técnicos nos eventos de capacitação quanto com atividades desenvolvidas pelas entidades convenentes no âmbito do Programa;
c) sistema informatizado e de arquivo com as atividades físicas realizadas, bem como com o acompanhamento financeiro da utilização dos recursos pelas ações que são sistematicamente lançadas no Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN) do MAPA;
d) relatórios de gestão periódicos, em atendimento às normas do Plano Plurianual, e também relatórios gerenciais específicos para conhecimento das chefias

imediatas, para divulgação do Programa e como instrumento de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas.

A execução física foi de 40% a 80% do previsto na LOA 2006. A liberação irregular dos recursos em valores e durante o exercício impediram a execução das atividades planejadas em tempo hábil, considerando que as ações exigem implementação em épocas definidas, relacionadas a períodos de preparo de solo para plantio.

O maior entrave para a implementação do que foi programado reside na incerteza de quanto será disponibilizado e, principalmente, na época das liberações ao longo de exercício. O maior percentual dos recursos foi liberado quase ao final do ano, quando já não havia condição de execução de atividades por falta de tempo hábil e por serem intempestivas quanto ao calendário agrícola.

Ademais, muitas ações programadas e negociadas com os executores estaduais ou parceiros e não implementadas devido ao contingenciamento ou atraso na liberação dos recursos acabam causando constrangimentos e desgaste à imagem da instituição.

Os recursos materiais são insuficientes na equipe gerencial. Há deficiência de equipamentos para uso da equipe técnica, como por exemplo, de computadores portáteis para uso nos deslocamentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas. Estas deficiências também são comuns nas Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, dificultando o trabalho de execução.

A equipe gerencial carece de maior quantidade de Fiscais Federais Agropecuários para acompanhamento e implementação do Programa, considerando que a demanda em ações de sustentabilidade da produção agropecuária, com ênfase no manejo e na conservação do solo e da água vêm crescendo com a preocupação ambiental e as mudanças climáticas.

Faz-se necessário um maior investimento na capacitação técnica e gerencial da equipe de coordenação e dos técnicos de execução, com participação em congressos, seminários e visitas a áreas afins, tanto em âmbito nacional quanto internacional. A limitação de gastos com diárias e deslocamentos, periodicamente definidos em portaria, impedem que atividades programadas sejam executadas, mesmo que existam recursos definidos e liberados no Programa.

A execução de ações com recursos descentralizados, tanto para as superintendências nos Estados quanto para parceiros executores, via convênios, têm atingido altos índices de desempenho, por serem ações previamente negociadas e programadas com ampla participação das partes interessadas e com foco nos objetivos do Programa. Existe boa integração entre a gerência e os entes executores, de modo geral.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa tem realizado parcerias com entidades não-governamentais, como entidades sem fins lucrativos, cooperativas e associações, ainda de forma incipiente. Os resultados das parcerias têm sido satisfatórios e estas parcerias devem ser incentivadas

A participação social na implementação do Programa se dá através de reunião com grupos de interesse, tanto para divulgação dos seus objetivos, como para identificar propostas de aprimoramento das ações, bem como para buscar possíveis parcerias para sua execução, pois são importantes para identificação de prioridades definidas pelos beneficiários, pela possibilidade de ajustes às atividades programadas e pelo constante processo de avaliação dos grupos envolvidos.

Há grande demanda de Municípios, associações e sindicatos de produtores rurais por projetos de recuperação de áreas degradadas, replantio de matas ciliares, capacitação em manejo e conservação de solos e desenvolvimento sustentável, que seria atendida com bons resultados, caso houvesse uma definição antecipada do volume de recursos que o Programa poderia contar a partir do início do exercício, com um cronograma de liberação mensal que permita o atendimento desta demanda e seu respectivo monitoramento.

A satisfação dos beneficiários é avaliada ao final dos eventos de capacitação e em reuniões de trabalho, servindo para redirecionar os conteúdos dos cursos e adaptação das atividades para melhorar o desempenho do Programa.

O Programa possui características excepcionais em sua concepção, dada a importância da conservação do solo e da água para uma agropecuária sustentável. A grande preocupação global reside hoje no desenvolvimento sustentável como processo de garantia de produção continuada e segura, em quantidade e qualidade, atendendo requisitos econômicos, ambientais e sociais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Para um alinhamento estratégico entre o objetivo setorial e a programação vigente para o PPA 2008-2011, o MAPA propôs a exclusão do Programa, fundindo ou remanejando sua ações para outros programas, de forma a mudar o enfoque da matriz atual de Cadeias Produtivas para a Prestação de Serviços. Sendo assim, a Ação de Transferência de Tecnologia será executada em outra ação agregada de transferência de tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças também será realizada em outra ação agregada para este fim no Programa 0357 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários, renomeado e ampliado em seu escopo.

# MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO

## OBJETIVO

Minimizar os riscos da atividade agrícola, decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 117.230.008,00 | Empenho Liquidado: | R$ 68.960.907,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 68.960.907,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ACERTO NAS PREVISÕES DO TEMPO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 86,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 88

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice apurado em 2006 foi maior que o de 2005 e para 2007 é alta a possibilidade de atingir o previsto.

### 2. PERCENTUAL DE ÁREA SEGURADA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 9,2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
O indicador não foi apurado em 2006 e não será apurado em 2007, tendo em vista a dificuldade de obtenção de dados referentes à área total segurada pelo mercado segurador, particularmente, a área segurada sem a subvenção ao prêmio do seguro rural. Para o PPA 2008-2011, será proposto novo indicador, baseado no PIB agropecuário, que expressará melhor os resultados do Programa.

### 3. TAXA MÉDIA DE ADESÃO AO SEGURO RURAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 60,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 30,8

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Este indicador está limitado às adesões do seguro Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) em relação ao total de operações de custeio agrícola do Registro Comum de Operações Rurais do Banco Central (RECOR-Bacen). Portanto, será proposto novo indicador para o PPA 2008-2011 que expressará melhor o objetivo do Programa, baseado na ocorrência de perdas por eventos climáticos de operações enquadradas no Proagro ou no seguro rural privado, tendo em conta que a contratação de cobertura pelo Proagro ou pelo seguro rural privado é condicionada à observância do zoneamento agrícola.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A atividade agrícola se sujeita a um conjunto de fatores de risco que independem do domínio dos agricultores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e a incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na renda do agricultor e na produção e produtividade das culturas. O zoneamento agrícola auxilia na habilitação dos produtores para enfrentarem os riscos inerentes à sua atividade, com base em informações sobre tempo, pluviometria, solo e cultivares, sugerindo os momentos de plantio e as culturas adequadas para cada região. Para tanto, há que se realizar levantamentos meteorológicos e climatológicos com elevado grau de acerto e com a escala adequada ao atendimento das necessidades de informações do setor produtivo. O zoneamento também orienta a contratação de seguro da produção, instrumento relevante para um setor com baixo nível de capitalização e que enfrenta dificuldades para suportar a totalidade dos riscos. Dessa forma, o problema recai sobre a incipiência do setor segurador privado brasileiro no segmento de seguro agrícola, requerendo ação positiva do Estado para viabilizar a superação de tamanho desafio para o setor agropecuário e, em última análise, para a auspiciosa meta de regulação do abastecimento alimentar brasileiro e mitigação da fome das camadas sociais marginalizadas.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento a 16.653 produtores rurais, beneficiando 21.779 apólices de seguro, 1,6 milhão de hectares em área segurada e garantindo capital segurado de R$ 2,9 bilhões;

- Ampliação do número de culturas e Unidades da Federação amparadas pelo zoneamento agrícola, reduzindo as perdas agrícolas e diminuindo as chances de eventos climáticos adversos;

- Instalação de 91 estações automáticas no Território Nacional, ampliando a capilaridade de captação de informações meteorológicas no País;

• Produção de mais de 4.000 boletins meteorológicos, avisos meteorológicos especiais, notas técnicas, além do acesso pela página *web* do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET);

• Aumento de 11% da rede de telecomunicações de dados meteorológicos, com conseqüente aumento da área monitorada, periodicidade da coleta, e do número de dados coletados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O baixo desempenho do Programa deve-se, principalmente:

a) ao atraso na liberação dos recursos de Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural, impossibilitando a concessão do benefício no primeiro semestre de 2006;
b) ao atraso nas renegociações de dívidas dos produtores rurais;
c) à grave crise que ocorreu no setor;
d) ao atraso nas contratações, que só foram iniciadas no final do mês de outubro.

Além disso, a Ação Julgamento de Recursos de Sinistros sofreu contingenciamento, disponibilizados apenas R$ 715 mil, de R$ 2,18 milhões aprovados na LOA. Com relação ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, houve baixa utilização de recursos, devido à redução do mercado segurador no ano de 2005.

Estruturalmente, uma das prioridades da Política Agrícola para Fomentar a Competitividade e a Sustentabilidade do Agronegócio Nacional é elevar a oferta de crédito à produção, com destaque para o Plano Agrícola e Pecuário. O montante de recursos do crédito rural oficial mais do que dobrou nos três últimos anos, atingido a marca de R$ 50 bilhões na safra 2006-2007, sem contar os R$ 10 bilhões destinados ao financiamento da agricultura familiar. O volume de recursos para custeio e comercialização, a juros controlados, superou em 44% o da safra 2005-2006, atingindo 73% de todo o crédito rural oficial disponível para essas finalidades.

Na Safra 2006-2007, 81% do total de recursos disponibilizados pelo crédito rural à agricultura (empresarial e familiar) representam taxas de juros controladas, contra 77% na safra passada. Além do reforço ao crédito rural oficial, medidas são adotadas para ampliar a capacidade de financiamento privado à produção.

No aprimoramento das políticas de apoio à comercialização, o governo tem promovido um conjunto de ações para estreitar a cooperação e a coordenação entre os elos das cadeias produtivas, com o fim de garantir preços e renda aos produtores rurais. O objetivo é modernizar os instrumentos de intervenção no mercado, proporcionando a máxima eficiência na aplicação dos recursos públicos e a atração de recursos privados para o apoio à comercialização. Nesse sentido, com amparo da Lei nº 8.427 de 27.5.1992, Lei nº 9.848 de 26.10.1999 e Lei nº 11.076 de 30.12.2004, foi instrumentalizado o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), que é uma subvenção econômica (prêmio)

concedida ao produtor rural, ou à cooperativa, que se disponha a vender um produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida à legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) em cada Estado da Federação.

Na Política de Gestão e Minimização de Riscos Rurais Associados às Adversidades Climáticas, deu-se continuidade às ações de meteorologia e climatologia, ao zoneamento agropecuário e ao seguro rural. As Ações de Meteorologia e Climatologia se caracterizam por maior acurácia e celeridade na coleta dos dados, melhorando o monitoramento das ocorrências meteorológicas e climáticas, das previsões do tempo e clima, bem como a disseminação antecipada de alertas e avisos. Buscando o aprimoramento da meteorologia nacional, com os recursos oriundos do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em conjunto com os recursos do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI - MCT/INMET), foi viabilizada a aquisição de 420 novas estações meteorológicas automáticas por meio de processo licitatório internacional, com substancial redução de custos para o País. Ainda em fase de instalação, no exercício de 2006, conta-se como prazo final para o processo de instalação e início de operacionalização o exercício de 2007. A Rede passará a contar com 400 estações convencionais e mais 500 estações meteorológicas automáticas, além das 12 estações de radiossondagem. O citado incremento tecnológico permitirá ampliar em oito vezes a coleta e transmissão de dados, com medições em tempo real, 24 horas por dia (uma medida a cada hora) e dados transmitidos diretamente pelo satélite Brasilsat.

O zoneamento agropecuário de risco climático visa a indicar a melhor época de plantio das culturas para cada Município, correlacionada ao ciclo dos cultivares e ao tipo de solo, com o objetivo de minimizar a chance de que as adversidades climáticas coincidam com a fase mais sensível das culturas. Esses estudos foram ampliados em 2006, com a realização de 220 zoneamentos, que contribuíram significativamente para minimizar as perdas de safras agrícolas por eventos climáticos. As culturas que possuem zoneamento agrícola são: algodão, arroz, banana, café, caju, cevada, feijão, feijão caupi, mamona, mandioca, maçã, milho, soja, sorgo, trigo e uva.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural foi ampliado de forma a amparar, além da modalidade agrícola, as modalidades de seguro pecuário, de florestas e aqüícola. De sete culturas beneficiadas em 2005, o Programa passou a amparar todas as culturas desenvolvidas pelos produtores rurais que contam com produtos de seguro aprovados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os limites financeiros, que em 2005 eram de R$ 12 mil para frutas e de R$ 7 mil para as demais culturas, foram elevados para R$ 32 mil em 2006, possibilitando ao produtor que tenha atividades diversificadas, o benefício da subvenção de até R$ 192 mil. Ao Programa de Subvenção foram destinados, em 2006, recursos da ordem de R$ 60,9 milhões.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa. No caso da Ação Implantação de Estações Meteorológicas Automáticas, os recursos foram insuficientes para que a ação fosse desenvolvida, e assim a aquisição de novas estações foi

realizada com recursos do PPI, pois, os recursos orçamentários foram suficientes apenas para a instalação das estações automáticas adquiridas em 2005.

**RECOMENDAÇÕES**

- Excluir o indicador percentual de área segurada, tendo em vista a dificuldade de obtenção de dados referentes à área segurada total pelo mercado segurador, particularmente, a área segurada sem a subvenção ao prêmio do seguro rural. Para o PPA 2008-2011, será proposto novo indicador que expressará melhor os resultados do Programa, baseado no PIB agropecuário;

- Excluir o indicador Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural. Será proposto novo indicador para o PPA 2008-2011 que expressará melhor o objetivo do Programa, baseado na ocorrência de perdas por eventos climáticos de operações enquadradas no Proagro ou no seguro rural privado, tendo em conta que a contratação de cobertura pelo Proagro ou pelo seguro rural privado é condicionada à observância do zoneamento agrícola.

# PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL

## OBJETIVO

Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.826.440,00 | Empenho Liquidado: | R$ 13.372.859,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 13.372.859,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADOR

### 1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 99
**Índice previsto ao final do PPA:** 105

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice estabelecido para o Programa é coerente com a realidade financeira e de capacidade operacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O número-índice é calculado pela relação entre a produtividade dos pesquisadores no ano da aferição, obtido pela ponderação dos seguintes produtos: tecnologias, metodologias, protótipos e modelos disponibilizados, relatórios finais de pesquisa aprovados, e a produtividade no ano base, multiplicado por 100.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Ao mesmo tempo em que se reconhece o papel do agronegócio no desenvolvimento social e econômico do Brasil, apoiado em esforços da pesquisa científica e tecnológica nacional, fica claro que um conjunto muito importante de segmentos sociais ligados à atividade, principalmente, aqueles vinculados à produção agropecuária de base familiar e às comunidades tradicionais, ficaram à margem ou foram excluídos ao longo dos processos de desenvolvimento do País.

Embora a questão tecnológica possa ser importante para alguns estratos que compõem esse conjunto, fica evidente que a tecnologia, por si, não é suficiente para promover a inclusão social de muitos outros estratos, como os que não reúnem certas condições básicas de acesso à terra, de organização, de base técnica e social para criar meios e instrumentos para acessar, processar e utilizar informação técnica para gerar renda e outros meios de vida.

Da mesma forma, em termos espaciais, o desenvolvimento do agronegócio do País não foi equânime. Surge daí a necessidade de se promover um acordo institucional amplo, ao mesmo tempo em que promove a construção das bases sociais necessárias para qualificar esse estrato e alcançar meios de vida, e que possa potencializar o desenvolvimento territorial como forma de oferecer oportunidades para torná-los sustentáveis, do ponto de vista social e econômico.

Somente nesse âmbito o desenvolvimento científico e tecnológico passa novamente a ter papel importante como base para o desenvolvimento. Entretanto, certas condições como organização e representatividade social, capacidade gerencial e viabilidade econômica que são tomadas como pré-requisitos já atendidos para o desenvolvimento tecnológico do agronegócio comercial, não podem ser tomadas como satisfeitas para esse grupo.

Um Programa estruturante de pesquisa, com o objetivo de ofertar conhecimento necessário para promover a inclusão social devem incluir componentes fundamentais de pesquisa em ciências sociais e humanas, associadas à pesquisa tecnológica propriamente dita, com ênfase em métodos participativos.

Um Programa de pesquisa estruturante, que dê suporte ao desenvolvimento rural e promova a inclusão social e meios de vida sustentáveis deve buscar:

a) desenvolver modelos inovadores de organização e associativismo adequados aos vários estratos sociais que compõem esse conjunto, reproduzíveis e de grande efeito multiplicativo;
b) modelos de organização e desenvolvimento territorial, explorando características sociais, culturais, ambientais e econômicas para gerar meios de vida sustentáveis;
c) modelos de agregação de valor, explorando entre outros aspectos a multifuncionalidade do meio rural ou potencial de processamento agroindustrial;

d) modelos e instrumentos de gestão adaptados aos empreendimentos e propriedades de pequeno porte;
e) inovações nos processos de logística e comercialização, visando à diminuição de custos de transação;
f) intensificação técnico-científica e da inovação nos sistemas de produção;
g) modelos inovadores de capacitação e transferência de tecnologia, entre outros.

Esse Programa de pesquisa, de caráter interinstitucional e transdisciplinar, forneceria os elementos estruturantes para apoiar efetivamente políticas públicas e programas mais específicos de desenvolvimento, fomento, capacitação e transferência de tecnologia visando à inclusão social desse conjunto de segmentos em bases não-emergenciais, mas pela superação de restrições estruturais de longo prazo.

Esse Programa deve, como conseqüência, organizar os esforços, hoje dispersos, e obter sinergia transdisciplinar e interinstitucional na busca de métodos, instrumentos e meios que contribuam para dar soluções estruturais aos problemas de desenvolvimento social, inclusão e abertura de oportunidades para obtenção de meios de vida sustentáveis para enormes estratos sociais marginalizados.

Além das óbvias implicações de caráter social, o Programa pode contribuir para aliviar as pressões para ações e políticas compensatórias emergenciais, além do que, a solução estrutural do problema traria, no médio e longo prazos, benefícios econômicos, tanto pela dinamização econômica do território, quanto pela acumulação potencial de riqueza, pelo potencial de aumento da oferta de emprego e oportunidades de renda, e pela interrupção do círculo vicioso de reprodução de carências e pobreza.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Desenvolvimento do Projeto Pirarucu: criação do pirarucu (*Arapaima gigas*) por meio da geração de tecnologia para competitividade do agronegócio;

- Desenvolvimento de projeto de uso sustentável de fauna silvestre com a criação de javali, cotia e jacaré;

- Avaliação e quantificação de selênio e da contaminação por aflatoxinas para a melhoria da qualidade da cadeia agroindustrial de castanha do Brasil;

- Elaboração e difusão de sistema de produção e de processamento de banana para pequenos produtores;

- Uso de filmes comestíveis para preservar a qualidade de frutas tropicais minimamente processadas;

- Desenvolvimento de novo processo em serrarias móveis nacionais: agregação de valor para a agricultura familiar com substituição de importações;

- Desenvolvimento, avaliação, otimização e validação de um protótipo itinerante para o desfibramento automático das folhas de sisal;

• Rede de transferência de tecnologias: estratégia para a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola em escala familiar no Estado do Pará;

• Desenvolvimento do Projeto Terra Preta Nova: sistemas indígenas de manejo do solo como base para o desenvolvimento de manejo sustentável da fertilidade de solos na Amazônia;

• Ocupação do espaço territorial e avaliação da sustentabilidade ambiental de propriedades rurais em duas regiões do Estado do Acre.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Quanto à execução física das ações, foi atingido o valor de 77,4% do previsto na LOA 2006.

Os projetos de pesquisa e desenvolvimento para a agricultura familiar contemplam as questões de gênero e raça. No Programa, são realizados estudos etnobiológicos e de conservação da agrobiodiversidade para segurança alimentar e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas Krahô, Kaiabi e Yawalapiti.

No âmbito da gerência do Programa, os mecanismos de monitoramento e avaliação compreendem:

a) reuniões de trabalho com organização das carteiras de projetos que contemplam as diferentes ações do Programa;
b) organização dos projetos, no âmbito da Embrapa, em cinco macroprogramas. Cada um deles coordenado por um gestor que realiza visitas de acompanhamento aos projetos;
c) alimentação periódica dos sistemas informatizados e do Sistema de Acompanhamento dos Planos Anuais de Trabalho da Embrapa (SISPAT), no qual são inseridas informações sobre o andamento de todos os projetos executados pelo órgão.

Cada unidade descentralizada da Embrapa elabora, anualmente, um relatório de gestão, baseado nos sete critérios da qualidade, o qual é avaliado, tornando-se o documento responsável pelo posicionamento das unidades de acordo com a sua gestão. A corporação elabora anualmente, um relatório de gestão, que faz parte da prestação de contas anual da Embrapa. Esse relatório é baseado em decisões normativas do Tribunal de Contas da União, emitidas ao final de cada exercício financeiro.

Os recursos orçamentários foram suficientes para o alcance dos objetivos do Programa. No entanto, a atividade de pesquisa científica necessita de aporte crescente de recursos. A dinâmica dos ambientes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, bem como de Ciência e Tecnologia são absolutamente voltados para as mudanças mundiais no setor. Sendo assim, a pesquisa não pode ficar presa a orçamentos fechados e pequenos. Portanto, quando se afirma que os recursos são suficientes, isso quer dizer apenas que foi possível fazer parte do total.

O fluxo de liberação de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Em algumas ações o fluxo financeiro teve um comportamento mais regular. Em outras, o fluxo financeiro foi irregular. Nessa última situação, houve dificuldade para a realização das metas físicas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Por meio da Ouvidoria da Embrapa, todos os participantes das ações podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Esta participação permitiu a organização de espaços culturais para atividades de educação ambiental, para a construção de viveiros de mudas, para a coleta e conservação de mais de 100 espécies de plantas utilizadas na alimentação e para a recuperação de áreas degradadas.

Por meio da pesquisa de satisfação do cliente, a gerência do Programa avalia a satisfação dos beneficiários. Através do Sistema Embrapa de Gestão (SEG), os projetos que compõem as ações são freqüentemente acompanhados e avaliados pela organização.

**RECOMENDAÇÕES**

- Com o objetivo de promover transparência aos resultados institucionais obtidos pela Embrapa, propõem-se que sejam criados indicadores no Programa que qualifiquem diretamente os principais produtos da organização colocados à disposição do público-alvo, desenvolvidos no ano fiscal, da seguinte forma:

a) número de tecnologias geradas;
b) número de metodologias desenvolvidas;
c) número de protótipos e modelos disponibilizados;
d) número de relatórios finais de pesquisa aprovados;
e) produtividade por pesquisador: número de produtos aprovados dividido pelo número de pesquisadores em atividade na organização.

# PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

## OBJETIVO

Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.

## PÚBLICO-ALVO

Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 161.625.432,00 | Empenho Liquidado: | R$ 154.525.268,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 154.525.268,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADOR

### 1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUTIVIDADE DOS PESQUISADORES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS FINANCIADOS PELO PROGRAMA

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 98
**Índice previsto ao final do PPA:** 104

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice apurado para o Programa é coerente com a realidade financeira e a capacidade operacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O número-índice é calculado pela relação entre a produtividade dos pesquisadores no ano da aferição, obtido pela ponderação dos seguintes produtos: tecnologias, metodologias, protótipos e modelos disponibilizados, relatórios finais de pesquisa aprovados, e a produtividade no ano base, multiplicado por 100.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O agronegócio brasileiro, notadamente estratificado em dois grandes conjuntos de segmentos, um de desempenho econômico reconhecido e socialmente integrado, e outro de grande importância social, porém, pouco ou nada integrado ao sistema econômico, tem desempenhado papéis importantes no abastecimento do mercado interno de alimentos e matérias-primas, na geração de riqueza, no equilíbrio das contas externas, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos migratórios, entre outros papéis sociais e econômicos relevantes.

A capacidade demonstrada pelo aparato de pesquisa do País, formado pelo conjunto de instituições de pesquisa e universidades federais, estaduais e privadas, de produzir conhecimento científico e tecnológico para atender as demandas, solucionar problemas e abrir oportunidades, foi parte importante e necessária para alcançar esse desempenho. Sem dúvida, o agronegócio representa, no Brasil, o segmento de maior Taxa de Adoção de Tecnologia Nacional e que mais tem se distinguido, no País, pela competitividade em nível mundial.

A manutenção dessas conquistas, entretanto, exige continuado esforço para prevenir retrocessos e obter avanços. Evitar a erosão genética dos materiais em produção e os avanços de pragas e doenças, aperfeiçoar o manejo e o uso de recursos naturais e ambientais, melhorar os desempenhos de sistemas de produção, que necessitam aliar-se a avanços de produtividade, de agregação de valor, de defesa sanitária, de aumento da produtividade dos insumos e recursos, de garantia de segurança ambiental e de inocuidade. Isso exige a incorporação contínua de inovações, na forma de conhecimentos científicos e tecnológicos, de instrumentos e metodologias de pesquisa, de novos arranjos institucionais e métodos de transferência de tecnologia aos sistemas sociais e econômicos.

O sistema de produção de conhecimento, por suas características próprias, tem um ciclo de produção plurianual, de caráter contínuo, cujo cumprimento é determinado pela natureza do objeto de pesquisa, com produto relativamente intangível e seus efeitos nos sistemas produtivos se consolidam após períodos relativamente longos de validação e transferência. Exceto em casos pontuais e especiais, o produto da geração de conhecimento e de tecnologia não é contemporâneo dos seus impactos. Esses se dão com defasagem temporal significativa. Importante notar, portanto, que pelas características do seu processo de produção, as atividades de pesquisa dificilmente podem ser classificadas, acompanhadas e avaliadas como atividades de natureza finalística. Seu caráter é mais bem definido como estruturante, no sentido de fornecer a base técnica na qual se assenta a atividade produtiva do agronegócio. Como tal, ela é uma atividade de construção de futuro e não de impactos no presente.

As conseqüências de negligenciar o investimento contínuo em pesquisa têm duas vertentes: o efeito de não se realizar a atividade de pesquisa e desenvolvimento, em si, e o efeito de não se considerar as características próprias da pesquisa. Com relação ao primeiro ponto, a atividade de pesquisa voltada ao agronegócio tem tanto a característica

de manutenção da base técnica, quanto a de avanço da tecnologia para atualização dessa base técnica. Sem os investimentos de manutenção, rapidamente a competitividade do agronegócio se deteriora, pela erosão dos materiais, pela queda de produtividade dos sistemas de produção, pela perda de resistência ou superação dos meios de combate a pragas e doenças. A velocidade com que se dá essa perda, via de regra, é diretamente associada à velocidade do ciclo de produção: culturas temporárias perdem competitividade mais rapidamente que as perenes e do que a produção animal. Por sua vez, a produção de animais de ciclo curto, como aves, perdem competitividade mais rapidamente que as de ciclo mais longo, como os bovinos. Por outro lado, como os principais competidores do agronegócio brasileiro continuam investindo em avanços, o não-investimento para esse fim implica perda de competitividade de forma diretamente relacionada à velocidade dos avanços obtidos pelos concorrentes. Em um mundo de relações globalizadas, competitividade significa não só perdas de mercados externos, mas também a possibilidade de perda de mercados internos. Além da questão técnica, em si, o agronegócio é dependente da base de recursos naturais (solo, água, atmosfera) e do uso de serviços ambientais (reciclagem de nutrientes, reciclagem de poluentes, reciclagem de material orgânico e reciclagem de embalagens).

O conhecimento tecnológico é fundamental para garantir a sustentabilidade temporal da oferta desses recursos e serviços, sem os quais a capacidade de suporte do agronegócio se deteriora, sua produtividade e qualidade caem e fica inviabilizado o cumprimento dos seus papéis social e econômico. Nos casos críticos, os efeitos dessa degradação da atividade econômica vão além da questão setorial e afetam a qualidade de vida, na saúde e no bem-estar de todos os segmentos sociais, como, por exemplo, no oeste catarinense e as áreas em processo de desertificação no Rio Grande do Sul (RS). Em casos menos evidentes, o custo recai sobre as gerações futuras.

Com respeito ao segundo ponto, a não consideração da natureza plurianual e estruturante da atividade, pode provocar a descontinuidade de investimentos, ditadas não por considerações estratégicas, mas por razões meramente conjunturais. Essas descontinuidades têm um efeito devastador sobre a eficiência e eficácia da atividade de pesquisa, com conseqüências similares à decisão de não investir na atividade de pesquisa. O principal custo de decisões erradas nessa área é a não construção (ou desconstrução) do futuro.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Desenvolvimento de tecnologias agroindustriais para obtenção de biocombustíveis derivados de óleos vegetais;
- Desenvolvimento de semente de arroz Coringa e semente de soja BRS Candeias;
- Determinação da variabilidade genética da pinheira em plantios tradicionais de Alagoas;
- Avaliação de genótipos apirênicos de videira no semi-árido brasileiro;

• Desenvolvimento do Projeto Ecopeixe Fase I - Competitividade e Sustentabilidade da Aqüicultura: avaliação ambiental e sócio-econômica;

• Desenvolvimento tecnológico de sistemas orgânicos de produção agropecuária sustentáveis;

• Desenvolvimento e dinamização da Rede Nacional de Recursos Genéticos da Embrapa Renargen;

• Elaboração de estudo sobre o comércio exterior e a agropecuária brasileira;

• Processo de desenvolvimento de produção vegetal, ecologia e manejo de florestas tropicais;

• Rede de pesquisa em sanidade vegetal: análise e mitigação dos riscos na importação e exportação de produtos agrícolas;

• Realização de estudos da dinâmica de carbono e gases de efeito estufa em sistemas brasileiros de produção agropecuária, florestal e agrofloresta.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa alcançou de 80% a 100% de cobertura do público-alvo, apesar da execução física das ações ter alcançado 79,1% do total programado. A execução orçamentária do Programa foi 95,6% da dotação autorizada na LOA.

No âmbito da gerência do Programa, os mecanismos de monitoramento e avaliação compreendem:

a) reuniões de trabalho, com organização das carteiras de projetos que contemplam as diferentes ações do Programa;
b) os projetos são organizados, no âmbito da Embrapa, em cinco macroprogramas, cada um deles é coordenado por um gestor, que realiza visitas de acompanhamento aos projetos;
c) sistemas informatizados, como o Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN), alimentado periodicamente pelos coordenadores de ação nacional e os técnicos responsáveis com a execução física de cada ação na Embrapa, e o Sistema de Acompanhamento dos Planos Anuais de Trabalho da Embrapa (SISPAT) no qual são inseridas informações sobre o andamento de todos os projetos executados o órgão;
d) relatórios de gestão de cada unidade descentralizada da Embrapa, elaborado anualmente, baseado nos sete critérios da qualidade, submetido à avaliação, após a qual o documento torna-se responsável pelo posicionamento das unidades de acordo com a sua gestão. A corporação elabora, anualmente, um relatório de gestão, que faz parte da prestação de contas anual da Embrapa. Este relatório é baseado em decisões normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), emitidas ao final de cada exercício financeiro.

Ocorreu a execução física de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Os recursos orçamentários foram suficientes para o alcance dos resultados. No entanto, a pesquisa científica necessita de aporte crescente de recursos. A dinâmica dos ambientes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, bem como de Ciência e Tecnologia são absolutamente voltados para as mudanças mundiais no setor. Sendo assim, a pesquisa não pode ficar presa a orçamentos fechados e pequenos.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Em algumas ações, o fluxo financeiro teve um comportamento mais regular. Em outras, o fluxo financeiro foi irregular. Nessa última situação, houve dificuldade para a realização das metas físicas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, principalmente, por meio da Ouvidoria da Embrapa, onde todos os participantes das ações podem se manifestar apresentando sugestões, colaborações e críticas. Por intermédio desta participação foram organizados espaços culturais para atividades de educação ambiental, construídos viveiros de mudas, coletadas e conservadas mais de 100 espécies de plantas utilizadas na alimentação e recuperadas áreas degradadas. A avaliação da satisfação dos beneficiários é realizada por intermédio de pesquisa de satisfação do cliente.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, por exemplo, o Sistema Embrapa de Gestão (SEG), por meio do qual os projetos que compõem as ações são freqüentemente acompanhados e avaliados.

**RECOMENDAÇÕES**

- Com o objetivo de promover transparência aos resultados institucionais obtidos pela Embrapa, propomos que sejam criados indicadores que meçam diretamente os principais produtos da organização colocados à disposição do público-alvo do Programa, desenvolvidos no ano fiscal, da seguinte forma:

a) número de tecnologias geradas;
b) número de metodologias desenvolvidas;
c) número de protótipos e modelos disponibilizados;
d) número de relatórios finais de pesquisa aprovados;
e) produtividade por pesquisador (número de produtos aprovados dividido pelo número de pesquisadores em atividade);

- Migrar a Ação de Pesquisa da Agroenergia para um novo Programa de Desenvolvimento da Agroenergia.

# QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

## OBJETIVO

Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e de qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.

## PÚBLICO-ALVO

Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 7.672.893,00 | Empenho Liquidado: | R$ 4.392.798,00 |
| | Pago Estatais: | Não-aplicável |
| | Total: | R$ 4.392.798,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| Não-aplicável | Não-aplicável | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE IRREGULARIDADE DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Não apurado

O indicador será redefinido, bem como a sua forma de apuração. O índice, quando proposto, contemplava apenas a fiscalização da produção de agrotóxicos. Posteriormente, à definição deste índice foram agregadas as atividades da Coordenação de Agrotóxicos na fiscalização das empresas prestadoras de serviços fitossanitários. Assim, serão alterados o índice de referência e a forma de apuração.

### 2. TAXA DE CONFORMIDADE DE CORRETIVOS AGRÍCOLAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 86,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 96

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A Taxa de Conformidade dos Corretivos Agrícolas ficou abaixo do esperado, mas verifica-se uma pequena evolução em relação ao apurado no ano de 2005. A legislação de corretivos agrícolas foi alterada nos anos de 2004 e 2005, quando houve introdução de regras mais rigorosas para avaliação da conformidade. Verifica-se que o setor industrial passa por uma fase de adequação às novas regras. Portanto, apesar da expectativa de incremento na qualidade em 2007, pode não ser alcançado o valor previsto para o final do PPA 2004-2007. A taxa mede a relação percentual entre o número de determinações analíticas de corretivos agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de corretivos agrícolas executadas no ano pelas fiscalizações.

**3. TAXA DE CONFORMIDADE DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 83,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 96

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A legislação de fertilizantes foi alterada nos anos de 2004 e 2005, quando houve introdução de regras mais rigorosas para avaliação da conformidade. Verifica-se que o setor industrial ainda não se adequou completamente às novas regras, portanto, apesar da expectativa de incremento na qualidade em 2007, dificilmente será atingido o valor previsto para o final do PPA 2004-2007. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de determinações analíticas de fertilizantes agrícolas dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de fertilizantes executadas no ano.

**4. TAXA DE CONFORMIDADE DE INOCULANTES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 61,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 99

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A Taxa de Conformidade dos Inoculantes tem forte variação anual. Em 2005, houve incremento em relação a 2004, porém, em 2006, a taxa voltou a cair acentuadamente. Em relação à fiscalização de inoculantes, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua com rigor na fiscalização desses insumos, tanto na indústria nacional como nos produtos importados. Busca-se mediante pesquisa e junto ao setor privado, medidas para melhoria da qualidade dos inoculantes. A taxa é calculada pela relação percentual entre o número de determinações analíticas de inoculantes dentro dos padrões e o total de determinações analíticas de inoculantes executadas no ano.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do

agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do Poder Público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Incremento de 4,25% na Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Depois de uma melhoria na qualidade dos inoculantes, comparando-se os resultados do ano de 2005 aos de 2004, a Taxa de Conformidade dos Inoculantes voltou a cair, indicando problemas de qualidade nesse insumo. Neste caso, a fiscalização atuou conforme planejado, sendo que podemos atribuir esta baixa taxa a problemas ocorridos na produção do insumo e a algumas partidas importadas que apresentaram problemas de qualidade.

Ocorreu considerável redução na Taxa de Conformidade dos Fertilizantes Minerais, ficando abaixo do resultado esperado. Podemos atribuir a redução na qualidade dos fertilizantes a alguns fatores: mudança da legislação (entre 2004 e 2005), com a introdução de regras mais rigorosas para avaliação da conformidade; crise no setor agropecuário (2005 e 2006), com alta inadimplência no pagamento aos fornecedores de insumos, que buscaram redução dos custos de produção, refletindo negativamente, em alguns casos, na qualidade dos insumos produzidos; freqüência da fiscalização a menor do que o planejado, dadas as limitações orçamentárias ocorridas nos anos de 2005 e 2006.

Avalia-se como bom o resultado alcançado, considerando a limitação orçamentária, a greve de funcionários da área meio e a distribuição irregular de recursos ao longo do exercício. Salienta-se que a fiscalização deve coincidir com a produção de insumos agrícolas, que apresenta sazonalidade. Portanto, quando os recursos orçamentários são liberados em ocasião mais próxima do final do exercício não se consegue mais recuperar o prejuízo da execução, já que a fiscalização não foi realizada com a intensidade necessária no período correto.

O MAPA envidou esforços nos anos de 2005 e 2006, buscando adequar a legislação e os processos de trabalho envolvidos na concessão de registro de produtos. Verificou-se melhor desempenho neste particular, notadamente, no caso de registro de agrotóxicos e afins e de medicamentos veterinários. Em 2006, foram efetuadas importantes alterações nas legislações de insumos agropecuários, as quais deverão propiciar maior celeridade na análise das solicitações de registro de produtos, diminuindo o tempo para concessão.

As ações do Programa apresentaram como resultados:

a) fiscalização de agrotóxicos e afins - 512 fiscalizações realizadas;
b) fiscalizações de fertilizantes, corretivos e inoculantes - 8.589 fiscalizações realizadas;
c) fiscalizações de sementes e mudas - 6.136 fiscalizações realizadas;

d) fiscalização de produtos veterinários - 2.662 fiscalizações realizadas;
e) fiscalização de insumos destinados à alimentação animal - 4.215 fiscalizações realizadas;
f) fiscalização do material genético animal - 922 fiscalizações realizadas.

O Programa foi objeto de avaliação interna da Secretaria de Defesa Agropecuária, consignada no relatório de gestão de 2006.

a) A gerência do Programa utiliza como mecanismos para avaliar o desempenho físico das ações:
b) reuniões regionais e nacionais com as superintendências do MAPA nos Estados, ocasião em que se avalia o desempenho das ações do Programa;
c) relatório de gestão anual, avalia-se o desempenho de cada ação do Programa;
d) sistema informatizado interno ao MAPA que é utilizado para o acompanhamento mensal das ações do Programa.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Não foi possível atingir 100% das metas, dadas as dificuldades enfrentadas com a greve dos servidores e as restrições orçamentárias.

A infra-estrutura é inadequada nas equipes executoras, sendo que algumas superintendências do MAPA, que são as unidades responsáveis pela execução da fiscalização de insumos, apresentam deficiências de estrutura, como veículos e equipamentos de informática.

Tanto a equipe gerencial quanto as equipes executoras carecem de recursos humanos, vez que o MAPA não apresenta quantitativo de pessoal suficiente para o exercício de suas atribuições, seja na sede, seja nas unidades descentralizadas.

Além disso, a fiscalização envolve gastos com deslocamento dos servidores (diárias, passagens e combustível). O contingenciamento de recursos orçamentários impede que as ações fiscais sejam realizadas no momento oportuno, prejudicando assim todo o trabalho de fiscalização.

A morosidade na condução dos processos licitatórios impede que os recursos repassados para as Superintendências do MAPA, por diversas vezes, possam ser aplicados.

Houve interação entre a gerência do Programa e as coordenações das ações, entretanto, de caráter parcial, sendo muito mais efetiva nas ações que estão vinculadas regimentalmente à gerência.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os canais de participação social com o público-alvo do Programa se dão por consulta pública aos insumos agropecuários, reuniões com grupos de interesse e pela Câmara Temática de Insumos Agropecuários, fórum que conta com a participação das entidades representativas de toda a cadeia de insumos (produtores, industriais e consumidores).

A participação, por meio das câmaras temáticas das entidades representativas do setor de produção de insumos agropecuários, tem sido importante principalmente no processo de elaboração dos regulamentos técnicos e no combate aos produtos piratas e clandestinos.

O Programa carece de sistemas de informação para auxiliar na gestão e promover a automação dos processos de trabalho.

**RECOMENDAÇÕES**

- Criação de um indicador para a taxa de resposta às denúncias encaminhadas pela Ouvidoria do Ministério, angariando maior eficiência na atividade de fiscalização da produção de insumos e serviços agropecuários. Tal instrumento permitiria qualificar a atuação da fiscalização e serviria de canal de respostas à sociedade;

- Criação de um indicador em conformidade para sementes e mudas, ração animal e medicamentos veterinários.

# SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

## OBJETIVO

Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 31.717.454,00 | Empenho Liquidado: | R$ 22.533.007,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 22.533.007,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS COM CONTROLE SANITÁRIO

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 2.805
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.800

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Em 2006, ocorreu contingenciamento orçamentário e inconstância na liberação de recursos, causando uma diminuição nas ações de inspeção em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas de origem animal com controle sanitário e ocasionando uma redução de 25% no índice apurado em 2006 em relação ao de 2005 (3.690). Há a perspectiva de que, ao final do PPA, a meta seja atingida.

### 2. TAXA DE CONFORMIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 90,58
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Índice apurado em 2006 apresentando um valor de 90,58% de conformidade na produção de alimentos e bebidas de origem vegetal.

**3. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM SISTEMA DE ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE (APPCC)**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 300
**Índice previsto ao final do PPA:** 300

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Em 2006, o índice apurado novamente superou em 20% o índice de referência. Há alta probabilidade de que, ao final do PPA, o índice supere o previsto.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Assegurar a inocuidade e melhoria da qualidade dos produtos e alimentos de origem animal e vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor, bem como para assegurar a competitividade da agroindústria brasileira, tanto para o comércio nacional como internacional, contribuindo para a redução do Custo Brasil e adequando-a, ainda, às regras e aos padrões internacionais nos termos dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente no que diz respeito à agricultura. Ressaltam-se ainda a influência e a interação com outras áreas e atividades, como o melhoramento da produtividade agrícola e pecuária, demanda de pesquisas aplicadas, melhor implementação dos sistemas de classificação de vegetais e de carcaças de animais, políticas de abastecimento e comercialização.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 90,58% de conformidade na produção de alimentos e bebidas de origem vegetal.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As atividades desenvolvidas dentro do Programa são de fiscalização, portanto, são ações exclusivas do Estado. Apesar do contingenciamento orçamentário e da inadequação dos recursos humanos e infra-estrutura, o Programa atingiu resultados favoráveis nas ações que o compõem, entre as quais se destacam, Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais, Fiscalização contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária, Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados e Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal.

No Sistema Laboratorial de apoio à área animal, verificou-se que a execução, em 2006, aumentou 45% devido aos focos de febre aftosa, aos trabalhos de diagnóstico e seleção de animais sentinelas e principalmente ao crescimento acentuado da execução de laboratórios credenciados na área animal, tendo assim aumentado o número destes laboratórios, principalmente na área do controle de leite.

As fiscalizações realizadas por meio da Ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados concentraram-se, no ano de 2006, nas atividades de plantio comercial, com o objetivo de identificar áreas de plantio de Organismos Geneticamente Modificados não-autorizados. Importante citar que também foram realizadas fiscalizações em centros de pesquisa e em unidade industrial de fabricação de vacina "dna-recombinante".

Em 2006, ocorreu a implantação oficial do Plano Nacional de Controle de Resíduos na área vegetal por meio da Instrução Normativa nº 58/2006, a partir da qual, deu-se início às coletas de amostras para monitoramento de resíduos de agrotóxicos em mamão e maçã.

Importante registrar que, em 2006, ocorreram algumas restrições que prejudicaram o desempenho do Programa, como o contingenciamento orçamentário, inconstância na liberação de recursos, inadequação de recursos humanos, necessidade de equipamentos e normas oficiais para realização das ações de fiscalização, além da necessidade de aprimoramento técnico das equipes executoras.

A liberação de recursos não ocorreu de forma regular conforme previsto, o que gerou limitação nos investimentos, na execução e desempenho das ações. Ressalta-se ainda que boa parte do orçamento foi liberada apenas no último quadrimestre do ano, o que inviabilizou algumas ações previstas de inspeção, fiscalização, licitação e até mesmo de capacitação de técnicos. Dos recursos previstos para o Programa, foram liberados e liquidados 71% do orçamento de R$ 31 milhões indicados na LOA.

A Ação Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal apresentou uma execução muito acima do esperado (1,22%), pois, da previsão de 25 estabelecimentos, foram qualificados 306. Isto pode ser justificado pelo fato do produto analisado da Ação ter sido o número de novos estabelecimentos registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); devido à falta de uma base legal que estabeleça a implantação do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas de origem vegetal, ficou inviável a apuração do real produto da Ação, que é o Estabelecimento Certificado. Sendo assim, as atividades realizadas através desta Ação foram baseadas na Instrução Normativa nº 05/2000 do MAPA, que prevê procedimentos de verificação das condições higiênico-sanitárias dos equipamentos, instalações, funcionários e boas práticas de fabricação.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# SEGURANÇA FITOZOOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

## OBJETIVO

Impedir a introdução e a disseminação de pragas e doenças na agropecuária, viabilizando a produção, o comércio e as exportações.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores, comerciantes, importadores, exportadores, passageiros e demais envolvidos com o trânsito de animais e vegetais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.124.733,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 8.848.999,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>Não-aplicável</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 8.848.999,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>Não-aplicável</td><td colspan="2">Não-aplicável</td></tr>
</table>

## INDICADOR

### 1. TAXA DE CONFORMIDADE NO CONTROLE DE FRONTEIRAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 93
**Índice previsto ao final do PPA:** 95

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em que pesem as deficiências apontadas na caracterização do indicador do Programa, o índice da Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras, mesmo que subjetivamente, permite apurar que o valor estimado para o final deste exercício será atingido, considerando que o Programa realiza efetivamente o controle de fronteiras, seja diretamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no que diz respeito ao trânsito internacional ou, em convênio com os Estados, no trânsito interestadual. A taxa é calculada pela relação percentual entre as permissões de trânsito emitidas e o número de partidas inspecionadas, com base na percepção de enfermidades.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no País, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive, aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Acréscimo de 1% na taxa de conformidade no controle de fronteiras.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

As ações desenvolvidas ao longo do ano permitiram o efetivo controle do trânsito de produtos e insumos agropecuários, nas importações e exportações e no trânsito interestadual. Possibilitaram a mitigação do risco de ingresso e disseminação de pragas vegetais e enfermidades animais no País, evitando, também, o risco à saúde humana por meio da contenção do ingresso de zoonose como a influenza aviária e outros organismos patogênicos ao ser humano. Foi viabilizada a contenção dos custos de produção agropecuária, que ocorreriam se ingressassem e se disseminassem as pragas ou as enfermidades exóticas no País. O Programa promoveu a manutenção e abertura de mercados internacionais para os produtos brasileiros, em razão da garantia de qualidade sanitária da produção nacional. A proteção ambiental e da saúde humana foi viabilizada pelo não-ingresso e não-disseminação de pragas e doenças exóticas, possibilitando a redução da demanda de utilização de agrotóxicos e medicamentos veterinários.

O Programa tem alcançado satisfatoriamente entre 80% e 100% do seu público-alvo. Entretanto, em razão das deficiências de infra-estrutura e pessoal, os beneficiários, eventualmente, apontam falhas no atendimento que só poderão ser sanadas com a efetiva disponibilização desses recursos em número e qualificação adequados.

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, no ano de 2006, auditoria de natureza operacional junto às ações de fiscalização do trânsito internacional, que estão sob a responsabilidade do MAPA. Foram avaliados a infra-estrutura física, a execução financeira e orçamentária e os resultados alcançados.

As ações do Programa promovem a fiscalização do trânsito internacional e interestadual de produtos e insumos agropecuários, com vistas a coibir o ingresso de produtos capazes de veicularem pragas vegetais e enfermidades animais, que poderiam comprometer a saúde humana e animal, a sanidade vegetal, o meio ambiente e as exportações brasileiras, que receberiam sanções sanitárias impostas pelos países importadores. Entretanto, as pragas e enfermidades, eventualmente, podem se disseminar por meio natural, como águas ou ventos, bem como por meio de produtos que venham a ingressar ilegalmente no País ou transitar entre os Estados irregularmente, fugindo da possibilidade de controle da ação de fiscalização do MAPA e dos próprios Estados.

O orçamento disponibilizado para as ações do Programa é da União, sendo que para as ações do trânsito interestadual, além destes recursos, repassados aos Estados por meio de convênio, são acrescidos os provenientes das taxas cobradas pelos Estados.

Além da insuficiência dos recursos da União, o contingenciamento gera sérios problemas para o desenvolvimento das ações, comprometendo os resultados do Programa. Faz-se necessário o restabelecimento da cobrança de taxas relativas aos serviços desempenhados pelo MAPA na fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, com o que agregaríamos mais recursos ao Programa.

O monitoramento do desempenho físico das ações é realizado por intermédio de Reuniões de trabalho nos vários fóruns estabelecidos, sendo semestrais como nos casos do Comitê Gestor da Vigilância Agropecuária Internacional, e dos subcomitês de portos, aeroportos, fronteiras e aduanas especiais e dos chefes de gestão do Vigiagro nos Estados, das Superintendências Federais de Agricultura (SFA). Ocorrem também reuniões regionais e reuniões técnicas para tratar de assuntos específicos. Quanto às ações relativas ao trânsito interestadual, os coordenadores nacionais promovem as reuniões de trabalho, em Brasília, na sede do MAPA e nos Estados para acompanhamento, orientação e supervisão dos trabalhos desenvolvidos em parceria com os Estados conveniados.

Regularmente são realizadas visitas *in loco* para encaminhamento de medidas específicas e discussões de trabalho.

Em relação ao apoio de informática, o MAPA dispõe do Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN), que é acessado pelos coordenadores estaduais, nacionais e gerentes. O sistema permite o monitoramento das metas físicas, regionalizadas do orçamento e recebimento de informações gerenciais. O SIPLAN está concebido para alimentar o Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan) e é acessado pelo gerente ou gerente-executivo para avaliação do Programa. Também por meio de relatórios de gestão, que são elaborados e encaminhados pelos gestores estaduais nas Superintendências Federais.

O monitoramento das ações fica comprometido pelo excesso de trabalho demandado frente à insuficiência do número de servidores na atividade.

Em relação ao cumprimento de metas físicas a execução foi acima de 100% do previsto na LOA 2006. A previsão se dá em relação ao histórico e às tendências de mercado, que dependem de fatores externos ao Programa. Verifica-se um número maior de partidas inspecionadas do que o previsto, considerando-se que o trânsito de produtos e insumos agropecuários teve significativo incremento em 2006 e que essas partidas foram fiscalizadas pelo MAPA, no trânsito internacional, e pelos órgãos estaduais de defesa agropecuária, no trânsito interestadual.

Considera-se a dotação orçamentária disponibilizada insuficiente frente aos objetivos do Programa e com as possíveis conseqüências da sua não realização. As atividades de capacitação técnica e reuniões de gestão foram prejudicadas. Os investimentos

necessários em equipamentos e infra-estrutura também. As deficiências de pessoal como Fiscais Federais Agropecuários, Técnicos de Nível Médio e Administrativo, associadas às limitações orçamentárias e ao contingenciamento comprometem a obtenção dos resultados do Programa.

O fluxo financeiro sofreu descontinuidade e prejudicou a execução física programada. O contingenciamento dos recursos comprometeu sobremaneira a execução das ações no primeiro semestre do ano. A disponibilização dos recursos para investimento só ocorreu no final do ano, inviabilizando os trâmites administrativos licitatórios e a aplicação dos mesmos.

As ações relativas ao trânsito internacional são executadas exclusivamente pelo MAPA, com recursos do orçamento da União. As ações relativas ao trânsito interestadual são desenvolvidas em parceria com os Estados por meio de convênios, pelos quais recursos orçamentários da União são repassados aos Estados para o desenvolvimento de atividades fins. Os Estados entram com contrapartidas no orçamento estadual e realizam a cobrança de taxas pelos serviços prestados. Via de regra, os recursos disponibilizados para os convênios com os Estados, bem como os do orçamento estadual são insuficientes para o efetivo desempenho das atividades de fiscalização do trânsito interestadual.

Os recursos materiais postos à disposição da equipe gerencial são insuficientes, considerando os recursos humanos para o desempenho gerencial das ações, bem como os equipamentos de informática e mobiliário. Também o espaço físico é inadequado para a equipe requerida.

Há carência de veículos, equipamentos de informática, material de laboratório, de equipamento de proteção individual, de comunicação e de mobiliário na maioria das unidades executoras. A infra-estrutura requerida para as atividades de fiscalização também é insuficiente ou inexistente, estando aquém do razoável.

Quanto aos recursos humanos, são críticos os aspectos da quantidade inadequada, tanto na equipe gerencial quanto nas equipes executoras; nestas últimas, são requeridas também atividades de capacitação, embora a própria dimensão inadequada do quadro provoque ausências para treinamento.

Como dificuldades adicionais, podem ser citadas:

a) atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, fato que inviabilizou a realização de convênios, prejudicando as ações de controle do trânsito interestadual, bem como gerou dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes;

b) dificuldades em licitações e celebração de contratos, pelo atraso na disponibilização dos recursos para investimento, o que não permitiu empenho em tempo hábil.

Com relação às ações relativas à vigilância no trânsito internacional, onde ocorre descentralização de recursos para as superintendências, a execução das ações foi satisfatória, em que pesem as deficiências de pessoal e infra-estrutura. Com relação às ações relativas ao trânsito interestadual, onde ocorre descentralização de recursos por meio de convênio aos governos estaduais, em razão das deficiências orçamentárias e de infra-estrutura dos Estados, consideramos o desempenho mediano. Além disso, alguns Estados apresentaram maior dificuldade para disponibilizar informações à equipe gerencial. Os demais setores do MAPA envolvidos com as ações do Programa desempenharam satisfatoriamente os recursos descentralizados das ações.

Com algumas exceções, as informações foram disponibilizadas a contento pelas unidades administrativas executoras das ações. Houve integração entre a gerência e as coordenações, em que pese prejudicada pelo excesso de atribuições de ambas as partes.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A apuração do indicador do Programa se dá de forma subjetiva, considerando a avaliação quanto à deficiência do indicador e à complexidade para definição de outro indicador capaz de apurar, objetivamente, o atendimento dos objetivos do Programa. Avalia-se que, apesar das dificuldades operacionais geradas pelas deficiências de infra-estrutura e pessoal, principalmente, de Fiscais Federais Agropecuários, técnicos de nível médio e administrativo, o Programa atinge suas metas de controle do trânsito de produtos e insumos agropecuários, mitigando o risco de ingresso e a disseminação de pragas vegetais e enfermidades animais no País. Ainda se depende de auxílio técnico especializado para aprimorar e melhorar a definição de indicador para o Programa.

No Programa existem mecanismos que promovem a participação social, utilizando Ouvidoria, Consulta Pública em atos normativos, antes de sua implementação, reuniões com grupos de interesse e discussões em Conselho Setorial, sempre que requerido.

Uma maior participação social permitiu a interação com as equipes executoras das ações e fortaleceu o cumprimento dos regulamentos implementados.

No Programa, é feita a avaliação dos serviços prestados pelos beneficiários. Sempre que procedente, busca-se aprimorar os regulamentos no sentido de atender às propostas apresentadas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Renomear o Programa para Segurança da Sanidade na Agropecuária e ampliar o seu escopo;
- Alocar uma nova ação denominada Erradicação de Doenças na Agricultura e Controle da Sanidade de Vegetais;
- Alocar uma nova ação denominada Erradicação de Doenças na Pecuária e Controle da Saúde de Animais;

• Alocar a Ação de Transferência em Ação Agregada de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento do Agronegócio no Programa Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);

• Incorporar ao indicador a taxa de apuração das denúncias encaminhadas pela Ouvidoria do MAPA ao Vigiagro como forma de melhorar a efetividade das ações de vigilância e fiscalização e sua aferição, utilizando como referência a resposta aos canais de comunicação direta dos usuários com a instituição, buscando aprimorar os regulamentos no sentido de atender às propostas sugeridas;

• Estruturar a possibilidade de cobrança de taxas relativas pelos serviços desempenhados pelo MAPA na fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, com o que possibilitaria maior aporte de recursos ao Programa;

• Redistribuir a outras instâncias gerenciais da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) a responsabilidade pela gerência-executiva e coordenação das ações de vigilância no trânsito internacional de animais e vegetais, uma vez que é alegada a sobrecarga de trabalho pela gerência-executiva do Programa;

• Concentrar esforços para a efetivação da contratação, já autorizada pelo MAPA, de Fiscais Federais Agropecuários e de técnicos de nível médio por meio de concurso público;

• Rever a política de cessão de pessoal técnico especializado a outros órgãos e entidades da administração, principalmente, de Fiscais Federais Agropecuários e de técnicos de nível médio e administrativo, dos quais o órgão apresenta elevada carência de efetivos nas equipes executoras;

• Estruturar plano de capacitação anual aos quadros executores da vigilância no trânsito internacional de animais e vegetais, visando suprir a deficiência técnica identificada pela equipe gestora.




# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social

Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa

Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Nacional de Atividades Nucleares

Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foram utilizados **R$ 4.067.052.192,00** para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 5.182.745.053,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 4.067.052.192,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 5.182.745.053,00** | **Total realizado:** | **R$ 4.067.052.192,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MCT não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 587.417.937,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 462.688.301,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Para o alcance da Expansão, Consolidação e Integração do Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, houve a elevação dos investimentos na concessão de bolsas em 2006, em volume 4,7% superior a 2005, possibilitando o aumento de 2% no número total de bolsas implementadas e ainda a concessão de reajuste da ordem de 10% nas mensalidades das bolsas das modalidades Mestrado (GM), Doutorado (GD) e Produtividade em Pesquisa (PQ), atingindo cerca de 25.111 bolsistas (número verificado em dezembro), ou seja, 48% do total de 52.308 bolsistas no País. Também foi criada a bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI); implementadas as primeiras 200 bolsas na modalidade Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT);
- Promoção do fortalecimento da pesquisa, da infra-estrutura técnico-científica e do incremento da produtividade dos pesquisadores por meio de ações de estímulo à pesquisa e ao financiamento de projetos através de chamadas públicas, tais como Edital Universal, Programa Institutos do Milênio, Programa Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) e ações da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Programa de Modernização da Infra-estrutura (Proinfra) das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs);

- Ainda no âmbito da infra-estrutura para pesquisa, iniciada em 2006, implantação da Rede E-Conhecimento, por intermédio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), conectando todo o sistema nacional de educação superior, universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa federais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre outras, e é um marco de sua capilarização em todas as capitais e no Distrito Federal, interligando 300 organizações em grande velocidade, permitindo economia de recursos e uso de aplicações de colaboração a distância, principalmente para suporte à educação, na formação de professores e alunos, e à saúde,

em projetos de telessaúde;

• Destaca-se a constituição da Rede de Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas (Rede Clara), em 2006, que integra as redes nacionais de pesquisa de 14 países, do México à Argentina. A participação e a liderança brasileira, com o apoio do MCT, foi fundamental para que isso ocorresse, permitindo que, atualmente, seja possível a comunicação regional direta entre mais de 500 universidades e centros de pesquisa. O Centro de Engenharia da Rede (NEG) está localizado no Brasil e está ligado à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);

• Com relação às ações de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), como decorrência da aprovação da Lei da Inovação e da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), o MCT construiu, com ampla participação de entidades públicas e privadas, os esquemas para operacionalizar os novos instrumentos de subvenção econômica para as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica das empresas. Ressalta-se, nesse ínterim, o lançamento de três editais, sendo um para apoiar prioritariamente o desenvolvimento de projetos no âmbito da PITCE, um segundo para a montagem de uma rede descentralizada no País de instituições ou consórcios para o atendimento de demandas oriundas de empresas de pequeno porte e finalmente um terceiro para apoiar a inserção de mestres ou doutores nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica das empresas brasileiras;

• Em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), merece destaque o financiamento não-reembolsável de projetos de cooperação entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e empresas para desenvolvimento de *software* livre, biblioteca compartilhada de componentes, computação em grade aplicada à área de governo, inovação em *software* para segmentos emergentes, rede brasileira de visualização e projetos inovadores em *software*. Aqui cabe citar também a continuidade da implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), um centro de pesquisa e desenvolvimento especializado em projeto e produção de circuitos integrados de aplicação específica, que atuará na formação de recursos humanos, em prototipagem, fabricação e testes de circuitos integrados e sistemas;

• Em parceria com o Ministério da Saúde (MS), o MCT investiu na estruturação da cadeia produtiva do setor de fármacos e medicamentos em pesquisas para o combate de doenças como a dengue, tuberculose, hanseníase, leishmaniose e malária. Também foram realizados estudos em relação a insumos farmacêuticos diversificados a partir de algas marinhas e finalmente, no Projeto Proteoma, pesquisa das toxinas de origem animal, com destaque para o veneno do escorpião amarelo (*Tityus serrulatus*) – que serve de insumo para nova classe de drogas com ação no sistema nervoso, muscular e cardiovascular – e fatores plasmáticos recombinantes do veneno do escorpião amarelo;

• Nas áreas portadoras de futuro da PITCE, destaque para as seguintes ações:

a) no âmbito da Biotecnologia, o fortalecimento de grupos de pesquisa básica, pré-clínica e clínica para pesquisa com células-tronco, a implementação da Rede Genoprot, visando à ampliação da competência do Brasil para a elucidação de estruturas de proteínas, e a continuidade para a consolidação da Rede Nordeste

de Biotecnologia (Renorbio);

b) apoio às redes de pesquisa em nanotecnologia; apoio a projetos de pesquisa conduzidos por jovens pesquisadores; apoio a projetos de pesquisa participativa em conjunto com empresas e apoio aos projetos de incubadoras de empresas na área de nanotecnologia;

c) em Energias Renováveis, foram alcançados resultados importantes, como a realização do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Economia do Hidrogênio (que abrange 34 laboratórios de 20 universidades e centros de pesquisa); a formação de redes de pesquisa em energias renováveis; a reestruturação e a ativação da área de ciência, tecnologia e inovação do setor de caracterização e uso do carvão na geração de energia elétrica e outras aplicações, além da constituição da Rede de Pesquisa em Hidrólise Enzimática com o objetivo de desenvolver a tecnologia para conversão da biomassa celulósica em etanol. Entre 2003 e 2007, foram investidos R$ 29 milhões provenientes dos Fundos Setoriais para o apoio à formação de redes de pesquisa e R$ 3,75 milhões no âmbito da energia de biomassa;

• No âmbito da PITCE, deu-se continuidade ao Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE), conduzido pela FINEP e presente em 20 Estados de todas as regiões do País, assegurando o andamento de 599 projetos que envolvem 540 empresas. Dentre os projetos contratados, 34% são desenvolvidos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, enquanto os 66% restantes são realizados nas Regiões Sul e Sudeste. O PAPPE e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) financiam conjuntamente atividades de pesquisa e de desenvolvimento de processos e produtos inovadores. Nessa mesma linha de atuação, também merece destaque o Programa Nacional de Apoio a Incubadoras e Parques Tecnológicos (PNI), desenvolvido pelo MCT com a colaboração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec). O foco do Programa está na demanda por capacitação, na criação de novas empresas e no apoio à estruturação de redes estaduais e regionais de incubadoras de empresas;

• Em atendimento aos objetivos estratégicos nacionais, o MCT prioriza a realização de ações cruciais para assegurar a defesa da soberania do País e a sua inserção internacional em setores estratégicos específicos. Nesse sentido, o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) concluiu com sucesso a Missão Centenário, com a realização do vôo do astronauta brasileiro, em março de 2006, levando à Estação Espacial Internacional oito experimentos, realizados em ambiente de microgravidade, selecionados pela Academia Brasileira de Ciências. Dentro do Programa Sino-Brasileiro de Observação de Recursos Terrestres (CBERS), foram realizadas a montagem, a integração e os testes elétricos do satélite CBERS 2B e mantido o desenvolvimento de 12 subsistemas e equipamentos dos satélites CBERS 3 e 4. Em maio de 2006, no Centro de Lançamento de Esrange, Suécia, foi realizado o lançamento do foguete de sondagem VSB-30 V03, portando carga útil com

experimentos em microgravidade (TEXUS 43) da Agência Espacial Européia;

• Na área nuclear, como realização do Programa Nacional de Atividades Nucleares, destacam-se:

a) a inauguração da 1ª Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), com localização em Resende (RJ), um importante marco para o início da produção em escala industrial de combustíveis para usinas nucleares. Tal iniciativa faz parte da estratégia de se criar capacidade industrial para o suprimento de futuras expansões da geração núcleo-elétrica com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2;
b) na área de saúde, a realização de aproximadamente três milhões de procedimentos médicos com radioisótopos e radiofármacos produzidos nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) resultou em aumento de disponibilidade de cerca de 36% em relação a 2003. Nesse sentido, considerando a previsão de crescimento de demanda e buscando viabilizar o atendimento mais eficiente das diversas regiões do Brasil, encontra-se em andamento a construção de novas unidades produtoras de radioisótopos de meia-vida curta, em Minas Gerais e em Pernambuco;
c) com relação à fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep), concluiu com êxito a fabricação dos blocos que formarão o casco da plataforma semi-submersível P-51 da Petrobras, sendo o primeiro casco inteiramente fabricado no Brasil;

• Alinhado aos objetivos estratégicos nacionais do MCT, o Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima, ampliou as ações de ciência, tecnologia e inovação para a Amazônia, principalmente:

a) aquelas ligadas ao aprofundamento do conhecimento sobre o ciclo do carbono, o ciclo da água e as propriedades físicas das nuvens na região;
b) aquelas relacionadas ao conhecimento sobre a emissão de gás carbônico pelo desmatamento e a absorção de carbono por grande parte da floresta não perturbada dentro do Projeto de Grande Escala para Pesquisa da Atmosfera e da Biosfera (LBA);
c) a pesquisa e desenvolvimento de métodos, modelos e geoinformação pela Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia (Rede Geoma);
d) o estímulo ao uso sustentável da biodiversidade pelo Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio).

• No campo da Metereologia e Climatologia, destacam-se:

a) apoio à criação do Centro Estadual de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia em Manaus;
b) melhoria da infra-estrutura voltada ao monitoramento do tempo e clima e da Taxa de Acerto de Previsão Sazonal de Clima dos Estados do Piauí, Amazonas, Tocantins e Goiás;

c) capacitação de recursos humanos para pesquisa e desenvolvimento em Meteorologia e Clima em parceria com a Sociedade Brasileira de Meteorologia;
d) fortalecimento dos centros estaduais de meteorologia e pesquisa em fenômenos extremos;
e) apoio ao Projeto Pirata (*Plan of Implementation for a Research Moored Array in the Tropical Atlantic*), parceria do Brasil com Estados Unidos e França para ancorar bóias no Atlântico tropical para coleta de dados para previsão climática.

• Na questão da Mudança Global do Clima, destacam-se as atividades relacionadas ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em que o Brasil, como um dos países mais organizados e estruturados para atrair esse tipo de oportunidade, conta com um total de 197 atividades de projeto em processo de validação e registro, representando 15% do total mundial. A esse respeito, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima já aprovou 120 atividades de projeto no âmbito do MDL do Protocolo de Quioto, as quais, em conjunto com as atividades de projeto em processo de validação, representam uma redução de cerca de 2% das emissões de gases de efeito estufa brasileiras em relação ao ano de 1990.

• Em relação ao Eixo Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social, destaque para:

a) a realização de mais uma edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em que foram desenvolvidas 8.654 atividades em 363 cidades de todos os Estados ;
b) a realização, em parceria com o Ministério da Educação, da 2ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que contou com mais de 14 milhões de alunos inscritos, de 32.655 escolas (60,5% do total), em 5.259 Municípios (94,5% do total);
c) apoio a projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs), em especial aqueles com ênfase na inclusão social das comunidades envolvidas e a implementação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) focados em cadeias produtivas locais (apicultura, artesanato, carcinicultura, fruticultura, confecções e produção de leite e de carne) e de difusão de tecnologia e equipamentos de baixo custo para agregar valor à produção de comunidades carentes, sobretudo, da agricultura familiar;
d) continuidade da realização de pesquisa no valor de R$ 3 milhões por meio de parceria entre o MCT, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC), para a avaliação do Programa da Merenda Escolar de Estudantes de Escolas Públicas que atualmente atende a 32 milhões de crianças no País.
e) ações de Inclusão Digital realizadas com o apoio técnico da Caixa Econômica Federal (CEF) para proporcionar à população menos favorecida, acesso às facilidades da tecnologia da informação, capacitando-a na prática básica de técnicas computacionais voltadas, tanto para o aperfeiçoamento da qualificação profissional quanto para a melhoria do ensino. Os recursos são originários do Orçamento Geral da União e de contrapartida dos Estados, Municípios, Distrito

Federal e entidades sem fins lucrativos. Já foram beneficiadas 976,9 mil famílias, em 209 Municípios, com a geração de 5.121 empregos.

• Em relação à Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação, foi dado novo impulso à intensificação e à diversificação de relações com outros países em desenvolvimento, no eixo Sul-Sul. Destacam-se:

a) as atividades promotoras do entrosamento das comunidades científico-tecnológicas e sua integração em redes de pesquisa; o apoio a 62 projetos de pesquisa no âmbito do Programa Sul-americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (PROSUL);
b) a implementação da segunda etapa do Projeto Popularização da Ciência na América Latina e Caribe sob coordenação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA);
c) a formulação do Programa-Quadro de Ciência e Tecnologia para o Mercosul;
d) as ações realizadas através da Rede Especializada de Ciência e Tecnologia do Mercosul (RECYT/Mercosul);
e) o Projeto Cooperação para Harmonização de Normas e Procedimentos Veterinários e Fitossanitários, Inocuidade de Alimentos e Produção Agropecuária Diferenciada (BIOTECH – Mercosul – UE);
f) a participação da área de ciência e tecnologia e inovação no fortalecimento da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA);
g) a ampliação da cooperação espacial com a China, garantindo a continuidade do Programa do Satélite (CBERS);
h) a consolidação do Programa de Apoio à Cooperação Científica e Tecnológica Trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul (Programa IBAS);
i) o apoio a 39 projetos conjuntos de pesquisa na África, através das chamadas públicas do ProÁfrica e do Programa de Ciências Sociais na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
j) a participação da área de ciência, tecnologia e inovação na iniciativa América do Sul e Países Árabes (ASPA);
k) no âmbito multilateral, também vale registrar a defesa ativa dos interesses nacionais na área de ciência, tecnologia e inovação nas negociações sobre propriedade intelectual, normas e barreiras técnicas ao comércio e apoio estatal à pesquisa e à inovação nas negociações comerciais multilaterais (OMC) e birregionais (Mercosul - União Européia).

**ASPECTOS RELEVANTES**

A formulação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação permitiu dar foco às iniciativas do governo segundo as prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento. Destaca-se, aqui, o novo modelo de gestão integrada dos Fundos Setoriais, a ser consolidado na regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O novo modelo permitiu integrar grande parte dos investimentos dos fundos por meio de ações transversais alinhadas com as prioridades nacionais, evitar a duplicidade ou dispersão de iniciativas e, finalmente, assegurar maior transparência e eficiência na execução dos recursos.

A contínua ampliação dos recursos do FNDCT, associada à criação das ações transversais, tem possibilitado ao Governo Federal financiar de maneira mais abrangente e sistemática o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Nos últimos anos, diante da maior regularidade dos recursos financeiros, tem sido possível realizar melhor planejamento e estabelecer cronograma de atuação, alcançando melhor nível de organização do sistema de ciência, tecnologia e inovação.

O Projeto de Lei de Regulamentação do FNDCT, elaborado em 2006 para reapresentação na legislatura que se inicia em 2007, consolida a arquitetura de gestão desse fundo, principal instrumento disponível para o financiamento da pesquisa científica no País. Na exposição de motivos que justifica essa regulamentação, o governo assume o compromisso de implementar um cronograma de redução progressiva dos recursos retidos para reserva de contingência até a sua eliminação em 2010, viabilizando a ampliação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

Do ponto de vista da gestão, uma das principais ações do MCT em 2006, foi a elaboração dos Planos Estratégicos para as 23 unidades de pesquisa (UPs), com o apoio técnico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), para alinhá-las com as políticas de governo e com a sociedade. A incorporação da gestão estratégica em suas práticas e a revisão de suas missões visa a incrementar sua eficiência e eficácia, viabilizando resultados de pesquisa de impacto, justificando a realização de investimentos públicos na área.

**RECOMENDAÇÕES**

- Reforçar a implementação do Comitê Gestor dos Programas de modo a garantir melhor gestão dos recursos e superação dos obstáculos;

- Qualificar permanentemente os recursos humanos, tanto da equipe gerencial, para dar suporte às atividades de monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades, como das equipes executoras, para a gestão orçamentária, financeira e a prática de novas formas e instrumentos de gestão;

- Melhorar a articulação com órgãos de fomento, tais como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de modo a criar novas competências e ampliar a massa crítica em áreas estratégicas como a espacial e a nuclear;

- Definir indicadores mais adequados à mensuração de desempenho dos programas, revisar metas para os indicadores que apresentam resultados acima do previsto e buscar agregar indicadores intermediários nos casos em que há dificuldades para apuração anual;

• Instituir mecanismos mais eficazes para apurar o grau de satisfação dos beneficiários dos programas, desenvolvendo os mecanismos existentes de comunicação, no sentido de propiciar a avaliação do nível de satisfação dos usuários e a mensuração da dimensão das demandas qualificadas que não são atendidas pelos programas.

• Ampliar e sistematizar iniciativas de avaliação dos impactos da formação e capacitação de recursos humanos para pesquisa no desenvolvimento do País;

• Cadastrar no SigMCT os responsáveis por ações executadas em outros Ministérios, a fim de facilitar a prestação de informações e monitoramento da execução.

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A INCLUSÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

## OBJETIVO

Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico, visando à competitividade econômica e à qualidade de vida da população.

## PÚBLICO-ALVO

Instituições de ensino e pesquisa, comunidade científica, empresas, professores, alunos, prefeituras, comunidade local e a sociedade em geral.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 181.017.825,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 125.127.833,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 125.127.833,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>R$ 2.870.000,00</td><td colspan="2">R$ 1.149.836,56</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. NÚMERO-ÍNDICE DE ACESSOS AOS SÍTIOS DAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA DO MCT

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 140

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi excluído para 2007.
Embora esteja disponível o número absoluto de acessos aos sítios em 2006, 93,3 milhões, não está disponível o número absoluto correspondente ao índice de referência.

### 2. NÚMERO-ÍNDICE DE VISITAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E MUSEUS DO MCT

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 313
**Índice previsto ao final do PPA:** 140

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

**3. NÚMERO-ÍNDICE DE DOCENTES CAPACITADOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS COM O APOIO DO PROGRAMA**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 150

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi excluído para 2007.
Os mecanismos para apuração não foram desenvolvidos durante o ano.

**4. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 115

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Os mecanismos para apuração não foram desenvolvidos durante o ano.

**5. NÚMERO-ÍNDICE DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS EM TECNOLOGIAS DE IMPACTO SOCIAL**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 115

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**: -
Os mecanismos para apuração não foram desenvolvidos durante o ano.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A apropriação local de ciência, tecnologia e inovação, no sentido de aportar conhecimento para melhor atender às demandas sociais específicas, combater disparidades intra e inter-regionais, possibilitando uma melhor compreensão da dimensão do aprendizado, vai ao encontro da tendência de se pensar em políticas públicas que valorizem as potencialidades e especificidades regionais. Ao mesmo tempo, a percepção, muitas vezes equivocada, de que as questões científicas e tecnológicas só interessam a um círculo restrito, impede que a ciência e a tecnologia venham a desempenhar, plenamente, o seu papel para o desenvolvimento do País e a elevação da qualidade de vida da população. Assim, a difusão do conhecimento científico-tecnológico é requisito para responder ao desafio da construção de uma sociedade em que o conhecimento é o propulsor de conquistas culturais, sociais e econômicas, não ficando restrito aos círculos acadêmicos, mas chegando aos setores econômicos e sociais.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Lançamento de três editais para a seleção de projetos de inovação tecnológica de empresas inseridas em Arranjos Produtivos Locais (APLs), totalizando R$ 29,5 milhões, estimando-se o apoio a cerca de 90 projetos, além de outros 17 projetos, no valor de R$ 6 milhões;

• Apoio a Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) em particular aos núcleos de apicultura, artesanato, carcinocultura, fruticultura, confecções e produção de leite e de carne, com obras de recuperação de infra-estrutura e compra de equipamentos;

• Avaliação do Programa da Merenda Escolar de Estudantes de Escolas Públicas, que atende cerca de 32 milhões de crianças no País por meio da contratação de pesquisa sobre segurança alimentar, no valor de R$ 3 milhões, em parceria entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC);

• Realização da 3ª Semana Nacional de Ciência & Tecnologia, em que foram realizadas 8.654 atividades em 363 cidades de todos os Estados, envolvendo 1.014 universidades, instituições de ensino e pesquisa, escolas e entidades da área de ciência e tecnologia, com cerca de dois milhões de pessoas participando diretamente de algum desses eventos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho, tomando-se por base os relatos dos coordenadores de ações e os levantamentos dos dados constantes dos projetos aprovados;
b) visitas *in loco*, que ocorrem durante ou após a execução dos projetos, abrangendo a verificação do atingimento das metas técnicas dos projetos e a regularidade da aplicação dos recursos transferidos;
c) relatórios de gestão, abrangendo a execução das ações do Programa;
d) Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia (SigMCT) para monitorar a execução das ações.

O Programa apresentou execução física baixa, com sete de nove ações executando menos de 50% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006. Em grande parte, isso se deve a emendas parlamentares nas ações do Programa, com definição de metas físicas superestimadas.

A execução orçamentária atingiu um índice em torno de 70% de execução dos recursos autorizados na LOA 2006. O fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Os recursos alocados à Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram insuficientes para o monitoramento e acompanhamento adequado da execução dos projetos aprovados, especialmente, para o

pagamento de serviços terceirizados e realização de viagens e pagamento de diárias para visitas *in loco*.

Há restrições quanto a recursos materiais e infra-estrutura, à qualidade e à quantidade de recursos humanos tanto na equipe gerencial quanto nas equipes executoras. Em ambos os casos, a falta de materiais de expediente e mobiliário e equipamentos de informática adequados, o pouco espaço físico e a carência de recursos humanos não permitem um melhor desempenho. Outras restrições são: a imposição de limite de empenho; o atraso na aprovação do orçamento de 2006 e o ano eleitoral; o comprometimento de recursos financeiros em razão do alto volume de restos a pagar; atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios; e dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos proponentes.

O desempenho da execução das ações com recursos descentralizados foi alto. As informações necessárias foram disponibilizadas pelos entes executores e registradas no SigMCT, e houve integração entre a gerência do Programa e os executores, estabelecida por meio de reuniões eventuais, contatos telefônicos e outras formas de comunicação. O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio MCT foi alto, as ações executadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) tendo superado as metas previstas, em alguns casos. As informações correspondentes foram disponibilizadas por meio de registro no SigMCT e a integração da gerência com os executores ocorreu por meio de reuniões, correio eletrônico e demais formas de comunicação.

O Programa possui diversas ações, como a implementação de CVTs, voltados para a inclusão social de jovens e de portadores de necessidades especiais. Estes são especialmente atendidos através do apoio à  Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES).

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa executa algumas ações em conjunto com parceiros não-governamentais, cujo desempenho na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas tem sido satisfatório, em geral.

**RECOMENDAÇÕES**

- Implantar mecanismos de monitoramento das ações que sejam capazes de gerar os dados necessários ao cálculo dos índices dos indicadores do Programa;
- Revisar índices de indicadores que apresentam resultados acima do previsto.

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR - PITCE

## OBJETIVO

Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e à consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.

## PÚBLICO-ALVO

Setores industriais e de serviços (empresas estabelecidas e nascentes de nanotecnologia e biotecnologia, de química, de materiais, de eletrônica, de energias renováveis, de *software*, de fármacos, de semicondutores e microeletrônica, prestadoras de serviços tecnológicos, de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica), laboratórios nacionais e comunidade científica e tecnológica.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.156.655.910,00 | Empenho Liquidado: | R$ 920.898.839,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 920.898.839,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO EM ATIVIDADES DE P&D NO TOTAL DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** 32
**Índice previsto ao final do PPA:** 35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador tinha como fonte dados da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI), cujos dados deixaram de ser utilizados devido à criação da Pesquisa de Inovação Tecnológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PINTEC/IBGE), pesquisa de maior abrangência que o levantamento anterior. Para o ano de 2003, a PINTEC registrou 9,71 técnicos em

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao total de empregados das empresas. Os dados relativos a 2005 deverão ser divulgados pelo IBGE a partir de junho de 2007. Índice apurado após o encerramento do exercício de 2006 no SIGPlan, de acordo com o Inciso I do art. 10 da Lei nº 10.933/2004.

**2. NÚMERO-ÍNDICE DE CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS E FAMÍLIAS DE PRODUTOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 137,50
**Índice previsto ao final do PPA:** 170

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
O índice ficou abaixo do estimado para 2006.

**3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NO FATURAMENTO BRUTO MÉDIO DAS EMPRESAS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 33
**Índice previsto ao final do PPA:** 35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
O indicador tinha como fonte a ANPEI, cujos dados deixaram de ser utilizados devido à criação da PINTEC/IBGE, pesquisa de maior abrangência que a anterior. Para 2007, foi sugerida a exclusão do indicador.

**4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO FATURAMENTO BRUTO DAS EMPRESAS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,9
**Índice previsto ao final do PPA:** 2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**: -
O indicador tinha como fonte a ANPEI, cujos dados deixaram de ser utilizados devido à criação da PINTEC/IBGE, pesquisa de maior abrangência que a anterior. Para o ano de 2003, a PINTEC registrou a taxa de participação dos gastos em P&D/ Receita Líquida de Vendas de 0,6%. Este indicador foi excluído para 2007.

**5. NÚMERO-ÍNDICE DE PEDIDOS DE DEPÓSITO DE PATENTES NO INPI POR PARTE DE RESIDENTES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 150
**Índice previsto ao final do PPA:** 180

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) não disponibilizou registros mais recentes sobre o assunto. De qualquer maneira, convém destacar que este tipo de

indicador é delicado, uma vez que patentes de produtos ou processos ligados ao tema têm um tempo de maturação grande, não sendo possível uma avaliação anual das tecnologias geradas e sua aferição no resultado.

**6. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NA ÁREA DE BIOTECNOLOGIA**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 115
**Índice previsto ao final do PPA:** 120

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Este indicador foi excluído para 2007.

**7. NÚMERO-ÍNDICE DE NOVOS PRODUTOS E PROCESSOS DESENVOLVIDOS NA ÁREA DE NANOTECNOLOGIA**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 800
**Índice previsto ao final do PPA:** 1000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Este indicador foi excluído para 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Até o início dos anos 90, o setor produtivo vinha aplicando muito pouco na sua capacitação tecnológica: cerca de 10% do total dos investimentos em Ciência e Tecnologia (C&T), os quais, por sua vez, não ultrapassavam 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, tanto em termos de investimentos globais, quanto no que se refere aos investimentos do setor produtivo, há um crescimento significativo, porém, em níveis insuficientes quando se compara ao que acontece nos países industrializados, que investem em C&T algo entre 2% e 3% do seu PIB, com participação majoritária do setor produtivo.

Com a implementação do Programa, pretende-se atingir um patamar de investimentos mais compatível com as necessidades e os desafios de uma economia extremamente competitiva, aprofundando e viabilizando um efetivo Sistema Nacional de Inovação, em plena sintonia com a PITCE.

O Programa enfatiza não só a capacidade de gerar inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos, mas, também, a capacidade gerencial das empresas brasileiras e, ainda, estimula a formação e o fortalecimento de parcerias entre os diversos atores: empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores. Essas parcerias contribuem para o incremento da competitividade dos bens e serviços produzidos no País, o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação, da nanociência e nanotecnologia, da biotecnologia e outras áreas de fronteira vitais, estruturantes do futuro em uma ampla gama de atividades, com o objetivo de aumentar a competitividade da indústria nacional e inserção da economia brasileira no mercado internacional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Contratação de um total de 754 projetos em diversas áreas, a saber: extensionismo tecnológico, incubadoras de empresas e parques tecnológicos, laboratórios de inovação, cooperação de instituições científicas e tecnológicas com empresas, projetos de inovação em agronegócio, energia, infra-estrutura, setor mineral e hídrico, bem como projetos voltados para a Amazônia;

• Aprovação de 113 Processos Produtivos Básicos (PPB) para a Zona Franca de Manaus, principalmente em eletroeletrônicos, eletromecânicos e plásticos;

• Contratações com recursos dos fundos setoriais no valor de R$ 300 milhões para a subvenção à inovação sendo:

a) R$ 150 milhões para subvenção ao Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (PAPPE-Subvenção), para montagem da rede descentralizada no Território Nacional de instituições ou consórcios que atendam demandas oriundas de empresas de pequeno porte;
b) R$ 60 milhões para Subvenção de Pesquisadores na Empresa, para apoiar a inserção de mestres e doutores nas atividades de P&D e inovação tecnológica das empresas brasileiras;
c) R$ 100 milhões para cooperações entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e empresas com o intuito de provocar inovação nas empresas, com o financiamento de bolsas por meio do Programa de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas em Apoio à Inovação Tecnológica (RHAE Inovação), com cerca de R$ 5,4 milhões;

• Desenvolvimento de projetos em biotecnologia, ligados è pesquisa de células-tronco e de bioprodutos; fármacos e insumos farmacêuticos a partir de algas marinhas; envelhecimento populacional e saúde do idoso e doenças negligenciadas;

• Consolidação da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), com 18 novos projetos de inovação, utilizando a biodiversidade brasileira;

• Ampliação da competência técnica brasileira na área de elucidação de estrutura de proteínas na Rede Nacional de Biologia Molecular e Estrutural, coordenada pelo Laboratório Nacional de Luz Síncroton (LNLS) e que reúne mais 10 instituições de ciência e tecnologia;

• Operacionalização de três unidades de apoio à inovação tecnológica do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), incubadora de negócios, núcleo de informação biotecnológica e núcleo de elaboração e gestão de projetos;

• Elaboração de três programas de desenvolvimento de produtos e processos nas áreas de inseticidas naturais e repelentes, alimentos funcionais e corantes naturais;

• Ajuste da tabela de bolsas para o Programa Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), adequado a categorias de perfis profissionais que atendam às demandas do Centro;

• Intensificação da cooperação internacional com o Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGB) e da Cooperação Brasil-Argentina em Biotecnologia;

• Contribuição efetiva para o *Codex Alimentarius* do Programa Conjunto Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)/ Organização Mundial da Saúde (OMS);

• Estruturação do Centro de Intercâmbio de Informações sobre Biossegurança, *Biosafety Clearing-House* (BCH), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);

• Contratação de projetos de nanotecnologia: 32 para jovens doutores, oito para melhoria de infra-estrutura, 10 para formação da Rede BrasilNano, e 10 de parceria ICT e empresas;

• Início das atividades do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN);

• Inovação e transferência tecnológica do setor de petróleo e gás natural nas regiões Norte e Nordeste, 145 projetos de pesquisa e inovação para a solução e atenuação de impactos sociais, bem como 50 projetos em óleos pesados, dutos e gás natural, apoio a Redes Cooperativas de Pesquisa, e à capacitação de recursos humanos especializados para o setor de petróleo e gás;

• Consolidação de grupos temáticos da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTB), Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; estudos e projetos em energias renováveis para a geração de hidrogênio a partir da reforma do etanol para a célula combustível;

• Construção de protótipo de turbina para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e para testes de veículos a biodiesel e desenvolvimento de motores a óleo vegetal para desenvolvimento da Usina Piloto para Óleo Craqueado e ainda equipamentos para a Rede de Pesquisa em Energias Renováveis;

• Desenvolvimento de 14 projetos de circuitos integrados em tecnologia da informação e concessão de bolsas de mestrado e doutorado nas áreas de *software* e microeletrônica;

• Edição da Medida Provisória nº 352 de 01/2007 que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para a TV Digital, componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias dos circuitos integrados;

• Início dos trabalhos da Rede de Tecnologias e Serviços de Qualificação e Certificação em Tecnologia da Informação;

• Constituição dos Laboratórios Virtuais na Rede GIGA em cooperação com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP);

• Apoio ao desenvolvimento de prototipagem do circuito integrado de aplicações específicas (ASIC) GBL, a ser produzido em série em 2007;

• Alocação de recursos para projetos de cooperação entre ICTs e empresas para o desenvolvimento de *software*;

• Em metrologia, calibração de 379 instrumentos na área de radiações ionizantes e 220 instrumentos na área de nêutrons, dentro do Programa Tecnologia Industrial Básica (TIB), em metrologia, bem como produção de 562 fontes padrões de diferentes radionuclídeos;

• Manutenção do Projeto Promed que atende a entidades da área de medicina corretiva, cirurgia e de arqueologia, com o desenvolvimento de prototipagem rápida;

• Criação de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e a concessão inicial de bolsas na modalidade de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT);

• Condução do Programa Nacional de Intercomparações Ambientais.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A despeito das imposições legais para gastos públicos em ano eleitoral, atraso de repasses, contingenciamentos e o não cumprimento da meta física em 100%, os resultados alcançados pelo Programa foram considerados satisfatórios. Ressalte-se que os resultados não podem ser comparados a 2005, uma vez que este Programa foi redesenhado em 2006 e recebeu outros programas e ações.

A falta de marcos legais e regulatórios, interpretações dúbias e a falta de normativas prejudicam as ações, como por exemplo, no campo da biotecnologia. Os órgãos de controle e algumas consultorias jurídicas, em especial das ICTs, têm criado alguns entraves à aplicação integral da Lei de Inovação devido a interpretações conflitantes.

Com relação aos recursos do Programa, na opinião das equipes executoras, o *deficit* de recursos humanos capacitados ainda é um problema, principalmente, quando se exige um perfil multidisciplinar.

Considerando que a execução financeira não atingiu os 100%, os recursos financeiros alocados no momento são suficientes em uma análise mais geral. Por outro lado, diante do sistema de monitoramento e avaliação, percebeu-se que o volume de recursos financeiros disponibilizados para algumas ações foi insuficiente, vindo a prejudicar seu melhor desenvolvimento, influenciando o desempenho do Programa.

Quanto aos mecanismos de monitoramento do Programa, registre-se a elaboração do Relatório de Gestão do MCT e o funcionamento do SigMCT, que contempla aspectos de planejamento, acompanhamento e avaliação, além da execução orçamentária e da Proposta Orçamentária.

Cabe ainda relatar que a execução do Programa tem sido prejudicada pela existência de problemas de sobreposição e desagregação entre ações e atividades, além da falta de colaboração e integração entre as equipes executoras.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A realização de consultas públicas e a aproximação com as Agências e as Secretarias Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação são experiências importantes de gestão pública que acabaram contribuindo para a boa execução do Programa.

A própria institucionalização pelo MCT do conceito de subprogramas e de um sistema para monitoramento, acompanhamento e avaliação também têm se mostrado um instrumento capaz de favorecer ao melhor desenvolvimento do Programa, proporcionando facilidades, não obstante a necessidade de aperfeiçoamento.

Outra prática importante tem sido a realização de avaliações *in loco*, que permitem uma verificação mais próxima sobre o direcionamento da aplicação dos recursos financeiros, atingimento de resultados alcançados e ocorrência de restrições.

A realização de reuniões com grupos de interesse é outro mecanismo importante.

A utilização da formação de Redes - pesquisa, discussões temáticas, articulações, entre outros - tem sido outra experiência eficaz.

**RECOMENDAÇÕES**

- Qualificar permanentemente os recursos humanos, tanto na equipe gerencial para dar suporte ao monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades quanto nas equipes executoras para a otimização da gestão orçamentária e financeira, além da adoção de novas formas e instrumentos de gestão administrativa;

- Aperfeiçoar o processo de liberação dos recursos, bem como promover uma revisão no volume de recursos destinados a cada Ação;

- Instituir mecanismos mais eficazes para apuração do grau de satisfação dos beneficiários do Programa;

- Modernizar, ampliar ou manter a infra-estrutura de alguns dos setores do Programa por meio de ações constantes e sistemáticas;

- Aperfeiçoar a gestão do Programa, buscando definir claramente os papéis das diversas equipes executoras e o desenvolvimento de mecanismos de colaboração e interação mais eficientes;

- Conferir maior transparência às comunicações da situação financeira e maior agilidade às transferências;

- Buscar melhor definição dos indicadores e ainda providenciar a agregação de indicadores auxiliares ou intermediários, nos casos em que há dificuldades para apuração anual;

- Criar mecanismos formais para um melhor acompanhamento dos projetos pelos coordenadores das ações.

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA NATUREZA E CLIMA

## OBJETIVO

Ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

## PÚBLICO-ALVO

Comunidade científica e sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 125.235.619,00 | Empenho Liquidado: | R$ 114.107.245,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 114.107.245,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO-ÍNDICE DE MAPAS TEMÁTICOS GERADOS CONTENDO O CÁLCULO DA EXTENSÃO E A DISTRIBUIÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 44,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 180

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A justificativa pelo baixo índice apurado está no número de mapas, extremamente alto, no ano-base 2003, que foi de 1.145, conforme informado à época da implantação do PPA 2004-2007. Por outro lado, avaliando-se o comportamento do indicador nos últimos anos, em 2006, obteve-se um excelente resultado, gerando 506 relatórios/mapas, número bem maior ao do exercício de 2005, que foi de 140 relatórios/mapas. Isto decorre basicamente da utilização de imagens produzidas por outros satélites que não o Landsat-5 para monitorar o desmatamento na Amazônia.

**2. NÚMERO-ÍNDICE DE RECURSOS BIÓTICOS E ABIÓTICOS CATALOGADOS DOS ECOSSISTEMAS MARINHOS E ANTÁRTICOS**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 200

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**: -
O indicador foi excluído na última revisão do PPA.
Os recursos orçamentários foram insuficientes para execução das atividades de pesquisa dos recursos bióticos.

**3. TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO CLIMÁTICA SAZONAL PARA O SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL DO NORDESTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 45
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
O grupo de Processamento de Alto Desempenho vem preparando novos códigos e mecanismos de qualidade que estão sendo implantados tanto na área de suporte de informática, como na área de instrumentação meteorológica, para melhorar o desempenho do índice de taxa de acerto da previsão climática nessa região.

A apuração, pelo modelo do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), para alguns trimestres de 2006, apresenta taxa de acerto de tendência climática sazonal. Essa situação vem ocorrendo em função do comportamento das mudanças climáticas não só na região, como em todo o planeta, penalizando o resultado final. Na prática, o indicador não tem se revelado adequado para medir o desempenho desta atividade. Trabalha-se para a proposição de novos indicadores para o próximo PPA.

**4. TAXA DE ACERTO DA PREVISÃO DA TENDÊNCIA CLIMÁTICA SAZONAL - REGIÃO AMAZÔNICA, NORTE, NORDESTE E SUL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 44
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
O grupo de Processamento de Alto Desempenho vem preparando novos códigos e mecanismos de qualidade que estão sendo implantados tanto na área de suporte de informática como na área de instrumentação meteorológica, para melhorar o desempenho do índice de taxa de acerto da previsão climática nessa região.

A apuração, pelo modelo do CPTEC, para alguns trimestres de 2006, apresentam taxa de acerto de tendência climática sazonal. De maneira geral, o indicador demonstra a razoável

destreza do modelo na previsão de clima, em particular na região Nordeste (NNE e SNE), com índices de acerto chegando a até 90%, nos últimos trimestres avaliados. A exemplo do indicador anterior, essa situação sofre influência do comportamento das mudanças climáticas não só na região, como em todo o planeta, penalizando o resultado final.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A existência do Programa proporciona melhor compreensão dos mecanismos que determinam as mudanças globais e amplia a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental, como um instrumento de proteção da vida, de redução de custos e de perdas materiais. Através do entendimento das complexas interações entre o meio ambiente (ecossistemas e recursos naturais), o clima (em sua variabilidade natural e antropogênica) e a sociedade, assim como os impactos destas interações sobre as mudanças globais, é possível contribuir para o desenvolvimento sustentável, com aumento da produção, redução da pobreza e dos desequilíbrios regionais e proteção do meio ambiente.

O conhecimento gerado tem impactos na definição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, possibilita o desenvolvimento de ferramentas analíticas para o planejamento regional e a expansão das fronteiras da ciência para a sustentabilidade no País. Essas ferramentas são importantes para se entender os óbices naturais, tecnológicos e institucionais, a melhoria da qualidade de vida, a proteção dos ecossistemas e do meio ambiente.

As ações a serem implementadas têm como lógica geral: montar uma infra-estrutura técnica atualizada para observações da Terra (ecossistemas, atmosfera, superfícies e oceanos), meio ambiente, meteorologia, clima, hidrologia e ecossistemas; estabelecer um mecanismo de integração institucional apoiado na execução descentralizada de atividades; integrar fornecedores de informação e usuários do sistema; ampliar o conhecimento técnico-científico sobre modelagem ambiental e simulação matemática de sistemas complexos ambiente-sociedade, previsões de tempo e clima, previsões hidrológica e ambiental, interação entre o oceano e a atmosfera, variabilidade climática, sustentabilidade do desenvolvimento regional, impactos de extremos ambientais e estrutura e funcionamento dos ecossistemas brasileiros.

Os conhecimentos obtidos, assim como o conjunto de informações originadas de múltiplos fornecedores no País e no exterior, serão tratados de forma integrada, descentralizada e multidisciplinar por meio de redes de computadores de grande porte, colocados à disposição de usuários públicos e privados, para que a sua utilização e a tomada de decisões delas decorrentes sejam feitas de forma descentralizada.

O Programa busca aumentar a eficiência econômica nos setores de agricultura e agronegócios, energia e transportes. Também é voltado para a otimização de atividades ligadas à prevenção da poluição atmosférica e hídrica, à proteção de ecossistemas, à conservação de recursos naturais, e à defesa civil, reduzindo vulnerabilidades sociais e econômicas

aos extremos ambientais. Trata-se, portanto, de um Programa prioritário não apenas por viabilizar novos conhecimentos, como também por proporcionar melhoria da eficiência da operação do sistema econômico e da proteção da sociedade e do meio ambiente.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Instalação de 79 Estações Meteorológicas, nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste;

- Implantação de redes e modernização das coleções biológicas dos Núcleos Executores (INPA-Amazônia Ocidental e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG-Amazônia Oriental);

- Instalação do núcleo de Biogeoinformática no Instituto Nacional Pesquisas Ambientais (INPA);

- Capacitação, no âmbito da parceria Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) Centro de Pesquisa do Pantanal: 10 doutores, nove mestres e 10 monografias de conclusão de curso na Rede de Pecuária e seis doutorandos, 11 mestrandos e 22 alunos de especialização/graduação, na Rede de Pesca;

- Realização, em conjunto com a Marinha, de missão para manutenção nas oito bóias que compõem atualmente a Rede de Observação Oceanográfica do Plan of Implementation for a Research Moored Array in the Tropical Atlantic (Pirata);

- Desenvolvimento de sistema geográfico de informações em nível municipal contendo informações sobre riscos e vulnerabilidades a vários desastres naturais e com informações em tempo quase real sobre fenômenos de tempo;

- Publicação e divulgação de um manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por efluentes líquidos no Brasil;

- Substituição de estações meteorológicas convencionais por estações automáticas, pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INM);

- Produção de 506 relatórios do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), com imagens de satélites acompanhadas dos respectivos mapas de desflorestamento;

- Implantação do Programa computacional voltado para pesquisa e para gerenciamento de coleções botânicas (Brahms);

- Elaboração, através da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia do Projeto GEOMA, de diagnósticos detalhados ligados à:

a) mudança do padrão de uso da terra em áreas de conflitos ou de grande impacto de desflorestamento;
b) avaliação da atual política de prioridades de implementação de áreas protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA);
c) estimativa de impactos sobre o asfaltamento da Rodovia BR-163;

• Levantamento da rede do semi-árido, que consta de 30 coleções de plantas e fungos macroscópicos nos nove Estados nordestinos;

• Realização de 23 expedições de coleta de plantas, fungos, invertebrados e vertebrados nas seis áreas selecionadas para inventários de biodiversidade;

• Conclusão dos diagnósticos de inventários de plantas, fungos e vertebrados realizados no semi-árido brasileiro;

• Adequação de infra-estrutura do Laboratório de Biogeoquímica e Gases Traço da Embrapa Meio Ambiente por meio de aparelhamento em cromatografia gasosa;

• Extração, em escala piloto, de óleos essenciais de duas plantas aromáticas (priprioca e estoraque) com potencial utilização na indústria de cosméticos e perfumaria;

• Implantação, em fase piloto, do Programa Nacional de Taxonomia, uma parceria MCT/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

• Implementação de projetos de pesquisas estratégicos para os biomas brasileiros, no âmbito do Programa Integrado MCT/Embrapa (PIME), Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) e Laboratório de Sensoriamento Remoto em Santarém-PA (LASERS);

• Recorde de acessos de usuários externos às páginas da Internet do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), monitoramento e previsão do tempo, chegando a 131 mil acessos diários;

• Apresentação do relatório parcial do Projeto Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A gerência utiliza, para monitoramento sobre o desempenho físico das ações, o Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia (SigMCT). O monitoramento é realizado pelas informações da situação e resultados das ações lançadas pelos coordenadores de ação.

O Programa realizou execução física entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006.

A execução financeira das ações do Programa foi de 91% da dotação estabelecida. No entanto, a dotação ficou aquém das necessidades do Programa.

Quanto ao fluxo de recursos orçamentários, a execução ocorreu sem maiores problemas, não interferindo na execução física do Programa. Entretanto, a falta de um cronograma de desembolso físico-financeiro, bem como um limite de pagamento oferecido abaixo da dotação, gerou a inscrição de um volume de restos a pagar alto, que irá refletir no limite do exercício de 2007.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa. No entanto, há quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras (nas agências de fomento, unidades de pesquisa e coordenações técnicas), que, nos últimos anos, têm sofrido baixas nos seus quadros. A reposição dessa mão-de-obra técnica não vem ocorrendo na mesma proporção, pela não realização de concurso público, trazendo sérios transtornos para o desempenho das unidades. Na verdade, a reposição de mão-de-obra tem sido realizada por meio de contratação temporária (prazo determinado).

O Programa também tem uma ação implementada no âmbito de outro Ministério, identificada respectivamente pelo código e denominação 2378 – Levantamento e Disponibilização de Dados Hidrometeorológicos, executada pela Agência Nacional de Águas (ANA). Não existe visualização da execução pelo gerente do Programa. Em que pese o empenho do gerente na busca de informações para atualização do sistema, no mais das vezes não é atendido. Também há dificuldade na identificação do coordenador da ação, em razão da constante rotatividade desses gestores na administração pública. Nessa ação, os recursos foram suficientes na execução dessas atividades.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades administrativas do MCT foi alto. A maior parte dos recursos do Programa foi repassada às agências de fomento, unidades de pesquisa do MCT e outras instituições de pesquisa, sendo empenhados e liquidados. Em vários casos, porém, os recursos financeiros não foram repassados, gerando certa expectativa quanto ao pagamento dos compromissos assumidos. Uma das principais preocupações da gerência, no decorrer do exercício, foi de promover a integração entre as coordenações para o alcance dos objetivos das ações, além de orientá-las quanto às exigências de atualização de informações.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os modelos de gestão aplicados no Programa são contínuos e estão relacionados com o repasse de recursos para as agências de fomento e unidades de pesquisa. São viabilizados por meio de instrumentos jurídicos como contratos de gestão, termos de parcerias e termos de gestão, que espelham os compromissos das partes e seus respectivos planos de trabalhos. O modelo de acompanhamento e a avaliação para o contrato de gestão ou do termo de parceria é muito bem-estruturado. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação, nomeada pelo Ministro de Estado, é constituída de representantes do MCT, da instituição beneficiada e do Conselho Ministerial de Políticas Públicas do MCT, que acompanha e avalia o alcance das metas de desempenho acordadas no contrato ou no termo de parceria. Esse processo tem demonstrado bastante sucesso no que tange ao acompanhamento e ao desempenho pelos parceiros.

A realização de reuniões com grupos de interesse, como mecanismo de participação social permite que várias ações do Programa envolvam Conselhos Setoriais, tais como Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), Sociedade Brasileira de Botânica, Zoologia, Microbiologia, etc.

**RECOMENDAÇÕES**

- Adequar os indicadores do Programa, tendo em vista o número reduzido de ações por eles contempladas;

- Cadastrar no SigMCT os responsáveis por ações executadas em outros Ministérios a fim de facilitar a prestação de informações e o monitoramento da execução.

# FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA

## OBJETIVO

Ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e de serviços técnico-científicos da sociedade, mediante a formação e capacitação de pesquisadores.

## PÚBLICO-ALVO

Pesquisadores, estudantes de nível superior, universidades e centros de pesquisa, públicos e privados.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 643.928.268,00 | Empenho Liquidado: | R$ 654.462.316,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 654.462.316,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE BOLSISTAS DE DOUTORADO DO PROGRAMA (CNPQ) QUE TITULARAM

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 72

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Como uma previsão do índice previsto ao final do PPA ficou comprometida pelo não cálculo do índice em 2006, optou-se por uma resposta cautelosa.

O cálculo depende do Censo dos Titulados na Pós-Graduação, levantamento sob atribuição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), que ainda não divulgou oficialmente os resultados. Segundo a CAPES, os dados referentes ao ano de 2004 foram recoletados, juntamente com o levantamento referente ao ano de 2005, contribuindo para o retardo na divulgação dos dados.

**2. TAXA DE EX-BOLSISTAS DE DOUTORADO DO PROGRAMA (CNPQ) CADASTRADOS COMO PESQUISADORES NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 54

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Em razão da não apuração do índice para 2006, optou-se por uma postura cautelosa na estimativa da viabilidade de obtenção do índice previsto para o final do PPA.

O indicador não foi apurado em 2006 em decorrência de seu cálculo depender dos resultados do Censo 2006 do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq). O Censo 2006 teve sua coleta encerrada em dezembro e o CNPq está na fase inicial de procedimentos de validação da base para, em seguida, iniciar a etapa de cruzamento dos dados com outras bases utilizadas no Diretório, como por exemplo o *Curriculum vitae Lattes* (CV Lattes). Após essas etapas, inicia-se a fase de tabulação dos dados e carga dos sistemas para a obtenção dos resultados. O prazo estimado para a conclusão do processo é de seis meses após o encerramento da coleta.

**3. TAXA DE DOUTORES FORMADOS COM BOLSA DO PROGRAMA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOUTORES TITULADOS NO PAÍS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 17

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador foi excluído para 2007.

**4. TAXA DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA DOS BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE EM PESQUISA DO CNPQ**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 120

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Em razão da não apuração do índice para 2006, optou-se por uma postura cautelosa na estimativa da viabilidade de obtenção do índice previsto para o final do PPA.

Este indicador não foi apurado em 2006 em decorrência de seu cálculo depender dos resultados do Censo 2006 do DGP/CNPq. As bases dos Censos do DGP são coletadas a cada dois anos. O Censo 2006 teve sua coleta encerrada em dezembro e o CNPq está na fase inicial de procedimentos de validação da base para, em seguida, iniciar a etapa de cruzamento dos dados com outras bases utilizadas no Diretório, como, por exemplo, o CV Lattes. Após essas etapas, inicia-se a fase de tabulação dos dados e carga dos sistemas para a obtenção dos resultados. O prazo estimado para a conclusão do processo é de seis meses

após o encerramento da coleta.

**5. TAXA DE DOUTORES EM RELAÇÃO AOS PESQUISADORES DO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 66

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Em razão da não apuração do índice para 2006, optou-se por uma postura cautelosa na estimativa da viabilidade de obtenção do índice previsto para o final do PPA.

Este indicador não foi apurado em 2006, em decorrência de seu cálculo depender dos resultados do Censo 2006 do DGP. As bases dos Censos do DGP são coletadas a cada dois anos. O Censo 2006 teve sua coleta encerrada em dezembro e o CNPq está na fase inicial de procedimentos de validação da base para, em seguida, iniciar a etapa de cruzamento dos dados com outras bases utilizadas no Diretório, como por exemplo o *Curriculum vitae Lattes* (CV Lattes). Após essas etapas, inicia-se a fase de tabulação dos dados e carga dos sistemas para a obtenção dos resultados. O prazo estimado para a conclusão do processo é de seis meses após o encerramento da coleta.

**6. TAXA DE EGRESSOS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – (PIBIC) EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 22

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Não houve apuração de índice para este indicador em 2006. O cálculo do referido índice depende do Censo dos Titulados na Pós-Graduação, levantamento sob atribuição da CAPES/MEC, que ainda não divulgou oficialmente os resultados. Informações fornecidas pela Agência do MEC indicam que os dados referentes ao ano de 2004 foram recoletados, juntamente com o levantamento referente ao ano de 2005, o que contribuiu para algum retardo na divulgação dos dados que subsidiam o cálculo do índice em questão. Desse modo, como uma previsão relativa à obtenção do índice previsto ao final do PPA ficou comprometida, optou-se por uma resposta cautelosa.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O aumento da atividade de Ciência e Tecnologia é componente importante para a inserção e a adequada competição das nações no contexto atual de globalização. Para esta atividade, além de instalações e equipamentos adequados, são necessários recursos humanos altamente capacitados. Este Programa destina-se a ampliar e consolidar a base de pesquisa técnico-científica resultante de esforços empreendidos com êxito ao longo de décadas por meio da formação e capacitação de recursos humanos. A qualidade já alcançada permite, neste momento, fixar com mais precisão os focos que devem orientar

o crescimento do quadro de pesquisadores, nos diversos níveis de formação. Assim, o Programa define suas ações em quatro grandes linhas:

a) buscar a permanente formação e atualização dos pesquisadores brasileiros, tendo como referência os mais elevados padrões internacionais;
b) assegurar o processo de renovação do quadro de pesquisadores, numa perspectiva de longo prazo, estimulando o surgimento de novas vocações;
c) orientar segmentos da base de pesquisadores para a capacitação em áreas de reconhecida relevância e/ou definidas como estratégicas, a fim de dar respostas aos grandes problemas sociais e aos desafios associados à agenda de modernização do País;
d) preparar os quadros técnicos de suporte à pesquisa.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Com relação à elevação dos investimentos, o Programa empenhou recursos orçamentários num volume 4,7% superior ao do ano precedente, possibilitando não apenas o aumento no número total de bolsas implementadas, como a concessão de reajuste da ordem de 10% nas mensalidades das bolsas das seguintes modalidades: Mestrado (GM), Doutorado (GD) e Produtividade em Pesquisa (PQ). Esse reajuste atingiu cerca de 25.111 bolsistas, ou 48% do total;

• Aumento do número de bolsas concedidas: o número total de bolsas implementadas aumentou 1,8%, passando de 51.753 em 2005 para 52.662 em 2006 (52.308 no País e 354 no exterior). Analisando-se o desempenho das principais modalidades concedidas por meio das ações do Programa, pode-se verificar os seguintes índices de crescimento na implementação de bolsas:

a) a quota de bolsas PIBIC concedida em 2006 foi 8% superior à quota de 2005 e o número de instituições de ensino superior contempladas evoluiu 17%, passando de 186 para 217;
b) a concessão de bolsas GM e GD por meio da Chamada 2006 do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação (PEC/PG) em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e CAPES/MEC foi 7% superior à concessão observada na Chamada 2005;
c) a concessão, em caráter adicional à Demanda 10/2005, de mais 479 bolsas de Produtividade em Pesquisa para implementação ainda em 2006;
d) a implementação das primeiras 200 bolsas na modalidade Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT);
e) o aumento significativo na implementação das bolsas voltadas para extensão, a saber, bolsa de Extensão no País (EXP) e Apoio Técnico em Extensão no País (ATP). O número de bolsas nas duas modalidades passou de 37 em janeiro para cerca de 431 em dezembro;

• Criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), destinado a estimular a iniciação de jovens estudantes em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação, tendo como meta implementar inicialmente 300 bolsas a partir de março de 2007.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução das metas físicas das quatro ações finalísticas apresentou o seguinte perfil: Ação 0900 - Estímulo à Pesquisa: 87% da meta física; Ação 0901 - Formação e Qualificação: 91% da meta física (somando-se bolsas no País e no exterior); Ação 0902 - Iniciação à Pesquisa: 106% da meta física; Ação 0903 - Desenvolvimento Tecnológico Empresarial: 177% da meta física.

No caso das duas primeiras ações (0900 e 0901), embora a execução física tenha ficado ligeiramente aquém da meta, houve compensação por meio do pagamento de taxas de bancada (ação 0900), para propiciar maior agilidade e melhor qualidade às atividades de pesquisa, e de pagamento de taxas escolares e de bancada (ação 0901), visando a assegurar condições mais adequadas e favoráveis ao desenvolvimento de pesquisa de campo e outras etapas necessárias à preparação de dissertações e teses, buscando abreviar o tempo de conclusão da formação e contribuindo para a melhoria da sua qualidade.

O número total de bolsas implementadas, registrado no mês de dezembro, comparado à soma das metas físicas estabelecidas para o conjunto de ações, caracteriza execução física no patamar de 97,5% do total previsto para 2006.

A execução orçamentária e o fluxo de recursos desenvolveram-se dentro do esperado, como é usual para este Programa, uma vez que trata da concessão de bolsas de formação e pesquisa, que obedecem a calendário preestabelecido e são pagas por meio de folha de pagamento de periodicidade mensal. Registre-se que o programa obteve crédito suplementar, aprovado no final do exercício, no valor de R$ 43 milhões.

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) periodicamente, são realizadas tanto reuniões de trabalho no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) quanto outras de iniciativa do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para discussão de aspectos e procedimentos destinados a aperfeiçoar o monitoramento das ações e dos programas;
b) o monitoramento é realizado mensalmente, mediante a inserção de todos os eventos pertinentes à implementação das ações no Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia (SigMCT).

Adicionalmente, a cada dois meses, é realizado o acompanhamento das ações no âmbito dos dois subconjuntos de ações do programa (subprogramas), iniciativa implementada a partir de 2006. É também realizado um acompanhamento semestral do desenvolvimento das atividades inerentes à execução das ações do programa.

No que tange aos recursos materiais, infra-estrutura e recursos humanos estão adequados para a implementação do programa.

Alguns temas transversais têm sido abordados por meio do apoio a pesquisadores atuantes em linhas de pesquisa relacionadas, tais como os estudos de gênero, saúde da pessoa com deficiência, questões raciais, etc.

No tema juventude, várias iniciativas têm sido implementadas com a finalidade de propiciar oportunidades aos jovens de se iniciarem em carreiras científicas e/ou tecnológicas, com a crescente concessão de bolsas de iniciação científica tanto na graduação como em níveis educacionais anteriores ao ensino superior. Em 2006, pode-se mencionar mais de 21 mil bolsistas de Iniciação Científica; mais de cinco mil bolsistas em Iniciação Científica Júnior (implementada em parceria com fundações de amparo à pesquisa e/ou secretarias de ciência e tecnologia estaduais); criação de mais uma modalidade destinada à iniciação tecnológica e de inovação, com implementação inicial de 300 bolsas a partir de 2007.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui os seguintes mecanismos de promoção da participação social:

a) Ouvidoria, ainda em fase de implantação e consolidação por meio da qual a comunidade beneficiária do Programa pode se comunicar com a Agência para esclarecer dúvidas, fazer eventuais reclamações e/ou sugestões;
b) participação por meio dos Comitês Assessores, de membros da comunidade científica nacional, além de uma complexa rede de assessores *ad hoc*.

**RECOMENDAÇÕES**

• Dimensionar de forma mais rigorosa e realista as metas físicas das ações do Programa;

• Definir indicadores mais adequados à mensuração do desempenho do Programa, concatenando melhor os prazos para disponibilizar os resultados de censos que subsidiam o cálculo de índices e os prazos de cobrança quanto à apuração;

• Desenvolver os mecanismos existentes de comunicação com os usuários no sentido de propiciar a avaliação do nível de satisfação dos usuários e a mensuração da dimensão da demanda qualificada que não é atendida pelo programa;

• Ampliar e sistematizar iniciativas voltadas para a avaliação dos impactos sobre o desenvolvimento do País, decorrentes da ação governamental na formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa.

# NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE

## OBJETIVO

Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais na solução de problemas nacionais.

## PÚBLICO-ALVO

Governo, comunidade científica e setor produtivo nacional.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 256.547.132,00 | Empenho Liquidado: | R$ 235.310.423,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 235.310.423,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 820
**Índice previsto ao final do PPA:** 190

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A definição dos indicadores de impacto do PNAE foi revista por um Grupo de Trabalho específico, e uma proposta de novas definições será encaminhada para o PPA 2008-2011. Em especial, será proposto um novo indicador de domínio tecnológico, envolvendo um conjunto de tecnologias consideradas críticas e seu grau de desenvolvimento no País, em substituição ao atual indicador Número-Índice de Tecnologias Geradas no Âmbito do Programa.

### 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 37,35
**Índice previsto ao final do PPA:** 30

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice reflete as contratações referentes aos satélites CBERS-2B, 3 e 4, além da Plataforma Multimissão (PMM), que reúne todos os equipamentos que desempenham

funções necessárias à sobrevivência de um satélite e ao aumento da capacitação da indústria nacional, que pôde absorver novos contratos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Os sistemas espaciais são, atualmente, essenciais não apenas na obtenção de informações sobre a Terra, como também na viabilização de aplicações e serviços decorrentes dessas informações. No caso brasileiro, as características territoriais e geopolíticas do País tornam a tecnologia espacial a única alternativa viável para o atendimento de necessidades nacionais como as telecomunicações, o levantamento e a prospecção de recursos naturais, o acompanhamento de alterações no meio ambiente e a vigilância das fronteiras.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Conclusão da Missão Centenário, com o vôo do astronauta brasileiro, em março de 2006, levando à Estação Espacial Internacional oito experimentos selecionados pela Academia Brasileira de Ciências para operarem em ambiente de microgravidade;

- Conclusão da montagem, integração e testes elétricos do CBERS 2B e continuação do desenvolvimento de 12 subsistemas e equipamentos dos CBERS 3 e 4;

- Lançamento do foguete de sondagem VSB-30 V03, portando uma carga útil com experimentos em microgravidade (TEXUS 43) da Agência Espacial Européia, no Centro de Lançamento de Esrange, na Suécia;

- Conclusão dos modelos de qualificação dos subsistemas contratados na indústria nacional para a Plataforma Multimissão (PMM);

- Conclusão de 70% da implantação do Banco de Testes para motores de até 20 kN e 30% do projeto do foguete a mono-estágio a propelente líquido;

- Conclusão dos testes do protótipo de propulsor iônico com catodo oco (PROPEL);

- Início da implementação das recomendações decorrentes da revisão crítica do VLS-1, realizada com assessoria russa, compreendendo, entre outras, modificações no projeto de engenharia do VLS-1 e adoção de nova metodologia de testes e ensaios, que estabelece a utilização de uma Maquete de Integração Radioelétrica (MIR) para ensaio e realização de dois vôos testes.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os principais resultados alcançados do PNAE para 2006 foram considerados satisfatórios e dentro do esperado, apesar de inúmeros obstáculos constatados durante o desenvolvimento e confirmados durante o processo de avaliação. O Programa conta com um sistema de monitoramento baseado em reuniões trimestrais de acompanhamento das ações com os coordenadores de ação, visitas técnicas trimestrais às instalações, relatórios mensais de acompanhamento de metas, relatórios mensais lançados no SigMCT.

As metas físicas foram, em geral, cumpridas, exceto por aquelas relativas a atividades de desenvolvimento tecnológico, associadas a satélites e veículos lançadores, cujos produtos têm períodos de desenvolvimento superior a um ano. A execução orçamentária atingiu alto percentual do total autorizado para execução. Apesar de ter logrado obtenção de crédito extraordinário para o vôo do astronauta, não foi possível obter créditos adicionais para outras ações com potenciais de grande impacto, sem que houvesse a necessidade de oferecimento de outros recursos do Programa para compensação.

A descontinuidade do fluxo de recursos e a tardia aprovação da LOA-2006 provocaram inscrições em restos a pagar, para 2007, da ordem de mais de 30% do valor total do orçamento aprovado para 2006. Adicionalmente, a insuficiência e irregular liberação de recursos orçamentários e financeiros implicou também em aumento de riscos de operação e obsolescência das instalações e meios, voltados para ensaios, testes e controle de satélites por falta de atualização de equipamentos de ensaio e teste, que muitas vezes não têm mais peças de reposição no mercado.

Os laboratórios de integração de foguetes do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) estão interditados por problemas estruturais, necessitando de urgente manutenção. No tocante aos recursos humanos do Programa, há ainda a carência de quadro próprio de funcionários e de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) na Agência Espacial Brasileira.

Nas equipes executoras, há necessidade de realizar contratações para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) para reposição de especialistas. Com relação às aquisições, a centralização das procuradorias jurídicas do INPE e Centro Técnico Aeroespacial (CTA) em um único Núcleo de Assuntos Jurídicos em São José dos Campos provocou atrasos nas análises de processos de licitação. Registre-se a dificuldade de importação de alguns componentes de uso restrito previstos para os satélites CBERS 3 e 4, que não obtiveram licença de exportação por parte do Departamento de Estado Norte-americano.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Agência Espacial Brasileira (AEB) tem buscado desenvolver metodologia de avaliação quanto à aderência das ações às políticas e às diretrizes do Programa Espacial, como também o nível de inter-relacionamento de contribuição e dependência entre as ações do Programa. Os resultados da avaliação serão apresentados ao Conselho Superior da AEB - instância de participação social - para aprimoramento da execução das ações do Programa.

Cabe ressaltar que os temas raça, criança e juventude estão contemplados no âmbito do Programa. A Ação 3704 - Complementação da Infra-estrutura Geral do Centro de

Lançamento de Alcântara inclui, na sua concepção, a problemática das comunidades quilombolas residentes na região de Alcântara (MA).

No âmbito da ação de Gestão do Programa, em parceria com outros órgãos governamentais, é desenvolvido o Programa AEB-Escola, que, além da popularização das atividades do Programa Espacial Brasileiro, busca despertar nos jovens e nas crianças em idade escolar a criatividade e o interesse pela ciência e tecnologia, incentivando a vocação de futuros pesquisadores, técnicos e empreendedores do País.

**RECOMENDAÇÕES**

- Revisar as fontes de receita do Fundo Espacial, executado pela Unidade Orçamentária 24901do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);

- Definir indicadores de impacto para o PPA 2008-2011, em especial, propor um novo indicador de domínio tecnológico, envolvendo um conjunto de tecnologias consideradas críticas e seu grau de desenvolvimento no País;

- Definir indicadores de eficácia e eficiência das ações do PNAE;

- Incentivar a participação orçamentária de outros Ministérios, empresas públicas e mesmo privadas por meio das parcerias público privadas (PPPs), por exemplo, para o financiamento do Programa, considerando o caráter multissetorial e transversal do PNAE, que produz informações e aplicações de largo espectro de utilização por diversos órgãos governamentais e pela iniciativa privada;

- Definir produtos, metas e unidades de medida para algumas das atividades do PNAE, em especial, o desenvolvimento de veículos lançadores, de satélites científicos, de satélites de observação da Terra, ou geoestacionários, que tem como meta o fornecimento de produtos cujo período de desenvolvimento ultrapassa um ano;

- Reforçar a implementação do Comitê Gestor do Programa de modo a garantir melhor gestão dos recursos e dos obstáculos;

- Melhorar a articulação com órgãos de fomento, tais como CAPES e CNPq, de modo a criar novas competências e ampliar a massa crítica em áreas estratégicas do PNAE;

- Desenvolver e implantar um Sistema de Informação Gerencial para o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE);

- Elaborar um plano de ação para a implementação da Política Industrial do Setor Espacial;

- Revisar índices de indicadores que apresentam resultados acima do previsto;

- Envidar esforços para a recomposição do quadro de pessoal dos órgãos executores, criação do quadro da AEB e reavaliação dos planos de carreira dos especialistas da área espacial.

# NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES

## OBJETIVO

Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear, desenvolver tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

## PÚBLICO-ALVO

Instalações nucleares e radioativas, comunidade científica, setor produtivo e sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 813.046.588,00 | Empenho Liquidado: | R$ 789.103.175,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 789.103.175,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DO CICLO COMBUSTÍVEL NUCLEAR COM PROCESSO DE PRODUÇÃO NACIONAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 60,80
**Índice previsto ao final do PPA:** 76,20

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O percentual relativo a 2003, ano-base do PPA, foi, inicialmente, estabelecido de acordo com a previsão de enriquecimento de 1.000 UTS (unidade de medida da capacidade de enriquecimento). No entanto, o índice foi revisto e adequado aos investimentos realizados, que não permitiram a evolução esperada do processo e o cumprimento da meta original.

### 2. NÚMERO-ÍNDICE DE TECNOLOGIAS GERADAS NA ÁREA NUCLEAR

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 134,60
**Índice previsto ao final do PPA:** 104

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

**3. NÚMERO-ÍNDICE DE PACIENTES ATENDIDOS COM PRODUTOS E TÉCNICAS NUCLEARES**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 137,60
**Índice previsto ao final do PPA:** 122

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006. O número de pacientes atendidos com produtos e técnicas nucleares é calculado com base no consumo dos serviços de medicina nuclear. O índice alcançado reflete o crescimento da demanda da área de medicina nuclear do País.

**4. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA PESADA COM APOIO DO PROGRAMA**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 234,50
**Índice previsto ao final do PPA**: 123

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Há uma ampla gama de aplicações nucleares nas áreas de energia, indústria, saúde, meio ambiente, agricultura e recursos hídricos, que demandam, continuamente, novos e melhores produtos e serviços que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

Com relação à demanda crescente por radioisótopos e radiofármacos na área médica, o Programa busca otimizar seu atendimento, de modo a universalizar o acesso aos benefícios da moderna medicina nuclear à população brasileira.

Quanto à geração de energia elétrica frente à escassez de petróleo e aos problemas de abastecimento de gás, a energia nuclear já começa a ser vista como a solução mais racional e ecologicamente correta por sua baixa emissão de dióxido de carbono ($CO_2$) na atmosfera. É nesse contexto que se insere a retomada de Angra 3.

Com a marca de 50 anos sem acidentes graves nas usinas do Ocidente e de 20 anos sem acidentes graves em todo o mundo, deve-se assegurar a continuidade dos esforços de proteção do trabalhador, da população e do meio ambiente, principalmente, no tocante ao armazenamento seguro dos rejeitos radioativos em um horizonte de longo prazo.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Em maio de 2006, foi inaugurada a 1ª Cascata de Ultracentrífugas da Unidade de Enriquecimento de Urânio em Resende, nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), marco importante para o início da produção, em escala industrial, de combustíveis para usinas nucleares. Tal iniciativa faz parte da estratégia de criar capacidade industrial para suprir as futuras expansões da geração núcleo-elétrica com um produto de alto valor agregado, além de dotar o País de autonomia tecnológica e industrial no fornecimento de combustível para as usinas nucleares Angra 1 e 2;

• Com relação ao atendimento da demanda nacional por radiofármacos, em 2006, foram realizados aproximadamente três milhões de procedimentos médicos com radioisótopos e radiofármacos produzidos nos Institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), representando um aumento de cerca de 36% em relação a 2003, primeiro ano da atual gestão. Considerando a previsão de crescimento dessa demanda e visando a um atendimento mais eficiente nas regiões do Brasil, encontram-se em andamento as construções de novas unidades produtoras de radioisótopos de meia-vida curta em Minas Gerais e em Pernambuco, o que permitirá a ampliação da produção de radioisótopos e radiofármacos para diagnóstico e terapia de várias doenças;

• Com relação à fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP) concluiu com êxito a fabricação dos blocos que formarão o casco da plataforma semi-submersível P-51 da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), primeira cujo casco será inteiramente fabricado no Brasil. Além disso, deu continuidade à fabricação dos dois geradores de vapor de substituição de Angra 1 e concluiu a absorção da tecnologia deste equipamento;

• Investimentos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para a modernização das diretrizes normativas e dos sistemas de licenciamento e controle de instalações nucleares e radiativas, com foco em inovações tecnológicas voltadas ao aprimoramento da segurança nuclear, em conformidade com os padrões internacionais estabelecidos pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

De modo geral, o Programa obteve resultados satisfatórios, tanto no que diz respeito às metas financeiras, quanto às físicas. As metas físicas das Ações do Programa tiveram índices compatíveis com os previstos para o exercício, de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006.

Cabe destacar a qualidade da coordenação do Programa pela integração entre a gerência do Programa e os coordenadores de ação, viabilizada pelo Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Ciência e Tecnologia (SigMCT), mecanismos internos de acompanhamento e reuniões de trabalho.

Quanto aos mecanismos de monitoramento e avaliação, foram utilizados sistemas internos específicos para acompanhamento da execução física e financeira de suas ações.

Adicionalmente, para as Unidades da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), existe o módulo de execução física do Sistema do Plano de Trabalho Institucional (SIPLAT), com a finalidade de acompanhar trimestralmente a execução física dos resultados previstos em cada Ação do Plano Plurianual (PPA), dos Planos Internos da CNEN e seus projetos e atividades, bem como sua compatibilidade com os recursos alocados.

Os índices alcançados pelos indicadores do Programa, bem como os valores apurados para os produtos das ações, estão coerentes com as metas estabelecidas na formulação do PPA 2004-2007 e mostram que os resultados alcançados estão de acordo com o previsto para o exercício. Não obstante, os recursos de custeio para o exercício de 2006 não foram suficientes para a aquisição dos bens e serviços necessários à execução das atividades finalísticas planejadas para o período. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada e a demora em dar sanção à LOA prejudicou a execução do cronograma das atividades programadas para o exercício. Ainda foi registrada a limitação de recursos para investimento em espaço físico, modernização de mobiliário, equipamentos de informática, sistemas de informação e espaço físico. O setor nuclear se destaca na área de pesquisa e desenvolvimento pelo alto volume de ativos fixos e equipamentos, os quais começam a dar sinais de obsolescência ou de não atender a crescente demanda. Quanto aos recursos humanos, há a necessidade de novos concursos públicos para atender à crescente demanda administrativo-técnica, principalmente, para a área de Segurança Nuclear e Radioproteção.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social através de audiências públicas, mecanismo adotado pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), como parte do processo de licenciamento ambiental, o que têm melhorado a percepção da sociedade sobre a atuação institucional. Além disso, anualmente, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) realiza pesquisa de satisfação dos clientes visando a abordar questões relacionadas a prazo de entrega, qualidade, pontualidade, etc. Os resultados alcançados são utilizados para o aprimoramento e desenvolvimento de produtos, processos e logística.

Com relação às boas práticas na administração pública, os institutos da CNEN têm concorrido aos prêmios de qualidade junto à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI), além de participar do Prêmio Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de Inovação, entre outros concursos internacionais e regionais. Na área de produção de radiofármacos, possui ISO 9001:2000. Os institutos realizam planos de trabalho anuais que priorizam os projetos e atividades em cada exercício.

**RECOMENDAÇÕES**

- Manter as negociações entre os órgãos da área nuclear para a reformulação do Programa Nuclear Brasileiro (PNB), de forma a ampliar as iniciativas no setor de energia e nas demais aplicações tecnológicas;

- Explicitar o público-alvo em função das segmentações do Programa, sua localização (regionalização) e suas características sócio-econômicas;

- Elaborar as ações de pesquisa e desenvolvimento conforme os objetivos do Programa;

- Criar indicadores que expressem os resultados do Programa quanto à regulação do setor nuclear;

- Adequar os produtos às respectivas ações, visto que o produto de algumas ações não está bem caracterizado e não expressa de forma adequada o resultado final;

- Considerar na elaboração do orçamento do Programa o aumento das atividades nucleares nestes últimos anos, entre as quais podemos destacar a conclusão de Angra 2, a retomada prevista da construção de Angra 3, o início da exploração da mina de urânio de Caetité na Bahia e as novas plantas de fabricação de elementos combustíveis, localizadas em Resende. Ainda há o crescimento da produção de radioisótopos e radiofármacos para fins médicos, à taxa aproximada de 10% ao ano, bem como a expansão ocorrida na utilização de inúmeras técnicas nucleares aplicadas nos campos da indústria, meio ambiente, agricultura e saúde;

- Acompanhar a aprovação do Decreto que regulamenta o regime de sobreaviso para atendimento de emergências radiológicas e nucleares;

- Atender às necessidades relacionadas aos recursos humanos tanto no que diz respeito ao quantitativo de integrantes da equipe gerencial e das equipes executoras quanto de sua capacitação;

- Redimensionar indicadores que apresentam resultados de índices apurados acima do previsto.

# PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

## OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores.

## PÚBLICO-ALVO

Instituições de pesquisa, universidades e empresas nacionais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 605.213.521,00 | Empenho Liquidado: | R$ 587.842.361,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 587.842.361,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DOS PESQUISADORES DAS UNIDADES DE PESQUISA DO MCT

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 1,57
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,44

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

### 2. NÚMERO-ÍNDICE DE ARTIGOS PUBLICADOS POR PESQUISADORES BRASILEIROS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS INDEXADOS NO ISI

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 144,70
**Índice previsto ao final do PPA:** 140

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

**3. NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA QUALIFICADAS COMO USUÁRIAS DA REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 276
**Índice previsto ao final do PPA:** 255

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Índice previsto ao final do PPA já ultrapassado em 2006.

**4. TAXA DE PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DOS PESQUISADORES APOIADOS PELO PROGRAMA**

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 110

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Para o cálculo deste indicador são utilizadas duas bases de dados distintas:

a) base de Currículos Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
b) base dos pesquisadores e doutores cadastrados nos censos do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP/CNPq).

As bases do DGP/CNPq são coletadas a cada dois anos e a última disponível é a de 2004. O Censo 2006 teve sua coleta encerrada no mês de dezembro e o CNPq está na etapa inicial dos procedimentos de limpeza e validação da base para, depois, iniciar a etapa de cruzamento com outras bases utilizadas no DGP, como, por exemplo, a base de Currículos Lattes. Após essas etapas, inicia-se a fase de tabulação dos dados e carga dos sistemas para a obtenção dos resultados. Com base no exposto acima, não é possível, neste momento, fazer cálculos atualizados deste indicador, pois dependem dos resultados do Censo 2006 do DGP para serem atualizados.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As inovações são fruto, principalmente, dos investimentos que o governo e o setor empresarial dedicam à ciência e à tecnologia. Países como o Brasil, em condições altamente favoráveis para alcançar as nações mais desenvolvidas social e economicamente, necessitam de investimentos em C&T proporcionalmente mais elevados e em setores estrategicamente selecionados, sem se esquecer da livre criação de conhecimento, responsável pela produção de tecnologia. A pesquisa em áreas situadas na chamada fronteira do conhecimento deve ser uma das grandes prioridades da ação governamental por meio do fomento direto às instituições de pesquisa e do estímulo ao envolvimento do setor empresarial nesta tarefa.

O Brasil avançou bastante nesta área nos últimos anos, principalmente, na integração entre instituições de pesquisa e destas com o setor empresarial, mas muito ainda precisa ser feito. O sistema nacional de ciência e tecnologia precisa ainda ser consolidado e seguir em

processo de expansão qualitativa e quantitativa visando a atender às necessidades do País no enfrentamento da globalização e das questões internas que afligem a população.

As grandes questões que preocupam o País, tais como saúde, educação, saneamento, transporte e meio ambiente e desequilíbrio regional são complexas e as soluções dependem de medidas políticas e de conhecimentos e técnicas apropriadas. Os investimentos a serem feitos por meio deste Programa têm como finalidade apoiar o aumento da produtividade científica e tecnológica, a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, a inclusão de pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social, bem como a organização e a consolidação de novos grupos e/ou grupos emergentes de pesquisa, o crescimento e o fortalecimento da infra-estrutura para pesquisa, em especial, nas instituições vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A desconcentração da atividade de pesquisa, visando a evitar a ampliação dos desequilíbrios regionais verificados no País, e os aspectos relacionados com a melhoria da qualidade de vida da população, nortearão os critérios de seleção de prioridades neste Programa, observando-se a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, Objetivos Setoriais e Diretrizes estabelecidos pelo MCT no PPA.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Implantação dos Planos Diretores das Unidades de Pesquisa (UPs) do MCT, elaborados com base nos respectivos Planos Estratégicos de 2005. Os dados desses Planos foram inseridos nos Termos de Compromisso de Gestão assinados pelos Diretores das UPs com o Ministro da Ciência e Tecnologia no início do ano;
- Ampliação do atendimento da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa;
- Incremento no número de artigos científicos publicados no Brasil e no exterior;
- Aumento no número de processos técnicos e registros de patentes pelas UPs;
- Lançamento de dez editais pelo CNPq, que permitiram a aprovação e contratação de 3.112 projetos e 33 chamadas públicas pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com recursos de diversos fundos setoriais, com destaque para as ações transversais e o CT - Amazônia, permitindo, entre outros, recuperar parte da infra-estrutura física das UPs e de outras instituições de pesquisa no País;
- Realização da segunda Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que contou com a participação de 14,15 milhões de alunos, o que representa um aumento de quase 35% em relação ao ano anterior. Participaram todos os Estados, totalizando 32.655 escolas (60,5% do total de escolas) de 5.259 Municípios (94,5% do total de Municípios);

• Atualização da Plataforma Lattes, a base de dados de currículos e instituições das áreas de Ciência e Tecnologia.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A gerência utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) visitas *in loco*, especialmente, no caso das Unidades de Pesquisa;
b) sistemas informatizados, a forma mais utilizada para o acompanhamento das ações relacionadas ao fomento a projetos científicos e tecnológicos, a cargo do CNPq e Finep. As ações de difusão e disseminação do conhecimento científico e tecnológico tem seu acompanhamento feito pela Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP/MCT) por meio do SIAFI e de Relatórios das Unidades;
c) relatórios de Termos de Compromisso de Gestão (TCGs), no caso das UPs, e de Contratos de Gestão, no caso das Organizações Sociais. Em ambos os casos, o acompanhamento é feito em meados de cada ano e a avaliação no primeiro trimestre de cada ano;
d) todas as ações têm acompanhamento através do Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT), que alimenta o SIGPlan. As metas físicas das ações foram em grande parte alcançadas, em que pesem as dificuldades de liberação de recursos concentrada nos últimos meses do ano e *deficit* de pessoal.

A maior parte dos recursos orçamentários e financeiros para as Ações do Programa foi liberada nos últimos meses (e até mesmo dias) do ano, prejudicando drasticamente algumas delas. Os índices alcançados de execução orçamentária (97%) e despesas liquidadas e pagas (perto de 80%) do Programa refletem uma enorme dose de trabalho e sacrifício das equipes envolvidas em grande parte de suas ações.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários é baixo. Os orçamentos das 13 UPs têm sido totalmente insuficientes para a sua manutenção básica, fazendo com que as suas atividades-fim fiquem sujeitas à obtenção de outras fontes de financiamento junto à Finep, ao CNPq e a outras.

Os recursos materiais e a infra-estrutura são adequados para a implementação do Programa, mas há restrições quanto à quantidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras. A equipe gerencial sofreu drástica redução a partir de 2003. Mais grave ainda é a situação das equipes executoras, especialmente, das UPs do MCT, que, além de terem perdido um gigantesco número de servidores nos últimos dez anos, possuem idade média entre 53 e 58 anos em seus quadros, com previsão de aposentadorias em massa nos próximos cinco anos e sem previsão de ocupação das vagas existentes por intermédio de concursos públicos.

Outras restrições são o atraso na liberação de recursos e o comprometimento do financeiro por restos a pagar em muitas das UPs.

O desempenho da execução das duas ações do programa implementadas no Ministério da Defesa (MD) foi muito baixo, quase nulo, e o da ação implementada no Ministério da Integração Nacional (MI) foi um pouco maior. Não foram disponibilizadas informações precisas sobre a alocação de recursos por parte do MD e do MI.

O desempenho da execução das ações implementadas em outras unidades do próprio MCT foi alto. De maneira geral, as informações necessárias foram disponibilizadas, principalmente, no que se refere às UPs do MCT e às organizações sociais. As ações a cargo do CNPq estiveram sempre atualizadas no SigMCT, mas as da Finep tiveram que ser obtidas na página eletrônica da instituição.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Termos de Compromisso de Gestão (TCGs) são aplicados com muito sucesso há cinco anos nas UPs do MCT, os quais abrangem, a partir de 2006, metas levantadas em seus Planos Diretores. Os TCGs constituem variação dos Contratos de Gestão que são assinados com as organizações sociais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Melhorar alguns atributos do Programa e de suas ações, quer sob a ótica de sua concepção, quer sob a ótica do estabelecimento de metas físicas;
- Melhorar a definição de alguns indicadores do Programa;
- Contratar novos funcionários para as UPs do MCT, incluindo pesquisadores, tecnologistas, analistas, técnicos e assistentes;
- Revisar índices de indicadores que apresentam resultados acima do previsto.




# MINISTÉRIO DA CULTURA

Brasil Patrimônio Cultural

Brasil, Som e Imagem

Cultura Afro-Brasileira

Cultura, Educação e Cidadania

Engenho das Artes

Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural

Livro Aberto

Monumenta

Museu Memória e Cidadania

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Cultura (MinC), foram utilizados **R$ 661.165.804,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 787.585.683,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 661.165.804,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 787.585.683,00** | **Total realizado:** | **R$ 661.165.804,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MinC não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 138.694.910,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 117.574.080,00.**

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• A política setorial do MinC para 2006, como nos anos anteriores, teve por base as dimensões da cultura definidas no início do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, a saber:

a) cultura enquanto produção simbólica - foco na valorização da diversidade, das expressões e dos valores culturais;
b) cultura enquanto direito e cidadania - foco nas ações de inclusão social por meio da cultura;
c) cultura enquanto economia - foco na geração de empregos e renda, fortalecimento de cadeias produtivas e regulação. Essas dimensões passaram a nortear as ações do MinC, como tripé para o desenvolvimento das novas políticas culturais sob responsabilidade do órgão;

Por conta disso, a maioria das iniciativas estão voltadas para aspectos relevantes da política governamental, como inclusão social, geração de emprego e renda, ampliação da acessibilidade do cidadão aos bens culturais, implementação de uma cultura de paz e de combate à homofobia, redução das desigualdades raciais e étnicas, democratização do acesso aos mecanismos de cultura digital, dentre outras.

No que diz respeito aos resultados alcançados por áreas, e segmentos culturais acolhidos pelas ações do MinC, destacam-se:

a) no segmento audiovisual (cinema, televisão e jogos eletrônicos) a realização de 10 longas-metragens de baixo orçamento, de 50 curtas-metragens - dos quais 10 de animação e 20 destinados ao público infanto-juvenil -, de 40 filmes de curta duração por meio do Revelando os Brasis, afora o início de 10 projetos de jogos eletrônicos;

b) apoio ao desenvolvimento de sete teses acadêmicas relacionadas com o audiovisual e a conclusão de outros 15 projetos por meio das iniciativas Olhar Brasil, que estimula produções comunitárias, e Documenta Brasil, que produz documentários em parceria com a rede comercial de TV;
c) Quanto ao fomento, à distribuição e à comercialização de obras cinematográficas no País e no exterior, constatou-se o apoio a 43 projetos, que atuaram significativamente na afirmação do produto brasileiro, particularmente em âmbito internacional.

• Os Pontos de Cultura foram responsáveis pela capacitação direta de 2.025 pessoas em diferentes linguagens artísticas. Estima-se que os projetos contemplados por meio do Programa Cultura, Educação e Cidadania têm beneficiado, direta e indiretamente, a cerca de 400 mil pessoas de populações diversas, como as das comunidades rurais, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e as que habitam periferias e favelas. O ano de 2006 terminou com exatos 654 Pontos de Cultura instalados em 262 Municípios brasileiros;

• A área da Memória e Patrimônio Cultural foi responsável por 27% do total dos investimentos finalísticos do órgão, o que retrata sua importância dentro das políticas culturais do Governo Federal. No que concerne a área do Patrimônio Material, destacou-se a efetivação de 103 obras de recuperação de imóveis históricos em pelo menos 72 Municípios de 24 Estados do País;

• No âmbito do Programa Monumenta, registrou-se a conclusão de 31 obras de recuperação em sítios históricos de 15 Municípios. Constatou-se também a concretização de 133 projetos diversos na área patrimonial e a capacitação de 1.730 profissionais em atividades relacionadas com o setor;

• Na área do Patrimônio Imaterial, foram iniciados oito projetos de inventário, dentre os quais os de referências culturais dos povos Mbyá-Guaraní e Porongos, os da cultura regional das regiões do Seridó/Caicó, dos assentados do São Francisco e da Ilha de São Luis. Foram concluídos dois registros definitivos de bens do patrimônio imaterial: a Feira de Caruaru e a Cachoeira do Iauretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri, totalizando nove registros desde a criação da iniciativa;

• No que se relaciona à política de museus, deve-se ressaltar as iniciativas voltadas para formação e capacitação em Museologia, que resultaram em 79 oficinas e 11 seminários/fóruns, com a participação de mais de 4.600 profissionais de 19 Estados brasileiros. O Programa é responsável pelo custeio de 28 museus e três centros culturais da União e apóia, também, instituições sem fins lucrativos que necessitam de recursos públicos para sua sobrevivência. Durante o exercício, também se promoveu a recuperação das estruturas de 38 museus e espaços culturais públicos e privados, totalizando investimentos de R$ 1,5 milhão;

• Na Difusão e Acesso Cultural, a acessibilidade aos bens culturais é premissa para todo e qualquer investimento público em cultura. Foi ampliado o acesso da população brasileira aos benefícios da cultura, particularmente nas áreas de música e artes cênicas. No âmbito da música, destacaram-se: o Projeto Pixinguinha, que promoveu 94 espetáculos em 45 cidades das várias regiões brasileiras, atingindo público aproximado de 41 mil pessoas;

os Concertos Didáticos nas Escolas, que selecionaram 18 grupos, com 160 apresentações em 131 escolas públicas para cerca de 38 mil alunos, a Circulação de Música de Concerto, que garantiu a realização de outros 187 espetáculos em diversos Municípios, além da Pauta Funarte de Música Brasileira, que abriu espaço para 115 artistas ou grupos, totalizando 230 apresentações nas salas da Fundação Nacional de Arte (Funarte) do Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte;

• Nas Artes Cênicas, particularmente nas áreas de teatro e dança, foram premiados 378 projetos, graças às parcerias formalizadas com a Petrobras. As Caravanas de Circulação Nacional apoiaram 72 montagens nesses segmentos, em diferentes pontos do Território Nacional. O Arte sem Barreiras, direcionado para pessoas portadoras de necessidades especiais, selecionou 20 projetos e realizou cinco mostras regionais, envolvendo público aproximado de 400 mil pessoas;

• Nas Artes Circenses, 61 projetos foram contemplados pelo Prêmio de Estímulo ao Circo, apoiando à realização de 30 festivais nas áreas de artes cênicas, artes visuais e música, envolvendo cerca de 950 mil pessoas;

• Na Cultura Afro-Brasileira, o conjunto das ações priorizou o apoio às comunidades remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais, particularmente no que diz respeito à questão fundiária de suas propriedades. Estão identificados, oficialmente, 1.202 agrupamentos quilombolas no País. Atualmente, o governo está analisando processos de regularização de terras que irão beneficiar 500 comunidades de 460 territórios. Deve-se ressaltar o trabalho no acompanhamento e assessoria dos processos de legalização fundiária desses agrupamentos em todo o País. Desses processos, 31 territórios já receberam seus títulos, conferindo a 38 comunidades o direito de posse definitiva sobre a terra. Outros 40 territórios já obtiveram o reconhecimento por parte do governo e aguardam a concretização do processo para os próximos exercícios.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

A estrutura organizacional do MinC apresenta alto grau de especialização e, por conta disso, parcela substancial das programações do órgão fica sob gerência de suas unidades vinculadas e de determinadas secretarias com perfil finalístico. Para melhor entendimento, pode-se dizer que os programas que atendem à memória e ao patrimônio ficam a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); os relacionados com livro e leitura são de responsabilidade da Fundação Biblioteca Nacional (FBN); os que dizem respeito à música e às artes cênicas estão sob gerência da Funarte e assim por diante. Na área do Audiovisual encontram-se as estruturas da Agencia Nacional de Cinema (Ancine), mais voltada para a fiscalização e produção de longas-metragens, e da Secretaria do Audiovisual (SAV), que atua predominantemente no fomento de curtas-metragens, documentários e de ações de inclusão. As questões relacionadas com Cultura Afro-Brasileira têm amparo na Fundação Cultural Palmares e os Pontos de Cultura estão sob gerência da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC).

Embora algumas iniciativas possuam muita transversalidade interna, particularmente as relacionadas com inclusão social e diversidade cultural, acredita-se que essa especialização

organizacional seja necessária, haja vista a existência de grande número de segmentos culturais e de atividades específicas (como fiscalização, regulação e outras) que exigem intervenções particularizadas.

Os maiores problemas detectados pelo órgão ainda dizem respeito à insuficiência de quadros e à conseqüente sobrecarga de trabalho que recai sobre as unidades. Embora tenha havido concurso público recente, o único em 20 anos, muitas unidades convivem com dificuldades para consecução de suas atribuições.

# BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

## OBJETIVO

Preservar e revitalizar o Patrimônio Cultural Brasileiro.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 56.322.089,00 | Empenho Liquidado: | R$ 39.348.562,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 39.348.562,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 65.000.000,00 | R$ 53.798.062,35 | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PRESERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS EDIFICADOS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL TOMBADOS PELA UNIÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,12

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

A taxa não corresponde à realidade, porque até o momento não foi possível, aferir com precisão o número de bens tombados. Durante a elaboração de um novo indicador, a equipe de trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), deparou-se com uma grande dificuldade: a inexistência de informações consolidadas sobre o real estado de conservação do patrimônio material da cultura brasileira. Provisoriamente, ficou decidido usar para elaboração de um indicador as fontes de informação que são atreladas aos produtos necessários à preservação do patrimônio material tombado, tais como as ações de fiscalização, as ações de intervenção no patrimônio para revitalização e conservação, dentre outras.

**2. NÚMERO DE REGISTROS DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 7
**Índice previsto ao final do PPA:** 3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Índice totalmente aplicável, que reflete a realidade. No ano de 2006, a meta física anual da ação era registrar sete bens culturais de natureza imaterial - alvo que foi plenamente alcançado. A meta para o final do Plano Plurianual (PPA) em 2007 (três registros), portanto, foi largamente ultrapassada. No próximo PPA, o valor da meta deverá ser revisto.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O MinC, na área do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico deve atuar com o objetivo de reverter o quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, notadamente os centros históricos, igrejas, monumentos, bens integrados, acervos e bens paisagísticos, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias, geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

Isto requer esforços visando a aprimorar o processo de fiscalização sobre esses bens, e ainda sensibilizar e comprometer a sociedade para, em conjunto com o Estado, possibilitar a permanência desse patrimônio, que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o turismo cultural representa a base de sustentação na diversidade do patrimônio cultural, pelo crescente interesse das pessoas por lugares diferenciados e capazes de enriquecer sua experiência de vida.

A indústria do turismo apresenta grande potencial de geração de emprego e renda para todos os níveis da população, constituindo-se em um dos eixos de fomento definidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a região da América Latina. A organização mundial do turismo prevê um crescimento de 4,8% para o setor nessa região, no período de 1995 a 2020. A preocupação com a proteção do patrimônio cultural brasileiro se volta de um lado, para a preservação da memória nacional e, de outro, para o desenvolvimento local.

A riqueza do patrimônio cultural distribuído por todo o Território Nacional indica um enorme potencial econômico a ser explorado, enquanto opção turística que começa a ser bastante procurada. O trabalho de recuperação do patrimônio gera empregos diretos e indiretos, seja durante a obra ou depois dela estar concluída, em função da possibilidade do incremento do turismo nas localidades, contribuindo para a revitalização dessas cidades beneficiadas e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Foram realizadas 1.773 intervenções em Municípios dos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Alagoas e Mato Grosso do Sul;

• Foram realizadas 9.097 fiscalizações e inspeções técnicas, sem, contudo, se incluir neste número a quantidade de atendimentos ocorridos em todo o Território Nacional. A ação do IPHAN é cotidiana e se estabelece como atividade principal nos 27 escritórios técnicos e no conjunto das 21 superintendências regionais. É importante destacar que a fiscalização, além dos bens arquitetônicos e urbanísticos, ocorre também no conjunto de bens móveis e nos sítios e bens de natureza arqueológica;

• Concluídos 500 processos de licenciamento de pesquisa, além das ações em andamento, aprovadas em exercícios anteriores;

• Estudos/pesquisas desenvolvidos(as) na identificação e inventário de bens: Inventário Nacional de Referências Culturais da Ilha de São Luís (MA), Inventário Nacional de Referências Culturais em Rio de Contas (BA), Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial em Lapa (PR), Inventário Nacional de Referências Culturais no sertão dos Valongos em Porto Belo (SC), Ampliação do Inventário Nacional de Referências Culturais junto aos Mbyá-Guaraní e à População de Porongos em São Miguel das Missões (RS);

• Acompanhamento de projetos aprovados no 1º edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) em João Pessoa (PB), Mapeamento das referências culturais da região do Seridó, no Município de Caicó (RN), Inventário Nacional de Referências Culturais do assentamento da São Francisco (MG) – Fundação Pró-natureza (FUNATURA);

• Efetivados dois Registros do Patrimônio Imaterial: Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos rios Uaupés e Papuri e Feira de Caruaru em Pernambuco;

• Registro de nove bens culturais do Patrimônio Cultural Brasileiro.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são feitos mediante reuniões mensais com os coordenadores de ação para a alimentação de dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), farol de acompanhamento do IPHAN, que acompanha as metas físicas realizadas no período, e mediante relatórios anuais de gestão encaminhados pelas diversas áreas do instituto.

Está em fase de elaboração um sistema para acompanhamento quinzenal da implementação dos projetos desenvolvidos no âmbito de cada ação.

A execução das metas físicas ficou acima de 100% do previsto na LOA 2006, o que significa que os níveis de execução física das ações foram satisfatórios, já que a maioria

ultrapassou as metas físicas previstas. Ações como Acautelamento de Bens de Natureza Material, com execução física de 140%, ou Capacitação de Recursos Humanos na área do Patrimônio Cultural, com execução física de 172%, são exemplos. Poucas ações não atingiram 100% de execução. As menores execuções físicas aconteceram nas ações de Fomento a Projetos na área do patrimônio cultural (79%) e identificação e inventário de bens culturais de natureza material (64%).

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) indicam que o valor dos empenhos atingiu a ordem de 97% dos recursos descentralizados, sendo que 68% foram executados no ano de 2006 e 29% ficaram em restos a pagar. Com isto, ficou inscrito em restos a pagar o valor de R$ 27 milhões (R$ 17 milhões na fonte 100, R$ 8,3 milhões na fonte 118 e R$ 1,7 milhão na fonte 250).

O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A liberação tardia dos recursos, em função da demora na aprovação do Orçamento da União, (apenas em abril), somada à notória carência de funcionários nos quadros do IPHAN, comprometeu a capacidade da instituição licitar com rapidez suas compras e contratar serviços, de modo a evitar a inscrição de valores significativos em restos a pagar. Vale lembrar ainda, que grande parte dos projetos do órgão se referem a obras de restauração e pesquisas, tipos de ação que, por sua natureza, não podem ser aceleradas facilmente.

As ações não-orçamentárias são aquelas cujos recursos são obtidos por meio do mecenato. Embora não constem ainda do PPA, em breve essa situação será alterada.

O IPHAN ainda passa por problemas relacionados ao seu orçamento, tendo em vista a amplitude e diversificação de suas atribuições. As deficiências são inúmeras, em especial ligadas à infra-estrutura logística, como, por exemplo: inadequação dos espaços para funcionamento da administração central e de muitas unidades, insuficiência de veículos adequados para realização das ações de fiscalização e inspeção técnica de bens culturais em área urbana e rural (o patrimônio arqueológico é o que mais sofre com a falta de veículos apropriados), deficiência de equipamentos de informática e de mobiliário, etc.

A infra-estrutura não corresponde às demandas rotineiras e emergenciais necessárias para o cumprimento da missão institucional do IPHAN. Trabalhar em espaço inadequado com equipamentos obsoletos e com carência de mobiliário acarreta ao corpo técnico uma sobrecarga para viabilizar as ações. Os servidores da instituição trabalham em condições insalubres, instalações precárias e falta de espaço.

As unidades do IPHAN não podem prever gastos com ações de aquisição de recursos materiais, muitas vezes indispensáveis para a execução de seus projetos. A demanda deste instituto aumentou após a criação de seis novas superintendências regionais, as quais ainda se encontram em fase de estruturação, e da entrada de 222 novos funcionários mediante concurso público.

Faltam recursos financeiros suficientes para aquisição de novas tecnologias tais como GPS, automóveis adequados, helicóptero, barco, entre outros, que são extremamente úteis às atividades em locais ermos, como os sítios arqueológicos, e à fiscalização de grandes centros urbanos, parques históricos, etc.

As deficiências de equipamentos de informática, de mobiliário e a precariedade das instalações elétricas, telefônicas e outras atrapalham as rotinas de trabalho e, conseqüentemente, a execução das ações. Desta forma, é necessário ampliar e atualizar equipamentos de informática (computadores e servidores), melhorar as instalações elétricas e telefônicas, adquirir móveis, etc, visando a garantir à instituição condições necessárias de funcionamento. Isso ocorre devido aos altos custos de equipamentos e tecnologias avançadas para a área de preservação.

Apesar do concurso público realizado em 2005, ainda há deficiência de funcionários. O IPHAN ficou décadas sem realizar concurso para novos profissionais e, em função dos baixos níveis salariais, a taxa de evasão dos novos funcionários foi altíssima. Além disso, há falta de recursos para capacitação dos funcionários mais antigos, comprometendo o desempenho de suas atividades, numa sociedade em constante evolução tecnológica e científica.

A liberação tardia de recursos prejudicou o planejamento realizado, particularmente no desenvolvimento de projetos (inventário, preservação, identificação, registro, promoção de eventos, etc).

Os restos a pagar de 2005 para 2006, maximizados pelo reduzido quadro de pessoal e pela liberação tardia dos créditos orçamentários, comprometeram os recursos financeiros para o ano corrente.

Em função das eleições e do comprometimento de recursos das prefeituras e governos estaduais em outras prioridades, muitos Estados e Municípios apresentaram as suas prestações de contas sem comprovar o gasto da contrapartida dos convênios firmados com o IPHAN. Há, atualmente, apenas dois funcionários para se ocupar de 69 convênios.

Foram desclassificados seis convênios com prefeituras - inadimplência com o Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) e outros quatro convênios por inadimplência com órgãos federais.

O uso de licitação por menor preço, muitas vezes é inadequado às ações de preservação. Muitas ações do IPHAN pertencem à categoria de serviços de técnicos profissionais especializados (serviços de restauração), para a qual a Lei nº 8.666/93 indica preferencialmente a modalidade concurso para a seleção de fornecedores. Existe ainda a possibilidade de licitações de tipo técnica e preço. Ambas são complexas, exigindo um conhecimento ainda não desenvolvido completamente pela instituição.

Os conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo, se apresentam nos projetos de infra-estrutura que freqüentemente interferem na paisagem e no patrimônio arqueológico, implicando na necessidade de adequação e medidas compensatórias.

Os processos de licenciamento ambiental são morosos pela natureza das pesquisas arqueológicas, que seguem parâmetros científicos, exigem pessoal especializado e prazos compatíveis. A diversidade de situações ligadas à preservação do patrimônio cultural dificulta a elaboração de regras rígidas que possam prescindir de análises específicas.

A interação dos técnicos com a sociedade local e o estabelecimento de parcerias são fatores preponderantes para a execução das ações do Programa. O IPHAN acompanha regularmente a execução dos projetos por intermédio de suas superintendências regionais.

A Ação Preservação dos Acervos Documentais Privados de Presidentes da República não foi implementada. A inexistência de um interlocutor institucional que atue junto aos outros Ministérios dificulta o monitoramento das ações realizadas fora da órbita do IPHAN.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A participação social ocorre mediante a análise de projetos de impacto em área tombada, elaboração de plano diretor e de planos de preservação. As discussões ocorrem no Conselho Setorial de Cultura, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e Conselho Consultivo do IPHAN, formado por autoridades em patrimônio cultural, que orienta as ações de tombamento, registro, etc.

A participação social ajuda a canalizar os investimentos para o desenvolvimento social e para o aprimoramento dos indicadores de qualidade de vida.

**RECOMENDAÇÕES**

- A meta estimada para o final do PPA em 2007 era de três registros. Como já foi ultrapassada, e para evitar no futuro a dupla contagem dos registros realizados, seria conveniente que o descritor do indicador passe a ser: Número de Registros efetivados de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

# BRASIL, SOM E IMAGEM

## OBJETIVO

Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras, e promover a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 68.384.811,00 | Empenho Liquidado: | R$ 58.665.678,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 58.665.678,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 15.000.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL NO MERCADO CINEMATOGRÁFICO DO BRASIL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 11
**Índice previsto ao final do PPA:** 35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O índice alcançado reflete um distanciamento da meta almejada para 2007. Tal situação somente poderá ser revertida com a urgente regulamentação do mercado nacional e a ampliação do parque exibidor, permitindo assim a ampliação do acesso do público ao conteúdo nacional.

### 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA PRODUÇÃO DE OBRAS CINEMATOGRÁFICAS E VIDEOFONOGRÁFICAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 70
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

A Secretaria do Audiovisual (SAV) e a Agência Nacional de Cinema (Ancine) participam da produção das obras audiovisuais por meio dos Editais de Apoio à Produção.

**3. RELAÇÃO PÚBLICO X NÚMERO DE CÓPIAS LANÇADAS DE FILME NACIONAL**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 3.962
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O número de espectadores por cópia sugere um baixo desempenho dos filmes nacionais devido à estrutura de exibição de filmes estrangeiros, cujo mercado está controlado pelos distribuidores norte-americanos.

**4. TAXA DE DISTRIBUIÇÃO DO FILME BRASILEIRO PARA EXIBIÇÃO NO MERCADO NACIONAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 2
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O mercado de exibição e distribuição segue uma lógica definida pelas empresas norte-americanas, que ocupam o circuito com planejamentos anuais priorizando filmes americanos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O acesso da população aos bens culturais do País é de fundamental importância para o fortalecimento da identidade nacional. No caso específico do audiovisual, a atuação reguladora ou mesmo interventora do Estado é indispensável, já que a oligopolização do setor faz com que o produto nacional encontre grandes dificuldades para alcançar o público. Vivemos atualmente um processo de recuperação do mercado para o cinema brasileiro. Os números, entretanto, estão longe dos registrados na década de 70, quando a ocupação do filme brasileiro era de 35,92% do mercado consumidor. Esta tendência foi atropelada por uma série de fatores (defasagem tecnológica, abertura indiscriminada do mercado e ausência de políticas públicas de proteção do setor), que levou o cinema nacional a ocupar em 1992, apenas 0,05% do mercado. A partir de 1995, foi iniciado um processo de recuperação, passando os índices de ocupação de 3,62% para 8,28% em 2000. Em 2003, a taxa de ocupação chegou a 21%.

O principal condicionante positivo do Programa reside na dinâmica do setor audiovisual que tem sido capaz de incorporar as revoluções tecnológicas do campo da eletrônica, informática e telecomunicação nos processos de produção, distribuição, comercialização e exibição, com repercussões substantivas nos marcos de competitividade

de vários ramos industriais envolvidos no processo, sua interação com outros setores produtivos, gerando emprego e renda, bem como sua influência nos padrões de consumo e comportamento. Como condicionante negativo, ressalta-se a força política e econômica das empresas produtoras e distribuidoras nacionais e internacionais, que têm no produto audiovisual o poderio econômico e as vantagens competitivas mais relevantes frente ao produto nacional de qualidade.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

A realização dos projetos estruturantes da SAV como o DOCTV e o Revelando os Brasis, no ano de 2006, foi inviabilizada pelo contingenciamento orçamentário. Ainda assim, foram realizados:

- Os Editais de Fomento à Produção Audiovisual;
- A Programadora Brasil;
- Os Pontos de Difusão Digital;
- O Olhar Brasil (que foi iniciado);

As parcerias externas foram de grande importância para a realização do Documenta Brasil.

O planejamento previsto também sofreu conseqüências provenientes do contingenciamento. Por isso, algumas ações do Programa devem ser transferidas para 2007.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento da gerência sobre o desempenho físico das ações ocorrem mediante reuniões periódicas de avaliação dos trabalhos, entre os técnicos envolvidos no projeto.

O DOCTV, o Revelando os Brasis e o Banco de Documentários da América Latina, além dos festivais e mostras de cinema, são acompanhados com visitas permanentes de técnicos/gerentes da SAV.

Os projetos de produção audiovisual, viabilizados através das leis de incentivo, têm acompanhamento do repasse financeiro, a partir de um programa de conta especial, em parceria com o Banco do Brasil (BB).

A avaliação do desempenho físico das ações tem como base o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). A falta de pessoal técnico qualificado prejudica os processos de acompanhamento, sobrecarregando o quadro de pessoal e impossibilitando um trabalho mais eficiente.

A execução física ficou na faixa de 40% a 80% do previsto na LOA 2006. O cumprimento foi abaixo do previsto devido ao contingenciamento orçamentário.

Os recursos orçamentários foram executados dentro dos limites autorizados pelo órgão, com descontinuidade de fluxo, prejudicando a execução programada. Isto inviabiliza qualquer possibilidade de planejamento, além de prejudicar, sobremaneira, a articulação de parcerias institucionais que potencializem o Programa. Não há ações que tenham recursos de origem não-orçamentária.

A SAV funciona em instalações provisórias, na espera da execução do projeto de restauração das instalações da sede do Ministério da Cultura (MinC). Nestas circunstâncias, qualquer análise referente à infra-estrutura será prejudicada, em decorrência de vivermos uma situação provisória.

A falta de quadros com capacidade executiva faz com que o desempenho deixe a desejar. O Programa de Apoio à Exportação do Conteúdo Audiovisual de TV, desenvolvido em parceria com a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), teve um desempenho positivo, gerando sua ampliação em 2006, trabalhando-se, desta vez, o produto cinematográfico. A parceria com a APEX demonstrou que há boa articulação e parceria entre os órgãos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As ações são desenvolvidas com parcerias não-governamentais e têm resultados bastante positivos. Os projetos centrais da SAV (DOCTV, Revelando os Brasis, Programadora Brasil e Banco de Documentários da América Latina) são executados em parcerias com agentes não-governamentais, potencializando a capilaridade das ações.

A participação social se dá mediante reunião com grupos de interesse, onde as ações desenvolvidas se baseiam na demanda do setor audiovisual, e são identificadas em reuniões com representantes da atividade. O Conselho Consultivo se reúne semestralmente em um fórum onde são avaliadas e discutidas as ações desenvolvidas. Existe, ainda, um outro fórum de consulta: o Conselho Superior de Cinema, instância de discussão das linhas gerais das políticas audiovisuais do MinC. A contribuição da participação social se reflete nos ajustes do Programa e nas indicações para superação das dificuldades. A avaliação da satisfação do beneficiário se faz no Conselho Consultivo da SAV, cujos integrantes trazem para discussão as impressões identificadas em cada um dos setores da atividade audiovisual.

Quanto às boas práticas de gestão, as reuniões internas de avaliação, no âmbito da SAV e do Ministério, considerando as recomendações do Conselho Consultivo, constituem-se em práticas renovadoras do processo de gestão.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações

# CULTURA AFRO-BRASILEIRA

## OBJETIVO

Preservar e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiros.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral, com prioridade para os afro-brasileiros e as afro-brasileiras.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.417.264,00 | Empenho Liquidado: | R$ 10.754.431,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 10.754.431,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

**Unidade de medida:** %
**Último índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Considerando-se que foi criado um novo indicador, o Índice de Atendimento Médio por Região às Demandas de Proteção, sua mensuração deverá estar disponível no final do exercício de 2007.

### 2. NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES E BENS DE NATUREZA MATERIAL E IMATERIAL REGISTRADOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Último índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Considerando-se que foi criado um novo indicador, e Difusão das Manifestações da Cultura Afro-Brasileira, sua mensuração deverá estar disponível no final do exercício de 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As comunidades de tradição africana, especialmente as comunidades remanescentes de quilombos (CRQs), enfrentam problemas tais como: difícil acesso aos bens e aos serviços sociais; ausência de equipamentos sociais e de documentação civil nas comunidades quilombolas para o acesso aos serviços públicos básicos, infra-estrutura precária, baixa escolaridade, desemprego, *deficit* de moradia, baixa renda, mortalidade infantil acentuada, desconhecimento dos seus direitos e dos instrumentos legais de defesa.

Além disso, cerca de 96% de um total de 743 comunidades identificadas ainda não possuem a titulação e o registro de propriedade das terras, nem recursos e incentivos para que desenvolvam uma economia sustentável, notadamente no que se refere à comercialização dos bens por eles produzidos. Estes problemas dizem respeito à invisibilidade nas instâncias formadoras da educação nacional e da opinião pública brasileira, o que resulta na produção de representações negativas ou incompletas do seu papel formador da cultura.

A este quadro de precariedade soma-se o abandono do seu patrimônio material e imaterial, carente de um amplo inventário de ações de preservação de seus bens, de modo a poderem referenciar programas educativos e programas de divulgação. O intercâmbio com países de cultura afro-originária é o que permitirá o acesso dos afro-brasileiros aos acervos históricos, museológicos e culturais destes países, bem como possibilitará o intercâmbio de intelectuais, cientistas e artistas produtores de uma cultura pan-africana.

Quanto à comunidade afro-brasileira em geral, especial preocupação deve ser conferida às crianças e jovens negros(as), em sua maioria pobres, que vivem em comunidades sem infra-estrutura, desprovidas de serviços e equipamentos sociais. Expostos à violência e ao tráfico de entorpecentes, são as maiores vítimas do mundo da marginalização. A discriminação e o preconceito racial existentes, assim como a veiculação de imagem negativa dos(as) afro-brasileiros(as), estigmatiza essa parte da população no Brasil, que tem a segunda maior população de afro-descendentes no mundo.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realização de 18 eventos de intercâmbio cultural com os africanos do continente e da diáspora;
- 1.002 comunidades registradas e/ou certificadas;
- Desenvolvimento de ações de cooperação técnica com órgãos públicos e privados, qualificando e ampliando a atuação da Fundação Cultural Palmares (FCP) no âmbito de sua missão institucional;
- Presença ativa junto às cinco regiões do País mediante ações/projetos desenvolvidos(as) pelo Programa, assegurando maior difusão da cultura afro-brasileira;
- Aumento da colaboração institucional com o Poder Legislativo, mediante a execução de emendas parlamentares ao orçamento federal;

• Ações de fortalecimento da economia, desenvolvimento do associativismo (mediante capacitação das CRQs), e intercâmbio cultural entre as regiões.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Os locais onde se desenvolvem os projetos são visitados pelos funcionários da fundação, para acompanhar a aplicação dos recursos, auxiliar no que é necessário, sanar dúvidas e problemas. O monitoramento físico e financeiro é feito mensalmente pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O Relatório Anual de Gestão permite avaliar o cumprimento das metas, diagnosticar falhas e problemas no que se refere à execução física e financeira das ações da FCP, durante todo o exercício. A avaliação mensal dos resultados é feita a partir do relatório de ações, elaborado pelo Ministério da Cultura (MinC), mediante a utilização de planilha de acompanhamento diário físico-financeiro.

O fluxo de recursos foi prejudicado em sua execução física programada devido à descontinuidade de repasses.

Os recursos humanos nas equipes executoras são numericamente insuficientes, levando ao acúmulo de tarefas e atraso na execução. Nesse exercício, foi realizado um concurso para a FCP, com apenas 12 vagas para nível superior. A quantidade de vagas é insuficiente para a demanda da FCP, mas, ainda assim, impulsionou o desempenho do Programa.

O atraso na liberação dos recursos prejudicou a execução dos projetos. Grande parcela das organizações não-governamentais (ONGs), que solicitam financiamento de projetos, não tem a documentação em dia, ou estão inadimplentes. São poucas as entidades que têm interesse na execução de ações nesta temática.

Quanto às licitações e à celebração de contratos, algumas empresas vencedoras de licitações não cumpriram os prazos de entrega e a qualidade do material entregue, em alguns casos, acarretou maiores custos.

No exercício houve um acréscimo de 46% na disponibilidade orçamentário-financeira, com a transferência de recursos através de destaques do MinC e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), gerando a ampliação, em termos regional e de público, no alcance do objetivo do Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Quanto às parcerias não-governamentais, se faz necessário disponibilizar recursos humanos e infra-estrutura para monitoramento das ações executadas por estes parceiros,

facilitando, corrigindo e avaliando, ao longo do processo, a parceria em si, e não apenas durante a prestação de contas.

Está em funcionamento o Conselho Curador da FCP. A sociedade civil compõe dois terços deste conselho, e o Governo Federal, um terço.

As contribuições da participação social no resultado do Programa ocorrem a partir da correção do curso da gestão. O exercício de escuta colabora para que, na execução de ações do Programa, as especificidades sejam contempladas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Trata-se de programa transversal, que tem por finalidade promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Para tanto, é necessário que sejam divulgadas ações educativas e de referência realizadas para esta grande parcela da população, em conjunto com os outros membros do Executivo;

- No que diz respeito às ações de pagamento de benefícios ao servidor, as metas físicas realizadas ficaram bem abaixo das previstas, com reflexos importantes sobre o custo médio por beneficiário, o que leva à conclusão de que o órgão deve adequar a estimativa de suas metas quando da elaboração da proposta orçamentária.

# CULTURA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

## OBJETIVO

Ampliar e garantir o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural.

## PÚBLICO-ALVO

Agentes culturais (como artistas, produtores, professores, estudantes da educação básica e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão cultural e social), adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social - habitantes de áreas com precária oferta de serviços culturais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 50.977.644,00 | Empenho Liquidado: | R$ 45.621.413,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 45.621.413,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. COEFICIENTE DE ACESSO DE POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA A BENS CULTURAIS E DE ENTRETENIMENTO

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Último índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 20

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Os dados para apuração do indicador acima não estão disponíveis. Em 2006, o Ministério da Cultura (MinC) buscou rever todos os indicadores constantes de seus programas do Plano Plurianual (PPA) e suas formas de mensuração, tendo em vista superar fragilidades e inadequações. No âmbito da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), responsável pela implantação do Programa, a contratação da consultoria, para coordenar e apoiar o desenvolvimento e a aplicação de indicadores, e da Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), além do debate com a Diretoria de Gestão Estratégica (DGE) sobre a construção de indicadores contribuíram para a definição de um indicador-síntese.

Dessa forma, em lugar dos indicadores estabelecidos inicialmente, o Programa vem utilizando como indicador para avaliar seu desempenho o Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura, que deverá tornar-se o indicador-síntese do Programa no PPA. Uma primeira mensuração foi feita em outubro de 2006. Os resultados regionais e nacionais desse indicador (que varia entre 0 e 1) foram: Região Norte - 0,1193, Região Sudeste - 0,1353, Região Sul - 0,1835, Região Centro-Oeste - 0,2560, Região Nordeste - 0,4917 e Brasil - 0,2964.

**2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA PROMOÇÃO DE BENS CULTURAIS E DE ENTRETENIMENTO**

**Unidade de medida:** %
**Último índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Os dados para apuração deste indicador não estão disponíveis. Em 2006, o MinC buscou rever todos os indicadores constantes de seus programas do PPA e suas formas de mensuração, tendo em vista superar fragilidades e inadequações. No âmbito da SPPC, responsável pela implantação do Programa, a contratação da consultoria para coordenar e apoiar o desenvolvimento e aplicação de indicadores, da ALPAC, e o debate com a DGE sobre a construção de indicadores contribuíram para a definição de um indicador-síntese. Dessa forma, em lugar dos indicadores estabelecidos inicialmente, o Programa vem utilizando como indicador para avaliar seu desempenho o Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura, que deverá tornar-se o indicador-síntese do Programa no PPA. Uma primeira mensuração foi realizada em outubro de 2006. Os resultados regionais e nacionais desse indicador (que varia entre 0 e 1) foram: Região Norte - 0,1193, Região Sudeste - 0,1353, Região Sul - 0,1835, Região Centro-Oeste, - 0,2560, Região Nordeste - 0,4917 e Brasil - 0,2964.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As tradições culturais e as artes traduzem modos diferenciados de perceber, sentir e atribuir significados e valores à ampla gama de relações sociais. A apropriação crítica e criativa do diversificado patrimônio cultural brasileiro e dos códigos específicos das linguagens artísticas é, portanto, instrumento de formação do indivíduo, de conhecimento e de transformação da realidade, bem como arcabouço da construção do sentido de pertencimento social. Para tanto, porém, é preciso conhecer, formar gosto e ganhar competência cultural para interpretar e utilizar signos e códigos próprios de tais universos.

Esse processo é demorado e envolve a competência institucional das estruturas sociais, seja da escola, seja dos meios de informação, somada às competências próprias de cada comunidade e de cada indivíduo. Observa-se que a formação dos indivíduos, especialmente daqueles que dependem prioritariamente de agências institucionais públicas

para ter acesso ao patrimônio artístico e cultural, não vem associando os conteúdos escolares às referências culturais e às linguagens artísticas.

Boa parte das crianças, dos adolescentes e dos jovens adultos em situação de vulnerabilidade social se defronta com enormes barreiras simbólicas para usufruir bens culturais mais elaborados, adquirir hábitos culturais e, assim, uma apropriação efetiva da produção cultural da sociedade.

É necessário e urgente, portanto, incidir na formação inicial e continuada de mediadores e formadores, para que tenham competência e prazer em aproximar o patrimônio cultural de adolescentes e jovens adultos, que se encontram à margem dos circuitos mais elaborados da cultura e das artes. Mediadores e formadores podem ser agentes das instituições escolares públicas ou aqueles que integram (ou têm desejo e interesse de integrar) o campo das práticas culturais no meio social.

Também é necessário e urgente fazer da cultura palco para o desenvolvimento de potencialidades profissionais de adolescentes e jovens adultos, seja no campo da produção, seja no da circulação e difusão de bens culturais ligados à memória e à inovação.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Instalação de 654 Pontos de Cultura em 262 Municípios;
- Capacitação de aproximadamente 6.870 pessoas em diferentes linguagens artísticas;
- Primeira edição do Prêmio Cultura Viva, com 1.500 inscritos em 500 Municípios;
- TEIA – Encontro da Cultura, Cidadania, Educação e Economia Solidária, que reuniu cerca de mil representantes da cultura popular brasileira e produtores culturais dos Pontos de Cultura;
- Apresentação de Trabalhos e manifestações artísticas de 600 empreendedores da Economia Solidária.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

No âmbito da gerência, como forma de mecanismo de monitoramento, são realizadas visitas *in loco* pela SPPC, com a participação das representações regionais do MinC, para reunir os dados que compõem a parte técnica da prestação de contas dos projetos. Isso implica monitorar o desempenho físico da Ação 5104 - Instalação e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura. A periodicidade é anual, conforme o mês em que ocorre a prestação de contas de cada projeto. Busca-se gerar, a partir do relatório de visitas padronizado, um banco de dados com as informações coletadas nas visitas realizadas.

O acompanhamento do desempenho físico da referida ação ocorre mediante o Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), sistema corporativo de

acompanhamento de convênios do MinC, que contém principalmente dados relativos à execução dos convênios e permite a elaboração e emissão de relatórios com diversas informações agregadas sobre os Pontos de Cultura. A atualização do SALIC é diária. O Sistema de Acompanhamento das Metas Presidenciais coordenado pela Sub-Chefia de Articulação e Monitoramento da Presidência da República (SAMPR), por sua vez, comporta informações de caráter qualitativo e quantitativo para a governança e o monitoramento das metas. O acompanhamento do desempenho físico da subação Agente Cultura Viva ocorre por meio do sistema informatizado do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE *WEB*), criado e gerenciado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que comporta dados sobre o cadastro das entidades e pagamento de auxílios financeiros aos jovens vinculados ao PNPE, promovendo o acompanhamento diário. O Sistema para o Mapeamento dos Pontos de Cultura (MapSys), com potencial digital detectado para recebimento dos primeiros *kits* multimídia e os respectivos dados, acompanha o desempenho físico de um componente da Ação 2948 - Desenvolvimento de Iniciativas Voltadas para a Inclusão Social por eio da Cultura, relativo à Cultura Digital. Atualmente apresenta informações de 605 Pontos de Cultura, tais como: endereço, responsável e número de computadores e equipamentos multimídia em operação. Sua atualização é mensal, possibilitando que o desempenho físico das ações seja mensalmente atualizado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Em que pese à ampliação do limite orçamentário, negociada no segundo semestre de 2005, os valores constantes da LOA 2006 ficaram aquém da necessidade real do Programa em cerca de R$ 2 bilhões. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Embora o Programa não tenha sofrido contingenciamento significativo em sua execução orçamentária, a instabilidade do fluxo de recursos financeiros produziu impacto negativo na execução dos convênios cujas parcelas estavam programadas para pagamento, gerando um acúmulo de restos a pagar que deverá ser administrado no exercício de 2007. Inscritos em restos a pagar, os valores empenhados no exercício anterior estão sendo pagos em 2007, gerando pressão financeira sobre os recursos do novo exercício.

As ações realizadas em parceria com outras instituições são de alto impacto no Programa e se desenvolvem mediante termos de cooperação com o MTE e o Ministério das Comunicações (MC) constituindo-se elementos centrais na concepção do Programa. As atividades do Agente Cultura Viva foram iniciadas, a partir da parceria com o MTE, beneficiando com 50 mil auxílios financeiros aproximadamente 12.500 jovens cadastrados em 192 Pontos de Cultura selecionados no primeiro edital. Quanto ao termo de cooperação com o MC, Cultura Digital, 63 Pontos de Cultura receberam 63 antenas do Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), das quais 30 foram instaladas, sendo que cinco antenas são de um mesmo projeto Ponto de Cultura Índios *On-line*. A demora na instalação das antenas do GESAC tem constituído um grave problema, pois os *kits* multimídia de Cultura Digital já foram instalados nos Pontos de Cultura, enquanto foi cumprida somente uma pequena parcela do acordo com o MC.

Duas outras atividades de alto impacto no desempenho do Programa são realizadas com recursos não-orçamentários - o Prêmio Cultura Viva e a TEIA. O Prêmio Cultura Viva, idealizado pelo MinC, com patrocínio da Petrobras e sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), tem como objetivo reconhecer, estimular e dar visibilidade às iniciativas culturais de todo o País que valorizem a cultura como meio de consolidação da identidade e de construção da cidadania. A primeira edição do prêmio foi realizada em junho de 2006, e contou com cerca de 1.500 inscrições, alcançando mais de 500 Municípios brasileiros.

A TEIA, com o apoio da Rede Brasil de Produtores Culturais Independentes, do MinC, do MTE , do Serviço Social do Comércio do Estado de São Paulo (SESC-SP), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), do Instituto Paulo Freire, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Museu Afro Brasil, e com o patrocínio da Petrobras, foi um encontro da Cultura, Cidadania, Educação e Economia Solidária. O evento, aberto ao público, aconteceu no Pavilhão da Bienal de São Paulo, nos auditórios do Museu de Arte Moderna (MAM), Museu de Arte Contemporânea (MAC) - no Parque do Ibirapuera - e no SESC Vila Mariana. Seu principal objetivo foi mostrar a cultura nacional que vive e pulsa fora dos grandes centros. Além de apresentar sua diversidade, também contribuiu para reafirmar a identidade cultural brasileira. Nesse contexto, além dos Pontos de Cultura e artistas culturais, os organizadores da TEIA também convidaram fundações e departamentos de responsabilidade social de empresas para que conheçam diversas iniciativas, buscando o estabelecimento de novos vínculos e parcerias.

No que concerne aos recursos humanos, a SPPC apresenta escassez quantitativa, agravada pelo aumento considerável da carga de trabalho e do número de convênios. O quadro em geral é de baixa capacidade técnico-administrativa e não possui especialização na formalização e acompanhamento dos convênios. Os funcionários, na sua maioria, não têm vínculo direto e são consultores e terceirizados.

Embora o Programa não tenha sofrido contingenciamento significativo em sua execução orçamentária, a instabilidade do fluxo de recursos financeiros produziu impacto negativo na execução dos convênios cujas parcelas estavam programadas para pagamento, gerando um acúmulo de restos a pagar que deverá ser administrado no exercício de 2007. Por outro lado, o atraso na liberação de recursos também provocou resultados físicos aquém do previsto nas demais ações.

Houve dificuldades de celebração de convênios na gerência, em função de interpretações diferentes de normas por setores internos do MinC, falta de procedimentos padronizados que facilitem e agilizem o processo de convênios, duplicidade de tarefas, contigenciamento de recursos e equipe reduzida.

O baixo conhecimento da legislação que regula os convênios, e a situação de inadimplência junto aos órgãos ou a entidades da administração pública prejudicaram as entidades proponentes.

A inexistência de norma legal que fundamente especificamente o relacionamento entre o Estado brasileiro e as entidades da sociedade civil com baixo nível de organização/institucionalização prejudica o Programa, que tem por objetivo ampliar e garantir o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais, aos meios de fruição, à produção e à difusão das artes e do patrimônio cultural. Os movimentos populares ou manifestações culturais, cujas tradições são mantidas por segmentos que exploram diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas, recebem recursos em dinheiro e se elegem mediante edital.

O instrumento legal para realizar o repasse é a Instrução Normativa (IN) STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997. No entanto, a prática tem revelado que as exigências formais de execução dos convênios são de difícil cumprimento por parte das entidades selecionadas. Essas entidades, que são o público-alvo do Programa, localizam-se em sua maioria em comunidades excluídas, em áreas de risco social, e não possuem capacidade organizacional para atender as exigências formais da IN nº 01, originando gargalos no desenvolvimento do Programa, principalmente no momento da prestação de contas.

A implementação é descentralizada por meio de convênios. Avaliar o desempenho da execução das ações com recursos descentralizados equivale à verificação dos resultados do Programa como um todo, o que se tem revelado acima da média.

Os entes executores têm prestado informações sempre que solicitados. Além das informações contidas nas prestações de contas formais, têm respondido a pesquisas realizadas pela SPPC e organizações para isso contratadas. A gerência do Programa mantém contato sempre que necessário com os responsáveis pelas entidades executoras das ações.

O Projeto Empreende Cultura: Imagem e Identidade para Arranjos Produtivos Locais (APLs) concretiza a parceria entre o MinC, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Visa a aproximar as ações implantadas pelos Pontos de Cultura às iniciativas de promoção e estímulo a APLs, usando como elemento indutor a criação e o fortalecimento da imagem e identidade cultural de uma região. O projeto trabalha basicamente duas vertentes: capacitação e consultoria. Somam-se a esse projeto as atividades estabelecidas pelo Programa Cultura Viva, coordenado pelo MinC, as atividades de formação e promoção cultural do SESI e as ações voltadas ao incentivo à gestão empresarial, à capacitação empresarial e à dinamização da atividade empresarial, especialmente em APLs, coordenadas pelo IEL. O desempenho é satisfatório na execução das tarefas e no cumprimento das metas propostas. No entanto, a dificuldade de comunicação e de compartilhamento das informações geradas, entre os parceiros e o MinC, impediu que se obtivesse uma avaliação dos resultados mais elaborada. Será feito um novo planejamento das metas e constante monitoramento na execução das tarefas dos parceiros, diante das demandas dos Pontos de Cultura. O acordo de cooperação, assinado em dezembro de 2004 com o PNUD, se encontra em andamento.

A noção de gestão compartilhada e transformadora norteia a concepção e a participação da sociedade na execução do Programa. Ela é conceitualmente constitutiva e se concretiza na participação de representantes de diversos Pontos de Cultura em momentos relevantes da implantação das ações do Programa, como reuniões de planejamento, discussão sobre ações específicas, seleção de novos Pontos de Cultura e, futuramente, concretizar-se-á, também, no Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva.

Além disso, atividades do porte da TEIA se inscrevem em um processo contínuo de desenvolvimento da práxis da participação. A importância de um evento do alcance da TEIA é a interferência direta na conquista do processo da produção cultural do Brasil. Além disso, o evento não foi exclusivamente cultural, pois envolveu a articulação com outras ações no campo da cultura, da economia solidária e da cidadania.

Os resultados da avaliação da satisfação do usuário forneceram subsídios para a reflexão crítica sobre a implantação do Programa, principalmente no aperfeiçoamento das práticas de atendimento e formatação qualitativa dos editais para os próximos exercícios.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O número de espaços culturais instalados/apoiados corresponde a 132,93% de execução física e contempla o número total de Pontos de Cultura previstos para implantação nas 17 Redes de Pontos de Cultura que foram objeto de convênios entre o MinC, Estados e Municípios. Os Pontos de Cultura, Pontões e Redes estão localizados em 262 Municípios distribuídos em todas as Unidades da Federação.

A Ação 2948 - Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura em Áreas Habitadas por Populações de Baixa Renda concentrou-se no desenvolvimento de iniciativas voltadas para a inclusão social por meio da cultura, a partir de oficinas, *workshops*, seminários e pequenos cursos em atividades culturais com destaque para o Agente Cultura Viva e o Cultura Digital. Foi iniciada também a implementação das Ações Griôs - Mestres dos Saberes e Escola Viva.

Estima-se, com base no relatório final da pesquisa quantitativa realizada pela ALPAC, que o público diretamente envolvido com as atividades dos Pontos de Cultura (participantes em oficinas/oficinas dos cursos, membros de grupos artísticos vinculados aos projetos) alcançou cerca de 64.200 pessoas (100 pessoas por Ponto de Cultura). Quanto ao público indiretamente envolvido com as atividades - assistência flutuante de espetáculos produzidos no âmbito dos projetos, membros das comunidades esporadicamente envolvidos com as atividades do projeto, platéias, visitantes, usuários dos aparelhos, freqüentadores dos eventos promovidos pelos Pontos de Cultura, entre outros - estima-se uma presença flutuante de cerca de 321 mil pessoas (500 pessoas por ponto). Assim, temos como público atendido pelos Pontos de Cultura (direta e indiretamente) cerca de 385,2 mil pessoas.

Cabe também destacar que diversos Pontos de Cultura realizam eventos específicos de grande público, como as festas do Coco de Umbigada, em Olinda (PE), que chegam a reunir cerca de 5 mil pessoas. Contudo, como são eventos pontuais, torna-se difícil a análise estatística.

**RECOMENDAÇÕES**

- A inexistência de norma legal consolidada para o Programa Cultura Viva, além de Portaria Ministerial que cria o Programa e editais de divulgação, foi apontada como problema no planejamento estratégico realizado pela SPPC. Deve ser constituído um grupo de trabalho para suprir essa lacuna.

# ENGENHO DAS ARTES

## OBJETIVO

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 150.067.153,00 | Empenho Liquidado: | R$ 107.969.624,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 107.969.624,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO MÉDIO DE ESPECTADORES POR NÚMERO TOTAL DE ESPETÁCULOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELA UNIÃO

**Unidade de medida:** %
**Último índice apurado em 2006:** 1.473
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Considerando-se que o índice começou a ser calculado em 2005, encontram-se a seguir os referidos dados relativos ao indicador: índice apurado em 2005, 2.244, ou seja, 909.044 (total público): 405 (total espetáculos) = 2.244 espectadores; índice apurado em 2006, 1.473, ou seja, 1,4 milhão (total público): 927 (total espetáculos) = 1.473 espectadores.

### 2. NÚMERO DE ESPETÁCULOS APOIADOS POR REGIÃO

**Unidade de medida:** %
**Último índice apurado em 2006:** 185
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Considerando-se que o índice começou a ser apurado em 2005, encontram-se a seguir os referidos dados: índice apurado em 2005, 81, ou seja, 405 (nº de espetáculos): 5 (regiões) = 81 espetáculos apoiados; índice apurado em 2006, 185, ou seja, 927 (nº de espetáculos): 5 (regiões) = 185 espetáculos apoiados.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O desconhecimento da cultura brasileira, e sua influência e diversidade na formação do produto artístico e cultural comprometem a formação crítica, a escolha e, sobretudo, a construção da cidadania e a valorização individual e coletiva. Os problemas detectados nas áreas de música, artes visuais e artes cênicas se referem à educação, à produção e à difusão. Quanto à educação, não há ensino sistemático das artes e da cultura no Brasil, provocando a falta de oportunidade das crianças desenvolverem melhor seu raciocínio, sua expressão corporal, disciplina, capacidade de memorização, dentre outros, dificultando a identificação de talentos e de futuros profissionais artísticos, bem como a formação de platéia.

A reduzida formação artística também impede o estímulo ao desenvolvimento de atividades correlatas, como as de gestão, fabricação e reparação de instrumentos musicais, iluminação, vestuário e outros. Muitos profissionais envolvidos na produção artística não possuem formação específica por carência de oferta de cursos, ocasionando em produções com deficiências técnicas e artísticas. No contexto da produção e difusão, não há sustentabilidade, resultado do custo alto dos espetáculos sem a devida cobertura proveniente da bilheteria. A difusão das artes brasileiras encontra um ambiente pouco informado e formado, o que dificulta a sua compreensão, e causa rejeição e estranhamento, sobretudo, quanto às artes visuais, à música erudita e à ópera. A falta de apoio à difusão das artes brasileiras no exterior impede que a nossa diversidade seja apresentada ao público para conhecimento e apreciação. O que se conhece das artes brasileiras é reduzido frente à dimensão da nossa riqueza cultural.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realização de 54 oficinas nas áreas de teatro, circo e dança, nas várias regiões do País, para capacitação e qualificação de artistas, técnicos e produtores;

- Realização de 18 estudos e pesquisas com a edição de livros, revistas, cadernos e catálogos, objetivando suprir o mercado com publicações essenciais para se compreender a pluralidade e a riqueza da produção cultural do País, com foco nas artes plásticas, na fotografia, no teatro e na música;

- Apoio à realização de 32 festivais, encontros e mostras de artes cênicas, artes visuais e música, nas diversas regiões do País, disseminando a riqueza criativa de nossa arte como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e construção da cidadania, atingindo um público de aproximadamente 981,4 mil pessoas;

• Rede Nacional de Artes Visuais: atuou em 24 cidades brasileiras, realizando 39 ações com a participação de 66 artistas (locais e visitantes) 35 palestrantes (locais e visitantes) e 12 produtores;

• Câmaras Setoriais de Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro: são órgãos colegiados que compõem espaços de diálogo, pactuação e elaboração de políticas de forma compartilhada entre Governo Federal e sociedade civil no campo das artes. Delas sairão as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), de caráter plurianual, norteador dos investimentos públicos no amplo espaço de atuação cultural do Brasil;

• Prêmio Carequinha de Estímulo ao Circo: concessão de 61 prêmios a projetos de artes circenses nas diversas regiões do País;

• Prêmios Fundação Nacional de Arte (Funarte) de Teatro e Dança Myriam Muniz e Klauss Viana: concessão de 378 prêmios atingindo todas as regiões do País, estimulando a demanda e a descentralização cultural, promovendo o intercâmbio, a preservação da memória e a ação social, através da cultura, da educação e da arte. Os prêmios são concedidos em parceria com a Petrobras;

• Caravana de Circulação Nacional de Teatro e Dança: premiados 72 projetos de circulação nacional, com patrocínio da Petrobras;

• Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça: concessão de sete prêmios nas diversas regiões do País;

• Concertos Didáticos nas Escolas: foram selecionados 18 grupos para realizar concertos didáticos nas escolas, que apresentaram 160 concertos em 131 escolas para aproximadamente 37.747 alunos da rede pública de várias regiões do País. A realização deste projeto contou integralmente com recursos de patrocínio da Petrobras;

• Circulação de Música de Concerto: foram concedidos 17 prêmios, com 187 apresentações em salas de espetáculos espalhados por todas as regiões do País, atingindo um público de 33.727 pessoas em salas de espetáculos. A iniciativa busca ampliar o acesso do público a espetáculos, diversificando o mercado de trabalho para o músico erudito, tendo patrocínio da Petrobras;

• Arte Sem Barreiras/Projeto Funarte Além dos Limites: foram concedidos 20 prêmios a artistas com deficiência, visando à profissionalização e à melhoria da qualidade das produções artísticas, possibilitado a circulação nacional dos trabalhos. Foram apresentadas cinco mostras regionais e no Festival Brasileiro Além dos Limites, contando com um público direto de aproximadamente 23 mil pessoas e indireto de 360 mil pessoas, tendo o patrocínio das Loterias da Caixa Econômica Federal (CEF);

• Encenação de cinco espetáculos de teatro russo: intercâmbio cultural Brasil-Rússia - Estação de Teatro Russo. Representantes dos centros teatrais de criação mais importantes da Rússia foram apresentados para o público brasileiro em várias cidades;

• Projeto Pixinguinha: realizados 94 espetáculos musicais em 45 cidades de várias regiões do País, atingindo um público de 40.756 pessoas. O projeto gerou 11.960 postos de trabalho direto e indireto e contribuiu decisivamente para a formação de novas platéias

e ampliação do mercado para músicos e produtores. Os *shows* estão sendo veiculados pela TVE Brasil, em parceria com a Petrobras e secretarias estaduais e municipais de cultura;

• Realizadas 115 atrações com 230 apresentações para um público de 19.335 pessoas no Música Popular Brasileira e formação de platéias nos espaços de música da Funarte, tendo o patrocínio da Petrobras;

• Foram realizados 453 espetáculos de artes cênicas e música nos espaços culturais da Funarte para promover a integração e o desenvolvimento das artes cênicas e da música, proporcionando o surgimento de novos talentos e a formação de platéias. O público atingido foi de aproximadamente 268,2 mil pessoas;

• O aporte de recursos de parcerias por órgãos privados aos principais projetos imputou de forma positiva na execução das ações. A ênfase dos projetos desenvolvidos está voltada para a circulação e democratização do acesso aos produtos culturais, com desconcentração regional, levando os benefícios da ação governamental para comunidades que, até então, estavam à margem do circuito cultural tradicional.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações se faz mediante relatório de acompanhamento destas pelos coordenadores, com periodicidade mensal. O registro de dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é feito pelos coordenadores das ações, com comentários pertinentes e periodicidade mensal. Ressalte-se a necessidade para o próximo PPA da criação de ações não-orçamentárias. A dificuldade no registro de dados é decorrente dos recursos de parcerias firmadas, das quais o aporte de recursos não-orçamentários é decisivo ao cumprimento das metas institucionais. Estas metas não são computadas, sendo apenas mencionadas. Quanto aos relatórios de gestão, a periodicidade é anual.

A execução física das metas do Programa atingiu 80% do que estava previsto na LOA 2006.

As ações provenientes de emendas parlamentares, em decorrência da não liberação de limites orçamentário e financeiro suficientes para atendê-las, foram prejudicadas em relação à sua execução orçamentária no transcorrer do exercício. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada e nem o desenvolvimento das ações, para o que a instituição buscou patrocínio para a devida complementação, assim como outros mecanismos para não comprometer o planejamento.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários foi alto. Alguns projetos do Programa puderam aumentar seu âmbito de atuação graças à existência de parcerias firmadas. Destacam-se as parcerias com a Petrobras, com as secretarias estaduais e municipais de cultura, com as Loterias da CEF, entre outras.

Os recursos executados representam um percentual mínimo em relação ao total do Programa. Estes gastos efetuados concorreram para a consecução dos objetivos das ações finalísticas.

O contingenciamento no orçamento tem dificultado a execução de ações finalísticas, inviabilizando a execução de projetos culturais considerados prioritários para se alcançar minimamente os objetivos contidos na política pretendida para o setor.

A não obtenção de créditos orçamentários adicionais (suplementares, especiais ou extraordinários) também tem dificultado a execução de ações finalísticas.

No que se refere às dificuldades em licitações e celebração de contratos, os objetivos culturais são complexos e específicos, o que dificulta a elaboração dos projetos básicos das licitações, editais, contratos, etc.

Em 2006, não houve recursos descentralizados para este Programa. As ações foram implementadas com êxito. Além disso, a obtenção das informações quanto à execução de ações em outros Ministérios demonstra que foram plenamente atendidas.

Na área de cultura os destaques orçamentários são fundamentais para que as unidades possam cumprir as metas, já que os orçamentos próprios são insuficientes.

Há uma troca permanente de informações entre unidades, o que facilita as discussões sobre o montante dos recursos necessários.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa não realiza parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) para sua execução. O mecanismo que promove a participação social é, entre outros, a audiência pública. A atual gestão enfatizou o diálogo com a sociedade, realizando audiência pública no Congresso Nacional, assim como foram realizadas reuniões com os diversos grupos aos quais as ações são destinadas.

As Câmaras Setoriais para áreas específicas são entendidas como órgãos colegiados que compõem espaços de diálogo, pactuação e elaboração de políticas de forma compartilhada entre Governo Federal e sociedade civil, no campo das artes. Elas deverão elaborar as diretrizes para o PNC - norteador dos investimentos públicos, de caráter plurianual -, atingindo o amplo espaço de atuação cultural do Brasil.

A participação social contribui para melhor definir os problemas, detectar os nós da cadeia produtiva e traçar políticas públicas que desenvolvam o setor.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários, e inexiste uma equipe que estude de forma sistemática os resultados obtidos.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, que poderiam ser reaplicadas na APF, pois trabalha com transparência na aplicação dos recursos, assim como na prática de editais públicos, do diálogo com a sociedade e com os segmentos atendidos. Contudo, vale a pena uma discussão mais pormenorizada sobre o excesso de regulação do Estado, uma vez que regras e regulamentos são necessários, mas é preciso respeitar as especificidades, pois a cultura não é medida somente com parâmetros concretos, já que mantém elos com a imaginação, a criatividade e o inconsciente coletivo.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL

## OBJETIVO

Garantir que os grupos e as redes de produtores culturais, responsáveis pelas manifestações características da diversidade, tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.

## PÚBLICO-ALVO

Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.550.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 4.357.082,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 4.357.082,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA MAPEADAS

**Unidade de medida:** Unidade
**Último índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O Ministério da Cultura (MinC) reconhece a fragilidade e a inadequação dos indicadores de seus programas. O indicador necessário para o acompanhamento deste Programa ainda não foi construído. Foi realizada, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa Informações Básicas Munincipais (MUNIC), publicada em novembro de 2006, que fez o mapeamento dos equipamentos culturais em todos os Municípios da federação. Entretanto, ainda não atende às manifestações culturais que são objetos do Programa. Neste sentido, prevê-se um amplo mapeamento da cultura brasileira e de sua força simbólica, como referência em estatística, pesquisa e estudos sobre a cultura brasileira.

## 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO APOIO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA DIVERSIDADE BRASILEIRA MAPEADAS

**Unidade de medida:** %
**Último índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O MinC reconhece a fragilidade e a inadequação dos indicadores de seus programas. O indicador necessário para o acompanhamento deste Programa ainda não foi construído. Foi realizada em parceria com o IBGE a pesquisa MUNIC - publicada em novembro de 2006 - que fez o mapeamento dos equipamentos culturais em todos os Municípios da federação. No entanto, ainda não atende às manifestações culturais do Programa. Neste sentido, prevê-se um amplo mapeamento da cultura brasileira e de sua força simbólica, como referência em estatística, pesquisa e estudos sobre a cultura brasileira.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A diversidade cultural brasileira, por diversos fatores, corre riscos de empobrecimento. Grupos característicos de nossa diversidade cultural não têm acesso aos mecanismos de fomento à cultura, caracterizando práticas elitistas e/ou preconceituosas que devem ser enfrentadas através de mecanismos positivos de inclusão cultural. Processos homogeneizadores da cultura ameaçam a manutenção e o desenvolvimento pleno da diversidade cultural brasileira, especialmente das manifestações das culturas populares, ocorrendo, até mesmo, riscos de desaparecimento de traços de identidade.

Contemporaneamente, várias características identitárias devem ser valorizadas a saber: de classe ou do mundo do trabalho (identidades de trabalhadores do campo ou da cidade, estudantes, etc); de gênero ou orientação sexual, como o feminismo e os movimentos de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (GLBT); etária, como os idosos, jovens e crianças; étnica, como a afro-descendente, povos indígenas ou descendentes de imigrantes de várias origens.

Dentre outros fatores, a sub-representação desses grupos sociais na produção cultural universal e brasileira provoca a necessidade de apoiar os grupos e as redes de produtores das expressões características da diversidade cultural, sejam elas tradicionais, modernas ou contemporâneas, rurais ou urbanas. O reconhecimento e a valorização das diversas manifestações culturais brasileiras, especialmente as ligadas às culturas populares, devem considerar também as diferentes expressões locais ou regionais - expressões ainda completamente não-reconhecidas e não-valorizadas.

O MinC criou a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural como reconhecimento da necessidade da criação e do aperfeiçoamento de novos mecanismos de apoio à pluralidade cultural característica da identidade cultural brasileira.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realização de oficinas, em 27 Estados, com representantes de instituições públicas e da sociedade civil, visando a estimular o debate no Seminário Nacional;

- II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, realizado em Brasília, no Complexo Cultural da Fundação Nacional de Arte (Funarte), no mês de setembro;

- I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares, realizado em Brasília, no Complexo Cultural Funarte, no mês de setembro;

- 2ª Edição do livro **Seminário de Políticas Públicas para as Culturas Populares** (2 mil exemplares) e edição da **Síntese do II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares**, e suas principais reflexões e propostas;

- Prêmio Cultural Indígena/2006 - Edição Ângelo Creta;

- Edital de Fomento às Expressões Culturais - GLBT 2006;

- Lançamento do livro **Seminário da Diversidade Cultural Brasileira**;

- Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas (Portaria nº 02, de 17 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 19 de janeiro de 2006).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Não existe, no âmbito da gerência, mecanismo de monitoramento do desempenho físico das ações do Programa. A partir de prestação de contas, algumas viagens foram realizadas para averiguação dos resultados no local, mas não são suficientes para monitorar todo o Programa. Foi sugerido, no planejamento estratégico 2007-2010, o acompanhamento pelas Regionais do MinC.

A execução física alcançou 80% do previsto na LOA 2006. Não foi possível aumentar a realização devido ao contingenciamento e ao atraso na aprovação e liberação do Orçamento 2006. Os recursos orçamentários executados foram insuficientes, visto que enquanto o número de pessoas atendidas pelo Programa aumenta a cada ano, os recursos destinados são insuficientes para atender a todos os projetos inscritos nos editais. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Em 2006, por ser um ano eleitoral, a liberação dos recursos ocorreu em maio. As liberações orçamentárias, em respeito à Lei Eleitoral, ocorreram apenas a partir do mês de junho de 2006 o que, sobremaneira, atrapalhou o fluxo.

Foram realizadas ações para atender ao segmento indígena com recursos de origem não-orçamentária, através do Prêmio Culturas Indígenas que atingiu, através da inscrição de 504 projetos, quase a metade da população indígena (350 mil aproximadamente). Os recursos destinados permitiram a articulação nacional, com o intuito de atingir as aldeias. O sucesso desta ação permitiu a continuidade para o ano de 2007.

O Programa necessita de mais gerentes, tendo em vista que o quadro funcional sofreu redução de técnicos e gestores em 2006.

O número de projetos inscritos em cada segmento do Programa cresce a cada ano, enquanto o número de recursos humanos diminui, sobrecarregando o quadro.

O Programa deve ser implementado desde o começo do ano. Com o contingenciamento e a liberação no meio do exercício, o tempo ficou exíguo para administração dos recursos. Além disso, muitos dos proponentes estão inadimplentes com o Ministério, o que dificulta a liberação de orçamento. Existe um custo operacional grande para administrar estes problemas. Em 2006, não houve descentralização no Programa.

Os mecanismos que promovem a participação social, com contribuição que pode ser sentida na valorização das culturas indígenas, culturas populares, GLBT e cigana através da construção de políticas de fomento e difusão são, entre outros: grupos de trabalho setorizados, oficinas preparatórias e seminários regionais, locais e nacionais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# LIVRO ABERTO

## OBJETIVO

Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas, e propiciar a produção e a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 18.656.013,00 | Empenho Liquidado: | R$ 11.693.205,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 11.693.205,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. COEFICIENTE DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

**Unidade de medida:** Unidade
**Último índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 32

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Está sendo estudada uma metodologia de apuração e fonte de dados para este indicador.

### 2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

**Unidade de medida:** %
**Último índice apurado em 2006:** 88,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
De acordo com levantamento realizado, em agosto de 2006, pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNPB) junto com as Coordenadorias das Bibliotecas Públicas Estaduais, há 662 Municípios sem biblioteca. Baseado nos 5.560 Municípios existentes no Brasil, isso significa uma taxa de 12% sem biblioteca. Com a readequação do orçamento e o posterior decreto de contingenciamento, não foi possível adquirir *kits* para instalação de bibliotecas neste exercício.

### 3. ÍNDICE NACIONAL DE LEITURA

**Unidade de medida:** Livro por pessoa.ano
**Último índice apurado:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Está sendo estudada uma metodologia de apuração e fonte de dados para este indicador.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Saber ler é uma exigência e condição sócio-cultural básica para se viver nas sociedades modernas. Uma nação leitora habilita o cidadão para chegar à vida adulta capacitado para ler e entender manuais, embalagens de produtos, instruções de uso, relatórios, poesia, atlas, gráficos, artigos de jornais e todas as demais formas da escrita cotidiana, imprensa ou eletrônica. O sujeito leitor tem mais acesso à informação, maior capacidade crítica e pode exercer plenamente sua cidadania.

Aprender a ler exige um deslocamento da idéia restrita da alfabetização para a idéia ampliada da formação do leitor, como também uma continuidade nas práticas cotidianas formadoras de novos leitores, para dar conta das complexas exigências sociais. A informação é o conjunto das idéias, noções, juízos, argumentos, conhecimentos, pesquisas, debates, sínteses, análises e saberes, que só podem ser criados, consolidados e transmitidos por meio das palavras fixadas na escrita. No Brasil, a grande maioria do povo não tem acesso aos benefícios profissionais, sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar.

A distribuição do livro escolar é democrática e favorece principalmente os pobres, acompanhando de perto a geografia da nossa injustiça social e regional. As livrarias e bibliotecas públicas se concentram nas zonas urbanas de classe média ou nas áreas centrais, e escasseiam vertiginosamente na periferia das cidades e nas áreas rurais.

Quanto aos computadores e ao acesso à Internet, excluída a classe média que se informatiza por conta própria, poucas bibliotecas públicas e escolas oferecem este acesso ao povo.

Além disso, sabe-se que os livros são caros, em comparação com o preço médio internacional, e ainda mais caros, observando-se ao poder aquisitivo da população. O Brasil produz cerca de 2,5 livro *per capita* e destes apenas 0,7 são livros não-didáticos - que constituem a imensa maioria dos livros consumidos em nosso País.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Instalação de 404 bibliotecas com *kits* adquiridos nos exercícios de 2004 e 2005;
- Concessão de cinco bolsas de tradução e publicação de obras de autores brasileiros junto a editoras da Espanha, França e Itália;

• Além do público remoto, em torno de 780 mil acessos por mês, o atendimento ao público leitor/pesquisador foi em torno de 513 mil usuários, *in loco*, na Biblioteca Nacional (BN), Biblioteca Demonstrativa de Brasília (BDB), e Euclides da Cunha Biblioteca e na Casa da Leitura;

• Capacitação de 2.874 profissionais da área do livro e da leitura através de seminários e encontros estaduais de bibliotecas públicas;

• Na área de pesquisa, foram aprovados 19 projetos. Entre os projetos institucionais destaca-se A Família Real no Brasil, comemorações do bicentenário da chegada da Corte no Brasil e Manuscritos Musicais de Jequery;

• Prêmios: o Luis de Camões, instituído pelos governos do Brasil e de Portugal, outorgado ao angolano Luandino Vieira, e o da Fundação Biblioteca Nacional (FBN): romance, contos, poesia, ensaio literário, ensaio social, projeto gráfico e tradução;

• Nos eventos nacionais e internacionais foram realizados, entre outros, na BN: Quarta as Quatro, Café Intercom e Som dos Livros, e as bienais de São Paulo, Porto Alegre e Campos dos Goytacazes, transmitidas ao vivo. Também houve participação na XIX Feira do Livro de Turim, onde foi homenageada a Língua Portuguesa;

• Câmara Setorial do Livro: a FBN promoveu reuniões de discussão sobre as diretrizes políticas para o setor, além da publicação da **Revista do Livro** nº 47 e a **Revista de Cultura Brasileira Contemporânea**;

• Foram produzidas 22 obras entre edições e co-edições como **O Grande Sertão Veredas**, **Xica da Silva** e as revistas **Poesia Sempre com Angola e Moçambique**, **Poesia Árabe e Suécia**.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações ocorrem mediante reuniões periódicas com os responsáveis pelas ações, para apresentação da análise e possível correção da execução, alimentação mensal do Sistema de Informação Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e elaboração de relatório de gestão de acordo com os relatórios mensais e anuais feitos pelos responsáveis e pelos departamentos, a partir de planilhas de acompanhamento físico e financeiro.

As metas físicas tiveram uma execução de aproximadamente 80% do previsto na LOA 2006. Os recursos orçamentários executados foram suficientes, assim como os trabalhos desenvolvidos em parcerias e a interação com outros órgãos. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando de alguma maneira a execução física programada, assim como o cumprimento de algumas metas. O Programa não tem ações das quais os recursos sejam de origem não-orçamentária.

A ação de gestão e administração do Programa foi importante para dar suporte às ações. Os gastos efetuados concorreram para a consecução dos objetivos de ações finalísticas tais como: despesas com deslocamentos para reuniões relacionadas com as ações do Livro

Aberto; suprimento de fundos para pequenas despesas; pagamento dos jurados dos Prêmios da FBN; despesas com as reuniões com o Conselho de Pesquisa; correios e telégrafos.

As equipes executoras carecem de recursos humanos devido à falta de concurso público para seleção de técnicos de nível médio, sendo o quadro funcional bastante deficitário. Em 2006, foi feito concurso público contemplando apenas o quadro de nível superior. A cota limite do contingenciamento orçamentário, efetuada através do Decreto nº 5.780/06, implicou a perda da qualidade do gasto, na reprogramação e na dificuldade para atingir algumas metas.

Face às restrições orçamentárias, o destaque previsto para atender à aquisição de *kit*s para instalação de bibliotecas públicas não foi repassado, inviabilizando a continuidade da ação. Em 2006, não houve recursos descentralizados para este Programa.

Ações executadas em outros Ministérios foram realizadas a contento. A troca de informações entre as unidades administrativas executoras funciona como facilitadora nas discussões sobre o montante dos recursos necessários e a sua distribuição.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa não tem parcerias não-governamentais para a execução de suas ações. A participação social ocorre mediante realização de reuniões e seminários com os grupos de interesse para os quais as ações são destinadas. Destacam-se os encontros regionais do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e o Encontro Nacional do SNBP. As Câmaras Setoriais criadas no âmbito do Ministério da Cultura (MinC) são órgãos colegiados que compõem espaços de diálogos no campo do livro e da leitura. A participação social é fundamental na detecção de problemas e deficiências existentes, que deverão ser solucionadas no estabelecimento das políticas públicas desenvolvidas. A satisfação dos beneficiários do Programa não é mensurada.

**RECOMENDAÇÕES**

- As metas previstas foram cumpridas, em sua maioria de modo satisfatório, graças a parcerias e à interação com outros órgãos. O desempenho do Programa teria sido superior se a liberação do orçamento (cota limite) tivesse sido mais flexível, o que tornou mais difícil o zelo pela qualidade do gasto público. Pelo fato de serem distribuídos *kits* de leitura às bibliotecas públicas, estes devem ser avaliados pelos usuários, para melhoria e diversificação dos títulos a serem adquiridos pelo MinC, considerando-se a diversidade social e regional;

- No que diz respeito às ações Concessão de Bolsa na Área do Livro e da Literatura e Pesquisas na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Acadêmico e Literário, as metas físicas realizadas ficaram bem abaixo das previstas, o que leva à conclusão de que o órgão deve adequar melhor a estimativa de suas metas quando da elaboração da proposta orçamentária.

# MONUMENTA

## OBJETIVO

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade.

## PÚBLICO-ALVO

População dos Municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 71.000.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 56.282.557,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 56.282.557,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE CENTROS HISTÓRICOS CONSERVADOS DE FORMA SUSTENTÁVEL

**Unidade de medida:** %
**Último índice apurado em 2006:** 47,3
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Os fundos de preservação estão implantados nos 26 Municípios conveniados e o programa para capacitação dos gestores locais já está em andamento. Além disso, em 2006, já foram assinados 68 novos contratos para financiamento de imóveis privados, que é o diferencial do Programa, em função do retorno dos recursos provenientes dos financiamentos destes imóveis aos fundos de preservação dos Municípios, sendo uma das fontes mais importantes para a sustentabilidade do Programa.

Considerando-se que as obras de imóveis públicos e privados não estarão concluídas em sua totalidade até 31.12.2007, em função da vigência dos contratos firmados e da existência de processos em fase de licitação, entendemos ser média a viabilidade de alcançar o índice final de 100% em 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O patrimônio histórico urbano (edificações e logradouros) em diversos países vem sofrendo de um mal crônico: bairros ou cidades inteiras foram abandonados quando perderam interesse econômico, seja quanto à sua localização, ou à sua adequação física. Com isso perderam também o valor imobiliário. Paradoxalmente, é esse desinteresse que garantiu que se tenha a preservação de características originais de algumas localidades, evitando-se demolições e a construção de novas edificações mais adequadas à vida contemporânea. Esse mesmo desinteresse resulta, por conseguinte, na degradação progressiva dos imóveis, incentivando a reocupação por parte da população que não dispõe de habitação própria. Tal fato aumenta a depreciação dos valores imobiliários e desestimula a inversão de recursos para a recuperação e conservação. Esse quadro de degradação requer a implementação de políticas e medidas voltadas para o desenvolvimento sustentável, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de oferta turística, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Concluídas 23 obras de restauração do patrimônio histórico, envolvendo monumentos nas cidades de Cachoeira, Congonhas, Goiás, Lençóis, Corumbá, Ouro Preto, São Paulo, São Francisco do Sul, São Cristóvão, Serro, Rio de Janeiro e Mariana, e iniciadas 45 obras em 20 Municípios conveniados;

- Analisados 82 processos de licitação em investimentos integrados;

- Os trabalhos de limpeza dos 12 profetas do Aleijadinho, que compõem o conjunto arquitetônico de Congonhas (MG), foram concluídos;

- O Museu de Congonhas, concebido no âmbito do Monumenta/Ministério da Cultura (MinC), como elemento essencial à sustentabilidade do Projeto Congonhas, será executado com recursos extraprograma. Foram concluídos os projetos executivos e complementares necessários ao início das obras, cujo processo de licitação encontra-se em andamento. Sua implantação será gerenciada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em parceria com a Fundação Cultural da Cidade (FUMCULT);

- A seleção de imóveis privados para restauro foi concluída em todas as cidades do Programa, com um total de 927 propostas no valor de R$ 50,43 milhões. Deste total, 631 proponentes enquadram-se dentro dos valores disponíveis para os editais (R$ 43,25 milhões). Os demais 296 proponentes (R$ 7,18 milhões) ficam na lista de espera, sendo convocados à medida que outros desistam ou tenham reprovadas as análises;

- Foram assinados 68 contratos de financiamento de imóveis privados nas cidades de Cachoeira, Congonhas, Goiás, Iço, Natividade, Porto Alegre, São Francisco do Sul e Serro no valor total de R$ 3,1 milhões;

- Concluídas as obras de recuperação do Clube XXIV de Janeiro, em São Francisco do Sul (SC), e do edifício Riachuelo, em Porto Alegre (RS), com recursos do financiamento de imóveis privados;

• Dando continuidade ao Projeto Circuito de Pousadas Históricas do Brasil em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), que visa a captar parceiros privados para a instalação de uma rede de pousadas históricas no Brasil, foram realizados estudos de viabilidade técnica e financeira dos monumentos: Convento de São Francisco, em Olinda (PE), e Fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim (SC). Durante o Salão de Turismo, realizado em julho na cidade de São Paulo, os estudos foram apresentados com objetivo de divulgar o projeto. Os resultados foram discutidos com um grupo de empresários, concluindo-se que são necessários novos estudos de viabilidade técnica e financeira;

• Ao longo do ano, o Programa ampliou a execução de projetos. Foram selecionados em três convocatórias públicas realizadas em 2005, culminando na contratação de mais de 70 projetos em 2006, beneficiando diretamente mais de 2mil pessoas. As áreas são as de Promoção de Atividades Econômicas e Treinamento e Formação. O envolvimento das parcerias privadas e do terceiro setor, no fomento à preservação das tradições culturais e ao fortalecimento de atividades econômicas nos sítios históricos, foi de importância considerável;

• O Projeto Tapumes do Programa Monumenta instalou, em Porto Alegre, o Tapume da Praça da Alfândega, na ocasião da tradicional Feira do Livro.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O mecanismo de monitoramento da gerência do Programa, no desempenho físico das ações, ocorre mediante reuniões de trabalho entre as coordenações da Unidade Central de Gerenciamento(UCG), realizadas mensalmente e/ou sempre que há necessidade de monitoramento; visitas *in loco* às Unidades Executoras do Projeto (UEPs), nas 26 cidades conveniadas, responsáveis pelo acompanhamento físico. As sub-regionais do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) são responsáveis por atestar *in loco* a qualidade dos serviços executados; Sistemas informatizados, através do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro (SAFF), que atualmente possui 51 usuários, dos quais mais da metade são responsáveis diretos pela alimentação do sistema, e os restantes o utilizam como fonte de informação. Isto contribui de forma consistente na integração das informações geradas entre as diversas áreas do Programa.

O SAFF é composto: pelo patrimônio (departamentos e bens patrimoniais); planejamento - cadastro e Plano Operativo Anual (POA) -; orçamento (dotação orçamentária); contabilidade (plano de contas e eventos contábeis); financeiro (convênios, Unesco, execução direta, plano de trabalho, aditivos, empenho, repasse, prestação de contas, gastos prévios, despesas, adiantamentos, comprovação de gastos); seleção (licitação, contratos, imóveis privados, contrato de imóveis privados); físico (vistorias/medições, tarefas); administração (usuários, permissões, dólar diário, dólar Unesco, dólar POA, fonte de recurso, natureza de despesa, estrutura PRODOC, estrutura POA); relatórios (atualmente, o SAFF emite 40 relatórios divididos entre os módulos existentes).

A execução física do Programa ficou acima de 100% do previsto na LOA 2006. Isto se refere ao estipulado para as ações 5017 - Capacitação de Técnicos na Área do Patrimônio Histórico Urbano e 5538 - Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. Com relação à Ação 5021 - Educação Patrimonial na Área do Monumenta, os recursos financeiros são aplicados na elaboração e no desenvolvimento de projetos em dois componentes do Programa: programas educativos e promoção de atividades econômicas.

Entende-se que o alcance dos resultados das ações vinculadas a estes dois componentes não resulta apenas da aferição dos beneficiários diretos, critério utilizado para a meta física realizada, ou seja, 530 beneficiários diretos em 2006, mas também da população estabelecida nas áreas de projeto das 26 cidades conveniadas, somadas àquelas beneficiadas pelos editais públicos abertos para todos os 82 Municípios com sítios e conjuntos históricos. Porém, tal aferição somente será efetivamente conferida ao final do Programa, quando da realização da pesquisa de opinião prevista, estabelecendo-se comparativo com a realizada ao início do mesmo.

Os 88,8% referentes à meta financeira foram determinados tendo-se em vista o total de créditos suplementares de R$ 10 milhões. Deste total, apenas R$ 4,31 milhões foram liberados, devido à falta de limite orçamentário. Dessa forma, o Programa Monumenta executou 100% da meta financeira efetivamente liberada. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Os recursos financeiros liberados atenderam à demanda prevista.

O desempenho da execução das ações foi médio em função da alta rotatividade das equipes das UEPs, principalmente quando há mudança de governantes. Embora se entenda a importância de um maior estreitamento de relações entre a UCG e as UEPs, com maior número de visitas aos Municípios, grande parte das informações solicitadas são prestadas dentro do prazo.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa ampliou consideravelmente o envolvimento das parcerias não-governamentais na implementação de projetos de fomento à preservação das tradições culturais e do fortalecimento de atividades econômicas nos sítios históricos. Firmou contrato com mais de 70 entidades que requeriam necessariamente contrapartida financeira na ordem de 20% a 50% do valor financiado pelo Programa.

No montante dos projetos, deparou-se com os mais variados graus de profissionalismo, solidez e experiência das instituições participantes, constatando-se níveis diferenciados para a implementação dos projetos. Em geral, as dificuldades se concentraram nos procedimentos administrativos. O instrumento de cooperação requeria controle minucioso da execução do projeto e, conseqüentemente, da prestação de contas dos recursos financiados. Tal exigência implicou a capacitação contínua das instituições envolvidas. A UCG designou equipe própria para instrução e orientação dos parceiros.

O Programa procura encontrar soluções para promover a participação social nas comunidades por meio de reuniões com diversos grupos, visando a mitigar os impactos sociais do Programa nas cidades. Oficinas foram realizadas, visando a levantar demandas comunitárias. Os temas tratados nas oficinas foram, entre outros: definição para a destinação econômica dos bens já restaurados e em fase de conclusão; fortalecimento de grupos locais estabelecidos nas áreas elegíveis pelo Programa e definição quanto ao fomento das atividades turísticas, voltadas à promoção de atividades econômicas. Quanto à satisfação do usuário, está prevista a realização de pesquisa de opinião pública para o final de 2007.

No que diz respeito às boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal (APF), a capacitação sistemática dos funcionários das UEPs responsáveis pela elaboração das prestações de contas, através de visitas dos técnicos da UCG e de trocas de informações via Internet, possibilita maior eficiência e eficácia nesta atividade, tornando mais célere o processo de execução em cada um dos Municípios conveniados. Apesar da norma legal não exigir que os demonstrativos de prestações de contas venham acompanhados de documentos fiscais comprobatórios, essa sistemática é adotada pelo Programa de forma costumeira, com o objetivo de atestar a pertinência dos serviços executados e dos bens e serviços adquiridos. A sistematização das informações no SAFF permite que o Programa atenda, a qualquer tempo, qualquer solicitação, independentemente do nível gerencial envolvido.

**RECOMENDAÇÕES**

- Recomenda-se o estreitamento da relação entre a UCG e as UEPs.

# MUSEU, MEMÓRIA E CIDADANIA

## OBJETIVO

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do País.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 29.904.529,00 | Empenho Liquidado: | R$ 26.956.539,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 26.956.539,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE SUSTENTABILIDADE DE MUSEUS DA UNIÃO

**Unidade de medida:** %
**Último índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito baixa
O indicador foi revisto em 2007 em função de não ter tido eficiência na mensuração dos resultados do Programa.

### 2. RELAÇÃO NÚMERO DE VISITANTES A MUSEUS/NÚMERO DE MUSEUS REVITALIZADOS PELA UNIÃO

**Unidade de medida:** Unidade
**Último índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 315 milhões

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito baixa
O indicador foi revisto em 2007 em função de não ter tido eficiência na mensuração dos resultados do Programa.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O papel dos museus e de instituições de memórias é de fundamental importância para a inclusão social e a valorização do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo efetivamente representativo da diversidade étnica e cultural brasileira. Para cumprir esse papel, o museu deve ser uma instituição a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, dotado de gestão participativa, acolhedora para todos os cidadãos, que investiga, incorpora, conserva, interpreta, educa, expõe, divulga e valoriza os testemunhos da humanidade. A política de museus, de amplitude nacional e gerida pelo Governo Federal, tem como premissa a preservação da memória e a democratização do acesso aos bens culturais nacionais, estaduais e municipais, bem como a valorização da cultura nacional e das identidades culturais existentes nas diversas localidades do País, respeitando as diferenças regionais.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- O ano de 2006 foi instituído como o Ano Nacional de Museus, promovendo a realização de atividades em museus e espaços culturais do País durante todo o ano. Os trabalhos foram orientados pela Política Nacional de Museus (PNM), elaborada no primeiro mandato do atual Presidente da República;

- Realização da quarta edição da Semana de Museus com o tema Museus e o Público Jovem, e da segunda edição do Fórum Nacional de Museus, que contaram com aproximadamente 1.200 eventos comemorativos, envolvendo mais de 450 instituições em todo o País;

- Capacitação de mais de 10 mil profissionais em Museologia, pertencentes a instituições museológicas e entidades afins de todo o País;

- Criação de três cursos de graduação em Museologia, dois em universidades privadas e um na Universidade de Pelotas (UFPel);

- Criação dos cursos de Mestrado em Museologia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNI-RIO) e Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul;

- O Cadastro Nacional de Museus criado pela PNM, que teve o ápice de implementação e execução no exercício de 2006, visa ao mapeamento da realidade dos mais de 2 mil museus, criando assim, uma base unificada com amplitude nacional e uma plataforma de dados sobre os museus brasileiros;

- Quanto aos museus não-vinculados ao Ministério da Cultura (MinC), foi lançado o Edital de Modernização de Museus, de apoio a projetos para aquisição de acervos, equipamentos e material permanente, que atendeu a 37 instituições, distribuídas em todas as regiões do País.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações da gerência se compõe de sistemas informatizados, corporativo e interno do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), denominado de Sistema de Planejamento e Controle de Plano de Ação, no qual são informadas as metas físicas detalhadas em nível de projeto/ação/programa.

As metas físicas de cada projeto apoiado pelo Programa são dimensionadas quando do repasse de recursos e identificadas pelo plano interno representativo de cada projeto. O Setor de Planejamento do IPHAN, ao solicitar abertura de plano interno ao MinC, dá subsídios ao mesmo para confecção do demonstrativo da Execução Física e Financeira por Ações, o qual utiliza para controlar e alimentar o Módulo de Monitoramento e Validação Trimestral do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e, portanto, fazer comparações e ajustes utilizando o próprio Módulo de Monitoramento e Validação Trimestral, o Sistema de Planejamento e Controle de Plano de Ação (disponível diariamente) e os relatórios de gestão internos (a periodicidade pode ser semanal, quinzenal ou mensal, conforme necessidade e solicitação de dirigentes).

O Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN elabora seus relatórios próprios de acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira.

A execução física foi acima do previsto na LOA 2006. Devido ao contingenciamento orçamentário, as metas físicas foram ajustadas para LOA mais Créditos (previsão corrigida) com adequação ao que de fato foi realizado, permitindo a obtenção de um resultado físico e financeiro das ações acima do esperado, de maneira geral, conforme explicitado a seguir: Funcionamento de Museus da União, de 100% e 98,23%; Modernização de Museus de 103,3% e 71,84%; Fomento a Projetos na Área Museológica, de 379,31% e 75,23%; Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos, de 173,68% e 69,36%; Identificação e Inventário de Acervos Museológicos, de 153,99% e 79,53%, e Capacitação de Profissionais de Museus, com 146,83% e 78,46%.

Houve total compatibilidade do fluxo de recursos, tendo em vista que foi possível a liberação de forma a promover o pronto atendimento a necessidades e a demandas.

O Programa não utiliza recursos de origem não-orçamentária. O forte contingenciamento de recursos, só liberados no final do exercício, prejudicou a execução anual, pois diversos projetos tiveram que ser redimensionados e outros não puderam ser atendidos.

Algumas instituições selecionadas para o Edital de Modernização de Museus não puderam receber os recursos estipulados pelo convênio, por estarem inadimplentes ou com irregularidade no Cadastro Único de Convênios (CAUC).

A média geral de execução das ações com recursos descentralizados para as unidades museológicas foi muito satisfatória, ficando em torno de 95%, desconsiderando-se o Edital de Modernização de Museus.

Há adequada comunicação entre os entes executores e a gerência do Programa durante o decorrer do ano, através dos técnicos e dirigentes de cada unidade, além das ferramentas de gerenciamento como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e o SIAFI Gerencial.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa desenvolve uma rede de parcerias, sobretudo por meio do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que abrange museus privados e entidades da sociedade civil ligadas ao setor museológico - Associação Brasileira de Museologia (ABM) e Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

A participação social no Programa ocorre mediante reuniões com grupos de interesse, patrocinadas pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, para discussão, entre outras, das ações da PNM.

Também são realizados fóruns de museus em todas as regiões do País, visando a discutir o andamento e as diretrizes para as políticas públicas no campo museológico, estadual e nacional, fornecendo os subsídios para o acompanhamento da PNM e, em conseqüência, do Programa Museu, Memória e Cidadania.

A participação social foi fundamental para o delineamento das diretrizes e para a definição das ações que deveriam ser realizadas dentro da PNM e do Programa, permitindo que os resultados fossem alcançados dentro de suas possibilidades.

A Formação e Capacitação em Museologia do PNM, atrelada à Ação de Capacitação de Profissionais de Museus, assim como às oficinas realizadas pelo Programa, é avaliada pelos participantes com o objetivo de melhorar a condução dos cursos e, caso necessário, modificar sua trajetória. Desta forma, avalia-se a satisfação do usuário.

O SBM, cuja base de financiamento é o Programa, trabalha com um modelo de gestão balizado em três pilares, que potencializam sua ação, a saber: instrumentos institucionais, que se referem à organização institucional do setor museológico, compreendendo o Programa de governo para o setor e os mecanismos indispensáveis para a execução da PNM, como a criação do Cadastro Nacional de Museus; instrumentos de democratização, que se referem à formação de rede de colaboradores nacionais e internacionais, de modo a incentivar o acesso democrático aos bens culturais, à disseminação de conhecimento, à distribuição democrática dos recursos públicos e à discussão das diretrizes das políticas públicas para o setor museológico; instrumentos de fomento, que dizem respeito aos mecanismos desenvolvidos, de modo a garantir os investimentos necessários para a revitalização dos museus, como os editais públicos de apoio a entidades museológicas.

Esse modelo outorga organicidade à gestão e demonstra que determinadas ações se enquandram em mais de um instrumento. É necessário explicitar que o SBM dispõe de um comitê gestor, composto por entidades governamentais e pela sociedade civil ligada ao setor museológico, configurando-se num instrumento de democratização e estabelecendo mecanismos de comunicação legítimos e próprios para as demandas do campo museológico brasileiro.

**RECOMENDAÇÕES**

- O Programa deve abranger, além dos museus vinculados ao MinC, as ações desenvolvidas por outros Ministérios na área da museologia. Desta forma, o Programa passará a ser multissetorial, permitindo maior integração e transparência entre as ações do campo museológico nos diversos órgãos do Governo Federal, possibilitando explicitar a quantidade e de que forma os recursos estão sendo gastos, e facilitando, inclusive, o seu gerenciamento. Para que isso seja possível, Ministérios que tenham museus em sua estrutura devem incluir as ações do campo museológico, constantes de seus próprios orçamentos, neste Programa.




# MINISTÉRIO DA DEFESA

Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas

Adestramento e Operações Militares da Aeronáutica

Adestramento e Operações Militares da Marinha

Adestramento e Operações Militares do Exército

Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade Civil

Calha Norte

Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas

Controle de Armamentos, Munições e Explosivos

Desenvolvimento da Aviação Civil

Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

Ensino Profissional da Aeronáutica

Ensino Profissional da Marinha

Ensino Profissional do Exército

Mobilização para Defesa Nacional

Proantar

Produção de Material Bélico

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

Recursos do Mar

Segurança da Navegação Aquaviária

Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

Serviço de Saúde das Forças Armadas

Tecnologia de Uso Aeroespacial

Tecnologia de Uso Naval

Tecnologia de Uso Terrestre

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Defesa (MD), foram utilizados **R$ 36.395.290.797,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 39.195.206.392,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 36.285.538.292,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **R$ 748.585.863,90** | **Realizado não-orçamentário:** | **R$ 109.752.505,00** |
| **Total previsto:** | **R$ 39.943.792.255,90** | **Total realizado:** | **R$ 36.395.290.797,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MD não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 2.280.384.977,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 1.103.294.824,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

O Governo Federal tem priorizado a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do País, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

- Programa Calha Norte – a sua abrangência passou de 30%, em 2005, para 32% do Território Nacional, em 2006, em uma região onde habitam oito milhões de pessoas, dentre as quais 30% indígena, devido à inclusão de mais de 43 Municípios carentes, o que elevou o número de localidades assistidas pelo Programa, de 151, em 2005, para 194, em 2006;

Política de Aviação Civil – em março de 2006 foi criada a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que absorveu atribuições do extinto Departamento de Aviação Civil da Aeronáutica (DAC). Esta agência, autarquia de natureza especial vinculada ao MD, aplicou os recursos autorizados para o Programa Desenvolvimento da Aviação Civil na efetivação de ações voltadas para a implementação de atribuições pré-determinadas pelo Governo Federal, bem como para a popularização e disponibilização de políticas públicas de atendimento à população, com a finalidade de orientar, normatizar e fortalecer a aviação civil brasileira, e assim, assegurar o desenvolvimento do setor e permitir o aperfeiçoamento dessa área, de acordo com o cenário mundial e as necessidades de investimentos na infra-estrutura do Sistema Federal de Aviação (SFV);

- Cabe citar as seguintes ações:

a) remotorização do Navio Patrulha Fluvial Pedro Teixeira, com aquisição de dois grupos motor-gerador;
b) construção de 14 Embarcações de Transporte de Tropa;
c) realização de obras de infra-estrutura básica nas áreas de saúde, educação,

saneamento básico, transporte, energia e comunicações;

d) recuperação da pista de pouso do aeródromo de Surucucu (RR);

e) manutenção nas embarcações *ferry boat* Uapés, empurradores Ericó, Maturacá e Carajás, embarcações de Transporte de Tropa (ETT) do Batalhão de Operações Ribeirinhas;

f) manutenção dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) situados em Tiriós (PA), Bonfim (RR), Normandia (RR), Pacaraima (RR), Surucucu (RR), Auaris (RR), Uiramutã (RR), Yauaretê (AM), Querari (AM), São Joaquim (AM), Cucui (AM), Maturacá (AM), Pari-Cachoeira (AM), Palmeira do Javari (AM), Ipiranga (AM), Vila Bittencourt (AM), Estirão do Equador (AM), Epitaciolândia (AC), Assis Brasil (AC), Plácido de Castro (AC) e Príncipe da Beira (RO);

• Infra-estrutura Aeroportuária – os projetos concluídos em 2006 elevaram a capacidade instalada nos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero), para passageiros e carga, sendo os principais:

| Aeroporto | Obra | Investimento R$ milhões | Data de Conclusão |
|---|---|---|---|
| Cuiabá | Ampliação e reforma do terminal de passageiros;<br>Implantação do pátio de cargas;<br>Reforço do pátio de aeronaves. | 61,0 | set/06 |
| Marabá | Recuperação e reforço estrutural das pistas de pouso e decolagem e de táxi aéreo;<br>Reforço e empliação do pátio de estacionamento de aeronaves;<br>Obras complementares. | 18,9 | nov/06 |
| Brasília | Recuperação da pista pouso/ decolagem;<br>Reforço estrutural e rejuvenecimento das pistas de táxi;<br>Construção de pátio de equipamentos de rampa;<br>Obras complementares. | 15 | set/06 |
| Salvador | Regularização e reforço estrutural das pistas de pouso/decolagem e de táxi;<br>Recuperação do pavimento rígido do pátio de aeronaves. | 10,3 | dez/06 |
| Garulhos | Reforma geral de sanitários, copas e vestiários. | 6,8 | dez/06 |
| Foz do Iguaçu | Recapeamento da pista de pouso e decolagem, táxi e anel viário de acesso ao terminal de passageiros. | 3,5 | jan/06 |
| **Total** | | **115,5** | |

Vale ressaltar que diversos investimentos e obras realizados em aeroportos pela Infraero não foram finalizados neste ano, mas continuaram em andamento.

• Ainda, dentro do escopo do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa) por meio de convênio entre a União e o Estado interessado, foram realizadas obras nos aeroportos: Bauru-Novo (SP), Cabo Frio (RJ), Cacoal (RO), Chapadão do Sul (MS), Curitibanos (SC), Manhuaçu (MG), Planalto Serrano (Correia Pinto-SC), Regional Sul (Jaguaruna-SC);

• Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade, profissionalização de 10.697 jovens em cursos ministrados em parceria com entidades da sociedade civil e realização de operações do Projeto Rondon na Amazônia, no Acre (regional), em Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e no Vale do Ribeira (sendo vinte e um Municípios em São Paulo e sete no Paraná), contemplando 90 comunidades, com a participação de cerca de 1.500 universitários rondonistas de diversas instituições de ensino superior de todo o País;

• Em relação à Amazônia foram firmadas parcerias com os Ministérios da Saúde e da Educação, que incentivaram profissionais da área de saúde a prestarem o Serviço Militar na Amazônia, facilitando a implementação de programas de educação continuada a distância e a participação em pesquisas científicas, além de viabilizar programas locais de Residência Médica em Medicina Comunitária e de Médico da Família;

• Recursos do Mar – operação de uma linha de monitoramento de alta densidade das temperaturas da capa superficial do oceano Atlântico Sul, na área entre a cidade do Rio de Janeiro e na Ilha de Trindade, além do lançamento de quinze bóias de deriva e apoio às atividades de 24 projetos de pesquisa na Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, com a participação de 48 pesquisadores;

• Ensino Profissional na Marinha

a) capacitação de cerca de 3.000 Oficiais, nos Cursos de Formação de Oficiais, Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica, Curso Preparatório para Formação de Oficiais, Cursos de Pós-Graduação (abrangendo mestrados e cursos técnicos nas áreas de interesse para Marinha, no Brasil e no exterior, em diversas instituições de ensino, outras Forças Armadas e órgãos civis) e Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais;
b) capacitação de 8.760 Praças em Cursos de Qualificação Técnica, Especialização e Aperfeiçoamento;
c) realização do programa de intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas Amigas, nas áreas operativa, de ciência e tecnologia, logística e instrução, que contou com a participação de representantes das Marinhas da África do Sul, Argentina, Bolívia, EUA, França, México, Namíbia, Peru e Venezuela;

• Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário – utilização do sítio do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) na Internet para disponibilizar as informações ambientais provenientes da modelagem atmosférica e de ondas para as regiões costeiras brasileiras do Sul e do Sudeste;

• Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) – o crescimento do tráfego aéreo no Brasil está acontecendo a uma taxa de 15% ao ano, o que exige um acompanhamento contínuo do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), pela necessidade de prover a evolução e o aperfeiçoamento de todas as áreas do Sisceab, principalmente pela responsabilidade de desenvolver e implantar os novos Sistemas de Comunicações, Navegação, Vigilância e Gerenciamento de Tráfego Aéreo (CNS/ATM).

CNS/ATM é um projeto de âmbito mundial, que permitirá ao Brasil participar, em conjunto com outros países, do gerenciamento da navegação aérea nas regiões do Caribe e da América do Sul (Região Carsam) e, sobretudo, acompanhar a constante evolução do transporte aéreo nacional e internacional, possibilitando a manutenção da segurança no espaço aéreo brasileiro e o atendimento aos anseios dos usuários, com eficácia e eficiência, mantendo a dualidade civil-militar do controle desse espaço aéreo.

Ao Sisceab compete a prestação dos serviços de tráfego aéreo, meteorologia aeronáutica, busca e salvamento e informações aeronáuticas no espaço aéreo sob jurisdição e responsabilidade do Brasil, que são executados de acordo com as normas, acordos e planos estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), e propiciam o crescimento do tráfego aéreo, da evolução tecnológica das aeronaves, da infra-estrutura de apoio e das comunicações aeronáuticas.

Neste cenário, 2006 foi mais um ano de esforço de manutenção e modernização com a continuidade do processo de revitalização dos radares adquiridos nas décadas de 70 e 80 e pela implantação e substituição de radares de área terminal em áreas onde, atualmente, o tráfego aéreo é mais intenso e há necessidade de vigilância radar para aumentar a capacidade de gerenciamento desse tráfego. Tais ações visaram proporcionar o aumento da segurança e da fluidez do tráfego aéreo nas áreas terminais e em rota, reduzindo, ainda mais, os riscos para a aviação.

Os resultados desse trabalho se consubstanciam na inviolabilidade do Espaço Aéreo Brasileiro e no atendimento de seus legítimos usuários, representados pelas empresas aéreas, operadores de aeronaves, pilotos, Unidades da Força Aérea, do Exército e da Marinha, participantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica (STCA).

Destacam-se ainda como fatos mais relevantes ocorridos no exercício de 2006, relacionados ao Sisceab, dentre outros:

a) modernização dos sistemas de vigilância do Sisceab: modernização de 8 radares, sendo quatro primários TRS 2230 e quatro secundários RS 970, associados, utilizados para controle em rota, instalados nas localidades de São Roque (SP), Canguçu (RS), Morro da Igreja (SC) e Pico do Couto (RJ); implantação de três radares modelo STAR 2000, para áreas terminais, nas localidades de São Pedro d'Aldeia (RJ), Manaus (AM) e Campo Grande (MS); revitalização de cinco antenas de radares, modelo TA 10, para áreas terminais, nas localidades

de Salvador (BA), Santa Cruz (RJ), Florianópolis (SC), Brasília (DF) e Cuiabá (MT); reaproveitamento de 3 antenas de radares secundários, modelo RS 870, em equipamentos mais antigos, instalados em Santa Maria (RS), Natal (RN) e Fortaleza (CE);

b) aperfeiçoamento da gestão administrativo-operacional das atividades de controle do espaço aéreo na Região Sudeste, com a absorção das atividades do Serviço Regional de Proteção ao Vôo do Rio de Janeiro (SRPV-RJ) pelo Serviço Regional de Proteção ao Vôo de São Paulo (SRPV-SP) e a criação de um espaço de responsabilidade do SRPV-SP, abrangendo todo o tráfego aéreo entre Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando a eficiência do controle do espaço aéreo da Região;

c) continuidade do processo de incorporação dos meios de vigilância, auxílios à navegação e telecomunicações implantados pelo Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam), incrementando o controle do espaço aéreo na região Amazônica;

d) continuidade do suporte às atividades de busca e salvamento com a implementação de importante contrato de modernização e manutenção assistida para o Sistema de Busca e Salvamento por Satélite (Cospas-Sarsat);

e) continuidade da ampliação da capacidade de vigilância meteorológica, através da implantação de radares em diversas localidades da região Amazônica;

f) contratação, autorizada pela Medida Provisória nº 329, de 1º de novembro de 2006, de 60 controladores de tráfego aéreo, aposentados ou da reserva remunerada, a fim de atuarem imediatamente nos centros de controle mais prejudicados pela falta de pessoal;

g) realização de concurso público, aprovado pela Portaria nº 1.078/GC1, de 14 de novembro 2006, a fim de contratar 64 controladores de tráfego aéreo civis;

h) criação de 172 vagas de técnicos, nível superior e intermediário, para atender demanda do Sisceab, conforme a Medida Provisória nº 341, de 29 de dezembro 2006;

i) criação de uma turma especial, na Escola de Especialistas de Aeronáutica, com 160 alunos adicionais, do curso de formação de Controladores de Tráfego Aéreo, com duração de um ano, em regime intensivo;

j) realização, em 2006, de várias atividades de formação e treinamento, cursos no Instituto de Controle Aéreo (ICEA) e em Organizações Militares subordinadas, sendo capacitados mais de 2.200 militares e civis do Sisceab;

k) contratação de empresas prestadoras de serviço ou fornecedoras de equipamentos, tais como a Sitti, Alcatel, Embratel, Park Air Systems e outras, a fim de prover serviços de manutenção preventiva e corretiva, para equipamentos complexos e vitais para a continuidade da prestação de serviço dos órgãos de controle de tráfego aéreo;

l) manutenção corretiva em 134 dos 1.500 imóveis, entre operacionais e técnico-administrativos, das suas Organizações Militares subordinadas, com vistas a mantê-los em boas condições de funcionalidade, conforto e segurança patrimonial;

m) ampliação e ou adequação de quarenta e dois imóveis operacionais e administrativos, os quais destaca-se a Seção de Lavagem e Pintura de Aeronaves do Grupo Especial de Inspeção em Vôo (GEIV) com tratamento de efluentes.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

Na época da criação do MD, em 1999, coube à equipe encarregada da viabilização do novo Ministério, desenvolver rápidos e objetivos estudos de consolidação das quatro propostas dos órgãos extintos, tanto do PPA quanto do Orçamento, em propostas de um único órgão. O trabalho desenvolvido por civis e militares de todas as Forças Armadas e do extinto Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) preocupou-se, quase que exclusivamente, com a viabilização da capacidade de atuação dos Comandos Militares, relativamente à manutenção e ao cumprimento da missão constitucional, e com a brevidade dos prazos constitucionais que se impunham.

Em decorrência dessas necessidades, as peças de planejamento e de orçamento resultantes não passaram de consolidações das propostas anteriormente apresentadas pelos extintos Ministérios militares. De forma geral, essa mesma estrutura ainda vigora, de modo que poucas alterações, realmente consistentes, foram propostas e aprovadas, sobretudo devido às determinações das Leis Complementares nº 97 e nº 117, cujos textos atribuem autonomia aos Comandos Militares para assuntos de tal natureza.

Ademais, há bastante dificuldade em manter o espírito de não-departamentalização da estrutura de programas, ou seja, cada Secretaria ainda julga que necessita de um programa próprio onde possa desenvolver suas competências finalísticas, com entendimento equivocado de que essa situação garantirá recursos orçamentários para suas necessidades.

Assim, a Secretaria de Organização Institucional (SEORI), atuando como setorial de planejamento, orçamento e finanças, reconhece a necessidade de estudar um novo desenho programático para o MD, na tentativa de promover maior consolidação e aderência desse desenho às Políticas de Defesa Nacional e Militar de Defesa. Esse projeto reduziria o número de programas e ações, propondo uma visão mais orientada à missão do MD e às declarações daqueles documentos orientadores.

**ASPECTOS RELEVANTES**

Os principais fatores que colaboraram para os resultados, apesar das diversas dificuldades orçamentárias e financeiras pelas quais passou o MD, estão relacionados: à existência do MD, como gestor das políticas para a defesa nacional e como órgão integrador as Forças Armadas, com a atribuição de coordenar e planejar o seu emprego e de encaminhar soluções para assuntos na área de defesa; à estabilidade política e administrativa do País; à inserção mundial do Brasil, com proporcional ampliação dos compromissos de ordem militar e aproximação com forças armadas mais desenvolvidas, possibilitando crescente

intercâmbio e aperfeiçoamento da doutrina; à ausência de ameaças previsíveis em curto prazo; à reconhecida capacidade das Forças Armadas no apoio às ações de governo, seja no cumprimento da sua missão constitucional, seja em atividades subsidiárias, tais como em projetos de infra-estrutura, educação, sociais, dentre outros; à qualidade e capacidade técnica do militar brasileiro, formado com os mais elevados atributos de hierarquia, disciplina, honra, sentimento de dever a cumprir e de dedicação à Pátria; à qualidade dos estabelecimentos de ensino das Forças Armadas; à excelência dos centros de pesquisa científica e tecnológica das Forças Armadas; à intensificação do intercâmbio de conhecimento e cultura gerencial entre civis e militares na área de defesa;ao crescente interesse das instituições de ensino superior em assuntos na área de defesa; ao clima de cooperação e fortalecimento de organismos regionais e mundiais na área de defesa.

# ADESTRAMENTO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS

## OBJETIVO

Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.

## PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira e a comunidade internacional.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R $ 104.884.130,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 103.691.669,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 103.691.669,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADOR

### 1. CAPACIDADE DE EMPREGO COMBINADO DOS MEIOS OPERACIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 60
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 já foi atendido.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A constatação de que a guerra, como hoje se apresenta, exige operações militares com a aplicação dos componentes navais, terrestres e aéreos de forma integrada, além daquelas singularmente conduzidas ou realizadas, torna imprescindível propiciar os meios necessários ao adestramento e ao emprego das Forças Armadas em operações combinadas e conjuntas, não podendo concorrer com o preparo e emprego singular de cada Força. Por outro lado, além de sua missão constitucional, na qual as Forças têm realizado exercícios e operações reais, principalmente de presença, controle e vigilância do território, espaço

aéreo e águas jurisdicionais brasileiras, como também ações de garantia da lei e da ordem (operações no reforço à segurança pública), constata-se que as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) vêm freqüentemente e a qualquer tempo sendo acionadas em missões subsidiárias, tanto em cooperação - em apoio à comunidade internacional (operações internacionais conjuntas e missões de paz), como em apoio a outros órgãos públicos: apoio às eleições, às ações contra incêndios florestais e desmatamentos, às campanhas de vacinação e à proteção do patrimônio nacional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. Atualmente, é a missão de maior relevância para o Brasil, contribuindo para a inserção do País no cenário nacional e internacional. O contingente brasileiro, com 1.200 militares, representa o de maior efetivo entre os países contribuintes de tropas participantes da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH);

- Realização de Operações Militares Combinadas ou Conjuntas:

a) operação TIMBÓ IV: realizada no período de 20 a 30 de julho de 2006, visou ao adestramento das Forças Armadas no Planejamento e execução de Operações Combinadas, na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, intensificando a presença das Forças Armadas na faixa de fronteira por meio da realização de patrulhamentos, reconhecimentos, proteção de instalações sensíveis, ações cívico-sociais, atividades logísticas, além do estabelecimento de postos de controle e fiscalização em pontos estratégicos da fronteira e das calhas fluviais de interesse na região. A área de operações, de 450 mil km$^2$, no interior da Amazônia Ocidental, englobou uma faixa da fronteira de 5.000 km de extensão. Sob comando único, atribuído ao Comandante Militar da Amazônia, e com o apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), Petrobrás e da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a Operação contou com um efetivo de 3.708 militares e meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea;
b) operação TUCUNARÉ: realizada no período de 13 a 22 de setembro de 2006, em região situada nos Estados do Amapá e Pará, foi planejada e executada com fulcro na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses relativos à Amazônia. Nessa Operação Combinada, foram empregados 2.709 militares e meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar da Amazônia;
c) operação PAMPA II: realizada no período de 5 a 14 de novembro de 2006, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar do Sul, a operação foi planejada e executada com fulcro na defesa da soberania, com o intuito de preservar a integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos ao Atlântico Sul e à Região Sul do País. A área de operações abrangeu os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as águas jurisdicionadas brasileiras adjacentes à Região Sul do Brasil. Nessa operação foram empregados 7.908 militares e meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea. Atualmente,

trata-se do maior exercício combinado realizado no País, em função do número de Comandos, efetivos e meios envolvidos;

• Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira. Nessa operação, denominada Operação JAURÚ III, realizada de 22 a 28 de novembro, foram empregados 3.286 militares e meios da Marinha, do Exército e da Força Aérea, sob comando único, atribuído ao Comandante Militar do Oeste. Concomitantemente, participaram da Operação Combinada órgãos federais e estaduais de segurança pública, de fiscalização ambiental e fazendária. A área de operações, de 210 mil km$^2$, abrangeu parcela das Regiões Centro-Oeste e Sul e englobou uma faixa de fronteira de 1.600 km de extensão;

• Participação Brasileira em Missões de Paz. Foram desenvolvidos estágios de preparação de militares para missões de paz das Nações Unidas, com desenvolvimento de jogos de simulação de emprego de tropas em Operações de Paz, com a participação em seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no País e no exterior, e com o atendimento de vôos de apoio para países nos quais o Brasil mantém efetivos em Operações de Paz. Essas atividades possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em Operações de Paz.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é efetuado por meio de inspeções, realizadas periodicamente, destinadas à verificação do andamento das etapas dos projetos em execução.

O monitoramento gerencial, quanto ao desempenho físico das ações do Programa, ocorre por ocasião da validação trimestral das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLan).

O fluxo de informações ocorreu através dos canais de comando sob a forma de relatórios e relatos quanto à execução física e financeira das Ações.

Por ocasião da elaboração do Relatório Anual de Gestão, os Coordenadores de Ação apresentam ao gerente do programa o comportamento do desempenho físico das Ações no decorrer do ano.

Sempre que uma etapa do projeto é cumprida ou deixa de sê-la, a gerência do Programa é informada por meio de relatório elaborado pela coordenação da Ação. O fluxo das informações ocorre, também, ao término das atividades planejadas e determinadas, percorrendo os canais de Comando, sob forma de relatórios de missão (execução física e financeira).

Apesar da Lei Orçamentária Anual 2006 ter contemplado insuficientemente as ações do Programa como originalmente planejadas, todas as metas físicas foram atingidas mediante reformulação dos planejamentos, reduzindo a amplitude das ações, em efetivo,

meios empregados e área de desdobramento, buscando preservar os resultados pela adequação dos objetivos.

Foi executada 99% da meta financeira de R$ 104,9 milhões, a despeito de as ações do Programa terem a sua realização atrasada, em conseqüência da aprovação da LOA 2006 ter ocorrido somente em maio de 2006, impondo, até aquela data, o contingenciamento dos recursos destinados aos investimentos e à execução orçamentária através de duodécimos.

Os recursos orçamentários disponibilizados foram insuficientes, mas possibilitaram, mediante planejamento adequado, capacitação e esforço dos executores das ações, a realização das atividades previstas para 2006.

Dos recursos alocados pela LOA 2006, 95,68% foram destacados às Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica) que executaram 99,88% dos mesmos.

O fluxo dos recursos orçamentários e financeiros do Programa foi descontínuo no decorrer do exercício de 2006, o que provocou atrasos na execução das ações.

Entraves administrativos na realização de licitações e na celebração de contratos dificultaram a execução do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA

## OBJETIVO

Preparar a Força Aérea Brasileira (FAB) para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, a lei e a ordem.

## PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 712.276.452,00 | Empenho Liquidado: | R$ 672.576.994,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 672.576.994,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE ESFORÇO AÉREO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 91,9
**Índice previsto ao final do PPA:** 90

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice apurado no final de 2006 foi menor que o apurado em 2005 (93,23), por isso, a possibilidade de alcance ou superação do índice ao final do PPA pode ficar comprometida, devido à falta de recursos, como verificado nos últimos exercícios em função do contingenciamento.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Proporcionar à Aeronáutica capacidade de prover suas necessidades logísticas para o apoio operacional à Força Aérea no cumprimento de sua destinação constitucional.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Transporte de tropas e de material para integrar a Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti.Um C-130 Hércules do Primeiro Grupo de Transporte de

Tropa (1º GTT) levou, durante o ano de 2006, os militares componentes do Contingente Brasileiro no Haiti e fez o ressuprimento das tropas com o transporte de todo material necessário. As tropas saíram de várias Bases Aéreas, em todo Brasil, para integrar a Força da ONU;

• Participação de 100 militares na Operação PERBRA II – Exercício operacional conjunto na área da fronteira, realizado pelas forças aéreas brasileira e peruana. A Operação entre a FAB e a Força Área do Peru, denominada PERBRA II, foi realizada entre os dias 3 e 7 de julho, em Cruzeiro do Sul (AC). Aproximadamente 100 militares brasileiros participaram da manobra militar que teve como objetivo estabelecer procedimentos, através da coordenação operacional entre os órgãos de defesa aérea dos dois países, que possibilitem maior eficácia no combate aos tráfegos ilícitos transnacionais;

• Resgate de mais de 2.000 cidadãos brasileiros que estavam no Líbano. Os aviões da FAB KC-137 (Boeing 707) do Segundo Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte (2º/2º GT) e C-130 Hércules do Grupo de Transporte de Tropas (GTT) repatriaram os brasileiros que se encontravam na região do Líbano e que sofriam com os avanços da violência lá instalada. A operação de resgate começou no dia 17 de julho, quando um KC-137, que estava em Adis Abeba (Etiópia), recebeu ordens de seguir para o Aeroporto de Adana (Turquia) a fim de transportar um grupo de cidadãos brasileiros que viajou do Líbano em um comboio coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE);

• Capacitação por meio de curso na França de Oficiais para recebimento dos aviões Mirage 2000, adquiridos pela FAB. Foram capacitados os pilotos do Primeiro Grupo de Defesa Aérea (1ºGDA), de Anápolis (GO). Primeiramente, o curso teórico em Dijon e, depois, em Orange, instruções em simulador e em vôo;

• Transporte de 700 universitários do Projeto Rondon. Os universitários foram transportados com o objetivo de por em prática a sua experiência profissional. Os universitários, de 20 diferentes Estados, foram para a Amazônia em aviões C-130 Hércules, C-99 e Boeing 707 (KC-137);

• Transporte de 700 kg de medicamentos para as vítimas das enchentes no Suriname;

• Treinamento de pouso e decolagem de aeronaves em trecho de rodovia, Operação em Rodopista. Em Campina Grande (PB) caças AT-26 Xavante, em dupla, decolavam da Base Área de Natal, navegando a baixa altura e pousavam na BR-230, a 30 quilômetros de Campina Grande;

• Transporte, por C-115 Buffalo, de 7.000 livros para o interior do Acre;

• Operação Cruzex III:

a) durante a operação o 2º/2º GT, Esquadrão Corsário, participou, em Anápolis, de 13 missões de Reabastecimento em Vôo (REVO), com o KC-137 Boeing 707, sendo possível reabastecer os caças e permitindo que eles cumprissem missões, com bom alcance, longa autonomia e segurança;

b) foram realizadas cerca de 50 horas de vôo, com 90 abastecimentos em vôo nos caças F-5E e A-1 da FAB, Mirage 2000 (França) e A-4 Skyhawk (Argentina);

• O Primeiro Esquadrão de Aviões de Interceptação e Ataque (VF-1) da Marinha do Brasil operou, entre os dias 6 e 24 de novembro, na Base Aérea de Santa Cruz (BASC). A missão, que deslocou 120 militares, proporcionou o treinamento de pilotos e mecânicos da aeronave A-4 Skyhawk.

Cumpre ressaltar que todas as missões realizadas, de exercício operacional ou de emprego real, capacitam os profissionais do Comando da Aeronáutica para o cumprimento das suas tarefas, dentro do que prevê a legislação.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O contingenciamento dos créditos do Comando da Aeronáutica (COMAER) implica em não-realização de muitas das metas previstas. Os cortes mais significativos são aqueles que atingem as áreas de alimentação, suprimento de combustíveis e lubrificantes, pois limitam a ação dos serviços e da operacionalização/instrução. Esta limitação se torna de grande volume quando se associam a outros fatores, alguns, do próprio contingenciamento e, outros, resultantes do efeito cascata que a falta de créditos impõe à possibilidade de se alcançar às metas.

O fluxo sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. As liberações dos recursos não tiveram o escoamento de que necessitava o Programa e suas Ações. Isto acarretou, desde a descontinuidade da execução, até a perda de melhores oportunidades para se manterem/realizarem operações ou exercícios. Foram insuficientes os recursos materiais disponibilizados para as equipes executoras.

Mesmo com todas as limitações ocorridas, notadamente a falta de recursos, as unidades administrativas do COMAER conseguiram manter a sua missão constitucional. Isto se deve ao alto grau de profissionalismo encontrado nos diversos setores da FAB, que, mesmo sem o crédito suficiente para o suporte e o emprego ideal de uma força atuante, o fazem com o maior zelo, com um alto grau de acerto, numa demonstração firme de profissionalismo e de dedicação à Força Área e ao País.

**RECOMENDAÇÕES**

• Não há recomendações.

# ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DA MARINHA

## OBJETIVO

Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, a lei e a ordem.

## PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 606.898.876,00 | Empenho Liquidado: | R$ 485.836.853,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 485.836.853,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS DISTRITAIS PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 66
**Índice previsto ao final do PPA:** 54

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Em que pese o atual estado de degradação dos meios navais, agravado por suas idades médias bastante avançadas, o índice pretendido até o final do PPA, já foi superado num patamar além do esperado.

### 2. TAXA DE APRESTAMENTO DE NAVIOS E SUBMARINOS SUBORDINADOS À ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 59
**Índice previsto ao final do PPA:** 54

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Em que pesem as restrições operacionais dos meios operativos com mínimas dotações de munições e o atual estado de degradação dos meios navais, agravado por suas idades

médias bastante avançadas, o índice pretendido até o final do PPA, já foi superado num patamar além do esperado.

**3. TAXA DE APRESTAMENTO DA FORÇA DE FUZILEIROS DA ESQUADRA PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE EMPREGO RÁPIDA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 34
**Índice previsto ao final do PPA:** 56

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Este indicador, medido pela Relação percentual entre os meios da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) com aprestamento suficiente para atender a Força de Emprego Rápido e o total de meios da FFE, apresenta baixa viabilidade de alcance das metas previstas, devido, principalmente, aos baixos patamares orçamentários dos últimos exercícios.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A manutenção do poder de dissuasão das Forças Navais, como fator primordial para a defesa dos interesses da Pátria na resolução pacífica de crises ou conflitos político-estratégicos, requer um nível de prontidão de seus meios e de seus recursos humanos capaz de impor a vontade do Estado. É imperativo, portanto, que o inventário de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais de que o País dispõe sejam mantidos pela Marinha e em prol da sociedade brasileira, em elevado grau de aprestamento, quantitativa e qualitativamente, de forma a garantir a Defesa Nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Manutenção de 57 meios operativos (navios, submarinos, helicópteros e aviões);
- Proteção das áreas de produção de petróleo, situadas nas plataformas continental e nas proximidades do arquipélago de São Pedro e São Paulo e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE);
- Apoio a Estação Antártica Comandante Ferraz;
- Realização de nove missões de assistência à saúde e hospitalar na Amazônia, perfazendo 234,5 dias de comissão, totalizando 191,9 mil atendimentos, em 456 localidades nos rios da Amazônia;
- Realização de 24 comissões relacionadas a ações cívico-sociais nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, perfazendo 187 dias de comissão, totalizando 20.007 atendimentos em 88 localidades.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As restrições orçamentárias e contingenciamentos de recursos permitiram apenas o alcance parcial das metas. A compatibilidade do fluxo de recursos com a programação

física sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Dos 119 Projetos sobressalentes previstos para serem executados durante a manutenção dos meios operativos, somente 57 foram concluídos.

Considerando especificamente os meios operativos da Esquadra, nossa principal Força Naval, cujas tarefas estão diretamente relacionadas ao cumprimento da missão constitucional da Marinha do Brasil (MB), em dezembro de 2006, dos 115 meios operativos, entre navios, submarinos, helicópteros e aviões, 66 encontravam-se imobilizados e 49 operavam com restrições.

Um fato importante para a manutenção dos nossos submarinos foi a inovação no período de manutenção geral do submarino Timbira, que foi transladado, por inteiro, do mar para o interior da Oficina de Construção de Submarinos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), com a utilização de balsa e carretas (*load-in*) de empresa particular, de modo a permitir o corte das seções do casco resistente em área coberta, propiciando uma grande redução de prazos e custos nos serviços a serem realizados.

Em 2006, os meios navais e aeronavais atingiram os índices de 5.118,5 dias de mar e 12.161,6 horas de vôo, porém inferiores aos índices obtidos em 2005 de 5.741,5 dias de mar e 15.309,2 horas de vôo.

Cabe destacar que, com relação à alimentação, capacitação do pessoal e suprimento de fardamento, com os recursos alocados foi possível atender, em níveis adequados, todo o contingente da Marinha.

Não obstante as dificuldades encontradas, buscou-se ampliar a capacitação operacional e a qualificação do pessoal por meio de participação, ainda que restrita, em diversas Operações, dentre elas:

a) a realização de Patrulhas Navais para fiscalização e proteção das áreas de produção de petróleo situadas na plataforma continental e nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de manter a ação de presença na ZEE;
b) a Operação ANTÁRTICA XXIV, com o propósito de apoiar a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF);
c) as Operações PAMPAREX, PRATA, CARIBEX e BRACOLPER, com o propósito de realizar ação de presença e estreitamento de laços de amizade com os países visitados (Argentina, Uruguai, Colômbia, Peru e Guiana);
d) a Operação JAURU III, nas Regiões Centro-Oeste e Sul, com a participação da MB, do Exército Brasileiro (EB) e da Força Aérea Brasileira (FAB);
e) a Operação TIMBÓ-IV, na área da Amazônia Ocidental, com participação da MB, EB e FAB;
f) a Operação TUCUNARÉ, na área da Amazônia Oriental, com a participação da MB, EB e FAB;
g) a Operação PAMPA-II, nas Regiões Sudeste e Sul, com a participação da MB, EB e FAB.

Dentre as diversas Atividades Subsidiárias, realizadas pela Marinha no âmbito deste Programa, cumpre destacar aquelas relacionadas à assistência e cooperação à sociedade civil. Em especial, as operações de Ações Cívico-Sociais (ACISO) na região do Pantanal e de Itaoca (ES) e as Operações de Assistência Hospitalar (ASSHOP) às populações ribeirinhas da Amazônia. Com relação às atividades da ASSHOP, realizadas com o suporte de recursos recebidos mediante convênio com o Ministério da Saúde (MS), faz-se mister citar que a demora no repasse financeiro dos recursos oriundos do MS trouxe considerável prejuízo à execução das tarefas programadas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os diversos reparos e manutenções nos navios, aeronaves, submarinos e viaturas planejados no Programa Geral de Manutenção (PROGEM) são interrompidos ou postergados, tendo como conseqüência uma redução na disponibilidade de meios operativos, o que poderá impactar negativamente a prontificação operativa destes meios, bem como reduzir a vida útil dos equipamentos e sistemas navais. Caso essa situação não se reverta, ocorrerá uma crescente degradação das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sendo desejável, nos exercícios financeiros futuros, um maior aporte de recursos. Cabe enfatizar que os meios operativos em condições de operar possuem significativas restrições operacionais e não dispõe de suas dotações mínimas de munição, o que restringe o poder dissuasório da Esquadra.

Em especial, destaca-se que os recursos financeiros destinados à aquisição de munições atinentes à instrução, segurança orgânica das Operações Militares e para o pronto emprego das Forças navais, aeronavais e de fuzileiros navais não são suficientes para o incremento dos estoques da Marinha do Brasil. Tendo em vista que essa situação perdura desde 1999 e considerando a possibilidade de sua permanência, vislumbra-se uma redução crescente da capacidade de fornecimento de munições para as atividades supracitadas, o que poderá impactar negativamente a prontidão das Forças. Da mesma forma que no PROGEM, várias Operações e Exercícios (PGACON/PGADGN) foram reduzidos ou mesmo cancelados, o que poderá comprometer o adestramento e a execução das operações em conjunto entre si e com marinhas amigas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ADESTRAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO

## OBJETIVO

Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio da pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, bem como contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa.

## PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 679.807.787,00 | Empenho Liquidado: | R$ 603.689.184,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 603.689.184,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

## TAXA DE PREPARO DO EFETIVO MILITAR

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 51
**Índice previsto ao final do PPA:** 53

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Considerando-se os resultados obtidos nos anos base, 2004 e 2005, verifica-se que o Programa vem apresentando resultados crescentes, os quais sinalizam alta possibilidade de alcance do índice planejado para o ano de 2007, 53%.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de instruir, adestrar os seus efetivos, formar e adestrar a reserva mobilizável, capacitar operacionalmente os seus quadros e capacitar-se para o emprego em operações militares.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Realização de 13 operações, que contribuíram para desenvolver a capacidade operacional de seus integrantes nas áreas estratégicas do País, e, também, para levar a presença do Estado às comunidades carentes que habitam essas áreas, por meio de ações cívico-sociais (ACISO);

• As operações foram os principais resultados obtidos pelo Programa e foram alcançadas pelas Ações Emprego da Força Terrestre em Operações e Capacitação Operacional da Força Terrestre.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução das metas físicas oscilou entre 80% e 100%, em razão do montante financeiro previsto na Lei Orçamentária Anual, em algumas ações, não satisfazer à real necessidade de recursos para a implementação dessas ações, particularmente daquelas voltadas para garantir o suporte logístico à Força Terrestre.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações utilizadas pelo Programa são: reuniões de trabalho conduzidas pela gerência a fim de abrir os trabalhos do exercício financeiro, apresentação das coordenadorias, bem como verificar alguma distorção que sinalize para a necessidade de correção de rumos; controle mensal das informações lançadas pelos coordenadores no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), bem como a validação trimestral dessas. As dificuldades encontradas concentraram-se no final do exercício financeiro, em razão das informações que são migradas diretamente do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) terem sofrido constantes alterações, dificultando a consolidação dos dados que deveriam fazer parte do Balanço Geral da União (BGU) e o fluxo integrado de informações entre a gerência e os demais envolvidos no Programa.

Os recursos orçamentários alocados foram suficientes, com exceção de algumas ações cujo montante financeiro não permitiu a execução física total prevista. A execução financeira alcançou 89% do total alocado de R$ 679,8 milhões.

Quanto ao fluxo de recursos, verifica-se que a liberação concentrou-se próximo ao final do exercício. Esse fato interferiu na implementação das ações, prejudicando o cumprimento daquilo que foi planejado no Plano Gerencial e exigindo a adoção de condutas para superar esse óbice.

Quanto à qualificação das equipes executoras, verificou-se necessidade de se promover anualmente a reciclagem e a capacitação dos recursos humanos que irão executar os trabalhos junto ao SIGPlan, em razão das constantes movimentações a que estão submetidos os militares. Sugere-se, para superação desse óbice: o estabelecimento de convênio de capacitação com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e disponibilização de um curso *on-line* pela página do SIGPLan.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Quanto à participação social, os exercícios têm sido oportunidades para interação com as comunidades locais, possibilitando ao Exército conduzir ações cívico-sociais voltadas para atender às demandas dessas comunidades, particularmente aquelas voltadas para a saúde desse público.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE CIVIL

## OBJETIVO

Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do País.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 204.024.394,00 | Empenho Liquidado: | R$ 165.190.956,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 165.190.956,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. GRAU DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE TRANSPORTE AÉREO GOVERNAMENTAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 65

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Este indicador não mais deverá ser considerado para o Programa, pois a Ação Apoio Aéreo para o Transporte de Cargas e Passageiros deixou de existir tendo em vista a falta de espaço orçamentário. O indicador não teve apuração desde 2005.

### 2. TAXA DE ATENDIMENTO À DEMANDA DE COOPERAÇÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 33,30
**Índice previsto ao final do PPA:** 38

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Mantendo-se o nível histórico de alocação de recursos para a ação, provavelmente este indicador obterá os resultados esperados.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Ministério da Defesa (MD) deverá viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e de fortalecimento da cidadania, bem como oferecer aos jovens brasileiros oportunidades formativas inovadoras e criativas mediante sua formação integral, através de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- O Projeto Soldado-Cidadão profissionalizou 10.697 jovens em cursos ministrados em parceria com entidades da sociedade civil, com a seguinte distribuição: 853 jovens formados pela Marinha, 9.013 pelo Exército e 831 pela Aeronáutica;

- Foram realizadas operações do Projeto Rondon na Amazônia, no Acre (regional), em Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha) e em São Paulo (Vale do Ribeira). Foram atendidas 90 comunidades, com a participação de cerca de 1.500 universitários rondonistas de diversas instituições de ensino superior de todo o País;

- A ação Cooperação com Construção de Infra-estrutura obteve resultados físicos regulares, conforme os respectivos percentuais de conclusão das obras:

a) recuperação das pistas de pouso/decolagem e táxi do aeroporto de Marabá - 89,06%;
b) pavimentação e drenagem da Avenida Santa Clara, numa extensão de 4.100 m - 100 %;
c) elaboração de projetos, construção e manutenção de rede de distribuição de energia elétrica em Boa Vista - 62,62%;
d) melhoramento e terraplenagem da rodovia BR-030/MG (Convenio com o Governo de MG) - 79,53%;
e) urbanização do Conjunto Projeto Cidadão, asfaltamento da estrada vicinal do Areal e a perfuração de poços artesianos - 62,84%;
f) implantação de redes de águas pluviais em Araguari/MG - 62,84%, relativamente à ação Plano de Contingência para a Pandemia de Influenza.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Projeto RONDON ultrapassou o produto proposto pela Lei Orçamentária Anual, atingindo atendimento de 119 comunidades, ou seja, mais que o dobro do produto proposto nos recursos destinados à ação.

No caso do Projeto Soldado Cidadão, os resultados foram comprometidos pelo atraso da aprovação da LOA, o que provocou o adiamento do início da execução dos trabalhos. Além do mais, estavam previstos no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA)

recursos na ordem de R$ 12 milhões, que foram reduzidos a R$ 5,66 milhões. Apesar desse corte, o projeto conseguiu, com muita dificuldade, formar 10.697 dos 13.600 previstos inicialmente, representando um resultado de 78% da meta.

Membro do Grupo Executivo Interministerial para implantação do Plano Brasileiro para Contingência de uma Pandemia de *Influenza* (Gripe Aviária), o MD coordenou os Grupos de Trabalho que elaboraram e concluíram os Planos Específicos de Preparação para Portos e Aeroportos, visando diminuir os riscos de entrada no País do vírus H5N1 através daqueles pontos de fronteira. Também foi elaborado o Plano de Apoio Logístico às Ações do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em ações de prevenção, controle desta ameaça.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

No caso do Projeto Rondon, o Exército Brasileiro é responsável por toda a logística local dos grupos de universitários e a Força Aérea Brasileira (FAB) pelo transporte dos participantes.

No caso do Soldado-Cidadão, as três Forças Armadas participam ativamente da formação do jovem em serviço, além de indicá-lo para a participação nos diversos cursos oferecidos em parceiras com entidades do sistema "S"(SESI, SESC, SENAC e SENART), entre outras entidades privadas e governamentais, aumentando significativamente as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Historicamente, as Forças Armadas têm participado, quando convocadas, no apoio a situações de dificuldade por que passa a sociedade brasileira, tais como em ações de apoio em casos de calamidades públicas, enchentes, campanhas nacionais de vacinação, de manutenção da lei e da ordem, entre outras. Essas situações são imprevisíveis e não existe como desenhar um programa voltado a atender a essas necessidades, visto a exigência de alocação adequada de recursos para cada ação e seus produtos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CALHA NORTE

## OBJETIVO

Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões (AM), contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região.

## PÚBLICO-ALVO

População da região da Calha Norte.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 191.531.197,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 163.752.298,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 163.752.298,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADORES

### 1. DENSIDADE POPULACIONAL NA REGIÃO DA CALHA NORTE

**Unidade de medida:** habitante por km²
**Índice apurado em 2006:** 1,15
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,31

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A densidade populacional da área do Programa Calha Norte cresceu de 1 habitante por km² em 2004 para 1,15 habitante por km² no final de 2006, o que indica baixa probabilidade de alcançar o índice ao final do PPA 2007 de 1,31 habitante por km².

### 2. EXTENSÃO DE FRONTEIRA POR NÚCLEO DE POVOAMENTO INTEGRADO À PEQUENA UNIDADE MILITAR

**Unidade de medida:** km por núcleo
**Índice apurado em 2006:** 330
**Índice previsto ao final do PPA:** 300

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O alcance da meta estabelecida neste indicador irá depender, fundamentalmente, da disponibilização de recursos orçamentários para a construção de novos Pelotões Especiais de Fronteira, fato não realizado, até o momento.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Nos objetivos setoriais do Ministério da Defesa (MD), o Programa contribui para vitalizar a região da Calha Norte, promovendo o desenvolvimento sustentável e integrando sua população à cidadania e ao conjunto nacional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• No âmbito do Exército Brasileiro, em 2006 foi dada continuidade, prioritariamente, às obras de implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva de São Gabriel da Cachoeira (AM):

a) construção do Pavilhão do Corpo da Guarda do Comando da Brigada, do Pavilhão Almoxarifado do Comando da Brigada e de um Próprio Nacional Residencial (PNR);
b) implantação/adequação de infra-estrutura na Vila Militar Araribóia, do sistema de abastecimento do Comando da Brigada, da rede elétrica e iluminação pública nos quartéis e vilas militares em São Gabriel da Cachoeira, do sistema de abastecimento da Vila Militar Sargento Wolf, de cinco PNR e do rancho do Comando da Brigada;
c) pavimentação dos pátios internos do Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e da 21ª Companhia de Engenharia e Construção, em São Gabriel da Cachoeira;

• No âmbito da Marinha do Brasil, foram destinados recursos para:

a) Construção de um edifício com 12 PNR e de cinco PNR, na cidade de Manaus (AM);
b) ampliação/reforma do Ambulatório Naval do 9º Distrito Naval (9ºDN), em Manaus (AM) e do Comando do 4º DN, em Belém (PA);

• No âmbito da Força Aérea Brasileira, foram destinados recursos para reforma das instalações da Base Aérea de Belém (PA), dos PNR do VII Comando Aéreo Regional (COMAR) em Manaus (AM) e das instalações utilizadas pelas tripulações das aeronaves;

• Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região da Calha Norte, com a remotorização do Navio Patrulha Fluvial Pedro Teixeira, a partir da aquisição de dois grupos motor-gerador e a construção de 14 Embarcações de Transporte de Tropa;

• Implantação da infra-estrutura básica nos Municípios mais carentes da região da Calha Norte e implantação de infra-estrutura básica em Municípios da Região Norte. Os recursos dessas ações são oriundos, na sua quase totalidade, de emendas parlamentares, individuais, de bancada ou de comissões e se destinam a realizar obras de infra-estrutura básica nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações, nas comunidades mais carentes da região de atuação do Programa, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população com a finalidade de fixar o homem na região, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na região.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é efetuado por meio de:

a) reuniões semanais com a equipe técnica dos convênios para avaliar o andamento das obras em execução;
b) fiscalizações, por equipe do Programa, nas obras conveniadas de acordo com o seu cronograma. No mínimo, cada obra é fiscalizada duas vezes, além da vistoria final. No caso das demais ações, que demandam repasses para os Comandos Militares é elaborado um relatório mensal onde se presta conta da aplicação dos recursos repassados;
c) sistemas informatizados, desenvolvidos no próprio Programa Calha Norte, para acompanhamento do andamento das obras;
d) atualização constante das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);
e) Relatório de Gestão enviado à Secretaria de Controle Interno (Ciset/MD) no início de cada ano.

Em relação ao cumprimento de metas físicas, a Ação Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte existe uma distorção reiterada entre as metas estabelecidas e as metas alcançadas, devido a 99% dos recursos, em Lei Orçamentária, serem provenientes de Emendas Parlamentares. Por ocasião da apresentação da Emenda, o autor estabelece as metas físicas (obras, no caso) que ele pretende realizar com os recursos alocados. Quando ocorre a liberação das Emendas, o seu autor envia a relação de obras a serem executadas com os recursos liberados, obras essas que nem sempre coincidem, em quantidade, com as metas apresentadas por ocasião da apresentação da Emenda.

No caso das Emendas de Bancada e de Comissões Temáticas do Congresso Nacional, a distorção é maior ainda, ocasionada pelo fato dos valores apresentados serem de somas elevadas com metas físicas compatíveis, porém, os cortes efetuados, pelas Relatorias Setorias e Geral do Orçamento, nos valores das Emendas, que chegam a 95%, em média, não acompanham a compatibilização das metas físicas.

A Ação Apoio às Comunidades da Região da Calha Norte também recebeu recurso de Emendas Parlamentares, com metas físicas muito acima do executável e, por ocasião da sua liberação, o autor da Emenda solicitou a sua execução abaixo da sua previsão.

A execução orçamentária no ano de 2006 foi compatível com a dotação autorizada na LOA 2006 (inclusive créditos). Ressalta-se que as ações que descentralizam recursos para os Comandos Militares têm execução célere, no entanto, as ações em que são descentralizados recursos para a execução de convênios tem seu desempenho um pouco abaixo, embora seu desempenho seja satisfatório.

Em relação à liberação do fluxo de recursos, na ação Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte, houve dois momentos

de liberação de recursos em 2006: junho e dezembro. Isso prejudica a programação de convênios, pois não há regularidade, ao longo do ano, na sua liberação.

Nas demais ações houve fluxo regular de recursos no decorrer do ano. Em relação aos convênios celebrados em 2006, não houve liberação de recurso financeiro. Ainda, ocorreram atrasos nas prestações de contas em cerca de 20% dos Municípios conveniados e muitos Municípios passam grande parte do ano inadimplentes, impossibilitando a celebração de convênios.

Quanto a processos de licenciamento ambiental, em alguns casos há conflitos de competência entre órgãos ambientais de Estados e Municípios, prejudicando a celeridade na concessão de licenças ambientais.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Quanto a mecanismos de promoção de participação social, a equipe realiza, constantemente, reuniões com as comunidades abrangidas pelo Programa. Essas reuniões assumem um caráter relevante para a obtenção de informações sobre as obras em andamento.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários, devido à falta de recursos financeiros para que seja realizada dentro dos parâmetros técnicos adequados.

O grande aperfeiçoamento necessário para, realmente, direcionar uma parcela dos recursos da Ação Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte, seria contemplá-la no orçamento com, pelo menos, R$ 5 milhões de reais, para que o Programa possa investir em regiões pontuais da área de fronteira, em regiões mais carentes, não ficando sujeito aos interesses de emendas parlamentares.

A Ação Implantação de Unidades Militares, também, deve ter a sua dotação orçamentária aumentada, tendo em vista a preocupação com a segurança (em sentido amplo) da Amazônia brasileira.

Em relação à estrutura administrativa do Programa, seria importante a sua vinculação direta à Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (SPEAI), do MD, eliminando um nível hierárquico. Atualmente, o Programa é vinculado ao Departamento de Política Estratégia, integrante da SPEAI/MD, para que, desta forma, os trâmites se tornam mais céleres.

Seria importante, ainda, a criação de uma estrutura consultiva/deliberativa (espécie de Conselho) integrada por representantes do MD e Comandos Militares, para que pudesse definir, a médio e longo prazo, a aplicação dos recursos do Programa em suas ações/projetos para que se estabeleçam metas mais condizentes com os objetivos.

**RECOMENDAÇÕES**

• Excluir o indicador Densidade Populacional Na Região Da Calha Norte no PPA 2008-2011, pois não há como o Programa interferir, objetivamente, na densidade populacional na área abrangida;

• Alteração do público-alvo do Programa para: população dos Estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os Municípios da Calha Norte do Rio Amazonas no Estado do Pará e a Ilha de Marajó.

# COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS

## OBJETIVO

Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e Inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar.

## PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 28.388.276,00 | Empenho Liquidado: | R$ 22.490.456,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 22.490.456,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÍVEL DE IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA.

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 26

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador do Programa é calculado pela relação entre o número de subsistemas de comunicações, comando, controle e inteligência (C3I) implantados e integrados e o número de subsistemas necessários à implementação e integração do macrosistema de Comunicação, Comando, Controle e Inteligência, sob coordenação do Estado-Maior de Defesa, nos três ambientes operacionais (terra, mar e ar). O índice previsto para o final do PPA 2004-2007 não deverá ser atingido, uma vez que não foram alocados os recursos orçamentários planejados e propostos para o período. Observe-se, no entanto, que o índice só foi apurado no início do PPA (10%).

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

É imprescindível aperfeiçoar a capacidade de comando e controle de todos os órgãos envolvidos na tarefa de defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo de decisão, baseado em sistemas inteligentes e capazes de antecipar situações que exijam sua utilização, em meios de comunicação modernos e seguros e na atividade de inteligência com forte suporte no sensoriamento remoto.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Implantação do Centro de Operação do Comando Supremo e Forças Singulares: início do desenvolvimento da versão 2.0 do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com conclusão prevista para junho de 2007; apoio, com equipamentos e *software*, às operações combinadas realizadas, com integração crescente dos Comandos nelas envolvidos; capacitação de recursos humanos, por meio de participação em seminários e realização de cursos na área da tecnologia da informação e implementação do Sistema de Comando e Controle do Plano de Contingência para a Pandemia de *Influenza* Aviária;

• Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência: aquisição de imagens de satélite de alta resolução; aquisição de *softwares* para processamento, análise e interpretação de imagens de satélite e desenvolvimento e operacionalização de pontos de acesso ao Portal de Inteligência Operacional;

• Implantação do Sistema de Comunicações Militares via Satélite: aquisição de uma segunda antena de Banda X para a Estação Central de Brasília e aquisição de uma estação reserva de Banda X, a ser instalada na Estação do Rio de Janeiro;

• Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras: início da implantação do Plano de Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Enlace Tático de Dados (SISTED) e aquisição de equipamentos para ampliar os laboratórios de pesquisa das Forças Singulares a fim de capacitá-los para a implantação do Sistema Tático de Dados Inter-Forças.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações utilizadas pelo Programa são: inspeções realizadas, periodicamente, destinadas à verificação do andamento das etapas do projeto em execução; monitoramento do Gerente quanto ao desempenho físico das Ações do Programa por meio da validação trimestral das ações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatório Anual de Gestão, pelo qual os coordenadores de ação apresentam ao Gerente do Programa o comportamento do desempenho físico das Ações no decorrer do ano.

A meta física atingida, na Ação Implantação de Centros de Operações do Comando Supremo e Forças Singulares, foi de 80%. Deixaram de ser adquiridos, em razão de entraves administrativos na realização de licitações e na celebração de contratos, equipamentos do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC).

Com relação a Ação Sistema de Comunicações Militares via Satélite,a meta física atingida foi de 92,7%. Não foi possível implantar o Projeto de gerenciamento do sistema, em virtude de entraves administrativos que atrasaram a realização de licitações.

Todos os produtos e serviços contratados foram entregues e/ou realizados dentro dos prazos e requisitos pré-estabelecidos no âmbito da Ação Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência. A meta física foi alcançada na sua totalidade.

Ações – "Implantação do Sistema de Comunicações Militares via Satélite" e Sistema de Comunicações Militares via Satélite atingiram 100% das meta física. Todos os produtos e serviços contratados foram entregues e/ou realizados dentro dos prazos e dos requisitos pré-estabelecidos.

Saliente-se que a imposição de cronograma de limite financeiro mensal, além de entraves administrativos na realização de licitações e na celebração de contratos, dificultaram, parcialmente, o desempenho físico das ações no decorrer do exercício.

Os recursos orçamentários executados tiveram a sua realização retardada, em conseqüência da aprovação da Lei Orçamentária Anual 2006 ter ocorrido somente em maio de 2006, impondo, até aquela data, o contingenciamento dos recursos destinados a investimentos e a execução orçamentária por meio de duodécimos. Ressalte-se que foram empenhados R$ 22,5 milhões, do total de R$ 28,4 milhões disponibilizados em 2006 (Lei + créditos) para o Programa.

Quanto ao fluxo de recursos, embora tenha sofrido descontinuidade, não prejudicou a execução programada, pois foi efetuada uma reprogramação dessa execução no decorrer do exercício.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

## OBJETIVO

Controlar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, circulação, armazenamento e comércio de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos.

## PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas que fabricam, utilizam, importam, exportam, transportam e comercializam produtos controlados pelo Exército.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.155.708,00 | Empenho Liquidado: | R$ 14.131.021,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 14.131.021,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE CONTROLE DE ARMAMENTOS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 169,45
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Os índices apurados estão acima dos previstos. Os fatores que influenciaram foram: melhoria dos sistemas de controle informatizados; aumento da eficácia do cumprimento do Plano de Vistoria; aperfeiçoamento da legislação e disponibilização de meios necessários.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, utilização, importação, exportação, desembaraço alfandegário, tráfego e comércio de armamentos, explosivos, munições e demais produtos controlados, realizar o registro e o cadastramento de todas as armas de uso restrito de posse dos Órgãos de Segurança Pública e seus integrantes, bem como o de colecionadores, atiradores e caçadores, com base no Art. 24

da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 3.665, de 20 Nov 2000, que aprovou o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Publicação de 12 novas Portarias para o aperfeiçoamento do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados, sendo as principais: Portaria de coletes à prova de balas; Portaria de ácido fluorídrico; Portaria de classificação, importação e avaliação técnica de fogos de artifícios, artifícios pirotécnicos e artefatos similares; Portaria de vistorias em atividades com produtos controlados pelo Exército e Portaria que altera artigos das Normas Administrativas Relativas às Atividades com Explosivos e Acessórios;

- Participação na modelagem técnica do Centro Tecnológico de Pirotecnia - Santo Antônio do Monte (MG);

- Publicação do **Guia do Comandante**, com tiragem de 2.000 exemplares, para orientação de assuntos referentes à fiscalização de produtos controlados, para todos os comandantes de unidades militares do Exército;

- Avaliação do Sistema de Marcação de Munições;

- Avaliação de Sistema de Guia de Tráfego Eletrônica na 2ª Região Militar, com a Contratação de Empresa de Tecnologia da Informação para apresentar, em 2007, nova estruturação;

- Aquisição de 38 veículos administrativos para o atendimento da fiscalização;

- Realização de dois Simpósios de Fiscalização de Produtos Controlados em Brasília (DF);

- Realização de Operação Concentrada em lojas especializadas em vendas de armas e munições no mês de setembro de 2006, envolvendo cerca de 700 militares em dois dias de operação;

- Implantação do Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições (SICOVEM);

- Desenvolvimento do SIGMA INSTITUCIONAL, para cadastramento das armas dos integrantes dos Órgãos de Segurança Pública;

- Disponibilização de acesso às informações do SIGMA por intermédio do Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (INFOSEG);

- Capacitação dos integrantes das Seções de Fiscalização de Produtos Controlados por meio de cursos, simpósios e treinamentos;

- Implementação de nova página da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) na Internet, proporcionando uma melhor disseminação de informações para a sociedade e empresas registradas no Exército.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Foram realizados dois Simpósios de Fiscalização de Produtos Controlados em 2006, em que foram tratados das metas para 2006 e de sugestões para aprimoramento do sistema de fiscalização.

A Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC realiza visitas de orientação técnica nas Regiões Militares, que são as responsáveis diretas pela fiscalização das pessoas físicas e jurídicas cadastradas no Exército.

A DFPC monitora por intermédio dos sistemas informatizados SIGMA, Sistema de Controle Fabril (SICOFA), Sistema de Controle de Vendas e Estoque de Munições (SICOVEM), Guia de Tráfego Eletrônica e SISCAB a evolução do número de registros inseridos no sistema.

Anualmente, é confeccionado um relatório final constando todas as atividades desenvolvidas e seus resultados em relação às metas traçadas. Estipula-se, nesse relatório, as metas para o ano seguinte.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Na metade do exercício financeiro de 2006, houve um contingenciamento de R$ 2,9 milhões, que somente foi revertido em dezembro. Foram contingenciados recursos referentes ao pagamento de diárias e despesas com locomoção, fundamentais para o cumprimento do Plano de Vistoria.

A participação social ocorre na forma de consultas às Federações, Associações de Classe, Grupos de Interesse, Clubes e Agremiações envolvidas com atividades de fabricação ou emprego de produtos controlados pelo Exército, quando da necessidade de edição de nova norma ou portaria regulando a atividade.

A Diretoria disponibiliza na sua página eletrônica o Fale DFPC, que permite a interação com o público-alvo e com a sociedade interessada nas atividades desenvolvidas pelo Exército nesta área. O programa avalia a satisfação de seus beneficiários através de pesquisa de satisfação do usuário que acessa a página da DFPC na internet.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL

## OBJETIVO

Promover o desenvolvimento do Sistema de Aviação Civil brasileiro a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos pelos componentes do Sistema.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários e pessoal especializado da aviação civil.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 155.872.679,00 | Empenho Liquidado: | R$ 102.141.708,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 102.141.708,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. FATOR DE APROVAÇÃO DE EMPRESAS FISCALIZADAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

### 2. EVOLUÇÃO DAS LICENÇAS EXPEDIDAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,05
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,05

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

### 3. FATOR DE APROVAÇÃO DE PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E PROCEDIMENTOS FISCALIZADOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,05
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,05

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

**4. GRAU DE ACOMPANHAMENTO DE AERONAUTAS EM ATIVIDADE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0,95
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,95

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

**5. ÍNDICE DE SEGURANÇA DE VÔO**

**Unidade de medida:** acidente por milhão de decolagens
**Índice apurado em 2006:** 1,05
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,05

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice apurado em 2006 atingiu a meta prevista para o final do PPA.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A necessidade do transporte aéreo de pessoas e cargas, dentro e fora do Território Nacional, buscando promover um serviço de qualidade por meio do apoio à formação de pessoal especializado, aperfeiçoamento dos instrumentos de certificação, fiscalização e controle da aviação civil brasileira justificam o Programa.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aquisição de três aeronaves para instrução em aeroclubes e recebimento de uma adquirida em 2005;
- Realizados 5.074 procedimentos de homologações, registros e controles de empresas, equipamentos e pessoal especializado;
- Realizadas 47.500 avaliações médicas periódicas e/ou eventuais, visando à concessão e/ou renovação do Certificado de Capacidade Psicofísica da Habilitação de Tripulante;
- Foram matriculados 2.351 alunos em cursos de formação e especialização na área de Aviação Civil;
- O Sistema de Informações para Controle da Aviação Civil foi mantido e atualizado com dados referentes às habilitações, tanto técnicas quanto administrativas, de aeronaves, aeroclubes, aeródromos, tripulantes.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A elaboração da proposta para 2006 aconteceu quando a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) ainda não havia sido criada. Portanto, o orçamento foi elaborado com

base em uma programação do Departamento de Ação Civil (DAC), em que não constava a previsão dos contratos para atender à manutenção da ANAC. O contingenciamento orçamentário inviabilizou alguns contratos que se encontravam em fase de empenho da despesa, e, também, licitações em andamento.

A Sede da ANAC teve seu funcionamento efetivado, mediante cessão de uso do prédio anteriormente ocupado pela extinta Viação Área de São Paulo S.A (VASP), cujas instalações são insuficientes para atender toda a estrutura organizacional da Agência. Além disso, das seis reformas previstas, só foi possível a realização de uma.

As ações que eram desenvolvidas pelo DAC foram transferidas para a ANAC, após a sua criação, necessitando, portanto, de designação de novos coordenadores. Uma das dificuldades encontradas nesta primeira fase diz respeito à consolidação dos dados físicos, tendo em vista que as ações são executadas de forma descentralizadas pelas Gerências Regionais.

As Gerências Regionais da ANAC, cujas atividades eram desenvolvidas pelas Regionais de Aviação Civil (SERACs), em espaços restritos, necessitando, portanto, de reformas para adequação ou ampliação das instalações ou de aquisição ou contratação de local para novas sedes, pois algumas estavam localizadas em espaços destinados estritamente às atividades militares.

Apesar das cessões de pessoal autorizadas pelos seus órgãos de origem, a maioria é para ocupar funções gerenciais. Porém encontra-se em andamento concurso público que deverá suprir a ANAC de pessoal qualificado para atender a execução de suas ações pertinentes.

As ações Fiscalização da Aviação Civil e Homologação, Registro e Controle de Empresas e Equipamento e Pessoal Especializado deverão ser regionalizadas, pois são implementadas de forma descentralizada pelas Gerências Regionais da ANAC.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Na ANAC existe um setor de Ouvidoria, que passou a funcionar em janeiro de 2007. Diversas autoridades da ANAC participam de audiências públicas, reuniões com sindicatos, empresas e com a indústria da aviação de modo geral.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

## OBJETIVO

Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários do sistema aeroportuário brasileiro.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.350.000.759,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 496.870.107,00** |
| | **Pago Estatais:** | **R$ 578.666.851,00** |
| | **Total:** | **R$ 1.075.536.958,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **R$ 998.585.863,90** | **R$ 109.752.505,00** | |

## INDICADOR

### 1. GRAU DE DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 78,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 87

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

As ações de responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) têm-se realizado dentro das expectativas de referência.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Suportar o desenvolvimento sócio-econômico nacional por meio da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária; apoiando as empresas no escoamento de suas produções; aumentando as opções de acesso ao Território Nacional, beneficiando a indústria do turismo; promovendo a integração regional como parte essencial da inserção competitiva do País no Mercosul e estabelecendo opções de acesso de aeronaves militares em todo o País como fator de integração, desenvolvimento e defesa nacional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto Santos Dumont para dar suporte essencial às operações da ponte aérea RJ-SP e que foi fundamental aos Jogos Pan-americanos de 2007. A capacidade atual de 2,5 milhões de passageiros/ano será ampliada para 8,5 milhões de passageiros/ano após a conclusão das obras. Foram realizados no período de novembro e dezembro de 2006 serviços essenciais nas edificações do embarque, desembarque e conector, além de serviços de pavimentação realizados na Táxi Way;

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto Internacional de Guarulhos a fim de realizar a melhoria do sistema de pátios e pistas de forma a aumentar a capacidade operacional e adequá-la ao atual movimento e à demanda futura do complexo aeroportuário que comporta o maior número de vôos internacionais e cargueiros do País e da América do Sul. Do projeto, que se encontra em 27,4% de sua execução, foram executados o aterro da área da pista de táxi PR-A e PR-V e do pátio de apoio de rampa; a escavação, carga e transporte de material brejoso do pátio remoto; a concretagem, forma, armação e montagem do sistema de drenagem; o recapeamento, revitalização e a sinalização horizontal do sistema viário de acesso;

• Adequação e modernização do Aeroporto de Congonhas visa prover o aeroporto de condições operacionais, de conforto e de segurança compatíveis ao movimento de 18,7 milhões de passageiros/ano, por se tratar do aeroporto de maior movimento de passageiros do País, localizado em área urbana sensível e extremamente exposta a qualquer alteração de natureza operacional. Foram executadas as obras de recuperação do pátio de aeronaves, serviços de acabamento da ala sul do aeroporto e a inversão da rampa de acesso à Avenida Washington Luís, totalizando 77% da obra já executada;

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto de Goiânia no qual a construção do novo complexo de terminal e pista de táxi visa ao atendimento da crescente demanda do movimento de passageiros e a melhoria operacional na movimentação de aeronaves, visto que a atual infra-estrutura disponível encontra-se saturada, com capacidade para 600 mil passageiros/ano e movimento, em 2006, de 1,4 milhão de passageiros. Após a conclusão das obras, a capacidade será de 2,1 milhões de passageiros/ano. Do projeto, encontra-se em execução: o sistema de pista com escavação/regularização; o lançamento dos dutos e envelopamento; o reaterro compactado de concreto e alvenaria das caixas do banco de dutos e o plantio de grama nas áreas verdes e no talude ecológico;

• Expansão do Aeroporto Internacional de Brasília objetivando dotá-lo o aeroporto de infra-estrutura compatível à sua crescente demanda, e a sua tendência de aumento, caracterizada pelo seu caráter de ponto de conexão (*hub*) para diversas rotas. A capacidade atual é de 7,4 milhões de passageiros/ano, contra 9,8 milhões de passageiros processados em 2006. Após a conclusão das obras, a capacidade será ampliada para 11 milhões de passageiros/ano. Do projeto, encontram-se concluídas as obras de recuperação das juntas das cabeceiras com recapeamento e aplicação de *grooving* (ranhuras no asfalto para drenagem) na pista de pouso e rejuvenescimento e recapeamento da pista de táxi aéreo e a construção de área para equipamento de rampa;

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto de Vitória para atender à crescente demanda do movimento de passageiros e cargas e a melhoria operacional na movimentação de aeronaves, pois é o aeroporto pólo de sustentação operações aéreas ao norte do Rio de Janeiro e o de suporte às operações *off-shore* da Petrobras. O atual terminal com capacidade para 560 mil passageiros/ano operou com mais que o dobro de sua capacidade, 1,7 milhão de passageiros em 2006. Após a conclusão das obras a capacidade será ampliada para 2,1 milhões de passageiros /ano. Foram executados, no período de 2006, o resgate da fauna e flora, o monitoramento arqueológico, a terraplanagem dos sistemas de pistas, pátio de aeronaves e terminal de passageiros, as estruturas da torre de controle do Grupamento de Navegação Aérea e as estruturas e galerias de drenagem;

• Ampliação, adequação e modernização do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, o atual aeroporto de Natal, está no seu limite, em função da atividade turística. Há a perspectiva de várias empresas comerciais internacionais aumentarem sua malha aeroviária, utilizando o aeroporto de Natal como centro de distribuição ao Nordeste brasileiro. Isso motivou a construção de um novo aeroporto civil em São Gonçalo do Amarante. Do projeto, foram executadas as obras e serviços de engenharia de terraplanagem, o cercamento da área e a manutenção das vias de acesso e os serviços de pavimentação.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O fluxo de recursos esteve compatível com a programação física de 2006. Porém, os créditos adicionais solicitados somente foram aprovados no final do mês de Dezembro/2006.

Os recursos foram suficientes para a execução das obras, encerrando o ano de 2006 com realização de 78,6% do montante geral previsto em lei. Apesar de algumas incorreções na informação das metas físicas, visto que as alterações das metas na Lei Orçamentária Anual, através de crédito suplementar e extraordinário realizados no ano de 2006, terem sido feitas apenas para os montantes financeiros, ficando as metas físicas com a posição constante da proposta original, o cumprimento da meta física consolidada não foi prejudicado.

Os investimentos que se encontram em andamento estão sendo direcionados aos aeroportos com maior grau de comprometimento da capacidade de tráfego de aeronaves, passageiros e carga, bem como àqueles de interesse estratégico do Governo Federal, a fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatível com as necessidades do País.

A INFRAERO, contratou um corpo técnico de engenharia para auxílio na medição e fiscalização das obras em andamento. É encaminhada, mensalmente, à área financeira, planilha com os dados de realização financeira e física, oriundos do Sistema de Preparação e Controle Orçamentário (SIPRECO), cujos dados são atualizados mensalmente pela sinopse das medições das obras nos Aeroportos.

Quanto às licitações e celebração de contratos, além dos processos licitatórios demandarem tempo, principalmente, no que diz respeito às concorrências internacionais para aquisição de equipamentos importados, as áreas técnicas encontram dificuldades para especificação dos equipamentos, dada a sua contínua evolução tecnológica. Além disso, o grande número de questionamentos e de recursos interpostos dificulta a celeridade dos processos, fato que ocasionou a baixa realização de algumas ações.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A INFRAERO, objetivando o cumprimento do seu compromisso social de proporcionar igualdade a todos, institucionalizou a sua política de acessibilidade. Tal política visa a promover, no âmbito de sua responsabilidade, as condições necessárias para assegurar às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o pleno exercício dos direitos individuais e sociais. Em 2006, a rede de aeroportos administrados pela INFRAERO deu continuidade à implementação de ações para proporcionar melhores condições de acessibilidade em suas instalações, com diversas melhorias realizadas, tais como: a instalação de telefones para deficientes auditivos, com teclado acoplado; ambulância específica denominada *ambulift*; rampas de acesso; micro-ônibus adaptado, dentre outros.

Destaca-se a iniciativa de implementar uma Ouvidoria na INFRAERO, no sentido de elucidar os principais problemas vistos aos olhos dos clientes em geral, contribuindo para uma melhor adaptação dos projetos para promover a satisfação do cliente, seja através de medidas na rotina operacional ou na ampliação e adequação da rede aeroportuária.

**RECOMENDAÇÕES**

- Implantar comitê gestor do programa, a fim de melhorar a sinergia entre as ações, conforme o Decreto n nº 5233/2004.

# ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA

## OBJETIVO

Formar e educar continuadamente os recursos humanos a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

## PÚBLICO-ALVO

Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.399.063,00 | Empenho Liquidado: | R$ 8.246.634,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 8.246.634,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (FORMAÇÃO)

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 99,24
**Índice previsto ao final do PPA:** 92

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice apurado em 2006 ficou acima do índice previsto para o final do PPA.

### 2. TAXA DE APROVEITAMENTO ACADÊMICO (PÓS-FORMAÇÃO)

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 99
**Índice previsto ao final do PPA:** 95

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice apurado em 2006 ficou acima do índice previsto para o final do PPA.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa de Ensino Profissional da Aeronáutica justifica-se pela ausência, no Brasil, de instituições de ensino com cursos específicos para formar e educar continuadamente

profissionais que atendam plenamente às necessidades do Comando da Aeronáutica, uma vez que a garantia da manutenção do poder aeroespacial reside na capacitação de profissionais habilitados para o desempenho de suas atividades específicas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Formação e capacitação de mais de 3.600 militares e civis para atender às diversas necessidades profissionais do Comando da Aeronáutica;

- Além do ensino da Língua Inglesa, que é compulsório, os alunos (cadetes) da Academia da Força Aérea Brasileira (AFA) estão sendo capacitados em Língua Espanhola ou Língua Francesa, conforme sua escolha de idioma estrangeiro opcional;

- Consolidação de aulas informatizadas em todas as organizações de ensino. Implantação de *Master Business Administration* (MBA) em Gestão Pública no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR);

- Implantação do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (PRÓ-DEFESA) na Universidade da Força Aérea (UNIFA) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) para a formação de mestres e doutores em Defesa Nacional. Implantação de Biblioteca em Defesa Nacional;

- Implantação de *software* Astor de Ensino a Distância, no Pró-UNIFA;

- Incrementada a Seção de Auxílio de Instrução para a confecção de aulas audio-visuais, propiciando melhorias no processo de ensino e aprendizado;

- Abertura de Concurso para o Curso de Formação de Sargentos (BCT), Modalidade Especial, com 160 vagas, a fim de suprir demanda extraordinária de controladores de vôo do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA);

- Abertura de Concurso para o Estágio de Adaptação de Oficiais Engenheiros, com 16 vagas, a fim de suprir demanda do Comando da Aeronáutica;

- Ampliação do período de realização do Estágio para Comandantes, Chefes e Diretores, abrangendo áreas de interesse da Aeronáutica ligados aos assuntos de recrutamento, jurídico e administrativo;

- Implantação do Estágio Básico de Sensoriamento Remoto, possibilitando capacitação mais especializada ao pessoal da Aeronáutica;

- Realização do Congresso de Defesa na AFA, possibilitando proximidade com o meio acadêmico civil do corpo docente e dissente.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A Execução física foi de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006.

O Programa visa a melhoria da capacitação do público interno do Comando da Aeronáutica. Portanto, com a implementação das medidas acima descritas, os resultados obtidos ao longo do ano 2006, ficaram acima do esperado.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A juventude é envolvida através da ação específica de Ensino Preparatório de Oficiais, que atende jovens de 14 a 18 anos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA

## OBJETIVO

Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil.

## PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.146.988,00 | Empenho Liquidado: | R$ 5.128.378,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 5.128.378,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO PESSOAL DA MARINHA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 87
**Índice previsto ao final do PPA:** 90

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Embora a variação do indicador existente, taxa de qualificação do pessoal da Marinha, tenha chegado a um índice de 87%, não é possível afirmar que será alcançado o índice originalmente previsto para o final do PPA 2004-2007 (90%), em virtude de reprovações e desistências de alunos matriculados, que ocorrem anualmente.

### 2. TAXA DE ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS INSTRUCIONAIS DA MARINHA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 84
**Índice previsto ao final do PPA:** 65

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A taxa de adequação dos recursos instrucionais da Marinha atinge um patamar de 84%, superior ao índice originalmente previsto para o final do PPA 2004-2007 (65%).

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As atividades relacionadas ao Poder Naval requerem um fluxo constante de formação e aprimoramento de recursos humanos, como forma de garantir sua continuidade e desenvolvimento. Compete à Marinha formar, especializar e aperfeiçoar seu próprio pessoal, visando sempre a elevação do nível educacional e profissional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Capacitação de 3.023 Oficiais, nos cursos de formação de oficiais nos cursos de: Formação de Oficiais; Altos Estudos de Política e Estratégia; Preparatório para Formação de Oficiais; pós-graduação nas áreas de interesse para Marinha Brasileira, no Brasil e no exterior, em diversas instituições de ensino, outras Forças Armadas e órgãos civis; e, Especialização e Aperfeiçoamento de Oficiais (realizados no Centro de Instrução de Almirante Wandenkolk - CIAW, Centro de Instrução de Adestramento Aeronaval - CIAAN; Centro de Instrução e Adestramento Almirante Átila Monteiro Ache - CIAMA e demais Centros de Instrução da Marinha Brasileira);

• Capacitação de 8.760 Praças nos cursos de: Formação de Praças (pelas Escolas de Aprendizes - Marinheiros de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Santa Catarina e pelos demais Centros de Instrução da Marinha); Qualificação Técnica (realizados em diversas instituições Extra-MB) e Especialização e Aperfeiçoamento de Praças;

• Capacitação de 1.428 oficiais e praças em cursos realizados a distância;

• O Colégio Naval obteve desempenho destacado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2006. Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e notícias veiculadas pela mídia, no ENEM 2006 o Colégio Naval foi o primeiro colocado no Estado do Rio de Janeiro e o quinto colocado em nível nacional, para Escolas Públicas. Com uma nota média de 68,33, o Colégio Naval ficou muito acima da média nacional, de 42,89, média esta que também inclui os colégios particulares. Cabe ressaltar que o Colégio Naval, diferente de muitos outros colégios, contou com a participação no ENEM de todos os alunos matriculados no 3º ano escolar. O resultado obtido demonstra não apenas a competência do corpo docente e equipes técnico-pedagógica, mas também o mérito individual de cada um dos alunos inscritos;

• Realização, no Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) e no Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), o curso em nível de pós-graduação *lato sensu Master of Business Administration* (MBA), ministrado por professores do Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD/UFRJ). O curso se destina a prover uma fundamentação teórica, com ênfase nos assuntos de administração e estratégia, visando a aumentar as capacidades de avaliação e decisão dos Oficiais em comissões futuras;

• Realização de cursos de qualificação em diversas Instituições Extra-Marinha do Brasil, para o Corpo Docente, mantendo-os capacitados e atualizados em suas áreas pedagógicas;

• Realização do Programa de Intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas Amigas nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, logística e instrução, que contou com a participação de representantes das Marinhas da África do Sul, Argentina, Bolívia, EUA, França, México, Namíbia, Peru e Venezuela.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados obtidos, em 2006, com a execução do Programa ficaram entre 80% e 100% do previsto. Em face do contingenciamento de parte dos recursos, não foi possível o alcance integral das metas previstas para o exercício. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. As metas físicas programadas foram atingidas, satisfatoriamente, permitindo o regular fluxo de ingresso e carreira na Marinha do Brasil.

Há necessidade de se alocar mais recursos orçamentários para atender ao programa, tendo em vista a quantidade de estabelecimentos de ensino a serem atendidos e o número de alunos a serem capacitados. Além disso, existe a carência de equipamentos instrucionais, principalmente simuladores.

Há necessidade de docentes para as diversas organizações militares pertencentes ao Sistema de Ensino Naval. Espera-se a abertura de concurso público para o magistério.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Embora o público-alvo seja a própria Marinha, não só as Organizações do Setor Operativo, como também as do Setor de Apoio, trazem benefícios diretos para a sociedade, na medida em que propiciam aos jovens formação acadêmica e ensino profissionalizante, além de, concomitantemente, engajá-los numa carreira promissora.

**RECOMENDAÇÕES**

• Realização de concurso público para admissão de docentes para as diversas organizações militares pertencentes ao Sistema de Ensino Naval.

# ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO

## OBJETIVO

Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro.

## PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 16.620.328,00 | Empenho Liquidado: | R$ 16.599.401,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 16.599.401,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

## TAXA DE QUALIFICAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 94,24
**Índice previsto ao final do PPA:** 95

**A viabilidade de alcance do índice ao final do PPA:** Alta
O indicador é medido pela relação percentual entre o número de alunos formados e o número de alunos matriculados.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de formar, qualificar e preparar, cognitivamente, segmento da sociedade brasileira para o desempenho da atividade militar.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Habilitação de 4.370 alunos militares e civis. Civis por intermédio de ações de ensino a distância (100% da meta prevista), entre os quais destacam-se os cursos oferecidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa apresenta os seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho visando ao estudo de medidas inovadoras que contribuam para o aprimoramento dos militares e para o desenvolvimento de pesquisas de interesse do Exército;
b) visitas *in loco* mensais do Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa e/ou os Diretores com o objetivo de inspecionar os estabelecimentos de ensino para acompanhar a execução do ano letivo;
c) sistema de planejamento administrativo de ensino e cultura (sistema informatizado do Departamento de Ensino e Pesquisa), que auxilia o planejamento das ações a serem realizadas por meio da inserção dos dados de execução e de seus custos.

A execução física das ações alcançou a faixa de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006. Cabe salientar que a eliminação de possíveis assimetrias de informação, no que diz respeito aos dados levantados pelos estabelecimentos de ensino, e a continuidade do processo ensino-aprendizagem com foco no aluno permitiram o alcance desse resultado.

A execução financeira atingiu, praticamente, 100% da previsão de R$ 16,6 milhões. Ressalte-se que a demora na aprovação da LOA 2006 causou um ambiente de incerteza, prejudicando a competitividade dos processos licitatórios. Ademais, os recursos foram insuficientes tendo em vista a uma maior demanda por despesas de investimento, pelo fato da realização, no corrente ano, do curso de capacitação de sargentos a ser realizado em organizações militares de corpo de tropa e pela realização do curso de Gestão de Assessoramento de Estado-Maior.

Cabe salientar que a descontinuidade do fluxo de recursos e a demora para a aprovação da LOA 2006 prejudicaram a programação da execução.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL

## OBJETIVO

Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

## PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.137.933,00 | Empenho Liquidado: | R$ 5.642.381,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 5.642.381,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE CAPACITAÇÃO LOGÍSTICA NACIONAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 4
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
A Taxa de Capacitação Logística Nacional não é um índice que possa traduzir, corretamente, a implementação e a execução do Programa, tendo em vista que as três ações que o compõem têm finalidades e tempo de permanência díspares.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Em que pese o estágio diplomático alcançado pela política nacional, em particular junto aos países vizinhos, o quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial recomenda que a Defesa Nacional continue a merecer atenção. A Constituição, em seu art. 22, atribui competência privativa à União para legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo em tempo de guerra (inciso III) e sobre a defesa territorial, aeroespacial, marítima e civil, bem como a mobilização nacional (inciso XXVIII). O art. 84 diz que "compete privativamente ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando

ocorrida no intervalo das sessões legislativas e, nas mesmas condições, decretar total ou parcialmente a mobilização nacional" (inciso XIX).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- A realização dos Estágios Intensivos de Mobilização Nacional nas cidades de Brasília (DF), Salvador (BA), Minas Gerais (MG) e Belém (PA), foram importantes vetores de disseminação das atividades de mobilização, na medida em que atingiram os mais variados segmentos da sociedade brasileira.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Quando for aprovado o Projeto de Lei nº 2272/2003 dar-se-á, então, a implantação do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) em todos os órgãos integrantes do sistema. Neste momento, haverá a necessidade de grande aporte de recursos financeiros e de recursos humanos capacitados e qualificados, além de instalações compatíveis. Após a implantação do SINAMOB, todos os seus órgãos integrantes deverão possuir recursos humanos capazes de planejar a Mobilização Nacional.

Todos os órgãos integrantes do futuro SINAMOB são estimulados a participarem do Curso de Logística e Mobilização Nacional, ministrado na Escola Superior de Guerra, ou de participarem, sem ônus, dos Estágios Intensivos de Mobilização Nacional, desenvolvido anualmente pelo Ministério da Defesa (MD).

Os constantes contigenciamentos de recursos reduzem a capacidade de se ampliar as atividades. A aprovação da lei de criação do SINAMOB exigirá um aporte orçamentário de maior monta, para fazer frente às novas metas físicas que a estrutura do sistema exigirá.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# PROANTAR

## OBJETIVO

Efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 23.717.030,00 | Empenho Liquidado: | R$ 13.520.991,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 13.520.991,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE PESQUISAS REALIZADAS NA ANTÁRTICA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 56
**Índice previsto ao final do PPA:** 54

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A taxa de pesquisas realizadas ultrapassou, a meta estabelecida em função dos recursos alocados aos diversos projetos científicos, bem como à disponibilidade logística para o atendimento desses projetos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os compromissos decorrentes do Tratado da Antártica, do qual o Brasil é signatário e a necessidade de reconhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre nossas áreas territoriais e marítimas levaram a Marinha a participar juntamente com outros órgãos governamentais, universidades e instituições de pesquisa, executoras da Política Nacional para Assuntos Antárticos e da pesquisa científica na Antártica, visando a obter informações úteis para outros ramos da atividade nacional, notadamente, bem como garantir a presença brasileira nos fóruns de decisão sobre o Continente Antártico.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 24 projetos de pesquisa aprovados e contratados. Por meio do Edital PROANTAR/CNPq 055/2005, foram apoiadas atividades de pesquisa científica na região antártica, Oceano Austral e adjacências, segundo duas modalidades distintas: projetos de demanda espontânea e projetos induzidos ligados ao tema Biodiversidade e Evolução na Antártica;
- Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) mantida;
- 30 relatórios de monitoramento das mudanças ambientais locais e globais observadas na Antártica.
- Apoio logístico aos mais de 20 projetos de pesquisa que participaram da Operação Antártica XXV;
- Aquisição de equipamentos e instrumentos científicos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados obtidos, em 2006, com a execução do Programa ficou entre de 80% e 100% do previsto. Em face do contingenciamento de parte dos recursos, não foi possível o alcance integral das metas previstas para o exercício. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

O atraso na aprovação Orçamento da União, em 2006, trouxe alguns transtornos para a parte logística do Programa, que, por suas características especiais, é obrigado a adquirir muitos itens no exterior. Citam-se, como exemplo, as vestimentas e veículos especiais de neve, cuja disponibilidade orçamentária ocorreu ao fim do primeiro semestre de 2006. Os recursos foram antecipados por meio de crédito extraordinário aberto por Medida Provisória.

A execução financeira da Ação Missão Antártica ocorreu de acordo com a previsão inicial devidamente corrigida durante o exercício. A ação recebeu crédito extraordinário destinado à complementação dos recursos necessários para as obras de revitalização da EACF, construção dos novos tanques de armazenamento de combustível e para o reparo do navio de apoio e das aeronaves da Marinha que participam anualmente do Programa.

A ação Monitoramento das Mudanças Ambientais Locais e Globais Observadas na Antártica executou 100% da meta prevista e 100% do financeiro previsto no orçamento.

Os órgãos do Ministério da Defesa (MD) que participam direta ou indiretamente das atividades do PROANTAR atribuem elevada prioridade ao Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal. O Sistema do Plano Diretor (SPD) foi adotado pela Marinha do Brasil há mais de 45 anos. Apesar de seu contínuo aprimoramento, este sistema

ainda carece de adequações que viabilizem sua perfeita interação com os demais sistemas utilizados pelos setores orçamentário e financeiro do Governo Federal. Ainda assim, o SPD contribui de forma significativa para que os recursos disponibilizados à Força sejam aplicados de modo tempestivo e efetivo.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO

## OBJETIVO

Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e à segurança pública.

## PÚBLICO-ALVO

Forças armadas brasileiras e polícias militares.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.790.000,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 1.550.000,00 |
| | Total: | R$ 668.294.707,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE NACIONALIZAÇÃO DOS ARMAMENTOS UTILIZADOS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
A viabilidade do alcance dos índices é prejudicada pela insuficiência de recursos orçamentários e pelo atraso na liberação dos recursos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e produzir o material bélico correspondente a uma base industrial mínima de defesa que evite a dependência externa de materiais estratégicos.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foi alcançada a meta de implantação de 5% do Sistema de Saneamento e Proteção Ambiental, que consiste, basicamente, no tratamento de efluentes.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os recursos foram liberados no final de 2006, prejudicando a obtenção dos resultados pelo Programa. No que se refere à adequação do parque industrial da Indústria de Material Bélico (Imbel), incluindo aquisição de máquinas e equipamentos, e modernização das operações, apenas 3% dos 33% de meta prevista, foram realizados.

O monitoramento do programa é realizado pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), gerando relatórios de acompanhamento.

Houve contingenciamento ao longo do ano e a liberação dos recursos só ocorreu no final de dezembro de 2006, comprometendo a execução da programação.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

## OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira (FAB) com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional. Defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, a lei e a ordem.

## PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 720.575.315,00 | Empenho Liquidado: | R$ 650.145.033,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 650.145.033,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. INDICADOR AERONAVES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 41,17
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Como a aquisição e a modernização de aeronaves, foco do Programa, atingiram pouco mais de 50% do previsto ao final do PPA, dificilmente o índice almejado será alcançado.

### 2. INDICADOR LOGÍSTICO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 39,54
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Como o índice apurado, derivado da aquisição de viaturas de superfície, de equipamentos de eletrônica e de comunicações e a implantação de sistemas de material

bélico, não chegou a 50% do previsto ao final do PPA, dificilmente o índice almejado será alcançado.

**3. INDICADOR INFRA-ESTRUTURA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 44,44
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Como a aquisição e modernização de próprios residenciais e de instalações militares a implantação de sistemas de simulações e de telemática atingiram pouco mais de 50% do previsto ao final do PPA, dificilmente o índice almejado será alcançado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Em razão da obsolescência natural de meios e da real necessidade do constante policiamento do espaço aéreo brasileiro, o Comando da Aeronáutica (COMAER) estuda, pesquisa e busca manter-se atualizado e pronto para efetuar a defesa do Estado brasileiro por meio de aquisições de materiais, de equipamentos e de adequações tecnológicas de seus meios. Este Programa visa a combater a insuficiência e a deficiência de meios (equipamento/material e infra-estrutura) operativos, considerando a extensão territorial continental brasileira e a existência de áreas (principalmente a Amazônia) sem instrumentos adequados para proteção e defesa.

Considerados os últimos dez anos, os níveis de investimento e custeio das Forças Armadas sofreram forte redução, comprometendo a sua capacidade operacional. Particularmente, a partir de 1995, os recursos alocados no Orçamento Geral da União (OGU) destinados ao atendimento de investimentos para o reaparelhamento das Forças Armadas têm-se mostrado insuficientes, ocasionando a obsolescência dos meios e a elevação do custo de manutenção, além de impedir o treinamento de homens com equipamento tecnologicamente atualizado.

A partir de 2000, o Comando da Aeronáutica pôde contar com um Programa de Reaparelhamento, ainda em andamento, denominado Plano de Recuperação Operacional da Força Aérea Brasileira (Profab), do qual o Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PFCEAB) seria a primeira etapa.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aquisição de 28 aeronaves:

a) 15 AL-X;
b) dois EMB 145;
c) quatro MIR 2000;
d) dois Helicópteros CH-60;
e) três CL-X;

f) dois Legacy;

- Aquisição de 40 viaturas;
- Conclusão da construção de 18 Próprios Nacionais Residenciais nos Afonsos (RJ);
- Continuação das obras de construção de Próprios Nacionais Residenciais:

a) 32 em Manaus (AM);
b) 87 em Campo Grande (MS);
c) 56 em Jacarepaguá (RJ);

- Modernização de 10 aeronaves F-5BR.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados obtidos em 2006 com a execução do Programa ficaram entre 40% e 80% do previsto. As restrições orçamentárias e contingenciamentos de recursos permitiram apenas o alcance parcial das metas. A compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física sofreu descontinuidade, prejudicando parcialmente a execução programada.

O percentual de execução física do Programa apurado leva em consideração apenas as metas previstas para o exercício e realizadas com recursos do ano. Contudo, parte desses recursos foi aplicado em metas que serão concluídas em 2007 (restos a pagar de 2006), que, se computadas, elevariam consideravelmente o índice.

O fluxo sofreu descontinuidade, o que prejudicou parcialmente a execução programada. Dois aspectos devem ser ressaltados: o creditício e o financeiro. No primeiro, o atraso na aprovação da LOA gerou retardo no início da execução das metas. O atendimento de créditos suplementares somente ocorreu no final do exercício, o que, além de provocar atraso, dificultou os processos licitatórios (por falta de prazos suficientes) restringindo a aplicação das metas. No segundo, o cronograma de desembolso limitou parte da execução orçamentária, posto que não se pôde assumir compromissos sem a expectativa de numerário para pagamento. Esta situação foi mais acentuada no primeiro semestre, quando, além dos compromissos com o orçamento do ano, havia os compromissos com restos a pagar. O cronograma financeiro não contemplou essa situação, não havendo aporte de recursos financeiros em maior volume nesse período.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Devido à característica e à dimensão do público-alvo do Programa, a participação da sociedade tem ocorrido por meio das instituições representativas dos Poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o Programa, principalmente no âmbito do Grupo Executivo Interministerial (GEI) e por meio dos veículos de comunicação.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

## OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval.

## PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 225.373.816,00 | Empenho Liquidado: | R$ 133.100.275,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 133.100.275,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 30
**Índice previsto ao final do PPA:** 31

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice de 31% deverá ser alcançado. O indicador relacionado à taxa de adequação da Marinha do Brasil é medido pela relação percentual entre o número de meios adequados à defesa existentes e o total de meios adequados necessários.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Em razão do permanente avanço das tecnologias empregadas na área militar, faz-se necessário um esforço da Marinha para manter os meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando a contribuir para a defesa do País como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Em julho de 2006, foi entregue à Esquadra o Submarino Tikuna, quarta unidade construída pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), maior submarino já construído no País. Este submarino é resultado de aperfeiçoamentos introduzidos pelos nossos engenheiros e técnicos no projeto alemão do submarino IKL-209;

• Modernização de Submarinos no que se refere aos sistemas auxiliares da propulsão do navio e de equipamentos de comunicações;

• Construção de um novo Navio Patrulha de 500 toneladas no estaleiro Indústria Naval do Ceará S.A (INACE), com o propósito de incrementar as ações de fiscalização e patrulha dentro de nossas águas jurisdicionais (Amazônia Azul), apoiando as atividades de pesca, de proteção ao meio ambiente, repressão de ilícitos, bem como efetuar ações de busca e salvamento visando a salvaguarda da vida humana no mar, em especial na área do Nordeste Brasileiro.

• Em janeiro de 2006, foi concluída a substituição dos motores de propulsão do NPaFlu Roraima e foi dado andamento aos mesmos serviços nos NPaFlu Amapá e NPaFlu Rondônia. Estes navios têm o mesmo emprego citado no item anterior, acrescido do apoio às populações ribeirinhas, prestando atendimento médico-odontológico e efetuando ações de cunho social, além de levarem a presença do Estado brasileiro às porções mais distantes da Bacia Amazônica;

• Celebração de contratos visando a capacitação de pessoal civil e militar na manutenção dos novos sistemas implementados nas Fragatas da Classe Niterói (ModFrag). Esses contratos foram firmados e se encontram em execução;

• Em paralelo com a modernização, foram desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisas da Marinha e pelo Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, os Sistemas de Controle de Avarias (SCAV) e Sistema de Controle e Monitoração da Propulsão e Auxiliares (SCMPA), respectivamente. Tais sistemas, vitais para navios de guerra, anteriormente de origem estrangeira, foram integralmente desenvolvidos e produzidos por estas instituições com intensivo apoio de empresas nacionais e estão sendo instalados nos navios modernizados. A Fragata Defensora já recebeu o SCAV, a Independência recebeu o SCMPA e a Liberal está em processo de instalação de ambos;

• Com relação à Modernização de Organizações Militares, dentre diversas obras em andamento, a mais relevante é a revitalização do AMRJ que visa dotá-lo de um parque industrial eficiente e moderno, capaz de acompanhar a evolução técnica dos processos de construção naval e atender com presteza as demandas dos serviços dos meios.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução financeira atingiu o valor de R$ 133 milhões, o que equivale a aproximadamente 60% do montante previsto. Em decorrência dos limites orçamentários impostos à Marinha do Brasil, foram contingenciados, em 2006, R$ 89 milhões no presente Programa, o que corresponde à cerca de 40% do valor contemplado.

Em razão do contingenciamento da dotação orçamentária, não foi possível concluir a maioria das metas físicas previstas na Lei Orçamentária. Em face dos insuficientes referenciais monetários atribuídos à Marinha do Brasil, as metas físicas foram propostas em patamar inferior ao previsto. A existência de restos a pagar do ano de 2005 e o estabelecimento de montantes de LP e LME no mesmo patamar, exigiram da Marinha a inscrição de despesas em restos a pagar para 2007 e a postergação de realizações.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

É relevante a desativação, por obsolescência, nos últimos 10 anos, de 21 navios e nove aeronaves com a contrapartida de ingresso no inventário naval de apenas 10 navios. Caso se mantenha essa situação nos próximos anos, tornar-se-á irreversível a perda da Esquadra.

O atraso de 90 meses na construção da Corveta Barroso e a atual situação do inventário das Unidades Navais são conseqüências dos contingenciamentos e parcos recursos impostos à Marinha ao longo dos últimos anos. Ressalte-se que o *software* de combate desse navio está sendo integralmente concebido, desenvolvido e produzido por empresas brasileiras.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

## OBJETIVO

Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro.

## PÚBLICO-ALVO

Nação brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 49.469.326,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 48.824.521,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 48.824.521,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 8,37
**Índice previsto ao final do PPA:** 2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixo
O índice final dois é muito difícil de ser alcançado, em razão dos poucos recursos liberados na Lei Orçamentária Anual 2006.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro ao buscar dotar as suas Organizações Militares (OM) com vetores de modernidade tem o propósito de obter um adequado suporte ao reparo e ao emprego da Força Terrestre.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Aquisição de 250 blindados, 54 viaturas diversas, 818 equipamentos de comunicações, eletrônica e informática, oito armamentos (Sistema anti-aéreo míssil Igla, fuzis, obuseiros e mira laser).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Não houve contingenciamento e a execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Cabe ressaltar, que embora dentro do previsto, as execuções físicas das seguintes ações estão bem abaixo das reais necessidades planejadas:

a) implantação da Brigada de Operações Especiais;
b) implantação da Brigada de Operações de Força de Paz;
c) implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva;
d) implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve;
e) modernização Operacional das Organizações Militares do Exército;
f) modernização da Força Terrestre.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# RECURSOS DO MAR

## OBJETIVO

Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.073.984,00 | Empenho Liquidado: | R$ 7.678.820,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 7.678.820,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DO RELEVO E DOS RECURSOS EXISTENTES DA PLATAFORMA CONTINENTAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 66

**A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA :** Muito Baixa.

O levantamento do relevo submarino depende, principalmente, de um sensor denominado ecobatímetro multifeixe e somente em 2006 o Programa conseguiu recursos para adquiri-lo, ao ser contemplado com R$ 2.162.000,00. O equipamento será adquirido em 2007.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os acordos internacionais relativos ao direito do mar, dos quais o Brasil é signatário, bem como as necessidades de levantar e explorar os recursos da plataforma continental e

da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com finalidades de defesa e comerciais, impelem a Marinha de participar ativamente em trabalhos de levantamento de dados e informações sobre os recursos do mar, juntamente com outros órgãos governamentais, instituições de pesquisa e empresas nacionais, visando a ampliar os conhecimentos sobre as potencialidades do nosso mar e buscar novas formas de exploração dos recursos marinhos, em benefício da sociedade brasileira.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Manutenção da operacionalidade da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, assegurando a continuidade das pesquisas científicas naquela região e contribuindo para garantir ao Brasil o estabelecimento de uma ZEE de 450.000 km² ao redor do Arquipélago;

- Apoio às atividades de 24 projetos de pesquisa, com a participação de 48 pesquisadores;

- Realização de três comissões de manutenção e dos treinamentos pré-Arquipélago. Foram adquiridos diversos equipamentos para recuperar a Estação, uma vez que, nos primeiros dias do mês de junho, suas condições de habitabilidade foram seriamente comprometidas por ação violenta do mar;

- Pesquisa e monitoramento oceanográfico realizados por intermédio do Programa Global de Observação dos Oceanos (GOOS/BRASIL);

- Realização da manutenção de bóias fixas no Atlântico Tropical e Atlântico Sul, e a operação de uma linha de monitoramento de alta densidade das temperaturas da capa superficial do oceano Atlântico Sul, na área entre a cidade do Rio de Janeiro e a Ilha de Trindade, além do lançamento de quinze bóias de deriva;

- Ampliação da capacidade de armazenamento, bem como diversas outras relacionadas às atividades de suporte, documentação e bibliografia;

- Elaboração de um novo programa para carga de dados ambientais.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas no exercício de 2006 situou-se entre 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Registra-se, no entanto, que os recursos da LOA consignados ao Programa não são suficientes para sua completa execução.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) desenvolve entendimentos com o setor privado, em especial com o setor de mineração, no intuito de obter recursos adicionais para o Programa.

São promovidas reuniões com setores acadêmicos e setores privados para definição de linhas de pesquisa que atendam aos interesses dos potenciais beneficiários.

Cabe ressaltar que Plano Setorial de Recursos do Mar (PSRM) desenvolve ações que não estão dentro deste Programa e que a elaboração do VII PSRM, em andamento, prevê articulações que promovam a migração de tais ações para este Programa.

Dentre os aspectos do Programa que necessitam ser aprimorados, destaca-se a introdução de indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Neste aspecto, está em fase de construção um painel de indicadores elaborado a partir de ampla discussão com todos os atores envolvidos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA

## OBJETIVO

Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira.

## PÚBLICO-ALVO

Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 70.725.098,00 | Empenho Liquidado: | R$ 63.366.503,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 63.366.503,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. COEFICIENTE DE ACIDENTES NÁUTICOS

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** 1,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice apurado em 2006 já alcançou o previsto para o final do PPA.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Por força de atribuições legais e de acordos internacionais, compete à Marinha executar diversas atividades voltadas para a segurança da navegação, controle e proteção dos meios e pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob jurisdição brasileira. Tais atividades contribuem diretamente para a redução dos custos de navegação e, conseqüentemente, dos fretes dos produtos transportados, o que representa economia de divisas para o País e maior desenvolvimento.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Disponibilização de informações ambientais provenientes da modelagem atmosférica e de ondas para as regiões costeiras brasileiras do Sul e do Sudeste na página da Internet do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM);

• Participação na Comissão OCEANO SE-IV, realizada pelo Navio Oceanográfico ANTARES, visando a coletar dados oceanográficos, meteorológicos, batimétricos de auxiliar à navegação no litoral sudeste, a fim de dar prosseguimento ao Plano de Desenvolvimento do Programa Oceano;

• Realização de nove Levantamentos Hidrográficos (LH);

• Migração de 154 Cartas Náuticas da Diretoria de Hidrovia e Navegação (DHN) para o formato Maptech-NOAA/BSB de Carta Eletrônica *raster*;

• Publicação de duas novas edições de Cartas Náuticas e 20 pequenas atualizações;

• Emissão de 2.484 Avisos aos Navegantes e a instalação do Banco de Dados Cartográficos, primeiro passo que permitirá a confecção de cartas eletrônicas vetoriais;

• Conclusão das revisões das Normas da Autoridade Marítima (NORMAM);

• Realização do VI Simpósio da Segurança do Navegador Amador, em Santos;

• Realização de 1.043 cursos para as Comunidades Marítima e Portuária e de Atividades Correlatas, pelos Centros de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA) e Almirante Braz de Aguiar (CIABA), pelas Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências, pela Fundação de Estudos do Mar e, ainda, por outras Organizações Militares e Civis que realizaram cursos subsidiados pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM);

• Formação de 21.625 alunos nos diversos cursos ministrados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As restrições orçamentárias tiveram como conseqüência a redução de algumas atividades inicialmente planejadas, não sendo possível atingir as metas inicialmente previstas em razão da insuficiência dos recursos.

Em razão dos reduzidos referenciais monetários, a atuação do programa deve priorizar como atividades principais: a sinalização Náutica Brasileira que, com o passar dos anos, vem se deteriorando e acarretando dificuldades para que o Índice de Eficácia da Sinalização Náutica, sob a responsabilidade da Marinha do Brasil, mantenha-se no nível preconizado pela *International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorithes* (IALA) adotado no País e a aquisição de imagens e formação de pessoal em atividades afetas ao Sensoriamento Remoto, à Previsão Numérica e às Previsões Ambientais.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

É realizada ouvidoria pelos canais de comunicação existentes nas Capitanias, Agências e Delegacias que compõem o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA).

São, periodicamente, promovidas reuniões com grupos de interesse, como, por exemplo, sindicato de portuários e armadores, onde são identificadas as necessidades relacionadas ao número de cursos afetos ao Ensino Profissional Marítimo. O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários mediante pesquisas e inquéritos pedagógicos. Também são captadas críticas e sugestões pela Internet.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO

## OBJETIVO

Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

## PÚBLICO-ALVO

Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 534.020.860,00 | Empenho Liquidado: | R$ 522.681.924,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 552.953,00 |
| | Total: | R$ 523.234.877,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. ESPAÇO AÉREO MONITORADO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 95
**Índice previsto ao final do PPA:** 94

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, a taxa de monitoramento do espaço aéreo brasileiro atingiu 95%, superando o percentual previsto para o final de 2007.

### 2. ÍNDICE DE ACIDENTES AERONÁUTICOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0,61
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,56

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

No ano de 2006, o índice de acidentes apresentado foi de 0,61% (número de acidentes ocorridos na aviação civil dividido pelo número de aeronaves registradas no Registro Aeronáutico Brasileiro RAB-DAC, multiplicado por 100), tendo crescido 15% em relação ao ano anterior.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A necessidade de garantir o controle efetivo do espaço aéreo brasileiro; de prover a segurança e a eficiência do tráfego aéreo civil e militar; de atender ao crescimento do tráfego aéreo relativo à aviação doméstica e internacional; de acompanhar a evolução tecnológica das aeronaves, dos meios de controle do espaço aéreo e das comunicações do Comando da Aeronáutica; bem como de atender às normas e recomendações da Organização de Aviação Civil Internacional (OAICI), que sejam de interesse do Brasil, justificam o Programa.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Modernização de 51 radares;
- Implantação de 11 radares de área terminal, sete radares STAR 2000, um radar TA 10M e 11 canais meteorológicos;
- Incorporação dos meios de vigilância, auxílios à navegação e telecomunicações implantados pela Comissão Coordenadora do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM), incrementando o controle do espaço aéreo na Região Amazônica;
- Contratação de canalização *backbone*;
- Implantação de redes estruturadas;
- Aquisição de oito equipamentos de sistemas de navegação aérea (DVOR/DME);
- Aquisição de 10 equipamentos tipo PAPI, 31 pistolas de avisos luminosos, duas Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) tipo 1 e duas Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) tipo 2;
- Reforma da instalação elétrica do laboratório de aferição (LABRA) do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA 3);
- Elaboração da documentação técnica do sistema de gerenciamento de NOTAM (SISNOTAM). NOTAM (*Notice Air Man*) é um documento que notifica os aeronavegantes sobre rotas e orientações de vôo;
- Confecção do projeto básico do sistema Programa de Correção de Previsão de Aeródromo (PCOAMET);
- Desenvolvimento dos módulos de Conexão, Consulta, Relatório e Anuário do sistema Seta Millenium;
- Contratação de consultoria, treinamento, manutenção e desenvolvimento de sistemas de Controle do Espaço Aéreo (STVDX 4000, Sistema de Tratamento de

Visualização de Dados, MITRA, CCAM, Centro de comutação Automática de Mensagens, OPMET, Banco de Informações Meteorológicas, Sistema de NOTAM);

• Implantação de soluções de segurança da informação para proteção dos sistemas corporativos instalados nos servidores localizados nos Centro de Computação (CCA);

• Contratação de suporte de banco de dados de sistemas de Tecnologia de Informação para o Comando da Aeronáutica (COMAER);

• Contratação de 17 técnicos (10 - CCA-RJ-SAUTI e sete - DECEA - administração de rede e *helpdesk*);

• Disponibilização do acesso às publicações de informações aeronáuticas aos aeronavegantes (Publicações Jeppesen);

• Implantação e complementação de Sistema de Vigilância Eletrônica nas organizações subordinadas ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA);

• Realização de treinamento sobre o Gerenciamento de Recursos da Equipe, no DECEA e Organizações Militares subordinadas;

• Manutenção corretiva em 160 dos 1.500 imóveis entre operacionais e técnico-administrativo;

• Implantação/ampliação de 53 imóveis técnico-administrativos;

• Aquisição de 108 veículos especiais para a complementação das respectivas Tabelas de Dotação de Veículos (TDV);

• Criação do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea;

• Criação da Agência de Monitoração da região Caribe e América do Sul (CARSAMMA);

• Implementação da Redução da Separação Mínima Vertical (RVSM);

• Execução de testes para aplicação do Sistema de Aumentação Baseado em Satélites (SBAS);

• Execução de testes para aplicação do Sistema de Aumentação Baseado em Terra GBAS (Ground Based Augumentation Systems);

• Execução de testes e avaliações visando ao estabelecimento de uma estrutura técnica e operacional para, em tempo real, possibilitar a adoção das aplicações operacionais, via enlace de dados de comunicação - *Controller Pilot Data Link Communication* (CPDLC) e vigilância - *Automatic Dependent Surveillance* (ADS). O CPDLC e o ADS são sistemas avançados para controle de tráfego aéreo, que substituem a comunicação oral entre o piloto e o controlador por mensagens digitais e a vigilância radar por informações de posição das aeronaves por meio de satélites;

• Capacitação na Língua Inglesa dos Controladores de Tráfego Aéreo;

• Capacitação dos Recursos Humanos em Cursos Especiais;

- Implantação e modernização de infra-estrutura para capacitação dos profissionais;

- Incorporação dos meios de Vigilância, Auxílios à Navegação e Telecomunicações implantados pela CCSIVAM, incrementando o controle do espaço aéreo na Região Amazônica;

- Ativação do CINDACTA IV que se fez com base na absorção do Serviço Regional de Proteção de Vôo de Manaus (SRPV-MN).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O DECEA dispõe de um sistema de Planejamento (SISPLAN) que permite o acompanhamento da execução do Programa de Trabalho, bem como através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é realizado o acompanhamento da execução orçamentária do Programa.

No Exercício de 2006, as metas físicas foram cumpridas conforme o previsto na Lei Orçamentária Anual 2006, considerando que os recursos foram disponibilizados de modo tempestivo. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Ressalta-se que os recursos aprovados na Lei Orçamentária estão aquém dos recursos arrecadados provenientes de tarifas e das reais necessidades do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

A quantidade de pessoal, tanto na equipe gerencial do Programa como nas equipes executoras, considerada inadequada, é fator crítico em todas as áreas, inclusive na prevenção de acidentes aéreos.

Houve dificuldades na celebração de convênios, principalmente na Ação Cartografia Aeronáutica, pois a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), órgão concedente, não alocou recursos no Exercício de 2006 para a celebração de convênio, visando à confecção de Cartas de Aeródromos de seu interesse e do DECEA.

A orientação de utilizar a modalidade de licitação Pregão Eletrônico prejudicou a agilidade dos processos administrativos de gestão, acrescidos da morosidade na apreciação pelos Núcleos de Assessoria Jurídica (NAJ) responsáveis pelas análises jurídicas dos processos de contratação.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Considerando a complexidade e especificidade das ações que compõem o Programa, verifica-se que os atuais indicadores não mensuram adequadamente todos os objetivos esperados. Medidas estão sendo adotadas no sentido de propiciar indicadores adequados para o Programa. No exercício de 2006, foi elaborada uma minuta de Instrução a fim de

criar indicadores que expressem adequadamente os objetivos alcançados na implementação do Programa. No DECEA, utiliza-se o índice Percentual do Sistema Mantido (PSM) que mede a taxa de operacionalidade dos Destacamentos do SISCEAB, onde a ação de todo o sistema se alicerça. Esta é representada pela divisão da diferença entre a totalidade de horas previstas de operacionalidade (THD = 24x365x79) e a de horas de não operação (HNOp) de todos os Destacamentos, dividido pela totalidade de horas previstas de operacionalidade (THD), multiplicado por 100.

Deve-se enfatizar a importância do SISCEAB nas informações de relevância estratégica, garantia da presença de efetivo em regiões estratégicas do País, permitindo a salvaguarda de pessoas, bens e recursos brasileiros e na promoção da modernização e manutenção contínua dos meios de controle do espaço aéreo. Os beneficiários do SISCEAB receberam produtos e serviços compatíveis e adequados com as suas necessidades no ano de 2006.

**RECOMENDAÇÕES**

- Excluir a Ação Cartografia Aeronáutica, incluindo seu objeto na Ação 2923 – Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;

- Ajustar a descrição da Ação Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, incluindo o escopo da ação a ser excluída (Cartografia Aeronáutica).

# SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

## OBJETIVO

Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes.

## PÚBLICO-ALVO

Militares das Forças Armadas e seus dependentes.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 890.828.200,00 | Empenho Liquidado: | R$ 862.363.596,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 862.363.596,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE OCUPAÇÃO HOSPITALAR DA POPULAÇÃO-ALVO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 70
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O indicador, medido pela relação percentual entre o número médio de leitos ocupados e a quantidade total de leitos disponíveis manteve-se estável em 70%. Assim, a viabilidade de atingir o índice de 60%, meta ao final do PPA, é média.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Provimento aos militares (ativo e inativo) e seus dependentes de adequada assistência médico-hospitalar, assegurando o acesso e a humanização do atendimento de saúde.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• Capacitação de 274 militares, por meio de cursos de formação desenvolvidos pelo Programa de Prevenção e Controle das DSTs/Aids nas Forças Armadas, realizado em parceria com o Programa Nacional de AIDS do Ministério da Saúde (MS) e o UNAIDS. No âmbito do mencionado Programa de prevenção foram realizados também: o Seminário de Gestão Técnica e o lançamento do Programa nas Escolas de Formação de Oficiais

(Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN e Academia da Força Aérea Brasileira – AFA) que consistiu na transmissão de orientações para que o assunto prevenção às DSTs/Aids fosse incluído nos currículos dos cursos de formação;

• Melhoria na interação e disponibilização dos Serviços Médicos Especializados de cada Força Armada às demais, abrangendo um maior número de atendimentos, racionalizando os recursos e beneficiando a população de assistidos pelos Serviços de Saúde das Forças Armadas: 1,2 milhões de cidadãos;

• Participação na assistência à saúde à população civil no atendimento suplementar às populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia atuando subsidiariamente ao Sistema Único de Saúde (SUS), bem como nas áreas de fronteira, remotas e de difícil acesso do País, em parceria com o MS, beneficiando a população em geral da região, cerca de 13 milhões de cidadãos;

• O Projeto Retrato da Família Militar realizou um levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre a família militar com o fim de subsidiar os programas e projetos desenvolvidos pelo Departamento;

• Assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2005, publicado em 09 de fevereiro de 2006 - Seção 3 no Diário Oficial da União (DOU), celebrado entre o Ministério da Defesa (MD) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), instituindo o Projeto Incentivo ao Deslocamento de Médicos para a Amazônia Legal, que tem por objetivo promover o intercâmbio educacional entre as Forças Armadas e instituições universitárias.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. A escassez de recursos orçamentários resultou na precariedade dos equipamentos de saúde, por falta de recursos para investimentos e descontinuidade da manutenção das instalações em nível adequado. Como conseqüência, aumentou a dependência da terceirização dos atendimentos de saúde.

A taxa de ocupação hospitalar é insuficiente para expressar o desempenho do Programa, isoladamente. O ideal seriam indicadores que expressassem o nível de saúde do público-alvo como um todo, como o índice de mortalidade infantil e longevidade, ou que expressassem a qualidade do atendimento, como a mortalidade materna e a taxa de infecção hospitalar.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os Fundos de Saúde das Forças Armadas, ao serem criados, eram recursos extra-orçamentários, destinados a complementar, exclusivamente, a Assistência Médico-Hospitalar (AMH) aos militares e seus dependentes. A partir da Constituição de 1988, estes Fundos foram englobados pelo orçamento das Forças, compondo a parcela de Outros Custeios e Capital (OCC). Dessa forma, os recursos de saúde deixaram de ter destinação

precisa e, de certa forma, competem com os recursos com os quais as Forças administram seu custeio e investimentos na área operativa. Os serviços de saúde dispunham, no passado, além dos recursos oriundos dos Fundos de Saúde e daqueles baseados no cálculo do produto do Fator de Custo, recursos específicos do Tesouro Nacional para custeio e contratos.

O Fator de Custo (FCAMH) não é corrigido desde 1999 e os recursos do tesouro foram reduzidos. Os recursos arrecadados pelos Fundos de Saúde, progressivamente, passaram a compor a maior parcela dos recursos destinados ao Programa, representando atualmente 81% do total. Ou seja, a maior parcela dos recursos do Programa, embora oriundos do Tesouro Nacional, são de fato oriundos das contribuições compulsórias dos militares para os Fundos de Saúde das Forças, cuja destinação deveria cobrir somente o custeio da AMH. Como os custos da AMH sofreram e sofrem progressivo aumento, devido à inflação acumulada ao longo dos anos e, principalmente, ao aumento progressivo do universo de beneficiários, é necessário desvincular os recursos originários dos Fundos de Saúde da rubrica OCC e, principalmente, assegurar que eles não sejam alvos de contingenciamento, já que a adequação entre a receita e a despesa é garantida pela contribuição compulsória.

Considerando também, que os recursos arrecadados pelos Fundos de Saúde se destinam, exclusivamente à prestação da assistência médico-hospitalar, por força do Decreto nº 92.512/86, é necessário o ingresso de recursos destinados à manutenção do Programa em nível adequado às demais tarefas do Sistema de Saúde das Forças Armadas como: produção de medicamentos para a Farmácia Popular e combate a endemias; participação no Projeto Soldado Cidadão; assistência de saúde complementar do SUS em áreas remotas ou de difícil acesso e participação em campanhas de Saúde Pública e apoio à catástrofe.

**RECOMENDAÇÕES**

- Desvincular o orçamento dos Fundos de Saúde das três Forças da rubrica OCC, haja vista que a sua fonte de arrecadação são os descontos compulsórios dos militares para o custeio da AMH.

# TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL

## OBJETIVO

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira.

## PÚBLICO-ALVO

Nação Brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 89.982.026,00 | Empenho Liquidado: | R$ 62.340.180,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 62.340.180,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE EXECUÇÃO DE PESQUISAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 63
**Índice previsto ao final do PPA:** 66

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Os recursos aprovados anualmente, abaixo do solicitado/necessário, mais especificamente nas ações de Capacitação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial, Desenvolvimento do AM-X e Desenvolvimento de Sistemas Bélicos e Associados, permitiram que as metas fossem atingidas parcialmente.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

As ações deste Programa possibilitam o atendimento da necessidade da Aeronáutica em deter o conhecimento de tecnologias de ponta e estrategicamente sensíveis, de modo a gerar a adequada independência para o desenvolvimento de equipamentos e sistemas aeroespaciais. Tal capacitação gera reflexos em toda a sociedade por meio do fomento, coordenação e apoio ao complexo industrial aeroespacial brasileiro e ao desenvolvimento de mão-de-obra altamente especializada.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Entrega da oitava etapa do Míssil AR-AR MAA-1B;

- Realização de oito pesquisas que resultaram no desenvolvimento tecnológico aeroespacial, com destaque para as seguintes linhas:

a) sensor eletroóptico da aeronave P-3BR;
b) estudo do míssil MSS 1.2 para helicópteros;
c) navegação autônoma por imagens;
d) pára-brisa blindado da aeronave EMB-314;
e) painel de blindagem do Super Puma;
f) instrumentação virtual no laboratório de radar;
g) previsão de custos de manutenção de aeronaves militares;
h) problema de localização de máxima cobertura aplicado à localização de esquadrões de aeronaves de interceptação na região amazônica;
i) informações georeferenciadas de sensoriamento remoto.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados obtidos em 2006 com a execução do Programa ficaram entre 40% e 80% do previsto. As restrições orçamentárias e os contingenciamentos de recursos permitiram apenas o alcance parcial das metas. A compatibilidade do fluxo de recursos com a programação física sofreu descontinuidade, também prejudicando a execução programada.

A tabela abaixo demonstra que a execução do Programa ficou bem abaixo da dotação alocada nas ações:

**R$ x 1,00**

| | 2005 | | 2006 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Ações | Dotação Atual | Liquidado | % Liquidado | Dotação Atual | Liquidado | % Liquidado |
| 2884 | 40.000 | 40.000 | 100% | 40.000 | 27.979 | 69,95% |
| 4404 | 5.980.764 | 5.935.970 | 99,25% | 5.918.126 | 3.145.500 | 53,15% |
| 3122 | 53.678.297 | 52.221.373 | 97,29% | 75.000.000 | 50.883.849 | 67,85% |
| 5408 | 6.000.000 | 5.992.975 | 99,88% | 8.000.000 | 7.731.834 | 96,65% |

Foram realizados cursos de capacitação, atualização e reciclagem dos recursos humanos do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, atendendo ao Comando-Geral e às organizações militares a ele subordinadas, cujas demandas foram detectadas por meio do levantamento anual de necessidades.

Em relação ao Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados, foram concluídos ensaios e as análises de separação referentes à Bomba de Penetração (BPN). Foi efetuada a entrega da oitava etapa do Míssil AR-AR MAA-1B em dezembro de 2006. Foram cumpridas várias etapas referentes aos ignitores do Míssil Anti-Radiação (MAR-1).

Em se tratando do desenvolvimento do AM-X, os recursos disponibilizados em 2006 permitiram honrar compromissos que representariam inadimplência contratual e a proceder à manutenção de motores de aeronaves pela área logística.

Na Ação Meteorologia Aeroespacial, foi avaliado o desempenho do modelo numérico de previsão de tempo e desenvolvidos estudos numéricos das características da turbulência atmosférica da Camada Limite Superficial no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Foram produzidos 23 documentos entre publicações técnicas e científicas.

Foram realizadas oito pesquisas no âmbito da Ação Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial. A descentralização de recursos correspondeu a pouco mais de 61% do previsto para o ano de 2006. Entretanto, o esforço dos profissionais que gerenciam atividades de pesquisa e projetos fez com que fosse possível apresentar as pesquisas previstas na ação.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Devido à característica e a dimensão do público-alvo do Programa (Força Aérea Brasileira - FAB, demais forças singulares, comunidade científica e indústria aeroespacial), a participação da sociedade tem ocorrido por meio das instituições representativas dos poderes constituídos, nas diversas áreas de interface com o Programa, principalmente no âmbito do Ministério da Defesa (MD), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Ministério da Fazenda (MF) e Casa Civil da Presidência da República e por meio dos veículos de comunicação.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# TECNOLOGIA DE USO NAVAL

## OBJETIVO

Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval.

## PÚBLICO-ALVO

Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 40.129.065,00 | Empenho Liquidado: | R$ 37.973.208,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 37.973.208,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. GRAU DE DOMÍNIO

**Unidade de medida:** Grau
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Este indicador foi criado em 2006, mas não houve a possibilidade de sua apuração. Em 2007, é previsto alcançar o índice de 4,5 de grau de domínio.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A busca de novas tecnologias de uso militar tem sido, historicamente, um grande fator de desenvolvimento das principais potências mundiais, que por sua vez impõem restrições estratégicas e comerciais ao acesso a tais tecnologias, aponta para a necessidade da conquista do conhecimento autóctone. A Marinha do Brasil, atenta a esses pressupostos, incrementa dois importantes projetos: o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha e o Programa Nuclear da Marinha. Estes projetos contribuem para a inovação tecnológica em diversos setores da vida nacional e sua continuidade ampliará significativamente a capacidade de defesa naval, além de permitir a nacionalização de tecnologias e produtos diversos, reduzindo o grau de dependência externa.

O Programa de Tecnologia de Uso Naval tem como objetivo desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval. Além de contemplar o esforço de nacionalização de sistemas e equipamentos, abrange as ações relacionadas ao Programa Nuclear, com destaque para as Ações Construção do Protótipo do Reator Nuclear e Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Revisões dos sistemas da Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio (USEXA), dos sistemas do Reator, do Circuito Primário, dos sistemas da Contenção, do Prédio do Reator e das Turbinas, bem como a manutenção das oficinas e laboratórios existentes;

- Continuidade da implantação do Ciclo do Combustível Nuclear e do Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), com destaque para a obtenção da primeira amostra de Hexafluoreto de Urânio (UF6) produzida pela Marinha do Brasil, e o desenvolvimento de elementos combustíveis avançados para as usinas nucleares de Angra;

- Prosseguimento ao Licenciamento Nuclear e Ambiental, cumprindo-se exigências da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

- Desenvolvido o Sistema de Previsão do Ambiente Acústico para o Planejamento das Operações Navais (SISPRES). Este sistema tem como efeito desejado a capacidade de previsão do ambiente acústico para uma determinada área em um determinado período a fim de otimizar o planejamento e o emprego de meios navais. Além disso, o SISPRES realiza cálculos de previsões de marés e astronômicas, com várias aplicações;

- Aprovado o novo Sistema de Ciência e Tecnologia da Marinha, integrando os diversos setores da Marinha do Brasil ligados à pesquisa, desenvolvimento e engenharia com a aplicação de índices para medir as efetividades do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Marinha.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em face das limitações orçamentárias impostas, os resultados obtidos ficaram abaixo do esperado em 2005.

O contingenciamento da dotação orçamentária, a qual já havia sido estabelecida em valor insatisfatório, provoca conseqüências indesejáveis para o Programa, pois à medida que os exercícios são terminados e pouco se progride na realização de projetos como os do Programa Nuclear da Marinha, há grande probabilidade de perda do pessoal qualificado (com conhecimento acumulado na área), comprometendo a continuidade do desenvolvimento dos projetos. Dessa forma, a autorização em Lei não está garantindo a efetiva implementação dos projetos.

Os recursos materiais, nas equipes executoras, foram considerados insuficientes, permanecendo a necessidade de contínua atualização e modernização dos laboratórios, métodos e processos. Em face da insuficiência dos recursos alocados, as equipes executoras têm sido desviadas para atividades relacionadas à obtenção de recursos por prestação de serviços sem o necessário investimento em requalificação e atualização.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa Nuclear da Marinha constitui-se em um programa de interesse nacional, com desdobramentos que incluem aplicações civis voltadas para a geração de energia, e que traz benefícios significativos para o desenvolvimento tecnológico do País, além de gerar empregos na indústria, universidades e institutos de pesquisa.

Apesar de não existirem mecanismos de participação popular neste programa, existe uma grande programação voltada para a comunicação social, ocorrendo constantes visitas de autoridades e de personalidades brasileiras, além de órgãos da imprensa interessados em conhecer particularidades do Programa Nuclear.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE

## OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército.

## PÚBLICO-ALVO

Exército Brasileiro e usuários nacionais de tecnologia militar.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 30.536.006,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 30.276.825,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 30.276.825,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 76
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Esse indicador, medido pela relação entre o número de projetos concluídos e o número de projetos previstos no Plano Básico de Ciência e Tecnologia (PBCT) para conclusão a cada ano, alcançou 76%, em 2006. Tendo em vista que a meta ao final do PPA é 100%, a viabilidade de alcance é baixa.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Exército Brasileiro tem a necessidade de pesquisar, desenvolver e avaliar material de emprego dual (militar e civil) de interesse do Exército e das forças singulares e de estimular a parceria com órgãos civis de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Fabricação de um protótipo de viatura leve de emprego geral aerotransportado;
- Fabricação de um radar experimental de busca e vigilância antiaérea de baixa altura;
- Finalização da versão de dois dos programas C2 em combate;
- Revitalização de 19 viaturas blindadas sobre rodas;
- Entrega de módulo de telemática experimental;
- Fabricação de três protótipos de morteiro médio anticarga 81mm;
- Fabricação de três protótipos de morteiro leve anticarga 60mm.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As restrições orçamentárias e o contingenciamento de recursos permitiram apenas o alcance parcial das metas.

A liberação do fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Face à necessidade de realizar licitações, o ideal é que os recursos sejam totalmente liberados assim que houver aprovação da LOA, particularmente no caso das ações orçamentárias com escopo de atividade industrial, como são as ações Revitalização de Materiais de Emprego Militar e Produção de Material de Emprego Militar.

As parcerias e a participação social contribuíram para um incremento na pesquisa e no desenvolvimento de materiais de emprego dual, como resultado do estabelecimento de parcerias com universidades e centros de pesquisa nacionais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Realizar concurso público para contratação de pessoal civil especializado para trabalhar nos projetos de pesquisa e desenvolvimento de material de emprego dual.




# MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Brasil Escolarizado

Desenvolvimento da Educação Especial

Desenvolvimento da Educação Infantil

Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Desenvolvimento do Ensino Médio

Educação para a Diversidade e Cidadania

Universidade do Século XXI

Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Educação (MEC), foram utilizados **R$ 23.925.513.950,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 24.904.363.112,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 23.925.513.950,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 24.904.363.112,00** | **Total realizado:** | **R$ 23.925.513.950,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MEC não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 1.942.939.577,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 1.377.594.016,00**. Ao final do exercício foram inscritos em restos a pagar para 2007 o montante de **R$ 2.332.062.701,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

A política setorial do MEC possui quatro eixos: educação básica, educação superior, educação de jovens e adultos e educação profissional. Para alcançar o objetivo de aprimorar a qualidade da educação brasileira, o MEC desenvolveu diversas iniciativas por meio dos seus programas finalísticos, ao longo de 2006, conforme detalhado.

• A política de Educação Básica implementada pelo MEC teve quatro eixos norteadores: redefinição da política de financiamento da Educação Básica, consolidada pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); democratização da gestão educacional por meio da articulação e do fortalecimento institucional dos sistemas de ensino; formação e valorização dos trabalhadores em educação, professores e funcionários da escola e inclusão educacional, implementada por iniciativas como o Fundeb, que inclui a Educação Infantil e o Ensino Médio, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos e a Política de Livro Didático, que incluiu alunos do Ensino Médio;

• Dentre os principais resultados podemos destacar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que, em 2006, beneficiou 30,2 milhões de alunos do ensino fundamental na rede pública e a aprovação de convênios com Estados e Municípios que através de ações de apoio às três etapas da educação básica trouxe benefícios indiretos a quase 4 milhões de alunos;

• A Educação Superior, em 2006, caracterizou-se pela expansão de vagas por meio do Plano de Expansão das Universidades Federais. O MEC criou ou consolidou 49 *campi* e 10 universidades localizados em 21 Unidades da Federação e abriu concursos públicos para a contratação de professores e técnicos administrativos. Devem ser destacadas também a

concessão da bolsa permanência aos alunos com bolsa integral do Programa Universidade para Todos (ProUni), matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e seis horas diárias de aula, além de diversas políticas de ações afirmativas como: Programa Incluir, de acessibilidade na Educação Superior; Projeto Rondon; Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (Uniafro); Projeto Reconhecer; Programa de Educação Tutorial, entre outras;

• O MEC buscou consolidar a dimensão estratégica da continuidade de estudos da população atendida pelo Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, visando a reforçar a articulação entre a alfabetização e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que é imprescindível para a sustentabilidade das políticas educacionais voltadas para jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade. Ao encaminhar os egressos das turmas de alfabetização às classes de EJA, evita-se o afastamento do ambiente educacional/escolar. Em 2006, foram atendidos 3,3 milhões de alunos por meio da EJA em 4.305 Municípios e 1,6 milhão de alfabetizandos em 3.090 Municípios, além da concessão de bolsas a 110 mil alfabetizadores;

• O maior resultado da Educação Profissional, em 2006, foi a realização da I Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológico (EPT) do Brasil. O evento teve inicialmente 27 conferências estaduais para escolha dos delegados – gestores, docentes, técnicos e alunos de instituições públicas e privadas. A Conferência Nacional contou com a participação de mais de 2.600 pessoas ligadas à EPT e discutiu cinco eixos temáticos: o papel da EPT no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social; financiamento (manutenção e expansão); organização institucional e papel das instâncias de governo e da sociedade; estratégias operacionais de desenvolvimento da EPT: sistema de gestão, proposta pedagógica, educação a distância e formação e valorização dos profissionais da educação profissional e tecnológica; e a relação EPT e universalização da Educação Básica;

• Para atender a Expansão da Rede Profissional e Tecnológica foram contratados 1.500 professores e 900 técnicos administrativos;

• Foram criados 15 centros de especialização em Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), localizados em 15 unidades da rede pública, dentre Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), Escolas Agrotécnicas, vinculados às Unidades da Federação, e estão qualificando docentes da rede pública federal, estadual e municipal.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

É preciso destacar, inicialmente, que os programas e as ações do MEC têm forte impacto na estratégia de governo, visto que seu público-alvo é composto por crianças, adolescentes, jovens e adultos em fase escolar. Além de atender a um amplo setor da sociedade, a educação é um instrumento privilegiado de inclusão social e de exercício da cidadania. As estruturas organizacional e programática do Ministério apresentam alto grau de correspondência, pois estão organizadas por nível ou modalidade de ensino. Por meio dos programas direcionados a esses níveis de ensino, alguns desafios da orientação estratégica do governo, do Megaobjetivo I, são contemplados.

A política setorial do MEC contribui para a ampliação do nível e da qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação e ao patrimônio cultural do País, bem como para a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica dos usuários. E por meio do Programa Educação para a Diversidade e Cidadania, voltado tanto para a educação básica quanto para a educação superior, contribui para o desafio de promover a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização cultural das etnias.

Levando em consideração o conjunto do trabalho desenvolvido pelo MEC, pode-se afirmar ainda que seus programas e suas ações favoreceram o fortalecimento da cidadania, com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas, e a valorização da diversidade das expressões culturais nacionais e regionais, além de contribuir por meio de programa específico, para a garantia da integridade dos povos indígenas, respeitadas sua identidade cultural e organização econômica.

**ASPECTOS RELEVANTES**

O sucesso alcançado pelos programas do MEC, em 2006, deve-se principalmente à maior integração entre os entes (federal, estadual e municipal), bem como entre as secretarias finalísticas do MEC, além de maior articulação entre os diversos órgãos do Governo Federal, para a implementação das políticas de Educação. As principais dificuldades, ao longo de 2006, para atingir os resultados esperados pelos programas estão relacionadas à demora na aprovação dos créditos e ao ano eleitoral.

Da receita de impostos, deduzidas as transferências constitucionais e a parcela destinada à Desvinculação de Recursos da União (DRU), 18% estão vinculados constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino, o que correspondeu, no ano de 2006, a R$ 11,7 bilhões. Além disso, a arrecadação do salário-educação, deduzidas as transferências legais a Estados e Distrito Federal, está vinculada a um subconjunto da manutenção e desenvolvimento do ensino: o ensino fundamental.

A tabela a seguir detalha as dotações destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino em 2006, das quais foram aplicadas em despesas R$ 19,6 bilhões. Portanto, R$ 7,8 bilhões acima do valor mínimo.

R$ 1,00

| Programa | Descrição do Programa | LOA | LOA + Créditos | Empenhado |
|---|---|---|---|---|
| | Total Geral | 17.985.133.048 | 20.533.853.475 | 19.616.055.543 |
| 0150 | Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas | 8.192.510 | 8.192.510 | 7.857.761 |
| 0168 | Livro Aberto | 563.155 | 600.733 | 386.919 |
| 0461 | Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico | 11.013.889 | 10.413.889 | 9.924.697 |
| 0638 | Ensino Profissional do Exército | 2.030.000 | 2.030.000 | 2.025.837 |
| 0639 | Segurança da Navegação Aquaviária | 6.200.000 | 7.034.000 | 6.199.518 |
| 0904 | Operações Especiais: Outras Transferências | 2.714.168.512 | 2.714.168.512 | 2.714.168.508 |
| 0905 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações) | 10.997.175 | 10.997.175 | 6.565.298 |
| 0906 | Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações) | 487.959.671 | 487.959.671 | 297.588.137 |
| 1060 | Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos | 692.279.887 | 620.630.350 | 604.422.079 |
| 1061 | Brasil Escolarizado | 401.938.107 | 1.248.612.432 | 1.219.970.223 |
| 1062 | Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica | 1.056.766.156 | 1.198.814.060 | 1.148.673.356 |
| 1065 | Desenvolvimento da Educação Infantil | 27.941.100 | 27.941.100 | 18.666.959 |
| 1067 | Gestão da Política de Educação | 89.686.737 | 81.537.255 | 73.527.398 |
| 1072 | Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica | 565.555.678 | 543.383.537 | 521.920.689 |
| 1073 | Universidade do Século XXI | 9.379.246.948 | 10.964.287.262 | 10.523.070.619 |
| 1311 | Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde | 126.640.000 | 107.640.000 | 102.429.757 |
| 1336 | Brasil Quilombola | 5.172.000 | 5.172.000 | 2.942.411 |
| 1374 | Desenvolvimento da Educação Especial | 87.345.543 | 87.922.727 | 78.117.274 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1375 | Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica | 731.138.853 | 761.246.226 | 751.271.121 |
| 1376 | Desenvolvimento do Ensino Fundamental | 1.294.851.071 | 1.297.089.240 | 1.265.113.636 |
| 1377 | Educação para a Diversidade e Cidadania | 62.570.813 | 57.383.395 | 56.748.834 |
| 1378 | Desenvolvimento do Ensino Médio | 92.484.293 | 80.086.493 | 73.472.923 |
| 8034 | Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem | 130.390.950 | 210.710.908 | 130.991.589 |

Fonte: SIDOR

# BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

## OBJETIVO

Garantir acesso e permanência de jovens e adultos a tts educacionais que visam a atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

## PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos com 15 anos e mais, não alfabetizados ou com baixa escolaridade e os educadores que atuam nesta modalidade de ensino.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 621.030.350,00 | Empenho Liquidado: | R$ 604.821.979,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 604.821.979,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 24 ANOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,29

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Em anos recentes, o indicador apresentou a seguinte evolução: 4,19% (2001), 3,68% (2002), 3,35% (2003), 3,15% (2004) e 2,86% (2005), conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)[1]. A tendência declinante não garante o alcance do índice previsto ao final do PPA e revela que as ações do Programa não estão alcançando os jovens analfabetos, cujo contingente é relativamente reduzido e devia ser priorizado para a erradicação do analfabetismo.

Em perspectiva regional, destaca-se o índice relativo ao Nordeste para esse indicador, 6,30%, em 2005, o seu contingente de jovens analfabetos, de 15 a 24 anos de idade, representava 66,7% da população analfabeta total do País, nessa faixa etária.

1. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais de AC, AM, AP, PA, RO e RR.

O recorte por localização (situação do domicílio) revelava 7,30% de analfabetismo entre jovens dessa idade na área rural em 2005, representando 44,5% do total da população analfabeta nessa faixa.

**2. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 25 A 34 ANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 4,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 7,1% (2002), 6,7% (2003), 6,5% (2004), 6,3% (2005), conforme dados da PNAD[2].

Em perspectiva regional, destaca-se que os índices relativos ao Nordeste são os mais altos.

Adicionalmente, o recorte por localização (situação do domicílio) revela índices mais altos na área rural.

**3. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 35 ANOS OU MAIS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 12,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 18,1% (2002), 17,8% (2003), 17,5% (2004), 17% (2005), conforme dados da PNAD[3].

Em perspectiva regional, destaca-se que os índices relativos ao Nordeste são os mais altos.

Adicionalmente, o recorte por localização (situação do domicílio) revela índices mais altos na área rural.

**4. TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 8,19

2. Idem.
3. Idem.

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 12,4% (2001), 11,8% (2002), 11,5% (2003), 11,2% (2004) e 11% (2005), conforme dados da PNAD[4]. É significativa a observação, pois o programa foi criado em 2003, e os resultados revelam que o índice praticamente se estabilizou desde então.

Em perspectiva regional, destaca-se o índice relativo ao Nordeste para esse indicador, 21,9%, em 2005, o seu contingente de jovens analfabetos, de 15 anos ou mais de idade, representava 52,6% da população analfabeta total do País, nessa faixa etária.

O recorte por localização (situação do domicílio) revelava 25% de analfabetismo entre jovens dessa idade na área rural em 2005, representando 36,1% do total da população analfabeta nessa faixa.

**5. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE INFERIOR A 4ª SÉRIE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 18,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 26% (2002), 25,4% (2003), 24,9% (2004) e 23,4% (2005), conforme dados da PNAD[5].

Em perspectiva regional, destaca-se que os índices relativos ao Nordeste são os mais altos.

O recorte por localização (situação do domicílio) revela índices mais altos na área rural.

**6. PERCENTUAL DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS COM ESCOLARIDADE ENTRE A 4ª SÉRIE E 7ª SÉRIE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 25,6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A evolução do presente indicador em anos recentes não tem sido satisfatória: 29,4% (2002), 28,5% (2003), 27,7% (2004) e 27,3% (2005), conforme dados da PNAD[6].

4. Idem.
5. Idem.
6. Idem.

Entretanto, em perspectiva regional, destaca-se que os índices relativos ao Nordeste são os mais altos e, adicionalmente, o recorte por localização (situação do domicílio) revela índices mais altos na área rural.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O alto índice de analfabetismo e os baixos índices de escolaridade da população brasileira, de 15 anos ou mais de idade, são desafios a serem enfrentados por uma política pública de educação entendida como direito de todos. Vale ressaltar que, em 2000, apenas 0,3% dos Municípios brasileiros tinham população dessa faixa etária com escolaridade média equivalente ao ensino fundamental completo. O Programa se justifica pela necessidade de inserção educacional de cerca de 65,9 milhões de jovens e adultos sem a escolaridade (obrigatória) de oito anos. Destes, 33,2 milhões são considerados analfabetos funcionais e 16,3 milhões analfabetos absolutos, segundo dados do IBGE.

O Programa atua em duas frentes: a primeira trata da mobilização para alfabetização inicial, valendo-se da contribuição de voluntários para garantir o acesso em seus primeiros passos rumo ao letramento; a segunda estabelece instrumentos e mecanismos de continuidade do processo de educação daqueles que tardiamente ingressam ou reingressam nos sistemas de ensino e, associado a ambas, há o investimento na formação inicial e continuada de educadores na modalidade específica de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A necessidade premente de ações mobilizadoras para alfabetização inicial e EJA encontra amparo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, Declaração de Hamburgo (1997), Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/01 e Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Básica do CEB/CNE nº 1, de 5.7.00. Assegurar o aumento da escolaridade média da população a partir do investimento na alfabetização inicial e na continuidade da EJA constitui um dos instrumentos necessários para promover a justiça social, a democratização, a geração de emprego, trabalho e renda e, conseqüentemente, melhor distribuição de renda.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 3,3 milhões de alunos de EJA (Ensino Fundamental) atendidos em 4.305 Municípios;
- 1,6 milhão de alfabetizandos atendidos em 3.090 Municípios;
- 86.775 bolsas concedidas a alfabetizadores;
- 70.346 alfabetizadores formados (formação inicial e formação continuada);
- 47.000 coleções de material didático (27 cadernos cada) para alunos de EJA (Ensino Fundamental);
- 5.520 agricultores familiares atendidos com EJA e Qualificação Social e Profissional;

• 39.875 presidiários beneficiados com EJA;

• 2.229 educadores e agentes penitenciários formados (em 90 unidades prisionais atendidas).

• Em 2006, o Programa buscou aprofundar os estudos sobre a população atendida, visando reforçar a articulação entre a alfabetização (cujas ações são executadas fora da rede regular de ensino) e a EJA (modalidade de ensino de responsabilidade de Estados e Municípios), o que é imprescindível para a sustentabilidade das políticas educacionais voltadas para o seu público beneficiário (jovens, adultos e idosos analfabetos ou com baixa escolaridade). Ao encaminhar os egressos das turmas de alfabetização às classes de EJA, evita-se o afastamento do ambiente educacional/escolar. Desdobramentos desses estudos levaram à definição de ações operacionais específicas e resultados concretos que são apresentados a seguir:

a) a distribuição dos recursos da Ação Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental de Jovens e Adultos continuou a ser condicionada à designação, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, de servidor da Coordenação de Jovens e Adultos como responsável pela articulação entre alfabetização e EJA (identificação da demanda, mobilização, encaminhamento dos egressos etc);
b) a continuidade de divulgação do Índice de Fragilidade em Educação de Jovens e Adultos (IFEJA), baliza a distribuição dos recursos para Estados e Municípios, criando parâmetros comuns para as ações de alfabetização e EJA;
c) 595 Municípios e 22 Estados brasileiros receberam diretamente recursos para alfabetização e EJA, criando condições de financiamento ideais para a continuidade de estudos dos alfabetizandos;
d) manteve-se, dessa forma, a tendência de privilegiar, quanto à alfabetização, o repasse de recursos diretamente a Estados e Municípios (64% dos alfabetizandos atendidos).

Ainda que o cenário acima exposto possa ser considerado positivo, apontando horizontes para consolidação da integração da alfabetização com EJA, a efetividade do alcance das ações de alfabetização ainda permanece como um desafio, haja vista a persistência de taxas elevadas, apuradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) de 2005, relativas ao analfabetismo absoluto e funcional de pessoas com 15 anos ou mais de idade.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em relação ao cumprimento de metas físicas, a única ação com execução superior à prevista foi a de Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos (prevista: 1,8 milhões; realizada: 3,3 milhões), em virtude da redefinição da ação durante o exercício, estendendo o apoio a todos os esforços de EJA no País.

Para as Ações Concessão de Bolsa ao Alfabetizador (prevista: 110 mil; realizada: 86.775) e Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos (prevista: 110 mil;

realizada: 70.346), as justificativas para o não alcance das metas são problemas na execução dos recursos: contingenciamento e o longo período para efetivação do repasse dos recursos aos parceiros após autorização da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o que dificultou o desenvolvimento das atividades no exercício. Quanto à Ação Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos (prevista: 564,1 mil; realizada: 94.624), houve dificuldade na mensuração da meta física realizada, haja vista que a Ação é composta por diversos projetos cujas unidades de medida das metas físicas podem ser interpretadas de formas diferentes.

Na execução da Ação Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos (prevista: 9.600; realizada: 800), o contingenciamento de recursos, ocorrido em 2006, tornou inviável garantir um atendimento a todos os alunos matriculados na EJA, sendo que a SECAD decidiu, ao final do exercício, canalizar os recursos então disponibilizados a esta Ação para o fornecimento de óculos a uma parte restrita dos alfabetizandos.

Na Ação de Incentivo à Leitura de Jovens e Adultos (prevista: 600 mil; realizada: 130 mil), a unidade de medida, Material de leitura disponibilizado, não era apropriada, pois o realizado representa o número de *kits* com a Coleção Literatura para Todos, cada qual composto de 10 livros diferentes (poesia, conto, novela, teatro, etc), destinados especificamente a alfabetizandos neoleitores.

Conforme já mencionado, o fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada de algumas ações. É importante ressaltar, por outro lado, a decisão de antecipação do cronograma de execução de ações, que passou a iniciar-se em meados do primeiro semestre, e não mais em meados do segundo semestre, gerando, dessa forma, mais agilidade no repasse de recursos. Tal fato permitiu que fosse reduzido o montante de restos a pagar, que podem prejudicar a execução das ações das entidades, levando, por exemplo, à desmobilização das turmas de alfabetizandos e a problemas na aquisição de material didático para alunos de EJA. O contingenciamento orçamentário e a demora no processo de adesão dos parceiros e na aprovação dos projetos dificultam o alcance das metas físicas.

Há insuficiência de equipamentos (*hardware*) para desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informações que fornecem subsídios para a tomada de decisões, além de insuficiência de equipamentos (*hardware* para sistemas de informações) e de espaço físico para as equipes de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informações, de acompanhamento e monitoramento e de avaliação. Há, ainda, necessidade de ampliar as equipes, bem como de reforçar a formação nas áreas de gerenciamento de projeto, de planejamento, de avaliação e de monitoramento.

A execução descentralizada é a estratégia mais indicada para a implementação do Programa, mesmo aproveitando eventuais problemas na execução (advindos, em grande parte, de problemas de coordenação e comunicação). Contudo, cabe enfatizar a necessidade de envidar esforços para reforçar o atual sistema de acompanhamento, monitoramento e

avaliação das ações com recursos descentralizados. Tal iniciativa permitiria não apenas um controle mais efetivo sobre o processo de execução, mas também sobre a efetividade das ações. Assim, seria possível identificar tanto os casos mais positivos (boas práticas) quanto os que mereceriam atenção dos órgãos de controle central.

Com relação à qualidade das informações no sistema, apesar dos avanços na utilização do Sistema Brasil Alfabetizado (SBA), o grau de fidedignidade ainda é baixo e inadequado frente à tempestividade das informações seja para o gerenciamento, seja para a tomada de decisões, particularmente, quanto aos dados sobre a documentação pessoal dos alfabetizandos, à data efetiva de início e término das turmas de alfabetização e à substituição de alfabetizandos. No caso das ações de EJA, alimentação remota do Sistema de Monitoramento EJA (MoniEJA), houve problemas na tempestividade de prestação das informações.

Com relação à integração entre gerência e executores, houve continuidade da relação institucional com os órgãos representativos de Estados e Municípios: Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), respectivamente. Todavia, ao longo da execução do Programa, a disponibilização das informações e a integração com uma parcela dos entes executores foi prejudicada por fatores como a falta de recursos de infra-estrutura e humanos nas equipes executoras e a baixa capacidade de gestão das ações, com impactos, por exemplo, na consistência dos dados e informações alimentados nos sistemas e, conseqüentemente, no acompanhamento das ações.

Houve consolidação dos laços com as demais unidades administrativas do MEC, possibilitando a implementação de ações em parceria com outras Secretarias:

a) Secretaria de Educação Superior (SESu) – Curso de Formação a Distância Africanidades - Brasil/Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs);
b) Secretaria de Educação Básica (SEB) – formação de professores e política de leitura;
c) Secretaria de Educação a Distância (SEED) – Proformação;
d) Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) – ProEJA e Escola de Fábrica.

O ano de 2006 foi o primeiro no qual, durante todo o exercício financeiro, houve efetiva execução das ações intrassetoriais. Dessa forma, tanto a disponibilização de informações quanto a integração gerência/coordenação foram desenvolvidas de forma plena, consolidando as iniciativas pretéritas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os parceiros não-governamentais executaram satisfatoriamente as tarefas acordadas, alcançando as metas estabelecidas. Contudo, ressalta-se que a diversidade apresentada (tamanho, estrutura, capacidade de mobilização, abrangência de atuação, etc) condiciona os resultados obtidos. Dentre as principais dificuldades, podemos citar: insuficiente capacidade de mobilização dos beneficiários; demora no trâmite burocrático para

adesão ao Programa, via convênios; demora na habilitação, devido a várias formalidades requeridas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e falhas no cadastramento dos beneficiários, no fornecimento de dados sobre o funcionamento das turmas e na atualização dos dados no SBA.

A participação dos Fóruns de EJA (compostos por educadores, representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs), instituições de ensino, universidades, governos estaduais e municipais, etc) nas discussões sobre o planejamento, execução e redefinição das ações do Programa tem contribuído para que a SECAD capte as demandas dos principais atores envolvidos em Alfabetização de Jovens e Adultos e EJA. Há ainda a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), instância de caráter consultivo, instituída formalmente por Portaria Ministerial, que acompanha, sob aspectos sociais, a execução das ações do programa. Além desses mecanismos de participação social, cabe ressaltar a ênfase dada pela SECAD na articulação intergovernamental. A SECAD organiza reuniões de trabalho periódicas com Consed e Undime, nas quais apresenta e debate as Resoluções que regulamentam o repasse de recursos de Alfabetização de Jovens e Adultos e EJA. Esse processo permitiu que se iniciassem discussões relacionadas ao redesenho das ações do Programa, visando a, não apenas, atender as necessidades do público-alvo, mas também incorporar inovações e boas práticas identificadas pelos representantes da sociedade civil. Além disso, a SECAD não somente estabeleceu uma interlocução privilegiada com os Fóruns de EJA, como também apoiou fortemente a realização do VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA).

No âmbito do Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado foram desenvolvidos instrumentos de pesquisa para captar informações sobre a percepção e a motivação dos beneficiários. Os resultados finais ainda estão em fase de tabulação.

A ampliação dos resultados pressupõe um correlato fortalecimento da mobilização dos parceiros (principalmente das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, responsáveis pela gestão dos sistemas de Educação de Jovens e Adultos e, assim, atores fundamentais para a garantia da continuidade de estudos) e do público-alvo, dada à especificidade da ação de alfabetização e a necessidade de articulação inerente à ação de EJA. Tal mobilização, enfatize-se, deve vir acompanhada de uma elevação dos recursos financeiros, organizacionais e humanos colocados à disposição da equipe responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Melhorar a capacidade de mobilização do Programa, especialmente com relação à parcela do seu público-alvo, composto por jovens e adultos analfabetos, com a prioridade para a erradicação do analfabetismo entre os jovens em um prazo definido;

• Efetivar o caráter de prioridade do Programa, de modo a assegurar o fluxo regular de seus recursos financeiros, além de prover, com estrutura e capacitação adequadas, os agentes ligados à execução e gestão de suas ações;

• Aperfeiçoar a articulação interministerial necessária para alcançar os resultados do Programa, a exemplo do aspecto da mobilização do público-alvo e da concretização efetiva de benefícios como o da assistência oftalmológica;

• Promover a redefinição necessária ao Programa, inclusive com acréscimo de indicadores de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a partir dos subsídios específicos provenientes do Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, realizado em 2006.

# BRASIL ESCOLARIZADO

## OBJETIVO

Contribuir para a universalização da educação básica, assegurando eqüidade nas condições de acesso e permanência.

## PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes matriculados na educação básica.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.749.890.520,00 | Empenho Liquidado: | R$ 2.705.511.479,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 2.705.511.479,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 4,55

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A sua evolução em anos recentes foi: 4 (2002), 4,1 (2003), 4,1 (2004) e 4,43 (2005)[1]. O índice apurado (e divulgado) refere-se ao exercício de 2005.

O índice é calculado em função da mais recente série concluída com aprovação pelo indivíduo.

Apesar da média (ou mesmo alta) viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, o resultado ainda é insatisfatório no contexto geral. A evolução constatada, nessa faixa etária, durante os últimos quatro anos, foi de somente 0,43 anos de estudo adicionais. A idade de 14 anos é a regular para a última série (8ª, mas progressivamente passando para a 9ª) do ensino fundamental, ou seja, é de se esperar que o aluno já tenha sete anos completos de escolaridade a essa altura de sua vida e, aos 10 anos de idade, já tenha três séries completadas. As causas principais dessa evolução está ligada à defasagem escolar (ou ao atraso na progressão do fluxo escolar) e à evasão, que são traços marcantes e característicos

1. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais de AC, AM, AP, PA, RO e RR.

da educação brasileira. Além disso, é importante ressaltar que a universalização plena do ensino fundamental ainda não foi efetivamente alcançada no País.

Quanto aos resultados do Programa sobre o presente indicador, pode-se dizer que são insuficientes, apesar da importante efetividade de algumas de suas ações.

**2. ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 11 A 18 ANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,87

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
A sua evolução em anos recentes foi: 0,75 (2002), 0,77 (2003), 0,78 (2004) e 0,85 (2005)[2].

O indicador mede a distância entre as situações de escolaridade ideal e observada da população na faixa etária de 11 a 18 anos, variando entre zero e um; quanto mais próximo de um, mais adequada à situação ideal está a escolaridade dessa população.

Em vista, principalmente, do pequeno salto verificado entre os índices de 2004 e 2005, pode ser caracterizada como média a viabilidade para alcance do previsto ao final do PPA.

É importante, contudo, estabelecer para o indicador um novo patamar de previsão final para o próximo PPA, que seja mais condizente com as pretendidas melhorias na qualidade da educação básica, levando em consideração também a perspectiva de universalização da educação infantil e do ensino médio.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao definir a abrangência e o objeto da educação básica, caracterizou-a como uma escolarização mínima à qual todo cidadão brasileiro deveria ter como direito. Consagrá-la e conceituá-la na Lei foi uma conquista árdua dos educadores e da sociedade brasileira.

Um panorama da educação básica no País é oferecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a partir dos dados do Censo Escolar de 2006:

2. Idem.

"... contabilizam, aproximadamente, 55,9 milhões de matrículas e 203,9 mil estabelecimentos educacionais que oferecem as diferentes etapas e modalidades de ensino da educação básica: educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional. As matrículas são ofertadas, principalmente, pelas administrações municipais (44,8%) e estaduais de ensino (41,7%). (...)

Em relação ao ano de 2005, a matrícula da educação básica em 2006 decresceu 0,9%, o que corresponde, em números absolutos, a 529.740 alunos. Mas o comportamento das matrículas é desigual nas etapas, níveis e modalidades de ensino. Há um crescimento da oferta de vagas em creches (1%) e um crescimento de 5,3% na oferta de educação profissional (...).

As diferenças de oferta de matrículas por etapa e nível de ensino entre as regiões também merecem destaque. Em relação à educação infantil, a oferta de vagas em creche só decresce na Região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo. Já a matrícula na pré-escola cai em todas as regiões. A oferta de ensino fundamental, por sua vez, cai 2,7% na Região Nordeste (menos 302.121 vagas, um terço das quais apenas no Estado da Bahia) e 0,3% na Região Centro-Oeste (menos 8.002 vagas).

O movimento observado no ensino médio também revela diferenças regionais, apresentando, por um lado, queda de 4,5% na Região Sudeste e de 0,6% na Região Sul e, por outro, crescimento de 2,2% na Região Norte, de 0,9% na Região Nordeste e de 2,1% na Região Centro-Oeste.

(...) as características da divisão de atribuições e competências entre os Entes Federativos continuam a reforçar o processo de municipalização da educação infantil e do ensino fundamental, observado no aumento da participação relativa das redes municipais de ensino na oferta educacional. Nessa reorganização, os Estados responsabilizam-se definitivamente pela oferta de ensino médio e de educação profissional e os Municípios encarregam-se da oferta de educação infantil e de ensino fundamental. Outro exemplo de reorganização do sistema é o movimento observado em 2006 na educação de jovens e adultos (EJA): a oferta total dessa modalidade ficou estável, porém, a oferta de EJA semipresencial caiu 24,2% enquanto que a oferta de EJA presencial cresceu 5,2%. (...)".

Dessa forma, o Programa Brasil Escolarizado apresenta como linhas de atuação:

a) intensificação de ações a fim de melhor contribuir para a desejada redução da defasagem (distorção) idade-série nas escolas de ensino fundamental da rede pública, com efeitos positivos nas demais etapas da educação básica (educação infantil e ensino médio);
b) atenção específica voltada às crianças e aos adolescentes que não estejam freqüentando escola regularmente, compreendendo, além dos casos mais evidentes (em vias públicas, estabelecimentos comerciais ou industriais, etc), também os menos evidentes (portadoras de deficiência, privadas de liberdade, etc).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Alimentação Escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), concretizada pela Ação Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica) para mais de 36 milhões de alunos de escolas públicas do ensino fundamental, contribuindo para a satisfação de suas necessidades nutricionais, a formação de hábitos alimentares saudáveis, a elevação dos níveis de aprendizagem, o desenvolvimento e, conseqüentemente, o rendimento escolar;

• Em 2005 (a partir de junho), os valores haviam sido aumentados para R$ 0,18 por aluno/dia (igualando para a pré-escola o valor repassado ao ensino fundamental) e R$ 0,34 por aluno/dia (para escolas de comunidades indígenas e quilombolas), em 2006, esses valores passaram a ser: R$ 0,22 para creches (públicas e filantrópicas) e R$ 0,42 para as escolas indígenas e remanescentes de quilombos, permanecendo R$ 0,18 para pré-escolas e ensino fundamental;

• Capacitação de cerca de 4.190 cidadãos para atuarem nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), nos Conselhos Escolares das unidades executoras do Dinheiro Direto na Escola (DDE), e ainda no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF);

• Distribuição de 96.441 acervos bibliográficos, compostos de cerca de sete milhões de livros, distribuídos em estabelecimentos e escolas de ensino fundamental da rede pública, para melhora das bibliotecas escolares;

• Reestruturação física de 298 instituições escolares, distribuídas no Território Nacional;

• Transferências de recursos financeiros, no exercício de 2006, a Municípios de todos os Estados e ao Distrito Federal, por meio da Ação Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, no valor total de R$ 705 milhões, distribuídos da seguinte forma: entre os de maior valor, para o DF (R$ 253,7 milhões), PI (R$ 54,3 milhões), MA (R$ 48,9 milhões), BA (R$ 42 milhões), RJ (R$ 34 milhões) e, entre os de menor valor, para RR (R$ 2,5 milhões), TO (R$ 1,5 milhão), AL (R$ 1,3 milhão), GO (R$ 1,1 milhão) e ES (R$ 349 mil), conforme dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Dentro dos limites estabelecidos na programação das ações (público-alvo, metas, objetivos, etc), a execução orçamentária do Programa ocorreu de forma satisfatória. No entanto, se consideradas as demandas sociais, a avaliação seria de insuficiência de recursos.

A execução das ações (intrassetoriais) implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério ocorreu de maneira satisfatória, mas é necessário

estreitar o canal de comunicação e melhorar a integração, pois isto produzirá efeitos positivos no desempenho do Programa nos próximos exercícios.

Quanto à concepção, há um excesso de ações. Acredita-se que, no âmbito do PPA, seja possível consolidá-las utilizando critérios, por exemplo, de complementaridade.

Quanto às metas das ações, o fato de que cinco delas ultrapassaram os 100% de execução é um forte indício de que será necessário reavaliar as metas estabelecidas.

Quanto aos indicadores, tendo em vista a importância do foco do Programa na educação básica, deveriam ser elaborados outros indicadores que permitissem uma visão mais ampla da eficiência, eficácia e efetividade na execução das ações.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

No que diz respeito à atuação geral dos CAEs, requeridos pelo normativo legal da Ação Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, ainda é insatisfatória, mas há progressiva efetividade, como parte dos resultados de outra ação do Programa Capacitação para o Exercício do Controle Social.

No PPA 2008-2011 será criada uma ação destinada à Formação para a Gestão das Ações Educacionais e Controle Social, resultante da reunião de atividades de capacitação presencial realizada pela Ação Capacitação para o Exercício do Controle Social, com a inclusão da metodologia de educação a distância. Esta nova ação será estruturada de modo a possibilitar a realização de capacitações em ambas as modalidades (presencial e a distância), com o intuito de ampliar a capilaridade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em capacitar uma grande quantidade de parceiros, tanto professores e profissionais do ensino público, gestores e técnicos das secretarias de educação, quanto cidadãos que atuaram nos conselhos de controle social das ações educacionais financiadas pela Autarquia.

A falta de avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa é ainda uma importante lacuna, inclusive para propiciar informações que permitirão melhorar o desempenho das ações.

No PPA 2008-2011, considerando-se a reformulação pretendida para a programação do MEC, o Programa 1061 também será readequado quanto aos seus indicadores, que serão realinhados tendo em vista a criação do Programa Qualidade na Escola.

**RECOMENDAÇÕES**

- Implementar mecanismos de avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa.

- A criação de novos indicadores, mais específicos, ligados a aspectos de qualidade do processo ensino-aprendizagem, tais como:

a) Taxa de Freqüência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos, razão numérica entre o número de crianças freqüentando escola na faixa etária de 0 a 3 anos e a população na faixa etária de 0 a 3 anos;
b) Taxa de Freqüência Bruta ao Ensino Médio: razão numérica entre o número de pessoas freqüentando o ensino médio e a população na faixa etária de 15 a 17 anos;
c) Taxa de Freqüência Líquida à Pré-escola da População na Faixa Etária de 4 a 6 anos: razão numérica entre o número de pessoas freqüentando a Pré-escola na faixa etária de 4 a 6 anos e a população na faixa etária de 4 a 6 anos;
d) Taxa de Freqüência Líquida ao Ensino Fundamental da População na Faixa Etária de 7 a 14 anos: razão numérica entre o número de pessoas freqüentando o ensino fundamental na faixa etária de 7 a 14 anos e a população na faixa etária de 7 a 14 anos;
e) Taxa de Freqüência Líquida ao Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 anos: razão numérica entre o número de pessoas freqüentando o ensino médio na faixa etária de 15 a 17 anos e a população na faixa etária de 15 a 17 anos.

# DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

## OBJETIVO

Assegurar, aos alunos com necessidades educacionais especiais, as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira, na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da rede regular de ensino e de garantir a eles o atendimento educacional especializado.

## PÚBLICO-ALVO

Alunos com necessidades educacionais especiais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 87.922.727,00 | Empenho Liquidado: | R$ 78.117.269,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 78.117.269,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PREVALÊNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 57
**Índice previsto ao final do PPA:** 55

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Foi apurado um índice de 57%, ultrapassando os 50% previstos para 2006, refletindo os avanços alcançados com o desenvolvimento do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que realizou seminários nacionais e municipais de formação de gestores e educadores, preparando os sistemas de ensino para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns das escolas públicas da rede regular de ensino. As ações foram realizadas em 144 Municípios-pólo, abrangendo uma área formada por 4.224 cidades.

**2. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 2,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 6,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Um fator que interferiu nos cálculos desse indicador foi o crescimento significativo no número de professores na educação básica (19% entre 2003 e 2006). Assim permanece uma baixa representação percentual dos professores com formação para atendimento de alunos com necessidades especiais (1,3 em 2003 para 2,1 em 2006), quando se considera o total de docentes da educação básica.

**3. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM CLASSES COMUNS DE ESCOLAS REGULARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 46,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 45

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Foi atingido um índice de 46,4%, superando os 39% previstos para 2006. O avanço demonstrado reflete o apoio dado aos sistemas de ensino, possibilitando sua organização para promoção da inclusão educacional.

**4. TAXA DE ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM ACESSIBILIDADE FÍSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 12,8
**Índice previsto ao final do PPA:** 12,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Foi atingido um índice de 12,8%, superando os 10,5% previstos para 2006, refletido pela ação de Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial.

**5. TAXA DE MUNICÍPIOS COM MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 89
**Índice previsto ao final do PPA:** 83

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Foi atingido um índice de 89%, superando o índice de 81% previstos para 2006, refletindo os avanços alcançados com o desenvolvimento do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que realizou seminários nacionais e municipais de formação de gestores e educadores, preparando os sistemas de ensino para a inclusão de alunos com

necessidades educacionais especiais nas classes comuns das escolas públicas da rede regular de ensino.

**6. ÍNDICE DE ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 39
**Índice previsto ao final do PPA:** 53,6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Foi atingido um índice de 39%, superando os 38,4% previstos para 2006. O crescente aumento no número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino é resultado da atuação desenvolvida no âmbito da organização dos sistemas de ensino, impulsionado pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) que, por meio do apoio técnico e financeiro aos projetos educacionais dos Estados e Municípios, bem como o desenvolvimento do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, orienta a inclusão de todos os alunos nas escolas da sua comunidade. Porém, na rede privada o índice foi de apenas 13,9.

**7. ÍNDICE DE MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 59,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 44

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Foi atingido um índice de 59,7%, superando os 35% previstos para 2006. Desde 2002, houve um crescimento de 194% nas matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular, passando de 110,7 mil para 325,1 mil alunos em 2006, refletindo as políticas de educação inclusiva desenvolvidas pela SEESP.

**8. TAXA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 42
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Foi atingido um índice de 42%, quando a previsão era de 57%. De 2003 a 2006, o total de matrículas da educação especial em classes comuns cresceu 124%, enquanto a oferta de atendimento educacional especializado cresceu 113%. Desta forma, o índice apurado não ilustra o avanço alcançado devido à fórmula de cálculo que media o atendimento educacional especializado em relação a matrícula geral dos alunos com necessidades educacionais especiais, portanto, foi necessário alterar a fórmula para que refletisse o percentual de atendimento educacional especializado dos alunos matriculados

em classes comuns do ensino regular, indicando o alcance do objetivo do Programa, de promoção do acesso e permanência dos alunos no sistema regular de ensino.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Mais de 90% da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais concentram-se nos níveis mais elementares de ensino, o que indica que a falta de atendimento educacional especializado nos demais níveis pode criar obstáculos à perspectiva de progresso nos estudos a que todo aluno tem direito. Ressalte-se que, dos 65,4% dos alunos com necessidades especiais matriculados no ensino fundamental, somente 1,5% chegam ao ensino médio e somente 7,3% têm acesso à educação profissional. Ademais, de 174,9 mil escolas públicas da educação básica, 12,8% já possuem dependências e vias adequadas aos alunos com necessidades educacionais especiais. Em 2002, eram apenas 3,6%.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• A formação de professores é condição essencial para a organização das atividades educacionais, dos procedimentos metodológicos e da avaliação, constituindo um currículo que garanta a participação, aprendizagem e atendimento às necessidades educacionais especiais. O Programa apoiou os sistemas de ensino no desenvolvimento de cursos de formação de professores nas áreas da deficiência, autismo, síndromes e altas habilidades/ superdotação. Atualmente, dos três milhões de professores da educação básica, 62.188 são professores com cursos específicos na área de educação especial, um acréscimo de 11.182 professores com formação em educação especial em relação ao ano anterior;

• A Ação Formação de Gestores para a Educação Especial dá suporte à implementação do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade em todos os Estados e no Distrito Federal. Em 2006, envolveu 144 Municípios-pólo que atuaram como multiplicadores para 2.800 Municípios da sua área de abrangência, que desenvolveram cursos para 21.110 profissionais, disponibilizando também referenciais pedagógicos norteadores das políticas educacionais inclusivas, que servirão de subsídios nos cursos;

• A Ação Apoio à Aquisição de Equipamentos Especializados para o Atendimento às Necessidades Educacionais Especiais dos Alunos em Sala de Aula, Salas de Recursos e Centros Especializados contou com recursos no valor de R$ 10,2 milhões que, por meio de convênios com Estados, Municípios e instituições sem fins lucrativos, apoiou projetos para equipar as escolas com condições necessárias e recursos de acessibilidade para promover o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais à escola. Até setembro, foram atendidas 500 escolas com laboratórios de informática do Programa de Informática na Educação Especial (Proinesp), 300 escolas com equipamentos de informática para implantação de salas de recursos multifuncionais e a instalação de mais seis Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS). No restante do ano, foram aditivados os contratos de aquisição de equipamentos para instalar mais 123 laboratórios do PROINESP e 76 salas de recursos multifuncionais, além da aquisição de equipamentos para escolas por meio dos Planos de Trabalho Anuais (PTA);

• Foram distribuídos materiais didáticos específicos destinados à educação especial, como *softwares* e jogos pedagógicos, livros de literatura infanto-juvenil e materiais didáticos específicos (reglete, punção, lupa, *mouse* e teclado adaptado), para sala de aula, sala de recursos e Centros de Apoio Pedagógico, beneficiando maior número de alunos com necessidades educacionais. Destaca-se a distribuição dos livros didáticos em formato acessível no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui livros didáticos e paradidáticos em Braille para todos os alunos cegos do ensino fundamental;

• Foi realizada a adequação de prédios em 652 escolas, superando a meta prevista de 510 escolas. O apoio aos sistemas de ensino para adequação das escolas modifica os ambientes tornando-os acessíveis e provendo as escolas de condições para a efetivação da inclusão, fazendo crescer a participação dos Municípios que apresentam matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, que já representam 89% dos Municípios brasileiros, em 2006;

• É importante ressaltar o crescimento ocorrido no número de professores com formação específica para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos (32,8%, de 2003 para 2006). Esse aumento foi impulsionado pelas ações de formação continuada de professores, promovidas pela SEESP/MEC, realizadas em parceria com os Estados, Municípios e instituições não-governamentais. O MEC apoiou técnica e financeiramente o desenvolvimento de cursos nas áreas sensorial, física e mental, no ano de 2006, preparando os professores para atuação no atendimento educacional especializado.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa é voltado para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais e suas ações contribuem para o acesso e permanência desses alunos nas escolas da rede regular de ensino. O apoio aos sistemas de ensino contempla a formação de professores para o atendimento educacional especializado, a distribuição de equipamentos e materiais didáticos específicos, os recursos de acessibilidade para sua participação e aprendizagem e a adequação dos prédios escolares. Os indicadores de desempenho das ações avaliam o crescimento das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino, a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado, a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, a participação da esfera pública no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, o número de professores com formação específica para atuação na educação especial, a organização dos Municípios na oferta de escolarização aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito mensalmente por intermédio de sistemas informatizados como o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SIMEC) e o Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (SAPE/FNDE), que registra todas as fases dos PTAs. Anualmente, é elaborado o Relatório de Gestão, que contém a descrição das principais ações, relacionando as metas físicas e financeiras,

com base nos dados do SIMEC e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O Programa teve uma execução física acima do previsto devido à centralização de processos de aquisição de equipamentos e materiais didáticos específicos e de análise de projetos apresentados, otimizando a utilização de recursos financeiros e ampliando a abrangência de instituições beneficiadas com projetos de apoio ao desenvolvimento da educação especial. Neste sentido, os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

Cabe esclarecer que a execução das ações do Programa acontece basicamente mediante convênios com Estados, Municípios e Distrito Federal. A integração entre a gerência do Programa e os entes executores ocorre a partir da análise dos projetos apresentados, através do acompanhamento das informações e resultados obtidos no censo escolar, e por meio de diligências para a aprovação dos projetos. As ações implementadas em outras unidades administrativas do próprio Ministério também obtiveram alto desempenho.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A participação social se dá pela Ouvidoria do MEC, por meio de reuniões com comunidades representativas das pessoas com deficiência, para a integração e obtenção de subsídios para planejamento de ações. Além disso, a SEESP/MEC participa do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade), órgão consultivo com representação governamental e não-governamental. A participação de grupos representativos das pessoas com deficiências das instituições de ensino superior contribuiu para a percepção da necessidade de ação específica para inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais neste nível de ensino.

**RECOMENDAÇÕES**

- O objetivo do Programa prevê o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino em todos os níveis, etapas e modalidades. Nesse sentido, o apoio do Programa é efetivado no âmbito da educação básica, havendo a necessidade da criação de uma ação que contemple o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior.

# DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

## OBJETIVO

Ampliar o atendimento de crianças até seis anos de idade na educação infantil com qualidade.

## PÚBLICO-ALVO

Crianças de até seis anos de idade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 27.941.100,00 | Empenho Liquidado: | R$ 18.666.959,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 18.666.959,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 3 ANOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 36,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Os índices desse indicador evoluíram, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)[1], da seguinte forma: 11,7% (2002), 11,7% (2003), 13,4% (2004) e 13% (2005), neste caso, o último índice apurado, e divulgado, refere-se a 2005.

A PNAD 2005 mostra que havia apenas 1,5 milhão de crianças de zero a três anos de idade em creches ou escolas, de um universo de 11, 5 milhões.Em perspectiva regional, revela também a seguinte situação quanto à taxa de freqüência escolar líquida nessa faixa etária: 5,8% (Norte), 11,7% (Nordeste), 15,8% (Sudeste), 16,1% (Sul) e 10% (Centro-Oeste).

1. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

O índice previsto ao final do PPA está condizente com a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE), todavia, há vários anos, o aporte de recursos financeiros para a educação infantil não é suficiente para propiciar as condições necessárias à aproximação desse índice. Nem seria possível, no caso específico deste Programa, associá-lo significativamente a pequena evolução do presente indicador em anos recentes.

Um importante fator para a melhoria do índice é a implementação, a partir de 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que inclui à educação infantil destinação de recursos do salário-educação e a implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância), no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apoiando os Municípios na construção, ampliação e reforma de instituições de educação infantil.

**2. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006: -**
**Índice previsto ao final do PPA:** 77

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Este índice apresenta a seguinte evolução no decorrer dos anos: 67% (2002), 68,4% (2003), 70,5% (2004) e 72% (2005)[2]. De forma análoga, o último índice apurado (e divulgado) refere-se a 2005. A PNAD 2005 mostra que havia 7,1 milhões de crianças de 4 a 6 anos de idade em creches ou escolas, num universo de 9,9 milhões. Em perspectiva regional, revela também a seguinte situação quanto à taxa de freqüência escolar líquida nessa faixa etária: 60% (Norte), 77,6% (Nordeste), 75,9% (Sudeste), 62,1% (Sul) e 62,8% (Centro-Oeste).

É bem provável que o índice previsto ao final do PPA (condizente com o PNE) seja alcançado, ou até superado, principalmente em decorrência da implantação do ensino fundamental de nove anos, a qual torna obrigatório o ingresso aos seis anos de idade. Outro importante fator para a provável superação do índice é a implementação, a partir de 2007, do Fundeb, que inclui à educação infantil destinação de recursos do salário-educação e a implementação do ProInfância no âmbito do PDE, apoiando os Municípios na construção, ampliação e reforma de instituições de educação infantil.

2. Fonte: PNAD/IBGE. A partir de 2004, foram incluídas nesta pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

### 3. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FAIXA ETÁRIA DE 0 A 3 ANOS DE IDADE

**Unidade de medida:** índice numérico (em relação a 2003)
**Índice apurado em 2006:** 1,28
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,17

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
A sua evolução em anos recentes foi: 930,8 mil matrículas (2003), 1,1 (2004), 1,2(2005) e 1,28 (2006)[3]. O número-índice mostra a variação percentual em relação ao ano de 2003.

Apesar da superação desse índice previsto ao final do PPA, a realidade ainda é insatisfatória, como evidenciam os dados referentes ao indicador 1. Ressalta-se que este indicador é menos expressivo, se comparado ao indicador 1, razão porque se reitera a recomendação para exclui-lo.

### 4. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 6 ANOS DE IDADE

**Unidade de medida:** índice numérico (em relação a 2003)
**Índice apurado em 2006:** 1,09
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,13

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A sua evolução em anos recentes foi: 5,03milhões de matrículas (2003), 1,07 (2004), 1,12 (2005) e 1,09 (2006)4. Neste caso, o índice revela a existência de inflexão no nível de matrículas entre 2005 e 2006, o que demanda especial atenção sobre as suas possíveis causas. Contudo, ressalta-se que, por ser um indicador menos expressivo, se comparado à taxa de freqüência na mesma faixa etária (indicador 2), reitera-se a recomendação para exclui-lo.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)1996 apresenta notáveis avanços legislativos para a educação infantil, que passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica e, apesar de não ser de freqüência obrigatória, é dever do Estado oferecê-la para toda a população, em creches (0 a 3 anos de idade) e pré-escolas (quatro a seis anos). Esta última etapa passa a compreender apenas os de quatro e cinco, sendo que as crianças de seis anos devem, progressivamente, ser matriculadas na 1ª série do ensino fundamental de nove anos, a ser totalmente implantado até 2010, conforme estipulado pela Lei nº 11.274, de 6.2.2006, que alterou a LDB.

3. Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
4. Idem.

É nessa fase inicial da vida que mais se desenvolve a capacidade de aprender, adquirir novas competências e estilos cognitivos que se associam ao futuro sucesso ou fracasso da criança na escola.

A LDB determina, ainda, que a formação mínima para o exercício da docência em creches e pré-escolas seja o nível médio, em modalidade normal. No entanto, já passada quase uma década, o Censo Escolar de 2006 mostrava que ainda havia no País, na educação infantil, mais de 10.000 funções docentes sem formação de nível médio completo. O PNE, de sua parte, estipula, no item 1.3.5.b (e 10.3.17), meta de 100% desses docentes com formação mínima de nível médio, a ter sido alcançada até o início de 2006.

As características da divisão de atribuições e competências reforçam o processo de municipalização da educação infantil e do ensino fundamental observado no aumento da participação relativa das redes municipais de ensino na oferta.

Quanto ao total das matrículas, constata-se que a educação infantil vem crescendo: em creches, a evolução foi de 916,8 mil (2000) para 1,4 milhões (2006) e, em pré-escolas, de 4,4 milhões (2000) para 5,6 (2006).

No que se refere às creches, houve aumento de 2% das matrículas nas redes municipais: eram 60,9%, em 2005, (37,8% na rede privada) e passaram a 62,9%, em 2006, (35,8% na rede privada). Sobre a rede municipal, houve quedas na Região Norte (-0,8%), em SE (-2,11%) e em SP (-9,97%); nas demais regiões, houve ampliação do atendimento, com destaque para GO (+15,1%), MG (+9,8%), AM (+15,54%) e ES (+8,22%).

Referente à pré-escola, houve estagnação das matrículas nas redes municipais, permanecendo 70,1% entre 2005 e 2006, ao passo que houve ligeira queda na rede privada, de 26,1% para 25,8%. A diminuição no total das matrículas nessa etapa encontra explicação, em parte, na progressiva implantação do ensino fundamental de nove anos; o número de matrículas na série inicial cresceu 47,3% nesse período (aumento de 429,7 mil matrículas), dentre as quais 200,2 mil de novas crianças com até seis anos de idade. De outro lado, na pré-escola, registrou-se decréscimo de 177,2 mil crianças de seis anos.

Nesse contexto, apesar de alguns avanços, os níveis de freqüência ainda são relativamente baixos, principalmente com relação às creches, conforme mostram os indicadores.

Vale destacar, como parte da recente definição do PDE do Governo Federal, a diretriz estabelecida no inciso X do Art. 2º do Decreto nº 6.094, de 24.4.2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e que preconiza a mobilização social pela melhoria da qualidade da Educação Básica no País: promover a educação infantil.

Tendo em vista qualificados estudos a respeito, a educação infantil constitui fator de alta significância para o sucesso escolar nas etapas subseqüentes, demandando,

assim, maiores investimentos públicos, que possam contribuir para a sua progressiva universalização e melhoria de qualidade.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 513 escolas das redes municipais beneficiadas com construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços, pela execução da Ação Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil, com reflexos para a ampliação da matrícula na educação infantil;

- 191 escolas das redes municipais beneficiadas com a aquisição de equipamentos por meio da execução da Ação Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil;

- 200 mil professores receberam, cada um, três edições da **Revista Criança**, importante instrumento de suporte teórico à prática pedagógica dos profissionais da educação infantil, distribuídas pela Ação Distribuição de Periódicos para a Educação Infantil.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Apesar da elevada execução (mais de 90%), os recursos orçamentários destinados ao Programa são insuficientes para poder contribuir de forma significativa à ampliação do atendimento da educação infantil. Para o exercício de 2007, haverá, da parte federal, um aumento de mais que R$ 100 milhões ao Programa. Além disso, a implementação do Fundeb, a partir desse exercício, representará, para os Municípios, considerável aumento de recursos para a educação infantil.

Em algumas ações, houve superação dos resultados previstos para o exercício, devido ao grande número de projetos com custos abaixo do estimado, decorrente do crescimento de parcerias locais e do maior envolvimento das equipes nos Estados, DF e Municípios. Em outras, no entanto, os desempenhos foram limitados devido a inadimplências de Municípios e Estados, falta de documentação de habilitação (regularidade quanto a obrigações fiscais e sociais), além do atraso na aprovação da LOA, da inexecução de emendas parlamentares e das restrições impostas pelo período eleitoral (art. 73, VI, Lei Eleitoral nº 9.504, de 30.9.1997).

Há carências de ordem material, de recursos humanos e de infra-estrutura. São necessárias melhorias quanto a espaço físico, ramais telefônicos, equipamentos de informática, sistemas de informação e controle, contingente de servidores (para execução das ações, apoio à gerência-executiva, assessoramento à gerência do Programa, assistência técnica a entidades, etc) e materiais diversos, a fim de propiciar maior eficiência na execução e acompanhamento das ações, o que fica mais premente em vista da perspectiva de expansão da educação infantil.

Com relação aos Estado e Municípios, uma restrição ao desempenho do Programa é a falta de preparo, quanto a processos licitatórios atinentes a recursos da União.

Os sistemas informatizados são apropriados, mas a eficácia continua limitada pela falta de comprometimento quanto à freqüência de registro dos dados – a exemplo do Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos Educacionais (SAPE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além da falta de um padrão mínimo de informações a serem inseridas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Têm sido de grande valia, ainda que indiretamente, as contribuições prestadas por parceiros como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino (Undime), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), o Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Mieib), organismos internacionais e entidades representantes de pais e mestres, de comunidades, etc.

Dentre os documentos publicados para o estabelecimento da Política Nacional de Educação Infantil, os Parâmetros Nacionais de Qualidade e os Parâmetros Básicos de Infra-Estrutura foram construídos com a participação de gestores municipais, representantes de secretarias estaduais de educação e de entidades da sociedade civil que atuam na área de educação infantil.

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), instituído em 2005, para elaborar proposta de transição, quanto à gestão do apoio financeiro do Governo Federal às creches e pré-escolas, do âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o do MEC, produziu em março de 2006 um Relatório composto de duas partes: I – Análise da situação atual da educação infantil e da atuação do Governo Federal na área e II – Proposta de prorrogação do prazo da Portaria 3.219, de 21.9.2005.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

## OBJETIVO

Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.

## PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.302.668.354,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.242.846.691,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.242.846.691,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 123
**Índice previsto ao final do PPA:** 121,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A previsão para 2006 era de apenas 115,8, mas o aumento da oferta de educação profissional provocou a superação da meta para 2007.

### 2. NÚMERO-ÍNDICE DE MATRÍCULAS INICIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 226
**Índice previsto ao final do PPA:** 225

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A previsão para 2006 era de apenas 210, mas o aumento da oferta de educação profissional provocou a superação da meta para 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O público-alvo da Educação Profissional e Tecnológica compreende jovens e adultos na faixa etária de 14 a 24 anos, cuja estimativa era de 38,4 milhões no ano de 2005. Desse total, devem ser considerados como demandantes potenciais dos cursos técnicos apenas os concluintes do ensino fundamental e os egressos do ensino médio. São também demandantes potenciais os trabalhadores que já estão no mercado de trabalho em situação de desemprego ou em busca de capacitação para o acesso, a reinserção e/ou o reposicionamento no mercado de trabalho. Não resta dúvida de que iniciativas que proporcionem o atendimento à demanda deste público por ensino médio integrado à educação profissional são estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Das 28 escolas previstas para 2006, sete foram inauguradas e estão em pleno funcionamento, duas estão concluídas aguardando inauguração, seis foram concluídas em fevereiro de 2007. As outras 13 escolas sofreram atrasos em função de regularização de terrenos, recursos às licitações ocorridas e redefinição de projetos e algumas serão concluídas em 2007. No entanto, já iniciaram seu funcionamento em instalações provisórias. Foram contratados inicialmente 1.500 professores e 900 técnicos-administrativos em atendimento à demanda proveniente da expansão;

• A primeira fase do plano é complementada com 18 escolas construídas com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), até então administradas por entidades comunitárias ou estaduais, hoje em processo de transferência de gestão para o Governo Federal por meio dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets);

• Em continuidade ao resgate das condições de manutenção dos alunos nas escolas agrotécnicas e Cefets agrícolas foram investidos, em 2006, R$ 3,3 milhões para apoio a 47 instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, promovendo a melhoria e a ampliação de alojamentos, incluindo-se aqui, cozinhas e ambientes necessários para a permanência desses alunos nestas instituições;

• Foram criados 15 núcleos de especialização em Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA) que estão qualificando mais de 1.500 docentes da rede pública federal, estadual e municipal. Estes professores estão sendo preparados para atendimento a jovens e adultos acima dos 17 anos, que terminaram o ensino fundamental e desejam concluir o ensino médio, com uma formação profissional inicial. Em 2006, as 144 instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica já disponibilizaram parte de suas vagas ao PROEJA;

• Criado o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, que pode ser acessado na página da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), com o objetivo de aprimorar e fortalecer os cursos superiores de tecnologia e em cumprimento ao Decreto nº 5.773/2006, funcionando como um guia para referenciar estudantes, educadores, instituições ofertantes, sistemas e redes de ensino, entidades representativas de classes, empregadores e o público em geral;

• Em 2006, foi realizada a I Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica do Brasil. O evento teve inicialmente 27 conferências estaduais para escolha dos delegados – gestores, docentes, técnicos e alunos de instituições públicas e privadas. A Conferência Nacional contou com a participação de mais de 2.600 pessoas ligadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e discutiu cinco eixos temáticos: o papel da EPT no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social; financiamento (manutenção e expansão); organização institucional e papel das instâncias de governo e da sociedade; estratégias operacionais de desenvolvimento da EPT (sistema de gestão, proposta pedagógica, educação a distância e formação e valorização dos profissionais da educação profissional e tecnológica e a relação da EPT e a universalização de educação básica);

• No âmbito da formação inicial e continuada de trabalhadores, nível da educação profissional para os que ainda não concluíram o ensino fundamental, foram concedidas 16.662 bolsas do Escola de Fábrica. Este projeto objetiva incluir jovens de baixa renda no mercado de trabalho através de cursos de iniciação profissional em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas, gerando renda e inclusão social.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações é feito mensalmente por intermédio de sistemas informatizados como o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SIMEC) e o Sistema de Informações Gerencias da Setec (SIG). Anualmente é elaborado o Relatório de Gestão, que contém a descrição das principais ações, relacionando as metas físicas e financeiras, com base nos dados do SIMEC e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Os recursos foram considerados suficientes, porém o seu fluxo de liberação sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Apesar de o Programa possuir ações de outros órgãos, a multissetorialidade não ocorreu na prática, pois não houve integração entre a gerência do Programa e os coordenadores dessas ações. Já a integração com os executores de ações descentralizadas foi mais efetiva.

A articulação das ações de governo no campo da formação, qualificação e requalificação profissional é um caminho importante a ser trilhado para ampliar a cobertura da oferta de cursos, promover a complementaridade da formação e otimizar os recursos existentes. As parcerias, em especial com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e as iniciativas de economia solidária são estratégias decisivas para a inclusão, com qualidade, de jovens e adultos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As ações de capacitação fizeram parte das políticas estabelecidas pela Setec/MEC, principalmente no atendimento ao desafio demandado pela implementação do PROEJA.

Iniciado em janeiro de 2006, o Plano de Expansão da Rede Federal de EPT adicionará 60 novas escolas às unidades já existentes, ofertando ao final do processo 74.000 novas vagas que serão destinadas a jovens e adultos nas diversas regiões do País, abrangendo cerca de 1.500 Municípios.

A participação social ocorreu principalmente pela realização das 27 conferências estaduais e pela Conferência Nacional realizada em Brasília, em novembro de 2006. Para algumas ações do Programa também foram realizadas audiências públicas, consultas públicas, reuniões com grupos de interesse e discussões em conselhos setoriais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Ampliar a articulação do Escola de Fábrica com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem), pois ambas iniciativas estão voltadas para um público-alvo semelhante;

- Exclusão da expressão: "alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores" do público-alvo do Programa.

# DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA

## OBJETIVO

Formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

## PÚBLICO-ALVO

Alunos de pós-graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 768.063.616,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 752.637.720,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 752.637.720,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADORES

### 1. ÍNDICE DE MESTRES TITULADOS NO PAÍS

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 16,46
**Índice previsto ao final do PPA:** 18,44

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

De 2004 para 2005 o índice cresceu 8,72%, se esse crescimento se mantiver será possível alcançar o índice no final de 2007.

### 2. ÍNDICE DE DOUTORES TITULADOS NO PAÍS

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 4,81
**Índice previsto ao final do PPA:** 5,48

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

De 2004 para 2005 o índice cresceu 0,42%, se esse crescimento se mantiver não será possível alcançar o índice no final de 2007. O índice é diretamente proporcional a quantidade de recursos disponíveis para distribuição de bolsas. Além disso, também depende da capacidade de oferta de vagas por parte das instituições de ensino. Nesse

caso, o doutorado tem uma menor oferta que o mestrado. Uma das razões dessa diferença refere-se aos requisitos estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para o reconhecimento de cursos novos. Nos últimos dez anos, a participação do setor privado nas matrículas em cursos de doutorado praticamente se manteve, enquanto em nível de mestrado houve um aumento significativo.

**3. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE MESTRE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 35,54
**Índice previsto ao final do PPA:** 37,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Para o índice evoluir, os futuros mestres precisam ser absorvidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Portanto, não é um bom indicador para o Programa, já que ele não interfere no corpo docente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

**4. ÍNDICE DE QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO NACIONAL**

**Unidade de medida:** Nota
**Índice apurado em 2006:** 4,21
**Índice previsto ao final do PPA:** 4,07

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A meta prevista já foi superada.

**5. ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE COM TÍTULO DE DOUTOR DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 24,14
**Índice previsto ao final do PPA:** 25,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Para o índice evoluir, os futuros doutores precisam ser absorvidos pelas IES. Portanto, não é um bom indicador para o Programa, já que ele não interfere no corpo docente da IFES.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Os esforços, do Governo Federal, voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira. O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Para acelerar a formação de recursos humanos de alto nível, precisa-se de um conjunto de iniciativas: execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2005-2010), implementação da

Reforma Universitária, ora em tramitação no Congresso Nacional, investimentos em infra-estrutura da pós-graduação e da pesquisa, sobretudo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aumento dos quadros docentes das universidades públicas, expansão dos vínculos dos cursos de pós-graduação com seus congêneres, tanto em nível nacional quanto internacional, ampliação do acesso à informação científica e tecnológica por parte dos cursos de pós-graduação, entre outras. Além disso, torna-se urgente aprofundar a parceria, na atividade pesquisa, da Universidade com a iniciativa privada, em atendimento à Política Industrial e do Comércio Exterior do Governo (PITCE).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Em 2006, foram concedidas em média 25.248 bolsas de estudos no País, no âmbito de programas vinculados às iniciativas estratégicas, objetivando estimular o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, bem como diminuir as disparidades regionais e intra-regionais;

- Com o intuito de permitir maior inserção do pesquisador brasileiro no cenário científico internacional, bem como a atualização da pesquisa científica brasileira nas fronteiras da produção do conhecimento, foram concedidas em média 2.005 bolsas de estudos no exterior, um instrumento tradicional de qualificação de pesquisadores, nas modalidades de doutorado-sanduíche, doutorado pleno, estágio de doutorado e pós-doutorado;

- Em áreas tecnológicas, tais como: Engenharias, Ciência da Computação, Química, Farmácia e Farmacologia, Ciências Biológicas entre outras, foram concedidas em média 2.997 bolsas de estudos visando à realização de pesquisas de ponta nas empresas e em instituições públicas e privadas, para a geração de patentes e a transferência de inovações tecnológicas para produtos, serviços, sistemas e processos de forma a materializar a implementação e o fortalecimento da PITCE;

- A inclusão de novos títulos no portal de periódicos da Capes permitiu que o número de acessos ao portal saltasse de 6,6 milhões, em 2002, para cerca de 40 milhões, em 2006. O portal da Capes é uma das maiores ferramentas existentes na América Latina para acesso ao conhecimento científico mundial, sendo utilizada por universidades, órgãos do governo e empresas privadas;

- É importante ressaltar as iniciativas de parcerias estabelecidas com organizações estrangeiras para a redução dos valores das taxas escolares cobradas pelas instituições estrangeiras para a realização do doutorado pleno. Em função da economia obtida, foi possível aumentar o número de bolsas concedidas nas demais modalidades. Também cabe destacar o investimento que permitiu a participação de cerca de 500 pesquisadores brasileiros em eventos científicos internacionais, para a apresentação de trabalhos produzidos nas instituições brasileiras.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Há carência de funcionários técnico-administrativos para a captação e tratamento dos dados da pós-graduação e para o gerenciamento das ações de fomento. Para solucionar o exposto, a instituição realizará concurso público em 2007.

A Capes possui sistema informatizado que possibilita o controle dos bolsistas e seus respectivos pagamentos. Além disso, o MEC desenvolveu o Sistema de Integrado de Planejamento Orçamento e Finanças (SIMEC), que permite o acompanhamento dos dados físicos das ações.

Mais uma vez, a Ação Aquisição e Ampliação do Prédio Sede da Capes não foi executada, por uma mudança na política interna do órgão.

Os recursos foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, permitindo que o caráter mensal do pagamento das bolsas de estudo, os compromissos com projetos apoiados e as atividades de consultoria vinculadas à avaliação fossem mantidos.

Apesar de o Programa possuir ações de outros órgãos, a multissetorialidade não ocorreu na prática, pois não houve integração entre a gerência do Programa e os coordenadores dessas ações. Da mesma forma não houve integração entre a gerência do Programa e os executores das ações descentralizadas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O impacto das decisões do Conselho Superior e do Conselho Técnico-Científico nos resultados do Programa é bastante significativo, já que, são algumas das atribuições dos Conselhos: assistir à Diretoria na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes, colaborar na elaboração da proposta do PNPG, opinar sobre os critérios e procedimentos para a distribuição de bolsas e auxílio institucionais e individuais, opinar sobre acordos de cooperação entre a Capes e instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais, propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação de pós-graduação e dos programas executados pela Capes. Essas atribuições refletem diretamente nas ações do Programa.

O Programa não possui uma ferramenta desenvolvida para avaliar a satisfação de seus beneficiários, contudo, a avaliação é feita de forma indireta. Entre os membros do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Superior estão representantes das grandes áreas do conhecimento, da Associação Nacional de Pós-graduando, do MEC; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); do Ministério das Relações Exteriores (MRE); da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação; da área acadêmica; representantes do setor produtivo nacional, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e representante do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria

(IEDI). Todos esses indivíduos estão ligados direta ou indiretamente com o público-alvo do Programa e influenciam nas políticas adotadas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Excluir os indicadores Índice de Qualificação Docente com Título de Doutor das Instituições de Ensino Superior e Índice de Qualificação Docente com Título de Mestre das Instituições de Ensino Superior, tendo em vista que a evolução dos mesmos depende da absorção dos mestres e doutores pelas IES e não das ações que compõem o Programa.

# DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

## OBJETIVO

Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental, com melhoria de qualidade.

## PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes do ensino fundamental.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.428.655.551,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.364.784.835,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.364.784.835,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE FREQÜÊNCIA À ESCOLA DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 97

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

A sua evolução em anos recentes foi: 96,9% (2002), 97,2% (2003), 97,1% (2004) e 97,3% (2005), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)[1].

O índice previsto ao final do PPA já havia sido superado entre 2002 e 2003, fato ainda não evidenciado quando da elaboração do atual PPA. A propósito, esse valor (97%) não foi condizente com a correspondente meta do Plano Nacional de Educação (PNE)2, que estabeleceu o alcance da universalização do atendimento de toda a clientela do ensino fundamental até o início de 2006.

A observação mais significativa reside no fato do indicador estar praticamente

1. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.
2. Anexo da Lei nº 10.172, de 9/1/2001, item 2.3.1.

estagnado há anos, sendo que esse patamar ainda não corresponde efetivamente à plena universalização escolar nessa faixa etária.

Vale ressaltar que o foco do indicador não é propriamente relacionado ao ensino fundamental, mas sim à sua clientela (7 a 14 anos de idade), quanto ao fato de estarem ou não freqüentando escola, ou seja, com garantia de acesso e permanência. Em 2005, eram 737,2 mil crianças e adolescentes nessa faixa etária que estavam fora da escola (2,7%). Nesse contexto, a atenção recai de modo especial sobre duas causas potenciais: a condição de portador de deficiência ou a ocupação laboral, além da falta de oferta adequada em locais diversos.

Seria importante, para a definição do índice previsto ao final do próximo PPA 2008-2011, ter como referência a meta do PNE, que ainda não foi alcançada.

**2. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 28,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 23,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A sua evolução em anos recentes foi: 33,9% (2003), 32% (2004), 30% (2005) e 28,6% (2006), de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O indicador expressa o percentual total de alunos do ensino fundamental com idade superior à recomendada para cada série (7 a 14 anos, sucessivamente para as oito séries que o compunham).

A progressão do indicador aponta para baixa viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

Sua diminuição é importante na medida em que reflete, além da correção do fluxo escolar, o ingresso da criança à escolarização em idade apropriada, evitando sua exposição a situações de riscos e prevenindo distorções sócio-educativas na população.

O patamar atual ainda é muito alto, com sérias perdas tanto para o aluno quanto para o Estado. Tendo em vista que o indicador diminuiu apenas 5,3% em três anos, seria importante estabelecer, para o índice previsto ao final do próximo PPA, patamar mais condizente com as melhorias de qualidade na educação básica pretendidas para o novo período.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96, em seu Art. 5º - afirma que "o acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo".

E o Art. 32: "o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social." (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

Um panorama do ensino fundamental no País é oferecido pelo INEP, a partir dos dados do Censo Escolar de 2006:

"Há queda de 251.898 matrículas, que correspondem a 0,8% do total. Essa tendência de queda mantém-se desde 2000 e deve continuar, por influência de fatores como efeito de variáveis demográficas, que vêm diminuindo o tamanho das coortes de idade no Brasil, e ajuste do fluxo de alunos que cursam o ensino fundamental fora da faixa de idade considerada correta (7 a 14 anos).

Em todos os Estados da Região Sul, no Espírito Santo, em Mato Grosso do Sul, em Goiás e em Rondônia há estabilidade na matrícula (crescimento ou decréscimo inferior a 1%). Observa-se queda da matrícula em todos os Estados da Região Nordeste, a exceção do Rio Grande do Norte (que apresenta estabilidade, embora esta se deva ao crescimento da matrícula na rede privada). Chama atenção a diminuição de matrículas nas redes estaduais em todos os Estados nordestinos, principalmente na Bahia (redução de 33.740 matrículas), na Paraíba (redução de 26.892 vagas), em Pernambuco (menos 26.554 matrículas), no Maranhão (18.555 matrículas a menos) e no Ceará (diminuição de 16.134 matrículas).

As redes municipais da Bahia e do Ceará diminuíram a oferta em 80.113 e 31.918 matrículas, respectivamente. Verifica-se, ainda, diminuição da oferta de vagas no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Pará e em Mato Grosso, enquanto que os demais Estados apresentam pequeno crescimento. Destaca-se o crescimento das matrículas nas redes municipais dos Estados de São Paulo (aumento de 121.268 matrículas), Espírito Santo (mais 28.759 matrículas) e Rio Grande do Sul (35.945)."

No que se refere à aprendizagem escolar, foram divulgados, em junho de 2006, os resultados da Prova Brasil (aplicada em novembro de 2005 pelo INEP em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação), que pela primeira vez teve caráter universal para alunos de 4ª e 8ª séries, avaliando o desempenho de 3,3 milhões de alunos em Português (foco em leitura) e em Matemática (foco em solução de problemas) e permitindo o conhecimento dos dados por estabelecimento de ensino. Em comparação com os resultados mais recentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), 2003, houve melhoras de cinco pontos em média na 4ª série.

Dessa forma, o Poder Público em suas diversas instâncias, articulado com a sociedade, deverá, nos próximos anos, enfrentar os seguintes desafios: garantir o acesso universal ao ensino fundamental de nove anos, buscando taxa de escolarização líquida próxima a 100% e aprimorar a qualidade da educação, reduzindo, inclusive, a defasagem idade-série.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Mais de 102 milhões de exemplares de livros didáticos distribuídos para o ensino fundamental, pela execução da Ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);

- 131,3 mil escolas de ensino fundamental beneficiadas pela execução da Ação 0515 – Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no valor total de R$ 326,7 milhões, privilegiando o processo de descentralização na área de educação e a autonomia das escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, nas modalidades regular, especial e indígena, além de entidades sem fins lucrativos responsáveis pela manutenção e representação de escolas privadas de educação especial;

- Mais de 3,3 milhões de alunos do ensino fundamental público residentes em área rural beneficiados quanto ao acesso e à permanência na escola, mediante recursos no valor total de mais de 275 milhões de reais para manutenção de transporte escolar, pela execução da Ação Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE);

- 3.891 escolas das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste beneficiadas pela execução da ação Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA III);

- R$ 2,5 milhões aplicados em atividades variadas (elaboração e publicação de documentos orientadores aos sistemas de ensino, realização de debates, encontros, seminários, aquisição e reprodução de material didático, etc) pela execução da Ação Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, com reflexos para 20.686 alunos (em 2006), além de 3.033 professores beneficiados com formação continuada;

- Gestão do MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), junto a universidades federais de 10 Estados (BA, CE, ES, MT, PB, PI, RN, RS, SC e TO) para viabilizar cursos de pós-graduação *lato sensu* com objetivo de formar 4.000 especialistas em gestão escolar, no âmbito do Programa Escola de Gestores da Educação Básica, com progressiva extensão para os demais Estados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

No caso das ações executadas por meio de descentralização e transferência voluntária, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o acompanhamento é feito por meio do Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos Educacionais (SAPE). A periodicidade é simultânea à liberação dos pareceres técnicos. Todas as ações do Programa são monitoradas pelo Sistema Integrado de Monitoramento do MEC (SIMEC), criado para acompanhamento dos programas e ações orçamentárias e para monitoramento das etapas dos projetos e atividades viabilizados em cada uma das ações. O sistema recebe informações sobre cada ação por meio de seus coordenadores. Apesar de ser uma ferramenta apropriada, a qualidade do acompanhamento das ações e do objetivo do Programa fica limitada pela falta de comprometimento dos responsáveis quanto à periodicidade na alimentação dos dados. Outra importante providência para melhoria do monitoramento é a criação de um padrão mínimo de informações a serem inseridas.

A execução física das ações ficou entre 80% e 100% do previsto na LOA 2006. Apesar de alto o nível geral de execução das metas, algumas ficaram comprometidas em função de inadimplência de Municípios e falta de documentação de habilitação para formalização de convênios.

O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Parte dos recursos foram repassados somente no final do exercício em função da legislação eleitoral.

O contingente de pessoal, além de insuficiente, sofre constantemente com a sobrecarga de atribuições. Além da falta de qualificação para determinadas atividades (planejamento, gestão operacional, orçamentária, financeira e pedagógica), as equipes estão, comumente, sofrendo com a alta rotatividade.

Alguns Municípios deixaram de receber os recursos das transferências automáticas e voluntárias devido ao atraso ou à falta de entrega da prestação de contas de recursos recebidos anteriormente, impedindo a celebração de novos convênios e o repasse dos recursos descentralizados.

Alguns Municípios deixaram de receber os recursos das transferências automáticas e voluntárias devido à falta de documentação de habilitação: comprovação de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Procuradoria Geral da República Federal (PGRF) e outros impeditivos para celebração de convênios e repasse de recursos descentralizados.

No que se refere à integração entre a gerência do Programa e os entes executores descentralizados, verifica-se ausência de informações para algumas ações, o que prejudica consideravelmente as avaliações e mesmo o levantamento de informações educacionais por parte dos entes, que freqüentemente solicitam à coordenação geral.

Com relação à execução de ações implementadas por outras unidades administrativas do próprio Ministério, mesmo com a pulverização, as ações obtiveram ótimos resultados, graças ao esforço e comprometimento dos gestores e equipes técnicas. A ressalva está apenas na integração das informações pelos gestores com a coordenação geral do Programa.

Não há, no Programa, indicadores de medição de desempenho dos alunos do ensino fundamental. Atualmente, esses índices podem ser medidos por informações coletadas pelo SAEB, realizado anualmente pelo INEP e também pelo índice de adequação idade-anos de escolaridade, também do INEP.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Têm sido de grande valia, ainda que indiretamente, as contribuições prestadas por parceiros como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino (Undime), conselhos variados, organismos internacionais (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco) e outras instituições de interesse público da sociedade civil, etc, tanto no desenvolvimento das ações que compõem o Programa quanto no seu acompanhamento e monitoramento.

A criação do Sistema de Remanejamento e Reserva Técnica (SISCORT), que coloca à disposição das escolas e secretarias estaduais e municipais de educação um sistema desenvolvido para auxiliar as redes públicas de ensino fundamental a remanejar os livros didáticos distribuídos pelo PNLD, destaca-se como uma ação inovadora para a gestão pública. Pelo acesso ao SISCORT, no sítio do FNDE, as escolas das redes públicas podem verificar a disponibilidade de livros nas unidades educacionais mais próximas e registrar possíveis sobras em sua instituição, sendo um instrumento valioso para o remanejamento e a troca de livros, resolvendo assim um dos grandes problemas enfrentados pelo Programa: a falta de livros nas escolas. O sistema é atualizado anualmente com dados da distribuição nacional de livros por escolas e de alunos cadastrados no Censo Educacional.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

## OBJETIVO

Garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens, com melhoria de qualidade.

## PÚBLICO-ALVO

Adolescentes e jovens e adultos do ensino médio regular.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 82.367.493,00 | Empenho Liquidado: | R$ 75.753.929,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 75.753.929,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO MÉDIO DE SÉRIES CONCLUÍDAS DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006: -**
**Índice previsto ao final do PPA:** 7,2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A sua evolução nos últimos anos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)[1], foi de: 6,7 (2002), 6,9 (2003), 6,9 (2004) e 7,1 (2005). Neste caso, o último índice apurado (e divulgado) refere-se a 2005. A tendência de aumento reflete a diminuição dos índices de reprovação e de distorção idade-série nessa faixa etária. Assim, a progressão do indicador aponta para alta viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA. Contudo, registra-se que, segundo dados da PNAD 2005, 45,3% da população nessa faixa etária, correspondente a mais de 3,7 milhões de jovens, ainda freqüentava o ensino fundamental, por isso, faz-se necessária a revisão das metas a serem alcançadas por este indicador

1. Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir de 2004, foram incluídas nessa pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

**2. TAXA DE FREQÜÊNCIA BRUTA AO ENSINO MÉDIO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 83,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
A sua evolução em anos recentes foi: 75,9% (2002), 81,1% (2003), 81,4% (2004) e 80,7% (2005)[2].

O indicador consiste na relação entre o total das pessoas (de quaisquer idades) que freqüentam o ensino médio e o total das pessoas de 15 a 17 anos de idade que freqüentam ou não a escola.

Não obstante a inflexão verificada em 2005, dois fatores que têm contribuído para melhorar (aumentar) o índice são: o gradual aumento das pessoas no ensino médio,principalmente pessoas de mais idade, em decorrência de sucessivas reprovações ou de retomada dos estudos após período de interrupção e a diminuição da população na faixa etária de 15 a 17 anos.

A progressão do indicador aponta para média viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

A propósito, seria importante definir novo patamar de previsão final, mais condizente com o ritmo de melhorias na educação básica, o que favorece a progressiva universalização do ensino médio, para o período do próximo PPA.

**3. TAXA DE FREQÜÊNCIA LÍQÜIDA AO ENSINO MÉDIO DA POPULAÇÃO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 45,3
**Índice previsto ao final do PPA:** 46

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A sua evolução em anos recentes foi: 40% (2002), 43,1% (2003), 44,4% (2004) e 45,3% (2005)[3].

O indicador consiste na relação entre o total dos jovens de 15 a 17 anos de idade que freqüentam o ensino médio e o total dos jovens nessa faixa etária.

A tendência de melhoria (aumento) reflete a diminuição dos índices de reprovação e a gradativa correção da distorção idade-série no ensino fundamental.

2. Fonte: PNAD/IBGE. A partir de 2004, foram incluídas nesta pesquisa as áreas rurais dos Estados do AC, AM, AP, PA, RO e RR.

3. Idem.

A progressão do indicador aponta para alta viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

Todavia, seria importante definir novo patamar de previsão final, mais condizente com o ritmo de melhorias na educação básica, para o período do próximo PPA.

**4. TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 44,9
**Índice previsto ao final do PPA:** 44,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A sua evolução em anos recentes foi: 49,3% (2003), 47,6% (2004), 46,3% (2005) e 44,9% (2006), de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O indicador expressa o percentual total de alunos do ensino médio com idade superior à recomendada para cada série,15 a 17 anos, sucessivamente para as três séries que compõem o ensino médio.

A tendência de diminuição reflete o aumento nos índices de aprovação nessa faixa etária e, principalmente, no ensino fundamental. Vale ressaltar que parcela considerável dos alunos já ingressam no ensino médio com idade defasada; além disso, há a dispersão da população fora da faixa para outra modalidade de ensino, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo.

A progressão do indicador aponta para alta viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

Todavia, seria importante definir novo patamar de previsão final, mais condizente com o ritmo de melhorias na educação básica, para o período do próximo PPA.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, instrumento aprovado pelo Congresso Nacional, com diretrizes e metas para dez anos, estabeleceu suas metas para o ensino médio com base em um diagnóstico de 1997 que, atualizado em relação a 2001, mantém um cenário preocupante em termos da consecução do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, quanto ao dever do Estado de promover a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio (inciso II, artigo 4º).

Segundo a PNAD 2005, havia quase 10,7 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, correspondente ao ensino médio regular. Apenas 4,9 milhões deles freqüentavam esse nível, incluídos aqueles  com alguma distorção idade-série, enquanto outros 3,7 milhões

estavam cursando ainda o ensino fundamental ou freqüentando cursos na modalidade de EJA e somente 100 mil estavam na educação profissional, significando que quase 2 milhões dos jovens nessa faixa sequer estavam estudando.

Por outro lado, observamos a demanda crescente pelo ensino médio, advinda tanto dos concluintes do ensino fundamental, em idade regular, quanto dos que o concluem por outras formas, como as séries de aceleração, cursos para jovens e adultos e exames supletivos.

Se identificamos que uma das razões que provocam a distorção idade-série e a elevada exclusão dos jovens do ensino médio é o não ingresso nesta etapa de ensino imediatamente após a conclusão do ensino fundamental, é preciso agir sobre sua origem, estendendo a obrigatoriedade do ensino médio a todos que concluírem o ensino fundamental em idade escolar regular. Para tanto, é necessário promover: melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens, consolidando a identidade do ensino médio centrada nos sujeitos; valorização e formação de professores; melhoria da qualidade do ensino regular noturno; ensino médio comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira; bem como desenvolvimento de projetos juvenis, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas.

No que se refere a financiamento, esta etapa da educação básica passa a ter perspectiva de melhoria em função da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e da ampliação da utilização do salário educação.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 9,2 milhões de livros didáticos adquiridos e distribuídos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ação Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio, núcleo do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), destinados aos alunos das 3ª séries do ensino médio público. Em 2006, houve expansão do Programa pela inclusão de livros de Biologia e pela reposição e/ou complementação dos livros de Português e Matemática;

- 640,9 mil periódicos, entre os quais **Sala de Aula**, **Isto é n**a **Escola**, **Época na Escola** e **Gestão em Rede**, também adquiridos e distribuídos pelo FNDE no âmbito do PNLEM, além de 800 livros em Braille;

- Aquisição de atlas, mapas, *cd-rom*, etc, para a produção e distribuição do guia para escolha dos livros do ensino médio e realização de controle de qualidade dos materiais adquiridos, como parte das atividades de suporte para garantir a execução do PNLEM;

- Transferências de recursos financeiros, no exercício de 2006, às Secretarias de Educação de 19 Estados e do Distrito Federal, por meio da Ação Apoio a Melhoria da Qualidade do Ensino Médio (noturno), no valor total de R$ 3,3 milhões, distribuídos da seguinte forma: entre os de maior valor, para SP (R$ 1,1 milhão, sendo 48,5% para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), PR (R$ 272, 7 milhões), CE

(R$ 252,3 milhões, sendo 55,2% para a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento, Cientifico e Tecnológico - FUNCAP), BA (R$ 250,4 mil), MG (R$ 224,3 mil) e, entre os de menor valor, para o DF (R$ 66.739,49), TO (R$ 58.577,73), PB (R$ 37.098,20), AC (R$ 6.305,31) e RR (R$ 5.075,32), conforme dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Ao longo de 2006, foram celebrados convênios, a título da mesma Ação, com todos os 26 Estados, havendo previsão de atendimento a 48 mil docentes e 6 mil gestores, podendo beneficiar 4.900 alunos cursistas de ensino médio de 905 escolas do sistema público de ensino.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

No exercício de 2006, o período eleitoral dificultou, por força de lei, a pactuação de convênios com os Estados, nos prazos desejáveis, embora tal fato não tenha prejudicado a realização de um número significativo de convênios firmados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Ações de interesse coletivo recebem acompanhamento de grupos de especialistas, como por exemplo: ações relacionadas à disseminação das ciências nas escolas, acompanhada por representantes de universidades e associações científicas e ações relativas a definição de estratégias para implantação das políticas para o ensino médio, discutidas e acompanhadas pelos coordenadores de ensino médio das redes estaduais de ensino, em reuniões periódicas.

A participação de atores envolvidos com os processos contribuiu para a correção de fluxos, quando da definição das estratégias de operacionalização das atividades, com indicação dos procedimentos a serem acordados para os devidos apoios técnico-financeiros efetivados pelo Ministério da Educação (MEC) às Unidades Federadas.

É importante entender que os beneficiários das políticas públicas no ensino médio são os alunos deste nível de ensino, em especial os das escolas públicas, mas faltam estratégias de coleta de dados relativas à percepção dos alunos quanto à implantação das políticas. Contudo, no que se refere ao apoio à formação de professores, ao fortalecimento institucional das secretarias estaduais e a outras ações que objetivam qualificar os sistemas de ensino, há mecanismos para aferir as percepções dos beneficiários.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E A CIDADANIA

## OBJETIVO

Reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.

## PÚBLICO-ALVO

Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 59.738.083,00 | Empenho Liquidado: | R$ 59.103.526,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 59.103.526,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. INDICADOR EM PROCESSO DE DEFINIÇÃO

**Unidade de medida:** A definir
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Em 2006, foram definidos cinco indicadores para o Programa que terão vigência a partir de 2007: Índice de Igualdade da Educação do Campo, Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena, Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares, Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais e Índice de Igualdade de Gênero.

São índices de igualdade, que permitem identificar e mensurar desigualdades e assimetrias sócio-educacionais, tais como: as desigualdades étnico-raciais; de gênero e identidade de gênero; a assimetria entre a população do campo e as áreas urbanas; a população indígena; a população remanescente de quilombos; a alfabetização e a educação de jovens e adultos e outras populações consideradas em situação de vulnerabilidade e risco social.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A discriminação étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional e sob qualquer outra forma é um fato concreto da sociedade brasileira e acontece em todos os ambientes, sejam eles sociais, familiares ou privados, uma vez que os preconceitos estão profundamente enraizados nos indivíduos e na cultura.

Historicamente, a escola não só reproduz em seu ambiente os processos discriminatórios, como também os reforça, já que os indivíduos discriminados, das mais diferentes formas, quando vítimas de violência ou de exclusão do ambiente escolar, têm reduzidas as suas oportunidades de trabalho, assim como a sua renda.

A discriminação é responsável por parte significativa das desigualdades observadas no campo educacional, o que se reproduz no mercado de trabalho, pois pelo menos 40% da desigualdade salarial no Brasil pode ser explicada pela questão educacional. Essas desigualdades resultam de um processo ativo de preconceitos e estereótipos que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Dentro do próprio ambiente escolar são constantes os tratamentos preconceituosos, as medidas discriminatórias, os insultos e constrangimentos, as ameaças e agressões físicas ou verbais contra estudantes de determinados grupos, como negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, crianças e jovens com orientação sexual diferenciada.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Em 2006, foram apoiados 358 planos de trabalho de Ações Educativas Complementares e Educação Ambiental (Educação Chico Mendes) e mais 35 relacionados ao Cultura Afro-Brasileira, que possibilitaram o atendimento de 455,5 alunos na primeira ação e 992,2 alunos no segundo, totalizando 1,5 milhão de alunos beneficiados;

- Qualificação de 17.448 profissionais, por meio do apoio à qualificação de profissionais em educação para diversidade e cidadania, que é feito mediante diversos projetos ligados à temática de Direitos Humanos, são eles: Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas; Gênero e Diversidade na Escola; Programa Educação em Direitos Humanos; Reconhecer; Educação e Gravidez na Adolescência e Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. O resultado bastante expressivo decorreu da capacidade das instituições envolvidas na execução dos projetos que, em articulação, constituíram uma rede de multiplicadores com um desempenho mais elevado que o esperado;

- Em 2006, por meio do apoio à educação do campo, foram disponibilizados R$ 6,5 milhões a governos estaduais, prefeituras municipais e entidades civis sem fins lucrativos, beneficiando 6.447 escolas e um total de 443 técnicos, 21.845 professores e 450.857 alunos ao longo do ano. O apoio à educação do campo contempla todos os níveis de escolaridade, com destinação de recursos, apoio técnico e outros subsídios, dando especial atenção às demandas específicas e diferenças entre as populações campesinas, tais como ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, assentados, caiçaras, extrativistas, entre outros;

• 7.244 alunos afrodescendentes e/ou indígenas atendidos por meio dos Projetos Inovadores de Cursos (PICs), que se constituem no fortalecimento do processo de aprendizagem, por exemplo, mediante reforço escolar, orientação vocacional e cursos pré-vestibulares adaptados para a realidade destes grupos locais;

• 32 projetos educacionais inovadores voltados à educação para diversidade e cidadania apresentados por universidades foram apoiados por meio do Conexões de Saberes, envolvendo mais de 800 alunos;

• 1.558 escolas abertas aos finais de semana para o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer;

• O bom desempenho do Programa ocorreu em razão da capacidade de articulação das instituições parceiras envolvidas em algumas ações que constituíram uma rede de multiplicadores proporcionando um alcance de resultados acima do esperado.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) realiza visita aos projetos que estão sendo implementados. São feitas observações nos locais e aplicados instrumentos (questionários, entrevistas) junto aos executores e aos beneficiários das ações. A SECAD desenvolveu um sistema de planejamento de suas ações, denominado SecadPlan, para melhor organizar os projetos e o monitoramento dos mesmos. Em alguns casos específicos, houve produção de sistema de monitoramento para grupos de projetos considerados prioritários, dentro dos apoiados pelo Programa. Outro sistema importante desenvolvido para o monitoramento foi o de registro de análise dos projetos, que permite referenciar geograficamente as atividades e o público beneficiado.

Há dificuldades relativas: à exatidão dos dados fornecidos, pelos executores, de localização das atividades que estão sendo realizadas. Os instrumentos de monitoramento necessitam aperfeiçoamento, assim como os relatórios resultantes desse processo, a sua freqüência.

A superação da meta física prevista se deve ao fato de algumas ações possuírem um potencial multiplicador, como é o caso da ação Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar, que permitiu um resultado excepcional e acima do previsto pelo Projeto Cultura Afro-Brasileira. Já no caso da Ação Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania, a superação da meta resultou da capacidade das instituições envolvidas na execução dos projetos que, em articulação, constituíram uma rede de multiplicadores com um desempenho maior que o esperado. Ou seja, o funcionamento dos projetos e a rede criada possibilitaram externalidades que levaram a um desempenho acima do esperado.

Os recursos orçamentários foram suficientes, bem como o fluxo de desembolso, em que pese à ocorrência de contingenciamento, o que impede o alcance das metas físicas e compromete a programação feita para o ano. O atraso na liberação dos recursos, além de desmobilizar os parceiros, compromete o planejamento e as articulações. O montante de

recursos gastos com as despesas administrativas, quando comparado ao montante liquidado diretamente com a execução das ações do Programa, é residual. As ações do Programa possuem tal abrangência, significância e diversidade – no que se refere aos objetivos, formas de execução e estratégias de implementação – que há uma nítida necessidade de incrementar os recursos destinados à Gestão e Administração deste, principalmente para fortalecimento das suas atividades de monitoramento e avaliação.

A infra-estrutura (espaço físico, computadores, etc) na equipe gerencial é insuficiente para acompanhar a execução dos projetos e realizar os procedimentos administrativos. Da mesma forma, há insuficiência de técnicos e pessoal de apoio administrativo.

As ações executadas com recursos descentralizados tiveram bom desempenho, em que pesem os problemas relativos à celebração de convênios, coordenação, comunicação e monitoramento. A execução descentralizada garantiu capilaridade e se beneficiou da experiência e das metodologias específicas de cada parceiro.

Os executores das ações nem sempre disponibilizaram as informações (dependendo do projeto executado) e a confiabilidade destas foi duvidosa em alguns momentos. Portanto, percebe-se que a integração entre a gerência e os entes executores necessita de maior aperfeiçoamento.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os parceiros não-governamentais executaram bem as atividades; há, contudo, dificuldades relativas à celebração dos convênios, tanto devido ao trâmite com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) quanto à confusão da legislação que rege a celebração de convênios e em razão da habilitação ou não das entidades para tornarem-se parceiras.

A participação social ocorre, em alguns casos, pela constituição formal de comitês e conselhos para consultas e deliberações. Essa participação provoca maior integração entre os agentes que representam os interesses das populações enfocadas no âmbito do Estado, Município ou região contemplada, bem como a criação de projetos em conformidade com as características e necessidades locais. Além disso, a participação social contribui para elaboração de diagnósticos mais acurados e controle social do Programa.

Não há uma sistemática estabelecida para realizar periodicamente a avaliação de satisfação dos beneficiários. No entanto, várias iniciativas de acompanhamento e avaliação promovidas pela SECAD relatam a opinião dos beneficiários quanto à satisfação em relação a projetos executados no âmbito deste Programa. Como exemplo, podem ser citadas as visitas realizadas no segundo semestre de 2006, em diferentes cidades do País, para acompanhamento de projetos apoiados, onde foram entrevistados diretores, professores, profissionais da educação, alunos, pais e comunidade local. Foram realizadas avaliações qualitativas sobre projetos apoiados por algumas das ações do Programa. De um modo geral, a percepção dos beneficiários é sempre positiva, destacando, em suas falas, a

importância dos temas trabalhados, a abordagem inovadora de se tratar transversalmente a diversidade e a possibilidade de participar de projetos que consideram as suas necessidades e demandas específicas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Reformulação do desenho do Programa, mantendo em sua estrutura apenas as ações relacionadas com a transversalidade.

# UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

## OBJETIVO

Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

## PÚBLICO-ALVO

Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como bolsistas das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.938.324.202,00 | Empenho Liquidado: | R$ 11.476.871.134,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 11.476.871.134,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 88.000.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM DOUTORADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 44,26
**Índice previsto ao final do PPA:** 52,1

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O indicador não evoluiu como o esperado, a previsão para 2006 era de 50,1%, mas demonstra crescimento. Embora os mestres ainda sejam a maioria nas IFES, a representatividade dos doutores aumentou, além disso, o crescimento deste indicador depende de contratações de docentes pelas IFES.

### 2. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM MESTRADO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 26,32
**Índice previsto ao final do PPA:** 35,2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador não evoluiu como o esperado, a previsão para 2006 era de 33,2%, mas, da mesma forma que existe uma política de incentivo a formação em doutorado,

existe uma política de incentivo a formação em mestrado, àqueles docentes que possuem apenas a graduação. A evolução desse indicador depende das contratações de docentes pelas IFES.

**3. TAXA DE DOCENTES (EM EXERCÍCIO) COM GRADUAÇÃO ATUANDO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 29,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 18,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A previsão para 2006 era de 21,3%. Neste indicador o índice deve reduzir e não aumentar, pois o objetivo é diminuir o número de docentes que tenham formação em nível de graduação apenas, porém, será muito difícil reduzi-lo em mais de dez pontos percentuais em apenas um ano.

**4. COEFICIENTE DE ALUNOS POR DOCENTES EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 15,22
**Índice previsto ao final do PPA:** 16,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**: Baixa

A previsão para 2006 era de 16,1%. O indicador não evoluiu bem nos últimos anos e será difícil alcançar o índice. Para que este indicador possa refletir, de fato, a eficiência do sistema e, em particular, das instituições, seria necessário ponderar o alunado segundo o nível de ensino cursado, tendo em vista que o tempo despendido pelos docentes varia em função do tipo de orientação demandada por mestrandos e doutorandos, do contrário, as instituições que ofertam maior quantidade de vagas nesses níveis de ensino podem parecer menos eficientes que as demais.

**5. TAXA DE MATRÍCULAS DE ALUNOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS NO TURNO NOTURNO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 60,13
**Índice previsto ao final do PPA:** 57,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A previsão para 2006 era de 57,8%. O aumento do número de cursos de graduação no turno noturno, principalmente nas instituições privadas, ocasionou a superação da meta. Porém, as ações integrantes do Programa Universidade do Século XXI exercem pequena influência sobre esse indicador. Quando muito, pode-se inferir que, ampliando-se o número de financiamentos concedidos por intermédio do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), favorece-se o aumento das matrículas nos cursos noturnos, pois estes seriam mais voltados aos estudantes que trabalham no período diurno. De qualquer

modo, deve-se questionar se é desejável a ampliação da proporção de matrículas em cursos noturnos, nas instituições privadas.

**6. TAXA DE MATRÍCULA DE ALUNOS EM INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO PRESENCIAL - NO TURNO NOTURNO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 25,38
**Índice previsto ao final do PPA:** 33

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A previsão para 2006 era de 31%. A ampliação das matrículas no turno noturno, em IFES deve ser incentivada, pois amplia as possibilidades de acesso para quem trabalha durante o dia. Porém, a probabilidade de elevar o índice em oito pontos percentuais, no prazo de 1 ano, é um tanto quanto difícil.

Cabe registrar que os índices apurados em 2006 referem-se ao ano base 2005. Deve-se considerar também que o Plano de Expansão das Universidades Federais foi iniciado em 2005 e sua implantação foi em 2006. Os dados dos indicadores não podem ter seus reflexos no ano de 2006 e sim somente a partir de 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Uma das diretrizes de ação do Ministério da Educação é a de reformar o modelo de educação superior, que atualmente dá sinais de esgotamento, e a própria instituição universitária que sofre os abalos de uma transição paradigmática, simultaneamente teórica e social. Nas últimas décadas, as universidades federais tiveram suas atividades comprometidas devido à falta de recursos financeiros, materiais e humanos. Muitas sofreram uma crise mais profunda, na própria alma da universidade, em razão de uma falta de sintonia com a realidade ao seu redor. Isto implica no próprio saber universitário que está ficando defasado, perdendo seu ritmo e sua sintonia em relação à demanda de conhecimento fora dos seus muros. Um grande desafio, hoje, é adaptar-se aos novos tempos; as tendências de futuro devem ser levadas em conta, de forma a que se capacite a universidade a responder a novas demandas, criando novos cursos e novos processos pedagógicos. A Universidade do Século XXI deve estar apta a respeitar a diversidade e a promover o desenvolvimento integral do ensino, da pesquisa e da extensão. Estas atividades devem ser objeto de acompanhamento e avaliação sistemática, de forma que os recursos humanos formados e os conhecimentos gerados e transferidos à sociedade se dêem em conformidade com o desenvolvimento sustentável do País.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• O Plano de Expansão das Universidades Federais tem priorizado a implantação de novos *campi*, levando em consideração as necessidades e vocações econômicas de cada região do País. Ao todo, estão sendo criados ou consolidados 49 *campi*, situados em 21 Unidades da Federação, em todas as regiões do País, além de 10 novas universidades. De fato, apenas as duas primeiras são novas. As demais surgiram por transformação (T) ou

desmembramento (D): Universidade Federal do ABC; Universidade Federal do Pampa; Universidade Federal da Grande Dourados (D); Universidade Federal do Recôncavo Baiano (D); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (T); Universidade Federal do Semi-Árido (T), Universidade Federal de Alfenas (T), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (T); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (T) e Universidade Federal Tecnológica do Paraná (T). Todas as instituições se encontram em funcionamento, com alunos matriculados e obras em andamento ou finalizadas;

• Visando o pleno funcionamento das instituições, foi autorizada a abertura de concurso para contratação de 4000 professores para magistério superior e de 1.075 técnicos-administrativos, complementando as 479 autorizações do ano de 2005. Além disso, foram disponibilizados 540 cargos de direção e funções gratificadas;

• O Programa Universidade para Todos (ProUni) encerra o exercício de 2006, com a adesão de 1.424 instituições e a oferta de 235,9 mil bolsas integrais e 123,7 mil bolsas parciais, totalizando 359, 6 mil bolsas ofertadas. O ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, o que confere transparência ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sendo, deste modo, reconhecido e valorizado o mérito dos melhores estudantes. Além disso, o Programa ratifica a política de inclusão do Governo Federal, reservando um percentual das bolsas ofertadas aos negros, índios e deficientes e incentivando a formação dos professores da educação básica;

• No ano de 2006, foram contemplados com a Bolsa Permanência 1.577 bolsistas. A Bolsa Permanência é um benefício, no valor de R$ 300,00 mensais, criado para ajudar no custeio dos estudos, viabilizando a permanência no ensino superior, dos alunos com bolsa integral do ProUni, matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e seis horas diárias de aula, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (Sied-Sup);

• As ações que contribuem para a institucionalização das atividades de extensão nas IES públicas, com foco em políticas públicas de desenvolvimento social, são apoiadas pelo Programa de Apoio a Extensão Universitária (Proext), que se encontra em sua 4ª edição. Em 2006, o Proext apoiou 99 projetos que contemplam temas como a formação permanente de pessoal para a educação básica, as políticas de direitos humanos e o desenvolvimento social, com recursos da ordem de R$ 4,5 milhões;

• Visando criar oportunidades para que alunos das graduações de Direito das IES sejam capazes de refletir criticamente sobre a prática profissional tradicional, foi criado o Projeto Reconhecer. Permitir-se-á que grupos de estudantes sejam formados em práticas integrais de ensino-pesquisa-extensão, por meio do contato com as demandas sociais e coletivas mais presentes na sua comunidade. Foram recebidas 44 propostas, das quais 14 foram selecionadas;

• Atendidas 14 instituições federais no âmbito do Programa Incluir - Igualdade de Oportunidade e Direito à Universidade. Este Programa selecionou propostas para apoiar três linhas de ações: a compra de equipamentos, a reforma estrutural e programas inovadores que garantissem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas IFES

e também o cumprimento do disposto no Decreto Presidencial nº 5.296, de 2004, que trata da Acessibilidade;

- O Programa de Ações Afirmativas para a População Negra (Uniafro) nas IES públicas têm como objetivo apoiar os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), das universidades públicas, no desenvolvimento de programas e projetos educacionais de promoção da igualdade racial. No último edital lançado, 24 IES foram contempladas;

- O Projeto Rondon levou cerca de 1.000 estudantes a 59 Municípios carentes com o envolvimento de 67 universidades públicas e privadas. A operação levou às comunidades carentes atendimento médico, ações de saneamento básico, cidadania e de gestão pública. O Projeto Rondon, destinado a incorporar de forma ativa a contribuição do estudante universitário na redução das desigualdades sociais e regionais, é uma iniciativa interministerial desenvolvida pelo MEC e pelo Ministério da Defesa (MD);

- A Residência Médica constitui modalidade de pós-graduação, destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização, caracterizada por treinamento em serviço, funcionando sob a responsabilidade de instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional. Durante o ano de 2006, a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) recebeu 325 solicitações de pedido de credenciamento provisório, que foram avaliados pelas Comissões Estaduais e pela CNRM. Houve repasse de 4.358 bolsas para as IFES e foi aprovado um reajuste de 30% do valor da bolsa para 2007. Há, atualmente, 2.733 programas de Residência Médica credenciados, atendendo a 16.971 médicos residentes matriculados nos diversos programas de Residência Médica;

- Foram realizados credenciamento e recredenciamento de 89 IES, autorização de 806 cursos superiores e reconhecimento de 1.831 cursos de graduação. Foram credenciadas 22 Instituições para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, sendo que 12 foram credenciamentos novos e 10 foram retificações de credenciamentos anteriores exclusivos para pós-graduação *lato sensu*; realizou-se também, o credenciamento de 43 entidades para a oferta de cursos presenciais de especialização em nível de pós-graduação *lato sensu*;

- Participação das 57 IFES no Censo Bibliográfico da Graduação, o que possibilitou a aquisição de um total de 14.335 livros de diferentes áreas do conhecimento, conforme indicação dos docentes que participaram do Censo.

No geral, a implementação das ações, resultado da nova política de ensino superior de ampliação da oferta de vagas, seja por meio da expansão das universidades federais ou por meio de programas de financiamento como ProUni e FIES, do desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos da educação superior e da supervisão e regulação do sistema federal de educação superior para garantir a qualidade do ensino, foram exitosas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do desempenho físico das ações é feito mensalmente por intermédio de sistemas informatizados como o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SIMEC) e pela Plataforma de Integração de Dados das Instituições Federais de Ensino Superior (PingIFES).

Os recursos alocados no Programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Como não sofreram contingenciamento, foi possível o cumprimento da programação inicial.

O ProUni é um exemplo de ação não-orçamentária, já que se trata de renúncia fiscal, que tem impacto direto na sociedade, pois permite o aumento do acesso ao ensino superior privado dos alunos com renda familiar *per capita* de até três salários mínimos, egressos de escolas públicas ou de escolas particulares na condição de bolsistas integrais. Muito embora a reforma universitária não conste no PPA, merece menção pelos esforços que mobilizou no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu) e em outras áreas do MEC. Atualmente, o projeto de reforma encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, após discussões com a comunidade acadêmica e com setores da sociedade diretamente envolvidos.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras é inadequada. Apesar das estruturas universitárias estarem em processo de expansão, inclusive internas; o suporte técnico-administrativo é completamente insuficiente ou inexistente em alguns casos. Os profissionais são docentes de 3° grau e técnicos-administrativos de nível intermediário e médio.

As ações com recursos descentralizados tiveram desempenho alto. As Universidades Federais sistematicamente alimentam o SIMEC e há integração entre elas e a gerência do Programa. A ação implementada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou resultado acima do esperado, apesar de ter executado menos da metade dos recursos previstos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As parcerias estão sendo bem sucedidas propiciando o alcance das metas do Programa. Como exemplo, cita-se a parceria público-privada entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Universidade Federal do Pará (UFPA) para implantação do campus de Marabá.

A participação social se dá por meio de audiências públicas e de reuniões com grupos de interesse, mas não há uma avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa.

O indicador coeficiente de alunos por docentes em exercício na educação superior trata da relação aluno/professor. Na teoria, quanto menor a relação maior a qualidade do ensino e quanto maior, menores os custos da instituição. Ressalta-se que existem limites

mínimos e máximos que, se ultrapassados, ou inviabilizam o funcionamento da instituição ou impedem a aprendizagem dos alunos. É interessante lembrar que esta relação se altera ao longo dos cursos, apresentando maior quantidade de alunos por professor nas turmas iniciais e menores relações nas turmas finais. Destaca-se também que dos seis indicadores, quatro estão ligados especificamente às Universidades Federais, sendo três ligados à titulação dos professores e um correspondente ao ensino noturno.

**RECOMENDAÇÕES**

- Rever os valores de índice previsto ao final do PPA dos três primeiros indicadores (Taxa de Docentes com Doutorado, Mestrado ou Graduação), porque a soma deles deve ser 100;

- Definir indicadores de resultados próprios para o Programa, pois os indicadores atuais referem-se a um problema bem mais abrangente que o escopo de atuação de suas ações.

# VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

## OBJETIVO

Oferecer oportunidades de capacitação e formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.

## PÚBLICO-ALVO

Professores de todos os níveis de ensino da educação básica e pessoal de apoio das escolas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 543.383.537,00 | Empenho Liquidado: | R$ 521.920.695,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 521.920.695,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NA PRÉ-ESCOLA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 45,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 46

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A sua evolução em anos recentes foi: 31,3% (2003), 35% (2004), 40% (2005) e 45,6% (2006), no caso dos cinco indicadores aqui apresentados, o ano em que o índice foi apurado (e divulgado) é o mesmo da realidade a que se refere, sendo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a fonte dos dados.

O índice previsto ao final do PPA, 2007, já está praticamente alcançado, mas seria importante, no próximo PPA, ter como referência a meta definida no Plano Nacional de Educação (PNE), Anexo da Lei nº 10.172, de 9.1.2001, itens 1.3.5.b e 10.3.18, que além de ter estabelecido que todos os professores de educação infantil tivessem habilitação específica de nível médio até 2006 (não alcançada ainda), estipulou que 70% tenham, até o início de 2011, formação específica de nível superior.

O ritmo de aumento do indicador até o presente não permitiria tal expectativa, todavia, na perspectiva da Mobilização Social pela Melhoria da Qualidade da Educação Básica no País, preconizada pelo Governo Federal mediante o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24.4.2007, especialmente quanto à diretriz definida no inciso X do Art. 2º: promover a educação infantil), seria condizente ter a meta do PNE como referência para o índice previsto ao final do próximo PPA.

**2. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 57,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 83,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A sua evolução em anos recentes foi: 36,1% (2003), 39,7% (2004), 47,7% (2005) e 57,7% (2006)[1].

É relevante observar a inferior qualificação docente nos anos iniciais do ensino fundamental, comparados com a existente nos anos finais, o que explica, em boa parte, os insucessos escolares decorrentes dessa carência inicial.

Não obstante o atual índice estar muito abaixo do previsto ao final do PPA, seria apropriado manter o patamar dessa previsão (acima de 80%) como referência para o final do próximo PPA, considerando a premência dessa necessidade para os anos iniciais do ensino fundamental, em vista da sua especial importância no processo de aprendizagem e formação escolar.

**3. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 5ª A 8ª SÉRIE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 85,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 95,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A sua evolução em anos recentes foi: 77,1% (2003), 78,8% (2004), 83,2% (2005) e 85,4% (2006)[2].

O patamar atual pode ser considerado satisfatório (acima da correspondente meta do PNE), embora seja baixa a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, a considerar sua tendência recente.

Contudo, seria importante ter a perspectiva de alcance da totalidade para o índice previsto ao final do próximo PPA.

1. Fonte: INEP.
2. Idem.

**4. TAXA DE DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO NO ENSINO MÉDIO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 95,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 98

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
A sua evolução em anos recentes foi: 90,2% (2003), 92% (2004), 95,6% (2005) e 95,4% (2006)[3].

Vale observar que houve inflexão entre 2005 e 2006, apesar do alto patamar em que se encontra o indicador atualmente.

O índice previsto ao final do PPA está proporcionalmente além da meta estipulada pelo PNE (item 10.3.19), pela qual todos os professores de ensino médio, até o início de 2011, devem ter formação específica de nível superior (licenciatura plena). Contudo, em vista da recente tendência de estagnação do presente indicador, seria importante manter a atual meta como referência para o índice previsto ao final do próximo PPA.

**5. TAXA DOCENTES COM NÍVEL SUPERIOR ATUANDO EM CRECHE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 34
**Índice previsto ao final do PPA:** 29,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
A sua evolução em anos recentes foi: 17,7% (2003), 23,8% (2004), 29% (2005) e 34,0% (2006)[4].

Apesar da superação, há dois anos, do índice previsto ao final do PPA, vale observar que essa previsão está proporcionalmente aquém da meta correspondente do PNE (em seus itens 1.3.5.b e 10.3.18.), que além de ter estabelecido que todos os professores de educação infantil tivessem habilitação específica de nível médio até 2006 (não alcançada ainda), estipulou que 70% tenham, até o início de 2011, formação específica de nível superior.

O ritmo de aumento do indicador até o presente não permitiria tal expectativa, todavia, na perspectiva da Mobilização Social pela Melhoria da Qualidade da Educação Básica no País, preconizada pelo Governo Federal mediante o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24.4.2007, especialmente quanto à diretriz definida no inciso X do Art. 2º: promover a educação infantil), seria condizente ter a meta do PNE como referência para o índice previsto ao final do próximo PPA.

3. Idem.
4. Idem.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) preceitua que os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI - condições adequadas de trabalho (Art. 67).

A realidade concreta da educação brasileira ainda está muito distante da efetivação desses princípios. Dentre os maiores problemas, identificam-se a fragilidade da formação dos professores e a falta de estímulo para que renovem sua prática pedagógica, que se traduzem em: ausência de um plano sistemático e efetivo de formação continuada dos professores, que possibilite sua atualização permanente em termos científicos e pedagógicos; ausência de mecanismos institucionais de valorização do conhecimento e da prática científica e pedagógica dos professores; predomínio de currículos centrados na transmissão de conteúdos, com frágil abordagem prática e problematizadora, devido à ausência de processos formativos que promovam a renovação pedagógica; desmotivação e difícil acesso a meios de trabalho e a bens culturais.

O Ministério da Educação (MEC), coordenador da política nacional do setor, é também responsável por prestar assistência técnica e financeira aos sistemas de ensino para a consecução dos objetivos determinados por lei, devendo elaborar um plano de formação de professores e de valorização do magistério, além de implementar a política de formação e valorização para os trabalhadores que atuam no âmbito das escolas públicas brasileiras. Neste sentido, o MEC instituiu vários Programas visando articular os diferentes níveis e sistemas de ensino com a finalidade de contribuir com o aprimoramento profissional dos professores e a melhoria da qualidade da educação no País.

No que diz respeito ao nível de formação das funções docentes na educação básica, havia em 2006, conforme dados do INEP, a seguinte distribuição:

a) do total de 1,7 milhão de funções docentes com formação de ensino fundamental, 1,4 (na rede pública) e 251,7 mil (na rede privada) ou, ainda, 301,3 mil (na rede rural) e 1,4 milhão (na rede urbana);
b) do total de 795,8 mil funções docentes com formação de ensino médio, 651,4 mil (pública) e 144,5 privada); ou ainda, 268,03 (rural) e 527,8 (urbana);
c) do total de 2,1 milhões de funções docentes com formação de nível superior, 1,7 milhões (pública) e 403,1 mil (privada); ou ainda, 162,6 mil (rural) e 1,980 milhões (urbana).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• 33.042 profissionais da educação (professores, gestores, diretores, etc) atendidos com cursos de formação permanente no âmbito de atuação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, na qual se destaca a ação Fomento à Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

• 111,1 mil professores, de diferentes Estados, atendidos no âmbito do Pró-Letramento, voltado para a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem da leitura, escrita e da matemática nas séries iniciais do ensino fundamental, e executado pelo MEC, na modalidade a distância, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada, com Estados e Municípios;

• 25.604 professores de 6.857 escolas atendidos com formação continuada e 86 professores de 259 escolas atendidas com material didático/pedagógico, pela execução da ação Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental, mediante celebração de convênios com 286 Municípios de 23 Estados, no valor total da ordem de 8,6 milhões de reais e com potencial para beneficiar mais de 870 mil alunos;

• 174 projetos aprovados, para formação de 5.938 professores, 384 profissionais e 60 técnicos de 2.389 escolas, pela execução da ação Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil, no valor total da ordem de R$ 2,7 milhões e com potencial para beneficiar mais de 129 mil alunos;

• 3.061 professores cursistas de 184 Municípios de 8 Unidades da Federação atendidos pela ação Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados da Educação Infantil (Proinfantil), no valor total da ordem de R$ 2 milhões e envolvendo a formação continuada de 530 professores formadores e 385 tutores.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O atraso na prestação de contas de Estados e Municípios impede o repasse de verbas que seriam destinadas às etapas subseqüentes das ações, que por sua vez sofrem retardamento e/ou paralisações momentâneas nesses entes.

A inadimplência de Estados e Municípios, junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), impede ou retarda o fluxo do cronograma das ações do Programa, podendo até impedir que esses entes celebrem convênios com o MEC.

Programas de formação instituídos na perspectiva do regime de colaboração ficam prejudicados em função de atrasos e inadimplência de Estados e Municípios em relação aos acordos de parceria firmados entre os entes federados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Por sua natureza, o Programa é destinado às demandas de formação de professores e trabalhadores da educação, não se abrindo, necessariamente, à participação social mais ampla.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.




# MINISTÉRIO DA FAZENDA

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Banco para Todos

Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Educação Fiscal

Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Fazenda (MF), foram utilizados **R$ 92.807.992.796,91** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 14.319.312.880,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 12.358.459.999,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **R$ 66.242.225.980,00** | **Realizado não-orçamentário:** | **R$ 80.449.532.797,91** |
| **Total previsto:** | **R$ 80.561.538.860,00** | **Total realizado:** | **R$ 92.807.992.796,91** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MF não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 551.959.159,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 169.424.997,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• A política econômica conduzida pelo MF em seus diversos aspectos (monetário, cambial e tributário, especialmente) tem logrado impor ao País um ritmo de crescimento sustentável com melhoras sensíveis em praticamente todas as esferas. Crescimento econômico com desenvolvimento, geração de emprego e renda, balança comercial positiva, redução do endividamento público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), controle inflacionário e redução da vulnerabilidade externa são exemplos destas bem-sucedidas ações;

• A política monetária cumpre com sucesso seu papel de manter a taxa de inflação ajustada à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2006, a taxa de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seguiu sua trajetória de queda pelo 4º ano consecutivo, registrando-se, pela 1ª vez desde que o regime de metas foi implantado, em 1999, um índice de inflação abaixo da meta, de 4,5%, definida pelo CMN;

• A inflação declinou de um patamar de 12,5%, em 2002 para menos de 4% em 2006. A taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), definida pelo Banco Central (BC), recuou de 18% ao ano, no início de janeiro de 2006, para 13,25%, ao ano em dezembro, a menor taxa nominal de juros básicos já praticada na economia brasileira. Este processo possibilitou uma redução nas taxas verificadas nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Os juros médios cobrados nas modalidades de financiamento para pessoas jurídicas passaram de 31,7% ao ano para 26,2% ao ano, entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006. Já para pessoas físicas, o custo financeiro médio recuou de 59,3% ao ano para 52,1% nessa mesma base comparativa. Com isso, houve uma redução nos *spreads* bancários cobrados pelas instituições financeiras em 2006;

• A redução no custo financeiro das operações bancárias impulsionou a expansão

do crédito na economia brasileira e o saldo das operações de crédito atingiu 30,8% do PIB em dezembro de 2006, ante 28,1% no final de 2005. O crescimento do volume de crédito do sistema financeiro ocorreu, principalmente, nas operações com recursos livres, tanto para pessoas físicas, com destaque para as operações de crédito consignado e de financiamento imobiliário quanto para pessoas jurídicas. As operações de crédito consignado continuam crescendo, com um incremento mensal da carteira superior a R$ 1 bilhão. No final de dezembro passado, a carteira de crédito consignado (trabalhadores públicos e privados) era de R$ 48,1 bilhões, representando 54,3% do total do crédito pessoal no Brasil;

• O resultado primário do Governo Central em 2006 foi de 2,38% do PIB, contra 2,73% em 2005. As reservas internacionais no BC alcançaram US$ 85,8 bilhões em 2006. Já a dívida externa, como proporção do PIB, declinou de 45,9% em 2002 para 21,3% em 2005 e 19,3% em outubro de 2006. No mesmo período, a dívida externa líquida recuou de 35,9% do PIB para 12,7% e 9,1%, respectivamente. O regime de câmbio flutuante, que vem demonstrando ser extremamente eficaz para o equilíbrio dos fluxos cambiais, foi aperfeiçoado em 2006, visando conferir maior eficiência aos exportadores. A Medida Provisória nº 315/2006 flexibilizou a exigência de cobertura cambial nas receitas de exportação, o que permite redução de custos de transação como tarifas e *spreads* bancários, desoneração tributária (isenção de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF) e maior agilidade nas decisões dos exportadores. Além disso, será reduzida a burocracia nas operações cambiais com a adoção de contrato simplificado de câmbio para exportações e importações;

• Em relação ao acesso a produtos e serviços financeiros, houve a inclusão bancária de cerca de 1,3 milhão de pessoas em 2006, atingindo a marca de mais de 5 milhões de contas abertas desde 2004, liberação de R$ 795 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção, presença em todos os Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento superior a 15 mil unidades, liberação de mais de R$ 468 milhões no ano pelo micropenhor (Caixa Econômica Federal - CEF) e concessão de crédito no valor de R$ 140 milhões à população de baixa renda;

• Em 2006, o volume de novos contratos de crédito imobiliário, com lastro em recursos da caderneta de poupança, considerados todos os agentes, inclusive a CEF, alcançou R$ 9,48 bilhões, mais de quatro vezes maior do que os R$ 2,21 bilhões de 2003. Dessa forma, a quantidade de unidades habitacionais financiadas atingiu 114 mil, contra 36 mil em 2003. Consideradas todas as fontes de recursos operacionalizadas pela CEF, inclusive a sua parcela na poupança, o volume de recursos alocados na contratação de financiamentos imobiliários, subsídios habitacionais, arrendamentos residenciais, consórcio imobiliário e repasses, em 2006, atingiu o valor de R$ 14,17 bilhões, com o financiamento de cerca de 603 mil unidades habitacionais, beneficiando mais de 2,8 milhões de pessoas. As mencionadas fontes de recursos são:

a) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
b) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);
c) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH);
d) Fundo de Desenvolvimento Social – Crédito Solidário (FDS);
e) Fundo de Arrendamento Residencial e Programa de Arrendamento Residencial

(FAR/ PAR);
f) Orçamento Geral da União (OGU);
g) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
h) Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD);
i) Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES);
j) Consórcio Imobiliário;
k) próprios da CEF;

• Com a principal fonte de recursos, o FGTS, considerados inclusive os subsídios habitacionais aportados com recursos deste Fundo, foram contratadas operações habitacionais, em 2006, no valor total de R$ 7,5 bilhões, no âmbito das diferentes linhas de financiamento, inclusive material de construção, compreendendo o financiamento de 361 mil moradias. Do ponto de vista da qualidade social dos financiamentos habitacionais, em 2006, é relevante ressaltar que, do total de financiamentos concedidos com recursos do FGTS, 85% do número de unidades financiadas foram destinados a famílias com renda de até cinco salários mínimos (faixa onde estão concentrados 92% do *deficit* habitacional de 7,2 milhões de unidades). Considerando que, em 2002, aquele indicador era de apenas 51%, o resultado alcançado revela o acerto da Política Habitacional de Interesse Social em direcionar, de forma crescente, os recursos alocados de forma compatível com o perfil do *deficit* habitacional;

• O Programa de Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais por meio de investimentos na infra-estrutura da rede dos Bancos Federais (Banco do Brasil S.A. - BB, Banco da Amazônia S.A. - BASA, Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco do Estado de Santa Catarina S.A. e Banco do Estado do Piauí S.A.) atua visando a ampliar o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema;

• O BB investiu, em 2006, cerca de R$ 190 milhões na manutenção da infra-estrutura de atendimento e modernização de pontos de atendimento bancário, instalou 741 novos pontos de atendimento bancário, ultrapassando em 462 pontos a quantidade programada. Desse total, 236 estão concentrados na região Norte e Nordeste.

• Registra-se a abertura de 80 agências e 28 postos de atendimento bancário pela CEF;

• A expansão da rede de agências do BASA em 3,87%;

• Modernização de 28 pontos de atendimento do BNB;

• Foram adotadas diversas iniciativas de adequação do funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, incluindo a consolidação de normativos e a obrigatoriedade na certificação de empregados nas áreas de regulação e liquidação de sinistros, sistemas de controle interno, atendimento ao público e venda direta de produtos, sob a gestão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que integra o Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP), em conjunto com o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), o Brasil Resseguros S/A (IRB), as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização, as entidades de previdência complementar aberta e os corretores habilitados a atuar nestes segmentos;

• Ao final de 2006, o mercado de seguros se aproxima de R$ 49 bilhões de prêmios diretos, sendo R$ 14 bilhões do Ramo Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL). Assim, terá crescido 105% em quatro anos, ou 19,6% ao ano. Excluindo o VGBL, o desempenho no período foi de 64%, ou 13,1% ao ano; mas, incluindo o VGBL e comparando com o mercado ex-VGBL, temos crescimento real de 27,5%, ou 2,4 vezes o aumento do PIB no período. O mercado de seguros e o VGBL cresceram 17,88% e 31,04% em 2006, respectivamente;

• No campo da proteção ao consumidor, a SUSEP julgou 7.000 processos que aguardavam julgamento em 2006, e também lançou o Guia de Orientação e Defesa do Segurado, com o objetivo de divulgar informações básicas sobre seguros, previdência complementar aberta e capitalização, materializando o esforço de aproximação da Autarquia com a sociedade, em linguagem simples e didática;

• De forma a garantir a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN):

a) foram realizadas 2.253 ações de fiscalização em cooperativas de crédito, instituições não-bancárias independentes e administradoras de consórcio;
b) análise de 1.498 processos administrativos punitivos;
c) julgamento em segunda e última instância administrativa de 517 processos administrativos punitivos;
d) realização de Censo de Capitais Estrangeiros no País e levantamento anual de Capitais Brasileiros no Exterior;
e) levantamento de 293 relatos de indícios de crimes ou ilícitos financeiros;
f) exame de 4.004 processos sobre transferência de controle, autorização para funcionamento, cisão, fusão e incorporação, mudança de objeto social, cancelamento de autorização, eleição, alteração estatutária ou de controle, correspondente no País e transformações em cooperativas;

• No desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, as medidas partem da convicção da importância do mercado de capitais como fonte de financiamento da atividade empresarial. O Brasil, além de contar com uma estrutura regulatória moderna e eficiente, centrada na atuação de quatro órgãos (Comissão de Valores Mobiliários - CVM, BC, SUSEP e Serviço de Proteção ao Crédito - SPC), tem registrado uma forte expansão do volume de operações, verifica-se um recorde de ofertas registradas na CVM pelo 3º ano consecutivo, atingindo a marca de R$ 125 bilhões; alcance de R$ 31,1 bilhões na oferta de ações, um recorde absoluto com aumento de 165% em relação a 2005, sendo que as ofertas primárias superaram R$ 16,5 bilhões e as secundárias R$ 14,6 bilhões; evolução de 37% na capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira, com o valor das companhias abertas saindo de R$ 1,128 trilhão em 31.12.2005 para quase R$ 1,544 trilhão no final de 2006; aumento do número de companhias abertas, o que representa uma variedade maior de setores da economia representados em bolsa, destacando-se o ingresso de 20 novas empresas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em 2006, a maioria delas de médio porte; crescimento nas operações de securitização, chegando a cerca R$ 14 bilhões, representando um crescimento de 65% em relação a 2005; e emissões de títulos de dívida de empresas - debêntures e notas promissórias - na ordem de R$ 75 bilhões, representando um crescimento de mais de 70% sobre as marcas de 2005;

• Na promoção do exercício da cidadania, mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos foi ampliada a rede de disseminadores mediante a capacitação de 9.473 pessoas do Programa Nacional de Educação Fiscal, em 2006, através de curso a distância, sendo cerca de 80% professores da rede pública de ensino fundamental e médio, além de realização de palestras em universidades e semanas educativas. A Escola de Administração Fazendária (ESAF) por meio do programa de Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins capacitou 34.953 beneficiários, além do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comissão da União Européia e Banco Mundial;

• No âmbito da Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União, em 2006, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conseguiu alcançar as principais metas definidas no Plano Anual de Financiamento (PAF) 2006. A participação dos títulos corrigidos pelo câmbio passou de 2,7% para 1,6% entre dezembro de 2005 e outubro de 2006, enquanto a dívida vinculada à taxa Selic recuou de 51,8% para 41,2% na mesma base, situando-se próxima ao piso definido no PAF-2006 (39%). Por outro lado, as parcelas pré-fixadas e corrigidas por índices de preços elevaram-se, respectivamente, de 27,9% para 32,8%; e de 15,5% para 22,1%;

• Além disso, houve ampliação do prazo médio da dívida mobiliária, combinada com uma redução na parcela com vencimento de curto prazo (12 meses), o que constitui importante sinalização da menor percepção de risco dos investidores em títulos públicos. Merecem destaque o Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira (DPMFe), no qual estão programados resgates de títulos com vencimentos até 2012 para suavizar o perfil de vencimentos da dívida no curto prazo, e as operações de *Tender Offer e Exchange Offer*, realizadas em associação à orientação do PAF de melhorar a composição da dívida externa e promover o alongamento de seu prazo médio;

• Deve-se citar ainda o resgate antecipado dos *Bradies*, no qual foram eliminados todos os títulos em mercado associados à renegociação da dívida externa no âmbito do Plano *Brady* ocorrido no início da década de 90 e o pagamento antecipado das obrigações junto ao Clube de Paris, decorrentes dos acordos de renegociação ocorridos entre 1983 e 1992;

• Em relação à dívida interna, além de aprimorar o funcionamento do mercado doméstico, o Tesouro Nacional agiu de modo a consolidar sua abertura aos investidores externos, com destaque para a edição da Lei nº 11.312, que proporcionou a isenção do imposto de renda para não-residentes sobre ganhos em investimento em títulos públicos da dívida interna. Essa medida alinha o Brasil às práticas internacionais, especialmente dos países emergentes, e fomenta, a exemplo dessa experiência em outros países, a redução de custos e alongamento de prazos da dívida, dado o maior apetite ao risco desse tipo de investidor;

• Em 2006, o País recebeu elevação na classificação de risco das quatro agências de *rating* que o acompanham. As agências Standard&Poor's, Moody's e Fitch Ratings

atualmente classificam o Brasil como BB, Ba2 e BB, respectivamente, distante dois níveis do grau de investimento, situação ótima para o investidor. A japonesa R&I avalia o País como BB+, a um nível apenas do grau de investimento. Essas são as agências com as quais o Brasil mantém contrato. Este quadro coloca o País em seu melhor nível histórico de classificação, o que demonstra o reconhecimento pelos agentes dos avanços obtidos recentemente na dívida pública e nos fundamentos econômicos. Em decorrência destes esforços, com aumento da transparência não apenas por parte do Tesouro Nacional, mas também de outros órgãos da administração pública, o Brasil foi, pela segunda vez consecutiva, classificado pelo *Institute of International Finance* (IIF) como o país emergente com melhor estrutura no relacionamento com investidores;

• Por meio do Programa de Administração Tributária e Aduaneira a arrecadação bruta das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB/MF), em 2006, atingiu a cifra de R$ 372,26 bilhões, representando um crescimento nominal de 8,42% e um crescimento real de 4,09% (considerando-se como indexador o IPCA) em relação ao mesmo período do ano de 2005. O resultado de dezembro gerou a maior arrecadação mensal da história: R$ 38,117 bilhões, com aumento real de 3,13% em relação ao mesmo período de 2005, quando foram arrecadados R$ 35,834 bilhões. Foram adotadas ações no sentido de agilizar a cobrança de créditos tributários na esfera administrativa, aumentando o controle e a sua tempestividade. A intensificação das cobranças refletiu também num fluxo permanente de encaminhamento de processos para Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com vistas à inscrição em dívida ativa da união e as conseqüentes medidas judiciais;

• Em 2006, foram concentrados esforços na desoneração de insumos básicos da construção civil, com a redução de alíquotas de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de diversos itens, por meio dos Decretos nº 5.697, de 7.2.2006 e nº 5.905, de 21.9.2006. Essa medida reduziu o preço médio da matéria-prima da construção popular, beneficiando as famílias de menor renda, incentivando a produção destes insumos e aumentando o emprego em toda a cadeia do setor. A principal medida adotada em 2006 foi a expressiva redução da barreira tributária que era imposta ao investimento estrangeiro no mercado doméstico de títulos públicos e de *venture capital*;

• A Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, isentou do Imposto de Renda (IR) devido os rendimentos auferidos por investidores estrangeiros em títulos públicos federais, ampliando a demanda por esses títulos e melhorando as condições de gestão da dívida pública, com redução de seu custo fiscal e alongamento de seu prazo;

• A mesma isenção de IR foi estendida a fundos do tipo *venture capital*, cuja experiência em diferentes países mostra sua importância para a atividade empreendedora, em particular aquela associada à inovação tecnológica;

• Ao investidor doméstico, foi estabelecida alíquota de IR equivalente a investimento em renda variável, representando efetiva desoneração frente ao tratamento anterior. A mesma Lei concedeu isenção de Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) ao investidor nas ofertas públicas de ações, primárias ou secundárias, com o objetivo de avançar ainda mais nos incentivos à abertura de capital em mercado organizado de ações;

• A aprovação da nova Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (MPE) é outro fato de grande relevância na política governamental de melhora do ambiente de negócios que alcança a quase totalidade (mais de 95%) do universo de pessoas jurídicas no País. A Lei criou o Simples Nacional, regime tributário especial que representa uma evolução do atual SIMPLES, que vigora desde 1997. No Simples Nacional, que entrou em vigor em 1º de julho de 2007, não só se avança no aperfeiçoamento do desenho tributário, com a criação de novas faixas e de uma progressividade mais suave, mas também se incorporam novos tributos, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) estadual e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) municipal, e amplia-se o número de setores contemplados, notadamente, de serviços. A integração de tributos das esferas federativas é importante passo no sentido da integração e padronização da administração tributária dos diferentes entes.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

É necessário revisar ações de alguns programas específicos, em alguns casos, articulando com os demais Ministérios. Tendo em vista, por exemplo, a distinção entre os públicos-alvo dos Programas Banco para Todos (MF) e do Microcrédito Produtivo Orientado (Ministério do Trabalho e Emprego-MTE), requer-se a adequação das respectivas ações. É necessária ainda a inserção de algumas ações voltadas para o desenvolvimento técnico-institucional no caso do Programa Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização e voltadas para instituições de pequeno porte, especialmente as cooperativas de crédito, focadas no enquadramento às exigências de capitalização no Programa Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional.

Finalmente, a recente publicação da Lei Complementar nº 126, de 15.1.2007, que dispõe sobre a política de resseguro e dá outras providências, gerará a necessidade de alteração nas competências das ações, o que demandará revisão quanto à pertinência do Programa Gerenciamento de Risco e Prevenção de Perdas e Acidentes.

**ASPECTOS RELEVANTES**

No que se refere ao combate à corrupção, ao desvio de recursos públicos, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro destaca-se o resultado da atuação da fiscalização da Receita Federal que se opera pela realização de procedimentos de auditoria fiscal junto aos contribuintes, bem como pela revisão sistemática das declarações de renda e outros instrumentos, cuja seleção, em ambas as situações, é feita de maneira impessoal, objetiva e baseada em parâmetros técnicos. Em 2006, foram fiscalizados mais de 20 mil sujeitos passivos, entre pessoas físicas e jurídicas, do que resultou o lançamento de ofício de R$ 52,94 bilhões. No mesmo período, foram revistas mais de 214 mil declarações de renda, que resultaram em autuações no montante de R$ 2,1 bilhões. Com relação à participação da Receita Federal no combate ao crime organizado, por intermédio de seu setor de inteligência fiscal, foram realizadas 18 operações integradas com a Polícia Federal e Ministério Público Federal (MPF), as quais resultaram em 380 prisões.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) consolidou-se como Unidade de Inteligência Financeira, adotando modernos sistemas e métodos para o processamento de informações. Em 2006, foram produzidos aproximadamente 1.200 Relatórios de Inteligência Financeira a partir da compilação de informações contidas em mais de 27 mil comunicações de operações suspeitas ou em espécie, provenientes, principalmente, do setor financeiro. Quase 11 mil pessoas foram relacionadas nestes relatórios. De outro lado, também cresceu, de forma substancial, o número de comunicações recebidas pelo COAF dos setores econômicos, evoluindo de 40.526 em 2003 para 85.152 em 2004, 158.613 em 2005 e para quase 190 mil em 2006. Nesta linha, o COAF foi convidado a participar das principais Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)realizadas em 2006, das CPIs dos Correios, dos Bingos e dos Sanguessugas, tendo colaborado ativamente, inclusive mediante cessão de pessoal e análise de informações e em investigações em relação a organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC).

No ano de 2006, o tempo médio de espera nos centros de atendimento ao contribuinte atingiu a marca de 27 minutos e 10 segundos em junho, 10% inferior ao registrado no final do ano de 2005. O sítio da Receita Federal na Internet registrou 466,3 milhões de acessos no ano de 2006. Além disso, a página foi premiada, na categoria governo, com o Prêmio Ibest 2006, tanto pela Academia quanto pelo júri popular, confirmando seu desempenho de anos anteriores. Neste ínterim, cabe destacar a perfeita integração com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa vinculada ao MF, realçando sua excelência na prestação destes serviços, tanto no que diz respeito à eficiência e à eficácia de seus programas quanto à segurança e integridade das bases de dados.

# AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS

## OBJETIVO

Melhorar e aumentar a capacidade de atendimento aos clientes, inclusive os oriundos das camadas de menor renda, com crédito e serviços bancários.

## PÚBLICO-ALVO

A clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.163.049.539,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 565.254.924,00 |
| | Total: | R$ 565.254.924,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

Indicador em processo de definição

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O crescente aumento das exigências dos clientes e do mercado torna imprescindível a ampliação e a modernização das instituições financeiras oficiais, a fim de lhes permitir competir em igualdade de condições com as empresas privadas e atender às demandas dos clientes.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- A Caixa Econômica Federal (CEF) abriu 80 agências e 28 Postos de Atendimento Bancário, com ampliação de sua rede de distribuição;
- O Banco da Amazônia (BASA) expandiu sua rede de agências em 3,87%, melhorando os serviços ofertados a seus clientes;
- O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) modernizou 28 pontos de atendimento.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa permitiu que as instituições financeiras federais melhorassem sua capacidade de atendimento à clientela, com a oferta de melhores serviços e acesso mais amplo ao crédito.

A execução física das ações ficou entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006. A obtenção de resultados foi comprometida por vários fatores, dentre os quais destacam-se: a reavaliação da política de ampliação dos pontos de atendimento; as dificuldades na identificação e contratação de imóveis em determinadas praças; a interposição de recursos nos processos licitatórios de contratação de obras e serviços; a necessidade de ampla negociação para obtenção de menor preço na compra de imóveis e contratação de serviços e, também, a demora na aprovação de créditos suplementares.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Em relação ao cumprimento das metas físicas: houve mudança do enfoque, mediante a utilização de canais alternativos de baixo custo; dificuldades na identificação e contratação de imóveis; recursos judiciais nos processos licitatórios; necessidade de ampla negociação com proprietários ou investidores na busca de menores preços e demora na liberação de créditos suplementares.

Foram identificadas restrições no caso do BNB, no qual estavam previstas a instalação de 12 dependências em 2006, mas somente foram autorizadas a serem efetivadas em 2007. No caso do BASA, houve demora na aprovação de créditos suplementares. Na CEF, há necessidade de contratação de pessoal para as equipes executoras.

**RECOMENDAÇÕES**

- Buscar forma de caracterizar melhor o público-alvo, identificando sua localização, mediante regionalização, e suas características sócio-econômicas.

# BANCO PARA TODOS

## OBJETIVO

Permitir que a população desassistida dos serviços do sistema bancário seja incluída como usuária de produtos e serviços financeiros.

## PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas de baixa renda e micro-empreendedores da economia formal e informal.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): - | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | - |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 2.146.833.210,00 | R$ 807.521.849,17 | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE ACESSO DE DESASSISTIDOS A SERVIÇOS BANCÁRIOS E AO CRÉDITO DIRETO POR INTERMÉDIO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS.

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Há estimativas - tomando-se por base o cruzamento dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) – de que o número de pessoas desassistidas varia de 25 milhões, 32 milhões ou até 54,6 milhões de brasileiros. Não há um dado unificado, o que dificulta o monitoramento dos resultados. Em 2006, o Programa foi ampliado, com a entrada de dois novos bancos públicos federais, o Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA).

O Indicador precisa ser alterado. Entretanto, para isso ocorrer, a gerência do Programa busca, junto com os coordenadores de ação, instituir um índice confiável, que possa ser utilizado para o bom monitoramento dos resultados. A partir desta definição, haverá a necessidade de se nivelar os dados de execução junto aos coordenadores de ação, o que possivelmente impedirá o início desse monitoramento ainda em 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Possibilitar o acesso da população de baixa renda e dos microempreendedores aos produtos e serviços financeiros por meio das instituições financeiras oficiais.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Inclusão bancária de cerca de 1,3 milhão de pessoas, em 2006, atingindo a marca de mais de 5 milhões de contas abertas desde 2004;
- Liberação de R$ 795 milhões em crédito para financiamento ao consumo e à produção;
- Presença em todos os Municípios brasileiros, com uma rede de atendimento superior a 15 mil unidades;
- O Micropenhor, que é realizado apenas pela CEF, liberou mais de R$ 468 milhões no ano. Mesmo sendo abaixo da meta prevista, de R$ 720 milhões, é um valor considerado relevante;
- A Ação Concessão de Crédito à População de Baixa Renda, teve os seguintes resultados: a CEF superou sua meta em quase R$ 140 milhões, atingindo a marca de 584% de realização e o Banco do Brasil (BB) realizou empréstimos para mais de 1 milhão de famílias, alcançando 123,5% da meta do ano.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Todas as ações são de origem não-orçamentária. Registrou-se execução física das ações entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006.

A política de bancarização inclui a ampliação de uma rede de correspondentes bancários. A reformulação dos produtos de bancarização e microcrédito, com ênfase nos processos internos de cada banco público federal, propiciará melhores resultados.

O BASA iniciou as atividades de abertura de contas e de concessão de crédito à população de baixa renda apenas em 2006, o que permitirá visualizar resultados mais efetivos em 2007.

A ação que envolve empréstimos para os microempreendedores, que posteriormente será migrada para o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), não teve bom resultado, alcançando 24,1% do valor orçado para 2006.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa busca formalizar parcerias com outros programas e públicos-alvo afins, tendo como ênfase a política de governo. Também são realizadas parcerias com prefeituras para reforçar a inclusão social, com participação em projetos sociais. Já o Microcrédito Produtivo Orientado depende de parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse

Público (OSCIPs). Tanto a CEF como o BB alteraram sua estratégia de atuação no ano, focalizando na formação de parcerias com Instituições de Microfinanças e OSCIPs.

**RECOMENDAÇÕES**

- Há necessidade de se redistribuir as ações entre o Banco Para Todos e o Microcrédito Produtivo Orientado, sob a gestão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo em vista que o público-alvo do microcrédito orientado à produção e o público-alvo da bancarização são díspares;

- Há a necessidade de se redefinir os indicadores.

# DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

## OBJETIVO

Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.

## PÚBLICO-ALVO

Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 84.291.719,00 | Empenho Liquidado: | R$ 72.951.724,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 72.951.724,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE EMISSÕES PRIMÁRIAS DA ECONOMIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 23,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 15

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice já foi superado em 2006, não havendo até o momento, algum indicativo que possa comprometer este alcance.

### 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS EM BOLSA E EM BALCÃO ORGANIZADO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 64,9
**Índice previsto ao final do PPA:** 32

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado e seu índice já foi superado em 2006, não havendo até o momento, algum indicativo que possa comprometer este alcance.

### 3. NÚMERO DE ACESSOS À *HOME PAGE* DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 37.641.757
**Índice previsto ao final do PPA:** 7.000.000

**Viabilidade de alcance dos índices dos indicadores ao final do PPA:** Alta

Este indicador está relacionado ao ritmo de crescimento do mercado e seu índice já foi superado em 2006, não havendo até o momento, algum indicativo que possa comprometer este alcance.

#### CONTEXTUALIZAÇÃO

O mercado de valores mobiliários vem se tornando um instrumento do Governo Federal para aumentar a taxa de poupança doméstica da economia, devido ao apelo que possui quanto às expectativas de taxas de retorno mais elevadas, embora com maior risco, e de participação no lucro das empresas

#### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Recorde de ofertas registradas na Comissão de Valores Imobiliários (CVM) pelo terceiro ano consecutivo, atingindo a marca de R$ 125 bilhões;

- As ofertas de ações atingiram R$ 31,1 bilhões, um recorde absoluto com aumento de 165% sobre os números já excepcionais de 2005, sendo que as ofertas primárias superaram R$ 16,5 bilhões e as secundárias R$ 14,6 bilhões;

- Evolução de 37% na capitalização de mercado da bolsa de valores brasileira, com o valor das companhias abertas saindo de R$ 1,13 trilhão em 31 de dezembro de 2005 para aproximar-se, no final de 2006, de R$ 1,54 trilhão;

- Aumento do número de companhias abertas, terminando o ano com uma variedade maior de setores da economia representados em bolsa, destacando-se o ingresso de 20 novas empresas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), em 2006, a maioria delas de médio porte;

- Crescimento nas operações de securitização chegando a cerca R$ 14 bilhões, representando um crescimento de 65% em relação a 2005;

- As emissões de títulos de dívida de empresas - debêntures e notas promissórias - foram da ordem de R$ 75 bilhões, representando um crescimento de mais de 70% sobre as marcas de 2005.

#### DESEMPENHO DO PROGRAMA

Em geral, as metas físicas atingiram de 80 a 100% do valor previsto na Lei Orçamentária Anual, em 2006, havendo casos em que o realizado superou em muito o previsto. No que diz respeito à orientação e defesa dos investidores, os resultados superaram

em 175% a meta prevista, em função da oferta de diversos novos serviços exclusivos para os investidores. Em relação à disseminação de informações e regulamentação do mercado de valores mobiliários, os resultados superaram em 77% a meta prevista, devido à disponibilização, na Internet, de um conteúdo maior e mais eficiente de informação para o investidor.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a execução, porém os créditos suplementares somente foram aprovados no último dia para realização de empenhos, não havendo tempo hábil para executar toda a dotação recebida.

A infra-estrutura nas equipes executoras é inadequada, devido à não conclusão da ampliação da sede no Rio de Janeiro e às dificuldades na alocação dos servidores nas novas dependências da regional de São Paulo, muito prejudicada pela demora na aprovação dos créditos suplementares.

Apesar da admissão de mais de 150 novos servidores, há carência de outros 150, pois muitos funcionários antigos da autarquia estão se aposentando e ainda não há autorização para realização de novo concurso.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Foram editadas ou postas em audiência pública, 30 novas normas, dentre elas a que disciplina os veículos de securitização e a que dispõe sobre os fundos de investimento financeiro (debates encerrados em 2006 e edição prevista para 2007).

Com o objetivo de oferecer maior transparência a suas atividades, a CVM aprimorou as informações disponibilizadas em seu sítio relativas às suas contas, reunindo informações referentes às compras, às despesas com pessoal, aos contratos e licitações, entre outras, além de dar acesso a todos os documentos de prestação de contas referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006. A CVM, segundo a ControladoriaGeral da União (CGU), é um dos primeiros órgãos a disponibilizar, de forma eletrônica, a íntegra desses dados. As informações podem ser acessadas no item “Contas Públicas” do sítio.

**RECOMENDAÇÕES**

- Verificar a pertinência de se criar novas ações ou reformular as atuais, de maneira a refletir melhor os trabalhos desenvolvidos pelas áreas;

- Corrigir a meta física da ação referente a sistema informatizado, que previa a manutenção de um único sistema, quando na verdade são mantidos 24 sistemas;

- Implantar pesquisas de opinião para aferir o grau de satisfação dos usuários do Programa.

# DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

## OBJETIVO

Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

## PÚBLICO-ALVO

Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central (BC).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.015.883.301,00 | Empenho Liquidado: | R$ 978.741.723,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 978.741.723,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. NÍVEL DE ENQUADRAMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE CAPITALIZAÇÃO POR PARTE DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 99,96
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Não foi possível alcançar o índice de 100%, devido ao fato de que algumas instituições de pequeno porte, especialmente as cooperativas de crédito, não atingiram o nível desejável de enquadramento às exigências de capitalização. Visto o fato relatado, é possível que não se atinja a meta de 100% ao final de 2007. Contudo, esse fato não representa risco à solidez do SFN, devido a pequena diferença entre o índice previsto e o apurado e ao porte e à natureza das instituições que não se enquadraram às exigências de capitalização.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda do governo e da sociedade por um sistema financeiro sólido, eficiente, eficaz e efetivo é permanente e da mais alta relevância para o País, inclusive como forma de assegurar a estabilidade econômica.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realização de 2.253 ações de fiscalização em cooperativas de crédito, instituições não-bancárias independentes e administradoras de consórcio;
- Análise de 1.498 processos administrativos punitivos;
- Julgamento em segunda e última instância administrativa de 517 processos administrativos punitivos;
- Realização de Censo de Capitais Estrangeiros no País e levantamento anual de Capitais Brasileiros no Exterior;
- Levantamento de 293 relatos de indícios de crimes ou ilícitos financeiros;
- Exame de 4.004 processos sobre transferência de controle, autorização para funcionamento, cisão, fusão e incorporação, mudança de objeto social, cancelamento de autorização, eleição, alteração estatutária ou de controle, correspondente no tte transformações em cooperativas;
- Realização do II Encontro Internacional sobre Regulação e Supervisão em Microfinanças e V Seminário Banco Central sobre Microfinanças.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Consideradas as ações finalísticas, o índice de obtenção de resultados alcançado foi na ordem de 90%, devido às restrições orçamentárias e financeiras (especialmente os atrasos na liberação dos recursos) e aos problemas na qualificação de pessoal. As ações associadas a investimentos em edificações não puderam ser desenvolvidas a contento, devido às restrições na liberação dos recursos. Em virtude da insuficiência de recursos orçamentários em 2006, principalmente para amparar investimentos indispensáveis ao funcionamento do BC, foram utilizados recursos não orçamentários provenientes da Reserva para Promoção da Estabilidade da Moeda e do Uso do Cheque (Recheque), transferidos para o BC por força da Resolução nº 3074/2003 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

As principais dificuldades encontradas na execução do Programa são: insuficiência dos recursos de informática frente às demandas atuais, em termos de capacidade de processamento e armazenamento de informações; aumento na complexidade dos processos de trabalho, não havendo pessoal em quantidade suficiente; necessidade de elaboração de programa de desenvolvimento gerencial e de qualificação de servidores; admissão de novos servidores não chegando a compensar os desligamentos e aposentadorias; morosidade dos processos licitatórios e atrasos na liberação de recursos. A insuficiência de pessoal do quadro próprio foi compensada em parte com a contratação de serviços terceirizados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Foram editadas 170 normas de regulamentação do SFN, envolvendo portabilidade de crédito, cadastro e salário, criação dos bancos de câmbio, garantias de depósito,

microempreendedores e população de baixa renda, crédito imobiliário, regulamentação prudencial, "lavagem" de dinheiro e audiências públicas.

O BC tem intensificado o planejamento e a gestão estratégica com metodologias que contemplam a utilização de sistemas de custos (apurados com base no método ABC), de acompanhamento de indicadores de gestão e de acompanhamento de atividades. Houve ainda a adoção de metodologia para execução de projetos, compreendendo também a constituição de escritórios de projetos e a utilização de sistema para seu acompanhamento.

Em 2006, foi criado componente administrativo para o desenvolvimento das atividades de Ouvidoria, com o objetivo de disponibilizar canal de comunicação entre a instituição e os públicos interno e externo, permitindo, assim, a recepção de críticas, sugestões e demandas relativas a todas as ações do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Desenvolver ações voltadas para instituições de pequeno porte, especialmente as cooperativas de crédito, focadas no enquadramento às exigências de capitalização.

# DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO

## OBJETIVO

Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 63.406.814,00 | Empenho Liquidado: | R$ 54.375.919,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 54.375.919,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE SEGUROS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 2,41
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,85

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A participação do mercado de seguros no PIB cresceu de 2,2%, em 2005, para 2,41%, em 2006. Trata-se de um mercado que deverá ter crescimento ainda mais expressivo em futuro próximo, a partir da solidificação do cenário econômico.

### 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE CAPITALIZAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0,34
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,42

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Apesar das ações voltadas para a modernização e inovação do meio regulatório, o mercado de capitalização não tem apresentado novos produtos para mobilizar o consumidor. O crescimento do setor tem ocorrido a taxas cada vez menores, sem expectativas de reversão no curto prazo, e sua participação no PIB caiu de 0,35 para 0,34% em 2006, com queda nas receitas de 15,38% a 3,34% no período de 2003 a 2006.

### 3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR ABERTA NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0,35
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,55

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A forte alavancagem observada até 2001, com reflexos de crescimento ainda na ordem de 8,92% e 4,42% em 2002 e 2003, principalmente devido aos excelentes níveis alcançados pelo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), tinha criado expectativas de crescimento que não puderam ser confirmadas em função da concorrência com o ramo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), que ofereceu alguns outros atrativos. Os indicadores existentes não sugerem o alcance do índice de 0,55 em 2007, tendo em vista o valor alcançado de 0,34 em 2006.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação vigente hoje é de desequilíbrio nas relações entre os agentes e os consumidores de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, em razão de carência de informação adequada nos canais de comercialização, necessidade de maior transparência, concentração de mercado, escassez de produtos e excesso de regulamentação, decorrente da velocidade de expansão destes mercados nos últimos anos. O cenário futuro, contudo, é de modernização e abertura dos mercados, com a abertura do resseguro e a transferência de sua fiscalização para a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- O mercado de seguros cresceu 17,88% em 2006; o VGBL, cresceu 31,04% em 2006, atingindo 0,74% do PIB;

- Instituída a obrigatoriedade, para todo o mercado supervisionado pela SUSEP, da certificação técnica dos empregados e assemelhados que atuam nas áreas de regulação e liquidação de sinistros, sistemas de controle interno, atendimento ao público e venda direta de produtos;

- Lançamento do Guia de Orientação e Defesa do Segurado, divulgando informações sobre os diversos produtos e características do mercado;

• O mercado de seguros deu um importante passo em direção à desregulamentação, no período de 2003 a 2006, quando mais de 800 normas foram revogadas e houve a consolidação de normativos de mesmo assunto que estavam dispersos;

• Edição de diversas normas referentes:

a) à capital mínimo para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras;
b) à implantação de controle interno, de atividades, bem como de sistemas de informações, incluindo normativo relativo à prática dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98;
c) às provisões técnicas constituídas em conjunto com a análise das avaliações atuariais;

• Foi instituída a figura do atuário, responsável técnico do atuário independente e do diretor técnico.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em geral, a execução física ficou acima do previsto nas ações finalísticas, mas foi inferior em ações não vinculadas às áreas fins, principalmente no que diz respeito à concessão de benefícios aos servidores. Fatores como atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual e a limitação das despesas de passagens e diárias ocasionaram a necessidade de revisão do planejamento, prejudicando as viagens a serviço e, conseqüentemente, as fiscalizações de maior duração.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A SUSEP utiliza audiências públicas para obter sugestões em relação às normas que pretende editar, principalmente as que possam causar maiores conseqüências para a sociedade e tem procurado investir em capacitação, inclusive em nível gerencial, com a expectativa de utilização, em 2007, da ferramenta de controle de gestão *Balanced Score Card* (BSC), que permitirá a implementação do planejamento estratégico em busca de maior eficácia na gestão.

**RECOMENDAÇÕES**

• Revisão das ações do Programa, direcionando-as para as metas ou objetivos pretendidos (mediante a alteração ou inclusão de ações operacionais ou estratégicas, inclusive com a utilização de novos indicadores de gestão). Há necessidade de inclusão de ações voltadas para o desenvolvimento técnico-institucional, visto que a maior parte das ações do Programa está voltada para o cumprimento de obrigações legais vinculadas a pessoal;

• Há necessidade de mais equipamentos de informática e de aumento da capacidade dos bancos de dados, tendo em vista a implantação de sistemas de controle, que permitirão registro de todas as apólices emitidas no mercado;

• Ampliação do quadro de servidores e de cargos em função de novas atividades assumidas, como a supervisão do resseguro.

# EDUCAÇÃO FISCAL

## OBJETIVO

Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

## PÚBLICO-ALVO

Professores e alunos do ensino fundamental e médio da rede publica de ensino estadual e municipal.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 200.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 198.980,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 198.980,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA COM EDUCAÇÃO FISCAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0,36
**Índice previsto ao final do PPA:** 6,28

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Apesar do índice registrado em 2006 ter sido baixo, foram capacitados mais de 7.500 professores em um ano.

### 2. TAXA DE ATENDIMENTO COM EDUCAÇÃO FISCAL A ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 17,9
**Índice previsto ao final do PPA:** 9,79

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice já foi superado.

**3. TAXA DE ATENDIMENTO COM EDUCAÇÃO FISCAL A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 9,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 10,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O curso a distância realizado pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) para capacitação de professores e as outras capacitações realizadas pelos Estados têm possibilitado ampliar o número de alunos que estão sendo instruídos na questão tributária.

**4. TAXA DE ABRANGÊNCIA MUNICIPAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 42,9
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Palestras e reuniões de sensibilizações sobre a importância do Programa Nacional de Educação Fiscal para a Cidadania (PNEF) são feitas em várias prefeituras, o que tem despertado o interesse delas em implantar o Programa em diversas escolas.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Necessidade de criar no cidadão brasileiro, desde cedo, uma consciência maior da importância da relação entre qualidade e quantidade dos serviços públicos que são oferecidos pelos três níveis de governo, como contrapartida dos tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pela sociedade.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Foram capacitados 9.473 disseminadores do PNEF em 2006 através de curso à distância, sendo cerca de 80% formados de professores da rede pública de ensino fundamental e médio;
- Reproduzidos 3.900 kits contendo 4 cadernos pedagógicos com os assuntos trabalhados pela Educação Fiscal;
- Realização de palestras em universidades, em eventos de instituições parceiras do PNEF para disseminação do Programa;
- Promoção de semanas educativas em *shoppings* para conscientização dos tributos existentes e sua função social.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Registrou-se execução física das ações acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006. A formação de disseminadores foi superada em razão da grande procura do

curso *on-line* e da não remuneração das coordenações e tutorias estaduais. A quantidade de kits reproduzidos foi superada em razão do preço conseguido na licitação. A capacitação a distância e a entrega do *kit* pedagógico aos professores do ensino fundamental e médio deverão impulsionar a implantação do programa nas escolas.

Os recursos destinados ao PNEF são insuficientes para a execução de todas as ações previstas. Faltou recurso orçamentário e financeiro para remunerar o trabalho dos coordenadores estaduais e tutores no curso *on-line* de Formação de Disseminadores do Programa de Educação Fiscal.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Na capacitação de professores são criadas oficinas pedagógicas. Os professores idealizam o trabalho que farão com os alunos, criam peças teatrais, desenvolvem pesquisas e trabalhos mostrando a relação dos impostos e os serviços prestados pelo Estado.

Há carência de recursos humanos e financeiros para acompanhamento das ações dos Estados, bem como, carência de recursos para desenvolvimento e execução do sistema de monitoramento e avaliação da implantação do Programa das escolas.

**RECOMENDAÇÕES**

- A implantação do Programa nas escolas da rede pública (ensino fundamental e médio) requer trabalho de vulto bem maior do que o realizado. É necessário oficializar convênio entre os entes federados (União, Estados e Municípios), definindo as responsabilidades de cada governo e as metas a serem alcançadas;

- Há necessidade de recursos orçamentários, financeiros e humanos para a realização desse trabalho. O ideal é haver destinação de recursos orçamentários em rubrica própria em todas as instituições gestoras do programa (em nível federal, a ESAF).

# GERENCIAMENTO DE RISCO E PREVENÇÃO DE PERDAS E ACIDENTES

## OBJETIVO

Avaliar riscos potenciais e condições de segurança de instalações comerciais e industriais brasileiras.

## PÚBLICO-ALVO

Mercado segurador nacional e mercado ressegurador internacional.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): - | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | - |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 2.895.320,00 | R$ 5.487.520,07 | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE INSPEÇÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 17,66
**Índice previsto ao final do PPA:** 23,39

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O reduzido quadro de inspetores compromete a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA. Ressalta-se que a entrada de novos servidores provenientes de concurso público, prevista para junho de 2007, demandará treinamentos de capacitação técnica, de longo prazo.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa justifica-se pela necessidade de redução da subjetividade dos critérios de taxação securitária. O melhor conhecimento dos padrões de segurança e da variedade de riscos minimiza o grau de vulnerabilidade a que os segurados estão sujeitos e que possam produzir perdas vultosas, por vezes, imediatas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Melhorar a qualidade das aceitações, taxação e concessão de benefícios tarifários e condições especiais, para os riscos inspecionados;

• Continuidade do aprimoramento da gestão de regulação de sinistros, reduzindo o prazo de regulação.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Houve execução física entre 80% e 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual 2006. Destaca-se que todas as ações do Programa são de origem não-orçamentária.

A aposentadoria e a transferência de inspetores experientes impactou na efetivação da execução das metas físicas previstas para a Ação Inspeções de Cobertura dos Riscos. O quadro atual de inspetores é insuficiente para o atendimento da meta prevista. Espera-se que com o novo concurso público, em 2007, sejam destinados novos servidores para a área de inspeção de riscos.

**RECOMENDAÇÕES**

• Com a recente publicação da Lei Complementar nº 126, de 15.01.2007, que dispõe sobre a política de resseguro e dá outras providências, haverá alteração nas competências das ações, o que demandará revisão quanto à pertinência do Programa..




# MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - Conviver

Drenagem Urbana Sustentável

Eficiência na Agricultura Irrigada

Integração de Bacias Hidrográficas

Organização Produtiva de Comunidades - Produzir

Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Proágua Infra-estrutura

Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso

Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões – Promover

Resposta aos Desastres

Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Integração Nacional (MI), foram utilizados **R$ 6.694.167.218,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 7.777.893.214,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 6.694.167.218,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **R$ 21.380.000,00** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 7.799.273.214,00** | **Total realizado:** | **R$ 6.694.167.218,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MI não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 1.515.422.648,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 915.903.494,00.**

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• A programação do MI foi elaborada na busca da redução de desigualdades regionais, resultado de assimetria nas condições de financiamento da atividade produtiva, que reduzem as oportunidades de melhoria das condições de vida de uma parcela considerável da população;

• Para isso, o MI atua nos seguintes vetores:

a) concepção de estudos e políticas que buscam orientar ações articuladas entre governo, em todas as suas esferas, e a sociedade, buscando atuar no desenvolvimento de parcelas do território consideradas estagnadas ou deprimidas, visando potencializar o desenvolvimento de unidades territoriais ou regionais e elevar os níveis de desenvolvimento social e econômico, por meio de ações de capacitação e apoio à organização de arranjos produtivos locais;

b) provimento da infra-estrutura hídrica necessária ao desenvolvimento econômico e social do País, em especial, no semi-árido nordestino tanto no que se refere ao abastecimento humano e de rebanhos quanto no que se refere ao desenvolvimento hidroagrícola;

c) ações de defesa civil voltadas para a prevenção e remediação de danos causados por desastres;

• Apesar das necessidades de ajustes programáticos e em aspectos referentes à gestão dos programas, são notáveis os avanços da atuação governamental nos três vetores. Na área de Políticas e Programas de Desenvolvimento Regional, além da formulação de programas de desenvolvimento regionais, como o Plano da Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Desenvolvimento do Semi-Árido e do entorno da BR 163 (PDSA), entre outros, os programas de desenvolvimento regional sob a coordenação do MI apresentaram, em

2006, a despeito da manutenção de uma trajetória descendente na alocação de recursos orçamentários, avanços promissores na sua institucionalização e consolidação como instrumentos de promoção dos potenciais produtivos local e regional, visando sua inserção no processo de desenvolvimento que se acelera no nível nacional;

• Os Programas Promeso, Conviver e Faixa de Fronteira, com atuação específica nos respectivos espaços territoriais, e o Promover e Produzir, com atuação nitidamente temática, continuaram a fortalecer a organização social para o desenvolvimento, com a estruturação de novos Fóruns Mesorregionais, com a dinamização de outros já existentes e com a criação de uma nova Mesorregião (Seridó);

• Foram identificadas, priorizadas e apoiadas atividades produtivas de vocação inequívoca dos diversos espaços, inclusive nas sub-regiões do semi-árido, selecionadas para dar maior consistência à atuação governamental em uma região antes favorecida apenas por iniciativas pulverizadas, sem caráter estruturador. Esta vertente de atuação teve o mérito de trazer, a reboque, a desejada inserção social e econômica de parcelas consideráveis da população ainda injustamente excluídas do desenvolvimento pela manutenção das desigualdades intra e inter-regionais, interpessoais e entre classes deste País;

• Ressalta-se ainda o trabalho determinado do MI no sentido da institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como política de Governo, que resultou na edição, já em fevereiro de 2007 do Decreto nº 6.047 que, além dos méritos específicos amplia as perspectivas de convergência e multissetorialidade da ação pública federal que foram trabalhadas, em 2006, pelo GTI – Programas Regionais, coordenado pelo Ministério no âmbito da Câmara de Políticas de Integração Regional e Desenvolvimento Regional;

• Em relação ao vetor infra-estrutura hídrica, o MI desenvolveu ações de construção e aprimoramento da infra-estrutura hídrica propriamente dita (obras de represamento e distribuição de água), da macrodrenagem, da infra-estrutura de irrigação de uso comum, além da integração de bacias. No seu foco de desenvolvimento regional, esses projetos visam melhorar a qualidade de vida da população por meio do fornecimento de água de boa qualidade, do aumento da produção da agricultura irrigada e da melhoria na infra-estrutura básica, para, com isso, propiciar a geração de emprego e renda tendo como conseqüência a redução das desigualdades regionais.

Na irrigação, ao formular e conduzir a Política Nacional de Irrigação, o MI vem desenvolvendo ações a fim de garantir e priorizar a sua implantação em face da importância na elevação da produtividade regional e na dinamização de atividades com amplo impacto na geração de emprego e renda. Exemplo disso é a Lei de Concessão e das Parcerias Público-Privadas, que oferece um novo modelo com maior inserção empresarial, explorando melhor a modelagem do agronegócio integrado.

Atualmente, são cinco os projetos inseridos neste contexto. Os Programas relacionados à agricultura irrigada têm como foco promover a expansão das áreas irrigáveis para uso comum por meio da execução de obras de infra-estrutura, alavancando o processo de desenvolvimento regional, na sua forma econômica e social, com o objetivo de garantir

a sustentabilidade da região. Ressalta-se que a agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e de distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra a custos inferiores àqueles em outros setores da economia.

Ainda nos projetos públicos de irrigação, são desenvolvidas ações como a melhoria da utilização da água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão-de-obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, dentre outras, visando aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada. Por fim, os perímetros são direcionados para terem sua gestão transferida, em condições adequadas, para o setor privado.

Nesta fase, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais, capacitados para a agricultura irrigada e para as tarefas de cooperação e manutenção dos sistemas. Nesse contexto, ressalte-se que, em 2006, as ações do MI possibilitaram o incremento de 9,7 mil hectares no processo produtivo (de um total de 45,5 mil hectares), titulando-se mais de 3 mil irrigantes, ou seja 50%, em um só ano, do total de titulares de glebas oriundas de áreas públicas irrigadas hoje existentes no País. No campo do abastecimento, destacam-se os projetos em fase de implementação para ampliação do fornecimento de água para cinco capitais e ainda os grandes sistemas de adução implantados e em fase de conclusão para atendimento de grandes regiões isoladas, beneficiando dezenas de Municípios e comunidades rurais.

As intervenções resultarão em fornecimento e garantia de água às áreas urbanas afetas para os próximos 15 anos e, principalmente, o desenvolvimento e a viabilização de Municípios afetados pelos efeitos das estiagens, com a oferta de água às áreas rurais. A respeito da drenagem urbana, destacam-se as ações de macrodrenagem e reurbanização de áreas nas sedes de Municípios com alta densidade demográfica e a priorização na execução de planos, estudos e projetos afetos.

As características das intervenções permitem uma modulação na sua implementação com conseqüente efetividade para a população afetada, em cada trecho implementado, além das ações de contenção do avanço do mar em localidades nordestinas. Para se alcançar os resultados dos programas, foram concentrados esforços na estruturação da equipe de trabalho, proporcionando treinamento e qualificação, além de um incremento na equipe técnica.

Para dar maior clareza e transparência aos programas, foram criados manuais e instalados comitês gestores. Ações de maior porte foram repassadas para execução da Caixa Econômica Federal, possibilitando um melhor acompanhamento.

A grande frustração em 2006 foi a paralisação decorrente de decisão judicial de caráter transitório das ações relacionadas ao início da obra de integração das águas do rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional. Apesar de terem sido feitas obras de ampliação e melhoria das bacias receptoras, as obras de tomada d'água foram suspensas até a análise de mérito, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), das decisões liminares em juízos de menor alçada, o que se deu somente nos primeiros dias de 2007.

No vetor relacionado à Defesa Civil, a parceria da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) com as prefeituras municipais, visando ao fortalecimento do nível local, resultou numa significativa expansão do número de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs), contemplando a maioria dos Municípios. Nessa linha de trabalho, a SEDEC atuou num esforço continuado de capacitação com os enfoques da conscientização e da preparação de agentes comunitários e de técnicos municipais.

Em 2006, além dos recursos orçamentários, foram aprovados R$ 235,7 milhões de recursos especiais e extraordinários, oriundos de Medidas Provisórias, para apoiar Municípios atingidos por desastres. Com esses recursos, foi possível a distribuição de cestas de alimentos, a distribuição de *kits* de medicamentos e ainda, o abastecimento de água potável às comunidades afetadas pela seca e estiagem, denominada de Operação Carro-Pipa.

Destacando a atuação preventiva, a SEDEC tem trabalhado diuturnamente na previsão de situações anormais do tempo, com a emissão de alertas, através da mídia nacional, para todo o Território Nacional, com o objetivo de evitar perda de vidas, danos ao patrimônio e ao meio ambiente e estimular a população, os governos e os Municípios a adotarem medidas preventivas.

Em caráter complementar, foram realizadas ações pontuais em programas gerenciados por outros Ministérios setoriais, como obras de revitalização do rio São Francisco, cuja coordenação é do Ministério do Meio Ambiente (MMA), ações para o desenvolvimento da aqüicultura e pesca em represas construídas e mantidas por órgãos do MI, pequenas intervenções no programa de desenvolvimento da bovideocultura, do Primeiro Emprego, de Navegação Interior e da Agricultura Familiar e nos programas de ciência e tecnologia.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

A estrutura programática do MI deverá ser reavaliada tendo em vista as diretrizes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), e os novos papéis a serem desempenhados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o modelo de gestão da PNDR, instituida pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

## OBJETIVO

Aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e distribuição da renda.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores e trabalhadores do setor primário.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 215.667.559,00 | Empenho Liquidado: | R$ 125.545.916,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 125.545.916,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. ÁREA INCORPORADA À AGRICULTURA IRRIGADA PÚBLICA

**Unidade de medida:** ha
**Índice apurado em 2006:** 2.578
**Índice previsto ao final do PPA:** 220.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A maioria dos projetos deste Programa encontra-se em fase de construção (captação, reservação e adução). A mensuração do índice somente se torna possível quando da implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum (área irrigável). A meta prevista para 2006 não pôde ser alcançada, tendo em vista fatores de limitação de ordem orçamentário-financeira, liberação de recursos no final do exercício, além daqueles de ordem institucional e administrativa/legal. Por esses motivos, o índice final previsto para 2007 está em processo de revisão por meio de uma avaliação mais compatível com a realidade.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A diminuição dos níveis de pobreza no País, especialmente, os registrados nas zonas rurais de regiões de baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde eles estão sendo subutilizados, continua sendo um importante desafio. Muitos planos, programas e

projetos concebidos e implementados, não surtiram os efeitos desejados para a redução do problema. A agricultura irrigada é, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e de distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada quanto não, a custos inferiores àqueles em outros setores da economia. Ela também resulta em aumento da oferta de alimentos a preços menores do que aqueles das áreas não irrigadas, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho. Em que pesem os benefícios advindos do Programa, a área irrigada *per capita* do Brasil continua sendo uma das mais baixas do mundo, colocando o País em desvantagem competitiva em termos de produtividade dos recursos envolvidos na implantação de áreas irrigadas. Adicionalmente, na região semi-árida, a produção agropecuária é de alto risco e baixo rendimento sem a irrigação; nas outras regiões do País, sem a utilização da água como insumo agrícola, é possível a obtenção de uma safra por ano, significando uma substancial subutilização de investimentos realizados em infra-estrutura física e de apoio à produção, assim como em maquinaria agrícola. O crescimento da agroindústria é igualmente reprimido, haja vista a disponibilidade, apenas sazonal, de matéria prima.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe (PI) - obras de recuperação de drenos, juntas de canais, casa de bombas, comportas, reservatório pulmão, unidades de bombeamento, cercas de contorno e parte elétrica;

- Perímetro de Irrigação Propertins (TO) - conclusão da Fase I e disponibilização da infra-estrutura comum de mais 600 ha;

- Perímetro de Irrigação Jenipapo (PI) - continuidade das obras civis de infra-estrutura, do reservatório e de 11,2 km de rede de eletrificação rural. Além disso, para atender aos projetos de irrigação Marrecas e Jenipapo, deu-se andamento à implantação de 35 ha irrigados por microaspersão em Capim Grosso, à construção de uma estação de bombeamento, a 4,6 km de canal (interligação das lagoas de Marrecas) e à instalação de 13,75 km de rede de distribuição de energia rural;

- Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre (BA) – conclusão do fornecimento e da montagem de equipamentos para irrigar 1.100 ha da Etapa I com 5.084 ha;

- Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê (BA) – conclusão da montagem eletromecânica das estações de bombeamento principal e de bombeamento EBA-1A, disponibilizando 1.478 ha;

- Perímetro de Irrigação Pontal (PE) – conclusão do canal principal de adução (trecho C), a montagem eletromecânica e as obras civis da estação de bombeamento EB3;

- Perímetro de Irrigação Rio Bálsamo (AL) - execução da estação de bombeamento com recursos de restos a pagar;

- Perímetro de Irrigação São João (TO) – conclusão dos setores SJ4 e SJ5, conclusão e eletrificação das estações de bombeamento, principal e auxiliar, execução das redes de distribuição do setor SJ4, além de aquisição dos equipamentos parcelares para cerca de 200 ha;

• Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa (PB) – conclusão das tomadas d'água dos lotes de pequenos produtores e na recuperação do Canal de São Gonçalo que abastece o Projeto.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As limitações de ordem orçamentária e financeira, aliadas aos problemas junto aos Estados e Municípios, no tocante à Prestação de Contas, à celebração e à execução dos convênios, implicaram atraso no cumprimento das metas programadas.

O monitoramento se dá, principalmente, por meio de visitas *in loco*. A periodicidade é variável e acontece de acordo com o andamento do Projeto. Geralmente são realizadas após a liberação de recursos e, daí em diante, de dois em dois meses. Uma das dificuldades encontradas é a distância dos projetos dos centros urbanos. O acompanhamento é feito, também, por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Entre as restrições enfrentadas pelo programa, destacam-se:

a) o contingenciamento orçamentário, no qual as metas previstas para o ano de 2006 não puderam ser executadas integralmente, acarretando prejuízo na conclusão do projeto;
b) o atraso na liberação de recursos, que influenciou diretamente no atraso da execução física do Programa, impossibilitando o alcance das metas estabelecidas para o ano;
c) o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, pois Estados e Municípios ainda têm muitas dificuldades em cumprir satisfatoriamente as exigências necessárias para o recebimento de recursos da União. Não há pessoal capacitado para a resolução de pendências institucionais. Daí ocorrem constantes atrasos no envio das Prestações de Contas ao Ministério;
d) as dificuldades de celebração de convênios na gerência devido às novas exigências jurídicas, institucionais e de controle.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O programa dispõe de alguns mecanismos de participação social, destacando-se:

a) o Ministério disponibiliza, como ouvidoria, o 0800 61 00 21 para o recebimento de denúncias, sugestões e saneamento de dúvidas sobre os seus programas;
b) Quando da implementação do projeto, durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) pelo órgão executor é realizada a convocação de entidades representativas da sociedade local para participarem de audiências públicas com a interveniência do órgão executor ambiental. Momento em que a implantação do empreendimento é levada ao conhecimento da sociedade para discussão;
c) Quando de interesse e se julgadas necessárias, são realizadas reuniões com grupos de interesse envolvidos em ações do programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- O programa deve ser fundido com os outros dois programas que tratam da agricultura irrigada: 1037 – Eficiência na Agricultura Irrigada e 1038 – Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação

# DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA

## OBJETIVO

Promover a estruturação física, social e econômica das áreas situadas na faixa de fronteira.

## PÚBLICO-ALVO

População residente nos Municípios da faixa de fronteira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 44.631.540,00 | Empenho Liquidado: | R$ 42.001.665,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 42.001.665,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS NA FAIXA DE FRONTEIRA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Ainda não há condições de avaliar a evolução da taxa de atendimento aos Municípios da faixa de fronteira, uma vez que ainda há convênios relacionados ao orçamento 2006 que se encontram em restos a pagar 2007.

### 2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Como investimentos em arranjos produtivos locais possuem, em média, duração de dois anos e meio a três anos, seus resultados poderão ser mensurados, no mínimo, ao final de 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A área de 150 km na faixa de fronteira constitui um espaço definido de atuação governamental por razões de segurança e integração nacional, além do dispositivo legal (Lei nº 6.634/79). É necessário, contudo, que as ações incidentes sejam planejadas dentro de uma perspectiva moderna de ordenamento territorial, condizente com uma estratégia de expansão econômica que considere as especificidades locais e os diversos níveis de participação da sociedade. Um plano estratégico para a Faixa de Fronteira deverá responder, sem contradizer ou sobrepor o planejamento regional no qual se insere, ao desafio de promover o desenvolvimento de uma região altamente complexa em suas relações com os países vizinhos, carente de infra-estrutura e permeada por um processo histórico de abandono.

As áreas situadas na fronteira brasileira, especialmente, aquelas localizadas na Amazônia e Pantanal, de ocupação econômica recente, carentes de infra-estrutura e com baixo dinamismo, apresentam reduzidos indicadores de desenvolvimento humano e de qualidade de vida, o que acusa a fragilidade do processo de integração nacional e revela a permeabilidade às influências originadas em países vizinhos, algumas delas de risco à segurança nacional, como narcotráfico, contrabando e guerrilhas.

A distância física em relação ao centro dinâmico da economia, combinada com as dificuldades de acesso e a dispersão da população nas áreas fronteiriças, produz uma situação de estagnação econômica incoerente com a política de integração nacional. Nessas regiões foram assentadas famílias, nas últimas décadas, decorrentes das políticas de reforma agrária sem a correspondente dotação de infra-estrutura. Como resultado, as áreas da faixa de fronteira foram transformadas em itinerário da migração rural-urbana, o que contradiz a perspectiva de integração nacional e reforça a superurbanização precoce da região.

A proteção das áreas de alta biodiversidade tem requerido do Governo a criação de Unidades de Conservação da Natureza. Essas Unidades, por vezes, resultam em uma certa desmobilização dos investimentos nestas áreas, em prejuízo de atividades que, se mantidas de modo sustentável, asseguram a integração ao processo nacional de desenvolvimento. Por outro lado, o momento atual, de mudança de paradigmas no sentido da sustentabilidade ambiental e de impulso às trocas internacionais, exige o aprofundamento dos mecanismos de estruturação da faixa de fronteira com vistas à integração latino-americana.

A manutenção de espaços deprimidos na fronteira do Brasil é incoerente com a perspectiva de consolidação das relações comerciais e culturais com os países vizinhos. O Programa de Apoio à Estruturação da Faixa de Fronteira cujo desenho integra, sob controle e participação social, diversas políticas convergentes executadas em várias instâncias, públicas e privadas, anuncia a inclusão de uma área territorial de aproximadamente 2,4 milhões de km², abrangendo 588 Municípios em 11 Estados e uma população estimada em 9,5 milhões de habitantes, em uma perspectiva de desenvolvimento econômico menos concentrado, promotor da superação das desigualdades intra e inter-regionais pelo aproveitamento das potencialidades locais. A estruturação da base física e econômica da

Faixa de Fronteira é condição, portanto, de integração nacional, de inclusão social, de sustentabilidade do desenvolvimento e de afirmação da soberania nacional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- O Programa atendeu a uma população estimada em um milhão de habitantes, com 88 projetos de infra-estrutura social e econômica e 13 projetos de Plano de Ação, em 84 Municípios de nove Estados, estimulando assim o desenvolvimento regional econômico e social, a permanência da população no local em que vive e sua integração ao conjunto da sociedade nacional;

- Implementação de ações de desenvolvimento regional nas cidades gêmeas priorizadas pela Câmara de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional como forma de operacionalização das diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O alcance dos resultados, em 2006, pode ser observado de duas maneiras. Por um lado, os resultados alcançados com recursos do plano de ação do MI tiveram um desempenho razoável no tocante à execução física e financeira. Quanto aos resultados referentes às ações de emendas parlamentares, percebe-se que a execução financeira foi bem próxima do previsto, alcançando 97% do total. O resultado se deve, principalmente, à descentralização das ações com recursos de emendas para a Caixa Econômica Federal (CEF), que passou a gerenciar os projetos de infra-estrutura. Todavia, a execução física registrada foi muito baixa.

O monitoramento do desempenho físico das ações com execução descentralizada é realizado de forma sistemática. A partir da execução financeira são realizadas inspeções periódicas *in loco*, a fim de constatar o andamento e a conclusão da execução das ações conveniadas. A partir do término da vigência dos convênios são realizadas as análises técnicas acerca da execução física dos objetos pactuados, e enviadas as prestações de contas dos recursos recebidos pelos Municípios para análise financeira e demais providências cabíveis.

As ações na faixa de fronteira ainda apresentam falta de foco na promoção e resgate da cidadania e na estruturação e dinamização da economia planejados no espaço, uma vez que os recursos referentes ao plano de ação ainda são insuficientes para garantir esta atuação focalizada, seguindo diretrizes da PNDR.

A execução do Programa por meio de convênios com Estados e Municípios tem apresentado dificuldade no que se refere à existência de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, além da capacidade administrativa e adimplência.

Os complexos procedimentos necessários para o licenciamento ambiental de projetos produtivos também inviabilizaram o apoio a diversos setores produtivos. A solução

encontrada foi apoiar projetos a serem executados por instituições com forte articulação com os organismos ambientais estaduais.

A gerência do Programa não conta ainda com equipe técnica com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessário buscar outras modalidades de contratação para técnicos com perfil gerencial. Cada subespaço priorizado para o desenvolvimento da faixa precisaria de um gerente indutor de desenvolvimento da região. Existe ainda um número pequeno de engenheiros face ao volume de projetos relacionados a obras civis.

Em relação às normas legais, a legislação que dispõe sobre a faixa de fronteira é de 1979, regulamentada por decreto de 1980, e não observa a necessidade de desenvolvimento, de fortalecimento da cidadania, dinamização econômica e de integração com países vizinhos, o que afeta sobremaneira o desenvolvimento dos Municípios da linha de fronteira, em especial aqueles que compõem cidades-gêmeas, cujo planejamento do desenvolvimento territorial ou subespacial vê-se limitado por questões diplomáticas e barreiras legais.

Os beneficiários do Programa terão que ser atendidos em escala regional, distribuída ao longo do tempo. Dessa forma, a execução do Programa deve estar atenta para as sub-regiões da faixa e, portanto, para parcela da população de fronteira, para evitar a fragmentação e a insustentabilidade das ações.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Visando ampliar o contexto de ações convergentes para o desenvolvimento regional e para a redução das desigualdades inter e intra-regionais, cabe destacar a importância de aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com abrangência nacional, e o fortalecimento da ação de articulação promovida pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Ademais, devem ser criados e fortalecidos fóruns de desenvolvimento sub-regionais e estes devem estar articulados com comitês de fronteira.

O programa possui os comitês gestores dos projetos de desenvolvimento, nos quais os objetivos das ações que financiam projetos de desenvolvimento regional são considerados tanto para o acompanhamento dos projetos como para a proposição de projetos complementares. Esses comitês contam com a participação de diversos atores.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER

## OBJETIVO

Reduzir as vulnerabilidades sócio-econômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca.

## PÚBLICO-ALVO

Populações do semi-árido com incidência estrutural de seca.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 210.531.170,00 | Empenho Liquidado: | R$ 171.752.501,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 171.752.501,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 1.200.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO PELO PROGRAMA

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi inserido no programa em 2005. Contudo, os projetos apoiados possuem uma média de duração de cerca de dois a quatro anos para sua execução e alcance de objetivos. Dessa forma, seus resultados não puderam ser mensurados até o presente momento.

### 2. TAXA DE POPULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO ATENDIDA COM REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 66

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi inserido no programa em 2005. Contudo, os projetos apoiados possuem uma média de duração de dois a quatro anos para sua execução e alcance de objetivos. Dessa forma, seus resultados não puderam ser mensurados até o presente momento.

**3. TAXA DE INTERNAÇÃO DE PESSOAS COM DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS NA REGIÃO DO SEMI-ÁRIDO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi inserido no programa em 2005. Contudo, os projetos apoiados possuem uma média de duração de dois a quatro anos para sua execução e alcance de objetivos. Dessa forma, seus resultados não puderam ser mensurados até o presente momento.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Sob a ótica do desenvolvimento regional, o semi-árido constitui-se em uma das sub-regiões que mais depende de uma intervenção estatal eficiente, voltada para a eliminação dos efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas a que está submetida. A carência de água nas ocasiões de estiagem aumenta os riscos de desastres secundários de natureza humana relacionados às convulsões sociais, como fome e desnutrição, desemprego generalizado e migrações intensivas e descontroladas. Provoca, ainda, desastres humanos de natureza biológica decorrentes da redução da resistência imunológica causada pela fome.

Dos esforços anteriores voltados para a eliminação do problema, constata-se que 40% das obras de captação e de armazenamento pontual de água estão inacabadas ou deterioradas. As obras de vulto demandam muitos equipamentos e são altamente concentradoras de mão-de-obra, além de exigir prazos dilatados de construção. Aproximadamente 500 mil propriedades rurais na área semi-árida não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade às secas, cujo impacto traduz-se, negativamente, na auto-estima das comunidades atingidas.

Tradicionalmente, as ações limitaram-se a medidas assistenciais em detrimento de intervenções mais efetivas que estimulassem projetos geradores de emprego e renda e educacionais em caráter permanente, visando ao atendimento das necessidades sociais básicas e com perspectivas futuras de enfrentamento às adversidades climáticas e de preparação para a convivência com a realidade da região.

Nesse contexto torna-se imperativa, para o enfrentamento do problema, a articulação dos diversos programas de combate à pobreza, de segurança alimentar e de combate à fome, com os diversos programas de desenvolvimento regional, na implementação de ações que conduzam à sustentabilidade das atividades econômicas nos períodos críticos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Apoio a projetos no semi-árido nordestino nas sub-regiões: Santana do Ipanema (AL); Bom Jesus da Lapa, Brumado e Guanambi (BA); Serra Geral, Janaúba (MG); Moxotó (PE); Sergipana do São Francisco (SE) e São Raimundo Nonato (PI), com projetos de estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) nas áreas de ovino-caprinocultura, apicultura, artesanato, fruticultura, mineração, bovinocultura leiteira, dentre outras, somando recursos da ordem de R$ 7,5 milhões;

• As ações deste Programa deverão contribuir - e estão sendo priorizadas - para a geração de emprego e renda, com resultados e impacto de curto prazo na qualidade de vida da população do semi-árido. As ações de organização social, capacitação, apoio ao associativismo e cooperativismo, além de apoio à organização e estruturação de APLs concorreram para este objetivo. As atividades produtivas apoiadas com tais ações e recursos foram definidos e viabilizados por meio de articulações com os governos estaduais, municipais e sociedade civil organizada.

• Na vertente convivência com o semi-árido, cita-se como resultado relevante a articulação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Fundação Banco do Brasil para a implantação de Unidades Familiares de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS);

• Articulações com a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) para a implantação de 'poços-peixe', visando ao aproveitamento de águas salinizadas para a criação de peixes em tanques escavados, destinados ao consumo familiar. Além disso, deve-se mencionar que a ADENE iniciou a elaboração do diagnóstico energético da região do Araripe pernambucano que visa a levantar e a equacionar a estrutura de consumo de energia no setor industrial da região, buscando atender à necessidade de segurança energética no pólo produtor de gesso. A ADENE empreendeu ainda quatro iniciativas de capacitação, em parceria com o Instituto Xingó e os governos estaduais do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, Municípios beneficiados, secretarias de recursos hídricos e comitês de bacias, no valor total de R$ 532 mil;

• As ações de oferta hídrica, por sua vez, são implementadas pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro (PROÁGUA/Semi-árido), um programa de gestão de recursos hídricos implantado em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com um componente de obras prioritárias inserido no programa Conviver, por meio da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica;

• Até o final do programa, o PROÁGUA/Semi-árido terá atendido uma população aproximada de 4,7 milhões de habitantes e terá concluído 47 obras, que perfazem um total de 2.700 km de adutoras. Dessa forma, os resultados obtidos situaram-se dentro dos limites

esperados, consideradas as dificuldades naturais de execução e de outros condicionantes previsíveis para a implementação do programa.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do programa é realizado por meio de:

a) ações executadas por meio de convênios ou descentralizações de recursos, firmadas ou realizadas segundo planos de trabalho e projetos previamente aprovados e dos quais constam as metas a alcançar e respectivos prazos de execução. Para tanto, são realizadas reuniões regulares de trabalho com a equipe responsável pelos projetos para se garantir a troca de informações sobre o desempenho físico das ações e o controle e monitoramento do mesmo. Apontam-se como dificuldades neste processo a reduzida equipe e a multiplicidade de tarefas a ela delegadas;
b) visitas *in loco* por parte da equipe técnica da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Essas visitas ocorrem com freqüência de acordo com a necessidade e cronograma de cada projeto, de forma que não possuem uma regularidade definida. Apontam-se como dificuldades neste processo a reduzida equipe, a multiplicidade de tarefas a ela delegadas, bem como a dependência por retorno de informações solicitadas aos parceiros e convenentes;
c) Comitê Gestor do Programa Conviver, formado por representantes de secretarias do Ministério da Integração Nacional (MI), de suas vinculadas e de órgãos e Ministérios que gerenciam ações do Programa. Essa iniciativa constitui-se em um avanço na articulação entre os agentes envolvidos na execução do programa, contribuindo para a eficiência na utilização de recursos. O Comitê reúne-se com freqüência trimestral e a principal dificuldade encontrada tem sido a conciliação das agendas dos representantes que o compõem, de forma a garantir a manutenção das reuniões;

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Grande parte da celebração de convênios que dão suporte à execução das ações do Programa concentrou-se no último trimestre do ano em decorrência do processo de seleção de projetos envolver a necessidade de uma grande interação com as instituições parceiras na sua elaboração. Com isso, grande parte da execução financeira teve início no final do ano e terá continuidade por meio de recursos inscritos em restos a pagar para 2007.

Destacam-se, ainda as seguintes restrições enfrentadas pelo programa:

a) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, pois o MI apresenta um quadro reduzido de funcionários, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação, ou novos concursos, para a contratação de técnicos com perfil gerencial;
b) o contingenciamento orçamentário, que atingiu algumas das ações do programa, em especial, as relativas a despesa de custeio. A redução de limites financeiros do MI referentes aos recursos de custeio também acarretou em impossibilidade de execução de parte de recursos do programa;

c) dificuldades de celebração de convênios na gerência. Este tipo de restrição apresenta problemas de ordem interna ao MI, pelas dificuldades inerentes ao processo administrativo, e de ordem externa, pela dificuldade de buscar instituições com perfil adequado ao projeto e que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência.

**RECOMENDAÇÕES**

• Redimensionamento do público-alvo do Programa. Na forma como foi concebido, o público-alvo foi quantificado tendo como referência o semi-árido em toda a sua extensão. As ações do Programa não conseguem ter essa abrangência e se viabilizam apenas para parcelas territoriais do semi-árido e, portanto, frações do público-alvo caracterizado;

• Readequação da Regionalização. Uma sub-regionalização do semi-árido se impôs como condição indispensável para o foco da atuação do Programa e não fragmentação dos recursos disponíveis;

• Redefinição dos indicadores. Os indicadores previstos para o Programa ainda não conseguem cumprir o seu objetivo de expressar os resultados, captando os efeitos do conjunto de suas ações.

# DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL

## OBJETIVO

Promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações não-estruturais e estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes, inclusive nas zonas costeiras.

## PÚBLICO-ALVO

População urbana, especialmente a residente em Municípios com áreas sujeitas a inundação periódica.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 252.270.368,00 | Empenho Liquidado: | R$ 143.378.715,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 143.378.715,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 270.000.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE REGULAÇÃO DA DRENAGEM URBANA NO BRASIL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 22,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador não foi apurado em 2006. Faz-se necessária a sua revisão, visto que a metodologia de aferição ainda não está adequada para o processo de avaliação do programa.

### 2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SERVIÇO DE DRENAGEM URBANA SUPERFICIAL NO BRASIL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 79,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador não foi apurado em 2006. Faz-se necessária a sua revisão, visto que a metodologia de aferição ainda não está adequada para o processo de avaliação do programa.

**3. TAXA DE MUNICÍPIOS COM SISTEMA DE DRENAGEM SUBTERRÂNEA NO BRASIL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 67,8

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador não foi apurado em 2006. Faz-se necessária a sua revisão, visto que a metodologia de aferição ainda não está adequada para o processo de avaliação do programa.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Aumento dos prejuízos causados por enchentes em cidades brasileiras por conta da baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, resultando na concepção inadequada das ações de drenagem urbana e baixa sustentabilidade das mesmas. Insuficiência na oferta de infra-estrutura de drenagem urbana. Escassez de recursos para implementação de ações que visem a gestão do escoamento das águas nas cidades e dos impactos de enchentes urbanas e ribeirinhas, que degradam a saúde pública, o ambiente e a qualidade de vida nas cidades. Ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento é realizado por meio de visitas *in loco* com periodicidade baseada em plano de inspeção e acompanhamento de obras e por meio do Sistema de Acompanhamento e Supervisão de Obras (SASO), utilizado para inspecionar e verificar o desempenho físico das ações.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. O contingenciamento orçamentário e limitações de ordem financeira prejudicaram o desempenho efetivo do programa e a regular implementação das ações. No ano de 2006, o orçamento ficou contingenciado devido ao período eleitoral sendo liberado parcialmente no final do exercício.

Há necessidade, nas equipes executoras, de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos de aferição dos resultados. Além disso, o espaço físico para as equipes executoras é inadequado.

Por parte do convenente, houve casos de inadimplência e atrasos que prejudicaram a liberação de recursos. Além disso, vários proponentes não atenderam oportunamente às demandas técnicas e ao cumprimento das questões normativas. Neste aspecto, a dificuldade no processo de obtenção de licenciamento ambiental, determinou a inexecução e o atraso das ações.

Neste exercício, foram implementadas ações com outros Ministérios, sendo constituído o Comitê Gestor do Programa, que objetivou a articulação entre os Ministérios participantes. Foram realizadas quatro reuniões, entretanto, não houve a adesão de todos os entes envolvidos. Faz-se necessário aperfeiçoar os mecanismos de articulação para ampliar o envolvimento dos participantes nos processos de tomada de decisão. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Ministério da Saúde (MS), executou 85% do orçamento previsto; o Ministério das Cidades (MCidades) atingiu 35%, enquanto o MI atingiu 57% da execução orçamentária.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Ausência de equipe técnica especializada para o acompanhamento e a implementação de mecanismos de participação social. A partir de janeiro de 2007, foram contratados, via concurso público, profissionais para a realização de estudos na área sócio-ambiental.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# EFICIÊNCIA NA AGRICULTURA IRRIGADA

## OBJETIVO

Aumentar a eficiência dos recursos envolvidos na produção agrícola irrigada.

## PÚBLICO-ALVO

Irrigantes públicos e privados.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.700.000,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 750.000,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 750.000,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADOR

### 1. CONSUMO UNITÁRIO ANUAL DE ÁGUA NA IRRIGAÇÃO

**Unidade de medida:** $m^3$/ha
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 16.150

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Mesmo tendo sido iniciada a modernização tecnológica dos sistemas parcelares, não foi possível avaliar o índice apurado em função da não conclusão do cadastro de áreas irrigadas devido aos sucessivos atrasos na liberação de recursos. O atraso na aprovação orçamentária de 2006 comprometeu o repasse de recursos (somente 44% foram repassados), prejudicando o alcance das metas pactuadas para o final do PPA 2004-2007.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar da significativa contribuição da agricultura irrigada para o Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário, o seu desempenho está longe do ideal. As produtividades médias alcançadas, a eficiência de utilização de água, o emprego de insumos modernos, a capacitação da mão-de-obra, a integração dos projetos com as cadeias produtivas, dentre outros aspectos, são passíveis de melhoria substancial. Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se uma agricultura tradicional, decrescendo, substancialmente, os benefícios decorrentes da aplicação de água. Adicionalmente, os métodos ainda utilizados

no País para dimensionamento das necessidades hídricas dos cultivos, comprovadamente resultam no seu superdimensionamento.

A pesquisa existente sobre tais métodos é de pouca expressão e não-sistemática, sendo necessário desenvolver ações que permitam testar e adaptar as novas metodologias e tecnologias. A implementação do programa traduzir-se-á em uma substancial redução do consumo agrícola de água, economia de energia elétrica e geração de novos empregos, resultando no aumento da oferta de alimentos a custos inferiores aos atuais. A liberação de água e energia elétrica para o mesmo uso ou para outros aliada à elevação do rendimento dos fatores de produção resultarão em crescimento econômico.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Diagnósticos de sistemas e métodos de irrigação utilizados nos perímetros por meio de assistência técnica especializada que fomente a modernização tecnológica dos sistemas parcelares pela adoção de métodos e sistemas de irrigação poupadores de água, energia e outros insumos agrícolas;

- Cadastro das áreas irrigadas visando a regularização fundiária, titulação e gestão eficiente dos recursos hídricos disponibilizados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento é realizado de três formas: visitas *in loco* realizadas para verificação dos problemas e das soluções no campo; reuniões freqüentes no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) com participação de técnicos deste Ministério; Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) por meio das ações cadastradas no sistema.

O atraso no repasse de recursos, em 2006, prejudicou a execução física do programa. Os recursos orçamentários foram insuficientes, pois só foi possível executar 44% da dotação prevista. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Quando de interesse e se julgadas necessárias, são realizadas reuniões com grupos de interesse envolvidos em ações do programa.

O Programa Eficiência na Agricultura Irrigada tem se concentrado em tornar mais eficiente a utilização da água nos perímetros irrigados. Contudo, a eficiência na agricultura irrigada no Brasil está muito aquém do ideal por motivos diversos. Pode-se melhorar substancialmente a produtividade, a qualidade do que é produzido, a gestão dos perímetros e, especialmente, a dimensão Mercado & Comercialização. O País investiu algo entre US$ 2 bilhões e US$ 3 bilhões para construir a infra-estrutura hídrica dos chamados Perímetros Públicos de Irrigação, mas não investiu no desenvolvimento correto

e na conseqüente sustentabilidade dos projetos. O orçamento desse programa deveria melhorar substancialmente ao longo dos próximos quatro anos sem interrupções para se alcançar os resultados esperados.

**RECOMENDAÇÕES**

- O programa deve ser fundido com os outros dois programas que tratam da agricultura irrigada: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada (0379) e Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação (1038).

# INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

## OBJETIVO

Integrar os recursos hídricos nas bacias com baixa disponibilidade de água, aumentando a oferta de água nessas bacias.

## PÚBLICO-ALVO

Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e população urbana.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 390.166.456,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 50.762.046,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 50.762.046,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADOR

### 1. VAZÃO MÉDIA DE ÁGUA NAS BACIAS BENEFICIADAS PELA INTEGRAÇÃO

**Unidade de medida:** $m^3/s$
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 75

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador não foi apurado em 2006 em função do atraso verificado na implantação física do empreendimento. Assim, o início dos serviços nos 14 lotes de obras foi adiado para 2007. Espera-se que as obras e os fornecimentos relativos à primeira etapa de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco se desenvolva até 2010. Dessa forma, a viabilidade do alcance do índice previsto para o final do PPA 2004-2007 deverá se concretizar apenas em 2010.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Secularmente, as pessoas desbravaram e ocuparam os espaços do Território Nacional apropriando-se dos recursos naturais disponíveis no desenvolvimento de suas atividades comerciais e produtivas. Sob esta ótica, os cursos d'água tiveram papel fundamental como vetores da dispersão e do desenvolvimento das populações devido à característica

intrínseca de seus usos múltiplos. Na Região Nordeste, as características do clima e dos solos ocasionam uma crônica escassez de recursos hídricos, aumentada pelo inadequado manejo ambiental das bacias. Em outras regiões, o crescimento descontrolado das demandas aliado à degradação ambiental está causando sérios conflitos entre os diversos usos dos recursos hídricos.

A interligação hidráulica de bacias hidrográficas permitirá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semi-áridas, além de viabilizar uma sistemática mais eficiente de operação de reservatórios já construídos, significando melhor aproveitamento da infra-estrutura hídrica e gestão mais eficaz da água. A integração deve ser implementada a um ritmo tal que previna os possíveis conflitos, devendo ser iniciada e/ou continuada nos espaços sub-regionais e regionais para, a seguir, realizar a integração inter-regional. A não implementação do programa acirrará conflitos já existentes e propiciará o desenvolvimento dos passíveis de ocorrer.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Elaboração e detalhamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) do empreendimento, englobando 36 Programas Ambientais;
- Renovação de Licença Prévia do empreendimento junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);
- Preparação dos Editais de Projetos Executivos, Obras, Supervisão, Fornecimento de equipamentos elétricos e hidromecânicos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A implantação do empreendimento ficou abaixo do previsto, em função de atrasos no processo de licenciamento ambiental e nas contratações das obras civis, no fornecimento e na montagem de equipamentos e nos projetos executivos dos 14 lotes, os quais foram segmentados em dois sistemas adutores: Eixo Norte e Eixo Leste. Estes atrasos são conseqüência de diversas liminares impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o processo de licenciamento ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco e suspendendo preventivamente todos os atos administrativos e processos licitatórios relativos ao projeto. As liminares só foram cassadas em dezembro de 2006.

Em relação ao monitoramento, registra-se que o Consórcio Gerenciador do empreendimento elabora, mensalmente, o relatório de progresso do empreendimento no qual consta quadro de acompanhamento físico financeiro do projeto.

A Execução física do programa ficou abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006 e os recursos orçamentários foram considerados insuficientes. A execução orçamentária ficou aquém das dotações da LOA, tendo em vista as restrições de ordem jurídica e ambiental no que diz respeito às liminares impetradas, bem como às licenças de instalação que comprometeram sobremaneira a execução orçamentária.

Em função de diversas liminares impetradas junto ao STF questionando o processo de licenciamento ambiental do empreendimento foram adiados *sine die* todos os processos licitatórios para contratação de obras civis, projetos executivos e fornecimento e montagem de equipamentos previstos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A participação social foi promovida, basicamente, de duas formas:

a) no processo de licenciamento ambiental prévio do empreendimento foram realizadas nove audiências públicas nos Estados que compõem a bacia hidrográfica do rio São Francisco. Em função do valor da licitação de obras civis, foi realizada audiência pública para apresentação do empreendimento aos licitantes, previamente ao início da venda dos editais de licitação;
b) foram realizadas diversas reuniões e seminários com grupos de interesse, envolvendo: comunidades indígenas; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; comunidades quilombolas; empresas, órgãos e profissionais do setor de infra-estrutura hídrica dos Estados beneficiados pelo empreendimento; associações de classe (engenheiros, arquitetos, advogados); entidades religiosas (Igreja Católica); entidades e órgãos de preservação ambiental para implantação do Programa de Revitalização do Rio São Francisco e comunidades ribeirinhas dos cursos d´água derivados da bacia do São Francisco e bacias receptoras.

As contribuições da participação social para o programa foram: incorporação de sugestões da população quanto à adequação do projeto básico de engenharia; incorporação de sugestões originadas do processo de licenciamento ambiental derivado das audiências públicas; definição do modelo de gestão, repartição de custos e receitas da futura operação do sistema hídrico proposto entre os diversos Estados envolvidos e definição dos critérios e diretrizes do Programa Ambiental de Reassentamento de População e áreas para futuro reassentamento.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES – PRODUZIR

## OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento regional por meio da capacitação e organização produtiva de segmentos da população, visando gerar ocupação e renda, de modo a inserir estas comunidades em arranjos e atividades que promovam dinamização econômica e social.

## PÚBLICO-ALVO

Segmentos da população que se encontram fora da dinâmica social e econômica do País e que estejam localizados em espaços definidos como prioritários da ação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.099.514,00 | Empenho Liquidado: | R$ 2.593.627,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 2.593.627,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE SUCESSO DOS EMPREENDIMENTOS DO PRODUZIR

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 25

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Não é possível verificar precisamente a viabilidade de alcance do índice, pois ainda não houve apuração relativa a 2006. Contudo, tendo em vista o alcance das metas ao longo dos anos, é possível afirmar que a viabilidade de alcançar os índices previstos será alta.

### 2. TAXA DE OCUPAÇÕES GERADAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 30

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Não é possível verificar precisamente a viabilidade de alcance do índice, pois ainda não houve apuração relativa a 2006. Contudo, tendo em vista o alcance das metas ao longo dos anos, é possível afirmar que a viabilidade de alcançar os índices previstos será alta.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O processo de desenvolvimento no Brasil não é distribuído espacialmente de forma homogênea: ao lado de áreas de grande dinamismo econômico encontram-se regiões onde as atividades produtivas estão estagnadas e os níveis de bem-estar social são bastante baixos, apresentando graves níveis de desequilíbrio sócio-econômico. Neste contexto, o Produzir, somado a outros Programas de dinamização da base produtiva local e regional e de ampliação das possibilidades de acesso aos serviços sociais básicos, visa promover a inserção econômica e social de populações residentes em áreas deprimidas que se encontram à margem das políticas de desenvolvimento do País.

O Programa busca a inserção social e econômica de comunidades urbanas e rurais, capacitando para o processo produtivo organizado, gerando ocupação e renda. Neste processo, busca-se potencializar os recursos e as vocações econômicas das comunidades a partir do fomento à estruturação de empreendimentos produtivos e à produção de bens e serviços, da viabilização de novas formas de organização social de pessoas que se encontram fora da dinâmica social e do apoio à organização de arranjos e cadeias produtivas.

Dessa forma, é um instrumento da PNDR e promove, também, o fortalecimento do capital social e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades participantes.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Início da execução de 22 Eventos de Organização Produtiva (antigos Eventos de Capacitação em Campo) em todo o País;
- Geração de 30 núcleos produtivos coletivos;
- Capacitação de 1.635 empreendedores;
- Atualização de 55 técnicos multiplicadores do quadro de referência;
- Capacitação de 45 novos técnicos multiplicadores.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Não houve maior alcance das metas com relação à capacitação de empreendedores e geração de empreendimentos coletivos por não haver recursos suficientes para a execução dos 60 Eventos de Organização Produtiva previstos. Foram disponibilizados recursos para a execução de apenas 22 Eventos de Organização Produtiva. Contudo, foram atualizados e capacitados mais técnicos multiplicadores que o previsto.

Com relação à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), quando houve liberação dos recursos financeiros, foram empenhados e os projetos iniciados. Contudo os projetos ainda estão em andamento, não havendo, então, resultados finais das ações.

Com relação a ADENE, há uma boa execução das ações com resultados parciais dentro do esperado, tendo em vista que as ações que ,em 2006, passaram a ser desenvolvidas pelo módulo nacional, ainda estão em andamento. Todavia, não houve liberação de recursos suficientes para a ADA, que não pôde realizar muitos convênios.

No ano de 2006, a equipe gerencial do programa era pequena para poder acompanhar as ações em campo e conseguir realizar todos os outros trabalhos internos.

As ações do Produzir são também realizadas pela ADA e ADENE.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa conta com recursos orçamentários que geralmente são transferidos para o Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO UFT/ BRA/040/BRA, para que a execução do Programa ocorra de forma mais ágil.

A definição dos Municípios para receber o Programa geralmente é feita em discussão com outros programas do MI de forma que ele atue em condições mais favoráveis para o êxito das ações. Ao chegar ao Município são realizadas várias reuniões com as comunidades beneficiárias, atores locais relevantes, instituições parceiras, de forma que a definição das atividades que serão desenvolvidas seja participativa e envolva o maior número de parceiros possíveis. Estas reuniões dão maior legitimidade às ações do programa e geram maior responsabilização pelos participantes do processo. Há um acompanhamento próximo de todas as etapas da execução do programa por meio de relatórios e visitas dos supervisores.

**RECOMENDAÇÕES**

- Fundir o Produzir com os demais programas de desenvolvimento regional do MI, fortalecendo sua gestão e otimizando a alocação dos recursos públicos. Dos programas de desenvolvimento regional do MI, o Produzir é o que melhor identifica os resultados alcançados e o que possui melhor gerenciamento. Apesar de permanecer a ausência de apuração dos indicadores, o que prejudica a identificação dos impactos efetivamente gerados na sociedade, a metodologia adotada pelo Produzir serve como exemplo para os demais programas de desenvolvimento regional. A recomendação de fusão com os demais programas se deve em grande parte devido ao reduzido valor orçamentário que vem sendo alocado pelo MI, o que torna o Programa insuficientemente dotado de recursos para reverter o problema que lhe deu origem.

# PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES

## OBJETIVO

Reduzir os danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos.

## PÚBLICO-ALVO

Instituições de Defesa Civil.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 110.359.456,00 | Empenho Liquidado: | R$ 43.858.602,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 43.858.602,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE MUNICÍPIOS PREPARADOS PARA PREVENÇÃO E ATENDIMENTO A DESASTRES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 76,50
**Índice previsto ao final do PPA:** 78

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em função da capacitação e conscientização de técnicos nos Municípios, tem-se permitido a criação e operacionalização de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, órgão principal para prevenção, preparação, resposta e reconstrução sendo ainda responsável pelo desenvolvimento de uma consciência voltada para a segurança global da população, no que diz respeito a riscos de desastres humanos, naturais e mistos.

Comentários: 4.256 Municípios já possuem Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. (76,5% dos 5.561 Municípios).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os desastres agravam as condições de vida da população, contribuem para aumentar a dívida social e intensificam as desigualdades inter e intra-regionais, afetando

o desenvolvimento sustentável do País. Grande número de desastres é agravado pelas migrações internas, que levam à formação de bolsões e cinturões de extrema pobreza nos centros urbanos, em áreas vulneráveis aos desastres, especialmente, inundações, deslizamentos de encostas, incêndios, desabamentos e muitas vezes, em áreas próximas a depósitos de produtos perigosos, etc.

A falta de planejamento da ocupação e/ou da utilização do espaço geográfico, desconsiderando as áreas de risco, somada à deficiência da fiscalização local, tem contribuído para aumentar a vulnerabilidade das comunidades locais urbanas e rurais, com um número crescente de perdas de vidas humanas e vultosos prejuízos econômicos e sociais. Quando não se priorizam as medidas preventivas, há um aumento significativo de gastos destinados à resposta aos desastres.

O grande volume de recursos gasto com o atendimento da população atingida é muitas vezes maior do que seria necessário para a prevenção. Por outro lado, a maioria dos órgãos que atuam em defesa civil está despreparada para o desempenho eficiente das atividades de prevenção e de preparação. A não implementação do Programa contribuirá para o aumento da ocorrência dos desastres naturais, antropogênicos e mistos e para o despreparo dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela execução das ações preventivas de defesa civil, aumentando a insegurança das comunidades locais.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Capacitação de 5.738 agentes de defesa civil;
- Realização da 2ª Semana Nacional de Redução de Desastres.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A não realização, por questões orçamentárias, do curso a distância Construindo Comunidades Mais Seguras deixou de formar 5.000 novos agentes de Defesa Civil, o que impactou negativamente o resultado do Programa. Por outro lado, os cursos presenciais, que tinham como objetivo formar 5.000 novos agentes de defesa civil ultrapassaram a meta, alcançando 5.738 agentes capacitados. O contingenciamento de recursos e a dificuldade de apresentação de documentação em tempo hábil pelas prefeituras para a formalização de convênios impactou negativamente a execução da Ação Apoio a Obras Preventivas de Desastres.

A Ação Coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil também sofreu com contingenciamento e dificuldades em processos licitatórios. A Ação Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil teve no final do ano de 2005 seus recursos aprovados como Crédito Especial. Com a aprovação dessa Lei, a Ação foi inserida no PPA, no âmbito do Programa, porém o recurso previsto não foi disponibilizado em 2006.

Há necessidade de mais recursos para ação de capacitação de agentes de defesa civil. A demanda é grandiosa e os recursos financeiros são sempre aquém do necessário e previsto. Além disso, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Na equipe gerencial do Programa há necessidade de três novos coordenadores/gerentes. E nas equipes executoras há necessidade de mais engenheiros para análise dos processos/convênios.

Foi contratada a Caixa Econômica Federal para fazer o acompanhamento da execução física-financeira dos objetos pactuados como forma de melhorar o alcance dos objetivos do Programa. O contrato foi necessário devido ao reduzido número de engenheiros para análise dos projetos, para a vistoria *in loco* e prestação de contas dos convênios.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A realização de encontros com núcleos comunitários de defesa civil tem permitido a participação da comunidade no desenvolvimento da defesa civil em áreas de risco.

**RECOMENDAÇÕES**

- Buscar maior articulação com o Ministérios das Cidades (MCidades), o do Meio Ambiente (MMA) e o da Defesa Nacional (MD), tendo em vista a interface entre defesa civil, planejamento urbano, gestão ambiental e segurança nacional.

# PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA

## OBJETIVO

Aumentar a oferta de água para o consumo humano e para a produção por meio da execução de obras estruturantes: barragens, açudes, canais, poços públicos e adutoras.

## PÚBLICO-ALVO

Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 416.550.516,00 | Empenho Liquidado: | R$ 193.126.125,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 193.126.125,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA

**Unidade de medida:** milhão de m³
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.858,53

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
O indicador deverá ser revisto de forma a mensurar melhor os benefícios e representar adequadamente a característica de vazão.

### 2. RESERVA DE ÁGUA EM BARRAMENTOS E AÇUDES

**Unidade de medida:** milhão de m³
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 10.004,84

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Índice não mensurado, pois as ações estão em andamento. Somente na conclusão das obras é que serão apresentados os respectivos resultados.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A carência de água para consumo humano e usos múltiplos afeta negativamente a saúde e restringe as oportunidades de melhoria sócio-econômica das comunidades dos espaços geográficos onde a disponibilidade do recurso é reduzida. Esta situação, em muitos casos, é devida ao caráter temporário dos mananciais e/ou a localização das fontes, exigindo grandes esforços para se ter acesso à quantidade mínima indispensável. Mas, paradoxalmente, em outras situações, os recursos armazenados em reservatórios nunca foram eficientemente utilizados pela inexistência de estruturas de captação, transporte e distribuição.

A solução compreende a recuperação de obras existentes e a construção de novas barragens para regulação e armazenamento, bem como das adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso fácil à água pelas populações e pelos produtores. Perdurando esta situação, é de se esperar o crescimento das taxas de morbidade e mortalidade das populações afetadas, assim como a migração para locais com abastecimento garantido.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Construção do Eixo de Integração da Barragem do Castanhão ao Açude do Gavião no Estado do Ceará;
- Construção da Barragem do Córrego João Leite no Estado de Goiás;
- Sistema de Abastecimento de Água do Rio Pratagy no Estado de Alagoas;
- Construção da Adutora Pirapama com 22,7 km no Estado de Pernambuco;
- Construção da Adutora do Oeste no Estado de Pernambuco - construção dos Ramais 1A, Ipubi e Parmamerim representando um avanço físico de 6,46 km de adutoras;
- Adutora de Jucazinho no Estado de Pernambuco - conclusão do assentamento da tubulação do último trecho da Adutora, entre Bezerros e Gravatá;
- Construção do Açude Estreito no Estado do Piauí - obra conveniada com o governo do Estado, tendo alcançado um avanço físico, no final de 2006, de cerca de 70%;
- Construção da Barragem e Adutora do Poço Marruá no Estado do Piauí;
- Construção da Barragem de Tabatinga, no Estado do Rio Grande do Norte;
- Realização de obras complementares do Açude de Setúbal na Bacia do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais;
- Construção da Barragem de Peão, no Estado de Minas Gerais;
- Construção da Acauã no Estado da Paraíba - execução de 6 km do trecho entre a EB-2 e Itatuba, no Eixo Norte do Sistema;
- Construção da Barragem de Piaus, no Estado do Piauí - as obras tiveram seqüência em 2006 somente a partir de outubro, após um longo período de paralisação devido à tramitação do processo de aditivo, em vista da adequação do projeto;

• Continuidade das atividades de construção do Complexo Castanhão, no Estado do Ceará, com o objetivo de concluir as obras complementares, compreendendo a implantação de projetos produtivos, estradas de acesso, sistemas de abastecimento de água e serviços relacionados à operação e manutenção de barragens;

• Conclusão da atualização do Projeto Executivo, adequação dos estudos ambientais e continuidade do processo de aquisição de terras para a construção da Barragem de Jequitaí;

• Conclusão dos Estudos de Sustentabilidade para a construção da barragem Congonhas. Os Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) estão em andamento. A conclusão está prevista para o final de março de 2007;

• Construção da Barragem de Berizal no Estado de Minas Gerais - conclusão dos serviços de concretagem de uma parte das estruturas do vertedouro e boca de montante da galeria/tomada d'água, como parte de um trabalho de preservação dessas estruturas que estavam parcialmente construídas. A continuidade das obras depende da concessão da licença ambiental, cujas providências estão em andamento.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do Programa se dá através de reuniões de trabalho com periodicidade baseada em Plano de inspeção/acompanhamento de obras; visitas *in loco* com periodicidade baseada em Plano de inspeção/acompanhamento de obras; sistema informatizado (SASO) para inspecionar e verificar o desempenho físico das ações e Relatórios de Gestão - estudo e aperfeiçoamento de modelos internos.

As restrições orçamentárias e financeiras prejudicaram o alcance das metas previstas no orçamento. Do total do orçamento foram executados apenas 40%, de forma descontínua e concentrada. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada.

Os recursos não foram adequados à demanda do Programa. É necessária maior disponibilidade de recursos para o aperfeiçoamento de mecanismos técnicos e investimentos em estudos, projetos e capacitação das equipes.

Há necessidade de equipamentos de informática para a equipe gerencial e para as equipes executoras, além de veículos e equipamentos de medição adequados aos procedimentos de aferição dos resultados. Para estas, o espaço físico é inadequado.

**RECOMENDAÇÕES**

• Não há recomendações.

# PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO

## OBJETIVO

Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, objetivando a redução das desigualdades inter e intra-regionais.

## PÚBLICO-ALVO

Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 163.616.558,00 | Empenho Liquidado: | R$ 123.347.971,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 123.347.971,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 46.130.000,00 | R$ 12.964.597,89 | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos têm duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

### 2. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**3. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:**

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**4. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**5. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:**

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**6. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**7. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:**
Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**8. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA E GUARAQUEÇABA**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**9. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**10. NÚMERO DE OCUPAÇÕES NA SUB-REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:**

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**11. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DO XINGÓ**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

**12. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA REGIÃO INTEGRADA DO DF E ENTORNO**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

## 13. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NA SUB-REGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Como o Programa apóia diversos projetos em 13 subespaços distribuídos em todo o País e os mesmos tem duração média de dois a três anos para sua implementação, ainda não é possível medir as ocupações geradas nestes projetos na fase atual de execução dos mesmos.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil apresenta nítidas desigualdades intra e inter-regionais, resultado de um processo histórico de desenvolvimento que se caracterizou pela concentração em áreas específicas do território, notadamente o Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea. Em que pese modestos avanços em termos de desconcentração, o País ainda carece de políticas públicas efetivas que contribuam para a inserção eqüitativa de áreas menos dinâmicas, com precárias condições de vida para seus habitantes, no processo global de desenvolvimento econômico e social. Enquanto o Governo Federal dispõe de políticas públicas definidas para as camadas menos favorecidas da população, em que o combate emergencial à pobreza e à fome é a prioridade absoluta, é necessária que seja formulada e implementada uma política voltada para as camadas imediatamente subjacentes, baseada nos modernos conceitos do desenvolvimento regional.

O Promeso justifica-se, portanto, pela necessidade de se atenuar este problema, atuando, sobretudo, nas seguintes necessidades:

a) de que a atuação do Governo Federal ocorra, de forma integrada, em novas escalas espaciais, preferencialmente em sub-regiões;
b) de que as demandas e possíveis soluções sejam identificadas com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada;
c) de consolidação, segundo as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) formulada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), de um processo consistente e permanente de redução das desigualdades inter e intra-regionais no País, temática esta que tem sido recorrentemente elencada como prioritária para o Governo Federal.

Do período compreendido entre 1985 e 1999, apenas no intervalo entre 1994 e 1999 percebe-se uma evidente estabilização dos indicadores de desigualdade. A desconcentração que se observou até 1994, não decorreu, entretanto, de uma redução significativa das desigualdades inter-regionais no País, mas também da redução dos níveis de desigualdades intra-regionais, sendo que a interrupção deste processo de desconcentração decorreu simplesmente da estabilização dos níveis de desigualdade intra-regionais.

A queda dos níveis de desigualdade interestadual no âmbito das regiões Sudeste e Nordeste (que juntas representam cerca de 70% da população do País) foi a grande responsável pela redução da média ponderada dos Índices Regionais de Desigualdade Interestadual no Brasil entre 1985 e 1994. Cabe lembrar que a Agenda 21 brasileira, em seu Objetivo Oito, prioriza os subespaços regionais com os quais o MI já vinha trabalhando e que, em alguns deles, vinha alcançando resultados importantes em termos de mobilização da sociedade, participação e democratização das decisões, numa clara demonstração da possibilidade e conveniência de se promover o desenvolvimento a partir de uma nova perspectiva.

A importância da intervenção em espaços sub-regionais para a economia nacional e principalmente regional é relevante pela necessidade de interiorizar o processo de crescimento da economia regional, visando à inserção social e econômica das populações locais. Este Programa deve constituir prioridade dentro da PNDR do MI pela sua complementaridade com outros programas e ações de Governo desenvolvidos no âmbito regional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Criação do Fórum Nacional das Mesorregiões;
- Criação da Mesorregião do Seridó;
- Institucionalização das Mesorregiões na PNDR;
- Continuidade e ampliação do apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Dentre as principais restrições do Programa pode-se destacar: a existência de ações resultantes de emendas parlamentares com execução financeira e física nula, ou descoladas dos objetivos do programa; ações resultantes de emendas parlamentares, executadas por instituições vinculadas ao MI, ou mesmo pela administração direta, com execução financeira sem o devido preenchimento da execução física, o que inviabiliza a sua avaliação; e ações referentes a financiamentos não acompanhadas pela gerência do Programa.

A exemplo dos anos anteriores, deve-se destacar também que a metodologia orçamentária ainda é um dos grandes entraves para uma execução plena do Programa. Aspectos relacionados ao contingenciamento de recursos e à ausência de planejamento para liberação de recursos orçamentários e financeiros são exemplos disto.

No que se refere aos convênios, a maioria foi celebrada após as eleições. Desta forma, grande parte da execução financeira teve início no final do ano e terá continuidade por meio de recursos inscritos em restos a pagar no ano de 2007. Ressalta-se a necessidade de definição de um mecanismo que garanta fluxo financeiro, com o estabelecimento de cotas mensais para o Programa.

Em relação às questões de pessoal, o MI não apresenta um corpo físico permanente, com qualificação específica dentro da carreira de desenvolvimento regional, sendo necessária a busca de outras modalidades de contratação para técnicos com perfil gerencial. A necessidade de uma ação de acompanhamento mais próxima de cada uma das 13 mesorregiões, objeto de ações do Programa, leva a necessidade de uma equipe gerencial numericamente importante em apoio à gerência do programa. Avanços quanto à qualidade e à quantidade da equipe técnica disponível foram feitos no exercício de 2006, no entanto, ainda apresentam-se insuficientes.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Desde 2005, vem sendo realizado um esforço de convergência com as estratégias desenvolvidas pelo programa, em especial pela realização e pelo acompanhamento de um plano de ação integrado de todo o Ministério, contemplando os programas de desenvolvimento regional. No entanto, o acompanhamento dos recursos descentralizados para entidades vinculadas ao MI ainda deve ser trabalhado. Especialmente os recursos referentes às ações de financiamento são aplicados sem articulação com as ações realizadas nas áreas prioritárias trabalhadas pelo Promeso, não trazendo impactos mensuráveis e observáveis para os objetivos do programa e para as áreas prioritárias.

**RECOMENDAÇÕES**

- Para que haja uma gestão satisfatória do Programa, com a devida publicização dos resultados à sociedade, é fundamental que o MI apure os indicadores atuais e, se for o caso, apresente sugestões de aperfeiçoamento para o PPA 2008-2011;

- Articular de forma que a inclusão de ações por meio de emendas parlamentares, estejam em harmonia com as ações realizadas nas áreas prioritárias do Promeso;

- Realizar o efetivo acompanhamento da execução física das ações, o que vem deixando de ocorrer regularmente não apenas nas ações incluídas por meio de emendas parlamentares, mas também naquelas de execução por entidades vinculadas ao MI.

# PROMOÇÃO E INSERÇÃO ECONÔMICA DE SUB-REGIÕES – PROMOVER

## OBJETIVO

Promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.

## PÚBLICO-ALVO

Investidores potenciais, pequenos e médios empreendedores, mão-de-obra existente nas áreas selecionadas de atuação.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 19.779.256,00 | Empenho Liquidado: | R$ 15.768.283,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 15.768.283,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 1.050.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO DE OCUPAÇÕES GERADAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS APOIADOS PELO PROGRAMA

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:**

O Promover conta com dois indicadores, inseridos no Programa pela primeira vez no ano de 2005. Os projetos apoiados pelo Programa possuem, em média, duração aproximadamente de dois anos e meio a três anos, o que apontaria para a possibilidade de se mensurar resultados, no mínimo, ao final de 2006. Entretanto, a grande maioria dos projetos ainda se encontra em andamento ou em finalização, tornando ainda precária a apuração do índice ao final de 2006.

## 2. FATURAMENTO BRUTO NOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ATENDIDOS PELO PROGRAMA

**Unidade de medida:** R$
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O Promover conta com dois indicadores, inseridos no Programa pela primeira vez no ano de 2005. Os projetos apoiados pelo Programa possuem, em média, duração de dois anos e meio a três anos, o que apontaria para a possibilidade de se mensurar resultados, no mínimo, ao final de 2006. Entretanto, a grande maioria dos projetos ainda se encontra em andamento ou em finalização, tornando ainda precária a apuração do índice ao final de 2006.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Recorrentemente têm sido apresentados alguns indicadores de desenvolvimento e de disponibilidade de recursos - seja humanos seja de capital físico - que revelam a precariedade e fragilidade, em termos de capacidade e sustentabilidade, do processo de redução das desigualdades inter e intra-regionais no Brasil. Esta situação torna-se cada vez mais complexa para as regiões menos dinâmicas, na medida em que se reduzem sistematicamente as barreiras anteriormente existentes no âmbito do comércio internacional, de forma que tais regiões, que já sofrem a concorrência das regiões mais dinâmicas do País, agora competem com produtos oriundos dos mercados externos.

Não obstante, revelam-se, em alguns casos, oportunidades produtivas existentes e potenciais que, adequadamente identificadas e incentivadas, numa perspectiva sistêmica, podem se constituir em vetores do desenvolvimento, pautados na capacidade endógena dos recursos humanos existentes e no aproveitamento sustentável dos recursos daquelas regiões. Desta forma, a mobilização de ações, de iniciativas e de recursos, aproveitando-se as disponibilidades locais existentes, podem revelar os seus condicionantes de competitividade, os seus principais pontos de estrangulamento e, principalmente, as soluções para os problemas identificados.

Nesse sentido, evitando-se a sobreposição de iniciativas e ampliando-se as possibilidades de parcerias existentes nas diversas experiências implementadas pela sociedade civil voltadas para a identificação e promoção de arranjos produtivos locais, *clusters*, cadeias produtivas e treinamento e capacitação de mão-de-obra, entre outros, possibilita-se, por meio do Programa, um processo virtuoso de redução consistente das desigualdades verificadas no País.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• A aferição dos resultados fica prejudicada pelo tempo de implementação dos diversos projetos uma vez que os impactos das ações desenvolvidas demandam prazo de maturação que extrapolam o exercício em que as ações se desenvolvem. No entanto, os projetos apoiados em 2006, ainda em andamento, apontam para os seguintes resultados:

a) início do incremento da competitividade nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) apoiados pelo Programa;
b) superação de gargalos em APLs apoiados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As ações do Programa são executadas por meio de convênios ou descentralizações de recursos, firmados ou realizados segundo planos de trabalho e projetos previamente aprovados, contemplando metas a alcançar e prazos de execução. Tais convênios e descentralizações são acompanhados por técnicos que verificam, periodicamente, mas sem uma regularidade definida, a execução e o alcance das metas. Para tanto, são realizadas reuniões regulares de trabalho com a equipe responsável pelos projetos para se garantir a troca de informações sobre o desempenho físico das ações e o controle e monitoramento do mesmo. Apontam-se como dificuldades neste processo a reduzida equipe e a multiplicidade de tarefas a ela delegadas.

O comprometimento dos recursos disponibilizados no orçamento de 2006 para o Programa alcançou pouco mais de 80% do valor inicial previsto. A execução física, no entanto, estará concentrada no exercício de 2007, já que a maioria dos convênios ou descentralizações foi realizada no último bimestre de 2006.

Como ocorre historicamente, grande parte da celebração de convênios que dão suporte à execução das ações do programa concentrou-se no último trimestre do ano em decorrência do contingenciamento de recursos e do processo de seleção de projetos demandar grande interação com as instituições parceiras na sua elaboração. Dessa forma, o planejamento da execução das ações do Programa já contemplou essa particularidade.

Existem dificuldades de diferentes aspectos na elaboração de convênios: as de ordem interna ao MI, com destaque para as relativas à celebração de convênios e as de ordem externa, como a dificuldade de buscar instituições com perfil adequado ao projeto que preencham requisitos de capacidade técnica, credibilidade e inserção local, viabilidade administrativa e adimplência. A predominância de transferência de recursos para investimentos destinados à realização de obras civis condiciona também o processo de seleção de parceiros e de realização de convênios.

Alguns dos convenentes, em especial Estados e Municípios, apresentam dificuldades na operacionalização dos processos licitatórios, gerando uma morosidade na implementação dos projetos e dificultando o alcance dos resultados e a aferição de indicadores.

As entidades vinculadas e outras instituições parceiras executam projetos importantes, complementando a atuação do Programa e contribuindo com a expertise e a capilaridade que possuem, fatores de grande relevância para se alcançar a efetividade das ações propostas. No entanto, a Secretaria gestora do Programa possui poucos mecanismos de controle sobre essas entidades para garantir a troca de informações e a avaliação das ações executadas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os projetos apoiados pelo Programa são construídos, via de regra, com a participação de fóruns de desenvolvimento, que se constituem na instância social com primazia na definição de prioridades e de planos de ações para o desenvolvimento, de consórcios municipais e de agências de desenvolvimento (privadas sem fins lucrativos). Seus resultados são discutidos em reuniões com a participação dos interessados diretos no projeto.

A grande maioria dos projetos apoiados pelo Programa possuem comitês gestores. Esses se caracterizam como uma instância eminentemente técnica responsável pelo gerenciamento das ações empreendidas na consecução dos projetos de estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais. O comitê gestor é organizado para cada arranjo produtivo, contando com a participação de representantes do setor produtivo, das diferentes esferas de governo, de bancos de desenvolvimento e parceiros fundamentais ao sucesso do empreendimento.

**RECOMENDAÇÕES**

- Recomenda-se a fusão do Programa Promover com os demais programas de desenvolvimento regional do Ministério da Integração Nacional (MI), fortalecendo sua gestão e otimizando a alocação dos recursos públicos. O Programa apresenta apenas uma ação de maior relevância, Apoio a Arranjos Produtivos Locais (APLs) que pode migrar para outro programa de desenvolvimento regional sem prejuízo na alocação orçamentária realizada pelo MI.

# RESPOSTA AOS DESASTRES

## OBJETIVO

Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal.

## PÚBLICO-ALVO

Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 254.547.109,00 | Empenho Liquidado: | R$ 181.296.292,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 181.296.292,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE RESPOSTA AOS DESABRIGADOS E DESALOJADOS NOS MUNICÍPIOS EM EMERGÊNCIA OU ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 10
**Índice previsto ao final do PPA:** 41

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

É um índice que não reflete a realidade, em função das ações deste Programa serem basicamente de resposta, após a ocorrência dos desastres naturais, humanos e mistos. No entanto, em termos de meta física, não é possível predizer com segurança. Estima-se que ao final de um dos quatro anos do programa, tenha sido atingido um índice aproximado de um quarto do previsto, considerando-se o que foi realizado e que normalmente se repetirá nos anos vindouros. Como as ações de resposta federal foram implementadas em atendimento às necessidades dos entes federados, considera-se atingido o primeiro quarto do índice final.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Há freqüentes ocorrências de desastres naturais, humanos e mistos, com danos às pessoas, ao patrimônio e com grandes prejuízos econômicos e sociais. Além disso, a maioria dos Municípios não possui estrutura e capacidade financeira para administrar a anormalidade provocada por desastres, necessitando do atendimento supletivo do Governo Federal.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Foram atendidos todos os Municípios que solicitaram apoio ao Governo Federal para a assistência às pessoas afetadas por desastres e recuperação dos danos causados por desastres. Nas ações de socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres e nas de recuperação de danos causados por desastres, devido à burocracia, não foi possível o atendimento pleno com a utilização dos recursos totais envolvidos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Dificuldades na apresentação da documentação necessária à formalização dos convênios, por parte dos proponentes, resultaram em cancelamentos de empenhos realizados. Esse fato, aliado ao despreparo das equipes municipais, restringiu a obtenção dos resultados do Programa. O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios ocasiona acúmulo de problemas administrativos, o que demanda esforços consideráveis no atendimento de diligências dos órgãos de fiscalização e controle. A lentidão no licenciamento ambiental também é fator de preocupação, pois, na maioria dos casos, é preciso celebrar convênios com cláusulas condicionantes de somente liberar os recursos financeiros após a apresentação da documentação obrigatória.

Os recursos orçamentários são muito aquém das necessidades anuais, o que requer a edição de Medidas Provisórias ou emendas parlamentares quando da ocorrência de desastres de grande porte. Assim, a execução orçamentária anual ultrapassa em aproximadamente 10 vezes o valor da dotação inicial prevista no orçamento.

Devido ao contingenciamento de recursos e à imposição de limites orçamentário e financeiro mensais, eventualmente ocorrem descontinuidades no fluxo de recursos, prejudicando inclusive a realização de destaques orçamentário-financeiros a órgãos federais parceiros nas ações de resposta a desastres. No caso das Medidas Provisórias e das Emendas Parlamentares, as dotações demoram a ser disponibilizadas em curto prazo, prejudicando as populações atingidas. No mais das vezes, as populações afetadas precisam aguardar por meses a liberação de recursos para a reabilitação/reconstrução dos danos ocasionados por desastres e acabam se alojando em abrigos temporários além do período que seria razoável, comprometendo sua higidez, sociabilidade, trabalho, etc.

Há necessidade de aquisição imediata de equipamentos especializados, bem como materiais específicos à atividade, os quais, devido às dotações orçamentárias existentes, são

adquiridos em quantidades insuficientes, demandando tempo excessivo para o atendimento das equipes empregadas nas diversas ações componentes do Programa.

A gerência do Programa ressente-se também de recursos humanos em qualidade e quantidade, haja visto a natureza das ações empreendidas e a alta especialização exigida.

A não-existência de plano de cargos e salários no MI associada ao nível salarial reduzido dificulta o recrutamento de pessoal em nível gerencial e concorre para a alta rotatividade dos técnicos concursados, os quais realizam concursos em outros órgãos de melhor remuneração. Esse fato obriga a constante reciclagem e treinamento dos novos servidores, prejudicando o desempenho do Programa.

Em todos os desastres ocorridos em que esta Secretaria interveio, nas ações de socorro e assistência às populações atingidas, os beneficiários, seja Estados da Federação ou Municípios, consideraram-se atendidos em condições satisfatórias, dada a presteza da atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), em conjunto com os demais órgãos federais e estaduais, na resposta o mais ágil possível aos desastres ocorridos. Nas ações de auxílio emergencial financeiro, reabilitação e reconstrução, no entanto, o excesso de burocracia atrapalha o desempenho físico e financeiro, causando certo nível de insatisfação, entendido pelos atendidos como não sendo de responsabilidade da SEDEC/MI.

No caso de Municípios, é sempre bastante difícil a integração entre a gerência do programa e os executores, com algumas exceções, que os mesmos atendam às necessidades em informações da SEDEC com rapidez, presteza e correção. Após muito esforço é que são obtidas as informações com a qualidade e quantidade requeridas, o que dificulta por vezes o serviço administrativo, em especial, no aspecto de celebração de convênios com os demais entes federados. É necessário um acompanhamento diuturno e o desdobramento dos servidores da SEDEC, praticamente realizando as ações que estão afetas aos demais entes parceiros, no intuito das ações serem executadas a contento, de acordo com a norma infraconstitucional.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A gerência do Programa desenvolve extenso e intenso Programa de capacitação anual em ações de defesa civil. Graças a isso, tanto no âmbito estadual e, principalmente, no âmbito municipal, a conscientização dos governantes e da população, em especial, a residente em áreas de risco, tem aumentado, com resultados altamente positivos em termos de diminuição de mortes por desastres diversos, seja os naturais, humanos ou de natureza mista.

Estão sendo criadas as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, em ritmo acelerado no País, e diversos Municípios têm incrementado a criação e funcionamento dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC), especialmente para atender a população de baixa renda residente nas periferias dos centros urbanos. Tudo isso tem

auxiliado na diminuição dos efeitos dos desastres junto à população afetada, com reflexos positivos na conscientização dos cidadãos em geral e a significativa redução das mortes ocasionadas por desastres. Essas atividades têm sido, geralmente, solicitadas pelas comunidades aos seus governantes.

Está sendo implementado o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, o qual constitui-se em um espaço próprio com equipamentos de última geração, operados por especialistas treinados e apoiado em um Sistema de Informações recentemente instalado (Sistema Operacional de Defesa Civil). O Centro, ferramenta de extrema utilidade no gerenciamento de crises, já emite, atualmente, os alertas meteorológicos a todos os Municípios e Estados, bem como realiza o socorro às populações atingidas por desastres, desencadeando as Portarias de reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública e ainda servindo como base de dados de áreas de risco e de facilidades de apoio e socorro às populações em todo o Território Nacional. Essas ações estarão interligadas mediante a Rede Nacional de Defesa Civil, em futuro próximo.

**RECOMENDAÇÕES**

- Buscar maior articulação com o Ministério das Cidades (MCidades), o do Meio Ambiente (MMA) e o da Defesa (MD), tendo em vista a interface entre defesa civil, planejamento urbano, gestão ambiental e segurança nacional.

# TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO

## OBJETIVO

Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores de perímetros públicos irrigados.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 136.855.282,00 | Empenho Liquidado: | R$ 118.985.379,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 118.985.379,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DE PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO PARA OS USUÁRIOS/PRODUTORES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 7
**Índice previsto ao final do PPA:** 20

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, foi transferida a gestão de cinco perímetros irrigados, Pirapora (MG), Lagoa Grande (MG), Tourão (BA), Arroio Duro e Chasqueiro (RS), que, referenciados ao total de 74 perímetros, representam 7%. Esses perímetros já não constaram da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, pois foram transferidos com base em recursos de 2005. Cabe observar que 10 projetos previstos para entrarem em funcionamento em 2005-2006 ainda não estão operantes, estando a maior parte deles ainda em implantação e que 16 perímetros estão sendo avaliados, devido a problemas diversos (principalmente suprimento hídrico), quanto à sua continuação no Programa de Transferência de Gestão.

Dessa forma, se forem retirados do cálculo os perímetros que não entraram em funcionamento e que foram excluídos da relação de projetos públicos de irrigação, a possibilidade de alcance do indicador previsto será alta. Em caso contrário, a possibilidade de alcance da meta será baixa, podendo ser atingido apenas 15%.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O viés paternalista das políticas de irrigação e de reforma agrária, comum à grande maioria dos países em desenvolvimento, vem tendo reflexo no programa de Irrigação e Drenagem, no decorrer das duas primeiras décadas de sua existência, resultando na dependência da assistência financeira pública para o custeio dos gastos de operação e manutenção. Da mesma forma, a grande maioria dos produtores de tais projetos nunca alcançaram os níveis de capacitação necessários para se transformar em pequenos empresários rurais.

A figura do colono é a de um agricultor de subsistência, explorando uma área na qual foram efetuados vultuosos investimentos para adequá-la à produção intensiva. A transferência da gestão, processo que, no Brasil, foi denominado de emancipação, comprovou ser a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas beneficiadas, bem como para garantir a economia de água e a manutenção apropriada das estruturas, verificando-se, igualmente, uma significativa redução de custos operacionais.

Como resultado adicional, os produtores deixam de utilizar recursos para os empreendimentos, destinando-os para o crescimento da área irrigada ou outras atividades que garantam maior retorno sócio-econômico. No País, muitos projetos públicos continuam, direta ou indiretamente, sob a tutela do governo ou necessitando de subsídios públicos para a sua gestão. Para atingir a autogestão, é indispensável um período de adequação, denominado de operação inicial nos novos projetos e de reorganização nos projetos já em funcionamento, de modo a permitir que os produtores obtenham as condições mínimas para assumir os encargos financeiros decorrentes.

Durante este período, os agricultores são conscientizados do seu papel de empresários rurais, são capacitados em agricultura irrigada e para as tarefas de operação e manutenção dos sistemas. Especialistas fomentam e estimulam a formação do distrito de irrigação - entidade responsável pelo fornecimento de água, bem como a formação de cooperativas ou associações de produtores como forma de obter vantagens competitivas para a sua produção.

Tais condições favorecem considerável ampliação da área irrigada e, conseqüentemente, da produção agrícola, assim como a geração de emprego e renda. Atualmente estão em operação 80 projetos que poderão fazer parte do Programa no período 2004-2007.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Acréscimo de área irrigada (antes não-explorada), assistência técnica a todos os produtores, organização de produtores, regularização fundiária e recuperação da infra-estrutura de uso comum dos projetos. Todos esses resultados são imprescindíveis para que os perímetros possam ser transferidos;

• O atraso no início da execução orçamentária e o contingenciamento de recursos financeiros, ocorridos em 2005 e 2006, prejudicaram sobremaneira o andamento das atividades previstas, tendo em vista que a maior parte delas não pode sofrer paralisações. A falta de ações relativas a crédito aos produtores, que viabilizem o acesso ao financiamento e à renegociação de dívidas, previstas no programa original, se constituiu no segundo fator de maior dificuldade para o alcance das metas previstas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do programa é realizado por meio de:

a) reuniões de trabalho com técnicos envolvidos no Programa e representantes dos produtores, com periodicidade mensal;
b) visitas *in loco* - principal ferramenta de acompanhamento utilizada, executada por técnicos especializados, com periodicidade mensal aos perímetros. Essa ação deixou de ser realizada em junho de 2006, devido à impossibilidade de renovar os contratos do pessoal que a executava. Contudo, essa ação é imprescindível, tendo em vista a estratégia de implementação do Programa. Sua falta trouxe resultados bastante negativos ao monitoramento e ao desempenho geral do Programa, devendo, portanto, ser retomada;
c) relatórios de acompanhamento do Programa, realizados pelos técnicos, referidos anteriormente, com periodicidade mensal, também suspensos a partir de junho de 2006.

O atraso no início da execução orçamentária e o contingenciamento de recursos financeiros, ocorridos em 2005 e 2006, prejudicaram sobremaneira o andamento das atividades previstas, tendo em vista que a maior parte delas não pode sofrer paralisações. O orçamento de 2005 foi executado, em grande parte, em 2006, ocorrendo o mesmo com o de 2006.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando também a execução programada. Os recursos começaram a serem liberados no final do primeiro semestre, porém, a maior parte foi após agosto.

Dentre outras restrições enfrentadas pelo programa, destacam-se:

a) a inadequação da infra-estrutura, pela insuficiência de equipamentos de informática e veículos para a equipe gerencial e equipes executoras;
b) o contingenciamento orçamentário que, excetuando os perímetros incluídos no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), afetou as ações do Programa, prejudicando sua implementação, haja vista que estas ações têm a característica de serem contínuas, sem possibilidade de paralisação;
c) insuficiência das ações, pois as ações relativas à capacitação precisam ser ampliadas de forma significativa, envolvendo basicamente os técnicos que atuam nos perímetros irrigados, em assistência técnica e gerenciamento.

No que tange à participação social são realizadas reuniões com as organizações de produtores, formais ou informais, visando a realização de ações relativas à autogestão dos perímetros.

**RECOMENDAÇÕES**

- O Programa deve ser fundido com os outros dois programas que tratam da agricultura irrigada: Desenvolvimento da Agricultura Irrigada (0379) e Eficiência na Agricultura Irrigada (1037);

- Revisão do indicador. O indicador adotado para avaliação do Programa, Taxa de Transferência da Gestão, não é suficiente para demonstrar os avanços e resultados obtidos.




# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Assistência Jurídica Integral e Gratuita

Combate à Criminalidade

Combate ao Crime Transnacional

Defesa do Consumidor

Defesa Econômica e da Concorrência

Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas

Migração e Acordos Internacionais

Modernização da Polícia Federal

Modernização do Sistema Penitenciário Nacional

Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento

Reforma do Judiciário

Segurança Pública nas Rodovias Federais

Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Justiça (MJ), foram utilizados **R$ 5.702.214.780,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 6.176.767.668,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 5.702.214.780,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 6.176.767.668,00** | **Total realizado:** | **R$ 5.702.214.780,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MJ não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 444.097.412,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 293.506.927,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• A atuação do MJ é orientada por três objetivos principais: a promoção da justiça e da cidadania, o combate à corrupção e a reconstrução das instituições republicanas;

• Dentre as diversas frentes de atuação da Polícia Federal destaca-se o indiciamento de 4.820 pessoas por tráfico e/ou uso de drogas, resultando na retirada de circulação de aproximadamente 177 toneladas de entorpecentes. A Polícia Federal tem sido um importante instrumento do Governo Federal no combate ao desvio de recursos públicos e ao crime organizado. Em 2006, foram deflagradas 53 operações especiais de combate à corrupção, com a prisão de 933 pessoas, dentre as quais 376 servidores públicos federais, estaduais e municipais, além de políticos e empresários. É importante ressaltar que em mais de 320 operações efetuadas não foi disparado um só tiro;

• Das ações de combate a crimes contra o meio ambiente e o patrimônio histórico iniciadas em 2005, destacam-se as operações Curupira I e II e Ouro Verde, realizadas pela Polícia Federal em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com a participação do Ministério Público Federal (MPF), visando ao desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, transporte e comercialização ilegal de madeira, que resultaram na decretação de 197 prisões. O volume estimado de madeira serrada fraudada foi da ordem 1,98 milhão de $m^3$;

• A Polícia Federal adquiriu mais de 1.100 novas viaturas, está construindo nove delegacias em cidades estratégicas e modernizando o Instituto Nacional de Criminalística (INC). Merece destaque, também, a implementação do sistema AFIS Criminal, base das ações de identificação criminal do País; além do investimento em equipamentos de telecomunicação, com a aquisição de estações fixas e táticas (móveis) do TETRAPOL

(sistema digital, criptografado) que permite transmissão de voz e dados de forma segura. No que se refere à infra-estrutura física, foi ampliado o número de unidades descentralizadas e reformadas mais de 40 unidades, entre superintendências e delegacias, e entregues quatro novas sedes;

• Dando continuidade à ampliação do quadro de servidores, foram formados 1.290 policiais federais e 895 policiais rodoviários federais, o que possibilitou um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade, ampliando a presença da polícia ostensiva da União;

• A atuação da Polícia Rodoviária Federal também foi positiva. Em 2006, foram realizadas 841 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de três toneladas de cocaína, 46 toneladas de maconha e a destruição de mais de 250 mil pés de maconha, além da apreensão de 1.474 armas de fogo. Nas operações de combate aos crimes ambientais, foram recuperados mais de 14.000 animais silvestres e apreendidos mais de 290 mil $m^3$ de madeira. No que se refere à modernização da Polícia Rodoviária Federal, foram adquiridos 479 veículos e diversos equipamentos que irão melhorar o desempenho dos policiais em suas atividades rotineiras;

• A Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, conhecida como ENCLA, passou a contar com o tema de Combate à Corrupção, ganhando mais uma letra C em sua sigla. A ENCCLA realizou sua quarta edição anual, com a participação de 135 representantes de 52 órgãos. Como um dos principais resultados da eficácia da estratégia é o aumento de 39% no número de ações penais e inquéritos relacionados à Lei de Lavagem de Dinheiro;

• Na área de execução penal, o MJ deu continuidade à reestruturação do Sistema Penitenciário, promovendo sua modernização e controle, garantindo a presença das políticas públicas nos presídios e fortalecendo a aplicação das penas alternativas. A primeira Penitenciária Federal foi inaugurada em junho de 2006, no Município de Catanduvas (PR), e encontra-se em plena operação. A segunda unidade, situada em Campo Grande (MS), foi inaugurada no final de 2006. As unidades de Mossoró (RN) e Porto Velho (RO) estão em fase de obras, devendo ser inauguradas em junho e dezembro de 2007, respectivamente. As Penitenciárias Federais são controladas por corpo funcional próprio e têm capacidade individual para abrigar 208 presos de alta periculosidade, representando uma valiosa contribuição aos Estados na medida em que proporciona o isolamento de facções criminosas e a conseqüente desarticulação do crime organizado;

• No tocante ao financiamento, à criação de vagas nos estabelecimentos penais estaduais, foi realizado um investimento de R$ 170,1 milhões para a geração de 7.720 novas vagas nos sistemas penitenciários estaduais, além do recebimento de 6.992 novas vagas, fruto de convênios celebrados em anos anteriores e que tiveram seqüência em 2006. Também foram instaladas mais cinco escolas penitenciárias;

• Enfocando a atuação multissetorial, o MJ arquitetou acordos de cooperação técnica e protocolos de intenções com outros Ministérios visando à implementação de políticas públicas integradas ao sistema penitenciário. Em parceria com o Ministério da Saúde (MS), teve seqüência o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, são 140 equipes

cadastradas em dez 10 Estados, promovendo o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos. Outra iniciativa que merece destaque é o Protocolo de Intenções celebrado com o Ministério da Educação (MEC), que visa o delineamento conjunto de uma política pública voltada à alfabetização e à elevação de escolaridade da população presa e egressa no contexto das políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA);

• As iniciativas empreendidas pelo Governo Federal na consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) são pautadas pelas diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Segurança Pública. Cabe destacar que todos os órgãos de segurança pública estaduais aderiram ao SUSP, assumindo com a União o compromisso para reduzir a violência e combater ao crime organizado, e passaram a ter maior integração entre si e com as polícias Federal e Rodoviária Federal e guardas municipais. Em 2006, foram repassados R$ 84,7 milhões aos Estados e Municípios para reaparelhamento. Além disso, visando a racionalizar o gasto dos recursos e a atender às Unidades da Federação conforme as reais necessidades. Foram adquiridos diretamente 3.165 viaturas policiais, além de outros materiais indispensáveis à atuação das polícias nos Estados;

• Foram capacitados 3.712 policiais militares que se incorporaram à Força Nacional de Segurança Pública. A Força atuou no apoio às polícias do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul após rebeliões nos presídios desses Estados;

• Criação de um sistema educacional direcionado à formação de recursos humanos, pautado por uma Matriz Curricular Nacional e constituído por uma Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (Renaesp), reunindo 22 universidades em todo o País e uma Rede de Educação a Distancia em Segurança Pública, que matriculou mais de 32.000 profissionais em 60 telecentros implantados em instituições policiais, formando 27.641 profissionais;

• A Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (INFOSEG) mostrou-se uma ação altamente estruturante sob o aspecto de integração dos órgãos que compõem as polícias, a justiça e os órgãos de fiscalização, integrando os bancos de dados e permitindo um efetivo compartilhamento das informações entre os Estados e os diversos órgãos governamentais. Os acessos às informações do INFOSEG passaram de quatro milhões em 2004 para quase 18 milhões em 2006, por mais de 65 mil usuários distribuídos nos três poderes das esferas federais e estaduais. Em 2006, foram cadastrados 10 mil novos usuários;

• A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi encarregada de planejar e garantir o bom funcionamento do esquema de segurança dos Jogos Pan e Parapan-americanos. Desde fevereiro de 2006, encontra-se em atividade no Rio de Janeiro a Coordenadoria das Ações de Segurança Pública dos Jogos Pan-americanos. Em 2006, foram investidos R$ 50,5 milhões em aquisições de 24 aeronaves (seis helicópteros esquilos, oito helicópteros *Schweizer* e 10 motoplanadores Ximango) e R$ 66,7 milhões em aquisições de 1.222 veículos, como forma de garantir o aparelhamento para o desenvolvimento das ações voltadas à segurança dos jogos;

• No âmbito do Programa de reforma do Judiciário, dos 26 projetos de lei que compõem a reforma infraconstitucional encaminhada pelo Executivo ao Congresso

Nacional, 11 foram transformados em lei em 2006. Trata-se de uma prioridade do Governo Federal para agilizar a tramitação de processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios;

• Foram realizados 227 mil atendimentos de assistência jurídica gratuita nas unidades da Defensoria Pública da União (DPU) em todos os Estados. Destaca-se também o Projeto Defensoria Itinerante, com trabalhos realizados em 18 Municípios, onde foram feitos mais de 2.124 atendimentos. A instituição foi fortalecida com a nomeação de 130 candidatos aprovados e remanescentes do Segundo Concurso Público de ingresso na Defensoria Pública da União;

• Com relação ao combate à pirataria, no aspecto repressivo, o ano de 2006 foi caracterizado pelos trabalhos integrados, realizados nos portos, aeroportos, fronteiras e rodovias federais, envolvendo a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal, que culminou com a apreensão de produtos com valor total superior a R$ 870 milhões, e aplicação de autuações fiscais com valor total superior a R$ 4 bilhões. Preventivamente, foram desenvolvidos esforços conjuntos entre a iniciativa privada e o poder público, capacitando agentes públicos a fim de que estes identifiquem facilmente um produto falsificado e tenham um domínio sobre as características e demais informações que o cercam;

• Confirmando os compromissos de propiciar maior participação dos povos indígenas na definição de uma nova política indigenista e na formulação e execução de políticas públicas que visem à afirmação dos seus direitos, foi realizada em Brasília, em abril de 2006, a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que contou com expressiva presença de representantes de 173 etnias e de diversas organizações não-governamentais. No total, 900 delegados indígenas indicados por suas próprias comunidades marcaram presença neste que foi o primeiro fórum indígena nacional realizado na história do País. No âmbito das ações de saúde para a população indígena, destaca-se a ampliação das ações de saneamento nas áreas indígenas que beneficiaram, em 2006, 93,14 mil indígenas, em 421 aldeias localizadas em 196 Municípios;

• Foram homologadas as demarcações de 10 terras indígenas, o que corresponde a uma área de aproximadamente 1,2 milhão de hectares e delimitadas 14 terras indígenas. Outras 12 terras foram declaradas de posse e usufruto exclusivo das populações indígenas que as ocupam tradicionalmente.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

O MJ gerencia um conjunto de 15 programas, sendo 14 finalísticos e um de gestão. São eles: Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, Proteção de Terras Indígenas, Modernização do Sistema Penitenciário, Combate à Criminalidade, Segurança Pública das Rodovias Federais, Defesa Econômica e da Concorrência, Migração e Acordos Internacionais, Defesa do Consumidor, Assistência Jurídica Integral e Gratuita, Reforma do Judiciário, Sistema Único de Segurança Pública, Combate ao Crime Transnacional, Modernização da Polícia Federal, Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e Programa Gestão da Política na Área da Justiça.

O ano de 2006 consolidou um passo importante na reconstrução das instituições democráticas. A atuação do MJ foi como catalisador de diversas mudanças institucionais que aproximaram o País de uma sociedade democrática e republicana. Tal conclusão pôde ser observada na melhoria da segurança pública e combate à corrupção, com os avanços da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do SUSP, do Departamento Penitenciário Nacional e do Combate ao Crime Transnacional. Da mesma forma, a administração da justiça e da promoção e da defesa dos direitos foi de fundamental importância na medida em que foram trabalhados temas como a reforma do Judiciário, o combate à pirataria, as políticas indigenistas, assistência jurídica e migrações internacionais. Não menos importante, foram os avanços na área de defesa da concorrência e dos direitos do consumidor, projetando o MJ como defensor da sociedade brasileira. Todos os trabalhos desenvolvidos convergiram na busca de um Estado que esteja a serviço da democracia, da inclusão social e da justiça, no sentido mais amplo que esta palavra denota.

Apesar do esforço, a avaliação dos programas identificou diversas restrições que limitaram o alcance de melhores resultados, tais como: escassez de recursos diante da magnitude do problema que se pretende resolver; descontinuidade do fluxo de recursos; atraso na aprovação de créditos adicionais; morosidade interna ao Ministério no trâmite, envolvendo licitações e celebração de contratos; infra-estrutura inadequada, especialmente, relacionada ao espaço físico; insuficiência de recursos materiais e quantidade insuficiente de recursos humanos. Em relação a este último obstáculo, ressalta-se que há uma carência de pessoal técnico em áreas estratégicas que, via de regra, é minimizada mediante a contratação de prestadores de serviço, estagiários e requisição de funcionários, essa estratégia dificulta a manutenção da inteligência da administração pública, uma vez que há grande rotatividade do pessoal contratado. A solução encontrada pelo Ministério foi a criação da carreira de Analista em Justiça e Cidadania e a conseqüente realização de concurso público para dotar o órgão de recursos humanos compatíveis com as suas atribuições.

Outro problema grave refere-se aos indicadores dos programas gerenciados pelo MJ. Alguns sequer são apurados e é comum a existência de indicadores de processo ou setor. Poucos são os indicadores de resultado. Restrição não menos importante é a inexistência de um sistema de monitoramento das ações. Além do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), sistema idealizado para que o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MP) acompanhe a programação do governo, e, portanto, inadequado para o acompanhamento detalhado, existem apenas algumas ações que são monitoradas por meio de sistema informatizado. O sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (Infrasig) da Justiça, que deve estar em funcionamento em 2008, irá melhorar esse acompanhamento.

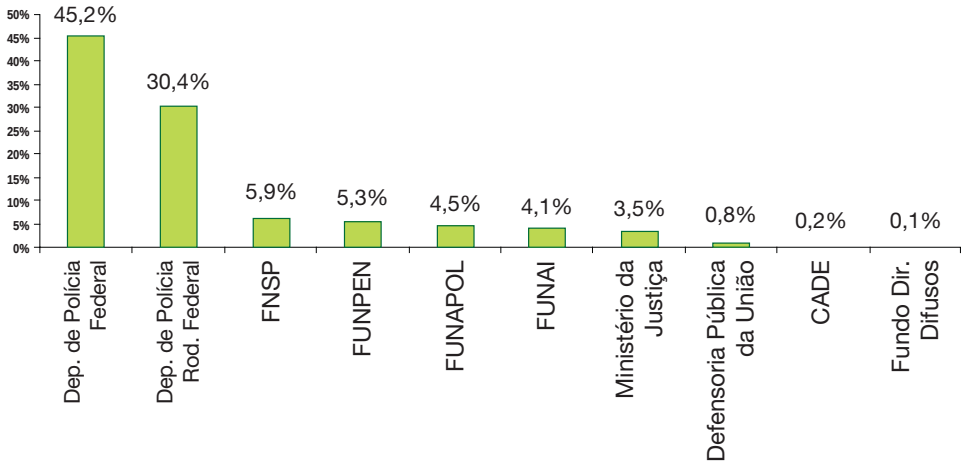
Existem entraves decorrentes da baixa aderência da programação à estrutura organizacional. São comuns as inconsistências relacionadas ao modelo de gestão do PPA, principalmente, nos programas multissetoriais.

Apesar das restrições, o MJ tem gerido seus programas de modo a garantir a justiça e a cidadania no País, como provam os resultados das políticas implementadas pelo órgão.

## ASPECTOS RELEVANTES

A análise agregada da execução orçamentária de 2006 realizada pelo MJ revela onde estão concentrados os recursos financeiros do órgão, fornecendo subsídios importantes para compreensão da sua atuação. Os números a seguir consideraram sempre o empenho liquidado, exclusive restos a pagar. O primeiro gráfico mostra que mais de 75% dos recursos foram concentrados nas polícias da União.

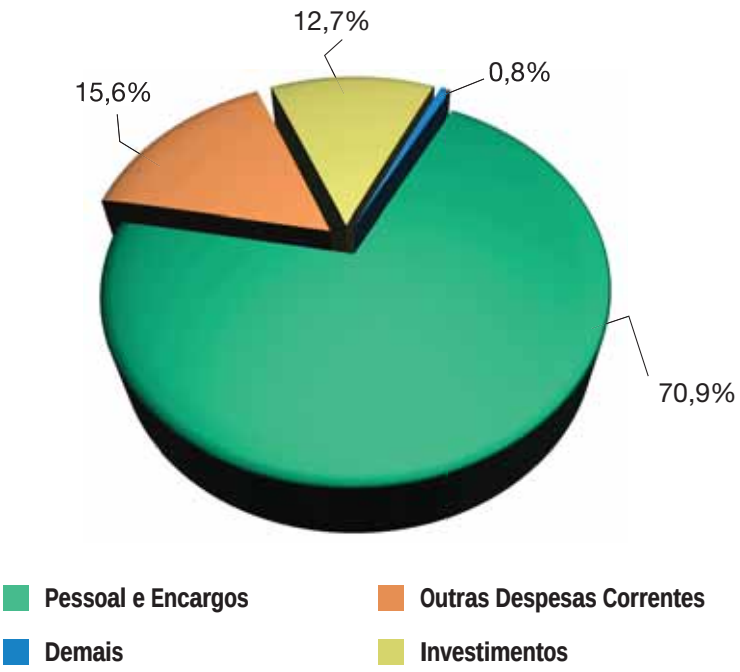
**Gráfico 1- Gastos do MJ por Unidade Orçamentária**




**Fonte: Banco de Dados da Câmara.**
**Elaboração: Secretaria de Planejamento e Investimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP)**

O comportamento dos gastos sob a ótica do grupo de natureza de despesa (GND) esclarece que mais de 85% dos recursos estão concentrados em despesas correntes, fato explicado pelo volume de recursos comprometidos com a manutenção das funções inerentes ao MJ, especialmente, os 11.450 integrantes da Polícia Federal e 9.738 membros da Polícia Rodoviária Federal. O percentual de investimentos, de 12,7%, esteve concentrado no apoio à criação de vagas nos estabelecimentos penais estaduais, na implantação da infra-estrutura de suporte à segurança dos jogos Pan-americanos, no reaparelhamento das instituições de segurança e na execução do Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pro-Amazônia).

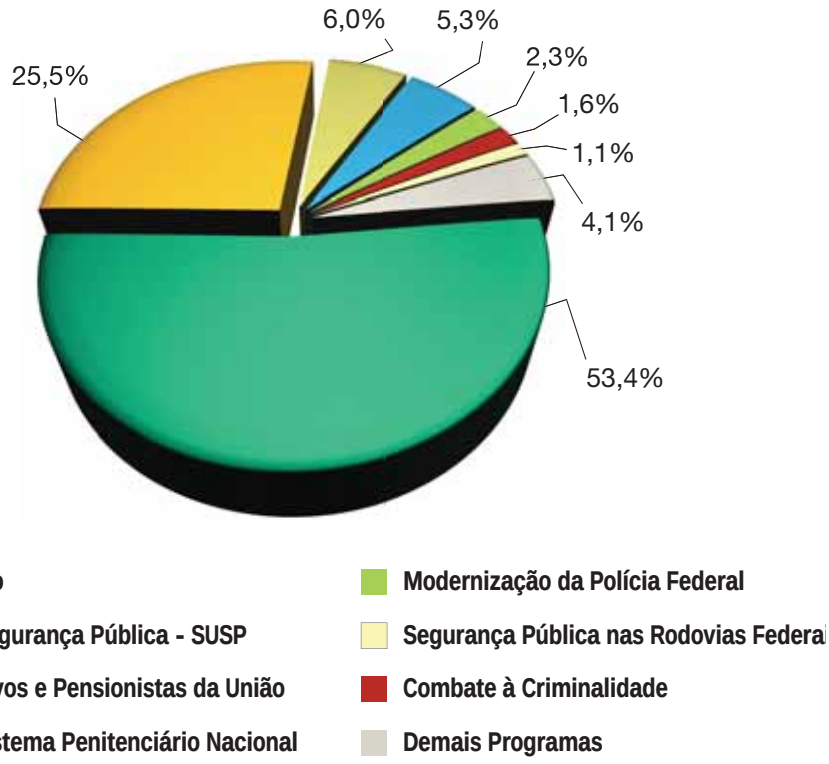
**Gráfico 2- Gastos do MJ por Grupo de Natureza de Despesa (GND)**




**Fonte: Banco de Dados da Câmara.**
**Elaboração: SPI/MP**

A leitura dos gastos por programa reforça a afirmação constatada na análise do gráfico anterior na medida em que quase 80% dos recursos do MJ foram executados nos Programas de Apoio Administrativo e Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Tal fato se explica pela manutenção dos 27.881 servidores vinculados ao MJ, além dos 17.385 inativos.

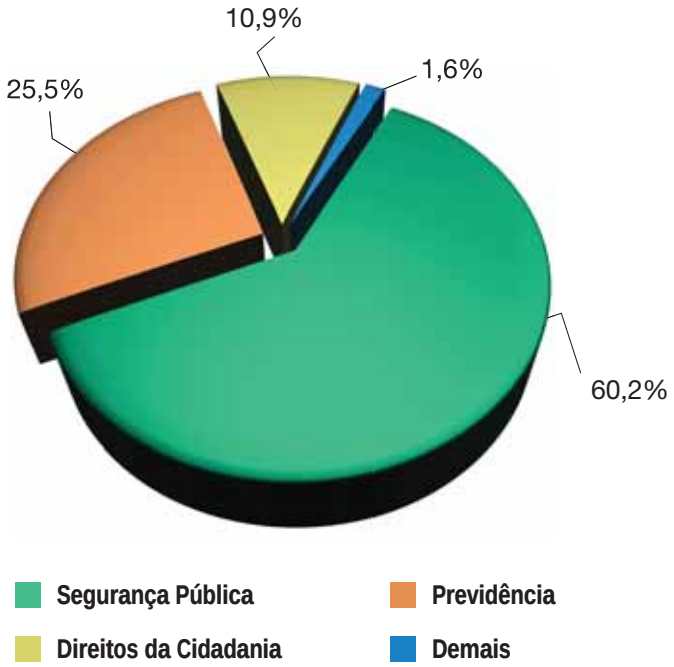
**Gráfico 3- Gastos do MJ por Programa**




**Fonte: Banco de Dados da Câmara.**
**Elaboração: SPI/MP**

Por outro lado, o gasto observado pela ótica da função informa que a maioria dos recursos, apesar de estar em programas de outros órgãos, estão relacionados à segurança. Dentre os gastos classificados na função segurança pública (62%) destacam-se os recursos dos Programas Apoio Administrativo, Combate à Criminalidade, Segurança Pública nas Rodovias Federais, SUSP, Modernização da Polícia Federal e Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal. Dentre os recursos classificados na função direitos da cidadania (10,9%), destacam-se os destinados aos Programas Apoio Administrativo, Modernização do Sistema Penitenciário, Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas e Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento.

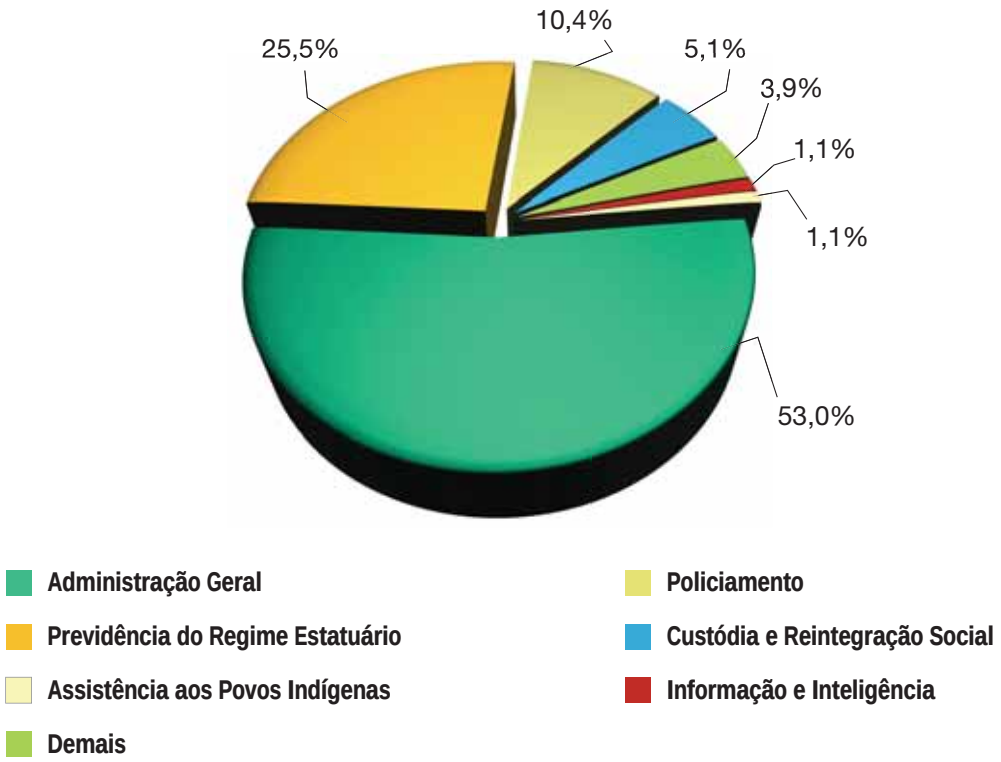
**Gráfico 4 - Gastos do MJ por Função)**




**Fonte: Banco de Dados da Câmara. Elaboração: SPI/MP**

Por fim, a análise mais detalhada, por subfunção, confirma as observações anteriores relacionadas aos gastos com manutenção e previdência e mostra que a maioria dos gastos finalísticos está nas subfunções policiamento, custódia e reintegração social. Na subfunção policiamento estão concentradas as ações finalísticas e a modernização das duas polícias, além das ações do SUSP. Por outro lado, na subfunção custódia e reintegração social, estão compreendidos os gastos do Programa Modernização do Sistema Penitenciário.

**Gráfico 5 - Gastos do MJ por Subfunção)**




**Fonte: Banco de Dados da Câmara. Elaboração: SPI/MP**

As informações sobre localizadores não permitem compreender a distribuição espacial dos gastos, uma vez que 96,1% dos gastos foram executados no localizador nacional.

# ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

## OBJETIVO

Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça.

## PÚBLICO-ALVO

Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial gratuita.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.084.510,00 | Empenho Liquidado: | R$ 40.721.082,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 40.721.082,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. CIDADÃO ASSISTIDO COM PRESTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 98.970
**Índice previsto ao final do PPA:** 180.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Apesar do indicador ser número de cidadãos assistidos, a Defensoria Pública da União (DPU) trabalha com outro indicador, inserido na última revisão do PPA, o indicador de quantidade de atendimentos. Isso porque uma pessoa pode demandar diversas vezes aos profissionais da Defensoria. Dessa forma, ao se considerar somente o número de cidadãos assistidos não se consegue medir a produtividade do Programa.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A DPU é uma instituição estatal próxima à sociedade e assume uma posição pró-ativa em relação às demandas que recebe. O Programa objetiva oferecer ao cidadão que não tenha condição de pagar os honorários de um advogado e as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família; oportunidade de acesso à Justiça, contribuindo para a sua democratização, em especial, para a prevenção da violência e para assegurar o exercício da cidadania. A consolidação do Programa mediante orientação jurídica, disseminação de informações sobre direitos e deveres, promoção de conciliações, prevenção da violência, patrocínio de causas e defesa jurídica, proporciona grande impacto na transformação social.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 227 mil atendimentos realizados;
- 2.124 atendimentos por meio da Defensoria Itinerante;
- Inauguração de novas unidades da Defensoria nas cidades de Cuiabá (MT), Palmas (TO) e Boa Vista (RR);
- Implantação do Processo Eletrônico de Assistência Jurídica (e-PAJ), sistema de informações capaz de fornecer diversos relatórios gerenciais que permitem à direção da Defensoria avaliar o desempenho das unidades.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa tem contribuído para o fortalecimento das unidades da Defensoria já existentes e implantação de novas, de forma que os cidadãos de todas as capitais e das localidades com baixo índice de desenvolvimento humano estejam cobertos. Considerando-se que o obstáculo à prestação jurisdicional constitui fator prejudicial ao próprio Estado Democrático de Direito, a DPU ampliou a prestação dos serviços, oferecendo assistência jurídica e judiciária, em caráter integral e gratuito, aos cidadãos que vivem em regiões afastadas, por meio de projetos que garantem a promoção da cidadania à parcela mais carente da população.

Os resultados alcançados pelo Programa em 2006 estiveram dentro do previsto, principalmente, quando se consideram as restrições, principalmente, relacionadas à escassez de recursos orçamentários e insuficiência de estrutura de apoio operacional. Além disso, outros fatores impediram um número mais elevado de atendimentos como: a greve dos Defensores Públicos; descontinuidade do fluxo de recursos; o contingenciamento que perdurou até o início do quarto trimestre e escassez de recursos humanos, tanto na equipe gerencial, quanto nas unidades que atuam diretamente no atendimento ao cidadão.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho; acompanhamento dos relatórios de avaliação enviados pelas unidades; visitas freqüentes às instalações da Defensoria nos Estados e o recém-criado e-PAJ.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Houve iniciativas das unidades da DPU nos Estados no sentido de efetivar parcerias com instituições não-governamentais. Como exemplo do resultado desse esforço, foi criado o projeto Benefício de Prestação Continuada (BPC), no núcleo de Porto Alegre (RS), uma iniciativa que, por meio de parceria com instituições locais de assistência social, realiza um mapeamento da indigência na cidade, a fim de identificar beneficiários do BPC a serem encaminhados à Defensoria para solicitação formal do direito.

A participação social é promovida por meio da Ouvidoria, que disponibiliza o Disque-Cidadão, a fim de receber reclamações e sugestões sobre o serviço oferecido pela

instituição. Além disso, é realizada pesquisa de satisfação dos usuários, a fim de aferir a percepção que o cidadão tem da qualidade no atendimento prestado, insumos essenciais para que a Defensoria realimente o processo de planejamento das ações.

A instituição foi fortalecida com a nomeação de 130 candidatos aprovados e remanescentes do segundo concurso público de ingresso na DPU, contribuindo decisivamente para ampliação dos resultados do DPU.

**RECOMENDAÇÕES**

- Criar indicadores de resultado de forma a permitir avaliação da satisfação dos beneficiários.

# COMBATE À CRIMINALIDADE

## OBJETIVO

Intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 149.357.693,00 | Empenho Liquidado: | R$ 89.177.187,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 89.177.187,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL

**Unidade de medida:** Ano
**Índice apurado em 2006:** 79
**Índice previsto ao final do PPA:** 78

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice apurado em 2006 encontra-se bem próximo do previsto para o final do PPA, portanto, a viabilidade de se alcançar o índice é muito alta. Apesar disso, entendemos que os atuais indicadores da Polícia Federal, não retratam a diversa gama de atribuições desempenhadas pelo órgão, sendo, portanto inadequados para medição de seu desempenho.

### 2. TAXA DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS NA POLÍCIA FEDERAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 63,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 90

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O expressivo aumento do número de inquéritos policiais instaurados, superior ao crescimento do número de servidores policiais, permite antever que a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA é baixa. O índice previsto para 2006, em

relação à taxa de conclusão de inquéritos, era de 87%, enquanto o atingido foi de 63,6%, o que perfaz, um alcance de 73,1%; valor considerado razoável e praticamente idêntico ao do ano anterior. A alternativa mais eficaz para melhorar o índice é a contratação de novos policiais.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Nos últimos anos, a criminalidade no País aumentou substancialmente na maioria dos seus níveis e modalidades. Tal quadro evidencia-se, não só devido às questões sociais decorrentes dos problemas enfrentados pela economia brasileira, como, principalmente, pela atuação crescente do crime organizado, com fortes reflexos nas taxas de violência e na crescente corrupção nas três esferas de poder. Acresce-se a necessidade de maior rigor no combate a crimes transnacionais como o tráfico de armas e drogas e a lavagem de dinheiro. Outra preocupação são os crimes ambientais (biopirataria, tráfico de animais, poluição hídrica), contrabando e descaminho, crimes pela Internet e a entrada e saída de pessoas sem o devido controle migratório.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Instauração de 52.711 inquéritos policiais para apurar crimes em detrimento de bens, serviços e interesses da União;

- Apreensão de 13.781 kg de cocaína e 163,43 mil quilos de maconha, culminando com o indiciamento de 4.820 pessoas por crimes de tráfico e/ou uso de drogas;

- Fiscalização de 2.070 empresas que produzem, comercializam ou transportam as 146 substâncias químicas controladas pela Polícia Federal. Atuação esta que permitiu a arrecadação de R$ 17 milhões de reais nas diversas taxas cobradas das empresas fiscalizadas;

- Realização de 1.106 operações ou missões de inteligência policial, destacando-se operações que desarticularam organizações criminosas que atuavam em fraudes a licitações em órgãos públicos federais. Dentre essas, destacam-se as 53 operações especiais de combate à corrupção, com a prisão de 933 pessoas, dentre as quais 376 servidores públicos federais, estaduais e municipais, além de políticos e empresários;

- Proteção de 88 depoentes especiais incluídos na iniciativa de proteção a testemunhas;

- Formação de 1.290 policiais federais que ingressaram no serviço público;

- Indenização de 61.682 armas entregues por cidadãos em virtude da Campanha do Desarmamento;

- Aquisição de 1.100 novas viaturas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O desafio de combater a criminalidade, reprimindo o crime organizado, o tráfico de drogas e armas, a lavagem de dinheiro e os delitos perpetrados em detrimento de bens, serviços e interesses da União, tem sido permanente. As operações policiais ostensivas, na sua maioria sustentadas pelas atividades de inteligência, foram realizadas sempre com o objetivo de desarticular maior número de células criminosas, mantendo o conhecimento e o nível de controle das práticas delituosas.

Os resultados alcançados pelo Programa ficaram aquém do previsto. Avaliou-se que o contingenciamento foi a principal restrição enfrentada, impactando decisivamente na execução física de 59,7% em relação à idealizada. Além disso, outros entraves também prejudicaram a execução física, tais como: descontinuidade do fluxo de recursos, atraso na aprovação de créditos adicionais, infra-estrutura inadequada, especialmente, relacionada ao espaço físico, recursos materiais insuficientes e quantidade insuficiente de recursos humanos.

A maioria das ações é executada por meio das unidades descentralizadas após repasse de recursos da unidade central. O bom resultado alcançado na execução dessas ações descentralizadas decorre justamente da atuação dessas unidades estritamente finalísticas, embora seja necessário aprimorar o trâmite das informações sobre a execução física das ações.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões semestrais de trabalho entre o gerente do Programa, coordenadores de ação e demais responsáveis pela implementação do Combate à Criminalidade. Apesar de algumas ações permitirem um acompanhamento informatizado, a maioria das iniciativas do Programa não dispõe de um sistema setorial capaz de fornecer subsídios para monitoramento. As poucas ações dotadas de estrutura para esse acompanhamento não são alimentadas a contento pelas unidades executoras, e aquelas que sequer dispõem de meios para monitoramento têm seus resultados registrados em planilhas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse, tais como organizações não-governamentais e líderes classistas. Determinadas operações policiais para o combate de delitos contra meio-ambiente e pirataria, entre outros, foram decorrentes do espaço concedido aos grupos interessados.

Além dos cursos de formação, foram realizados cursos superior e especial de polícia, necessários para a progressão na carreira policial, além de cursos de capacitação e qualificação nas áreas de representação facial, análise de inteligência policial, combate ao financiamento de organizações terroristas, instrução e manutenção de armamento, defesa pessoal, aperfeiçoamento em planejamento e gestão de operações especiais, operações táticas, dentre outros, num total de 7.688 horas/aula ministradas.

Nos meses de novembro e dezembro, executou-se a totalidade do orçamento reservado para a Ação Capacitação de Profissionais da Rede de Atenção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos, com um grande projeto no aeroporto internacional de São Paulo, em Guarulhos, e apoio à pesquisa Tri-nacional entre Brasil, Suriname e República Dominicana sobre tráfico de pessoas.

Das ações de combate a crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico, iniciadas em 2005, destacam-se as operações Curupira I e II e Ouro Verde, realizadas pela Polícia Federal em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com a participação do Ministério Público Federal (MPF), visando ao desmantelamento de quadrilhas envolvidas na exploração, transporte e comercialização ilegal de madeira, que resultaram na decretação de 197 prisões. O volume estimado de madeira serrada fraudada foi da ordem 1,98 milhão de $m^3$.

**RECOMENDAÇÕES**

- Redimensionar as metas físicas das ações que apresentam erro no PLOA;
- Criar indicadores que permitam aferir os resultados do Programa;
- Capacitar as unidades descentralizadas para alimentação dos sistemas de informação existentes;
- Articular junto ao MJ a implantação do sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (InfraSIG);
- Sugerir que a Ação Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional, do Programa de Modernização da Polícia Federal, migre para o Programa de Combate à Criminalidade.

# COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL

## OBJETIVO

Rastrear e indisponibilizar recursos, existentes no Brasil ou no Exterior, oriundos de atividades criminosas, relacionados com investigações e processos brasileiros e obter sua repatriação.

## PÚBLICO-ALVO

Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário no Brasil e no Exterior

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.473.500,00 | Empenho Liquidado: | R$ 711.420,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 711.420,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. PRAZO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

**Unidade de medida:** Ano
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador não é apurado desde 2003, pois seria insuficiente para medir os resultados, especialmente, em razão da longa duração do processo de recuperação de ativos. A tramitação do pedido de cooperação no departamento não ultrapassa 10 dias, mas os lentos processos judiciais nos diversos ttes inviabilizam a apuração. O prazo total para recuperação de ativos depende do trânsito em julgado de processos judiciais no Brasil ou nos Estados requeridos.

### 2. VOLUME DE RECURSOS INDISPONIBILIZADOS NO EXTERIOR

**Unidade de medida:** R$ mil
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Indicador não apurado, não existem índices de referência e índices esperados. As autoridades estrangeiras não têm confirmado o montante de valores bloqueados em seus países.

**3. NÚMERO DE ACORDOS NEGOCIADOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 2
**Índice previsto ao final do PPA:** 6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice previsto ao final do PPA foi alcançado em 2005. Apesar disso, não é indicador de resultado, tampouco de Programa. O acordo de cooperação jurídica é pressuposto para recuperação dos recursos remetidos ilegalmente ao exterior.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Para o efetivo combate ao crime transnacional organizado é de fundamental relevância lograr a assinatura de acordos com países dotados de rígidos sistemas de proteção bancária e fiscal, onde grande parte do dinheiro, produto de crime, é depositada. Com isso, o governo visa à comunicação de atos processuais, obtenção de provas, localização e identificação de pessoas (físicas e jurídicas) ou bens, execução de pedidos de busca e apreensão, adoção de procedimentos relacionados com a imobilização e perda de bens, restituição e cobrança, multas e a repatriação de recursos.

Assim, é necessário firmar acordos internacionais bilaterais e multilaterais, tendo em vista a limitação do alcance da legislação doméstica para enfrentar esse desafio, uma vez que a Justiça Nacional necessita, constantemente, da cooperação de autoridades judiciárias estrangeiras.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Organização da quarta edição da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (ENCCLA);
- 464 processos de cooperação jurídica em matéria penal com vistas à recuperação de ativos;
- 180 pedidos de rastreamento de ativos no exterior;
- 162 pedidos de bloqueio solicitados para o exterior;
- 22 tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 22 países em tramitação no Congresso Nacional;
- 666 ações penais e inquéritos policiais por lavagem de dinheiro iniciados em 2006;

• 635 agentes capacitados em 231,5 horas/aula, totalizando 15.911 agentes/hora capacitados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em 2006, foram implementadas ações em diversas frentes, como execução ágil da cooperação jurídica internacional no sentido de rastrear, bloquear e recuperar ativos de origem ilícita ou que sejam utilizados para praticar crimes; realização de ações para utilizar a recuperação de ativos como instrumento de combate ao crime organizado; difusão da cultura de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, de recuperação de ativos e de cooperação jurídica internacional; modernização da legislação; realização de ações que promoveram a efetividade da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), e ampliação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional. Ressalta-se que, a partir desta edição, a Estratégia passou a abranger o tema de combate à corrupção, por sugestão de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), passando seu nome para Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, com uma letra C a mais na sigla, alterada para ENCCLA.

Embora os números específicos de cada ação indiquem resultados díspares, com resultados acima e abaixo do previsto, de maneira geral, os resultados alcançados estiveram dentro do programado. As principais restrições que prejudicaram o alcance de metas mais ousadas foram: descontinuidade do fluxo de recursos; atraso na liberação do orçamento; infra-estrutura inadequada, especialmente, relacionada ao espaço físico; quantidade insuficiente de recursos humanos; atrasos internos no Ministério da Justiça (MJ) para a celebração de convênios e contratos e atraso na internalização de acordos de cooperação jurídica internacional.

A meta constante da LOA de capacitar 45 agentes públicos no âmbito do Programa foi superada em 1.411% em virtude de dois motivos: a subestimação da meta na LOA e o estabelecimento de parcerias com entidades não-governamentais.

O indicador Número de Acordos Negociados de Cooperação Jurídica Internacional registra os acordos cujas minutas finais foram rubricadas pelas partes. Foi previsto que três acordos seriam negociados e apenas dois concretizados. O tempo de resposta das autoridades estrangeiras à proposta brasileira foi o principal fator restritivo para não finalização da negociação de um dos acordos, o que poderia ter representado o alcance da meta. Da mesma forma, o golpe de estado na Tailândia e a estratégia de refrear a negociação penal com o Japão e relacioná-la à negociação civil, também impediram a assinatura de outros acordos.

Foram implementadas outras iniciativas voltadas à recuperação de ativos no Território Nacional, como a difusão da informação da utilização da alienação antecipada para a preservação do valor do bem, o Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro, e o projeto do leilão eletrônico.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões mensais do Comitê Gestor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), e por meio do sistema de informações do Conselho de Controle de Atividades Finaceiras (COAF). Aliás, ressalta-se a melhoria na articulação entre o MJ e o Ministério da Fazenda (MF) na implementação da ação de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A realização de edições consecutivas da ENCCLA foi essencial para articular a coordenação das atividades dos parceiros governamentais e não-governamentais no combate ao crime transnacional. Pela segunda vez, a ENCCLA contou com a participação de agentes públicos estaduais e da sociedade civil, representada por organizações não-governamentais da área empresarial e pela primeira vez contou com a participação de representantes do Poder Legislativo Federal. O convênio com o Banco do Brasil possibilitou a implantação do Laboratório de Tecnologias Contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), enquanto a eventual parceria a ser firmada com o Instituto Nacional de Qualidade Judiciária (INQJ) possibilitará a implantação do leilão eletrônico.

A capacitação de agentes públicos envolve a realização de inúmeras e bem- sucedidas parcerias com órgãos educacionais ligados ao público-alvo. Além disso, tanto na ENCCLA, quanto nos demais eventos promovidos no âmbito do Programa, especialmente, os de capacitação, foram aplicados questionários para avaliar a satisfação dos usuários.

A participação de membros da sociedade também foi fomentada quando da elaboração dos anteprojetos de reforma da Lei nº 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro) e da Lei de Cooperação Jurídica Internacional e de Extinção de Domínio.

A implantação do Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (GGI-LD), composto pelos principais órgãos públicos federais e estaduais, Poder Judiciário e Ministério Público, foi considerado uma boa prática de gestão na medida em que conseguiu articular satisfatoriamente atores de diversas naturezas em torno de um objetivo comum. O GGI-LD se reúne periodicamente para acompanhamento da efetividade das metas articulando os diversos atores responsáveis por prevenir e solucionar o problema.

No mesmo sentido, o Comitê Gestor do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para Combate à Lavagem de Dinheiro (PNLD), formado por diversas entidades relacionadas ao tema e com funções de gerenciamento e acompanhamento da qualidade e efetividade das ações de capacitação, além de fomento à participação de novas categorias de agentes públicos, também foi uma prática destacada durante a implementação do Programa, justamente pelo seu caráter não-hierárquico e transversal.

O Brasil firmou tratados de cooperação jurídica em matéria penal com 11 países. Atualmente, acordos com outros 23 países encontram-se em tramitação para aprovação no

Congresso Nacional. Estão aprovados pelo Legislativo Federal e prontos para promulgação acordos com outros três países. Além disso, acordos com mais dois países foram negociados com a participação do DRCI e encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) que, por sua vez, providenciará assinatura e envio ao Congresso Nacional para aprovação.

A quantidade de ações penais e inquéritos policiais instaurados por crimes relacionados à lavagem de dinheiro evoluiu de 384 iniciados, em 2004, para 524 iniciados, em 2005, e 666 iniciados, em 2006, repetindo a tendência de alta verificada em 2003, quando foram iniciadas 224 ações penais e inquéritos. Tais números indicam um resultado da política do MJ na ampliação do combate à lavagem de dinheiro, iniciativa que se consolidou por meio da ENCCLA.

**RECOMENDAÇÕES**

- Avaliar a necessidade de maior aporte de recursos orçamentários para capacitação dos analistas de informação do COAF que trabalham com inteligência financeira;

- Ampliar o número de servidores públicos bacharéis em Direito e especializados em lavagem de dinheiro para o COAF.

# DEFESA DO CONSUMIDOR

## OBJETIVO

Promover a proteção e defesa do consumidor e dos direitos difusos.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores, fornecedores, agências regulatórias, órgãos públicos e entidades civis de defesa do consumidor e de direitos difusos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.490.430,00 | Empenho Liquidado: | R$ 3.805.730,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 3.805.730,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DE PROCONS ESTADUAIS AO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SINDEC

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 70,37
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Há uma viabilidade segura de que o índice previsto para o final do PPA, em 2007, seja alcançado. Corrobora esse quadro o fato de que questões políticas críticas relacionadas à implantação em três Estados estão em fase avançada de solução. O índice esperado para 2006 era de 75%.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os órgãos federais, estaduais e municipais, além das entidades civis de defesa do consumidor, integram o SINDEC e são responsáveis, em seu âmbito de atribuições, pela proteção e defesa do consumidor. Todavia, como a maioria dos consumidores têm dificuldades de acesso à informação sobre os seus direitos e carecem de meios para concretizá-los, cabe à União fortalecer a implantação e consolidação da defesa do consumidor no Brasil.

Como não há hierarquia nas relações entre os órgãos públicos de defesa do consumidor, as entidades estatais promovem a proteção e a defesa do consumidor no

seu âmbito de atribuições, cabendo ao Programa permitir e aprimorar a articulação e a coordenação da política do SINDEC.

Caberá ao Programa, também, implementar políticas e apoiar iniciativas que promovam a proteção de outros direitos difusos, de acordo com as diretrizes legais que regem a atuação do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD). Há uma série de bens e direitos protegidos por lei que não são de titularidade de particulares, mas estão difusos entre a sociedade, considerando essa característica, é necessária a atuação pró-ativa do Estado, tanto no sentido de garantir que eventuais danos sejam reparados quanto no sentido de esclarecer e educar a sociedade a respeito da existência e da importância desses direitos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Integração de nove Estados ao SINDEC;
- Distribuição de 63,9 mil unidades de material informativo sobre defesa do consumidor;
- Capacitação de 531 pessoas no tema direito do consumidor;
- Instauração de 60 processos administrativos relativos à fiscalização e à repressão;
- Análises de 203 produtos para exame da presença de Organismos Geneticamente Modificados (OGM);
- Acompanhamento de 41 processos de chamamento (*recall*).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O principal resultado do Programa foi a implantação do SINDEC em nove Estados, superando a meta física prevista na LOA em 225%. Esse resultado foi atribuído a dois fatores: o sucesso da implantação do SINDEC em outros Estados, o que gerou uma demanda pelo sistema, facilitando a negociação para a sua adesão e o aprendizado acumulado ao longo das primeiras implantações que resultaram na implantação de uma metodologia mais eficiente e eficaz para integração dos Estados.

Os resultados foram considerados satisfatórios apesar de algumas restrições apontadas, tais como: o atraso na execução do orçamento em ano eleitoral; carência de material de informática e carência de espaço físico e falta de recursos para investimento.

Apesar dos ganhos de produtividade obtidos com a realização da correição em anos anteriores, da implantação do SINDEC, e da reestruturação interna por meio da utilização de critérios mais adequados de admissibilidade das demandas, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) atingiu o seu limite de atendimento a novas demandas em virtude da escassez de pessoal.

O monitoramento é realizado sistematicamente por meio de reuniões periódicas de trabalho, relatórios anuais de gestão, acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e do SINDEC.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Além dos benefícios do SINDEC para a sociedade, outro resultado importante derivado da integração foi a publicação simultânea do cadastro estadual de reclamações fundamentadas em 11 Unidades da Federação. Tais cadastros foram consolidados de forma a permitir a publicação do primeiro cadastro nacional de reclamações fundamentadas, em 2007. Outra iniciativa para esse ano diz respeito à municipalização do SINDEC, que apesar de ser liderado pelos Estados-Membros, contará com o apoio da União na capacitação de servidores; em 2006, quatro Estados receberam apoio da União para esse fim.

No eixo da atuação institucional, o DPDC manteve diálogo com representantes de vários setores para tratar de problemas relacionados aos interesses e direitos do consumidor. Destacam-se as reuniões realizadas com a Federação Nacional das Companhias de Seguro (FENASEG), com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), com o Instituto Nacional de Pesos e Medidas (Inmetro), além da atuação do DPDC em mais de 20 comitês temáticos que tratam das mais diversas questões presentes no dia-a-dia do consumidor. No âmbito internacional, foi efetiva a atuação do Departamento no Comitê Técnico nº 7 do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), no Fórum de Agências Governamentais de Defesa do Consumidor da América Latina e na Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena. Destacam-se, ainda, as reuniões bilaterais mantidas com Argentina e México, no sentido de iniciar uma cooperação entre o Brasil e estes países, a fim de beneficiar diretamente os consumidores destas três nações.

O Conselho Federal Gestor do CFDD, única unidade que executa ações com recursos descentralizados no Programa, desenvolveu há três anos uma gestão eficiente de análise, acompanhamento da execução e prestação de contas de convênios. Por isso, o desempenho das ações, cuja execução resulta da assinatura de convênio, tem sido satisfatório.

**RECOMENDAÇÕES**

- Elaborar outro indicador capaz de apurar o grau de proteção dos cidadãos e, em que medida, o trabalho do DPDC contribui para maior proteção nas relações de consumo.

# DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

## OBJETIVO

Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência.

## PÚBLICO-ALVO

Empresas com atuação no Território Nacional, consumidores e agências regulatórias.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.203.785,00 | Empenho Liquidado: | R$ 9.967.036,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 9.967.036,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. PRAZO DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO

**Unidade de medida:** Dia
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 120

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Nos últimos dois anos, como resultado de esforço conjunto adotado pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), obteve-se a consolidação da análise de determinados processos pelo rito sumário e pela análise conjunta, cujo efeito é uma redução maior do tempo médio de instrução e julgamento de atos de concentração no sistema. Apesar disso, não se pode dizer que a viabilidade de alcance do índice é alta, já que a última apuração do indicador é de 2005, quando foi quantificado em 163 dias.

### 2. NÚMERO DE PROCESSOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA JULGADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE)

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 65

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

As considerações feitas com respeito ao indicador anterior são aplicáveis a este.

Adicionalmente, destaca-se que boa parte das iniciativas legislativas e de gestão adotadas buscam conferir maior celeridade na análise de concentração para que haja maior ênfase e aplicação de recursos na investigação e no julgamento de condutas anticoncorrenciais. Apesar disso, não se pode dizer muito a respeito da viabilidade de alcance do índice já que a última apuração é de 2005, quando foram julgados 48 processos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Dadas as tendências de concentração e monopolização dos mercados, faz-se necessário combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência, com o objetivo de garantir o adequado funcionamento dos diversos mercados. O Programa deverá consolidar a defesa da concorrência como pilar da política econômica, superando a fragmentação do SBDC (Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Secretaria de Direito Econômico - SDE, ambos do Ministério da Justiça – MJ e Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda - SEAE/MF), conscientizar as entidades de defesa do consumidor e sociedade civil organizada sobre os instrumentos de defesa da concorrência e regulação; introduzir a concorrência no marco regulatório nacional e implementar ações que visem ao combate à formação de cartéis.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Atuação para expedição de 19 mandados de busca e apreensão para obtenção de provas da configuração de cartéis;
- Celebração de três acordos de leniência;
- Redução do tempo médio de análise dos atos de concentração nos órgãos instrutórios do SBDC, atualmente, em 103 dias, ante os 226 dias registrados em 2002.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados apresentados foram avaliados como acima do esperado, principalmente, quando se consideram as restrições enfrentadas.

Os principais entraves que contribuíram para uma execução física aquém da prevista foram: atraso na liberação do orçamento de 2006; insuficiência de recursos orçamentários; descontinuidade do fluxo de recursos; infra-estrutura física inadequada, especialmente, relativa a espaço físico; escassez de recursos materiais; quantidade inadequada de recursos humanos e morosidade interna ao MJ no trâmite, envolvendo licitações e celebração de contratos.

Dentre essas, destacam-se as restrições orçamentárias e de pessoal. Nos últimos 10 anos da defesa da concorrência no Brasil houve um aumento vertiginoso no volume da demanda recebida pelo SBDC. Por outro lado, a quantidade de recursos humanos e orçamentários permaneceu praticamente inalterada, durante o mesmo período. Não fosse o substancial ganho de produtividade conseguido nos últimos anos, certamente o sistema não conseguiria responder às demandas.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões periódicas de trabalho entre os órgãos que compõe o SBDC; relatórios anuais de gestão, e acompanhamento do Sistema de Gestão Documental do Ministério da Justiça (MJDOC) e do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Destaca-se, na implementação do Programa, o relacionamento institucional entre o MJ, MF e o CADE. O sucesso é atribuído à divisão de trabalho estabelecida em Lei e ao esforço empreendido para elevar o grau de coordenação entre as ações executadas nos dois Ministérios. Entretanto, argumenta-se que o modelo de gestão do PPA deveria admitir uma gerência colegiada para o Programa.

A coleta de informações dos beneficiários e da sociedade é realizada por meio de consulta pública, que precede a elaboração do relatório anual de gestão. Além disso, quando da propositura de análise de atos de concentração, de condutas, bem como da proposição de regulamentação para a atuação dos órgãos do SBDC, são realizadas consultas públicas para que os interessados possam se manifestar. Invariavelmente, diversas sugestões apresentadas nessas consultas são incorporadas aos instrumentos propostos pelo sistema.

Dada a natureza do problema que o Programa espera solucionar, a possibilidade de participação social é pequena, quando se pensa em uma abordagem ampla. Entretanto, em casos específicos é possível a manifestação de qualquer ator social em praticamente todos os processos que tramitam no SBDC, seja ele individual ou corporativo. Freqüentemente, manifestações dessa natureza acontecem durante a instrução dos processos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A principal prática passível de disseminação foi a implantação de uma rotina de diálogo sistemático entre técnicos que atuam nos três órgãos do SBDC, com o objetivo principal de eliminar a execução repetida e irracional de determinadas tarefas. A iniciativa resultou em notáveis ganhos de produtividade, bem como melhora na qualidade das análises e instruções processuais realizadas.

Apesar da dificuldade na mensuração, é notável o aumento do interesse no cumprimento da legislação brasileira de defesa da concorrência por parte das empresas. Tal fato pode ser comprovado mediante a criação de setores especializados no tema em grandes escritórios de advocacia.

**RECOMENDAÇÕES**

- Avaliar a possibilidade de aumentar o orçamento destinado ao Programa, principalmente, por meio de reestimativa das receitas próprias do CADE;
- Elaborar indicador de resultado para o Programa;
- Apurar os atuais indicadores.

# DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

## OBJETIVO

Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.

## PÚBLICO-ALVO

Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de rodovias federais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 65.940.328,00 | Empenho Liquidado: | R$ 52.398.275,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 52.398.275,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 56,12
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

É a primeira aferição do indicador e, até então, não havia parâmetro para estipular o índice ao final do PPA. Com a primeira medição realizada em 2006, é factível atingir a meta de 60% neste indicador.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa existe em razão da necessidade de modernização das estruturas policiais, de forma a fazer frente às crescentes e audaciosas investidas do crime organizado. No caso específico da Polícia Rodoviária Federal, deve haver a preocupação em garantir a infra-estrutura necessária e suficiente para proporcionar segurança ao tráfego de pessoas e mercadorias por meio das rodovias e estradas federais. As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do Departamento da Polícia Rodoviária Federal - DPRF) são originárias do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60

e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. É preciso desenvolver ações capazes de reverter este quadro estacionário, sendo que a estrutura existente já apresenta sintomas de depreciação crônica, podendo atingir níveis inviáveis de recuperação, obstruindo sobremaneira a execução dos serviços e o pleno atendimento à sociedade. Dessa forma, o Programa tem como principais iniciativas:

a) construção e conservação de unidades operacionais;
b) aquisição e desenvolvimento de instrumentos e mecanismos capazes de prover as atividades administrativas e policiais de estrutura de telecomunicação e rede de comunicação de dados.

Por meio das adequações propostas, tem-se como objetivo precípuo um melhor atendimento ao usuário, proporcionando-lhe instalações adequadas e cômodas durante os atendimentos realizados, bem como proporcionar um ambiente mais seguro para a circulação de mercadorias, pessoas e escoamento da produção nacional, contribuindo para o crescimento econômico sustentável do País.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Aquisição de 479 novos veículos, especialmente, 18 ambulâncias e oito caminhões prancha;

• Informatização dos 395 postos da Polícia Rodoviária Federal e ampliação do sistema de rádio comunicação por meio da instalação ou substituição de 36 torres de comunicação, o que significa uma ampliação de, aproximadamente, 38%;

• Melhoria das condições físicas das instalações mediante reformas em 86 postos de fiscalização (aproximadamente 22,3% do total de postos); além disso, foram reformadas 23 delegacias, 10 sedes das unidades regionais e construídos oito poços artesianos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O ano de 2006 foi especialmente proveitoso para a Polícia Rodoviária Federal no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do órgão. Foram adquiridos diversos equipamentos e realizadas várias obras que irão contribuir para o melhor desempenho dos policiais em suas atividades rotineiras. O foco principal das intervenções foi corrigir o *deficit* de infra-estrutura encontrado atualmente nos imóveis da Polícia Rodoviária Federal, permitindo condições mais adequadas de trabalho e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Embora a execução tenha sido inferior ao previsto na Lei Orçamentária, o balanço anual foi positivo.

Nas principais ações do Programa, houve um índice muito bom de execução das metas. Os números só não foram melhores por indisponibilidade de limite orçamentário e financeiro. Além disso, outras restrições prejudicaram o desempenho, tais como: descontinuidade do fluxo de recursos; atraso na liberação dos recursos; insuficiência de recursos materiais; comprometimento de recursos financeiros com restos a pagar em todas

as ações e quantidade inadequada de recursos humanos, especificamente para monitorar as ações do Programa.

Os recursos previstos foram insuficientes em algumas ações e contingenciados em outras. A Ação Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária Federal foi a única que não teve problemas quanto a orçamento previsto na LOA, entretanto, o recurso é insuficiente. Os créditos suplementares concedidos por lei, necessários para a Ação de Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação foram aprovados, mas não houve a liberação de limite de empenho para utilização.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões periódicas para acompanhamento do desempenho físico das ações, envolvendo os coordenadores de ação, gerente executivo e membros da equipe de execução e planejamento do órgão que utilizam dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para acompanhamento. Além disso, é elaborado relatório anual de gestão, contendo todas as informações sobre as metas das Ações e do Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A comunicação com a sociedade é feita por meio do sítio institucional da Polícia Rodoviária Federal. Muitas das sugestões enviadas pelos usuários foram implantadas, aprimorando a comunicação com a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento do órgão.

# IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

## OBJETIVO

Garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedades indígenas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 330.762.303,00 | Empenho Liquidado: | R$ 323.969.381,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 323.969.381,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE FAMÍLIAS INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 10

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Permanece a ressalva para que o indicador proposto pela Fundação Nacional do Índio (Funai) seja reconstruído, em função da dificuldade na mensuração. O indicador nunca foi apurado.

### 2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE TUBERCULOSE BACILÍFERA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 81,8

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) nunca informou os índices apurados.

**3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL ENTRE CRIANÇAS INDÍGENAS MENORES DE 1 ANO**

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 23

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
A Funasa nunca informou os índices apurados.

**4. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA PARASITÁRIA DE MALÁRIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA**

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 23

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
A Funasa nunca informou os índices apurados.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Cabe ao Estado brasileiro, por meio da Funai, o efetivo cumprimento do Art. 231 da Constituição Federal que trata da garantia dos direitos dos povos indígenas à terra, à sua organização social, aos costumes, à língua, à crença e às tradições. Hoje essas garantias deveriam se materializar no atendimento de uma população estimada de 440 mil índios habitantes de 600 terras indígenas que ocupam quase 12% do Território Nacional, enfrentando em sua grande maioria uma acelerada e complexa transformação social, e tendo que buscar novas respostas para sua sobrevivência física e cultural, de forma a garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida.

As frentes de expansão da sociedade nacional e o adensamento das populações não-indígenas no Brasil causam uma proximidade e um contato cada vez mais freqüente com as populações indígenas sujeitas a situações de risco para as quais não estão preparadas. Esse contato está acarretando uma perda inestimável do patrimônio cultural indígena. O Programa reflete o anseio de lideranças, professores e anciãos indígenas, e busca garantir aos índios o exercício pleno da cidadania e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas;
- Capacitação de 2.168 representantes de 36 etnias em políticas públicas de educação e participação nas instâncias de controle social;
- Construção de 70 moradias para quatro comunidades indígenas;
- Instalação de nove casas de cultura;

- Capacitação em associativismo para 534 índios, beneficiando 2.540 famílias;
- Ações de saneamento: benefício a 93.143 indígenas, em 421 aldeias localizadas em 196 Municípios.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em 2006, o governo trabalhou para aprimorar a participação dos povos indígenas na definição das intervenções no setor e na formulação e execução das políticas direcionadas aos índios. Prova disso foi a realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas, que contou com a presença de representantes de 173 etnias e de diversas organizações não-governamentais. No total, 900 delegados indígenas indicados por suas próprias comunidades estiveram presentes no primeiro fórum indígena nacional realizado na história do País. As recomendações e conclusões extraídas serão a base para a revisão do Estatuto do Índio e apontarão as diretrizes para uma nova política, com participação mais ampla das diferentes agências de governo, assim como das organizações indígenas.

As ações do Programa são desempenhadas pelos Ministérios da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Esporte (ME) e Funai, que também é responsável pela coordenação do conjunto das ações. Apesar do esforço no gerenciamento do Programa, as avaliações anuais demonstram a necessidade de que sejam tomadas providências no sentido de superar as restrições à implementação do modelo de gestão e a suficiência dos recursos para cumprimento das metas físicas. A despeito das inúmeras instituições governamentais que atuam na temática indigenista, ainda há uma desconexão entre suas atuações, carecendo de uma instância político-institucional supraministerial que coordene os trabalhos.

A execução física cotejada com a prevista na LOA foi boa, bem como a execução dos recursos disponíveis, superior a 97%. Entretanto, os recursos disponíveis são insuficientes para atender a demanda e impactam decisivamente na baixa capacidade de atendimento ao público-alvo, principalmente, no que se refere à prestação de assistência social. Como corolário, vários índios sobrevivem de mendicância, em péssimas condições sociais, convivendo com a desnutrição e um índice ainda alarmante de mortalidade infantil. Além da restrição orçamentária, também foram óbices ao melhor desempenho do Programa os seguintes fatores: insuficiência de recursos materiais; infra-estrutura inadequada; quantidade inadequada de recursos humanos, principalmente, nas unidades da Funai; baixa qualificação dos recursos humanos; dificuldades operacionais na celebração de contratos e convênios, bem como na realização de licitações.

Em 2004, foi realizado concurso público para preenchimento de 70 vagas na Funai. Entretanto, o número de cargos autorizados é insuficiente para que o órgão esteja preparado para cumprir com as suas atribuições legais. Não bastasse isso, como não há uma política salarial isonômica no Governo Federal, observa-se um alto índice de abandono na Funai. Assim que logram aprovação em outros concursos, os novos servidores se desligam do órgão em virtude dos baixos salários.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho, visitas às administrações regionais e postos indígenas, acompanhamento do Sistema de Informação Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que nem sempre é alimentado pelos coordenadores das ações que não estão sob responsabilidade da Funai, e relatórios de gestão. Algumas ações são monitoradas por meio de relatórios periódicos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os Conselhos Locais de Saúde e os Conselhos Indígenas Regionais atuam de maneira a contribuir no cumprimento da execução das metas estimadas, em função das discussões e tomadas de decisões quanto às ações referentes à educação escolar diferenciada e à saúde dos povos indígenas. Há, ainda, casos esporádicos de participação por meio das instituições não-governamentais na execução dos eventos de capacitação. A participação social é aferida por meio de audiência pública, reuniões com grupos de interesse, discussões nos conselhos locais temáticos e, principalmente, mediante a realização da Conferência Nacional. O desempenho das ações implementadas em conjunto com as comunidades indígenas é apontado como superior ao das demais.

Apesar disso, não existe ainda um canal reservado para coletar informações, ou realizar uma pesquisa formal sobre a satisfação dos beneficiários. Atualmente, o único instrumento de avaliação que se tem é a percepção dos técnicos da Funai. E, nesse sentido, percebe-se uma insatisfação generalizada dos indígenas com o governo.

Destacam-se, ainda, os seguintes resultados:

a) normatização do apoio financeiro da Funai a estudantes indígenas fora das aldeias;
b) manutenção de 15 instrumentos jurídicos com instituições de ensino superior públicas e privadas, no sentido de conceder auxílio financeiro para 1.710 indígenas se manterem no ensino superior;
c) início da pareceria com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) a fim de realizar levantamento do padrão de consumo de álcool e outras drogas e sensibilização para terapia comunitária em comunidades de cinco diferentes etnias das cinco macros regiões brasileiras;
d) criação de metodologia para a avaliação dos objetivos e metas do capítulo de educação indígena constante do Plano Nacional de Educação (PNE);
e) formação de 197 professores indígenas, alunos da 1ª Turma do Curso de Licenciatura Específica, realizado em parceira através do Convênio entre a Funai e a Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat).

**RECOMENDAÇÕES**

- Realizar concurso público e criar o plano de carreira para os servidores da Funai;

- Articular junto ao Ministério da Justiça (MJ) a criação do sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (Infrasig);

- Realizar reuniões do Comitê Gestor do Programa, envolvendo os coordenadores de ação;

- Solicitar à Funasa informações sobre os indicadores do Programa, bem como reformular o indicador de Taxa de Famílias Indígenas em Situação de Vulnerabilidade Social;

- Melhorar a articulação entre a gerência, sob responsabilidade da Funai, e os executores das ações, especialmente, o MS e o MEC;

- Prestar informações sobre a Ação de Atendimento Básico em Saúde, que concentra a maioria dos recursos do Programa;

- Desenvolver um canal adequado de coleta de informações sobre a satisfação do público-alvo.

# MIGRAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS

## OBJETIVO

Formular e implementar a política governamental referente à regularização migratória.

## PÚBLICO-ALVO

Estrangeiros e brasileiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 880.820,00 | Empenho Liquidado: | R$ 219.683,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 219.683,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. NÚMERO DE PROCESSOS DECIDIDOS

**Unidade de medida:** Unidade por ano
**Índice apurado em 2006:** 47.169
**Índice previsto ao final do PPA:** 53.100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O número apurado indica o somatório de processos decididos anualmente no Departamento de Estrangeiros (DEEST). Dessa forma, pretende-se verificar o impacto do investimento na melhoria da qualidade no atendimento ao cidadão, analisando o número de processos decididos. Em 2006, o índice alcançado ficou 2,34% aquém do previsto, que era 48.300 processos decididos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de promover o controle do fluxo migratório e assegurar os direitos dos estrangeiros residentes no País.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atendimento a 37.321 demandas pela Central de Atendimentos, dentre consultas telefônicas, pessoais ou eletrônicas (correio eletrônico);

• Implementação de parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com objetivo de fortalecer institucionalmente o DEEST e propor uma política migratória internacional para o País;

• Modernização do DEEST, resultando no incremento de 7,58% no número de demandas ou solicitações atendidas em relação ao ano de 2005. Foram solucionados 25.258 procedimentos referentes à naturalização, 19.803 à permanência de estrangeiros e 1.812 a medidas compulsórias relativas a extradições, deportações, expulsões e transferência de pessoas condenadas, este último de caráter essencialmente humanitário;

• Desenvolvimento do projeto de implantação do Centro de Memória da Imigração no Brasil, cujo objetivo é tornar disponível ao público, após tratamento museológico e de restauração, o acervo de registros históricos do DEEST;

• Negociação de nove acordos internacionais e assinatura de outros quatro, nas áreas de extradição, regularização migratória e transferência de pessoas condenadas. Intensificação da integração com os Estados do Mercosul, mediante a assinatura de acordos de cooperação bilateral com Argentina e Uruguai, a fim de facilitar a regularização dos nacionais dos respectivos países que estejam em território estrangeiro;

• Manutenção do convênio com a organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro para auxílio na manutenção de refugiados no Brasil. O quantitativo de refugiados reassentados cresce anualmente. Os 208 atuais são significativamente superior aos 25 registrados em 2003. A maioria encontra-se no Estado de São Paulo. O número de refugiados reconhecidos, vítimas de perseguições em seus países, segue a mesma tendência de crescimento, passando de 2.884, em 2002, para 3.311, em 2006.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os principais resultados expressos na Lei Orçamentária Anual foram alcançados apesar da indisponibilidade de utilização dos recursos oriundos de crédito suplementar, aprovados somente em dezembro de 2006. Entretanto, o atraso e a insuficiência de recursos inviabilizaram o alcance de metas mais ousadas previstas no planejamento estratégico do DEEST. Não houve prejuízo na execução em decorrência da liberação de recursos financeiros, mas sim em razão da insuficiência destes.

Identificou-se insuficiência de recursos materiais, o que prejudica a implementação das ações, principalmente, computadores necessários à instrução e à análise dos processos administrativos. Também foi apontada a carência quantitativa e qualitativa referente aos recursos humanos. Todo o trabalho no departamento é executado por três pessoas. Diante do cenário, seriam necessários pelo menos mais nove servidores com graduação em direito nas equipes executoras.

O Programa possui apenas uma ação com recursos descentralizados que se destina a apoiar projetos de instalação de albergues para o atendimento e acolhimento de refugiados. Os resultados foram positivos apesar da dificuldade na prestação de contas por parte das

organizações parceiras e, posteriormente, na análise do documento no âmbito do DEEST. A despeito disso, o Brasil se mantém como referência mundial no tema refúgio, motivo pelo qual a ação se mantém, tendo ampliado significativamente seus recursos orçamentários para 2007.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho mensais, relatórios anuais de gestão, visitas às duas instituições conveniadas, e acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A central de atendimento contempla uma Ouvidoria destinada a receber denúncias e sugestões relativas aos serviços prestados pelo DEEST. Apesar disso, a participação social não teve grande impacto nos resultados do Programa, uma vez que a central foi utilizada prioritariamente como fonte de consulta de processos e não como Ouvidoria.

# MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

## OBJETIVO

Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 236.386.869,00 | Empenho Liquidado: | R$ 167.460.084,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 167.460.084,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA FEDERAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:**
**Índice previsto ao final do PPA:** 5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A gerência do Programa não apura o índice tal como ele foi concebido, por entender que, da forma como está, não é possível aferir os resultados. Apesar disso, utiliza-se de outros instrumentos gerenciais para tentar aferir a efetividade do Programa.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Polícia Federal é responsável pelas atividades de polícia judiciária da União e gerencia o Programa de Modernização com o intuito de reduzir as deficiências de meios, principalmente, as relacionadas aos sistemas de telecomunicações, ao reaparelhamento do setor de polícia técnica, ao segmento de transportes e à construção, à ampliação, à reforma e à modernização de suas instalações físicas, de forma a minimizar as vulnerabilidades para o adequado cumprimento de suas atribuições constitucionais.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Implementação do sistema AFIS Criminal, que serve como base nas ações de identificação criminal do Brasil;

- Aquisição de estações fixas e táticas (móveis) do TETRAPOL (sistema digital, criptografado), além de 2.000 aparelhos portáteis, permitindo transmissão de voz e dados de forma segura;

- Aquisição de material de informática para a realização de exames periciais referentes aos crimes cibernéticos;

- Reforma e adequação em 24 setores técnico-científicos nos respectivos Estados, além do Instituto Nacional de Criminalística (Inc);

- Emissão de 989,7 mil Passaportes Comuns Brasileiros;

- Reforma e modernização da Academia Nacional de Polícia, do edifício-sede do Departamento da Polícia Federal, bem como das unidades do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Roraima, Ceará, Rio Grande do Norte e Guairá no Paraná;

- Ampliação das sedes no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Maranhão.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física foi considerada inferior a 40% do previsto na LOA, apesar da execução orçamentária de 70%. A justificativa para o descompasso está no fato de que, em algumas ações, as metas estabelecidas na Lei Orçamentária foram superestimadas.

O resultado aparentemente ruim não foi considerado negativo, haja vista a superveniência do contingenciamento e a tardia liberação dos recursos financeiros, culminando com a execução parcial de atividades de construção, ampliação, reforma e modernização realizadas praticamente no final do ano. Por conseguinte, o impacto dessa modernização somente será percebido na apuração física do exercício de 2007. Além disso, também foram óbices à implementação os seguintes fatores: descontinuidade do fluxo de recursos; infra-estrutura inadequada e quantidade insuficiente de recursos humanos; dificuldade em capacitar servidores; quantidade inadequada e qualificação insuficiente de recursos humanos; dificuldade na obtenção de créditos adicionais; dificuldades na implementação de licitações e celebração de contratos, especificamente em relação ao Sistema de Informatica e Telecomunicacoes da Policia Federal (Promotec/Pró-Amazônia).

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões de trabalho; acompanhamento do Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa não conta com a participação direta da sociedade, todavia ela é a beneficiária final da modernização do órgão, uma vez que os recursos investidos na instituição se traduzem em melhoria no serviço prestado à população.

**RECOMENDAÇÕES**

- Rever o indicador, pois na revisão passada, o MJ desenvolveu uma fórmula extremamente complexa para atualizar o indicador. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) rejeitou a proposta tendo em vista a complexidade para sua apuração;

- Alterar o público-alvo do Programa para Departamento de Polícia Federal;

- Sugerir a migração da Ação - 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional para o Programa de Combate à Criminalidade.

# MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL

## OBJETIVO

Gerar vagas em estabelecimentos penais e promover a reintegração da pessoa presa e do internado à sociedade.

## PÚBLICO-ALVO

Pessoas presas, internadas e egressas de estabelecimentos do Sistema Penitenciário Nacional e seus dependentes.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): 330.970.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 302.696.956,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 302.696.956,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. *DEFICIT* DE VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 144
**Índice previsto ao final do PPA:** 130

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Observa-se uma variação negativa do valor do indicador, ao compararmos os exercícios de 2004, 2005 e 2006. No período de dezembro/04 a dezembro/06, a população prisional (considerado apenas o sistema penitenciário) cresceu 29,26%, enquanto a lotação padrão, ou seja, o número de vagas existentes no sistema penitenciário, cresceu 17,83%. Tal fato indica que o volume de recursos disponíveis para o Programa é insuficiente frente ao enorme *deficit* de vagas do Sistema Penitenciário. Com o atual volume de recursos aplicados e transferidos aos Estados é pouco provável uma melhora no indicador, aproximando-o de 1.

### 2. COEFICIENTE DE REINCIDÊNCIA CRIMINAL

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 620

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador não foi apurado, uma vez que as informações inseridas pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen) ainda são insuficientes para o cálculo do índice.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Programa destina-se a atender, primordialmente, aos reclamos da sociedade no combate à violência e na redução dos índices de criminalidade, perseguindo níveis satisfatórios de segurança pública, tratando o cidadão infrator de forma a reconduzi-lo aos valores morais, sociais e éticos, que lhe confira igualdade de oportunidade, no seio da sociedade, ao final do cumprimento da sentença penal.

A modernização do sistema penitenciário passa, necessariamente, pela arquitetura e destinação classificatória dos estabelecimentos penais, separando os presos em matéria de periculosidade e permissionando a individualidade aos regimes de cumprimento e de progressão da pena, passando por um método de tratamento do cidadão, por tipo de estabelecimento, para finalizar com a inclusão da população carcerária no rol das políticas públicas de atenção ao cidadão.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Consolidação de um sistema penitenciário administrado pelo Governo Federal com a inauguração de dois presídios, em Catanduvas (PR) e Campo Grande (MS), sendo que este só começou a funcionar em 2007. Continuidade nas obras em Mossoró (RN) e Porto Velho (RO);

- Entrega de 6.992 vagas fruto de convênios celebrados em anos anteriores e repasse de recursos relativos à futura criação de 7.720 vagas nos Estados;

- Fomento da aplicação de penas e medidas alternativas: cerca de 170 mil penas e medidas alternativas estão sendo cumpridas, envolvendo 39 centrais, 56 núcleos de apoio no interior dos Estados e sete varas judiciais especializadas;

- Consolidação de uma política pública de educação em serviços penais de caráter permanente e articulada com as Unidades da Federação mediante o financiamento de cinco escolas penitenciárias, além de criação do Cadastro Nacional de Especialistas no Conhecimento e no ensino dos temas da execução penal.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Grande parte dos recursos do Programa é executada via convênio com Estados e entidades privadas sem fins lucrativos. Por outro lado, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) é responsável direto pela implementação do sistema penitenciário federal, que já está cumprindo com o objetivo de custodiar líderes do crime organizado, socorrendo os Estados e desmantelando a estrutura para realização de rebeliões e prática de outros crimes.

De forma geral, a execução física esteve dentro do previsto no início do ano, e a execução financeira foi de, aproximadamente, 92%. As Ações Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais, Apoio à Implantação e ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias e Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas superaram a meta prevista. As demais ações se comportaram dentro do esperado, apesar de algumas distorções na previsão inicial. A Ação Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais, por exemplo, apresentou um custo médio previsto equivocado de R$ 500 mil por reforma, quando o valor médio executado foi muito superior, chegando a R$ 1,5 milhão.

Além da insuficiência de recursos frente à magnitude do *deficit* de vagas no sistema, outras restrições impediram um resultado melhor, a saber: insuficiência de recursos materiais, tais como equipamento de informática e mobiliário em geral; infra-estrutura inadequada, carência de espaço físico; quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras, 76% dos servidores são terceirizados, com perda natural de produtividade, pelo impedimento de acesso aos sistemas informatizados que exigem senhas; qualificação insuficiente dos recursos humanos; atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios; dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes e a superveniência de algumas ações judiciais impetradas contra a construção de unidades penais, principalmente, nos Estados do Paraná e de São Paulo, acarretando atraso na execução das obras.

O desempenho das ações executadas com recursos descentralizados foi alto, apesar das restrições. Caixa Econômica Federal (CEF), mandatária que viabiliza a execução das ações de apoio aos Estados; Ministério da Saúde (MS), responsável por implementar a atenção básica ao preso nos termos do Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário; Ministério da Educação (MEC), responsável por elevar o nível de escolaridade dos apenados e egressos do sistema penitenciário e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que implementa o atendimento às mulheres em situação de violência, implementaram com sucesso os recursos dos quais dispuseram.

O monitoramento varia de acordo com a ação. A Ação Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais é monitorada por meio da CEF, que foi contratada para realizar a fiscalização das obras de construção das Penitenciárias Federais. Já nas Ações Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais e Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais a CEF, no papel de mandatária do DEPEN para a execução da ação, passou a realizar um trabalho mensal de fiscalização nas obras financiadas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). As demais ações são monitoradas por meio de um plano de monitoramento e avaliação do DEPEN, que ainda não conta com um sistema de informações gerenciais.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Destaca-se o fortalecimento de parcerias interministeriais que melhoram o desempenho do Programa. As parcerias estabelecidas foram as seguintes:

a) MS: implantação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. São 140 equipes cadastradas em 10 Estados, promovendo o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos. Cada equipe possui médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo e auxiliares de enfermagem e de consultório dentário;
b) MEC: assinatura de protocolo de intenções visando à alfabetização e à elevação de escolaridade da população presa e egressa. A Resolução nº 23/2005 do Programa Brasil Alfabetizado consolidou a população prisional como um de seus públicos prioritários. Os alfabetizadores atuantes no sistema penitenciário recebem incentivos específicos e a abordagem metodológica é diferenciada. São 5.954 alfabetizandos matriculados em 20 Estados e no Distrito Federal. A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) incorporou o tema da educação prisional na agenda de duas iniciativas internacionais das Nações Unidas: a Educação para Todos e a Década das Nações Unidas para a Alfabetização;
c) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): assinatura de termo de referência com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para a promoção de ações conjuntas voltadas à inclusão de presos, egressos e seus familiares em iniciativas de economia solidária, oferecendo uma alternativa de trabalho e renda;
d) Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA): articulações para capacitação profissional em temas como desenvolvimento rural sustentável, técnicas agropecuárias, agroindústria e agricultura familiar. Os primeiros pilotos dessa idéia, denominado de Projeto Nascer da Terra, já está em implementação nos Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas;
e) SPM: implementação da política pública nacional que atenda às especificidades da mulher presa e de seus filhos, voltada especialmente à atenção, à saúde, à educação, à cidadania, à garantia de acomodações dignas de carceragem feminina, à reinserção no mundo do trabalho, bem como ao fortalecimento dos vínculos familiares.

No tocante ao relacionamento com a sociedade, o DEPEN disponibiliza a Ouvidoria do Sistema Penitenciário. Trata-se do principal canal de comunicação entre a sociedade, o público-alvo e a gerência do Programa. No exercício das suas funções, a Ouvidoria recebe processos de indulto, remoção por risco de vida e transferências, apura reclamações e denúncias informando aos interessados os resultados obtidos e os procedimentos legais adotados. Além disso, a Ouvidoria fomenta a criação de órgãos similares nos Estados que não a possuem e articula-se com Ouvidorias estaduais.

No mesmo sentido, o DEPEN realiza encontros com diversos segmentos envolvidos na execução penal, como, por exemplo, conselhos de comunidade, conselhos penitenciários, administrações penitenciárias locais, pastoral carcerária, entre outros. Desses encontros são extraídos entendimentos e linhas de ação para o enfrentamento do problema penitenciário de acordo com as realidades regionais.

Além disso, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) edita resoluções com as prioridades para o financiamento e apoio de ações, atividades e projetos com recursos do Programa. As discussões entre os conselheiros, após escuta dos grupos de interesse, norteiam as ações no sentido de melhorar da execução penal. Todas estas instâncias promovem a participação social, apresentam problemas e sugerem alternativas para o enfrentamento do imbróglio carcerário no País, visando a correções de distorções verificadas na oferta de serviços penais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Ampliar as ações de incentivo à aplicação de penas e de medidas alternativas, promovendo o respeito aos direitos dos apenados;
- Realizar concurso público para o provimento de cargos no DEPEN;
- Articular, junto ao MJ, a criação do sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (InfraSIG);
- Rever o objetivo, incorporando, de alguma forma, o incentivo às penas alternativas;
- Elaborar indicadores que possam aferir a eficiência do Programa, abordando aspectos como educação, saúde e trabalho.

# PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO

## OBJETIVO

Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedades indígenas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 62.099.905,00 | Empenho Liquidado: | R$ 47.881.911,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 47.881.911,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ATENDIMENTO A FAMÍLIAS INDÍGENAS COM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 34,84
**Índice previsto ao final do PPA:** 70,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Em 2006, com os recursos disponibilizados, foi possível atender 30.661 famílias, de um universo estimado de 88.000 famílias indígenas existentes no País, que representa 34,84%, inferior aos 46% registrados ano passado e muito aquém dos 66,3% idealizados.

### 2. TAXA DE DEGRADAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
Índice previsto ao final do PPA: 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador foi excluído na revisão de 2006 uma vez que jamais foi apurado.

### 3. TAXA DE USURPAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
O indicador não possui índice de referência e jamais foi apurado.

### 4. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 80,38

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O indicador da taxa de regularização de terras indígenas nunca foi apurado.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio territorial das sociedades indígenas, em suas diferentes situações de contato, encontra-se sob permanente risco de degradação ou usurpação pela ação de agentes externos. Por se tratarem de comunidades protegidas por legislação especial e desprovidas de instrumentos próprios de defesa de seus interesses e direitos, cabe ao Estado promover a proteção, a gestão sustentável e a revitalização daquele patrimônio e seus beneficiários, mediante o desenvolvimento de um elenco de ações articuladas e de apoio a projetos produtivos de caráter sustentável capazes de gerar níveis satisfatórios de segurança alimentar, renda e emprego, que permitam a eliminação do viés paternalista e assistencialista, em parte decorrente da ausência de políticas públicas, de recursos e de estrutura para a gestão territorial sustentável e em contraposição ao avanço desordenado das frentes econômicas. Ao assumir essa responsabilidade por meio do seu órgão indigenista, o Estado brasileiro estará apenas reafirmando um compromisso republicano histórico de defesa das sociedades indígenas, que tem sido cumprido de maneira ininterrupta há quase um século, desde a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Emissão de 10 Decretos de Homologação de Terras Indígenas, correspondente a 1,2 milhão de hectares;
- Emissão de 12 Portarias Declaratórias de Terras Indígenas, correspondente a 1,5 milhão de hectares;
- Conclusão de 14 obras de demarcação ou aviventação de limites de terras indígenas;
- Registro de 25 Terras indígenas , correspondente a 2,2 milhão de hectares;
- Análise de 17 reivindicações por terras indígenas;

- Acompanhamento de processos indenizatórios relativos a 19 terras indígenas;
- Garantia da integridade física, cultural e territorial dos povos indígenas isolados nos locais de atuação das frentes de proteção etnoambiental;
- Expedição para localização de índios isolados em Araribóia (MA) e Cavalcante (GO);
- Manutenção das atividades continuadas de fiscalização de terras indígenas por meio de repasse de recursos para as unidades descentralizadas da Fundação Nacional do Índio (Funai).
- Operações de fiscalização nas terras indígenas Araribóia e Alto Turiaçu, no Maranhão; Alto Rio Guamá e Kaiapó, no Pará;
- Apoio a 37 projetos ambientais enviados pelas unidades regionais da Funai;
- Conclusão de estudos relativos a cinco processos de licenciamento ambiental;
- Publicação de 15 resumos de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As ações voltadas para a fiscalização de terras indígenas dirigiram-se a três eixos básicos: apoio às unidades descentralizadas da Funai em suas atividades regulares de fiscalização; realização de operações especiais em cooperação com outros órgãos de governo, visando, especialmente, ao combate à ocupação irregular de terras indígenas e ilícitos ambientais praticados por invasores e manter ativa a participação da Funai em todos os fóruns e instâncias de debate e formulação de políticas voltadas à proteção de terras indígenas ou com influência direta sobre o tema.

No mesmo sentido, foi realizado trabalho de regularização fundiária, que é entendido como etapa essencial na proteção aos povos indígenas. Além disso, cabe registrar que o esforço para o reconhecimento das terras indígenas, coordenado pela Funai, conta também com ações cooperadas com outros órgãos federais e com instâncias estaduais que permitem por meio da adequação das suas legislações, o pagamento de indenizações pelo governo dos Estados das terras desapropriadas, em função de seu reconhecimento como terra indígena, inovação que resolve pacificamente muitos conflitos que afetam a vida de populações rurais e indígenas.

Todavia, restrições judiciais e administrativas dificultam a obtenção de melhores resultados, especialmente, a insuficiência de recursos orçamentários, financeiros e humanos. Além disso, foram entraves à execução do Programa: o atraso na liberação dos recursos, especificamente, em virtude da dependência que as ações da Funai têm do regime climático, recursos materiais insuficientes, infra-estrutura inadequada, insuficiência de recursos materiais, falta de qualificação de pessoal, atraso e dificuldades na celebração de convênios, dificuldade de coordenação das ações executadas pelas demais instituições federais, estaduais e municipais e atraso nos licenciamentos ambientais.

Os resultados foram considerados dentro do previsto, mas o previsto é insuficiente para proteção de toda comunidade indígena. Contribuição importante para o desempenho do programa foi o termo de cooperação firmado com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) que já angariou recursos extraorçamentários para implantação do projeto de Proteção Etnoambiental dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões; visitas freqüentes a campo, por meio do Sistema de Terras Indígenas (STI) e do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os mecanismos de participação social são implementados por meio de audiências públicas realizadas no âmbito de alguns processos de licenciamento ambiental; reuniões com as comunidades indígenas em assuntos afetos a estes; participação indígena nos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas; eventos para discussão de procedimentos visando à implantação de controle social das atividades da Funai. Apesar disso, não existe um mecanismo adequado para aferir a satisfação dos beneficiários.

**RECOMENDAÇÕES**

- Apoiar o desenvolvimento e utilização do STI e disponibilizar a consulta à sociedade;
- Melhorar a articulação entre a gerência, sob responsabilidade da Funai, e os executores das ações;
- Articular, junto ao Ministério da Justiça (MJ), a criação do sistema informatizado de monitoramento da execução das ações (INFRASIG);
- Realização de concurso público e criação do plano de cargos e salários da Funai;
- Articular, junto à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (RFB/MF), a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) para as terras indígenas, que são propriedades União;
- Definição da instrução executiva que determina procedimentos técnicos para análise e acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que estão no entorno e no interior das terras indígenas.

# REFORMA DO JUDICIÁRIO

## OBJETIVO

Modernizar e democratizar o acesso à Justiça, promovendo a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos.

## PÚBLICO-ALVO

Operadores do direito.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.748.607,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.729.007,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.729.007,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DE UM PROCESSO JUDICIAL

**Unidade de medida:** Dia
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixo

Conforme mencionado nas avaliações anteriores, não existe um indicador capaz de mensurar os produtos. São blocos distintos de projetos que, atualmente, impossibilitam a criação de indicadores. Além disso, a apuração de índices fica prejudicada pela enorme discrepância de gestão processual entre os diversos órgãos do Judiciário.

Enquanto o Judiciário não estiver totalmente informatizado é impossível apurar esse indicador.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de modernização e reforma do Judiciário se faz presente frente à situação em que se encontra atualmente, uma vez que na sua organização e funcionamento existe dispersão e burocracia dos serviços, falta uniformidade na organização dos cartórios e há insuficiência e baixa capacidade dos atendimentos dos Juizados Especiais. Na área de planejamento e controle social, o público desconhece as ações do Poder Judiciário. Os recursos humanos são deficientes na sua formação e qualificação profissional, bem

como na baixa consciência da missão de serviço ao público. No que tange a recursos de tecnologia da informação, não é amplamente utilizada a comunicação eletrônica em petições, audiências e notificações e os serviços cartorários não são informatizados.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Encaminhamento de 26 projetos de lei que compõem a reforma infraconstitucional pelo Executivo ao Congresso Nacional, dos quais onze foram transformados em lei em 2006. Trata-se de uma prioridade do Governo Federal para agilizar a tramitação de processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios. Destacam-se, entre outras:

a) Lei nº 11.276/06 que dispõe sobre a súmula impeditiva de recursos;
b) Lei nº 11.277/06 que dispõe sobre a racionalização do julgamento de processos repetitivos;
c) Lei nº 11.280/06 que dispõe sobre a declaração de incompetência relativa de ofício pelo juiz em contratos de adesão, entre outros;
d) Lei nº 11.341/06 que dispõe sobre a simplificação e informatização de procedimentos (mídia eletrônica);
e) Lei nº 11.382/06 que altera o processo de execução;

• Conclusão de quatro importantes diagnósticos em 2006: do Juizado Especial Cível, do Ministério Público dos Estados, do Ministério Público do Trabalho e o II Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil;

• Implementação de iniciativas com intuito de melhorar o acesso à justiça: Sistema Alternativo de Resolução de Conflitos; Justiça Restaurativa; Justiça Comunitária e Justiça Itinerante;

• Conclusão da 3ª edição do Prêmio Innovare: a Justiça do Século XXI, com o objetivo de identificar, difundir e premiar práticas pioneiras e bem-sucedidas de gestão do Poder Judiciário brasileiro;

• Implantação de postos avançados da Justiça Federal;

• Articulação da implementação dos sistemas de penhora *on-line* de imóveis e criação do Sistema de Restrição e Bloqueio Judicial de Veículos (Renajud).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados apurados foram classificados como acima do esperado em decorrência do sucesso na alteração da legislação, fruto de um processo minuciosamente articulado pelo Ministério da Justiça (MJ), com o Supremo Tribunal Federal (STF), com o Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e com entidades representativas das principais carreiras jurídicas. Êxito que pode ser comprovado por meio da manifestação de satisfação dos operadores do direito com as transformações na legislação e a implementação de novas práticas de gestão no âmbito do Judiciário. A percepção do público-alvo foi captada por meio de audiência pública, diversas reuniões com grupos de interesse em congressos, seminários, conferências, dentre outros eventos.

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes para consecução dos objetivos e as metas físicas das ações foram superadas. Ressalva-se que, além da execução de 99% dos recursos disponíveis, foram pagos outros 78% acima do valor autorizado para 2006, oriundos de créditos inscritos em restos a pagar relativos a 2005. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

No tocante às restrições, foi apontada carência de pessoal diante do volume de trabalho e dificuldade na implementação de licitações e celebração de contratos. Por conta da demora na conclusão do processo de tomada de preço pelo setor responsável, equipamentos eletrônicos deixaram de ser adquiridos.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de reuniões de trabalho mensais, relatórios anuais de gestão, visitas ao Congresso Nacional para acompanhamento da tramitação dos projetos de lei, e acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa apresentou ainda outros resultados, tais como:

a) implantação de postos avançados da Justiça Federal;
b) assinatura de convênios com a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF) e a Associação de Juízes Federais (AJUFE), para a realização de uma pesquisa a fim de analisar o impacto dos projetos aprovados pela reforma infraconstitucional na melhoria do funcionamento da justiça brasileira;
c) Assinatura de acordo de cooperação técnica entre o MJ, Ministério das Cidades (MCidades) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a fim de iniciar o Projeto Biblioteca Virtual - Regularização Fundiária e Cartorária;
d) Lançamento das seguintes publicações: Novas Direções na Governança da Justiça e da Segurança; Carreira Judicial, Mecanismos de Controle da Atividade Jurisdicional e Sistema Disciplinário Aplicado a Juízes e Magistrados; Estudo Comparado sobre Gestão Orçamentária e Gestão Administrativa de Cortes e Tribunais e Tratamento Estatístico da Informação sobre o Funcionamento do Sistema Judicial; Estudo Comparado de Administração de Justiça na América Latina; Manual Justiça Comunitária - uma experiência; Cartilha da Boa Arbitragem e do Movimento em Defesa da Arbitragem;
e) Realização dos seguintes seminários:
    i) Reforma do Judiciário: Aspectos Constitucionais e Processuais;
    ii) Estabilidade Econômica e o Judiciário;
    iii) Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Defensoria Pública.

# SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

## OBJETIVO

Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e a redução dos acidentes de trânsito.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 226.082.043,00 | Empenho Liquidado: | R$ 124.949.613,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 124.949.613,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -1,81
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Houve readequação dos indicadores no decorrer do PPA sem, contudo, a definição da meta final. O índice apurado em 2005 foi de 0,19. Considerando essas intempéries e, também, que o PPA foi desenhado em 2003, seria razoável utilizar como parâmetro comparativo a média de acidentes dos cinco anos anteriores (1998 a 2002), ou seja, 112,07 mil acidentes. Portanto, o desafio seria reduzir dois pontos percentuais ao longo do período do plano, somando a redução de cada ano. Dessa forma, a meta para o índice ao final do PPA seria de 109,83 mil acidentes.

### 2. TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 9,25
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Houve readequação dos indicadores no decorrer do PPA sem, contudo, a definição da meta final. O índice apurado em 2005 foi de 9,62, indicando uma discreta diminuição no número de mortes proporcional ao número de vítimas nos acidentes de trânsito.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

As rodovias federais são estratégicas na aplicação de alguns programas nacionais, pois representam o elo de integração nacional. Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, na medida em que geram gastos governamentais com as vítimas, pelos danos irreparáveis ao cidadão. Geram também, prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais, além dos danos intangíveis e irreparáveis à vida social e familiar do cidadão. Uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes pode reduzir os gastos da Previdência Social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Decréscimo em 5,06% no número de pessoas feridas, e em 4,55% de mortos em acidentes de trânsito nas rodovias federais;
- Fiscalização de 7,01 milhões de veículos, e recuperação de 3.591 veículos;
- Atendimento a 109,3 mil acidentes e prestação de socorro a 16.609 pessoas;
- Apreensão de 99.920 veículos, retenção de 22.669 carteiras de habilitação e aplicação de 1,3 milhão de notificações;
- Fortalecimento do combate à criminalidade, traduzido pelo aumento de prisões (32,58%), de armas e munições apreendidas (40,23% e 82,36%, respectivamente);
- Aumento da apreensão de cocaína e de seus derivados (46,73%), bem como apreensão de 46,6 toneladas de maconha;
- Aumento de 200,5% das apreensões de produtos frutos do contrabando ou descaminho, principalmente, mídias utilizadas na contrafação (pirataria);
- Aumento das apreensões de madeira (27,38%) e animais silvestres (44,21%);
- Fortalecimento do combate ao crimes contra a dignidade humana, tais como tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho em condições degradantes.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

Ao longo de 2006, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir

o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

O Departamento da Polícia Rodoviária Federal por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 61.000 km de rodovias federais, desenvolve ações de fiscalização em pontos críticos, apreensão de animais a esmo nas rodovias e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito, com repercussão na redução do número de mortos nas rodovias federais em decorrência de acidentes.

Apesar de algumas dificuldades e a porcentagem de execução física em algumas ações não ter atingido o ideal, em aspectos gerais, obtiveram-se resultados favoráveis e dentro das expectativas iniciais. Ações relevantes para o Programa, como operações de combate ao crime nas rodovias tiveram cumprimento das metas físicas muito acima do planejado.

As principais restrições foram: recursos orçamentários insuficientes; descontinuidade do fluxo de recursos, apresentando riscos na execução de serviços continuados básicos de manutenção; infra-estrutura física inadequada; recursos materiais insuficientes; quantidade inadequada de recursos humanos; baixa qualificação da equipe; contingenciamento orçamentário; atraso na disponibilização de créditos adicionais; atraso na liberação de recursos e comprometimento de recursos financeiros com restos a pagar.

A maioria das ações é executada por meio das unidades descentralizadas após repasse de recursos da unidade central. O resultado satisfatório alcançado na execução dessas ações decorre justamente pela atuação dessas unidades estritamente finalísticas, embora seja necessário aprimorar o trâmite das informações sobre a execução física das ações. Para tanto, foram designados servidores para atuarem como agentes de planejamento, a fim de otimizar os contatos dos coordenadores de ação com as unidades. Ocorre que, em 2006, não houve acompanhamento físico das ações executadas no Ministério dos Transportes (MT) em virtude do não-preenchimento das informações por parte dos responsáveis. Espera-se que, em 2007, o compromisso firmado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT) de preencher as informações seja efetivado.

A atividade de monitoramento é realizada por meio de reuniões de trabalho; visitas *in loco*, combate ao crime em áreas de ensino e saúde; análise das informações inseridas em alguns sistemas informatizados, tais como o ROD *on-line* e o BR Brasil que coletam números de ocorrências policiais; acompanhamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatório anual de gestão. Além disso, existem documentos de informações enviados individualmente pelas unidades descentralizadas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A participação social ocorre por meio da Ouvidoria na Corregedoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal, órgão que recebe denúncias, reclamações e sugestões da sociedade, inclusive via Internet e, também, mediante reuniões com representantes de atores que utilizam as rodovias como, por exemplo, associação de transportadores de produtos

perigosos e representantes de comunidades lindeiras à rodovia, entre outros. Apesar disso, tais instrumentos precisam ser desenvolvidos, principalmente, porque a participação trouxe melhores resultados ao Programa, como, por exemplo, a articulação junto a associações de empresas transportadoras de passageiros a fim de combater o assalto a ônibus.

Dando continuidade à ampliação do quadro de servidores, em 2006, foram admitidos mais 895 policiais rodoviários federais por meio de concurso público, o que possibilitou um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade, devido ao incremento de policiais nos postos de fiscalização, ampliando a presença da polícia ostensiva da União.

Ressalta-se, ainda, que o índice de acidentes de trânsito diminuiu 1,81%, resultado que contempla apenas números absolutos. Considerando a variável da evolução da frota, o decréscimo auferido em termos de acidente por 10.000 veículos passa para 8,95%.

**RECOMENDAÇÕES**

- Aumentar os créditos orçamentários destinados à Ação - 2723 - de Policiamento Ostensivo;
- Implementar quadro técnico administrativo para que os policiais se dediquem à sua função específica, policiamento;
- Realizar concurso para o cargo de policial rodoviário federal;
- Adequar o público-alvo, considerando também aqueles que trabalham às margens das rodovias.

# SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP

## OBJETIVO

Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública (SUSP) e da Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações.

## PÚBLICO-ALVO

Operadores de Segurança Pública.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 473.046.573,00 | Empenho Liquidado: | R$ 344.613.742,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 344.613.742,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. ÍNDICE SINTÉTICO DE DESEMPENHO - ISD

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 63
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O índice sintético de desempenho foi pautado em uma expectativa da realização de 25% da implantação do SUSP ao ano, contando com a recepção de 100% dos recursos aprovados do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Nestes últimos três anos, considerando os cortes orçamentários e financeiros, as metas foram reduzidas de 75% para 53% da implantação do SUSP. O resultado acumulado até 2006 foi de 63%.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O governo visa a adotar uma estratégia de integração entre todas as Unidades da Federação. Por meio desse sistema, os governos estaduais e municipais passaram a apresentar projetos a serem apoiados pelo FNSP, dentro de diretrizes estratégicas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na redução da criminalidade. Ele tem por objetivo a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. Os principais eixos de atuação são a gestão unificada da tecnologia da informação; gestão do sistema de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais; valorização das perícias e a melhora

da produção de prova; prevenção da violência e instalação de Ouvidorias independentes e modernização da gestão da segurança pública nos órgãos afins.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Repasse de 3.165 viaturas e 22.523 coletes a prova de balas aos Estados. Além disso, foram repassados aos Estados mediante convênio, R$ 84,7 milhões com os quais foram adquiridos diversos materiais para utilização das polícias, tais como motocicletas, carabinas, espingardas, fuzis, equipamentos de comunicação e informática, mobiliário, algemas, coletes a prova de balas, entre outros;

• Criação de um sistema educacional direcionado à formação de recursos humanos, pautado por uma Matriz Curricular Nacional e constituído por uma Rede Nacional de Especialização de Segurança Pública, reunindo 22 universidades em todo o País e uma Rede de Educação a Distancia em Segurança Pública, que matriculou mais de 32.000 profissionais em 60 telecentros implantados em instituições policiais, formando 27.641 profissionais;

• Capacitação de 3.712 policiais militares incorporados à Força Nacional de Segurança Pública. A Força atuou no apoio às polícias do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul, após rebeliões nos presídios desses Estados;

• Aquisição de 24 aeronaves (seis helicópteros  esquilos, oito helicópteros *schweizer* e 10 motoplanadores Ximango) e 1.222 veículos a fim de garantir o aparelhamento e desenvolvimento das ações de segurança dos Jogos Pan e Parapan-americano;

• Coordenação das Ações de Segurança dos Jogos Pan e Parapan-americano 2007, envolvendo ações de prevenção à violência e incentivo à cidadania, tais como: curso de guias cívicos para 1.780 jovens e de brigadistas socorristas para 75 alunos e curso de capacitação para 33 gestores em segurança cidadã;

• Disponibilização e manutenção da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública (Infoseg), que registrou mais de 18 milhões de acessos em 2006 e conta com mais de 65 mil usuários cadastrados em mais de 150 instituições governamentais envolvidos com segurança pública, justiça e fiscalização. Em 2006, foram cadastrados 10 mil novos usuários;

• Estruturação e modernização da perícia por meio da criação dos Laboratórios Regionais de DNA em 13 Estados, investimento em equipamentos modernos e capacitação de peritos para realização de exames de DNA, balística, toxicologia, genética e entomologia forense, valorizando a produção de prova científica como principal fundamento das atividades de investigação;

• Promoção de uma melhor relação entre polícia e comunidade por meio da criação de uma política nacional de polícia comunitária expressa na Matriz Curricular Nacional para Polícia Comunitária, inclusive com a capacitação de 421 profissionais da área, e criação de canais de articulação entre polícia e comunidade mediante criação ou apoio à modernização de ouvidorias e conselhos comunitários;

• Apoio a 149 Municípios, valorizando o papel desses entes na área de segurança pública por meio do investimento em ações preventivas, realizadas tanto pelas guardas municipais quanto pelos órgãos do governo municipal.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Considerando-se as inúmeras restrições, os resultados foram satisfatórios. Os principais entraves que contribuíram para uma execução física aquém da prevista no orçamento foram: contingenciamento de 37% dos recursos orçamentários; descontinuidade no fluxo de recursos financeiros; realocação de crédito setorial para a Polícia Federal; insuficiência de recursos materiais; inadequação da infra-estrutura física, inclusive com carência grave de espaço físico; qualificação insuficiente de recursos humanos; morosidade interna ao Ministério da Justiça (MJ) no trâmite, envolvendo licitações e celebração de contratos; dificuldade na articulação da política de segurança com os Estados e as demais instituições do Governo Federal, inclusive as polícias e a incapacidade do governo de superar as restrições identificadas e informadas durante o exercício tanto no Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan) quanto no Sistema de Metas Presidenciais (SMP). A despeito dos diversos problemas, o indicador evoluiu consideravelmente e algumas ações tiveram resultados bem acima do esperado, como as ações de formação profissional e a adesão de todos os Estados ao Sistema Nacional de Estatística.

Outro problema relevante está relacionado ao desempenho das ações com recursos descentralizados. Além da morosidade na contratação, que implica na baixa execução, muitas informações de caráter gerencial apresentam distorções. As inadequações mais graves são: envio de estatísticas que não condizem com a realidade e prestação de informações sobre a execução dos convênios distintas da realidade verificada nas visitas. A solução prevista para o caso é a implantação de um sistema destinado ao acompanhamento da execução dos convênios que permita uma ação preventiva, identificando problemas na execução antes da prestação de contas, sistema esse que já está em desenvolvimento. Além disso, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) busca se aproximar cada vez mais dos entes para que os recursos repassados sejam utilizados de forma mais efetiva.

A coleta de informações dos beneficiários e da sociedade é realizada por meio de reuniões com grupos de interesse e participação em fóruns que contam com representação social. Além disso, quando da atualização do relatório de implantação do SUSP para 2006, foram coletadas avaliações e sugestões de diversos atores importantes como subsídio para realimentar o planejamento das atividades.

A atividade de monitoramento é realizada sistematicamente por meio de visitas aos Estados para alimentação do sistema de monitoramento do SUSP; fiscalização dos convênios; consulta tanto ao INFOSEG quanto ao sistema nacional de estatística; relatórios periódicos de gestão; acompanhamento do SIGPlan e avaliações externas.

É de se destacar, também, o orçamento especial destinado às ações de segurança dos Jogos Pan e Parapan-americanos em 2007, no Rio do Janeiro. Por conta disso, o

orçamento do Programa recebeu um incremento de 41%, via crédito extraordinário, recursos adicionais que tiveram uma execução de praticamente 99%, muito acima do desempenho médio dos recursos ordinários do Programa, que apresentou execução de aproximadamente 62%.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Além dos resultados imediatos destacados, os dados do mapa de ocorrência elaborado pela SENASP mediante informações dos Estados revelam dados alarmantes sobre a segurança pública no País. A análise do documento, divulgado em setembro de 2006, deve ser relativizada por dois fatores: primeiro, o sub-registro de ocorrências junto aos órgãos de segurança pública varia de intensidade entre as diferentes regiões espaciais analisadas e segundo, as oscilações no volume de ocorrências registradas também resultam de diferenciações dos procedimentos adotados em cada sistema de registro e coleta de informações criminais específico de cada polícia civil estadual.

Feitas as devidas ressalvas, a análise comparativa entre 2004 e 2005, revelou que os crimes contra o patrimônio continuam sendo mais freqüentes que as demais infrações analisadas. Comparativamente a outros, identificou-se que, em regra, os Municípios com maiores taxas estão localizados nas regiões metropolitanas, mas não são as capitais, indicando que quanto pior forem as condições sociais em determinado espaço urbano, maior o número de crimes. Isso porque as regiões periféricas das regiões metropolitanas apresentam, notadamente, pior situação social.

No tocante ao homicídio, o último número divulgado pelo Ministério da Saúde (MS) apontou a primeira queda desde 1992, após anos sucessivos de aumento vertiginoso. O registro atual de 28,2 casos por 100 mil habitantes ainda é absurdo e situa o Brasil entre os países mais violentos do mundo. Uma análise mais detalhada dos números revela que as principais vítimas desse crime são jovens do sexo masculino, de 15 a 24 anos, negros e habitantes de regiões metropolitanas. A queda em 2004 não tem causa precisa, mas provavelmente está relacionada à campanha e ao estatuto do desarmamento e à diminuição da pobreza e da desigualdade.

O diagnóstico foi peça fundamental na implementação das ações do Programa em 2006 e 2007, na medida em que possibilitou a criação de critérios para melhora distribuição de recursos, além de melhorar a focalização de algumas ações. Em função da identificação do caráter mais disperso da criminalidade no Brasil, a Senasp passou a adotar como uma de suas ações fundamentais o investimento em segurança pública dos 100 Municípios com maiores taxas de crimes violentos do País, lembrando que a análise se restringiu aos Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Também é de se destacar outros aspectos na implementação do Programa, tais como:

a) atenção especial direcionada para o atendimento de grupos vulneráveis como mulheres, crianças e adolescentes, por meio do apoio à modernização de 50

Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulheres e 10 Delegacias de Atendimento à Criança e ao Adolescente;

b) elaboração da minuta de Lei Orgânica da Polícia Civil no Brasil;

c) ampliação do conceito de segurança pública para além das questões estritamente criminais urbanas, por meio da realização de ações de modernização tecnológica, capacitação de 128,9 mil profissionais e padronização de procedimentos relacionados à atuação profissional dos Corpos de Bombeiros Militares, Organizações de Aviação, de Segurança Pública, Portos e Terminais de todo o Brasil.

Destaca-se como prática a ser implementada pelos demais órgãos do governo, a institucionalização da Rede Nacional de Especialização, por meio da qual a Senasp articulou o oferecimento de cursos destinados aos profissionais de segurança pública junto a 22 instituições de ensino superior.

Finalmente, ressalta-se que a inexistência de regulamentação do Artigo 144 da Constituição Federal dificulta a atuação da Senasp como órgão federal de gestão do SUSP, uma vez que a unidade não tem autoridade para articular de forma sistêmica todos os órgãos de segurança pública no País.

**RECOMENDAÇÕES**

- Restringir o repasse de recursos para entes que não cumprirem as condicionalidades do Plano Nacional de Segurança Pública e negligenciarem na prestação de informações sobre estatísticas criminais;

- Restabelecer o indicador, adequando-o aos fatores e retirando a correção orçamentária;

- Regulamentar o Artigo 144 da Constituição Federal.




# MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Educação Previdenciária

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

Previdência Complementar

Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Previdência Social Básica

Qualidade dos Serviços Previdenciários

Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Previdência Social (MPS), foram utilizados **R$ 174.882.789.155,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 175.456.391.257,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 174.882.789.155,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 175.456.391.257,00** | **Total realizado:** | **R$ 174.882.789.155,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MPS não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 1.026.458.458,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 183.920.050,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Os programas com maior destaque foram 0083 - Previdência Social Básica, 0084 - Arrecadação das Receitas Previdenciárias, 0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários e 0086 - Previdência Complementar, que apresentaram os resultados a seguir:

- O número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 24,6 milhões, sendo que 21,6 milhões eram benefícios previdenciários e acidentários, com valor médio nominal de R$ 582,25, e 2,9 milhões eram benefícios assistenciais, no valor correspondente a um salário mínimo;

- Foram concedidos, em 2006, 4,24 milhões de novos benefícios, representando um aumento de 7,16% em relação ao ano anterior;

- Foram realizadas 6,8 milhões de perícias médicas, o que representou um decréscimo em torno de 25%, em relação a 2005, evidenciando a nova política da Previdência Social de adequar e racionalizar esse tipo de atendimento;

- A Ação Recadastramento Previdenciário, de atualização cadastral do banco de dados dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), apresentou execução física em torno de 94%, sendo que dos 15,63 milhões de benefícios previstos para serem recenseados até dezembro de 2006, 14,74 milhões foram realizados. Desse total, 34.530 benefícios foram cessados, o que correspondeu a uma economia no valor total anual de R$ 184,53 milhões;

- A Arrecadação Previdenciária Líquida nominal atingiu, em 2006, o montante de R$ 123,5 bilhões, o que representou um crescimento de 13,9% (R$ 15,1 bilhões) em relação a 2005;

• O resultado alcançado com a recuperação de créditos administrativos foi de R$ 6,04 bilhões, valor R$ 477,8 milhões superior ao resultado de 2005, com um acréscimo nominal de 8,6%;

• Monitoramento dos grandes contribuintes manteve sob controle mensalmente 32 mil empresas em média, sendo que do total de registros com variação significativa na arrecadação, 67% foram efetivamente analisados pelas delegacias da receita previdenciária. O valor total recuperado foi de R$ 685 milhões, sendo que 63% desse valor representaram recolhimentos diretos;

• Foram executados 102,75 mil procedimentos de auditoria fiscal, com ações de fiscalização, diligências fiscais, cobrança manual e cobrança automática das divergências entre Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) e a da Guia de Previdência Social (GPS);

• Expansão da capacidade de atendimento nas unidades da Previdência Social, representando um acréscimo da ordem de 16% em relação ao ano de 2005, passando de 37 milhões de atendimentos em 2005 para cerca de 43 milhões de atendimentos em 2006;

• Redução de 79,61% das filas nas Agências da Previdência Social (APS), comparando-se dezembro de 2006 ao mesmo período de 2005, o que representa o enfrentamento de uma questão histórica da Previdência;

• Inauguração, em junho de 2006, na cidade de Recife (PE), da Central de Teleatendimento da Previdência Social (135), que funciona de segunda-feira a sábado, das 7h às 19h, agregando 600 novas posições de atendimento em relação à estrutura de atendimento telefônico existente em 2005;

• Análise e aprovação de 38 novos planos de benefícios e de nove novas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs);

• Criação do Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), com o objetivo de facilitar a visibilidade e o monitoramento dos planos de benefícios.

**ASPECTOS RELEVANTES**

Em 2006, o MPS manteve suas diretrizes estratégicas voltadas para:

a) melhoria da qualidade do atendimento aos beneficiários;
b) combate a vulnerabilidades, fraudes e pagamentos indevidos;
c) redução dos custos, com ênfase na adequação física e na capacitação e formação profissional.

De um modo geral, a execução física das ações ficou abaixo do previsto na (LOA) 2006. Fatores como insuficiência de recursos orçamentários, contingenciamento orçamentário após o planejamento das ações para o exercício, escassez de recursos humanos e defasagem do parque tecnológico foram as principais restrições que geraram impacto negativo na execução física.

Durante o ano de 2006, houve necessidade de suplementações orçamentárias para atender às despesas com algumas ações do Programa Previdência Social Básica (0083) - dispesas às quais se buscou atender por meio de decretos e medida provisória (MP). Entretanto, alguns casos, não cobriram 100% da necessidade.

Os Programas Previdência Social Básica (0083) e Qualidade dos Serviços Previdenciários (0085), que têm sua gerência localizada no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sofreram também com problemas de infra-estrutura, principalmente em decorrência do incêndio ocorrido no edifício sede do INSS, no dia 27 de dezembro de 2005, quando cerca de 70% do material de trabalho foi destruído, inclusive a memória documental técnica e os equipamentos, o que comprometeu o desenvolvimento das atividades no primeiro semestre de 2006.

É importante destacar que o valor médio pago ao benefício rural, em 2006, foi de R$ 348,24, e ao benefício urbano, de R$ 689,43. A diferença de aproximadamente 49,5% entre as duas clientelas é explicada pelo fato de os benefícios rurais, em sua grande maioria, apresentarem o valor do piso previdenciário, ou seja, um salário mínimo. No entanto, é preciso ressaltar que o valor médio pago aos benefícios urbanos obteve, em 2006, um incremento nominal de 6,5%, em relação a 2005, enquanto os benefícios rurais registraram um crescimento nominal de 13,5%, reduzindo a diferença entre eles, a qual, era de 52,6%, em 2005.

Analisando o histórico dos últimos dois ciclos do PPA, percebemos que a programação existente não reflete a realidade atual do MPS. Como a estrutura organizacional do Ministério e de entidades vinculadas se movimenta de acordo com as necessidades de aperfeiçoamento que se apresentaram nesse período, diversas unidades funcionais foram criadas, fundidas ou reestruturadas em conformidade com as necessidades de gestão. As revisões anuais, em que pese aos seus avanços, não foram suficientes para corrigir essa distorção. Ademais, a ausência de uma estratégia formal documentada colaborou para dificultar o processo de elaboração de programas.

**RECOMENDAÇÕES**

- O PPA 2008-2011 deverá montar uma programação em consonância com os objetivos estratégicos definidos para a Previdência Social, obedecendo aos critérios de eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, dada a responsabilidade da instituição e a cobrança futura pelo gerenciamento e a implementação dos programas.

# EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

## OBJETIVO

Informar e conscientizar a sociedade acerca de seus direitos e deveres em relação à Previdência Social, com a finalidade de assegurar a proteção social aos cidadãos por meio de sua inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

## PÚBLICO-ALVO

Cidadãos "sem-previdência".

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.958.512,00 | Empenho Liquidado: | R$ 319.776,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 319.776,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 62,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 63,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O indicador deverá se aproximar do índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, principalmente porque houve um aumento do trabalho formal e da população ocupada em 2006, que tem impacto direto sobre o índice deste indicador. De fato, os índices deste indicador não derivam unicamente dos resultados do Programa.

### 2. TAXA DE VARIAÇÃO DE CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS, EMPREGADOS DOMÉSTICOS, SEGURADOS FACULTATIVOS E SEGURADOS ESPECIAIS.

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O último índice foi apurado em 2004: 12,4%. Mas este indicador não foi apurado em 2005 e 2006. No relatório de avaliação do ano anterior, foi questionada sua permanência. De acordo com o **Boletim Estatístico da Previdência**, o índice para o final do PPA 2004-2007 deve ser estimado em 15%.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Previdência Social pública brasileira consegue garantir a proteção de 62,6% da população na faixa etária entre 16 e 59 anos. Trata-se de uma cobertura baixa, que deverá levar parcela significativa dessa população a demandar benefícios assistenciais, por não ter proteção previdenciária.

O Programa Educação Previdenciária (PEP) tem por objetivo informar a população sobre a importância da previdência social, ao garantir a reposição da renda nas situações de perda da capacidade para o trabalho, temporária ou permanente, em virtude de idade avançada, doença, invalidez, maternidade, acidente ou morte, a fim de reverter o quadro acima. Busca-se não apenas expandir a cobertura e elevar a arrecadação previdenciária, reduzindo a informalidade de trabalhadores e empresas, mas, fundamentalmente, proteger o cidadão. O Programa atua por meio de ações de conscientização, tais como cursos de capacitação e formação de disseminadores, e distribuição de material informativo e didático.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Inscrição de 1,66 milhão de contribuintes individuais e facultativos no RGPS, com destaque para o aumento de cerca de 30% em relação a 2005, no quantitativo de inscrições de segurados especiais;

- Promoção de ações de conscientização e informação sobre previdência para cerca de 190 mil cidadãos, através de exposições de grande porte e palestras, seminários, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas, universidades, igrejas, tribos indígenas, prisões, feiras livres, estradas, dentre outros espaços;

- Formação de aproximadamente 800 disseminadores externos ao Ministério da Previdência Social (MPS) acerca do conhecimento previdenciário, voltada para representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos públicos, com a participação de profissionais de diversas áreas (assistentes sociais, agentes de saúde, lideranças sindicais, entre outros).

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

A baixa execução orçamentária e financeira e o baixo alcance das metas físicas previstas para o Programa se deram, preponderantemente, devido ao contingenciamento dos recursos e ao bloqueio de créditos para remanejamento. Além disso, com a política de redução de custos implementada no MPS e no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), desde 2005, as despesas com diárias e passagens foram limitadas, dificultando a

liberação e descentralização de recursos orçamentários destinados à execução das principais ações do Programa. Isso porque a execução das ações do PEP ocorrem em localidades onde não existem unidades de atendimento da Previdência Social, havendo necessidade de deslocamento de servidores.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Em 2006, o PEP teve sua execução transferida do MPS para o INSS.

No processo de revisão do PPA 2004-2007, ocorrido no ano 2006, o público-alvo do Programa mudou de Cidadãos "sem-previdência" para Cidadãos.

**RECOMENDAÇÕES**

- O Programa apresentou dificuldades para executar suas ações durante os três primeiros anos do PPA 2004-2007, não alcançando um nível satisfatório de execução física e financeira;

- Durante o ano de 2006, foram suspensas várias parcerias realizadas com entidades da sociedade civil e órgãos públicos, as quais eram importantes na implementação do Programa, o que também prejudicou a execução das suas ações. Como se trata de um Programa com orçamento pequeno e, ainda assim, alvo freqüente de contingenciamento orçamentário, questiona-se sua permanência no PPA 2008-2011.

# INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO

## OBJETIVO

Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em lei.

## PÚBLICO-ALVO

Beneficiários definidos em lei.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 723.442.152,00 | Empenho Liquidado: | R$ 723.039.910,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 723.039.910,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

O Programa não possui indicador.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa atende a vítimas de danos resultantes de situações em que a União é total ou parcialmente responsável, passando a assegurar o seu sustento e o dos seus familiares por meio de indenizações e pensões estabelecidas em lei. Beneficia vítimas, por exemplo, da talidomida e da hemodiálise de Caruaru, no Estado de Pernambuco (PE), ex-combatentes, anistiados políticos e estatutários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), entre outros respaldados por legislação específica.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Pagamento de 100% dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões de responsabilidade da União que foram estabelecidas por lei.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa assegura o cumprimento de legislação que prevê o pagamento de benefícios em manutenção, pagos nos prazos devidos e com os valores fixados. Durante o ano de 2006, os recursos orçamentários destinados à sua execução foram suficientes e os recursos financeiros foram liberados de acordo com o cronograma estabelecido. Os recursos materiais e humanos também foram adequados à implementação do Programa.

Para o ano de 2007, a Ação Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação Especial foi excluída, já que o serviço de processamento dos benefícios referente às Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União é executado juntamente com o processamento de dados de todos os benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), através de um contrato único firmado entre o INSS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), localizado no Programa Previdência Social Básica.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Vale destacar atuação do Conselho Nacional de Previdência (CNP) neste Programa. Apesar de não ser um tema previdenciário, este é tratado tal como ocorre com o Programa Previdência Social Básica. Assim, são realizadas reuniões com representantes de entidades de segurados da Previdência Social, visando a avaliar a prestação de serviços, sobretudo nas localidades e Estados onde existe sinalização de ocorrências de dificuldades operacionais. Com relação ao benefício pago às vítimas da talidomida, há um acompanhamento do Ministério Público Federal (MPF) junto à associação da classe.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

## OBJETIVO

Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar, visando a assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

## PÚBLICO-ALVO

População ocupada do setor formal e associados a sindicatos e associações de classe.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.861.980,00 | Empenho Liquidado: | R$ 3.084.600,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 3.084.600,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE COBERTURA DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 9,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 13,97

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador está abaixo do esperado e dificilmente irá atingir o índice almejado para o final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. Em 2006, houve um aumento da população ocupada e do trabalho formal. Entretanto, este fato não se traduziu imediatamente em aumento da taxa de cobertura em questão, já que o regime de previdência complementar é de adesão voluntária e está ligado também à renda e às condições sócio-econômicas do trabalhador. Assim, espera-se que o crescimento da população ocupada resulte em um aumento nesta taxa de cobertura após um período de maturação, quando esses novos trabalhadores atingirão as condições sociais necessárias para sua adesão ao Regime de Previdência Complementar.

## 2. TAXA DE ATIVOS TOTAIS DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 18,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 20,07

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Este indicador teve uma evolução positiva de 2,17% no período entre 2005 e 2006, aproximando-se da meta estipulada para o final do PPA. Entretanto, como sua evolução é relativamente lenta no curto e médio prazo, dependendo de condições econômicas favoráveis, a perspectiva é de que o indicador permaneça próximo da meta.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A participação dos ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) vem crescendo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, atingindo atualmente o índice de 18,1%, um volume considerável, mas ainda aquém do potencial do segmento, quando comparado a outros países. O Sistema de Previdência Complementar Fechado é composto, no Brasil, por 364 EFPCs em funcionamento, que administram quase mil planos de benefícios, acumulando um patrimônio superior a R$ 370 bilhões em ativos. Portanto, apresenta números expressivos no contexto social e macroeconômico do País. Atualmente, segundo dados acumulados até dezembro de 2006, conta com a participação de cerca de 6,6 milhões, entre assistidos, designados e beneficiários de pensão. Assim, a principal linha de ação do Programa visa à proteção dos participantes das EFPCs por meio de medidas reguladoras e de fiscalização que garantam a transparência, a confiabilidade e a solvência dos planos de previdência complementar.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Análise e aprovação de 38 novos planos de benefícios e de nove novas EFPCs;
- Criação do Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB), com o objetivo de facilitar a visibilidade e o monitoramento dos planos de benefícios;
- Implementação de um novo demonstrativo de investimentos, mensal e por plano de benefício, tendo como uma das fontes de informação as centrais de liquidação e custódia (*clearing*);
- Aprimoramento do demonstrativo de informações atuariais. Desde março de 2006, o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) passou a ser enviado via Internet com o código de inscrição de cada plano no CNPB. Esta medida, além de dar maior simplicidade e segurança, permitiu que os dados atuariais fossem confrontados com as informações de outros demonstrativos, como o balancete contábil.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa enfrentou algumas dificuldades na sua execução, evidenciadas na análise dos recursos orçamentários, em que a LOA de 2006 previu recursos da ordem de R$ 14,8 milhões, dos quais foram executados pouco mais de R$ 3 milhões.

A principal restrição ainda se encontra na ausência de um órgão que realize a supervisão, a fiscalização e o controle das EFPCs com autonomia orçamentária, financeira e administrativa, bem como possua fonte de recursos e quadro de pessoal próprios. A proposta de criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) buscava enfrentar tais dificuldades, mas, como informado no relatório de avaliação do ano anterior, a Medida Provisória (MP) nº 233/04, que propunha sua criação, não foi apreciada pelo Congresso Nacional e perdeu sua eficácia por decurso de prazo.

Desta maneira, os mesmos problemas de infra-estrutura inadequada e insuficiência de recursos humanos continuaram dificultando a execução do Programa, com o agravante de aumento no número de EFPCs e de planos de benefícios a serem fiscalizados e supervisionados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O órgão regulador do regime operado pelas EFPCs, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), constitui um fórum de debate dos temas de interesse do Regime de Previdência Complementar, sendo um exemplo de boas práticas de gestão a reunião de seus membros representantes com os grupos de interesse - ordinariamente, de acordo com seu estatuto, e extraordinariamente, quando necessário.

**RECOMENDAÇÕES**

- Há necessidade de um ajuste da meta física com a meta financeira da Ação Autorização e Acompanhamento de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, visto que a execução representou mais de 120% da meta física planejada com menos de 1% dos recursos previstos;

- Conforme foi recomendado no relatório de avaliação do ano anterior, há necessidade de envio para o Congresso Nacional de um projeto de lei que garanta continuidade ao que foi estabelecido pelo artigo 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e estabelece a criação de um órgão específico para realizar a fiscalização e supervisão das EFPCs, com autonomia e quadro próprio de servidores.

# PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

## OBJETIVO

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

## PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 46.312.838.310,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 46.261.681.442,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 46.261.681.442,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA LÍQUIDA DA UNIÃO

**Unidade de medida:** %
**Último índice apurado:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O indicador não teve o índice de referência apurado e não há nenhum índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA). Assim, não há parâmetros para avaliar a viabilidade do alcance do índice.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 20 e a Lei nº 9.717, de 1998, estabeleceram novas regras para a organização da Previdência Social dos servidores públicos. Procurou-se enfatizar o caráter contributivo e à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial da previdência pública, tornando-a distinta da política de pessoal. O Programa Previdência de Inativos e Pensionistas da União busca consolidar essa nova orientação da previdência pública no âmbito da Administração Pública Federal (APF). Embora sua implementação não seja

centralizada no Ministério da Previdência Social (MPS) - ficando a cargo de cada órgão no qual os inativos e pensionistas da União se aposentaram -, o Programa articula todos os pagamentos da União.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Pagamento das aposentadorias aos servidores inativos da União e aos seus pensionistas, conforme previsto na legislação, inclusive em relação aos prazos e valores.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Este Programa apresenta ações em todos os órgãos da APF direta e indireta, totalizando mais de 350 localizadores de gasto, o que gera dificuldades gerenciais, em especial quanto à coordenação e ao monitoramento. O MPS não dispõe de meios que permitam a realização adequada das atividades de gerenciamento e avaliação do Programa, o que inviabiliza a gestão eficiente e a sistematização das informações sobre este. Assim, há necessidade de uma reflexão sobre seu desenho, responsabilidade e classificação dentro da metodologia do PPA.

**RECOMENDAÇÕES**

- Desenvolvimento de um sistema ou aplicativo informatizado que colete as informações do Programa diretamente nos órgãos da APF e as repasse ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);

- Criação de um grupo de trabalho formado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e pelo MPS, para apresentar soluções quanto ao desenho atual do Programa - observando-se, inclusive, o indicador que nunca foi apurado -, e soluções quanto à sua gestão.

# PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA

## OBJETIVO

Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios.

## PÚBLICO-ALVO

Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos):<br>R$ 163.126.183.065,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 162.840.358.442,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 162.840.358.442,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. TAXA DE SOLUÇÃO DE DEMANDAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 71,57
**Índice previsto ao final do PPA:** 78

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador apresentou um decréscimo de fevereiro a julho de 2006, em decorrência de decisões referentes aos benefícios por incapacidade. Isso ocorreu em virtude do descredenciamento de profissionais médicos conveniados e sua substituição por peritos médicos do quadro do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A partir de agosto, o indicador voltou a crescer, mas não o suficiente para atingir a meta prevista para o final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

### 2. TAXA DE RETORNO DE SEGURADOS REABILITADOS PARA O MERCADO DE TRABALHO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 65
**Índice previsto ao final do PPA:** 66

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Este indicador teve evolução positiva de 6% no período entre 2005 e 2006. Assim, deverá alcançar o índice previsto para o final de 2007.

**3. TAXA DE PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 60 ANOS PELA PREVIDÊNCIA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 74,77
**Índice previsto ao final do PPA:** 85

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador apresentou um decréscimo de 3,09% no período entre 2005 e 2006, distanciando-se do índice proposto para o final do PPA 2004-2007. Ao analisar este indicador, vale ressaltar que ele não tem uma relação direta com o objetivo do Programa, cujas ações não contemplam iniciativas voltadas para seu alcance. Vale ressaltar que alguns critérios de apuração devem ser revistos, pois, atualmente, está incluída população com mais de 60 anos que recebe o benefício assistencial de prestação continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), mas que tem cobertura em programa específico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Há, ainda, as trabalhadoras rurais, em condição de seguradas especiais, que podem requerer o benefício de aposentadoria por idade aos 55 anos e, portanto, estão cobertas pelo Programa, mas não integram o indicador. O trabalhador urbano, apenas tem direito à aposentadoria por idade aos 65 anos e, assim, fica desamparado pelo Programa entre os 60 e 65 anos. Atualmente, na apuração do indicador, estas situações estão sendo excluídas, mas, em tese, fazem parte do conceito, não deixando transparente, assim, a sua forma de apuração, apontando diferença entre os dados disponíveis e a real representação do indicador.

**4. TAXA DE SOLUÇÃO DOS PROCESSOS EM ESTOQUE NO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 69,85
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Em função do processo de reestruturação do Conselho de Recursos de Previdência Social (CRPS), o índice previsto foi superado já em 2005. Entretanto, houve um decréscimo do índice de 7,59% no período entre 2005 e 2006.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Previdência Social deve assegurar, fundamentalmente, proteção aos cidadãos em situações de perda da capacidade laborativa por idade avançada, morte e incapacidades. Trata-se de política contributiva, que deve garantir os meios necessários para que os cidadãos participantes do RGPS possam requerer os benefícios a que têm direito. Assim, este Programa, além de garantir o pagamento dos benefícios, no valor e no prazo previstos

em lei, também executa ações voltadas para o reconhecimento de direitos e a realização de perícias médicas, como também ações destinadas à reabilitação profissional, que oferecem aos beneficiários meios para promover o seu reingresso ao trabalho.

Para garantir o acesso do cidadão aos direitos previdenciários previstos em lei, a Previdência Social mantém uma rede de atendimento em grande parte dos Municípios, onde, em muitos casos, o pagamento de benefícios previdenciários representa uma parcela considerável da economia local. Atualmente, a Previdência Social conta com 1.217 agências. Em 2006, as unidades de atendimento da Previdência Social realizaram cerca de 43 milhões de atendimentos. No mesmo período, foram gastos R$ 165,6 milhões com o pagamento de benefícios.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Em 2006, o número de benefícios emitidos pela Previdência Social atingiu 24,6 milhões, sendo que 21,6 milhões eram benefícios previdenciários e acidentários, com valor médio nominal de R$ 582,25, e 2,9 milhões eram benefícios assistenciais, de valor correspondente a um salário mínimo;

- Foram realizados 6,8 milhões de exames médicos periciais, representando um decréscimo em torno de 25%, em relação a 2005, evidenciando a nova política da Previdência Social de racionalizar o número de perícias médicas;

- O serviço de reabilitação profissional atendeu a 66.925 segurados, representando um acréscimo de 15%, em relação a 2005;

- Foram concedidos, em 2006, 4,24 milhões de novos benefícios, representando um aumento de 7,16%, em relação ao ano anterior;

- A Ação Recadastramento Previdenciário, de na atualização cadastral do banco de dados dos benefícios do RGPS, apresentou execução física em torno de 94%, sendo que dos 15,63 milhões de benefícios previstos para serem recenseados, até dezembro de 2006, 14,74 milhões foram realizados. Desse total, 34.530 benefícios foram cessados, o que correspondeu a uma economia no valor total anual de R$ 184,53 milhões.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As ações apresentaram execução física aquém do esperado. Os principais fatores que contribuíram para que as metas previstas não fossem atingidas foram insuficiência de recursos orçamentários, contingenciamento orçamentário, escassez de recursos humanos e defasagem tecnológica.

Durante o ano de 2006, houve necessidade de suplementações orçamentárias para atender às despesas de várias ações do Programa - despesas às quais se buscou a atender por meio de decretos e medida provisória (MP), que não cobriram 100% da necessidade, como ocorreu no caso das ações Serviço de Perícia Médica Judicial, Defesa Judicial da Previdência Social, Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social e Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários.

O Programa sofreu também com problemas de infra-estrutura, principalmente em decorrência de incêndio ocorrido no edifício sede do INSS, no dia 27 de dezembro de 2005, quando cerca de 70% do material de trabalho foi destruído, inclusive a memória documental técnica e equipamentos, o que comprometeu o desenvolvimento das atividades no primeiro semestre de 2006.

Como ocorreu em exercícios anteriores, no tocante aos recursos humanos, a equipe gerencial era reduzida, havendo sobrecarga de trabalho para os coordenadores de ação, com dificuldades, assim, de acompanhamento e avaliação das ações. As equipes executoras não conseguiram absorver a demanda a elas dirigidas, pois não possuíam número de funcionários compatível com a necessidade de atendimento a ser realizada.

O atendimento por canais remotos (Internet e *call center*) facilitou o acesso ao requerimento de benefícios. Entretanto, passou a haver sobrecarga na fase posterior, de análise e decisão sobre os benefícios requeridos. A situação vem sendo contornada com informatização, o que atenuou o problema, mas não o resolveu por completo, visto que a análise dos direitos e o atendimento à população não podem ser plenamente supridos por sistemas alternativos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A articulação do Programa com a sociedade civil em âmbito nacional ocorre através do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), em suas reuniões mensais, e no âmbito das gerências-executivas do INSS com os Conselhos de Previdência Social (CPS). Os referidos conselhos sintetizam a posição da sociedade, apresentando sua avaliação quanto aos serviços prestados pelo INSS, permitindo, dessa forma, direcionar esforços no sentido de resolver os problemas apontados pelos representantes da sociedade civil.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações..

# QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

## OBJETIVO

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às expectativas dos cidadãos.

## PÚBLICO-ALVO

Empresas, segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 254.182.947,00 | Empenho Liquidado: | R$ 157.929.420,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 157.929.420,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. PRAZO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

**Unidade de medida:** Dia
**Índice apurado em 2006:** 33
**Índice previsto ao final do PPA:** 13

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador aumentou nos três primeiros anos do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e não deve alcançar o índice previsto para o final deste ano. Entretanto, vale ressaltar os esforços da gerência do Programa para diminuir o prazo de concessão, abrindo novos canais de atendimento ao cidadão. Em 2006, houve um aumento de 33% no requerimento de novos benefícios, contra um aumento de 23% da produtividade, comparando-se os benefícios despachados em 2005 com o total de benefícios despachados em 2006. Portanto, apesar dos esforços empreendidos, o prazo de concessão aumentou.

### 2. IDADE MÉDIA DO ACERVO DE SOLICITAÇÕES DE BENEFÍCIOS

**Unidade de medida:** Dia
**Índice apurado em 2006:** 109
**Índice previsto ao final do PPA:** 55

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador dificilmente irá atingir o índice previsto para o final do PPA 2004-2007. Apesar dos esforços da gerência do Programa para diminuir a idade média do acervo, como a implantação do Projeto de Gestão do Atendimento (PGA), não houve impacto no indicador.

**3. GRAU DE SATISFAÇÃO NO ATENDIMENTO**

**Unidade de medida:** Número-Índice
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:**

O indicador não foi apurado nos três primeiros anos do PPA 2004-2007. Assim, não há parâmetros para analisar sua viabilidade.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O principal foco do Programa é a qualidade dos serviços prestados pela previdência social, de modo que está relacionado diretamente à resolubilidade na concessão, na manutenção e na cessação de benefícios e serviços prestados aos cidadãos.

Para tanto, são necessários constantes investimentos nos processos institucionais, tendo como princípio a busca pela excelência da gestão previdenciária, pautada na ética, na transparência, na participação, na descentralização, no controle social e na orientação aos cidadãos. Tais investimentos visam à reestruturação de processos, à implementação de política efetiva de desenvolvimento de pessoal, ao controle interno e ao mapeamento dos custos operacionais. Pretendem, dessa forma, tornar mais ágeis, eficientes e confiáveis os procedimentos das atividades finalísticas e operacionais nas áreas de benefícios, auditoria, recursos humanos, logística, orçamento e finanças.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Inauguração, em junho de 2006, na cidade de Recife (PE), da Central de Tele-atendimento da Previdência Social (135), que funciona de segunda-feira a sábado, das 7h às 19h horas, agregando 600 novas posições de atendimento em relação à estrutura de atendimento telefônico existente em 2005;

- Expansão da capacidade de atendimento nas unidades da Previdência Social, representando um acréscimo da ordem de 16% em relação ao ano de 2005, passando de 37 milhões de atendimentos em 2005 para cerca de 43 milhões de atendimentos em 2006;

- No âmbito do Programa de Melhoria do Atendimento (PMA), que objetiva conferir agilidade na prestação dos serviços, comodidade aos usuários e ampliação do controle social, foram concluídas 37 obras e 73 estão em andamento;

• Redução de 79,61% das filas nas Agências da Previdência Social (APS), comparando-se dezembro de 2006 ao mesmo período de 2005, o que representa o enfrentamento de uma questão histórica da Previdência;

• Atendimento, pela Ouvidoria-Geral da Previdência Social, de 196,17 mil registros, dos quais 73,41% foram solucionados;

• Realização de 1.080 ações de auditoria, resultando em 3.054 recomendações;

• Qualificação de 6.153 servidores do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) em legislação previdenciária, sistemas corporativos e no PGA.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução financeira do Programa ficou em torno de 60%. A principal restrição que afetou sua execução esteve ligada ao contingenciamento orçamentário e a descontinuidade na liberação de recursos.

Os recursos materiais insuficientes afetaram a execução do Programa, principalmente no que se refere aos consultórios para realização de perícias médicas. O problema foi amenizado com o decorrer do exercício de 2006 e, atualmente, há condições razoáveis de trabalho. Houve também dificuldades com o trabalho de atendimento em unidades móveis da Previdência (barcos e automóveis), em decorrência do contingenciamento orçamentário.

Entretanto, mesmo com recursos restritos, o ano de 2006 consolidou o direcionamento do trabalho que vinha sendo realizado desde 2005, com foco na melhoria do atendimento e redução das filas nas APS. Novos canais de atendimento remoto (por Internet, 135 e teleatendimento) foram implementados e aperfeiçoados. Houve a expansão do número de unidades de atendimento, totalizando, atualmente, 1.217 APS, propiciando maior acessibilidade e conforto ao cidadão.

Em 2006, houve também um grande avanço da Previdência Social quanto à questão histórica das filas nas APS, visto que houve uma redução de 79,61% se comparado o mês de dezembro de 2006 ao mesmo período de 2005.

**RECOMENDAÇÕES**

• Os indicadores atuais medem, exclusivamente, o tempo parcial do processo, desde seu protocolo à sua conclusão. Faz-se necessário um indicador para medir também o nível de acessibilidade dos usuários à Previdência Social, tanto através do atendimento direto nas APS, quanto de modo remoto (por Internet e telefone), medindo o quantitativo de usuários atendidos e o crescimento da capacidade da instituição de atender ao seu público-alvo num patamar satisfatório;

• Redimensionamento da meta física e financeira da Ação Capacitação de Servidores nos Processos de Qualidade e Melhoria Contínua, já que houve uma execução física 196% superior à meta prevista, com utilização de apenas 62% dos recursos financeiros.

# REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

## OBJETIVO

Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal (DF).

## PÚBLICO-ALVO

Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e DF.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.877.830,00 | Empenho Liquidado: | R$ 7.396.406,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 7.396.406,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador não foi apurado em 2004, 2005 e 2006. A gerência do Programa avalia que o indicador não possui o detalhamento e a consistência técnica adequados para expressar com precisão a evolução dos resultados alcançados.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O controle do financiamento dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos é prioridade na agenda política do Governo Federal devido ao desequilíbrio estrutural que causa nas contas públicas. A ausência desse controle tende a comprometer cada vez mais os recursos fiscais e a sustentabilidade do próprio sistema.

As reformas previdenciárias instituídas podem ser consideradas positivas, na medida em que a velocidade de aprovação e regulamentação superou as experiências anteriores e propiciou ambiente de cooperação entre a União, os Estados, o DF e os Municípios, na busca de melhores paradigmas de gestão dos regimes próprios de previdência do funcionalismo, principalmente incorporando à Constituição Federal linhas gerais do novo modelo de caráter contributivo, em que benefício e contribuição devem estar correlacionados de modo a permitir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. As mudanças afetaram, basicamente, os seguintes aspectos do plano de benefícios: a fórmula de cálculo, as regras de elegibilidade e a indexação dos benefícios, além de introduzir a contribuição previdenciária de inativos e pensionistas. Assim, o objetivo do Programa é fortalecer a capacidade administrativa de todos os elos dessa estrutura, bem como promover mecanismos legais e técnicos visando à viabilidade estrutural, econômica, financeira e atuarial dos regimes próprios de previdência das Unidades da Federação.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Término do recadastramento dos servidores públicos estaduais em seis Estados (iniciado em 2005), contribuindo para reduzir despesas indevidas, com a exclusão de servidores que não tinham mais direito aos benefícios, bem como para a constituição de banco de dados consistente, de modo a viabilizar a realização de cálculos atuariais realistas;

- Fiscalização de 626 regimes próprios de Previdência estaduais e municipais;

- Realização de mais de 970 auditorias diretas nos Estados e Municípios, resultando em um maior controle dos Regimes Próprios, com melhorias na gestão e no equilíbrio atuarial e financeiro.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa apresentou uma execução financeira em torno de 50%, sendo que sua principal restrição está no relacionamento com os organismos internacionais. Como suas principais ações - Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência e Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias (Sinprev) - contam com financiamento e participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), os processos de licitação e celebração de contratos tornam-se ainda mais demorados, dificultando sua execução.

Numa tentativa de melhorar a execução das ações, os processos foram transferidos para a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério da Previdência Social (MPS). Entretanto, num primeiro momento essa mudança representou uma demora ainda maior na execução das ações, que foi solucionada no decorrer do ano, mas acabou gerando impacto negativo na execução do Programa. Em função disso, o processo licitatório para realização de recadastramento previdenciário em 34 Municípios foi concluído somente em outubro de 2006, e os trabalhos serão finalizados em 2007 e 2008.

Cabe destacar que a execução do Programa é realizada com o apoio de financiamento externo por meio do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep), do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência (Prevmun) e do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (ProPREV), sendo que o Parsep foi premiado pelo Banco Mundial (Bird) devido ao alcance dos seus objetivos de forma destacada, em relação à carteira de projetos de desenvolvimento dessa instituição financeira multilateral.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Em 2006, foram incluídas novas exigências para o alcance da situação de regularidade dos regimes próprios, frente à garantia do seu equilíbrio atuarial, o que resultou em aumento de aporte de recursos das Unidades da Federação aos seus regimes, atingindo um montante de aproximadamente R$ 24 bilhões.

**RECOMENDAÇÕES**

- Criar um novo indicador, já que o indicador existente não mensura os resultados do Programa e nos três primeiros anos do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 não foi apurado;

- As ações Estudos para a Criação do Regime de Previdência dos Militares da União e Estudos para a Criação do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos não foram executadas nos três primeiros anos do PPA 2004-2007, devendo ser avaliada a possibilidade de serem excluídas;

- A Ação Publicidade de Utilidade Pública também não apresentou execução financeira em 2005 e 2006. E, por isso, questiona-se a sua pertinência.




# MINISTÉRIO DA SAÚDE

Alimentação Saudável

Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Assistência Suplementar à Saúde

Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e outras Causas Externas

Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos

Atenção Básica em Saúde

Atenção Especializada em Saúde

Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde

Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

Controle da Tuberculose e Eliminação da Hanseníase

Educação Permanente e Qualificação Profissional no Sistema Único de Saúde

Investimento para Humanização e Ampliação do Acesso à Atenção à Saúde

Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Saneamento Rural

Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue

Vigilância Ambiental em Saúde

Vigilância e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis

Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis

Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Vigilância, Prevenção e Controle da Malária e da Dengue

Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério da Saúde (MS), foram utilizados **R$ 44.311.099.144,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 46.195.433.742,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 44.311.099.144,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 46.195.433.742,00** | **Total realizado:** | **R$ 44.311.099.144,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MS não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 3.267.109.888,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 2.012.607.926,00.**

## PRINCIPAIS RESULTADOS

### ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA:

- Implantação de 2.165 novas Equipes de Saúde da Família (ESF), totalizando 26.729 em atividade. Presença em aproximadamente 5.100 Municípios, cobrindo 85,7 milhões de pessoas (cerca de 46,2% da população);

- Contratação de 11.388 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), totalizando 219,5 mil em atividade. Presença em aproximadamente 5.300 Municípios, cobrindo 109,7 milhões de pessoas (cerca de 59,1% da população);

- Implantação de 2.483 novas Equipes de Saúde Bucal (ESB), totalizando 15.086 em atividade. Presença em aproximadamente 4.300 Municípios, cobrindo 73,9 milhões de pessoas (cerca de 39,8% da população).

### SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU 192):

- Implantação de 23 novos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e entrega de três ambulanchas para atendimento na Região Amazônica, totalizando 111 unidades em atividade, com cobertura de 91,70 milhões de habitantes em 906 Municípios;

- Adequação das áreas físicas das centrais de regulação de todas as unidades de atendimento até então implantadas, bem como mantido o seu custeio;

- Distribuição de 1.608 ambulâncias adquiridas entre 2004 e 2006, bem como de 3.065 equipamentos e 156 incubadoras de transporte neonatal adquiridas no mesmo período.

**FARMÁCIA POPULAR:**

- Inauguração de 175 Farmácias Populares, totalizando 253 em funcionamento;
- Expansão da parceria com a rede privada para a manutenção da venda de medicamentos subsidiados, como parte da iniciativa Farmácia Popular do Brasil, totalizando cerca de 3.000 estabelecimentos cadastrados.

**ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA:**

- Cobertura total da população brasileira com os medicamentos para atenção básica à saúde, fornecendo incentivo financeiro aos 5.564 Municípios habilitados;
- Cobertura de 390,5 mil pacientes que recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para uso de medicamentos de dispensação excepcional;
- Atendimento de aproximadamente 81 milhões de pessoas com medicamentos estratégicos, incluindo aqueles para o tratamento de doenças como a Aids, a malária, a hanseníase e a tuberculose;
- Introdução de 17 novos medicamentos no elenco a ser transferido, de forma pactuada, para Estados e Municípios;
- Início da produção e distribuição dos medicamentos epoetina e alfainterferona pelo Laboratório Bio-Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), como resultado do processo de transferência de tecnologia Acordo Brasil-Cuba;
- Aprovação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos por meio da qual foram qualificados serviços farmacêuticos do gênero nos 27 Estados brasileiros, abrangendo 2.608 Municípios.

**MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE:**

- Conclusão da informatização do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), agilizando o funcionamento do banco de órgãos e tecidos;
- Aumento no número de consultas por habitante de 1,85 em 2005 para 2,32 em 2006.

**VIGILÂNCIA EM SAÚDE:**

- Vacinação de 95,46% das crianças menores de 5 anos contra a poliomielite;
- Vacinação de 85,72% das pessoas maiores de 60 anos contra a gripe, superando a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 70%;
- Coordenação do Plano de Preparação para a Pandemia de Influenza;
- Aumento da taxa de cura da tuberculose de 73,1% em 2005 para 81,81% em 2006;
- Aumento da taxa de cura da hanseníase de 69,24% em 2005 para 75,25% em 2006;

• Implementação do VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas Não-Transmissíveis por Entrevistas Telefônicas.

**GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE:**

• Aprovação do Pacto pela Saúde e a sua regulamentação, que se constituem em marcos da gestão descentralizada e têm expressão concreta numa Agenda de Compromissos, na qual estão definidas macro-prioridades articuladas e integradas em três dimensões:

a) Pacto pela Vida;
b) Pacto em Defesa do SUS;
c) Pacto de Gestão.

• Por intermédio desses Pactos, busca-se estabelecer um novo padrão de relacionamento do SUS com a sociedade, pautado pela identificação de problemas a serem enfrentados pelo Sistema e baseado no compromisso em torno de uma Agenda que contribua para a qualidade de vida e a inclusão social.

**SANEAMENTO:**

• Conclusão de ações de melhorias habitacionais para o controle da Doença de Chagas, beneficiando 1.659 famílias;

• Conclusão de 32 obras de saneamento em comunidades especiais, beneficiando 6.305 famílias.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

A definição dos indicadores relacionada à expressão dos resultados foi o fator de inadequação mais freqüentemente citado pelos gerentes de programa. Cerca de 33% dos gerentes consideraram que os indicadores do PPA da saúde não captam os efeitos do conjunto das ações.

**ASPECTOS RELEVANTES**

Como resultado da própria organização do SUS, que tem como princípios a descentralização e o comando único em cada esfera de governo, as principais dificuldades para a melhor execução dos programas do MS estão associadas à natureza tripartite de implementação dos serviços de saúde, envolvendo a União, os Estados e os Municípios.

Nesse contexto, é importante notar que as principais restrições apontadas nas avaliações dos programas referem-se a questões sob responsabilidade dos entes subnacionais, principalmente em nível municipal, conforme relação abaixo:

a) quantidade e qualificação insuficiente de recursos humanos nas equipes executoras em 57% e 38% dos programas finalísticos, respectivamente;
b) recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada nas equipes executoras em 48% e 33% dos programas finalísticos, respectivamente.

A insuficiência e qualificação inadequada dos recursos humanos provocam dificuldades nos processos de licitação e celebração de contratos e convênios, bem como para a prestação de contas.

No âmbito do Governo Federal, merecem destaque as seguintes restrições:

a) quantidade insuficiente de recursos humanos na equipe gerencial em 43% dos programas finalísticos;
b) atraso na liberação do limite de empenho para as unidades do MS em 33% dos programas finalísticos;
c) recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada na equipe gerencial em 33% e 29% dos programas finalísticos, respectivamente.

Apenas 19% dos programas finalísticos apontaram insuficiência de dotação orçamentária.

**RECOMENDAÇÕES**

- O PPA 2008-2011 deve ser elaborado em consonância com o Plano Nacional de Saúde (PNS), para o mesmo período, uma vez que este expõe os compromissos e metas pactuadas pelos três entes federativos, enquanto o primeiro estabelece as diretrizes e metas para a Administração Federal.

# ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

## OBJETIVO

Promover a alimentação saudável no ciclo de vida, prevenir e controlar os distúrbios nutricionais e as doenças relacionadas à alimentação e nutrição.

## PÚBLICO-ALVO

População brasileira com enfoque no ciclo de vida (gestação, infância, adolescência, idade adulta e terceira idade), com abordagem específica para grupos populacionais estratégicos (indígenas, quilombolas, sem-terra, acampados e assentados da reforma agrária) e portadores de deficiência.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.717.645,00 | Empenho Liquidado: | R$ 21.244.952,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 21.244.952,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE DOIS ANOS NAS ÁREAS COBERTAS POR AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

**Unidade de medida:** %
**Índice Apurado em 2006:** 3,34
**Índice previsto ao final do PPA:** 6,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
A prevalência de desnutrição infantil reduziu ao longo dos últimos anos no País, mas ainda não chegou aos patamares aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

### 2. TAXA DE PREVALÊNCIA DE ANEMIA FERROPRIVA EM CRIANÇAS

**Unidade de medida:** %
**Índice Apurado em 2006:** 45
**Índice previsto ao final do PPA:** 41

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O Programa Nacional de Suplementação de Ferro foi implementado a partir de 2005 e ainda não houve tempo para a apresentação do impacto na prevalência de anemia ferropriva em crianças.

**3. TAXA DE PREVALÊNCIA DE OBESIDADE EM ADULTOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice Apurado em 2006:** 11,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 8

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A redução da prevalência das doenças crônicas não-transmissíveis tem como forte componente de sua estratégia os índices nacionais de obesidade, o que colabora com o alcance, ao menos parcial, da meta prevista para o final do plano.

**4. TAXA DE PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO INFANTIL**

**Unidade de medida:** %
**Índice Apurado em 2006:** 3,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 3,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A prevalência de desnutrição infantil reduziu ao longo dos últimos anos no País, porém, ainda não chegou aos patamares aceitáveis pela OMS.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Os riscos nutricionais, de diferentes categorias e magnitudes, permeiam todo o ciclo da vida humana, desde a concepção até a senectude, assumindo diversas configurações epidemiológicas em função do processo saúde/doença de cada população.

No Brasil, são inúmeros os problemas inerentes à alimentação e à nutrição inadequadas, podendo ser destacados:

*a)* *deficit* de altura em 10,5% das crianças brasileiras, com notável variação desta condição nas regiões, 5,1 %, no Sul, e 17,9%, no Nordeste (fonte: Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde - PNDS, 1996);
b) elevada taxa de desnutrição em menores de cinco anos (5,7%), com as maiores freqüências sendo registradas nas regiões Norte (7,7%) e Nordeste (8,3%).

Acrescem-se a esses problemas, aqueles decorrentes de hábitos alimentares inapropriados, como insuficiência de vitaminas, obesidade, entre outros, que constituem, igualmente, um grande desafio.

Frente a essa complexa situação alimentar e nutricional, foi concebido o Programa Alimentação Saudável, entendendo que alimentação saudável é fator de proteção comprovado para as principais causas de doença e morte no Brasil e no mundo.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Monitoramento do estado nutricional de mais de 3,7 milhões de crianças e de mulheres em idade fértil;
- Distribuição de megadose de vitamina A para 3,2 milhões de crianças entre seis e 59 meses;
- Implantação do Programa Nacional de Suplementação de Ferro em todos os Estados;
- Publicação do **Caderno de Atenção Básica - Obesidade** e do Manual sobre alimentação e nutrição para as famílias do Programa Bolsa Família;
- Estabelecimento do repasse fundo a fundo para as ações de nutrição na Atenção Básica para as Secretarias Estaduais de Saúde e capitais.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A maioria das metas previstas foi cumprida, exceto em função de atrasos na produção dos suplementos (sulfato ferroso), o que afetou a distribuição dos produtos no Programa Nacional de Suplementação de Ferro.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados insuficientes. Há necessidade de maiores recursos para implementação das ações de atenção nutricional no âmbito da Atenção Básica à Saúde e para a suplementação de ferro para todas as crianças entre seis e 18 meses.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade em função do processo eleitoral, mas não prejudicou decisivamente a execução programada; foram executados 97,82% dos recursos previstos.

As Secretarias Municipais de Saúde são as responsáveis pela implementação das ações e apresentam grau crescente de cobertura do Programa. Porém, com relação ao Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, os Municípios não estão apresentando desempenho suficiente.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O desempenho físico das ações é monitorado por meio de sistemas informatizados, com periodicidade mensal e abrangência nacional, com informações por Município. As ações realizadas com os recursos do Programa Alimentação Saudável são gerenciadas por sistemas de informações descentralizados nos Municípios (Programa de Suplementação de Ferro, Programa de Suplementação de Vitamina A, acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional).

A participação social é promovida no âmbito do Conselho Nacional de Saúde (CNS) por meio da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN), que acompanha as ações implementadas com os recursos do Programa Alimentação Saudável. Além disso, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) também acompanha a execução do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

## OBJETIVO

Garantir o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.639.697.377,00 | Empenho Liquidado: | R$ 2.566.525.660,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 2.566.525.660,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA TUBERCULOSE DISPONIBILIZADOS PELO SUS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 90

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice originalmente previsto deve ser alcançado, tendo em vista que já em 2005 o índice registrava 85%.

### 2. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA HANSENÍASE DISPONIBILIZADOS PELO SUS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 85

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice originalmente previsto deve ser mantido, tendo em vista que já em 2005 o índice registrava 85.

**3. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA DIABETES DISPONIBILIZADOS PELO SUS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

**4. TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO DISPONIBILIZADOS PELO SUS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Os dados sobre o uso de medicamentos e insumos estratégicos indicam que mais da metade da população brasileira não tem acesso aos medicamentos essenciais e apontam para uma fragmentação das ações que ordenam as políticas públicas do setor dos insumos considerados estratégicos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Cobertura total da população brasileira com os medicamentos para atenção básica à saúde, fornecendo incentivo financeiro aos 5.564 Municípios habilitados;
- Cobertura de 390,5 mil pacientes que recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para uso de medicamentos de dispensação excepcional;
- Atendimento de aproximadamente 81 milhões de pessoas com medicamentos estratégicos, incluindo aqueles para o tratamento de doenças como a aids, a malária, a hanseníase e a tuberculose;
- Inauguração de 175 Farmácias Populares, totalizando 253 em funcionamento;
- Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil por meio de parceria com a rede privada de farmácias e drogarias, com aproximadamente 3.000 farmácias cadastradas;
- Início da produção e distribuição dos medicamentos epoetina e alfainterferona pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Laboratório Bio-Manguinhos/Fiocruz), como resultado do processo de transferência de tecnologia Acordo Brasil-Cuba;
- Aprovação da 4ª Edição da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) por meio da Portaria nº 2.475, de 13.10.06;

• Aprovação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, através do Decreto nº 5.813, de 22.6.2006.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento de metas físicas ocorreu dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação da execução física, contribuindo para o acesso aos medicamentos e insumos estratégicos pela população que demanda os serviços do SUS. Foram executados 97,23% dos recursos orçamentários previstos.

Na ação de assistência financeira para a aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais, a dotação orçamentária inicialmente aprovada não foi suficiente para cumprir a programação, necessitando de suplementação para seu custeio total.

Os recursos do Programa foram alocados de acordo com a incidência e prevalência de doenças passíveis de controle através de medicamentos e insumos.

Os recursos materiais disponibilizados para as equipes executoras foram considerados insuficientes. No mesmo sentido, há carência em relação à quantidade e qualificação das equipes executoras, em razão da indisponibilidade para contratação e domínio precário de aspectos de gestão do SUS, respectivamente.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa se fortaleceu na organização das ações e serviços de saúde do SUS, ampliando o conceito de assistência farmacêutica, investindo em planejamento, na melhoria dos fluxos de compra, estoque e controle, permitindo formular uma política que ordene e articule atividades, investindo na busca de estratégias que levem o País a aumentar a sua autonomia na produção de medicamentos, através do investimento na modernização técnica dos laboratórios oficiais e da criação da rede de produção pública de medicamentos. O Programa também se preocupou em organizar a Política de Assistência Farmacêutica, definindo linhas de financiamento que melhorem a alocação através da descentralização dos recursos e do estabelecimento de responsabilidades entre os gestores do SUS.

A participação social é promovida por meio de reuniões com grupos de interesse como associações de pacientes portadores de patologias, por exemplo, e através dos Conselhos Setoriais (Conselho Nacional de Saúde - CNS, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - CONASS e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde -Conasems).

A participação de diferentes agentes nas discussões permitiu ao Programa identificar os principais problemas enfrentados na gestão da Assistência Farmacêutica estadual e municipal e explicitou a necessidade constante de investimento no setor, para a melhoria

dos serviços de saúde. O Ministério da Saúde (MS), como principal agente das atividades de Assistência Farmacêutica (AF), deve colaborar e promover encontros e reuniões que possibilitem a tomada de decisões para a solução dos problemas relacionados ao ciclo da assistência farmacêutica e ao acesso da população aos medicamentos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR À SAÚDE

## OBJETIVO

Garantir aos usuários de planos e seguros privados de saúde o cumprimento dos serviços contratados às operadoras de saúde suplementar, compatibilizado com o Sistema Único de Saúde (SUS).

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de planos e seguros privados de saúde.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 111.479.791,00 | Empenho Liquidado: | R$ 106.580.700,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 106.580.700,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE OPERADORAS FISCALIZADAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 89
**Índice previsto ao final do PPA:** 71

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice alcançado deve ser mantido em 2007.

### 2. COEFICIENTE DE DENÚNCIAS DE SEGURADOS

**Unidade de medida:** 1/1000
**Índice apurado em 2006:** 0,31
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,31

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A Central de Relacionamento está em reestruturação, sendo que o valor encontrado nesse ano foi exatamente o previsto para o final do PPA. Para o ano de 2007 ainda não há previsão do alcance da meta.

**3. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE GRANDE PORTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 87
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

**4. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE MÉDIO PORTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 88
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice alcançado deve ser mantido em 2007.

**5. ÍNDICE DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS OPERADORAS DE PEQUENO PORTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 81
**Índice previsto ao final do PPA:** 55

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice alcançado deve ser mantido em 2007.

**6. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DO REGISTRO DE PLANO DE SAÚDE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 52
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

**7. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE GRANDE PORTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 44
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
No momento, a área considera apenas a taxa de registro de operadoras, já que a autorização de funcionamento leva em conta outros processos, como o registro de produtos.

**8. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE MÉDIO PORTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 30
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

No momento, a área considera apenas a taxa de registro de operadoras, já que a autorização de funcionamento leva em conta outros processos, como o registro de produtos.

**9. ÍNDICE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE OPERADORAS DE PEQUENO PORTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 17
**Índice previsto ao final do PPA:** 55

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

No momento, a área considera apenas a taxa de registro de operadoras, já que a autorização de funcionamento leva em conta outros processos, como o registro de produtos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Programa foi criado devido à necessidade de implementar, com base na Lei nº 9.656/98, a regulação e a fiscalização das assistências médica, odontológica, ambulatorial, hospitalar e farmacêutica, prestadas aos usuários de planos e seguros privados de saúde.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Fiscalização de 89% das operadoras, o que significa um aumento de 15,58% em relação a 2005;
- Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) de R$ 12,2 milhões, significando R$ 200 mil a mais que em 2005;
- Cobrança de 71,3% das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) identificadas;
- Recebimento de 9% das AIHs identificadas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento de metas físicas ocorreu dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 95,61% dos recursos previstos.

Com relação ao impacto de ações não-orçamentárias, deve ser destacado o alcance das atividades de ressarcimento ao SUS. As atividades de cobrança e partilha apresentaram resultados satisfatórios e o recebimento (área de maior entrave) foi superior ao ano anterior.

Houve importante inversão nas proporções de recursos gastos em relação ao ano anterior: em 2005, as despesas alocadas em Gestão e Administração do Programa (GAP) perfaziam 65% dos gastos; em 2006, a proporção maior de recursos foi destinada à ação de regulação, fiscalização e monitoramento de operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, aumentando assim a especificidade do gasto.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), responsável pela implementação do Programa, promove a participação social por diversos meios: Ouvidoria, audiências públicas, consultas públicas e reuniões com grupos de interesse.

Outro canal importante de participação social é a Câmara de Saúde Suplementar (CSS), criada pela Lei nº 9.656/98, que consiste em um órgão consultivo formado por representantes de todos os segmentos da sociedade que protagonizam as relações no setor de saúde suplementar.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIAS, VIOLÊNCIAS E OUTRAS CAUSAS EXTERNAS

## OBJETIVO

Implementar políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade da atenção à saúde da população em situações de urgências, violências e outras causas externas.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 308.629.579,00 | Empenho Liquidado: | R$ 153.163.424,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 153.163.424,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. COEFICIENTE DE LETALIDADE HOSPITALAR POR URGÊNCIAS

**Unidade de medida:** 1/100
**Índice apurado em 2006:** 42,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 36,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

### 2. COEFICIENTE DE LETALIDADE HOSPITALAR POR CAUSAS EXTERNAS

**Unidade de medida:** 1/100
**Índice apurado em 2006:** 2,64
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,29

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudos epidemiológicos de diversos autores mostram que, nos últimos 50 anos, a condição de vida e de morte da população brasileira sofreu mudanças significativas. Os indicadores estão em pleno processo de transição, posto que doenças não transmissíveis

estão avançando progressivamente a cada ano, avanço causado principalmente por causas externas, que ocuparam em 2000 o segundo lugar entre as cinco principais causas de mortalidade global no País. Dentre as causas externas, observa-se o predomínio dos casos de violências - aproximadamente 28% do total - e dos acidentes de trânsito - 26%. Para as demais causas, somaram outras mortes violentas, como o suicídio, as mortes por causas indeterminadas, as quedas e outras. As causas externas de mortalidade são mais expressivas nas regiões metropolitanas, 75% dos casos de morte ocorrem em centros urbanos e afetam principalmente adolescentes e adultos jovens. Essa situação tem forte impacto sobre o SUS e sobre a sociedade, demandando o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, articuladas e integradas, para o seu enfrentamento. A observação do aumento no número de mortes violentas e os esclarecimentos sobre as causas desta mortalidade, através de estudos e/ou pesquisas específicas, podem induzir políticas voltadas à prevenção e atenção integral a estes fatos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Implantação de 23 Serviços de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192), totalizando uma rede com 111 SAMU, com cobertura populacional de 91,7 milhões de habitantes, em 906 Municípios;

- Distribuição e monitoramento da entrega de 1.608 ambulâncias adquiridas em 2004 e 2006;

- Distribuição e monitoramento da entrega de 3.065 equipamentos e 156 incubadoras de transporte neonatal adquiridos em 2004, 2005 e 2006;

- Entrega de três ambulanchas (1 SAMU Macapá e 02 SAMU de Manaus).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas esteve abaixo do previsto e foram executados 49,63% dos recursos orçamentários previstos. Dos 54 novos SAMU programados para 2006, apenas 23 foram implantados, o que representa 42,59% da meta.

O baixo desempenho é atribuído:

a) à baixa adesão e fragilidade na pactuação com gestores estaduais na implantação de projetos SAMU;
b) à baixa qualidade dos serviços de atenção às urgências existentes;
c) à insuficiência de recursos humanos na equipe de profissionais do Ministério da Saúde (MS) para analisar, implementar e acompanhar os projetos.

Foram aspectos apontados como restrições à execução do Programa:

a) recursos materiais insuficientes, como falta de computadores, linhas telefônicas, impressoras, tinta;
b) recursos financeiros para organização de oficinas e outros eventos programados para o ano;

c) a falta de infra-estrutura adequada, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência (área física, equipamentos de informática e mobiliários), para a qualificação das ações macro gerenciais;
d) insuficiência de recursos humanos com perfil gerencial para acompanhamento das metas físicas e orçamentárias do Projeto, bem como acompanhamento do processo de implementação da política e qualificação permanente das ações;
e) insuficiência de consultores técnicos para o acompanhamento do Projeto SAMU e dos outros componentes da política. Seriam necessários consultores que pudessem acompanhar os Estados e Municípios onde as ações são implantadas/ implementadas;
f) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Política Nacional de Atenção às Urgências tem como componentes fundamentais:

a) adoção de estratégias promocionais de qualidade de vida;
b) organização de redes loco - regionais de atenção integral às urgências (componente pré-hospitalar fixo; hospitalar e pós - hospitalar);
c) capacitação e educação continuada das equipes de saúde;
d) orientação geral segundo os princípios da humanização da atenção.

O Projeto SAMU 192 é componente pré-hospitalar móvel da política e foi eleito para a implementação inicial desta política.

Através do Programa de Ouvidoria do MS, os usuários fazem denúncias, reclamações e solicitam informações sobre o Projeto SAMU 192, que são encaminhadas à Coordenação Nacional e às Coordenações Municipais e/ou Estaduais para apuração dos fatos e providências cabíveis.

Para a implementação de Projeto SAMU é necessária existência de Conselhos Gestores de Urgências, que assegurem a participação popular através de diferentes atores da sociedade: Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Conselhos de infância e adolescência e outros relacionados com a Atenção de Urgências dos Estados e Municípios e Regiões.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ATENÇÃO À SAÚDE DE POPULAÇÕES ESTRATÉGICAS E EM SITUAÇÕES ESPECIAIS DE AGRAVOS

## OBJETIVO

Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos de forma eqüitativa, integral, humanizada e de qualidade.

## PÚBLICO-ALVO

Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 94.387.605,00 | Empenho Liquidado: | R$ 76.967.593,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 76.967.593,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** 22,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 22

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O coeficiente de mortalidade infantil está em queda e, dessa forma, a meta possivelmente será atingida com sucesso.

### 2. COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** 15
**Índice previsto ao final do PPA:** 14,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O coeficiente de mortalidade neonatal está em queda e, dessa forma, a meta possivelmente será atingida com sucesso.

**3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS EXTRA-HOSPITALARES DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO GASTO TOTAL COM ATENÇÃO PSIQUIÁTRICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 51,33
**Índice previsto ao final do PPA:** 42

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A meta já foi superada, com resultados bastante favoráveis, e deve manter-se para 2007.

**4. COEFICIENTE DE LETALIDADE MATERNA HOSPITALAR NO SUS**

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 24,66
**Índice previsto ao final do PPA:** 22,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Ainda existe baixa qualidade dos serviços hospitalares de atenção ao parto, dessa forma, a meta é de difícil alcance.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As desigualdades sociais construídas historicamente no País, as diferenças entre os segmentos populacionais que se expressam em suas dimensões geracionais, étnico/racial e de gênero, caracterizam diferentes vulnerabilidades sociais e marcam diferentes riscos à saúde. Este cenário aponta para a necessidade do desenvolvimento de políticas e ações que ampliem o acesso, o conhecimento e a garantia de atenção integral a estes segmentos populacionais, considerem suas necessidades singulares, sua complexidade do contexto onde estão inseridos, suas possibilidades de superação e seus potenciais de saúde, no constante processo de busca da eqüidade e da garantia dos direitos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Pagamento de Auxílio Reabilitação a 2.519 egressos de longa internação psiquiátrica (Programa De Volta para Casa).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento de metas físicas esteve abaixo do previsto. Há pouca consistência entre os valores orçamentários executados e a correspondente execução física, ou seja, existem ações com execução orçamentária muito superior à correspondente execução física, o que pode evidenciar ineficiência na aplicação dos recursos públicos. Foram executados 81,54% dos recursos orçamentários previstos.

A implementação do programa é feita de forma descentralizada, sendo papel do Governo Federal o financiamento das iniciativas desenvolvidas nos planos de saúde estaduais e municipais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

## OBJETIVO

Expandir o Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, integral e humanizada.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.679.681.929,00 | Empenho Liquidado: | R$ 6.234.971.948,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 6.234.971.948,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 46,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 53

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Considerando que a meta física para o ano de 2007 é de 29.000 Equipes de Saúde da Família (ESF), a taxa da população coberta pelas ESF será de 50,1%.

### 2. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE BUCAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 39,8
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Considerando que a meta física para o ano de 2007 é de 17.500 Equipes de Saúde Bucal (ESB), a taxa da população coberta pelas ESB será de 46,2%.

### 3. TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 31,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 41

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Considerando o percentual de crescimento da meta física para o ano de 2007, a todos os Municípios brasileiros, a taxa da população coberta por ESF em Municípios acima de 100 mil habitantes será de 32,3%.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O acesso insuficiente da população às ações básicas e aos serviços de saúde, com destaque para a baixa cobertura dos procedimentos odontológicos à população, o predomínio do modelo de atenção à saúde centrado no hospital e a baixa integralidade e resolubilidade das ações e dos serviços de saúde demandam uma intervenção articulada e integrada dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), em busca da reorganização desse modelo. Para tanto, torna-se necessária a implementação de medidas estruturantes para garantir à população serviços básicos de saúde acessíveis, oportunos, resolutivos e humanizados. Nesse sentido, foi concebido o Programa Atenção Básica em Saúde, no qual está previsto o desenvolvimento de ações destinadas ao reordenamento do modelo de atenção à saúde, com ênfase no fortalecimento da gestão descentralizada da atenção básica e na consolidação da estratégia de saúde da família.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Equipes de Saúde da Família (ESF): implantação de 2.165 novas equipes, totalizando 26.729 ESF em atividade. Presença em aproximadamente 5.100 Municípios, cobrindo 85,7 milhões de pessoas (cerca de 46,2% da população);

- Agentes Comunitários de Saúde (ACS): contratação de 11.388 novos agentes, totalizando 219.492 ACS em atividade. Presença em aproximadamente 5.300 Municípios, cobrindo 109,7 milhões de pessoas (cerca de 59,1% da população);

- Equipes de Saúde Bucal (ESB): implantação de 2.483 novas equipes, totalizando 15.086 ESB em atividade. Presença em aproximadamente 4.300 Municípios, cobrindo 73,9 milhões de pessoas (cerca de 39,8% da população);

- Publicação da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) que possibilitou a reorganização da fórmula de cálculo para pagamento dos incentivos transferidos aos Municípios, contribuindo para a evolução da estratégia do Saúde da Família em 2006.

- O desenvolvimento da estratégia Saúde da Família no Brasil, ao longo dos anos, possibilita resultados importantes tais como:

a) redução da taxa de mortalidade infantil em ritmo mais acelerado nas regiões mais pobres, diminuindo a desigualdade;

b) aumento da cobertura vacinal por tetravalente;
c) queda na taxa de internações por acidente vascular cerebral;
d) aumento na proporção de nascidos vivos de mães com quatro ou mais consultas de pré-natal.

• Vale destacar que a estratégia Saúde da Família está promovendo a eqüidade, um dos princípios mais caros ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esta estratégia tem maior cobertura em Municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo e está conseguindo aproximá-los dos indicadores de outros Municípios de IDH mais alto, reduzindo a brecha existente entre estes dois grupos de Municípios.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento de metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. O ritmo de expansão dos ACS , das ESF e de ESB diminuiu em relação ao exercício de 2005, sendo pouco provável o alcance das metas previstas para o final do plano, em 2007.

Foi necessária a suplementação da dotação orçamentária durante o exercício em razão do aumento do valor do incentivo transferido aos Municípios, mas o fluxo de recursos foi compatível com a programação física; foram executados 93,34% dos recursos orçamentários previstos.

As restrições à execução do Programa apontadas no exercício de 2005 não foram superadas. São elas:

a) insuficiência de recursos materiais e de infra-estrutura na equipe gerencial e nas equipes executoras;
b) insuficiência de profissionais envolvidos na equipe gerencial;
c) insuficiência de qualificação dos recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras.

É preciso destacar que a qualificação dos profissionais das ESF constitui-se em uma ação estratégica para transformação das práticas de saúde, propiciando a mudança do modelo de atenção no caminho da integralidade e a maior resolubilidade da atenção básica.

As áreas temáticas do elenco de capacitações das ESF são bastante diversificadas, dependendo das necessidades locais e regionais. No entanto, a partir da definição das áreas estratégicas da atenção básica, o Ministério da Saúde (MS) estimulou as equipes a serem capacitadas em um elenco mínimo de conteúdos, definidos no processo de discussão da organização e ampliação da atenção básica, quais sejam:

a) saúde da criança;
b) eliminação da desnutrição infantil e promoção da saúde;
c) saúde do idoso;
d) saúde da mulher;
e) controle de hipertensão, diabetes, tuberculose e hanseníase;
f) saúde bucal.

Para a execução das ações existe a necessidade contínua de educação permanente para o aprimoramento das equipes.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Departamento de Atenção Básica dispõe dos seguintes sistemas informatizados para monitoramentos das ações:

a) Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) por meio do SIAB obtêm-se mensalmente informações sobre cadastros de famílias, condições de moradia e saneamento, situação de saúde, produção e composição das equipes de saúde, de forma que é o principal instrumento de monitoramento das ações dos Programas Saúde da Família e de Agentes Comunitários. Atualmente, mais de 5.000 Municípios alimentam mensalmente o SIAB;
b) Sistema de Pactuação de Indicadores de Atenção Básica (SIS-Pacto) aplicativo que permite a pactuação e o acompanhamento de metas do Pacto pela Saúde;
c) Pacto de Indicadores da Atenção Básica (Pacto-AB) constitui-se em um instrumento formal de negociação entre gestores das três instâncias de governo (municipal, estadual e federal) tomando como objeto de negociação metas anuais a serem alcançadas em relação a indicadores de saúde previamente acordados e traduz um esforço crescente de buscar indicadores mais representativos para a avaliação da atenção básica;
d) SIS-Hiperdia, aplicativo que permite o cadastramento de pessoas com hipertensão arterial e diabetes mellitus.

A participação social, promovida por meio da Ouvidoria do SUS e das diversas instâncias de pactuação nos três níveis de governo, tem contribuído para a melhoria da execução do Saúde da Família, na medida em que cobra a efetiva realização das ações previstas. Ao incentivar a participação das lideranças em todas as fases de operacionalização do Saúde da Família, as equipes valorizam as potencialidades locais e contribuem para elevar o capital social das populações atendidas. Para adesão do Município ao Saúde da Família, é exigida sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, a quem compete acompanhar todo o desenvolvimento da política local de saúde.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

## OBJETIVO

Garantir o acesso e a integralidade dos cuidados em saúde, de forma hierárquica e regionalizada por meio da redefinição do perfil do serviço de saúde de média e alta complexidade e da mudança do modelo de alocação de recursos.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 878.548.319,00 | Empenho Liquidado: | R$ 375.714.116,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 375.714.116,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. ÍNDICE DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS

**Unidade de medida:** Consulta *per capita*
**Índice apurado em 2006:** 0,49
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,48

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
O índice a ser apurado em 2007 (0,48) está dentro das reais possibilidades de alcance.

### 2. ÍNDICE DE CAPTAÇÕES DE ÓRGÃOS E TECIDOS

**Unidade de medida:** 1/1.000.000
**Índice apurado em 2006:** 66,93
**Índice previsto ao final do PPA:** 25

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** não se aplica.
O índice em questão apresenta distorção na apuração em virtude da alteração do indicador. O crescimento evidenciado decorre de mudanças na metodologia de cálculo do indicador que, a partir de agora, considera as captações ocorridas em situações de morte encefálica e doador com coração parado. A projeção, com base nos dados apurados

no período de janeiro a outubro de 2006, para o índice esperado para o final do PPA 2004-2007, considerando as captações de órgãos e tecidos (em morte encefálica e coração parado) realizados no Sistema Único de Saúde (SUS), é de 70,25.

**3. ÍNDICE DE TRANSPLANTES REALIZADOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**

**Unidade de medida:** 1/1.000.000
**Índice apurado em 2006:** 60,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 120

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O valor previsto não será alcançado em virtude de inúmeras adequações na Política Nacional de Transplante de Órgãos e Tecidos, que prioriza, neste período, a qualidade dos procedimentos e não a quantidade de procedimentos realizados. O índice esperado para o final do PPA 2004-2007, considerando os transplantes de órgãos e tecidos realizados no SUS, é de 66,06.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Necessidade de implantação/implementação de políticas para o enfrentamento dos problemas relacionados à baixa qualidade do atendimento, à iniqüidade no acesso da população aos serviços e às ações de saúde, à falta de integralidade das ações e dos serviços de saúde no SUS e à insuficiente capacidade da rede de serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em determinadas regiões.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Conclusão da informatização do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), agilizando o funcionamento do banco de órgãos e tecidos, o que garante maior eqüidade aos procedimentos desenvolvidos nesta área;
- Atendimento de 65 mil pacientes em atenção de referência à mulher, à gestante de alto risco, à criança e ao adolescente com patologias de alta complexidade e a portadores de doenças infecciosas;
- Atendimento de 1,2 mil pessoas em atenção domiciliar e outras modalidades alternativas à internação hospitalar.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física esteve abaixo do previsto; foram executados 42,77% dos recursos previstos.

Foram apontadas a inadequada infra-estrutura e a insuficiência de recursos humanos na equipe gerencial como restrições à execução do Programa. Nas equipes executoras, houve pouca disponibilidade de equipamentos de informática, dificultando o levantamento de dados e o fornecimento de informações à equipe gerencial.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A maior parte das ações é de execução descentralizada. O acompanhamento das metas físicas é realizado por meio da avaliação de dados oriundos de sistemas informatizados, dos quais cabe destacar:

a) Sistema de Informação Ambulatorial (SIA);
b) Sistema de Informação Hospitalar (SIH);
c) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
d) Sistema de Gestão Financeira e de Convênios (GESCON).

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ATENÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

## OBJETIVO

Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), na busca da eqüidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos):**<br>**R$ 19.554.321.639,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 19.431.524.481,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 19.431.524.481,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **R$ 250.000.000,00** | **R$ 368.375.074,00** | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE COBERTURA DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 6,34
**Índice previsto ao final do PPA:** 7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice previsto deve ser atingido.

### 2. COEFICIENTE DE LEITOS DISPONIBILIZADOS

**Unidade de medida:** 1/1000
**Índice apurado em 2006:** 2,03
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
O coeficiente de leitos disponibilizados em 2006 foi menor que o registrado em 2005 (2,04).

**3. ÍNDICE DE CONSULTA POR HABITANTE**

**Unidade de medida:** Consulta *per capita*
**Índice apurado em 2006:** 2,32
**Índice previsto ao final do PPA:** 2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice previsto para 2007 foi superado em 2006 e deve ser mantido até o final da vigência do PPA 2004-2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Estado o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso universal e igualitário da população às ações e aos serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. O financiamento dessas ações e serviços provém dos recursos da seguridade social e de outras fontes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O cumprimento desse dever por parte da esfera federal pressupõe o repasse de recursos financeiros federais aos Estados e Municípios para o custeio da atenção à saúde no SUS, bem como a regulação desta atenção como forma de garantir a eqüidade na atenção integral, a redução das desigualdades regionais e a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Repasse de R$ 17,6 bilhões a Estados e Municípios para financiamento da assistência de média e de alta complexidade.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto. A maior parte da execução do Programa ocorre mediante transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para os fundos de Estados e Municípios (modalidade fundo a fundo), de acordo com a Programação Pactuada e Integrada (PPI).

Em razão da abrangência do Programa, toda a rede hospitalar e ambulatorial do SUS, e frente à escassez de recursos, faz-se necessário um subdimensionamento do público-alvo. Considerando esse subdimensionamento, os recursos orçamentários foram suficientes e o fluxo de recursos foi compatível com a programação física, de forma que as ações foram executadas de maneira satisfatória. Foram executados 99,37% dos recursos previstos.

Como restrições à execução do Programa, além da insuficiência orçamentária frente à demanda, foram apontadas a insuficiência de recursos humanos e de equipamentos de informática para as equipes executoras.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A execução das ações é monitorada por meio de sistemas informatizados, dos quais cabe destacar:

a) Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS);
b) Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS);
c) Sistema de Auditoria do SUS (SISAUD/SUS).

Esses sistemas permitem o controle das informações referentes à produção ambulatorial e hospitalar por meio de consistências informatizadas mensais realizadas pelo banco de dados do SUS (DATASUS).

Para a avaliação da satisfação do beneficiário com o Programa, são utilizados os seguintes mecanismos:

a) Serviço de cartas do usuário do SUS;
b) Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC/SUS);
c) Serviço de Atendimento de Demanda Espontânea (SADE).
d) Programa de Avaliação de Serviços Hospitalares (PNASH), que foi reformulado e ampliado como Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS) e conta com um quesito de avaliação da satisfação dos usuários.

As queixas, as denúncias e os problemas identificados servem de referência para se buscar a adequação e a melhoria do acesso e da humanização do atendimento.

O SUS possui diversos canais de promoção da participação popular, como a Ouvidoria e os conselhos setoriais. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) possui membros de vários segmentos da sociedade e delibera sobre a formulação e a aplicação das políticas de saúde. Estados e Municípios possuem os seus conselhos locais de saúde, que desempenham a mesma função, porém, em âmbito local.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

## OBJETIVO

Desenvolver e fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica no setor de saúde e promover sua absorção pelas indústrias, pelos serviços de saúde e pela sociedade.

## PÚBLICO-ALVO

Unidades gestoras e executoras do Sistema Único de Saúde (SUS), usuários dos serviços de saúde, instituições e organizações de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (C&TI/S) e profissionais de saúde, de ciência e tecnologia e inovação em saúde.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 215.680.630,00 | Empenho Liquidado: | R$ 210.048.028,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 210.048.028,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PROJETOS DE PESQUISA OU DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EXECUTADOS PELA FIOCRUZ ALINHADOS COM A AGENDA NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA & TECNOLOGIA EM SAÚDE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 100
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A expectativa de 100% de adequação à agenda de prioridades de pesquisa se deve a dois motivos principais: a abrangência da agenda, que prevê um leque amplo de linhas de pesquisa consideradas prioritárias; o perfil das atividades de pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em sua grande maioria vinculada a problemas de saúde da população brasileira, em especial doenças infecciosas comuns em grupos populacionais menos favorecidos economicamente. Desde a criação do indicador, o percentual de relação entre os projetos da Fiocruz e a agenda tem sido de 100%.

**2. NÚMERO DE INSUMOS E PRODUTOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS PELA FIOCRUZ**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 2
**Índice previsto ao final do PPA:** 19

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O caráter relativamente novo das atividades de pesquisa voltadas diretamente para a produção de novos insumos/produtos (medicamentos, vacinas, kits diagnósticos) ou métodos/processos (clínicos, epidemiológicos, diagnósticos) passíveis de serem incorporados ao setor produtivo e, particularmente, a sua diferenciação em relação à pesquisa, trouxe algumas dificuldades do ponto de vista da programação e da execução das metas físicas. Tal é o motivo de diferenças tão grandes entre a meta prevista no PPA e o resultado efetivamente alcançado com a ação.

**3. NÚMERO DE PATENTES DEPOSITADAS**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 63
**Índice previsto ao final do PPA:** 4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A reorganização e fortalecimento da área de gestão tecnológica e a intensificação das atividades de desenvolvimento tecnológico da Fiocruz, incluindo a criação de programas indutores de projetos voltados para a inovação, possibilitaram um incremento na efetivação dos pedidos de patente.

**4. NÚMERO DE MÉTODOS E PROCESSOS EM SAÚDE PÚBLICA DESENVOLVIDOS PELA FIOCRUZ**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 26
**Índice previsto ao final do PPA:** 50

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Com a reestruturação da área de desenvolvimento tecnológico, observou-se que muitos dos projetos anteriormente caracterizados como pesquisa eram, na verdade, projetos voltados para o desenvolvimento de algum método ou processo, passíveis de serem incorporados aos serviços do SUS.

**5. ÍNDICE DE PESQUISAS PUBLICADAS EM REVISTAS DE RELEVANTE IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE CIENTÍFICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 71
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A tendência de todas as instituições científicas é de ampliação do número de publicações em revistas de impacto científico. As próprias agências financiadoras, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), têm induzido este tipo de publicação ao vincular o fomento a projetos de pesquisa e a concessão de bolsas a publicações em revistas indexadas. Este indicador tem apresentado uma tendência crescente. É importante destacar que houve mudanças internas nos critérios adotados para compor este indicador. Aplicando os mesmos critérios utilizados em 2006 à produção científica de 2005, o índice seria também de 71%.

**6. TAXA DE GASTO PÚBLICO COM PESQUISAS QUE CORRESPONDAM À AGENDA DE PRIORIDADES DE PESQUISA EM SAÚDE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 50
**Índice previsto ao final do PPA:** 50

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice alcançado deve ser mantido.

**7. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO NORDESTE**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 70
**Índice previsto ao final do PPA:** 210

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

**8. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO NORTE**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 24
**Índice previsto ao final do PPA:** 97

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

## 9. NÚMERO DE PESQUISAS REALIZADAS NA REGIÃO SUDESTE

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 797
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.313

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A ausência de uma política pública de pesquisa em saúde, orientada pelas necessidades de saúde da população, impede o aproveitamento do conjunto das potencialidades do esforço brasileiro em ciência, tecnologia e inovação e dificulta a adequada mobilização de recursos de incentivo. Nesse contexto, a definição de uma política de ciência, tecnologia e informação em Saúde deve tratar de uma agenda que incorpore potencialmente todo o leque de pesquisa científica e tecnológica que tenha como finalidade, imediata ou mediata, contribuir para a melhoria do estado de saúde da população brasileira.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Apoio a 321 projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, nos marcos da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, em conformidade com as prioridades da Política Nacional de Saúde (PNS);

- Lançamento de oito editais, em parceria com o CNPq, para fomento à pesquisa, envolvendo os seguintes temas:

a) fármacos e insumos farmacêuticos a partir de algas marinhas;
b) envelhecimento populacional e saúde do idoso;
c) genética clínica;
d) gestão do trabalho em saúde, gestão da educação em saúde e comunicação e informação em saúde;
e) populações expostas à contaminação ambiental;
f) doenças negligenciadas;
g) determinantes sociais da saúde, saúde da pessoa com deficiência, saúde da população negra e saúde da população masculina;
h) desenvolvimento e inovação tecnológica voltada à ampliação e consolidação do Programa Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio);

- Apoio, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep):

a) uma chamada pública para projetos de pesquisa em produtos terapêuticos e diagnósticos;
b) 16 projetos de pesquisa em áreas estratégicas;
c) quatro cursos de mestrado profissionalizante;
d) duas especializações em Gestão de Tecnologias em Saúde.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O desempenho físico das ações não foi homogêneo. Como no exercício anterior, os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 97,39% dos recursos previstos. Não foram apontadas restrições à execução do Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Para otimização das ações de avaliação e acompanhamento, são realizados seminários para monitoramento dos projetos, onde os mesmos são agrupados segundo sua temática. Desta forma, técnicos do Departamento de Ciência e Tecnologia, das áreas técnicas do Ministério da Saúde (MS), e consultores com notório saber acompanham e avaliam, juntos, o andamento dos projetos apoiados.

Os técnicos do Departamento de Ciência e Tecnologia, periodicamente, visitam as instituições executoras dos projetos financiados para acompanhamento das ações desenvolvidas e, sempre que necessário, são convidados consultores *ad hoc* com *expertise* no tema em que o projeto é desenvolvido.

O monitoramento do desempenho físico do Programa é realizado de forma descentralizada, uma vez que se desenvolve em Institutos, Secretarias e Fundações distintas. Sendo assim, cada local acompanha e monitora seus produtos de acordo com seu plano de trabalho e informa o andamento por meio do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento das Ações em Saúde (Sisplam), gerenciado pelo MS.

A construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação em Saúde foi feita com participação de gestores, pesquisadores, profissionais da área da saúde e usuários, em conferências municipais, estaduais e nacionais de ciência, tecnologia e informação em Saúde.

O processo de levantamento de prioridades de pesquisa e a construção de redes de trabalho são elaborados através de reuniões conjuntas entre pesquisadores, gestores e técnicos das agências de fomento afins. Este processo participativo tem sido o diferencial da gestão em Ciência e Tecnologia do MS.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CONTROLE DA TUBERCULOSE E ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE

## OBJETIVO

Prevenir e controlar a tuberculose e outras pneumopatias de interesse em saúde pública e eliminar a hanseníase.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 47.562.975,00 | Empenho Liquidado: | R$ 46.328.554,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 46.328.554,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE CURA DA TUBERCULOSE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 81,81
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Índice foi ultrapassado em 2006 e deve ser mantido ou melhorado até o final do Plano.

### 2. COEFICIENTE DE PREVALÊNCIA DE HANSENÍASE

**Unidade de medida:** 1/10.000
**Índice apurado em 2006:** 1,41
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Conforme a avaliação dos dados de 2006, este coeficiente não alcançará o índice final esperado em 2007 de 0/10.000 habitantes, pois a redução é gradativa. O objetivo do Programa Nacional de Eliminação de Hanseníase (PNEH) é, pelo menos, atingir o nível

de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública, ou seja, menos de 1 caso para cada 10.000 habitantes.

**3. TAXA DE CURA DE HANSENÍASE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 75,25
**Índice previsto ao final do PPA:** 90

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O PNEH está ampliando ações de prevenção e diagnóstico, aumentando a cobertura de serviços para chegar ao nível ideal de 90% de cura em 2007. Apenas um Estado alcançou esta meta, Rio Grande do Sul, mas a proposta para 2007 é que se atinja em nível nacional a proporção pactuada.

**4. TAXA DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS DO PLANO NACIONAL DE CONTROLE DA TUBERCULOSE (PNCT) UTILIZANDO TRATAMENTO SUPERVISIONADO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 86,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 50

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) selecionou 315 Municípios prioritários para o controle da doença, onde estão concentrados mais de 70% dos casos de tuberculose no País. Em 2006, desses Municípios, 86,7% tiveram o tratamento supervisionado em pelo menos uma das unidades de saúde, superando o índice previsto para o final do PPA.

**5. COEFICIENTE DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS**

**Unidade de medida:** 1/10.000
**Índice apurado em 2006:** 0,57
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Conforme a avaliação dos dados de 2006, este coeficiente não alcançará o índice final esperado em 2007 de 0/10.000 habitantes, pois a redução é gradativa. Espera-se, em 2007, chegar a um nível menor que o de 2006.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A tuberculose continua sendo um grave problema de saúde no Brasil. Segundo os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), o País está entre os 22 países de maior carga da doença no mundo. Atinge principalmente a população em idade mais produtiva e nos grupos humanos com piores condições sócio-econômicas. Anualmente são descobertos

no Brasil cerca de 90.000 casos novos de tuberculose, causando 6.000 óbitos pela doença. A epidemia da aids e o surgimento de bacilos multirresistentes são fatores que poderão dificultar o efetivo controle da tuberculose. As pneumopatias de interesse em saúde pública ocupam o 2º lugar dentre as causas de internação no Sistema Único de Saúde (SUS).

O Brasil detém o 2º maior número de casos de hanseníase, sendo o primeiro das Américas, com a prevalência de 77.558 casos (4,44/10.000 habitantes) e detecção de 41.402 casos (2,37/10.000 habitantes) até 2002. As dermatoses de interesse em saúde pública ocupam a 4ª colocação na busca aos serviços de saúde.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aumento da taxa de cura da hanseníase de 69,24%, em 2005, para 75,25%, em 2006;
- Diminuição do coeficiente de prevalência da hanseníase de 1,48 caso para 10.000 habitantes, em 2005, para 1,41 caso para 10.000 habitantes, em 2006.
- Aumento da taxa de cura da tuberculose de 73,1%, em 2005, para 81,81%, em 2006.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As metas físicas foram cumpridas dentro do previsto. A dotação orçamentária destinada ao programa foi suficiente, mas houve descontinuidade no fluxo de recursos, sem, contudo, prejudicar decisivamente a execução programada. Foram executados 97,4% dos recursos previstos.

No Programa de Tuberculose, atraso e não cumprimento das metas de produção de medicamentos tuberculostáticos pelos laboratórios produtores oficiais levou ao desabastecimento pontual da rede de serviços do SUS e obrigou a realização de aquisição internacional.

Como já apontado no Relatório de Avaliação Anual de 2006 (Ano-base 2005), o programa enfrenta as seguintes restrições para sua implementação:

a) infra-estrutura inadequada e recursos humanos insuficientes na equipe gerencial;
b) recursos materiais insuficientes, infra-estrutura inadequada e recursos humanos insuficientes e com insuficiente qualificação nas equipes executoras.

Como já apontado no exercício anterior, a carência e a insuficiente qualificação dos recursos humanos dificulta a realização de licitações e celebração de contratos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O acompanhamento dos casos notificados é feito por meio de sistema informatizado, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Uma das dificuldades encontradas está na morosidade do fluxo de informação do Sinan dos Municípios até a esfera federal. A implantação de uma versão do Sinan com acesso pela Internet, o Sinan-Net, com o intuito de facilitar o fluxo de informações, deveria ter ocorrido em 2006. A nova previsão aponta para a implantação do Sinan-Net em 2007.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# EDUCAÇÃO PERMANENTE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

## OBJETIVO

Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

## PÚBLICO-ALVO

Profissionais da saúde das três esferas de governo.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 369.932.012,00 | Empenho Liquidado: | R$ 351.985.942,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 351.985.942,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE ENFERMAGEM COMO AUXILIAR DE ENFERMAGEM

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 51
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Esse índice é apurado com base no número de profissionais que concluíram o curso de qualificação, como auxiliar de enfermagem, em relação ao número de matriculados no Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE).

### 2. TAXA DE COBERTURA DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 28
**Índice previsto ao final do PPA:** 75
**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Indica a porcentagem de profissionais do SUS que foram capacitados ou qualificados por meio das diversas ações oferecidas pelo Programa de Educação Permanente e Qualificação Profissional do SUS.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Necessidade de construir uma política de educação permanente que articule gestores e instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde, aperfeiçoe constantemente a atenção à saúde e o SUS e possibilite a reflexão crítica sobre as práticas e transformações dos modos de organização da atenção à saúde.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Capacitação de 140.932 agentes comunitários de saúde (ACS);
- Capacitação de 16.810 técnicos no Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (Proformar);
- Capacitação de 11.195 técnicos de higiene dental/assistente de consultório dentário (THD/ACD);
- Capacitação de 321.189 atendentes de enfermagem no Profae;
- Capacitação de 17.966 docentes em formação pedagógica;
- Formação de 1.857 profissionais por meio de projetos de residências multiprofissionais em saúde;
- Implementação do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), com impacto inicial sobre aproximadamente 46 mil estudantes de graduação da área de saúde, em especial nas áreas de enfermagem, medicina e odontologia, integrantes da estratégia do Programa Saúde da Família;
- Manutenção de 96 pólos de educação permanente em saúde.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto, em alguns casos houve superação da metas previstas, e os recursos orçamentários destinados ao programa foram considerados suficientes. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 95,15% dos recursos previstos.

Como no exercício anterior, foi apontada como restrição à melhor execução do Programa a insuficiência de recursos humanos nas equipes executoras. As incertezas geradas pelos vínculos com organismos internacionais e contratos temporários podem prejudicar a qualidade das ações desenvolvidas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) é uma estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor, tendo como orientação os princípios da educação permanente em saúde, compreendida como uma proposta de ação estratégica capaz de contribuir para a necessária transformação dos

processos formativos, das práticas pedagógicas e de saúde, visando à organização dos serviços. Compreende, portanto, um trabalho articulado entre o sistema de saúde, em suas esferas de gestão, e as instituições formadoras, na identificação de problemas cotidianos no processo de trabalho na saúde e na construção de soluções.

O Programa contempla ações específicas voltadas à promoção e qualificação da participação social, através do apoio ao fortalecimento dos movimentos sociais que lutam por saúde.

Junto ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), a Comissão Nacional de Recursos Humanos (CIRH) reúne-se mensalmente para avaliar, discutir e propor iniciativas para a implementação do Programa. Também, nas instâncias que propõem e demandam ações dentro do Programa, os movimentos sociais e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde têm representação assegurada. O Ministério da Saúde (MS) tem assento regular na Comissão Nacional de Residência Médica do Ministério da Educação (CNRM/MEC). As políticas de educação permanente são discutidas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# INVESTIMENTO PARA HUMANIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ATENÇÃO À SAÚDE

## OBJETIVO

Ampliar e humanizar a atenção à saúde.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 144.663.884,00 | Empenho Liquidado: | R$ 123.716.790,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 123.716.790,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO CENTRO-OESTE

**Unidade de medida:** %
**Índice Apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 13,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

### 2. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO NORDESTE

**Unidade de medida:** %
**Índice Apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 31,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

**3. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO NORTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice Apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 20,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

**4. TAXA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO SUDESTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice Apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 19,2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

**5. TAXA DE INVESTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE NA REGIÃO SUL**

**Unidade de medida:** %
**Índice Apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 15,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Não foi possível apurar o índice utilizando este indicador, sendo necessária a sua reformulação.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O SUS, para alcançar seus objetivos, necessita institucionalizar uma gestão mais eficiente, eficaz, efetiva e humanizada, como também ampliar o acesso à atenção à saúde por meio da integração de sistemas e da otimização de usos e funcionalidades e, ainda, necessita de novos investimentos, para que possam aumentar o potencial de utilização e produtividade da estrutura já existente. Investimentos no setor saúde vêm apresentando pouca eficiência sob o aspecto de comparação custo-efetividade. Na prática, não há observação das diretrizes desenvolvimentistas nacionais, além de que, ações insuladas têm gerado duplicação de esforços e estruturas concomitantes, com escassez de oferta em outras unidades. Uma das conseqüências é a geração de iniqüidades na distribuição de recursos. Por outro lado, a atenção à saúde reúne a prestação de serviços, ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde. Dada a magnitude do SUS, tais atividades implicam em intensiva utilização de insumos ofertados por diferentes cadeias produtivas, que formam

o Complexo Produtivo da Saúde (CPS). Este, por sua vez, atua como dinamizador de diferentes setores da economia, dado o caráter intersetorial da atenção à saúde e o volume de recursos envolvidos. Além disso, exerce significativo impacto tanto no balanço de pagamento, quanto na geração de trabalho e renda. O aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão representa a medida necessária para ampliar o acesso, corrigir iniqüidades e, ao mesmo tempo, exercer influência positiva sobre as cadeias produtivas envolvidas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Emissão de 3,6 milhões de cartões de saúde;
- Cadastramento de 56.983 profissionais e estabelecimentos no Cadastro Nacional de Profissionais e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;
- Instituição da Sala de Situação em Saúde, canal informatizado para disseminação das informações em saúde, viabilizando o controle social e a promoção do conhecimento.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 85,52% dos recursos previstos. Não obstante, o cumprimento de metas físicas não alcançou o previsto por diversos motivos operacionais.

Foram emitidos apenas 3,6 milhões de cartões de saúde devido a problemas detectados na base de dados dos cadastros de usuário.

Em 2005, houve um equívoco no processo de revisão da meta de cadastramento de profissionais e de estabelecimentos no Cadastro Nacional de Profissionais e Estabelecimentos Assistenciais de Saúde, passando a figurar como de 200 mil cadastros por ano. A programação deveria ser 50.000 cadastros por ano, totalizando 200 mil em quatro anos, ou seja, no período total do plano.

Em 2006, foram realizados 56.983 cadastramentos, ou seja, a meta prevista (de 50.000) foi superada.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Projeto de Qualificação de Atenção à Saúde do SUS (QualiSUS), principal iniciativa do Programa, é uma proposta de intervenção para a organização de redes regionalizadas de atenção à saúde que contemplem a abordagem integral do processo saúde e doença. Na perspectiva da superação da fragmentação das ações e da construção efetiva de redes de atenção regionalizadas, hierarquizadas e resolutivas, essa Política visa a contribuir para a qualificação da atenção e da gestão em saúde, por meio da estruturação de redes de atenção orientadas por linhas de cuidado.

O Ministério de Saúde (MS), visando à estruturação das necessidades dos investimentos do QualiSUS, adequou, em 2006, o documento original do Projeto, que já

havia sido aprovado, às diretrizes para captação de recursos externos junto aos organismos de financiamento internacional, definidos pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex). A expectativa é de que o Projeto esteja aprovado no primeiro semestre de 2007 e sua execução inicie a partir de julho de 2007.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS

## OBJETIVO

Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 784.070.524,00 | Empenho Liquidado: | R$ 780.165.312,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 780.165.312,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE EM MENORES DE 5 ANOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 95,46
**Índice previsto ao final do PPA:** 95

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A meta será atingida conforme o programado.

### 2. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE INFLUENZA EM MAIORES DE 60 ANOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 85,72
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A meta será atingida conforme o programado.

**3. TAXA DE COBERTURA VACINAL DE HEPATITE B EM MENORES DE 1 ANO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 93,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 95

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A meta será atingida conforme o programado.

**4. TAXA DE COBERTURA VACINAL COM A VACINA TRÍPLICE VIRAL EM CRIANÇAS DE 1 ANO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 99,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 95

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A meta será atingida conforme o programado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Manutenção do atual estado de erradicação para poliomielite, febre amarela urbana e da eliminação do sarampo; alcance da eliminação do tétano neonatal; manter sob controle as demais doenças imunopreveníveis, além de controlar estes e outros agravos de relevância para a saúde pública do País, em situações ou grupos populacionais específicos.

Não implementar este Programa implicará sérios danos à população, que estará suscetível à disseminação de tais doenças, e terá como conseqüência o retorno de elevadas taxas de mortalidade e morbidade por este grupo de causa, acarretando altos custos sociais e financeiros ao País.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Manutenção de altas coberturas vacinais de todo o calendário básico de imunizações;
- Vacinação de 95,46% das crianças menores de cinco anos contra a poliomielite;
- Vacinação de 85,72% das pessoas maiores de 60 anos contra a gripe, superando a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 70%.
- Apesar dos resultados positivos alcançados pelas campanhas de vacinação promovidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o desempenho de alguns Municípios ainda está abaixo do programado, o que pode ser explicado pelos seguintes fatores:

a) dificuldades encontradas pelos gestores locais;
b) população superestimada pelos cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que resultaria em metas maiores do que o efetivo

público-alvo;
c) sub-registro das doses aplicadas;
d) dificuldades de acesso aos locais de vacinação ou aos potenciais beneficiários;
e) mobilização social insatisfatória, ou seja, pouca sensibilização quanto à necessidade de vacinação.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A dotação prevista foi considerada suficiente, mas houve descontinuidade na liberação de recursos, sem, contudo, comprometer os resultados do Programa. Foram executados 99,5% dos recursos previstos e a cobertura vacinal foi considerada satisfatória.

Não obstante os bons resultados aferidos no exercício, o Programa enfrenta as seguintes restrições à sua melhor execução:

a) recursos materiais insuficientes nas equipes gerencial e executoras - houve falha no suprimento de insumos de informática, manutenção de máquinas e desenvolvimento de aplicativos; alguns Estados e Municípios necessitam de equipamentos, tais como geladeiras, termômetros, caixas térmicas para a melhoria da qualidade da rede de frio, computadores para informatização dos sistemas de informação em coordenações municipais e imunizações e salas de vacinação;
b) infra-estrutura inadequada nas equipes executoras - algumas equipes trabalham em condições precárias de infra-estrutura;
c) quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial - há necessidade de ampliação da equipe técnica para fortalecer as ações de vigilância epidemiológica no que se refere às doenças imunopreveníveis e da melhoria das relações de trabalho, tendo em vista o longo período sem concurso público;
d) quantidade inadequada e insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras - falta priorização das ações de Vigilância em Saúde e há precariedade na forma de contratação da força de trabalho. A vigilância em saúde se estrutura nos últimos anos. Muitos Estados e Municípios ainda não a consideram prioridade em relação à qualificação de recursos humanos, dificultando o processo de contratação das equipes, implicando a necessidade de os profissionais terem mais de um emprego, o que leva à ausência de capacitação e à rotatividade;
e) dificuldades de celebração de convênios, licitações e contratos, por conta da insuficiência e da falta de capacitação dos recursos humanos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# SANEAMENTO RURAL

## OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.

## PÚBLICO-ALVO

População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 202.301.363,00 | Empenho Liquidado: | R$ 187.645.520,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 187.645.520,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS RURAIS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 21,57
**Índice previsto ao final do PPA:** 30

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

### 2. TAXA DE COBERTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM ÁREAS RURAIS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 26

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
O índice apurado em 2005 foi de 19,76%.

### 3. TAXA DE COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREAS INDÍGENAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 31,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 75

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A viabilidade média de alcance justifica-se em parte pelo atraso na celebração dos convênios, bem como do tempo gasto para conclusão das obras financiadas, que geralmente passam de um exercício para outro.

#### CONTEXTUALIZAÇÃO

A análise do quadro epidemiológico brasileiro e dos países em desenvolvimento revela a existência de altos índices de morbimortalidade relacionados com os fatores ambientais, especialmente com as precárias condições de saneamento básico. A baixa oferta e a baixa qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos e as condições inadequadas de moradia têm forte associação com os elevados casos de doenças como: diarréias, verminoses, hepatites, doença de Chagas, malária, dengue, leptospirose, infecções cutâneas e outras.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)/ Organização Mundial de Saúde (OMS) cita o quanto se reduziria a morbidade com a melhoria no abastecimento de água e com a destinação adequada de dejetos:

a) prevenção de pelo menos 80% dos casos de febre tifóide e paratifóide;
b) redução de 60% a 70% dos casos de tracoma e esquistossomose;
c) prevenção de 40% a 50% dos casos de disenteria bacilar, amebíase, gastroenterites e infecções cutâneas, entre outras.

Diante do exposto, é de fundamental importância uma ativa participação do Setor Saúde, envolvendo todas as esferas do Sistema Único de Saúde (SUS), nos processos de discussão, formulação e implementação da Política de Saneamento Ambiental. Tal participação deverá envolver inclusive o apoio técnico e financeiro para a execução de ações.

#### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão de oito obras de abastecimento de água em áreas indígenas, beneficiando oito aldeias;
- Conclusão de 32 obras em comunidades especiais, beneficiando 6.305 famílias;
- Capacitação de 231 Agentes Indígenas de Saneamento (Aisans) para operar e manter os sistemas de abastecimento de água nas aldeias;
- Ações de melhorias habitacionais para o controle de Chagas, beneficiando 1.659 famílias.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas esteve abaixo do previsto. Em relação à dotação orçamentária, foi aprovada uma suplementação de R$ 5,6 milhões para a ação de saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 92,76% dos recursos previstos.

Como restrições à melhor execução do Programa, podem ser destacadas:

a) erros nos processos licitatórios;
b) indecisão da modalidade de licitação;
c) rotatividade e falta de Procuradores para analisar os editais;
d) mudança de Coordenadores Regionais;
e) atraso na elaboração de projetos;
f) recursos humanos insuficientes para elaboração de projetos;
g) apresentação de propostas superiores ao estimado pelas Coordenações Regionais.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O monitoramento do desempenho físico das ações ocorre por meio de sistemas informatizados (Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena - Siasi; Sistema de Informação de Saneamento em Área Indígena - Sisabi e Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento - Sigesan), que são alimentados pelos técnicos das coordenações regionais da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), permitindo ao nível central acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações nos Estados. Também são realizadas supervisões do nível central em cada Unidade da Federação para verificar o desenvolvimento das ações.

O Programa dispõe de importantes mecanismos de participação social. Registra-se ainda que a comunidade beneficiada tem a responsabilidade de gerenciar o sistema implantado.

As ações de saneamento em áreas indígenas são planejadas em reunião com o Conselho Distrital Indígena, onde são definidas as aldeias e as ações que serão realizadas. Para as ações realizadas por meio de convênio, a Funasa exige dos convenentes a realização do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (Pesms), que tem como objetivo estimular a participação da sociedade no desenvolvimento das ações e conscientizá-la da importância dos serviços de saneamento implantado.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE

## OBJETIVO

Assegurar a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sangüíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sangüínea e de má formação das hemáceas.

## PÚBLICO-ALVO

Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 321.499.290,00 | Empenho Liquidado: | R$ 294.409.615,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 294.409.615,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE DOAÇÃO DE SANGUE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,84
**Índice previsto ao final do PPA:** 2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Existe uma limitação no cálculo desse indicador. A fonte de dados (Sistema de Informação Ambulatorial - SIA) restringe-se ao número de coletas efetivamente pagas, não considerando o número de coletas não pagas, como também, as coletas realizadas pelo setor privado não contratado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

### 2. ÍNDICE DE DESEMPENHO DO CICLO DO SANGUE

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 0,55
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,8

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A partir de uma revisão na fórmula de cálculo do indicador percebeu-se que ele apresentava uma incoerência na definição do numerador, pois não considerava a retirada das coletas que foram descartadas (por sorologia positiva ou algum outro motivo). Assim sendo, o indicador da forma que está concebido apresenta limitação metodológica.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Necessidade de implementação de estratégias e ações para o enfrentamento e superação dos problemas relacionados à:

a) insuficiência de oferta de sangue e hemocomponentes, pelos serviços públicos de hemoterapia, para atender a 100% dos leitos do SUS;
b) precariedade da atenção aos portadores de coagulopatias e hemoglobinopatias;
c) limitação de hemoderivados aos pacientes hematológicos, inviabilizando o tratamento profilático de hemofílicos;
d) dependência de mercado/tecnologia externa de insumos estratégicos;
e) falta de tecnologia nacional para produção de hemoderivados.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Atenção a cerca de 11.000 portadores de coagulopatias hereditárias, incluindo a distribuição de medicamentos/hemoderivados;
- Atenção a 16.000 portadores de hemoglobinopatias;
- Distribuição do manual de diagnóstico e tratamento da doença de von Willebrand para a Hemorrede;
- Distribuição de 320 mil exemplares de Manuais e Protocolos referentes à doença falciforme para a rede do SUS e associações de usuários.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. As Ações, sob responsabilidade da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), 1H01 - Aquisição de Tecnologia e 1G99 - Implantação do Laboratório para Produção de Hemoderivados, Hemocomponentes e Biotecnologia não apresentaram qualquer execução orçamentária.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, mas o fluxo de recursos sofreu descontinuidade em razão do atraso na aprovação da LOA 2006 e pela restrição para transferência de recursos em ano eleitoral, sem, contudo, prejudicar decisivamente a execução programada. Foram executados 91,57% dos recursos previstos.

O Programa enfrentou as seguintes restrições no exercício de 2006, que prejudicaram a obtenção de um melhor desempenho:

a) a estrutura de equipamentos de informática é insuficiente;
b) a infra-estrutura física é precária, com instalações provisórias e falta de mobiliário para os profissionais;
c) a equipe gerencial ainda não apresenta o quadro de recursos humanos suficiente e qualificado para desenvolvimento das suas ações e a maioria dos profissionais possui vínculo de trabalho precário, propiciando grande fragilidade na execução dos trabalhos;
d) devido ao vínculo de trabalho precário, não existe um programa de desenvolvimento de recursos humanos bem delineado para a equipe gerencial;
e) prestação de contas deficiente por parte dos Estados e do Distrito Federal tem comprometido a utilização dos recursos disponíveis;
f) falta qualificação da Hemorrede Nacional para a elaboração dos pré-projetos e para cumprimento do cronograma estabelecido tem dificultado a celebração de convênios;
g) o Programa de Coagulopatias Hereditárias apresentou, no decorrer do ano, dificuldades na aquisição de Hemoderivados, por haver necessidade de aquisição de grande monta de medicamentos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE

## OBJETIVO

Identificar e monitorar os fatores de riscos ambientais (biológicos, físicos e químicos) que tenham relação com a saúde humana.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.875.947,00 | Empenho Liquidado: | R$ 10.383.605,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 10.383.605,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DAS CAPITAIS COM VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE ESTRUTURADA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 63
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice previsto ao final do PPA já foi atingido, dado que em 2006 observa-se um total de 63% das Secretarias de Saúde Estaduais e das Capitais com a Vigilância Ambiental em Saúde estruturada.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

As instâncias governamentais têm buscado métodos resolutivos capazes de oferecer respostas rápidas e competentes, não somente aos problemas tradicionais na área da saúde, mas também àqueles que emergem da recente atenção às interações entre o homem e o meio que o cerca. A ocupação territorial, as atividades econômicas e os processos produtivos nas cidades e no campo têm contribuído para uma maior qualidade de vida das populações, mas, também, as expõem a situações prejudiciais a sua saúde.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Disponibilização de informações da qualidade da água para consumo humano para o consumidor nas contas de água e no relatório anual em todas as Unidades da Federação (Decreto nº 5.440/2005);

• Fortalecimento da estruturação da vigilância em saúde ambiental relacionada às populações expostas a solo contaminado por meio de capacitação de 600 técnicos das Unidades da Federação;

• Realização do III Inventário Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental e a produção de mapas de indicadores de saúde ambiental;

• Implantação do Modelo de Atuação da Vigilância Ambiental em Saúde Relacionada aos Desastres Naturais (VIGIDESASTRES) no Estado do Rio Grande do Sul;

• Elaboração de mapa geoprocessado dos Municípios atingidos por desastres naturais em 2005;

• Ampliação do número de Unidades da Federação que desenvolvem atividade de vigilância em saúde ambiental relacionada à qualidade de ar.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Embora a meta prevista de estruturação da vigilância em saúde ambiental tenha sido atingida, deve-se ressaltar que ainda são observadas dificuldades de infra-estrutura logística e de recursos humanos para a implementação dessa vigilância, principalmente nas Secretarias Municipais de Saúde das Capitais.

O cumprimento das metas físicas esteve dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, mas houve descontinuidade na liberação dos recursos, com prejuízo à execução programada.

As ações previstas para o primeiro semestre sofreram algumas dificuldades devido ao atraso na aprovação da LOA 2006, mas foram possíveis arranjos gerenciais que impediram problemas maiores na execução das atividades durante o ano. Contudo, em decorrência da demora de liberação de recursos e por se tratar de um ano eleitoral, a disponibilização de acesso ao sistema de gestão de convênios (GESCOM) ficou prejudicada. Assim sendo, alguns convênios não tiveram recursos disponíveis até o final do exercício. Foram executados 87,43% dos recursos previstos.

Para um melhor desempenho do Programa, é necessária a superação das seguintes restrições:

a) número de computadores insuficientes, além de alguns ultrapassados, dificuldade de reposição de cartuchos para as impressoras e fotocopiadoras, e ainda infra-estrutura inadequada às funções, rotinas e processos desempenhados no âmbito da equipe gerencial;

b) o estágio de estruturação da área de Vigilância em Saúde Ambiental nas Secretarias Municipais de Saúde e em algumas Secretarias Estaduais de Saúde é um fator limitante para a execução das ações desse Programa , sobretudo, no que se refere à disponibilidade dos recursos materiais. Em virtude do atual estágio de estruturação, as equipes desse Programa são locadas nos setores de Vigilância Epidemiológica ou Sanitária, acarretando dificuldades na execução das ações;
c) a quantidade de pessoas que compõem a equipe gerencial está abaixo do necessário para desempenhar as competências da Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental, expressas na Instrução Normativa nº 1 de 7 de março de 2005;
d) dificuldades na implantação da Vigilância em Saúde Ambiental devido ao reduzido número de profissionais envolvidos com a área.

**RECOMENDAÇÕES**

- Locação de recursos humanos permanentes para a área de Saúde Ambiental;
- Elaboração de planos de cargos e salários para área de Saúde Pública nas três esferas de gestão;
- Implementação de laboratórios de saúde pública para análises de amostras ambientais e biológicas dos contaminantes químicos;
- Incremento progressivo do orçamento geral da União para a área de Saúde Ambiental;
- Institucionalização de um Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental no âmbito da Vigilância em Saúde.

# VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE DOENÇAS E AGRAVOS NÃO-TRANSMISSÍVEIS

## OBJETIVO

Implantar o sistema nacional de vigilância das doenças e agravos não-transmissíveis e seus fatores de risco, produzir análises específicas, divulgar orientações e informações técnicas, induzir, articular, apoiar e avaliar ações de prevenção e controle das DAnT no País.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.490.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 8.394.187,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 8.394.187,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ÓBITOS POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES NA FAIXA ETÁRIA DE 30 A 49 ANOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE ÓBITOS PELO MESMO GRUPO DE DOENÇAS NOS MAIORES DE 30 ANOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 9,25
**Índice previsto ao final do PPA:** 9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
É provável que ao final do PPA o alcance do índice proposto não seja alcançado. Ressalta-se ainda que o registro de mortalidade é computado com uma certa defasagem temporal.

### 2. TAXA DE SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE E SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DAS CAPITAIS COM UNIDADES DE ATENÇÃO ÀS DOENÇAS E AGRAVOS NÃO-TRANSMISSÍVEIS (DANT) IMPLANTADAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 100
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice previsto para o final do plano foi atingido em 2006.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As Doenças e Agravos não-Transmissíveis (DAnT) lideram as causas de morte no País e respondem por elevada carga de morbidade e despesas com assistência médico-hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar disso, não há um sistema de vigilância para as DAnT implantado no Brasil.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Implementação do Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não-Transmissíveis por Entrevistas Telefônicas (VIGITEL);
- Conclusão do estudo sobre a formulação de políticas de vigilância e prevenção de Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT);
- Produção, validação e publicação da Tabela Brasileira com Indicadores de Doenças Evitáveis;
- Implantação do projeto Vigilância de Acidentes e Violências em Serviços Sentinela em 39 Municípios e 27 Estados;
- Lançamento do sítio eletrônico REDEPAZBRASIL, <http://www.redepazbrasil.ufms.br> em parceria com Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O programa não conta, no âmbito do PPA, com metas físicas definidas para o seu acompanhamento. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes e o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Foram executados 88,45% dos recursos previstos.

Os recursos materiais e humanos insuficientes nas equipes gerencial e executores, a infra-estrutura inadequada nas equipes executoras, a quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes gerencial e executoras e a insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras são apontados como restrições ao melhor desempenho do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

## OBJETIVO

Prevenir e controlar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna; reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores e zoonozes.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.474.563.149,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.390.719.933,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.390.719.933,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. INCIDÊNCIA DO SARAMPO

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 0
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Será possível atingir o índice dentro do programado.

### 2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE PARALISIA FLÁCIDA AGUDA

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 1
**Índice previsto ao final do PPA:** 1

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Será possível atingir o índice dentro do programado.

**3. TAXA DE INVESTIGAÇÃO *IN LOCO* EM EMERGÊNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 100
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Será possível atingir dentro do programado.

**4. TAXA DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA ENCERRADOS OPORTUNAMENTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 73
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Problemas operacionais na vigilância epidemiológica e na transição da versão *Windows* para a versão NET do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) podem prejudicar o alcance da meta.

**5. INCIDÊNCIA DE RAIVA HUMANA TRANSMITIDA POR ANIMAL DOMÉSTICO**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 6
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

**6. TAXA DE LETALIDADE POR LEISHMANIOSE VISCERAL (CALAZAR)**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 7,48
**Índice previsto ao final do PPA:** 5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Devido à complexidade da intervenção, que envolve diferentes aspectos relacionados à organização do serviço, desde a assistência na rede básica até procedimentos de média e alta complexidade, a expectativa de atingir a meta programada para esse indicador é baixa.

**7. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS 80% DE COBERTURA VACINAL CANINA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 83,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 85

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Será possível atingir dentro do programado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Ainda hoje se verifica um sub-registro da ocorrência das doenças de notificação compulsória, uma detecção tardia e uma limitada análise sobre problemas de saúde pública prioritários, levando a uma limitação da capacidade de intervenção na prevenção e no controle de doenças e agravos de interesse em saúde pública. Dessa forma, faz-se necessário fortalecer o processo de reestruturação e implementação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Sisvan) e incrementar a Prevenção e o Controle de Doenças Transmissíveis com o intuito de consolidar as estruturas permanentes e descentralizadas capazes de dar sustentabilidade à execução de ações que produzam o necessário impacto sobre os indicadores de morbimortalidade de importantes agravos no Brasil.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Investigação de 100% dos surtos e epidemias de relevância nacional;
- Formulação do Plano de Preparação para a Pandemia de *Influenza*;
- Certificação internacional pela interrupção da transmissão da doença de Chagas pelo T infestans e da interrupção da transmissão da tripanossomíase transfusional nos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná;
- Implantação da vigilância das infecções por rotavírus;
- Implantação de 85 Núcleos Hospitalares de Vigilância Epidemiológica;
- Manutenção da interrupção da transmissão do sarampo.

O Brasil acumula resultados favoráveis na vigilância epidemiológica e controle das doenças transmissíveis, o que contribui para a redução da mortalidade evitável, da morbidade e para a melhoria da qualidade vida da população.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto, contudo, grande parte das ações tem como produto população coberta. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram considerados suficientes, mas o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Foram executados 94,31% dos recursos previstos.

Algumas atividades programadas deixaram de ser executadas em razão da falta de liberação ou da liberação tardia do limite de empenho orçamentário. Dentre as iniciativas prejudicadas estão: celebração de convênios, realização de visitas de supervisão e assessoria técnica aos Estados e Municípios.

O Programa enfrentou as seguintes restrições, que impediram a obtenção de um melhor desempenho:

a) falha no suprimento de insumos de informática e manutenção de máquinas;
b) falhas na produção, aquisição e distribuição de medicamentos para o controle de doenças e reagentes para diagnóstico de laboratório;
c) algumas equipes executoras trabalham em condições precárias de infra-estrutura;
d) necessidade de ampliação da equipe técnica para fortalecer as ações de vigilância epidemiológica e a melhoria das relações de trabalho, pois a carência de um quadro técnico qualificado na equipe tem causado dificuldades para a celebração de convênios na gerência.
e) falta priorização das ações de Vigilância em Saúde, em relação à qualificação de recursos humanos;
f) devido a vínculos de trabalho precários das equipes estaduais e municipais, os profissionais mantêm mais de um emprego, o que dificulta sua participação em atividades de capacitação.

Apesar da dificuldade de execução orçamentária de parte de alguns Estados e Municípios, o que tem reflexo no baixo desempenho dos mesmos, a média do País é considerada satisfatória.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E ATENÇÃO EM HIV/AIDS E OUTRAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

## OBJETIVO

Reduzir a incidência da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis, melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.305.357.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.279.494.376,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.279.494.376,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR AIDS

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 6
**Índice previsto ao final do PPA:** 5,09

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Conforme atualização dos dados e revisão das estimativas e das previsões, o índice final indicativo no PPA, em 2007, provavelmente não será atingido.

### 2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE AIDS

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 18
**Índice previsto ao final do PPA:** 10,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Conforme atualização dos dados e revisão das estimativas e previsões, o índice final indicativo no PPA, em 2007, provavelmente não será atingido.

### 3. TAXA DE DETECÇÃO DE CASOS DE SÍFILIS CONGÊNITA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 46
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Conforme atualização dos dados e revisão das estimativas e previsões, o índice final indicativo no PPA, em 2007, poderá ser atingido, como resultado das ações e atividades promovidas pelo Programa junto aos gestores estaduais e municipais.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Estudo realizado pelo Ministério da Saúde (MS) estima a existência de 600 mil casos de infecção pelo vírus da aids, considerando a população de 15 a 49 anos. As regiões Sul e Sudeste concentram 83% do total de casos notificados desde o início da epidemia.

Considerando a razão de casos entre homens e mulheres, o indicador variou de 6,5 casos entre homens para cada caso entre mulheres, em média, no período de 1980 a 1990 para:

a) 1999: dois casos em homens para cada caso em mulher;
b) 2000: 1,8 caso em homens para cada caso em mulher;
c) 2001: 1,7 caso em homens para cada caso em mulher.

Particularmente, na faixa etária de 13 a 19 anos, esta razão entre homens e mulheres apresenta sinais de inversão entre 1998 e 2001:

a) 1998: 0,9 caso em homens para cada caso em mulher;
b) 1999: 0,9 caso em homens para cada caso em mulher;
c) 2000: 0,8 caso em homens para cada caso em mulher;
d) 2001: 0,6 caso em homens para cada caso em mulher.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implementação do programa de Saúde e Prevenção das DST/Aids nas Escolas em 50% dos Municípios brasileiros;

- Distribuição de 253 milhões de preservativos masculinos e de 1,3 milhão de preservativos femininos;

- Disponibilização de antirretrovirais (ARV) para 180 mil pacientes com HIV/AIDS e talidomida para 100% das pessoas com indicação de tratamento ARV;

- Tratamento de 60% das gestantes HIV+ e ampliação da testagem de 69% para 95% da sífilis em gestantes;

- Implantação do diagnóstico do HIV e da sífilis nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), aumentando de 34% para 68% a testagem;

- Ampliação em 90% da capacidade nacional para produção de testes rápidos para o HIV e sífilis;

• Implantação da vigilância epidemiológica da sífilis na gestação nas 26 capitais de Estados e no Distrito Federal;

• Ampliação em 28%, de 548 para 688, da rede de serviços ambulatoriais em HIV/AIDS;

• Implantação do tratamento das lipodistrofias em pessoas que vivem com HIV/AIDS nos 26 Estados e no Distrito Federal;

• Disponibilização de *kits* diagnóstico e insumos de laboratórios para o HIV 1 e 2 e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) para todo o País.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes, sendo executados 98,02% dos recursos previstos. Contudo, os 2% não executados representam mais de R$ 25,7 milhões, que não foram empenhados por falta de liberação tempestiva do limite para empenho.

Essa descontinuidade no fluxo de recursos prejudicou a execução física e provocou a inscrição de R$ 328,07 milhões em restos a pagar, que representam cerca de 25% do orçamento aprovado em 2006.

Os recursos de restos a pagar são uma constante anual, nos últimos oito anos, no Programa e, em geral, resultantes da combinação de três situações principais:

a) limite e contingenciamento dos tetos financeiros para o MS no decreto de programação financeira anual;
b) aprovação tardia pelo Congresso Nacional das suplementações orçamentárias, geralmente em final de novembro ou em dezembro de cada ano, mesmo quando a solicitação é encaminhada no mês de março do ano;
c) teto para empenho pelo MS insuficiente, principalmente no último trimestre de cada ano.

Os restos a pagar do ano de 2005 foram no valor de mais de R$ 85 milhões, sendo que R$ 16,9 milhões passaram ainda de 2006 para 2007, e os restos a pagar de 2006 para 2007 são mais de R$ 328 milhões.

Os recursos humanos que atualmente prestam serviços ao Programa Nacional estão adequados, mas a sua situação funcional é precária, pois a grande maioria é contratada como consultores pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), e depende atualmente de prorrogação periódica do Termo de Ajuste de Conduta (TAC ), feito com o Ministério Público do Trabalho (MPT), o que gera insegurança nos contratados e pode colocar em risco os resultados e metas previstas no Programa. O TAC está prorrogado até junho 2008, com obrigação do MS realizar concurso público no período. No caso das equipes dos Estados e Municípios, verifica-se a carência de recursos humanos em vários Estados, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Programa enfrentou dificuldades em licitações e celebração de contratos. O processo de aquisição de 1 bilhão de unidades de preservativos masculinos, dentro dos procedimentos do Acordo de Empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), do Projeto Aids III e do MS, não conseguiu superar as etapas burocráticas, de forma que não foi realizado o empenho dos recursos em 2006, tendo conseqüências no orçamento 2007. Também ocorreram dificuldades nas licitações para aquisição de testes de carga viral.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa dispõe de mecanismos operacionais que resultam em boa gestão e implementação, bons resultados, efeitos e impactos:

a) cooperação internacional com UNESCO e UNODC, que agiliza a realização das aquisições de bens e de serviços de menor monta, bem como de atividades administrativas e burocráticas de implementação com parceiros executores;
b) maioria da equipe do Programa composta por consultores com *expertise* e grande conhecimento dos assuntos pertinentes, contratados pela UNESCO e pela UNODC, que estão conscientes de seu papel na causa e na luta contra a epidemia do HIV/AIDS e de outras DST.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA E DA DENGUE

## OBJETIVO

Reduzir a ocorrência da malária e da dengue mediante controle vetorial.

## PÚBLICO-ALVO

População residente em áreas receptivas e vulneráveis à malária e à dengue.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 66.577.677,00 | Empenho Liquidado: | R$ 64.568.114,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 64.568.114,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE DENGUE

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 185
**Índice previsto ao final do PPA:** 83,16

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O País possui mais de 3.500 Municípios infestados por *Aedes aegypti*, com condições climáticas muito favoráveis a esse vetor.

### 2. COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DE MALÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 2.260
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.180

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Com a introdução de novo esquema terapêutico para os casos de *Plasmodium falciparum*, com a mobilização dos gestores e com o aumento dos pontos de diagnóstico, a tendência é uma redução significativa no número de casos de malária.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A malária constitui um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente na Amazônia Legal, onde se concentram mais de 99% dos casos registrados no País.

A dengue é um problema de saúde pública no Brasil, com a circulação simultânea de três sorotipos em 22 Estados da Federação e a tendência de aumento no número de casos de febre hemorrágica de dengue e óbitos. Cerca de 3.500 Municípios do País encontram-se infestados por *Aedes aegypt*.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Redução de 10,5% no número de casos de malária na Amazônia Legal em relação a 2005;
- Redução do número de casos de malária em sete dos nove Estados da Amazônia Legal;
- Aumento de 13,1% no número de unidades para diagnóstico da malária na Amazônia Legal;
- Redução do número de casos de dengue nas Regiões Norte (-23%) e Nordeste (-17%).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Apesar do cumprimento das metas físicas, o Programa teve um fraco desempenho, com um considerável crescimento no número de casos de dengue registrados.

Os recursos orçamentários foram considerados suficientes e o fluxo de recursos esteve compatível com a programação. Foram executados 96,98% dos recursos previstos.

A maioria dos recursos é referente ao Teto Financeiro de Vigilância em Saúde, com repasse regular e automático para as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde pelo mecanismo fundo a fundo.

A implementação do Programa compete às três esferas de Governo. A integração inicia-se com o processo de pactuação de metas e prioridades e consolida-se nas reuniões de avaliação, onde as três esferas de gestão são envolvidas.

O baixo desempenho do programa pode ser atribuído, em parte, às seguintes restrições:

a) muitos Municípios não possuem agilidade administrativa para a aquisição de insumos essenciais e equipamentos para apoio aos agentes que executam as ações de campo, nesse sentido o Ministério da Saúde (MS) procura minimizar o problema aportando recursos do seu orçamento para aquisição de veículos, embarcações, microscópios e computadores;

b) a maioria dos Municípios alega os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal como impedimento para a contratação de profissionais no quantitativo adequado para a execução das ações de controle, de acordo com as normas técnicas. Além disso, a alta rotatividade dos agentes de campo nos Municípios gera uma demanda permanente por capacitações, assim como impede a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população;
c) os Municípios e as Secretarias Estaduais de Saúde possuem pouca estrutura e agilidade para a realização dos processos licitatórios, comprometendo a continuidade das ações de controle.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O controle da dengue exige a implantação de ações intersetoriais no âmbito municipal, assim como a manutenção do número de agentes de campo, de forma a viabilizar a visita domiciliar a cada dois meses, o que não é realizado em um número significativo de Municípios, que alegam os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para a não contratação de pessoal.

A diminuição dos riscos da ocorrência de epidemias de dengue também depende da indução de políticas públicas que promovam ações e planos integrados em regiões metropolitanas, principalmente quanto à mobilização social, abastecimento de água e resíduos sólidos. No que concerne ao abastecimento de água, é fundamental a implantação de políticas que garantam a regularidade do abastecimento, uma vez que o acúmulo de água em tambores e tonéis favorece o aparecimento do mosquito transmissor.

O programa disponibiliza, por meio do sítio <http//www.saude.gov.br>, boletins epidemiológicos periódicos sobre a malária e a dengue.

Como mecanismo de promoção da participação social, deve ser destacado o papel do Conselho Nacional de Saúde (CNS), fórum onde as ações relativas ao controle da dengue e malária, inclusive a execução orçamentária, são discutidas.

Dado preocupante é que, em 2006, foi registrado um aumento de 59,1% no número de casos de dengue em relação a 2005.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E AMBIENTES

## OBJETIVO

Prevenir riscos à saúde da população mediante a garantia da qualidade dos produtos, serviços e dos ambientes sujeitos à vigilância sanitária.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 251.936.299,00 | Empenho Liquidado: | R$ 249.565.211,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 249.565.211,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE REAÇÃO ADVERSA GRAVE A MEDICAMENTOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 33,29
**Índice previsto ao final do PPA:** 19,25

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, foi implantado o Sistema de Notificação para a Vigilância Sanitária (Notivisa), sistema de informações da Anvisa para notificações relacionadas à farmacovigilância, tecnovigilância, hemovigilância e outras queixas técnicas. Como se trata de um sistema de notificação que se encontra em fase inicial, o esperado é que o número total das notificações aumente. Tal melhoria do sistema de notificações é expressa pela média anual de notificações que cresceu de 33,11%, em 2005, para 33,3%, em 2006. No entanto, pela peculiaridade desse indicador, após um aumento expressivo do número de notificações, espera-se que, em determinado intervalo de tempo, o número das notificações de reações adversas graves comece a diminuir, demonstrando a eficácia da vigilância pós-mercado. Isso se refletirá no decréscimo da relação percentual encontrada nesse indicador, porém, não em 2006, como foi projetado.

**2. PERCENTUAL DE HOSPITAIS ALIMENTANDO O BANCO DE DADOS DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO PARA O CONTROLE DE INFECÇÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE - SINAIS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 12
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Até dezembro de 2006, 106 hospitais alimentaram o banco de dados nacional do Sistema Nacional de Informação para o Controle de Infecções em Serviços de Saúde (SINAIS), o que representa 12% do total de 877 hospitais prioritários.

Essa alimentação foi dificultada pelo fato de que Estados com maior número de hospitais prioritários (São Paulo e Rio de Janeiro) não aderiram à utilização do sistema, em função do atraso na entrega do Módulo de consulta *web*.

A consulta *web* tinha o seu funcionamento previsto para 15 de maio de 2006, mas ainda não está acessível aos gestores, reduzindo a motivação dos representantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (Sinavisa) dos Estados e Municípios e, conseqüentemente, dificultando a execução de ações de promoção para a implantação do SINAIS.

**3. TAXA DE COBERTURA DAS AÇÕES DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EM RELAÇÃO AOS PARÂMETROS PACTUADOS NO TAM (TERMO DE AJUSTES E METAS)**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 91,43
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, foram mais de 175 Municípios pactuados no Termo de Ajustes e Metas (TAM), totalizando, assim, 791. Esses Municípios, em conjunto com os Estados, cumpriram a meta estabelecida - a cada caso - para a realização de inspeções.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O campo de atuação da vigilância sanitária brasileira é principalmente a proteção da saúde, incluindo também ações de promoção. Assim, sua finalidade é proteger a saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção, da circulação e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

Produção, distribuição e comercialização de medicamentos, cosméticos, saneantes, alimentos e outros produtos de saúde, bem como a prestação de serviços de saúde, podem se converter em um risco para a população, caso esses processos não tenham sido feitos com um padrão de qualidade que garanta a sua utilização de forma segura.

A circulação de pessoas, por intermédio dos meios de transporte provenientes do exterior ou de outros Estados brasileiros, é outro foco de atuação da vigilância, inclusive no controle das condições sanitárias dos portos, aeroportos, fronteiras e terminais alfandegados por onde transitam viajantes e mercadorias. Por meio dessa ação, previne-se a entrada e a disseminação de doenças, seus agentes, vetores e reservatórios.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realização de cerca de 990 mil fiscalizações sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados;
- Realização de 13.700 fiscalizações de produtos e de serviços sujeitos ao controle da vigilância sanitária;
- Realização de 31.048 inspeções sanitárias, contemplando todas as áreas pactuadas no TAM com Estados e Municípios;
- Implantação do Bulário eletrônico no sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- Proibição da fabricação e distribuição de 255 medicamentos similares, de alto risco sanitário, devido à insuficiência dos testes de biodisponibilidade relativa, a serem realizados em seres humanos;
- Avaliação dos preços para a entrada no mercado de 2.859 novas apresentações e medicamentos novos, em cumprimento à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003;
- Inspeções internacionais em aproximadamente 843 unidades fabris de medicamentos, que exportam para o Brasil, nivelando-as ao padrão de qualidade nacional;
- Introdução da temática da vigilância sanitária nas escolas de ensino fundamental e médio.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento de metas físicas esteve parcialmente dentro do previsto. A construção da sede da Anvisa, cuja meta era de 20% de conclusão do projeto, não teve início. A grande dificuldade imposta para começar a execução da ação está relacionada à obtenção de terreno em dimensões adequadas para a construção de unidade física, capaz de atender às reais necessidades da Agência.

Com relação à Ação 6133 – Vigilância Sanitária de Produtos, sua avaliação é feita por meio das informações fornecidas pelos Estados e Municípios, relativas ao cumprimento do TAM. Entretanto, há uma defasagem de tempo entre a realização das inspeções e o repasse das informações pelos Estados para a Anvisa, dando a falsa impressão de baixo desempenho físico da meta.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa foram suficientes e os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Foram executados 99,06% dos recursos previstos.

Não foram apresentadas quaisquer restrições à execução do Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Para o monitoramento das ações, a Anvisa se utiliza de informações do Sinavisa, que está em operação em alguns Estados. Contudo, em discussão com o Sinvisa (em fóruns tripartites), observou-se a necessidade do seu aprimoramento.

É importante registrar as dificuldades em relação à temporalidade entre a captação dos dados e o período de alimentação do sistema de informações do Governo Federal (Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Ações em Saúde - SISPLAM), visto que as informações são geradas nos Municípios e consolidadas nos Estados.

O Programa possui diversos mecanismos de participação social, dos quais cabe destacar:

a) reunião com grupos de interesse, nos quais os integrantes das câmaras reúnem-se semestralmente, quando identificam temas prioritários e propõem diretrizes estratégicas sobre eles, a serem seguidos pela Anvisa. As Câmaras Setoriais têm em sua composição representantes de outras instâncias governamentais, do setor regulado e dos usuários de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária. Atualmente, a Anvisa conta com 10 Câmaras Setoriais, sendo que seis foram constituídas em 2005 e quatro (sangue, tecidos e órgãos, saneantes, alimentos e portos, aeroportos e recintos alfandegados) em 2006;
b) Conselho Setorial, onde os assuntos de relevância da Vigilância Sanitária são levados para discussão no Conselho Nacional de Saúde (CNS). Em 2006, o Plano Diretor de Vigilância Sanitária (PDVISA) foi levado como pauta a três reuniões ordinárias do CNS e da Câmara de Farmacoepidemiologia e Vigilância Sanitária;
c) Conselho Consultivo da Anvisa, que consiste em outro canal de comunicação, formado por representantes de instituições da administração pública, da sociedade civil organizada e da comunidade científica. Em 2006, o Conselho Consultivo se reuniu trimestralmente, dentre as deliberações, pode ser destacado o apoio à Pactuação tripartite do PDVISA, encaminhado, em forma de moção, ao Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass), ao Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), ao Ministério da Saúde (MS) e ao CNS. Também foi efetivo o trabalho de avaliação do cumprimento das metas do contrato de Gestão firmado entre a Anvisa e o Ministério da Saúde.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.




# MINISTÉRIO DAS CIDADES

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte

Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte

Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Financiamento Imobiliário Habitacional

Fortalecimento da Gestão Urbana

Habitação de Interesse Social

Mobilidade Urbana

Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério das Cidades (MCidades), foram utilizados **R$ 10.610.079.013,97** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 5.103.413.785,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 3.710.390.235,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **R$ 10.508.085.946,41** | **Realizado não-orçamentário:** | **R$ 6.899.688.778,97** |
| **Total previsto:** | **R$ 15.611.499.731,41** | **Total realizado:** | **R$ 10.610.079.013,97** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MCidades não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 1.688.977.400,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 975.614.570,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• Na área de habitação foram destinados recursos da ordem de R$ 14,1 bilhões, quantia que supera em 53% os R$ 9,2 bilhões contratados no ano anterior. As Ações do Programa de Habitação de Interesse Social com recursos do FGTS continuaram sendo focalizadas em famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos, com expressivo volume de subsídios em suas operações, em especial àquelas destinadas à população na faixa de renda de um salário mínimo. Na Ação Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda, foram contratados R$ 128,9 milhões. As obras encontram-se em fase de execução e, quando concluídas, deverão beneficiar 11.500 famílias. No Programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, destacam-se:

a) Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, com recursos contratados da ordem de R$ 893,1 milhões, cujas obras encontram-se em fase de execução e, quando concluídas, deverão beneficiar cerca de 81.200 famílias;
b) Ação Habitar-Brasil/BID – no componente Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS) beneficiou cerca de 1.300 famílias;

• O Programa de Financiamento Imobiliário Habitacional superou a meta estabelecida, especialmente, em função do elevado volume de contratações nas Ações de Financiamento à Pessoa Física para Aquisição de Imóvel Usado (recursos do FGTS) e de Financiamento Imobiliário (recursos SBPE/SFI operados pela Caixa Econômica Federal), superando em 200% a meta estabelecida. A execução financeira global do Programa superou em 40% a meta originalmente prevista;

• Na Ação Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos

Informais em Áreas Urbanas, foram firmados 59 contratos com diversos Municípios, no valor de R$ 13,4 milhões que deverão beneficiar, quando concluídos, cerca de 104,2 mil famílias;

• Quanto aos programas da área de saneamento, as 2.940 obras de infra-estrutura concluídas nos Municípios com população urbana de até 100 mil habitantes corresponderam a investimentos de R$ 466 milhões entre 2002 e 2006. Foram empenhados mais de R$ 669 milhões para obras de infra-estrutura no ano de 2006, beneficiando 3.695 Municípios quando as intervenções forem concluídas. Nos Municípios com população urbana acima de 100 mil habitantes, 1.007 obras de infra-estrutura foram concluídas, o que corresponde a investimentos de aproximadamente R$ 200 milhões entre 2002 e 2006. Cerca de 256 Municípios serão beneficiados quando as intervenções forem concluídas com R$ 256 milhões empenhados em 2006;

• No Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, a conclusão de 172 obras de saneamento no País, corresponde a investimentos de R$ 62,3 milhões, beneficiando em torno de 270 mil famílias. Foram formalizados 54 convênios e empenhados R$ 199,05 milhões no Projeto de Saneamento em Regiões Metropolitanas empreendido em conjunto pelo Ministério das Cidades (MCidades) e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para iniciativas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e desenvolvimento institucional, beneficiando 79 Municípios;

• Na área de mobilidade urbana, o MCidades apoiou projetos que favoreceram os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, reduzindo os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transportes metro-ferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas. O Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil, que visa ao incentivo do uso da bicicleta como meio de deslocamento e à sua integração aos demais sistemas de transporte urbano, investiu R$ 2,7 milhões na construção de 25 ciclovias e em dois projetos de ciclovias. A implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano – Trecho Parque Dom Pedro II – Cidade Tiradentes (SP), com 31,8 km de extensão, terminais interligados às linhas do metrô e ao sistema de trens urbanos da CPTM, atenderá 1,5 milhão de usuários, em sua maioria de baixa renda, reduzindo o tempo médio de deslocamento de 130 para 70 minutos. O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível investiu cerca de R$ 1 milhão em sete projetos de acessibilidade para construção de rampas, passeios e rotas acessíveis e publicou seis cadernos informativos e de capacitação;

• No Programa de Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, os principais resultados atingidos foram:

a) Linha 1 do metrô de Belo Horizonte, Eldorado-Vilarinho: intervenção em plena execução;
b) Projeto Metrô do Recife: retomada plena das intervenções, com vistas à conclusão da Linha Sul, entre a Estação Recife e Cajueiro do Recife;
c) Natal: inauguração de mais uma estação, Nordelândia;
d) João Pessoa: em 2006, ultrapassou a demanda transportada pelo sistema de Natal,

e vem concluindo recuperação de carros de passageiros e de uma locomotiva;
e) Maceió: empenhados recursos para recuperação da via, para recuperação de uma locomotiva e para a reforma da Estação da Satuba;
f) Fortaleza: intervenção em plena execução;
g) Salvador, trecho Lapa-Acesso Norte: frentes de trabalho nas estações Lapa, Campo da Pólvora, Brotas e Acesso Norte, iniciando a execução do elevado Bonocô II e III;
h) Salvador-Calçada-Paripe: as obras de recuperação da via, lastro, substituição de trilhos e dormentes, drenagem e capina, foram iniciadas, programando-se a substituição da ponte São João e da subestação retificadora de Lobato;

• O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) promoveu em todo o Território Nacional, diversos cursos, sendo:

a) Curso para Integração dos Municípios ao SNT;
b) cursos específicos de Engenharia de Tráfego;
c) Curso Técnico Básico de Trânsito;
d) Curso de Educação de Trânsito, capacitando um total de 4.096 profissionais, incluindo órgãos municipais de trânsito, sendo o último realizado em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio de Termo de Cooperação.

**PRINCIPAIS DIFICULDADES/RESTRIÇÕES E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS**

O Ministério das Cidades possui aderência entre a atual estrutura programática e a sua estrutura organizacional. A articulação entre as unidades é satisfatória, mas não é ideal. Os programas/ações estão devidamente alocados nas diversas unidades e são compatíveis com os objetivos do órgão. Face às demandas existentes, que crescem continuamente, a estrutura organizacional do órgão tornou-se insuficiente. O MCidades possui um quadro de pessoal muito reduzido e a falta de qualificação é preocupante. O espaço físico também é inadequado e insalubre, gerando insatisfação e desmotivação nos servidores. Diante de tais fatos o MCidades está elaborando a sua revisão organizacional, com o intuito de melhorar a comunicação entre os processos, racionalizar os fluxos de informações e otimizar as suas atividades, dentre outros benefícios. Quando da sua implementação haverá uma melhor aderência entre a estrutura organizacional e a estrutura programática.

A execução das intervenções propostas pelo órgão também foi prejudicada por dificuldades na realização de licitações, celebração de contratos e convênios. Em grande medida, isso ocorreu por motivo de inadimplência dos entes federativos que acessam os recursos, sobretudo, no que tange à regularidade fiscal e previdenciária, ou mesmo por conta de sua baixa capacidade institucional para apresentação dos documentos exigidos pela legislação em vigor para descentralização dos recursos.

Outra dificuldade é a dispersão de recursos imposta pelo grande número de emendas parlamentares introduzidas na programação do Ministério. Muitas vezes, referem-se a localidades não compreendidas entre as prioridades estabelecidas, se sobrepõem a outras

iniciativas do órgão, ou mesmo não possuem projetos básicos necessários à implementação das obras. Em alguns programas, a magnitude das emendas parlamentares atinge quase a totalidade dos recursos disponíveis, dificultando o planejamento das iniciativas e comprometendo a qualidade do gasto público.

**OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

Muitas iniciativas do MCidades têm caráter de execução plurianual, envolvendo a execução de obras de engenharia complexas, para as quais são exigidos licenciamentos ambientais, elaboração de projetos básicos e executivos, demandam, portanto, maior tempo e apresentam inúmeras variações. Assim, em alguns casos, não se pode esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação da intervenção. Além disso, o MCidades, ao trabalhar mediante contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a sua conclusão, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física de muitas de suas ações precede à sua liquidação financeira.

# APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE

## OBJETIVO

Apoiar a implantação e/ou adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população por meio de obras ou ações que não se enquadrem nas ações típicas de outros programas.

## PÚBLICO-ALVO

População urbana de Municípios com mais de 100.000 habitantes.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 434.917.800,00 | Empenho Liquidado: | R$ 255.662.216,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 255.662.216,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

O Programa não possui indicadores.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande porte, prejudicando o desenvolvimento sustentável local.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Conclusão de 1.007 obras de infra-estrutura no País, correspondendo a investimentos de aproximadamente R$ 200 milhões entre 2002 e 2006.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa foi criado pelo Congresso Nacional, sendo a totalidade de seus recursos proveniente de emendas parlamentares que contemplam diversas modalidades de intervenções destinadas a milhares de Municípios e a todos os Estados da Federação. A seleção dos Municípios ou Estados a serem beneficiados é realizada por meio de ação conjunta da Presidência da República e dos respectivos parlamentares autores das emendas. Nesse sentido, o fato dos entes beneficiados definirem as obras que serão executadas somente

depois de emitido o empenho correspondente dificulta um melhor aproveitamento dos rhecursos do Programa e a sua compatibilização com as políticas direcionadas a enfrentar o deficit de infra-estrutura urbana existente nas cidades brasileiras.

A execução de recursos orçamentários foi positiva, entretanto, o Programa teve seu desempenho comprometido pelo fluxo insuficiente e descontínuo de recursos financeiros. Destaca-se que em vista do tempo médio de conclusão das intervenções, os recursos financeiros de um exercício estão completamente ou quase comprometidos com o pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução. Outras restrições foram: as dificuldades em celebração de convênios e contratos, a lentidão no processo de licenciamento ambiental e o atraso na prestação de contas de Estados e Municípios. Tudo isso determina a paralisação de obras e o encarecimento das intervenções.

A carência de recursos materiais, infra-estrutura e recursos humanos também foram prejudiciais. Mesmo após a execução de concurso público para criação de quadro próprio do Ministério das Cidades, a infra-estrutura ainda não está adequada para atender satisfatoriamente às necessidades, principalmente, devido à carência de sistema de informática e espaço físico apropriado. Ademais, a quantidade de recursos humanos alocados na Gerência do Programa não é suficiente para atender ao grande número de atividades finalísticas e administrativas necessárias para a execução do Programa.

O monitoramento do Programa, por motivo da grande pulverização das intervenções é outro problema fundamental. Assim, a partir de 2006, adotou-se como rotina a efetivação de vistorias presenciais para acompanhamento da execução de algumas obras para as quais foi aplicado valor significativo de recursos, ou mesmo, daquelas operações estrategicamente posicionadas, sendo as vistorias selecionadas por amostragem, com cobertura nacional. O acompanhamento da evolução das obras contratadas ocorre, também, por meio de consultas às informações disponibilizadas na Internet, na página da Caixa Econômica Federal.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

É importante esclarecer que as iniciativas de melhoria de obras de infra-estrutura urbana são plurianuais por envolverem a execução de obras de engenharia para as quais é previamente exigido, em muitos casos, o licenciamento ambiental, contratação de projetos básicos e executivos. Tais aspectos demandam tempo para a concretização. Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento demonstra que já foram concluídas mais de 2.900 intervenções de melhoria de infra-estrutura urbana financiadas pelo Ministério entre 2002 e 2006. Nesse contexto, é equivocado se esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Por isso, a apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício, e cujo desembolso está computado essencialmente na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Também não é adequada a apropriação parcial da execução física das intervenções efetuada ano a ano a partir dos desembolsos

financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana somente beneficiam a população após a sua conclusão, e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar que a forma de execução da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O Ministério das Cidades, trabalha por meio de contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física precede à financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro.

**RECOMENDAÇÕES**

- Incorporar ao Programa uma seleção criteriosa de projetos regida pela equipe técnica do Ministério das Cidades. A realização de seleção pública, pautada em critérios técnicos, para a escolha de propostas, é um instrumento para romper a cultura de ineficiência e clientelismo que caracterizava a aplicação dos recursos no setor de saneamento ambiental urbano. Nesse sentido, é possível listar uma série de exigências que contribuem para incrementar a eficiência técnica, econômica e operacional dos projetos apoiados pela União, destacando-se:

a) condicionar o aporte de recursos à regularização da situação da concessão;
b) condicionar o aporte de recursos à cobrança de taxa ou tarifa específica para o serviço, conforme o caso;
c) condicionar o aporte de recursos à exigência de um grau de institucionalização mínimo para que o proponente possa acessar os recursos;
d) condicionar o aporte de recursos à comprovação do pleno andamento das obras anteriores financiadas ou apoiadas com recursos da União e implementadas pelo tomador (se existem obras anteriores paralisadas, não-iniciadas ou concluídas, mas sem operação regular, o proponente não pode acessar os recursos enquanto não regularizar a situação);
e) condicionar o acesso aos recursos a níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços pelo tomador.

# APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

## OBJETIVO

Apoiar a adequação urbana por meio da adequação de recursos de infra-estrutura urbana que contribuam para a qualidade de vida da população, inclusive adequação de vias para sistemas motorizados e não-motorizados.

## PÚBLICO-ALVO

População urbana de Municípios com até 100.000 habitantes.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 869.552.213,00 | Empenho Liquidado: | R$ 668.294.707,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 668.294.707,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

O Programa não possui indicadores.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Baixa qualidade de infra-estrutura urbana em Municípios de pequeno porte, prejudicando o desenvolvimento sustentável local.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Conclusão de 2.940 obras de infra-estrutura no País, correspondendo a investimentos de R$ 466 milhões entre 2002 e 2006.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa foi criado pelo Congresso Nacional, sendo a totalidade de seus recursos proveniente de emendas parlamentares que contemplam diversas modalidades de intervenções destinadas a milhares de Municípios e a todos os Estados da Federação. A seleção dos Municípios ou Estados a serem beneficiados é realizada por meio de ação conjunta da Presidência da República e dos respectivos parlamentares autores das emendas. Nesse sentido, o fato dos entes beneficiados definirem as obras que serão executadas somente

depois de emitido o empenho correspondente dificulta um melhor aproveitamento dos recursos do Programa e a sua compatibilização com as políticas direcionadas a enfrentar o deficit de infra-estrutura urbana existente nas cidades brasileiras.

A execução de recursos orçamentários foi positiva, entretanto, o Programa teve seu desempenho comprometido pelo fluxo insuficiente e descontínuo de recursos financeiros. Destaca-se que em vista do tempo médio de conclusão das intervenções, os recursos financeiros de um exercício estão completamente ou quase comprometidos com pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução. Outras restrições foram: as dificuldades na celebração de convênios e contratos, a lentidão no processo de licenciamento ambiental e o atraso na prestação de contas de Estados e Municípios. Tudo isso determina a paralisação de obras e o encarecimento das intervenções.

A carência de recursos materiais, infra-estrutura e recursos humanos também foram prejudiciais. Mesmo após a execução de concurso público para criação de quadro próprio do Ministério das Cidades, a infra-estrutura ainda não está adequada para atender satisfatoriamente, principalmente, devido à carência de sistema de informática e espaço físico apropriado. Ademais, a quantidade de recursos humanos alocados na Gerência do Programa não é suficiente para atender ao grande número de atividades finalísticas e administrativas necessárias para a execução do Programa.

O monitoramento do Programa, por motivo da grande pulverização das intervenções é outro problema fundamental. Assim, a partir de 2006, adotou-se como rotina a efetivação de vistorias presenciais para acompanhamento da execução de algumas obras para as quais foi aplicado valor significativo de recursos, ou mesmo daquelas operações estrategicamente posicionadas, sendo as vistorias selecionadas por amostragem, com cobertura nacional. O acompanhamento da evolução das obras contratadas ocorre, também, por meio de consultas às informações disponibilizadas na Internet, na página da Caixa Econômica Federal.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

É importante esclarecer que as iniciativas de melhoria de obras de infra-estrutura urbana são plurianuais por envolverem a execução de obras de engenharia para as quais é previamente exigido, em muitos casos, o licenciamento ambiental, contratação de projetos básicos e executivos. Tais aspectos demandam tempo para a concretização. Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento demonstra que já foram concluídas mais de 2.900 intervenções de melhoria de infra-estrutura urbana financiadas pelo MCidades entre 2002 e 2006. Nesse contexto, é equivocado se esperar que haja execução física significativa no mesmo ano de contratação da intervenção. Por isso, a apuração da execução física deveria ser empreendida em cada ano, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício, e cujo desembolso está computado essencialmente na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Também não é adequada a apropriação parcial da execução física das intervenções efetuada ano a ano a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de melhoria de infra-estrutura urbana somente beneficiam a

população após a sua conclusão, e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar que a forma de execução da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O MCidades, por trabalhar por meio de contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela Caixa Econômica Federal, de forma que a execução física precede à financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em Indicadores de Desempenho Financeiro.

**RECOMENDAÇÕES**

- Incorporar ao Programa uma seleção criteriosa de projetos regida pela equipe técnica do MCidades. A realização de seleção pública, pautada em critérios técnicos para a escolha de propostas, é um instrumento para romper a cultura de ineficiência e clientelismo que caracterizava a aplicação dos recursos no setor de saneamento ambiental urbano. Nesse sentido, é possível listar uma série de exigências que contribuem para incrementar a eficiência técnica, econômica e operacional dos projetos apoiados pela União, destacando-se:

a) condicionar o aporte de recursos à regularização da situação da concessão;
b) condicionar o aporte de recursos à cobrança de taxa ou tarifa específica para o serviço, conforme o caso;
c) condicionar o aporte de recursos à exigência de um grau de institucionalização mínimo para que o proponente possa acessar os recursos;
d) condicionar o aporte de recursos à comprovação do pleno andamento das obras anteriores financiadas ou apoiadas com recursos da União e implementadas pelo tomador (se existem obras anteriores paralisadas, não iniciadas ou concluídas, mas sem operação regular, o proponente não pode acessar os recursos enquanto não regularizar a situação);
e) condicionar o acesso aos recursos a níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços pelo tomador.

# DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS

## OBJETIVO

Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir as suas gestões para os governos locais.

## PÚBLICO-ALVO

População das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 808.085.286,00 | Empenho Liquidado: | R$ 754.967.241,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 754.967.241,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA PONDERADA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO DOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 75,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 88,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Contribuem para a viabilidade da meta as transferências dos sistemas de trens urbanos de Fortaleza (CE) e Salvador (BA), firmadas no final de 2005, e a expectativa de reiniciar as negociações de descentralização dos sistemas de Belo Horizonte (MG) e Recife (PE) com suas inclusões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007. Deve-se ter em vista, porém, que ainda existem sistemas em que as negociações não foram iniciadas, a despeito do alto custo social que isto representa, como os de Maceió (AL), João Pessoa (PB), Natal (RN) e Porto Alegre (RS).

### 2. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE (MG)

**Unidade de medida:** Milhar
**Índice apurado em 2006:** 35.557
**Índice previsto ao final do PPA:** 96.624

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Devido às restrições orçamentárias verificadas durante o período, não foi possível a conclusão de etapas fundamentais do empreendimento que permitiriam o alcance dos índices programados.

**3. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE (PE)**

**Unidade de medida:** Milhar
**Índice apurado em 2006:** 57.211
**Índice previsto ao final do PPA:** 89.088

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Devido às restrições orçamentárias verificadas durante o período, não foi possível a conclusão de etapas fundamentais do empreendimento que permitiriam o alcance dos índices programados.

**4. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA (CE)**

**Unidade de medida:** Milhar
**Índice apurado em 2006:** 7.656,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 8.856

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Devido às restrições orçamentárias verificadas durante o período, não foi possível a conclusão de etapas fundamentais do empreendimento que permitiriam o alcance dos índices programados. Em 2005, a ação foi incluída no Projeto-Piloto de Investimentos (PPI), minimizando o problema do fluxo de recursos. Entretanto, foi reduzido o escopo do projeto, o que impediu o progresso esperado do aumento de demanda e comprometeu a meta proposta para 2007.

**5. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR (BA)**

**Unidade de medida:** Milhar
**Índice apurado em 2006:** 4.166,3
**Índice previsto ao final do PPA:** 29.832

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Devido às restrições orçamentárias verificadas durante o período, não foi possível a conclusão de etapas fundamentais do empreendimento que permitiriam o alcance dos índices programados. Em 2005, a ação foi incluída no PPI, reduzindo-se, entretanto, o escopo do projeto. Isto, aliado à paralisação das obras imposta pelo Tribunal de Contas da União, por indícios de irregularidades no empreendimento, provocou um atraso irrecuperável no progresso esperado do aumento de demanda em 2007.

**6. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE (RS)**

**Unidade de medida:** Milhar
**Índice apurado em 2006:** 45.787
**Índice previsto ao final do PPA:** 54.450

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Em 2006, o índice atingido foi de 45,8 milhões de passageiros, tendo registrado queda de 3,1% em relação a 2005, apontando um distanciamento da meta prevista ao final do PPA.

**7. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE MACEIÓ (AL)**

**Unidade de medida:** Milhar
**Índice apurado em 2006:** 1.499,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.890

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Em 2006, o resultado alcançado poderia ter se aproximado mais do índice previsto ao final do PPA caso não tivesse ocorrido a paralisação do sistema para realização de serviços de manutenção na via permanente. Dessa forma, é esperado um aumento de demanda para o exercício de 2007, atingindo o índice previsto para o PPA.

**8. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE JOÃO PESSOA (PB)**

**Unidade de medida:** Milhar
**Índice apurado em 2006:** 2.591
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.260

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Ao término de 2006, foi superado o índice previsto ao final do PPA com o transporte de 2,59 milhões de passageiros.

**9. NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE NATAL (RN)**

**Unidade de medida:** Milhar
**Índice apurado em 2006:** 2.443
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.835

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, o resultado alcançado poderia ter se aproximado mais do índice previsto ao final do PPA caso não tivesse ocorrido movimento de greve dos funcionários do sistema. Além disso, o início da operação de mais uma composição de trens ao final de 2006 contribuirá para que seja alcançada a meta proposta até o final de 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Os sistemas operados pelo Governo Federal devem ser transferidos a Estados e Municípios, por determinação constitucional. Sob gestão local, torna-se possível sua integração com outros modos de transporte e com o planejamento urbano específico de cada região. Para viabilizar as transferências, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas, destinados à sua expansão e/ou à sua modernização, propiciando melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Transporte de 99,3 milhões de passageiros nos sistemas operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) em 2006, registrando crescimento de 6,8% em relação a 2005. Destacam-se os incrementos de demanda nos sistemas de Recife (PE) (5,3%) e Belo Horizonte (MG) (11%), que abarcaram 93% da demanda total de transporte dos sistemas da CBTU em 2006;

- Transporte de 45,8 milhões de passageiros no sistema de trens urbanos de Porto Alegre (RS) em 2006, registrando-se, entretanto, queda de 3,1% em relação a 2005.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas não foi satisfatório. A principal causa é a não liberação de recursos de investimentos em tempo hábil para as conclusões das expansões previstas no exercício. Em grande medida, o desempenho deriva da insuficiência e descontinuidade do fluxo dos recursos observados nas intervenções em sistemas que não integraram a carteira de projetos do PPI em 2006, tais como: Belo Horizonte (MG), Recife (PE), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN) e Porto Alegre (RS). Nos casos dos sistemas de João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RN) e Porto Alegre (RS), foi marcante a prática de contingenciamento severo e fluxo financeiro intempestivo. Nos casos de Recife (PE) e Belo Horizonte (MG), o problema da insuficiência de recursos foi minorado com a ampliação do orçamento disponível por meio de créditos extraordinários, entretanto, não mais em tempo hábil para a plena aplicação dos recursos no exercício.

Mesmo os projetos incluídos no PPI (Salvador-BA e Fortaleza-CE), nos quais o problema de fluxo de recursos é minorado, apresentaram avanços modestos. Para tanto, foram determinantes as dificuldades de readequação de contratos antigos que já estavam em andamento, imposta pela alteração dos escopos dos projetos definida nos processos de descentralização dos sistemas em 2005. Além disso, no caso de Salvador (BA), também foram constatados atrasos na prestação de contas da unidade executora (Companhia de Transporte de Salvador) e houve uma paralisação das obras, já superada, por motivo de contestação judicial do processo de descentralização.

Um problema de ordem geral na execução do Programa foi a quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras. Observa-se que não tem havido aumento

suficiente do quadro de funcionários compatível com as recentes expansões dos sistemas. No entanto, o monitoramento do desempenho físico das ações do Programa tem sido realizado de modo adequado, abarcando reuniões entre as equipes gestoras e as empresas responsáveis pela implantação dos projetos, realização de visitas *in loco* e uso de sistema de informações gerenciais de acompanhamento dos projetos. Dessa maneira, o preenchimento do SIGPlan é atualizado mensalmente, da mesma forma que são disponibilizados relatórios mensais de gestão.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, como os serviços de atendimento ao usuário, existentes nos sistemas de Recife (PE), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), o atendimento ao usuário de forma direta pelo pessoal da área de operação nos sistemas de Natal (RN), João Pessoa (PB) e Maceió (AL), além das pesquisas de opinião sobre a satisfação do usuário. Estas iniciativas subsidiam a implementação de melhorias no atendimento, conforto e segurança nas estações e trens. Destaca-se ainda a prática de reuniões com grupos de interesse, que permitem que as Ações de Implantação, Expansão e Modernização dos Sistemas, bem como o processo de descentralização dos sistemas, sejam discutidos com os principais atores envolvidos, em especial os governos locais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Adequar a quantidade de recursos humanos nas equipes executoras, de modo proporcional às expansões dos investimentos ocorridas nos sistemas de trens urbanos.

# FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO HABITACIONAL

## OBJETIVO

Ampliar o mercado imobiliário, permitindo novas formas de acesso ao financiamento habitacional.

## PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda superior a cinco salários mínimos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): - | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | - |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 4.874.312.480,92 | R$ 6.841.984.625,79 | |

## INDICADORES

### 1. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.509.002

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A viabilidade de alcance do índice originariamente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, uma vez que as metas programadas para 2006 foram superadas.

### 2. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 633.079

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A viabilidade de alcance do índice originariamente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, uma vez que as metas programadas para 2006 foram superadas.

### 3. TAXA DE DOMICÍLIOS ALUGADOS COM ÔNUS EXCESSIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ACIMA DE CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 5,55

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A viabilidade de alcance do índice originariamente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 é alta, uma vez que as metas programadas para 2006 foram superadas.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O deficit quantitativo habitacional brasileiro, na ordem de 6,6 milhões, implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente.

A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até cinco salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias e de um passivo financeiro elevado.

Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar de até três salários mínimos, estrato onde se concentra o deficit habitacional. Importa registrar a existência no País de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere à sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes.

Em termos relativos, o deficit habitacional equivale a 14,8% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,5%) e ligeiramente superior em áreas rurais (16,5%). A expressão relativa do deficit habitacional tende a ser maior nos Estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta percentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas Regiões Norte e Nordeste.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Atendimento a cerca de 55.880 famílias com renda de cinco a 12 salários mínimos por meio de financiamento para aquisição de imóveis e atendimento habitacional com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

• Concessão de 50.451 financiamentos imobiliários com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) operados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa apresentou desempenho satisfatório. O cumprimento global das metas físicas programadas foi de 97%, ao passo que sua execução financeira global superou em 40% a meta originalmente prevista. O resultado relaciona-se, basicamente, às diversas medidas adotadas no intuito de impulsionar a oferta de crédito pelos agentes financeiros e incentivar o mercado da construção civil, dando mais garantias jurídicas ao empreendedor e ao comprador do imóvel. Ainda, as medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em relação à obrigatoriedade de os bancos aplicarem em financiamento imobiliário os recursos captados na caderneta de poupança geraram uma disponibilidade elevada de recursos desta fonte, resultando no expressivo resultado dos financiamentos imobiliários.

Apesar do bom resultado global do Programa, cabe um destaque negativo para a Ação de Financiamento a Pessoas Jurídicas para construção habitacional para famílias com renda entre cinco e 12 salários mínimos, que apresentou execução nula.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Embora as ações do Programa sejam destinadas ao financiamento direto à pessoa física, existe a previsão de parcerias, no caso das operações estruturadas de forma associativa em grupos formados por condomínios, sindicatos, cooperativas, associações, Companhias de Habitação (COHAB) ou empresas do setor da construção civil. Ademais, a participação social no Programa é realizada por meio da Ouvidoria da CEF.

**RECOMENDAÇÕES**

• Não há recomendações.

# FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA

## OBJETIVO

Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos Municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional.

### PÚBLICO-ALVO

Prefeituras municipais.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 33.425.162,00 | Empenho Liquidado: | R$ 13.322.747,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 13.322.747,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 659.000.000,00 | - | |

### INDICADORES

#### 1. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA HABITAÇÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Não houve cálculo do índice do indicador em 2006. Dentro do Programa Fortalecimento da Gestão Urbana, não foi priorizada a ação voltada para Municípios consorciados para habitação. De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, aproximadamente 1,5% da totalidade dos Municípios participavam de consórcio voltado para habitação.

#### 2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PLANOS DIRETORES APROVADOS E ELABORADOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 67,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 32

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Ao longo do ano de 2006, foi constatada a preocupação dos Municípios em ter seus Planos Diretores concluídos, principalmente, daqueles com obrigatoriedade legal de elaborar/revisar seus Planos Diretores até outubro de 2006. Dessa forma, pode-se inferir que até o final de 2007, a totalidade destes Municípios terá seus planos concluídos. Além disso, outras determinações legais, oriundas de alguns governos estaduais (a exemplo dos Estados de São Paulo e Santa Catarina), tornam obrigatória a elaboração dos Planos Diretores para todos os Municípios do Estado, o que pode ser qualificado como uma contribuição adicional para o alcance das metas da ação. Além disso, as parcerias firmadas reforçam a probabilidade de alcance das metas.

**3. TAXA DE MUNICÍPIOS COM CADASTROS IMOBILIÁRIOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 86,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Não foram disponibilizados dados atualizados para o ano de 2006 para os Municípios que possuem cadastros imobiliários. No entanto, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, divulgada pelo IBGE em 2005, apontava que aproximadamente 93,05% dos Municípios possuíam cadastros imobiliários.

**4. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006**: -
**Índice previsto ao final do PPA:** 7,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Não foram disponibilizados dados atualizados para o ano de 2006 em relação aos Municípios que possuem serviço de esgotamento sanitário. Mas, de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais divulgada pelo IBGE em 2004, aproximadamente, 3,57% dos Municípios possuem consórcio para serviço de saneamento básico.

**5. TAXA DE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 12

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o montante de recursos destinados aos setores de saneamento e habitação favorece o alcance das metas previstas.

Ressalta-se que não foram obtidos dados atualizados para o ano de 2006 em relação aos Municípios que possuem serviço de coleta de lixo.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Desde a Constituição de 1988, houve um crescimento significativo de novos Municípios no Brasil, na sua maioria de pequeno porte e com pouca sustentabilidade econômica e ambiental. Contudo, uma dificuldade comum tanto a novos como a antigos Municípios reside na sua parca capacidade de gestão e planejamento urbano e territorial, particularmente, na questão do manejo e controle do uso e da ocupação do solo. Do mesmo modo, a problemática do desenvolvimento institucional e da capacitação técnica constituem desafios à gestão e ao planejamento territorial dos Municípios.

Por outro lado, dentro do sistema de cidades brasileiro, em nenhum outro lugar a tomada de decisões ao nível supralocal assume tamanha importância como nas áreas metropolitanas, tendo em vista não só o caráter sistêmico das relações e funções assumidas pelos Municípios que as compõem, mas, principalmente, pelo fato de vivenciarem problemas comuns causados pelo intenso processo de urbanização que compartilham. Muitos destes problemas extrapolam as fronteiras de seus Municípios, tendo em vista o fenômeno da conurbação e a mobilidade diária de seus moradores, assim sendo problemas como transporte, saúde, saneamento ambiental, etc. tornam-se impossíveis de serem solucionados individualmente.

Desta forma, verifica-se também a necessidade de se construir e disseminar novos arranjos de gestão metropolitana e de consórcio intermunicipal para permitir a adoção de políticas participativas e integradas ao nível supralocal para o enfrentamento de problemas comuns.

A manutenção do atual padrão de ausência de planejamento e gestão territorial com exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda são conseqüências da não implementação do Programa.

A vontade política de enfrentar o problema, a intenção do Ministério em realizar intervenções integradas, a experiência consolidada no Ministério para atuar neste segmento e a existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade são condicionantes favoráveis para a implementação.

A falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento, o processo demorado de intervenção e a ausência de recursos suficientes são condicionantes desfavoráveis.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Apoio direto a 63 Municípios para elaboração dos Planos Diretores Participativos no ano de 2006;

- Realização da Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização para Planos Diretores Participativos que atingiu a marca de 129 oficinas de capacitação, com alcance de aproximadamente 442 Municípios e 4.911 pessoas;

• Elaboração de publicações para apoiar as atividades de capacitação em Planos Diretores – Plano Diretor: Participar é um Direito, A Cidade que Queremos, Plano Diretor na Amazônia: Participar é um Direito, Os Vereadores no Processo de Construção de Planos Diretores Participativos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento de metas físicas do Programa foi razoável, entretanto, ainda não corresponde de maneira linear à expectativa. Em grande medida, porque os Municípios encontram dificuldades em assinar seus contratos em função de pendências anteriores que se tornam impedimentos legais como o Cadastro Único de Exigências para Transferência de Recursos Voluntários da União (CAUC). Ademais, os recursos orçamentários executados foram insuficientes para atender à demanda verificada e, em algumas ações, o andamento dos trabalhos foi prejudicado pela indisponibilidade financeira, o que prejudicou o cumprimento dos cronogramas pelos Municípios tomadores dos recursos. A aplicação de recursos não-orçamentários também se mostrou insatisfatória, uma vez que os financiamentos foram inviabilizados pelas exigências feitas pelos concedentes.

A execução do Programa também foi comprometida pela infra-estrutura inadequada, pela quantidade insuficiente e baixa qualificação dos recursos humanos das equipes executoras. Não obstante, foram observados atrasos nas prestações de contas dos Estados e Municípios, dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes e dificuldades na realização de licitações e celebração de contratos, o que atrasa o início dos projetos, provoca o descumprimento dos cronogramas estabelecidos e gera a perda de recursos orçamentários. A continuidade das capacitações desenvolvidas no âmbito do Programa tem buscado minimizar este quadro. Entretanto, a distribuição das ações voltadas à promoção do desenvolvimento institucional dos Municípios entre as diversas secretarias do Ministério das Cidades (MCidadesades) fragmentou as atividades e dificultou a articulação entre estas secretarias para os fins a que se propõe o Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. A metodologia desenvolvida para orientar os Municípios na elaboração de planos diretores segue as diretrizes determinadas no Art. 2º inciso II da Lei nº10.257/01 (Estatuto da Cidade), que estabelece a "gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano". Portanto, na metodologia para elaboração de planos diretores, constam a realização de audiências públicas e de reuniões com os diversos grupos de interesse da sociedade, por tema e por localidade, com o intuito de realizar a leitura da realidade do Município, a partir da qual, são definidas as ações e estabelecidas as prioridades. As experiências do Programa mostram que o engajamento da população nas atividades auxilia o Poder Público na priorização das políticas públicas a serem implementadas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Redefinir indicadores. Os indicadores somente são capazes de medir os quantitativos referentes às metas, mas não satisfazem a necessidade de dimensionar, de fato, se os objetivos do Programa foram alcançados.

# HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

## OBJETIVO

Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural.

## PÚBLICO-ALVO

Famílias com renda familiar até cinco salários mínimos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 600.779.904,00 | Empenho Liquidado: | R$ 273.857.501,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 273.857.501,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 4.830.001.174,99 | R$ 4.039.694.254,38 | |

## INDICADORES

### 1. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.388.744

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A viabilidade do alcance do índice foi favorecida pela ampliação dos recursos para o Programa em 2006. A mensuração do indicador não foi possível no curto prazo. Os índices utilizados são extraídos dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico realizado em 2000.

### 2. NÚCLEO DO DEFICIT HABITACIONAL QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.351.825

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A viabilidade do alcance do índice foi favorecida pela ampliação dos recursos destinados aos subsídios em 2006, extremamente necessários para o atendimento da

faixa de renda até três salários mínimos. A mensuração do indicador não foi possível no curto prazo. Os índices utilizados são extraídos dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico realizado em 2000.

**3. TAXA DE DOMICÍLIOS ALUGADOS COM ÔNUS EXCESSIVO DE FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 20,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A viabilidade do alcance do índice foi favorecida pela ampliação dos recursos destinados aos subsídios em 2006, extremamente necessários para o atendimento da faixa de renda até três salários mínimos. A mensuração do indicador não foi possível no curto prazo. Os índices utilizados são extraídos dos estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico realizado em 2000.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O deficit quantitativo habitacional brasileiro da ordem de 6,6 milhões implica a necessidade de construção de novas moradias, tanto para a reposição (domicílios rústicos e domicílios depreciados pela idade) como para o incremento (domicílios improvisados, domicílios com coabitação familiar e domicílio com ônus excessivo de aluguel) do estoque existente.

A produção de moradias dotadas de infra-estrutura para a população com renda até cinco salários mínimos apresenta vários problemas relacionados à baixa participação dos setores empresarial e cooperativo (estima-se que 70% das novas moradias são produzidas por autogestão), dos baixos padrões de tecnologia aplicada na produção de moradias, de um passivo financeiro elevado.

Há que se considerar que, historicamente, as fontes de financiamento da Política Habitacional não aportaram recursos suficientes para o atendimento de parcela significativa da demanda constituída pela população com renda familiar de até cinco salários mínimos, estrato em que se concentra o deficit habitacional. Importa registrar a existência no País de um expressivo número de imóveis urbanos vagos que não estão necessariamente ajustados à demanda habitacional, tanto no que se refere à sua adequação para moradia como para atendimento dos grupos sociais mais carentes.

Em termos relativos, o deficit habitacional equivale a 14,8% dos domicílios particulares permanentes brasileiros, proporção ligeiramente inferior nas áreas urbanas (14,5%) e ligeiramente superior em áreas rurais (16,5%). A expressão relativa do deficit habitacional tende a ser maior nos Estados nordestinos e áreas urbanas do Norte. Esta percentagem é de 13,7% nas áreas metropolitanas, tendendo, também, a ser mais expressivo naquelas localizadas nas Regiões Norte e Nordeste.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Atendimento a 222,7 mil famílias com faixa de renda até cinco salários mínimos, por meio de linhas de financiamento para aquisição e construção da casa própria;
- Atendimento a 40.247 famílias por meio de Ações de Arredamento Residencial;
- Atendimento a 11.500 famílias com faixa de renda de até três salários mínimos por meio de apoio aos entes públicos para a construção habitacional;
- Atendimento a 4.390 famílias com faixa de renda de até três salários mínimos por meio de financiamento habitacional para cooperativas e associações populares (Crédito Solidário);
- Subsídio a 21.492 unidades habitacionais destinadas a famílias com faixa de renda de até três salários mínimos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O desempenho do Programa foi satisfatório, principalmente, em função do impacto das ações que utilizam recursos onerosos. Dentre elas, merecem destaque a Ação de Arrendamento Residencial, que utiliza recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e as Ações de Financiamento a Pessoa Física para Aquisição de Imóvel Usado e para Atendimento Habitacional, lastreadas por recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que apresentaram elevado cumprimento de suas metas. Foi negativo, entretanto, o baixo nível de execução da Ação de Financiamento aos Entes Públicos para Construção Habitacional (Pró-Moradia), decorrente das restrições de crédito ao setor público.

A execução das iniciativas com recursos orçamentários, por outro lado, foi abaixo do desejável. Sobretudo, nestes casos, as metas são estabelecidas em função dos recursos disponíveis, ficando muito aquém das reais necessidades. Ademais, a aplicação dos recursos foi prejudicada por contingenciamentos orçamentários e financeiros, que atrasaram a formalização de contratos e o andamento das obras. No intuito de minorar o problema da carência de recursos orçamentários, foi ampliada em R$ 50 milhões por meio de crédito extraordinário, a dotação orçamentária para apoiar entes públicos na construção habitacional para famílias de baixa renda.

Outras restrições à execução do Programa foram os recursos materiais insuficientes na equipe gerencial, a infra-estrutura disponível inadequada, além da quantidade insuficiente de recursos humanos na equipe gerencial. Em que pese o concurso público e a admissão de novos funcionários no decorrer do ano de 2006, vários servidores já solicitaram exoneração, especialmente, em razão da procura por outras atividades que oferecem melhores remunerações.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução. Diversas de suas ações envolvem a parceria de associações, movimentos de moradia, sindicatos, etc. Ademais, existem mecanismos que promovem a participação social. São realizadas reuniões com grupos de interesse, que envolvem parcerias com as prefeituras, associações e movimentos de moradia. Em muitos casos, a definição da demanda envolve reuniões com os beneficiários finais das ações e há formação de mutirões para execução de obras de conjuntos habitacionais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Aprimorar a infra-estrutura e os recursos materiais disponíveis;
- Ampliar a quantidade de recursos humanos.

# MOBILIDADE URBANA

## OBJETIVO

Promover o aumento da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários estaduais ou municipais por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas.

## PÚBLICO-ALVO

População urbana nas metrópoles e grandes cidades.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 183.457.873,00 | Empenho Liquidado: | R$ 147.061.803,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 147.061.803,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 2.250.000.000,00 | - | |

## INDICADOR

### 1. COEFICIENTE DE MOBILIDADE URBANA

**Unidade de medida:** viagens ao dia/habitante
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Não apurado. O indicador está sendo aperfeiçoado para que possa medir o impacto de ações localizadas. Para tanto, estrutura-se uma base de dados que permita superar as insuficiências de informações e construir Indicadores de Acessibilidade.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação das cidades de forma irracional e socialmente excludente e as dificuldades do Poder Público em garantir meios e sistemas adequados e suficientes para o deslocamento de pessoas, vêm gerando uma redução expressiva na mobilidade e acessibilidade urbana. A alta densidade populacional existente nas Regiões Metropolitanas, a saturação das vias principais e de acesso às áreas centrais e o grande contingente populacional que reside em áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos, vêm comprometendo a qualidade de

vida de toda a população urbana, assim como promovendo deseconomias importantes para os Municípios componentes das Regiões Metropolitanas.

Os pedestres, as pessoas com restrição de mobilidade, os usuários de veículos não-motorizados e a população de baixa renda, residentes nas periferias das cidades, sofrem com maior intensidade os efeitos das deficiências dos sistemas de transportes urbanos. Os seus direitos básicos de cidadão, como o acesso à oportunidade de trabalho, aos serviços de saúde e educação e às atividades sociais, religiosas e de lazer, estão comprometidos.

Os serviços de transportes urbanos oferecidos nas cidades mostram deficiências no planejamento, na gestão e na utilização de tecnologias, na inadequação do uso das vias, na inexistência de calçadas, vias e sinalização que permitam o deslocamento a pé ou de bicicleta, de forma segura, na inacessibilidade do uso dos transportes coletivos, pela população de baixa renda, devido aos valores tarifários praticados pelas municipalidades incompatíveis com a renda desta população. O tempo gasto em longos percursos e em congestionamentos, as perdas de vida ocorridas nas vias urbanas, a impossibilidade de mobilidade das pessoas com deficiências, o alto gasto com energias não-renováveis, as doenças causadas pela poluição ambiental, tendo os veículos de transporte como os principais agentes poluidores, são efeitos da insuficiência e inadequação dos sistemas de transportes urbanos de massa adotados nas grandes cidades e regiões metropolitanas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Conclusão das duas primeiras etapas do projeto de implantação do Corredor Expresso de Transporte Coletivo Urbano - Trecho Parque Dom Pedro II - Cidade Tiradentes (SP);
- Apoio a 26 projetos de circulação não-motorizada;
- Apoio a 26 projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano;
- Capacitação de 400 técnicos municipais em Gestão Integrada da Mobilidade Urbana em 11 capitais de regiões metropolitanas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa não cumpriu satisfatoriamente as metas físicas, apresentando baixo índice de aproveitamento. Para tanto, foram determinantes a insuficiência dos recursos orçamentários e a baixa aplicação dos recursos não-orçamentários. Destaca-se que, em 2006, a disponibilidade de recursos orçamentários permitiu atender apenas 0,57% da demanda apresentada pelos Estados e Municípios na sistemática de seleção pública de projetos de melhoria da mobilidade urbana. Ademais, o fluxo de recursos orçamentários sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Por motivo da demora na aprovação do Orçamento de 2006, os projetos só puderam ser liberados a partir do segundo semestre, gerando atrasos na assinatura dos contratos de repasse e no início das obras. A insuficiência de recursos orçamentários também prejudicou as atividades de capacitação e desenvolvimento institucional, estreitamente relacionadas com a eficiência, a eficácia e a

efetividade dos projetos de mobilidade financiados pelo Governo Federal. Por sua vez, o impacto das ações com recursos não-orçamentários foi muito baixo, uma vez que o limite de endividamento do setor público definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) permaneceu como um entrave para a efetivação dos contratos de financiamento de infra-estruturas para o transporte coletivo.

A execução do Programa também foi caracterizada por outras restrições, como a inadequação da infra-estrutura disponível para a equipe gerencial do Programa, a quantidade e a qualificação insuficiente dos recursos humanos existentes e a dificuldade na celebração de licitações e contratos. Vale ressaltar que a tentativa de sanar o problema dos recursos humanos pela contratação de profissionais por meio de Plano de Consolidação de Carreira (PCC) não tem obtido êxito, haja vista a grande evasão de profissionais por causa da baixa remuneração oferecida neste tipo de contratação.

No que tange à concepção do Programa, é positivo o tratamento de temas transversais. Todos os projetos apoiados incluem a acessibilidade universal, que visa a promover acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para pessoas com deficiência e para pessoas com mobilidade reduzida, assegurando-lhes autonomia, segurança e qualidade de vida.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social, com destaque para as discussões em conselhos setoriais – Comitê Técnico da Mobilidade Urbana e Conselho das Cidades. Tais esferas constituíram fóruns importantes de interlocução e consolidação da Política Nacional de Mobilidade Urbana e o Anteprojeto de Lei de Mobilidade Urbana.

**RECOMENDAÇÕES**

- Aperfeiçoamento do indicador para que o mesmo possa medir o impacto de ações localizadas;
- Incluir a população urbana das cidades com mais de 60 mil habitantes no público-alvo do Programa;
- Criação de uma Ação para Fortalecimento Institucional dos Gestores do Setor de Mobilidade Urbana.

# QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-H

## OBJETIVO

Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda.

## PÚBLICO-ALVO

Profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.512.001,00 | Empenho Liquidado: | R$ 368.996,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 368.996,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE QUALIDADE DOS MATERIAIS E COMPONENTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 82
**Índice previsto ao final do PPA:** 87,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A natureza do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos do PBQP-H é extremamente dinâmica e evolutiva. O Indicador de Conformidade Setorial é obtido a partir da média dos Indicadores de Conformidade dos Programas Setoriais da Qualidade (PSQ). Novos PSQ podem ser inseridos continuamente no Sistema, fazendo com que esse índice reduza, uma vez que normalmente um novo PSQ não possua Indicador de Conformidade Setorial apurado, ou o tenha com um valor bem menor do que o desejado. Além disso, outro fator que também impacta a previsão de viabilidade média do alcance do índice final do PPA, em 2007, é a renovação periódica dos parâmetros normativos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em relação a determinados materiais, o que tem reflexos ocasionais nos índices de conformidade dos PSQ. Entretanto, como previsto na última avaliação do PPA, para melhor expressar os resultados do Programa em relação à qualidade dos materiais, propôs-se uma comparação

entre dois indicadores: a Taxa da Qualidade e o número de PSQ com indicador constantemente calculado e monitorado. Em 2005, esse número foi 13 e, em 2006, a taxa foi de 82%, considerando-se o número de 14 PSQ.

**2. TAXA DE DESPERDÍCIO DE MATERIAIS E COMPONENTES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 22

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Conforme exposto nas avaliações do PPA dos exercícios de 2004 e 2005, esse indicador não representa corretamente os resultados das ações desenvolvidas no âmbito do PBQP-H, além de ser um indicador que relaciona dados de difícil obtenção. Dessa forma, foram propostos três indicadores possíveis, para se demonstrar, de forma mais compatível, os resultados do Programa em relação à qualidade das empresas de serviços e obras, e dos materiais de construção:

a) satisfação dos usuários do Programa;
b) ocorrência de problemas construtivos pós-ocupação nos empreendimentos produzidos e que obedecem às diretrizes do PBQP-H;
c) número de empresas de serviços e obras com certificado vigente de avaliação da conformidade do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)/PBQP-H.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Um dos maiores desafios do Estado brasileiro e da construção civil é encontrar soluções para a melhoria das condições do ambiente construído. A baixa qualidade das edificações e de seu entorno imediato prejudica fundamentalmente os segmentos de baixa renda da população. O setor da construção de edifícios habitacionais no País tem se caracterizado, historicamente, por um baixo grau de desenvolvimento e de evolução tecnológica, comparativamente a outros setores industriais. Nesse contexto, o fortalecimento e a melhoria do desempenho da cadeia produtiva da construção certamente contribuirá para:

a) o fortalecimento da economia e do setor produtivo nacional;
b) o aumento da capacidade tecnológica do País;
c) o aumento da geração de emprego e renda;
d) o combate ao deficit habitacional e suas conseqüências sociais e urbanas;
e) a melhoria das condições de vida das comunidades urbanas em geral, e, particularmente, das de baixa renda.

Em síntese, no caso da habitação, além da questão relacionada ao deficit quantitativo, existe ainda uma deficiência na qualidade das construções e obras que compõem o ambiente construído. Historicamente, frente à necessidade de reduzir o custo de seus produtos, a construção civil teve dificuldades em manter o padrão de qualidade dos projetos e obras, resultando em soluções insatisfatórias e de curta vida útil. Grande desigualdade nos padrões de qualidade, prática da não-conformidade intencional, desarticulação, concorrência

predatória, desperdício na produção e baixo nível de inovação tecnológica têm se refletido em um ambiente construído de baixa qualidade, necessitando de constantes reparos e serviços de manutenção. Este ainda é o retrato da construção civil, um dos setores produtivos mais importantes da economia, mas que necessita de um esforço conjunto em busca de qualidade e produtividade. Esse esforço ganhou corpo com a criação do PBQP-H, que passou então a apoiar o esforço de reestruturação do setor produtivo em torno de duas questões fundamentais: a melhoria da qualidade e a modernização produtiva. O setor público participa, principalmente, como indutor de um processo evolutivo de qualidade e estimulador do aumento da produtividade, e o setor privado assume o compromisso com a implementação dos sistemas de qualidade e combate ao desperdício. Para tanto, os recursos fiscais do Programa representam apenas uma parte menor do que normalmente é investido pelos principais agentes do setor, significando uma forma de alavanca dos recursos das parcerias público/privado: Caixa Econômica Federal (CEF), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresas privadas. O grande montante dos recursos alocados pelo setor privado, envolvendo as entidades e as empresas produtoras de materiais e componentes e de serviços - construtoras, projetistas, etc - são destinados ao desenvolvimento de mecanismos de promoção e avaliação da qualidade e, principalmente, na adaptação e ajuste das empresas aos padrões de qualidade exigidos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Carta de Acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para concepção e implantação do Sistema Nacional de Avaliações Técnicas (SINAT): elaboração da primeira fase da Atividade de Implementação do SINAT (proposta de Regimento Interno e de documentos complementares para operacionalização do sistema) e apresentação/discussão dos documentos com o setor da construção civil;

- Adesão dos Municípios de Vitória(ES) e Rio Branco(AC) ao PBQP-H;

- Lançamento do Portal PBQP-H <http://www.cidades.gov.br/pbqp-h>, com interface *web* das ferramentas do Sistema de Informações, estruturado em 80%, com implantação do sistema de gerenciamento de serviços e obras, materiais e componentes; do jornal virtual; do sistema de troca de mensagens e do gerenciamento de base documental *on-line*, e o sistema de alimentação e visualização *on-line* de casos de experiência de sucesso.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa apresentou desempenho mediano. O cumprimento global das metas físicas programadas ficou entre 40% e 80% do previsto, ao passo que sua execução orçamentária global atingiu apenas 40% da meta originalmente prevista. O resultado é devido, principalmente, ao contingenciamento e ao descompasso no fluxo de liberação financeira que atingiu o Programa em 2006. Foram liberados apenas 40% dos recursos em mais de nove meses transcorridos do ano. Este descompasso entre o fluxo de recursos e a programação física do Programa tem afetado negativamente a implementação das atividades do plano de trabalho nos últimos anos, já que o repasse dos recursos tem ocorrido próximo ao fim do exercício, impedindo que haja tempo suficiente para a execução de todas as

ações previstas, fato ainda mais agravado pela necessidade de transferência desses recursos empenhados para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), objetivando a efetiva operacionalização das atividades do plano de trabalho.

Outro aspecto importante diz respeito à escassez de recursos materiais, que se traduz em disponibilidade insuficiente de espaço físico, para que a equipe técnica da Coordenação Geral realize eventos/reuniões necessários à condução da gestão do Programa, e de espaço físico/mobiliário para a organização de documentos técnicos relativos ao Programa. Soma-se a isto a quantidade reduzida de técnicos na equipe gerencial do Programa, e sua inadequada especialização.

Apesar do resultado insatisfatório do Programa, cabe destacar que no último ano se consolidou a ampliação das bases do mesmo, com o desenvolvimento do processo de sensibilização e adesão de Municípios, objetivando aproximar os benefícios do Programa dos usuários finais.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O PBQP-H fundamenta seu arranjo institucional na gestão compartilhada, contando, para isso, com uma estrutura composta por:

a) Coordenação Geral;
b) Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH);
c) Coordenação Nacional de Projetos e Obras;
d) Coordenação Nacional de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos;
e) Coordenações Estaduais e/ou Regionais;
f) Grupo de Assessoramento Técnico.

Todas essas instâncias de gestão permitiram, no exercício de 2006, o monitoramento sobre o desempenho físico das ações do Programa.

Outra característica relevante do Programa é possuir forte articulação com seus parceiros institucionais. Devido ao seu objetivo de induzir a melhoria da qualidade e produtividade da cadeia produtiva do setor da construção civil, parte significativa de suas ações são realizadas devido ao intenso processo de articulação e parcerias, que se inicia com a fase de sensibilização regional, assinatura de termo de Adesão ao PBQP-H, construção de um pacto setorial local, consensuado em torno de metas de qualidade e modernização produtiva, e, finalmente, consolidação em um acordo setorial.

**RECOMENDAÇÕES**

- Desenvolvimento de novos indicadores que permitam mensurar e avaliar com maior precisão o desempenho do Programa ao longo de cada exercício.

# REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS

## OBJETIVO

Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em capitais e Municípios integrantes de regiões metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica.

## PÚBLICO-ALVO

População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e Municípios integrantes de regiões metropolitanas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.404.868,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 12.266.571,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 12.266.571,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>R$ 1.560.000.000,00</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADOR

### 1. TAXA DE DOMICÍLIOS VAGOS NAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

**Unidade de medida**: %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 8,6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador escolhido para o Programa está em acordo com suas principais diretrizes, que se referem à diminuição dos imóveis vazios e subtilizados nas áreas centrais. Contudo, são necessárias ações mais efetivas para concretização dos objetivos do Programa. Apesar do Programa contemplar ação que tem por fim a elaboração de planos de reabilitação de áreas urbanas centrais, a ação de apoio a projetos de infra-estrutura, que deveria apoiar projetos consoantes com os planos, recebe apenas emendas, normalmente, dissociadas do planejamento efetuado pelo Governo Federal e pelos Municípios.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Há a existência de deficit habitacional total de quase 8 milhões de moradias conjugado com simultânea ocorrência de 4,5 milhões de imóveis urbanos vazios; a existência de moradias localizadas em áreas de risco e insalubres; a disponibilidade de infra-estrutura urbana e um expressivo acervo de imóveis habitacionais e comerciais subtilizados ou em

desuso, localizados em áreas centrais; a expansão desordenada e/ou desnecessária das cidades brasileiras; a existência de imóveis antigos com situação fundiária irregular; e o subaproveitamento e a degradação do patrimônio cultural nas áreas centrais antigas.

A falta de critérios racionais de priorização no que concerne à expansão das cidades brasileiras; a continuidade dos riscos de vida e dos relativos à saúde para os moradores dos imóveis em situação precária; o desperdício ambiental; e a perda do patrimônio cultural, em prejuízo das gerações futuras são conseqüências previstas da não implementação do Programa.

A vontade política de alguns setores do Poder Público em trabalhar de forma articulada; a existência dos instrumentos do Estatuto da Cidade; a disponibilidade de infra-estrutura; o estoque de imóveis residenciais não-ocupados; as leis de incentivo fiscal aplicáveis em áreas de interesse cultural; o baixo custo das obras de infra-estrutura, uma vez que haverá o aproveitamento daquela já existente são condicionantes favoráveis da implementação do Programa.

A falta de vontade política de alguns setores do Poder Público; o alto custo das obras de reabilitação; o baixo grau de desenvolvimento, no Brasil, de tecnologias e técnicas adequadas à reabilitação; o pouco interesse do setor da construção civil na reabilitação; a insuficiente capacitação profissional dos setores público e privado atinente às questões de reabilitação urbana; a inadequação/insuficiência das linhas de financiamentos voltadas para reabilitação urbana; a falta de flexibilidade na operacionalização das leis de incentivo fiscal, aplicáveis em imóveis simultaneamente de interesse cultural e social são condicionantes desfavoráveis.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre a União e a Prefeitura do Rio de Janeiro para elaboração e implementação de projetos de parceria entre os governos federal e municipal, com o intuito de reabilitar a área portuária do Rio de Janeiro (RJ), compreendendo os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, São Cristóvão, Benfica, Vasco da Gama e Caju;

- Assinatura de Convênio entre Ministério das Cidades, Ministério da Previdência Social e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para estabelecer condições de operacionalização nos processos de alienação de imóveis pertencentes ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social para fins de provisão habitacional de interesse social;

- Implantação de projetos-piloto de conversão e recuperação de imóveis ociosos, subutilizados e insalubres, através da destinação de sete imóveis do INSS (três em São Paulo, e um em cada uma das cidades: Rio de Janeiro-RJ, Porto Alegre-RS, Belo Horizonte -MG e Vitória-ES);

- Contratação de seis planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais de capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas, em São Luiz (MA), Maceió (AL), Belém (PA), Osasco (AP), Camaragibe (PE) e Santo André (SP).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa teve desempenho abaixo do esperado, com uma execução física média de 39,1% em suas duas ações principais. A Ação de Apoio à Elaboração de Planos cumpriu 60% da meta prevista na LOA, contratando seis dos 10 planos previstos, permitindo assim uma concentração maior de recursos em Municípios que já haviam elaborado seus planos e passaram agora a elaborar projetos executivos de intervenção. Essa estratégia está vinculada à lógica maior da Política de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades e de aplicação de recursos em obras com projetos realizados e vinculados a planos participativos.

A Ação de Apoio a Projetos de Infra-Estrutura, por sua vez, cumpriu 18,3% do previsto. A baixa execução relaciona-se ao fato de que os recursos para esta ação são destinados através de emendas parlamentares que muitas vezes não respeitam os critérios do Programa, o que leva à proposição de projetos que não se enquadram na lista de possibilidades de apoio previstas no manual do Programa.

Quanto à execução orçamentária e financeira, a Ação de Apoio a Planos executou integralmente sua dotação, enquanto a de apoio a obras executou pouco mais da metade, devido aos problemas relatados anteriormente. Deve-se salientar também que o repasse tem sofrido descontinuidade, com grandes liberações precedidas de longos períodos sem nenhum repasse financeiro.

Destacam-se como entraves à insuficiência de recursos humanos e materiais, o espaço físico totalmente inadequado, contingenciamentos orçamentários, a baixa capacidade gerencial dos Municípios e as dificuldades com o órgão executor do recurso, acostumado a fazer repasses de investimentos e não de custeio.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Importante destacar a adequação dos novos contratos de 2006, da Ação de Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais, aos critérios do Programa. Nos anos de 2004 e 2005, dos 149 empenhos, apenas 19 estavam em acordo com os critérios do Programa, que corresponde a 12,75% dos contratos. Já no ano de 2006, dos 16 empenhos, 10 estão de acordo com os critérios do Programa, equivalendo a 62,5% dos empenhos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Utilizar normatização que torne obrigatório o enquadramento dos recursos oriundos de emendas parlamentares aos critérios definidos no Plano e no Manual do Programa, sob pena de não-execução.

# SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

## OBJETIVO

Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários do serviço de trânsito.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 79.920.520,00 | Empenho Liquidado: | R$ 65.437.652,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 65.437.652,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. COEFICIENTE DE VÍTIMAS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO NO BRASIL

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 271,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 180,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Os recursos orçamentários liberados anualmente têm sido substancialmente inferiores aos previsto no PPA 2003-2007. Além disso, desde 2003, foram realizados esforços no sentido de melhorar as estatísticas de trânsito, o que promoveu alterações na metodologia e abrangência da coleta de dados, prejudicando a comparação do índice de referência do indicador com os índices atualmente apurados.

### 2. COEFICIENTE DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

**Unidade de medida:** 1/10.000
**Índice apurado em 2006:** 91,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 82,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Os recursos orçamentários liberados anualmente têm sido substancialmente inferiores

aos previsto no PPA 2003-2007. Além disso, desde 2003, foram realizados esforços no sentido de melhorar as estatísticas de trânsito, o que promoveu alterações na metodologia e abrangência da coleta de dados, prejudicando a comparação do índice de referência do indicador com os índices atualmente apurados.

**3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO**

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 14
**Índice previsto ao final do PPA:** 8,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Os recursos orçamentários liberados anualmente têm sido substancialmente inferiores aos previsto no PPA 2003-2007. Além disso, desde 2003 foram realizados esforços no sentido de melhorar as estatísticas de trânsito, o que promoveu alterações na metodologia e abrangência da coleta de dados, prejudicando a comparação do índice de referência do indicador com os índices atualmente apurados.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

De acordo com os registros estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o processo de crescimento das cidades, nos últimos 60 anos elevou a Taxa de Urbanização de 31,4% para cerca de 82% da população. Nesse período, 130 milhões de pessoas passaram a viver em cidades, e são responsáveis por cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB). As cidades no Brasil passaram a ser vistas, portanto, como focos de concentração de atividades e de irradiação de inovações, funções estas essenciais no contexto do processo de desenvolvimento econômico e social do País. Acompanhando o crescimento urbano, o fenômeno do trânsito passou a ser visto como elemento de preocupação na gestão intra e interurbana, principalmente, no que se refere à melhoria da qualidade de vida da população.

O sistema de trânsito ocupa um papel de destaque sob o aspecto social e econômico, na medida em que envolve, no dia a dia, praticamente, todos os cidadãos brasileiros no exercício pleno do seu direito de ir e vir, de se locomover livremente para satisfação de suas necessidades, em busca de seu bem-estar e da comunidade em que vivem. Diversos são os meios de locomoção por via terrestre, que envolvem diretamente o cidadão e o transporte de produtos diversos em seu benefício. Tais dinâmicas, intensas e ininterruptas, caracterizam o trânsito em seus desdobramentos urbanos, regionais e nacionais, o qual se organiza em um sistema nacional que deve produzir resultados focados no cidadão brasileiro.

Por outro lado, gera um sem número de problemas, desafiando governos e toda a coletividade para a sua solução. Tais problemas traduzem-se, por exemplo, em elevadas taxas de ocorrência e de severidade de acidentes de trânsito; em congestionamentos e em degradação do ambiente urbano, influenciando negativamente a qualidade de vida da população. O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), órgão máximo executivo de trânsito da União, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho

eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) administra políticas, regulamenta e executa programas que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Os acidentes de trânsito representam uma das mais freqüentes causas de óbitos no Brasil. De acordo com as estatísticas, ocorreram 307,29 mil acidentes com vítimas no ano de 2001. Destas, cerca de 374,56 mil foram vítimas não-fatais e 20.039 vítimas fatais de acidentes de trânsito. Segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), 55% das vítimas fatais situam-se na faixa etária economicamente ativa (de 20 a 49 anos), representando um custo social estimado da ordem de 4 bilhões de reais por ano. Justificativa legal: Código de Trânsito Brasileiro, Artigo 3º parágrafo 5º, 19 e 76.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Capacitação de 4.096 profissionais de trânsito nas áreas de engenharia, educação, policiamento ostensivo, fiscalização, operação, administração de trânsito e avaliação de condutores;

- Atualização e manutenção dos sistemas Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach) e Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), que foram consultados, respectivamente, 72 milhões e 220 milhões de vezes, no ano de 2006;

- Realização de três campanhas educativas de utilidade pública por meio da veiculação de peças publicitárias na TV, rádios nacionais e outras mídias, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância de um comportamento seguro e solidário no trânsito;

- Desenvolvimento do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest), que viabiliza a troca *on-line* de informações sobre acidente de trânsito entre os órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis pela área.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas do Programa foi abaixo do esperado. O contingenciamento orçamentário interferiu diretamente no desempenho das Ações 4414 - Educação para Cidadania no Trânsito e 6622 - Capacitação de Profissionais do Sistema Nacional de Trânsito, consideradas de grande impacto na execução do Programa. Ademais, as limitações de contratações no período eleitoral e a insuficiência do orçamento disponível prejudicaram a realização de estudos e projetos previstos para o exercício, assim como a realização de convênios com órgãos e/ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, promovendo baixo desempenho nas Ações 4398 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na Área de Trânsito, 4408 - Melhoria da Fiscalização de Trânsito pelos Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e 8487 - Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes de Trânsito.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. Por meio das Câmaras Temáticas do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), integradas por especialistas que têm o objetivo de estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do Conselho. São constituídas por representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito. Em 2006, foram decididas 33 Resoluções do Contran, que regulamentaram artigos do Código de Trânsito Brasileiro e são de importância significativa para o Sistema Nacional de Trânsito. Essas Resoluções foram originadas e/ou analisadas pelas seis Câmaras Temáticas integradas por representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados ou do Distrito Federal, e dos Municípios, além de especialistas representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO

## OBJETIVO

Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

## PÚBLICO-ALVO

População urbana de menor nível sócio-econômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos):**<br>**R$ 1.108.871.179,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 936.076.669,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 936.076.669,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **R$ 2.774.250.000,00** | **-** | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS URBANOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 94

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Mesmo considerando o expressivo número de contratações de obras em 2004 e 2006, a interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005 colocou em risco o alcance da meta. Ademais, cumpre salientar que mesmo mantendo elevado o índice de execução dos investimentos programados no PPA, corre-se o risco de não atingir as metas programadas, uma vez que as últimas Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNAD) apontam que a Taxa de Crescimento de Novos Domicílios tem sido mantida em níveis muito elevados, superiores a 3,5% ao ano. Com Taxas de Crescimento de Domicílios desta magnitude, o denominador do Indicador de Cobertura é afetado, com viés de baixa.

### 2. TAXA DE COBERTURA DOS SERVIÇOS URBANOS DE COLETA DE ESGOTO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 57,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Mesmo considerando o expressivo número de contratações de obras em 2004 e 2006, a interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005 colocou em risco o alcance da meta. Ademais, cumpre salientar que mesmo mantendo elevado o índice de execução dos investimentos programados no PPA, corre-se o risco de não atingir as metas programadas, uma vez que as últimas Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNAD) apontam que a Taxa de Crescimento de Novos Domicílios tem se mantido em níveis muito elevados, superiores a 3,5% ao ano. Com Taxas de Crescimento de Domicílios desta magnitude, o denominador do Indicador de Cobertura é afetado, com viés de baixa.

**3. TAXA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS COLETADOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 36,2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Mesmo considerando o expressivo número de contratações de obras em 2004 e 2006, a interrupção das contratações de recursos onerosos em 2005 colocou em risco o alcance da meta. Ademais, cumpre salientar que mesmo mantendo elevado o índice de execução dos investimentos programados no PPA, corre-se o risco de não atingir as metas programadas, uma vez que as últimas Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNAD) apontam que a Taxa de Crescimento de Novos Domicílios tem se mantido em níveis muito elevados, superiores a 3,5% ao ano. Com Taxas de Crescimento de Domicílios desta magnitude, o denominador do Indicador de Cobertura é afetado, com viés de baixa.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços de saneamento ambiental, que atingem de forma mais intensa a população de menor nível sócio-econômico, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades. Escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes. Ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Conclusão de 172 obras de saneamento no País, correspondentes a investimentos de R$ 62,3 milhões e beneficiando em torno de 270 mil famílias;

- Certificação e apoio financeiro a cinco estações de tratamento de esgoto no âmbito da Ação de Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas (Prodes);

- Aprovação e sanção da Lei nº 11.445/2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de Saneamento Básico.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2006. Houve uma retomada do processo de contratação de projetos de saneamento com recursos onerosos (Fundo de Amparo ao Trabalhador e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que havia sofrido uma inflexão importante em 2005. Esta retomada foi proporcionada pelo estabelecimento de novos limites de contratação para saneamento com mutuários públicos, no valor de R$ 2,2 bilhões (Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3331/2005, de 28.11.2005), que permitiu as contratações de novas operações de empréstimo e o alcance dos resultados esperados. Da mesma forma, o desempenho geral do Programa com recursos orçamentários melhorou, substancialmente, uma vez que 84% dos recursos foram empenhados e os desembolsos foram equivalentes a 45% da dotação original (incluindo restos a pagar de exercícios anteriores). O não aproveitamento integral das dotações orçamentárias previstas deveu-se, principalmente, ao contingenciamento de recursos. Ademais, foram prejudiciais o atraso na liberação de recursos e o grande volume financeiro comprometido com restos a pagar. Em vista da natureza plurianual das intervenções de saneamento, os recursos financeiros de um exercício ficam completamente ou quase integralmente comprometidos com o pagamento das despesas das obras contratadas em anos anteriores e em execução. Em geral, o fluxo de recursos financeiros tem sido insuficiente, instável e com previsibilidade baixa, determinando a paralisação freqüente das obras e contribuindo para o encarecimento das intervenções.

Outras restrições de destaque foram o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes. Observa-se uma baixa capacidade técnica dos entes, sendo comuns o desconhecimento da legislação, a rotatividade do quadro de funcionários, a incapacidade de obtenção dos certificados de regularidade fiscal e previdenciária, exigidos para celebração de convênios, além da baixa qualidade dos projetos apresentados. Ressalta-se também a lentidão no processo de licenciamento ambiental, por deficiência da estrutura dos tomadores dos recursos (Estados e Municípios) e dos órgãos estaduais de meio ambiente, e a dificuldade dos Municípios e Estados para comprovar a regularidade fundiária do terreno onde será edificada a obra, ou parte dela. Quando há posse pública dos terrenos, ela não está formalizada, o que exige um demorado processo de regularização ou de desapropriação do terreno. Esta demora é em geral incompatível com o ritmo pactuado para execução do projeto, provocando atrasos que encarecem as intervenções, quando não comprometem sua funcionalidade.

O monitoramento e a execução das ações do Programa carecem de recursos materiais, infra-estrutura adequada e recursos humanos. No caso do Ministério das Cidades (MCidades), que delega à Caixa Econômica Federal (CEF) a tarefa de acompanhamento da execução das obras por não dispor de equipe própria, não há pessoal suficiente sequer para supervisionar os trabalhos da CEF. Da mesma forma, a equipe gerencial da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) é insuficiente para coordenar, supervisionar e normatizar o trabalho das equipes locais e executar as atividades necessárias junto aos parceiros externos. Ademais, a própria CEF apresenta dificuldades para o acompanhamento da grande diversidade de empreendimentos, inviabilizando a necessária especialização dos

seus profissionais. Ressalta-se que as tentativas de solucionar o problema de carência de recursos humanos não têm se mostrado eficazes, uma vez que a baixa competitividade das remunerações oferecidas tem provocado a evasão e a baixa motivação dos técnicos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

É importante esclarecer que as iniciativas de saneamento são plurianuais por natureza, envolvendo a execução de obras de engenharia complexas, que demandam licenciamento ambiental, contratação e elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, aspectos que demandam tempo e apresentam inúmeras variações. Levantamento empreendido pela equipe da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental mostra que, em um universo de 2.314 intervenções de saneamento apoiadas ou financiadas pelo Governo Federal e concluídas entre janeiro de 2002 e junho de 2006, a duração média de execução das obras foi de 2,4 anos, que aumentam para 4,9 anos se considerarmos o período entre a assinatura do contrato e o início físico da intervenção. Portanto, é imprudente esperar que haja execução física significativa no mesmo exercício de contratação da intervenção. A apuração da execução física deveria ser empreendida, em cada exercício, a partir das iniciativas concluídas durante aquele exercício e cujo desembolso está computado, essencialmente, na rubrica de restos a pagar de anos anteriores. Também não é adequada a apropriação da execução física das intervenções parcialmente, ano a ano, a partir dos desembolsos financeiros realizados, pois as obras de saneamento só beneficiam a população após a sua conclusão e não durante sua execução. A esse respeito é importante destacar que a forma de execução da ação determina a maneira como se interpreta o desembolso financeiro. O MCidades, por trabalhar por meio de contratos de repasse, só efetua o desembolso financeiro de cada etapa da obra após a execução física, aferida pela CEF, de forma que a execução física precede à financeira. Essa forma de trabalho pode comprometer o resultado de qualquer avaliação fundamentada em indicadores de desempenho financeiro. Em vista do exposto, não houve execução física significativa das ações com recursos da LOA 2006. Houve apenas recursos empenhados da ordem de R$ 552 milhões e desembolso de apenas R$ 78,2 milhões. No entanto, se acrescentados os desembolsos realizados nas rubricas de restos a pagar (R$ 220,7 milhões) e nos contratos com recursos onerosos (R$ 749,2 milhões) o valor global dos desembolsos do Programa sobem para R$ 1,03 bilhões.

**RECOMENDAÇÕES**

- Submeter as emendas parlamentares aos critérios de seleção pública de projetos característicos das ações do Programa;
- Manter em patamares elevados as contratações de novos investimentos em 2007;
- Aprimorar a gestão dos convênios e contratos firmados nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006 de forma a tornar mais ágil a execução das obras, especialmente, nas Regiões Nordeste e Sudeste;
- Aprimorar o gerenciamento financeiro dos convênios e contratos com recursos não-onerosos, de maneira a minimizar problemas de interrupção de obras provocados por atrasos nos repasses de recursos.

# URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

## OBJETIVO

Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir riscos mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

## PÚBLICO-ALVO

Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos):<br>R$ 1.147.116.570,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 949.371.636,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 949.371.636,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>R$ 750.030.187,50</td><td colspan="2">R$ 453.963.517,78</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS NAS ÁREAS URBANAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,82

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Embora o indicador seja adequado em relação ao objetivo proposto, não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções que levam mais de 18 meses para chegar à conclusão e passar a surtir efeitos na população beneficiária. Ademais, sua mensuração é prejudicada pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

### 2. TAXA DE DOMICÍLIOS URBANOS COM IRREGULARIDADE FUNDIÁRIA OCUPADOS POR FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 3,8

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Embora o indicador seja adequado em relação ao objetivo proposto, não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções que levam mais de 18 meses para chegar à conclusão e passar a surtir efeitos na população beneficiária. Ademais, sua mensuração é prejudicada pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

**3. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS SEM INFRA-ESTRUTURA URBANA ADEQUADA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 28,25

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Embora o indicador seja adequado em relação ao objetivo proposto, não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções que levam mais de 18 meses para chegar à conclusão e passar a surtir efeitos na população beneficiária. Ademais, sua mensuração é prejudicada pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

**4. TAXA DE DOMICÍLIOS EM ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS COM ADENSAMENTO EXCESSIVO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 6,59

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Embora o indicador seja adequado em relação ao objetivo proposto, não é mensurável no curto prazo, pela própria natureza das intervenções que levam mais de 18 meses para chegar à conclusão e passar a surtir efeitos na população beneficiária. Ademais, sua mensuração é prejudicada pela baixa qualidade e precisão dos dados da dimensão do problema.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Dados oficiais revelam que, do total da população brasileira, 82% vivem em cidades, sendo que 15,1 milhões de moradias apresentam uma ou mais das seguintes inadequações:

a) carência de infra-estrutura urbana (10,2 milhões de domicílios);
b) adensamento excessivo (2 milhões de domicílios);
c) indefinição fundiária (1,5 milhão de domicílios);
d) inexistência de unidade sanitária interna (1,4 milhão de domicílios).

A maior parte desse contingente de moradias está nos assentamentos precários, que fazem com que a cidade irregular cresça quatro vezes mais depressa que a cidade formal, à

margem das normas urbanísticas, em áreas ambientalmente não recomendadas, que oferecem risco à vida da população, agressão à natureza e custos adicionais à economia. Na década de 80, por exemplo, verificou-se um crescimento populacional das regiões metropolitanas da ordem de 24%, enquanto a população que mora em áreas faveladas aumentou 118%. As conseqüências desse quadro são as ocorrências freqüentes nos noticiários de perda de vidas humanas e de bens materiais das famílias e doenças originadas pela ausência de saneamento básico nos locais onde residem. Existem estudos que comprovam que para cada R$ 1,00 investido em água tratada, serão gastos menos R$ 4,00 em serviços de saúde. Além da baixa qualidade de vida, morar nestas localidades também implica estar sujeito a um processo de estigmatização e exclusão social e territorial, limitando o acesso desta população aos mecanismos formais de sua reprodução econômica e social. Residir numa propriedade legalizada, de endereço reconhecido, e integrada ao tecido da cidade permite não só ampliar a qualidade de vida e a mobilidade da população, como também viabilizar o acesso ao crédito e ao emprego.

O Programa é voltado a apoiar Estados, DF e Municípios e contempla intervenções necessárias à segurança, salubridade e habitabilidade da população localizada em área inadequada à moradia, visando à sua permanência ou reassentamento, por intermédio da execução de:

a) parcelamento de glebas;
b) regularização fundiária;
c) implantação de melhoria de habitações;
d) construção de instalações hidráulico-sanitárias domiciliares;
e) obras e serviços de infra-estrutura, prevenção de riscos e recuperação ambiental;
a) construção de equipamentos comunitários e trabalho social e comunitário.

As áreas inadequadas à moradia podem estar localizadas em sítios urbanos, rurais, centros de cidades, periferias e estarem sujeitas a fatores que colocam em risco a vida (erosões, deslizamentos, enchentes, desmoronamentos e outros); insalubridade (lixões, favelas, cortiços, palafitas e outros); ou serem impróprias para moradia (área de proteção ambiental e outros).

As conseqüências da não implementação deste Programa são: manutenção do atual padrão de exclusão social, econômica e territorial e precarização da qualidade de vida da população de baixa renda. As condicionantes favoráveis para sua gestão são:

a) vontade política de enfrentar o problema;
b) intenção do MCidades em realizar intervenções integradas;
c) experiência consolidada no MCidades para atuar neste segmento;
d) existência de instrumentos urbanísticos adequados previstos no Estatuto da Cidade.

Por outro lado, as condicionantes desfavoráveis à sua gestão são:

a) falta de estrutura e de capacitação das prefeituras para atuar neste segmento;
b) processo demorado de intervenção;
c) ausência de recursos suficientes.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Contratação de R$ 893,10 milhões para o apoio à urbanização e à melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários, em benefício de cerca de 81.200 famílias;

• Contratação de uma proposta de financiamento ao poder público no valor de R$ 180 milhões, para a urbanização de assentamentos precários, em benefício de 15 mil famílias;

• Atendimento de cerca de 82.200 famílias, no âmbito dos financiamentos a pessoas físicas, para a melhoria habitacional (Carta de Crédito/Material de Construção);

• Início do processo de regularização fundiária de 104,2 mil famílias;

• Apoio a 16 Municípios na elaboração de planos municipais de redução de riscos em assentamentos precários.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O desempenho do Programa não foi satisfatório. Importa esclarecer que suas metas foram estabelecidas em função dos escassos recursos disponíveis, portanto, ficando muito aquém das reais necessidades. No geral, a execução das ações foi inferior à previsão, principalmente, face aos contingenciamentos orçamentários e à descontinuidade dos fluxos financeiros, que atrasaram a celebração de novos contratos e o avanço das obras em andamento. Ademais, o impacto das ações com recursos não-orçamentários foi muito baixo, uma vez que a aplicação de recursos onerosos (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS) em financiamento do setor público para urbanização de assentamentos precários foi restringida pelos limites de concessão de crédito ao setor público determinados pela Política de Ajuste Fiscal. No intuito de minorar o problema da carência de recursos orçamentários para o Programa, foi ampliada em R$ 840 milhões, por meio de crédito extraordinário, a dotação orçamentária para apoiar entes públicos na melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários.

A execução das ações também foi prejudicada por dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, que impediu a assinatura de novos contratos e a liberação de recursos para ações em andamento, e pela lentidão no processo de licenciamento ambiental. Em geral, a insuficiente capacidade técnica e institucional da maioria dos Municípios e Estados brasileiros prejudicou o atendimento das exigências normativas exigidas para contratação e execução das obras.

Destacam-se ainda os problemas referentes à insuficiência de recursos materiais e à

inadequação da infra-estrutura disponível na equipe gerencial e executora do Programa. Além disso, há uma grande carência de recursos humanos nas equipes gerenciais e executoras do Programa. O quadro de servidores permanentes do MCidades ainda é extremamente reduzido para o gerenciamento das ações, assim como as equipes técnicas dos Estados e Municípios responsáveis pela sua execução.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social. O MCidades instituiu o Conselho das Cidades, que reúne representantes de entidades de movimentos populares, trabalhadores, empresários, organizações não-governamentais e entidades acadêmicas e profissionais, com a missão de assessorar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano, políticas de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte e mobilidade urbana. É um instrumento que assegura a participação cidadã nas decisões sobre as políticas públicas. Além disso, com a Implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), foi constituído o Conselho Gestor do FNHIS que contempla a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação. Em muitas ações, são também realizadas reuniões com as comunidades beneficiárias com o objetivo de contribuir na elaboração, aprovação, concepção dos projetos, e fiscalização da execução das obras.

**RECOMENDAÇÕES**

- Adequar as metas físicas, estabelecidas em função dos recursos disponíveis e não das reais necessidades para o alcance dos objetivos do Programa;
- Adequar a composição das fontes de financiamento do Programa, ampliando a participação dos recursos não-onerosos;
- Aprimorar a infra-estrutura e os recursos materiais disponíveis;
- Ampliar a quantidade de recursos humanos;
- Analisar, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a possibilidade de alteração da forma de cálculo dos indicadores e da coleta dos dados, de modo a aprimorar a qualidade das informações para apuração dos resultados do Programa.




# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Aprimoramento dos Serviços Postais

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

Oferta dos Serviços de Telecomunicações

Universalização do Acesso aos Serviços de Comunicação Eletrônica

Universalização dos Serviços de Telecomunicações

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério das Comunicações (MC), foram utilizados **R$ 1.326.667.780,00** para a execução de programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 4.485.328.645,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 1.326.667.780,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 4.485.328.645,00** | **Total realizado:** | **R$ 1.326.667.780,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MC não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 72.962.322,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 47.577.097,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• As macrodiretrizes para a execução das políticas setoriais do MC se baseiam nos princípios de democratização, universalização e melhoria da eficiência institucional e tecnológica. A universalização, em particular, desdobra-se em um efetivo processo de inclusão social e digital, desenvolvido tanto de forma vertical, em cada uma das três áreas de atuação do Ministério, Radiodifusão, Telecomunicações e Serviços Postais, como também de forma transversal, abrangendo simultaneamente todas essas áreas, sempre em consonância com a orientação estratégica de governo, consubstanciada no megaobjetivo I do Plano Plurianual 2004-2007, cujo desafio Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais, em seu tópico 10, dispõe: "Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio de novas tecnologias, promovendo a inclusão digital e garantindo a formação crítica dos usuários", garantindo à população o acesso aos meios de comunicação como instrumentos determinantes para seu desenvolvimento e sua inclusão no mundo moderno.

• Resultados alcançados em 2006:

a) o Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) começou a tomar forma com a assinatura, em junho de 2006, pelo Presidente da República, do decreto que define o regime de transição da TV analógica brasileira para o sistema digital. Instado a escolher entre três sistemas atualmente existentes (americano, europeu ou japonês) o governo resolveu criar um sistema, com características brasileiras. Tal sistema, a ser desenvolvido em parceria com o Japão, será um projeto direcionado não apenas para aqueles que podem pagar por um serviço a cabo ou satélite, mas voltado para toda a sociedade;

b) no intuito de promover a inclusão social por meio da inclusão digital, o Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) já atendia, ao final de 2006, 2,1 mil Municípios, com 3,3 mil pontos de conexão à Internet

em banda larga por satélite. A intenção é atender a todos os 5.565 Municípios brasileiros, com 8.000 pontos de presença até o final de 2007. Nessa mesma direção, foram realizados estudos para a implantação de telecentros comunitários visando à geração de renda para a população através do acesso à informação e à qualificação das famílias carentes;

c) a Subsecretaria de Serviços Postais (SSPO) realizou o acompanhamento do processo de execução orçamentária para a contribuição das quotas partes anuais devidas à União Postal Universal (UPU) e à União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP), interagindo com os órgãos de controle do MC a fim de garantir, na época oportuna, a respectiva execução financeira, bem como evitar possíveis pendências de pagamentos. No que diz respeito à Ação Reformulação da Política para o Setor Postal Brasileiro, a SSPO basicamente acompanhou a tramitação do Projeto de Lei nº. 1.491, enviado ao Congresso Nacional em 1999, que se destina a aprimorar o status regulatório postal, com propostas de um novo modelo de regulação, que estabeleçam condições para a fixação de novas políticas e diretrizes para o setor e de um moderno sistema nacional de correios para o País;

d) no âmbito da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica (SSCE) foram desenvolvidas as seguintes atividades: treinamento de 67 técnicos em radiodifusão, através da realização de 18 oficinas junto a 28 comunidades quilombolas beneficiadas pelo programa Luz para Todos, em 11 Estados do País; concessão de um total de 703 outorgas de serviços de radiodifusão: 256 de Rádio FM Comercial, cinco de Rádio FM Educativa, uma de Rádio de Ondas Médias, 298 de Rádios Comunitárias, oito de TV Educativas e 135 de Retransmissão de TV. Atualmente, do total de 5.565 Municípios brasileiros, 3.037 (54,6) são atendidos por serviços de radiodifusão e 2.296 (41,3%) são atendidos pelo serviço de radiodifusão comunitária.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

A atual estrutura programática dos planos de governo pertencentes ao MC guarda identidade com sua estrutura organizacional, o que propicia, na maioria das vezes, um funcionamento sinérgico e independente no que se refere à execução dos mesmos. No entanto, alguns entraves existem, pois nem sempre é possível sanar rapidamente as dificuldades encontradas.

No que se refere à área postal, persiste a falta de um marco regulatório, uma vez que o Projeto de Lei nº. 1.491 que tramitava desde 1999, foi retirado da pauta por não se vislumbrar a continuidade de um projeto que já tramitava há tantos anos.

Na área de Comunicação Eletrônica, a Secretaria alcançou o número de 703 outorgas, ou seja, 70,3% da realização física prevista no PPA 2004-2007. Não foi possível alcançar a meta em sua totalidade devido à dificuldade das entidades em atender as exigências legais nos procedimentos de outorga, a existência de sistemas de informação ainda em desenvolvimento emperra a agilização das análises processuais, há, ainda, falta

de recursos humanos.

O Programa Governo Eletrônico é majoritariamente sustentado pela Ação 2184 - Operação do Sistema de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico, por intermédio de um contrato de prestação de serviços, contrato nº 02/2005-MC, pelo qual são fornecidos serviços de conectividade para o Programa, bem como serviços de capacitação, apoio à gestão e de equipe de campo para atuação junto aos Pontos de Presença (implementadores sociais). O cronograma contratual prevê que o GESAC se expandiria ao final de 2006 para 4.400 Pontos de Presença, atingindo a meta física da Ação, constante da Lei Orçamentária Anual, de 37.500 terminais de usuários. No entanto, atrasos por parte da prestadora de serviços responsável pela migração tecnológica da plataforma utilizada no contrato anterior para a utilizada atualmente, levaram ao atendimento de apenas 3.305 Pontos de Presença ao final de 2006, totalizando 25.000 terminais em operação.

Os contingenciamentos das despesas também costumam, em maior ou menor medida, prejudicar a execução dos programas do MC.

**ASPECTOS RELEVANTES**

Avanços na implantação do SBTVD e crescimento relativo na universalização do acesso à comunicação eletrônica e na Inclusão Digital por meio de telecentros.

**RECOMENDAÇÕES**

- Buscar a adequação dos marcos regulatórios - notadamente a Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e a Lei Geral das Telecomunicações (LGT) - que permitam o efetivo uso dos recursos do FUST, gerando o impacto esperado nas ações de Universalização do Acesso às Telecomunicações e naquelas voltadas para a Inclusão Digital;

- Buscar a implantação efetiva da Televisão Digital;

- Continuar os esforços para a interiorização do acesso aos serviços postais nos distritos;

- Sanar as dificuldades de pessoal e informatização relacionadas aos processos de outorga, paralelamente a esforços que visem a facilitar às entidades comunitárias interessadas a atenderem os requisitos legais para a obtenção das outorgas de radiodifusão.

# APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS

## OBJETIVO

Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais por meio da manutenção, ampliação e modernização da infra-estrutura de atendimento e produção e distribuição.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 341.647.856,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 166.126.501,00 |
| | Total: | R$ 166.126.501,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO À SUA EXPECTATIVA NA ATIVIDADE DE ATENDIMENTO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 97,38
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
O índice atingido demonstra o acerto das ações que vêm sendo desenvolvidas para satisfazer a população em relação ao atendimento.

O resultado ultrapassa a meta prevista para o indicador, o que demonstra o acerto das ações desenvolvidas para satisfazer a população com os serviços prestados pelos Correios.

### 2. PERCEPÇÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO À SUA EXPECTATIVA NA ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 98,87
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O índice atingido demonstra o acerto das ações desenvolvidas para satisfazer a população em relação ao atendimento.

O resultado ultrapassa a meta prevista para o indicador, o que demonstra o acerto das ações que vêm sendo desenvolvidas para satisfazer a população com os serviços prestados pelos Correios.

### 3. TAXA DE DISTRITOS, COM POPULAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 500 HABITANTES, COM ATENDIMENTO POSTAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 85,49
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Está sendo realizada a remodelagem das Agências de Correio Comunitárias (ACC), para possibilitar a criação das unidades em parceria com entidades privadas, via processo licitatório, viabilizando o possível alcance da meta.

O não alcance da meta prevista, 91%, se deve ao fato de que quando o projeto foi modelado em 1998, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) definiu uma escala de prioridade para a seleção de parceiros. Primeiro, deveria ter sido oferecido parceria a órgão público. Caso não lograsse sucesso, poderia ser oferecida à entidade privada sem fins lucrativos. Em terceiro lugar, caso não houvesse sucesso nas duas primeiras tentativas, poderia ser oferecida à entidade privada com fins lucrativos, desde que a atividade objeto da atuação da empresa não fosse incompatível com a atividade postal. Em 2005, o TCU determinou que a ECT suspendesse a formalização de convênio com entidades privadas, sem processo licitatório formal, com publicação de edital. A determinação do TCU acabou por impactar a realização da meta, pois nem sempre as Diretorias Regionais obtinham sucesso na negociação com as prefeituras por vários motivos, dentre os quais: falta de documentos legais, principalmente os relativos à regularidade fiscal e o próprio interesse dos prefeitos, pois, nem todos conseguiam enxergar os benefícios da parceria. Alegavam dificuldades em função das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

### 4. TAXA POPULACIONAL COM DISTRIBUIÇÃO POSTAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 85,09

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A tendência para o índice é crescente, porém, a apuração para 2006 não foi concluída. Está sendo viabilizada junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a apuração dos índices.

O último índice apurado foi em 2004 (81,02%). No momento, está sendo viabilizada a pesquisa junto ao IBGE para nova apuração.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A promoção de oportunidades para o cidadão deve passar pela oferta, prioritariamente aos menos favorecidos, de infra-estrutura que permita o acesso às oportunidades de mercado e serviços do setor público, mudanças que tornem a administração pública e a prestação de serviços públicos mais eficientes e responsáveis perante a sociedade. Desta forma, a ampliação da oferta e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços postais, implantadas por meio de projetos e atividades vinculadas ao Programa Aprimoramento dos Serviços Postais, visa a proporcionar a universalização do acesso da população a estes serviços, com qualidade e a preços acessíveis, independentemente da localização do seu domicílio ou da sua condição pessoal, social ou econômica.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• A ECT procurou atuar em ações sociais, conforme diretrizes governamentais. Para atingir o grau de satisfação esperado pela população na prestação de serviços postais, foram realizadas as seguintes iniciativas: ampliação da rede de atendimento, modernização da rede de atendimento e intensificação das obras para melhoria do atendimento e da distribuição.

• As principais causas que prejudicaram o resultado foram: dificuldades encontradas para não finalização de processos de aquisição de máquinas e mobiliários e não cumprimento do cronograma de desembolso, de entrega de materiais e reavaliação de projetos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A gerência desenvolve monitoramento sobre o desempenho físico das ações por meio de:

a) reuniões de trabalho mensais;
b) utilização de ERP (Enterprise Resources Planning), sistema de informações que integra todos os dados e processos de gerenciamento e organização em um único sistema;
c) acompanhamento das execuções físicas e financeiras, mensalmente pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);
d) relatórios de gestão tais como: Plano Empresarial de Ações e Projetos, Relatório Avaliação Empresarial, Relatório de Acompanhamento da Execução Física e Financeira das Ações do Plano Plurianual, emitido mensalmente.

A realização física ficou em 88,95% sendo que a maior dificuldade encontrada foi em relação à entrega, em tempo hábil, de material e equipamentos previstos.

Os recursos orçamentários executados foram suficientes e a dotação autorizada na Lei Orçamentária Anual foi compatível com as necessidades da Empresa, sendo que os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação física.

Por sua característica, o orçamento da ECT é derivado de recursos próprios e, após aprovação pelos órgãos competentes, sua liberação ocorre de acordo com as necessidades de execução.

Ocorreram dificuldades na celebração de convênios em decorrência da não comprovação de regularidade fiscal, por parte dos parceiros, bem como dificuldades em licitações e celebração de contratos em decorrência da sobrecarga de licitações ocorridas no período.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa avaliou a satisfação de seus beneficiários mediante pesquisa de satisfação, contando, também, com o Centro de Atendimento ao Usuário, Departamento de Ouvidoria e Acesso via Internet - Fale Conosco.

Apresenta, também, boas práticas de gestão refletidas nos acompanhamentos mensais, realizados por gestores e avaliadores dos projetos e atividades. Para tal, é utilizada a Ferramenta de Acompanhamento dos Planos de Trabalho Corporativo (PTC), com a qual acompanha-se a realização das metas físicas e financeiras, desempenho, situação prevista e atual dos projetos/atividades. Também são realizadas reuniões mensais do Comitê de Estratégia e Gestão, que acompanha a execução do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Dar maior foco na universalização do acesso aos serviços postais, levando-os aos distritos ainda não abrangidos;

- Ampliar e modernizar os serviços disponibilizados via Internet no portal dos Correios.

# INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES

## OBJETIVO

Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações.

## PÚBLICO-ALVO

Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$133.634.782,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 92.451.384,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 92.451.384,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADOR

### 1. DESEMPENHO DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 42
**Índice previsto ao final do PPA:** 79

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
A expectativa de alcance do índice do indicador ao final do PPA é baixa, tendo em vista que, restando apenas um ano para o término do PPA 2004-2007, só se alcançou pouco mais da metade da previsão final.

Há a necessidade de se desenvolver novos indicadores para a mensuração de execução e impacto dos projetos apoiados pelo Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). Estes novos indicadores deverão ser objeto de elaboração por meio da contratação de consultoria junto à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e espera-se que sejam contemplados no PPA 208-2011.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Entre os setores econômicos, as telecomunicações ocupam lugar de destaque, por ser um fator essencial à competição econômica. No cenário anterior à privatização, a formulação e a implementação da política tecnológica no Brasil, para o setor de

telecomunicações, estavam alicerçadas no poder de compra do Sistema Telebrás e na capacidade de geração tecnológica da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e sua interação com o setor privado nacional. Com a abertura do setor de telecomunicações à competição, o quadro anterior foi substancialmente alterado, ocorrendo, por conseguinte, aumento do volume de importações.

Observa-se o predomínio do fornecimento de tecnologias pelas empresas multinacionais no País, com participação reduzida das empresas de capital nacional. Esse Programa, financiado pelo FUNTTEL, visa a estimular o processo de inovação tecnológica voltada às telecomunicações, incentivar a capacitação de recursos humanos em tecnologias aplicadas às telecomunicações, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- O Projeto do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) concluiu a sua primeira fase em 2006, conforme previsto no cronograma de execução, cujo resultado foi altamente positivo em relação ao PPA, o que enseja a definição do Padrão de TV Digital que será implantado no Brasil;

- O desenvolvimento de tecnologia de próxima geração para telefonia pela empresa Trópico, o desenvolvimento de componentes ópticos para indústria nacional e o desenvolvimento de multiplexadores para Rádio;

- O desenvolvimento do sistema Genius, de reconhecimento de voz;

- Soluções em Telecomunicações para a Inclusão Digital (STID) e o Tisma que trata de pesquisas sobre a influência da radiação eletromagnética na saúde.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

No âmbito da gerência, há mecanismo de monitoramento sobre o desempenho físico das ações:

a) reuniões de trabalho para acompanhamento e fiscalização da execução de cada projeto;
b) visitas *in loco* de todos os projetos apoiados e financiados com recursos do FUNTTEL no exercício de 2006, estando todos os relatórios à disposição dos órgãos de controle interno e externo e submetidos à aprovação do conselho gestor do FUNTTEL;
c) desenvolvimento de sistema próprio para acompanhamento sistemático de cada um dos projetos apoiados e financiados com recursos do FUNTTEL;
d) inserção de informações no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento;
e) elaboração do relatório de gestão do FUNTTEL anualmente e apresentação ao conselho gestor.

De modo geral, o Programa apresenta boa execução física, alcançando níveis de 80% a 100% do previsto na LOA 2006, nas ações de apoio a projetos de inovação tecnológica, que são as mais influentes na consecução dos impactos almejados pelo Programa, no que tange aos seus benefícios econômicos e sociais, sendo desenvolvido de forma compatível com a liberação de recursos.

No entanto, a execução orçamentária foi insuficiente. Apesar do contingenciamento orçamentário em 2006, boa parte do atraso na execução dos projetos existente em 2005 foi recuperada.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, fato que não prejudicou decisivamente a execução programada, tendo um impacto médio das ações com recursos não-orçamentários.

O Programa é executado somente no âmbito do Ministério das Comunicações (MC), não havendo execução com recursos descentralizados, tampouco parceria com outro Ministério, sendo executado diretamente pelo FUNTTEL.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possibilita o desenvolvimento científico e tecnológico do País e pode ter reflexos positivos na área social.

O modelo das telecomunicações vigente teve como conseqüência a retração da pesquisa e do desenvolvimento nacional no setor, levando à importação de produtos e processos pelas empresas que dominam o segmento, nem sempre adequados às características brasileiras. Adicionalmente, deixa o País numa situação de dependência tecnológica deletéria, indo de encontro ao domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), fator de alta importância estratégica para a economia nacional.

Vale salientar a inexistência de mecanismos efetivos para a promoção da participação social no Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Sugere-se um maior controle sobre os recursos do FUNTTEL geridos pelas Financiadoras de Estudos e Projetos (FINEP);

- Paralelamente, deveria ser adotada a prática da inserção, no SIGPlan, do andamento e das realizações de cada um dos projetos apoiados, de modo a permitir que seu monitoramento seja mais efetivo;

- Igualmente, seria recomendável permitir maior transparência ao Programa, desde sua formulação até a aferição de seus impactos, o que implica a incorporação de diretrizes que garantam a participação social nas suas diversas etapas.

# OFERTA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

## OBJETIVO

Garantir a prestação dos serviços de telecomunicações, de forma contínua e em condições adequadas de preço e qualidade.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários dos serviços de telecomunicações.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 42.074.029,00 | Empenho Liquidado: | R$ 29.783.048,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 29.783.048,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 1.600.000.000,00 | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE TELEFONES EM SERVIÇO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 20,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 26

**A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A série histórica do indicador apresenta redução desde o início do PPA, o que revela uma tendência do não alcance do índice esperado para o fim do PPA. O fato explica-se pela tendência de estagnação, e até leve retração, no mercado de telefonia fixa comutada, por causa da substituição, por parte da população, deste serviço pelo da telefonia móvel, notadamente com o advento do serviço pré-pago.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O atual modelo do segmento de telefonia fixa indica a necessidade de fomentar a competitividade entre as prestadoras, a efetividade da participação das empresas-espelho nos mercados, levando a prestação dos serviços com padrões de qualidade e regularidade compatíveis com as exigências dos usuários.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 4,03 milhões de solicitações de usuários atendidas;
- 365,9 mil ações de fiscalização realizadas;
- 15.442 concessão de outorgas de: Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, (18) e Serviços Privados (15.424), onde destacam-se para Serviço de Radioamador (1.915), para Serviço Limitado Privado (3.906), para Serviço de Rádio Cidadão (7.948) e Serviço de Comunicação Multimídia (174), sendo o restante pulverizado entre os demais serviços;
- 13 regulamentos sobre o Uso do Espectro de Radiofreqüência publicados;
- nove regulamentos sobre os Serviços de Telecomunicações publicados;
- 1.534 certificados de homologação de produtos de telecomunicações emitidos;
- 430 ações de auditoria realizadas nas seis empresas de telefonia em regime público.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa é de execução exclusiva da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

No âmbito da gerência, é realizado o monitoramento sobre o desempenho físico das ações. O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) é a ferramenta utilizada para acompanhamento das metas físicas das ações do Programa, e a execução física se situou no nível dos 80% a 100% do que foi previsto na LOA 2006.

O desempenho de algumas ações acima do esperado deveu-se principalmente à inadequação, na definição das metas propostas, que ficaram abaixo da real capacidade. No decorrer do ano, essas metas foram revistas pela Anatel. As ações que tiveram desempenho abaixo do esperado tiveram como principal problema o fato dos limites para empenho terem sido liberados no final do exercício, quando já não era mais possível realizar qualquer tipo de contratação e, conseqüentemente, impedindo estudos e serviços, que demandavam vários meses.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes e as dotações inicialmente aprovadas na LOA foram ampliadas no decorrer do ano. Entretanto, as liberações de limites para empenho não acompanharam o ciclo de execução da despesa; dessa forma não foi possível finalizar diversos processos licitatórios.

O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade de liberação, prejudicando a execução física programada, sendo que, para algumas ações, os recursos foram insuficientes. Além disso, os recursos não foram liberados em tempo hábil que permitisse qualquer tipo de contratação.

No que tange ao fluxo de informações, o MC e a Anatel tiveram troca de informações adequadas, tendo a Anatel sempre apresentado ao MC as dificuldades enfrentadas e demandas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução, mas possui mecanismos que promovem a participação social, quais sejam:

a) Ouvidoria da Anatel, que tem a característica de atender ao público interno e externo. Dessa forma, demandas da sociedade que não tenham sido atendidas pelas prestadoras, tampouco pela Agência, têm ainda um outro recurso para apresentar suas sugestões e críticas;
b) Consultas Públicas realizadas pela Anatel em seu rito processual de aprovação de regulamentos, nas quais a sociedade pode se manifestar apresentando sugestões e críticas;
c) a sociedade pode interagir com a Anatel por meio de diversos outros mecanismos, como cartas, correio eletrônico, *Call-Center* (telefone 0800) ou consultando diretamente a Sala do Cidadão, presente em todas as capitais brasileiras.

Na elaboração dos regulamentos, a Anatel abriu espaço para a sociedade se manifestar, contribuindo para que os regulamentos aprovados representassem os diversos interesses que a Agência precisa harmonizar. Por meio de chamadas ao serviço 0800, cartas e correio eletrônico, a Agência pode receber denúncias, críticas e elogios relativos aos serviços de telecomunicações, o que contribui para a abertura de processos de auditorias e fiscalizações a empresas.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Para esta aferição, a Anatel precisaria contratar uma pesquisa, o que não foi possível devido às dificuldades, já relatadas anteriormente, da liberação tardia dos recursos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Recomenda-se a elaboração de novos indicadores, que reflitam de maneira mais adequada a amplitude e a diversificação dos serviços de telecomunicações e os impactos que as diversas ações do Programa têm sobre eles, notadamente quanto à penetração dos serviços e a qualidade de sua prestação;

- Recomenda-se que sejam adotadas práticas mais efetivas de mitigação e solução das reclamações dos usuários, e que isso seja refletido em indicador específico, além da mera ampliação da estrutura de recepção dessas reclamações.

# UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

## OBJETIVO

Universalizar o acesso aos serviços de comunicação eletrônica nos Municípios brasileiros e diversificar os conteúdos de programação mediante a expansão dos serviços de radiodifusão.

## PÚBLICO-ALVO

Comunidades e regiões carentes e/ou sem acesso aos serviços de comunicação eletrônica.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.050.000,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | - |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS UMA ESTAÇÃO LOCAL DE RADIODIFUSÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 54,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A viabilidade de alcance foi baixa porque os interessados encontraram dificuldades quanto às exigências legais dos procedimentos de outorga, estando os sistemas de informações ainda em desenvolvimento, o que emperra a agilidade das análises processuais já vagarosas devido à falta de recursos humanos.

### 2. TAXA DE MUNICÍPIOS COM PELO MENOS UMA ESTAÇÃO LOCAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 41,3
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**: Baixa

A situação ocorre devido à dificuldade das entidades comunitárias em atender as exigências legais nos procedimentos de outorga, adicionado às dificuldades de gestão dos processos de outorga, devido à incipiência dos sistemas de informatização ainda não totalmente implantados, que dificultaram as análises processuais. Concorreu para este quadro a carência de recursos humanos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O quadro atual da radiodifusão no Brasil apresenta grande desigualdade inter-regional e intra-regional no que se refere às outorgas concedidas, notadamente no que se refere às geradoras de televisão e às rádios comunitárias. Atualmente, no Brasil, 50% dos Municípios aproximadamente não possuem acesso aos serviços de comunicação eletrônica sonora, por exemplo. Esta é uma realidade que não condiz com o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, trazendo à tona que boa parte da população brasileira ainda se encontra socialmente excluída, sem o legítimo acesso à informação, à educação, à cultura e à integração social. Além disso, comunidades carentes e grupos sociais específicos não possuem o satisfatório acesso aos meios de comunicação eletrônica, não tendo nestes o legítimo e necessário espaço para sua socialização e integração, bem como para as manifestações sociais que valorizem os interesses e as culturas locais. A implementação deste Programa irá auxiliar e amenizar a imensa exclusão social existente no Brasil, contribuindo para a valorização da cultura brasileira e maior socialização e integração das comunidades carentes urbanas e rurais, tribos indígenas e outros grupos específicos. Sua não implementação agravará o quadro atual, aprofundando a precariedade de veiculação de conteúdos locais e de disponibilização de informações essenciais à socialização e à integração dessas comunidades e grupos, bem como a geração de empregos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Quanto aos resultados de execução física tivemos 703 outorgas assim distribuídas:

a) 256 outorgas de emissoras de rádio FM comercial;
b) cinco outorgas de emissoras de rádio FM educativa; uma outorga de emissora de rádio em onda média (OM);
c) oito outorgas de emissoras de TVs educativas;
d) 135 autorizações de retransmissoras de televisão (RTV);
e) 298 autorizações de radiodifusão comunitária.

• O objetivo estratégico da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica (SCE) é a universalização dos serviços de radiodifusão. Tal objetivo estratégico divide-se em dois objetivos complementares: o crescimento do número de Municípios com acesso à execução local de serviços de radiodifusão, educativos e comerciais, públicos e privados, baseado no princípio de livre acesso à informação e a expansão do acesso dos cidadãos aos meios de produção e transmissão de rádio e TV, como, por exemplo, as rádios comunitárias, fundamentada no princípio de liberdade de expressão;

• Dessa forma, a universalização dos serviços de radiodifusão compreende a realização plena dos direitos fundamentais de acesso à informação e liberdade de expressão no setor de comunicação eletrônica nacional. Com relação aos serviços de radiodifusão comunitária, no ano de 2006, houve a parceria entre o Ministério das Comunicações (MC), o Ministério de Minas e Energia (MME) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) para atingir e beneficiar as comunidades quilombolas e indígenas situadas em áreas rurais, relacionadas no Programa Luz para Todos, com a realização de 18 oficinas, junto a 28 comunidades quilombolas em 11 Estados do Brasil;

• Visando orientar a população, a SCE distribuiu 13.310 manuais de orientação e 26.340 cartilhas contendo os princípios e orientações acerca da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, bem como todos os procedimentos relativos ao processo de seleção das entidades que têm interesse na autorização para execução deste serviço, acompanhado de modelos de documentos, declarações e Estatuto Social;

• Além disso, houve publicação do Aviso de Habilitação nº 1/2006, que abriu processo seletivo para canais de radiodifusão comunitária em 527 localidades, alcançando o número de 2.300 entidades participantes, levando adiante as metas de universalização de serviços de radiodifusão comunitária. Em dezembro de 2006, foi publicado o Aviso de Habilitação nº 3 para a localidade de São Paulo-SP, resultado das articulações da SCE junto ao Legislativo, Executivo, instituições de ensino e movimentos populares para o compartilhamento de responsabilidades mediante a atuação conjunta da esfera federal com a municipal, a qual resultará na fundamentação do Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária da cidade;

• Com relação à meta física, a SCE alcançou o número de 703 outorgas de serviços de radiodifusão, cerca de 70% da meta prevista. Não foi possível atingir a meta em sua totalidade devido às dificuldades já relatadas nos indicadores, relativas ao cumprimento das exigências legais pelos interessados, da gestão informatizada e dos recursos humanos do órgão.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O desempenho físico das ações é medido trimestralmente com base nas outorgas e licenças de radiodifusão concedidas pelo MC, com dados dos sistemas de informática e que instruem os relatórios de gestão, havendo chegado a um nível de execução física entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006.

Não houve execução financeira, em razão da SCE ter concluído somente no mês de outubro de 2006 o edital de contratação de consultoria para atender a finalidade desta Ação. Não houve tempo hábil para realização do pregão eletrônico no exercício de 2006. Com relação à meta física, a SCE alcançou o número de 703 Outorgas de Serviços de Radiodifusão, cerca de 70% da meta prevista.

O fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

O concurso público realizado propiciou o atendimento, em parte, da necessidade de pessoal para a formação das equipes executoras, persistindo a falta de analistas na área jurídica.

Não houve execução das ações com recursos descentralizados nem envolvimento de outras unidades administrativas na execução das ações implementadas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa não realiza parcerias não-governamentais para sua execução e não possui mecanismos que promovem a participação social. Para a implementação dos mecanismos de participação é necessária a disponibilização de recursos humanos e financeiros. O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

## OBJETIVO

Garantir a todos os cidadãos o acesso aos serviços de telecomunicações, visando à inclusão social, independentemente de localização e condição sócio-econômica.

## PÚBLICO-ALVO

População das localidades com menos de 100 habitantes, populações de baixo poder aquisitivo de regiões remotas e de fronteira de interesse estratégico. Deficientes, carentes, estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde, órgãos de segurança pública, unidades de serviço público em pontos remotos do Território Nacional e instituições de assistência a deficientes.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.388.001,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | - |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA COM ACESSO À INTERNET

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito baixa
Até o momento, não houve execução no Programa.

### 2. TAXA DE REGIÕES REMOTAS E DE FRONTEIRA DE INTERESSE ESTRATÉGICO COM ACESSO À INTERNET

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**3. TAXA DE COMUNIDADES DE BAIXO PODER AQUISITIVO COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

**Unidade de medida**:%
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**4. TAXA DE LOCALIDADES COM MENOS DE CEM HABITANTES COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

**Unidade de medida:**%
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**5. TAXA DE PROPRIEDADES RURAIS COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**6. TAXA DE REGIÕES REMOTAS E DE FRONTEIRA DE INTERESSE ESTRATÉGICO COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**7. TAXA DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**8. TAXA DE BIBLIOTECAS COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**9. TAXA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**10. TAXA DE INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40
**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**11. TAXA DE DEFICIENTES CARENTES COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, INCLUINDO OS EQUIPAMENTOS DE INTERFACE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**12. TAXA DE INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA A DEFICIENTES COM ACESSO A SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, INCLUINDO EQUIPAMENTOS DE INTERFACE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40
**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**13. TAXA DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO COM ACESSO À INTERNET, INCLUINDO OS EQUIPAMENTOS TERMINAIS**

**Unidade de medida:**
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**14. TAXA DE BIBLIOTECAS COM ACESSO À INTERNET, INCLUINDO EQUIPAMENTOS TERMINAIS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 40

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Até o presente momento, não houve execução no Programa e, por esse motivo, a viabilidade de alcance do índice é muito baixa.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Programa tem como objetivo promover a democratização do acesso aos serviços de telecomunicações.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Com o objetivo de subsidiar a definição de políticas, diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) foi realizado um extenso estudo que compreendeu as seguintes atividades: diagnóstico das necessidades de universalização; análise das ações governamentais em inclusão digital; análise custo-benefício das soluções em banda larga; definição das políticas para aplicação do Fust; estudos técnicos e de viabilidade econômico-financeira para a imputação de metas e estudos técnicos e de viabilidade econômico-financeira dos serviços de redes digitais faixa larga. A partir da elaboração deste estudo foi possível identificar programas elegíveis a serem implantados com recursos do Fust, em prazos compatíveis com a demanda social;

• Para a seleção dos programas, foram realizadas análises de custo-benefício, baseadas em metodologia desenvolvida para essa finalidade, que considerou as dimensões econômica, social e administrativa. Como resultado da aplicação desta metodologia elegeu-se o Programa para Atendimento às Pessoas com Deficiência, contendo dois projetos, submetidos à consulta pública, e com Portaria publicada pelo Ministro de Estado das Comunicações. O Projeto selecionado foi o de Atendimento às Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. Tal Projeto visa ao fornecimento de acessos individuais aos serviços de telecomunicações e equipamentos de interface às instituições de assistência às pessoas com deficiência auditiva;

• De acordo com as atuais regras que regem a aplicação dos recursos do Fust, destinam-se à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) as ações para implantação do referido Projeto. Assim foi feita consulta pública do Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva para atendimento ao projeto selecionado, como também, a elaboração e o envio ao Ministério das Comunicações (MC) de proposta de Decreto para o referido Plano. Após análise de Decreto proposto pela Anatel, o MC encaminhou Exposição de Motivos, juntamente com Minuta de Decreto para apreciação e aprovação do Presidente da República;

• O Decreto nº 6.039, de 7 de fevereiro de 2007, aprovou o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. Com a aprovação do referido Plano, a Anatel está apta a dar continuidade ao processo, visando à imputação de metas às concessionárias do serviço telefônico fixo comutado, conforme estabelece a Resolução Anatel nº 269, de 9 de julho de 2001;

• Contudo, as finalidades do Programa não foram alcançadas, pois não houve a sua execução, no ano de 2006.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Visando à aplicação dos recursos do Fust em 2006, o MC desenvolveu todas as ações sob sua responsabilidade, quais sejam:

a) consulta pública para instituir o Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência – Portaria MC nº 206, de 4 de março de 2006;

b) instituição do Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência – Portaria MC nº 263, de 27 de abril de 2006;
c) encaminhamento à Anatel da Portaria MC nº 206, para a implementação de ações visando à aplicação dos recursos do Fust;
d) encaminhamento à Anatel da Portaria MC nº 263, para a implementação de ações visando à aplicação dos recursos do Fust;
e) encaminhamento à Anatel do Termo de Referência do Projeto de Atendimento a Instituições de Apoio a Pessoas com Deficiência Auditiva, elaborado pela Coordenação Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH);
f) encaminhamento de Minuta de Decreto com proposta do Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva para apreciação da Presidência da República. Vale ressaltar que, na elaboração da proposta deste Ministério, considerou-se a proposta do Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva aprovada pelo Conselho Diretor da Anatel e enviada ao MC.

A despeito do que foi mencionado, esta aplicação não foi viabilizada, haja visto que o Decreto que aprova o referido Plano foi publicado somente em 7 de fevereiro de 2007.

É importante frisar que a versão final do Decreto foi resultado de discussões entre a Casa Civil e o MC.

No entanto, vale destacar que Anatel vem trabalhando no sentido de viabilizar a implementação deste Projeto ainda no primeiro semestre de 2007.

É importante citar ainda que o MC, visando a reduzir os prazos para a aplicação dos recursos do Fust, apoiou a Anatel na elaboração do estudo para a definição de uma metodologia simplificada para cálculo da parcela não recuperável de custos para imputação de metas a serem financiadas com recursos do Fust.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O MC tem o preceito de responder às demandas do público sobre os programas sob sua responsabilidade, por meio da Anatel, onde existem dois órgãos que propiciam a participação social e foram criados especificamente para esse fim: a Assessoria de Relações com os Usuários e a Ouvidoria.

Além disso, a Agência interage e conhece a opinião da população em geral por meio de consultas e audiências públicas.

A Agência mantém, em operação, diversos mecanismos de relacionamento com o cidadão (Central de Atendimento, Sala do Cidadão, Fale Conosco, correspondência

e fax), pelos quais fornece informações relativas à regulamentação dos serviços de telecomunicações, acolhe reclamações, sugestões e denúncias, garantindo aos usuários o direito de peticionar contra as prestadoras.

Também é instrumento de participação institucionalizada da sociedade na Agência o Conselho Consultivo, integrado por representantes indicados pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, pelo Poder Executivo, pelas entidades de classe das prestadoras de serviços de telecomunicações e por entidades representativas dos usuários e da sociedade.

**RECOMENDAÇÕES**

- Revisão dos instrumentos formais que possibilitam a universalização do acesso à banda larga.




# MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Análise e Difusão da Política Externa Brasileira

Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular

Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional

Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior

Ensino Profissional Diplomático

Promoção das Exportações

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros

Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos Organismos Internacionais

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foram utilizados **R$ 1.535.890.405,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 1.642.401.788,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 1.535.890.405,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 1.642.401.788,00** | **Total realizado:** | **R$ 1.535.890.405,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MRE não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 129.020.378,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 86.656.343,00.**

## PRINCIPAIS RESULTADOS

O planejamento e a execução dos Programas e das Ações sob a responsabilidade do MRE são realizados com o intuito de atender às demandas definidas pelos Megaobjetivos e Desafios que compõem a Orientação Estratégica de governo.

• A fim de ampliar os laços com os países em desenvolvimento, com prioridade para a América do Sul e a África (sobretudo os países-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP), foram abertos os seguintes postos:

a) 10 Embaixadas (cinco delas em países africanos): Cartum, Conacri, Cotonou, Lomé, Malabo, Astana, Ierevan, Zagreb, Belmopan e Bagdá (reabertura);
b) quatro Consulados-Gerais: Mumbai, Madri, Paris e Mendoza;
c) duas Missões junto a Organismos Internacionais: Missão junto à CPLP, em Lisboa, e Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em Viena;

• Foram realizados eventos internacionais de grande vulto, como a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora e o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS);

• Em resposta a um dos principais desafios do Plano Plurianual 2004-2007, combater a fome visando a sua erradicação, destaca-se, como resultado significativo alcançado em 2006, o pagamento de passivo referente a crédito extraordinário e fluxo anual destinado à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO);

• No que se refere ao objetivo de garantir e ampliar a assistência e a proteção aos brasileiros residentes no exterior, bem como àqueles que se encontram em viagens

internacionais, foram registradas 12.803 ocorrências, com destaque para a assistência emergencial prestada por ocasião do conflito no Líbano, quando cerca de 4.000 cidadãos brasileiros regressaram ao Brasil, em ação coordenada pelo MRE;

• As ações de difusão da cultura brasileira e promoção da imagem do Brasil no exterior também obtiveram resultados acima do inicialmente previsto. Foram realizados 618 eventos de divulgação do Brasil no exterior, dentre os quais, 131 festivais de cinema e eventos relacionados à divulgação da produção audiovisual brasileira. Observou-se o aumento da demanda por cursos oferecidos pelos centros de estudos brasileiros e institutos culturais, e mais de 22 mil alunos matricularam-se na Rede de Ensino Brasileira, destinada ao aprendizado da língua portuguesa no exterior;

• Em cumprimento ao objetivo setorial de executar ações de diplomacia comercial, o Ministério promoveu, no âmbito do Programa Promoção das Exportações, missões ao exterior, apoio a missões estrangeiras que visitaram o Brasil, realização de seminários e reuniões de caráter econômico-comercial.

• Cabe destacar a organização das missões empresariais aos seguintes países: Botsuana, Argélia, Reino Unido, China, Granada e Uruguai, e a realização da visita do Presidente do Banco Central do Brasil (BC) a Moscou, durante a qual foi assinado Memorando de Entendimento relativo à abertura de diálogo e à instalação da prática de troca de informações de natureza macroeconômica entre o BC e o Banco Central russo;

• Apoio a empresas brasileiras em missões comerciais aos seguintes países: Arábia Saudita, Bolívia, Costa Rica, México, Panamá, Romênia e Rússia;

• Ainda no âmbito da Promoção Comercial, registrou-se expressivo aprimoramento do portal BrazilTRadeNet, considerado o mais avançado instrumento eletrônico de promoção comercial da América Latina. Dotado de mais recursos para investimento no atendimento ao usuário, o Portal ampliou a gama de serviços prestados e apresentou crescimento do número de empresas cadastradas;

• No ano de 2006, foram alcançados excelentes resultados no que concerne ao desenvolvimento e à intensificação da cooperação científica, técnica e tecnológica internacional. Foram registrados expressivos avanços nas negociações de cooperação bilateral com os seguintes países: Alemanha, África do Sul, Argentina, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Cuba, Egito, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Índia, Israel, Itália, Japão, Moçambique, Peru, Portugal, Reino Unido, República da Coréia, Rússia, Uruguai e Venezuela;

• Foram assinados cinco Acordos Básicos de Cooperação Técnica com Afeganistão, Nauru, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue;

• Quanto às questões transversais de inclusão social (temas de raça, gênero, pessoa com deficiência, criança e juventude), observou-se, em 2006, a manutenção e ampliação do Programa de Ação Afirmativa no processo de seleção de diplomatas brasileiros:

a) concederam-se vinte Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia a candidatos afro-descendentes para que se preparassem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD);

b) concessão de nove bolsas para o ensino de inglês a estudantes indígenas;
c) registra-se, também, as contribuições a fundos internacionais especificamente destinados à proteção da infância e à valorização dos povos indígenas e das mulheres, como o Fundo Internacional das Nações Unidas de Socorro às Crianças (UNICEF), o Instituto Indigenista Interamericano e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outros.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

O êxito obtido pelo conjunto de programas do MRE no alcance e, não raro, superação dos resultados previstos para as ações sob sua responsabilidade, deve-se, antes de tudo, ao fato de que os programas abrigam atividades tradicionalmente desenvolvidas pelo Itamaraty, o que proporciona aos gerentes acesso a um conhecimento institucional confiável subsidiador dos processos de planejamento e execução das atividades.

Em junho de 2006, foi publicada Portaria de Gestão do Plano Plurianual no MRE com o obejtivo de atualizar o texto e corrigir incoerências ou incompatibilidades identificadas entre a estrutura programática do Plano e a estrutura hierárquica organizacional vigente no Ministério. Assim, alguns problemas de articulação entre gerentes de programa e coordenadores de ação ainda são identificados, por encontrarem-se, tais ações, inseridas em programas gerenciados por unidades pertencentes às Subsecretarias-Gerais diferentes daquelas às quais pertencem suas unidades Coordenadoras. Essa dificuldade é contornada pela ampliação e intensificação do papel da Unidade de Monitoramento e Avaliação (UMA) na gestão do Plano no MRE. Assim, a UMA se responsabiliza por facilitar e intermediar a comunicação entre gerentes e coordenadores de ação, além de instruir os gerentes de programa e coordenadores de ação sobre a gestão do Plano Plurianual, no Ministério, e a alimentação do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

**ASPECTOS RELEVANTES**

Em 2006, o Ministério realizou concurso público que resultou na contratação de 65 novos Oficiais de Chancelaria e realizou ações de capacitação de 954 servidores do seu quadro funcional. Isto representou um significativo reforço em termos de recursos humanos disponíveis e resultou em aumento dos níveis de eficiência na execução das ações previstas.

Outro fator importante para a melhoria no desempenho de algumas atividades foi o esforço de aparelhamento das unidades da Secretaria de Estado e postos no exterior, com a instalação de novas estações de trabalho, bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas e aplicativos próprios, destinados a promover ganhos em eficiência nas rotinas de comunicação, pesquisa e arquivamento de informações.

# ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

## OBJETIVO

Difundir as pesquisas sobre relações internacionais e política externa brasileira de modo a esclarecer a opinião pública sobre as relevantes questões mundiais.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade, meio acadêmico e diplomático.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.383.882,00 | Empenho Liquidado: | R$ 5.108.663,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 5.108.663,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE EVOLUÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 113
**Índice previsto ao final do PPA:** 98

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O indicador é obtido pela relação percentual entre o número de pesquisas publicadas e o número de pesquisas realizadas.

Tendo em vista a ampliação das atividades no âmbito deste Programa, espera-se que, em 2007, esses índices sejam novamente superados em relação ao previsto.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A necessidade de maior conhecimento do público em geral sobre a atividade diplomática brasileira e sobre temas de política internacional justifica o Programa.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

**Projetos especiais**

- Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, que teve como tema "O Brasil no mundo que vem aí";
- Cursos para Diplomatas Sul-Americanos;
- Encontros Negociações Internacionais Estados e Municípios;
- Encontros com o Barão, que trata de uma série de conferências para apresentar a visão de grandes intelectuais brasileiros e estrangeiros sobre o Brasil;
- Prêmio América do Sul, realizado o segundo Concurso de Monografias dirigido a mestres e doutores sul-americanos sobre temas de interesse da região, cujo tema de 2006 foi "Bolívia: de 1952 ao Século XXI';
- Difusão e divulgação dos temas da Política Externa e da História Diplomática junto à sociedade brasileira com doações e entregas de bibliotecas básicas de livros editados pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), para a formação de acervo bibliográfico de diversos órgãos e instituições;
- Apoiada, também, a Biblioteca América do Sul-Países Árabes;
- Produzido e distribuído material institucional da FUNAG, com o objetivo de divulgar a história do patrono da desta Fundação, tendo sido lançado, também, o livro **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid** em parceria com a Imprensa Oficial de São Paulo. Dando continuidade à implementação da Biblioteca Digital de Política Externa Brasileira, no sítio da Fundação, foram inseridos novos títulos;
- Início do projeto especial de Disponibilização das conferências e seminários realizados pela FUNAG, em DVD. Foi editada e lançada a primeira coleção contendo 14 DVDs.

**Projetos em cultura**

- Zumbi dos Palmares, no âmbito das comemorações do Dia de Zumbi dos Palmares;
- Retorno de Vinicius ao Itamaraty e Homenagem a Nelson Pereira dos Santos, realizado no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, ocasião em que foi inaugurado o Espaço Vinicius de Moraes;
- As Diásporas Africanas na América do Sul - Uma Ponte sobre o Atlântico, implementado em parceria com o Departamento da África e o Instituto Empreender, que envolveu a realização de exposição itinerante nos países africanos.

**Estudos e pesquisas da história diplomática e relações internacionais**

- Pesquisa e Transcrição de documentos de interesse para a História Diplomática do Brasil;

• Pesquisa sobre caricaturas e relações internacionais;

• Elaboração do livro de Personalidades da Política Externa Brasileira da República, envolveu, em 2006, levantamento e pesquisa implementados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), com vistas à editoração pela FUNAG;

• Inventário Sul-Americano de Pesquisas em Relações Internacionais, parceria entre a FUNAG e o Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEPED/UFRGS);

• Apoio à pesquisa promovida pelo Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI) sobre países do leste europeu, com a ida de um pesquisador sênior à Polônia e à República Tcheca;

• Transferência de tecnologia no período imperial: o Papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros por meio de parceria firmada entre a FUNAG e o Centro Histórico de Documentção Diplomática (CHDD), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação José Bonifácio (FUJB) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

• O Programa Centro de Estudos de Relações do Brasil com Países do Hemisfério Sul (CESUL), abrangeu parcerias com universidades federais, estimulando a elaboração de teses sobre temas relacionados ao país-objeto do Centro e a realização de pesquisas nesses países, além da doação de bibliotecas às universidades.

**Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)**

• Parceria com a União Planetária, que envolve entrevistas a serem veiculadas pela televisão;

• Parceria com o Banco do Brasil, com vistas à doação de bibliotecas básicas da FUNAG aos projetos sociais do banco e aos seus centros culturais;

• Parceria com o Supremo Tribunal Federal (STF), pela qual foram traduzidos os extratos das decisões do STF para o inglês e espanhol, com divulgação pela Internet;

• Parceria com a Escola Superior de Guerra abrangendo uma série de atividades conjuntas;

• Parceria Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério Relações Exteriores/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Ciência e Tecnologia (FUNAG/MRE/CNPq/MCT) para implementação do Projeto Renato Archer, com o objetivo de estimular a pesquisa em programas de pós-graduação em relações internacionais;

• O Programa Editorial da FUNAG publicou, em 2006, quarenta e quatro livros.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A FUNAG executou mais de 100% do que o previsto inicialmente na LOA, tendo contado com recursos adicionais de crédito suplementar e destaques orçamentários

recebidos. Porém, o crédito suplementar foi recebido somente na segunda quinzena do mês de dezembro de 2006, e parte desses recursos teve que ser inscrita em restos a pagar, por não haver prazo hábil para conclusão dos serviços contratados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A quantidade de recursos humanos nas equipes é muito reduzida. Há necessidade de ampliar e aprofundar a capacitação dos servidores, o que não é possível por falta de recursos. Está sendo aguardada a aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) de realização de concurso público para o preenchimento de vagas existentes. Os equipamentos de informática e sistemas de informação encontram-se defasados e insuficientes. O mobiliário também é insuficiente para o atendimento das equipes. A FUNAG conta com apenas um veículo para a realização dos serviços.

**RECOMENDAÇÕES**

- A ação finalística necessita ser ajustada, bem como o objetivo deste Programa, visando refletir as diversas formas de atuação para atingir seu público-alvo e seu tema.

# ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR

## OBJETIVO

Prestar assistência a cidadãos brasileiros no exterior e dar ao público atendimento consular de qualidade.

## PÚBLICO-ALVO

Cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 31.682.629,00 | Empenho Liquidado: | R$ 24.396.284,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 24.396.284,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. COEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NO EXTERIOR

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** 2,8
**Índice previsto ao final do PPA:** 3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
É impossível avaliar a precisão desse índice em vista da dificuldade de apuração do número de brasileiros que residem ou se encontram no exterior.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Reflete a competência do Ministério das Relações Exteriores (MRE) na prestação de serviços consulares, obrigação de documentar o cidadão brasileiro e assisti-lo, especialmente em situação de desvalimento.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Prestação de assistência consular a 12.803 brasileiros no Exterior, auxílios com transporte, alimentação, hospedagem, assistência jurídica e repatriações;
- Atendimento consular ao público-alvo do Programa;
- Aproximadamente 4.000 brasileiros assistidos (evacuados) durante a Guerra no Líbano;
- Desenvolvimento de sistema integrado e informatizado para a emissão de documentação, inclusive passaportes e vistos biométricos e digitais;
- Desenvolvimento e aquisição de equipamento e material (passaportes e outros), especialmente desenvolvidos para atender os requisitos de segurança nacional, bem como o controle de fronteiras, portos e aeroportos nacionais.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em 2006, os resultados do Programa superaram as expectativas, apesar do contingenciamento orçamentário que limitou a abrangência de algumas ações. O número de brasileiros assistidos no episódio da guerra no Líbano, isoladamente, foi superior ao número de brasileiros assistidos ao longo de todo o ano de 2005.

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. Houve contingenciamento orçamentário no decorrer de 2006 que garantisse a disponibilidade de recursos para assistência a brasileiros no exterior durante todo o ano, o que limitou o atendimento a 85% das demandas recebidas na unidade gestora. Como o orçamento de 2006 foi aprovado em Fevereiro do mesmo ano, a liberação de recursos por duodécimos restringiu sensivelmente a prestação de assistência consular aos cidadãos brasileiros no exterior nos dois primeiros meses do ano. Entretanto, o contingenciamento financeiro restringiu a resposta deste Ministério à crescente demanda por Serviços Consulares. Por esta razão, e pela exigüidade da data limite para envio de recursos para assistência consular, houve excedente orçamentário no final de 2006.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As Representações diplomáticas e consulares informam a Secretaria de Estado anualmente, sobre as atividades consulares prestadas aos cidadãos brasileiros no exterior. As informações são enviadas por meio de formulários preenchidos *on-line*, denominados Relatórios Consulares (RCN). A cada ano, as Embaixadas, os Consulados e os Vice-Consulados enviam à Secretaria de Estado um relatório de gestão de todas as atividades efetuadas: visitas a detentos, reuniões com autoridades locais, número de brasileiros assistidos pelas diversas dotações orçamentárias e realização de eventos culturais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Ter presente a natureza quantitativamente imprevisível da prestação de assistência consular, em função do aumento paulatino dos números das comunidades brasileiras no exterior e da dificuldade de mensuração, devido ao grande número de brasileiros em trânsito e/ou em situação migratória irregular; assim como de eventuais catástrofes naturais e conflitos de ordem política que potencialmente afetam, ano a ano, a demanda por serviços consulares.

# COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL

## OBJETIVO

Aprofundar a cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas.

## PÚBLICO-ALVO

Governos de países parceiros tradicionais ou não tradicionais, comunidade científica, tecnológica e acadêmica nacional e internacional, instituições de pesquisa e de ensino superior no Brasil e no exterior, setor empresarial nacional e internacional e organismos internacionais de interesse estratégico.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 25.008.856,00 | Empenho Liquidado: | R$ 19.544.695,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 19.544.685,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE CRESCIMENTO DA COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 52
**Índice previsto ao final do PPA:** 14,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Efetivou-se crescimento significativo, conforme índice apurado em 2006 (52%).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional visa a incrementar a cooperação científica e tecnológica para a transferência de tecnologias de ponta, por meio de acordos, projetos e programas de cooperação internacional, viabilização de instrumentos de cooperação, gestão estratégica do conhecimento e da informação, concessão de bolsas e intercâmbio de pesquisadores, especialistas e técnicos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Avanços na cooperação bilateral com os seguintes países: Alemanha, África do Sul, Argentina, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Cuba, Egito, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Índia, Israel, Itália, Japão, Moçambique, Peru, Portugal, Reino Unido, República da Coréia, Rússia, Uruguai e Venezuela;

• Elaboração do Programa Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia do Mercosul;

• No âmbito da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, participação nos seguintes eventos:

a) I Reunião do Fórum de Governança da Internet;
b) Reunião Ministerial da América Latina e Caribe e União Européia sobre Sociedade da Informação;
c) 36a Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre Governabilidade e Desenvolvimento na Sociedade do Conhecimento;
d) reuniões e seminários realizados pela Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ECOSOC/ONU), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) e também por entidades não-governamentais;

• Avanços na implantação do Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia do Exterior (SICTEX), que prevê a modernização e introdução de novas técnicas de gerenciamento e uso da informação nos Setores de Ciência e Tecnologia (SECTEC) de missões diplomáticas brasileiras selecionadas;

• Aproximação entre comunidades científicas dos países sul-americanos e árabes, como desdobramento da Cúpula América do Sul - Países Árabes (CASPA);

• Acordo de Cooperação e adoção de plano de trabalho bienal nas áreas de inclusão digital e e-gov, no Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS);

• Adoção do Plano de Cooperação em Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento, no contexto da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), elaborado por iniciativa brasileira;

• Participação na VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Países de Língua Portuguesa (CPLP), apoio financeiro à organização do evento;

• Contribuição para Reunião do Grupo-Piloto sobre Alternativas Financeiras Inovadoras ao Desenvolvimento, particularmente no que se refere à Central Internacional de compra de medicamentos contra HIV/aids , Malária e Tuberculose (CICON);

• Participação no Seminário sobre Constitucionalismo na Guiné-Bissau, no âmbito da contribuição a CPLP;

• Participação no Seminário das Cortes Constitucionais de países da CPLP em Brasília, no Supremo Tribunal Federal (STF);

• Cinco Acordos Básicos de Cooperação Técnica com Afeganistão, Nauru, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue;

• Revitalização do Fundo Brasileiro de Cooperação (FBC), no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA);

• Consolidação do Japan-Brasil Partnership Programme ( JBPP );

• Aprovação dos Marcos de Cooperação 2007-2010 para o Fundo Internacional das Nações Unidas de Socorro às Crianças (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e Segundo Marco de Cooperação para o Desenvolvimento das Nações Unidas no Brasil (II UNDAF);

• Fortalecimento da cooperação trilateral com o Canadá e Espanha, em benefício do Haiti.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação.

As ações executadas por outras unidades atingiram o resultado esperado e, no caso da Ação Cooperação Técnica Internacional, a previsão foi superada. Apenas a Ação Cooperação com os Países de Língua Portuguesa não atingiu 100%, pela dificuldade de previsão dos eventos, o que requer a confluência de fatores, como a pertinência do evento e o contexto favorável para o encontro.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O SICTEX encontra-se em fase final de reestruturação e reformulação estratégica, permitindo sua ampliação e facilitando maior inserção dos países que apresentam dinâmica atividade em ciência e Tecnologia, além dos parceiros tradicionais. Tem-se buscado também a cooperação tripartite no âmbito do IBAS. No Mercosul, o objetivo continua a ser a utilização de ciência e Tecnologia como um importante vetor de cooperação.

A participação social ocorre através de reuniões para discussão de estratégias comuns, envolvendo, via de regra, diversos grupos de interesse (principalmente na esfera governamental), possibilitando certo nível de consenso nas posições oficiais adotadas e contribuindo para uma maior legitimidade dos agentes públicos encarregados de cumprir as metas do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

• Fundir com o Programa de Gestão da Política Externa.

# DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR

## OBJETIVO

Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e a sociedade brasileira e as políticas interna e externa do País.

## PÚBLICO-ALVO

Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.297.766,00 | Empenho Liquidado: | R$ 20.221.211,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 20.221.211,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. NÚMERO DE ALUNOS ESTRANGEIROS FORMADOS NOS CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA

**Unidade de medida:** Pessoa
**Índice apurado em 2006:** 22.148
**Índice previsto ao final do PPA:** 20.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, o indicador superou a meta estabelecida, de 20.000 alunos formados para o final do período de 2007. A variação positiva do índice relaciona-se ao aumento geral do interesse dos alunos estrangeiros pelo aprendizado da língua portuguesa.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O trabalho de divulgação da imagem do Brasil no exterior advém da necessidade de difundir a realidade e a cultura brasileira no exterior, sem escamotear seus aspectos negativos, mas identificando sua complexidade e os esforços empreendidos pela sociedade civil e pelo governo brasileiro em resolver as questões pendentes.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• No ano de 2006, não obstante ter havido redução no volume de recursos disponível, foi possível manter o número de alunos. Em 2006, o número de alunos matriculados nos centros de estudos brasileiros e nos institutos culturais foi de 22.148. A Rede como um todo encerrou suas atividades com mais de 30.000 alunos matriculados em seus cursos;

• 3.200 candidatos aprovados no exame para a obtenção de certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros (CELPE-BRAS) em 2006;

• Concessão de bolsas, no sistema educacional brasileiro, a 667 estudantes-convênio. A cooperação educacional constitui importante instrumento de política externa brasileira com a América Latina, Caribe e África. Nesse contexto, destacam-se os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem ingresso em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras;

• Realização da II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora (CIAD), em Salvador;

• Realização da exposição de fotografias AMRIK: Presença árabe na América do Sul em Argel, Assunção, Madri, Cairo, São Paulo e Santiago;

• Realização da exposição Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil-Haiti em Washington e Porto Príncipe;

• Realização da exposição Cartunistas da América do Sul, em São Paulo, Rio de Janeiro, La Paz, Lima e Assunção;

• Edição e distribuição de 45 publicações em idiomas estrangeiros. Em 2006, foram distribuídos aos postos no exterior 14.048 exemplares;

• Merecem destaque as iniciativas de apoio a 131 festivais de cinema e eventos relacionados à promoção audiovisual brasileira. Destaca-se a criação, em dezembro de 2006, da Divisão de Promoção do Audio-Visual (DAV), no âmbito do Departamento Cultural, do Ministério de Relações Exteriores (MRE);

• A Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC) agiu no ano de 2006 visando a incentivar e promover no exterior as mais diversas manifestações culturais brasileiras dentro de sua área de competência. Ao todo foram organizados ou apoiados 618 eventos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. O desempenho do Programa esteve dentro do esperado. A condução das atividades de Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior não sofreu solução de continuidade uma vez que os recursos financeiros foram liberados regularmente, apesar de contingenciamento de 17,82% dos recursos orçamentários previstos. O contingenciamento se deu principalmente em recursos de capital, o que representou limitação no atendimento de projetos voltados para aquisição de bens de caráter permanente.

Ao longo de todo o período são realizadas reuniões de acompanhamento e de avaliação dos projetos conduzidos pelos postos no exterior. Iniciativas nas áreas de educação, divulgação da cultura e da imagem do Brasil no exterior são todas avaliadas *in loco*.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa busca promover atividades culturais de conteúdo social com o intuito de garantir a participação de movimentos e manifestações artísticas dessa natureza.

Na área das artes cênicas, os destaques da programação cultural da DODC em 2006 foram a realização do Ciclo do Teatro Brasileiro em Montevidéu, a participação do Brasil no Festival Encontro de Teatro Popular Latino (ENTEPOLA) no Chile. Ressalte-se ainda o planejamento, concepção, produção e execução, pela DODC, do espetáculo Samwaad/Milágrimas, do coreógrafo Ivaldo Bertazzo, por ocasião da Cúpula Presidencial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), realizada em Brasília, em outubro de 2006.

A cooperação educacional constitui importante instrumento de política externa brasileira com a América Latina, Caribe e África. Nesse contexto, destacam-se os PEC-G e PEC-PG, que oferecem ingresso em IES brasileiras.

No âmbito da II CIAD foram organizadas oficinas de artesanato, cartum, instrumentos percursivos e cinema digital (para dois mil alunos da rede pública).

Adicionalmente, a Fundação Cultural Palmares (FCP), com o apoio da Secretaria de Promoção de Políticas de Integração Racial (SEPPIR), organizou, nos dia 15 e 16 de julho, no auditório da reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e no auditório Caetano Veloso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o Fórum Social da II CIAD, reunindo representantes do movimento negro e intelectuais brasileiros e estrangeiros, para debates sobre o problema penitenciário no Brasil, a situação da mulher e a necessidade de um contato mais estreito entre as comunidades afro-descendentes latino-americanas e caribenhas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO

## OBJETIVO

Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro.

## PÚBLICO-ALVO

Candidatos à carreira de diplomata, cidadãos afro-descendentes, diplomatas e oficiais de chancelaria e servidores públicos atuantes na área de política externa.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.940.668,00 | Empenho Liquidado: | R$ 2.666.114,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 2.666.114,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE HABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À DEMANDA DO ÓRGÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 87,41
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Tendo em vista que, no ano de 2006, 125 diplomatas foram aprovados nos cursos realizados no Instituto Rio Branco (IRBr), a meta prevista para o final do PPA 2004-2007 já foi superada.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A inserção internacional do Brasil, crescentemente complexa, requer um constante aprimoramento do pessoal diplomático, que deve estar apto a lidar com os mais diversos aspectos da cena internacional e a defender os interesses do País nos âmbitos bilaterais e multilaterais. O Programa visa a capacitar o diplomata a tratar com igual competência temas que vão dos direitos humanos ao meio ambiente, da promoção comercial à difusão cultural.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realização de concurso público de Admissão à Carreira Diplomática, com preenchimento de 100 vagas entre 6.308 inscritos;
- Conclusão do Curso de Formação dos 30 Terceiros Secretários que ingressaram na carreira em 2004;
- Realização de dois Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CADs), com aprovação de 64 Segundos Secretários;
- Realização de uma edição do Curso de Altos Estudo s (CAE), em duas etapas, com aprovação de 31 Diplomatas (cinco Primeiros Secretários e 26 Conselheiros);
- Concessão de 20 Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia a candidatos afro-descendentes, para se prepararem para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD);
- Concessão de nove bolsas para ensino de inglês a estudantes indígenas;
- Um total de 52 bolsas concedidas, dessas 12 são do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), sete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPIR) e quatro da Fundação Cultural Palmares (FCP).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física ficou acima de 100% do previsto na LOA 2006. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação. Os recursos liberados foram suficientes para as execução física das atividades do Programa: índice de 99,92% da execução financeira na Ação de Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes à Carreira Diplomática e de 86,42% da execução financeira na Ação de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas.

No âmbito da Ação Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas, os alunos do Instituto são constantemente avaliados pelos professores e pela coordenação de ensino por meio de provas e outras atividades acadêmicas. Os alunos passam ainda por avaliação da Chefia das Unidades em que realizam estágios acadêmicos, seja em Brasília, seja em Missões sediadas no exterior. O Curso de Formação está ainda sujeito ao crivo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a quem devem ser submetidos relatórios periódicos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES:**

O Instituto promove um programa de Ação Afirmativa que concede bolsas de estudo a afro-descendentes, para preparação ao concurso público de admissão à carreira diplomática. Outra ação social é a promoção de cursos de inglês para indígenas estudantes de universidades localizadas no Distrito Federal, que são preparados para integrar delegações oficiais brasileiras em reuniões internacionais sobre temas de interesses variados, dentre eles o ambiental, por exemplo.

O IRBr promove todos os anos reuniões entre os bolsistas da ação afirmativa e os alunos do Curso de Formação de Diplomatas. Essas reuniões servem para que os bolsistas estabeleçam contato com integrantes da carreira diplomática e possam tirar dúvidas não só sobre o CACD, mas também sobre a própria carreira. Nessas ocasiões, em que há também palestras e contatos com as instituições partícipes, os bolsistas fazem sugestões sobre o desenvolvimento da Ação e fornecem subsídios para o seu aperfeiçoamento. Todos os bolsistas se comprometem a se submeter aos exames do CACD. Em 2005, seis bolsistas obtiveram aprovação na primeira fase do concurso.

Em virtude da manutenção da ampliação da oferta de vagas no CACD, serão necessárias reformas para ampliação do prédio. Além disso, a repetição da oferta, pela primeira vez na história do Itamaraty, de 105 vagas no CACD e o constante remanejamento para outros postos no Brasil e no exterior, característico da carreira, implicarão a necessidade tanto de mais recursos financeiros e orçamentários, quanto de um aumento significativo do quadro de pessoal do IRBr. As mesmas medidas se fazem necessárias em razão do conteúdo da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006. Além de criar mais um curso obrigatório aos membros da carreira diplomática, o Curso de Atualização em Política Externa (CAP), essa lei aumentará fortemente a demanda nos próximos semestres pelos cursos oferecidos no âmbito do IRBr em razão do previsto no seu Artigo 65.

O IRBr mantém contrato com o Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Fundação Universidade de Brasília (Cespe/FUB), para prestação de serviços técnico-especializados de auxílio à consecução das atividades do IRBr, em particular do CACD. A cooperação do Cespe permitiu a expansão da base territorial em que são prestadas as provas do concurso de admissão à carreira diplomática.

A parceria com o CNPq foi o agente operador do Protocolo de Cooperação sobre ação afirmativa no IRBr, permitindo a concessão de maior quantidade de bolsas-prêmio para candidatos afro-descendentes à carreira diplomática.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

## OBJETIVO

Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional.

## PÚBLICO-ALVO

Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.583.785,00 | Empenho Liquidado: | R$ 11.370.088,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 11.370.088,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE APOIO A EMPRESAS EXPORTADORAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 93,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 95

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A viabilidade de alcance do índice originariamente previsto é alta, já que a evolução do indicador foi a seguinte: 85% (2003), 88% (2004), 92% (2005) e 93,5% (2006).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa tem a finalidade de apoiar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional, mediante o emprego da diplomacia comercial. O Programa envolve a promoção de investimentos, e, mais recentemente, atividades de promoção de importações de outros países sul-americanos visando a substituir, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da América do Sul.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 15.720 registros de empresas brasileiras;
- 38.079 registros de empresas não-brasileiras;
- 3.008 oportunidades comerciais divulgadas;
- 3.125 ofertas de exportação;
- 152 projetos de obras públicas;
- 48 concorrências públicas internacionais divulgadas;
- 51 volumes da publicação **Como Exportar**;
- 272 pesquisas de mercado realizadas;
- 1.858 Informações sobre produto disponibilizadas;
- 20 estudos sobre áreas e blocos econômicos;
- 172 indicadores econômicos de países inseridos no sítio;
- 50 cruzamentos estatísticos;
- Outra variável relevante é a evolução do número de acessos mensais ao sítio da BrazilTradeNet: 18.000 (2004), 18.587 (2005) e 68.407 (2006). O total de acessos no ano de 2006 foi de 820.878;
- Com relação ao BTN*showroom*, durante o ano de 2006, 499 empresas criaram suas vitrines na BrazilTradeNet;
- Realização de 53 feiras no exterior, relativas aos setores de agropecuária e alimentação (12); couro e calçados (2); informática e telecomunicações (1); máquinas, ferramentas e ferragens (1); turismo (10); plásticos (1); energia e petróleo (1); *design* (1) e saúde (1);
- II Reunião da Comissão Mista Brasil-Tunísia;
- Missão Empresarial Saudita ao Brasil
- Seminário Brasil-Botsuana: Oportunidades de Comércio e Investimentos;
- Missão dos Países do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) do setor de Etanol ao Brasil;
- Missão Empresarial à Argélia;
- Missão à China;
- Seminário Brazil-United Kingdom Economic and Business Relations: a New Approach to the 21st Century;
- Missão financeira a Riade-Trade and Investment Forum;
- Missões da empresa brasileira (Konlink International Trade) à Rússia e Romênia;
- Missão empresarial a Granada;

- III Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Rússia;
- Cúpula América do Sul - Países Árabes;
- Reunião de Ministros Árabes e Sul-Americanos da Economia e áreas afins;
- Missão Financeira do Presidente do Banco Central do Brasil (BC) a Moscou;
- Missão empresarial ao Uruguai;
- Missão do empresário paquistanês Rehan Shoukat, dos setores de açúcar (inclusive etanol), soja, algodão e agropecuária, ao Brasil;
- Encontro Econômico e Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha;
- Missão ao Brasil de Delegação de Alto Nível do Afeganistão;
- Visita ao Brasil do Primeiro Ministro de Portugal;
- Missão de Etanol e Setor Automobilístico à África do Sul;
- Reunião do Conselho Empresarial Brasil-China;
- Seminário empresarial do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e visita ao Brasil;
- I Encontro Empresarial Brasil-Uruguai;
- Missão de Solidariedade da Comunidade Empresarial Brasileira ao Líbano (Beirute);
- Missão Empresarial à Itália (Roma e Milão);
- Seminário Internacional de Negócios Brasil-China;
- Missão empresarial do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares (SINDVEL);
- Seminário Como fazer negócios com o Brasil e Rodada de Negócios da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA);
- Missão empresarial e oficial do Estado de São Paulo à República Popular da China e Hong Kong;
- Seminário Oportunidades de Negócios entre Pequim e São Paulo;
- Missão do Estado de Goiás à Europa;
- Seminário Como fazer negócios com as Nações Unidas;
- Participação conjunta do Mercosul na Feira Internacional de Tecnologia de Informação, Telecomunicação, *Software* e Serviços (CeBit), em Hannover, e na XXIV Feira Internacional de Havana;
- Lançamento do *CD-Rom* **Investindo no Brasil**, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e do Rio de Janeiro (FIRJAN);

- Realização, em Buenos Aires, de duas Jornadas Jurídico Empresariais;

- Assinatura do Memorando de Entendimento na Área de Turismo entre o Ministério do Turismo do Brasil e o Ministério do Turismo do Equador, em Quito;

- Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial do Turismo para a Realização da Conferência sobre Parceria Público-Privada e da Reunião Geral dos Membros Afiliados;

- Assinatura de Memorandos de Entendimento com o Peru e o Equador;

- Realização dos seminários Programa de Substituição Competitiva de Importações e Como Exportar para o Brasil no Suriname, Equador, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Colômbia;

- Rodadas de negócios com a Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai;

- Missões de estudos sobre a importação e comercialização de produtos provenientes da Bolívia na região fronteiriça;

- Publicação de Catálogo de Importadores Brasileiros e do guia **Como Exportar para o Brasil**;

- Reuniões do Grupo Executivo de Trabalho no Equador, Chile, Colômbia e Peru;

- Elaboração de 44 estudos de inteligência comercial sobre o mercado brasileiro para produtos procedentes de países da América do Sul;

- As missões comerciais deram especial foco a mercados novos e não tradicionais, além de reforçar parcerias comerciais tradicionais. Foram promovidos 37 eventos de caráter econômico-comercial, além de apoio à vinda de missões estrangeiras.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas esteve acima do previsto, tanto no caso da Ação Missões Comerciais Setoriais e Multissetoriais e na Ação Sistema BrazilTradeNet.

O portal da BrazilTradeNet monitora o acesso mensal ao sítio e realiza enquetes periódicas para avaliar o grau de satisfação dos usuários. Anualmente é elaborado balanço de resultados de atividades de promoção de exportações, no âmbito do Ministério de Relações Exteriores (MRE), e o documento é publicado e disponibilizado no sítio da BrazilTradeNet.

Os Setores de Promoção Comercial do MRE (SECOMS), distribuídos em 57 postos no exterior, carecem ainda de melhor infra-estrutura e recursos humanos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Destacam-se parcerias junto a entidades de classe, como as Federações de Comércio e Indústria e Câmaras de Comércio, além de governos estaduais e municipais, que contribuem com recursos humanos, operacionais e institucionais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS

## OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

## PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 308.825.907,00 | Empenho Liquidado: | R$ 290.514.619,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 290.514.619,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO COM ESTADOS ESTRANGEIROS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 90,63
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O indicador Taxa de relacionamento diplomático com Estados estrangeiros, é definido como a relação percentual entre o número de países onde o Brasil possui representação diplomática e o total de países que mantêm atividade diplomática.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

No âmbito de sua competência, cabe ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), como órgão auxiliar da Presidência da República (PR) na formulação da política exterior do Brasil, estabelecer relações com Estados estrangeiros, organizações e organismos internacionais.

O Programa Relações do Brasil com Estados Estrangeiros tem por objetivo representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

Reflete as competências do MRE, estabelecidas no Decreto nº 5.032/04, que são a política internacional, as relações diplomáticas e os serviços consulares; a participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais com governos estrangeiros; programas de cooperação internacional e o apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Abertura das Embaixadas/Consulados-Gerais em Cartum, Conacri, Cotonou, Lomé, Malabo, Astana, Ierevan e Zagreb, Belmopan, Madri, Paris, Mendoza e Mumbai;
- Ampliação da Chancelaria e das Embaixadas/Consulados-Gerais ou Residências Oficiais em Kinshasa, Cidade do Cabo, Tel Aviv, Sidney, Chicago, Houston, Los Angeles, Montevidéu, Buenos Aires, Nova Délhi, Viena, Kingston e São Domingos;
- Recuperação e modernização das Chancelarias das Embaixadas/Consulados-Gerais/Residências Oficiais em Lisboa, Roma, Bruxelas, Haia, Madri, Viena, Argel e Iquitos;
- Instalação da nova Residência Oficial das Embaixadas/Consulados-Gerais em Trípoli, Sidney, Tóquio, Budapeste, Sófia, Barcelona, Frankfurt, Londres, Roterdã, São Francisco, Nova Délhi, Montevidéu e Buenos Aires;
- Construção do Setor Consular da Embaixada em Abuja;
- Licitação para a reforma da Embaixada em Dar es Salaam;
- Reativação da Embaixada em Bagdá;
- Reformas de conservação do Palácio Pamphilj em Roma;
- Aluguel de imóveis para abrigar as Chancelarias e as Residências Oficiais das novas Embaixadas ou Consulados-Gerais em Ierevan, Zagreb, Belmopan, Beirute, Paris, Madri, Cotonou, Malabo, Cidade do Cabo, Astana, Mumbai, Nagóia, Mendoza e Teerã;
- Aquisição de veículos para renovação parcial da frota de veículos oficiais para as Embaixadas/Consulados–Gerais em Acra, Argel, Nairobi, Dacar, Trípoli, Cartum, Conacri, Dar es Salaam, Lomé, Malabo, Montevidéu, Mendoza, Quito, Porto Príncipe, Tegucigalpa, Beirute, Madri, Paris, Rabat, Riade, Ierevan, Zagreb, Kiev, Tóquio, Astana, Mumbai e Bissau;
- Liberação de recursos à Embaixada em Assunção para apoio financeiro ao governo da República do Paraguai para revitalização da Ponte da Amizade;
- Operação emergencial de resgate de brasileiros na área de conflito no Líbano;
- Manutenção de Postos de Representação do Brasil no exterior.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006. A despeito do contingenciamento orçamentário e da falta de continuidade do fluxo financeiro, a execução das ações componentes do Programa ficou dentro do esperado, sendo possível manter as atividades de representação diplomática e assistência consular dos postos no exterior. No período em foco, foram criadas 12 Representações diplomáticas ou Consulares no exterior.

As duas únicas ações componentes do Programa implementadas por outras unidades administrativas do próprio Ministério foram executadas com recursos oriundos de crédito suplementar. Foram elas: Ação - 0B94 - Apoio Financeiro ao Governo da República do Paraguai para a Revitalização da Ponte da Amizade, executada pela Coordenação de Orçamento e Finanças e Ação - 2D27 - Operação emergencial brasileira na área de conflito no Líbano, executada pela Divisão de Assistência Consular.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A participação social ocorreu através de reuniões com as comunidades brasileiras no exterior, reuniões e contatos com exportadores brasileiros e apoio às negociações bilaterais de interesse do governo brasileiro.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO ÂMBITO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

## OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros no âmbito de organizações internacionais e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

## PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 41.102.876,00 | Empenho Liquidado: | R$ 31.313.320,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 31.313.320,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE REPRESENTAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 100
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O indicador é definido pelo número de organizações internacionais nas quais o Brasil está representado, sobre o número de organizações internacionais de interesse do País, onde o denominador indica: "o universo de organismos internacionais estabelecidos como prioritários, onde o Brasil tem interesse em ser representado ou onde há uma demanda da sociedade brasileira para fazer-se representar oficialmente". Considera-se que o índice foi atingido.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado a partir da demanda pela defesa do interesse do Brasil junto a organismos internacionais e objetiva assegurar a participação do Brasil nas negociações dos interesses brasileiros junto a esses organismos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Manutenção dos postos de representação no exterior;
- Desenvolvimento de negociações, reuniões e assinatura de acordos no âmbito dos organismos internacionais;
- Abertura das Missões junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, e junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em Viena;
- Aquisição de veículo para a Missão junto à CPLP em fase de instalação.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução das ações componentes do Programa ficou dentro do esperado. A execução física foi de 80% a 100% do previsto na LOA 2006.

A meta física das ações componentes do Programa expressa a quantidade de postos de representação mantidos no exterior. Esta quantidade se mantém dentro do previsto ao longo do ano, sendo ajustada para o ano seguinte, se necessário, em caso de abertura de novos postos (delegações ou missões).

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O valor previsto na LOA não foi disponibilizado devido ao contingenciamento. O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.




# MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

Atuação Internacional na Área de Petróleo

Brasil com Todo Gás

Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis

Eficiência Energética

Energia Alternativa Renovável

Energia na Região Nordeste

Energia na Região Norte

Energia na Região Sul

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Energia nos Sistemas Isolados

Geologia do Brasil

Indústria Petroquímica

Luz para Todos

Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Oferta de Petróleo e Gás Natural

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural

Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Refino de Petróleo

Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados

Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério de Minas e Energia (MME), foram utilizados **R$ 35.404.039.508,64** para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 41.014.929.091,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 31.486.656.241,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **R$ 7.612.590.285,00** | **Realizado não-orçamentário:** | **R$ 3.917.383.267,64** |
| **Total previsto:** | **R$ 48.627.519.376,00** | **Total realizado:** | **R$ 35.404.039.508,64** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MME não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 78.554.169,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 56.900.428,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Atingiu-se, em 2006, a auto-suficiência em Petróleo e foi lançada uma nova política de exploração e produção do gás natural. Também em 2006 se encerra a transição para o novo Modelo do Setor Elétrico, com a contratação de energia pelas empresas distribuidoras até o ano de 2010. Na área de geologia e mineração, se estabelecem o planejamento e a formulação de políticas setoriais;

- Leilão de Energia e de Novas Linhas de Transmissão: na geração foram realizados três leilões de energia em 2006, sendo comercializados 2.990 MW médios. Na transmissão, dois leilões foram realizados perfazendo 3.291 km de linhas e investimentos da ordem de R$ 1,7 bilhão (destaque para linha de transmissão Acre - Rondônia 230kV, 949 km, que deverá proporcionar uma economia de cerca de R$ 1,5 bilhão por ano na Conta Consumo de Combustíveis (CCC);

- Expansão do Setor Energético: a potência instalada em todas as usinas geradoras de energia elétrica no Brasil totalizou, no final de 2006, 105.414 MW, incluindo a importação. Nos últimos quatro anos, ocorreu um incremento de potência ao sistema elétrico brasileiro de 16,8%, correspondente a 15.191 MW. Esse acréscimo da capacidade de produção, no período 2003/2006, foi composto por fontes hidrelétricas, que responderam por 7.901 MW, por fontes termelétricas e outras fontes, que responderam por 7.290 MW. Merecem destaques a ampliação da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, com a entrada em operação de 3.375 MW de sua segunda etapa, a Usina Termoelétrica (UTE) Norte Fluminense, com 857 MW, utilizando gás natural como combustível, a UHE Aimorés, com 330 MW, a UHE Barra Grande, com 698 MW, a UHE Peixe Angical, com 483 MW, a UHE Itapebi, com 450 MW, a UHE Ponte de Pedra, com 176 MW, a UTE Fortaleza, com 346 MW, e seis unidades geradoras da UTE Termorio, com 776 MW;

• Expansão da Transmissão: a extensão total do sistema de transporte de energia elétrica no Brasil alcançou, no final do ano de 2006, a marca de 86.468 km. Entre 2003 e 2006, foram implementados cerca de 14.000 km de linhas de transmissão, com incremento de 19,3% em relação a 2002. Este importante crescimento no sistema de transmissão proporcionou uma maior integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, aproveitando a diversidade hidrológica do País e garantindo as condições necessárias para o suprimento de energia com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade. Entre as obras de transmissão, realizadas neste período, destacam-se as ampliações e implantações das interligações regionais. Estas obras proporcionaram incrementos nas capacidades de importação e exportação das regiões, tais como: a capacidade de exportação do Norte para o Sudeste foi duplicada; a capacidade de importação do Nordeste foi ampliada em 2,5 vezes; a capacidade de importação do Sudeste/Centro-Oeste foi ampliada em 45% e a capacidade de importação do Sul foi duplicada;

• O sucesso exploratório por petróleo e gás natural dos últimos quatro anos não se prendeu apenas ao expressivo volume de petróleo descoberto, tendo se destacado, também, pela identificação de novas reservas de óleo de excelente qualidade e de gás natural e condensado. Essa mudança no perfil das descobertas, anteriormente pautado por petróleo pesado, de menor valor econômico, deverá propiciar maior rentabilidade aos investidores, tornando as bacias sedimentares brasileiras mais atrativas ao investimento de risco. Em 2006, a produção de petróleo alcançou seu ponto máximo em 23 de outubro, quando foi batido o recorde de produção diária da Petrobras, com 1,91 milhão de barris. Em maio deste ano, pela primeira vez na história, a produção média de petróleo superou a demanda interna por derivados. As políticas governamentais permitiram e incentivaram a ampliação do parque de refino existente no Brasil, bem como o aumento da qualidade dos produtos. A partir disso, a utilização do petróleo nacional aumentou. Concomitantemente, o Governo tem viabilizado a ampliação da malha de gasodutos em todo o Território Nacional, totalizando 2.038 km que estão em fase de construção ou testes;

• Destaca-se a implementação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), no qual a contratação de energia de Produtores Independentes (PIEs) de fontes alternativas, eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e biomassa tem permitido o aumento da oferta de energia elétrica. Após a realização de duas chamadas públicas, foram contratados pela Eletrobrás, os 3.300 MW estipulados em lei, sendo 1.423 MW de usinas eólicas, 1.191 MW de PCHs e 685 MW de biomassa, perfazendo um total de 144 empreendimentos. Dos 144 empreendimentos, 30 entraram em operação em 2006, representando 795,28 MW;

• O Programa Luz para Todos alcançou a marca de 5 milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2006, levou energia elétrica, gratuitamente, para 2,5 milhões de pessoas em todo o País. Dentre eles, foram beneficiados cerca de 435 mil assentados, 40 mil remanescentes de quilombos e 15.400 índios;

• No ano de 2006, a mudança de concepção de política pública implementada no setor mineral resultou na intensificação da construção de programas e ações voltadas ao aumento da produção de minérios, à agregação de valor ao produto mineral e à elevação

do conhecimento das riquezas do nosso subsolo. As ações prioritárias foram distribuídas em três programas:

a) Gestão da Política Mineral, cujas ações deram suporte à coordenação, ao planejamento, à formulação de políticas setoriais e à avaliação e controle dos programas finalísticos nas áreas de geologia e mineração;
b) Geologia do Brasil, que concentra as ações de geração e difusão do conhecimento geológico e hidrogeológico do Território Nacional, com uma nova sistemática agregando novas tecnologias de processamento de dados aos clássicos modelos de trabalhos de campo, cartografou cerca de 800 mil km$^2$, equivalendo a aproximadamente 9% do Território Nacional, produzindo cartas geológicas destinadas à descoberta de novas jazidas e ao ordenamento territorial. Com relação aos levantamentos aerogeofísicos foram executados cerca de 813 mil km$^2$, prioritariamente na escala de semi-detalhe, compatível com as atividades de pesquisa e exploração mineral com vista a descoberta de novas jazidas minerais;
c) Mineração e Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo central é a gestão dos recursos minerais, por meio, principalmente, de ações de outorga e fiscalização das concessões. As ações de modernização da estrutura de Estado, aliadas ao aquecimento mundial do comércio mineral, proporcionaram resultados significativos nos últimos anos. O prazo de emissão dos alvarás de pesquisa, que era de quatro anos em 1999, caiu para apenas três meses. Além disso, a melhoria no controle resultou na elevação da arrecadação setorial, que passou de R$ 210 milhões, em 2002, para R$ 480 milhões no final de 2006.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

A estrutura organizacional do MME, embora baseada no modelo funcional hierárquico, desempenhou um excelente papel na condução dos programas de responsabilidade desta pasta. O desenvolvimento do Plano de Gestão, a criação de salas-de-situação e o monitoramento intensivo dos programas e ações por parte do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva, aliados a uma redistribuição mensal de limites orçamentários, estabeleceram um novo marco na gestão do PPA no âmbito do MME. Existe a convicção de que a experiência obtida com o Plano de Gestão em 2006 será de grande valia para a construção da uma nova programação do PPA 2008-2011, mais aderente à realidade do Ministério e às novas demandas associadas ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

# ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

## OBJETIVO

Garantir as condições para satisfação da demanda atual e futura de petróleo e seus derivados, gás natural e outros combustíveis em todo Território Nacional.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 85.486.415,00 | Empenho Liquidado: | R$ 76.413.489,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 76.413.489,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE REPOSIÇÃO DAS RESERVAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 9,51
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA** -

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A flexibilização do monopólio, estabelecida a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 9 e da Lei nº 9.478/97, exigiu do Estado ações de natureza regulatória que permitissem garantir o abastecimento de petróleo e seus derivados dentro das condições previstas na Política Energética Nacional. Nesse contexto, foi fundamentada a construção desse Programa.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• Realização da 8ª Rodada de Licitações: foram oferecidos 284 blocos com risco exploratório, porém, a rodada foi suspensa por força de liminar judicial. No momento da suspensão, apenas dois setores já haviam sido licitados. Ainda assim, a 8ª Rodada registrou valor superior a 587 milhões de reais como bônus de assinatura. A rodada permanece

suspensa até momento. Uma das hipóteses de desfecho é a manutenção do resultado parcial dos blocos licitados até a ocasião da suspensão;

- Realização da 2ª Rodada de Licitação de Áreas Inativas: do total de 14 áreas ofertadas, 11 foram arrematadas, tendo sido recolhido um total de R$ 10.677.058 em bônus de assinatura;

- Intensificação da fiscalização: foram recuperados cerca de R$ 459 milhões a título de recolhimentos adicionais de *royalties* e participação especial. A relevância das participações governamentais é crescente: em 2006, os *royalties* pela produção de petróleo e gás natural distribuídos foram de R$ 7,7 bilhões e a participação especial atingiu o valor arrecadado de R$ 8,8 bilhões;

- Concessão de 14 autorizações para produção de biodiesel, incluindo as ampliações de capacidade de plantas industriais: a capacidade total autorizada chega a 2.129.433 litros por dia, utilizando vários tipos de oleaginosas e rotas metílicas e etílicas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A maioria das ações apresentou resultados conforme previsto para o ano de 2006. A execução orçamentária do programa ficou em torno de 90%, contudo os recursos foram contingenciados no início do exercício e liberados apenas no final.

A Lei nº 9.478/97 define uma série de vinculações de receitas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Entretanto, esses recursos foram contingenciados, sendo alocados na Reserva de Contingência para ajudar no cumprimento da meta de *superavit* primário.

Em relação à Ação 2380 - Outorga de Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, os resultados obtidos no exercício de 2006 foram muito inferiores aos previstos devido à suspensão da 8ª Rodada de Licitações por decisão judicial. De acordo com as metas estipuladas, esperava-se que nesse ano fossem outorgadas 210 novas concessões. Caso a rodada em questão não tivesse sido interrompida, certamente esses valores seriam atingidos, na medida em que seriam licitados 274 blocos. Em relação à Ação 2050 - Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural, o fato da Diretoria da ANP permanecer incompleta, por longo período em 2006, impossibilitou a aprovação de projetos que foram iniciados apenas a partir de agosto de 2006.

A gerência executiva do Programa acompanha, mensalmente, a dinâmica de preenchimento das metas físicas das ações por parte dos coordenadores de ação. Houve, no entanto, dificuldades na adequação do ritmo de lançamento de dados, com os prazos definidos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), principalmente em virtude da dependência do recebimento de informações oriunda de convênios, que necessitam de maior tempo para sua consolidação.

Embora o ano de 2006 tenha marcado o início das atividades dos servidores oriundos do primeiro concurso público da ANP, houve, no decorrer do ano, um número expressivo de solicitações de exoneração. Dos cerca de 280 servidores que entraram em exercício, aproximadamente 60 servidores solicitaram exoneração.

As participações sociais, em particular consulta e audiência pública, são processos mediante os quais os agentes integrantes do setor têm a oportunidade de se posicionarem acerca das resoluções que regulamentam suas atividades, propiciando aos agentes econômicos e aos consumidores a possibilidade de encaminhamento de sugestões, identificando os aspectos relevantes à matéria objeto, dando publicidade, transparência e legitimidade às ações e programas da ANP.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO

## OBJETIVO

Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.705.481.476,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 5.945.327.383,00 |
| | Total: | R$ 5.945.327.383,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 14.380.800,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR

**Unidade de medida:** milhões de $m^3$/dia
**Índice apurado em 2006:** 17,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 23,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A produção de gás natural no exterior está baseada, principalmente, na Bolívia e na Argentina. A Bolívia modificou sua legislação de hidrocarbonetos, com aumento significativo da carga tributária. Os investimentos realizados em 2005 e 2006 foram menores que os planejados, face à instabilidade mencionada, comprometendo a meta proposta de 23,5 milhões de $m^3$ dia.

### 2. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA NO EXTERIOR

**Unidade de medida:** mil barris por dia
**Índice apurado em 2006:** 240,8
**Índice previsto ao final do PPA:** 180,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O aumento da capacidade instalada de refino deu-se em função, principalmente, da aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, ocorrida em 2006, com capacidade de processamento de 100 mil barris por dia.

## 3. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL NO EXTERIOR

**Unidade de medida:** mil barris por dia
**Índice apurado em 2006:** 142,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 238

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

As quedas na produção de petróleo e de líquido de gás natural (LGN) são devidas, sobretudo, aos seguintes fatores:

a) os contratos de prestação de serviços existentes na Venezuela migraram para empresas mistas (Petrobras como acionista minoritário) a partir de 1.4.2006, havendo redução de participação;
b) declínio natural de produção, principalmente na Argentina (campos maduros);
c) postergação da entrada em produção de projetos no Equador, devido a atrasos na emissão de licenças ambientais;
d) postergação para 2008 da entrada em produção dos campos na Nigéria, em função de atraso na aprovação do plano de desenvolvimento por parte do governo nigeriano.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa a ampliação da participação do Sistema Petrobras no exterior, aproveitando as oportunidades de negócios, reduzindo a dependência externa e promovendo a integração tecnológica e energética, prioritariamente, na América Latina.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

• Posicionamento estratégico nos EUA, com a aquisição, por meio de licitação, de 44 blocos exploratórios na região americana do Golfo do México;

• Aquisição de 50% de participação da Refinaria de Pasadena, em Houston, nos EUA, com capacidade de processamento de 100 mil barris por dia. Esta aquisição possibilitará, após adaptações técnicas, o refino do óleo pesado brasileiro, agregando valor e fornecendo-o ao maior mercado consumidor do mundo;

• Ampliação da carteira de projetos em Angola, onde foi adquirida a participação em quatro blocos exploratórios. Com esta aquisição, a Petrobras passa a ter posições em seis blocos (um de produção e cinco blocos exploratórios). Angola é atualmente um dos países com maior concorrência do mundo na indústria petrolífera;

• A aquisição e/ou construção de recursos críticos visa a diminuição da dependência da Petrobras, principalmente quanto a disponibilidades de sondas, bem como a diminuição dos custos de diárias (aluguéis);

• Aquisição de negócios de Distribuição na Colômbia, Paraguai e Uruguai. Tais mercados apresentam ótimo potencial de crescimento e possibilidade de sinergia com os atuais ativos da Petrobras no continente.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento utilizados pela gerência do Programa são: reuniões de trabalho, sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

As restrições no ano de 2006 foram relativas a questões regulatórias na Venezuela e na Bolívia (mudanças de contrato), questões ambientais no Equador, e dificuldades na contratação de sondas para atividade *offshore* (recursos críticos).

O orçamento foi insuficiente, tendo em vista os investimentos ocorridos nos EUA e o bônus pago na licitação ocorrida em Angola.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O gerenciamento do Programa utiliza as melhores práticas de gestão da indústria do Petróleo. O acompanhamento de metas físicas e financeiras é realizado através de relatórios mensais e reuniões trimestrais. O planejamento estratégico anual revisa, além das metas físicas e financeiras, os objetivos do Programa e as estratégias para atingi-lo.

A Área de Negócios Internacionais da Petrobras mantém práticas abrangentes de planejamento e controle visando ao acompanhamento, com a periodicidade adequada, do desempenho de suas unidades no exterior.

Mensalmente é acompanhado o desempenho individualizado das ações, onde são realizados comentários sobre os principais acontecimentos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# BRASIL COM TODO GÁS

## OBJETIVO

Promover o uso do gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a flexibilidade de seu transporte por meio de interligação entre suas reservas e os mercados consumidores.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de gás natural.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.543.104.447,00 | Empenho Liquidado: | |
| | Pago Estatais: | R$ 455.536.190,00 |
| | Total: | R$ 455.536.190,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 649.000.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE GÁS NATURAL

**Unidade de medida:** bilhão de $m^3$. km
**Índice apurado em 2006:** 27,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 34,48

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O alcance do índice previsto ao final do PPA depende do início da operação dos gasodutos em pauta no Programa Brasil com todo Gás. Alguns obstáculos interferem na execução das ações dentro do cronograma previsto, que independem da Petrobras como obtenção de licenças ambientais para elaboração das obras, resultados de licitações realizadas com valores acima do previsto e questões meteorológicas que atrasaram alguns projetos. Dessa forma, a viabilidade de alcance do índice pode ser considerada média.

### 2. EXTENSÃO DA MALHA DE GASODUTOS DA PETROBRAS

**Unidade de medida:** km
**Índice apurado em 2006:** 5.568
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

A extensão dos gasodutos em operação em 2006 correspondeu a 5568 km. Este indicador foi incluído recentemente, não tendo sido estabelecido o índice para 2007.

### 3. VOLUME DE VENDAS DE GÁS NATURAL NO BRASIL

**Unidade de medida:** milhões de $m^3$/dia
**Índice apurado em 2006:** 38,37
**Índice previsto ao final do PPA:** 55,31

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Diversas iniciativas são conduzidas, tanto para ampliar a oferta de gás natural (ex. Plano de Antecipação da Oferta de Gás Natural - Plangás) quanto para buscar alternativas que mitiguem o risco de fornecimento às termelétricas (ex.: Projeto Gás Natural Liquefeito – GNL).

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Com base nas previsões de disponibilidade dos pólos produtores, faz-se necessária a ampliação da infra-estrutura de transporte e distribuição de gás natural, de forma a permitir sua distribuição para o interior do País. A expansão da produção nacional, a utilização de novos mercados fornecedores e a maximização do aproveitamento do gás associado permitem reduzir a dependência externa, de forma a consolidar o combustível como uma alternativa energética segura e confiável.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

• O Sistema Petrobras apresentou, em 2006, um aumento nas vendas de Gás Natural de 8% em relação a 2005, atingindo 38,37 milhões de $m^3$ por dia, decorrente do crescimento do mercado brasileiro durante o ano, da expansão da infra-estrutura logística e da demanda pela utilização de combustíveis menos agressivos ao meio ambiente. Os investimentos realizados em 2006 atingiram a grandeza de R$ 2,1 bilhões de reais, distribuídos entre as ações que compõem o Programa. Como exemplo, foi aprovada a contratação dos serviços de construção e montagem do sistema de transporte de gás Urucu-Coari-Manaus. Foi também criado o Plangás, composto por uma carteira ampla de projetos de exploração, produção, processamento e transporte de gás natural na região Sudeste, o qual tem por objetivo aumentar a produção e oferta de gás nesta região, atualmente da ordem de 15 milhões para 40 milhões de $m^3$ por dia até o final de 2008 e posteriormente para 55 milhões de $m^3$ por dia no final de 2010.

• Também em 2006, foi iniciado o projeto GNL, cujo escopo inicial contempla a implantação de um terminal de regaseificação na Baia da Guanabara e outro no Porto de Pecém, no Ceará, visando principalmente a garantir o suprimento de gás para as termelétricas da região.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os mecanismos de monitoramento utilizados pela gerência do programa são: acompanhamento da curva "S" das obras; avaliação mensal dos projetos; visitas *in loco*; sistemas informatizados corporativos e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Ao longo de 2006, foram realizados investimentos na ordem de R$ 2,1 bilhões de reais, representando 52% do previsto para o período. Os recursos orçamentários não foram utilizados integralmente pela maioria das ações em função de atrasos decorrentes de obtenção de licença ambiental, preços dos prestadores de serviços nas licitações e redefinições de traçados, levando diversos projetos a retardar a fase de construção e montagem. Assim, parte significativa dos recursos programados para o período de 2006 serão necessários em 2007.

Na malha nordeste (ação 12AX) ocorreram atrasos nos cronogramas principalmente em função de dificuldades na liberação de terras, licenciamento ambiental e preços, que provocaram cancelamentos de licitações. Poucos projetos contam com contratos de prestação de serviços de construção e montagem e/ou compras de materiais.

Ocorreram também atrasos nos cronogramas relacionados à Malha do Sudeste (12AY), principalmente em função de dificuldades no licenciamento ambiental e atrasos nas licitações.

Os recursos orçados para a construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus previam a execução da reconversão do duto de 18 polegadas entre Urucu-Coari, além de aquisição de terrenos e outros estudos técnicos. A maioria dessas ações foi postergada para 2007 em função do não início dos serviços de construção e montagem do duto principal. Os pontos de entrega do Lagoa-Parda serão realizados em 2007, exceto o ponto de entrega Arcel, que já foi concluído.

Em julho de 2006, foram assinados contratos para retomada das obras do gasoduto Cacimbas -Vitória.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Algumas ações deste Programa caracterizam-se pela integração entre Gasoduto e Térmica (consumidor final e gerador de energia), ensejando ações conjuntas entre a Eletrobrás e Petrobras.

Os principais mecanismos de participação social no Programa são:

a) Ouvidoria: a Petrobras possui um canal direto com os consumidores via Ouvidoria corporativa.
b) audiência pública. Nas diversas ações foram realizadas audiências públicas que renderam a concretização de parcerias com a sociedade cível organizada, bem como com os poderes públicos, estaduais e municipais.

Lembramos que no processo de licenciamento ambiental o primeiro evento é a licença prévia, onde a sociedade é ouvida através de suas entidades organizadas. Muitas dificuldades são enfrentadas nas audiências públicas devido ao desnivelamento de conhecimento e entendimento do objetivo da ação. É um processo educativo de longo prazo, porém fundamental para garantir a participação e o crescimento social. Em

contrapartida, essas ações têm facilitado as relações com as comunidades na medida em que os benefícios oriundos das ações passam a ser de conhecimento da maioria.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA

## OBJETIVO

Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético.

## PÚBLICO-ALVO

Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionados com a área energética.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 28.731.725,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.680.000,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 19.504.757,00 |
| | Total: | R$ 21.184.757,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 17
**Índice previsto ao final do PPA:** 25

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Existem grandes dificuldades de apuração deste índice, porém acredita-se que este poderá ser alcançado com a realização de atividades em conjunto entre as instituições que coordenam as ações, o Ministério de Minas e Energia (MME) e outros Ministérios.

No exercício de 2006, finalizou-se um projeto; os restantes encontram-se em andamento.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Existe defasagem científica e tecnológica, além de ociosidade industrial, em áreas estratégicas do Setor de Energia, com conseqüências negativas para os níveis de produção, emprego e renda no País. As principais causas identificadas para a ocorrência destes problemas são: ausência do planejamento determinativo para a expansão do setor energético; arcabouço legal e institucional (Instituto Nacional de Propriedade Industrial

- INPI, Patente) complexo; inconstância da disponibilidade de recursos financeiros para apoio de pesquisa, desenvolvimento e inovação; defasagem da capacidade laboratorial; fluxo de informações tecnológicas ineficiente; interação deficiente entre instituições de pesquisa e indústria; falta de uma coordenação nacional de ações envolvendo pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Este Programa facilitará a transferência de tecnologias dos laboratórios para a indústria, incentivando o investimento produtivo e a elevação da produtividade no setor de energia, fortalecendo as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento brasileiro.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Dos vinte e seis projetos em pauta desde 2002, dois estão concluídos, quatro se encontram em fase de conclusão, dezesseis estão em andamento normal, dois estão em fase inicial e dois foram encerrados;

- No período de 2006, o projeto de Convênio 005/2002-MME/UNI-SOL (Universidade Solidária), iniciado em 2002, foi encerrado com êxito, trazendo progressos no desenvolvimento tecnológico no setor de energias alternativas que aproveitam as potencialidades regionais, gerando emprego, melhor distribuição de renda e inclusão social nas comunidades envolvidas;

- Foram celebrados mais dois convênios de forma conjunta entre os Programas de Energia Alternativa Renovável e Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Energia, nas áreas de Plantas Demonstrativas de Geração de Energia Elétrica e Apoio a Centros de Referência e Instituições de Pesquisa;

- As realizações do Programa vêm oferecendo bons resultados e estão de acordo com o planejamento de atividades.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As ações implementadas em outras instituições são acompanhadas por meio de contatos e reuniões da gerência executiva com os coordenadores de ações, porém existem dificuldades na obtenção das informações referentes ao monitoramento.

As ações de responsabilidade orçamentária do MME são executadas por meio da celebração de convênios. O monitoramento destas ações é realizado conforme previsto nos termos de convênio e na Instrução Normativa nº 01/1997, ou seja, trimestralmente, por meio de relatórios de acompanhamento físico-financeiros e visitas de fiscalização técnico-administrativas.

Os Projetos em andamento estão fornecendo bons resultados, no entanto, em algumas ações a realização das metas físicas foi abaixo do previsto, tendo em vista as dificuldades encontradas nas instituições que coordenam as ações e insuficiência de

recursos, por conta do contingenciamento orçamentário e financeiro, durante o ano de 2006. As dificuldades com os recursos ocasionaram na reprogramação e postergação das atividades previstas para o ano.

Houve descontinuidade dos recursos programados para a celebração de novos convênios, em conseqüência foram firmados somente dois, dos seis programados, da Carteira de Convênios analisada junto ao Programa 1044 – Energia Alternativa Renovável. Os recursos necessários só foram disponibilizados em 18 de dezembro de 2006, quando não se podia mais efetuar notas de empenhos.

A equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas no Programa apresenta-se insuficiente, necessitando de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa. Além disso, a equipe não dispõe de espaço físico adequado e recursos suficientes para realização das viagens de fiscalização.

Espera-se que não haja contingenciamento de recursos da Lei de Orçamento Anual, caso seja necessário uma posterior liberação de créditos adicionais, que seja realizada em tempo hábil para o empenho dos créditos.

No exercício de 2006, verificou-se, nas reuniões junto aos coordenadores de ação, que existem dificuldades na celebração de contratos e na execução de licitações.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O cumprimento das atividades executadas juntamente com parceiros não-governamentais está obedecendo às metas acordadas.

O MME dispõe de um serviço de Ouvidoria centralizado que repassa ao Departamento de Desenvolvimento Energético (DDE) os assuntos relacionados às novas tecnologias e às energias alternativas renováveis.

São realizadas, na medida do possível, reuniões solicitadas pelos grupos de interesse. A participação social, por meio desses canais, é produtiva, pois geram novas análises das atividades em desenvolvimento, que resulta em aprimoramento dos processos e resultados do Programa. O programa não possui instrumento oficial de avaliação da satisfação dos beneficiários, porém os índices de satisfação podem ser identificados por meio da adesão da população aos projetos implementados, assim como as suas replicações.

As práticas executadas na gestão do Programa são: reuniões periódicas da gerência executiva com os coordenadores de ação, com o intuito de garantir que as metas físicas e as diretrizes do governo sejam atendidas; acompanhamento dos convênios celebrados da forma como definido na Instrução Normativa nº1 de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e visitas trimestrais aos Projetos. Como atividade inovadora, ressalta-se a organização, para a divulgação interna e externa, dos resultados das atividades realizadas no âmbito deste Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E OUTROS COMBUSTÍVEIS

## OBJETIVO

Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados, gás natural, álcool e outros combustíveis.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 705.231.265,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 594.739.620,00 |
| | Total: | R$ 594.739.620,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 110.000.485,00 | R$ 74.615.820,00 | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO - TFCA

**Unidade de medida:** Taxa
**Índice apurado em 2006:** 0,51
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A possibilidade de alcance do índice TFCA é alta. Ressalta-se que todas as ações da BR são norteadas por uma adequada política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS).

### 2. QUALIDADE DOS PRODUTOS DA BR DISTRIBUIDORA - PROGRAMA DE OLHO NO COMBUSTÍVEL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 91,95
**Índice previsto ao final do PPA:** 87,1

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O Programa De Olho no Combustível obteve a marca de 4.778 postos certificados, alcançando o índice de 91,95% dos postos ativos com bandeira BR.

### 3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE GLP

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 21,71
**Índice previsto ao final do PPA:** 21,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O índice atingido em 2006 foi impactado por perdas significativas de volume para o gás natural para parte das congêneres (Ultragaz, SHV e Butano) no mercado granel, dificultando a conquista de grandes clientes. Além disso, ainda no mercado granel, foram constatadas diminuições de consumo nos segmentos cerâmico (queda das exportações e concorrência do piso chinês no mercado interno), de agronegócios (queda na exportação da soja) e aviário (gripe aviária), compensadas parcialmente pelos aumentos de consumo nos segmentos metalúrgico (crescimento na demanda por parte das montadoras) e de papel e celulose (aumento das exportações). Sendo assim, a viabilidade de alcance do índice ao final do PPA deve ser classificada como média.

### 4. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA BR DISTRIBUIDORA NO MERCADO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL COMBUSTÍVEL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006**: 33,65
**Índice previsto ao final do PPA:** 35,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Em 2006, houve uma descontinuidade no crescimento da Taxa de Participação no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível, devido ao crescimento de outras empresas do setor. As políticas comerciais da BR foram ajustadas de forma a fazer frente às mudanças do ambiente competitivo, visando a dar mais transparência ao mercado, priorizando a inovação e a qualidade dos produtos e serviços e o atendimento a padrões internacionais de SMS.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Diante das taxas de crescimento projetadas para o mercado consumidor de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis, das necessidades percebidas no tocante à energia produzida a partir destes produtos e do crescimento das exigências nos aspectos de SMS, é imperativo ampliar, modernizar e manter a infra-estrutura de distribuição de modo a minimizar o risco ambiental e atender a demanda, preservando ou ampliando a posição de liderança no mercado.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Ampliação e manutenção da infra-estrutura varejista: concretizados diversos projetos, merecendo destaque a implantação de 18 postos próprios nas Regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul; manutenção da rede de 13 Postos Escola; ampliação da rede de postos de Gás Natural Veicular (GNV), inaugurando 53 novos postos em 16 Estados no Brasil, totalizando 348 postos comercializando GNV; comercialização de Biodiesel em 3.740

postos e modernização e adequação de 282 postos através da substituição de equipamentos de distribuição (bombas e tanques) e da imagem, passando para 3.130 o total de postos modernizados, de modo a atender às exigências de segurança e qualidade;

- Ampliação e manutenção da infra-estrutura de atendimento a grandes consumidores: realização de obras e instalação de equipamentos em grandes clientes consumidores, como forma de aumentar o volume dos produtos comercializados;

- Expansão da malha de gás canalizado no Espírito Santo em 43.150, totalizando 88.815 metros de malha. Este investimento permite oferecer uma fonte energética alternativa menos poluente e mais econômica para seus 308 clientes no Estado: 27 indústrias, 23 automotivos, 74 comerciais e 184 residenciais (equivalente a 5.149 unidades consumidoras), localizados nos Municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Aracruz, Viana, Colatina e Linhares;

- Comercialização de Biodiesel em 2.380 grandes clientes consumidores;

- A partir do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) foi criada a sociedade Brasil Pequenas Centrais Elétricas (Brasil PCH), em que a BR detém 50% do capital acionário. Essa sociedade é constituída por treze pequenas centrais hidrelétricas localizadas nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás com a capacidade total de 291 MW. Em 2006, tal empreendimento encontrava-se em fase de construção. Além disso, a BR tem participação, por meio da Termoelétrica Potiguar S.A. (TEP), em outras duas PCHs localizadas em Tocantins com capacidade total de 25,4 MW. Neste projeto, foram investidos R$ 75 milhões em 2006;

- A BR concluiu em 2006 o processo de instalação das três usinas termoelétricas em que possui participação acionária - Tambaqui, Jaraqui e Manauara - com capacidade contratada de 180 MW. A produção da energia elétrica gerada por essas usinas será integralmente comprada e distribuída pela Manaus Energia S.A. (MESA), concessionária de energia responsável pelo atendimento a Manaus e cidades próximas. Cabe ressaltar que, com a entrada de operação do gasoduto Urucu, essas usinas deverão ser convertidas a gás natural.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento utilizados pela gerência do programa são:

a) Reuniões de trabalho realizadas mensalmente, com o intuito de acompanhar a performance de resultados da Empresa;
b) Sistema de Gestão Integrada (SAP/R3), Sistema de Informações Gerenciais (Bussiness Warehouse - BW) e Sistema Balanced Scored Card (BSC);
c) Cadastro e acompanhamento das ações realizadas durante o exercício no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento( SIGPlan);
d) Relatórios de Gestão, informando sobre todas as ações implementadas no exercício, bem como a sua prestação de contas;

e) Relatório de Desempenho que detalha a realização de investimentos nos diversos projetos conduzidos pela BR, nos aspectos físicos e financeiros.

Cabe ressaltar que as Ações do Programa são retratadas no Plano Estratégico, que reflete todas as decisões de investimentos da Empresa e exige um controle rigoroso das metas definidas, não se verificando qualquer dificuldade na execução desse monitoramento.

Os recursos autorizados pela LOA 2006 e seus créditos foram adequados para a realização das ações orçamentárias no período. Os recursos originados da geração de caixa da própria Companhia e de aportes de capital realizados pela Petrobras apresentaram fluxo compatível com as necessidades de investimentos.

Foi prevista, inicialmente, a implantação de 22 postos próprios a serem operados em 2006, porém esta meta não foi cumprida, em razão da dificuldade de obtenção de licenças de órgãos ambientais nas esferas municipais, estaduais e federais.

A construção de quatro novas Centrais Avançadas de Inspeção e Serviços (CAIS) não foi concretizada em decorrência da inexistência de uma portaria regulatória relativa aos pontos de abastecimento de consumidores. Dessa forma, a BR optou por suspender temporariamente este projeto até que a atividade referente aos serviços prestados por estas unidades seja regulada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP). A verba de R$ 1,2 milhão foi destinada apenas às melhorias nas CAIS que já estão em operação.

Os atrasos nos cronogramas dos aeroportos de Maceió e Congonhas e nas negociações do aeroporto de Vitória, bem como a alteração do escopo inicial dos projetos de geração de energia elétrica a partir de óleo diesel, levaram à não realização dos investimentos programados para 2006, relativos à Ação 2799 - Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento a Grandes Clientes.

Apesar dessas restrições, os resultados alcançados com a execução do Programa podem ser considerados satisfatórios.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Ouvidoria é a referência principal na defesa dos direitos e interesses dos consumidores, dos empregados e da sociedade, com o compromisso de assegurar a solução rápida e eficaz de todas as solicitações, críticas, reclamações e sugestões.

Além da Ouvidoria, a BR disponibiliza diversos canais de comunicação para a sociedade em geral, de modo a promover o fácil acesso ao atendimento às diferentes demandas, com destaque para o Portal BR e os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC). O Portal BR tem como propósito impulsionar o comércio eletrônico, fidelizar clientes, consumidores e parceiros e melhorar a comunicação e divulgação da Empresa. Já o SAC, acionado via 0800 ou via Portal, recebe todas as mensagens que são analisadas

e tratadas no prazo mais curto possível e, caso haja necessidade, são encaminhadas para tratamento pelas áreas internas competentes.

Além da Ouvidoria e do SAC, o Programa utiliza ainda como mecanismo de avaliação da satisfação de seus beneficiários as Pesquisas de Satisfação de Clientes, que englobam Clientes Revendedores, Consumidores e Finais.

A satisfação dos clientes é demonstrada pela ampliação da liderança no mercado de distribuição de combustíveis e pelas pesquisas de satisfação de Consumidores Finais. Os resultados obtidos nessas avaliações e as expectativas e demandas dos beneficiários são considerados pela BR na definição das metas e estratégicas do seu Plano Estratégico.

São realizados pelo Programa investimentos tanto em melhorias e adequações das instalações da BR, com objetivo de gerar menor impacto ambiental, quanto em garantia de qualidade para os consumidores, inclusive na adaptação de postos de combustível para que se tornem geradores de inclusão social.

O Projeto Cidadão Capaz da rede de postos da Petrobrás está contribuindo para a integração e valorização do portador de deficiência no mercado de trabalho. E o Projeto Posto-Escola é um dos projetos de responsabilidade social da BR que objetiva contribuir para a qualificação profissional de jovens, no padrão BR de atendimento. Os alunos formados estão prontos para atender ao mercado de trabalho, preferencialmente na rede de postos Petrobras.

A BR também se mostra preocupada em atender a demanda de seus clientes e sociedade, investindo em fontes de energia renováveis, como PCHs, biodiesel, hidrogênio e gás natural, buscando diversificar a matriz energética brasileira. O projeto mais relevante de melhoria, iniciado em 2006, objetiva a adequação das unidades operacionais para suportar a comercialização de biodiesel.

Em relação aos projetos de Cogeração, salientam-se aqueles realizados com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), que consistem no plano de modernização dos aeroportos, permitindo a produção de energia térmica e energia elétrica simultaneamente a partir de gás natural.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

## OBJETIVO

Reduzir o desperdício e o uso ineficiente dos insumos energéticos.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 34.481.618,00 | Empenho Liquidado: | R$ 448.000,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 33.544.633,00 |
| | Total: | R$ 33.992.633,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 281.900.000,00 | R$ 119.532.447,64 | |

## INDICADORES

### 1. ENERGIA ELÉTRICA ECONOMIZADA

**Unidade de medida:** GWh
**Índice apurado em 2006:** 2.158
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.500

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

No caso do Programa Nacional de Conservação de Eletricidade (PROCEL), implantou-se nova metodologia de consolidação de informações, o que levou a números ligeiramente inferiores àqueles observados em 2005. Não obstante, incrementou-se o número de equipamentos com Selo de Eficiência Energética. No que tange ao Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET), houve erro no preenchimento dos índices de referência, razão pela qual o índice apurado lhes é superior. Ainda assim, houve incremento de 3,5% em relação à economia observada em 2005.

### 2. QUANTIDADE DE PETRÓLEO CONSERVADA

**Unidade de medida:** t equivalente de petróleo por ano
**Índice apurado em 2006:** 254.400
**Índice previsto ao final do PPA:** 109.905

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em conseqüência do aumento da abrangência do CONPET, sobretudo no que diz respeito ao Economizar, desde 2005 já se atingiram as metas originalmente previstas para 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Este Programa pretende desenvolver mecanismos capazes de explorar o potencial de conservação de energia através da promoção de ações com vistas à transformação do mercado atual de energia. Busca agregar valor, desenvolver novas tecnologias, estimular a oferta e demanda de produtos e de serviços mais eficientes no mercado nacional, criando as condições necessárias para atuação de empresas voltadas para este negócio. Fundamentalmente visa a aumentar a disponibilidade de energia para o País.

Há, no Brasil, um significativo desperdício e uso ineficiente de energia, devido basicamente às seguintes causas: falta de acesso à informação para a população e consumidores sobre a importância da energia e seu uso apropriado; carência de educação formal que valorize a energia como um bem fundamental da sociedade; insuficiente capacitação de especialistas em todos os níveis da cadeia energética; ambiente de negócios inadequado para favorecer a sustentabilidade deste mercado; arcabouço legal e institucional ainda inadequado para alavancar o tema; ausência de tecnologias inovadoras para a produção de equipamentos mais eficientes de baixo custo; sinergia insuficiente no uso otimizado de fontes energéticas e política tarifária que não estimula a eficiência energética.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Economia de energia elétrica: 2.150 GWh, alcançada por meio do PROCEL, cujas ações abrangem Selo PROCEL e etiquetagem de Eficiência Energética (89% das ações do PROCEL), de ações de educação (7,7%), de iluminação pública (2,9%), dentre outros, como gestão energética municipal e indústrias;

- Economia de derivados de petróleo: 280 milhões de litros de óleo diesel, alcançada por meio das ações de conservação de derivados do petróleo e do gás natural junto aos setores de transportes, campanhas educativas e etiquetagem, por meio do CONPET;

- O número de veículos monitorados por meio do Programa Economizar, que se volta às empresas de transportes de cargas e passageiros, aumentou para 111 mil veículos;

- Atendimento a 197 novos Municípios por meio de programas de iluminação pública eficiente no âmbito do Programa RELUZ;

- Publicação da Portaria de Regulamentação de Lâmpadas Fluorescentes Compactas (Portaria Interministerial nº 132 de 12.6.2006);

- Elaboração da proposta de regulamentação de edificações, refrigeradores, condicionadores de ar, fogões e fornos a gás.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento das ações do PROCEL e CONPET é realizado com a publicação anual dos resultados obtidos, destacando-se o total de energia e combustíveis economizados, e o total de redução de emissões de poluentes. Ademais, são fornecidas ao Ministério de Minas e Energia (MME), sem periodicidade pré-estabelecida, informações concernentes às ações desempenhadas e aos resultados intermediários obtidos.

A realização das metas físicas ocorreu dentro do previsto, embora algumas ações apresentem deficiências na execução. Esta deficiência decorre, principalmente, em função das dificuldades encontradas no monitoramento e no preenchimento das informações relativas às ações desempenhadas pelas respectivas instituições.

Parte das ações deste Programa é desempenhada com recursos orçamentários de outras instituições (Eletrobrás e Petrobras). Os recursos orçamentários disponibilizados ao MME, no âmbito deste Programa, foram limitados e sofreram forte contingenciamento. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

O impacto das ações com recursos não-orçamentários para o alcance do objetivo do Programa é relevante, na medida em que a maioria dessas contam com recursos de origem no Plano de Dispêndio das Concessionárias.

Para a gestão de todo o Programa, inclusive o desempenho das atividades no âmbito do MME, este Ministério conta somente com dois profissionais. Ademais, a equipe não conta com qualquer apoio administrativo.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os mecanismos adotados pela gerência do Programa para a promoção da participação social são:

a) Audiência Pública: etapa obrigatória no caso da implementação da Lei de Eficiência Energética;
b) Consulta Pública: etapa empregada no caso da implementação da Lei de Eficiência Energética, embora não seja obrigatória;
c) reunião com grupos de interesse: há forte interação com entidades representativas de fabricantes e empresas setoriais, além de entidades de defesa do consumidor.

Todas as participações da sociedade foram analisadas cuidadosamente de forma que, quando pertinentes, fossem incorporadas ao processo e discutidas amiúde.

No que tange à Lei de Eficiência Energética, a avaliação da satisfação do beneficiário é feita por meio de consultas e audiências públicas, que ocorrem por meios eletrônico e presencial, respectivamente. Outras formas de avaliação empregadas por meio do PROCEL

e do CONPET é a consulta direta aos fabricantes, associações de empresários, conselhos de consumidores, conselhos de administradores públicos, etc.

As regulamentações no âmbito da Lei de Eficiência Energética são elaboradas de maneira democrática e contando com participações da sociedade, sem que isso lhe furte o caráter de obrigatoriedade. Ademais, ao processo, incorporaram-se consultas públicas por meio eletrônico, que anteciparam as discussões que, de outra forma, seriam limitadas à audiência pública.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL

## OBJETIVO

Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais.

## PÚBLICO-ALVO

Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 40.868.575,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.324.495,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 3.831.916,00 |
| | Total: | R$ 5.156.411,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 2.000.000.000,00 | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ENERGIAS ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS NA MATRIZ ENERGÉTICA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 44,5
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O índice apurado em 2006, de 44,5% reflete a participação das energias renováveis na matriz energética, não sendo adequado para o Programa supracitado. O resultado do Programa de Energia Alternativa Renovável deve ser contabilizado na matriz elétrica, na qual apresenta um impacto significativo. A partir de 2006, foi criado o indicador Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na matriz elétrica, cuja fórmula de cálculo é porcentagem de FARs na matriz elétrica = potência instalada de FARs (MW)/ potência total instalada (MW).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Baixa diversidade da matriz energética nacional, evidenciada pelo uso de poucas formas de energia alternativa e pelo atraso tecnológico, impõe ao País a necessidade de ampliar a oferta de energia, com recursos energéticos locais, promovendo a economia de divisas e independência de conjunturas internacionais, além de contribuir para o equilíbrio

de oferta e demanda e reduzir os riscos hidrológicos. No âmbito do Programa, também estão previstos o acompanhamento, a avaliação e a divulgação das ações pouco conhecidas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

O Programa visa estimular a criação de um ambiente de negócios favorável aos certificados verdes e de emissão reduzida de gases de efeito estufa (CDM - Certificados Verdes) e promover o levantamento de potencial energético de fontes alternativas, nos sistemas interligado e isolado.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Em 2006, entraram em operação comercial pelo PROINFA 28 empreendimentos, perfazendo 755,08 MW, sendo 132,34 MW para a fonte Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH), oito projetos; 414,44 MW para a fonte Biomassa, 15 projetos e 208,3 MW para a fonte eólica, 5 projetos;

- Realização de atividades de disseminação dos conhecimentos e informações referentes às fontes alternativas renováveis de energia elétrica;

- Participação nos processos de regulamentação da legislação de incentivos referentes às fontes alternativas renováveis de energia elétrica;

- Celebração de dois novos convênios junto aos Programas de Energia Alternativa Renovável e Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Energia e Apoio a Centros de Referência e Instituições de Pesquisa, bem como o acompanhamento dos convênios em andamento.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As ações implementadas em outras instituições são acompanhadas por meio de contatos e reuniões de trabalho entre a gerência executiva e os coordenadores de ações, porém existem dificuldades na obtenção das informações relativas a algumas ações do Programa, especialmente as não-orçamentárias.

As ações de responsabilidade orçamentária do Ministério de Minas e Energia (MME) são executadas por meio da celebração de convênios. O monitoramento destas ações é realizado conforme previsto nos termos de convênio e na Instrução Normativa nº 01/1997, ou seja, trimestralmente por meio de relatórios de acompanhamento físico-financeiros e visitas de fiscalização técnico-adminstrativa.

Os Projetos em andamento estão fornecendo bons resultados. No entanto, em algumas ações a realização das metas físicas foi abaixo do previsto, tendo em vista as dificuldades encontradas nas instituições que coordenam as ações e a insuficiência de recursos, por conta do contingenciamento orçamentário e financeiro, durante o ano de 2006. As dificuldades com os recursos ocasionaram a reprogramação e postergação das atividades previstas para o ano.

Houve descontinuidade dos recursos programados para a celebração de novos convênios. Em conseqüência foram firmados somente dois, dos quatro programados, da Carteira de Convênios analisada junto ao Programa 0476 - Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia. Os recursos necessários só foram disponibilizados em 18 de dezembro de 2006, quando não se podia mais efetuar notas de empenhos.

O PROINFA é a principal atividade desta ação, representando 144 projetos de geração elétrica, totalizando 3.300 MWN. No entanto, as informações pertinentes à execução dos financiamentos dos projetos são de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que não fornece as informações para o preenchimento do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A realização dos recursos destinados a este Programa foi afetada pelo contingenciamento orçamentário, como também por dificuldades de execução encontradas nas outras instituições que coordenam as suas ações, exceto o MME. Porém, os recursos do Gerenciamento e Administração do Programa (GAP), executados pelo MME, estão adequados e foram executados estritamente em função das necessidades encontradas.

Outras dificuldades para a execução do Programa, dizem respeito ao reduzido espaço físico, insuficiência de recursos para realização das viagens de fiscalização e dificuldades de manutenção da equipe técnica.

A equipe gerencial de estruturação e acompanhamento das atividades previstas é insuficiente, necessitando de pessoal qualificado nas áreas técnica e administrativa.

No exercício de 2006, foi verificado nas reuniões junto aos coordenadores de ação, que as outras instituições coordenadoras têm dificuldades de aprovação interna na organização de licitações e celebração de contratos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa realiza parcerias com entidades não governamentais e as metas acordadas têm sido cumpridas.

Os mecanismos de participação social utilizados são a Ouvidoria e reuniões com grupos de interesse. Os questionamentos encaminhados são sempre produtivos, pois ensejam novas análises das atividades em desenvolvimento, o que resulta em aprimoramento dos processos e resultados do Programa.

O Programa não possui instrumento oficial de avaliação da satisfação dos beneficiários, porém os índices de satisfação podem ser identificados por meio da adesão da população aos projetos implementados, assim como as suas replicações.

Apesar de todas as dificuldades existentes, apontadas nos itens anteriores, este Programa está sendo implementado de forma satisfatória. As práticas executadas na gestão

são: reuniões periódicas da gerência executiva com os coordenadores de ação, no intuito de garantir o atendimento às metas físicas e às diretrizes do governo; acompanhamento dos convênios celebrados da forma como definido na Instrução Normativa nº 01, de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e visitas trimestrais aos projetos. Como atividade inovadora, ressalta-se o desenvolvimento de trabalhos de divulgação interna e possivelmente externa dos resultados das atividades realizadas no âmbito deste Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- A Ação 10WD - Implantação de Unidades de Produção de Biocombustível não se enquadra no escopo das ações do Programa, tendo em vista não se tratar de produção de energia elétrica.

# ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

## OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da Região Nordeste.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 868.795.094,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 645.987.573,00 |
| | Total: | R$ 645.987.573,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 907.300.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

**Unidade de medida:** MW
**Índice apurado em 2006:** 104.464
**Índice previsto ao final do PPA:** -
**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 2. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE

**Unidade de medida:** GWh
**Índice apurado em 2006:** 347.371
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 3. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

**Unidade de medida:** MVA
**Índice apurado em 2006:** 90.076
**Índice previsto ao final do PPA**: -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA

**4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV**

**Unidade de medida:** km
**Índice apurado em 2006:** 86.205
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Região Nordeste caracteriza-se como de capacidade de geração limitada aos aproveitamentos existentes na bacia do rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN). O consumo de energia da região concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais dos Estados, com elevada taxa de consumidores de baixa renda. O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da Matriz Energética Nacional. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Foram acrescentados, no ano de 2006, mais 197 MW de potência instalada em novas usinas na região Nordeste. Com destaque para a entrada em operação da Usina Termoelétrica (UTE) Veracruz Celulose (Bahia), com 117 MW, com energia produzida a partir de licor negro, um subproduto da celulose. Foram adicionados ainda mais 90 MW em Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) e biomassa em diversos Estados da região;

- Em Linhas de Transmissão (LTs), destaca-se a conclusão da LT São João do Piauí-Elizeu Martins, em 230 kV, com 173 km, e o seccionamento da LT Recife II-Bongi em Joairam. Em subestações (SEs), a entrada em operação das SEs Elizeu Martins, Banabuiu, Goianinha, Russas e Joairam, em 230/69 kV, para suprimentos regionais, em 500/230 kV, destaca-se a ampliação da SE Fortaleza, com 600 MVA.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento da expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). São realizadas, mensalmente, reuniões sob

a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes. São realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás e com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento realizam visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e ferramentas específicas do MME. Utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa. São elaborados e disponibilizados para informação gerencial relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

O objetivo do programa é atender as necessidades de energia elétrica da Região Nordeste. Nesse sentido, o programa alcançou os resultados esperados. Os atrasos verificados não chegaram a comprometer a qualidade do fornecimento de energia elétrica para a região.

O percentual médio de realização das metas físicas previstas foi de 85%, atendendo às expectativas. Foi verificado atraso no licenciamento ambiental de alguns empreendimentos de transmissão, prejudicando parcialmente o cumprimento da meta. E os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações - programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do programa serão comprometidos.

O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) - Projeto de Lei nº 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade aos processos de licitação.

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observada lentidão no processo de obtenção das licenças.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As parcerias com empresas privadas são pouco representativas no conjunto de ações, porém apresentam resultados positivos, especialmente na transmissão.

Os mecanismos de participação social utilizados têm proporcionado maior transparência e aperfeiçoamento dos processos que envolvem autorização/concessão de empreendimentos de geração e transmissão. Os canais utilizados são:

a) Ouvidoria - na captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;
b) audiência pública - para as ações/obras que requerem legalmente a realização de audiência pública;
c) as reuniões com grupos de interesse visam a antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios.

A avaliação da satisfação dos beneficiários do programa é realizada por meio da Pesquisa de Satisfação do Consumidor, realizada pela ANEEL e pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa envolvendo todas as empresas participantes. O monitoramento das ações pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) podem ser consideradas práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica e
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;

- Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as PCHs, Eólicas e Biomassa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

- Alterar o objetivo do Programa.

# ENERGIA NA REGIÃO NORTE

## OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da Região Norte.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 443.890.000,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>R$ 319.980.242,00</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 319.980.242,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>R$ 3.650.060.000,00</td><td colspan="2">R$ 1.691.200.000,00</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

**Unidade de medida:** MW
**Índice apurado em 2006:** 104.464
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

**Unidade de medida:** MVA
**Índice apurado em 2006:** 90.076
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO NORTE

**Unidade de medida:** GWh
**Índice apurado em 2006:** 347.371
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

**4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV**

**Unidade de medida:** km
**Índice apurado em 2006:** 86.205
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Região Norte caracteriza-se como área de grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo. A expansão da geração e transmissão na região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos sócio-ambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Foram acrescidos, durante o ano de 2006, 758,3 MW de potência instalada em novas usinas na região Norte. Em especial destaca-se a conclusão da segunda etapa da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, com a conclusão da última turbina com 375 MW, localizada no Estado do Pará. Outro destaque foi a conclusão da UHE Peixe Angical no Pará com 483,3 MW;

- No segmento Transmissão, foi destaque a conclusão da Linha de Transmissão (LT) em 500 kV, Colinas-Ribeiro Gonçalves-São João do Piaui-Sobradinho com 934 km, que amplia a capacidade de recebimento da Região Nordeste em 1200 MW médio, garantindo o suprimento desta região para os próximos anos. Também tivemos a conclusão da LT Tucurui-Vila do Conde, em 500 kV, com 328 km, necessária para garantir o escoamento da energia gerada na UHE Tucuruí.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento da expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). São realizadas, mensalmente, reuniões sob

a coordenação do Ministério das Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS, da Empresa de Pesquisa Energética EPE, dentre outros agentes. São realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás com as empresas do grupo, responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento realizam também visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Palnejamento (SIGPlan) e ferramentas específicas do MME. O SIGPlan é utilizado mensalmente para atualização das ações do programa. Os Relatórios de Gestão são elaborados e disponibilizados para informação gerencial.

As metas físicas foram realizadas de acordo com a expectativa, apesar do índice de realização orçamentária das concessionárias ter alcançado somente 70%. Vale lembrar que o percentual de recursos não orçamentários nesse Programa foi bastante significativo.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações - programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O desempenho físico das ações também foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Projeto de Lei nº 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade aos processos de licitação. Foi observada lentidão no processo de obtenção das licenças ambientais em ações específicas.

As empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias nos prazos requeridos

pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar o processo.

O processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias é demorado pelo excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Boa parte do conjunto de obras de expansão do sistema elétrico é executado por investidores privados. Os empreendimentos são outorgados pela Aneel após a realização dos leilões. O desempenho do Programa tem sido satisfatório.

Os mecanismos de participação social utilizados pela gerência do programa têm promovido maior transparência e aperfeiçoamento dos processos que envolvem autorização e concessão de empreendimentos de geração e transmissão. São eles:

a) Ouvidoria - na captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;
b) audiência pública para as ações/obras que requerem legalmente sua realização;
c) reunião com grupos de interesse para antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;
d) discussão em Conselho Setorial para envolver as ações num contexto mais abrangente, com a participação de especialistas e representantes de outros setores.

A avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa é feita por meio da Pesquisa de Satisfação do Consumidor, realizada pela ANEEL e pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa envolvendo todas as empresas participantes do Programa e o monitoramento das ações pelo CMSE podem ser consideradas práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica;
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;

- Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Eólicas e Biomassa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

- Alterar o objetivo do Programa.

# ENERGIA NA REGIÃO SUL

## OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica da Região Sul.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 646.677.425,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 346.310.689,00 |
| | Total: | R$ 346.310.689,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 3.375.248.000,00 | R$ 1.239.524.000,00 | |

## INDICADORES

### 1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

**Unidade de medida:** MW
**Índice apurado em 2006:** 104.464
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

**Unidade de medida:** MVA
**Índice apurado em 2006:** 90.076
**Índice previsto ao final do PPA**: -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO SUL

**Unidade de medida:** GWh
**Índice apurado em 2006:** 347.371
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

**4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV**

**Unidade de medida:** km
**Índice apurado em 2006:** 86.205
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Região Sul caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no SIN, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Esta região caracteriza-se, também, como pólo de desenvolvimento industrial, com elevado potencial de consumo. O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na Matriz Energética, face às elevadas reservas carboníferas existentes e às obras de expansão, além de atender às necessidades energéticas da região e aos sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Foram acrescentados, no ano de 2006, 938 MW de potência instalada em novas usinas na região Sul. Com destaque especial para a conclusão da Usina Hidrelétrica (UHE) Barra Grande, 466 MW (RS e SC), UHE Fundão 120 MW (PR), UTE Santa Terezinha, 50 MW (PR) e Parque Eólico Osório 150 MW (RS);

- Foram instalados mais 506 km de linhas de transmissão, destacando-se a Linha de Transmissão (LT), em 500 kV, Campos Novos - Blumenau, com 359 km de extensão, no Estado de SC, em operação desde setembro de 2006, e o seccionamento da LT Itá - Santa Rita, em 500 kV no RS. Em subestações (SEs), foram acrescentados 3.834 MVA de transformação, com destaque para a nova subestação 500/230 KV de Santa Rita (RS), a ampliação das SEs Campos Novos (SC) e Caxias (RS), em 500/230 kV- 672 MVA, em cada subestação. Também as ampliações em SC de Joinville e Xanxerê em 230/138 kV e Siderópolis em 230/69 kV.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento da execução das metas físicas e das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As reuniões, mensais, são realizadas sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Operador Nacional do Sistema Elétrico, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), dentre outros agentes. São realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento realizam visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e ferramentas específicas do MME. O SIGPlan é utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa. São elaborados relatórios de gestão e disponibilizados para informação gerencial relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas situaram-se dentro das expectativas, apesar dos índices de realização orçamentária das concessionárias terem alcançado patamar próximo de 75%. Vale lembrar que o percentual de recursos não-orçamentários nesse Programa é significativo. Algumas ações de geração não foram iniciadas pelos empreendedores, prejudicando parcialmente a meta do Programa.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas, embora tenha havido descontinuidade no fluxo de recursos, este fato não prejudicou decisivamente a execução do Programa.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos, prejudicando a execução das ações - programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Projeto de Lei nº 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade aos processos de licitação

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observada lentidão no processo de obtenção das licenças.

As empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

O processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias é demorado pelo excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do Programa.

Bom desempenho das ações não-orçamentárias no segmento de transmissão foi devido à estabilidade do modelo setorial vigente, proporcionado pelo cumprimento dos contratos firmados após os leilões. Parte do conjunto de obras de expansão do sistema elétrico é executado por investidores privados, os empreendimentos são outorgados pela Aneel após a realização dos leilões. No segmento de transmissão observou-se bom desempenho dessas parcerias. Entretanto, no segmento de geração, parte das ações ficou comprometida por aspectos societários e de ordem ambiental.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os mecanismos de participação social têm promovido a transparência e o aperfeiçoamento dos processos que envolvem autorização e concessão de empreendimentos de geração e transmissão de energia. São eles:

a) Ouvidoria para a captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;
b) audiência pública para as ações/obras que requerem legalmente a realização de audiência pública;
c) reunião com grupos de interesse que visam antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios.
d) discussão em Conselho Setorial para envolver as ações num contexto mais abrangente, com a participação de especialistas e representantes de outros setores.

O Programa avalia a satisfação dos beneficiários por meio da Pesquisa de Satisfação do Consumidor realizada pela ANEEL e Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa envolvendo todas as empresas participantes, e o monitoramento das ações pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) podem ser considerados práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica;
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;

- Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Eólicas e Biomassa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

- Alterar o objetivo do Programa.

# ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE

## OBJETIVO

Atender as necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional (SIN).

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.817.017.879,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 1.189.771.110,00 |
| | Total: | R$ 1.189.771.110,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 4.202.331.000,00 | R$ 792.511.000,00 | |

## INDICADORES

### 1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

**Unidade de medida:** MW
**Índice apurado em 2006:** 104.464
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Comentários: Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

**Unidade de medida:** MVA
**Índice apurado em 2006:** 90.076
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 3. CONSUMO DE ENERGIA NA REGIÃO SUDESTE E CENTRO-OESTE

**Unidade de medida:** GWh
**Índice apurado em 2006:** 347.371
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

**4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV**

**Unidade de medida:** km
**Índice apurado em 2006:** 90.265
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**: -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no SIN, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do Sistema Interligado. Estas regiões caracterizam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto (PIB).

O Sistema Sudeste/Centro-Oeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. As obras de expansão, além de atender às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. No entanto, o pleno aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa Região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Foram acrescidos 770 MW de potência instalada em novas usinas nas regiões Sudeste e Centro Oeste. Em especial destacamos a conclusão das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Irapé, com 360 MW e Capim Branco I, com 240 MW, localizadas no Estado de Minas Gerais;

- Foram instalados mais 1.300 km de novas linhas de transmissão na Região, destacando-se a Linha de Transmissão (LT) Cuiabá-Ribeirãozinho-Itumbiara, em 500 kV, com 808 km de extensão, nos Estados de Mato Grosso e Goiás, em operação desde dezembro de 2006, as LTs Porto Primavera-Dourados, com 190 km de extensão, e Porto Primavera-Imbirussu (Campo Grande), com 300 km de extensão, ambas em 230 kV, no Mato Grosso do Sul.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento da execução das metas físicas das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As reuniões mensais são realizadas sob a coordenação do Ministério das Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes. São realizadas também reuniões sob a coordenação da Eletrobrás com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento realizam visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestão específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e ferramentas específicas do MME. O SIGPlan é utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa. Os relatórios de gestão são elaborados e disponibilizados para informação gerencial relatórios de acompanhamento da evolução das ações.

As metas físicas foram cumpridas dentro das expectativas, apesar do índice de realização orçamentária das concessionárias ter sido abaixo do realizado em 2005. Vale lembrar que o percentual de recursos não orçamentários nesse Programa é bastante elevado.

Os recursos orçamentários foram suficientes para a implementação das ações previstas, embora tenha havido descontinuidade no fluxo de recursos, este fato não prejudicou decisivamente a execução programada.

Há problemas de sincronismo entre as etapas de planejamento, consolidação orçamentária e execução das ações com a liberação dos recursos (aprovação do Congresso), prejudicando a execução das ações - programação física. A aprovação de créditos suplementares de maneira intempestiva também compromete a execução das ações. Enquanto não houver sintonia entre as diversas etapas do processo, os resultados do Programa serão comprometidos.

O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes ao próprio processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Projeto de Lei º 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade aos processos de licitação.

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observada lentidão no processo de obtenção das licenças.

As empresas federais têm participado dos leilões promovidos pela Aneel e, para os casos em que saem vencedoras do certame, encontram dificuldades normativas para incluir sua nova ação e, por conseqüência, suas alterações orçamentárias, nos prazos requeridos pelos cronogramas de obras apresentados. Há necessidade de avaliar essa questão e, se for o caso, flexibilizar a legislação com o intuito de agilizar esse processo.

O processo de autorização de ações de expansão e/ou melhorias é demorado pelo excesso de rotinas administrativas. Os procedimentos compreendidos entre a identificação da necessidade da obra até a emissão do ato autorizativo são trabalhosos e morosos, comprometendo as realizações físicas e orçamentárias do programa.

O alto desempenho das ações não orçamentárias no segmento de transmissão deve-se à estabilidade do modelo setorial vigente, proporcionada pelo cumprimento dos contratos firmados após os leilões. No segmento de geração, parte das ações ficaram comprometidas por aspectos societários e de ordem ambiental.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Boa parte do conjunto de obras de expansão do sistema elétrico é executado por investidores privados. Os empreendimentos são outorgados pela Aneel após a realização dos leilões. O desempenho tem sido satisfatório.

Os mecanismos de participação social utilizados pela gerência do programa têm promovido maior transparência e aperfeiçoamento dos processos que envolvem autorização e concessão de empreendimentos de geração e transmissão. São eles:

a) Ouvidoria, na captação de sugestões, recomendações, reclamações e outras demandas da sociedade;
b) audiência pública para as ações/obras que requerem legalmente a sua realização;
c) reunião com grupos de interesse para antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;
d) discussão em Conselho Setorial para envolver as ações num contexto mais abrangente, com a participação de especialistas e representantes de outros setores.

O Programa avalia a satisfação dos beneficiários por meio da Pesquisa de Satisfação do Consumidor realizada pela ANEEL e Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE).

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa envolvendo todas as empresas participantes do programa e o monitoramento das ações pelo CMSE podem ser consideradas práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica;
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;

- Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Eólicas e Biomassa do Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Fontes Alternativas (PROINFA);

- Alterar o objetivo do Programa.

# ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

## OBJETIVO

Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 536.743.010,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 356.194.594,00 |
| | Total: | R$ 356.194.594,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 42.800.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

**Unidade de medida:** MW
**Índice apurado em 2006:** 3.518
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:**
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 2. CAPACIDADE INSTALADA DE TRANSFORMAÇÃO

**Unidade de medida:** MVA
**Índice apurado em 2006:** 6.288
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:**
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

### 3. CONSUMO DE ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

**Unidade de medida:** GWh
**Índice apurado em 2006:** 7.412
**Índice previsto ao final do PPA:** 9.158

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

**4. LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTALADAS COM TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR A 230 KV**

**Unidade de medida:** km
**Índice apurado em 2006:** 2.777
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Indicador excluído no processo de elaboração do PPA.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Os Sistemas Isolados caracterizam-se pela insuficiência de oferta de energia e pela baixa qualidade no atendimento das necessidades de energia elétrica. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados (Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso e Amapá) ao SIN. Nas pequenas comunidades, o parque gerador é composto de unidades dieselétricas, com atendimento parcial, com elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de águas baixas. Além disso, o perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda e cultura e hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica. Apesar da realização de importantes ações e projetos em 2006, principalmente no segmento de geração no Estado do Amazonas, ainda há necessidade de novos investimentos para cobrir o *deficit* de atendimento e melhorar a qualidade do fornecimento de energia para a região.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- No segmento de geração, o programa avançou 16,2 %, ampliando a capacidade instalada de geração em 491 MW. No Estado do Amazonas, especificamente na capital Manaus, foram instaladas por produtores independentes cinco novas usinas termelétricas. Esse acréscimo foi fundamental para atender as necessidades do mercado local, sempre crescendo a taxas acima da média nacional. No ano, foram instaladas 71 unidades geradoras de pequeno e médio porte. Nos demais Estados foram realizados os trabalhos de manutenção do parque gerador, sem alterações significativas na capacidade instalada;

- No Estado de Rondônia foram realizadas várias obras para melhorar o atendimento (nível de tensão) e interligar Municípios até então atendidos por usinas termelétricas, em especial o Município de Pimenta Bueno, entre outros Municípios de Rondônia que foram interligados e/ou melhorado o atendimento cita-se: Alto Paraíso, Nova Brasilândia, São Domingos, Novo Horizonte, Alto Alegre do Parecis e São Felipe; foi dado andamento às obras de integração do Mercosul (Município de Vilhena e região - divisa com MT) e até o final de 2007 todo o sistema Acre-Rondônia estará interligado;

- No Estado do Amapá, na capital Macapá, foi concluída a Linha de Transmissão (LT) 69 kV Santana - Santa Rita com 15 km de extensão;

- No Estado do Amazonas foram implantadas as LTs 69 kV Mauá II - Consumidores Industriais - 1,6 km, Ilha do Camarão - Iranduba -13,9 km, Mauá - Cidade Nova - 17,5 km, Manaus - Distrito Industrial - 7 km, Mauá - São José - 4,6 km, entre outras. Foram também realizados investimentos em subestações (SEs), como SEs Mauá, Iranduba, São José e Cidade Nova, entre outras; apesar da expansão verificada na transmissão, a cidade de Manaus requer ainda grandes investimentos neste segmento, inclusive com necessidade de elevar o nível de tensão para 138 kV e até 230 kV;

- No interior do Estado do Amazonas, foram construídos 95 km de redes de distribuição permitindo atender/regularizar aproximadamente quatro mil consumidores. Em Manaus, foram construídos 298 km, permitindo atender/regularizar aproximadamente 8 mil consumidores. Em Boa Vista, foram 80 km de redes, permitindo a ligação/regularização de 2.700 consumidores. O segmento de distribuição necessita de grandes investimentos e de uma atenção especial, pois as empresas distribuidoras não conseguem, normalmente, chegar à frente das demandas da sociedade, acumulando áreas sem acesso à energia em regiões periféricas dos Municípios. Esta situação acarreta o uso de métodos não convencionais de atendimentos (gatos), elevando as perdas das empresas e risco de acidentes.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento das ações de expansão do sistema elétrico é realizado no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). São realizadas, mensalmente, reuniões sob a coordenação do Ministério das Minas e Energia (MME) com participações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entre outros agentes. São realizadas também reuniões, sob a coordenação da Eletrobrás, com as empresas do grupo responsáveis por grande parte das ações contempladas no Programa.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações, no âmbito executivo do Comitê de Monitoramento, realizam visitas *in loco* para avaliar a situação das obras e as necessidades de gestões específicas para o andamento normal da ação.

O acompanhamento da evolução normal das ações é feito por meio de sistemas de informação, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), e ferramentas específicas do MME. O SIGPlan é utilizado mensalmente para atualização das ações do Programa. Os Relatórios de Gestão são elaborados e disponibilizados para informação gerencial.

Para a maioria das empresas, a execução orçamentária ficou muito abaixo das dotações orçamentárias autorizadas na Lei Orçamentária Anual 2006 e suas alterações. As justificativas são: a demora para conclusão dos processos licitatórios, contingenciamento

orçamentário, e a aprovação dos créditos suplementares em período não apropriado. Esses fatores prejudicaram o desempenho das metas físicas das ações.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

A região possui características peculiares, com grandes dificuldades de deslocamentos e acesso a determinadas localidades. Deste modo, a infra-estrutura disponível para as equipes executoras e os problemas de logística para compra e distribuição dos recursos materiais necessários dificultam a implementação das ações.

O quantitativo de recursos humanos existente nas equipes executoras não é suficiente para a execução das ações, principalmente para aquelas voltadas para as atividades de ampliação e manutenção de redes de distribuição. Atualmente, pela simultaneidade de ações com outros programas relevantes do PPA (Luz para Todos), os recursos humanos são compartilhados, prejudicando, fortemente, o desempenho do Programa. Além disso, a força de trabalho, formada por equipe própria e terceirizada, necessita de treinamento técnico para melhorar o desempenho das ações, principalmente na área de distribuição.

O desempenho físico das ações foi prejudicado pelo alongamento dos prazos das licitações, por problemas legais inerentes a este processo. A proposição de adequação da Lei nº 8.666, inserida no conjunto de instrumentos legais do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Projeto de Lei nº 7.709/2007, é benéfica para as empresas do setor elétrico, pois proporcionará maior celeridade nos processos de licitação.

Para ações específicas que dependem de licenciamento ambiental, foi observado lentidão nas autorizações das licenças. Podemos destacar o processo de licenciamento das hidrelétricas do Rio Madeira.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os mecanismos de participação social têm promovido maior agilidade no processo de regularização institucional das obras e melhor direcionamento dos benefícios à sociedade. Esses mecanismos de participação são:

a) as empresas mantém serviços de Ouvidoria para interagirem com os consumidores;
b) audiência pública para as ações/obras que requerem legalmente a sua realização;
c) reunião com grupos de interesse para antecipar dificuldades no relacionamento da comunidade com os executores. Essas reuniões são realizadas com empreendedores, consumidores, movimentos sociais organizados, sociedade civil, Estados e Municípios;
d) discussão em Conselho Setorial por meio de reuniões com conselhos representativos dos setores de meio ambiente e planos diretores de Municípios.

A avaliação de satisfação do público-alvo é promovida de forma indireta pela Aneel e pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE). Os resultados estão disponíveis nos síteos das respectivas instituições.

A realização das reuniões de acompanhamento do Programa, envolvendo todas as empresas participantes e o monitoramento das ações pelo Comitê de Monitoramento do MME e pelo Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial (SIAGE/Eletrobrás), podem ser consideradas práticas ou procedimentos adequados para a avaliação periódica do Programa.

Cabe destacar também a experiência positiva das empresas no Amazonas, que vêm mantendo reuniões freqüentes com os órgãos de meio ambiente e de planejamento estadual e municipal. A iniciativa tem resolvido de forma antecipada problemas relacionados com implantação de projetos de linhas de transmissão, especialmente traçado de linhas e redes de transporte de energia elétrica.

**RECOMENDAÇÕES**

- Substituição de todos os indicadores dos programas pelos seguintes:

a) Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica;
b) Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV;

c) Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas; nos Sistemas Isolados;

- Inclusão dos empreendimentos de geração e transmissão previsto no PAC, incluindo as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Eólicas e Biomassa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);

- Alterar o objetivo do Programa.

# GEOLOGIA DO BRASIL

## OBJETIVO

Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para subsidiar o planejamento do uso do solo e do subsolo e induzir o aumento dos investimentos no setor mineral.

## PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 157.553.250,00 | Empenho Liquidado: | R$ 154.059.225,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 154.059.225,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE COBERTURA DE LEVANTAMENTO GEOLÓGICO DO TERRITÓRIO NACIONAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 4
**Índice previsto ao final do PPA:** 67,36

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice previsto ao final do PPA em 2007 está impreciso, uma vez que não fixa a escala utilizada no levantamento. Se fossem computadas as escalas da ordem de 1:500.000 ou menores, possivelmente já teria ocorrido a superação da meta prevista, mas não haveria o nível de informação e o detalhamento requerido pelo público-alvo. Dessa forma, a análise do indicador do objetivo do Programa revela a necessidade de se trabalhar com duas escalas: a primeira de 1:250.000 na região amazônica, onde não há condições efetivas para se trabalhar com escalas maiores e a segunda de 1:100.000 aplicada no restante do País. Por isso, haveria a necessidade de dois indicadores: Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico na região Amazônica - escala 1:250.000 e Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico nas demais regiões - escala 1:100.000.

O índice apurado em 2006, que corresponde a 4%, foi bem mais significativo que o relativo ao ano anterior, principalmente, porque foram concluídos e iniciados diversos

projetos que contribuíram para este resultado. Vale salientar que este índice é o apurado apenas para o ano de 2006, ou seja, não acumulado. Ao se considerar o valor acumulado, o número de 2006 registra 61%, o que demonstra, efetivamente, a alta viabilidade de alcançar o previsto para o final do PPA (67,36%).

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A descontinuidade dos programas de levantamentos geológicos básicos do Território Nacional tem comprometido a atração de investimentos para a descoberta de novos depósitos minerais, bem como a geração de informações básicas para o planejamento territorial. Por outro lado, a carência de estudos hidrogeológicos sistemáticos é fator limitante à planificação e à gestão do uso, à conservação e à preservação dos recursos hidrominerais. Existem equipes capacitadas em instituições no âmbito do MME para retomar a execução dessas funções. Para tanto, é necessário reafirmar o papel do Estado como gerador do conhecimento geológico por meio da consolidação do Serviço Geológico do Brasil, atribuição da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), conforme previsto na Constituição Federal (Art. 21, inciso XV e Art. 22, inciso XVIII) e Decreto nº 1.524 de 20 de junho de 1995.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Conclusão do levantamento geológico das folhas na escala 1:100.000 e na escala 1:250.000 previstas para o ano de 2006. Considerando definitivamente a retomada dos levantamentos geológicos, os resultados de dezenas de novas folhas concluídas em 2006 permitiram apresentar para a sociedade estes resultados;

- Consolidação da parceria com as universidades como modelo eficiente entre as instituições de ensino e a CPRM, visando à integração do conhecimento acadêmico com o técnico, à otimização de recursos humanos e financeiros, tendo como conseqüência a eficiência, a eficácia e a efetividade dos resultados;

- Ampliação das parcerias com os estados para produção de Sistemas de Informações Geográficas do meio físico regional. Com o incremento no conhecimento geológico regional, será gerado um grande potencial para induzir, no curto e no médio prazos, um investimento em pesquisa mineral e da atividade mineral regional;

- Lançamento do primeiro Mapa da Geodiversidade Brasileira, que é uma excepcional ferramenta de planejamento territorial, na medida em que agrega informações de todos os segmentos importantes para tomada de decisão sobre a gestão do território e do meio ambiente;

- Ampliação significativa da parceria com os Ministérios, Instituições Públicas Federais e Estaduais para perfuração e revitalização de poços de água subterrânea, contribuindo para o planejamento das políticas de abastecimento hídrico para as populações do semi-árido e sul do País;

- Produção e lançamento do primeiro Mapa de Domínios Hidrológicos do País, que significou o primeiro passo para a geração do Mapa de Oferta Hídrica do Brasil;

• Levantamentos realizados principalmente na Região Norte do País. As informações geradas levaram a um aumento significativo de requerimento de pesquisa mineral nas áreas levantadas, confirmando a retomada da atividade de pesquisa mineral;

• Modernização e Adequação do Laboratório de Análises Minerais (LAMIN) e implantação do primeiro Laboratório de Controle da Poluição na Mineração do País.

Os resultados alcançados nas ações do Programa Geologia do Brasil estão satisfatórios, mesmo considerando o nível de contingenciamento, a demora na liberação dos recursos, a perda de recursos humanos capacitados para o mercado e o alto grau de envelhecimento do seu quadro de pessoal. Com estes pontos críticos não seria possível apresentar um resultado de desempenho melhor.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento sobre o desempenho físico das ações tem ocorrido da seguinte forma: geralmente, os Chefes de Departamento (coordenadores de ação) reúnem as equipes no início e nas etapas finais dos projetos para avaliação conjunta de resultados. Mensalmente, cada projeto gera relatórios mensais técnicos e gerenciais. Quando o projeto é feito em parceria, são feitas duas audiências públicas, uma no meio e outra ao final dos trabalhos, antes do relatório final. Toda a comunidade técnica regional é convidada para essas audiências.

Os responsáveis pelo acompanhamento das ações realizam visitas *in loco,* para avaliar o seu andamento. O acompanhamento das ações é realizado por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Informações sobre os projetos são sintetizadas no Relatório Anual, de apresentação obrigatória ao Conselho de Administração, em março de cada ano.

O cumprimento das metas físicas das ações ficou acima do previsto, embora tenha havido insuficiência nos recursos orçamentários, atraso nas liberações de recursos e contingenciamento. O fluxo de liberação dos recursos e os contingenciamentos orçamentários prejudicaram a execução das ações programadas, levando à revisão de metas físicas para baixo daquilo que poderia ser realizado. O atraso na liberação de recursos é outro fator crítico para as atividades de campo, que dependem muito da liberação tempestiva dos recursos, em função de condições climáticas. É o caso, por exemplo, dos levantamentos aerogeofísicos na Amazônia, que não podem ser feitos após o início das chuvas. Além disso, embora de impacto pequeno, houve problemas na celebração de alguns convênios, por conta de entraves do próprio sistema.

Em função do crescente uso do conhecimento geológico como base do planejamento territorial, a CPRM tem sido acionada para executar muitas atividades com orçamentos de outros programas, principalmente na disponibilização de água para comunidades afastadas, assentamentos agrícolas e vilas quilombolas no Nordeste e no Sul do País. Em 2006, estes recursos utilizados foram da ordem de oito milhões de reais.

Um dos grandes entraves do Programa hoje é a carência de novos recursos humanos especializados, tanto para arejamento técnico, quanto para renovação da capacidade operacional, uma vez que a idade média dos técnicos operantes está acima dos 55 anos. Na tentativa de solucionar esse cenário, foi realizado concurso público em 2006 e, pouco a pouco, novos profissionais estão sendo convocados. Paralelamente, a Empresa está negociando, junto ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), a adoção de um Programa de Demissão Incentivada.

No que se refere à descentralização, tem havido uma atuação crescente na CPRM, especialmente em ações transversais, junto ao próprio MME, Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério das Cidades (MCidades), e outros.

As informações foram disponibilizadas pelos entes executores, através de relatórios mensais. Além disso, o Diretor-Presidente fez visitas a todas as unidades executoras, discutindo, *in loco*, o andamento dos projetos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A CPRM tem feito trabalhos com sindicatos patronais e cooperativas, em Minas Gerais e Santa Catarina, em atividades de monitoramento geoambiental. Em todos os casos, os parceiros cumpriram satisfatoriamente todos os compromissos acordados.

A CPRM possui um canal de comunicação com a sociedade que é a Ouvidoria, com telefone, fax e *link* na Internet. A participação social foi de extrema importância nos resultados do Programa, porque é uma fonte de informação direta. Além disso, realiza audiência pública aberta à sociedade e participa de diversos eventos técnicos do setor, promovidos por entidades técnicas, científicas e classistas, nos quais os resultados do Programa são expostos e debatidos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Elaboração de índices diferenciados que permitam a aferição real da execução e seus impactos;
- Busca de solução para a inadequação do perfil e dos quantitativos de recursos humanos disponíveis para o Serviço Geológico do Brasil.

# INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

## OBJETIVO

Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de produtos petroquímicos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.481.809,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 5.765.982,00 |
| | Total: | R$ 5.765.982,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 9.570.000,00 | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA CAPACIDADE INSTALADA DE POLIETILENOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 20,8
**Índice previsto ao final do PPA:** 24,77

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Tendo em vista a entrada em operação da Rio Polímeros S.A. (Riopol), Pólo de gás químico do RJ, que em seu primeiro ano operacional - abril a dezembro de 2006 - alcançou um alto índice de eficiência (98%), a probabilidade de atingir o índice final de 24,77 é alta.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A demanda brasileira por produtos petroquímicos cresce acentuadamente. Dessa forma, a não implementação de ações que busquem aumentar a oferta nacional ocasionará a importação de tais produtos, resultando na saída de divisas e prejudicando o equilíbrio da balança comercial brasileira.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque Petroquímico de Triunfo (RS): os valores realizados ocorreram conforme sua previsão e foram aplicados considerando

os serviços de elétrica, mecânica e construção civil, com finalidade de reduzir os custos operacionais e/ou aumentar a produtividade da planta operacional, além da manutenção e modernização da infra-estrutura da companhia, objetivando suporte para toda essa estrutura;

- Em 2006, a Petrobras Química S.A., subsidiária Petrobras (Petrobras/Petroquisa), deu continuidade à avaliação técnico-econômica e ambiental do complexo acrílico integrado de Minas Gerais. A previsão do investimento global para o projeto é da ordem de R$ 1,4 bilhão para a produção de 160 mil toneladas anuais de ácido acrílico cru e alguns de seus derivados. O complexo, pioneiro na América Latina, tem início de operações previsto para 2011.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os recursos financeiros foram liberados de forma compatível com a programação ao longo do exercício, resultando no cumprimento da programação física conforme previsto.

O monitoramento do Programa é realizado por meio de acompanhamento do desempenho físico e financeiro das ações, validados trimestralmente.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A implementação do Programa está fundamentada na formação de parcerias e alianças com outros grupos empresariais, nacionais e/ou internacionais, e empresas detentoras de tecnologia. Na retomada das atividades no setor, a companhia busca expandir a atuação no Brasil e nos países do Cone Sul, associando-se a parceiros estratégicos na produção de insumos básicos e resinas termoplásticas. Com isso, a empresa diversifica seu portifólio e promove competências e sinergias com as outras operações do Sistema Petrobras.

A cadeia produtiva petroquímica gera uma quantidade significativa de empregos indiretos. O complexo gás-químico integrado, localizado em Duque de Caxias, demonstra respeito pelo meio ambiente e preocupação com as comunidades vizinhas por meio dos projetos sócio-ambientais desenvolvidos, integrando a população de baixa renda nas suas ações.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há Recomendações.

# LUZ PARA TODOS

## OBJETIVO

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado.

## PÚBLICO-ALVO

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais que desenvolvem equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 669.528.014,00 | Empenho Liquidado: | R$ 14.215.301,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 252.976.094,00 |
| | Total: | R$ 267.191.395,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 1.531.000.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORTE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 59
**Índice previsto ao final do PPA:** 82

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

### 2. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO NORDESTE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 81
**Índice previsto ao final do PPA:** 93

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

**3. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 98
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

**4. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 90
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

**5. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL - NACIONAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 85
**Índice previsto ao final do PPA:** 95

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

**6. ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA RURAL NA REGIÃO SUDESTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 97
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**
O indicador foi excluído no processo de elaboração do PPA 2008-2011.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Atualmente, existem no Brasil 2,5 milhões de domicílios sem acesso à energia elétrica, sendo 80% localizados na área rural, resultando em mais de 10 milhões de brasileiros excluídos dos benefícios da eletricidade.

A recente regulamentação da ANEEL, que define metas de universalização para cada Município do País, estabelece, como limite nacional para o completo atendimento, o ano de 2015. A dificuldade e o custo da prestação de serviço definem, dentro de cada área de concessão, o prazo para efetivar o atendimento e, assim, dada sua localização mais adversa

e baixa expectativa de demanda, parte da população mais carente seria contemplada somente no final do prazo limite estipulado pela ANEEL.

O Programa Luz para Todos pretende antecipar estas metas por meio do estabelecimento de mecanismos institucionais e financeiros adequados, além de promover ações integradas de desenvolvimento local/rural.

O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais não-atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas.

Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania além de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- No exercício de 2006, foram assinados 54 contratos entre o Governo Federal (Eletrobrás) e os Agentes Executores para a realização das obras de eletrificação rural totalizando 146 contratos assinados desde 2004;

- Esses contratos assinados possibilitaram o atendimento de 1,1 milhão de domicílios, até dezembro de 2006, sendo que 590 mil somente em 2006 e beneficiando 5, 2 milhões de pessoas, gerando mais de 150 mil empregos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Mensalmente são realizadas reuniões com os Comitês Gestores estaduais, coordenadores regionais e com a diretoria do Programa para avaliação do desempenho e priorização de atendimento. Os Coordenadores Regionais executam periodicamente visitas aos Estados para avaliação de desempenho.

O acompanhamento é efetuado por intermédio de informações obtidas dos agentes executores e coordenadores regionais e estaduais e compiladas em banco de dados. Está implantado também, um sistema de informações *on-line* que agiliza obtenção das informações.

Em 2006, mensalmente foi atualizado o Sistema de Acompanhamento de Ações Prioritárias do Governo Federal (SIGOV), com dados físicos e financeiros do Programa.

As dificuldades encontradas nos processos de negociação dos contratos com os agentes executores e com os Estados foram superadas, fazendo com que as metas estipuladas para o ano de 2006 fossem atingidas.

A execução física foi de 80% em relação ao previsto na LOA 2006. A programação para o exercício de 2006 foi restringida para adequação à previsão orçamentária disponibilizada para o exercício, com isso as atividades relativas à revitalização dos sistemas de bombeamento de água não foram executadas.

Mais de 70% do Programa Luz para Todos é executado com recursos não-orçamentários provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR), recolhidos à Eletrobrás que gerencia os recursos e os utiliza para a viabilização do Programa.

Quanto aos recursos humanos, o Ministério de Minas e Energia (MME) não dispõe de quadro pessoal efetivo em quantidade e qualificação adequadas e as dificuldades enfrentadas na execução das ações descentralizadas do Programa são relativas ao controle e ao acompanhamento das ações. Não houve integração entre a gerência e os entes executores das ações.

Ressalta-se que o Programa prioriza comunidades rurais, assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa é executado com a participação das empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica estaduais ou privadas e possui mecanismos que promovem a participação social, são eles:

a) As audiências públicas realizadas nos Estados, coordenadas pelo Comitê Gestor estadual com a participação de representantes da população interessada;
b) O Programa possui, em cada Estado, um Comitê Gestor, composto de representantes de instituições sociais, tais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), associações estaduais, universidades, etc, que promove a discussão com agentes executores que recebem as demandas da sociedade.

O Comitê Gestor estadual, formado por até nove membros, inclui representantes do MME, do governo estadual, dos prefeitos, dos agentes executores e, dependendo da realidade de cada Estado, de instituições que representem sua sociedade. Entre as atribuições deste Comitê está a definição das obras a serem priorizadas no Programa.

A avaliação do nível de satisfação dos beneficiários apontou um índice superior a 90%.

**RECOMENDAÇÕES**

- Inclusão dos seguintes indicadores:

a) Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado – segmentado por Estado;
b) Número de Unidades Consumidoras Atendidas – Nacional;

- Readequação do Programa, com a exclusão de algumas ações.

# MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## OBJETIVO

Promover o desenvolvimento racional, seguro e ambientalmente sustentável da produção mineral.

## PÚBLICO-ALVO

Mineradoras, investidores, instituições governamentais e não-governamentais e comunidades direta ou indiretamente relacionadas às atividades de minerais

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 92.755.837,00 | Empenho Liquidado: | R$ 84.419.360,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 84.419.360,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO-ÍNDICE DA PRODUÇÃO MINERAL

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 188,72
**Índice previsto ao final do PPA:** 131,08

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A superação das expectativas expressas inicialmente para o ano de 2007 (131,08) tem como reflexo positivo o bom desempenho do setor mineral em nível internacional, o que tem favorecido o excelente desempenho da indústria extrativa mineral do País.

### 2. NÚMERO-ÍNDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** 106,97
**Índice previsto ao final do PPA:** 106,14

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A superação das expectativas expressas inicialmente para o ano de 2007 (106,14) tem, também, como reflexo positivo, o bom desempenho da mineração em nível internacional, o que permitiu a ampliação e abertura de novos empreendimentos no setor de mineração no território nacional.

### 3. TAXA DE REGULARIDADE FISCAL DE EMPREENDIMENTOS DO SETOR MINERAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**

O índice de informatização do processo de arrecadação e a nova classificação das receitas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) possibilitou o desenvolvimento, em 2006, do Índice de Regularidade Fiscal, que é calculado tomando-se como referência as informações de regularidade da arrecadação nas receitas: Receita de Exploração de Recursos Minerais (CFEM), Receita de Outorga do Direito de Exploração Mineral (TAH), Serviços de Inspeção e Fiscalização (Vistoria) e Multas Previstas na Legislação Minerária.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A progressiva desestruturação do aparelho institucional do Estado, aliada à evolução das demandas jurídicas, sociais e ambientais, tem comprometido sobremaneira o exercício eficiente de suas atribuições: outorga, fiscalização, desenvolvimento mineral, arrecadação e monitoramento ambiental das áreas de mineração.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- A implantação do formulário de pré-requerimento eletrônico para direitos minerários via *web* no ano de 2006 proporcionou uma redução de custos, além de proporcionar segurança e transparência ao processo de outorga de títulos minerários. Também foi implementado o manual de fiscalização com procedimento padronizado para análise e vistoria dos processos minerários;

- Houve o redesenho de todos os macroprocessos da autarquia, realizado por consultoria especializada contratada para este fim, o que permitiu o avanço no desenvolvimento de sistemas corporativos específicos;

- Com o avanço do uso de tecnologia da informação na autarquia, iniciou-se o desenvolvimento de um novo Sistema de Cadastro Mineiro e de novo sistema de controle de áreas (Sistema Áreas II), diminuindo-se o retrabalho e os conflitos que geram reclamações administrativas e judiciais;

- Destaca-se também a evolução nas receitas da autarquia, com crescimento da arrecadação de 2005 para 2006 de 18,11%, conforme descriminadas a seguir:

| Receita | 2005 | 2006 | Evolução |
|---|---|---|---|
| CFEM | 406.047.694,66 | 465.883.438,00 | 14,74% |
| TAH | 40.828.959,89 | 60.285.088,00 | 125,59% |
| Parcelamento | 4.148.910,37 | 8.100.133,06 | 158,83% |
| Emolumentos | 9.319.594,23 | 10.067.333,43 | 87,90% |
| Visotria de Fiscalização | 665.520,98 | 758.381,05 | 108,34% |
| Compras e Publicações | 119.752,65 | 117.678,54 | 98,06% |
| Total | 465.929.094,98 | 550.310.479,42 | 99,83% |

• Foram executadas 82% das 12.500 fiscalizações previstas para o exercício de 2006, o que corresponde a cerca de 10.263 fiscalizações registradas, entre análises processuais e vistorias em campo, gerando resultados importantes e positivos para o setor mineral brasileiro e para as comunidades afetadas pela atividade mineral.

• Foram fiscalizadas 1.038 áreas e analisados 3.239 relatórios finais de pesquisa, sendo identificadas novas jazidas minerais para o País, contribuindo para reduzir sua vulnerabilidade externa, atraindo novos investimentos, gerando emprego e renda.

• Os resultados alcançados pelo DNPM em 2006 mantiveram a sua trajetória crescente, superando as previsões contidas no PPA 2004-2007. Esse desempenho positivo é resultado do processo permanente de modernização da autarquia iniciado em 2003.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Como procedimentos utilizados para o monitoramento do programa, identificam-se:

a) reuniões semanais da alta administração para tomada de decisão, visando ao monitoramento do desempenho físico das ações, bem como ao planejamento das ações a serem implementadas. Anualmente é realizado o encontro nacional dos dirigentes da autarquia, envolvendo as 25 unidades descentralizadas que compõem o DNPM. As Diretorias Técnicas e Administrativa realizam reuniões periódicas de trabalho com o seu corpo técnico e administrativo lotados na sede e nas unidades descentralizadas;
b) visitas periódicas das diretorias técnicas às unidades descentralizadas com o intuito de aferir o desempenho dessas unidades, bem como identificar possíveis dificuldades no alcance das metas estabelecidas;
c) sistemas de monitoramento das ações no âmbito da autarquia:
    i) Cadastro Mineiro - permite registrar o ciclo dos processos minerários, a aferição do quantitativo de títulos minerários emitidos, regularizados, cancelados, entre outras funções;
    ii) Sistema de Arrecadação - permite disponibilizar boletos para pagamentos das dívidas via internet, acompanhar e controlar estas dívidas autuando as empresas inadimplentes e emitir relatórios de acompanhamento do desempenho de cada Distrito;

iii) Sistema de Informações que SisPlan-DNPM - permite acompanhar o planejado versus o executado;

iv) SisMine - sistema de informações minerais, utilizado para o acompanhamento e monitoramento das atividades da mineração através do Relatório Anual de Lavra (RAL);

v) DIPEM - Sistema de Informações minerais utilizado para o acompanhamento e monitoramento das atividades e investimento na pesquisa mineral.

Os resultados físicos das Ações do Programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável são lançados mensalmente no SIGPlan pelos coordenadores das respectivas ações com o devido acompanhamento pelo gerente.

Os relatórios de gestão são apresentados periodicamente por todas as unidades descentralizadas às Diretorias Técnicas para monitoramento e avaliação dos resultados dos trabalhos dentro de cada ação.

Observa-se que houve execução física acima dos 100% do previsto na LOA 2006. Os resultados da execução física superam a meta estabelecida para 2006, destacando que mais de 60% das ações obtiveram desempenho igual ou superior à meta estabelecida. Dentre os fatores favoráveis, destaca-se o ingresso de novos servidores na autarquia no período em referência. Todavia, ainda há carência de pessoal qualificado, o que tem prejudicado a celebração de contratos e licitações.

A execução orçamentária foi suficiente em relação à dotação autorizada na LOA, contudo no caso em especial da Ação Fiscalização da Atividade Minerária, os créditos suplementares aprovados não puderam ser utilizados em sua plenitude, tendo em vista a insuficiência de tempo entre a liberação e a execução. Os contingenciamentos ao longo do exercício também provocam uma descontinuidade na regularidade da execução. Além disso, ainda não há uma compatibilização entre os limites orçamentários, restos a pagar e os limites financeiros, o que acaba causando descontinuidade no planejamento orçamentário ao longo do exercício. Os restos a pagar também têm comprometido  o financeiro. O fluxo de recursos, por sua vez, sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Destaca-se que, do montante liquidado de R$ 65,5 milhões, foram gastos com pessoal ativo da União R$ 51,3 milhões, de forma que os valores não-passíveis de apropriação em ações finalísticas do programa correspondem a 16,87%. Dentre os principais objetos de gasto dessa ação destacam-se despesas com vigilância, limpeza e conservação, serviços auxiliares, telefone, energia elétrica e água.

O DNPM firmou convênio com a Fundação Gorceix para assessoria técnica, fiscalização e controle da atividade mineral, principalmente, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, com os objetivos de assessorar o Programa de Fiscalização, assessorar o Cadastro das Atividades Minerais e analisar Documentos Técnicos. No primeiro objetivo, o desempenho não atingiu sua totalidade, mas os dois

outros objetivos superaram as metas inicialmente previstas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O DNPM é um órgão técnico. As ações do programa, em princípio, não dependem de participação social para a sua execução. No entanto, nos trabalhos de regularização da atividade informal são realizadas audiências públicas com as comunidades para fins de orientação técnica.

Com a adesão ao Programa de Qualidade do Serviço Público (PQSP), foi iniciado um processo de avaliação da clientela beneficiária do Programa Mineração e Desenvolvimento Sustentável.

Com a conclusão da primeira etapa do Projeto de Modernização da Gestão, o DNPM inicia a segunda etapa com a reestruturação dos processos e o desenvolvimento de novos sistemas que estão sendo concebidos para permitir a transparência das ações institucionais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Buscar ampliar o foco do Programa para os micro e pequenos empreendedores, aliando diretrizes voltadas para o fomento neste segmento.

# OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

## OBJETIVO

Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 17.479.415.688,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 14.917.055.545,00 |
| | Total: | R$ 14.917.055.545,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 1.210.000.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. VOLUME DE ÓLEO DERRAMADO - VOD

**Unidade de medida:** $m^3$
**Índice apurado em 2006:** 25,38
**Índice previsto ao final do PPA:** 43

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Expectativa alta de atendimento da meta de VOD ($43m^3$) em 2007 em razão da evolução apresentada nos últimos anos e dos grandes investimentos na prevenção de acidentes.

### 2. PRODUÇÃO MÉDIA DE ÓLEO E LÍQUIDO DE GÁS NATURAL

**Unidade de medida:** mil barris por dia
**Índice apurado em 2006:** 1.777,69
**Índice previsto ao final do PPA:** 2.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A elevação do preço do petróleo tipo *brent* provocou o aquecimento do setor e fez com que não se encontrasse no mercado recursos (sondas, barcos, linhas, mão de obra especializada. etc) suficientes para a realização de todo o *portfolio* de investimentos inicialmente previsto. A Empresa foi então obrigada a postergar diversos projetos, fato que comprometeu a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.

### 3. PRODUÇÃO MÉDIA DE GÁS NATURAL

**Unidade de medida:** milhão de m³ por dia
**Índice apurado em 2006:** 43,98
**Índice previsto ao final do PPA:** 60,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O aquecimento do mercado, devido a alta do petróleo tipo *brent* ao longo do período, fez com que não se encontrasse no mercado recursos (sondas, barcos, linhas, mão de obra especializada, etc) suficientes para a realização de todo o portifólio previsto, sendo a Empresa obrigada a postergar diversos projetos.

### 4. TAXA DE FREQÜÊNCIA DE ACIDENTADOS COM AFASTAMENTO - TFCA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0,64
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,82

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar da busca crescente por energias alternativas, o gás natural, o petróleo e seus derivados ainda terão, nos próximos anos, uma participação muito elevada na matriz energética nacional, refletida na crescente demanda por esses produtos. A forma de suprir essa necessidade é por meio do aumento da oferta de petróleo e gás natural no mercado interno, buscando reduzir cada vez mais a dependência externa, evitando assim o risco na redução de oferta de derivados, o que levaria ao racionamento e à redução da atividade econômica nacional.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Em 2006, a Petrobras contribuiu para que o Brasil atingisse a auto-suficiência em petróleo. Cabe ressaltar que a produção interna da Companhia responde por mais de 98% do petróleo produzido no Território Nacional. Esse incremento foi devido, principalmente, a entrada em produção de três grandes projetos: a plataforma P-50, que opera desde 21 de abril na Bacia de Campos; o navio-plataforma FPSO-Capixaba, em atividade desde seis de maio na Bacia do Espírito Santo e o FPSO P-34 em atividade desde 17 de dezembro, também na Bacia de Campos;

- A Petrobras declarou, em 2006, a viabilidade comercial de 27 descobertas de campos de petróleo e gás natural à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Dessas descobertas, 18 encontram-se no mar. Algumas foram classificadas como novos campos de petróleo e gás natural, outras, incorporadas a campos vizinhos. O destaque exploratório foi a descoberta de óleo leve e gás no bloco BM-S-11 da Bacia de Santos, em águas ultraprofundas. Nas novas áreas com comercialidade declarada, as estimativas apontam para volumes que somam cerca de 2,44 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). A totalização, correspondente à participação da Petrobras, depende de

avaliações mais aprofundadas. Do estimado, 2,387 bilhões de boe estão em acumulações marítimas e 53 milhões de boe, em terra;

• Das 27 áreas, dez estão na Bacia de Campos, quatro na de Santos, sete na do Espírito Santo, e seis nas bacias do Norte e Nordeste;

• Na Bacia de Santos, três áreas operadas pela Petrobras foram declaradas comerciais e transformadas nos campos de óleo e gás natural de Tambuatá, Pirapitanga e Carapiá. Outra área foi anexada ao campo de Mexilhão. As estimativas de volumes somam 560 milhões de boe;

• A companhia ainda detém, além das quatro áreas declaradas comerciais, 40% dos direitos sobre dois campos que também tiveram sua viabilidade comunicada à ANP, Oliva e Atlanta, ambos operados pela Shell;

• Além das declarações à ANP, a descoberta de petróleo leve e gás no bloco BM-S-11, em que a Petrobras tem participação de 65%, abre perspectivas promissoras tanto para as atividades na Bacia de Santos quanto para as operações em águas ultraprofundas em outras regiões;

• Na Bacia do Espírito Santo, quatro áreas no mar e três em terra operadas pela Petrobras tiveram a viabilidade comercial declarada;

• Na plataforma continental, onde as novas descobertas estão estimadas em 168 milhões de boe, foram definidos os campos de gás de Carapó e Camarupim e anexadas duas áreas de gás e óleo leve aos campos de Golfinho e Canapu;

• As declarações de áreas em terra resultaram em três novos campos (Saíra, Seriema e Tabuiaiá), com volumes estimados em 7,4 milhões de boe, que vão contribuir para a manutenção dos níveis da produção terrestre;

• Na Bacia de Campos, as declarações de comercialidade abrangem dez áreas. Sete foram classificadas como novos campos: Maromba, Carataí, Carapicu, Catuá, Caxaréu, Mangangá e Pirambu. Uma área foi anexada ao campo de Baleia Azul e outras duas, aos campos de Viola e Marlim Leste. O volume estimado soma 1,51 bilhão de boe;

• Outra descoberta importante foi realizada em Roncador, em reservatórios abaixo da seção produtora;

• Cinco declarações de comercialidade foram feitas pela Petrobras para áreas em terra nas bacias costeiras do Nordeste. Três originaram campos: Tangará, no Recôncavo Baiano, Pintassilgo e Jaçanã, na Bacia Potiguar. As outras áreas foram anexadas aos campos de Baixa do Juazeiro e Canto do Amaro, também na Bacia Potiguar. Além das declarações, outras três áreas em terra foram descobertas na Bacia de Sergipe-Alagoas e duas no Recôncavo;

• As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no País atingiram 13,753 bilhões de boe em 2006, pelo critério da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético da ANP (SPE), um aumento de 3,9% em relação ao ano anterior. O volume incorporado às reservas ao longo de 2006 foi de 1,266 bilhão de boe, contra uma produção acumulada de 705 milhões de boe. Essa incorporação resultou num Índice de Reposição de Reservas (IRR) de 174%. Isso significa que para cada barril de

óleo equivalente produzido no ano, foi acrescentado 1,74 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) foi de 19,5 anos;

• Como resultado dos investimentos e dos esforços empreendidos em segurança e meio ambiente, os indicadores Volume de Óleo Derramado - VOD e Taxa de Freqüência de Pessoas Acidentadas com Afastamento - TFCA apresentaram reduções significativas. Em 2006, o VOD ficou 58% abaixo do volume registrado em 2005. Por sua vez, a TFCA apresentou redução de 28% em relação à taxa registrada em 2005. Com o objetivo de incrementar uma evolução ainda mais significativa neste indicador no ano de 2007, foram implementadas, no decorrer de 2006, várias ações com vistas a promover melhorias na cultura de segurança;

• Apesar do aumento da produção em 2006, que contribui para que, segundo a própria ANP, o País atingisse a auto-suficiência em produção de petróleo no ano de 2006, a média anual ficou abaixo da meta estabelecida, em razão, principalmente, dos atrasos no início das operações da P-50 e da P-34.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os principais recursos utilizados pelo Programa são considerados críticos, ou seja, existe uma pequena disponibilidade em todo o mundo. Por exigirem investimentos muito elevados e serem grandemente dependentes de tecnologia, o acréscimo desses recursos demanda considerável tempo e está atrelado às flutuações de mercado. Diante disso, novos investimentos somente são realizados no longo prazo e com garantia de retorno.

A Petrobras e os órgãos de licenciamento ambiental têm buscado, insistentemente, a melhoria do processo de licenciamento ambiental. Todavia, a despeito dos bons resultados advindos das iniciativas, de todo o esforço da Petrobras e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na construção desse processo, ele ainda está longe do ideal, o que tem se refletido no atraso de alguns projetos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A realização de parcerias entre a Petrobras e outras companhias de mesmo porte é particularmente interessante, principalmente pela diversificação do portifólio, o que melhora a relação risco x retorno da companhia, e pela agregação de valor ao negócio, através do compartilhamento e incorporação da experiência e do conhecimento tecnológico do parceiro. Existem, ainda, outras vantagens, tais como o carrego do investimento, o bônus e, em alguns casos, a alavancagem financeira. Por carrego entenda-se o pagamento dos investimentos pelo parceiro, em nome da Petrobras, em troca de uma participação no Ativo (bloco ou campo). Os parceiros têm desempenhado as suas tarefas e cumprido as metas de forma satisfatória e as parcerias têm sido vantajosas para a Petrobras.

**RECOMENDAÇÕES**

• Não há recomendações.

# PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

## OBJETIVO

Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural.

## PÚBLICO-ALVO

Petrobras, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.027.534.733,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 949.557.703,00 |
| | Total: | R$ 949.557.703,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 82,5
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O valor do índice manteve-se acima do previsto ao final do PPA ao longo dos últimos anos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os investimentos em tecnologia na área de petróleo são imprescindíveis para viabilizar a exploração, a produção, o refino, o transporte e a distribuição do petróleo nacional. Este petróleo, pesado e com características físico-químicas diferentes das encontradas em outras regiões do mundo, além de estar predominantemente localizado em jazidas em águas profundas, necessita de tecnologias específicas que não estão disponíveis no mercado.

O aumento das exigências ambientais justifica os investimentos na melhoria da qualidade dos produtos e processos da indústria de petróleo, assim como a crescente importância do gás natural na matriz energética brasileira implica no desenvolvimento de tecnologias para a identificação de novas jazidas de gás natural e para a transformação, o

transporte, o armazenamento e a distribuição do gás. Busca-se, com isto, evitar os riscos de desabastecimento e da perda de autonomia - pelo aumento da dependência externa, tanto econômica como tecnológica, utilizando uma visão integrada e sistematizada da questão tecnológica no segmento de petróleo e gás natural.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

**Ação 4863 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Desenvolvimento Sustentável para a Área de Petróleo e Gás Natural**

• Tecnologias desenvolvidas e validadas em bancada ou em avaliação em unidade experimental:

a) Produção de etanol a partir de resíduos vegetais e produção de combustível renovável a partir de resíduos tais como bagaço e palha de cana-de-açúcar:
   i) caso os resultados obtidos em bancada se confirmem em escala industrial, essa tecnologia tem potencial de duplicar a produção nacional de etanol para a mesma área cultivada;
   ii) está em andamento a montagem de planta-piloto para validação da tecnologia e obtenção de parâmetros para projeto de unidade industrial;
   iii) foram depositados dois pedidos de patentes referentes a esse processo, um deles correspondendo ao milésimo depósito efetuado pela Petrobras;

b) Produção de biodiesel a partir de óleos vegetais ou sementes de oleaginosas:
   i) entrada em operação de duas plantas-piloto, com tecnologias inéditas, uma processando óleos vegetais e outra, sementes de oleaginosas, visando à obtenção de parâmetros para projeto de unidades industriais. Ambas foram objeto de depósitos de pedidos de patente;

c) Desenvolvimento de robô para monitoramento ambiental na região Amazônica:
   i) concluído o protótipo do robô híbrido, que permitirá a realização de coleta e transmissão de dados destinados ao monitoramento ambiental em regiões de difícil acesso;

d) Captura de carbono em unidades de Craqueamento Catalítico Fluido:
   i) validação conceitual da tecnologia de captura de carbono em unidades de refino visando à redução de emissões atmosféricas;
   ii) iniciado o desenvolvimento de projeto-piloto a ser implementado em unidade industrial de Craqueamento Catalítico Fluido;

• Tecnologias desenvolvidas e qualificadas para aplicação comercial: foram concluídos os testes relativos às tecnologias para tratamento e reuso de efluentes, em refinarias e em campos produtores terrestres. As tecnologias foram qualificadas para aplicação comercial. Estão em andamento projetos voltados para a aplicação da tecnologia em diversas refinarias;

• Tecnologias desenvolvidas e implementadas comercialmente: foram aplicadas

comercialmente diversas tecnologias desenvolvidas com o objetivo de aprimorar a caracterização e o monitoramento ambiental. Essas tecnologias têm sido fundamentais para garantir o adequado trato das questões ambientais nos empreendimentos da Companhia, sendo apresentadas sistematicamente nos processos de licenciamento ambiental e implementadas efetivamente nesses empreendimentos.

**Ação 4112 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Desenvolvimento da Produção**

- Sistemas submarinos para injeção de água, processamento e bombeio submerso: foi concluído o desenvolvimento, juntamente com os respectivos fornecedores, e os testes para qualificação de equipamentos voltados para injeção submarina de água em campos de petróleo, processamento submarino dos líquidos produzidos e bombeio submarino do petróleo produzido. Esses equipamentos estão qualificados para uso comercial e serão utilizados naqueles empreendimentos em que se mostrarem vantajosos, técnica e economicamente, em relação às alternativas existentes;

- Novas tubulações de produção: concluída a qualificação de um novo conceito de tubulações de produção utilizadas na conexão das linhas submarinas (*risers*) às unidades flutuantes de produção. O novo conceito utiliza mecanismo que reduz os esforços impostos à tubulação pelos movimentos naturais das unidades flutuantes, ampliando o campo de aplicação das tubulações existentes em empreendimentos em águas profundas. Está em andamento projeto para implementação da tecnologia em um campo produtor na Bacia de Campos;

- Gerenciamento digital de campos de petróleo: concluída a qualificação da tecnologia voltada para aquisição de dados e operação remota de equipamentos no interior de poços produtores. A tecnologia está sendo implementada, em projeto-piloto, em campo terrestre, em Sergipe;

- Tratamento remoto de incrustações: realizadas dezenas de operações, na Bacia de Campos, de remoção de incrustações em poços produtores e tubulações. Essas incrustações, originadas de reações químicas entre os fluidos presentes nos poços ou tubulações, causam freqüentes obstruções, e a sua remoção, por métodos convencionais, representa operação logisticamente complexa e de elevado custo. A metodologia desenvolvida proporcionou extrema redução de custos e simplicidade operacional, dispensando a utilização de embarcações, uma vez que o tratamento é feito a partir da própria plataforma de produção;

- Perfuração de poços complexos: desenvolvidas tecnologias para perfuração de poços ultra-profundos, poços com grandes espessuras salinas e poços com longos trechos horizontais. Essas tecnologias permitiram acesso a acumulações de petróleo localizadas em jazidas de difícil acesso, com uso de tecnologias convencionais, bem como possibilitaram maior produção comercial de petróleo em diversas situações específicas;

- Separação e tratamento de petróleos pesados em plataformas marítimas: tecnologia desenvolvida para aumento da eficiência da separação e tratamento do petróleo pesado em plataformas marítimas. Essa tecnologia reduz o tempo necessário à adequada separação dos

fluidos produzidos (óleo, água e gás), com impacto direto no porte dos vasos separadores e, conseqüentemente, no porte das próprias plataformas marítimas;

• Sísmica 4D - Implementada na Bacia de Campos: tecnologia de processamento sísmico que, aplicada em diferentes momentos da vida produtiva dos campos produtores, permite identificar regiões com ocorrência remanescente de petróleo. A aplicação dessa tecnologia permite a otimização da estratégia de produção;

• Injeção de traçadores para avaliação de óleo residual: permite a avaliação da saturação residual de óleo em campos produtores, através injeção de traçadores químicos, o uso dessa tecnologia permitiu o aumento das reservas dos campos onde foi empregada, graças à melhor estimativa dos volumes remanescentes;

• Gerenciamento da acidulação biogênica: metodologia para predição, prevenção, mitigação e controle do processo natural de formação de gás sulfídrico em campos e poços produtores. Esse gás, tóxico e de alto poder corrosivo, pode vir a ser gerado, naturalmente, quando ocorre mistura de fluidos presentes nas rochas com fluidos injetados nos poços, na presença de determinadas bactérias. A compreensão desse complexo fenômeno, denominado acidulação biogênica, permitiu o seu adequado tratamento.

**Ação 4862 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Exploração**

• Tecnologias desenvolvidas e implementadas comercialmente:

a) uso de aplicativo para simulação dos processos geológicos, possibilitando aprimoramento do processo de análise do potencial das diversas bacias e melhor identificação de áreas com possibilidade de ocorrência de hidrocarbonetos;
b) metodologias para aumento da resolução bioestratigráfica: foram utilizadas metodologias que possibilitam melhor resolução e maior acurácia no zoneamento das diversas camadas sedimentares, possibilitando melhor correlação entre os poços e melhor estimativa dos volumes existentes, com conseqüências positivas no planejamento da produção;
c) imageamento sísmico em áreas complexas: implementadas tecnologias para melhoria da resolução e aumento da qualidade da imagem em áreas de difícil visualização diante das tecnologias de processamento sísmico convencionais.

**Ação 2763 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Gás Natural**

• Tecnologias validadas em bancada ou em avaliação em unidade experimental:

a) produção de combustível sintético a partir de gás natural: início da operação de unidade-piloto de transformação química de gás natural em líquido (Gas-to-Liquids), que tem por objetivo permitir a produção comercial de reservas de gás natural localizadas em regiões remotas, com obtenção *in situ* de combustível líquido de altíssima qualidade. A operação em planta-piloto visa à obtenção de parâmetros para projeto de unidades industriais;
b) validação em bancada de processo alternativo para obtenção de combustível sintético a partir de gás natural, utilizando tecnologia de microcanais;

c) iniciado projeto de construção de unidade-piloto para validação da tecnologia, a ser aplicada em unidades marítimas de produção, visando reduzir queima de gás natural.

**Ação 4113 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Refino**

- Tecnologias validadas em bancada ou em avaliação em unidade experimental:

a) serão iniciados testes em unidade experimental de catalisador desenvolvido em bancada de catalisador inédito para potencial aplicação em processos petroquímicos, a partir de nanopartículas;
b) programada fabricação em escala experimental de poliestireno de alto impacto, com características superiores ao fabricado pelos concorrentes, que permitirá fabricação de produtos plásticos de maior resistência;

- Tecnologias qualificadas para aplicação comercial:

a) testada e qualificada para uso comercial a tecnologia para refino de petróleos pesados a partir do coqueamento retardado de resíduos atmosféricos, essa tecnologia está sendo utilizada no projeto da Refinaria de Pernambuco;
b) Craqueamento catalítico fluido (FCC) petroquímico: testada e qualificada para uso comercial a tecnologia para processamento de óleo pesado em complexos petroquímicos, visando à obtenção de matéria-prima petroquímica, essa tecnologia está sendo utilizada no projeto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro;
c) Hidrodessulfurização (HDS) de nafta craqueada: qualificada para uso comercial a tecnologia para processamento de nafta craqueada visando à melhoria da qualidade dos produtos, desenvolve-se projeto para aplicação dessa tecnologia na Refinaria de Capuava;
d) Hidrotratamento de óleos vegetais em refinarias (HBIO): testada e qualificada para uso comercial a tecnologia para processamento simultâneo de cargas de petróleo bruto e de óleo vegetal, em unidades de hidrotratamento existentes nas refinarias. O produto obtido é um diesel de qualidade superior ao normalmente produzido no processo convencional, e estão em andamento projetos para aplicação da tecnologia em larga escala no parque nacional de refino;

- Tecnologias implementadas comercialmente:

a) Gasolina Podium: implementada nova formulação da gasolina Podium na Argentina, com melhor aproveitamento dos petróleos produzidos pela Petrobras naquele País;
b) Diesel Podium: implementada nova formulação de óleo diesel, com alto desempenho e reduzido impacto ambiental.

**Ação 2005 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Transporte**

• Inspeção de dutos submarinos com obstáculos geométricos: realizadas, na Bacia de Campos, operações de inspeção de dutos submarinos com obstáculos geométricos ou variação de diâmetro. Essas operações foram realizadas graças ao desenvolvimento do *pig multisize*, dispositivo capaz de percorrer tubulações de diâmetro variável, obtendo dados sobre suas condições mecânicas.

**Ação 4115 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Demais Atividades da Área de Petróleo e Gás Natural**

• Investimentos em infra-estrutura nas instalações próprias do Centro de Pesquisas da Petrobras visando à atualização tecnológica dos prédios e equipamentos, e na obra de sua ampliação, hoje em curso, que duplicará a área existente, possibilitando atender à demanda traçada no Plano Estratégico da Companhia;

• Elevado investimento em infra-estrutura nas Instituições de Ciência de Tecnologia (ICT) nacionais para atender à cláusula de investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento dos contratos de concessão dos campos de petróleo, através de um modelo estruturante que possibilite a sustentabilidade dos núcleos de pesquisa criados nas ICTs, focados no segmento petróleo, gás natural e energia;

• Este modelo, iniciado em 2006, visa criar condições físicas nas instituições para atender à demanda de projetos de pesquisa e desenvolvimento nos próximos anos, que os investimentos obrigatórios gerarão.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa atingiu resultados significativos em 2006, agregando valor ao segmento de Petróleo e Gás do Brasil.

As atividades retratadas neste Programa são de cunho contínuo, executadas por meio de projetos plurianuais, com prazos diferenciados. Desta forma, as metas físicas definidas são inadequadas, principalmente se comparadas com as metas financeiras que se restringem ao exercício. A realização física das ações é comprovada, de fato, através da descrição qualitativa dos resultados feita nos itens anteriores da avaliação.

A gestão da carteira de projetos de pesquisa da Petrobras, desde a criação dos projetos até sua priorização, é feita por comitês que têm a participação das áreas de pesquisa e operacional da empresa, o que assegura a sua implantação dentro dos limites da meta estabelecida.

A meta física das ações é medida pela quantidade de projetos concluídos no período. Como forma de monitorar estes projetos é utilizado o módulo PS (*Project System*) do sistema SAP/R3. Também é utilizado o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) como instrumento de monitoramento das realizações do Programa.

Todos os projetos são avaliados através de relatórios internos, quadrimestrais, que consolidam informações do andamento destes em função do planejado; a gerência responsável pela execução e a gerência da área operacional aprovam as informações destes relatórios.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Ouvidoria da Petrobras recebe e analisa reclamações e sugestões de empregados, clientes e fornecedores, encaminhando, quando pertinente, ao Centro de Pesquisas para solução.

Os beneficiários dos projetos executados no âmbito do Programa são as áreas de negócio da Petrobras, tendo em vista suas contribuições aos resultados da empresa.

A satisfação do beneficiário é avaliada em pesquisa de opinião executada anualmente por entidade especializada, de reconhecida competência: em 2006, o índice de satisfação foi de 97% para uma meta estabelecida de 93%; os pontos de melhoria identificados pela pesquisa subsidiam plano de ação implementado e acompanhado pelo corpo gerencial.

Foi realizada avaliação, em 2006, que considerou o Grau de satisfação com as soluções tecnológicas desenvolvidas pelo sistema de provimento de tecnologia da Petrobras, em termos de capacidade de resposta, inovação e sustentabilidade.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há Recomendações.

# QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

## OBJETIVO

Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica se dê de acordo com as necessidades apontadas pelos estudos de planejamento setorial, buscando o desenvolvimento sustentável da economia e o atendimento com qualidade da demanda de energia elétrica.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 133.569.708,00 | Empenho Liquidado: | R$ 108.507.803,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 108.507.803,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (NACIONAL)

**Unidade de medida:** Hora
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 19,9

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

### 2. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (NACIONAL)

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 17,28

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e a Freqüência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) do ano anterior são apurados no segundo semestre do ano em curso.

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos (DEC e FEC), que expressam os valores vinculados a conjuntos de unidades consumidoras e indicadores individuais associados a cada unidade consumidora (Duração de interrupção individual por Unidade Consumidora - DIC, Freqüência de interrupção individual por Unidade Consumidora - FIC e Duração máxima de interrupção contínua por Unidade Consumidora - DMIC), que são explicitados nas faturas de energia.

Os indicadores DEC e FEC anuais das concessionárias de distribuição são obtidos pela média ponderada dos valores mensais de cada conjunto. Os indicadores anuais das regiões geográficas são obtidos pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição. Finalmente, os indicadores anuais do Brasil são obtidos pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do País.

Os índices apurados até o exercício de 2004 vinham indicando redução das freqüências e da duração das interrupções dos serviços de energia elétrica, revelando melhora da qualidade do serviço, com maior expressão nas Regiões Sudeste e Norte do País. Em 2005, identificou-se uma mudança na trajetória de redução das interrupções verificada no período de 1999 até 2004, com elevação dos índices nacionais em 7% para o DEC e 4,9% para o FEC. Em ambos os indicadores a elevação das interrupções incidiram preponderantemente na Região Norte, tendo-se registrado redução na Região Nordeste. A elevação dos índices na Região Norte deveu-se principalmente:

a) à falta de investimentos nos sistemas de distribuição de energia elétrica na cidade de Manaus, implicando elevado número de interrupções e um blecaute com duração de sete horas;
b) à seca no Estado do Amazonas, em 2005, que levou à declaração de estado de calamidade pública, e dificultou a distribuição de combustível para o atendimento às usinas térmicas do Estado.

Os indicadores são apurados pelas concessionárias e encaminhados a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para análise e consolidação, o que requer um prazo de cerca de seis meses. Os indicadores referentes ao ano de 2006 estão em processo de apuração, que deverá ser concluída no primeiro semestre de 2007.

O índice nacional de 2005 do DEC foi de 16,92 e do FEC foi de 12,76. A tendência atual é alcançar índices finais inferiores aos previstos, mas melhorando a qualidade do serviço em relação à previsão inicial do PPA. Assim, recomenda-se uma revisão dos índices finais inicialmente propostos, visto que parece possível alcançar melhores índices finais de qualidade.

**3. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO NORTE)**

**Unidade de medida:** Hora
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 48,76

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

**4. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO NORTE)**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 44,63

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Os índices da Região Norte de 2005 foram: DEC de 41,15 e FEC de 41,42. A elevação dos índices na Região Norte deveu-se principalmente:

a) à falta de investimentos nos sistemas de distribuição de energia elétrica na cidade de Manaus, implicando elevado número de interrupções e um blecaute com duração de sete horas;
b) à seca no Estado do Amazonas, em 2005, que levou à declaração de estado de calamidade pública e dificultou a distribuição de combustível para o atendimento às usinas térmicas do Estado.

**5. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO NORDESTE)**

**Unidade de medida:** Hora
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 30,49

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

**6. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO NORDESTE)**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
Índice previsto ao final do PPA: 24,62

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Os índices da Região Nordeste de 2005 foram: DEC de 22,49 e FEC de 14,40.

**7. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO CENTRO-OESTE)**

**Unidade de medida:** Hora
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 24,29

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

**8. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO CENTRO-OESTE)**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 25,08

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Os índices da Região Centro-Oeste de 2005 foram: DEC de 21,72 e FEC de 18,26.

**9. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO SUDESTE)**

**Unidade de medida:** Hora
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 12,03

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

**10. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO SUDESTE)**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 10,44

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Os índices da Região Sudeste de 2005 foram: DEC de 10,36 e FEC de 7,46.

**11. DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - DEC (REGIÃO SUL)**

**Unidade de medida:** Hora
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 16,97

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

**12. FREQÜÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA - FEC (REGIÃO SUL)**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 15,42

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Os índices da Região Sul de 2005 foram: DEC de 17,52 e FEC de 13,86.

**13. OUTORGA DE GERAÇÃO**

**Unidade de medida:** MW
**Índice apurado em 2006:** 1.712,33
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
A meta prevista para o exercício de 2006 não foi registrada. A meta alcançada em 2006 foi de 1.712,3 MW outorgados. Cabe destacar que foram ainda leiloados em 2006, para homologação em 2007, mais 1.835,3 MW que, se considerados, corresponderiam ao montante licitado de 3.547,6 MW.

Destaca-se, ainda, a realização de dois leilões de energia nova, sob as regras do novo modelo do setor elétrico, onde foram comercializados 2.581 MW médios de energia, visando ao suprimento a partir de 2009 e 2011, respectivamente. Destes, 1.556MW médios foram homologados em 2006.

As novas unidades de geração que entraram em operação, em 2006, totalizaram 3.935,5 MW de potência instalada. Os processos de regularização, repotenciação, reativação e desativação resultaram em um decréscimo de 506,5 MW na capacidade instalada, cuja expansão real chegou a 3.429 MW, correspondendo a um acréscimo de 3,69% em relação à capacidade instalada até o exercício de 2005. Com isso, o País alcançou, em 2006, a capacidade instalada de 96.294,4 MW, não incluída a importação de energia.

**14. OUTORGA DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DA REDE BÁSICA**

**Unidade de medida:** km
**Índice apurado em 2006:** 3.275
**Índice previsto ao final do PPA:** 4.181

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
A meta para o exercício de 2006 foi de 2.662 km de linhas outorgadas. Foram licitados e autorizados 3.275 km de linhas de transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), o que resulta em 123% de atingimento da meta.

A outorga de linhas de transmissão deverá resultar em investimentos da ordem de R$ 1,8 bilhão, abrangendo 12 Estados brasileiros, e inclui a interligação do Sistema Isolado Acre-Rondônia ao SIN. Consideradas as autorizações para instalações do Sistema Isolado, foram outorgados, no total, 3.283,7 km de linhas de transmissão.Além disso, em

2006 foram firmados os contratos de concessão de 3.055 km de linhas de transmissão, totalizando 27 empreendimentos, referentes ao leilão realizado em 17.11.2005.

A rede básica de transmissão foi expandida com a energização de 3.198 km de linhas, relativas a instalações autorizadas e contratadas em anos anteriores, representando um acréscimo de 3,8% na extensão da rede, em relação a 2005. Abaixo encontra-se dados relativos a expansão anual da rede básica de transmissão (km).

**Expansão Anual da Rede Básica de Transmissão**

| Ano | Extensão inicial | Acréscimo Anual | Extensão Final |
|---|---|---|---|
| 2004 | 77.642 | 2.313 | 79.955 |
| 2005 | 79.955 | 3.036 | 82.991 |
| 2006 | 82.991 | 3.198 | 86.189 |

## 15. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS REFERENTES AO SETOR ELÉTRICO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 76,14
**Índice previsto ao final do PPA:** 85

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

No exercício 2006, houve 1.005 processos julgados e 1.320 processos distribuídos. Sendo assim, a taxa de julgamento de processos do exercício 2006 é de 76,14%.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A importância estratégica do setor elétrico para o desenvolvimento nacional e as mudanças verificadas em seu arcabouço institucional e legal implicaram necessidade do Estado prover um ente responsável pelo desenvolvimento, manutenção e fiscalização de regras para a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de energia elétrica em benefício da sociedade.

Com aproximadamente 53 milhões de unidades consumidoras distribuídas no Território Nacional, com realidades locais distintas, servidas por 64 concessionárias de distribuição, interligadas por uma rede complexa de transmissão e geração, o setor elétrico exige o provimento de adequados requisitos de qualidade, tarifação, concessão, autorização e permissão, bem como de fiscalização preventiva e corretiva dos agentes do setor, para oferecer um serviço adequado aos consumidores, com equilíbrio econômico e financeiro dos contratos.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Publicação de 812 normas, tendo sido 740 previstas;
- Estabelecimento dos conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo 2007-2010 de revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição e da revisão tarifária dos contratos de concessão do serviço público de transmissão outorgados;

- Regulamentação da comercialização de energia elétrica por fontes incentivadas;

- Aprimoramento dos mecanismos de apuração da disponibilidade de combustível para operação de usinas térmicas e estabelecimento de novos critérios para consideração das usinas na Programação Mensal de Operação do Operador Nacional do Sistema (ONS);

- Estabelecimento de critérios para o cálculo da sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustível Fósseis (CCC);

- Definição das condições gerais para a incorporação de redes particulares, conectadas aos sistemas elétricos de distribuição, ao ativo imobilizado em serviço das concessionárias ou permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica;

- Alteração da metodologia de cálculo das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e das Tarifas de Energia Elétrica (TE) aplicáveis às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN);

- Estabelecimento de novos critérios e procedimentos para cálculo de aplicação e recolhimento dos recursos a serem destinados aos projetos de Eficiência Energética e de Pesquisa e desenvolvimento;

- Definição das regras para os leilões de energia, cujo objetivo maior é o de garantir a modicidade tarifária e a justa remuneração aos empreendedores dos novos projetos de geração;

- 1.343 fiscalizações das 1.475 previstas;

- Monitoramento da geração e do consumo de combustíveis em todas as localidades do Sistema Isolado para análise da CCC;

- Fiscalização *in loco* nas obras das linhas de transmissão e nas subestações da rede básica;

- Fiscalização, por monitoramento, dos programas de universalização;

- Aprimoramento da metodologia e dos critérios para reavaliação da base de remuneração das distribuidoras para o próximo ciclo de revisão tarifária;

- Fiscalização *in loco* sobre os aspectos técnicos e comerciais;

- Fiscalizações de pesquisa e desenvolvimento;

- Fiscalização extraordinária de 25 concessionárias de distribuição para validação dos valores dos Encargos de Capacidade Emergencial (ECE) e de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial (EAE), que a União ainda tem a receber, em função do encerramento das atividades da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE).

- 212 outorgas das 183 previstas;

- Outorga de 186 empreendimentos por meio de concessões e autorizações ou registros;

- Realização de dois leilões de energia nova; outorga 3.283,7 km de linhas de transmissão;

• Expansão da rede básica de transmissão com a energização de 3.197,5 km de linhas, relativas a instalações autorizadas e contratadas em anos anteriores;

• 962.350 solicitações atendias por meio da Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), número superior as 863.715 previstas;

• Implantação do número 144 em substituição ao número 0800 727 2010, facilitando o acesso dos consumidores ao serviço de Teleatendimento;

• Realização de 19 audiências públicas no exercício;

• Registro de 962.350 atendimentos, dos quais 620.979 referem-se aos atendimentos realizados pela Central de Teleatendimento da ANEEL e 341.371 feitos em nome das agências estaduais conveniadas;

• Realização de 22 consultas públicas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa monitora o seu desempenho físico por meio de reuniões trimestrais, com o intuito de acompanhar a execução, pelo Sistema de Informações Gerencias da ANEEL (SIGANEEL) e por meio de relatório trimestral de avaliação das atividades, elaborado após cada reunião. A ANEEL articula com o Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) a integração do SIGANEEL com o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O programa Qualidade do Serviço de Energia Elétrica tem como gerente o Diretor-Geral da ANEEL e como gerente executivo o titular da Superintendência de Planejamento da Gestão (SPG).

A coordenação de cada uma das ações do Programa é de responsabilidade do titular de uma das superintendências envolvidas, que conta com o apoio das demais superintendências parceiras participantes do processo.

No âmbito do gerenciamento dos programas e das ações relacionados à agência, e em consonância com o disposto no Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004, foi desenvolvido o Plano Gerencial/Plano de Trabalho Anual, que apresenta o detalhamento e o desdobramento das ações do PPA, de forma a proporcionar maior grau de visibilidade ao conjunto de processos associados ao desenvolvimento da Ação, contribuindo, de forma direta ou indireta, para o sucesso no cumprimento da meta fixada.

Para acompanhar a execução e assegurar o alcance das metas fixadas, a ANEEL adota como sistemática a realização de reuniões trimestrais de avaliação do desenvolvimento do plano de trabalho e do progresso dos itens (atividades) associados à execução de cada ação.

Nas reuniões, participam a gerência executiva do Programa, as coordenações das ações e as superintendências parceiras no desenvolvimento da ação, bem como a Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios (SLC) e a

Superintendência de Administração e Finanças (SAF), que acompanham o andamento das contratações e a execução orçamentária e financeira, respectivamente. O resultado de cada uma dessas reuniões é consolidado em um relatório denominado Relatório de Acompanhamento do Plano de Trabalho.

A avaliação de desempenho concentra-se no conjunto das ações finalísticas sob a coordenação da agência, cujos níveis de execução orçamentária e física permitem calcular o Indicador de Desempenho Orçamentário (MIRO) e o Indicador de Execução das Metas Físicas (MIMF). O primeiro foi calculado como o percentual de execução global das ações finalísticas dos programas, em relação ao limite de despesa autorizado para essas ações (ajuste real ao contingenciamento), tendo alcançado o percentual de 89,19%. O Indicador de Execução das Metas Físicas (MIMF) foi determinado calculando-se a média aritmética simples dos percentuais de realização de meta física das ações finalísticas, atingindo o valor de 107,47%.

De acordo com as faixas definidas pela metodologia, conclui-se que, as ações da ANEEL alcançaram o índice de desempenho Satisfatório no exercício. Conforme a mesma metodologia, conclui-se que, sob o aspecto da Economia de Recursos, as ações dessa Agência, embora não alcancem o índice de desempenho satisfatório, tampouco podem ser classificadas como insatisfatório.

Cabe destacar que as ações de Fiscalização, Ouvidoria e Outorga tiveram índices de execução das metas físicas acima de 100%. Pode-se concluir que a execução físico-orçamentária da ANEEL foi eficiente, pois o percentual da meta física foi bastante elevado em relação à execução orçamentária.

Contribuíram para a elevada execução física, adiante da execução orçamentária, a utilização massiva do pregão eletrônico, o que reduziu sensivelmente os valores dos contratos em relação ao esperado, e a execução de parte das atividades com pessoal próprio, em razão de dificuldades na condução dos procedimentos licitatórios.

Os recursos orçamentários executados foram insuficientes, além do que o próprio fluxo desses recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. As incertezas quanto às definições futuras de contingenciamento conjugadas com as orientações vigentes que restringiam os gastos à execução somente de despesas de caráter relevante e inadiável comprometeram a possibilidade de uma atuação mais efetiva nos primeiros meses do exercício.

Essas restrições afetaram as atividades da agência de uma maneira global, uma vez que a liberação paulatina e as incertezas referidas arrefeceram os planos de contratação previstos, refletindo, inclusive, na atuação das ações finalísticas, onde foram postergadas atividades de vulto e de caráter continuado, restringindo-se a execução, no período, a situações emergenciais e fundamentais para manter o funcionamento das atividades.

A infra-estrutura apresenta-se inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras. Os recursos materiais são insuficientes para as necessidades das equipes executoras, principalmente após a contratação de servidores advindos de concursos públicos e a prorrogação dos contratos temporários.

Do mesmo modo, existe uma inadequação temporária de recursos humanos, por falta de experiência e capacitação nas equipes executoras. O concurso público da Agência aumentou o quadro em 140 servidores, como conseqüência, o pessoal efetivo, que em 2004 era de 9%, responde, em 2006, por 46% da força de trabalho. Apesar do grande avanço que representa a incorporação dos novos servidores para o futuro da ANEEL, a transição impactou a atuação institucional, com reflexos na agilidade dos processos operacionais, levando, às vezes, a problemas de continuidade e retardo nos procedimentos, em função da necessidade de adaptação e da inexperiência dos novos funcionários. Observa-se que a estruturação do quadro efetivo e a perspectiva de encerramento dos contratos de pessoal temporário em março de 2007 motivaram a antecipação da saída de profissionais experientes que se encontravam nessa situação.

Apesar dos índices satisfatórios de alcance das metas, observa-se que ficaram prejudicadas ações que promoveriam uma melhor qualidade dos resultados, impactando até mesmo o potencial de ampliação das contratações de serviços terceirizados para as atividades finalísticas, em razão da limitação da capacidade de supervisão técnica dos trabalhos por parte da equipe de servidores.

Em função da peculiaridade e do alto grau de especialização dos serviços que são contratados para apoio técnico às atividades de regulação do setor elétrico, os procedimentos licitatórios para contratação desses serviços têm enfrentado dificuldades para sua efetivação. Não apenas no que se refere à concepção dos Termos de Referência, mas também pelas dificuldades de entendimento por parte dos proponentes, em razão do grau de complexidade técnica e, em decorrência disso, despendido tempo excessivo para licitação e contratação.

Principalmente nas licitações na modalidade Concorrência, houve atrasos que reduziram a execução físico-orçamentária prevista, decorrentes, em geral, de recursos impetrados pelos licitantes, afetando principalmente as ações relativas à regulamentação e à outorga dos serviços de energia elétrica.

Entre as dificuldades encontradas para execução das atividades de outorga, destaca-se a dependência da emissão das licenças ambientais para a definição dos empreendimentos a serem licitados, muitos dos quais têm sofrido embargos e restrições por parte dos órgãos ambientais.

Outra dificuldade decorreu da aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, em agosto de 2006, que de acordo com o Art. 52 da Lei nº 9.433, de 1997, retira da ANEEL a prerrogativa de outorgar os potenciais hidráulicos sem Reserva de Disponibilidade Hídrica (RDH), no caso dos rios estaduais. Como alguns Estados, dentre eles SC, MG e MT, não regulamentaram a forma de emissão de RDH, isso dificultou a outorga de vários empreendimentos.

A definição das diretrizes, procedimentos e prazos para implementação das ações de concessão dos serviços de energia elétrica é de competência do Ministério de Minas e Energia (MME). Além disso, as outorgas dos serviços de energia elétrica sofrem interferências de vários fatores, em especial dos condicionamentos relacionados ao licenciamento ambiental. A ausência de interação e diretrizes governamentais claras e as alterações nas regras e procedimentos para o setor têm implicado indefinições quanto aos procedimentos, assim, os resultados atribuídos a ANEEL ficam condicionados às alterações produzidas em ambientes externos a ela.

É facultada à União descentralizar aos Estados e ao Distrito Federal, mediante Convênio de Cooperação, a execução das atividades complementares de regulação, controle e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica de competência da ANEEL.

O modelo adotado para descentralização de atividades por meio de convênios de cooperação, atualmente firmados com 13 Estados, vem apresentando dificuldades na sua implementação, em decorrência de regras que não são adequadas à relação de delegação de atividades entre os entes federados.

Com base na experiência acumulada ao longo de mais de seis anos de descentralização, as unidades internas da ANEEL e das agências estaduais vêm apontando a necessidade de uma mudança, de modo a garantir um melhor resultado e eficiência no alcance do objeto, destacando-se, como problema central, o seu direcionamento para o controle dos meios, ao invés do controle dos resultados, o que gera um excesso de procedimentos burocráticos e processuais, os quais, limitam o potencial de atuação e a eficiência do processo.

Desta forma, durante o exercício de 2006, a ANEEL concentrou esforços na busca do aprimoramento das normas relacionadas à descentralização de atividades, propondo uma revisão dos instrumentos normativos que disciplinam os seus procedimentos. Neste sentido, também foram iniciados os estudos para a definição dos custos de referência às atividades descentralizadas pela ANEEL e dos indicadores de desempenho, com vistas a fortalecer a parceria com as agências estaduais, com ênfase na eficácia e eficiência dos resultados.

Todas as informações necessárias ao regular desempenho das ações descentralizadas foram tempestivamente disponibilizadas pelas agências estaduais conveniadas.

As informações técnicas, relativas ao desenvolvimento dos trabalhos, foram encaminhadas diretamente às áreas descentralizadoras e as informações relacionadas aos

aspectos administrativos e financeiros foram encaminhadas a SAF. Por se tratar de parceria, a integração é constante e ocorre durante toda a execução das atividades.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A ANEEL usa os seguintes mecanismos de promoção da participação social:

a) Ouvidoria, estabelecendo canais de comunicação para que o consumidor possa registrar o seu pleito ou descontentamento, a central de teleatendimento da Agência é a principal responsável pelos registros das solicitações. A central de teleatendimento também participa da prestação dos serviços de Ouvidoria conduzidos por oito das doze agências, com as quais mantém convênio de descentralização de serviços;
b) audiências públicas, que podem contar com a realização de sessões públicas para a manifestação de viva voz, chamada de sessão ao vivo (presencial), ou apenas serem feitas por meio de intercâmbio documental;
c) consulta pública, que é uma ferramenta visando ao recolhimento de subsídios e informações dos agentes econômicos do setor elétrico e dos consumidores para o processo decisório da ANEEL, de forma a identificar e a ampliar a visão dos aspectos relevantes dos atos administrativos em questão;
d) discussão em conselhos setoriais, pois desde sua criação, a ANEEL busca estimular o funcionamento desses conselhos e o estreitamento das relações com os mesmos, participando de suas reuniões e prestando informações pertinentes à regulamentação e à fiscalização do setor elétrico.

Houve, de modo geral, uma otimização dos serviços de tratamento das solicitações registradas, possibilitando a redução de três dias no prazo médio entre o registro e a solução de solicitações de consumidores. Ou seja, em 2006, a ANEEL alcançou o prazo médio de 15 dias, que, em 2005, era de 17 dias.

A ANEEL avalia a satisfação de seus beneficiários através do Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC), que constitui em indicador por meio do qual é obtido o grau de satisfação do consumidor para com os serviços prestados pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica. Em outras palavras, funciona como um termômetro, aferido pelo próprio consumidor, para indicar quais os pontos fortes e fracos relativos aos serviços fornecidos pelas concessionárias.

**RECOMENDAÇÕES**

- Redefinir o objetivo do Programa para regulação do setor elétrico, com intuito de prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos consumidores;

- Excluir o indicador Taxa de Julgamento de Processos Referentes ao Setor Elétrico (TJPSE), que não representa o resultado do Programa;

- Corrigir a inadequação na denominação do Programa, pois o título do mesmo não reflete a sua essência, a sua abrangência;

- Especificar melhor o produto da Ação 4703, pois a denominação do produto como norma publicada tem gerado questionamentos, quanto à abrangência das modalidades de atos regulatórios. Propõe-se alterar para Ato Regulatório Publicado.

# QUALIDADE DOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

## OBJETIVO

Proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível e biodiesel.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo, gás natural, álcool combustível e biodiesel.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 49.217.279,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 43.010.027,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 43.010.027,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADOR

### 1. GRAU DE QUALIDADE DOS PRODUTOS NOS DIVERSOS AGENTES ECONÔMICOS DO ABASTECIMENTO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 96,41
**Índice previsto ao final do PPA:** 95

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Este índice já foi alcançado em 2004.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Compete à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) implementar, em sua esfera de atribuições, a política de petróleo e gás natural, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo em todo Território Nacional e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. O Programa atende à determinação contida na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Fiscalização de 1.375 Municípios, com cobertura de 25% do Território Nacional, representando um aumento de 44% na abrangência de suas ações em relação ao período anterior. O ano de 2006 terminou com a realização de mais de 23.000 ações de fiscalização. Foram também apreendidos mais de 1, 6 milhões de litros de combustíveis líquidos fora de especificação;

- Monitoramento de cerca de 189,7 mil amostras de combustíveis. Verificou-se uma melhora significativa nos índices de qualidade, notadamente do álcool etílico hidratado, cujo índice de não-conformidade de 12,6%, em 2002, caiu para 3,8%, em 2006. Ainda em 2006, foi iniciado o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes (PMQL), com o objetivo de avaliar a qualidade dos óleos lubrificantes comercializados no País. Neste ano, o monitoramento de lubrificantes foi realizado no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia;

- Realização de três leilões públicos de biodiesel: no dia 30 de março de 2006, a ANP realizou o 2º leilão público de biodiesel. Nele foram arrematados 170 mil $m^3$ de biodiesel. No 3º e 4º leilões, realizados simultaneamente nos dias 11 e 12 de julho de 2006, foram arrematados 600 mil $m^3$ de biodiesel para entrega no período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física do Programa ocorreu dentro do previsto. A execução orçamentária foi elevada, porém não refletiu as dificuldades ocasionadas pela demora na aprovação do orçamento e pela edição do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. Este decreto e suas alterações posteriores ocasionaram um contingenciamento elevado no início do exercício de 2006. Essa limitação, combinada à não obtenção de créditos extraordinários para execução das ações do Programa, dificultou a melhoria contínua dos processos e a incorporação de novas tecnologias no combate a práticas ilícitas e desleais, lesivas aos cofres públicos e aos consumidores de derivados de petróleo e biocombustíveis.

Embora o ano de 2006 tenha marcado o inicio das atividades dos servidores oriundos do primeiro concurso público da ANP, houve, no decorrer do ano, um número expressivo de solicitações de exoneração. Dos cerca de 280 servidores que entraram em exercício, aproximadamente 60 solicitaram exoneração.

A gerência executiva do Programa acompanha, mensalmente, a dinâmica de preenchimento das metas físicas das ações por parte dos coordenadores de ação. Houve, no entanto, dificuldades na adequação do ritmo de lançamento de dados, com os prazos definidos no Sistema Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), principalmente em virtude da dependência do recebimento de informações oriundas de convênios, que necessitam de maior tempo para consolidação.

O Centro de Relações com o Consumidor (CRC) funciona como ouvidoria da ANP e encaminha dúvidas, reclamações e denuncias para as áreas competentes, a fim de

que sejam tomadas as providências que podem resultar em ações de monitoramento e fiscalização dos agentes econômicos.

Os mecanismos de participação social adotados, em particular a consulta e audiência pública, são processos mediante os quais os agentes integrantes do setor manifestam-se acerca das resoluções que regulamentam suas atividades, encaminhando sugestões, identificando os aspectos relevantes à matéria objeto. Esses mecanismos promovem a publicidade, transparência e legitimidade das ações e dos programas da ANP.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Faz-se necessária a abertura de novos escritórios regionais, em diversos Estados, de maneira a aumentar o suporte às ações de repressão a práticas ilícitas no âmbito da distribuição e revenda de combustíveis.

**RECOMENDAÇÕES**

- Fusão dos dois Programas da ANP: Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis e Qualidade dos Derivados do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

# REFINO DE PETRÓLEO

## OBJETIVO

Ampliar e modernizar o parque nacional de refino de forma a disponibilizar derivados de petróleo de acordo com a demanda e a qualidade requerida pelo mercado, com o mínimo risco ambiental, maximizando o uso de matéria-prima nacional.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de derivados do petróleo.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.344.934.902,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 3.041.322.541,00 |
| | Total: | R$ 3.041.322.541,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA

**Unidade de medida:** milhão de barris de petróleo por dia
**Índice apurado em 2006:** 1,99
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,98

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**
A meta já foi alcançada.

### 2. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO ANUAL TOTAL

**Unidade de medida:** milhão de barris de petróleo por dia
**Índice apurado em 2006:** 1,74
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,8

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
A carteira de projetos da área de confiabilidade, cuja implantação está prevista para 2007, permitirá o atingimento da meta.

### 3. CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO NACIONAL

**Unidade de medida:** milhão de barris de petróleo por dia
**Índice apurado em 2006:** 1,39
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,44

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Existe previsão de entrada em operação, em 2007, de nova unidade de conversão que permitirá o aumento previsto da capacidade de processamento de petróleo nacional e, conseqüentemente, o atingimento do índice.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O aumento da demanda por derivados de petróleo em quantidade e qualidade exige a adoção de ações visando garantir sua oferta. A ampliação da capacidade de refino nacional e a modernização das refinarias existentes representam oportunidades de desenvolvimento para o País e de ganhos para a balança comercial brasileira. Simultaneamente, os resultados empresariais positivos permitirão a sustentação do processo de desenvolvimento do parque industrial, com seu conseqüente desdobramento na forma de incremento ao mercado de fornecimento de bens e serviços no País e a evolução dos padrões de qualidade de combustíveis para patamares compatíveis com uma visão ecologicamente correta.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Em 2006, foi priorizada a adequação dos combustíveis diesel e gasolina à necessidade de redução de emissão de poluentes;

- Planejamento, em 2006, de novas unidades que permitam a conversão de petróleo nacional, caracterizado pelo seu baixo grau API (petróleo pesado), em derivados médios e leves.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento de metas físicas do Programa ficou dentro do previsto em 2006.

A lentidão dos processos de licenciamento ambiental tem prejudicado o cronograma previsto para os projetos.

O aquecimento do mercado tem tido como conseqüência aumento dos custos de fornecimento de equipamentos, materiais e serviços, tornando morosos os processos licitatórios.

No ano de 2006 foi concluída a etapa de planejamento de grande parte dos projetos envolvidos, estando previsto o início de suas obras para 2007.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O desempenho do Programa é medido mensalmente pelo avanço físico dos projetos. Está em estudo a padronização dos critérios de avanço a partir do uso sistemático do Sistema Integrado de Gestão (SAP R3). São utilizados também para o monitoramento da execução das ações as reuniões de trabalho, visitas *in loco* e o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O Programa promove a participação social por meio de Ouvidoria, de audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental e de reuniões com grupos de interesse. Um exemplo claro desse último mecanismo é o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), à medida que promove o envolvimento social no desenvolvimento dos projetos, inclusive com a participação de entidades de classe como sindicatos, associações patronais, fundações e prefeituras.

Os índices de satisfação dos clientes, medidos pela área de *marketing*, indicam que o caminho trilhado vem atendendo às expectativas dos clientes.

O uso de *benchmark* internacional, a implementação de processos de otimização e melhoria contínua, bem como a adoção de melhores práticas na implantação de projetos, tem sido uma constante no gerenciamento do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

## OBJETIVO

Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte dutoviário de petróleo e derivados adequada ao incremento da demanda e às novas exigências ambientais.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 689.669.204,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 632.599.050,00 |
| | Total: | R$ 632.599.050,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. EXTENSÃO DA MALHA DE OLEODUTOS DE TRANSPORTE DA PETROBRAS

**Unidade de medida:** km
**Índice apurado em 2006:** 7.011
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

### 2. CAPACIDADE DA REDE DE DUTOS PARA O TRANSPORTE DE ÓLEO E DERIVADOS

**Unidade de medida:** milhão de $m^3$.km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA**: 47.581

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Existe uma dificuldade em relação à apuração do índice devido à falta de informações necessárias para o seu cálculo. Para o PPA 208-2011, foi proposto o indicador Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (milhão $m^3$/mês), sendo o índice de referência de 10,05 (2006) e o índice final previsto para 2007 de 10,61.

### 3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE DUTOVIÁRIO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 18

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Existe uma dificuldade em relação à apuração do índice devido à falta de informações necessárias para o seu cálculo.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o crescimento da produção de petróleo e derivados estimado para os próximos anos, faz-se necessária a disponibilização de uma infra-estrutura de armazenamento e transporte dutoviário dimensionada para atender aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, de segurança e de proteção ao meio ambiente.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Implantação de melhorias no terminal de São Sebastião, incluindo a construção de quatro novas linhas de dutos e a substituição de outras duas para agilizar a movimentação de petróleo e de derivados no Terminal Marítimo Almirante Barroso (Tebar), operado pela Petrobras Transporte S.A (Transpetro). Os novos dutos reduzirão as operações de limpeza e drenagem, realizadas para evitar a contaminação dos produtos durante os procedimentos de carregamento e descarregamento de petróleo;

- A Transpetro também reduzirá de 33 para 24 horas o tempo de operação dos navios no Tebar, com a substituição de 19 braços de carregamento nos dois píeres (norte e sul). A instalação dos novos braços será concluída em 2007;

- Em 2006, foram concluídas as linhas 502 e 504, que estão aguardando somente licença ambiental para começar a operação. Além disso, também foi efetivado, junto ao fabricante, o pedido de compra dos braços de carregamento (licitação, negociação e pedidos concluídos);

- Plano Diretor de Dutos de SP (PDD-SP). O PDD-SP é um programa de construção de 500 km de dutos no Estado de São Paulo, além da recuperação de outras linhas já existentes. O empreendimento prevê a desativação de dutos que se encontram em áreas de risco, além de aprimorar a logística de transporte. Em 2006, foram concluídos os serviços de aerolevantamento (vôos alto e baixo);

- Ampliação da capacidade de escoamento de álcool. Essa Ação compreende a adequação e a ampliação de instalações existentes, além da construção de novas instalações, envolvendo toda a cadeia logística (os centros coletores, tancagem reguladora e sistemas de transporte dutoviário). Os projetos serão conduzidos por etapas, realizando os investimentos à medida que o mercado de etanol for sendo desenvolvido;

• A expansão dos investimentos e do cronograma de obras deve-se à ampliação da malha, que passa a incluir o Centro-Oeste. Ao fim das obras, o projeto dos alcooldutos vai triplicar as exportações brasileiras de álcool. Em 2006, o projeto de ampliação da capacidade de escoamento encontra-se na fase de detalhamento básico.

• Está em andamento o processo de licenciamento, que aguarda a conclusão do projeto básico, e a seleção dos fornecedores para contratação de domos. Também foram contratados os estudos de sondagem para a Refinaria do Planalto (REPLAN), bem como a aquisição de bombas (principais e *boosters*);

• Implantação do Terminal de Pecém. Em 2006, os projetos conceitual e básico foram concluídos. Encontra-se em andamento a fase Inicial de projeto de engenharia. Foi concluído o processo de licitação do serviço de terraplanagem e de sondagem. Continuam pendentes a aquisição do terreno e o desdobramento da ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) contra o Governo do Ceará, que impede o início da terraplenagem do terreno, que foi postergada para o inicio de 2007;

• Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da REPLAN em Paulínia (SP). O Projeto visa adequar o Oleoduto OSVAT 30 (Oleodutos Replan-Guararema) para abastecer a REPLAN com 63.000m$^3$ por dia de petróleo. Consiste na melhoria dos sistemas elétrico e de sucção de São Sebastião, substituição do conjunto de bombas e troca de trechos de dutos. Em 2006, foi elaborado o estudo ambiental simplificado para atender às recomendações técnicas de identificação de perigos, análise e avaliação de riscos, em relação à troca de trechos de dutos. O projeto de detalhamento e licenciamento da linha de transmissão está em andamento, bem como a consolidação dos planos do projeto;

• Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria Alberto Pasqualine. Este projeto tem como objetivo ampliar a capacidade de escoamento do sistema do Oleoduto Osório/Canoas (OSCAN) para atender a um aumento de 50% na capacidade de processamento da Refinaria Alberto Pasqualine (REFAP). Visa também permitir a ampliação da capacidade de operação desta refinaria, movimentando a produção de derivados para exportação e expandindo as atividades de refino. Em 2006, foi realizada a fase de detalhamento do projeto com a contratação de empresa para execução da obra. Outras ações estão em andamento, tais como o processo de compra de materiais, a aquisição de equipamentos e bombas e a assinatura de contratos. Também está em negociação a questão dos três tanques hoje arrendados à Companhia Petroquímica do Sul (COPESUL), que deverão ser utilizados pela REFAP para a movimentação de derivados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas ficou abaixo do previsto em função de algumas ações que não foram realizadas conforme o cronograma. Entre as razões, estão o alongamento dos prazos para a obtenção de licenças ambientais, o aumento do escopo de alguns projetos, o atraso na finalização de licitações e as decisões administrativas da Empresa.

O Programa utiliza-se dos seguintes mecanismos de monitoramento: reuniões de trabalho, sistemas de informação (Sistema de Gestão de Empreendimentos da Transpetro - SIGET.net, em implantação, SAP-R3, sistema de informações contábeis da Transpetro e Petrobras e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan) e relatórios de gestão.

As Ações 4107 e 4451, classificadas como atividades por incluírem diversos projetos destinados a manter permanentemente as instalações em condições adequadas de confiabilidade e segurança operacionais, são de difícil acompanhamento físico global, pois se subdividem em inúmeros projetos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os principais mecanismos de participação social na execução do programa são:

a) Ouvidoria: responsável por receber e dar seguimento, internamente, às questões enviadas por todas as partes interessadas e impactadas pela atividade e pelo Programa;
b) audiência pública: a Transpetro, juntamente com área de Engenharia da Petrobras, realizam audiências públicas para esclarecimentos à comunidade local sobre seus empreendimentos de dutos e terminais;
c) pesquisa de satisfação tanto para clientes, quanto para as comunidades vizinhas às instalações.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS

## OBJETIVO

Reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente a novas exigências de mercado e ambientais.

## PÚBLICO-ALVO

Consumidores de petróleo e derivados.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 504.513.250,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | R$ 39.508.250,00 |
| | Total: | R$ 39.508.250,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO TRANSPORTE MARÍTIMO NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Não apurado

As informações necessários para o cálculo desse indicador não estão disponíveis, visto que o Sistema Petrobras não dispõe mais do monopólio no transporte de petróleo e derivados. Há outros agentes que atuam no mercado.

### 2. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA FROTA DE NAVIOS PRÓPRIOS DA PETROBRAS NO TRANSPORTE DE PETRÓLEO E DERIVADOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 36
**Índice previsto ao final do PPA:** 48

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O atraso no projeto de construção de navios e o aumento da demanda por transporte marítimo da Petrobras-Afretamentos dificulta o alcance do índice proposto originalmente.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A idade média da frota de petroleiros brasileira é bastante elevada, caminhando para o fim de sua vida útil. Além disso, as novas exigências legais em tramitação, com padrões mais rigorosos de segurança e proteção ambiental, poderão diminuir ainda mais o tempo restante de utilização dos navios existentes.

A renovação planejada e gradual dos navios petroleiros nacionais, além de reduzir a dependência externa, proporcionará a otimização da utilização dos estaleiros nacionais.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aquisição de navios em estaleiros nacionais: essa ação diz respeito ao Programa de Modernização e Expansão da Frota de navios petroleiros da Transpetro (Promef);

- O cronograma de contratação dos navios contempla a construção, nessa fase, de 26 embarcações até 2012. Em 2006, foram realizadas as seguintes etapas: junho - conclusão da licitação; outubro - aprovação do financiamento pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante; dezembro - aprovação do aumento do limite de endividamento da Transpetro pelo Senado Federal.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Modernização e Adequação de Navios: previa a modificação do navio Jurupema para operar como FSO (*Floating, Storage and Offloading*), que não foi implantado em função de reavaliação do campo de produção de óleo pela Petrobras.

A Ação Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais sofreu atraso no lançamento da licitação para a construção de 26 navios (primeira fase). Houve também atraso no lançamento do edital dos primeiros 26 navios.

A gerência do Programa utiliza os seguintes mecanismos de monitoramento: reuniões de trabalho; sistemas de informação (Sistema de Gestão de Empreendimentos da Transpetro - SIGET.net, em implantação, SAP-R3, sistema de informações contábeis da Transpetro e Petrobras e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan) e relatórios de gestão.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os principais mecanismos de participação social no Programa são reuniões com grupos de interesse.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.




# MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Agricultura Familiar - Pronaf

Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais

Crédito Fundiário

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Educação do Campo (Pronera)

Paz no Campo

Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foram utilizados **R$ 3.275.095.792,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 3.740.880.866,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 3.275.095.792,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 3.740.880.866,00** | **Total realizado:** | **R$ 3.275.095.792,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MDA não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 332.487.704,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 240.726.236,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

### Assentamento de novas famílias

• Em 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assentou 136.358 novas famílias, no maior desempenho anual da reforma agrária da história do País. Nos últimos quatro anos, os assentamentos constituídos já somam 381.419 famílias;

• Cerca de 9,4 milhões de hectares foram incorporados à reforma agrária, marca também recorde na história do Incra. O assentamento de novas famílias envolve um conjunto de atividades que integram um longo e complexo processo: áreas são vistoriadas e avaliadas, decretos desapropriatórios são emitidos, compras de terras são feitas, projetos de assentamentos são criados e famílias são cadastradas e selecionadas para posterior homologação, assentamento, implantação da infra-estrutura, desenvolvimento sócio-econômico e consolidação dos Projetos de Assentamento com sua integração na vida social, cultural e econômica do Município. Todo este processo é permeado pela pungente demanda dos movimentos sociais e regulamentado por todo o aparato burocrático e legal do Estado brasileiro;

• Nos últimos quatro anos, foi destinado um total de 31,7 milhões de hectares para assentamentos da reforma agrária. O sucesso no alcance desta meta deve-se em grande parte pela concentração de esforços humanos e materiais em torno da meta, por parte do Incra/MDA, além da mudança de procedimentos e agilização de processos.

### Obtenção de Terras

• O processo de obtenção de terras de área rural através da desapropriação e/ou

aquisição para implantação de assentamentos deve ser entendido como um instrumento para viabilizar o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, bem como incorporá-las ao processo produtivo, sendo esta, portanto, sua função básica;

• Do total de recursos orçamentários destinados para esta Ação, da ordem de R$ 1.422.848.455,00, para obtenção de 1.519.435 hectares, foram obtidos 788.961 hectares, correspondendo a 51,92% da meta física programada ao custo total de R$ 1.372.501.660,00, representando 96,46% dos recursos financeiros disponíveis;

• O custo unitário previsto no orçamento foi de R$ 936,43 por hectare, enquanto o realizado foi da ordem de R$ 1.729,63 por hectare. Na maioria das regiões, houve um aquecimento no mercado de imóveis rurais nas áreas com melhor potencial agrícola, fato este que propiciou, em contrapartida, a destinação de parcelas menores por família, aumentando a capacidade de assentamento nestes imóveis.

**Reforma Agrária de Qualidade**

O compromisso do Governo Federal consiste não só em assentar novas famílias e recuperar os assentamentos antigos, mas também promover uma reforma agrária de qualidade, que a partir do direito à terra e das condições para sua autonomia econômica, garanta o acesso aos demais direitos fundamentais.

• Com vistas à qualificação da reforma agrária, no ano de 2006 foram atendidas 374.792 famílias com Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates);

• Além disso, foram beneficiadas 36.103 mil famílias com ações diretas do Incra na construção/recuperação de 5.152 km de estradas, 1.578 unidades de abastecimento de água e 4.349 de outras ações de infra-estrutura como galpões, casas de farinha, etc;

• No que se refere à eletrificação rural, excetuado o Programa Luz para Todos, foram executados pelo Incra, 9.294 km de rede, beneficiando 21.150 famílias;

• O Projeto Terra Sol beneficiou 58.514 famílias apoiando projetos de implantação de agroindústrias, fomento à agroecologia, desenvolvimento e acompanhamento das empresas sociais, comercialização e turismo rural;

• Foram concedidos 142.779 créditos de instalação, possibilitando melhor condição de vida para o agricultor assentado, através da construção, recuperação e melhoria das suas moradias, também aprimorando suas condições de trabalho, facilitando a aquisição de ferramentas e insumos para as atividades produtivas na terra;

• Formalizaram-se em algumas Superintendências Regionais, Termos de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal (CEF), visando à complementação de recursos da Carta de Crédito Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) Individual, o que permitiu a construção de habitações de melhor qualidade;

• Quanto à gestão do Crédito Instalação, ainda implementam-se medidas, visando maior controle de sua aplicação, como a prorrogação da vigência do contrato com o Banco

do Brasil (BB) para repasse de recursos em conta corrente específica e bloqueada, com o pagamento feito diretamente ao fornecedor, mediante a apresentação de nota fiscal, o que proporciona maior controle e transparência;

• Deu-se continuidade, no ano de 2006, à implementação de ações, visando promover a igualdade de oportunidades para gênero, raça e etnia, com a emissão de documentação civil básica para as mulheres trabalhadoras rurais;

• Também foram valorizadas as comunidades tradicionais por meio da identificação e do reconhecimento de 16 comunidades quilombolas.

**Escolarização de Trabalhadores Rurais**

• Em 2006, foram garantidos a permanência e o acesso à educação formal, pública e de qualidade, a 57.129 jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária e profissionais egressos da área de Ciências Agrárias;

• Na Ação Educação de Jovens e Adultos no Campo foram matriculados 48.694 alunos em turmas de ensino fundamental, estando em execução 39 cursos;

• Outros 8.435 estudantes estão distribuídos em 66 cursos de ensino médio/técnico profissionalizante, sendo:

a) 5.229 atendidos pela Ação Capacitação de Formação e Profissionais de Nível Médio Adaptados à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar;
b) 2.751 pela Ação Formação de Profissionais de Nível Superior Adaptados à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar;
c) 455 pela Ação Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional e Assistência Técnica.

**Crédito Rural**

• Os dados da aplicação de crédito ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) demonstram de maneira clara e inequívoca a opção deste governo em se voltar para os segmentos mais pobres do meio rural.

• Empréstimos do Pronaf chegaram a R$ 7,5 bilhões na safra 2005-2006 e devem atingir R$ 10 bilhões na safra 2006-2007;

• O número de contratos realizados pelo Programa chegou a mais de 1,9 milhão na safra 2005-2006 e deverá atingir 2 milhões de contratos na próxima safra;

• Houve um esforço muito grande no sentido de reverter a concentração de recursos no Centro-Sul do País, aumentando, especialmente, a participação da região Nordeste. Vale salientar, contudo, que os valores absolutos foram ampliados em todas as regiões, tanto em número de contratos como no montante;

• Novas linhas de financiamento foram implementadas, com a criação de linhas destinadas aos jovens, às mulheres, à agroecologia e à comercialização, com taxa de juros de 4,5% ao ano;

• Foram criadas linhas de financiamento de cotas-parte aos associados de cooperativas de produção e aos agricultores familiares do semi-árido e foram instituídos três financiamentos de custeio para os agricultores familiares assentados;

• O Pronaf também cresceu em eficiência. Houve significativa economia de recursos do Tesouro Nacional com a redução dos custos com equalização e modificação de procedimentos administrativos, fruto das ações da parceria dos agentes financeiros com o MDA;

• Estas ações resultaram em redução expressiva no tempo empregado pelos agricultores para obtenção do crédito, que passou de um a três dias por ano para um dia a cada cinco anos, nos financiamentos de custeio;

• Ações como a redução do *spread* médio em 26,1% e de 42,9% das taxas administrativas bancárias nas operações de financiamento resultaram em economia de mais de R$ 55 milhões para o Tesouro Nacional;

• Houve economia de recursos também com a utilização de fontes sem custo: foi assegurado que, pelo menos, 8% das exigibilidades bancárias do crédito rural sejam aplicadas nos financiamentos do Pronaf. O montante anual desta fonte, sem custo para o Tesouro Nacional, é de R$ 2 bilhões por ano. A economia estimada é de R$ 140 milhões por ano;

• Finalmente, houve um grande esforço para lidar com o processo de endividamento de agricultores, com a renegociação das dívidas. Foram editadas leis e resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que permitiram a quase totalidade dos agricultores familiares com dívidas contraídas até 31 de dezembro de 2005 efetuassem os ajustes junto aos agentes financeiros para que limpasse o seu cadastro.

**Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)**

• O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) foi implantado em regime de urgência para operar na safra 2004-2005. Em poucos meses o programa foi formulado, estruturado e começou a operar, algo sem precedentes em toda a história dos seguros. Para essa primeira safra, mais de 550 mil empreendimentos foram amparados pelo SEAF. Apesar de todos os desafios, a operacionalização foi bem-sucedida e os pagamentos estão sendo feitos de maneira geral no mesmo ano agrícola, ao contrário do Proagro tradicional que pagava somente no ano seguinte;

• No primeiro ano de operação, ocorreu na região Sul a maior seca dos últimos 60 anos. O SEAF foi um importante instrumento para administrar o problema, evitando que isso se configurasse como uma grave crise social no campo;

• A experiência de duas safras agrícolas, com forte demanda do seguro em função da forte estiagem no Sul do País, tem feito com que o monitoramento piloto tenha avançado muito, sendo uma ferramenta fundamental na gestão do seguro;

• Dentre os principais avanços alcançados pelo SEAF estão o desenvolvimento de ações integradas com o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), visando à

gestão de riscos na agricultura familiar e à promoção do uso de tecnologias adequadas, que incluíram a adoção de medidas preventivas contra eventos agroclimáticos adversos;

• Até recentemente apenas seis culturas anuais estavam incluídas no Zoneamento Agrícola, sendo que atualmente são 20 as culturas zoneadas.

**Produção de Biodiesel pela Agricultura Familiar**

• A agricultura familiar tem tido sua produção fortalecida por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O MDA já concedeu o Selo Combustível Social a seis empresas de biodiesel, fazendo com que mais de 30.000 agricultores tenham a compra de sua produção garantida;

• O MDA aportou também R$ 5 milhões em projetos de formação de pólos de produção de matérias-primas para biodiesel;

• Em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o MDA tem estimulado a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia de baixo custo para extração de óleos vegetais e para detoxicação da torta de mamona, visando a dar maior competitividade à produção familiar no Programa;

• Além disso, foi criado o Pronaf Biodiesel, que permite ao agricultor contrair crédito para plantar sua lavoura e contratar novo crédito para o plantio de oleaginosas no mesmo ano agrícola.

**Seleção dos Territórios Rurais e Elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável**

• Em 2006, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) apoiou a 118 territórios rurais, selecionados nas 27 Unidades da Federação, abrangendo 1.833 Municípios, com uma população de cerca de 39,7 milhões de pessoas (22,46% do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 3.101.227 km$^2$ (36,4 % da área total do País). Nestes territórios, concentram-se 44,3% dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil;

• Foram ainda constituídos Colegiados Territoriais em 97 destes territórios rurais apoiados, com grau de consolidação variável, considerando a diversidade existente entre as realidades vivenciadas em cada espaço apoiado;

• Cumpre destacar que o estágio em que se encontra cada um dos territórios selecionados varia muito, assim como a fase do apoio que a SDT presta aos mesmos. Isto decorre do fato de que, além de cada território rural ter suas características próprias e únicas (o nível de organização e mobilização dos territórios é bastante variável, implicando estágios de desenvolvimento, níveis de articulação e fortalecimento do capital social diferenciados), foram inseridos no Programa em momentos diferentes;

• Em 2006, foram elaborados 15 novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), sendo que no período de 2004 a 2006, 96 territórios rurais concluíram pelo menos a primeira versão do seu PTDRS, construídos pelos atores locais de forma participativa, contendo, além do diagnóstico territorial, os principais eixos

norteadores do desenvolvimento territorial e a visão de futuro do território, constituindo-se desta forma, em um referencial para qualificação e legitimação das demandas locais materializadas em projetos e programas territoriais. O processo de elaboração dos planos territoriais já foi iniciado em outros 22 territórios rurais, totalizando os 118 territórios apoiados pela SDT até o momento;

• Em apoio à elaboração e à gestão dos PTDRS, foram concluídos, em 2006, 87 estudos sobre a dinamização econômica nos territórios rurais;

• Também como componentes complementares aos PTDRS, foram concluídos 38 Planos Safra Territorial e outros 47 estão sendo elaborados em todo Território Nacional, com previsão de conclusão em maio de 2007;

• Considerando que o acesso à informação constitui subsídio imprescindível ao planejamento e à gestão, bem como ferramenta de empoderamento, a SDT desenvolveu, disponibilizou e promoveu atualizações contínuas no Sistema de Informações Territoriais (SIT).

**Crédito Fundiário**

• Em 2006, a execução Programa Nacional de Crédito Fundiário teve um aumento significativo no ritmo de aprovação de propostas e de contratação, alcançando a marca de 7.232 contratos assinados, o que representou o atendimento de 16.158 famílias de trabalhadores rurais;

• Somente no ano de 2006, o Programa Nacional de Crédito Fundiário incorporou 50 organizações governamentais e não-governamentais, que somadas as 148 já existentes totalizaram 198 organizações, que foram responsáveis pela mobilização, organização e capacitação de beneficiários interessados, o cadastramento dos mesmos nos sistemas de informações gerenciais e a elaboração das propostas de financiamento. Várias destas entidades mantêm convênios ou contratos com os governos estaduais ou com o MDA;

• Outra ação que compõe o Programa de Crédito Fundiário, é a Ação de Capacitação dos Executores do Crédito Fundiário, que, em 2006, superou as metas físicas de capacitação de agentes executores do Programa, atingindo o total de 6.000 agentes capacitados, o que representou um crescimento de 25% além da meta prevista para o período. Isso só foi possível devido à realização de parcerias com entidades cujas ações abrangem todo o Território Nacional, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a União Nacional das Escolas-Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), permitindo assim a otimização dos recursos aplicados;

**Bibliotecas Rurais Arca das Letras**

• Em 2006, foi iniciado o Projeto de Extensão Bibliotecas Famílias Agrícolas (BiblioEFA), que implantou 77 bibliotecas com acervos específicos para atender às Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais.Essas escolas atendem aos jovens do meio rural com educação técnica e metodologia da pedagogia da alternância;

• Também constituem resultados alcançados em 2006: 1.243 comunidades atendidas; 2.275 agentes de leitura capacitados; 133.346 famílias beneficiadas e 303.183 livros distribuídos;

• O Programa conta com ações de incentivo à leitura, formação de agentes de leitura e implantação de bibliotecas em comunidades rurais, e tem como público-alvo os trabalhadores rurais e os moradores do meio rural (homens e mulheres, crianças, jovens e adultos);

• O Programa conta ainda com parceria do Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN/MJ), Ministério da Cultura (MinC), Ministério de Minas e Energia(MME), pelo Programa Luz para Todos, BB, Fome Zero, Penitenciárias dos Estados do CE, RN, PE, ES, prefeituras municipais, movimentos sociais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;

• O Programa está contribuindo para o desenvolvimento do trabalho, da cultura, da educação e do lazer no campo ao disponibilizar às comunidades rurais informações de acordo com seus interesses e necessidades.

• Estão disponíveis, para as comunidades resolverem problemas práticos, cotidianos e educacionais, manuais técnicos e cartilhas sobre produção rural, cidadania, meio ambiente, saúde e educação, literatura clássica, moderna e popular (brasileira e estrangeira) para todas as faixas etárias, livros de pesquisa e dicionários.

• A leitura no ambiente familiar rural está se tornando uma prática cotidiana e dinâmica, com crianças lendo para os adultos (e vice-versa), os mais jovens lendo para os analfabetos. Os recém-alfabetizados estão encontrando nos livros a motivação para retomarem seus estudos;

• As comunidades vêm reduzindo os índices de evasão e de fracasso escolar com a ajuda da biblioteca rural. Os jovens agora têm condições de encontrar os livros de que precisam para a ascensão nos níveis educacionais.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

Os programas e as ações do MDA apresentam grau satisfatório de aderência à estrutura organizacional do Órgão. Essa vinculação foi construída em 2003 e reforçada pelas revisões anuais do PPA. Contudo, podem ser destacadas algumas questões na programação atual que merecem aperfeiçoamentos:

a) apuração dos índices dos indicadores de programa (especialmente os gerenciados pelo Incra);
b) articulação das ações de apoio à comercialização com as demais ações do Pronaf;
c) apoio ao cooperativismo e ao associativismo no âmbito do desenvolvimento territorial e da agricultura familiar;
d) criação de um programa específico para Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar;

e) fortalecimento da educação para assentados da reforma agrária e agricultores familiares.

**ASPECTOS RELEVANTES**

O MDA não dispõe de quadro próprio de pessoal. Os servidores que o integram foram convidados para tal e recebem funções comissionadas. Por mais seletivo que seja o critério adotado, a própria característica das nomeações para cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, não contribui para um aprofundamento do vínculo entre os servidores e o órgão. Em 2006, para iniciar um processo de reversão dessa situação, foi encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) pedido de realização de concurso para agregar servidores próprios ao quadro de pessoal do MDA.

# AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

## OBJETIVO

Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores.

## PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.939.016.058,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.707.000.986,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.707.000.986,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 834.593.736,00 | R$ 3.341.207.706,00 | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 58,41
**Índice previsto ao final do PPA:** 77,07

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

É provável que não se atinja o índice projetado para o final deste PPA, embora a tendência seja de, este ano, as contratações aumentarem consideravelmente, em virtude dos esforços do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com intuito de consolidação dos assentamentos. A baixa aplicação do crédito para a reforma agrária, bem como sua inadimplência, estão intrinsecamente ligadas às debilidades institucionais do Incra no processo de consolidação dos assentamentos.

### 2. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - LINHA B

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 44,07
**Índice previsto ao final do PPA:** 34,65

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice previsto para o final do PPA já foi atingido, em 2005, chegando, em 2006, a 44,07%. Foram feitas algumas alterações no Programa de Fortalecimento da Agricultura Família (Pronaf) que permitiram a superação da meta. Neste caso, destacam-se a transformação da linha em microcrédito, simplificação para contratação e utilização de metodologia diferenciada pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) voltada para orientação às famílias potenciais tomadoras do crédito.

**3. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - LINHA C**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 41,29
**Índice previsto ao final do PPA:** 46,43

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice provavelmente será atingido ao final de 2007. Houve nos últimos anos migração de agricultores do grupo C para o D, o que pode explicar o não alcance da taxa programada para 2006. Além disso, este é o grupo que, juntamente com o grupo B, mais necessita de assistência técnica pública, e mais sofre com a ausência desta. Com os esforços realizados em 2006 de ampliação da assistência técnica para os potenciais beneficiários do Grupo C, dada a ampliação dos recursos da Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), a tendência é que o indicador programado para o final do PPA seja alcançado.

**4. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - LINHA D**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 62,64
**Índice previsto ao final do PPA:** 50,79

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice previsto para o final do PPA já foi atingido, chegando, em 2006, a 62,64%. A superação deve-se em grande parte à simplificação dos procedimentos para contratação do financiamento, e ao fato de estes passarem a ser efetuados em época adequada e oportuna, reduzindo os riscos dos empreendimentos financiados. Ademais, é importante frisar que ingressou neste grupo parte dos agricultores do Grupo C mais consolidados, que já toma o crédito Pronaf há mais tempo.

**5. TAXA DE ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF - LINHA E**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 30,07
**Índice previsto ao final do PPA:** 72

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Devido à mudança na renda bruta para enquadramento nesta linha houve uma ampliação de seus beneficiários. Quando foi calculado o índice de 72% o público era de 112 mil agricultores. Atualmente o público estimado é de 250 mil agricultores familiares. Se fôssemos considerar o público anterior, a taxa de atendimento chegaria, em 2006, a 66%. Com a mudança ficamos mais distantes da meta para 2007.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Os problemas da agricultura familiar têm sua origem na exclusão dessa classe de produtores das políticas públicas dirigidas ao meio rural, quer sejam estas de caráter produtivo ou social. A implementação Pronaf tem por finalidade garantir o acesso às políticas de geração de renda, emprego e exercício de cidadania, consubstanciadas nas políticas de crédito à produção, à infra-estrutura produtiva, à habitação, à saúde, à educação, incluindo-se nesta última as ações de capacitação.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aprovação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que institui a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
- Ampliação dos recursos para Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Ampliação da ação de crédito do Pronaf;
- Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Consolidação dos mecanismos de seguro ao produtor, com o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Com relação ao crédito, houve execução de 88% dos contratos previstos e 81% do montante de recursos disponibilizados, ou seja, foram realizados 1,8 milhão de contratos para o montante de R$ 7,4 bilhões.

As demais ações tiveram execução bastante elevada, ultrapassando as metas físicas estabelecidas em mais de 100%. Cabe destacar que a Ação Fomento à Assistência Técnica e à Extensão Rural teve suplementação de R$ 50 milhões e executou 98,2% dos recursos, embora estes ainda sejam insuficientes frente à demanda.

Também tiveram boa execução às Ações Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel e Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar, apesar da insuficiência de recursos frente à demanda.

O fluxo de liberação dos recursos foi compatível com a programação. Porém, há que se considerar o fato de 2006 ter sido um ano eleitoral, com impedimento legal de repasse de recursos por um largo período. Assim, houve suplementação de recursos para Ater, mas a mesma só pode ser disponibilizada no segundo semestre.

Quanto à Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP), seus gastos incluem também despesas com monitoramento e avaliação do Programa. No ano de 2006, foram contratados dois estudos de avaliação de impacto do Pronaf por meio de recursos do GAP.

As atividades relacionadas ao Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronaf (SMAP) também foram custeadas com esses recursos, além das atividades relacionadas à gestão de riscos no Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) que não teve ação específica para sua gestão no ano de 2006.

No que se refere às questões de pessoal, cabe registrar que o Programa é executado em um Ministério que não tem servidores próprios. Toda a equipe da Secretaria da Agricultura Familiar, responsável pelo Programa, é formada por pessoas com cargos de livre nomeação e exoneração (DAS) e consultores contratados por meio de Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais. Além da equipe ser numericamente insuficiente, há precariedade e fragilidade nos vínculos. Não há também espaço físico suficiente no MDA para acomodar a reduzida equipe do Programa.

Quanto à qualificação, tanto o corpo de direção da SAF quanto os técnicos têm formação razoável para atuação na área, com titulação acadêmica e experiência profissional anterior nos temas trabalhados. Entretanto, dada a fragilidade dos vínculos, não há como investir na formação permanente e no crescimento dos profissionais.

Em virtude da falta de pessoal, o MDA tem dificuldades para concluir os convênios demandados a partir das ações do Pronaf. O tempo de tramitação por vezes torna-se excessivamente longo, pois, além da escassez de pessoal, há várias instâncias que devem se manifestar para autorizar a celebração do mesmo. Para a finalidade da Ação Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares, o modelo de repasse de recursos apenas por meio de convênios não se mostra o mais adequado. Estão sendo estudadas outras modalidades, conforme vem sendo executado por outros Ministérios, de maneira a melhor atender ao público beneficiário.

Houve também dificuldade de repasse de recursos para alguns Estados em função de inadimplência, muitas vezes derivada da ausência de prestação de contas.

Em relação à mutissetorialidade, o Pronaf tem ações de crédito no Ministério da Fazenda (MF), que são acompanhadas com razoável precisão, e uma ação no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que não é acompanhada pela ausência de informações por parte da coordenação da ação.

No caso das Ações Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel e Fomento à Assistência Técnica e à Extensão Rural para Agricultores Familiares, há conflito com diversos órgãos que desenvolvem atividades paralelas e concorrentes, gerando desperdício de recursos.

Em relação aos aspectos de monitoramento e avaliação, destaca-se a importância do SMAP para o acompanhamento da aplicação do crédito rural Pronaf. Sua atualização é mensal e por meio dele se consegue verificar a aplicação do crédito por grupo de beneficiários (A, A/C, B, C, D, E), região e fonte de recursos, o que o registro do Banco Central do Brasil (BC) não permite. O SMAP proporciona um acompanhamento efetivo da aplicação

do crédito, orientando os ajustes a serem realizados no decorrer do Plano Safra. Todavia, o Ministério não possui uma área de avaliação. Por ora, estão sendo realizadas avaliações pontuais do Programa, o que não é o ideal.

Quanto aos indicadores do Programa, os atuais estão focados no crédito. Para o PPA 2008-2011 serão propostos indicadores associados à Assistência Técnica e à Extensão Rural.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Quanto à distribuição regional do Programa, houve avanço nas Regiões Norte e Nordeste. No Nordeste, conseguiu-se progresso significativo, embora ainda exista muito a se fazer. Cabe destacar que a consolidação do Programa na região depende sobremaneira da ampliação da Ater. Já o desafio de ampliação na Região Norte permanece, o que significa a introdução de aspectos de preservação ambiental, além da Ater, qualificada e de crédito dirigido para a realidade da região.

As parcerias com instituições não-governamentais têm sido importantes para a execução do Programa. As metas e tarefas dos convênios realizados com estas organizações têm sido cumpridas, apesar das dificuldades surgidas nos últimos anos em decorrência das mudanças na Instrução Normativa nº 01, que regula os convênios. Para algumas atividades, como Ater, o modelo de convênio não se mostra o mais ajustado, em virtude do caráter contínuo e rotineiro da atividade. Estão em estudo outras formas de repasse de recursos para as instituições que fazem Ater continuamente aos agricultores familiares.

O crédito Pronaf tem, desde a safra 2005-2006, uma linha específica para mulheres, denominada Pronaf Mulher, cujas contratações vêm crescendo desde sua implantação. Além disso, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que define os princípios para atuação da Ater, coloca a necessidade de tratamento às questões de gênero, raça e etnia nos trabalhos realizados com agricultores familiares.

Por último, parte dos recursos de Ater são aplicados exclusivamente em projetos voltados às mulheres, populações indígenas e quilombolas. Da mesma forma, há uma linha específica de crédito para jovens (Pronaf Jovem). Na ação de Ater, há atuação específica com os Centros de Formação por Alternância, escolas rurais com metodologia própria para a formação de filhos de agricultores familiares.

**RECOMENDAÇÕES**

- Consolidar a vertente de microcrédito do Programa, diferenciando-o progressivamente da assistência social promovida pela Bolsa Família;
- Criar um programa específico para Ater, com destaque para o público do Pronaf B e da Região Nordeste;

- Ampliar o crédito e a Ater na Região Norte, adequando-os às especificidades sociais e ambientais desta região;

- Promover maior participação dos agricultores familiares na produção do biodiesel;

- Incorporar ao Programa as Ações - 2B81 - Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar (PAA), 2B83 - Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar (PAA), provenientes do Programa Abastecimento Agroalimentar e uma nova Ação, denominada Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável em Áreas de Produção de Tabaco.

# ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS

## OBJETIVO

Promover a democratização do acesso à terra, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de emprego e renda.

## PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores rurais sem-terra.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.316.116.796,00 | Empenho Liquidado: | R$ 2.200.555.656,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 2.200.555.656,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE FAMÍLIAS ACAMPADAS BENEFICIADAS NOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 90

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

### 2. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM CRÉDITO DE INSTALAÇÃO - APOIO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

### 3. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**4. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**5. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS NOS PROGRAMAS DE REFORMA AGRÁRIA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 56

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**6. Taxa de Famílias Beneficiadas com Crédito Instalação - Habitação**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**7. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM ELETRIFICAÇÃO RURAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**8. TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A reforma agrária constitui elemento essencial do processo de mudança do modelo de desenvolvimento do País. A forte demanda pelo acesso à terra e por condições de sustentabilidade por parte das famílias rurais sem-terra, vinculada a um processo de obtenção de terras insuficiente, reativo, conflitivo e vulnerável em relação às demandas vem gerando intensos conflitos no meio rural. A não intervenção neste processo acarretará o acirramento de conflitos pela posse e pelo uso da terra, impedindo o avanço sócio-econômico e ambiental dos grupos vulneráveis. A existência de um grande estoque de terras públicas e particulares produtivas e/ou improdutivas oportunizará o atendimento dos objetivos propostos.

O modelo de intervenção praticado em exercícios anteriores não foi suficiente para induzir a melhoria na qualidade de vida e trabalho dos assentados, além de gerar um passivo ambiental, ofereceu serviços sociais básicos insuficientes, desintegrados e inadequados em relação às necessidades da população rural e dos beneficiários da reforma agrária, gerando a necessidade de proposição de um novo modelo de assentamento de trabalhadores rurais.

A intervenção para a implantação de novos assentamentos será realizada em áreas prioritárias que possibilitem a potencialização dos investimentos promotores da transformação da estrutura sócio-econômica do meio rural, respeitando as diversidades regionais, visando ao desenvolvimento integrado e sustentável. O processo de planejamento e execução das ações relativas à implementação de projetos de assentamento contará com a efetiva participação da comunidade assentada, de modo a estimular a organização comunitária, promover um processo de capacitação na gestão dos recursos públicos e na organização da produção, assegurar mecanismos de participação das mulheres e dos jovens.

O aporte de recursos necessários à ação de implementação de projeto de assentamento acontecerá de forma não fragmentada, ordenada e assegurada sua disponibilidade conforme o plano de trabalho e o cronograma de desembolso dos recursos previstos para cada ação considerada.

O novo modelo deverá integrar as políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, educação, saúde, cultura, eletrificação rural, saneamento básico, meio ambiente, dentre outras, necessárias ao desenvolvimento do projeto de assentamento, com ênfase para a inserção das questões de gênero, raça/etnia e geração de renda.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- 9,4 milhões de hectares incorporados ao Programa de Reforma Agrária, sendo destes, apenas 789 mil de forma onerosa;
- 126,5 mil famílias assentadas;
- 94.204 famílias receberam concessão de crédito de instalação;
- 125, 2 mil famílias atendidas pela Assistência Técnica;

• 48.135 famílias atendidas com infra-estrutura básica (água, energia e estradas), do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e serviços topográficos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Do total de recursos orçamentários destinados para a Ação Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, da ordem de R$ 1,5 bilhões, para obtenção de 1,5 milhão hectares, foram obtidos 789 mil hectares, correspondendo a 51,9% da meta física programada ao custo total de R$ 1,4 bilhão, representando 96,5% dos recursos financeiros disponíveis.

O custo unitário previsto no orçamento foi de R$ 936,43 por hectare, enquanto o realizado foi da ordem de R$ 1.729,63 por hectare. Na maioria das regiões, houve um aquecimento no mercado de imóveis rurais nas áreas com melhor potencial agrícola, fato este que propiciou, em contrapartida, a destinação de parcelas menores por família, aumentando a capacidade de assentamento nestes imóveis.

Um maior volume de terras não-onerosas incorporadas foi resultante de ações na região Amazônica, permitindo o combate à grilagem de terras públicas federais com a adoção de projetos ambientalmente diferenciados.

Em relação à concessão de crédito e à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), os resultados alcançados, apesar de significativos em sua execução, ficaram aquém do esperado, em face à decisão do governo de estabelecer limites para movimentação e empenho de recursos orçamentários e financeiros por quadrimestre. Também teve impacto negativo na execução das ações de Ates a não liberação de recursos financeiros suficientes e em tempo hábil para a sua aplicação.

Outra dificuldade decorreu do atraso na tramitação do Orçamento Geral da União, cuja sanção ocorreu em 16 de maio de 2006, mediante a Lei nº 11.306. O Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, estabelece o cronograma mensal relativo à programação orçamentária e financeira de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006.

A Ação Projetos de Assentamento Rural em Implantação, que contempla infra-estrutura básica (água, energia e estradas), Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e serviços topográficos, apresentou uma execução física abaixo da prevista na LOA 2006 pelo fato das obras e serviços terem sido contratados, na sua maioria, apenas no segundo semestre.

O atraso na liberação dos recursos retarda a implementação das ações conforme a previsão estabelecida na programação operacional de cada ano da instituição, que prevê uma execução mensal de forma a possibilitar o alcance das metas juntamente com o acompanhamento qualitativo na implementação destas.

O atraso na prestação de contas dos entes convenentes também compromete o encerramento de convênios estabelecidos e a celebração de novos, o que impossibilita em parte a aplicação efetiva dos recursos para alcance do objetivo do Programa.

Outra restrição relevante é a lentidão do processo de licenciamento ambiental, que afeta, principalmente, a criação de projetos de assentamentos e, conseqüentemente, todas as ações posteriores de implantação inerentes ao Programa. A morosidade na expedição das licenças prévias pelos órgãos competentes (usualmente órgãos estaduais de meio ambiente) por vezes afeta o alcance das metas estabelecidas para o Programa e suas Ações. Ainda que alguns procedimentos tenham sido alterados pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 387, permanecem as dificuldades operacionais por parte dos órgãos licenciadores, que muitas vezes não tem estrutura de pessoal e financeira para a análise das solicitações de licenças protocoladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Face ao volume dos programas e das ações executadas e ainda o volume de recursos abrangidos pelo Programa, há ainda a necessidade de maior quantidade de servidores qualificados que atuam na gestão e execução do Programa.

No que se refere à implementação da Reforma Agrária, é necessário buscar um melhor equilíbrio entre a quantidade e a qualidade dos assentamentos. A pressão social pela ampliação do número de famílias a serem assentadas anualmente e a sustentabilidade dos assentamentos realizados ainda precisa de ajustamentos.

Há também a necessidade de maior interação intrassetorial, seja na definição de territórios de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a agricultura familiar, com as ações de reforma agrária do Incra, bem como nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA). É necessário ainda que a aplicação dos recursos de infra-estrutura pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) se direcione para as áreas de atuação do Incra.

No que se refere aos indicadores do Programa, permanece a ausência da sua aferição, o que inviabiliza uma gestão satisfatória.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) estabeleceu como meta o assentamento de 400 mil famílias no período 2003-2006 e de 520 mil famílias no período 2004-2007, conforme a tabela abaixo.

Em relação às metas estabelecidas, nota-se que a quantidade de famílias assentadas apresente resultados satisfatórios. Já no que se refere à qualidade dos assentamentos, a avaliação encontra-se prejudicada pela não apuração dos índices dos indicadores do Programa.

Famílias Assentadas – 2003/2007

| Ano | Meta II PNRA | Executado | % EXEC/PNRA |
|---|---|---|---|
| 2003 | 30.000 | 36.301 | 121% |
| 2004 | 115.000 | 81.254 | 70,66% |
| 2005 | 115.000 | 127.506 | 110,87% |
| 2006 | 140.000 | 136.358 | 97,4% |
| 2007 | 150.000 | - | - |
| Total 2003-2006 | 400.000 | 381.419 | 95,35% |
| Total 2004-2006 | 370.000 | 345.118 | 93,27% |
| Total 2004-2007 | 520.000 | 345.118* | 66,36%* |

* Até 31 de dezembro de 2006.

**RECOMENDAÇÕES**

• Reformular o Programa, focando-o na obtenção de terras e nas ações preparatórias para a realização dos assentamentos e diferenciando-o do Programa Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, que passará a focar no desenvolvimento e na qualidade dos assentamentos;

• Reformular os indicadores do Programa, substituindo os existentes pela: Taxa de Famílias Cadastradas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária e Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária;

• Estabelecer o horizonte temporal e os recursos necessários para a conclusão do processo de Reforma Agrária no Brasil, sendo o Incra/MDA o elaborador por meio do III PNRA, esclarecendo os direitos e deveres das famílias assentadas, definindo metas anuais e regionalizadas, para a realização dos assentamentos;

• Promover maior coordenação entre as iniciativas voltadas para reforma agrária e agricultura familiar, tendo em vista as potencialidades dos territórios rurais e o desenvolvimento crescente de atividades industriais e de serviços no meio rural.

# CRÉDITO FUNDIÁRIO

## OBJETIVO

Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis.

## PÚBLICO-ALVO

Famílias sem-terra, arrendatários, parceleiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 551.837.254,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 522.239.590,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 522.239.590,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO FUNDIÁRIO NA REFORMA AGRÁRIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,6
**Índice previsto ao final do PPA:** 4,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A Taxa de Participação do Crédito Fundiário no PPA em 2006 foi de 1,6%. No período de 2004-2006, este percentual foi de 3,1%, valor que está dentro da expectativa. Se forem atendidas outras 16 mil famílias em 2007, o índice de referencia de 4,5% será ultrapassado.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Segundo estimativas recentes, as áreas ociosas com superfície insuficiente para processo de desapropriação, representam cerca de 40 milhões de hectares. A estas áreas devem-se acrescentar as áreas produtivas, que não podem ser incorporadas ao processo de reforma agrária pela via da desapropriação, mas que podem, em razão de seu preço, dar origem a projetos viáveis. Este Programa de acesso à terra é complementar ao Programa de Reforma Agrária.

O Programa de Crédito Fundiário se dará, através da execução descentralizada pelos Estados e financiará a compra de imóveis rurais, bem como os investimentos básicos necessários à estruturação destas novas unidades produtivas, a capacitação dos beneficiários e a assistência técnica. A descentralização do Programa e a participação efetiva da sociedade civil devem contribuir, por outro lado, para a acumulação de capital social, o fortalecimento da cidadania e para maior articulação com as ações empreendidas em outros programas locais de desenvolvimento, em particular, em matéria de segurança alimentar, geração de emprego e renda, infra-estrutura, educação, saúde, saneamento, combate à pobreza e ação social.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Atendimento a 16.158 famílias Crédito Fundiário;
- Capacitação de 6.000 executores e beneficiários do Programa;
- Incorporação de 50 organizações parceiras no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física do ano de 2006 teve um significativo aumento em relação ao ano de 2005, representando um crescimento da ordem de 73%. Contudo, atingiu-se apenas 60% da meta. Além destas famílias contratadas, o Programa fechou o ano de 2006 com mais de 30 mil famílias em fase de contratação, sendo seis mil em estágio final de contratação nos agentes financeiros e 24 mil nas Unidades Técnicas Estaduais (UTE) em fase final de análise e envio para contratação nos agentes financeiros. O não alcance da meta ocorreu em virtude da descontinuidade nos repasses de recursos durante o ano de 2006, vide os valores empenhados versos a execução financeira (valores pagos). Foram aplicados R$ 339 milhões para o atendimento das 16.158 famílias, sendo que R$ 35,4 milhões referem-se a recursos do Orçamento Geral da União de 2006, R$ 235,4 milhões de restos a pagar de 2005 e R$ 68,3 milhões são oriundos de reservas do Fundo de Terras, que se encontravam junto aos agentes financeiros credenciados.

Em 2006, o Decreto de Programação Financeira estabeleceu um fluxo de liberações muito desproporcional, concentrando-os no final do exercício, o que afetou o ritmo de contratações das operações. O não cumprimento do cronograma preestabelecido, ocasionou a suspensão temporária de contratações. Cabe destacar que apesar da demanda crescente é possível observar que a curva de contratações sofreu oscilações importantes por conta do descompasso nas liberações.

O atraso nas contratações de operações de crédito gerou prejuízos aos beneficiários do crédito fundiário, uma vez que o processo de negociação direta nas aquisições de terras requer agilidade e liquidez. Atrasos nas liberações de recursos para implantação de Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC), além de gerar prejuízos aos beneficiários, interferiram no alcance das metas estabelecidas.

Nos últimos anos, o contingenciamento orçamentário sistemático aplicado à Ação Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários – Combate à Pobreza Rural, despesa discricionária, e a indefinição dos limites orçamentários dado à Ação Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras, despesa financeira, dentro dos Decretos de Programação Financeira Anual, prejudicam a execução do Programa e contribui para o não atendimento das metas estabelecidas, uma vez que as liberações financeiras não estão condicionadas a critérios especificados na legislação.

Devido à inadimplência dos entes, também houve atraso na celebração dos convênios e na liberação das parcelas, prejudicando o cumprimento dos prazos previstos nos planos de trabalho.

Outra dificuldade decorreu da falta de documentação dos interessados e da situação jurídica irregular dos imóveis a serem adquiridos. Contudo, cabe ressaltar que a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) trabalha desde 2005 em conjunto com os governos estaduais, no sentido de realizar campanhas de documentação e executar a regularização fundiária.

Cabe destacar que a série histórica dos gastos administrativos do Programa apresenta uma redução ao longo dos anos, demonstrando que a aplicação dos recursos está sendo realizada de forma mais eficiente. Os recursos da Ação Gestão e Administração do Programa foram utilizados no pagamento de passagens e diárias de servidores, em convênios, objetivando pesquisas e construção de ferramentas de gestão e monitoramento, bem como viabilização da criação de redes de apoio. Em virtude dos investimentos realizados ao longo dos últimos três anos pela SRA, na implementação de sistemas de informações, criação de boletim gerencial e instituição da junta financeira no âmbito da SRA foi possível mapear e apropriar os gastos administrativos e finalísticos do Programa de Crédito Fundiário.

As informações relativas à execução do Programa feitas por meio descentralizado com os parceiros e Estados, são regularmente enviadas à gerência nacional do Programa através de relatórios, prestações de contas, acompanhamento *in loco* por parte das UTE e supervisores, bem como por meio de reuniões periódicas de planejamento e avaliação, visitas técnicas aos Estados e através dos Sistemas Gerenciais do Programa.

A SRA, por meio da sua Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CGPMA), implementou, em 2006, o boletim denominado de Painel de Indicadores, atualizado semanalmente e disponibilizado para parceiros e UTE, permitindo avaliar o desempenho estadual de cada programa. As informações gerenciais contidas neste boletim estão distribuídas em 16 páginas subsidiando a decisão dos gestores e monitorando as execuções dos programas da SRA.

O Programa trabalha com ações descentralizadas executadas pelos Estados. Além disso, conta com efetiva participação social (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf)

que proporciona maior controle social. Outra boa prática está no mecanismo de bônus de adimplência de até 10% dado aos beneficiários, se estes negociarem a aquisição dos imóveis abaixo de um valor de referência. Isto significa que uma boa negociação permite uma redução no valor da dívida contraída pelos agricultores.

Por fim, destacam-se as avaliações periódicas do Programa, com ênfase na avaliação de impacto, que se encontra em curso. Esta avaliação tem como objetivo analisar o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental das famílias beneficiadas, desde seu ingresso no Programa (perfil de entrada) até o presente (impacto). Também será possível isolar os resultados alcançados pelas famílias que se encontram no Sistema de Qualificação da Demanda (SQD). Além disso, o estudo verifica a formação e o desenvolvimento do capital social nas associações dos projetos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Em 2006, foi apresentado o Diagnóstico Qualitativo dos Projetos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), realizado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Segundo este estudo, o Programa é avaliado como ótimo e bom por 94% das famílias entrevistadas.

O Programa Crédito Fundiário conta com uma linha específica para o atendimento dos jovens agricultores de 18 a 28 anos, denominada de Nossa Primeira Terra. Além disso, desenvolve ações destinadas à mobilização e à organização de públicos específicos:

a) trabalhadores negros (Terra Negra);
b) libertos da condição de trabalho escravo em restrição de liberdade (Terra para a Liberdade);
c) egressos do sistema penitenciário e seus familiares (Nascer da Terra).

**RECOMENDAÇÕES**

• Aquisição de equipamentos e *softwares* que permitam aprimorar os trabalhos de gestão e o monitoramento das ações do Programa;

• Aquisição de veículos, computadores, Sistema de Posicionamento Global (GPS), dentre outros equipamentos, para as UTEs responsáveis pela execução do Programa a nível estadual;

• Ampliação do quantitativo de servidores públicos nas áreas de gestão, monitoramento, orçamento/finanças e controle das ações do Programa;

• Qualificação dos servidores envolvidos no Programa, visando à melhoria da formação profissional e ao aumento da produção intelectual do corpo técnico envolvido;

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS

## OBJETIVO

Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia.

## PÚBLICO-ALVO

Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 196.974.918,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 152.600.875,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 152.600.875,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ATENDIMENTO TOTAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 26,22
**Índice previsto ao final do PPA:** 55,56

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Os recursos financeiros efetivamente aprovados não são suficientes para o alcance de 250 territórios apoiados até 2007. Com o orçamento previsto para 2007, o número máximo de territórios rurais apoiados pelo Programa, sem comprometer a qualidade das atividades desenvolvidas, não deverá passar de 130, correspondendo a um índice de 28,88 para este indicador.

Em 2006, o número de territórios rurais apoiados foi ampliado de 104, em 2005, para 118. Como em anos anteriores, a dotação orçamentária do Programa em 2006, excluindo as emendas parlamentares, ficou abaixo da previsão inicial do PPA 2004-2007, impossibilitando o atendimento de um maior número de territórios rurais, frustrando grande parte da demanda existente em todos os Estados. Estando a previsão orçamentária,

do ano de 2007, próxima dos valores praticados em 2006, dificilmente será ampliado significativamente o número de territórios rurais apoiados. Esta possibilidade exclui os recursos oriundos de emendas parlamentares pelo fato da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) não ter governabilidade total sobre as mesmas, que são incluídas no Programa já definindo como e onde será aplicado o recurso, muitas vezes dirigido a Municípios localizados fora dos territórios rurais apoiados. Mesmo considerando os recursos das emendas, o orçamento de 2006 foi menor que o previsto inicialmente no PPA 2004-2007.

**2. TAXA DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 18,11
**Índice previsto ao final do PPA:** 53,83

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Apesar dos recursos insuficientes, o número de Municípios apoiados pelo Programa tem sido alcançado basicamente por causa das emendas parlamentares. O impacto das emendas parlamentares nos demais índices relacionados ao número de territórios rurais apoiados é menor, uma vez que se destinam a Municípios pré-definidos pelo legislativo, que não estão necessariamente inseridos em territórios rurais selecionados. Com a alteração do produto da Ação Orçamentária de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços para território beneficiado este indicador precisa ser revisto quando da revisão do Programa para o PPA 2008-2011.

Por intermédio da Ação Orçamentária 0620 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais, foram apoiados, em 2006, 116 territórios rurais (do total de 118 territórios apoiados pelo Programa) e 2.102 Municípios, sendo 815 diretamente beneficiados (número utilizado para apuração do índice 2006 do presente indicador) e outros 1.287 indiretamente beneficiados. Decorrente da implementação de projetos oriundos de emendas parlamentares, 288 Municípios (do total diretamente apoiado) estão localizados fora dos territórios rurais apoiados pelo Programa. Em 2006, o produto desta ação orçamentária foi alterado de Município Beneficiado para Território Apoiado, sendo que essa alteração precisa ser incorporada na lógica de definição das metas físicas da ação, conforme será abordado nos comentários referentes ao indicador 3 - Taxa de Atendimento em Infra-estrutura nos Territórios Rurais.

**3. TAXA DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NOS TERRITÓRIOS RURAIS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 25,77
**Índice previsto ao final do PPA:** 55,56

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Da mesma forma que no indicador Taxa de Atendimento Total dos Territórios Rurais, os recursos financeiros efetivamente aprovados não são suficientes para o alcance de 250 territórios a serem apoiados até 2007, sendo que com a dotação orçamentária

prevista, este número não deverá passar de 130 territórios, correspondendo a um índice de 28,88 para este indicador.

Os índices apurados anualmente para este indicador dependem diretamente do número de territórios rurais apoiados com projetos de infra-estrutura e serviços, portanto os comentários feitos para o indicador 1, em relação ao número de territórios rurais apoiados, são válidos também para esse indicador, o que será melhor detalhado quando da avaliação dos resultados do Programa, no item de viabilidade de alcance dos índices originalmente previstos ao final do PPA 2004-2007. Conforme já citado nos comentários feitos para o indicador 2, a partir de 2006 o produto da Ação 0620 passou a ser Território Apoiado. Porém, ao se analisar a meta física para esta Ação em 2006 (849 territórios), bem como o realizado nesse ano (240 territórios), pode-se verificar uma inconsistência nos números: o número máximo de territórios rurais no Brasil é 450 (horizonte final do Programa em termos de territórios rurais apoiados, estimado em 2003, número este que a realidade vivenciada na sua implementação tem indicado ser menor). Desta maneira é impossível e inconsistente uma meta anual de 849 territórios apoiados, em um universo máximo de 450. Essa questão será ajustada no PPA 2008-2011.

**4. TAXA DE ATENDIMENTO EM ELABORAÇÃO DE PLANOS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - PROJETOS SETORIAIS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 25,77
**Índice previsto ao final do PPA:** 55,56

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Da mesma forma que nos indicadores Taxa de Atendimento Total dos Territórios Rurais e Taxa de Atendimento em Infra-estrutura nos Territórios Rurais, os recursos financeiros efetivamente aprovados não são suficientes para o alcance de 250 territórios apoiados até 2007, sendo que com a dotação orçamentária prevista, este número não deverá passar de 130 territórios, correspondendo a um índice de 28,88 para este indicador.

Em 2006, o Programa apoiou o processo de elaboração e ajustes nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) em 116 territórios rurais (número utilizado para apuração do índice 2006 deste indicador). Os resultados obtidos foram 15 novos PTDRS elaborados em 2006, sendo que no período 2004 a 2006, 96 territórios rurais já concluíram seu PTDRS. Este processo está em andamento nos outros 22 territórios rurais apoiados pelo Programa em 2006. Cabe aqui um comentário final, válido para todo o conjunto de indicadores do Programa, no sentido de destacar a necessidade de ajustes ou mesmo de sua substituição. As alterações verificadas no Programa a partir de seu início em 2003-2004 e decorrentes da sua evolução natural justificam a revisão dos indicadores. Isto já foi proposto pela SDT quando da avaliação do Programa em 2006, porém, a posição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) foi contrária, sugerindo que essa revisão seja realizada durante a elaboração do PPA 2008-2011.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Grande parte da população está em Municípios que dependem, em grande medida, das atividades rurais para gerarem empregos, crescerem economicamente e garantirem seu desenvolvimento. As políticas públicas até aqui desenvolvidas não foram capazes de generalizar o desenvolvimento, reduzir significativamente a pobreza e banir a fome do Brasil, sendo estes problemas ainda mais acentuados na quase totalidade dos Municípios rurais. A grande maioria desses Municípios não possui condições objetivas de promoverem, autonomamente, seu crescimento econômico, nem mesmo de participarem de processos induzidos não articulados ao conjunto das demandas sociais existentes, o que os obriga a dependerem de transferências constitucionais, de políticas compensatórias e do clientelismo político.

Nesses Municípios, faltam capacidades locais, humanas e institucionais suficientes para que se organizem ações articuladas entre os diversos setores econômicos e sociais, para planejar o futuro, organizar suas demandas e desenvolver mecanismos de gestão social, que enfrentem seus principais problemas e aproveitem suas potencialidades, contribuindo para a segurança alimentar, combate à pobreza e à exclusão social. Para enfrentar este problema, é necessária a promoção do desenvolvimento, pelas políticas públicas. Como também é necessário que pequenos Municípios rurais, de economias e sociedades incipientes, aliem-se a outros Municípios, em melhores condições de desenvolvimento, possibilitando ação de cooperação e maior efetividade nas políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento sustentável.

É necessário que o conjunto formado por esses Municípios, aqui denominado territórios rurais, apropriem-se dos processos técnicos, sociais e políticos de desenvolvimento, para o que é necessário, dentre outros aspectos:

a) o desenvolvimento de capacidades locais;
b) o fortalecimento das institucionalidades capazes de operarem os processos;
c) a estruturação, a modernização e a diversificação das atividades econômicas;
d) a implementação de iniciativas econômicas, sociais e institucionais que sejam inovadoras, demonstrativas e associativas, resultando na articulação das demandas sociais e das políticas públicas, em benefício da concretização da visão de futuro defendida pela sua população.

Em face do imenso esforço a ser desenvolvido pelas políticas que buscam o desenvolvimento equilibrado do País, certamente ainda falta um elemento consolidador destas políticas, frente à heterogeneidade brasileira, e acelerador do desenvolvimento das capacidades para a autogestão do desenvolvimento, valorizando os recursos locais e estimulando a solidariedade e a participação, de tal forma que aquelas políticas possam, efetivamente, provocar as transformações reclamadas pela sociedade nacional. Este elemento é a perspectiva territorial, articulando políticas públicas e demandas sociais.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), órgão colegiado da estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), coordenou,

durante quase dois anos, a elaboração de uma proposta intitulada Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDTRS), com a participação de mais de quatro mil pessoas, representando mais de trezentas entidades públicas e da sociedade civil, que concluiu, dentre outras, pela extrema necessidade de se adotar a abordagem territorial na concepção e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável, especialmente para aquelas com maior repercussão nos espaços rurais. Ainda nesse mesmo sentido, movimentos sociais, que representam cerca de 90% dos agricultores familiares do Brasil, reivindicam há vários anos a adoção de mecanismos que possibilitem ampliar e qualificar os impactos das políticas de desenvolvimento rural, sendo a proposta contida neste Programa a resposta do Governo Federal a estas reivindicações.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Capacitação de 30.000 agentes de desenvolvimento nos 118 territórios rurais apoiados em 2006;
- Elaboração de 15 novos PTDRS. No período 2004-2006, 96 territórios rurais concluíram pelo menos a primeira versão do seu plano. O processo de elaboração e ajustes nos PTDRS está em andamento também nos outros 22 territórios apoiados pela SDT em 2006;
- Consolidados de 41 Colegiados Territoriais, sendo que até dezembro de 2006, já haviam constituído seus colegiados em 97 territórios rurais;
- Contratação de 1.158 Planos de Trabalho por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), beneficiando 116 territórios rurais apoiados e envolvendo diretamente 815 Municípios e indiretamente outros 1.297;
- Produção de quatro publicações de apoio à formação de agentes de desenvolvimento e à consolidação da abordagem territorial como uma estratégia de desenvolvimento rural;
- Realização do Salão Nacional dos Territórios Rurais, com 1.574 participantes credenciados;
- Atuação como Secretaria Executiva do CONDRAF;
- Implementação do Projeto de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Coopersol).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os recursos destinados ao Programa estão aquém do que foi estabelecido inicialmente para o PPA 2004-2007. Especificamente, em termos da execução financeira da Ação de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços e considerando o somatório das metas financeiras de 2006 do orçamento original da SDT e oriundos de emendas parlamentares (R$ 174,3 milhões), somente 82,72% (R$138 milhões) foi efetivamente disponibilizado, ficando 17,28% contingenciado (7,21% do orçamento direto da ação e 35,63% do proveniente de emendas parlamentares), daí o baixo percentual de execução em relação ao previsto na LOA + créditos. Além disso, em 3,55% dos empenhos não houve efetivação

de contratos por desistência do proponente e/ou falta de apresentação da documentação exigida. Considerando-se o orçamento efetivamente disponibilizado, a execução foi de 95,3%. No caso dos contratos inscritos em restos a pagar, cerca de 14,7% foram cancelados em função do não cumprimento de cláusulas suspensivas. Isso impediu a emissão de ordens bancárias, ocasionado principalmente por problemas na documentação de imóveis, para edificação de construções constantes de metas do projeto e cerca de 2,3% por problemas documentais. Cumpre destacar que o contingenciamento de emendas parlamentares foge à governabilidade da SDT/MDA e, apesar da Assessoria Parlamentar deste Ministério atuar junto à Casa Civil, nem sempre se consegue o descontingenciamento total desta parte do orçamento. Com isto, a execução fica prejudicada.

Em geral, a SDT consegue descontingenciar as ações do Programa. Contudo, a incerteza do montante de recursos realmente disponíveis compromete o planejamento e a execução.

Apesar da insuficiência de recursos, não houve descontinuidade no fluxo de sua liberação. Mas é preciso ressaltar que os impeditivos legais de operacionalização de determinadas atividades no período eleitoral dificultaram de certa forma a execução financeira em 2006.

Há ainda dificuldades relacionadas à celebração de convênios e contratos, tendo em vista a baixa capacidade organizativa e gerencial das entidades situadas nos territórios rurais. As ações de apoio à formação e à capacitação deverão, no médio e longo prazo, minimizar essas restrições.

Quanto aos projetos específicos que exigem licença ambiental, a morosidade no atendimento por parte dos órgãos ambientais compromete a liberação dos recursos para execução dos contratos firmados.

Em relação à adequação da infra-estrutura para a execução do Programa, a SDT não dispõe de espaço físico suficiente para o seu funcionamento. E nas equipes executoras o aporte de infra-estrutura é realizado pelas entidades parceiras no território, as quais dispõem de parcos recursos para uma mobilização imediata. Além disto, a disponibilidade de entidades parceiras aptas à execução de ações do Programa é muito variável, dificultando a operacionalização em determinados territórios rurais.

Quanto aos aspectos de pessoal o MDA, e em especial a SDT, não possui quadro próprio, sendo que a Secretaria dispõe de apenas sete funcionários dos quadros permanentes do Governo Federal. Os cargos em comissão não são suficientes para a formação da equipe gerencial, de coordenação e de assessoramento nacional e regional. O concurso de consultores não atende à necessidade real de pessoal permanente por diversas razões, em especial, devido à característica de trabalho temporário, acarretando perdas em termos de institucionalização de competências pela SDT, cada vez que um consultor deixa de prestar seus serviços. A utilização de uma rede de colaboradores externos reduz pontualmente essa deficiência em nível estadual e territorial, mas não resolve o problema em sua totalidade.

O quadro insuficiente de pessoal permanente ainda dificulta a participação em eventos de qualificação profissional ofertados pelo governo. Quanto aos consultores, existem grandes dificuldades de se encontrar profissionais qualificados no mercado de trabalho, em especial, o de Brasília. Da mesma forma, os valores pagos aos consultores não são estimulantes a ponto de atrair profissionais atuantes em outras localidades. Nas equipes executoras, há um fator adicional de complexidade associado ao caráter inovador do Programa. Espera-se que, com o esforço conjunto de capacitação e formação de agentes de desenvolvimento, a carência de recursos humanos qualificado seja gradualmente reduzida, o que certamente contribuirá para potencializar e qualificar os resultados a serem obtidos no futuro. Deve-se destacar que, fruto desse esforço da SDT e dos próprios parceiros locais, já é possível verificar uma melhoria na qualificação dos recursos humanos das equipes executoras em vários territórios rurais apoiados.

As práticas gerenciais adotadas pelo Programa são continuadas e relativamente inovadoras. A partir de um compromisso de governo e de um pequeno grupo de profissionais, conseguiu-se estruturar um programa nacional em todos os Estados e o Distrito Federal, através da construção de redes de parceiros e de entidades colaboradoras, que, em grande medida, responsabilizam-se pela execução in loco das atividades apoiadas e promovidas pelo Programa. Assim, um grande número de profissionais e de entidades da sociedade civil lograram assumir responsabilidades junto às institucionalidades territoriais, prescindindo da ação direta do governo para o alcance dos seus objetivos. Quanto às propostas adotadas e implementadas pelo Programa, ousou-se propor uma estratégia de gestão pública do desenvolvimento sustentável fundamentada em práticas continuadas e inovadoras, tais como:

a) abordagem integrada da questão do desenvolvimento sustentável e suas conseqüências para a qualidade de vida da população envolvida;
b) planejamento participativo com a base de atores sociais e gestores públicos territoriais;
c) planejamento ascendente com a estruturação de iniciativas próprias e demandas acordadas entre os atores territoriais e os gestores públicos;
d) construção de institucionalidades territoriais encarregadas, e empoderadas, da gestão efetiva das iniciativas apoiadas pelo programa e por outros instrumentos de políticas públicas;
e) resgate da auto-estima, valores e cultura, além de melhorias substantivas nas condições de competitividade sistêmica dos territórios;
f) capacitação de recursos humanos do território, ampliando a sua capacidade e competência humana e institucional para o desenvolvimento sustentável.

No que se refere aos aspectos de monitoramento e avaliação, a SDT já implementou o Módulo I do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), que embora ainda seja objeto de manutenções e ajustes, possibilita o acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas pelo Programa por intermédio do Projeto de Cooperação Técnica CONDRAF e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Em 2007, o processo de monitoramento e avaliação deverá ser potencializado, com a

implementação, pelo MDA, do Sistema de Convênios e Finanças (Sicofin), envolvendo as atividades operacionalizadas via convênios e contratos de repasse. Este sistema, aliado do SIG comporá um subsistema do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) em construção pela SDT.

Considerando que o acesso à informação constitui subsídio imprescindível ao planejamento e gestão, bem como ferramenta de empoderamento, a SDT desenvolveu e implementou ainda o Sistema de Informações Territoriais (SIT). O SIT é um sistema de informações que disponibiliza dados sobre os territórios rurais, agrupados por região, território ou Município, nos aspectos demográficos, econômicos e sociais. O sistema permite ainda, a visualização de interfaces dessas informações com espacializações adotadas por outras políticas públicas (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad, semi-árido, região do São Francisco, Amazônia Legal, BR-163, faixa de fronteira, dentre outras) e estará disponibilizando em breve informações sobre os projetos apoiados pela SDT em todo Brasil.

Em relação aos indicadores, com a evolução do Programa e a mudança de foco da ação de Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais, que passou de municipal para territorial, alguns indicadores definidos inicialmente resultam, na prática, nos mesmos índices. Esses ajustes serão alvo de proposição e negociação quando da revisão do Programa para o PPA 2008-2011. Além disto, a conclusão e implementação do sistema de monitoria e avaliação em desenvolvimento contribuirá para a revisão dos indicadores adotados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Durante o Salão Nacional dos Territórios Rurais, realizado entre os dias 29.11.2006 e 1.12.2006, foram desenvolvidas diversas atividades que estão sintetizadas nos itens a seguir:

a) realização de 35 Oficinas de Boas Práticas com a apresentação de 90 experiências territoriais, nos mais diversos temas;
b) realização de 40 Oficinas de Políticas Públicas, envolvendo mais de 30 parceiros institucionais, incluindo Ministérios, empresas públicas, agentes financeiros e organismos internacionais;
c) realização de uma conferência, dois painéis e oito seminários temáticos promovidos por parceiros e pela SDT;
d) realização do Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais, com representantes dos 118 territórios rurais apoiados pela SDT;
e) intensa agenda cultural, com apresentações musicais, e artísticas, além de eventos gastronômicos.

Além de representar um espaço de aprendizagem e intercâmbio, o Salão, em especial o Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais, constituiu-se em um momento de avaliação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e de proposição em termos dos desafios a serem superados e dos avanços necessários à sua consolidação. O conjunto de considerações e encaminhamentos, consolidados em relatório específico,

será discutido no âmbito do CONDRAF, com vistas à sua incorporação nas políticas e programas trabalhados pelo MDA e outros parceiros institucionais.

Na condição de Secretaria Executiva do CONDRAF, a SDT apresenta também alguns resultados qualitativos decorrentes da atuação do referido Conselho. Em 2006, destacam-se os seguintes resultados:

a) funcionamento de quatro Comitês permanentes com perfil de gestor de programas do MDA:
   i) Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário;
   ii) Desenvolvimento Territorial;
   iii) Assistência Técnica e Extensão Rural;
   iv) Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

b) formulação de Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável, discutidas e aprovadas no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2005, e na Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em Porto Alegre (RS), em março de 2006;
c) realização do Seminário dos 10 anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Brasília (DF), em julho de 2006, em conjunto com a 26ª Reunião Ordinária do CONDRAF.

Destaca-se também o Projeto de Fomento ao Coopersol, que visa a apoiar a organização e o fortalecimento de cooperativas e associações rurais conduzidas por agricultores familiares e pelos assentados da reforma agrária, sobretudo, pelas famílias localizadas nos territórios rurais. Dentre as principais ações realizadas em 2006, destacam-se:

a) investimento de recursos da ordem de R$ 2,5 milhões na capacitação de dirigentes de cooperativas e cooperados, fortalecendo a gestão social desses empreendimentos, bem como na construção de sedes de cooperativas, bases de serviços ou pontos de atendimento, além da compra de equipamentos e programas de informática que permitem a dinamização e/ou o funcionamento das cooperativas, contribuindo para a capacitação de 4.681 pessoas;
b) ampliação do número de cooperativas ligadas aos agricultores familiares para 150 em 2006 (eram 40 cooperativas em 2003), por intermédio da ampliação do convênio entre a SDT/MDA e o Banco Central do Brasil (BC);
c) fortalecimento e consolidação da União Nacional do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), agrupamento dos ramos crédito, produção, comercialização e serviços, apoio à constituição das Unicafes estaduais, fortalecimento da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária (Ancosol);
d) apoio às negociações entre cooperativas de crédito e os agentes financeiros para facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito rural e ao microcrédito. Isto contribuiu na ampliação da aplicação de crédito da agricultura familiar para R$ 240 milhões na atual safra (R$ 58 milhões na safra 2002-2003).

**RECOMENDAÇÕES**

- Aperfeiçoar os indicadores do Programa para o PPA 2008-2011;
- Buscar maior coordenação entre o Programa e as iniciativas do MDA voltadas para reforma agrária e agricultura familiar;
- Buscar maior coordenação entre o Programa e as demais iniciativas territoriais do Governo Federal;
- Criar mecanismos de informação e interação com o Congresso Nacional para que as emendas de parlamentares se ajustem à lógica do Programa;
- Buscar o fortalecimento institucional da Secretaria em termos de condições adequadas de trabalho (espaço físico, equipamentos, recursos humanos e recursos orçamentários).

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REFORMA AGRÁRIA

## OBJETIVO

Recuperar e consolidar assentamentos da reforma agrária, criados até 2002, de modo a proporcionar à população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo, objetivando sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando as diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania.

## PÚBLICO-ALVO

Famílias assentadas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 549.248.641,00 | Empenho Liquidado: | R$ 485.278.855,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 485.278.855,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 58

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

### 2. TAXA DE CONCESSÃO DE DOCUMENTAÇÃO AOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006**: -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**3. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM CRÉDITO INSTALAÇÃO - RECUPERAÇÃO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 58

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**4. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 58

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**5. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO - RECUPERAÇÃO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 58

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**6. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS ASSENTADAS COM RECUPERAÇÃO DE ELETRIFICAÇÃO RURAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 58

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A inexistência de uma estratégia de desenvolvimento local e regional sustentável fundamenta o estabelecimento de ações visando à inserção de famílias assentadas em um contexto de sustentabilidade sócio-econômica por meio da mobilização e da articulação dos atores sociais, governamentais e não-governamentais, reafirmando a importância das ações de reforma agrária como indutoras do desenvolvimento regional e levando qualidade de vida ao campo. Ocorre ainda situação em que os assentamentos localizados em regiões com fortes restrições de mercado, oferta deficitária de serviços sociais, infra-estrutura básica

dissociada da produção e da comercialização, e da ausência de um programa de assistência técnica e de capacitação, resultaram no endividamento e na evasão dos assentados, indicando claramente a desarticulação da Política de Reforma Agrária com os programas locais e regionais de desenvolvimento.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 248,25 mil famílias atendidas com Assistência Técnica;
- 48,57 mil famílias receberam concessão de Crédito-Recuperação;
- 58.514 famílias atendidas pela Ação Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas;
- 75.325 famílias contempladas com infra-estrutura básica (água, energia e estradas), ou com recuperação dos assentamentos, ou com serviços topográficos para famílias;
- 11.125 famílias com titulação, concessão e destinação de imóveis rurais;
- 137,76 mil documentos emitidos visando a solucionar a falta de documentação, condição para a titulação das famílias assentadas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Apresentaram execução física acima de 100% do previsto as seguintes Ações: Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Recuperação (151,46%); Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias – Terra Sol (177,58%) e Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural (112,79%).

Já as demais ações apresentaram execução física abaixo do programado. São elas: Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados (68,29%); Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (69,61%); Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais (29,3%) e Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária (0%).

Estes resultados, que poderiam ter sido melhores, foram prejudicados pelas seguintes razões:

a) os resultados alcançados na Concessão de Crédito e Assistência Técnica Social e Ambiental (Ates), embora significativos em termos dos recursos aplicados, ficou abaixo do esperado, por causa da decisão do governo de estabelecer limites para movimentação e empenho de recursos orçamentários e financeiros por quadrimestre;
b) a não liberação de recursos financeiros suficientes e em tempo hábil para a sua aplicação também teve conseqüências negativas na execução das ações de Assistência Técnica;
c) outra dificuldade decorreu do atraso na tramitação do Orçamento Geral da União, cuja sanção ocorreu em 16 de maio de 2006, mediante a Lei nº 11.306.

O Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, estabeleceu o cronograma mensal, relativo à programação orçamentária e financeira, de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006;

d) as ações que contemplam infra-estrutura básica (água, energia e estradas) e serviços topográficos tiveram execução física abaixo do previsto pelo fato das obras e dos serviços terem sido contratados, na sua maioria, no segundo semestre;
e) o atraso na liberação dos recursos retarda a implementação das ações conforme a previsão estabelecida na Programação Operacional de cada ano da instituição, que prevê uma execução mensal de forma a possibilitar o alcance das metas juntamente com o acompanhamento qualitativo na implementação destas;
f) o atraso na prestação de contas dos entes convenentes também compromete o encerramento de convênios estabelecidos e a celebração de novos, o que impossibilita em parte a aplicação efetiva dos recursos para alcance do objetivo do Programa;
g) a amplitude e a diversidade de ações envolvidas neste Programa, além de recursos orçamentários de monta, exigem dos seus agentes executores maior quantidade e maior especialização profissional;
h) dada a atual concepção de Reforma Agrária do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é necessário um melhor equilíbrio entre a quantidade e a qualidade dos assentamentos. A pressão social pela ampliação do número de famílias assentadas anualmente e a sustentabilidade dos assentamentos realizados precisa de ajustes;
i) há também a necessidade de maior interação intrassetorial, seja no que se refere à definição de territórios para atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a agricultura familiar em conjunto com as ações de reforma agrária pelo Incra, ou no que se refere às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA). É necessária ainda maior integração quanto à aplicação dos recursos de infra-estrutura pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), guardando coerência com os Municípios de atuação do Incra.

No que se refere aos indicadores do Programa, permanece a ausência da sua aferição, o que inviabiliza a sua gestão satisfatória.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) estabeleceu como meta o assentamento de 400 mil famílias no período 2003-2006 e de 520 mil famílias no período 2004-2007, conforme a tabela a seguir.

Em relação às metas estabelecidas, nota-se que a quantidade de famílias assentadas vem apresentando resultados satisfatórios. Já no que se refere à qualidade dos assentamentos a avaliação encontra-se prejudicada pela não apuração dos índices dos indicadores.

Famílias Assentadas – 2003-2007

| Ano | Meta II PNRA | Executado | % EXEC/PNRA |
|---|---|---|---|
| 2003 | 30.000 | 36.301 | 121,00% |
| 2004 | 115.000 | 81.254 | 70,66% |
| 2005 | 115.000 | 127.506 | 110,87% |
| 2006 | 140.000 | 136.358 | 97,40% |
| 2007 | 150.000 | - | - |
| Total 2003-2006 | 400.000 | 381.419 | 95,35% |
| Total 2004-2006 | 370.000 | 345.118 | 93,27% |
| Total 2004-2007 | 520.000 | 345.118* | 66,36%* |

* Até 31 de dezembro de 2006.

## RECOMENDAÇÕES

- Reformular o Programa, focando-o no desenvolvimento e na qualidade dos assentamentos, e diferenciando-o do Programa Assentamentos para Trabalhadores Rurais, que passará a focar na obtenção de terras e nas ações preparatórias para a realização dos assentamentos;

- Reformular os indicadores do Programa, consolidando-os no indicador Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento;

- Elaborar o III Plano Nacional de Reforma Agrária, estabelecendo o horizonte temporal e os recursos necessários para a conclusão do processo de reforma agrária no Brasil, estabelecendo os direitos e deveres das famílias assentadas e definindo metas anuais, regionalizadas, para a realização dos assentamentos;

- Promover maior coordenação entre as iniciativas voltadas para reforma agrária e agricultura familiar, tendo em vista as potencialidades dos territórios rurais e o desenvolvimento crescente de atividades industriais e de serviços no meio rural.

# EDUCAÇÃO DO CAMPO - PRONERA

## OBJETIVO

Promover ações educativas por meio de metodologias específicas à realidade sócio-cultural do campo e propiciar capacitação profissional aos egressos dos cursos de Ciências Agrárias.

## PÚBLICO-ALVO

Jovens e adultos assentados da reforma agrária e da agricultura familiar e profissionais egressos das Ciências Agrárias.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 39.071.287,00 | Empenho Liquidado: | R$ 35.401.480,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 35.401.480,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ALUNOS FORMADOS ANUALMENTE NOS CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, FINANCIADOS PELO PROGRAMA, TRABALHANDO NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA E NAS ÁREAS DE AGRICULTURA FAMILIAR

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 15

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

### 2. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA ALFABETIZADOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**3. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA QUE CONCLUIRAM O ENSINO FUNDAMENTAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**4. TAXA DE JOVENS E ADULTOS DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA QUE CONCLUIRAM O ENSINO MÉDIO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Além da geração de emprego, que se constitui em uma das prioridades de governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como missão fortalecer a agricultura familiar e avançar na reforma agrária, visando a construir um novo modelo de desenvolvimento rural, com base em uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável.

De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil, produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o País possui cerca de 16 milhões de analfabetos, com 15 anos ou mais, e 30 milhões de analfabetos funcionais. De acordo com este estudo, a taxa de analfabetismo no meio rural (28,7%) é três vezes superior à urbana (9,5%).

Nesse sentido, o Programa se justifica pela urgência na alfabetização e escolarização destes trabalhadores rurais, não só para o exercício de sua cidadania, que se encontra limitado por não dominarem o mundo da escrita e da leitura, mas também pela premente necessidade do acesso a melhores níveis de escolarização, para viabilizar e tornar mais eficientes as unidades familiares de produção. A permanência dos atuais níveis de analfabetismo e baixa escolarização compromete o sucesso da própria reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, impedindo a promoção do desenvolvimento sustentável no campo.

A geração de empregos para os egressos das universidades, que trabalhariam na assistência técnica aos assentados e agricultores familiares, aliado ao processo de formação pelo qual estes jovens passariam, trabalhando durante dois anos nestas áreas, através da participação em uma Especialização *lato sensu*, contribuiria para um imprescindível

processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para a criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Garantia da permanência e do acesso à educação formal, pública e de qualidade, a 57.129 jovens e adultos das áreas de reforma agrária e profissionais egressos da área de Ciências Agrárias.

• Deste total, na Ação Educação de Jovens e Adultos no Campo foram matriculados 48.694 alunos em turmas de ensino fundamental, estando em execução 39 cursos.

• Os outros 8.435 estudantes estão distribuídos em 66 cursos de ensino médio/técnico profissionalizante, sendo:

a) 5.229 atendidos pela Ação Capacitação de Formação e Profissionais de Nível Médio Adaptados à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar;
b) 2.751 atendidos pela Ação Formação de Profissionais de Nível Superior Adaptados à Reforma Agrária e à Agricultura Familiar;
c) 455 atendidos pela Ação Concessão de Bolsas de Capacitação Profissional e Assistência Técnica.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física foi superior à programada porque convênios plurianuais já celebrados tiveram continuidade em 2006. A execução orçamentária também foi satisfatória, embora descontinuidades no fluxo de recursos tenham prejudicado o pleno cumprimento dos cronogramas de desembolsos estipulados nos planos de trabalho.

Os atrasos na liberação de recursos foram provocados por diferentes fatores:

d) demora na aprovação da LOA;
e) contingenciamento de recursos;
f) dificuldades na tramitação interna dos processos;
g) demora na apresentação das prestações de contas pelas convenentes e na sua análise por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Houve ainda dificuldades de celebração de convênios, principalmente, pelos seus complexos procedimentos e pelas diferentes interpretações das normas jurídicas por parte dos parceiros.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os parceiros são na sua maioria instituições de ensino (universidades federais e estaduais, secretarias de estado de educação, prefeituras), mas também fundações de apoio das universidades e escolas comunitárias.

Os projetos técnico-pedagógicos são discutidos e elaborados pelas representações dos trabalhadores rurais, conjuntamente com as instituições de ensino e executados por professores rurais, que são trabalhadores (as) rurais assentados (as) dos projetos de assentamento da reforma agrária.

O Programa dispõe de Comissão Pedagógica Nacional (sede) e Colegiado Estadual (nas Regionais) formados por servidores do Incra, professores das universidades federais e estaduais, bem como parceiros envolvidos na implementação do Programa, que analisam, avaliam, aprovam e acompanham a execução dos cursos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Para que haja uma gestão satisfatória do Programa, com a devida publicização dos resultados à sociedade, é fundamental que o Incra/MDA apure os indicadores.

# PAZ NO CAMPO

## OBJETIVO

Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

## PÚBLICO-ALVO

Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras e os trabalhadores atingidos por barragens.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 11.213.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 9.500.867,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 9.500.867,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. ASSASSINATOS DECORRENTES DE CONFLITOS AGRÁRIOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 16
**Índice previsto ao final do PPA:** 16

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alcançado

As ações de prevenção da tensão social no campo desenvolvidas em parceria com Estados e Municípios, com os Poderes Executivo e Judiciário, com as Superintendências Regionais, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com as organizações não-governamentais, e com as demais instituições que defendem os direitos humanos e apóiam a reforma agrária, bem como a capacitação de técnicos do Incra, representantes dos trabalhadores rurais sem-terras, representantes do Poder Judiciário, em prevenção, mediação de conflitos e legislação agrária, possibilitaram uma diminuição nos homicídios decorrentes de conflitos agrários.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, o campo brasileiro tem sido marcado por graves conflitos agrários decorrentes da disputa pela terra e seus recursos naturais, resultando num quadro de violência, impunidade e desrespeito aos direitos humanos. A ausência de mecanismos

para ensejar a participação popular na condução das políticas públicas tem dificultado aos excluídos expor seus anseios nas pautas governamentais, tendo por conseqüência a fragilidade destes grupos sociais. Como condição favorável à implementação da paz no campo evidencia-se a decisão governamental de implementar a reforma agrária de forma democrática, tendo como suporte para superação dos conflitos a atuação da Ouvidoria Agrária Nacional como uma decisiva ação de governo. O Programa Paz no Campo identifica-se com a dimensão democrática das orientações estratégicas e com o mega-objetivo do governo no sentido de fortalecer a inclusão social por meio da atuação da Ouvidoria Agrária Nacional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Capacitação de 212 mediadores de conflitos;
- Realização de audiências públicas, possibilitando diagnosticar as áreas de tensão social e proporcionar melhor conhecimento da sociedade sobre as causas geradoras de conflitos;
- Intermediação de 512 conflitos agrários, garantindo aos trabalhadores rurais sem-terra a dignidade e o respeito aos princípios constitucionais;
- Distribuição de 890,7 mil cestas básicas para 222,7 famílias acampadas, assegurando a segurança alimentar e nutricional e o exercício da cidadania no campo;
- Elaboração de mapa dos conflitos agrários existentes no País, o que possibilitou promover a prevenção da tensão social no campo.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O alcance das metas acima do esperado deu-se em função do estabelecimento de parcerias com as Superintendências Regionais do Incra, com os Estados e Municípios, com os Poderes Executivo e Judiciário, com as organizações não-governamentais e com as demais instituições que defendem os direitos humanos e apóiam a reforma agrária. A capilaridade do Incra, por intermédio de suas Superintendências Regionais, é fator preponderante para o desempenho das ações do Programa, pois se procura trabalhar em sintonia com as unidades executoras.

Apesar da demora na aprovação e liberação do orçamento da União, os recursos orçamentários foram suficientes para a execução do Programa. O fluxo de liberação sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução.

O Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos procura estabelecer parcerias com os órgãos da esfera administrativa estadual e na maioria das vezes os Estados estão inadimplentes junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o que prejudica a execução do Programa. Além disso, a ligação regimental do Departamento à Secretaria Executiva do MDA implica que as ordenações de despesas sejam realizadas diretamente pelo Secretário-Executivo, o que dificulta os processos licitatórios e a celebração de contratos.

Quanto aos aspectos de pessoal, na equipe gerencial, há necessidade de profissionais especialistas em contas públicas. E nas equipes executoras há necessidade de ampliação do quadro de servidores.

Anualmente, é elaborado o relatório de gestão das atividades desempenhadas pelo Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos visando a apontar os resultados obtidos no desenvolvimento das ações do Programa Paz no Campo. Outros relatórios de gestão realizados:

a) Prevenção da tensão social no campo – elaborado mensalmente, mediante a compilação de dados dos relatórios descritivos das audiências públicas realizadas e dos documentos expedidos às instituições parceiras;
b) Capacitação de mediadores de conflitos sociais - monitoramento feito quando da realização de cursos de capacitação, obedecendo as demandas;
c) Atendimento de denúncias – elaborado mensalmente, mediante a compilação dos dados do sistema Disque Terra e Paz e das demandas apresentadas pelos movimentos sociais rurais;
d) Mediação de conflitos agrários – elaborado mensalmente, mediante a compilação dos dados dos relatórios descritivos dos mediadores de conflitos agrários e dos documentos expedidos às instituições parceiras;
e) Implantação de Ouvidorias Agrárias - monitoramento feito quando da demanda para implantação das Ouvidorias Agrárias;
f) Assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas – elaborado mensalmente, mediante a compilação dos dados enviados pelas Superintendências Regionais do Incra e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# REGULARIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

## OBJETIVO

Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, de forma a permitir a gestão da estrutura fundiária para o atendimento da demanda social.

## PÚBLICO-ALVO

Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 79.202.909,00 | Empenho Liquidado: | R$ 53.660.703,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 53.660.703,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 30

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

### 2. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**3. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE ÁREAS RURAIS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**4. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**5. TAXA DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL APARENTE**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 55

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**6. TAXA DE GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS ATÉ QUATRO MÓDULOS FISCAIS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Índice não apurado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A grandeza do território, as diversidades regionais, o acentuado grau de concentração da terra e a ausência de informações sobre a distribuição espacial dos imóveis rurais, evidenciam a complexidade e a magnitude da missão de monitorar a ocupação do espaço fundiário e a necessidade de aprimorar os instrumentos de gestão da estrutura fundiária brasileira. A inexistência de informações georreferenciadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e não integradas ao Serviço de Registro Imobiliário agrava o desconhecimento da realidade fundiária, facilitando a continuidade da grilagem de terra e do equívoco na escolha das áreas objeto de intervenção pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra). O desconhecimento da estrutura fundiária compromete as definições de políticas de desenvolvimento sustentável, necessárias para o crescimento econômico e social

do País, gerando altos custos ao erário público na implantação de programas e projetos. A gestão eficaz da estrutura fundiária, por meio da identificação, caracterização, localização e classificação do imóvel rural, respalda legalmente a aplicação dos instrumentos de correção dessa estrutura e a promoção do controle social.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Recuperação de 18 milhões de hectares;
- Reconstrução da infra-estrutura geodésica brasileira, em parceria com o Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE);
- Aquisição de equipamentos de mensuração para a Sede e as 30 Superintendências Regionais.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os preços unitários estabelecidos na LOA estão abaixo dos praticados no mercado, dificultando a contratação dos serviços, pois as empresas prestadoras não se interessam em participar dos processos de licitação. Conseqüentemente, as metas físicas estão superestimadas.

Houve descontinuidade do fluxo de liberação de recursos, mas não o suficiente para prejudicar a execução programada.

Permanece a necessidade de maior quantidade e qualificação dos servidores que atuam na gestão e execução do Programa.

As estruturas organizacionais da Sede e das Superintendências Regionais do Incra permanecem inadequadas para atender o Programa. Faltam sistemas de monitoramento e avaliação e cultura na organização para trabalhar o conceito de ordenamento fundiário e não só de regularização fundiária.

No que se refere aos indicadores do Programa, permanece a ausência da sua aferição, o que inviabiliza uma gestão satisfatória do Programa. Como providência para sanar esta restrição o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário(MDA) apresentarão sugestão de aperfeiçoamento dos indicadores para o PPA 2008-2011.

**RECOMENDAÇÕES**

- Reformular o Programa, mantendo o foco no gerenciamento da estrutura fundiária, dando mais ênfase à vertente destinação de terras públicas;
- Reformular os indicadores do Programa, que passam a ser os seguintes: Taxa de Ocupação Territorial Aparente e Taxa de Destinação de Terra Pública;

- Que o INCRA/MDA elabore o III Plano Nacional de Reforma Agrária, estabelecendo o horizonte temporal e os recursos necessários para a conclusão do processo de Reforma Agrária no Brasil, clarificando os direitos e deveres das famílias assentadas e definindo metas anuais, e de forma regionalizada, para a realização dos assentamentos;

- Aperfeiçoar os sistemas de monitoramento e avaliação do Programa, melhorando a qualidade da informação sobre a estrutura fundiária nacional;

- Corrigir os preços unitários estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.




# MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Acesso à Alimentação

Erradicação do Trabalho Infantil

Proteção Social Básica

Proteção Social Especial

Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto parao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram utilizados **R$ 21.554.596.470,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 22.597.154.985,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 21.554.596.470,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 22.597.154.985,00** | **Total realizado:** | **R$ 21.554.596.470,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MDS não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

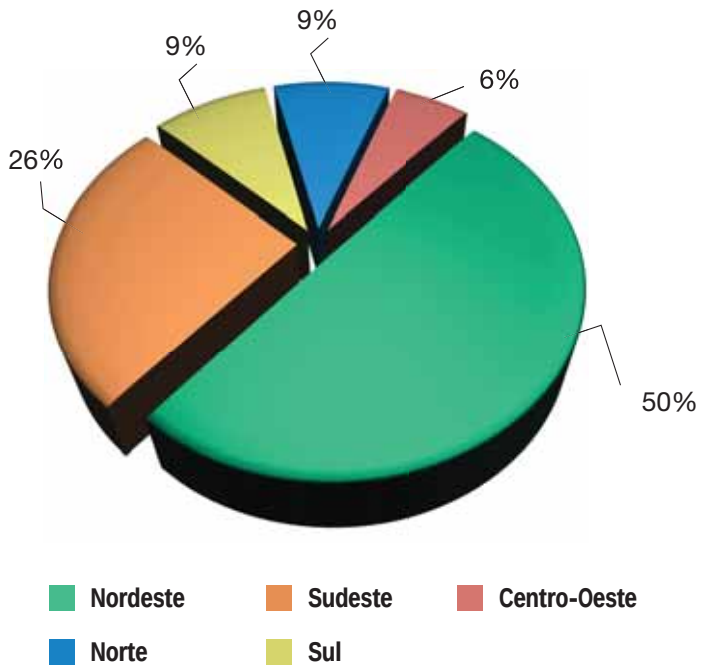
Além disso, do total de **R$ 226.568.659,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 68.271.470,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

O ano de 2006 foi marcado pela consolidação da atuação do MDS nas três principais áreas associadas ao órgão: transferência de renda com condicionalidades às famílias em situação de pobreza, assistência social e segurança alimentar e nutricional:

• O Programa Bolsa Família, em dezembro de 2006, atendia a cerca de 11 milhões de famílias por meio da transferência de renda associada a condicionalidades nas áreas de educação e saúde, representando crescimento de 26% em relação a dezembro de 2005. Com isso, o Programa praticamente alcança o número de famílias pobres (com renda *per capita* mensal de até R$ 120,00) definido pela Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio 2004 do Instituto de Pesquisa de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE 2004). A distribuição do número de famílias atendidas por grandes regiões demonstra a ênfase do Programa na região em que é maior o número de famílias pobres – Nordeste, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 1- Participação relativa das grandes regiões no número de famílias atendidas pelo Bolsa Família - Dez 2006**

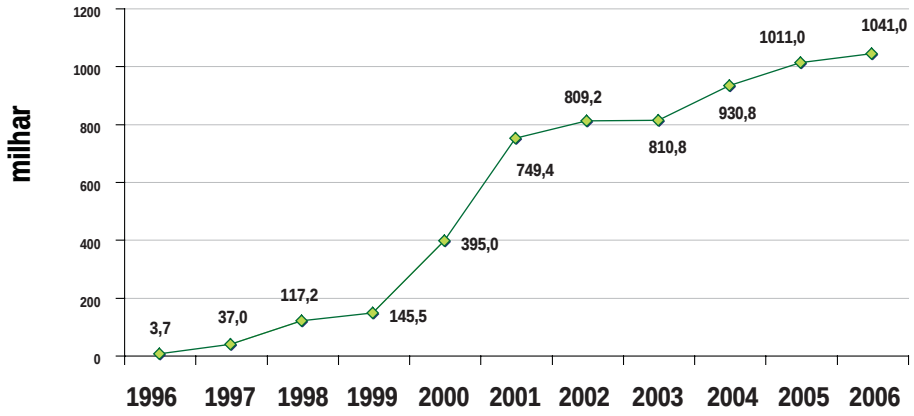



**Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan)**

• Na área de assistência social, vale mencionar a expansão do co-financiamento do Governo Federal aos serviços desenvolvidos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Em dezembro de 2006, havia 3.248 CRAS instalados em 2.629 Municípios (em termos de Municípios, expansão superior a 90% com relação a dezembro de 2005). Desta maneira, o ano de 2006 representou um avanço rumo à meta deliberada pela V Conferência Nacional de Assistência Social, de que, até 2015, deve haver ao menos um CRAS por Município.

• Com relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), atendeu-se, por meio de bolsa e ações sócio-educativas, a 1 milhão de crianças e adolescentes retiradas da situação de trabalho precoce, representando, com relação a 2005, crescimento de 3%. O PETI estava, em dezembro de 2006, presente em 3.888 Municípios. Ainda sobre o PETI, vale mencionar, em 2006, os avanços na integração do Programa com o Bolsa Família. Neste ano, foram inscritas no CadÚnico 858.883 crianças e adolescentes em situação de trabalho. Por último, vale observar a evolução da cobertura do PETI.

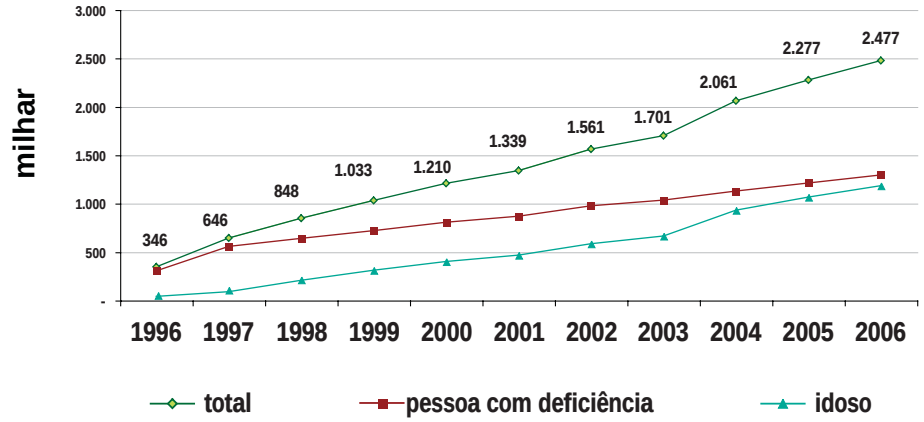
**Gráfico 2- PETI - Número de Atendidos (Evolução 1996-2006)**




**Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/SIGPlan**

• Ainda sobre a assistência social, importa observar a evolução da cobertura dos benefícios de prestação continuada, que consiste em direito garantido pela Constituição Federal, equivalente ao pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, em ambos os casos, com renda *per capita* familiar inferior a ¼ do salário mínimo. Em 2006, foram emitidos cerca de 2,5 milhões de benefícios voltados à pessoa idosa e à pessoa com deficiência.

**Gráfico 3 - Evolução da cobertura do BCP**




**Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.**
**Nota: Não inclui renda mensal vitalícia.**

• Na área de segurança alimentar e nutricional, vale destacar as seguintes iniciativas: foram adquiridas 313 mil toneladas de alimentos, beneficiando 90 mil famílias de agricultores familiares. Foram, ainda, beneficiadas sete milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional a partir da distribuição dos alimentos adquiridos. Além disso, foram construídas 68,7 mil cisternas para captação de água no semi-árido.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome possui um conjunto de seis programas, sendo cinco finalísticos e um programa de gestão. São eles: Acesso à Alimentação; Erradicação do Trabalho Infantil; Proteção Social Básica; Proteção Social Especial; Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família e o Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os programas do MDS atendem a 62 milhões de brasileiros, tendo diversas pesquisas já demonstrado seus resultados, por exemplo, no que se refere à promoção da segurança alimentar e nutricional e queda da desigualdade, da pobreza e da extrema pobreza. Ainda que o Ministério tenha, desde sua criação, em 2004, expandido sua atuação e suas metas de atendimento (por meio, inclusive, de volume crescente de recursos financeiros), há ainda algumas restrições, relativas, por exemplo, à infra-estrutura inadequada, ao quadro de pessoal próprio e aos sistemas informatizados. Além disso, no contexto da elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, é preciso discutir o conjunto de ações que deve responder às diversas dimensões do desenvolvimento social, bem como à intersetorialidade que lhe é imanente.

Sobre o quadro de pessoal, o concurso ocorrido em 2005 não foi suficiente para atender a todas as demandas das áreas. A capilaridade exigida pelos programas requer melhorias nos sistemas existentes e a criação de novos sistemas. Por essa razão, o MDS tem investido nessa área, o que se evidencia, por exemplo, pela estruturação da Rede SUAS, Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e pelo desenvolvimento de novos sistemas, como o Sistema Integrado de Gestão das Condicionalidades do Programa Bolsa Família, com previsão de implantação em 2007.

Ainda que haja restrições, tal como mencionado acima, o MDS tem gerido seus programas de modo a alcançar resultados como a extensão da cobertura da rede de proteção social e a maior qualidade na gestão. Neste último aspecto, houve melhoras relativas à comunicação interna, ao fluxo de informação e de documentação, à gestão de convênios, ao atendimento ao público (por meio da Central de Relacionamento Fome Zero que recebeu, em 2006, mais de quatro milhões de ligações), ao desenvolvimento de sistemas de informação e à articulação federativa.

# ACESSO À ALIMENTAÇÃO

## OBJETIVO

Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular, adequada à nutrição e à manutenção da saúde humana.

## PÚBLICO-ALVO

Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 619.050.424,00 | Empenho Liquidado: | R$ 583.650.670,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 583.650.670,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS AQUISIÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 3,79
**Índice previsto ao final do PPA:** 8,38

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
A expectativa é que o índice projetado seja parcialmente atingido.

O índice de referência inicial informado foi de 0,48%, sendo, na oportunidade, elaboradas metas para os anos de 2004 a 2007 (3,3%, em 2004; 3,15%, em 2005; 5,7%, em 2006 e 8,38%, em 2007). A partir de 2006, as ações orçamentárias do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) vinculadas à aquisição de produtos da agricultura familiar foram transferidas para o Programa de Acesso à Alimentação, tendo sido criadas, no âmbito do Programa Abastecimento Agroalimentar, duas novas ações sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a mesma finalidade. Considerando que esta alteração foi aprovada após a revisão dos indicadores do PPA para 2006, as projeções ainda levam em conta somente as ações do MDS, cujo volume de recursos destinados às aquisições da agricultura familiar é superior ao do MDA. Em 2006, o índice apurado foi de 3,79%, sendo que o total de aquisições da agricultura familiar realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), via recursos do MDA, foi de

102,32 mil toneladas e as demais aquisições governamentais desse segmento, envolveram 2,6 milhões de toneladas de diversos produtos agrícolas.

**2. TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 3,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Esse indicador não foi apurado, devido a inconsistências em sua definição, pois, além de não contemplar todos os beneficiários do Programa, apresenta, ainda, inconvenientes como múltipla contagem de beneficiários. Há que se refletir também sobre a adequação da definição do indicador para medir a taxa de segurança (ou de insegurança) alimentar.

A definição do indicador não contempla de fato todos os beneficiários do Programa, como, por exemplo, os usuários dos restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Há que se refletir também sobre a adequação da definição do indicador para medir a taxa de segurança (ou de insegurança) alimentar. Está em andamento um contrato com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP) que objetiva a construção de metodologia de monitoramento, avaliação e indicadores dos programas do MDS.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD 2004/IBGE), há cerca de 39 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar e nutricional moderada ou grave, o que pressupõem alguma restrição quantitativa no acesso aos alimentos. Tal população sob risco de alimentação insuficiente remete ao reconhecimento de que a sociedade brasileira defronta-se com um círculo vicioso de massiva geração de pobreza e fome. A persistência desse círculo tende a acentuar, gradativamente, as dificuldades de inserção das pessoas, em situação de vulnerabilidade social, assim como de seus descendentes, nos mercados de trabalho e de consumo, bem como de garantia de cidadania. A suplantação desse círculo vicioso requer um conjunto de políticas de governo, no qual a ação de combate direto à fome, através da ampliação do acesso aos alimentos, se articula, complementarmente, às atividades de geração de emprego e renda, promoção da cidadania, melhoria dos hábitos alimentares e culinários, aprimoramento da gestão do orçamento familiar, saneamento básico, entre outras de caráter estruturante.

Em 2003, o Governo Federal criou, por meio da Lei nº 10.689, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, que passou a integrar o PPA 2004-2007 (a partir de programa homônimo), tendo sido, no exercício de 2006, composto por um conjunto de ações, dentre as quais destaque-se:

a) implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696/2006, consiste de aquisição de alimentos, com dispensa de licitação, de agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os destina às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional ou à formação de estoques estratégicos. É

operacionalizado por meio de parcerias com Estados, Municípios e com a Conab e possui várias modalidades de compra;

b) instalação de restaurantes populares, ou unidades de alimentação e nutrição destinadas ao preparo e à comercialização de refeições saudáveis, ofertadas a preços acessíveis à população, localizadas, preferencialmente, em grandes centros urbanos, com população superior a 100 mil habitantes;

c) construção de cisternas para armazenamento de água no semi-árido, com tecnologia popular para a captação de água da chuva, representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural do semi-árido brasileiro. Destinadas à população rural de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas;

d) distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, convênio firmado entre o MDS e a Conab, com o intuito de distribuir cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional, como famílias acampadas que aguardam o Programa de Reforma Agrária, remanescentes de quilombos, comunidades de terreiros, comunidades indígenas, atingidos por barragens e famílias que residem em Municípios vítimas de calamidades públicas que estejam impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Adquiridas 313 mil toneladas de alimentos da agricultura familiar, superando em 12% a meta estabelecida no orçamento. Cabe observar que os alimentos adquiridos no âmbito dessa ação têm uma participação superior a 50% na constituição das cestas distribuídas a grupos populacionais específicos. Foram beneficiadas, em 2006, 7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional a partir da distribuição de alimentos, além de cerca de 90 mil famílias de agricultores que forneceram alimentos para o PAA;

• Construídas cerca de 68,7 mil cisternas durante o ano de 2006, ante uma previsão de 53,6 mil no orçamento. Cabe esclarecer que parte dessas cisternas foi construída com recursos liberados em exercícios anteriores;

• Entregues aproximadamente 1,82 milhão de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos, atendendo a 343 mil famílias. Essas cestas totalizaram cerca de 41 mil toneladas de alimentos, constituídos em sua maior parte (54%) por alimentos provenientes da agricultura familiar e adquiridos por meio do PAA;

• Investidos R$ 35 milhões para conclusão de projetos de apoio à construção de restaurantes populares iniciados em 2005, além da implantação de duas novas unidades. Os 19 restaurantes já em funcionamento até o fim de 2006 totalizavam a oferta de mais de 500 mil refeições por mês.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução orçamentária do Programa Acesso à Alimentação atingiu 94% dos créditos orçamentários consignados no Orçamento da União. As metas físicas também

tiveram um bom desempenho em 2006, com algumas ações tendo superado as metas previstas. O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Além disso, o atraso na aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional trouxe algum prejuízo para a execução, superado com a edição de Medida Provisória autorizando crédito especial, o que permitiu recuperar o tempo perdido.

Em relação à instalação de restaurantes populares, cabe um esclarecimento em face da aparente baixa execução física. Em 2005, quando do lançamento do primeiro edital para a seleção de projetos, um número considerável de Municípios teve seus projetos aprovados dentro dos requisitos do edital, mas teriam sido excluídos do Programa por falta de recursos orçamentários. Em razão disso, parcela importante dos gastos daquele exercício foi transferida para execução em 2006, o que inviabilizou o lançamento de edital neste exercício.

O Programa Acesso à Alimentação atua em diversas frentes para alcançar o seu objetivo de reduzir a insegurança alimentar e nutricional de segmentos expressivos da população. A diversidade de grupos sociais objeto da atenção do Programa, bem como a sua dispersão geográfica, impuseram a necessidade de se atacar o problema com ações bastante distintas, como o preparo e a distribuição de refeições prontas, a distribuição de alimentos *in natura* e a construção de cisternas no semi-árido brasileiro. Nesse caso específico, estima-se a necessidade de construção de 1 milhão de cisternas para atender a todo o público-alvo da ação. Nos primeiros quatro anos de estabelecimento da ação de construção de cisternas, foram implantadas cerca de 140 mil unidades, o que sugeriria mais 20 anos para uma cobertura completa do público-alvo. Se for mantido o ritmo de construção do corrente exercício (o melhor ano do programa, com cerca de 69 mil cisternas construídas), seriam necessários mais de 12 anos para construir as 860 mil cisternas restantes. Para se atingir o objetivo proposto na ação, em um horizonte de tempo razoável, seria necessário um aumento substancial nas metas anuais, o que implicaria, também, substancial acréscimo nos recursos orçamentários.

Algumas ações do Programa são executadas de modo descentralizado por meio de repasses. Neste sentido, atrasos e erros nas prestações de conta têm sido um gargalo na execução dos projetos. Há ainda dificuldades em relação ao gerenciamento local da execução, sendo que o ente freqüentemente deixa de solicitar a prorrogação de prazo de vigência do convênio em tempo hábil. Além disso, várias ações do Programa são executadas por meio de projetos que são selecionados por editais públicos. A desistência ou o atraso excessivo em cumprir exigências legais impactam negativamente a execução das ações.

Há restrições relativas a recursos materiais e humanos: espaço físico e equipamentos de informática ainda insuficientes; falta de recursos humanos, principalmente, para o acompanhamento e monitoramento dos projetos e exame das prestações de contas de convênios, problema que tende a se reduzir com a chegada dos novos contratados dos concursos realizados pelo MDS; deficiências de habilidades necessárias ao desempenho das funções da equipe gerencial, apesar da ênfase que vem sendo dada a treinamentos, principalmente, nas áreas de elaboração de convênios e análise de prestações de contas. Esse

problema tende a desaparecer com a chegada dos novos funcionários recém-concursados, que serão capacitados para atuar nas áreas mais carentes da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Por fim, vale destacar alterações na regulamentação do PAA, ocorridas em 2006. O Decreto nº 5.873, entre outras questões, altera o limite máximo para aquisição por agricultor familiar de R$ 2,5 mil para R$ 3,5 mil por ano. Ademais, para uma modalidade específica do PAA – Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – o valor máximo por agricultor será considerado por semestre.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Vale assinalar alguns aspectos com relação à participação social na política de segurança alimentar e nutricional:

a) Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição, de caráter consultivo, assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para garantir o direito humano à alimentação;
b) conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e nutricional, voltados às questões locais relacionadas à segurança alimentar e nutricional;
c) Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) são uma iniciativa de promoção do desenvolvimento territorial, em áreas periféricas do País, com ênfase na segurança alimentar e nutricional e na geração de trabalho e renda, como estratégia principal para a emancipação sócio-econômica das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza nessas regiões. Constitui-se como associação civil, sem fins lucrativos, envolvendo um terço de representantes do poder público e dois terços de representantes da sociedade civil. O Consad elabora e operacionaliza um plano de ação, instrumento que define metas e projetos para o desenvolvimento da política no País.

Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.346 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, com o intuito de assegurar o direito humano à alimentação adequada. Entre outras questões, institui uma Câmara Interministerial, que passa a ter a atribuição de elaborar um plano e uma política de segurança alimentar e nutricional.

**RECOMENDAÇÕES**

- Excluir o indicador taxa de segurança alimentar, procurando substituí-lo por outros que meçam a evolução da oferta da rede de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Em especial, indicadores relativos às famílias atendidas e aos agricultores beneficiados pelo PAA, assim como de unidades de bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e restaurantes populares instalados.

# ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

## OBJETIVO

Eliminar a prática do trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

## PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 16 anos incompletos que estão trabalhando em situações ilegais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 359.606.914,00 | Empenho Liquidado: | R$ 245.639.093,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 245.639.093,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE TRABALHO INFANTIL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 7,2 (para crianças/adolescentes de 5 a 15 anos)
**Índice previsto ao final do PPA:** 7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2005) revelou um ligeiro crescimento no de pessoas ocupadas de 5 a 15 anos de idade. Foi observado, em relação a 2004, um aumento de 156,5 mil crianças/adolescentes nesta faixa etária em situação de trabalho. Há, então, na referida situação, 2,9 milhões de crianças/adolescentes. O aumento de 2005 ocorreu nas Regiões Sudeste e Nordeste, sendo o ano base da PNAD 2005, e o presente relatório referente ao exercício de 2006.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O ordenamento jurídico nacional proíbe qualquer trabalho abaixo da idade de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Proíbe, também, o trabalho noturno, insalubre ou perigoso aos adolescentes com idade entre 14 e 18 anos incompletos. O Brasil é signatário das Convenções Internacionais do Trabalho (CIT) nº 138, sobre a idade mínima para admissão ao emprego, e a CIT nº 182, sobre as piores formas de trabalho infantil, estando comprometido com a adoção de medidas imediatas para eliminar

o trabalho ilegal abaixo da idade mínima, erradicar o trabalho de adolescentes nas piores formas e assegurar o trabalho decente aos adolescentes em idade legal para o trabalho.

No entanto, em 2005, havia 2,9 milhões de crianças/adolescentes em situação de trabalho precoce no Brasil. Entre as causas do trabalho precoce, destaca-se a questão da pobreza, influenciada fortemente pela má distribuição de renda. Padrões culturais em determinadas regiões do País também influenciam negativamente esse problema. A permanência de tal fenômeno provoca a perpetuação do ciclo de pobreza que aprisiona famílias, pois a pobreza dos pais leva os filhos precocemente ao trabalho como forma de aumentar a renda familiar, o que gera crianças e adolescentes com baixa escolaridade. Assim, essas crianças e adolescentes ficam impedidos de ocupar postos de trabalho mais bem-remunerados, reproduzindo as mesmas conseqüências na geração seguinte, dificultando o processo de inclusão social. O trabalho precoce traz prejuízos importantes para a saúde física e mental de crianças e adolescentes, bem como para a sua escolaridade. A erradicação do trabalho precoce - objetivo lastrado nas convenções já referidas - permitiria potencializar ganhos de escolaridade, propiciando aos jovens melhores condições de empregabilidade e maiores chances de ocupar um posto de trabalho com maior remuneração, melhorando o seu padrão de vida e de sua família.

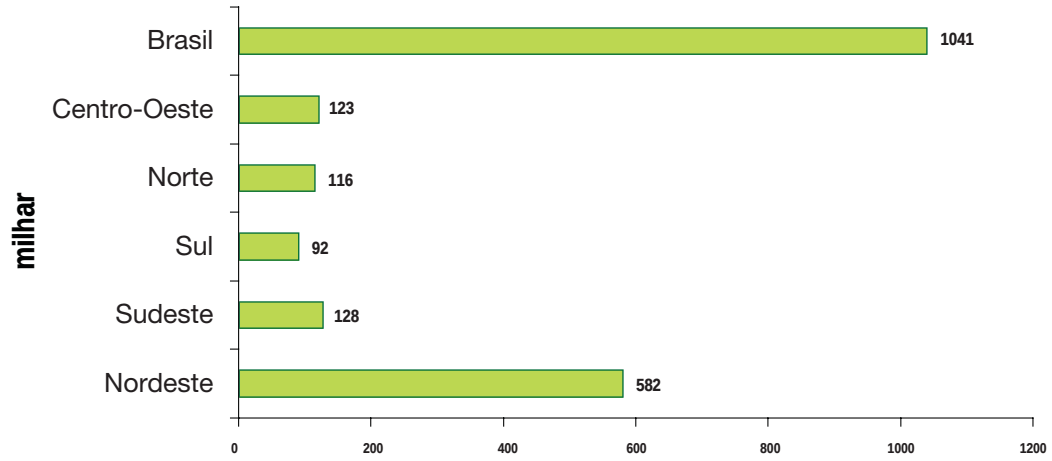
Para atender ao objetivo acima mencionado, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é composto, sobretudo, pelas seguintes ações: concessão de bolsa às famílias cujas crianças/adolescentes são retiradas da situação de trabalho e ações sócio-educativas e de convivência, ambas sob responsabilidade do MDS. A primeira está integrada ao Programa Bolsa Família (PBF) e a segunda co-financia ações sócio-educativas no contra-turno escolar para a criança/adolescente (em 2006, ocorreu a unificação dos valores das ações sócio-educativas e de convivência para as áreas rural e urbana, ambas passam a receber R$ 20,00 *per capita* mensais). Para receber a transferência de renda, as famílias têm que assumir os seguintes compromissos: retirada de todas as crianças/adolescentes de atividades laborais e de exploração; freqüência mínima da criança e do adolescente nas atividades de ensino regular e nas ações sócio-educativas e de convivência (jornada ampliada) no percentual mínimo de 85% da carga horária mensal.

Além destas ações, vale mencionar a ação de fiscalização para erradicação do trabalho infantil (executada pelas Delegacias Regionais do Trabalho), o apoio aos fóruns de erradicação do trabalho infantil; a atualização do mapa de focos do trabalho infantil; e o apoio técnico à escola do futuro trabalhador.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 1,04 milhão de crianças e adolescentes atendidos por meio da concessão de bolsas e das atividades sócio-educativas e de convivência. O PETI estava presente em 3.388 Municípios no ano de 2006. Segue abaixo a cobertura do PETI para este mesmo ano, por grandes regiões.

**Gráfico 4- PETI - Cobertura por Grandes Regiões - Dez 2006)**




**Fonte: SIGPlan**

A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos resultou, em 2006, no afastamento de 12.458 crianças do trabalho. Quanto à fiscalização do trabalho de adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos, resultou na contratação de 40.947 adolescentes na condição de aprendiz.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

O PETI passou por modificações importantes no ano de 2006. Em particular, avançou-se na integração do PETI com o PBF, segundo os termos da Portaria nº 666/MDS. A integração traz uma série de vantagens aos beneficiários, tais como: o enfrentamento da duplicidade de benefícios; transferência de renda direta para o cidadão por meio do cartão magnético da Caixa Econômica Federal (CEF), ocasionando maior transparência nos procedimentos, evitando atraso nos repasses e diminuindo custos operacionais aos Municípios; identificação mais precisa – via CadÚnico - das famílias com crianças/adolescentes retiradas do trabalho infantil atendidas pelo Governo Federal. É importante mencionar que a integração, não apenas pressupõe a concessão de bolsa, participação nas ações sócio-educativas e de convivência e cumprimento das condicionalidades previstas, como também estende as ações sócio-educativas aos beneficiários do Bolsa Família em situação de trabalho precoce. Desta maneira, a integração não altera o foco específico de cada programa.

A integração dos programas desencadeou o processo de identificação territorial de crianças/adolescentes em situação de trabalho, inscrevendo-os no CadÚnico, com o objetivo de universalização do acesso ao Programa e recebimento de bolsa pelo PBF. Foi realizada capacitação contínua *in loco* nas 27 Unidades da Federação para operacionalização da integração. De toda maneira, a transferência das famílias que recebiam a bolsa por meio de recursos repassados fundo a fundo para o CadÚnico não se deu na íntegra. Dos cerca de 1 milhão de beneficiários do PETI, 859 mil já estão inscritos no CadÚnico (isto é, pouco mais de 80%), segundo posição em 29.12.2006.

Sobre as metas físicas, não foi possível atender a 3,2 milhões de crianças/adolescentes previstos na Lei Orçamentária Anual, atingindo-se, ao fim do exercício, cerca de 30% do valor previsto. Para esta baixa execução física, concorreu a dificuldade dos Municípios de efetuar o cadastramento das famílias cujas crianças/adolescentes encontram-se em situação de trabalho. Como resultado, da expansão do Programa, o número de crianças/adolescentes atendidos foi de apenas 3%, com relação a 2005. Ademais, comparando-se os dois últimos exercícios, o PETI teve expansão em 79 Municípios. Sobre a questão da expansão do Programa, vale comentar que, efetivada a integração com o Bolsa Família, rompe-se com a lógica da meta pactuada, visando à identificação e ao atendimento de toda situação de trabalho precoce no País.

Houve restrições de limite orçamentário, inviabilizando o pagamento da parcela do mês de dezembro referente às ações sócio-educativas e à bolsa. Além disso, em função dos desdobramentos do processo de integração, identificou-se a necessidade de ampliação dos recursos para a bolsa no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), uma vez que várias famílias encontravam-se em critérios mais abrangentes do que o estabelecido no Bolsa Família. Para tanto, além de operar mediante destaque financeiro do PBF, foi solicitado crédito orçamentário. Como não foi aprovada, utilizaram-se recursos de 2007 para sanear tal situação nos meses de janeiro e fevereiro.

Do ponto de vista da concepção, o PETI foi redesenhado na perspectiva da centralidade na família e não em seus membros isoladamente. Assim, a caracterização do seguinte público-alvo ficaria mais adequada: famílias com crianças/adolescentes com até 16 anos que tiveram seus direitos violados no que se refere à ocorrência do trabalho precoce.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A RedeSUAS é o sistema de informação do Sistema Único de Assistência Social e tem a função de responder às novas necessidades de informação e comunicação no âmbito do SUAS. É estruturada segundo a organização da política pública de assistência social, atendendo às necessidades informacionais dos setores que compõem a política: gestores, técnicos, entidades, sociedade civil e usuários. O SUAS *web* é o ambiente de funcionalidades específico para a gestão do Sistema Único de Assistência Social que compreende o plano de ação e o demonstrativo sintético de execução físico-financeira, além de informações sobre as contas correntes, saldos, repasses e cadastros. O SISPETI é o sistema de controle de freqüência de crianças e adolescente nas ações sócio-educativas e de convivência do PETI, com a finalidade de medir e monitorar a freqüência das crianças/adolescentes nas ações sócio-educativas, no contra-turno escolar.

O processo de integração PETI e PBF transcorreu num patamar de discussão e pactuação federativa e junto a parceiros da sociedade civil e de organismos internacionais. Nesse sentido, foram realizadas reuniões do MDS com representantes do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social (Fonseas) e do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) para pactuações pertinentes à implementação e superação de dificuldades decorrentes da integração. Ressalta-se que, no âmbito da Comissão de Intergestores Tripartite (CIT), houve ampla discussão, bem como foram feitas pactuações nesse sentido. De forma descentralizada, o MDS participou e fomentou reuniões de discussões acerca do referido processo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Por último, a PNAD 2005 apresenta um ligeiro crescimento no número de crianças/adolescentes em situação de trabalho, especialmente, na área da agricultura de base familiar. Logo após a divulgação desses dados da PNAD, o MDS estabeleceu parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), para realização do Seminário Nacional de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, visando à discussão e à elaboração intersetorial de estratégias e ações para fazer frente ao fato mencionado.

A PNAS institui a rede de proteção social na qual, com um papel de grande relevância, figura o controle social. O monitoramento e controle social do PETI são realizados através dos conselhos (de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente e tutelar) e comissões (estaduais e municipais de erradicação do trabalho infantil) paritárias entre sociedade civil e poder público local ou estadual. Houve contribuição dos Conselhos Nacionais de Assistência Social e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no que tange à articulação e à mobilização junto aos seus respectivos conselhos municipais para o acompanhamento do processo de integração PETI/PBF, especialmente, no que se refere à identificação e ao cadastramento das crianças/adolescentes em situação de trabalho no âmbito local. Registre-se, ainda, a participação da sociedade civil organizada por meio do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, integrados por representações de trabalhadores, empregadores e movimento social da área de prevenção e erradicação do trabalho infantil no Brasil, assim como por organismos internacionais (OIT e UNICEF – órgão das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência). Como restrição, menciona-se a fragilidade e a pouca efetividade das Comissões Estaduais e Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil.

**RECOMENDAÇÕES**

- Adequar o público-alvo do programa, alterando-o para: retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

# PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

## OBJETIVO

Promover a redução das situações de vulnerabilidade social e prevenir as situações que indicam risco potencial decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização dos vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o País como base de atuação.

## PÚBLICO-ALVO

Famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras), na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades sociais, tendo o País como base de atuação.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.384.548.154,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 12.215.993.776,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 12.215.993.776,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. TAXA DE COBERTURA DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), prevista para 2007, será possível apurar o indicador nos anos seguintes.

**2. TAXA DE COBERTURA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA ATENDIDAS PELOS PROGRAMAS E PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), prevista para 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

**3. TAXA DE COBERTURA DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE INDIGÊNCIA PELOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador não foi apurado em virtude das dificuldades de se chegar ao público potencial. A despeito disso, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) financiou pesquisa para, entre outros objetivos, construir e projetar estimativas do público-alvo do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O trabalho baseou-se nos dados do Censo 2000, das Pesquisas Nacionais de Amostragem Domiciliar (PNAD) e nas bases administrativas do BPC e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Os resultados da pesquisa mostram que, em 2005, estaria completa a cobertura do público idoso. Contudo, deve-se salientar que a metodologia da pesquisa adota uma série de pressupostos, como, por exemplo, ausência de mudanças substanciais no nível e na distribuição de renda entre as famílias, bem como na composição familiar dos idosos e pessoas com deficiência, no período analisado com relação a 2000.

**4. TAXA DE COBERTURA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE INDIGÊNCIA PELOS BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
As dificuldades relativas à apuração da cobertura pelo BPC de pessoas com deficiência são as já comentadas no indicador anterior. Entretanto, a também já citada pesquisa estimou esta cobertura, chegando ao resultado de 57% para o ano de 2005. Vale enfatizar, não apenas a metodologia utilizada, mas também, no caso específico de pessoa com deficiência, o fato de que o conceito de pessoa com deficiência do qual se valeu a pesquisa pode ter superestimado os elegíveis pelo BPC.

**5. PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

**6. PERCENTUAL DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

**7. PERCENTUAL DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

**8. PERCENTUAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador nos relatórios dos anos seguintes.

**9. PERCENTUAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador nos relatórios dos anos seguintes.

**10. PERCENTUAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

**11. PERCENTUAL DE INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

**12. PERCENTUAL DE PESSOAS AFRO-DESCENDENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Com a implantação nacional do Sistema Gerencial do SUAS (SIGSUAS), no 1º semestre de 2007, será possível apurar o indicador e informar nos relatórios dos anos seguintes.

## 13. ÍNDICE DE GINI DA PROTEÇÃO BÁSICA

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O indicador procura expressar o grau de desigualdade da cobertura da Proteção Social Básica entre as Unidades da Federação, tomando como parâmetro a distribuição de famílias pobres. Ocorre que os serviços de Proteção Social Básica têm sido dirigidos a situações específicas de risco social, que incluem, mas não se resumem, à condição de pobreza. Por essa razão, a proporção de famílias pobres não é um bom parâmetro para se medir a desigualdade da cobertura da Proteção Social Básica. Neste sentido, convém discutir a pertinência da manutenção do presente indicador.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

As inovações no modelo de gestão da política de assistência social requeridas para aprimorar a sua consolidação vêm sendo implementadas por meio da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este consiste de um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e à organização, em todo o Território Nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços, fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência automática de recursos (fundo a fundo), respeitando as especificidades territoriais. Entre outras inovações introduzidas no processo de implementação do SUAS, os serviços passam a ser organizados nos níveis de Proteção Social Básica e especial de média e de alta complexidade. Para o exercício de 2006, a programação da assistência social passou a ser organizada por níveis de proteção e graus de complexidade dos serviços: programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de modo que o PPA possa refletir as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004 e do SUAS.

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou não acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Assim, visando assegurar proteção social às pessoas e às famílias em situação de risco social, o Programa Proteção Social Básica tem como principal iniciativa o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Os CRAS são espaços físicos públicos onde são ofertados os serviços do PAIF, assim como podem ser executadas outras ações de assistência social, relativas à segurança de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e

comunitária. O co-financiamento dos CRAS pelo Governo Federal tem como parâmetro o número de famílias vulneráveis, público potencial das ações de assistência social, e não o seu atendimento efetivo. Tal critério permite que os CRAS sirvam como equipamentos públicos que referenciem as famílias vulneráveis no Território Nacional. O Governo Federal repassa R$ 1,80 por mês por família referenciada.

Além dos CRAS, o programa é composto por:

a) Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, compreendido como a conjugação da Bolsa Agente Jovem com ação sócio-educativa, devendo promover atividades continuadas que proporcionem ao jovem, entre 15 e 17 anos, experiências práticas e desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com especial ênfase sobre os aspectos da educação e do trabalho;
b) serviços de ação continuada destinados ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos, da pessoa idosa e de suas famílias, visando assegurar o desenvolvimento integral da criança, valorizando a convivência social e familiar e assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;
c) projetos de estruturação da rede física da assistência social;
d) benefícios de prestação continuada, consistindo de direito garantido pela Constituição Federal de 1988, equivalente ao pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho, em ambos os casos, com renda *per capita* familiar inferior a ¼ do salário mínimo (a ação é operacionalizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS);
e) renda mensal vitalícia, benefício extinto, pago atualmente àqueles que já detinham o direito de recebê-lo.

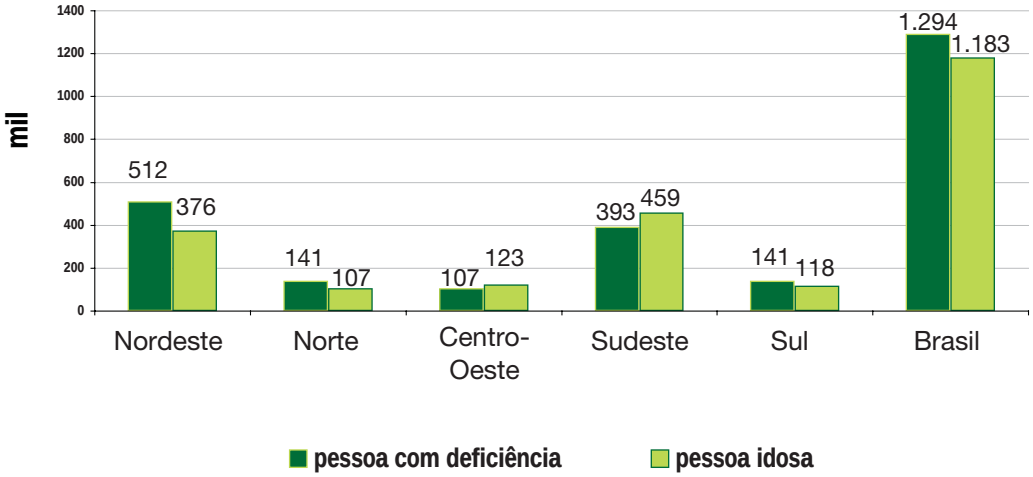
**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Expansão do número de CRAS co-financiados pelo Governo Federal. Em dezembro de 2006, havia 2.629 Municípios com 3.248 CRAS instalados com o auxílio financeiro do Governo Federal (expansão superior a 60%, com relação ao número de CRAS instalados em 2005 e de mais de 90%, para o mesmo ano, com respeito ao número de Municípios com CRAS). Estes centros servem como referência a 11,9 milhões de famílias pobres, e têm capacidade estimada de atendimento a 2,4 milhões destas famílias. Segue a discriminação do número de famílias referenciadas por grandes regiões;

| Famílias Referenciadas | |
|---|---|
| Grandes Regiões | dez/06 – famílias referenciadas |
| Nordeste | 5.474.651 |
| Norte | 1.207.322 |
| Centro-Oeste | 851.983 |
| Sudeste | 3.396.108 |
| Sul | 1.040.321 |
| Brasil | 11.970.385 |

• Em 2006, houve crescimento dos BPC emitidos. Foram 1,2 milhão de pessoas idosas beneficiadas (registrando, com relação a 2005, crescimento de 11%). No caso das pessoas com deficiência, foram emitidos, em 2006, 1,3 milhão de benefícios (significando um crescimento, com relação a 2005, de 6,75%). Abaixo, segue gráfico com o número de benefícios emitidos por grandes regiões.

**Gráfico 5 - BCP - Benefícios Emitidos por Grandes Regiões - Dez/2006)**




**Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**
**Nota: Exclui a renda mensal vitalícia.**

• 446,4 mil pessoas beneficiadas com a renda mensal vitalícia;

• 57 projetos de estruturação selecionados da rede de serviços da Proteção Social Básica em 45 Municípios, com ênfase em comunidades de remanescentes de quilombos, que se encontram em situação de vulnerabilidade social;

• 407 mil pessoas idosas beneficiadas com serviços de Proteção Social Básica em quase 2.000 Municípios;

• 1,7 milhão de crianças beneficiadas em 4.727 Municípios com serviços de proteção social básica (financiamento à rede de creches, pré-escolas e ações sócio-assistenciais);

• 112 mil jovens de 15 a 17 anos atendidos pelo Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano por meio de bolsa mensal no valor de R$ 65 e ações sócio-educativas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

No ano de 2006, a Proteção Social Básica seguiu expandindo sua rede de atendimento. Especialmente, por intermédio dos serviços assistenciais no CRAS que passaram de 1.978 a 3.248 unidades co-financiadas pelo Governo Federal. Tal expansão é fundamental à consolidação da meta que resultou da V Conferência Nacional de Assistência Social, prevendo a instalação de ao menos um CRAS por Município até 2015. Com relação aos demais serviços sócio-assistenciais, não houve expansões em 2006. Inclusive, é necessário explicitar que suas metas físicas não guardam relação com a demanda nacional. Por exemplo, o Agente Jovem atende apenas a 3% do que constituiria seu público potencial. A expansão das metas requereria um maior volume de recursos.

A expansão dos CRAS vem sendo efetuada por intermédio de regras claras e objetivas. Primeiro, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que estabelece a combinação de critérios de partilha de recursos que permitam: equalização, priorização e projeção da universalização na trajetória da Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004). Tais critérios são os seguintes: porte populacional dos Municípios, taxa de vulnerabilidade social por Município, cruzamento de indicadores sócio-territoriais e de cobertura. Este último elemento, ainda segundo a NOB-SUAS, é composto por: taxa de vulnerabilidade social municipal, receita corrente líquida municipal *per capita* e recursos *per capita* transferidos pelo FNAS para a Proteção Social Básica. Além disso, há a referência a um indicador complementar, sendo este de natureza variável (definido em 2006 pela Portaria GM/MDS nº 225/2006). Esta mesma Portaria determinou que os Municípios já contemplados com recursos para os serviços de Proteção Social Básica à família em CRAS não poderão receber novos recursos até que todos os Municípios habilitados no nível de gestão básica ou plena sejam contemplados com recursos para, no mínimo, um CRAS. Tal determinação é compatível com a meta já mencionada para os CRAS, pactuada na V Conferência Nacional de Assistência Social.

Tais regras têm garantido, não apenas a expansão, mas uma distribuição mais equânime dos recursos do FNAS, cobrindo regiões e Estados com populações mais vulneráveis: entre os 17 Estados com cobertura de CRAS maior ou igual a 50%, nove são da Região Nordeste, cinco da Região Norte, dois do Sudeste e um do Centro-Oeste. Dos 5.563 Municípios, 2.629 Municípios, ou seja, 47,26%, têm hoje um CRAS co-financiado pelo Governo Federal. Em 17 Estados, o percentual de Municípios que dispõem de pelo menos um CRAS é igual ou maior que 50%. Sete tem uma cobertura maior que 80% - Rio de Janeiro (100%), Ceará (89,67%), Maranhão (85,25%), Amazonas (83,87%), Alagoas (82,35%), Acre (81,82%) e Pernambuco (81,62%).

Porém, uma restrição que deve ser destacada é a relacionada à consecução de informações detalhadas sobre a execução física das ações de assistência social co-financiadas pelo Governo Federal, dado seu caráter descentralizado. Sobre a questão, importa mencionar o SIGSUAS, Sistema de Gestão do SUAS, já em fase de testes e que deve estar implantado ainda no 1º semestre de 2007. Este sistema terá as seguintes funcionalidades: a recuperação, junto aos Estados e Municípios, de dados detalhados sobre a execução física

e financeira praticada por estes, mensalmente; informações especificadas por piso, ação orçamentária, serviços ofertados, rede prestadora e atividades; cadastro de usuários com Ficha de Cadastro e Gráficos Estatísticos de perfil, e relacionados ao CadÚnico e Cadastro dos Beneficiários do BPC; rotinas de gestão (registros das ações, fluxos e visualização de relatórios); ferramentas de trabalho sócio-educativo (modelos e registros, quadros quantitativos).

Ainda no que se refere às restrições, vale comentar as seguintes: recursos materiais insuficientes na equipe gerencial (no caso do BPC, falta equipamento de informática com capacidade de rodar a base de dados dos beneficiários); infra-estrutura inadequada na equipe gerencial; recursos materiais insuficientes nas equipes executoras; infra-estrutura inadequada nas equipes executoras; quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial (para o assessoramento técnico no acompanhamento das ações de Proteção Social Básica, junto aos Estados e Municípios, existem apenas dez técnicos responsáveis); quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras (as equipes do INSS são insuficientes para o atendimento aos beneficiários do BPC); insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial (constata-se a necessidade de um técnico com formação em estatística para atuar junto ao Programa, para melhorar o trabalho de estimativas e projeções de meta física, bem como análise dos dados referentes à população e outros indicadores sociais).

Por último, a transferência regular e automática de recursos por meio dos pisos de proteção social, aplicada aos serviços sócio-assistenciais, deve ser regular ao longo do ano de modo a propiciar o atendimento das metas físicas. De acordo com a regulação dos serviços sócio-assistenciais foi definido que a data final para efetuar a transferência de recursos aos fundos estaduais, do DF e municipais é o dia 10 de cada mês, o que, juntamente com sistemas de gestão financeira (Rede SUAS), possibilitou em grande medida regularizar esse fluxo e não prejudicar o acesso dos usuários aos serviços. Contudo, ao longo do ano existiram ocasiões em que ocorreu atraso na liberação da cota orçamentário-financeira, o que contribui para gerar atrasos. Em que pese tais dificuldades, essa modalidade de co-financiamento da União proporcionou a alteração de um quadro histórico caracterizado por atrasos sistemáticos no repasse de recursos, divergência de dados e restrições à efetivação de transferências, inviabilizando a oferta de serviços para a população usuária. Destaca-se que a parcela do mês de dezembro não foi empenhada no mês de referência em função de não liberação de limite orçamentário no exercício corrente. Essa situação já foi solucionada nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 mediante a utilização de recursos do orçamento do referido ano.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Rede SUAS, implantada em âmbito nacional a partir de 2005, propõe um conjunto de sistemas informatizados para monitoramento sobre o desempenho físico das ações da Proteção Social Básica. Os sistemas utilizados para tal fim são: o SUAS*web* e o SISCON*web*. O SUAS*web* deve atender aos requisitos do novo modelo de gestão e as novas regras trazidas pela NOB-SUAS. Além de ser composto por informações essenciais para gestores, como:

saldos, contas corrente, beneficiários do BPC, parcelas pagas contendo ordem bancária e data do pagamento, o sistema disponibiliza o plano de ação e o demonstrativo sintético físico-financeiro. O plano de ação anual contempla a previsão de atendimento físico-financeiro e a previsão financeira das ações co-financiadas pelo governo federal, entre elas as ações da Proteção Social Básica. O Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira é o instrumento utilizado para a inclusão das informações de execução física e financeira, ou seja, contempla a prestação de contas das ações constantes no plano de ação. Esses instrumentos são preenchidos pelos Municípios, conforme a portaria MDS/SNAS nº 459 de 09 de setembro de 2005. Dessa forma, o plano de ação e o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira permitem o monitoramento físico e financeiro das ações da Proteção Social Básica. Além disso, o SISCON*web* é o instrumento que permite o monitoramento dos Projetos de Estruturação da Rede de Proteção Social Básica e Promoção da Inclusão Produtiva. Esse sistema de gestão de convênios é responsável pelo gerenciamento de convênios, acompanhando todo trâmite desde o preenchimento dos planos de trabalho, formalização do convênio e prestação de contas.

Faz-se necessário um processo de qualificação das equipes que executam diretamente as ações de assistência social no âmbito local. Para isso, o MDS realizou o Iº Encontro Nacional de Coordenadores de CRAS, reunindo 1.200 participantes em Brasília (junho 2006) entre coordenadores, gestores e pesquisadores do trabalho social. A NOB-RH do SUAS, aprovada em 2006, dispõe sobre a demanda de qualificação dos recursos humanos, indicando diretrizes para a política nacional de capacitação. Além disso, em 2007, será implementado pelo MDS o Programa Gestão Social com Qualidade, que vai capacitar, em um ano, 15,6 mil técnicos e gerentes de Estados e Municípios visando a aprimorar a gestão dos programas sociais públicos por meio de qualificação de profissionais em novas práticas e tecnologias para atender com eficiência a população e promover a integração de diversas ações. O módulo V do curso será específico para tratar dos temas relacionados à proteção social básica (acompanhamento familiar e sócio-educativo). O curso atenderá a 14.059 técnicos em aulas à distância e 1.618 gerentes na forma presencial. O investimento será de R$ 15 milhões.

Houve reuniões e pactuações da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), da qual participam representantes das três esferas de governo. A CIT tem suas competências estabelecidas na NOB-SUAS. Essa comissão participa efetivamente atuando como fórum de pactuação de instrumentos, parâmetros, mecanismos de implementação e regulamentação do SUAS, além de pactuar os critérios e procedimentos para o co-financiamento de ações e serviços de assistência social para Estados, Distrito Federal e Municípios. Houve também reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O CNAS é um órgão superior de deliberação colegiada, de composição paritária (sociedade civil e governo), vinculado ao MDS, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993). Cabe ressaltar que esse Conselho tem um papel importante de deliberar, entre outras matérias, as pactuações da CIT. Ainda com referência à participação social, os Conselhos Municipais de Assistência Social são os responsáveis pela aprovação ou rejeição do plano de ação e do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do SUAS (instrumento de prestação de contas).

Em 2006, foram realizadas algumas pesquisas relativas às ações da Proteção Social Básica. Entre elas, assinale-se a pesquisa sobre os impactos do Projeto Agente Jovem sobre as condições de vida dos jovens egressos do Programa, cujos resultados serão divulgados em 2007. Além desta, cabe mencionar também três pesquisas sobre o BPC: a primeira procura estimar o número de pessoas idosas e com deficiência elegíveis para o BPC; a outra avalia o impacto do BPC sobre a vida dos beneficiários, por exemplo, no que se refere ao uso do benefício e perspectivas futuras; a última é um estudo sobre a importância das transferências do BPC sobre a renda municipal.

**RECOMENDAÇÕES**

- Estabelecer revisão geral de indicadores, procurando, em particular, construir índices relativos à operacionalização do conceito de vulnerabilidade social e à expansão da proteção social básica.

# PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

## OBJETIVO

Promover a redução das situações de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados, visando à orientação, ao convívio e ao resgate de vínculos familiar e comunitário.

## PÚBLICO-ALVO

Crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, migrantes, famílias em situação de risco pessoal e social decorrente da violação de direitos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 159.895.839,00 | Empenho Liquidado: | R$ 127.762.804,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 127.762.804,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE COBERTURA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 2,52
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Conforme estabelece a NOB-SUAS 2005, a matricidade sócio-familiar é referência no planejamento das ações sócio-assistenciais da Proteção Social Especial, entretanto, a definição das metas de atendimento tem como indicativo indivíduo/pessoa atendida. Por meio da consolidação do Sistema de Informações Gerenciais do Sistema Único de Assistência Social (SIGSUAS) será possível obter informações detalhadas dos serviços realizados nos Municípios, viabilizando a apuração mais consistente do indicador.

De toda maneira, supondo-se que a cada pessoa atendida corresponda uma família (em 2006, foram cerca de 280 mil pessoas atendidas pelos serviços de proteção social especial), bem como considerando-se a projeção de famílias pobres utilizada pelo Programa Bolsa Família (a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2004/IBGE), estima-se o índice citado acima para o exercício de 2006.

**2. TAXA DE COBERTURA DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA PELOS PROGRAMAS E PROJETOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

**Unidade de medida**: %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O Programa basicamente se refere a serviços de proteção social especial (na definição da Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que categoriza a intervenção da assistência social em serviços, benefícios, programas e projetos). Só há projetos (vale a ênfase, no sentido da LOAS) relativos à estruturação da rede prestadora de serviços da proteção social especial, havendo dificuldades em informar sua execução física como famílias atendidas, e não em termos da própria rede coberta. Por essa razão, o indicador não foi apurado, cabendo rediscutir sua pertinência.

Não há índice previsto para o fim do PPA, em razão das dificuldades colocadas.

**3. PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 70
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não há índice previsto para o fim do PPA, visto que o indicador se refere tão-somente ao percentual de atendimento a um segmento específico em relação aos serviços de proteção social especial. Isto é, não há meta percentual de atendimento a um público específico.

**4. PERCENTUAL DE PESSOAS IDOSAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 11,80
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não há índice previsto para o fim do PPA, visto que o indicador se refere tão-somente ao percentual de atendimento a um segmento específico em relação aos serviços de proteção social especial. Isto é, não há meta percentual de atendimento a um público específico.

**5. PERCENTUAL DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 18,20
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não há índice previsto para o fim do PPA, visto que o indicador se refere tão-somente ao percentual de atendimento a um segmento específico em relação aos serviços de proteção social especial. Isto é, não há meta percentual para atendimento a um segmento específico. É importante comentar que os serviços de atendimento à criança e ao adolescente são integrados. Não há, portanto, como tratar em separado o número de crianças e/ou adolescentes atendidos.

**6. PERCENTUAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 18,20
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não há índice previsto para o fim do PPA, visto que o indicador se refere tão-somente ao percentual de atendimento a um segmento específico em relação aos serviços de proteção social especial. Isto é, não há meta percentual para atendimento a um segmento específico. É importante comentar que os serviços de atendimento à criança e ao adolescente são integrados. Não há, portanto, como tratar em separado o número de crianças e/ou adolescentes atendidos.

**7. PERCENTUAL DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

A Proteção Social Especial não possui modalidade de atendimento a jovens (este nível de proteção vem atendendo crianças, adolescentes, adultos e idosos em situação de risco e vulnerabilidade social), razão pela qual é necessário discutir a conveniência de manutenção do presente indicador.

Não há índice previsto para o fim do PPA, em razão das dificuldades colocadas.

**8. ÍNDICE DE GINI DA PROTEÇÃO ESPECIAL**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O indicador procura expressar o grau de desigualdade da cobertura da Proteção Social Especial entre as Unidades da Federação, tomando como parâmetro a distribuição de famílias pobres. Ocorre que os serviços de proteção social especial têm sido dirigidos a situações específicas, que envolvem violação de direitos de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população de rua. Por essa razão, a proporção de famílias pobres não é um bom parâmetro para se medir a desigualdade da cobertura da Proteção Social. Neste sentido, convém discutir a pertinência da manutenção do presente indicador.

Não há índice previsto para o fim do PPA, em razão das dificuldades.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As inovações no modelo de gestão da política de assistência social requeridas para aprimorar a sua consolidação vêm sendo implementadas por meio da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este consiste de um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e à organização, em todo o Território Nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços, fundamentadas na centralidade da família, na participação social e na transferência automática de recursos (fundo a fundo), respeitando as especificidades territoriais. Entre outras inovações introduzidas no processo de implementação do SUAS, os serviços passam a ser organizados nos níveis de proteção social básica e especial de média e de alta complexidade. Para o exercício de 2006, a programação da assistência social passou a ser organizada por níveis de proteção e graus de complexidade dos serviços: programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de modo que o PPA possa refletir as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) e do SUAS.

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio–educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual, e maior flexibilidade nas soluções de proteção. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

No Brasil, há milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social, cuja situação torna-se agravada pelos processos de violação de direitos como núcleo familiar ou de seus membros, exigindo, portanto, atenção diferenciada, especializada, com maior grau de complexidade. Nesse sentido, as ações de proteção social especial, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, devem ser prestadas de acordo com a situação apurada, sendo caracterizadas como de média e de alta complexidade. A proteção de média complexidade refere-se ao atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. A proteção de alta complexidade diz respeito à proteção integral para famílias e indivíduos

que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Assim, visando a assegurar proteção social às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social, o Programa Proteção Social Especial é estruturado pelas ações que financiam serviços sócio-assistenciais de média e alta complexidade, vinculados a situações, conforme já dito, em que ocorreu rompimento de vínculos familiares (por exemplo, crianças e adolescentes em situação de abandono ou que necessitam de afastamento temporário de seus familiares ou responsáveis, população de rua, atendimento domiciliar, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, etc). Há também a ação de projetos de estruturação da rede física de atendimento da proteção social especial. Vale destacar que as ações dirigidas ao combate à exploração sexual de crianças/adolescentes e à erradicação do trabalho infantil, todas de proteção social especial, estão predicadas a outros Programas do Plano Plurianual 2004-2007.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Foram atendidas cerca de 163 mil pessoas com deficiência e mais de 21 mil pessoas idosas com serviços sócio-assistenciais de proteção especial, somando-se um total de 184 mil pessoas/famílias em 1.752 Municípios. Esses serviços específicos foram co-financiados por meio do piso de transição de média complexidade;

- Foram atendidos 50.834 crianças e adolescentes, em 403 Municípios, que se encontram em situação de abandono ou precisam de afastamento temporário de seus familiares ou responsáveis, em virtude da ocorrência de ameaça ou violação de direitos. Atendeu-se, também por estes serviços, a mais de 45.000 pessoas, sendo 12,1 mil idosos e 32,8 mil pessoas com deficiência.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os serviços de proteção social especial, de média e alta complexidade, atingiram as metas físicas propostas para o exercício de 2006. A rigor, foram mantidas as metas já existentes em 2005, embora reordenadas por nível de proteção e grau de complexidade dos serviços, conforme determina a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS). Importa mencionar, todavia, a necessidade de adequar o dimensionamento das metas à demanda real existente.

Para o alcance da execução informada, concorreu a determinação da NOB-SUAS, de que o repasse de recursos passa a ser regular, automático e por meio de pisos aplicados aos serviços. No caso da Proteção Social Especial, há os seguintes pisos: piso de transição de média complexidade, piso fixo de média complexidade, piso de alta complexidade I e piso de alta complexidade II. De acordo com a regulação dos serviços sócio-assistenciais, foi definido que a data final para efetuar a transferência de recursos aos fundos estaduais, do DF e municipais é o dia 10 de cada mês, o que, juntamente com os sistemas de gestão financeira (Rede SUAS), possibilitou em grande medida regularizar esse fluxo e não prejudicar o acesso dos usuários aos serviços. Contudo, ao longo do ano existiram ocasiões

em que ocorreu atraso na liberação da cota orçamentário-financeira, o que contribui para gerar atrasos. A parcela de dezembro não foi empenhada no mês de referência em função de não liberação de limite orçamentário no exercício corrente. Essa situação foi solucionada nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 mediante a utilização de recursos do orçamento do referido ano. Em que pese tais dificuldades, essa modalidade de co-financiamento da União proporcionou a alteração de um quadro histórico caracterizado por atrasos sistemáticos no repasse de recursos, divergência de dados e restrições à efetividade de transferências, inviabilizando a oferta de serviços para a população usuária.

Vale registrar também que, para garantir o reajuste do valor do co-financiamento para manutenção e qualificação dos serviços disponibilizados na rede de proteção sócio-assistencial de alta complexidade, foi editada a Portaria nº 381, de 12 de dezembro de 2006, que em seu Artigo 6º estabeleceu o reajuste do valor dos recursos destinados ao co-financiamento para os serviços de acolhimento a indivíduos e famílias privados de convivência familiar, o qual passou a ter como referência o valor de, no mínimo, R$ 50,00 por indivíduo ou família. Para o atendimento ao idoso, houve reajuste de 20% para todas as instituições de longa permanência co-financiadas. Para o atendimento às crianças e aos adolescentes, o reajuste realizado foi de 30%.

A referida Portaria estabeleceu também, respondendo a levantamento sobre a realidade da população em situação de rua realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a transferência de recursos aos Municípios com mais de 300 mil habitantes, que possuam população em situação de rua. Os recursos destinados ao co-financiamento do Piso de Alta Complexidade II financiarão a rede de acolhida temporária destinada à população em situação de rua, na perspectiva de potencializar e diversificar a rede de serviços da proteção social especial de alta complexidade, bem como atender ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (estabelece que na organização dos serviços de assistência social serão criados programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua). O valor dos recursos transferidos deverá variar de acordo com a capacidade de atendimento ou porte de cada Município, ressaltando-se que pela especificidade do serviço de acolhimento à população em situação de rua, os Municípios receberão o valor de R$ 60,00 por família ou indivíduo, na seguinte proporção: I - para as metrópoles, até 200 indivíduos ou famílias; II - para as capitais de Estados, até 150 indivíduos ou famílias; III - para os demais Municípios, até 100 indivíduos ou famílias.

Há restrições no que se refere a: recursos materiais insuficientes na equipe gerencial (os recursos materiais destinados ao desenvolvimento necessário das ações não atendem às demandas dos processos de trabalho, tais como falta de espaço físico para acomodar novos técnicos, equipamentos de informática, linhas telefônicas, etc); infra-estrutura inadequada na equipe gerencial; quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial (a PNAS e a NOB impõem um reordenamento dos recursos humanos envolvidos no gerenciamento e na execução dos programas de modo a assegurar a sua implementação de forma qualificada. Em 2006, foi realizado concurso público para provimento de vagas no MDS para profissionais de nível médio e superior, o que ainda não suprirá a necessidade real).

Do ponto de vista de recursos orçamentários, foram empenhados R$ 24,2 mil em projetos de Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial cuja execução física não foi iniciada. Cabe destacar que todos os recursos orçamentários dessa ação foram assegurados por meio de emendas parlamentares. O recurso empenhado correspondeu a 80% do valor previsto no orçamento devido à não liberação de limite orçamentário e não apresentação de projetos, por parte de algumas Unidades da Federação, tpara a Ação Estruturação da Rede de Serviços.

Por último, o adequado funcionamento do SUAS requer articulação com as Unidades da Federação (UF), dada a descentralização de recursos para a execução da política de assistência social, bem como a necessidade do co-financiamento das ações (definida pela NOB-SUAS). Neste sentido, devem-se registrar, como restrições, os seguintes pontos:

a) insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras das UFs. Como forma de ampliar as competências dos profissionais da área da assistência social, o MDS consolidou um programa de capacitação que mobilizará conhecimentos, metodologias e ferramentas gerenciais para municiar os profissionais em suas atividades visando à qualificação dos serviços e à implementação do SUAS enquanto instrumento de viabilização e consolidação dos direitos sociais;
b) inadequada quantidade de recursos humanos nas equipes executoras. Conforme apresenta a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo MDS em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os trabalhadores da assistência social eram responsáveis, em 2005, por apenas 2,9% do total de pessoal ocupado na administração municipal, tal como demonstra a tabela abaixo;

| Brasil e Grandes Regiões | Relação percentual entre pessoal ocupado na área de assistência social e na administração municipal, por vínculo empregatício | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Estatutários | Celetistas | Somente comissionados | Sem vínculo permanente |
| Brasil | 2,9 | 1,8 | 2,8 | 6,8 | 5,4 |
| Norte | 3,7 | 2,3 | 6,2 | 7,6 | 4,7 |
| Nordeste | 3,4 | 1,6 | 4 | 7,5 | 5,9 |
| Sudeste | 2,2 | 1,5 | 1,9 | 5,2 | 4,6 |
| Sul | 3,2 | 2,3 | 3,1 | 6,7 | 8,3 |
| Centro-Oeste | 3,4 | 2,3 | 6,2 | 9,6 | 4,6 |

**Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005.**

c) co-financiamento das três esferas federativas como previsto na estrutura de gestão da política de assistência social. A Munic/IBGE registra que 99,1% dos Municípios alocam recursos próprios no seu orçamento para assistência social, embora apenas 50,4% afirmaram ter definição legal de percentual de recursos. Além disso, constata-se a descaracterização da concepção da gestão financeira desses recursos, uma vez que, para 2005, somente 44,8% dos recursos previstos para aplicação dos Municípios em assistência seriam alocados nos fundos municipais de assistência social, lócus privilegiado para assegurar gestão democrática de orçamento público. É preciso ter maior conhecimento sobre a participação dos Estados, DF e Municípios no co-finaciamento dessa política pública. Sobre estas questões, devem-se observar os números abaixo, constantes da pesquisa já citada.

| Municípios, total, com definição legal de % do orçamento do Município para a assistência social e valores previstos para 2005, segundo Grandes Regiões | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Recursos previstos para 2005 (%) | | | | |
| Brasil e Grandes Regiões | Total de Municípios | % dos Municípios com definição legal de % do orçamento para assistência social, em relação ao total de Municípios | Próprios do Município destinados à Função Assistência Social, em relação ao total do orçamento previsto no Município | Próprios do Município destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social, em relação aos recursos do Município destinados à Função Assistência Social |
| Brasil | 5.564 | 50,4 | 3,06 | 44,8 |
| Norte | 449 | 67,7 | 3,5 | 42,3 |
| Nordeste | 1.793 | 64,6 | 3,5 | 41,2 |
| Sudeste | 1.668 | 40 | 2,4 | 46,2 |
| Sul | 1.188 | 39 | 2,9 | 42,4 |
| Centro-Oeste | 466 | 45,9 | 5,3 | 49,1 |

**Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005.**

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O monitoramento das ações é efetivado por meio dos instrumentos disponibilizados na Rede SUAS, que tem por função responder às novas necessidades de informação e comunicação no âmbito do SUAS. Dentre esses, o Demonstrativo Anual da Execução Físico-Financeira, instrumento de prestação de contas do co-financiamento federal das ações continuadas de assistência social, elaborado pelos gestores e submetido à avaliação do Conselho de Assistência Social competente, que verifica o cumprimento das metas físicas e financeiras do Plano de Ação, de acordo com a Portaria nº 459 de setembro de 2005.

Conforme destaca a PNAS, a Proteção Social Especial deve priorizar a reestruturação dos serviços de abrigamento para as novas modalidades de atendimento. Para tanto, os parâmetros de atendimento à criança e ao adolescente, aos idosos e à pessoa com deficiência nos serviços de alta complexidade estão sendo redesenhados, de modo a atender aos pressupostos da legislação vigente, a exemplo, a Política Nacional de Assistência Social, o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o Estatuto e Política do Idoso. Neste sentido, reafirma-se a necessidade na definição de competências da política de assistência social no processo de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência. A política de assistência vem, historicamente, assumindo e financiando ações que são de responsabilidade de outras políticas públicas, o que acaba por descaracterizar sua especificidade.

Em parceria com o IBGE, o MDS iniciou em 2006, pesquisa que irá avaliar a estrutura técnica, organizacional, financeira e de gestão de mais de 30 mil entidades prestadoras de serviços sócio-assistenciais privadas. O tema é fundamental, uma vez que são, muitas vezes, estas instituições as que executam serviços sócio-assistenciais co-financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Estão entre os mecanismos de participação social:

a) Ouvidoria-Geral, canal direto entre cidadãos, cidadãs e governo por meio do recebimento de elogios, sugestões, críticas, reclamações e denúncias;
b) eventos nacionais e internacionais de discussão específica das questões referentes às pessoas idosas, às crianças e aos adolescentes, à pessoa com deficiência e às pessoas em situação de rua;
c) conselhos que se constituem em importantes instâncias de discussão, proposição e avaliação voltadas aos segmentos populacionais atendidos pelos serviços da Proteção Social Especial, sendo o MDS efetivo-titular nos seguintes conselhos nacionais: Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência; Assistência Social; Direitos dos Idosos; Direitos da Criança e do Adolescente;
d) Lei nº 8742/1993 que define como instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, o Conselho Nacional de Assistência Social;
e) Conselhos Estaduais de Assistência Social;
f) Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
g) Conselhos Municipais de Assistência Social.

**RECOMENDAÇÕES**

• Estabelecer revisão geral dos indicadores, procurando, em particular, construir índices relativos à expansão da proteção social especial.

# TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA

## OBJETIVO

Combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local dos territórios.

## PÚBLICO-ALVO

Famílias em situação de pobreza, com renda familiar *per capita* de até R$ 100,00[1].

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.911.703.950,00 | Empenho Liquidado: | R$ 8.231.021.853,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 8.231.021.853,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE POBREZA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O indicador taxa de pobreza, calculado pela relação percentual entre o número de famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza e o número total de famílias, é influenciado por inúmeras variáveis. Por essa razão, não convém utilizá-lo para medir os resultados do Programa.

1. O público-alvo do Programa foi alterado pelo Decreto nº 5.749, de 11 de Abril de 2006, para Famílias em situação de pobreza com renda *per capita* mensal de R$ 60,00 a R$ 120,00 e extrema pobreza com renda *per capita* mensal de até R$ R$ 60,00. Todavia, o Decreto foi publicado em data posterior à Revisão do Plano Plurianual. Por essa razão, o público-alvo que aqui aparece é o definido anteriormente ao referido Decreto.

## 2. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS POBRES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 99
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A meta estabelecida para o PBF, em 2006, foi o atendimento a 11,1 milhões de famílias, ou seja, todas as famílias pobres estimadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esta meta foi atendida no mês de junho, ainda que, em dezembro, em razão de depurações efetuadas no CadÚnico, o atendimento tenha sido a cerca de 11 milhões de famílias.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Elevar a renda da população constitui um dos principais desafios da sociedade brasileira. Cerca de 11,1 milhões de famílias têm renda familiar mensal *per capita* de até R$ 120,00 (PNAD 2004/IBGE).

Neste sentido, a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, institui o Programa Bolsa Família - transferência de renda às famílias pobres associada ao cumprimento de condicionalidades, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento da pobreza. São objetivos do Programa: a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional; o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; o combate à pobreza; e a promoção da intersetorialidade, complementaridade e sinergia das ações sociais do poder público.

O Programa, desde sua criação, vem recebendo alocação crescente de recursos orçamentários, de modo a estender o atendimento a todas as famílias em situação de pobreza, com base nos seguintes critérios: famílias com renda mensal *per capita* de até R$ 60,00 recebem benefícios mensais de R$ 50,00, adicionados de uma parcela variável de R$ 15,00, de acordo com o número de crianças e adolescentes até 15 anos, gestantes e nutrizes na família, até o limite de três; famílias cuja renda mensal *per capita* esteja entre R$ 60,01 e R$ 120,00 recebem apenas o benefício variável, segundo as mesmas regras apontadas acima.

Vale assinalar que as famílias beneficiárias devem cumprir as condicionalidades do Programa para que permaneçam recebendo o benefício. Estas estão associadas à participação efetiva (mínimo de 85% de freqüência escolar) no processo educacional pelas crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. No caso da área de saúde, as responsabilidades das famílias são as seguintes:

a) para as famílias com criança até 7 anos: levar as crianças para vacinação e manter atualizado o calendário de vacinação, além de pesar, medir e serem examinadas conforme o calendário do Ministério da Saúde;
b) para as gestantes e mães que amamentam: participar do pré-natal e continuar

o acompanhamento após o parto, de acordo com o calendário do Ministério da Saúde, levando sempre o Cartão da Gestante, assim como participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável.

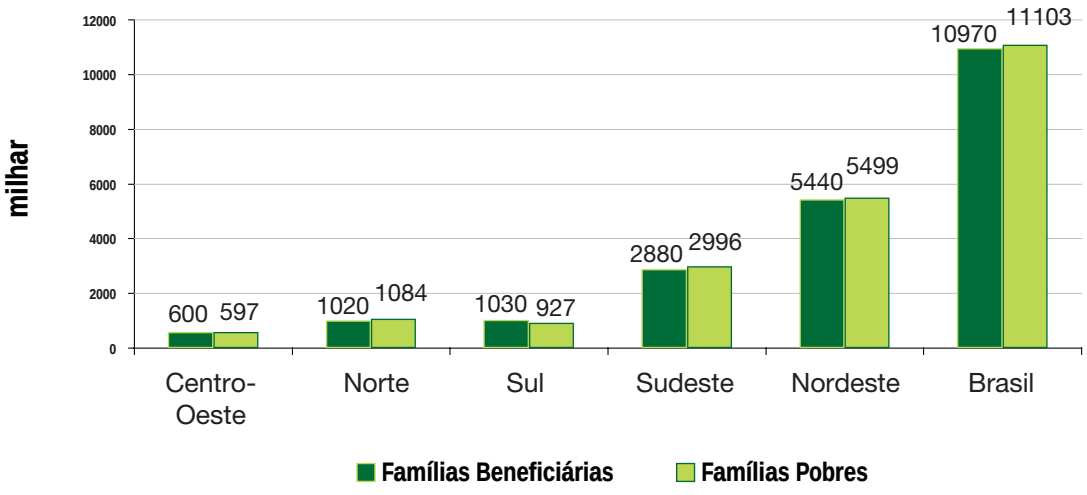
Há ainda mais uma componente do Programa, instituída pelo Decreto nº 5209/2004, que regulamenta a Lei que o institui: ao MDS cabe, em articulação com Ministérios setoriais e entes federados, a oferta de programas complementares, bem como seu acompanhamento e a fiscalização de sua execução.

Cabe mencionar, finalmente, que a lei que cria o PBF determina a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, evitando a sobreposição de ações e conferindo maior racionalidade ao gasto público. Além destes, em 2006, avançou-se na integração do PBF com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Atendimento a 10,97 milhões de famílias em dezembro, com a presença do PBF em todos os Municípios, significando uma expansão de 26% em relação às famílias atendidas em 2005. O gráfico abaixo coteja o número de famílias pobres (renda *per capita* inferior a R$ 120,00, a partir de dados da PNAD 2004) com o atendimento do Programa em dezembro de 2006, demonstrando que a expansão ocorrida neste exercício significou a extensão dos benefícios a praticamente todo o montante de famílias associadas à faixa de renda do Programa.

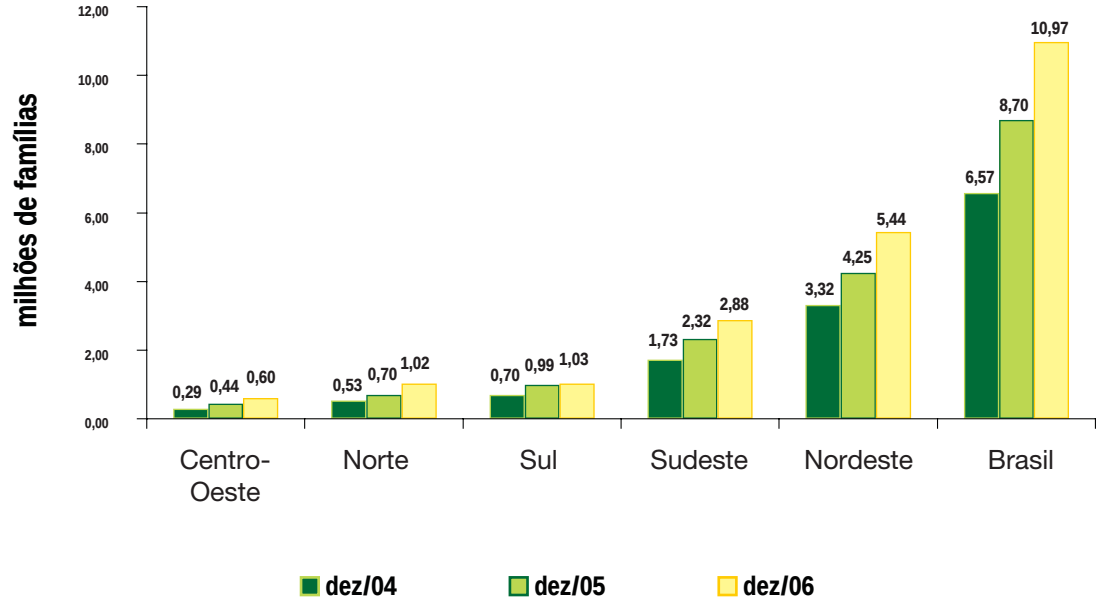
**Gráfico 6 - Bolsa Família - Benefícios Emitidos x Números de Famílias Pobres**




**Fonte: PNAD/2004 e SIGPlan**

Pode-se também apreciar a evolução da cobertura do Programa por grandes regiões para os três últimos anos, conforme gráfico abaixo.

**Gráfico 7- Evolução do Bolsa Família - número de famílias beneficiárias**




**Fonte: SIGPlan**

• Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de dados da PNAD 2004/IBGE, o PBF, individualmente, foi responsável por mais de 20% da queda do Índice de Gini entre 1995 e 2004.

• No decorrer de quatros semestres (2005 e 2006), os resultados do acompanhamento das condicionalidades de saúde tiveram melhorias consideráveis. O número de Municípios que registram informações no sistema subiu de 1.671 Municípios no 1º semestre de 2005 para 4.764 no 2º semestre de 2006. O número de famílias acompanhadas cresceu de 335 mil no 1º semestre de 2005 para 3,2 milhões, no 2º semestre de 2006. Do primeiro ao quarto semestre, a taxa de acompanhamento subiu de 6,0% para 33,4%. O acompanhamento das condicionalidades da área de saúde para crianças menores de 7 anos consiste no registro das informações de vacinação e do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. O total de crianças beneficiárias do PBF nessa faixa etária oscilou de 4 milhões a 5,7 milhões no mesmo período. Desse montante, 299 mil foram acompanhadas no 1º semestre de 2005, tendo este número se elevado para 2,3 milhões no segundo semestre de 2006 (equivalendo a 40% das crianças beneficiárias). Das famílias acompanhadas no 2º semestre de 2006, 99,5% cumpriram as condicionalidades.

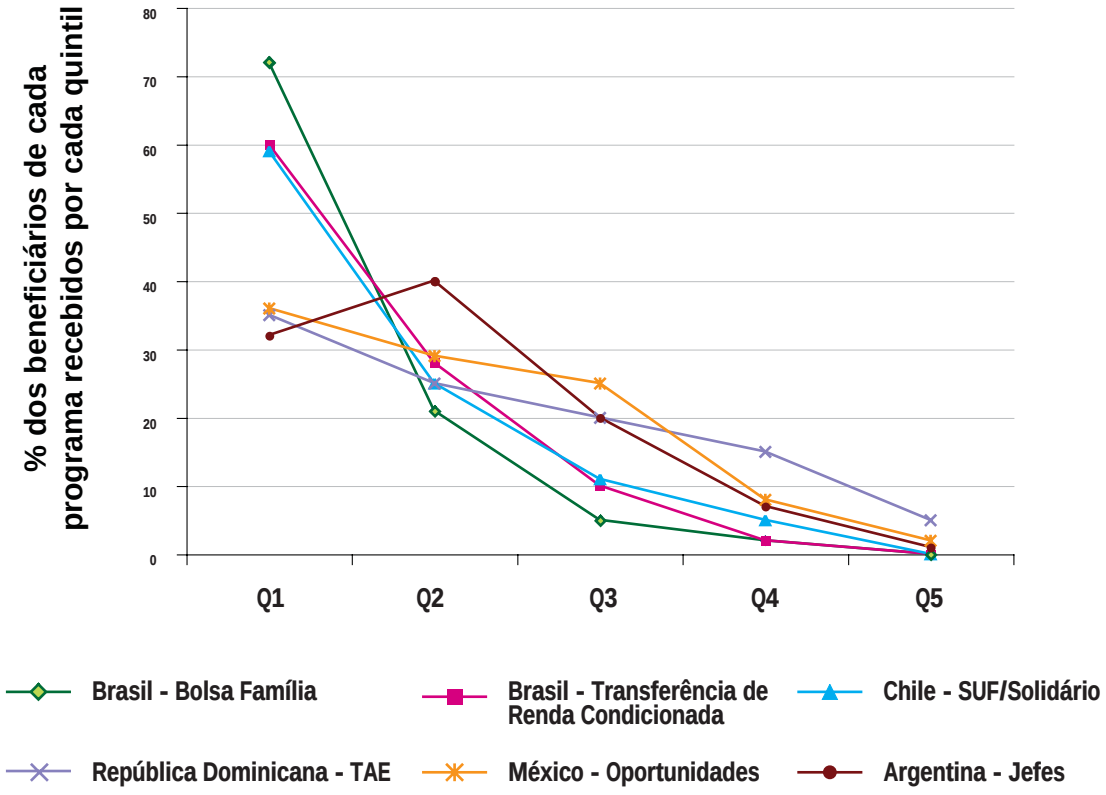
• No último período de acompanhamento das condicionalidades de educação (agosto/setembro de 2006), 5.389 Municípios registraram alguma informação no sistema. Isso representa 96,8% do total de 5.564 Municípios do País. Comparado ao primeiro período de coleta relativo ao PBF, em que 3.872 Municípios (69%) registraram informações no sistema, o crescimento consolidado foi de 39%. O percentual de escolas que realizou o acompanhamento da freqüência escolar também apresentou uma ampliação significativa,

subindo de 55% em 2004 para os atuais 89,8%. Comparado com o período do Programa Bolsa Escola, que chegou a 19% de escolas informando freqüência, este aumento é ainda mais expressivo. Em relação ao número de crianças e adolescentes com a freqüência escolar monitorada, entre o primeiro e o último período de acompanhamento disponível, o número saltou de 6,3 milhões para 11,4 milhões. Entre as crianças e os adolescentes monitorados, a taxa de cumprimento foi sempre superior a 95%, passando de 6 milhões em 2004 para 10,9 milhões em 2006.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa atendia, em dezembro de 2006, a cerca de 11 milhões de famílias em todos os Municípios, meta pouco abaixo da esperada (11,1 milhões para o exercício de 2006), em razão de depurações executadas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal. O Programa, portanto, teve excelente desempenho, não apenas praticamente alcançando a meta proposta (de universalizar o atendimento às famílias pobres), mas também garantindo, por meio dos instrumentos de gestão, a devida focalização do seu público-alvo. O gráfico abaixo, extraído de estudo do Banco Mundial, demonstra que 70% dos beneficiários do PBF estão no primeiro quintil de renda, resultando numa focalização superior a de outros programas de transferência de renda de países da América Latina.

**Gráfico 8- Grau de focalização: comparação com programas de transferência de renda com condiocionalidades na América Latina - Incidência Absoluta**




**Fonte: Lindert-BIRD**

Este desempenho satisfatório, conjugando expansão e boa focalização, foi alcançado por intermédio da gestão descentralizada do programa. O desafio colocado para o PBF é articular os diversos agentes políticos em torno da promoção e inclusão social das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Nesse sentido, o PBF não pode prescindir da participação efetiva das três esferas de governo, como co-responsáveis pela sua implementação, estabelecendo um modelo de gestão compartilhada em que a União, os Estados e os Municípios atuem como co-responsáveis pela sua implementação, gestão e fiscalização. A participação dos Municípios no PBF foi regulamentada pela Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, possibilitando a formalização da relação entre os Municípios e o Governo Federal na gestão e implementação do PBF e do Cadastro Único, por meio da assinatura de termo de adesão específico, indicação do gestor municipal do Programa e a formalização da instância local de controle social do PBF. A assinatura do referido termo é condição para que o Município tenha acesso aos recursos financeiros para apoio à gestão do PBF e do Cadastro Único de Programas Sociais, além de algumas ferramentas como, por exemplo, o Sistema de Gestão de Benefícios (SIBEC). Este permite que os gestores municipais realizem bloqueios, desbloqueios, cancelamentos e reversões de cancelamento de benefícios. Além disso, gestores estaduais, integrantes das instâncias de controle social e da rede pública de fiscalização do PBF (formada pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União) também podem consultar as mesmas informações que os gestores municipais.

Por meio do termo de adesão, os Municípios se comprometeram a cumprir responsabilidades específicas na implementação do Programa, em especial, no que se refere ao cadastramento, ao monitoramento das condicionalidades, à gestão de benefícios e à oferta de programas complementares. Para formalizar e tornar mais expressiva a participação dos Estados na gestão do PBF e do CadÚnico, foi publicada a Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005, que definiu critérios e procedimentos para o apoio financeiro às ações de atualização cadastral conduzidas pelos Municípios, com a parceria também dos Estados. Posteriormente, a remuneração por cadastro válido foi substituída pelo Índice de Gestão Descentralizada (IGD), instituído através da publicação da Portaria GM/MDS nº 148, de 26 de abril de 2006. Com isso, o formato de transferência de recursos para o apoio à gestão dos Municípios foi modificado, passando a ter como base o desempenho em relação ao IGD. O IGD é um indicador (número que varia de 0 a 1), que mede a qualidade da gestão municipal do Bolsa Família. Com base nesse indicador, são repassados recursos aos Municípios para apoio à gestão do Programa. Quanto maior o valor do IGD, de maior monta será o valor do recurso transferido para o Município. O IGD é calculado a partir de quatro variáveis: qualidade e integridade das informações constantes no Cadastro Único; atualização da base de dados do Cadastro Único; informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de educação; e informações sobre o cumprimento das condicionalidades da área de saúde.

Como resultado da política de gestão descentralizada, foi atingida a marca de 97,74% dos cadastros válidos na base nacional do CadÚnico. Também foi importante o trabalho de redução de famílias dos programas remanescentes e a integração com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), principalmente, em função da migração para o

Bolsa Família. Neste sentido, houve a integração em torno de 461 mil famílias ou cerca de 675 mil crianças/adolescentes do PETI para o PBF. De outubro de 2003 a dezembro de 2006, a redução das famílias dos pogramas remanescente foi em torno de : Bolsa Escola - 5 milhões; Bolsa Alimentação - 1,60 milhão; Cartão Alimentação - 742 mil; Auxílio Gás - 9,10 milhões. Em dezembro de 2006, foram pagos cerca de 36.481 mil benefícios do Bolsa Escola, 2.474 do Bolsa Alimentação, 32.136 mil do Cartão-Alimentação e 401,7 mil de Auxílio-Gás.

Sobre a gestão das condicionalidades, a ação intersetorial tem sido implementada por etapas. Em 2004, com o objetivo de definir as competências nas respectivas áreas de saúde e educação nas três esferas de governo, foram publicadas as Portarias Interministeriais nº 2.509, de 18 de novembro de 2004 (Saúde), e nº 3789, de 17 de novembro de 2004 (Educação). Posteriormente, em 09 de novembro de 2005, foi publicada a Portaria GM/MDS nº 551 que regulamenta a gestão das condicionalidades, estabelecendo sanções gradativas aplicadas em caso de seu descumprimento. Nos primeiros anos de implementação do PBF, fez-se esforço para adequar as estruturas existentes nos Ministérios e garantir o efetivo acompanhamento das condicionalidades da saúde e da educação, ao passo que a integração, prevista em Portaria, começou a ser implementada, de fato, no decorrer do ano de 2006. Sendo assim, devido ao pouco tempo de investimento nesse esforço de integração, e considerando a complexidade de um trabalho dessa ordem envolvendo Ministérios com estruturas tão consolidadas como a saúde e a educação, ainda existem algumas dificuldades e lacunas, sobretudo operacionais. Para superar as dificuldades operacionais, o MDS vem trabalhando na perspectiva de implantação do Sistema Integrado de Gestão das Condicionalidades (Sicon), o qual deverá estar interligado aos sistemas da saúde e da educação, prevendo no seu escopo a consolidação automática dos resultados coletados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) do Ministério da Saúde (MS) e pelo Sistema de Coleta da Freqüência Escolar (MEC), com intuito de promover melhorias na gestão integrada das condicionalidades. O desenvolvimento desse sistema teve início em agosto de 2006, com previsão para ser implantado até julho de 2007.

Já no que diz respeito à integração no sentido de planejar e implementar políticas conjuntas com vistas a alcançar o real objetivo da gestão de condicionalidades, que é fazer as famílias reconhecerem seus direitos básicos à saúde e à educação, o processo caminha a passos mais lentos por dificuldades decorrentes da própria estrutura da administração pública brasileira, a qual, por ser excessivamente setorializada, acaba gerando hierarquizações que dificultam o trabalho integrado. Para buscar sanar as dificuldades dessa ordem, a Coordenação Geral de Condicionalidades está propondo no planejamento para 2007 agendas periódicas entre os três Ministérios, tendo em vista a necessidade de não apenas desenvolver instrumentos operacionais, mas também fortalecer a concepção e os conceitos sobre políticas de transferência de renda com condicionalidades. Especificamente sobre a área de educação, foi desenvolvido um novo sistema para acompanhar a freqüência escolar de crianças e adolescentes do PBF. Com ele, os Municípios poderão captar, de forma mais rápida e fácil, a freqüência escolar das crianças e adolescentes. Além de ser totalmente *on-line*, o novo sistema traz como novidade a possibilidade de alteração imediata da série. Uma das principais inovações do sistema é o registro da freqüência escolar ser efetuado

na própria escola pelos diretores. Cumpre ressaltar que, a despeito das dificuldades mencionadas, houve avanços na gestão das condicionalidades, tanto de saúde, como de educação, tal como explicitado na seção Resultados.

Com relação aos recursos orçamentários, não houve restrições, assim como o fluxo financeiro não prejudicou o ritmo de expansão do Programa. A execução orçamentária, no que se refere à transferência de renda, foi de R$ 7,6 bilhões (caracterizando crescimento de 20% em relação a 2005). Contudo, não foi possível recompor o poder aquisitivo do benefício das famílias em 2006, corrigindo-o pelo índice de inflação, o que pode comprometer a manutenção dos resultados até então alcançados pelo programa. Sobre os recursos destinados aos entes federados, foram repassados via Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), R$ 19,4 milhões às prefeituras para a atividade de atualização cadastral, R$ 13,9 milhões aos Estados, para apoio aos Municípios na realização desta atividade, e ainda R$ 140,7 milhões aos Municípios, referentes ao IGD.

Há infra-estrutura inadequada na equipe gerencial e nas equipes executoras; quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes gerencial e executoras (havendo urgência na expansão na equipe gerencial); insuficiente qualificação dos recursos humanos da equipe gerencial (uma vez que, a despeito da qualidade da equipe, faltam alguns perfis técnicos) e nas equipes executoras (faltam alguns perfis técnicos, havendo também diversidade de formas de contratação).

Ainda no âmbito das restrições, importa mencionar que, embora a gestão descentralizada tenha passado no exercício de 2006 por uma série de avanços, já relatados, há ainda insuficiência de clareza em relação ao papel dos Estados na implementação do programa. É preciso também aperfeiçoar os mecanismos de coordenação no âmbito federal, de forma a reforçar a integração com as ações complementares. Inclusive, estas, ao serem instituídas por decreto que regulamenta o PBF, incorporam uma necessidade de articulação com outros Ministérios setoriais e entes federados, agregando grande complexidade à gestão.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O controle social assume uma importância fundamental no processo de acompanhamento e execução do PBF nos Municípios, Estados e Distrito Federal. Pois o acompanhamento da aplicação dos recursos do Programa, de forma transparente e eficaz, é um ponto basilar na atuação da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc). Uma das formas de materialização do controle social é a instância de controle social que deve ser formada por representantes do poder público e da sociedade civil, de forma paritária e intersetorial. Ela assume a responsabilidade de acompanhar, monitorar, avaliar, fiscalizar e propor políticas para a execução do programa, na perspectiva de contribuir para a garantia de inclusão de famílias que efetivamente atendam aos critérios de elegibilidade definidos na legislação do Programa. Em especial, foram realizadas em 2006 mobilizações com integrantes de instâncias de controle social, estando representados 1.576 Municípios,

com um total de 2.833 participantes, sendo 36% representantes da sociedade civil e 64% representantes do governo.

Em março de 2006, foi publicado edital do Prêmio de Práticas Inovadoras. Este teve como objetivo principal identificar, sistematizar e estimular boas práticas de gestão do PBF, especialmente, nas áreas de cadastramento de público-alvo; gestão de benefícios; gestão de condicionalidades; fiscalização e controle social; articulação de programas complementares e acompanhamento familiar.

O Programa Bolsa Família objetiva atender a todas as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. No caso da população negra, há 3,5 milhões de pessoas beneficiárias com o campo raça/cor do cadastro marcado como negros. Além disso, 25,4 milhões de pessoas beneficiárias têm campo raça/cor marcado como pardo. No caso da população indígena, considera-se que o Bolsa Família não é a política mais adequada para os povos aldeados. Algumas estratégias específicas têm sido implementadas em situações de maior vulnerabilidade, como é o caso de Dourados - MS, em que foi realizado cadastramento de população indígena por meio de estratégia diferenciada, com inclusão de mais de 2 mil famílias indígenas no PBF. Hoje, existem cerca de 382 mil pessoas beneficiárias do PBF, que têm o campo raça/cor do cadastro marcado como indígenas ou amarelos.

Em 2006, foram realizados processos de cadastramento específico de população quilombola e indígena, de forma a adequar metodologia de abordagem e, principalmente, realizar busca ativa daqueles que tradicionalmente estão à margem do poder público. Neste sentido, foram preenchidos 19.258 cadastros relativos a famílias remanescentes de quilombos e de comunidades indígenas de 76 Municípios.

Por último, é importante destacar que, conforme art 23 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, "o titular de recebimento do benefício será preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar". Resultados preliminares da pesquisa O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero, realizada pela instituição Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – AGENDE e pelo MDS, mostram efeitos positivos do Programa no acesso das mulheres ao crédito, previsibilidade da renda, planejamento orçamentário doméstico, aumento da auto-estima das mulheres, redução da dependência em relação ao parceiro e redução dos conflitos domésticos, o que leva à diminuição da violência contra as mulheres.

Os temas importantes para aperfeiçoamento do Programa estão em discussão no âmbito do Governo Federal, como a recomposição do valor dos benefícios, a incorporação dos adolescentes de 15 a 17 anos no Programa, a ampliação dos programas complementares e os movimentos continuados de aperfeiçoamento da focalização.

Têm sido desenvolvidas diversas avaliações sobre o PBF. Podem-se citar como temas recorrentes: grau de focalização do programa; contribuições para a redução da pobreza e da desigualdade; impacto na garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Sobre este último ponto, por exemplo, foi realizada avaliação (DataUFF/

UFBA) de percepção dos beneficiários do Programa sobre a melhoria das suas condições de vida, especialmente, sobre as mudanças referentes à qualidade e à quantidade de alimentos consumidos. Neste aspecto, 38,8% dos beneficiários consideraram o Programa ótimo; 49,9%, bom; e 9,8%, regular.

**RECOMENDAÇÕES**

- Criar ação específica para o repasse de recursos aos entes federados para melhoria da gestão descentralizada do Programa.

- Excluir indicador taxa de pobreza, substituindo-o por outro que meça o grau de focalização do PBF. Além disso, criar indicadores relativos ao cumprimento das condicionalidades de saúde e educação.

- Alterar o público-alvo do Programa na elaboração do PPA 2008-2011, de acordo com o Decreto nº 5.749, de 11 de Abril de 2006 para Famílias em situação de pobreza com renda *per capita* mensal de R$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda *per capita* mensal de até R$ R$ 60,00.




# MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Arranjos Produtivos Locais

Artesanato Brasileiro

Competitividade das Cadeias Produtivas

Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora

Interiorização do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental

Metrologia e Qualidade Industrial

Pólo Industrial de Manaus

Propriedade Intelectual

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foram utilizados **R$ 40.462.444.407,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 1.150.609.503,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 782.795.414,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **R$ 67.657.300.000,00** | **Realizado não-orçamentário:** | **R$ 39.679.648.993,00** |
| **Total previsto:** | **R$ 68.807.909.503,00** | **Total realizado:** | **R$ 40.462.444.407,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MDIC não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 85.570.753,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 69.062.737,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- As transações comerciais brasileiras alcançaram US$ 228,9 bilhões, com US$ 137,5 bilhões de exportações e US$ 91,4 bilhões de importações;
- Saldo comercial recorde em 2006: US$ 46,1 bilhões;
- As vendas externas de produtos manufaturados representaram 54,3% do total das exportações em 2006;
- Desenvolvimento do módulo comercial do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) Exportação, denominado de Projeto Novo Módulo do Siscomex Exportação (Novoex);
- Instituição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Atendimento a 2.940 empresas pelo Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx);
- Desenvolvimento, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), do Material de Referência Certificado para o álcool combustível;
- Realizados 135,2 mil exames e decisões de registro de marcas e 13.160 exames e decisões de pedidos de concessão de patentes;
- Aprovação, pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), de 278 projetos de investimentos industriais no âmbito do Pólo Industrial de Manaus (PIM).

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

Em 2006, o Brasil alcançou US$ 228,9 bilhões nas transações comerciais com o exterior, resultado de exportações de US$ 137,5 bilhões e importações de US$ 91,4 bilhões. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos. O incremento das vendas externas brasileiras, comparativamente ao ano anterior, atingiu 17,1% e as importações registraram incremento de 25,2%. O saldo comercial foi recorde, atingindo US$ 46,1 bilhões.

A exportação de produtos manufaturados, que responderam por 54,3% da pauta, registrou aumento de 15,6%, comparativamente ao ano anterior, tendo sido o segmento que mais contribuiu para o resultado recorde das exportações. Ocorreu também a ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta exportadora.

Na área operacional, merece destaque o desenvolvimento do novo módulo comercial do Siscomex Exportação (Projeto Novoex), em plataforma *web*, com possibilidade de acesso 24 horas, todos os dias. O novo módulo deverá ser implantado em 2007, permitirá maior agilidade e simplificará, sobremaneira, o processo operacional relacionado às exportações brasileiras.

Foi ampla, em 2006, a atividade do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo MDIC. O Fórum acompanhou a mobilização nacional pela aprovação e sanção do novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e a Criação do Programa de Aproximação Banco/Empresa, que consiste na realização de seminários regionais com a presença de representantes do sistema financeiro oficial, MDIC, entidades representativas de micro e pequenas empresas (MPEs) e empresários.

Foram apresentados 19 Planos de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e realizadas quatro Oficinas Regionais de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio a APLs articulados ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL): Região Sul, Região Centro-Oeste, Região Sudeste e Região Nordeste. Além da instalação de oito Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais nos seguintes Estados: Espírito Santo (ES), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Santa Catarina (SC) e Tocantins (TO).

No âmbito do Programa de Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, foram atendidas 2.940 empresas pelo Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx) até 31.12.2006, beneficiando 40.650 trabalhadores.

O Inmetro desenvolveu o Material de Referência Certificado (MRC) para o álcool combustível, que é uma ação de fundamental importância para ampliação das exportações deste combustível. Estão em desenvolvimento também atividades referentes ao biodiesel e foi

efetuado o estabelecimento da cooperação em Metrologia e Padrões para os biocombustíveis. O Inmetro equipou o Laboratório de Motores, Combustíveis e Lubrificantes, para dar suporte ao País em toda a cadeia do biodiesel, desde a análise do combustível, por cromatografia e espectrometria de plasma (ICP), até o teste do combustível em motores em bancadas dinamométricas, estando apto a realizar análises em motores padrão/motores CRF. Estas atividades são vitais para alavancar as exportações dos biocombustíveis. Com a Certificação de Manejo Florestal (Cerflor) foram certificadas seis empresas, perfazendo 882 mil hectares de floresta plantada, área superior à do Distrito Federal (DF).

Na área de atuação do INPI, nota-se claramente o aumento da demanda de solicitações dos serviços de informação tecnológica, iniciando-se a implantação do Portal INPI Eletrônico e criando-se a Academia da Propriedade Intelectual e da Inovação. Com a contratação de 440 novos servidores em 2006, aplicou-se um programa de treinamento, redundando em um aumento de técnicos examinando patentes e marcas. Desta maneira, também se verificou ainda mais a necessidade da ampliação das instalações do INPI, que se iniciou em 2006.

O PIM obteve uma aprovação de 278 projetos industriais (94 de implantação, 184 de ampliação/diversificação/atualização), com expectativa de geração de 22.329 empregos e investimento total de US$ 2,27 bilhões, além de expectativa de exportação de US$ 540 milhões, no terceiro ano de produção. Este resultado sinaliza que a Suframa alcançou a meta proposta para implementação de suas ações de desenvolvimento. Também foram realizados 45 convênios com os Estados do Acre (AC) e Rondônia (RO), para implantação de projetos de apoio à produção e de apoio à infra-estrutura econômica.

**ASPECTOS RELEVANTES**

O MDIC contribuiu de forma direta com o Megaobjetivo II - Crescimento com Geração de Trabalho, Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Sociais, ao estimular quantitativa e qualitativamente as exportações e a agregação de valor aos produtos exportados, ao fortalecer as microempresas e empresas de pequeno e médio porte e ao contribuir para o aumento da competitividade das cadeias produtivas. Definiram-se os seguintes objetivos:

a) aumentar as exportações e a agregação de valor aos produtos exportados;
b) formular e implementar mecanismos para favorecer a promoção e a defesa comercial;
c) promover e estimular a competitividade das cadeias produtivas;
d) fortalecer as microempresas e empresas de pequeno e médio porte;
e) fomentar a inovação tecnológica das empresas brasileiras;
f) desenvolver o Pólo Industrial de Manaus (PIM);
g) promover a Propriedade Intelectual;
h) reforçar e ampliar o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

# ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

## OBJETIVO

Promover o desenvolvimento integrado de microempresas e empresas de pequeno e médio porte em arranjos produtivos locais, com vistas à geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

## PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte localizadas em arranjos produtivos locais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 100.000,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | - |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

Este programa não possui indicadores.

O Programa foi extinto na revisão do PPA para 2007 e suas ações migraram para o Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, cujos indicadores são: Faturamento Médio das Empresas nos Arranjos Produtivos Selecionados, Faturamento Médio das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte e Taxa de Emprego por Microempresa de Pequeno Porte.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

As empresas nacionais presentes em Arranjos Produtivos Locais (APLs) apresentam pouca vantagem competitiva, principalmente as microempresas e empresas de pequeno e médio porte, que apresentam deficiências em seus produtos, processos e gestão. Suas dificuldades se refletem na diminuta participação do segmento no volume total de exportações do País e na reduzida percentagem de empresas que entram e permanecem na base exportadora. Assim, é necessário atuar nas empresas dos APLs para aumentar a competitividade e a eficiência produtiva, ampliar a capacidade exportadora, elevar o nível de ocupação e renda nos APLs e promover o fortalecimento e dinâmica de interação no interior dos APLs.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Implementação do Programa de Desenvolvimento de Novos Mercados (PDNM), em cinco APLs do País, em curso, atingindo até 15 empresas por APL;

• Implementação do Programa de Capacitação Máster para Empresários e Gestores de Negócios de Moda, em três APLs no Estado do Paraná, atingindo até 20 empresas por APL;

• Atualização do Documento de Inovação Tecnológica: Onde e Como Buscar Apoio à Inovação Tecnológica para sua Empresa e do Manual de Treinamento de Agentes: Metodologia em APLs - FIESP, como complemento às ações previstas no Projeto de Apoio Conjunto ao Incremento da Competitividade das Micro, Pequenas e Médias empresas do Estado de São Paulo inseridas e organizadas em APLs.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Houve necessidade de aditamento em dois dos convênios firmados ao final de 2005, o que comprometeu o alcance dos resultados previstos. O convênio entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) foi prorrogado até julho de 2007, em virtude de impasse sobre a modalidade de contratação do coordenador e dos técnicos para o projeto. O convênio entre o MDIC e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) referente ao Programa de Capacitação Máster para Empresários e Gestores de Negócios de Moda, também foi prorrogado. Destaca-se que a avaliação do Programa fica prejudicada, pois contempla apenas os convênios assinados em 2005. Os resultados alcançados pelas ações dirigidas aos APLs, no ano de 2006, recaem no escopo da avaliação do Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte.

Os projetos implementados durante o ano de 2006 referem-se a restos a pagar 2005. O financeiro previsto, no valor de R$ 100 mil, refere-se a uma emenda parlamentar cujo projeto não foi apresentado.

A seguir encontram-se os mecanismos de monitoramento utilizados:

a) visitas in loco – o padrão adotado são duas visitas para cada APL beneficiado. A primeira visita compreende a sensibilização e a apresentação do Programa, visando, principalmente, à exposição acerca das políticas públicas dirigidas aos APLs e aos objetivos do Programa. A segunda, no final do projeto, compreende especialmente a verificação dos resultados alcançados e a pesquisa de satisfação dos beneficiários;
b) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) – todos os meses é realizado relatório resumido acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito de cada projeto;
c) as instituições convenentes encaminham, mensalmente, relatório resumido acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos convênios.

Está em curso avaliação de impacto a partir de um conjunto de indicadores das empresas beneficiadas pelo Programa. A previsão de término da avaliação é um ano após o término do convênio, no caso, ano de 2008. A avaliação de impacto envolverá apenas a análise da evolução de indicadores selecionados, adotando como base o ano de 2006 e anos de controle: 2007 e 2008.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

No que se refere aos mecanismos de participação social:

a) em 2006, foi criado o sistema de Ouvidoria do MDIC, que funciona como um canal aberto e direto à participação do público e dos usuários dos serviços do órgão, visando a promover a harmonia das relações entre os cidadãos e as áreas internas do MDIC;
b) a metodologia de intervenção externa em APLs adotada pelo Ministério envolve a realização de reuniões com o público-alvo do projeto, com intuito de esclarecer os objetivos e a participação dos diferentes atores no processo.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ARTESANATO BRASILEIRO

## OBJETIVO

Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo.

## PÚBLICO-ALVO

Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 391.798,00 | Empenho Liquidado: | R$ 347.794,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 347.794,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DA RENDA DOS ARTESÃOS CADASTRADOS NOS ÓRGÃOS ESTADUAIS COMPETENTES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006**: -
**Índice previsto ao final do PPA:** 121

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A instalação do Fórum do Artesanato Brasileiro e o desenvolvimento do Sistema de Informações Nacional do Artesanato, em fase de testes a partir de março de 2007, do corrente ano sinalizam que a viabilidade de alcance do indicador é alta.

Ainda não foi possível apurar o indicador em 2006. Contudo, com a implantação do sistema de informações, será possível a apuração do indicador.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O artesanato é um dos segmentos com maior potencialidade para contribuir de forma direta com a geração de trabalho e renda. Trata-se de um modo de produção com características próprias e com grande potencialidade de agregação de valor ao produto, bem como de uma maior inserção tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Gestão do Fórum do Artesanato Brasileiro e de seus respectivos grupos temáticos;
- Desenvolvimento do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro;
- Apoio à realização de feiras de artesanato e à participação de artesãos em feiras nacionais e regionais;
- Capacitação de artesãos em diversos temas pertinentes ao desenvolvimento de suas atividades.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa Artesanato Brasileiro (PAB) empenhou e liquidou, em 2006, 88,8% do orçamento aprovado, percentual bem superior ao registrado nos dois exercícios anteriores (2005 e 2004), 44,7% e 20,6%, respectivamente. Entretanto, o montante do orçamento aprovado foi reduzido de R$ 5.734.264,00, em 2005, para R$ 391.798,00, em 2006.

Instalado no final de 2005, o Fórum do Artesanato Brasileiro foi um fato importante para o Programa. Em 2006, o fórum atuou na promoção da discussão em relação aos desafios, gargalos, oportunidades e ações conjuntas para o desenvolvimento do artesanato brasileiro.

No âmbito do fórum acima referido estão sendo dados os primeiros passos para a regulamentação da profissão de artesão, uma reivindicação antiga da categoria. Adicionalmente, outras iniciativas estão em curso, como a implementação do sistema de informações em nível nacional, a implementação da carteira nacional de artesão e a padronização de estandes, fôlderes e cartões para exposições. O PAB atuou também na gestão dos grupos temáticos no âmbito do Fórum.

A inclusão de cerca de 8,5 milhões de artesãos que estão na informalidade é prioridade do Programa.

O PAB apoiou a realização de duas feiras no âmbito nacional: a VII Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENNEART), em Pernambuco (PE), e a Feira de Artesanato Tradicional Brasileira (FEARTBRASIL), no Ceará (CE). Adicionalmente, o Programa apoiou a IV Feira Interestadual de Negócios Artesanais de Guarapari, no Estado do Espírito Santo (ES). As feiras foram apoiadas no âmbito da Ação Feiras e Eventos para Comercialização de Produtos Artesanais, que apresentou aproveitamento financeiro quase integral dos recursos disponíveis no orçamento de 2006.

A Ação Capacitação de Artesãos e Multiplicadores não apresentou execução financeira em 2006 devido, em grande parte, às restrições para assinatura de convênios com os Estados no período eleitoral, uma vez que esta ação é realizada de forma descentralizada. Entretanto, por ocasião da realização da Feira Nacional de Negócios do Artesanato,

realizada em Recife (PE), um curso de capacitação para 260 artesãos foi realizado, sem apoio financeiro do PAB, abrangendo os seguintes temas:

a) Programa do Artesanato Brasileiro;
b) Fórum do Artesanato Brasileiro;
c) Exportação Fácil dos Correios;
d) Roteiro de Exportação;
e) Linhas de Financiamento do Banco do Brasil;
f) Regimes Aduaneiros.

Destaque-se também que, em parceria com a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), o PAB participou dos Encontros de Comércio Exterior, em Oficinas de Artesanato para Exportação em Niterói (RJ), Porto Velho (RO), Cambé (PR) e Maceió (AL), ampliando, assim, a divulgação das ações do Programa diretamente aos artesãos e representantes do setor artesanal. A exportação de produtos artesanais é uma das prioridades do PAB, com o intuito de aumentar a renda dos artesãos em conformidade com o Indicador Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes.

Durante a realização da Conferência Mundial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), realizada no Brasil em 2006, artesãos representando 22 Unidades da Federação puderam divulgar e comercializar suas peças para delegações de 70 países.

Vale ressaltar que R$ 783.131,00 do orçamento de 2006 foram gastos no pagamento de restos a pagar de 2005, notadamente nas ações Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal, Capacitação de Artesãos e Multiplicadores e Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal.

A execução física do PAB, em 2006, ficou abaixo do previsto em virtude das restrições orçamentárias, embora se tenha verificado avanços nas discussões ocorridas no âmbito do Fórum do Artesanato Brasileiro. Somente na Ação de Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal a meta física foi atingida em 100%. Nas demais ações, o Programa não teve atuação financeira no período. As dificuldades técnicas na elaboração de projetos e no cumprimento de exigências documentais para o estabelecimento de convênios e contratos foram entraves enfrentados pelo Programa. Porém, no ano de 2006, destacaram-se outras dificuldades alheias aos processos internos, as quais são: o atraso na aprovação do Orçamento da União, o período eleitoral e o contingenciamento de recursos financeiros.

Conforme já evidenciado, o Fórum do Artesanato Brasileiro propiciou avanços em termos estruturais do Programa, possibilitando a discussão e o debate de assuntos relevantes ao setor artesanal, culminando com o desenvolvimento e a implementação do Sistema de Informações do Artesanato Brasileiro, a definição de conceitos fundamentais ao desenvolvimento do setor, o estudo e o encaminhamento de emendas ao projeto

de lei que regulamenta a profissão do artesão e a definição de critérios para a Carteira Nacional do Artesão.

**RECOMENDAÇÕES**

- O PAB deve promover a capacitação das equipes gerenciais no MDIC e nos Estados em elaboração de projetos e convênios.

# COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS

## OBJETIVO

Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações.

## PÚBLICO-ALVO

Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.713.338,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.484.427,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.484.427,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 18.721.336.000,00 | R$ 16.819.401.427,08 | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PLÁSTICO

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 3,95
**Índice previsto ao final do PPA:** 7,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 6 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

### 2. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE COURO E CALÇADOS

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 2,71
**Índice previsto ao final do PPA:** 4,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 3,6 para 2007, o que leva se a considerar a possibilidade de alcançar a meta. Por outro lado, é preciso ter em vista a ameaça dos produtos chineses, que poderão comprometer tal expectativa. Esta cadeia produtiva é uma das mais atingidas pela concorrência dos produtos chineses.

**3. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 4,21
**Índice previsto ao final do PPA:** 10

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 8 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

**4. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** -1,15
**Índice previsto ao final do PPA:** 4,75

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 1,2 para 2007, o que leva a se considerar baixa a possibilidade de alcançar a meta. Esta cadeia produtiva é uma das mais atingidas pela concorrência dos produtos chineses.

**5. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE MADEIRA E MÓVEIS**

**Unidade de medida**: -
**Índice apurado em 2006:** 0,43
**Índice previsto ao final do PPA:** 7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
A expectativa para 2007, com base na evolução da Taxa de Variação, é de 1,6, o que nos leva a considerar muito improvável o alcance da meta.

**6. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DO COMPLEXO ELETRÔNICO**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 4,21
**Índice previsto ao final do PPA:** 7,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 6 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta. Por outro lado, é preciso ter em vista a ameaça dos produtos asiáticos, que poderá comprometer tal expectativa.

**7. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AEROESPACIAL**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 0,89
**Índice previsto ao final do PPA:** 7,75

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O desempenho do setor em 2004 foi muito superior a de 2003, o que levou a uma meta bastante desafiadora para 2007. A evolução da Taxa de Variação leva a uma expectativa de 4 para 2007. Registre-se que a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) deverá entrar fortemente, a partir de 2008, com o lançamento de vários modelos de jatos executivos, o que acarretará um reforço nas estimativas acima citadas.

**8. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE SIDERURGIA**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 0,83
**Índice previsto ao final do PPA:** 10

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 2,8 para 2007, o que leva a se considerar baixa a possibilidade de alcançar a meta. O aço chinês representa uma ameaça às exportações brasileiras.

**9. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA FARMACÊUTICA**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 5,04
**Índice previsto ao final do PPA:** 4,25

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 3,4 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

**10. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA AUTOMOTIVA**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 2,24
**Índice previsto ao final do PPA:** 7,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um indice de 2,8 para 2007, o que leva a se considerar baixa a possibilidade de alcançar a meta. Esta cadeia produtiva sofre a concorrência dos produtos chineses, particularmente no setor de autopeças.

**11. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE BENS DE CAPITAL**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 2,62
**Índice previsto ao final do PPA:** 7,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 4 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta, desde que haja um bom desempenho em 2007. Esta cadeia produtiva sofre a concorrência dos produtos chineses.

**12. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE HIGIENE PESSOAL**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 3,98
**Índice previsto ao final do PPA:** 10

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 8 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

**13. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 3,98
**Índice previsto ao final do PPA:** 10

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 8 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

**14. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA AGROQUÍMICA**

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** 1,35
**Índice previsto ao final do PPA:** 3,5
**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 2,8 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

## 15. TAXA DE VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS EXPORTAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DE GEMAS E JÓIAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 7,69
**Índice previsto ao final do PPA:** 6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Com base na avaliação da evolução da Taxa de Variação, estima-se um índice de 4 para 2007, o que leva a se considerar a possibilidade de alcançar a meta.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O desenvolvimento da indústria brasileira tem de ser pensado nos marcos de um modelo de abertura e integração crescente da economia do País. Logo, o processo de globalização e a inserção competitiva da economia brasileira na economia internacional impõem o incremento da competitividade internacional das cadeias produtivas no Brasil. Impõe-se uma política vigorosa de aumento da competitividade das empresas nacionais pelos seguintes motivos: os ganhos de produtividade são hoje o motor inquestionável do crescimento econômico, e o Brasil apresenta desvantagens significativas em relação aos *benchmarks* internacionais. Tais ganhos são indispensáveis para:

a) o equilíbrio macroeconômico do País, em especial no que concerne ao balanço de pagamentos;
b) a integração soberana do País à comunidade internacional;
c) que se alcance uma redução efetiva da pobreza e da miséria, e aumentos substantivos nos salários reais.

Em sua acepção ampla, a competitividade é aqui abordada, em suas várias faces e dimensões. O grau de competitividade final de uma empresa é, na realidade, o resultado da conjunção de uma série de fatores, no nível das empresas, no nível estrutural e no nível sistêmico. Sendo assim, a competitividade, no sentido mais amplo, é uma referência inevitável para o futuro do setor produtivo do País. Não apenas para disputar mercados externos, mas também para concorrer no mercado doméstico com os competidores internacionais.

Nesse contexto, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) prioriza as cadeias produtivas relacionadas aos setores de fármacos, *softwares*, bens de capital e semicondutores, e os setores portadores de futuro, de biotecnologia, de nanotecnologia, de biomassa e de metais especiais. O conceito de cadeias produtivas é fundamental para se tratar da questão da competitividade em seus aspectos setoriais. Isso será atingido por meio da intensificação do diálogo entre o Poder Público, o setor privado, o terceiro setor e os trabalhadores. O estreitamento dessa relação está centrado no fortalecimento e na ampliação dos fóruns de competitividade como espaços de discussão na busca de

soluções consensuais dos diversos obstáculos que limitam o desenvolvimento industrial e comercial brasileiro.

Os Objetivos Setoriais Associados são:

a) promover a competitividade das cadeias produtivas do País, com especial ênfase nas cadeias relacionadas aos setores considerados prioritários pela PITCE - fármacos, *softwares*, bens de capital e semicondutores, e os setores portadores de futuro, biotecnologia, nanotecnologia, biomassa e metais especiais, objetivando melhor aproveitamento das potencialidades produtivas e setoriais;
b) geração de emprego e renda;
c) redução das desigualdades sociais e regionais e fortalecimento dos pólos produtivos regionais.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Inserção do *design* nos setores produtivos;
- Avaliação de 1.560 pedidos de ex-tarifários, com a aplicação de 1.350 reduções tarifárias concedidas;
- Fortalecimento das cadeias produtivas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa empenhou e liquidou pouco mais de 10% do orçamento aprovado em 2006, índice inferior ao registrado em 2005, quando o montante alcançou 19,2%. Em 2004, o montante empenhado e liquidado alcançou apenas 4,8% do orçamento aprovado. As informações se referem às ações orçamentárias, que demandam recursos do orçamento da União. A realização financeira das ações não-orçamentárias atingiu o montante de R$ 16,8 bilhões, de uma previsão de R$ 18,7 bilhões, ou seja, 90%.

Os recursos orçamentários destinados ao Programa sofreram forte redução, em 2006, se comparados com 2005: R$ 14,7 milhões e R$ 22,9 milhões, respectivamente. Entretanto, os recursos não-orçamentários se mantiveram no mesmo patamar nesse período, totalizando R$ 18,7 bilhões.

Apesar dos números acima apresentados, os resultados obtidos pelo Programa, em 2006, foram positivos. A avaliação satisfatória se caracteriza mais por resultados qualitativos do que quantitativos. Trata-se de um Programa que busca articulação entre o Governo Federal e diversas cadeias produtivas. A articulação das cadeias produtivas não se dá de forma linear, ou seja, em setores menos estruturados o governo atua como articulador e ator na promoção de desenvolvimento da cadeia.

Os assuntos de interesse das cadeias produtivas são discutidos no âmbito dos Fóruns de Competitividade, tendo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por intermédio de sua Secretaria do Desenvolvimento da Produção

(SDP), o papel de gestor e coordenador dos colegiados, cujos objetivos são a promoção e a articulação das cadeias produtivas, no sentido de identificar e reduzir os gargalos, e promover a competitividade da cadeia considerada.

Assim sendo, diversas ações relevantes foram realizadas em 2006. A I Bienal Brasileira do *Design* e Inovação foi uma delas. O Projeto *Design & Excellence* Brasil continuou viabilizando e apoiando inscrições de produtos brasileiros na maior premiação do *design* mundial, o iF *Design Award*, da Feira Industrial de Hannover, na Alemanha. Com esse projeto, o Brasil ampliou em 10 vezes o número de vitórias, passando de dois prêmios por ano para uma média de 20 prêmios por ano. Em 2006, dos 156 projetos inscritos pelo País, 19 classificaram-se entre os vencedores. Em três edições com o *Design & Excellence*, foram 63 produtos brasileiros premiados, tanto em *design* de produto quanto em *design* gráfico, incluindo-se categorias de maior intensidade tecnológica, como eletrônicos, material de transporte e informática. Trata-se de uma iniciativa pioneira para tornar os nossos produtos competitivos e conhecidos no mercado internacional, ampliando as chances de exportação destes.

As realizações do Projeto *Design* & Excellence poderiam ter sido melhores se não tivessem ocorrido as restrições orçamentárias. Como exemplo, a previsão inicial era custear estudos de prospecção de produtos para a II Bienal Brasileira do *Design* e Inovação, prevista para 2008, o que consumiria grande parte dos recursos da Ação Inserção do *Design* em Setores Produtivos, que empenhou e liquidou R$ 437.917,00 de um montante previsto de R$ 800 milhões. Assim, os recursos foram redirecionados para a realização de duas iniciativas de *design*: pesquisas setoriais sobre o impacto econômico do *design* em 10 setores produtivos e sua divulgação e desenvolvimento do *design* aplicado ao artesanato no Centro de Cultura e Tecnologia para o Artesanato (CCTA). Entretanto, a ação sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Fomento a Projetos de Desenvolvimento do *Design* Nacional, alcançou a meta física programada para 2006, que era de dois projetos apoiados.

A Ação Avaliação de Pleitos de Redução de Alíquota dos Ex-Tarifários não teve recurso alocado em 2006. Entretanto, diversas atividades importantes foram realizadas pelo pessoal técnico da SDP/MDIC, com a avaliação de 1.560 pedidos de ex-tarifários, e com a aplicação de 1.350 reduções tarifárias concedidas, o que resultou em um investimento em bens importados de US$ 2,28 bilhões, e investimentos vinculados de US$ 10,76 bilhões em reestruturação e modernização de diversos segmentos industriais. Trata-se de um instrumento valioso de promoção da modernização industrial do País. O desempenho da ação poderia ter sido superior sem as restrições orçamentárias, uma vez que a análise de projetos para redução de ex-tarifários se limitou a equipamentos de menor complexidade, capazes de serem avaliados pela equipe da SDP/MDIC, sem a contratação de especialistas para análise de projetos mais complexos.

No âmbito da Ação Fortalecimento das Cadeias Produtivas foram realizadas ações tais como o acordo automotivo bilateral Brasil-Argentina, a participação no Programa

Biodiesel, Programa Pró-Caminhoneiro, inserção internacional do bioetanol, elaboração da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, Lei do Bem, Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, desoneração da construção habitacional de interesse social, bem como a participação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Igualmente no âmbito da Ação Fortalecimento das Cadeias Produtivas foram elaborados nove planos de ação, consubstanciados nas reuniões plenárias dos fóruns, conforme descrito:

a) cadeias produtivas da Construção Civil e Siderurgia;
b) cadeias produtivas de Couro e Calçados e da Indústria de Transformados Plásticos;
c) Franquia;
d) Biotecnologia;
e) Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos e da Indústria Farmacêutica;
f) Bens de Capital.

Foi elaborado, ainda, um estudo diagnóstico em um Arranjo Produtivo Local (APL) da indústria moveleira, que servirá de referência para a atuação nos demais APLs desse setor. A meta prevista para essa ação era de dois planos elaborados. Os planos de ação foram elaborados sem utilização de recursos orçamentários, pois foram custeados pelas cadeias produtivas.

Os resultados dos pleitos de redução de alíquota de ex-tarifários são acompanhados mensalmente pela SDP/MDIC e as informações são repassadas à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ADBI) para o acompanhamento das medidas da PITCE.

O fato de não terem sido utilizados todos os recursos alocados não implica a conclusão de que foram suficientes. Houve uma redução no quantitativo destinado para SDP, o que limita sua ação (prova disso é que não houve destinação de recursos para Ação Ex-Tarifários). Se forem disponibilizados poucos recursos, a ação acaba por limitar-se a poucas iniciativas. Se o valor destinado a tais iniciativas não se aproximar do total alocado à ação, no seu somatório, percentualmente essa defasagem se manifesta em maior valor. Nessa mesma linha de raciocínio, como são poucas as iniciativas possíveis, em razão da limitação de valor, qualquer impedimento para a realização de um convênio ou contrato se manifesta em proporções muito maiores do que se fosse possível a condução de várias iniciativas.

Cabe destacar que algumas iniciativas ou ações são desenvolvidas sem a necessidade de alocação de recursos, tais como a emissão de laudos técnicos na Ação Ex-Tarifários - feitos pela própria SDP sem a necessidade de contratação de empresa especializada -, e a elaboração de Planos de Ação Fóruns de Competitividade de Cadeias Produtivas, cuja execução financeira, em 2006, se limitou a restos a pagar do exercício de 2005 e custeios pela própria cadeia produtiva. Por outro lado, o contingenciamento de recursos sem um cronograma definido (prazos e valores) dificulta o planejamento e, por conseqüência, a

execução, uma vez que vários projetos são desenvolvidos com base em amplas articulações, o que gera um desgaste no caso da impossibilidade de implementação, seja pela falta de recursos, seja pelo prazo em que os recursos são liberados.

Em 2006, os recursos foram distribuídos no segundo semestre, com o agravante do período eleitoral, que limitou a aplicação destes.

O Programa Competitividade de Cadeias Produtivas é horizontal. O principal papel da SDP é o de promover a articulação das cadeias produtivas no sentido do desenvolvimento da produção. Essas articulações obrigam a constantes deslocamentos (participações em reuniões de trabalho e eventos) que consomem quase a totalidade dos recursos do Gerenciamento e Administração do Programa (GAP). Limitações de recursos alocados ao GAP implicam limitação do principal papel da SDP na implementação do Programa.

A falta de pessoal e, em contrapartida, o grande número de fóruns coordenados pela SDP fazem com que as equipes sejam gerenciais e executoras ao mesmo tempo, o que reduz a eficiência dos trabalhos. A principal dificuldade encontra-se no acompanhamento dos projetos desenvolvidos sob a forma de convênios ou contratos. Outra dificuldade das equipes se dá na qualificação para a elaboração de convênios e contratos, bem como para o seu acompanhamento.

A gerência do Programa não toma conhecimento dos recursos que são alocados aos demais Ministérios. Essa avaliação foi feita somente com base no quadro de desempenho físico-financeiro do Programa, por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

O Programa possui 15 indicadores, número considerado excessivo. O Indicador Taxa de Variação Líquida das Exportações do Setor Industrial, que avalia o comportamento exportador de 15 cadeias produtivas, foi concebido em um ambiente de grande flutuação cambial. Nem sempre o aumento do valor das exportações se traduzia em equivalente aumento no volume das exportações. Daí a preocupação de extrair o impacto da variação cambial da avaliação. Com a estabilidade do câmbio ficou mais fácil desenhar uma curva de tendência para cada cadeia produtiva. Os indicadores, embora busquem retirar da avaliação a influência da variação cambial, são de difícil interpretação e não fornecem o devido suporte para a tomada de decisão sobre cada cadeia.

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução como um dos grandes papéis dos fóruns de competitividade. Naturalmente, nem todas as cadeias produtivas têm o mesmo desempenho. Muitas delas são parceiras ativas, inclusive trabalhando sob a forma de convênios, ou mesmo assumindo a totalidade dos custos relativos a eventos destinados ao fortalecimento da cadeia. Outras cadeias só recorrem ao Governo Federal em caso de problemas emergenciais ocorridos.

O Programa promove reuniões periódicas com grupos de interesse. Esse é o papel dos fóruns de competitividade: reunir setores do Governo Federal, representantes do setor empresarial e representantes dos trabalhadores das cadeias consideradas, para identificação de gargalos que impactam o desempenho da cadeia e para busca e oportunidades a serem aproveitadas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Revisar os indicadores do Programa. O atual número de indicadores (15) é excessivo. Já foram iniciadas discussões para se utilizar no futuro apenas um indicador para avaliar o desempenho da indústria como um todo, nos mesmos moldes que tem sido feito para cada cadeia, individualmente. Esse indicador refletirá o resultado da indústria como um todo, sem, contudo, permitir a avaliação do comportamento de cada cadeia, o que se faz necessário para direcionar tomadas de decisão relativas aos resultados insatisfatórios. Trabalha-se na possibilidade de utilizar esse mesmo indicador, individualmente para cada cadeia produtiva, no âmbito do gerenciamento do Programa, bem como se valer de outros indicadores, quais sejam: Taxa de Crescimento da Produtividade, Variação do Número de Empregos (Mercado Formal) na Indústria, Variação Percentual do Índice de Preço e de *Quantum* das Exportações;

- Recomenda-se, como na avaliação referente ao exercício de 2005, que as equipes gestora e executoras do Programa recebam capacitação sobre licitações e celebração de contratos e convênios;

- Recomenda-se que a equipe gestora do Programa mantenha articulação com os responsáveis pela execução de outras ações do Programa em outros Ministérios, bem como nas empresas estatais.

# DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

## OBJETIVO

Aprimorar o tratamento privilegiado dado às microempresas e empresas de pequeno e médio porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical, buscando a promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

## PÚBLICO-ALVO

Microempresas e empresas de pequeno e médio porte.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 49.427.748,00 | Empenho Liquidado: | R$ 28.068.828,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 28.068.828,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 29.384.746.000,00 | R$ 34.361.313.068,25 | |

## INDICADORES

### 1. FATURAMENTO MÉDIO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

**Unidade de medida:** R$
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 112

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

### 2. TAXA DE EMPREGO POR MICROEMPRESA DE PEQUENO PORTE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

**3. FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS NOS ARRANJOS PRODUTIVOS SELECIONADOS**

**Unidade de medida:** R$
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

No que tange aos indicadores definidos para o Programa, em face da dificuldade de acesso aos dados definidos para a medição dos indicadores, os mesmos não estão sendo aferidos. De forma que, até o momento, o Departamento de Empresas de Pequeno e Médio Porte (DEPME) desconhece os resultados que vêm sendo alcançados no que se refere aos indicadores de efetividade elencados para o Programa em análise. Contudo, os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Programa guardam o potencial de alavancar o desenvolvimento desse segmento empresarial, conforme inicialmente proposto.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As microempresas e empresas de pequeno porte representam uma parcela expressiva do setor produtivo nacional - cerca de 98% das empresas em funcionamento. Representam, também, aproximandamente 80% da força de trabalho e respondem por 42% da massa salarial do País. Em termos absolutos são 5,5 milhões de empresas. Esses empreendedores fazem do Brasil o 6º colocado no *ranking* elaborado pela pesquisa internacional anual *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) 2003. O percentual de empreendedores por oportunidade (que resume aqueles que vislumbram novas oportunidades de negócio) já supera o de por necessidade (ou seja, que tiveram de abrir um negócio para sobreviver, em função de desemprego, etc). O grande espaço das micro e pequenas empresas (MPEs) na economia nacional implica a necessidade de combater as carências do segmento.

Estão entre os principais problemas do segmento: dificuldades de acesso ao crédito, à tecnologia e à inovação de processos, falta de capacitação gerencial, baixa capacidade para obter informação e oneração tributária e burocrática para a condução dos negócios no mercado interno e externo. Visto que o critério de pequenas empresas estabelece um volume anual de faturamento relativamente baixo, empresas recém-saídas da condição de pequenas, consideradas médias empresas, também possuem carências semelhantes.

Ainda que condições macroeconômicas interfiram diretamente no desempenho ou na sobrevivência de grande parte das MPEs, a atuação no nível microeconômico pode aperfeiçoar as condições de concorrência e o ambiente de negócios desses atores. O enfrentamento dos problemas mencionados pode se dar por meio de medidas horizontais, com alterações na legislação, por exemplo, ou verticais, por meio de projetos que atendam às formas de organização produtiva baseadas na concentração espacial de empresas com laços de cooperação entre si, e que desenvolvem mecanismos de aprendizagem - em breves linhas, os Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Esses são *locus* privilegiados para as políticas públicas de desenvolvimento, em especial quando realizadas de maneira orientada e coordenada. Espera-se que tal aprimoramento tenha impacto no crescimento da atividade econômica de maneira descentralizada no Território Nacional, causando impactos em índices de empregos gerados, distribuição de renda da população e redução das desigualdades regionais, com a melhoria de regiões menos desenvolvidas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Coordenação e consolidação do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- Atendimento a 2.940, até o final de 2006, empresas pelo Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx);
- Apresentação de 19 planos de desenvolvimento para APLs;
- Instalação de oito Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais;
- Implantação de 1.154 telecentros de informação e negócios.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa empenhou e liquidou 56,9% do orçamento aprovado em 2006, percentual menor que o verificado em 2005, que foi de 99,3%.

O grande destaque verificado em 2006 foi a sanção, em dezembro, da Lei Complementar nº 123, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Trata-se de instrumento legal que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, pela União, Estados, Distrito Federal (DF) e Municípios. O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, presidido e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior (MDIC), acompanhou a mobilização nacional pela aprovação e sanção do novo estatuto.

A Lei Complementar nº 123 estabelece que o Fórum tem por finalidade orientar e assessorar a formulação e coordenação da Política Nacional de Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como acompanhar e avaliar a sua implementação.

O estatuto foi fruto de um longo trabalho desenvolvido pelo referido fórum, que é composto por 57 entidades de representação das microempresas e 52 órgãos de governo. Apenas em 2006, mais de 30 medidas de política para o setor foram discutidas e encaminhadas, buscando reduzir a burocracia legal, estimular a entrada no mercado exterior, apoiar a formação e a capacitação, bem como a inovação, o investimento e o financiamento.

O fórum participou das ações para a criação do programa de aproximação Banco/Empresa, que consiste na realização de seminários regionais com a presença de representantes do sistema financeiro oficial, MDIC, entidades representativas de MPEs e empresários. Já foram realizados seminários em Brasília(DF), Belém(PA), Recife(PE), São Paulo(SP), Curitiba(PR) e Vitória(ES).

Adicionalmente, ações de curto prazo foram discutidas e realizadas no âmbito do fórum:

a) redução de custos para as MPEs;
b) criação de produtos e serviços bancários para as MPEs;
**c) Cartilha Informativa de Produtos e Serviços Bancários** para MPEs;
d) acordos de cooperação para capacitação de funcionários das instituições, empresários de MPEs e agentes bancários firmados pelo MDIC com o Banco da Amazônia (BASA), ao Banco do Brasil (BB) e à Caixa Econômica Federal (CEF), e convênio com o Instituto de Ação da Cidadania dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S/A (INEC) e o Banco do Nordeste (BNB).

Foi firmado um acordo de cooperação técnica entre o MDIC e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para fortalecimento das ações do Fórum, Permanente e um termo de cooperação técnica entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o Sebrae para ampliar a participação das MPEs nas compras governamentais. Foi autorizado um novo programa de refinanciamento de débitos tributários e previdenciários de empresas, conhecido por Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

Foram apresentados à Secretaria Técnica do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) 19 planos de desenvolvimento, e realizadas quatro Oficinas Regionais de Orientação à Instalação de Núcleos Estaduais de Apoio às APLs articulados ao GTP APL nas Regiões Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste. Foram também instalados oito Núcleos Estaduais de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais nos Estados do Espírito Santo (ES), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Minas Gerais (MG), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Santa Catarina (SC) e Tocantins (TO).

No âmbito da Ação Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, foram atendidas 2.940 empresas pelo PEIEx até 31.12.2006 - beneficiando 40.650 trabalhadores -, sendo 2.376 empresas com atendimento de demanda, com a execução de 8.932 melhorias.

Na Ação Pesquisa de Mercado para APLs, foram assinados convênios para construção de nove Projetos de Pesquisa de Mercado, em nove APLs. A meta inicial era de apenas um projeto.

Foram pagos, com recursos do orçamento de 2006, 13 convênios de construção de barracões industriais, no âmbito da Ação Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, provenientes de Emendas Parlamentares, no valor de R$ 1.561.540,00.

Foram capacitados na Ação Capacitação para Crédito e Microcrédito aproximadamente 450 microempreendedores, sendo que a execução física de 1.865 será alcançada no decorrer de 2007, atingindo 311% da meta física de 600 prevista em 2006.

O desempenho do Programa foi satisfatório, em 2006, tendo algumas ações ultrapassado a meta física originalmente prevista, mesmo com o contigenciamento de recursos no período eleitoral, que limitou a aplicação financeira.

Entretanto, a quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial é um dos gargalos na implementação do Programa. A instalação dos Fóruns Estaduais de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como dos Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs articulados ao GTP APL, com o conseqüente aumento da demanda, especialmente por meio de Planos de Desenvolvimento, faz surgir a demanda por mais pessoas devidamente qualificadas para o perfeito andamento do Programa. Ademais, vem sendo ressaltada nos relatórios apresentados a insuficiência de recursos humanos para acompanhamento das ações em curso e, especialmente, para fazer frente aos grandes desafios que o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas do País representa em termos de políticas públicas.

A equipe gerencial conta com pouquíssimos profissionais do quadro efetivo do Ministério. A maior parte dos recursos humanos disponibilizados são terceirizados, o que implica, muitas vezes, descontinuidade nas ações. Dificuldade de celebração de convênios é outro obstáculo relevante no processo de implementação do Programa.

O desempenho de um programa é medido por seus indicadores. Os indicadores do Programa precisam ser aferidos, o que não ocorreu até o momento, em face da dificuldade de acesso aos dados definidos para a medição dos indicadores. De forma que, até o momento, o DEPME desconhece os resultados que vêm sendo alcançados, no que se refere aos indicadores de efetividade elencados para o Programa. Destaque-se que está em discussão a possível troca e formulação de novos indicadores. Os atualmente utilizados não se apresentam como adequados por duas razões: o sigilo fiscal das empresas e o teto fixado para classificação das micro e pequenas empresas, tanto em termos de receitas como de número de empregados. O aumento no faturamento ou no número de empregados ensejaria uma nova classificação das empresas, que sairiam da base de cálculo do faturamento médio ou Taxa de Emprego das MPEs. Postula-se, mais uma vez, a mudança dos indicadores arrolados para o Programa ou a possibilidade de utilização de outra fonte de dados, possivelmente por amostragem. Uma alternativa seria a negociação com a Secretaria da Receita Federal (SRF) para o cálculo dos indicadores arrolados para o Programa.

Os parceiros governamentais e não-governamentais responsáveis pela execução dos projetos vêm cumprindo com o objeto acordado. As ações não-orçamentárias (Linhas de

Crédito a Micro e Pequenas Empresas) tiveram bom desempenho financeiro em 2006, e algumas superaram as metas físicas previstas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA

## OBJETIVO

Expandir a pauta brasileira de exportação em quantidade, qualidade e variedade de produtos, em mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional, bem como defender a indústria nacional contra práticas desleais de comércio internacional.

## PÚBLICO-ALVO

Segmentos econômicos importadores e exportadores.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.925.115.717,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.330.614.948,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.330.614.948,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 44.026.986.000,00 | R$ 40.051.323.790,38 | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE PRODUTOS DE MAIOR VALOR AGREGADO NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 54,3
**Índice previsto ao final do PPA:** 58

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**: Média

Das três categorias de produtos (básicos, semimanufaturados e manufaturados), o segmento de manufaturados foi o que mais contribuiu para o resultado recorde das exportações, tendo registrado US$ 74,696 bilhões, e aumento de 15,6% pela média diária comparativamente ao ano anterior. Os produtos básicos registraram vendas de US$ 40,273 bilhões, com crescimento de 16,9%, e os semimanufaturados, US$ 19,520 bilhões, com aumento de 23,3%. A maior contribuição foi dada pelos produtos manufaturados, setor que cresceu US$ 9,554 bilhões, correspondendo a 49,9% do crescimento ocorrido no período, de US$ 19,162 bilhões.

**2. PARTICIPAÇÃO EM MERCADOS DE DESTINO RELEVANTES (ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO)**

**Unidade de medida:** Número-Índice
**Índice apurado em 2006:** 18,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 17,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Este indicador reflete a participação em mercados de destino relevantes (índice de concentração). O crescimento do índice, em relação ao de referência, demonstra a desconcentração das exportações brasileiras por mercados de destino, o que representa menor vulnerabilidade frente à ampliação do leque de países compradores significativos.

**3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS NA PAUTA DE EXPORTAÇÕES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 2,8
**Índice previsto ao final do PPA:** 16,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O ano de 2006 foi marcado pela exportação mais significativa de produtos tradicionais da pauta.

**4. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 16,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

As exportações de 2006 registraram recorde histórico e totalizaram US$ 137,5 bilhões, resultado acima da meta traçada pelo Governo Federal.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A participação brasileira nas exportações globais estacionou, há mais de 12 anos, abaixo de 1%. As exportações mundiais, por sua vez, atingiram, em 2002, valores superiores a US$ 6,4 trilhões, contra exportações brasileiras de US$ 60,4 bilhões no mesmo período. Mesmo com o excepcional desempenho da balança comercial brasileira no ano passado, o Brasil apenas manteve a 26ª posição no *ranking* dos principais países exportadores.

Ressalte-se, ainda, a geração de empregos conseqüente do crescimento das vendas externas brasileiras: estima-se que cada bilhão de dólares de exportação resulte na criação de 60 mil novos empregos. Nesse sentido, torna-se indispensável a manutenção do esforço na implementação de medidas que contribuam para a simplificação do comércio exterior brasileiro, o engajamento de novas empresas na atividade exportadora e a disponibilização ao empresariado de informações que facilitem sua inserção na atividade exportadora de forma competitiva.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Recorde histórico nas transações comerciais do País, que atingiram US$ 228,9 bilhões;
- Exportações de US$ 137,5 bilhões em 2006, com incremento de 17,1% em relação a 2005;
- Saldo comercial recorde de US$ 46,1 bilhões;
- Incremento da participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação, representando 54,3% do total;
- Ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta das exportações.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em 2006, o Brasil alcançou a cifra recorde de US$ 228,9 bilhões nas transações comerciais com o exterior, resultado de exportações de US$ 137,5 bilhões e importações de US$ 91,4 bilhões. Os resultados das exportações e das importações são recordes históricos. O incremento das vendas externas brasileiras, comparativamente ao ano anterior, atingiu 17,1% e as importações registraram incremento de 25,2%.

O intercâmbio comercial brasileiro atingiu cifra superior a US$ 228,9 bilhões em 2006 - patamar inédito, de valor 19,2% acima dos US$ 191,9 bilhões de 2005, com saldo comercial recorde de US$ 46,1 bilhões. A exportação de produtos manufaturados, que responderam por 54,3% da pauta, registrou aumento de 15,6% comparativamente ao ano anterior, tendo sido o segmento que mais contribuiu para o resultado recorde das exportações, com ampliação das vendas externas para mercados não-tradicionais ou com pequena participação na pauta.

O ano de 2006 terminou com exportações de US$ 137,5 bilhões e importações de US$ 91,4 bilhões.

É de se destacar que as exportações brasileiras mais que dobraram nos últimos quatro anos, considerando-se que, em 2002, somavam US$ 60,361 bilhões, o que significou, em valor, aumento de US$ 77,109 bilhões (correspondente a 127,8%). As importações, de igual modo, elevaram-se de forma significativa, com aumento de 93,5% em relação a 2002, quando alcançaram US$ 47,240 bilhões.

O maior crescimento relativo ocorreu nas exportações destinadas aos países do Oriente Médio, com aumento de 35,1%, perfazendo um total de US$ 5,7 bilhões em compras de produtos brasileiros. A participação do bloco na pauta exportadora brasileira teve ampliação de 3,6%, em 2005, para 4,2% nesse ano.

O bloco com o segundo maior crescimento relativo nas compras de produtos brasileiros foi a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) - exceto Mercosul -, com variação positiva de 28,2%, passando de US$ 13,7 bilhões para US$ 17,4 bilhões.

A exportação para União Européia (UE) foi de US$ 30,4 bilhões, o que representou crescimento de 15,6%. As vendas ao mercado asiático cresceram 13% em 2006. Evoluíram de US$ 18,6 bilhões para US$ 20,8 bilhões. Para o principal parceiro brasileiro no bloco, a China, as exportações cresceram 23,9%, chegando a US$ 8,4 bilhões, ocupando o terceiro lugar dentre os países compradores de produtos brasileiros.

As vendas destinadas ao mercado norte-americano tiveram expansão de 9,4%, passando de US$ 22,7 bilhões para US$ 24,7 bilhões.

A difusão da cultura exportadora foi positiva para a diversificação da pauta de exportação e a conquista de novos mercados. Assim, foram realizados, em 2006, 11 Encontros de Comércio Exterior (Encomex), sendo quatro em capitais e sete em grandes cidades do interior com potencial exportador. Participaram dos eventos 6.130 empresários, representando cerca de 2 mil empresas. A meta física prevista era a realização de 17 eventos, o que não foi possível cumprir em 2006.

A Ação Análise de Processos de Defesa Comercial teve sua meta física ampliada de 40 processos analisados para 50 processos, com menos recursos. Entretanto, a Ação Capacitação de Profissionais de Comércio Exterior não atingiu a meta física programada para 2006, com a capacitação de 914 profissionais, de uma meta prevista de 3.429. O número de empresários capacitados no âmbito da Ação Capacitação para Empresários Exportadores atingiu 10.620, quase o dobro da previsão inicial de 5.809 empresários capacitados.

Foram distribuídos 47.500 materiais técnicos para orientação ao exportador em 2006. A meta prevista era de 65 mil materiais.

A meta física do componente Negociações Internacionais nas Áreas de Indústria, Comércio e Serviços foi 100% alcançada, com três acordos firmados em 2006.

O desempenho do instrumento de informação Portal do Exportador ultrapassou, em 2006, 1,6 milhão de acessos e o ambiente Fala Exportador recebeu, com redução do tempo de resposta para um dia útil, cerca de 19 mil consultas provenientes de mais de mil cidades de todas as Unidades da Federação. Por intermédio desse portal, o Governo Federal oferece a empresários e exportadores informações claras e diretas sobre os principais termos, mecanismos, legislações, eventos e atividades ligadas à exportação.

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2006, como mostram seus indicadores. Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação e com os dispêndios necessários.

As ações que utilizam recursos não-orçamentários são quase todas destinadas ao financiamento de operações de comércio exterior, fator preponderante para o alcance dos objetivos do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

## OBJETIVO

Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental, em Macapá e em Santana, no Amapá (AP).

## PÚBLICO-ALVO

Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços, e a população dos Estados e Municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá (AP) e Santana(AP).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 55.415.889,00 | Empenho Liquidado: | R$ 26.779.448,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 26.779.448,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO PIB REGIONAL NA COMPOSIÇÃO DO PIB NACIONAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,75
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,73

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: Alta

O índice previsto para 2007 já foi alcançado e superado (1,75%). Considerando-se o resultado, a autarquia deve propor novos patamares para o indicador.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Devido às suas peculiaridades, a Amazônia apresenta desafios de ordem econômica, social e ambiental que requerem a adoção de políticas públicas adequadas à sua realidade, visando a reduzir desigualdades intra e inter-regionais. Neste sentido, torna-se necessário implementar um modelo de desenvolvimento que propicie melhoria da qualidade de vida da sua população mediante promoção de ações que reduzam os gargalos existentes, quais sejam:

a) dificuldades logísticas;
b) ausência de infra-estrutura econômica;
c) baixo nível de renda;
d) desigualdades sociais;
e) desigualdades intra-regionais;
f) grande extensão territorial;
g) produção econômica centrada em atividades primárias;
h) baixo nível de escolaridade;
i) concentração da atividade econômica na cidade de Manaus (AM), causando êxodo rural crescente;
j) exclusão social.

Com base nessa realidade, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) vem promovendo ações voltadas para o alcance da sustentabilidade econômica e o maior aproveitamento das potencialidades regionais, apoiando programas que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento, com o objetivo de a atrair novos investimentos, gerar emprego e renda e possibilitar melhor distribuição de riqueza na região.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa empenhou e liquidou 48,3%, em 2006, praticamente o mesmo percentual de 2005 (49,1%). Tal como ocorreu nos exercícios de 2005 e 2004, os recursos foram liberados tardiamente, comprometendo a realização das metas físicas do Programa. As metas foram realizadas parcialmente e/ou transferidas para o exercício de 2007.

A principal ação do Programa Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana (AP) viabilizou a assinatura de convênios, abrangendo a 45 projetos de desenvolvimento, de uma meta física prevista de 73. A dotação orçamentária para 2006 foi de R$ 40,2 milhões, representando 75% do orçamento do Programa em 2006. Entretanto, os recursos financeiros liberados só atingiram R$ 14,6 milhões. Os 45 convênios firmados beneficiaram os Estados do Acre (AC) e Rondônia (RO) - 22 e 23, respectivamente -, para implantação de projetos de apoio à produção e de apoio à infra-estrutura econômica. Os resultados desses convênios só poderão ser mensurados a partir da implantação dos projetos. Considerando-se que os recursos foram liberados no final de dezembro de 2006, os projetos deverão ser implantados em 2007.

Na Ação Apoio a Arranjos Produtivos Locais na Amazônia Ocidental, foram realizados quatro convênios com o Estado do Amazonas (AM). Entretanto, os resultados desses convênios também só poderão ser mensurados a partir da implantação dos projetos,

prevista para 2007. Os recursos foram liberados em dezembro de 2006. Os convênios vão permitir:

a) construção de ponte sobre o rio Preto da Eva, no Município de Rio Preto da Eva;
b) construção de barco tipo *ferry boat* para o Município de Autazes;
c) aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada para o Município de São Sebastião do Uatumã;
d) construção de tabuleiro em concreto na ponte sobre o rio Cachoeirinha.

O cumprimento das metas físicas foi abaixo do previsto, devido principalmente a três fatores:

a) recursos orçamentários/financeiros aprovados insuficientes para execução plena das metas físicas propostas para o exercício;
b) contingenciamentos dos recursos com liberação de apenas 48,3% dos recursos financeiros aprovados para o Programa;
c) atraso na liberação dos recursos, contingenciados, prejudicando a execução do cronograma físico.

A área de atuação da Suframa é muito extensa, abrangendo cinco Estados e 154 Municípios, conforme se vê a seguir:

a) Acre (22 Municípios);
b) Amazonas (62 Municípios);
c) Rondônia (53 Municípios);
d) Roraima (15 Municípios);
e) Amapá (dois Municípios).

A Suframa tem atuado de forma efetiva na região no acompanhamento e na avaliação de projetos (objetos de celebração de convênios entre os governos federal, estadual e municipal). Entretanto, o crescente número de convênios celebrados está causando dificuldades em seu monitoramento, no que diz respeito às fases de implantação, acompanhamento e avaliação.

Há necessidade de ampliação do quantitativo de recursos humanos (situação que depende de concurso público). Neste sentido, a Suframa já solicitou autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Há também necessidade de capacitação da equipe gerencial e dos técnicos nas áreas de análise de projetos, acompanhamento e fiscalização de obras e convênios, entre outras.

A questão financeira não foi o único problema que inibiu a execução satisfatória do Programa em 2006. Falta capacidade técnica dos Municípios executores para realização das licitações e celebração dos contratos e demora no envio das prestações de contas dos Estados e Municípios. Em decorrência desses fatores, somente será possível mensurar os resultados do Programa em 2007.

**RECOMENDAÇÕES**

- Capacitar os Municípios nas áreas de licitação, contratos e prestação de contas, e preparação de projetos;

- Capacitar servidores da Suframa nas áreas de análise de projetos, acompanhamento e fiscalização de obras e preparação e celebração de convênios.

# METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL

## OBJETIVO

Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo.

## PÚBLICO-ALVO

Setor produtivo; sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 322.664.041,00 | Empenho Liquidado: | R$ 316.187.154,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 316.187.154,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE CREDIBILIDADE DO INMETRO JUNTO À POPULAÇÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 93,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 85

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A Taxa de Credibilidade mede o percentual da população que confia no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), segundo a percepção de consumidores individuais que declaram conhecer a autarquia e citaram de forma espontânea e correta pelo menos uma atividade realizada pela instituição. Este indicador se encontra em patamar bastante elevado e tem aumentado ao longo dos anos.O objetivo é manter este indicador acima dos 85% - meta prevista no Plano Plurianual (PPA). Este indicador tem margem de erro de 2,2 % e se encontra em patamar bastante elevado.

### 2. TAXA DE RECONHECIMENTO DO INMETRO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 55
**Índice previsto ao final do PPA:** 42

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A Taxa de Reconhecimento é constituída pelos consumidores individuais que declaram conhecer o Inmetro e citam de forma espontânea e correta pelo menos uma atividade realizada pela instituição (filtro), sobre o número de pessoas entrevistadas. O filtro é uma pergunta formulada pelo entrevistador sem uso de qualquer recurso que possa induzir a uma resposta do entrevistado a respeito do que o Inmetro faz. Devido à necessidade de se licitar o contrato de realização da pesquisa, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) deixou de fazer esta. A empresa vencedora da licitação nos últimos dois anos, *Microbank*, apresentou um resultado muito maior que a série histórica deste indicador (da faixa de 42% para a faixa de 55%).

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Tendo em vista a inserção do País num cenário internacional cada vez mais globalizado, o acirramento da concorrência interna e o fortalecimento do Estado regulador, a Metrologia e Qualidade tem um papel decisivo para o aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros e para proteção ao consumidor. Neste contexto, as ações deste Programa deverão apoiar tanto a exportação brasileira, quanto fortalecer o controle sobre os produtos nacionais e importados no que se refere aos requisitos básicos de qualidade e segurança.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Ampliação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade, com a quantidade de produtos com avaliação compulsória de qualidade saltando de 20, em 2002, para 70, em 2006, sem contar com os mais de 200 produtos de adesão voluntária ao Programa;

- Programa do padrão de biocombustíveis, com o desenvolvimento de Material de Referência Certificado (MRC) para álcool combustível e montagem de suporte à análise da cadeia produtiva de biodiesel;

- Consolidação da metrologia química no País, buscando a independência e a liderança, na América Latina, na confecção de MRCs.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O objetivo da Ação Ampliação do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade foi melhorar a competitividade dos produtos brasileiros para facilitar acesso a novos mercados. Como resultado, o número de produtos com avaliação da conformidade compulsória cresceu significativamente entre 2002 e 2006, passando de 20 para 70 itens, além de mais de 200 de adesão voluntária, entre os quais as frutas, segmento para o qual foi criado o Programa de Avaliação da Conformidade de Produção Integrada de Frutas (PIF), cachaça, através do Programa de Certificação da Cachaça e o Programa de Certificação de Manejo Florestal (Cerflor).

Com relação ao Programa do padrão de biocombustíveis, o Inmetro está desenvolvendo um Manual de Referência Certificado (MRC) para o álcool combustível, ação de fundamental importância para a ampliação das exportações deste combustível. Além disso, estão em desenvolvimento atividades referentes ao biodiesel. Nesse sentido, equipou o Laboratório de Motores, Combustíveis e Lubrificantes, para dar suporte ao País em toda a cadeia do biodiesel, desde a análise do combustível por cromatografia e espectrometria de plasma (ICP), bem como o teste do combustível em motores em bancadas dinamométricas, estando apto a realizar análises em motores padrão/motores CRF. Este tipo de análise é essencial para determinação do número de cetanos, o que caracteriza a qualidade do produto, e as mencionadas atividades são vitais para alavancar as exportações dos biocombustíveis. Outra ação importante nesta área foi o estabelecimento da cooperação em Metrologia e Padrões para Biocombustíveis, dentro dos acordos estabelecidos no primeiro Diálogo Comercial Brasil-Estados Unidos, de 21 de julho de 2006, entre o Inmetro e o *National Institute of Standards and Technology* (NIST) dos Estados Unidos. Além do desenvolvimento de materiais de referência certificados e técnicas padrão de medição na área de biocombustível, o Programa visa a estabelecer um fórum para que organizações privadas e governamentais dos dois países compartilhem experiências e identifiquem questões relativas à metrologia e a padrões que possam se configurar como obstáculos à mudança do petróleo para os biocombustíveis. Esses esforços devem contribuir para a rápida transformação dos biocombustíveis em *commodities*, o que é muito importante para o Brasil.

A metrologia química é uma área de vital importância para o País. Suas atividades têm impacto direto em segmentos como fármacos e medicamentos, proteção da saúde do cidadão e ao meio ambiente, aumento da competitividade da indústria nacional e superação de barreiras técnicas à exportação. Nesse sentido, o Inmetro vem atuando fortemente em cinco áreas da metrologia química, cujas atividades estão consolidadas: eletroquímica, orgânica, inorgânica, gases e motores, combustíveis e lubrificantes, despontando como liderança para o desenvolvimento da metrologia química na América Latina, já participando dos fóruns internacionais e produzindo MRC, para medição de pH, condutividade, metais pesados, metanol e carbamato de etila, as três últimas ligadas diretamente à qualidade da cachaça. Dentre os MRCs produzidos pode-se citar um para a cachaça, que possibilitará o aumento da exportação, pois agrega maior confiabilidade e qualidade ao produto. Estão também em desenvolvimento os MRCs para o etanol combustível e para o biodiesel, o que impactará na aceitação desses produtos como *commodities* internacionais e na metodologia para produção de material de referência para medição de gás natural, tão importante para o País, e que ainda hoje é importado.

O Inmetro atua em fóruns internacionais, no contexto de seus macroprocessos, junto a outras instituições públicas e privadas que exercem atividades similares às suas e com as quais mantém relacionamento e/ou parceria. Também mantém parcerias no País, com instituições de ciência e tecnologia, com órgãos de governo e com entidades do meio empresarial. Dentre as formas de relacionamento/parcerias, podemos destacar: acordos de cooperação científica e tecnológica e de reconhecimento internacional, *benchmarkings* e

intercomparações metrológicas, com os institutos: NIST (EUA), *Bureau* Internacional de Pesos e Medidas (BIPM), PTB (Alemanha), NPL (Reino Unido), NRLM (Japão), NRC (Canadá), IMGC (Itália), LATU (Uruguai), BNM (França).

O Programa empenhou e liquidou 98% do orçamento aprovado, resultado superior ao exercício anterior, de 95,9% em 2005. A execução física foi satisfatória e algumas ações ultrapassaram a meta física prevista em 2006. O fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

A Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação capacitou, em 2006, 3.827 servidores, de uma meta prevista de 400. Entretanto, a execução do Programa enfrenta algumas dificuldades. Os recursos materiais são inadequados, pois o Inmetro precisa manter uma frota de veículos atualizada, uma vez que os mesmos se constituem em instrumento de trabalho fundamental para a execução das atividades de campo - verificação/fiscalização metrológica. Devido à escassez de recursos, isto nem sempre é possível. Apesar de haver um crescimento significativo da importância do papel desempenhado pelo Inmetro e uma ampliação da demanda por serviços prestados pelo Programa, houve uma redução do seu quadro de pessoal no período 1993-2005. Muitos funcionários estão em vias de se aposentar. Acredita-se que para os próximos três anos (2007, 2008 e 2009) essa carência será amenizada com a realização de concurso público que oferecerá 639 vagas.

Outro problema que o Inmetro enfrenta é o espaço físico inadequado para as responsabilidades do órgão. Está em negociação com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) a cessão do prédio da Praça da Bandeira, no Rio de Janeiro. O Inmetro pretende iniciar reforma no citado prédio ainda em 2007.

Para a execução da Ação Controle Metrológico, o Inmetro optou por um modelo descentralizado, delegando por meio de convênios as atividades de fiscalização a órgãos metrológicos estaduais e municipais que constituem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro (RBMLQ-I). Afora isso, também contou com superintendências do Inmetro. Existe o processo de prestação de contas da execução financeira e física com supervisão técnica e auditoria técnica, contábil e financeira. Através desta ação foram fiscalizados mais de 11 milhões de instrumentos de medição em todo o Território Nacional, de um total previsto de 9 milhões em 2006.

A concepção do Programa é adequada. Entretanto, a Ação Ampliação da Infra-Estrutura Acreditada e Qualificada não é pertinente, pois é redundante. Outras ações do Programa Metrologia e Qualidade Industrial, tais como Controle Metrológico, Avaliação da Conformidade e Padronização das Unidades de Medida, ampliam a infra-estrutura acreditada e qualificada.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Foi criado o Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade, composto pelo Inmetro, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)/Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e Ministério das Cidades (MCidadesades), para as ações necessárias à implementação do referido Decreto nº 5.296, que visa a proporcionar a acessibilidade de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida a locais públicos e meios de transporte coletivo rodoviário e aquaviário. A seguir são descritos os avanços observados:

a) conclusão de três normas sobre acessibilidade do transporte rodoviário e aquaviário: NBR 15320, NBR 14022 e NBR 15450;
b) treinamento da RBMLQ-I e coordenação da pesquisa para elaboração do diagnóstico do sistema de transporte aquaviário no País;
c) participação do Projeto Brasil Acessível, do MCidades, em representação do Grupo de Trabalho (GT) do Inmetro;
d) realização de palestras em seminários e feiras relacionados com o tema, divulgando os trabalhos do Inmetro - (Distrito Federal (DF), Minas Gerais (MG), Amazonas (AM), São Paulo (SP) Rio de Janeiro (RJ) -;
e) representação do Inmetro junto ao Ministério Público Federal (MPF) nas ações de seguimento à implementação do Decreto nº 5.296;
f) articulação da participação do Inmetro na avaliação dos centros de treinamento de cães-guia e dos instrutores, com a finalidade de elaboração de um programa de Avaliação da Conformidade (AC) específico;
g) elaboração do artigo **Acessibilidade como parte da Responsabilidade Social** (Caderno de Textos: Subsídios para o Conferencista - I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - maio de 2006);
h) participação na Chamada Pública Finep, com a apresentação do Projeto Programa de AC para Acessibilidade do Portador de Deficiência Física nos Transportes Coletivos do Setor Aquaviário.

O processo de cadastramento dos Organismos de Certificação de Produtos (OCP), no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), já está implantado, mas não é compulsório, ocasionando uma baixa demanda dos organismos pelo Projeto Bônus Certificação.

O Inmetro, através da fiscalização dos instrumentos de medição e dos programas de certificação aumenta a proteção do consumidor principalmente nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente, como atua no caso de água mineral comercializada, de capacetes para condutores e passageiros de motocicletas e similares e da Certificação Florestal (Cerflor), respectivamente.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários, como demonstram seus dois indicadores . O Inmetro contrata uma empresa para realizar diversas pesquisas de satisfação

dos principais serviços prestados aos seus clientes, tais como: nível de satisfação do usuário direto com os serviços de verificação periódica, verificação inicial, arqueação de tanques, aprovação de modelos, credenciamento, certificação compulsória, certificação voluntária, calibração e ensaio, ouvidoria, entre outros. Em adição, são realizadas pesquisas de imagem (credibilidade e reconhecimento) junto à população. Todas estas pesquisas servem de insumo para que o instituto consiga captar o anseio da população/clientes por melhorias e para a criação de novos produtos, serviços e processos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Excluir a Ação Ampliação de Infra-Estrutura Laboratorial Acreditada e Qualificada porquanto os objetivos já estão sendo contemplados por outras ações do Programa;

- Aumentar a demanda das empresas (micro e pequenas) pelo Projeto Bônus Certificação.

# PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

## OBJETIVO

Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus, ampliar a geração de emprego e renda e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo.

## PÚBLICO-ALVO

Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus (PIM).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 67.593.161,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 51.939.293,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 51.939.293,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. ÍNDICE DE MÃO-DE-OBRA NO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 10,05
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O PIM abriga cerca de 512 empresas acompanhadas que proporcionaram a geração de 98.194 empregos diretos (média mensal) representando um incremento de 10,05% em relação a 2005 (89.224). Merece destaque o mês de maior pico (dezembro), quando se atingiu 105 mil postos de trabalhos. Este resultado sinaliza que a instituição está no caminho certo em relação à implementação de suas ações de desenvolvimento. A perspectiva de alcance da meta proposta é alta, considerando-se que o crescimento definido para o indicador é de 4% ao ano e, que o número de empregos no PIM cresce a uma taxa superior a 10% ao ano.

**2. COEFICIENTE DE PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES NA BALANÇA COMERCIAL DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 61,91
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O indicador demonstra que o resultado negativo da balança comercial do PIM cresceu 61,91% em relação ao ano anterior. Portanto, as expectativas de se alcançar um resultado satisfatório de avanço rumo ao equilíbrio são baixas.

**3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS NA 2ª REGIÃO FISCAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 64,02
**Índice previsto ao final do PPA:** 52,61

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, o Estado do Amazonas representou 64,02% da arrecadação de tributos da 2ª Região Fiscal - Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Pará (PA) - superior em 1,55% em relação a 2005 (63,04%) e superior á meta prevista (52,61%) para o final do Plano Plurianual (PPA). Nesse percentual levou-se em consideração a arrecadação de tributos e contribuições federais contabilizados pela Receita Federal mais a Taxa de Serviços Administrativos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa – TSA), que, no caso do Estado do Amazonas, mostra uma tendência de crescimento da arrecadação federal no Estado até o final do PPA. A conjuntura política e econômica sinaliza para a manutenção de crescimento desse indicador.

**4. TAXA DE VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 25,08
**Índice previsto ao final do PPA:** 48

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

As exportações do PIM, segundo os indicadores da Suframa, totalizaram US$ 1,48 bilhão em 2006 representando uma queda de 26,73% em relação a 2005 (U$$ 2,02 bilhões). Essa queda no volume de exportação se justifica pela paralisação de algumas linhas de produção de aparelho celular no PIM - principal componente da balança comercial do Estado do Amazonas. Foram realizadas ações para recompor a capacidade exportadora com base na classificação de produtos e de mercados. Todavia, os resultados esperados somente aparecerão no médio prazo.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Zona Franca de Manaus é um modelo vitorioso de desenvolvimento regional implantado para reduzir as diferenças econômicas e sociais da Amazônia Ocidental, frente às regiões mais desenvolvidas do País. O PIM é o principal setor responsável pelo crescimento econômico e social da região, registrando, no ano de 2004, a instalação de 467 empresas fabris, propiciando cerca de 82.527 postos de trabalho, um volume de exportação da ordem de US$ 1,1 bilhão, e participação de 61,44% na arrecadação federal da Região Norte. A gestão do modelo conduz à Suframa, à superação das ameaças impostas pelas conjunturas nacional e internacional e à busca da sua consolidação. A ampliação dos efeitos positivos para a região apresenta os maiores desafios a serem superados. Neste sentido, visando à permanência e à auto-sustentabilidade do modelo, na perspectiva do longo prazo, é que a Suframa criou o Programa Pólo Industrial de Manaus, vital para o modelo Zona Franca de Manaus, composto por ações convergentes e sinérgicas, voltadas para o atendimento das demandas e para a redução dos gargalos existentes, especialmente os de ordem tecnológica. Estas ações estarão convergentes com a necessidade de atrair investidores, buscar a melhoria de infra-estrutura logística, equilibrar a balança comercial, explorar a biodiversidade visando à implantação de um pólo de biodiversidade, aprimoramento e promoção do capital intelectual, adensamento das cadeias produtivas e desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aprovação de 278 projetos industriais, sendo 94 de implantação e 184 de ampliação/diversificação/atualização;
- Aprovação de 39 projetos agropecuários, além do acompanhamento de 489 outros;
- Realização da 3ª edição da Feira Industrial da Amazônia (III FIAM), com seminários, mostras de trabalhos científicos e rodadas de negócios e projetos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

EM 2006, O PIM APRESENTOU OS SEGUINTES RESULTADOS:

a) faturamento de US$ 22,85 bilhões;
b) exportação de US$ 1,48 bilhão;
c) mão-de-obra (média mensal *) no Parque Industrial de Manaus: 98.194;
d) investimentos totais realizados de US$ 5,54 bilhões.

Os tributos federais arrecadados no Amazonas totalizaram R$ 4,9 bilhões. A Taxa de Adensamento da Cadeia Produtiva do Pólo Industrial de Manaus foi de 31,9 % e a Taxa de Nacionalização do Pólo Industrial de Manaus alcançou 50,34%.

No âmbito da Ação Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais, foram aprovados 278 projetos industriais, sendo 94 de implantação e 184 de ampliação/diversificação/atualização, com expectativa de geração de 22.329 empregos, investimento total de US$ 2,27 bilhões, previsto no 3º ano de produção, e expectativa de exportação de US$ 540 milhões, no 3º ano de produção. Adicionalmente, ocorreu o acompanhamento e a avaliação de 1.743 projetos industriais e de serviços. Igualmente foram aprovados 39 projetos agropecuários e o acompanhamento e o controle de 489 projetos agropecuários.

Na Ação Divulgação do Pólo Industrial de Manaus, as principais realizações em 2006 foram a III FIAM e a realização de missões precursoras com participação em 63 eventos nacionais e internacionais para divulgação das potencialidades regionais. A III FIAM superou as expectativas mais otimistas. O evento teve sua terceira edição realizada entre 30 de agosto e 2 de setembro de 2006, e vem ganhando espaço e importância nacional e internacional.

No âmbito da Ação Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, a Suframa mantém e provê infra-estrutura econômica, social e ambientalmente adequada para a manutenção dos projetos já existentes e a implantação de novos projetos no Pólo Incentivado de Manaus. Foram realizadas, em 2006, as seguintes atividades: Recuperação de Pavimento, Recuperação de Meio-Fio e Sarjeta, Recomposição de Sistema de Drenagem e Limpeza e Execução de Coleta de Lixo.

O cumprimento das metas físicas foi abaixo do previsto em 2006. O fluxo de recursos financeiros sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. A execução das metas físicas do Programa foram programadas baseadas em desembolso financeiro que deveria ocorrer simultaneamente. Entretanto, como os recursos foram contingenciados e liberados tardiamente, as metas previstas para o exercício foram realizadas parcialmente e/ou transferidas para o próximo exercício. O Programa empenhou e liquidou 77% do orçamento aprovado, percentual pouco abaixo do verificado em 2005 (79,5%).

A Ação 12CB - Divulgação do Pólo Industrial de Manaus - obteve um excelente desempenho e foi a única ação do Programa que alcançou a meta prevista, inclusive superando-a em 57,5%.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# PROPRIEDADE INTELECTUAL

## OBJETIVO

Garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, considerando o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

## PÚBLICO-ALVO

Empresas; instituições científicas e tecnológicas, inventores isolados.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 120.286.587,00 | Empenho Liquidado: | R$ 105.924.574,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 105.924.574,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE MARCAS DEPOSITADOS POR RESIDENTES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -3,39
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,8

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice apurado de -3,39 não é definitivo, uma vez que o número de pedidos referentes a essa taxa ainda não está fechado, e deverá crescer ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no Sistema de Informações de Propriedade Industrial (SINPI). Provavelmente a meta de 2007 será alcançada, conforme resultado apurado em 2005, de 3,55%.

### 2. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL DEPOSITADOS POR RESIDENTES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -5,70
**Índice previsto ao final do PPA:** 18

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O índice apurado -5,70 não é definitivo, uma vez que o número de pedidos referentes a esta taxa ainda não está fechado, e deverá crescer ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no SINPI. O alcance do índice de 2007 estará condicionado ao comportamento da demanda, uma vez que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) tem sido capaz de registrar todos os pedidos a ele apresentados.

**3. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE PATENTES DE INVENÇÃO DEPOSITADOS POR RESIDENTES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0,04
**Índice previsto ao final do PPA:** 10,8

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O índice apurado de 0,04 não é definitivo, uma vez que o número de pedidos referentes a esta taxa ainda não está fechado, e deverá crescer ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no SINPI.

**4. TAXA DE VARIAÇÃO DE PEDIDOS DE PATENTES DE MODELOS DE UTILIDADES DEPOSITADOS POR RESIDENTES**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -5,05
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,05

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O índice apurado de -5,05 não é definitivo, uma vez que o número de pedidos referentes a esta taxa ainda não está fechado, e deverá crescer ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no SINPI.

**5. PRAZO DE CONCESSÃO DE PATENTES**

**Unidade de medida:** Ano
**Índice apurado em 2006:** 11,61
**Índice previsto ao final do PPA:** 10

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Apesar dos esforços da administração para diminuir o prazo de concessão de patentes, que hoje está em 11,61 anos, tal índice ainda não é satisfatório. Com a contratação e o treinamento de novos servidores, este prazo deverá diminuir substancialmente nos próximos anos.

**6. PRAZO PARA CONCESSÃO DE REGISTRO DE MARCAS**

**Unidade de medida:** Ano
**Índice apurado em 2006:** 3,34
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,4

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Apesar dos esforços da administração para diminuir o prazo de concessão de registro de marcas, que hoje está em 3,34 anos, tal índice ainda não se mostra satisfatório. Com a contratação e treinamento de novos servidores, este prazo deverá diminuir substancialmente até o ano de 2009.

**7. PRAZO DE CONCESSÃO DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL**

**Unidade de medida:** Mês
**Índice apurado em 2006:** 0,98
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,09

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O resultado do indicador (0,98 mês) pode ser considerado satisfatório, uma vez que o registro de desenho industrial vem sendo concedido rapidamente, em consonância com a Lei nº 9.279/1996.

**8. PRAZO DE ANÁLISE DE CONTRATOS E FATURAS DE TECNOLOGIA**

**Unidade de medida:** Mês
**Índice apurado em 2006:** 0,95
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O resultado do indicador (0,95 mês) pode ser considerado satisfatório, uma vez que a análise de contratos e faturas de tecnologia vem sendo realizada rapidamente, em consonância com a Lei nº 9.279/1996.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A propriedade intelectual é e tende a ser cada vez mais um importante instrumento de apoio à competitividade econômica, exercendo um papel crítico no processo de desenvolvimento tecnológico dos países. Ao se conferir o direito da propriedade intelectual, contribui-se diretamente com os esforços para estimular a criação e absorção de tecnologia, aumentar o valor agregado dos produtos e serviços nacionais, melhorando, assim, o desempenho das exportações do País, e colocando nossos produtos e serviços em posição mais favorável no mercado interno, frente aos importados. O sistema de propriedade intelectual também contribui para a repressão à concorrência desleal, em especial no combate à pirataria, aumentando os negócios das empresas estabelecidas, o número de postos de trabalho e o nível de arrecadação de impostos no País. Mesmo dispondo de uma legislação reconhecidamente alinhada com a normativa internacional, os direitos relativos à propriedade intelectual ainda são conhecidos e usufruídos por poucos no Brasil. Os setores diretamente interessados da sociedade brasileira (setores produtivo e científico-tecnológico) ainda não estão suficientemente conscientizados e capacitados para a proteção da propriedade intelectual, notadamente o patenteamento e a comercialização da tecnologia desenvolvida por empresas e institutos de pesquisa nacionais. Uma evidência

disso são os índices de desenvolvimento tecnológico do País que, se medido pelo número de pedidos e concessões de patentes de invenção junto ao escritório norte-americano de patentes (USPTO), mostram um fraco desempenho do Brasil quando comparado com outros países em desenvolvimento como, por exemplo, a Coréia do Sul.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 135,2 mil exames e decisões de pedidos de registro de marca realizados;
- 13.160 exames e decisões de pedidos de concessão de patentes realizados;
- 694 programas de computador registrados;
- 4.948 exames e decisões de pedidos de concessão de registro de desenho industrial realizados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em 2006, o Programa apresentou resultados satisfatórios na maioria de suas ações, mas esses resultados ainda são insuficientes para atender às necessidades e às expectativas dos seus usuários/beneficiários, particularmente no que se refere aos prazos (ainda excessivamente longos) para concessão de patentes e marcas pelo INPI - em torno de 11,61 anos e 3,34 anos, respectivamente, conforme demonstrado nos indicadores 5 e 6. Entretanto, o prazo de concessão de registro de desenho industrial e análise de contratos e faturas de tecnologia alcançou índices de 0,98 por mês e 0,95 por mês em 2006, respectivamente - valores abaixo dos previstos para 2007 (1,09 por mês e 1,3 por mês) -, indicando que as concessões estão ocorrendo de forma mais rápida do que a prevista, e em padrões internacionais. A atual administração do INPI adotou uma série de medidas estratégicas para o alcance dos objetivos organizacionais, que se traduziram em um programa de reestruturação do Instituto. Várias medidas já foram tomadas e, entre elas, destacam-se a contratação de 440 novos servidores em 2006, início da implantação do Portal do INPI Eletrônico, a criação de uma nova carreira para o instituto e a criação da Academia da Propriedade Intelectual e da Inovação, além da ampliação das instalações físicas.

Os indicadores Taxa de Variação de Pedidos de Registro de Marcas Depositados por Residentes, Taxa de Variação de Pedidos de Registro de Desenho Industrial Depositados por Residentes e Taxa de Variação de Pedidos de Patentes de Modelos de Utilidades Depositados por Residentes apresentaram variação negativa em 2006, se comparada com 2005, com diminuição de 3,39%, 5,7% e 5,05%, respectivamente. Assim, torna-se difícil o cumprimento do índice previsto para 2007, exceto do índice referente ao pedido de registro de marcas, com viabilidade de alcance alta. O Indicador Taxa de Variação de Pedidos de Patentes de Invenção Depositados por Residentes apresentou variação positiva em 2006, se comparado a 2005, mas de apenas 0,04%. Mesmo assim, é remota a possibilidade de se atingir o índice previsto ao final do PPA. Espera-se que as taxas dos referidos indicadores cresçam ao longo de 2007, devido ao lapso de tempo no processamento das entradas desses pedidos no SINPI. Observe-se que os dados ainda são provisórios.

Vale ressaltar que o INPI não tem como influenciar expressivamente essa taxa de variação, e a taxa depende de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte, principalmente, das empresas. Apesar dos esforços da administração para diminuir o prazo de concessão de patentes, que hoje está em 11,61 anos, tal índice ainda não é satisfatório. Com a contratação e o treinamento de novos servidores, esse prazo deverá diminuir substancialmente nos próximos anos.

Foram desenvolvidos pelo INPI normativos para obter redução no *backlog* de marcas, tendo-se alcançado ganho de 500% na capacidade operacional em marcas, o que permite assegurar prazo inferior a 18 meses para o primeiro exame das depositadas, a partir de outubro de 2006, e inferior a 12 meses para as que venham a ser depositadas a partir de julho de 2007. A racionalização e informatização de procedimentos de análise de marcas foram responsáveis pelo aumento do número de exames, que saltou de 45 mil, em 2003, para 294 mil, em 2006.

O INPI tem procurado promover a cultura da propriedade intelectual no País, conforme registram os dados físicos da Ação Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual, que realizou 260 eventos em 2006 - um incremento de mais de 73% em relação ao previsto, que era a realização de 150 eventos. Igualmente, a Ação Disseminação de Informações Tecnológicas realizou 94.042 consultas, um aumento de mais de 155% em relação à meta prevista de 26.460 consultas. As duas ações visam a incrementar os pedidos depositados no INPI, principalmente patentes e marcas.

Embora as metas estipuladas para as ações Registro de Programa de Computador; Concessão de Registro de Desenho Industrial e Concessão de Registro de Indicações Geográficas não tenham sido alcançadas, considera-se o resultado satisfatório, uma vez que toda a demanda pelos serviços nessas ações foi atendida. No entanto, as ações Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia, Disseminação de Informações Tecnológicas, Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual e Concessão de Registro de Marcas alcançaram resultados positivos, superando a meta física. No caso da Ação Concessão de Patentes, o resultado alcançado já estava previsto no Plano Gerencial do Programa Propriedade Intelectual, pois passou de 13 mil decisões de patentes em 2005 para 19 mil decisões de patentes em 2006 (meta física prevista), o que representou um aumento de 46% de decisões, sem que houvesse um correspondente acréscimo no número de examinadores e técnicos.

A necessária ampliação dos quadros técnicos foi efetivada através da realização de concurso público. Até dezembro de 2006, a lotação de servidores desta autarquia atingiu o quantitativo de 883 servidores, revelando um aumento aproximado de 31% em relação aos servidores ativos em dezembro de 2005. Em 2007, ingressarão 127 novos servidores, resultando em um aumento de 49% em relação ao quadro de servidores de 2005. Nota-se que tal aumento se concentra no quantitativo de profissionais de elevada qualificação, necessários à realização das atividades precípuas da autarquia. Observou-se um crescimento maior de examinadores de marcas e patentes, que necessitam de adequada supervisão dos processos de exame. De modo a assegurar a adequada supervisão dos processos de exame e

das demais atividades, faz-se necessária a readequação da estrutura regimental, tornando-a compatível com a nova realidade vivida pela autarquia.

A implementação do Programa foi satisfatória em 2006. O Programa empenhou e liquidou mais de 88% do orçamento aprovado, resultado melhor do que no ano de 2005, que foi de 73,3%. Em 2004, o percentual foi de 65%, o que demonstra um crescente aproveitamento de recursos por parte do INPI. Entretanto, o Programa enfrenta ainda alguns problemas, como a falta de sistemas de informações gerenciais (SIGs) que permitam o mais apurado controle das atividades e projetos, e a inadequação e insuficiência física do edifício-sede do INPI. Esta inaquedação foi parcialmente solucionada no, final de 2006, com o aluguel de um novo prédio e a ocupação de três andares no edifício que abriga a representação do MDIC no Rio de Janeiro. Dessa forma, os novos servidores puderam ser progressivamente alocados com instalações modernas de trabalho.

Ademais, outros problemas também podem ser citados:

a) não há suficiente capacitação gerencial na autarquia, apesar do Programa Anual de Capacitação tentar minimizar os problemas existentes - principalmente na área administrativa -, além da insuficiente qualificação dos recursos humanos das equipes executoras. Em razão do ingresso dos novos concursados, a área de recursos humanos priorizou a capacitação *in company* desses servidores, destacando-se o Programa de Ambientação. Dessa forma, os treinamentos voltados para a qualificação das equipes executoras foram realizados em menor número, mas a meta da Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação apresentou realização física superior à prevista. Ou seja, 1.121 servidores capacitados, de uma previsão inicial de 665 servidores capacitados;
b) dificuldades na celebração de convênios, contratos e licitações também impedem a agilização da implementação do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Reforçar o treinamento de servidores do INPI nas áreas de celebração de convênios e contratos, e em processos licitatórios.




# MINISTÉRIO DO ESPORTE

Brasil no Esporte de Alto Rendimento

Esporte e Lazer da Cidade

Inserção Social pela Produção de Material Esportivo

Rumo ao Pan 2007

Segundo Tempo

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Esporte (ME), foram utilizados **R$ 738.156.527,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 1.019.433.029,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 738.156.527,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 1.019.433.029,00** | **Total realizado:** | **R$ 738.156.527,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo ME não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 199.477.810,00.**

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• Entendido como um direito fundamental, durante os últimos quatro anos de governo, em especial no ano de 2006, o esporte conquistou importância de política de Estado. A atual Política Nacional do Esporte (PNE) tem como alicerce o fortalecimento da identidade cultural, da cidadania e da autodeterminação do povo brasileiro, contribuindo para a defesa da soberania do País;

• Pautado pelo diálogo, o Governo Federal assumiu uma postura de aproximação com os vários segmentos do esporte e do lazer para elaboração, implementação e avaliação de sua política. A atuação do Conselho Nacional do Esporte (CNE) foi uma marca importante nesse sentido, inclusive, acrescentando novas representações, abrangendo, além das entidades de administração e de prática do esporte e paraesporte - olímpicos e não-olímpicos -, os intelectuais, os parlamentares, os atletas, os gestores públicos municipais e estaduais, os conselhos de profissionais e outros;

• Tornou-se imperativo mobilizar a sociedade para organizar demandas e tomar decisões sobre os rumos de uma política para o desenvolvimento do esporte e do lazer. Legitimar esse processo não foi tarefa fácil e ainda é um desafio. Foi necessário retomar e fortalecer as relações com os gestores públicos de esporte e lazer, valorizar os Municípios e o pacto federativo, aproximar os movimentos sociais e articular entidades públicas e privadas, ressaltando:

a) a ampliação do processo de interlocução na consolidação e materialização da PNE e das políticas setoriais, valendo-se da reconstrução do Sistema Nacional de Esporte e Lazer - que teve seu início por meio da realização da II Conferência Nacional de Esporte e de seu processo de avaliação e capacitação de gestores, que atuam junto aos programas e políticas estaduais e municipais de esporte e

lazer. Neste sentido, tornou-se possível uma maior articulação entre as esferas de governo e a iniciativa privada, permitindo a otimização de recursos e a ampliação do atendimento à população, como se constata nas ações realizadas em 2006, em cada um dos programas;

b) a manutenção e a ampliação do atendimento ao público-alvo dos programas esportivos sociais - Segundo Tempo e Esporte e Lazer da Cidade -, permitidas por meio da ampliação do orçamento destinado aos programas, o que possibilitou sua qualificação e redimensionamento;

c) o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento e avaliação dos programas e ações do ME por meio de parcerias estratégicas estabelecidas com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), bem como e por meio da elaboração de termos de referência específicos para a aquisição de uma solução integrada de gestão de contratos, convênios e obras - ainda em processo de licitação, mas que possibilitará melhoria de processos, além do monitoramento, fiscalização e avaliação de contratos e convênios, promovendo a integração de várias áreas do ME e maior transparência na gestão;

• Em maio de 2006, em Brasília (DF), o ME realizou a II Conferência Nacional de Esporte, que teve como tema A construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Contou com o envolvimento direto de 44.954 pessoas (43.162 participantes nas etapas estaduais, regionais e municipais, e 1.792 participantes na etapa nacional).

• A Lei de Incentivo ao Esporte, encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional durante a II Conferência Nacional de Esporte, e já aprovada na Câmara e no Senado, é uma grande conquista, que vai contribuir para o fortalecimento do esporte;

• O ME procurou traduzir o foco da PNE no investimento de seus principais programas de inclusão social, conhecidos como: Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Pintando a Liberdade;

• Sem perder de vista o desenvolvimento do esporte como um todo, em conformidade com a Constituição Federal em seu art. 217, II, o ME priorizou o Programa Segundo Tempo que, mesmo com muitos desafios a enfrentar, tem causado impacto social positivo, atendendo, nestes últimos quatro anos, sistematicamente, por períodos iguais ou superiores a 10 meses, a mais de 2,2 milhões de crianças, adolescentes e jovens, chegando a 695 convênios firmados. O Programa Segundo Tempo, cumprindo a agenda de cooperação internacional, foi implantado em Angola e Moçambique, e está sendo implantado no Haiti;

• Houve reestruturação do Programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo, um dos principais responsáveis pela geração de emprego e renda no esporte e lazer. Na Ação Pintando a Liberdade, houve um salto de 16 unidades de produção de materiais esportivos, até 2003, para 89, em 2006, atingindo todos os Estados e outros países, como Angola e Moçambique, produzindo mais de dois milhões de itens. Além de contribuir com a ressocialização e profissionalização dos detentos do sistema carcerário

brasileiro. Foi criada a Ação Pintando a Cidadania, que possibilita às comunidades pobres e em situação de risco social a inserção no mundo do trabalho, com a produção de materiais esportivos. Embora grandes desafios devam ser superados na elevação da qualidade do material produzido e do número de postos de trabalho, o Programa beneficiou, em 2006, mais de 6,9 milhões de pessoas. A avaliação é anual;

• O Brasil está viabilizando uma edição memorável do principal evento esportivo das Américas: os Jogos Pan-americanos. E uma edição igualmente memorável dos Jogos Parapan-americanos. Trata-se de mostra real e significativa da vontade política do Governo Federal de tornar o esporte um fator de desenvolvimento econômico e social. O Governo Federal está investindo mais de R$ 3 bilhões para a preparação do evento, especialmente em termos de infra-estrutura. Além dos resultados esportivos, ficarão no País os legados social, econômico e de infra-estrutura. É mostra disso a implementação do Projeto Legado Social do PAN 2007, um conjunto de ações de inclusão social, articulando diversos Ministérios. Do pleno sucesso desse empreendimento, postula-se o direito de sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2004;

• Ainda tratando do segmento escolar, é importante citar a Ação Descoberta do Talento Esportivo, que realizou uma avaliação científica de, aproximadamente, 103.300 atletas escolares do ensino fundamental em 2006. Isso possibilitou a criação de um banco de dados, que pode servir de referência para elaboração de políticas transversais de saúde, esporte e educação, inclusive contribuindo para uma política de formação e desenvolvimento de talentos esportivos;

• Foi criado o Programa Bolsa-Atleta, que possibilita apoio financeiro a atletas de várias categorias, para garantir a manutenção pessoal mínima, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e às competições, visando ao desenvolvimento de sua carreira esportiva. Implantado em 2005, contemplou, em 2006, algo em torno de 860 atletas. Esse foi um passo firme, que deve começar a se refletir nas grandes competições dos próximos anos;

• No plano internacional, o Brasil dirigiu o Conselho Sul-Americano do Esporte (Consude), o Conselho dos Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Centro de Desenvolvimento e Estudos do Esporte (CIDE), tendo participado de competições e de cooperação internacional, implantando o Programa Segundo Tempo e as unidades de produção do Pintando a Liberdade em outros países;

• O ME coordenou pesquisa sobre o esporte, com levantamento de perfil dos Municípios brasileiros neste aspecto. A pesquisa foi publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o diagnóstico é o de maior abrangência e mais informações científicas já registrado a respeito no País. O último diagnóstico do esporte havia sido publicado em 1971;

• Foi aprovada, em 2006, a Timemania, loteria que tem a finalidade de auxiliar na amortização das dívidas dos clubes de futebol, favorecendo uma política de ocupação dos espaços esportivos destas entidades, por projetos e programas que beneficiem diretamente a população em situação de vulnerabilidade social;

• A ampliação da ação de articulação da Secretaria Executiva, com a gestão dos programas, possibilitou a utilização de melhores práticas de gestão, até então realizadas pelo esforço individual de cada responsável, aprimorando, assim, as diferentes fases: iniciação do processo, escopo do programa, desenvolvimento e metodologias, controle, execução, avaliação e desempenho. A Ouvidoria tem sido significativa para o acompanhamento e controle dos programas e das ações descentralizados, demonstrando-se eficaz no processo de avaliação do desempenho do ME, permitindo a correção dos rumos e de falhas que possam ocorrer;

• As ações e o processo de capacitação de servidores do ME e de gestores de esporte justificam o maior engajamento dos servidores e dos diferentes segmentos para o cumprimento da missão do ME e, conseqüentemente, a implantação e o aperfeiçoamento da PNE e a reconstrução do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. A existência de mecanismos de avaliação da satisfação dos usuários dos programas e das ações do ME tem sido possível por meio dos relatórios trimestrais, e pelo rigor e orientação específica do setor de prestação de contas, seja no momento da elaboração dos projetos e convênios, seja na apresentação de sua conclusão.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

A atual estratégia setorial do ME, vinculada aos objetivos setoriais formalmente estabelecidos, está consistente com as orientações estratégicas do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e das metas presidenciais (Programa Segundo Tempo). Os nossos programas estão em convergência com os três megaobjetivos do Governo Federal:

a) inclusão social e redução das desigualdades sociais;
b) geração de trabalho e renda;
c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Os principais problemas encontrados em 2006 podem ser identificados como:

a) precariedade do modelo de acompanhamento e monitoramento das ações, em especial, devido à ausência de um Sistema de Gestão implantado e em funcionamento, de forma a integrar os diferentes sistemas operacionais do ME, e possibilitar maior transparência da execução dos recursos públicos;
b) ausência de controle da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa, uma vez que as despesas administrativas não são planejadas, executadas e controladas pela gerência de cada programa;
c) inadequação dos recursos humanos que compõem o quadro do ME e da infra-estrutura de recursos humanos, frente ao que atualmente é demandado junto ao atendimento, apesar das diferentes iniciativas para solução;
d) falta de estabelecimento de critérios e diretrizes para que sejam atendidas as demandas apresentadas ao ME, dificultando a promoção de um atendimento mais qualificado;
e) dificuldades apresentadas no processo de licitação e celebração de contratos e convênios, em especial, após as Instruções Normativas I e II, que ampliaram as

barreiras para os entes vinculados a instâncias estaduais e municipais tornarem-se aptos a receber recursos do Governo Federal;

f) capacidade governamental reduzida de integração com outras políticas setoriais, na busca da abordagem transversal ao combate dos problemas sociais, principalmente no que tange ao alto potencial intersetorial oferecido pelos programas de esporte e lazer, em todas as suas dimensões;
g) dificuldade dos entes governamentais de se manterem adimplentes, face ao Governo Federal, por motivos variados;
h) necessidade de ampliação de recursos orçamentários e financeiros, para garantir o processo de avaliação das políticas públicas e de programas por meio da Ação 2600 - Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e Lazer;
i) necessidade de ampliação do limite de passagens e diárias do ME, para garantir a atuação de acompanhamento *in loco* e fiscalização das ações e projetos descentralizados no Território Nacional.

Pode-se reforçar este último item citado com as dificuldades elencadas no processo de encaminhamento das resoluções/deliberações apresentadas em maio de 2006, na ocasião da II Conferência Nacional de Esportes:

a) restrição orçamentária para o esporte e lazer, tanto pela União como pelos Estados e Municípios;
b) pouca mobilização dos segmentos do esporte e lazer, por se tratar de uma temática recente no âmbito da elaboração de políticas públicas como direito social;
c) fragilidade na estrutura e institucionalidade do esporte, nos Estados e Municípios demonstrada pela ausência de órgãos específicos e de conselhos estaduais e municipais para efetivar a gestão e o controle social;
d) ausência de uma política integrada de formação de recursos humanos para o esporte e lazer, entre entidades do âmbito federal, do estadual e do municipal;
e) distanciamento entre as ações sobre esporte e lazer nas instâncias públicas, privadas e do terceiro setor.

Tendo em vista que o PPA 2007 deve refletir as necessidades sociais e permitir o desenvolvimento dos processos necessários à boa execução da PNE, inicialmente, sugere-se a ampliação do limite orçamentário e financeiro, especialmente para 2007, ano em que acontece a realização de eventos preparatórios, permitindo a realização da III Conferência Nacional de Esporte.

Por fim, para garantir o desenvolvimento da PNE, deve haver maior integração entre os órgãos federais que desenvolvem políticas sociais, possibilitando tratamento intersetorial de projetos e programas de grande alcance para políticas de universalização, como é o caso específico do esporte e lazer, que tem uma grande proximidade com as áreas de educação, cultura, saúde, juventude e cidades.

Ampliar, diversificar e redimensionar as fontes, para além dos recursos orçamentários da União, é decisão fundamental para o compartilhamento de responsabilidades, como forma de viabilizar a universalização do esporte e do lazer, com amplitude democrática e diversificação na participação.

# BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

## OBJETIVO

Diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas, melhorando o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior.

## PÚBLICO-ALVO

Atletas das diversas modalidades desportivas de alto rendimento.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.889.000,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 22.063.917,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 22.063.917,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS OLÍMPICOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice final do Plano Plurianual (PPA) vai corresponder ao último índice apurado neste indicador, 1,07 em 2004 (Atenas-Grécia), tendo em vista que os próximos Jogos Olímpicos só ocorrerão em 2008 (Beijing-China) e, portanto, no próximo PPA. No entanto, é importante ressaltar que a mais importante competição mundial multiesportiva terá o impacto das ações realizadas no Programa entre 2004-2007. A gerência do Programa apurou o índice de 2004, mas não atualizou a informação no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

**2. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 14

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Os Jogos Pan-Americanos acontecem de quatro em quatro anos, sendo que o último índice apurado foi em Santo Domingo na República Dominicana em 2003 (11,34%). Desta maneira, este indicador terá seu índice final apurado em 2007, quando os jogos serão realizados no Rio de Janeiro. O Programa tem contribuído diretamente na preparação das equipes e dos atletas brasileiros que competirão nesses jogos. Existe um alto grau de possibilidade de alcance do índice previsto.

**3. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARAPAN-AMERICANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 50

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Os Jogos Parapan-Americanos acontecem de quatro em quatro anos, sendo que o último índice apurado foi em Santo Domingo na República Dominicana em 2003 (42,8%). Desta maneira, este indicador terá seu índice final apurado em 2007, quando os jogos serão realizados no Rio de Janeiro. O Programa tem contribuído diretamente na preparação das equipes e dos atletas brasileiros que estarão competindo nesses jogos. Existe um alto grau de possibilidade de alcance do índice previsto.

**4. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS PARAOLÍMPICOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador - 2,1 em 2004 (Atenas-Grécia) -, tendo em vista que os próximos Jogos Paraolímpicos só ocorrerão em 2008 (Beijing-China) e, portanto, no próximo PPA. No entanto, é importante ressaltar que a mais importante competição mundial paraesportiva terá o impacto das ações realizadas no Programa durante o PPA 2004-2007. A gerência do Programa apurou o índice de 2004, mas não atualizou a informação no SIGPlan.

**5. TAXA DE MEDALHAS CONQUISTADAS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador, 20,9%, tendo em vista que os próximos Jogos Sul-Americanos só ocorrerão em 2010 e, portanto, no próximo PPA. Houve uma queda do índice apurado em 2006 com relação ao índice de referência de 2002 (28,7%). Isso ocorreu em função do índice inicial ter sido apurado quando a competição ocorreu no Brasil, em que as equipes participaram com sua força principal além de estarem competindo em locais já conhecidos e com todo apelo emocional a favor. Em 2006, o foco principal e estratégico passou a ser os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, portanto, o Brasil não participou com suas principais equipes e seus principais atletas, pois muitos estavam treinando em outros locais do mundo.

**6. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS 20 PRIMEIROS COLOCADOS NOS JOGOS OLÍMPICOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador - 53% em 2004 (Atenas-Grécia) -, tendo em vista que os próximos Jogos Olímpicos só ocorrerão em 2008 (Beijing-China) e, portanto, no próximo PPA. No entanto, é importante ressaltar que a mais importante competição mundial multiesportiva terá o impacto das ações realizadas durante o PPA 2004-2007. A gerência do Programa apurou o índice de 2004, mas não atualizou a informação no SIGPlan.

**7. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS CINCO PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PAN-AMERICANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Os Jogos Pan-Americanos acontecem de quatro em quatro anos, sendo que o último índice apurado foi em Santo Domingo, na República Dominicana, em 2003 (64,68%). Desta maneira, o indicador terá seu índice final apurado em 2007, quando os jogos forem realizados no Rio de Janeiro. O Programa tem contribuído diretamente na preparação das equipes e dos atletas brasileiros que competirão nesses jogos. Existe um alto grau de possibilidade de alcance do índice previsto.

**8. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS TRÊS PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS SUL-AMERICANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 57,85
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador – 57,85%, tendo em vista que os próximos Jogos Sul-Americanos só ocorrerão em 2010 e, portanto, no próximo PPA. Houve uma queda do índice apurado em 2006 com relação ao índice de referência de 2002 (94,87%). Isso ocorreu em função do índice inicial ter sido apurado quando a competição ocorreu no Brasil, em que as equipes participaram com sua força principal, além de estarem competindo em locais já conhecidos e com todo apelo emocional a favor. Em 2006, o foco principal e estratégico passou a ser os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007, portanto, o Brasil não participou com suas principais equipes e seus principais atletas, pois muitos estavam em treinamento em outros locais do mundo.

**9. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS 20 PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PARAOLÍMPICOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice final do PPA vai corresponder ao último índice apurado neste indicador - 60% em 2004 (Atenas-Grécia) -, tendo em vista que os próximos Jogos Paraolímpicos só ocorrerão em 2008 (Beijing-China) e, portanto, no próximo PPA. No entanto, é importante ressaltar que a mais importante competição mundial paraesportiva terá o impacto das ações realizadas no Programa durante o PPA 2004-2007. Este indicador foi incluído na revisão de 2006.

**10. TAXA DE COLOCAÇÃO ENTRE OS CINCO PRIMEIROS CLASSIFICADOS NOS JOGOS PARAPAN-AMERICANOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 75

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Os Jogos Parapan-americanos acontecem de quatro em quatro anos, sendo que o último índice apurado foi em Santo Domingo, na República Dominicana, em 2003. Desta maneira, este indicador terá seu índice final apurado em 2007, quando os jogos serão realizados no Rio de Janeiro. O Programa tem contribuído diretamente na preparação das equipes e dos atletas brasileiros que competirão nesses Jogos. Existe um alto grau de

possibilidade de alcance do índice previsto (75%). Este indicador foi incluído na revisão de 2006, com índice de referência de 2003, mas não registrado no SIGPlan.

Apesar do entendimento que a análise dos índices do Programa deve ser sobre o conjunto das competições compreendendo todo o período do PPA, ressaltamos que os maiores esforços e o principal foco do Programa em 2006 foi preparar os atletas e as equipes que participarão do Pan-Americano do Rio de Janeiro em 2007, entendendo também que essa preparação influencia positivamente no aprimoramento dos demais índices.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Brasil é um País com grande diversidade de modalidades esportivas com finalidades competitivas, mas apresenta grande disparidade de resultados no cenário internacional, tendo modalidades ranqueadas nas primeiras colocações, assim como outras modalidades com resultados intermediários e até insignificantes. Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo da sua participação em jogos Pan-americanos e Olímpicos têm sido considerados muito aquém das potencialidades nacionais, além de muito díspares.

Nas Olimpíadas de Sidney em 2000, por exemplo, o Brasil ficou em 52º lugar na classificação geral, atrás de países com menor tradição esportiva. Vale ressaltar que a imagem do País no exterior está também ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais, assim como este desempenho influencia diretamente na auto-estima da população brasileira.

O apoio ao esporte de alto rendimento nacional, além de prerrogativa constitucional, é fundamental para o desenvolvimento e a melhoria dos resultados das modalidades esportivas, contribuindo para a diminuição das diferenças entre performances esportivas, aumentando o resultado global das delegações nacionais, que acabam por influenciar diretamente no incentivo à prática e na consolidação do segmento esportivo, além de promover a imagem positiva do Brasil no exterior.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 835 atletas de diversas modalidades beneficiados com a Bolsa Atleta, principalmente, aqueles que fazem esportes menos atrativos à mídia e, portanto, com maiores dificuldades de patrocínio;
- 103,3 mil atletas de alto rendimento avaliados, auxiliando na detecção de talentos para alimentação das futuras equipes nacionais;
- 3.075 atletas de alto rendimento beneficiados com a participação em delegações brasileiras em competições internacionais, sendo 2.253 nas competições para pessoas portadoras de deficiência;
- 1.737 atletas de base beneficiados;

• Três Centros de Treinamento de Alto Rendimento modernizados, fortalecendo o processo de diminuição das disparidades entre as modalidades;

• 3.680 pessoas capacitadas para o esporte de alto rendimento.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do Programa é de importância fundamental para que se comprove, ou não, aquilo que se espera da intervenção prevista. No entanto, a gerência tem se preocupado mais com os processos internos para dar efetividade e eficácia ao processo, ficando em segundo plano a questão do acompanhamento. Existem questões administrativas que ainda devem ser solucionadas para que haja possibilidade de realizar os procedimento de monitoramento.

No âmbito da gerência do Programa, são utilizados os seguintes mecanismos de monitoramento:

a) reuniões de trabalho semanais com os coordenadores de ação, para acompanhar os dados da planilha geral do Programa e assim detectar possíveis dificuldades e execuções positivas (na maioria das ações, existe uma grande dificuldade de acompanhar a execução no local, por indisponibilidade de recursos, sendo que alguns projetos têm um acompanhamento mais sistemático como a Implantação de Centros de Treinamento de Alto Rendimento, por ter custo mais elevado e implementação mais complexa);
b) sistemas informatizados de caráter interno, realizados por meio de planilhas para o acompanhamento da execução do Programa;
c) utilização do SIGPlan como um sistema mais informativo do que gerencial, em vista das diversas peculiaridades e necessidades que não são contempladas por ele, apesar de ser o principal parâmetro para as avaliações posteriores à execução anual;
d) relatórios de gestão que representam um importante *feedback* de caráter gerencial ao gerente e sua equipe, de ano para ano.

Em conseqüência das modificações alcançadas em 2006, principalmente, com relação à autonomia gerencial na execução orçamentária e no acesso de informações, foi importante o estabelecimento de uma metodologia adequada para aferição dos indicadores de gestão que espelha a ação do Programa de forma objetiva. O Programa alcançou um indicador de eficiência na execução orçamentária e financeira de 96,39%.

Sob o aspecto de eficácia, a gestão do Programa teve índice de 89,41% na execução das metas físicas. O método utilizado considera as metas físicas planejadas frente às executadas, no entanto, expurgando da análise as ações que tiveram problemas de definição de metas e que extrapolaram em mais de duas vezes o previsto da LOA 2006. No entanto, ainda é necessário um controle mais rígido sobre a execução das ações, pois, só assim, tanto as metas relatadas como executadas poderão ser confirmadas.

No que diz respeito à Ação Concessão de Bolsa a Atletas, convém destacar que a meta realizada ficou muito aquém da prevista, apenas 691 bolsas foram concedidas, das 1.412 previstas.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Vários fatores influenciaram no fluxo de recursos financeiros, entre eles, o período eleitoral e a tardia aprovação do Orçamento 2006. No entanto, a quase totalidade desses recursos acabou chegando e proporcionando uma plena execução orçamentário-financeira pelo Programa.

A GAP ainda representa um valor muito pequeno em relação ao montante do Programa (0,7%). Apesar do valor ter sido executado em sua totalidade, a ação poderia ter proporcionado melhores condições de gestão ao Programa, principalmente, quanto ao monitoramento e à avaliação. A totalidade dos recursos da GAP foi utilizada com passagens e diárias, entendendo que estas são também finalidades desta ação. Tais viagens a serviço estão muito mais ligadas à preparação de implementação das ações do que à verificação e a capacitação da equipe.

Com relação aos recursos materiais e de infra-estrutura do Programa, são assinalados os seguintes pontos:

a) recursos materiais insuficientes na equipe gerencial, com relação a equipamentos de informática, sistemas informatizados para gestão, salas inadequadas, necessitando de modernização;
b) infra-estrutura inadequada na equipe gerencial, necessitando adequação e reformulação em função do modelo gerencial;
c) recursos materiais insuficientes e infra-estrutura inadequada nas equipes executoras, comprometendo os processos desde a proposição, instrução da proposta e execução dos projetos até a prestação de contas.

Isto tem acarretado diversas alterações de planejamento do Programa e acaba por atrasar e até dificultar os resultados.

A equipe gerencial é composta por poucos servidores o que gerou a necessidade de arranjo diferenciado, visando a diminuir os problemas com a falta de funcionários. No entanto, as dificuldades continuam à medida que o Programa é implementado e necessita de novos procedimentos. Com o intuito de diminuir tais disparidades, a gerência do Programa prepara proposta de alteração na estrutura administrativa para que a mesma possa dar mais efetividade na resposta das demandas.

Juntamente com a falta de pessoal, existe uma necessidade de qualificação na equipe gerencial, assim como uma adequação do perfil da equipe tendo em vista o objeto do Programa. Tais dificuldades já vêm sendo levantadas em avaliações anteriores, por representarem um dos principais aspectos que influenciam no desempenho da equipe gerencial, mais até que a quantidade. Quanto às equipes executoras, também é um gargalo que tem dificultado o andamento e, muitas vezes, a qualidade da execução. Apesar da

pouca governabilidade sobre a questão, a gerência tem exigido critérios de formação para composição das equipes executoras.

Algumas estratégias de execução tiveram que ser alteradas em função de problemas com prestação de contas de parceiros.

Todas as ações do Programa são realizadas por meio de recursos descentralizados. Portanto, o resultado de execução do Programa corresponde ao resultado de recursos descentralizados. Em 2006, houve uma execução de 96,39%.

De maneira geral, existe uma integração entre a gerência e os entes executores. As formas básicas são:

a) reunião mensal;
b) visitas *in loco*;
c) relatórios trimestrais;
d) sistema informatizado.

Apesar destes contatos, é premente a necessidade de sistematização e padronização da relação de maneira que as mesmas sirvam, em tempo real, para o acompanhamento e avaliação dos projetos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

No esporte de alto rendimento, a maior parte das parcerias ocorre com entidades não-governamentais, como confederações, federações, comitês (olímpico e paraolímpico), associações esportivas e outros. Estas parcerias têm sido satisfatórias tanto na implementação como nos resultados. Os pontos mais críticos estão ligados a questões de documentação legal, dificuldade em formatar um projeto e até mesmo executar o que foi proposto; problemas com equipes executoras (qualidade) e problemas com trâmites legais de execução (compras, aquisições, pagamento de recursos humanos, entre outros). Para cada dificuldade, são preparados manuais de execução, instrumentos de controle das atividades e orientações das equipes do Ministério do Esporte (ME), quanto às questões legais.

Os mecanismos de participação social são:

a) Ouvidoria do ME que, segundo levantamento, tem seu maior grau de participação relacionado ao Programa e alto grau de retorno relacionado às questões levantadas e providências tomadas;
b) definição de algumas ações do Programa e de sua execução em reuniões com grupos de interesse, caso da Ação de Avaliação de Atletas de Alto Rendimento, que é fruto de reuniões bimestrais entre as universidades participantes da Rede Cenesp, do ME, dos comitês (olímpico e paraolímpico), das confederações e federações esportivas;
c) apresentação das ações do Programa para aprovação do Conselho Nacional de Esporte (CNE).

O Programa contém ações específicas para pessoas com deficiência, pela importância que esta vertente do esporte de alto rendimento tem tido para esse segmento da população. Inclusive seus resultados internacionais têm sido muitas vezes superiores ao esporte tradicional, o que demonstra a influência direta que o Programa tem nesses bons resultados.

As ações Concessão de Bolsas a Atletas, Funcionamento de Núcleos de Categoria de Base, Promoção de Eventos Esportivos de Alto Rendimento têm atendido aos paraatletas, que são atletas dos gêneros masculino e feminino de diversas faixas etárias, agrupados por tipo e grau de deficiência física, auditiva e visual, e que praticam as modalidades paradesportivas regidas segundo normas nacionais e internacionais.

O Programa não avalia a satisfação de seus beneficiários. Essa é uma dificuldade que permanece desde avaliações anteriores. Em função de diversas dificuldades, o Programa tem priorizado ações administrativas internas em detrimento de ações gerenciais externas. Desta maneira, foi possível atingir um ótimo nível de execução financeira, ainda sendo necessário, no entanto, aprimorar as questões de acompanhamento e avaliação.

**RECOMENDAÇÕES**

- Os indicadores do Programa apontam o resultado do setor (esporte de alto rendimento), sem conotação direta com as ações do Programa. Podem ser considerados indicadores de apoio, uma vez que os resultados não são alcançados apenas em função da intervenção direta do Governo Federal, mas também de ações de várias entidades desportivas (confederações, federações, associações, clubes e outros) e da iniciativa privada;

- É importante a realização de estudos durante a elaboração do próximo PPA, no sentido de criação de indicadores de resultados do Programa, e ainda a possibilidade de criação de um índice agregado do esporte de alto rendimento, considerando os indicadores atuais;

- Faz-se necessária, também, uma redefinição da relação entre meta física e custo unitário. Este tem sido o problema na hora de definir a meta, pois, em alguns casos, houve uma extrapolação do previsto em relação ao executado pela falta de um parâmetro adequado de custo unitário.

# ESPORTE E LAZER DA CIDADE

## OBJETIVO

Promover a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, visando à melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social.

## PÚBLICO-ALVO

Segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 377.272.325,00 | Empenho Liquidado: | R$ 267.199.249,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 267.199.249,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO DE ATENDIMENTOS NOS NÚCLEOS DE ESPORTE E LAZER

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 109.630.800
**Índice previsto ao final do PPA:** 103.040.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Superado

Este indicador foi desconsiderado desde 2004, pois o índice de referência mostrou-se inconsistente. Ou seja, não representava uma taxa de cobertura que permitisse comparação e acompanhamento. De qualquer forma, é possível observar que os atendimentos tiveram um crescimento significativo e já ultrapassam o índice final do PPA em 2007. Esse fato se deve ao aumento da conscientização dos parceiros - gestores municipais, estaduais, de universidades, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) -, a respeito da importância do investimento nas políticas públicas de esporte e lazer, o que tem elevado os valores das contrapartidas e permitido maior e melhor atendimento. O índice apurado em 2006 é o mesmo que aparece como meta física realizada, multiplicado pelo número de vezes que cada pessoa beneficiada foi atendida.

**2. TAXA DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 2,11
**Índice previsto ao final do PPA:** 0

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**

Após quatro anos do Governo Lula, identifica-se uma redução substancial no número das famílias em situação de vulnerabilidade social. A taxa de cobertura de 2005 foi calculada levando-se em consideração 48.985.599 pessoas. Porém, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, esse número caiu para 43.334.459. Consideradas as metas físicas da Ação 2667, em 2006, incluindo-se restos a pagar (RAP), o índice chega a 2,11% da população-alvo. Os números apontam para o total de pessoas beneficiadas. Ou seja, a soma dos participantes, inscritos previamente ou não, nas atividades assistemáticas dos convênios pagos em 2006 e dos RAP 2005. A ausência de índice final previsto em 2007 se deve ao fato de ter sido elaborado durante o processo de andamento deste Plano Plurianual (PPA) - mais precisamente em 2005 -, e não ter havido esta previsão. A Ação 8453 aparece no SIGPlan com um erro de preenchimento. Na meta física realizada o valor é 12.850 e não 4, como consta. O número registrado (4) diz respeito às edições e não ao "exemplar distribuído," que corresponde à unidade de medida da ação. Cabe salientar que as metas físicas das ações 1F70, 5450 e 3073 são alimentadas no SIGPlan a partir do empenho, enquanto as demais se referem a convênios pagos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Programa Esporte e Lazer da Cidade tem justificativa na constatação da necessidade de políticas públicas que atendam às crescentes demandas da população por esporte recreativo e lazer, expressão da condição de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social à qual estão submetidas significativas parcelas da população brasileira.

O Programa é executado de forma descentralizada por meio da celebração de convênios com Municípios, Estados e entidades não-governamentais, considerando-se a disposição dos parceiros de garantir a gestão participativa e democrática do Programa, afirmando o esporte e o lazer como direitos sociais. Nesta perspectiva são implantados os Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, aplicada metodologia de avaliação processual de políticas para essas áreas, e formados agentes sociais de esporte e lazer - em conformidade com os requisitos conceituais do Programa.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

O Programa teve execução financeira de 66,52%. Os resultados a serem destacados são:

- 21 Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) em funcionamento nas universidades;

• 913.590 pessoas, de diversas faixas etárias, beneficiadas com atividades de esporte e de lazer;

• 1.447 equipamentos de esporte e de lazer implementados e/ou qualificados em espaços públicos das cidades brasileiras.

Visando à qualificação das ações, devem ser destacadas as seguintes atividades:

• Construção de ação voltada ao público de terceira idade, que, em 2007, aparece no Programa de Desenvolvimento de Atividades Esportivas e Recreativas para a Terceira Idade - Vida Saudável. Foi realizado o Seminário de Vida Saudável, com a participação de oito Estados para análise das experiências de consultores em gestões públicas e estudos no meio acadêmico;

• Realização da 1ª reunião nacional dos agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade com a participação de 22 Estados, 71 entidades, 151 Municípios, 400 núcleos de esporte recreativo e de lazer e 13 núcleos da Rede CEDES, totalizando 531 participantes;

• Organização da publicação dos registros da reunião nacional, contendo textos das mesas, oficinas, textos técnicos e relatos de experiências, para distribuição aos parceiros do Programa (agentes públicos, universidades e centros de pesquisa, entre outros);

• Implantação do Observatório do Torcedor, junto aos centros da Rede CEDES. O observatório desenvolve estudos e coletas de dados referentes à implantação do Estatuto do Torcedor no Brasil, com o objetivo de nortear ações que visem à sua qualificação e à sua efetivação;

• Parceria com o Programa Escola Aberta para coordenação e execução conjunta, de julho a dezembro, de cerca 31 formações em nove Estados – Roraima (RR), Bahia (BA), Pernambuco (PE), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG), Rio Grande do Sul (RS), Distrito Federal (DF) e Mato Grosso do Sul (MS) -, capacitando 5.300 agentes (oficineiros, coordenadores temáticos de esporte e lazer e professores de educação física), em 1.256 escolas municipais e estaduais destes Estados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações são: reuniões, visitas *in loco*, sistemas informatizados, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão.

As reuniões de trabalho variam de periodicidade e as demandas abrangem a equipe gestora no Ministério do Esporte (ME), as entidades conveniadas, de controle social e coordenadores de núcleo.

Em 2006, a equipe gerencial visitou e acompanhou 24 convênios, em eventos de formação das equipes de trabalho, fez 20 visitas técnicas de fiscalização e acompanhou oito eventos científicos e tecnológicos.

Foi desenvolvido, em 2006, um sistema que permitirá, a partir de 2007, a apresentação, acompanhamento e avaliação on-line dos pleitos e convênios relacionados ao Programa, com exceção da Ação 5450 - Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, por demandar uma discussão no ME em geral.

Houve a alimentação sistemática dos dados no SIGPlan. Há uma certa dificuldade de compatibilização de alguns dados que aparecem no sistema com o controle interno feito diretamente nos processos de convênio. No caso específico da alimentação de dados referentes aos repasses de recursos às entidades federais, a dificuldade é ainda maior, uma vez que a mesma só é feita a partir da utilização do recurso, o que dificulta o controle do coordenador de ação.

O relatório de gestão é elaborado anualmente, de maneira coletiva pela equipe do Programa. Percebe-se grande dificuldade no momento de organizar os dados para os referidos relatórios, uma vez que não há um controle interno organizado.

As ações do Programa tiveram uma execução física média de 79% em relação ao previsto, sendo executadas as ações que envolvem recursos para infra-estrutura. A não execução de 100% se deveu, especialmente, aos valores que não puderam ser pagos até 31.12.2006, devido à falta de disponibilidade financeiro-orçamentária no ME, o que deixou muitos convênios sem serem empenhados. Outro fator que contribuiu para este índice se refere aos recursos que ficaram em RAP apresentando meta física prevista, mas sem serem alimentados como metas físicas realizadas e vice-versa, gerando distorções.

A não utilização de 100% dos recursos orçamentários do Programa se deu devido a dificuldades como:

a) longo período impeditivo relacionado à legislação eleitoral;
b) demora na aprovação do orçamento;
c) demora ou não apresentação de pleitos completos, especialmente os relacionados às emendas parlamentares;
d) dificuldades das entidades proponentes de providenciar documentação em dia;
e) contingenciamento de recursos.

Desde sua criação, o Programa vem sendo ampliado, qualitativa e quantitativamente. Em 2006, houve um avanço significativo nas Ações Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer, principalmente para a Região Norte e para a Região Nordeste do País. Para assegurar ao Programa uma estrutura nacional, têm sido multiplicadas experiências de convênios organizados em forma de consórcios regionais, buscando o aprimoramento do controle social e da intersetorialidade.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução programada. O atraso na aprovação do orçamento, o período impeditivo eleitoral, o contingenciamento e a falta de disponibilidade financeira do ME, em dezembro

de 2006 - quando a maior parte dos processos estavam prontos para serem pagos -, dificultaram a execução da programação.

Os recursos não-orçamentários dizem respeito às contrapartidas oferecidas pelos conveniados. Estes valores têm sido significativos, tanto para a ampliação do Programa como na conscientização a respeito da importância de investimentos públicos em políticas de esporte e lazer para a população.

A Ação de Gestão e Administração do Programa (GAP) teve uma execução de 100%. Os valores foram utilizados para pagamento de passagens e diárias, na maior parte dos casos, dos servidores da gerência do Programa para visitas técnicas aos convênios, acompanhamento da formação prevista nos mesmos, preparação da conferência nacional e participação em eventos diretamente relacionados ao ME (acompanhamento de formação: 24; conferências estaduais: 15; visita técnica institucional: 20; seminários e congressos: 33). O restante foi destinado ao pagamento de diárias e passagens de colaboradores eventuais. A avaliação da utilização do recurso é muito positiva, uma vez que o acompanhamento da formação e a visita técnica em muito qualificam a execução dos convênios. Muitos desses, porém, não receberam visita técnica e/ou acompanhamento da formação, pois os valores previstos não foram suficientes.

A falta de computadores e/ou máquinas defasadas e as dificuldades no sistema operacional são as principais dificuldades da equipe gerencial. Além disso, o espaço físico de trabalho não é adequado, o mobiliário está desgastado e o espaço é muito pequeno, o que dificulta o atendimento ao público.

A equipe do Programa é pequena para atender à demanda, além de estar dispersa pelo ME. As pessoas que organizam e acompanham a execução da ação orçamentária do Programa de maior dotação, não têm vínculo direto com as demais equipes. Outro aspecto é a necessidade de maior qualificação técnico-pedagógica para desempenho das funções, visando a atender as necessidades de implementação e qualificação do Programa.

Quanto à infra-estrutura nas equipes executoras, muitos locais não dispõem de espaço físico adequado, especialmente para o desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer (quadras, parques, praças, ginásios, salas, etc), previstos em muitos convênios firmados pelo Programa. É importante destacar que esta responsabilidade é da entidade conveniada. Avalia-se que uma maior articulação entre a ação de infra-estrutura com as demais ações do Programa poderia contribuir, em alguns casos, com a redução desta dificuldade.

As principais restrições que interferiram nos desempenhos das ações de maior impacto foram:

a) a Ação 5450 - Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, de maior valor orçamentário, sofreu contingenciamento de recursos previstos para emendas parlamentares, o que reduziu significativamente sua execução físico-financeira;

b) os créditos orçamentários adicionais, além de raramente serem disponibilizados, quando o foram não chegaram a ser executados por falta de orçamento;
c) a previsão de realocação de crédito (do Segundo Tempo para o Esporte e Lazer da Cidade) não foi disponibilizada, apesar de publicada, impedindo o pagamento de diversos convênios;
d) os recursos do Orçamento União só foram disponibilizados no mês de maio, o que atrasou o início da execução do Programa;
e) a parcela de recursos financeiros, comprometida por RAP, interferiu especialmente na Ação 5450. Nesta ação, muitos Municípios encontram dificuldades nos processos de licitação e celebração de convênios;
f) as diversas entidades atrasaram prestação de contas e isto acabou impedindo a celebração de novos convênios. Em alguns casos, a tramitação interna lenta agravou estes atrasos;
g) o período de celebração de convênios ficou restrito pela demora na aprovação do orçamento e pela legislação eleitoral, tendo acarretado acúmulo de demandas e atrasos em diversos processos;
h) as dificuldades na celebração de convênios por inadimplência dos entes, principalmente nas entidades indicadas para serem beneficiadas pelas emendas parlamentares.

A execução orçamentária foi média, pelos motivos já expostos anteriormente. A integração entre a gerência do programa e os entes executores das ações foi dificultada especialmente por ter ocorrido, durante um mesmo processo, diversas trocas de interlocutores.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os parceiros não-governamentais têm tido um bom desempenho no cumprimento das metas. Existem algumas entidades que apresentam dificuldades pontuais de execução, as quais podem ser atenuadas com acompanhamento, fiscalização, orientação técnica, administrativa e pedagógica em geral.

Os mecanismos de participação social são: Ouvidoria - utilizada principalmente com relação às ações que envolvem investimentos em infra-estrutura - e reuniões com os mais variados parceiros do Programa. Os convênios de funcionamento de núcleos prevêem ainda a existência de entidade de controle social para acompanhamento e fiscalização de sua execução. A principal contribuição da participação social foi permitir que a avaliação processual e os conseqüentes ajustes repercutissem em melhor qualidade na execução do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Alterar o nome do Programa para Programa de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer;

- Rever, no próximo PPA, os índices e indicadores para estabelecer um dos parâmetros de avaliação do Programa;

- Fusão da Ação 3988 - Implantação e Modernização de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer com a Ação 2426 - Funcionamento de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer, uma vez que o descritor da primeira pode ser contemplado pela segunda.

# INSERÇÃO SOCIAL PELA PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO

## OBJETIVO

Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social.

## PÚBLICO-ALVO

Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei, e populações em situação de vulnerabilidade social.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.972.711,00 | Empenho Liquidado: | R$ 19.167.542,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 19.167.542,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA MÉDIA DE REDUÇÃO NA REINCIDÊNCIA DE PRESOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 33,33

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

A Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos é a relação percentual entre a reincidência de detentos onde existe o Programa e o número de reincidências onde não existe o Programa. Nesse contexto, o índice estabelecido anualmente para o Programa, que, na verdade equivale apenas à Ação 2362 (Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade), no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, foi de 33,33% em 2004. No exercício de 2006, o Programa promoveu, de acordo com as informações prestadas pelos diretores de presídios e representantes das Varas de Execuções Penais nas quais funcionam as unidades de produção, uma transformação no dia-a-dia dos detentos, geralmente marcado pela ociosidade, rebeliões e planos de fuga. De acordo com os Fundos Penitenciários dos Estados, o índice de reincidência carcerária nas penitenciárias que têm o Programa instalado é de cerca de 30%, enquanto em outras instituições é de 60% a 90%.

Como o objetivo é manter o índice de 33,33% no período, é grande a possibilidade de alcance do índice. Não há registro de índice para 2005 e 2006.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Originado a partir da Ação Pintando a Liberdade inserida no Programa Reestruturação do Sistema Penitenciário do PPA 2000-2003, o Programa representa a ampliação necessária da idéia original de buscar a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo. A prioridade dada pelo Governo Federal à geração de emprego e renda levou à inclusão da Ação Pintando a Cidadania, que envolve a montagem de unidades de produção em comunidades de risco social. Assim, este Programa compreende três linhas de ações distintas, todas elas destinadas à geração de material esportivo:

a) Pintando a Liberdade (com a finalidade de reintegração do detento à sociedade);
b) Pintando a Esperança (com a finalidade de reinserção social do adolescente em conflito com a lei);
c) Pintando a Cidadania (com a finalidade de geração de emprego e renda em comunidades de risco social, preferencialmente, na busca do primeiro emprego).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• 1.509.050 itens de material esportivo produzidos, quantidade suficiente para contemplar aproximadamente 6.899.800 pessoas, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa;

• 1.077.873 itens esportivos liberados para atender à demanda dos programas e das ações conduzidos em parceria com entidades estaduais, municipais e filantrópicas, objetivando promover a inclusões social de crianças, jovens e adultos por meio da prática de esportes, beneficiando 2.844 entidades por todos os Estados do País;

• 4.802.977 pessoas beneficiadas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais;

• 12.700 internos do Sistema Prisional Brasileiro beneficiados pela geração de renda;

• 1.781 pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes absorvidas como mão-de-obra na produção de materiais esportivos, promovendo a inclusão social desses indivíduos e proporcionando-lhes uma renda mensal.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões de trabalho entre os membros da equipe do Programa e destes com os parceiros nos Estados, quando também são realizados treinamentos e capacitações específicas;
b) visitas de acompanhamento e vistoria para averiguar o processo de implantação e de funcionamento das unidades de produção;
c) elaboração e utilização de sistemas informatizados de acompanhamento por meio da utilização da página do Ministério do Esporte (ME) na Internet;
d) alimentação e atualização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), de forma a acompanhar a execução orçamentária do Programa em relação às metas orçamentárias e físicas propostas inicialmente;
e) inclusão de informações detalhadas da execução do Programa nos relatórios de gestão, de tomada de contas anual e no balanço de quatro anos de governo, dentre outros.

A execução das metas físicas do Programa foi exitosa, visto que o conjunto das duas ações foi superior a 90%, apesar da não execução de um emenda nacional, devido à impossibilidade de operacionalização dos recursos na rubrica disponibilizada. As ações 2352 - Produção de Material Esportivo por Comunidades Carentes em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania, e 2362 - Produção de Material Esportivo por Detentos - Pintando a Liberdade, alcançaram, respectivamente, 147,65% e 51,47% da meta prevista.

O Programa teve uma execução financeira de 91,34% e os recursos orçamentários foram suficientes para a meta prevista da Ação 2362 - Pintando a Liberdade. Estes recursos não serão suficientes, no entanto, com a ampliação do Programa, por meio da Ação 2352 - Pintando a Cidadania, além da possibilidade de ampliação dos itens produzidos nas unidades de produção implantadas junto às comunidades, como por exemplo, a produção de jogos de xadrez, em atendimento ao Projeto Xadrez nas Escolas - parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) -, e a produção de piso para pistas de atletismo com restos de pneu, como já vem sendo experimentado na unidade de Feira de Santana (BA).

Devido ao cronograma diferenciado de implantação das novas unidades de produção e da renovação dos convênios já existentes, a liberação dos recursos ao longo do exercício acompanhou o planejamento do Programa.

A Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa permitiu a realização do acompanhamento *in loco* do processo de implantação, operacionalização e prestação de contas dos convênios firmados em Território Nacional, garantindo a implantação das unidades, a produção e a entrega do material esportivo pactuado, assim como a realização de algumas despesas com envio e transporte do material esportivo aos parceiros dos programas sociais do ME.

O Programa está operando em todo o Brasil, contando com 87 unidades de produção em funcionamento, com a participação de 12.700 detentos e 1.781 pessoas que residem em comunidades carentes - atuando diretamente no processo de produção de material esportivo, em caráter de atividade continuada -, e uma unidade internacional de produção implantada em Angola. Este cenário suscita uma maior demanda gerencial na elaboração e no desenvolvimento de projetos, planejamento, monitoramento e fiscalização das ações do Programa, processo limitado pela quantidade inadequada de recursos humanos da equipe gerencial deste.

O atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios, em alguns casos, retardou a renovação dos convênio, e o processo de produção da nova remessa de material esportivo a ser distribuída nos núcleos dos programas esportivos sociais. Esse fato, porém, não prejudicou o cronograma de distribuição do material em 2006 devido à impossibilidade de distribuição no período que antecedeu as eleições.

Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes, em alguns casos, não permitiram a renovação dos convênios, havendo perda no processo de produção. A mais antiga e maior unidade de produção, no que se refere ao quantitativo e qualitativo, localizada no Estado do Paraná, devido à inadimplência, encontra-se com suas atividades suspensas, sem garantir a produção de material esportivo, a ser distribuído nos programas sociais, tornando necessário o deslocamento de materiais produzidos em outras Unidades da Federação para atendimento dos projetos neste Estado.

Consideradas as dificuldades enfrentadas de entrega de matéria-prima em péssimas condições de uso para algumas unidades de produção, devido às possíveis falhas provocadas pelo processo licitatório, no ano de 2006, também em função do período eleitoral que suspendeu a distribuição do material esportivo já produzido, toda a demanda dos programas esportivos sociais do ME foi atendida. Os dados específicos que comprovam estas afirmações se encontram especificados no texto e nos anexos do relatório de tomada de contas anual - 2006.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As parcerias com organismos não-governamentais têm trazido bons resultados, como por exemplo os alcançados pela Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS) e pela Associação Cultural Jacuipense, ambas na Bahia. Sugestão aceita pelo ME e formalizada contratualmente, permitiu a construção de pistas de atletismo com material reaproveitado de fábricas de produção de pneus e a manufatura de peças de xadrez com material plástico reciclado. Tais projetos, além de possibilitarem aos jovens o acesso a um espaço esportivo nobre, atendem às exigências ecológicas e propiciam condições adequadas ao melhor desenvolvimento intelectual dos adolescentes.

Os mecanismos de promoção da participação social são: Ouvidoria, conferências nacionais de esporte - com função de consulta pública por meio da participação dos diferentes segmentos sociais, na elaboração das políticas públicas e do Sistema Nacional de

Esporte e de Lazer -, e reuniões com grupos de interesse - encontros de capacitação com coordenadores dos projetos em Municípios onde as unidades de produção se encontram implantadas possibilitam a troca de informações e o acompanhamento mais preciso da execução do projeto na ponta.

São contribuições da participação social para os resultados do Programa os aprimoramentos do sistema on-line de acompanhamento do funcionamento das unidades de produção, e o intercâmbio de vivências e experiências entre os diferentes Estados e com outros países, que reconheceram a importância e o significado do Programa para o processo de inclusão social.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por meio de reuniões de capacitação com os representantes das unidades de produção e visitas de acompanhamento *in loco* a estas e aos núcleos de esporte que recebem o material produzido pelo Programa.

Todas as entidades parceiras que receberam os materiais esportivos das unidades de produção, seja pelos detentos, seja pelas comunidades, demonstraram satisfação, apesar da durabilidade do material produzido, que sofre desgaste maior provocado pela forma de uso e pelos locais precários onde o mesmo é utilizado.

Foi detectada a necessidade de maior articulação com o Sistema Penitenciário Federal (SPF), com os sistemas penitenciários estaduais e com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), bem como com as unidades de internação de menores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), para melhor mapeamento das necessidades mais urgentes de implantação de novas unidades de produção, inclusive no sentido de integrar as duas ações do Programa em um mesmo Município.

O Programa apresenta, como boas práticas de gestão, o processo de encaminhamento e a logística de distribuição do material esportivo produzido, junto aos núcleos dos programas esportivos sociais do ME.

Levando-se em consideração as recomendações das auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) - realizadas no ME -, e as recomendações feitas pelos mesmo órgãos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) está sendo contratada uma solução integrada de gestão de contratos, convênios e obras, de forma a estruturar um sistema de informações para gestão setorial (Infrasig) eficaz, que possa fazer a interlocução com os demais sistemas gerenciais do Governo Federal e, em tempo real, possibilitar acesso da população às informações referentes à execução do ME, permitindo a transparência na execução de recursos públicos. A previsão é que sua implantação ocorra no primeiro semestre de 2007.

**RECOMENDAÇÕES**

• O único indicador do Programa é resultado da Ação Pintando a Liberdade, comparando a reincidência carcerária entre as penitenciárias nas quais existem ou não núcleos instalados. Há necessidade de melhor definição da apuração do índice. É importante registrar, ainda, a ausência de indicador sobre a cobertura do Programa em comunidades em situação de vulnerabilidade social. Devido à inconsistência do indicador atual, que é composto por variáveis que não podem ser efetivamente mensuradas, um novo indicador que contemple todas as ações significativas deve ser estudado para a proposta do PPA 2008-2011;

• Embora o Programa tenha dois méritos inquestionáveis - produzir/distribuir material esportivo à população carente e contribuir para a reinserção social de detentos e jovens em conflito com a lei -, entende-se que o cerne do Programa não é de natureza esportiva. Tal qual estabelece seu objetivo, trata-se de uma estratégia de reinserção social por intermédio do trabalho que, no caso específico, consiste na produção de material esportivo. Ainda que as práticas esportivas no País estejam sendo beneficiadas com a utilização desses materiais, esta seria uma conseqüência secundária, haja vista que o indicador utilizado é a Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos;

• No que se refere à participação social, talvez viesse ao caso criar um instrumento de avaliação do impacto dos materiais esportivos nas instituições beneficiárias, sob a forma de questionário, a ser encaminhado juntamente com os materiais esportivos.

# RUMO AO PAN 2007

## OBJETIVO

Realizar os Jogos Pan-americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

## PÚBLICO-ALVO

Comunidade Esportiva Nacional.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 423.957.488,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 265.565.332,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 265.565.332,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADOR

O Programa não possui indicador. Tal situação se justifica em virtude da existência de prazo determinado para a realização dos Jogos Pan-americanos e dos Jogos Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro. Ou seja, trata-se de um programa temporário, com responsabilidades pactuadas nos níveis federal, estadual e municipal. Apesar da não existência de indicador no Programa, como o resultado a ser alcançado é a própria realização do evento, a meta será plenamente atingida.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Os resultados esportivos brasileiros alcançados ao longo da sua participação em Jogos Pan-americanos e os Jogos Olímpicos têm sido considerados muito aquém das potencialidades nacionais. Nas Olimpíadas, por exemplo, o Brasil tem ficado atrás de países cujas populações, economias e desenvolvimentos tecnológicos são muito menores. Nesse sentido, vale ressaltar que a imagem do País no exterior está ligada ao desempenho das delegações esportivas nos grandes eventos internacionais, assim como vale ressaltar que este desempenho influencia diretamente a auto-estima da população brasileira.

O País passa por mudanças substanciais na reorganização do sistema esportivo. A criação de um Ministério exclusivo para tratar de assuntos do esporte dá ao segmento um fôlego maior para alavancar o desenvolvimento do esporte de alto rendimento. No entanto, esse objetivo depende da busca de aprimoramento do nível técnico dos atletas e dos profissionais que atuam na área. A carência de recursos humanos e físicos compatíveis

com o potencial esportivo nacional é objeto de preocupação do setor, considerando que o esporte de alto rendimento, nos seus mais elevados níveis de disputa, exige uma grande complexidade de organização.

Uma das principais causas da fraca participação nacional nesses eventos pode ser encontrada no próprio nível de desenvolvimento de cada modalidade esportiva praticada no Brasil. Sob essa perspectiva, o Programa procura contemplar os processos científicos, participativos e administrativos que envolvem o intrincado sistema esportivo, apontando as alternativas viáveis, que buscam reverter o quadro crítico e o baixo desempenho dos atletas brasileiros. Procura, ainda, criar mecanismos para dar condições de treinamento e competitividade, investindo em equipamentos e materiais esportivos, assim como ampliar o capital humano envolvido com o esporte na perspectiva de alto rendimento e no incremento da performance. Além disso, depois de 44 anos o Brasil voltará a sediar os Jogos Pan-americanos, evento esportivo de magnitude continental e visibilidade mundial, que poderá elevar o esporte brasileiro a um novo patamar entre as grandes potências esportivas. Neste sentido, o maior desafio é alcançar resultados técnicos esportivos que levem o País a figurar entre os mais destacados no cenário esportivo internacional. Esse evento poderá se tornar um divisor de águas para o esporte brasileiro, não só no campo estritamente técnico, mas também na gestão do esporte e na infra-estrutura.

Um evento desse porte propicia impactos econômicos e sociais por meio da melhoria na estrutura e nos serviços, fortalecimento do setor de pequenos e médios negócios, aumento da oferta de empregos, desenvolvimento de projetos de preservação ambiental, desenvolvimento econômico regional, divulgação do País no exterior, aumento do turismo interno e externo e a atração de novos eventos internacionais, com os conseqüentes impactos positivos para a população mais carente, como demonstram as experiências internacionais. Talvez o grande legado para o País, ao realizar um evento esportivo de grande porte, seja a melhora da sua auto-estima. Após as Olimpíadas de Sidney, em 2000, o comitê organizador, em seu relatório final, concluiu que o maior ganho para o País foi a melhora da sua imagem, interna e externamente. Nesse panorama, em que se mostram concretos o problema e a oportunidade, cabe ao Poder Público orquestrar uma intervenção direcionada com reflexos que deverão marcar o setor esportivo nacional como um todo, tendo claro que o evento marcado como foco é o resultado de um processo que deve ter seu início imediato.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Construção de 62,45% das instalações do Pólo Aquático do Rio/Complexo do Autódromo Nélson Piquet através de convênio com a prefeitura do Rio de Janeiro;

- Implementação de 52% da infra-estrutura do Complexo Esportivo de Deodoro, que abrigará o Centro Nacional de Hipismo e o Centro Nacional de Tiro, além das modalidades de tiro com arco, hóquei sobre a grama e pentatlo moderno;

- Contratação de equipamentos, sistemas e serviços, na área de tecnologia (integrador dos jogos) para fornecimento dos sistemas de resultados, sistemas para gerenciamento

dos jogos (chegadas e partidas, transportes, credenciamento, etc), sistemas de segurança da informação, sistemas de gestão para o Comitê Organizador, sistemas de difusão de informações (Internet, SMS, gráficos para TV, mídia, etc), computadores (estações de trabalho, servidores e *notebook*), impressoras, equipamentos de reprografia, equipamentos de cronometragem e medição (dentre outros), Centro de Operações de Tecnologia, Data Center primário e secundário, laboratório, fábrica de PC (instalação e configuração de equipamentos), *Call Center*, etc;

• Contratação dos serviços e equipamentos de comunicação para os jogos, incluindo telefonia fixa e móvel, rede de dados, rede de segurança (imagens de CFTV), rede de contribuição (imagens geradas pela TV Pan), rede de distribuição (imagens de CATV-cabo) e acesso à Internet;

• Contratação de agência implementadora para elaboração dos projetos básicos e editais de licitação, assim como para acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados;

• Contratação de serviços de sonorização, apresentação e cabeamento nos locais de competição (ginásios, estádios, arenas, etc) e outros (hotel oficial, assembléia da Odepa, etc).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O acompanhamento das ações, identificando eventuais desvios e sugerindo intervenções, é empreendido através de:

a) sistema colaborativo e de reuniões e contatos com os grupos de trabalho envolvidos;
b) planejamento e coordenação de sistemas e métodos de controle nas áreas afins e de projetos;
c) alocação de recursos de acordo com prioridades estratégicas do Governo Federal;
d) resolução de conflitos.

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são:

a) reuniões quinzenais de trabalho;
b) visitas *in loco* e sistemas informatizados executados por meio da agência implementadora contratada;
c) utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) para acompanhamento das ações e suas respectivas metas físicas mensais;
d) sistema *Project Builder* que demonstra o acompanhamento físico e financeiro de todos os projetos e subprojetos;
e) relatórios de gestão elaborados mensalmente pela agência implementadora, com análise de projetos e subprojetos e acompanhamento fotográfico.

As principais dificuldades para a realização dos jogos têm sido a imprevisibilidade na execução das ações, devido à falta de conhecimento em eventos similares, e novas demandas por recursos, decorrentes de atividades não constantes no planejamento inicial do Comitê Organizador (CO-RIO). Outro importante elemento de preocupação tem sido a dificuldade da Prefeitura e do Estado do Rio de Janeiro em cumprir as obrigações inicialmente acordadas, levando ao aumento, por meio de créditos extraordinários, da participação do Governo Federal nos custos do evento.

Com uma execução financeira global de 62,63% em 2006, o Programa tem como destaques as seguintes ações:

a) a Ação 2430 - Realização dos Jogos Pan-americanos e dos Jogos Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro, apesar de menor execução financeira (6,98%), realizou diversos eventos preparatórios e de teste. Além disso, foi possível a reunião de inúmeras equipes no âmbito nacional e internacional, permitindo avaliar a atual condição dos atletas a fim de melhorar e aperfeiçoar a preparação dos mesmos. Implantação de Núcleos de Esporte de Base (NEB) para iniciação, treinamento e competição de atletas, atendendo também às comunidades do entorno, de forma que os equipamentos construídos tenham utilização após os jogos. Realização do Mundial Militar de Equitação, tiro esportivo na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a reforma da quadra da Escola de Educação Física do Exército (EsFEx), onde vários atletas profissionais puderam treinar. Na área social, foi efetuado um diagnóstico sócio-esportivo das comunidades carentes adjacentes aos locais de realização dos jogos, além de convênio com a Central Única das Favelas (CUFA) para a realização do basquetebol de rua. Foram realizados, ainda, repasses às confederações para realização dos seguintes eventos:

   i) 15º Campeonato Mundial de Basquetebol;
   ii) Campeonato Brasileiro Masculino de Basquetebol em Cadeira de Rodas;
   iii) World BMX Championship;
   iv) copas Brasil de Atletismo e Natação para Cegos;

b) a Ação 3950 - Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan-americanos e dos Jogos Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro, com execução física de 68,16%, para realização, basicamente, da importação de material esportivo e implementação do Complexo Esportivo de Deodoro que abrigará o Centro Nacional de Hipismo e o Centro Nacional de Tiro Esportivo, além das modalidades de tiro com arco, hóquei sobre a grama e pentatlo moderno;

c) a Ação 1D72 - Implantação de Infra-estrutura Tecnológica e de Serviços para a realização dos Jogos Pan-americanos e dos Jogos Parapan-americanos no Rio de Janeiro, com 83,35% de alcance da meta física, realizando a contratação do sistema integrador dos jogos, a contratação do esquema de serviços e equipamentos de telecomunicação para os jogos, o gerenciamento de projetos por meio de agência implementadora e os serviços de áudio, vídeo e cabeamento

nos locais de competição e afins.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Os créditos extraordinários liberados no decorrer do ano de 2006, foram superados pela não liberação de limite ao final do ano, ocorrendo assim a baixa execução orçamentária. Até o dia 22.12.2006 o Programa tinha um total de R$ 223,6 milhões de convênios e pagamentos prontos para empenho nas ações 2430, 3950 e 1D72. Estes não puderam ser empenhados por falta de limite. Portanto, se o Programa tivesse recebido limite orçamentário, haveria a possibilidade de maior realização dos recursos alocados no exercício. A falta de garantia e previsão dos recursos orçamentários é hoje o principal fator que compromete a gestão orçamentária do Programa. A não liberação dos limites para empenho no ano de 2006 atrasou convênios e a consecução de ações.

Outro aspecto a se considerar é a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que fez uma série de recomendações com relação a procedimentos de contratação das obras dos jogos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# SEGUNDO TEMPO

## OBJETIVO

Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando ao desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

## PÚBLICO-ALVO

Estudantes do Ensino Fundamental e Médio.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 148.038.841,00 | Empenho Liquidado: | R$ 130.789.007,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 130.789.007,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ATENDIMENTO DO SEGUNDO TEMPO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,31%
**Índice previsto ao final do PPA:** 9%

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O índice esperado pela gerência em 2006 era de 6%, sendo que a apuração (1,31%) indicou que o mesmo está longe do previsto. Diante da realidade orçamentária e financeira do Programa, há enorme dificuldade em atingir os índices propostos.

### 2. TAXA DE ATENDIMENTO DO SEGUNDO TEMPO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 3,39%
**Índice previsto ao final do PPA:** 20 %

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O índice esperado pela gerência em 2006 era de 13%, sendo que a apuração (3,39%) indicou que o mesmo está longe do previsto. A dificuldade em se definir o conceito de

vulnerabilidade social, e a própria obtenção de dados quanto ao universo das crianças e dos adolescentes nessa situação, tornou necessária a adoção do seguinte parâmetro: crianças e adolescentes de sete a 17 anos, com renda de até meio salário mínimo, matriculados no ensino fundamental e médio do País. Assim, essa taxa corresponde à fórmula: (crianças e adolescentes no Programa X 100) / 15.000.000 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2003) = 3,39%.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A construção e a oferta de espaços públicos coletivos (organizados pedagogicamente), favoráveis ao fomento da prática esportiva na comunidade, poderão possibilitar o estabelecimento e o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte educacional, em parceria com governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior, associações e entidades representativas dos segmentos, com abordagens de temas de interesse direto da comunidade e conseqüente contribuição para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com o artigo 217 da Constituição Federal, a prática esportiva é direito de cada cidadão. Portanto, a democratização do acesso a essa prática, por si só, é uma forma de inclusão social. E quando o esporte é efetivado como instrumento de formação integral do indivíduo, terá ainda como conseqüência a convivência social, a disseminação de valores, a saúde e a consciência crítica.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

O Programa teve execução financeira de 88,35%. Os resultados a serem destacados são:

- Atendimento a 941.912 beneficiários, distribuídos em 4.710 núcleos esportivos, localizados em 741 Municípios das 27 Unidades da Federação;

- Conclusão da capacitação de 682 pessoas no processo de educação continuada (156 na 1ª turma do Curso de Especialização e 526 na 3ª turma do Curso de Extensão), em parceria com o Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD/UnB);

- 861 pessoas cursando a 2ª turma do Curso de Especialização com previsão de encerramento para fevereiro de 2007.

Visando à qualificação das ações devem ser destacadas as atividades:

- Continuidade da parceria com a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (Unesco), com o propósito de construir indicadores e implantar um sistema de avaliação para o Segundo Tempo;

- Avaliação do Programa estruturada em modelo lógico pela Comissão Técnica de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (CTMA/MP);

• Realização de eventos nacionais e internacionais, envolvendo estudantes de ensino fundamental, médio e superior do País;

• Estabelecimento de Termos de Cooperação/Protocolos de Intenção com diversas entidades governamentais e não-governamentais.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações são: reuniões, visitas *in loco*, sistemas informatizados, Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e relatórios de gestão. Sempre que possível, sendo regra para o caso de instituições com sede no Distrito Federal (DF) e entorno, ou seja, instituições próximas à sede do ME, são feitas reuniões prévias, antes da implementação dos convênios e ao longo da vigência dos mesmos. Esta prática tem auxiliado enormemente na identificação e correção de problemas relacionados à execução.

Todos os convênios do DF e entorno são visitados periodicamente. O restante do País é alvo de vistorias por amostragem, devido à impossibilidade tanto pela escassez de recursos financeiros para o deslocamento de servidores quanto pelo número reduzido de recursos humanos da equipe para a enormidade da tarefa de cobrir todos os núcleos em funcionamento no Território Nacional.

O Programa dispõe de sistema informatizado no qual todos os convênios são cadastrados. O banco de dados possui registro de todos os recursos humanos envolvidos nos núcleos, todos os beneficiados, endereços dos núcleos e atividades desenvolvidas. As entidades parceiras devem cadastrar todos esses dados no sistema, como pré-requisito para o desembolso da segunda parcela dos recursos. Além disso, a partir de 2007, todos os pleitos serão cadastrados no sistema, única via de entrada de novas solicitações. Até o fim do exercício, pretende-se trabalhar também com o módulo final - dedicado à prestação de contas -, de forma que todas as fases de uma parceria possam ser acompanhadas de modo mais ágil e com maior transparência na gestão.

Todos os meses são feitos os registros da evolução do SIGPlan, que serve, ainda, de fonte de dados para a elaboração de diversos relatórios. Por último, os parceiros têm a obrigatoriedade de enviar relatórios trimestrais ao longo da vigência da parceria. Tais instrumentos são fundamentais para o acompanhamento da execução e para a identificação de problemas ou impropriedades na implementação do Programa.

Conforme previsão orçamentária e custo médio, a meta estipulada pela equipe gerencial era manter um milhão de crianças e jovens em atividade, em 5.000 núcleos de esporte educacional. Embora o Programa contasse, ao fim de 2006, com 941.912 beneficiados, apenas 508.702 foram oriundos de parcerias firmadas em 2006. Um total de 243.890 beneficiados provieram de parcerias de 2005, inscritas em restos a pagar (RAP), e outros 189.320 de parcerias cujo público-alvo já era beneficiado nos núcleos ao término de 2005. A citada meta levava em conta, para o cálculo do custo médio por criança, apenas dois itens: as ações de recursos humanos e o material esportivo. Para viabilizar os projetos

e garantir o funcionamento dos núcleos, entretanto, fez-se necessário que o Ministério do Esporte (ME) apoiasse integralmente a Ação de Reforço Alimentar, além de conceder recursos para material esportivo suplementar e, em alguns casos, receber financiamento de entes que não são da esfera pública, para os recursos humanos ou para a Ação Transporte para os Beneficiados. Desta forma, o cálculo inicial do custo médio foi majorado.

Em 2006, a Ação 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional totalizou 508.702 beneficiados, em 2.867 núcleos, por meio dos empenhos realizados em 2006 - que somam R$ 95.613. Conforme verificação do SIGPlan, o percentual atingido da meta física é de 20,81%, condizente com 508.702 beneficiários. Conforme já colocado, a meta de 2,5 milhões de alunos beneficiados foi estabelecida a partir do cálculo do custo médio, levando-se em conta apenas as ações de recursos humanos e material esportivo, de modo a permitir a expansão do número de atendimentos, contando com a possibilidade de ampliação da contrapartida oferecida pelos parceiros, o que na prática se mostrou inviável.

Alguns outros fatores impactaram negativamente a consecução da meta em 2006, como a Lei Eleitoral, que determinou a suspensão de repasses para órgãos municipais e estaduais até o término do processo, e a dificuldade de um grande número de prefeituras para obter todos os documentos exigidos pela legislação vigente, principalmente o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, e impactou a execução do planejamento do Programa fortemente. Mesmo assim, a execução orçamentária do Programa na sua ação principal atingiu 94,43%. Em 2006, foi atingida a quantidade de 941.912 crianças, adolescentes e jovens, distribuídos em 4.710 núcleos esportivos localizados em 741 Municípios. Com 341 convênios, dois termos de cooperação e 13 termos aditivos firmados até o fechamento do exercício, apesar das dificuldades, aumentaram significativamente as parcerias com entes públicos, aprimorando-se a distribuição de recursos nas mais diversas regiões.

Os recursos materiais na equipe gerencial são insuficientes, uma vez que os móveis, equipamentos (computadores, aparelhos telefônicos, de fax, impressoras) ainda não atendem totalmente à demanda. Não foram adquiridos os móveis solicitados e a situação se agrava a cada dia, com mesas, cadeiras e armários quebrados e sem segurança para a guarda dos processos. Apesar da aquisição das máquinas fotográficas, os técnicos que fazem as vistorias continuam sem telefones celulares ou *notebook*.

Permanecem as dificuldades relacionadas à infra-estrutura física e aos recursos humanos, em virtude da dimensão de atendimento do Programa Segundo Tempo e do fato de grande parte do quadro de funcionários ser formado por terceirizados. Os problemas enfrentados vão do diminuto número de técnicos especializados à ausência de espaço físico e equipamentos compatíveis com a demanda.

A quantidade de recursos humanos na equipe gerencial continua muito reduzida para a enormidade da tarefa. Além disso, nem todo o corpo técnico possui qualificação e/ou experiência para desempenhar suas funções.

Com relação à qualificação dos recursos humanos, foi oferecido a todos os servidores curso de capacitação sobre convênios, em parceria com a Escola de Aministração Fazendária (ESAF), entre outubro e novembro de 2006. Estas ações devem ser ampliadas em 2007. Com o objetivo de descentralizar e qualificar a ação de capacitação, a gerência do Programa está propondo uma parceria com o Instituto Ayrton Senna para desenvolver a capacitação dos recursos humanos envolvidos nos convênios do Programa Segundo Tempo por meio da formação em serviço. A capacitação, que será presencial, prevê tratar de questões pedagógicas, técnicas e de gestão, necessárias ao desenvolvimento das parcerias.

O contingenciamento orçamentário impede que o Programa adquira a fluidez necessária à sua execução. O desgaste ocasionado pelo atraso na liberação de recursos financeiros impediu, inclusive por falta de tempo hábil para o cumprimento de todos os trâmites burocráticos e administrativos, a renovação de algumas parcerias e a implantação de outras. Desde o início do exercício de 2006, inclusive em observância às recomendações dos órgãos de controle - notadamente Tribunal de Contas da União (TCU) -, o Programa passou a exigir não só a apresentação da prestação de contas de convênios anteriores, mas também a aprovação, pela área técnica, do cumprimento do objeto das referidas parcerias. Tal medida, embora contribua para uma maior transparência e controle, também impacta diretamente na renovação de projetos, algumas vezes, inclusive, inviabilizando a continuidade do atendimento.

O acompanhamento e a fiscalização dos convênios, concomitante à intensificação das vistorias *in loco* por técnicos do ME, foram vitais para a melhoria da execução do trabalho desenvolvido nos núcleos de esporte. Paralelamente, a disseminação das diretrizes do Programa para os gestores das instituições parceiras permitiu o aperfeiçoamento do processo.

A implantação de um setor responsável pelo acompanhamento da execução dos convênios, desde a liberação dos recursos financeiros até a prestação de contas, trouxe uma ferramenta importantíssima à gestão do Programa.

O Programa Pintando a Liberdade, responsável pela distribuição de material esportivo e uniforme aos beneficiados nos núcleos de esporte, supriu parte da demanda do Segundo Tempo. Apesar da integração, essa demanda não pôde ser totalmente atendida devido a restrições, tanto orçamentárias quanto financeiras.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui diversas parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos e organizações governamentais. O acompanhamento precisa ser implementado no que concerne, principalmente, a vistorias e capacitação dos recursos humanos.

Os mecanismos utilizados pelo Programa para promoção da participação social, são os seguintes: a Ouvidoria e a realização de reuniões com grupos de interesse, que auxiliam no processo de fiscalização e disseminação das diretrizes e da proposta do Programa.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários por meio de relatórios encaminhados periodicamente pelos conveniados, os quais auxiliam no monitoramento e constituem material para aperfeiçoamento da gestão.

A obrigatoriedade de designação de uma entidade fiscalizadora local, que emite relatório de acompanhamento sobre a execução do convênio, tem agregado informações e apontado problemas difíceis de serem identificados de outras formas, dada a abrangência territorial do Programa.

Está sendo viabilizada parceria com o Banco do Brasil (BB), visando à abertura de contas massificadas e específicas ao convenente pelo próprio ME. Isto representa a possibilidade do ME ter acesso a saldo e extrato da referida conta, podendo monitorar a implementação do projeto, bem como auxiliar na prestação de contas da entidade, dando maior transparência à execução dos convênios. Também estão sendo estudadas regras específicas quanto à movimentação da conta, pagamento com ordem bancária e possibilidade ou não de emissão de cheques, conforme as regras da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente. Esta parceria também teria como benefício a utilização do sistema de pregão deste banco, auxiliando os parceiros no cumprimento do Decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005 e da Portaria Interministerial nº 217, de 31 de julho de 2006, dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda (MP).

Pela avaliação dos relatórios trimestrais, enviados pelos gestores de cada convênio firmado, pode-se constatar que não apenas os beneficiários diretos, mas também toda a comunidade envolvida (pais e professores) têm uma avaliação muito positiva dos resultados alcançados pelo Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Sugere-se que a meta física da principal ação do Programa (4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional) seja alterada para criança/adolescente/jovem beneficiado;

- Faz-se necessário definir melhor qual o custo médio por aluno beneficiado na Ação 4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional, pois é um parâmetro importante para alocação dos recursos no Projeto de Lei Orçamentária.




# MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Amazônia Sustentável

Áreas Protegidas do Brasil

Combate à Desertificação

Comunidades Tradicionais

Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Desenvolvimento Sustentável do Pantanal

Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Nacional de Florestas

Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer

Proambiente

Probacias

Qualidade Ambiental

Recursos Pesqueiros Sustentáveis

Resíduos Sólidos Urbanos

Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Zoneamento Ecológico-Econômico

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), foram utilizados **R$ 1.320.519.058,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 2.391.458.395,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 1.320.519.058,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 2.391.458.395,00** | **Total realizado:** | **R$ 1.320.519.058,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MMA não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 107.385.289,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 68.323.895,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos pelo conjunto dos programas do MMA em 2006 foram:

- Consolidação da Política Ambiental Integrada por meio de iniciativas em diferentes políticas públicas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável;

- No Plano Amazônia Sustentável (PAS) foram realizadas discussões públicas por meio de parcerias com o Ministério da Integração Nacional (MI), com os sete governadores da Região Norte e com os Estados do Maranhão e de Mato Grosso, que aderiram ao plano em 2006, apresentando um conjunto de estratégias e orientações que devem ser consideradas na implementação de políticas públicas para a região, organizadas em cinco grandes eixos;

- O Plano BR-163 Sustentável, lançado em 5 de junho de 2006, estabeleceu novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia em Território Nacional, apresentando um plano operacional que visa a implementar ações e políticas governamentais em toda a região, contemplando ações de ordenamento do território, infra-estrutura, fomento às atividades econômicas sustentáveis, melhoria dos serviços públicos e outras ações voltadas à inclusão social e ao fortalecimento da cidadania. O plano foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por 22 Ministérios, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, com parcerias dos governos dos Estados do Pará, do Amazonas e Mato Grosso, das organizações da sociedade civil e do setor privado;

- Uma das grandes preocupações do MMA foi o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental. Nesses quatro anos, o licenciamento ambiental na esfera federal avançou significativamente em números e em qualidade. A quantidade de licenciamentos passou

de 145 empreendimentos por ano para 225 por ano, permitindo o licenciamento, de 2003 a 2006, entre outros empreendimentos, de 21 hidrelétricas (4.880,6 MW), estando oito já em operação; de três termelétricas capazes de produzir 744 MW; de 3.134 km de gasodutos, sendo 1.824 km para início de obras; de trechos significativos de rodovias e ferrovias, como 840 km da rodovia BR-163 e 637 km da ferrovia Transnordestina. A área de portos, especialmente o de Santos, também foi objeto de concessão de licenças ambientais. Ademais, nesse período, o licenciamento ambiental feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) permitiu a auto-suficiência brasileira no setor de petróleo;

• Lançamento, em março de 2004, do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, elaborado por um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, instituído em março de 2003, envolvendo 13 Ministérios e coordenado pela Casa Civil. Esse plano tem como objetivo diminuir as taxas de desmatamento na região amazônica considerando fatores econômicos e sociais. Assim, diferencia-se das ações passadas, uma vez que não se limita exclusivamente a ações ambientais voltadas para a fiscalização, mas contempla também ações de ordenamento fundiário e territorial e de fomento às atividades sustentáveis. Os resultados do Plano sobre o desmatamento já são muito positivos, tendo alcançado a redução de 31% no período 2004-2005 em relação ao período anterior. É o maior percentual de redução do índice de desmatamento na Amazônia dos últimos nove anos. Conforme previsão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a taxa de desmatamento de 2005-2006 será de 13.100 km², segundo menor registro feito desde que o INPE iniciou o levantamento anual;

• Unidades de Conservação (UCs). No Programa Áreas Protegidas do Brasil destacam-se:

a) ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em cerca de 11 milhões de hectares com a ampliação de áreas já existentes e a criação de 21 UCs, das quais 13 encontram-se na região da Amazônia;
b) elaboração da versão preliminar da Proposta de Destinação Administrativa provisória da região de influência da rodovia BR-319 e de outras áreas, contemplando a criação de 12 UCs (Proteção Integral);
c) aprovação, por meio do Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006, do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que estabelece uma política de gestão integrada do conjunto das áreas protegidas brasileiras (SNUC, Terras Indígenas, Terras Quilombolas, Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais), potencializado o esforço de conservação em todo o Território Nacional;

• Assinatura de 19 Acordos de Cooperação Técnica com Estados, organizações não-governamentais (ONGs), Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com o objetivo de conjugar esforços para implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;

• Publicação da Resolução nº 371/2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a qual estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança,

aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental e a publicação da segunda edição do **Atlas de Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras**, revisada e ampliada com mais 20 mapas novos das áreas de recifes não incluídos nos limites das UCs;

• Florestas Plantadas: de 2002 a 2005 a atividade obteve crescimento expressivo de 71%, passando de 320 mil hectares em 2002 para 553 mil em 2005. Isso se deve, sobretudo, ao esforço do Programa Nacional de Florestas (PNF) em viabilizar os instrumentos políticos e mecanismos institucionais necessários, como crédito compatível com a atividade, assistência técnica e o aprimoramento e ajuste da legislação, assegurando ao produtor a estabilidade de regras. Estima-se que, em 2006, a área de floresta plantada deverá atingir 600 mil hectares. Assim, a área de plantio de 2005 e 2006 superou pela primeira vez, em mais de uma década, a área de colheita. Mantendo este ritmo de plantio e a continuidade da alta produtividade observada, afasta-se a hipótese do chamado apagão florestal nos ciclos de corte que se iniciam em 2012. Em 2002, a participação do pequeno produtor no plantio de 320 mil hectares de florestas foi de apenas 7%, cerca de 20 mil hectares. Já em 2005, a contribuição desse segmento produtivo foi superior a 23%, cerca de 128 mil hectares da área total de 553 mil hectares plantados com florestas em todo o País. Em 2006, estima-se que a participação do pequeno produtor deverá ser de 25% da área de 600 mil hectares;

• Manejo Sustentável de Florestas Naturais. Estas florestas ocupam 85% da Amazônia onde se concentra 90% da produção de florestas naturais no Brasil. Em 2004, a área de manejo florestal certificada era de 1,4 milhão de hectares, e, em 2006, estima-se uma área de 3 milhões de hectares. A principal dificuldade para o alcance da meta de 15 milhões de hectares de florestas naturais manejadas, em 2007, era a ausência de regulamentação para gestão de florestas públicas. Com a promulgação da Lei nº 11.284/06 de Gestão de Florestas Públicas foi possível ao PNF criar as condições para a retomada do ritmo dos trabalhos e iniciar as seguintes atividades:

a) Plano de Ação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (DFS BR 163) – criado em 13 de fevereiro de 2006, o DFS BR-163 teve seu Plano de Ação 2006-2007 (desenvolvido por grupo de trabalho interministerial) aprovado pela Presidência da República em junho e está na fase de implementação. Envolve ações de ordenamento fundiário, fomento às atividades florestais sustentáveis e para infra-estrutura;
b) implementação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – criado em 05 de junho de 2006 está na fase final de estruturação da diretoria e das superintendências, o que deve acontecer até o final do ano. Estão em fase de elaboração o regimento interno e o modelo de contrato de gestão que lhe confere autonomia;
c) implantação da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOR) – criada pela Lei nº 11.284/06 e regulamentada em junho de 2006;
d) Documento de Origem Florestal (DOF) - entrou em operação completa o novo sistema de emissão de autorizações de transporte de produtos florestais;
e) regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas;

f) com relação ao Bioma Caatinga, o PNF realizou o levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 Unidades de Assentamento Rural, envolvendo 10 mil famílias da região do semi-árido;

• O Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE). Cabe mencionar que graças à ampliação das parcerias com diversos órgãos do Governo Federal e de governos estaduais foi possível, nos últimos anos, ampliar a área do Território Nacional sob zoneamento, que era de 11% em 2002, de 23% em 2005, e de 25% em 2006. Além disso, estão em andamento projetos que abrangem cerca de 3,05 milhões de km$^2$, o correspondente a 33% do Território Nacional;

• O Programa de Gestão de Bacias Hidrográficas (Probacias) possui ações de outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Um avanço relevante foi a implantação do primeiro sistema de pagamento voluntário pelo uso da água, na bacia do rio Paraíba do Sul, o qual acumulou o montante de R$ 23,73 milhões, de 2003 a 2006, sendo que a arrecadação, no exercício de 2006, foi de aproximadamente R$ 5,8 milhões, repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos para a recuperação da própria bacia. Com o intuito de regularizar e cobrar pelo uso dos recursos hídricos de forma mais abrangente, a Agência Nacional de Águas (ANA) concluiu a estruturação dos comitês das bacias dos rios Verde Grande (BA/MG), Piracicaba, Capivari e Jundiaí (MG/SP), com 441 usuários, desenvolvendo ações de capacitação nessas regiões. Tais iniciativas levaram o Comitê da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí a implementar a cobrança pelo uso da água, sendo o segundo no País. A cobrança nessa bacia iniciou-se no ano de 2006 e merece destaque, uma vez que em seu primeiro ano obteve o montante de R$ 8,9 milhões. A ANA definiu, ainda, os marcos regulatórios de uso da água nas bacias dos rios Piranhas-Açu (PB/RN), Paranã (GO), Pipiripau (DF/GO) e Poti-Longá (CE/PI), realizando estudos de disponibilidade hídrica, cadastrando e regularizando os usuários. Merece destaque, também, a finalização da elaboração do **Atlas de Obras Prioritárias para a Região Semi-árida**, o qual traz um diagnóstico da situação da oferta de água bruta em todos os nove Estados da Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, totalizando mais de 1.100 Municípios, a fim de identificar as alternativas técnicas para atender às atuais e às futuras demandas de água;

• Além de se notabilizar por sua biodiversidade, o País conta com uma sócio-diversidade expressiva. São mais de 220 etnias indígenas e diversas comunidades locais (quilombolas, caiçaras, seringueiros, etc) que detêm importantes conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Assim, nos últimos quatro anos, o MMA, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), investiu cerca de R$ 79,5 milhões em 1.756 projetos que beneficiaram 107,54 mil famílias, sendo R$ 22 milhões investidos em 2006, beneficiando cerca de 30 mil famílias. Outras iniciativas foram adotadas para promover a cidadania, a geração de renda e a qualidade de vida dessas populações, fortalecendo institucionalmente suas entidades representativas;

• Em março de 2006, foi instituído o Fundo Nacional de Compensação Ambiental (FNCA), resultado de parceria entre o Ibama e a Caixa Econômica Federal (CEF). Com ele, responsáveis por empreendimentos licenciados que causem danos não mitigáveis ao ambiente devem, em contrapartida, contribuir financeiramente para um fundo destinado a financiar atividades e projetos em benefício das UCs do SNUC;

• Na esfera internacional, o ano de 2006 foi caracterizado pelo fortalecimento do protagonismo brasileiro nas negociações com outros países. De igual maneira, nesse período buscou-se fortalecer o processo de implementação, em caráter nacional, do grande número de acordos e tratados internacionais na área ambiental. O Governo Federal participou ativamente das reuniões relativas a todos os instrumentos internacionais de que o País é signatário, com destaque para a atuação do Brasil nas seguintes convenções internacionais:

a) Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática;
b) 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8);
c) 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3).

**ASPECTOS RELEVANTES**

Embora a programação executada em 2006 seja consistente com os objetivos setoriais do MMA e aderente à sua estrutura organizacional, os seguintes problemas dificultaram a plena execução dos programas:

a) a estrutura regimental do MMA não permite que o modelo de gestão do PPA seja adequadamente implementado, uma vez que, por exemplo, as suas secretarias não dispõem de unidades subordinadas (departamentos, coordenações gerais, etc) para que as ações dos seus programas possam ser coordenadas pelas chefias das unidades;
b) o quadro de pessoal é ainda inexperiente, considerando que a grande maioria dos servidores ingressou no MMA a partir de 2004;
c) os recursos orçamentários aprovados foram insuficientes e estiveram sujeitos a contingenciamento;
d) a inexistência, no MMA, de um sistema de informações gerenciais setoriais (Infrasig);
e) a insuficiente articulação entre as unidades internas do MMA e a necessidade de melhoria nas articulações com as vinculadas;
f) as dificuldades enfrentadas na celebração de convênios e contratos, sugerindo a necessidade de uma melhor estruturação do MMA e das entidades conveniadas nessas áreas;
g) merece destaque o recorrente problema da inadimplência de Estados e Municípios com a União, que tem dificultado ou até mesmo impedido a celebração de convênios e, também, a baixa capacidade de implementação de políticas públicas por parte, principalmente, de Municípios menos desenvolvidos;
h) os recursos não-orçamentários disponibilizados ao MMA, mormente os relativos a parcerias internacionais, não estão, em sua maioria, publicizados no PPA da União.

# AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

## OBJETIVO

Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais.

## PÚBLICO-ALVO

Comunidades extrativistas e indígenas, ribeirinhos, associações e cooperativas de pequenos produtores agrícolas e rurais, setor privado empresarial e comunidade científica amazônica.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 57.512.934,00 | Empenho Liquidado: | R$ 22.203.075,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 22.203.075,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 25.920.440,00 | R$ 5.130.635,00 | |

## INDICADOR

### 1. ÁREA DE ECOSSISTEMA ORIGINAL MANEJADA DE FORMA SUSTENTÁVEL

**Unidade de medida:** ha
**Índice apurado em 2006:** 231.221
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.600.997

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

O índice é composto pelo somatório do número de hectares manejados anualmente de forma sustentável, considerando-se áreas de ecossistema original manejadas de forma sustentável. Foi considerada para 2006 a previsão de 479,22 mil hectares. Considerando-se que algumas ações migraram para outros programas do Plano Plurianual (PPA), o componente ficou comprometido na sua fase de consolidação.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o intuito de reverter o ritmo de destruição das florestas tropicais ao mesmo tempo em que se propicia melhor qualidade de vida aos habitantes das regiões, foi criado, no início dos anos 90, o Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

Em Rio Branco (AC), o Presidente da República e os governadores dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima assinaram um termo de cooperação com o objetivo de elaborar grande Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia – o Amazônia Sustentável, no âmbito do PPA 2004-2007. O Programa foi construído a partir de diagnósticos e propostas estaduais estruturadas em torno de eixos temáticos estabelecidos com a ativa consulta e participação da sociedade civil, estabelecendo como prioridade absoluta a internalização transversal do conjunto das políticas públicas dos princípios do desenvolvimento sustentável, considerados cruciais para um novo modelo de desenvolvimento regional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Aporte de R$ 15,80 milhões para a execução de 147 projetos nos componentes do Programa Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas (Padeq);
- Implementação de novos instrumentos de controle e monitoramento fundamentais para coibir fraudes e procedimentos ilegais na atividade florestal na Amazônia;
- Informatização do Sistema de Declaração de Origem Florestal (DOF) em substituição à extinta Autorização de Transporte de Produto Florestal (ATPF);
- Publicação do Manual do Laudo de Vistoria de Campo de Planos de Manejo Florestal;
- Publicação de *CD-Rom* contendo estudos produzidos nos últimos 10 anos pelos diversos projetos no âmbito do Programa Amazônia Sustentável (PAS) e do PPG7;
- Aprovação do aporte de US$ 1 milhão oriundos do Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais para apoio à participação social na execução e no controle de políticas ambientais;
- Repasse de R$ 6,20 milhões a iniciativas de sensibilização e capacitação em manejo florestal, tendo sido beneficiadas cerca de 7 mil pessoas nas diferentes ações executadas;
- Implantação do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais (SLAPR) nos Estados da Amazônia (exceto Maranhão e Roraima);
- Continuidade do treinamento e fortalecimento para a Gestão da Flora do Tapajós.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados de 2006 foram considerados dentro do esperado. O Programa Amazônia Sustentável é composto por sete ações, sendo cinco consideradas de campo. Destas, duas excederam as metas físicas em função da ampliação dos acordos de pesca e sua área de abrangência, uma não atingiu o resultado esperado devido ao baixo acesso ao crédito disponível para o turismo regional em 2006 e, as demais foram satisfatórias.

A gestão de recursos humanos do Programa "Amazônia Sustentável" representou uma restrição à plena execução das ações, em função da necessidade de treinamento e

capacitação contínua e cumulativa de técnicos temporários, substituídos por permanentes, que ainda careciam de experiência.

Foram identificadas algumas dificuldades na gestão dos contratos de financiamentos internacionais vinculados ao Programa, em decorrência dos dispositivos legais para atender às demandas muito específicas e de desempenho dos componentes da Ação, aliado à carência de pessoal capacitado para operar jurídico-administrativamente os contratos externos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A concepção geral do Programa está correta, apesar de alguns de seus aspectos ainda serem passíveis de aprimoramento, a exemplo do seu objetivo, de forma a expressar a natureza experimental e pioneira das ações e a caracterização do público-alvo, devido à ampliação do leque de parcerias estabelecidas em âmbito local para a implementação das atividades previstas nas ações.

Quanto à forma de implementação do PAS, verifica-se que este possui mecanismos que promovem a participação social nas formas de ouvidoria e reuniões com grupos de interesse, acarretando uma maior eficiência na concretização dos objetivos das ações.

O Programa realiza parcerias não-governamentais para sua execução e, em geral, tem executado suas ações de forma satisfatória, contribuindo para o resultado positivo na execução e no cumprimento de metas das ações.

O Programa opera de forma descentralizada, repassando os recursos diretamente para o conjunto de subprojetos apoiados. A liquidação orçamentária em seu âmbito depende da dinâmica das instituições e subprojetos apoiados, portanto, sob esta ótica, o desempenho da execução do Programa é de médio a alto. Embora o Programa não possua outra avaliação além da anual do PPA, as ações que o compõem, por receberem recursos de doação internacional, desenvolveram uma metodologia própria de acompanhamento e monitoramento técnico e financeiro dos subprojetos, servindo de modelo para outras instituições. O Sistema de Monitoria Participativa, com foco na geração de conhecimento para o aperfeiçoamento contínuo da gestão dos subprojetos, consiste na realização de oficinas de estabelecimento de diagnóstico, definição dos indicadores de impacto e elaboração de modelo de relatório semestral para cada subprojeto apoiado.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

## OBJETIVO

Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes.

## PÚBLICO-ALVO

População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 56.627.619,00 | Empenho Liquidado: | R$ 42.926.884,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 42.926.884,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PROTEÇÃO INTEGRAL DOS BIOMAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 5,60
**Índice previsto ao final do PPA:** 6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Para o cálculo do índice foram levadas em consideração as áreas das Unidades de Conservação estaduais e federais identificadas e mapeadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A Taxa de Proteção Integral dos Biomas foi de 5,6%, havendo expectativa de superação do índice previsto para o final do Plano Plurianual (PPA).

### 2. TAXA DE USO SUSTENTÁVEL DOS BIOMAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 9,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Para o cálculo do índice foram levadas em consideração as áreas das Unidades de Conservação estaduais e federais identificadas e mapeadas pelo MMA. A Taxa de Uso Sustentável dos Biomas obtida foi de 9,2, portanto, o índice do indicador já foi superado em 2006.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O estabelecimento de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas está previsto no Programa de Governo da Coligação Lula Presidente e nas orientações estratégicas do Governo Federal, contidas no Plano Plurianual da União, dentre as quais o Mega Objetivo II, que trata da proteção da biodiversidade como aspecto fundamental para alcançar a sustentabilidade.

A Diretriz 12 do Desafio 17 (Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com justiça ambiental), por sua vez, orienta as ações de governo necessárias para a conservação e manejo de áreas protegidas.

A proteção de áreas naturais resulta em benefícios à sociedade, refletindo na qualidade de vida das gerações atuais e nas necessidades das gerações futuras, além de gerar benefícios econômicos diversos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Ampliação do Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza em 11 milhões de hectares;
- Reconhecimento de quatro Mosaicos de Unidades de Conservação: unidades Costeiras e Marinhas do litoral sul do Estado de São Paulo e litoral do Estado do Paraná, Mosaico Bocaina, Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense e o Mosaico Mantiqueira;
- Elaboração do Plano de Ação visando à promoção do turismo nos Parques Nacionais;
- Acesso da sociedade às informações do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação realizado por meio da URL <http://www.mma.gov.br/cadastro_uc>;
- Capacitação de 120 pessoas no curso Monitores Ambientais Locais para Unidades de Conservação;
- Elaboração do Manual para Capacitação em Gestão Ambiental para o Turismo Sustentável, com o objetivo de oferecer orientações em gestão ambiental para as instituições e docentes que trabalham na capacitação em turismo.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As demandas enfrentadas pelas instâncias gerenciadoras e implementadoras do Programa têm se ampliado na medida em que setores da sociedade identificados com a conservação da natureza vêm cobrando atuação mais intensa e maior investimento de recursos por parte do Governo Federal na criação e gestão de áreas protegidas.

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, previsto pela Lei nº 9.985/2000, possibilitará o acompanhamento de implementações nos três níveis de governo do desempenho físico das ações.

A regularização fundiária é uma questão-chave para a implementação das Unidades de Conservação pelo fato de garantir o zoneamento e a efetiva gestão destas áreas, além da implementação de infra-estrutura adequada. Os aportes, ainda parcos, provêm de recursos da compensação ambiental.

A criação de novas Unidades de Conservação para proteger os biomas superou as expectativas iniciais. No entanto, as ações de implementação nessas áreas, em especial a implementação de infra-estrutura, disponibilização de pessoal e regularização fundiária, ficaram abaixo do esperado.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Verifica-se, como resultado obtido em 2006 no Programa, um acréscimo na área protegida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), refletido de maneira similar tanto em Unidades de Conservação de Proteção Integral quanto de Uso Sustentável combinado com o esforço para implementar modelos conservacionistas de desenvolvimento territorial. Este bom desempenho é, em grande medida, fruto de parcerias não-governamentais para a execução das ações, que constituem importante canal de diálogo com a sociedade, além de auxiliar amplamente no processo de gestão e construção de políticas públicas para as áreas protegidas.

O Plano Nacional de Áreas Protegidas é um instrumento de elaboração que fortaleceu a participação da sociedade civil organizada, inclusive de instituições e atores ligados às terras indígenas e aos territórios Quilombolas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

## OBJETIVO

Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

## PÚBLICO-ALVO

População das Áreas Susceptíveis á Desertificação (ASD)

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.124.698,00 | Empenho Liquidado: | R$ 633.753,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 633.753,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. ÁREAS ATENDIDAS POR INTERVENÇÕES QUE VISEM AO COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

**Unidade de medida:** km²
**Índice apurado em 2006:** 3.475
**Índice previsto ao final do PPA:** 14.600

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Com a mudança do indicador em 2006, tornou-se viável avaliar e medir as áreas atendidas por intervenções de combate à desertificação. As várias ações implementadas nos Núcleos de Desertificação superaram as expectativas, que levaram ao alcance, em 2006, de um índice de 3.475 km² que, somado a área atendida anteriormente, resultou no total 13.225 km².

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (CCD), define desertificação como "a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e subúmidas secas resultante de vários fatores incluindo as variações climáticas e as atividades humanas". No Brasil, denominou-se de Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) a região atingida por esse problema, que inclui Municípios de todos os Estados do Nordeste, além de alguns Municípios do Norte do Estado de Minas Gerais e Noroeste do Estado do Espírito Santo.

O Brasil, seguindo a orientação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, da qual é signatário desde 1997, elaborou o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil). Esse Programa, instrumento de planejamento que define as linhas e as principais ações para o combate e a prevenção do fenômeno da desertificação, tem como elementos-chaves o combate à pobreza e às desigualdades sociais, aliados à recuperação, à preservação e à conservação dos recursos naturais e o objetivo geral de estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e a execução de políticas públicas e investimentos privados nas áreas susceptíveis à desertificação.

O Programa Combate à Desertificação justifica-se pela necessidade de se promover uma centralização, um único programa contemplando as diversas ações governamentais que visam à implementação de práticas sustentáveis para a convivência com a seca e a redução do processo de desertificação na região. Além disso, o Programa pretende desenvolver algumas das ações previstas no PAN-Brasil.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Contribuição para o aprimoramento do conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Integração Nacional (MI) inseriram no Programa Proágua Nacional um subcomponente específico para ações de combate à desertificação intitulado Proágua Semi-Árido Antidesertificação;

- No âmbito da VIII Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Diversidade Biológica (COP 8), a Secretaria de Recursos Hídricos do MMA promoveu o *Side Event Strategic Alliance Between the Convention on Biological Diversity and the Convention to Combat Desertification: Advances and Challenges*. Durante o evento foi discutido e aprovado o documento intitulado Diversidade Biológica nas Áreas Semi-Áridas e Subúmidas Secas;

- Negociação com as Delegações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para discutir documento de apoio ao Treinamento na Captação de Recursos para Implementação dos Programas Nacionais de Combate à Desertificação;

- Grupo de Trabalho (GT) de vulnerabilidade cujo tema Os Efeitos das Mudanças Climáticas sobre a Desertificação no Brasil foi abordado pela SRH/MMA, destacando a implementação de ações transversais e a importância de se construir parcerias para que se possa reproduzir os cenários de mudanças climáticas e os cenários científicos necessários para a previsibilidade dos eventos climáticos e seus efeitos que permitam a ampliação da capacidade de resposta a eventos extremos;

- Elaborado o Relatório Nacional - **Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação 2002-2006**, que tem por objetivo relatar os avanços logrados pelo Brasil na implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), no período compreendido entre maio de 2002 e maio de 2006, que será apresentado pelo governo brasileiro às instâncias responsáveis pelo acompanhamento da implementação da Convenção;

• No âmbito da Cooperação Internacional foi organizada e apoiada a realização de um ciclo de reuniões envolvendo representantes da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), Mecanismo Global, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), autoridades e técnicos de instituições governamentais brasileiras;

• Realizado, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Programa Salto para o Futuro da TV Escola, um programa de Educação à Distância realizado pela TV Escola e produzido pela TVE Brasil, que tem como proposta a formação continuada e o aperfeiçoamento de docentes, bem como de estudantes dos cursos de magistério.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados obtidos em 2006 foram considerados acima do esperado. As atividades desenvolvidas foram especialmente importantes pelo fato das Nações Unidas terem declarado o ano de 2006 como sendo o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação, tendo como conseqüência uma maior mobilização e divulgação da temática junto aos mais variados segmentos da sociedade em âmbito nacional.

O fluxo de recursos liberados limitou o desenvolvimento de algumas ações, que com um trabalho permanente de articulação e parceria com órgãos da Administração Federal, dos Estados, da sociedade civil e dos organismos de cooperação internacional, não foram comprometidas.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, caracterizando-se como uma permanente e verdadeira "co-gestão" entre governos (federal e estaduais), sociedade civil e cooperação internacional, mobilizando recursos privados para fins públicos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A implementação do PAN-Brasil tem suas ações monitoradas e avaliadas pela estrutura encarregada de sua implementação, e para o cumprimento dessa tarefa são elaborados relatórios de gestão, tais como: Relatório Nacional de Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, Relatório de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU), Relatório de Monitoramento e Avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (IICA/SRH/MMA), Relatório do Progresso dos Resultados alcançados pelo Projeto BRA/OEA/01/002, Relatório de Progresso dos Resultados alcançados pelo Projeto GTZ/SRH/MMA e Balanço Geral da União.

Dentre as iniciativas da sociedade civil, principalmente as lideradas pela Articulação do Semi-árido (ASA), destacam-se a realização de oficinas microrregionais, estaduais e nacionais, com a participação de lideranças de entidades de base e de ONGs, com o objetivo de qualificar os atores sociais referidos na temática da desertificação para atuarem como articuladores e multiplicadores nos seus respectivos Estados. Desta forma, essa estratégia de participação mais ativa da ASA, vem contribuindo para a visibilidade do tema junto às populações residentes nas áreas susceptíveis à desertificação e, conseqüentemente, legitimam o processo de implementação do Programa e de elaboração dos Programa de Ação Estadual (PAEs).

**RECOMENDAÇÕES**

- A infra-estrutura da equipe gerencial e a qualidade dos recursos humanos deverão ser reforçadas.

# COMUNIDADES TRADICIONAIS

## OBJETIVO

Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.

## PÚBLICO-ALVO

Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.292.540,00 | Empenho Liquidado: | R$ 12.617.677,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 12.617.677,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 17.000.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. VARIAÇÃO DO VALOR AGREGADO DOS PRODUTOS SUSTENTÁVEIS ORIUNDOS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador foi proposto durante a revisão do Programa em 2005, mas após análise conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) ficou definido que este indicador não seria incluído, devido à inviabilidade de sua medição.

### 2. TAXA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS COM BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 20,38
**Índice previsto ao final do PPA:** 17,59

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Em 2006, a proporção de organizações inseridas em processos produtivos foi superada.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Brasil é um dos países de maior diversidade cultural do planeta. Do ponto de vista conceitual, as "populações tradicionais" são caracterizadas para os propósitos deste Programa, por sua relação com a base de recursos naturais e a gravidade e premência de suas demandas por políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Ao longo da história do Brasil, os territórios por elas ocupados e os direitos de acesso e uso de recursos naturais têm sido usurpados, o que resultou em êxodo rural e aumento da pobreza, agravados pela degradação ambiental de seus territórios remanescentes. Com a democratização do País refletindo em sua crescente organização, as populações tradicionais construíram alianças e se tornaram sujeitos ativos no processo político.

O Programa Comunidades Tradicionais pretende atingir seu objetivo focalizando inicialmente suas ações em diferentes grupos sociais e em regiões distintas. A maior parte das ações incide sobre a Amazônia, pois a maioria das populações tradicionais vive nessa região. De início, o Programa vai trabalhar com extrativistas (seringueiros, quebradeiras de coco, extrativistas de açaí, etc) e com grupos quilombolas. Posteriormente, o Programa buscará incorporar outros grupos sociais em função da gravidade de sua demanda latente por ações de gestão ambiental e de apoio ao uso sustentável de recursos naturais.

O Programa também pretende contribuir para recuperar a base de recursos degradados, com a participação decisiva das próprias comunidades detentoras de patrimônio inestimável de conhecimentos sobre o uso sustentável da biodiversidade.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Elaboração do Decreto relativo à Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decretado em fevereiro de 2007);

- Ampliação da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais garantindo a participação paritária dos representantes das comunidades;

- Gestão sustentável de territórios quilombolas e de organização social das comunidades tradicionais extrativistas e agricultores, inclusão do Programa no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área de Influência da BR 163 e do Plano de Ação para Combate e Controle do Desmatamento na Amazônia e o atendimento de demandas em áreas até então não-atendidas (novas áreas);

- 54 Projetos aprovados para o apoio às atividades produtivas, gestão sustentável de territórios quilombolas e de organização social das comunidades tradicionais extrativistas e de agricultores;

- Capacitação e treinamento de 668 extrativistas, líderes comunitários e agricultores

(elaboração de projetos, comercialização de produtos, manejo florestal, agroecologia, uso correto de equipamentos e organização e gestão comunitária);

- Integração com o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, assumindo-se a coordenação de ações relacionadas aos povos e às comunidades tradicionais da região amazônica;

- Mapeamento de sete comunidades tradicionais através da integração com o Programa Corredores Ecológicos;

- Inclusão do tema Agroextrativismo na proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- Ampliação do acesso ao Programa de grupos não-organizados juridicamente;

- Elaboração de material didático de apoio (quatro cartilhas).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O alcance dos resultados, em 2006, ficou acima de 100%, pois além das metas físicas terem sido alcançadas, outros resultados não-quantitativos e não expressos na forma de produtos de ações foram atingidos além do planejado.

O Programa trabalha, basicamente, com recursos descentralizados, sendo esse o fator principal que confere o alto desempenho da execução das ações, uma vez que os executores são as entidades que diretamente representam o público-alvo do Programa ou entidades que os assessoram. Isto confere maior eficiência, pois diminui custos uma vez que não há necessidade de deslocamentos de técnicos de Brasília para a execução das ações, além de que confere maior legitimidade ao Programa, pois os beneficiários tornam-se protagonistas do mesmo, participando, inclusive, das tomadas de decisões.

As agências implementadoras são entidades da sociedade civil com inserção local. Estas entidades apóiam na divulgação do Programa, assim como na elaboração, execução e avaliação dos projetos. Foram realizadas cinco consultas públicas para a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

As restrições previstas na Legislação Eleitoral inviabilizaram os novos repasses de recursos. Além disso, a legislação que rege a celebração de convênios, vem se mostrando pouco efetiva para as organizações de base. A regulamentação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é insuficiente e inadequada para as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Ao longo de 2006, teve andamento a montagem do Sistema de Informações da Coordenadoria de Agroextrativismo, um dos executores do Programa Comunidades Tradicionais.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa Comunidades Tradicionais tem recorde quanto à questão de gênero, juventude, raça e etnia. A participação de mulheres e jovens é utilizada como critério de priorização para aprovação dos projetos. Foram apoiados mais de 30 projetos de mulheres, 57 indígenas e 31 quilombolas.

Em 2006, a área de abrangência do Programa foi ampliada para todo o território nacional, não mais se restringindo a região Amazônica. Para que a Coordenadoria possa atender suas demandas, é necessária a contratação, a título de reforço, de técnicos qualificados para trabalhar nas áreas de agroextrativismo, análise, monitoria e avaliação de projetos, prestação de contas e políticas públicas para as Comunidades Tradicionais.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

## OBJETIVO

Contribuir para a sustentabilidade das políticas públicas que afetam os biomas Cerrado, Pantanal, Marinho, Costeiro, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, por meio da implantação de Sistemas de Gestão Integrada e capacitação, a partir das especificidades de cada bioma.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.564.872,00 | Empenho Liquidado: | R$ 2.172.484,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 2.172.484,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE REMANESCENTES DO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 27,40
**Índice previsto ao final do PPA:** 8,48

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O índice apurado do ano de 2006 refere-se aos estudos apoiados pelo Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com base em imagens primordialmente de 2002. No entanto, esse índice pode não refletir as áreas significativas em bom estado de conservação, pois incluem áreas secundárias e ecótonos. Dessa forma, esse resultado poderá apresentar decréscimo nos próximos anos em virtude de refinamentos que serão realizados.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Historicamente, acreditava-se que seria suficiente garantir a conservação de espécies isoladamente, passando depois para a conservação de amostras de ecossistemas por meio da criação de Unidades de Conservação. Finalmente, embasado em um consenso científico, percebeu-se que é necessária uma visão sistêmica que incorpore uma ação mais ampla sobre as potencialidades e as ameaças a que estão submetidos os recursos naturais em todos os biomas, envolvendo, inclusive, as atividades produtivas, a partir do levantamento de seu passivo ambiental e da adoção de medidas que tornem mais articulado o desenvolvimento econômico com a necessária manutenção de sua base sócio-ambiental. Uma agenda por bioma é praticamente imprescindível neste estágio de conhecimento científico e de necessidade de articulação territorial de práticas de conservação e uso sustentável.

A articulação e execução integrada de políticas e ações precisam ser assumidas pelo setor público, pela sociedade civil e pelo setor empresarial para se tornarem efetivas. Nesse sentido, foram criados, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA, em 2004, Núcleos de Assessoramento por Biomas (Caatinga, Cerrado e Pantanal, Mata Atlântica e Pampas, e Costeiro e Marinho), que são os executores das ações do Programa. Os Núcleos desempenham o papel de canal de comunicação e articulação para as demandas da sociedade civil organizada, refletidas na existência de redes organizadas por biomas. Como exemplos práticos das ações deste Programa, foram criados Grupos de Trabalho para cada bioma, instituídos por Portarias do MMA, que funcionam como instâncias de articulação entre as três esferas de governo, organizações não-governamentais, movimentos sociais e a sociedade científica. Ademais, já se encontram em execução programas financiados por meio de recursos externos, como o Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) Caatinga e o Programa Mata Atlântica, além do GEF Mangue e do GEF Cerrado, que estão em fase final de elaboração. Nesse sentido, a existência do Programa no Plano Plurianual (PPA) é fundamental para a formalização de financiamentos, uma vez que é necessária contrapartida, com exigência de que existam linhas orçamentárias específicas por biomas, em muitos casos, para garantir o repasse de recursos.

O Programa trabalha com a riqueza de espécies, com interações entre os seres vivos e os processos ecológicos, com a implantação de corredores ecológicos, bem como na recuperação de Áreas de Preservação Permanente, que, muitas vezes, não são suficientes para garantir a conservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável, sendo primordial estimular a adoção de práticas de recuperação, conservação e uso sustentável dos biomas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Instalação da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (Conacer);
- Criação das Reservas Extrativistas no Estado de Goiás, sendo as primeiras Reservas Extrativistas (Resex) criadas no bioma Cerrado;
- Atualização das Áreas e implementação de ações prioritárias para a conservação, uso

sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade nos biomas Cerrado e Pantanal;

• Revisão/atualização das áreas prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade no Bioma Caatinga;

• Foram desenvolvidos estudos, visando a criação de novas Unidades de Conservação na Mata Atlântica;

• Articulações entre os diversos atores públicos e privados em um processo de catalisação e convergência de ações voltadas à conservação, ao uso sustentável e à repartição dos benefícios da biodiversidade;

• Criação do Grupo de Trabalho do Bioma Pampa;

• Mapeamento dos ecossistemas da Zona Costeira e definição de prioridades para conservação e uso sustentáveis;

• Acompanhamento dos projetos bilaterais do *KFW- Group* com os Estados e do Projeto Corredores Ecológicos do PPG7 no bioma Mata Atlântica;

• Criação de 06 novas Unidades de Conservação na Mata Atlântica;

• Articulação institucional com os diversos setores governamentais e não governamentais que atuam na área de domínio dos biomas Mata Atlântica e Pampa;

• Acompanhamento técnico do convênio com o Instituto Recifes Costeiros – Programa de Monitoramento de Recifes de Corais Brasileiros (*Reef Check*);

• Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais com o lançamento e distribuição de vídeo educativo, contendo os princípios de conduta consciente para a visitação.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados referentes ao ano de 2006 foram alcançados de forma satisfatória e estão sendo aprimorados. A atuação dos Núcleos, no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, vem consolidando de forma eficaz as políticas públicas e diretrizes por Bioma.

O desempenho das ações com recursos descentralizados foi satisfatório, tendo em vista que uma das atividades de maior relevância foi a atualização das áreas prioritárias para a conservação, o uso sustentável e a repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira.

A participação em diversos colegiados tem sido uma prática freqüente de interlocução com a sociedade. Esse mecanismo, entretanto, enfrenta problemas de representatividade e carência do empoderamento desses atores para uma efetiva participação dos cidadãos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O aporte técnico-científico e de conhecimento tradicional têm contribuído substancialmente para o alcance dos objetivos do Programa. Além disso, têm sido primordial para a legitimação das várias etapas de formulação de políticas públicas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS

## OBJETIVO

Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

## PÚBLICO-ALVO

Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 55.641.084,00 | Empenho Liquidado: | R$ 40.995.197,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 40.995.197,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES AMEAÇADAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 9,00
**Índice previsto ao final do PPA:** 12

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

As ações desenvolvidas durante o ano de 2006 permitem inferir que, somadas às desenvolvidas anteriormente (2004-2005), a taxa de conservação das espécies ameaçadas de extinção obteve um incremento de 7% em dezembro de 2005 e de 9% em dezembro de 2006, portanto, se manteve a previsão de atingir 12% até o final do ano de 2007.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil abriga a maior diversidade biológica dentre os países megadiversos. Apresenta, ainda, uma diversidade cultural expressiva composta por inúmeras populações tradicionais/locais detentoras de conhecimentos preciosos associados ao uso da biodiversidade.

A Convenção sobre Diversidade Biológica tem como princípios a conservação e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade, a repartição justa e eqüitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, a soberania nacional sobre os recursos da biodiversidade, a proteção dos conhecimentos tradicionais e a aplicação do princípio da precaução. O Decreto nº 4.703, de 22 de agosto de 2002, instituiu em seu anexo, os princípios e as diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade (PNB). O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio do Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), coordenará a formulação e a implementação dessa Política, mediante a promoção da parceria entre o Poder Público e a sociedade civil.

O Programa Biodiversidade proposto, deve, portanto, além de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, gerar mudanças na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção, alinhadas com a conservação ambiental e contribuindo, ainda, para a inclusão social.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- A realização da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8/CDB) e da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) (MOP3), que contribuíram para a consolidação desse Programa e da Política Nacional de Biodiversidade;

- Está sendo realizado um amplo levantamento visando à identificação de instituições, inclusão de movimentos sociais e das organizações não-governamentais, envolvidas na conservação dos recursos genéticos do País;

- Estão concluídos estudos sobre as Espécies Ameaçadas de Extinção;

- O MMA desenvolveu uma série de ações de articulação e fomento à construção de corredores da biodiversidade/ecológicos, bem como o apoio aos trabalhos de revisão da Lista das Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção;

- Foi assinado, pela Ministra Marina Silva, um Protocolo de Intenções visando à implementação no Brasil da Aliança Brasileira para a Extinção Zero;

- Foram consolidados e implementados 11 Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs) em nove Estados brasileiros;

- Desenvolvimento de uma série de ações voltadas à conservação, à promoção do uso e à ampliação dos conhecimentos sobre os recursos genéticos do País, tanto de plantas e animais quanto de microrganismos (DCBio);

- Promoção de agroextrativismo sustentável e manejo de animais crioulos, especialmente em áreas de reforma agrária comprometidas com a recuperação dos passivos ambientais e intensa participação de mulheres e jovens rurais.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em termos gerais, os resultados de 2006 foram satisfatórios, apesar da necessidade de um aporte maior de recursos, das dificuldades operacionais por parte de alguns parceiros e da carência de pessoal técnico.

Destacam-se, positivamente, as ações: Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional associada e de Identificação de Espécies da Flora Brasileira de Importância Econômica, que ultrapassaram substancialmente os resultados previstos em termos de metas físicas.

Foram instituídas várias Câmaras Técnicas para discussões de temas específicos, que contribuíram com propostas para melhorar o alcance dos resultados do Programa.

O Ministério desenvolveu o Sistema Integrado de Gerenciamento do Meio Ambiente (SIGMA), que é utilizado no monitoramento da execução financeira dos Convênios que possuem recursos oriundos de doações ou empréstimos de organismos internacionais. As demais ações são analisadas e acompanhadas via Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Encontra-se em funcionamento o sistema de ouvidoria - Linha Verde do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e os links específicos do Conselho Nacional de Biodiversidade (Conabio), que recebem demandas e reclamações da sociedade.

A repartição dos benefícios relacionados aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e ao próprio anteprojeto de lei sobre Acesso aos Recursos Genéticos, ainda em fase de negociação junto à Casa Civil da Presidência da República (PR), são exemplos de políticas públicas em construção que tiveram e terão ampla participação de todos os setores da sociedade e, certamente, serão concluídos após audiência pública.

O Programa atua em todo o Território Nacional e seus beneficiários são povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional. Considera-se pertinente a inclusão dos Movimentos Sociais e Organizações não-governamentais, Organizações Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), como público-alvo beneficiário.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CONSERVAÇÃO, USO RACIONAL E QUALIDADE DAS ÁGUAS

## OBJETIVO

Melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, da conservação e da qualidade das águas.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 18.999.004,00 | Empenho Liquidado: | R$ 15.100.317,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 15.100.317,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 275.000.000,00 | - | |

## INDICADOR

### 1. CONSUMO MÉDIO ANUAL DE ÁGUA NO SETOR DE IRRIGAÇÃO

**Unidade de medida:** vazão em litros/segundo/ha
**Índice apurado em 2006:** 0,79
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,55

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador do Programa trata da taxa de redução do volume de água consumido no setor de irrigação. Não foi apurada a evolução do indicador de desempenho do Programa, consoante argumentações da avaliação 2005, que levaram à incorporação de suas ações pelo Programa de Gestão de Bacias Hidrográficas (Probacias) - Conservação de Bacias Hidrográficas.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil, apesar de possuir reservas substanciais de águas superficiais, sofre um crescente e preocupante processo de degradação dos seus corpos d'água, em função do adensamento populacional, principalmente nas regiões metropolitanas, e da poluição agrícola, urbana e industrial. Em outro extremo, destaca-se a situação das regiões críticas decorrentes de baixa disponibilidade natural de água, em particular o semi-árido

nordestino. É fundamental que sejam empreendidos esforços para controle deste processo, envolvendo diferentes escalas econômicas e arranjos institucionais. Nesse sentido, o Programa de Conservação e Uso Racional da Água visa a preservar as disponibilidades de água na natureza através de medidas no âmbito das bacias hidrográficas, na conservação de solo e água, reduzindo as perdas nas estruturas de fornecimento para as mais diversas aplicações, através da implementação de tecnologias adequadas, incentivos e instrumentos econômicos que estimulem a maior eficiência do uso da água em processos de produção, especialmente na irrigação, no saneamento e na indústria; minimizar os desperdícios de água, buscando a racionalidade e o aproveitamento no limite das reais necessidades; reduzir o consumo, promovendo a reciclagem da água em circuitos abertos ou fechados; reduzir as quantidades de novas vazões captadas nas coleções hídricas naturais, através da utilização da prática do reuso de forma adequada e em bases sustentáveis; e preservar a qualidade da água na natureza, condicionando adequadamente as águas residuárias antes de sua disposição nas coleções hídricas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Reconhecimento e valorização das iniciativas da sociedade, indivíduos, empresas, poder público, comitês de bacias hidrográficas, instituições de ensino e pesquisa, que se destacaram pela excelência de sua contribuição para a gestão e o uso sustentável de recursos hídricos. Para tanto, foi instituído o Prêmio ANA;

- O projeto atua em nove Estados do Nordeste, áreas de Minas Gerais e Espírito Santo, tendo capacitado, só neste ano, 124,26 mil famílias;

- O projeto do Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS) é sediado na cidade paraibana de Teixeira e conseguiu que mais de 870 cisternas fossem construídas na localidade;

- Realizou-se, pela Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com o WWF-Brasil, a Exposição Itinerante Água para a Vida, Água para Todos, tendo por objetivo a sensibilização de crianças e jovens para a questão da água no Brasil e no mundo.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa foi concebido para agregar o conjunto de ações voltadas para a recuperação de áreas degradadas, minimização do desperdício de água nos grandes setores usuários e a conservação das áreas com alto potencial hídrico. Para alcance dos resultados esperados foi proposto um indicador que procurou mensurar a taxa de redução no consumo da água no setor usuário de irrigação, num primeiro momento, e de outros grandes setores usuários, posteriormente. Não houve a esperada adesão de outros órgãos ao Programa prejudicando, portanto, a sua capacidade de influenciar no indicador de resultados proposto. Esse fato levou a unidade administrativa responsável a propor a exclusão do Programa, integrando ao Probacias, a partir de 2007. Ainda assim, excetuando-se a ação não-orçamentária do Programa, o desempenho orçamentário foi considerado bom, tendo em vista a execução de praticamente 80% dos recursos alocados em 2006.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As ações coordenadas pela ANA são objeto de acompanhamento diário, tanto na execução orçamentária quanto nos resultados implementados. A Agência conta com o Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão da Ana (Sisplan/ANA), sistema informatizado que disponibiliza informações quali-quantitativas da execução orçamentária das ações sob a responsabilidade da ANA. Cabe aos demais órgãos com ações no Programa, informar seus resultados por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

## OBJETIVO

Promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema.

## PÚBLICO-ALVO

População residente na bacia do Alto Paraguai.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 3.402.000,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 2.680.596,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 2.680.596,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ÁREA PRESERVADA DA BACIA DO ALTO RIO PARAGUAI

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 5,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não houve modificação do índice do indicador em função da atual situação do Programa, sendo que a ação atual corresponde à identificação das áreas prioritárias para implantação de Unidades de Conservação (UCs).

### 2. TAXA DE QUALIDADE DA ÁGUA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 21

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O indicador não foi aplicado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As atividades antrópicas desordenadas (mineração, agropecuária, pesca e caça predatórias e o turismo) e o crescimento acelerado das cidades, sem a devida urbanização, geraram condições críticas de assoreamento, poluição e contaminação dos corpos hídricos, além de degradação dos ecossistemas, afetando o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai (BAP).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Reformatação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal para o período de 2008 a 2011, a ser executado com recursos da União, dos Estados e dos Municípios;

• Estruturação de curso de especialização, para a capacitação por servidores públicos efetivos federais e dos Estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS), atuantes na região do Pantanal em técnicas e elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Pantanal;

• Estruturação de curso de graduação em Agroecologia para estudantes indígenas do Pantanal com nível médio de ensino completo, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a participação do Ministério da Educação (MEC), do Ministério da Justiça/da Fundação Nacional do Índio (MJ/FUNAI), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do governo do Estado de Mato Grosso do Sul;

• Implantação do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, que será um fórum permanente e democrático para a discussão e a construção de consensos, visando à promoção do desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai;

• Criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) do Taquari e do Pantanal, com a finalidade de definir e implementar ações para promover a proteção e a recuperação ambientais da bacia hidrográfica do rio Taquari, de forma compatível com os objetivos de proteção do Pantanal;

• Celebração de convênio com a prefeitura de São Gabriel do Oeste (MS), com o objetivo de recuperar, reformar e ampliar o viveiro de mudas silvestres, que deverá dar suporte ao Projeto de Recuperação da Bacia do Alto Rio Taquari, bem como dar suporte aos viveiros dos demais Municípios que compõem a bacia do Alto Taquari (BAT);

• Apoio à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) do Estado de Mato Grosso, em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) do MMA e do governo do Estado;

• Atividades diversas de recuperação de afluentes do rio Taquari no Estado de Mato Grosso, implementadas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA–MT);

• Por meio da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do MMA, articulação do Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP), que tem por objetivo principal contribuir para o surgimento de uma dinâmica contínua de

formação de educadores e educadoras ambientais na BAP, envolvendo diversos segmentos da sociedade em processos reflexivos, críticos e emancipatórios, potencializando o papel da educação ambiental nas mudanças culturais e sociais, rumo à construção de sociedades sustentáveis;

- Apoio às ações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) na realização de atividades de defesa do Pantanal e na elaboração, por parte do Ministério da Integração Nacional (MI), do Plano de Manejo da Estrada-Parque, em Corumbá (MS).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados de 2006 superaram as previsões. Apesar das dificuldades decorrentes da não renovação do contrato de financiamento externo vinculado ao Programa, a articulação e o planejamento de atividades tiveram continuidade, possibilitando a implementação a partir do exercício de 2006.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A obtenção de resultados pelas instituições locais apoiadas com a descentralização de recursos financeiros é favorecida pela proximidade destes em relação aos atores sociais, que constituem o alvo destas ações.

O controle social sobre as ações do Programa será executado por meio do Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, envolvendo representações governamentais e da sociedade civil, na promoção do desenvolvimento sustentável. Há possibilidade de monitorar e avaliar a execução das políticas públicas, planos e programas na BAP, através da AAE.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

## OBJETIVO

Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

## PÚBLICO-ALVO

Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia, voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 9.979.676,00 | Empenho Liquidado: | R$ 5.781.379,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 5.781.379,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. NÚMERO DE COLETIVOS EDUCADORES CONSTITUÍDOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 60
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Mesmo com a constatação de que o resultado obtido, no que se refere a Coletivos Educadores, alcançou a meta prevista para o ano de 2006, entende-se que o Programa reúne as condições necessárias para ampliar o índice originariamente previsto.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Resolução das Nações Unidas de 1989 sustenta: "a causa maior da deterioração contínua do Meio Ambiente Global é o insustentável modelo de produção e consumo, particularmente nos países industrializados" e "nos países em desenvolvimento a extrema pobreza e a degradação ambiental estão estreitamente relacionados". O Tratado

de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, produzido participativamente no Fórum de Organizações Não-Governamentais (Fórum de ONGs) e Movimentos Sociais, na Conferência Nacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) do Rio de Janeiro, em 1992 (a Rio-92), se insere nessa mesma perspectiva, propondo uma educação ambiental participativa, política e emancipatória.

A Lei nº 9.795/99 (regulamentada pelo Decreto nº 4281/02), por sua vez levou à promoção da democratização do acesso à Educação Ambiental, como parte do processo educativo mais amplo, ao incumbir o Poder Público, nos termos do art. 205 e do art. 255 da Constituição Federal, a definir políticas públicas de incorporação da dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), em sua orientação estratégica, estabelece três eixos fundamentais para a implementação da Política Pública Ambiental:

a) a transversalidade da dimensão ambiental;
b) a adoção de práticas sustentáveis;
c) o controle social sobre as políticas ambientais.

A implementação de uma política pública ambiental pautada por tais orientações demanda o fortalecimento da Educação Ambiental, através de seu enraizamento em todo o Território Nacional.

Desse modo, o Programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), pretende:

a) potencializar as interfaces com o conjunto dos Ministérios, as demais secretarias do MMA e os órgãos vinculados;
b) fortalecer parcerias com a sociedade civil organizada;
c) articular as equipes de Educação Ambiental nos diversos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama);
d) fortalecer a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e as ações de fomento a projetos de educação ambiental por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA);
e) apoiar o órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e seu Comitê Assessor.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Implementação de 225 novas Salas Verdes, criadas a partir da chamada-pública de processo seletivo 01/2006, e que, somadas às já existentes, totalizam 390 propostas aprovadas e implementadas no Território Nacional, distribuídas regionalmente da seguinte forma:

a) Região Norte: (9,74%);
b) Região Nordeste: (25,38%);
c) Região Centro-Oeste: (12,05%);
d) Região Sudeste: (36,15%);
e) Região Sul : (16,67%);

• Formação de 116 novas propostas de Coletivos Educadores, constituídos a partir da chamada-pública 01/2006, com 654 instituições envolvidas, entre proponentes e parceiros, abrangendo 715 Municípios em 25 Estados;

• Implementação do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA);

• Capacitação de 840 técnicos do Sisnama, em Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão do Meio Ambiente;

• Realização do trabalho de enraizamento e fortalecimento da Educação Ambiental nas 27 Unidades da Federação, sendo que 22 já possuem a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), e cinco possuem um grupo pró-CIEA;

• Realização do trabalho de apoio e fortalecimento das 42 Redes de Educação Ambiental (REAs) em todo o País;

• Realização do trabalho de estruturação e articulação do órgão gestor da PNEA e do seu respectivo Comitê Assessor.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física acima de 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2006 é justificada em função das estratégias definidas para as ações executadas, que se revelaram eficientes, superando as expectativas iniciais. Além disso, se justifica em função do comprometimento da equipe técnica em relação às articulações necessárias nesse processo, encaminhadas por meio do trabalho em redes, que potencializa o alcance das propostas.

O Programa executou aproximadamente 100% dos recursos disponibilizados na LOA. Este índice, cotejado com a avaliação das possibilidades de ampliação das ações - em função das estratégias concebidas -, e do trabalho da equipe técnica alicerçado na perspectiva de rede, permite a interpretação e a projeção de uma disponibilidade de mais recursos como viabilidade de uma maior execução.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Ao longo da execução do Programa, a experiência demonstrou a necessidade de concepção de um instrumento que viabilize a confluência e a consolidação das ações desencadeadas no âmbito governamental e não-governamental. O enraizamento, a articulação e a consolidação dessas ações significam, de fato, a implementação da PNEA. O instrumento concebido para alcançar este intento é o denominado Sistema Nacional

de Educação Ambiental (SINEA). Nesse sentido, entende-se que o objetivo do Programa deve contemplar a estruturação deste sistema.

A parceria se constitui num instrumento fundamental no processo de implementação do ProNEA. Os parceiros não-governamentais estão presentes nos diferentes programas, ações, atividades e projetos, representados por distintas formas da sociedade civil organizada, associações comunitárias, ONGs, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), centrais sindicais e, de forma particular, as dezenas de REAs espalhadas pelo Brasil. A contribuição desses parceiros tem sido decisiva na execução das tarefas e no cumprimento das metas acordadas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# NACIONAL DE FLORESTAS

## OBJETIVO

Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada.

## PÚBLICO-ALVO

Populações tradicionais e comunidades usuárias de recursos florestais, produtores rurais e empresários do setor florestal.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 33.809.847,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 24.256.931,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 24.256.931,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADORES

### 1. ÁREA DE FLORESTAS PLANTADAS

**Unidade de medida:** ha
**Índice apurado em 2006:** 627.000
**Índice previsto ao final do PPA:** 550.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice previsto de 550 mil foi alcançado em 2005 e, em 2006, já se tem 627 mil hectares de área de florestas plantadas.

De 2002 a 2006, a atividade obteve crescimento expressivo de 97%. Isto se deve, sobretudo, ao esforço do Programa Nacional de Florestas (PNF) para viabilizar os instrumentos políticos e mecanismos institucionais necessários, como crédito compatível com atividade, assistência técnica, aprimoramento e ajuste da legislação, assegurando ao produtor a estabilidade de regras.

As áreas com plantio florestal de 2004 a 2006 foram recordes. Outro fato também de extrema relevância foi o aumento do fomento florestal com a participação de pequenos produtores rurais nesse período. Em 2002, os dados mostram que a participação do pequeno produtor no plantio de 320 mil hectares de florestas foi de apenas 7%, cerca de

20 mil hectares. Já em 2006, a contribuição desse segmento produtivo foi da ordem de 25%, cerca de 156 mil hectares da área total de 632 mil hectares plantados com florestas em todo o País. A área de plantio de 2005 e 2006 superou, pela primeira vez, em mais de uma década, a área de colheita. Mantendo este ritmo de plantio e a continuidade da alta produtividade observada, afasta-se a hipótese do Apagão Florestal nos ciclos de corte, que se iniciam em 2012.

Porém, a falta de investimentos no plantio florestal na década de 90 traz ainda fortes riscos para o abastecimento industrial de matéria-prima florestal na Região Sul a partir de 2008, especialmente, de pinus. A alternativa de substituição da matéria-prima de pinus por eucalipto é tecnicamente limitada. Portanto, a importação de pinus dos países do cone sul será inevitável. Para enfrentar esse período de escassez, algumas alternativas estão sendo estudadas pelos empreendedores, dentre elas, melhorar a eficiência do uso da madeira e adaptar o ciclo de manejo e colheita.

Outro fato que colabora com a preocupação atual diz respeito ao passivo ambiental instalado na região de Carajás (sul do Pará). Essa região constitui a principal fronteira a ser trabalhada com plantio florestal. A região do Pólo Carajás tem um *deficit* anual de plantio da ordem de 100 mil hectares, o que vem provocando uma enorme pressão no desmatamento da região.

**2. ÁREAS DEGRADADAS QUE FORAM RECUPERADAS**

**Unidade de medida:** ha
**Índice apurado em 2006:** 50.000
**Índice previsto ao final do PPA:** 70.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

É necessário um montante de recursos anuais da ordem de R$ 150 milhões ao custo de R$ 3 mil por hectare recuperado.

Um passo importante foi o lançamento do edital de recuperação e conservação de nascentes e margens dos cursos d'água. Um terço dos recursos a serem alocados será destinado para a seleção de projetos no vale do rio São Francisco no âmbito do Programa de revitalização daquela bacia hidrográfica. Para tanto, foi elaborado o Plano Estratégico de Implementação das ações de recuperação de áreas ciliares degradadas e manejo florestal da bacia para o período de 10 anos.

**3. ÁREA DE FLORESTAS PROTEGIDAS COM ALTO VALOR PARA CONSERVAÇÃO**

**Unidade de medida:** ha
**Índice apurado em 2006:** 600.000
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.000.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Esse índice está diretamente associado ao índice de área de florestas naturais manejadas para produção sustentável. Para efeito de planejamento, o registro dessa meta é

feito considerando 20% da área manejada. Portanto, ao considerarmos os dados em 2006 de três milhões de hectares manejados, temos 600 mil hectares de áreas conservadas.

**4. ÁREA DE FLORESTAS NATURAIS MANEJADAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL**

**Unidade de medida:** ha
**Índice apurado em 2006:** 3.000.000
**Índice previsto ao final do PPA:** 15.000.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A principal dificuldade para o alcance da meta de 15 milhões de hectares de florestas naturais manejadas foi a ausência de regulamentação para gestão de florestas públicas. Com a promulgação da Lei nº 11.284/06 de Gestão de Florestas Públicas foi possível ao PNF criar as condições necessárias para a retomada do ritmo dos trabalhos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A história do Brasil foi marcada pelo paradigma, equivocado, do desenvolvimento rural e urbano, no qual as florestas, apesar da sua importância, em termos econômicos, ecológicos e sociais, tiveram papel marginal e foram consideradas como bens inferiores e obstáculos ao progresso. Assim, a pressão ambiental sobre todos os biomas brasileiros ocorreu, por um lado, em função da expansão de zonas urbanas e, de outro, devido à conversão de matas nativas em áreas agrícolas ou pastagens.

Vários são os fatores que geram a degradação dos ecossistemas brasileiros. Entre eles, merece menção especial o emprego de inadequadas tecnologias de uso dos recursos florestais e as falhas no sistema de gestão das atividades florestais. O uso sustentável e a valoração das florestas, como produtoras de bens e serviços ambientais, geradoras de emprego e renda, juntamente com o desenvolvimento do sistema nacional de unidades de conservação, o trabalho de prevenção e combate ao desmatamento e queimadas, constitui a base para promover a conservação do patrimônio florestal brasileiro e todos os seus valores associados.

O Brasil reúne incontestáveis vantagens comparativas na área florestal, o que lhe confere uma nítida vocação potencial para assumir a liderança mundial desse setor. As extensas áreas de ricas florestas nativas existentes e a posição de vanguarda no domínio tecnológico da formação e do manejo de florestas de rápido crescimento são algumas das características que conferem ao País a garantia potencial de competitividade internacional. O setor florestal é responsável por 8% das exportações, 4% do PIB e 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos no Brasil.

O Brasil tem a segunda maior área florestal do mundo. Mais de 60% do País é coberto por florestas que abrigam a maior diversidade biológica do planeta e uma extraordinária diversidade cultural. O País é também o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. No entanto, a produção florestal tem se caracterizado, em grande medida, por ser migratória, predatória e pouco eficiente. A prática dominante de

extração madeireira produz expressivos impactos sobre a floresta, tornando-a empobrecida e vulnerável a incêndios e desmatamentos. O nível de desperdício tanto na etapa de exploração quanto no processamento da madeira é alto e os produtos gerados são de baixo valor agregado.

Nos últimos 10 anos, uma série de experiências, tanto empresariais como comunitárias de manejo sustentável das florestas, foi implementada no Brasil, em especial na Amazônia e na Caatinga. Estas experiências atingiram ponto de maturação comercial no início da década de 2000 e estão mostrando que é possível promover o uso e a conservação das florestas, gerar empregos duráveis e de melhor a qualidade, contribuindo para o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento regional baseada no estabelecimento de um setor florestal estruturado, competitivo e estável. O bom manejo dos recursos florestais naturais propicia aumento da produtividade e a redução de desperdícios, minimiza os impactos sobre a biodiversidade, assegurando a permanência da cobertura florestal e dos serviços ambientais.

Ampliar e consolidar as atividades florestais em bases sustentáveis nas florestas naturais exige:

a) o estabelecimento de novas regras e mecanismos de manejo, crédito, treinamento, assistência técnica e gestão de florestas públicas, com a participação efetiva das comunidades e populações tradicionais;
b) o pleno conhecimento das cadeias produtivas;
c) a valorização dos usos múltiplos e dos serviços ambientais decorrentes.

O País já chegou a possuir 6,2 milhões de hectares de florestas plantadas no início da década de 90; hoje são 4,9 milhões de hectares. Essa queda decorre do crescimento da indústria e da redução da área plantada no País, devido, especialmente, à falta de políticas de estímulo. O Brasil consome anualmente cerca de 400 a 450 mil hectares de florestas plantadas e planta somente 250 mil hectares, representando um *deficit* anual de 200 mil hectares. No entanto, o mercado para produtos oriundos das florestas plantadas está crescendo e a indústria de base florestal em plena expansão demanda, cada vez mais, madeiras de florestas plantadas.

A atividade florestal tem um caráter de longo prazo e requer condições compatíveis para seu desenvolvimento. Se por um lado existe o reconhecimento da importância e a necessidade urgente de se expandir a base florestal plantada, por outro se reconhece que os parâmetros de gestão desta expansão são fundamentais para garantir a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade.

O Programa apoiará, especialmente, a ampliação da participação dos pequenos produtores no total da produção florestal de origem plantada, contribuindo significativamente para a mudança no perfil da produção atual que é amplamente baseada nos latifúndios. A produção em propriedades familiares deverá constituir-se numa importante base de suprimento de produtos e serviços, levando-se em conta as oportunidades decorrentes da avançada tecnologia silvicultural existente no País, as

condições edafoclimáticas favoráveis e o potencial de geração de emprego, renda, tributos e divisas, além da redução da pressão sobre produtos oriundos de florestas naturais.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• A meta prevista para o final do PPA de plantar cerca de 550 mil hectares de florestas foi superada em 2005, com expressiva participação do pequeno produtor rural, com plantio de cerca de 25% da área plantada em 2006;

• Promulgação da Lei nº 11.284/06 de Gestão de Florestas Públicas, que permitiu ao PNF criar as condições para a retomada do ritmo dos trabalhos relacionados com a meta de área de florestas naturais manejadas para a produção sustentável;

• Criação do Serviço Florestal Brasileiro como órgão responsável pela gestão de áreas de florestas públicas;

• Criação do 1º Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163, visando à organização de um espaço físico para a exploração florestal sustentável;

• Institucionalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) para a promoção do fomento florestal;

• Áreas experimentais de manejo para produção madeireira, trabalho desenvolvido deste 1984, localizados em oito áreas da Caatinga;

• Estudo de caso em duas áreas de manejo comercial em segunda rotação (15 anos) no Estado do Ceará;

• Levantamento de áreas prioritárias para o manejo florestal em 100 unidades de assentamento rural, envolvendo 10 mil famílias da região do semi-árido;

• Foram contratados e estão sendo implementados os planos de manejo em 20 Assentamentos das 30 unidades selecionadas para o início dos trabalhos na região da caatinga;

• Apoio técnico ao Projeto Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) - Caatinga nas seguintes atividades: capacitação, publicações, banco de dados sobre produtos florestais não-madeireiros, eficiência energética na indústria de cerâmica da região do Seridó no Estado do Rio Grande do Norte;

• Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Florestal nas regiões de Mata Atlântica e Caatinga;

• Implantação da Rede de Sementes Florestais;

• Revisão da Instrução Normativa sobre o manejo florestal da Caatinga;

• Apoio às ações florestais do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O índice previsto para as áreas de florestas plantadas ao final do PPA 2004-2007 foi atingido em 2005, e ultrapassado em 14% no ano de 2006. No entanto, quanto aos demais indicadores, esses foram prejudicados por dependerem de aprovação de fatores externos, a exemplos da aprovação da Lei nº 11.284/02 que trata sobre a gestão de florestas públicas e a insuficiência de recursos para atender às demandas.

Há muita dificuldade na execução orçamentária e financeira do projeto da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), em decorrência da falta de pessoal qualificado para executar tais atividades; número insuficiente de pessoal para assumir as atividades do projeto e do PNF; dificuldade em encontrar prestadores de serviços que atendam aos requisitos estabelecidos na Norma e dúvidas quanto aos procedimentos cabíveis às contratações, tendo em vista as normas do organismo internacional e a legislação brasileira.

Por outro lado, o desempenho das ações implementadas foi bastante satisfatório no ano de 2006. O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) realizou diversos convênios para atender aos editais Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Nascentes e do Ibama, na implementação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor).

No caso da meta de expansão da base florestal plantada com fins comerciais, o envolvimento do pequeno produtor rural assegurou ao Programa a promoção do desenvolvimento florestal com inclusão social. Na área de manejo florestal, a participação de comunidades tradicionais em atividades não-madereiras também contribui para o alcance desse objetivo e para socialização dos resultados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Realizaram-se reuniões entre as unidades para a transmissão das informações e para a maior integração nas atividades. No caso de ações de interesse da sociedade, em especial das comunidades usuárias dos recursos florestais e dos pequenos produtores rurais, que demandam políticas públicas do PNF, foram realizadas consultas públicas para coletar as suas reais necessidades e planejar ações direcionadas a essas necessidades.

Foi instituída a Comissão Nacional de Florestas que fornece diretrizes para a implementação das ações do PNF e permite articular a participação dos diversos grupos de interesse no desenvolvimento das políticas públicas do setor florestal brasileiro. Essa Comissão é composta por 39 representantes distribuídos paritariamente entre governo (20) e sociedade civil (19), incluindo órgãos e entidades do Governo Federal, órgãos estaduais de meio ambiente, sociedade civil organizada, setores da área florestal, ONGs e instituições de ensino e pesquisa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER

## OBJETIVO

Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 43.466.206,00 | Empenho Liquidado: | R$ 42.156.503,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 42.156.503,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. ÁREA ANUAL DESMATADA DA AMAZÔNIA LEGAL

**Unidade de medida:** km²
**Índice apurado em 2006:** 13.100
**Índice previsto ao final do PPA:** 15.582

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta.

Em 2006, a área desmatada da Amazônia correspondeu a aproximadamente 13.100 km² - fonte: Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Prodes/INPE).

### 2. NÚMERO DE FOCOS DE CALOR

**Unidade de medida:** unidade
**Índice apurado em 2006:** 85.359
**Índice previsto ao final do PPA:** 200.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta.

Em 2006, foram registrados 85.359 focos de calor na Amazônia Legal - fonte: Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo)/ Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (Proarco).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A tendência histórica da Política Florestal Brasileira esteve, por muitos anos, vinculada a instrumentos reguladores de comando e controle, no que se incluem estratégias e práticas de fiscalização. Esses mecanismos se desgastaram e não conseguiram conter o avanço do desflorestamento, tampouco evitar as queimadas e os incêndios florestais. Nos últimos oito anos, foram removidas algumas medidas de política não-florestal que induziam ao desmatamento, como os incentivos fiscais à agropecuária, inclusive nas áreas de cobertura da Amazônia. Passou-se, então, a reconhecer a importância estratégico-econômica da ampla base dos recursos florestais nativos e plantados de que o País dispõe. Dentre as medidas e reformas adotadas, pode-se destacar:

a) a incorporação dos princípios e das noções do manejo florestal sustentável na legislação que regulamenta a exploração da floresta da bacia amazônica, através do Decreto nº1.282/94;
b) o reconhecimento de que medidas regulatórias de comando e controle eram insuficientes para viabilizar formas sustentáveis de produção e conservação florestal;
c) adoção de medidas de suspensão ou eliminação de estímulos implícitos ao uso predatório dos recursos contidos em instrumentos econômicos (como a eliminação de incentivos fiscais a projetos agropecuários em áreas florestais da Amazônia, e a eliminação de subsídios ao crédito rural para a agricultura como um todo, dentre outras);
d) a institucionalização do Programa Protocolo Verde, envolvendo os bancos oficiais que trabalham com créditos especiais, para estimular o setor produtivo da economia brasileira a implantar negócios ecologicamente corretos, e para desestimular, com juros maiores, empreendimentos de alto impacto ambiental;
e) a institucionalização da Lei nº 9.393/96, que dispõe a respeito de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR), estabelecendo que, no tocante às propriedades rurais, as áreas de preservação permanente (APPs), de reservas florestais legais (RFLs) e as áreas de relevante interesse ecológico (ARIEs) para a proteção de ecossistemas, declaradas por ato do órgão competente, são áreas não-tributáveis.

A redução de florestas causa perdas econômicas, sociais, biológicas e culturais, além de interferir no ciclo da água e de provocar elevadas emissões de carbono, que contribuem para o aquecimento global. A prevenção e o combate aos desmatamentos e incêndios permitirão evitar este quadro crítico, estimulando a conservação e a promoção do uso sustentável da maior biodiversidade do planeta.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Redução estimada de 30% da Taxa de Desmatamento Florestal na Amazônia Legal (fonte: Prodes/INPE);

- Redução de 49% dos focos de calor (fonte: Proarco e PREVFOGO).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em 2006, as atividades de fiscalização, monitoramento e prevenção de desmatamentos e incêndios florestais ocorreram de modo integrado, conforme previsão inicial. Isto permitiu atingir resultados satisfatórios quanto às metas físicas, o que se reflete diretamente na redução da taxa de desmatamento e dos focos de calor.

As informações são captadas por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e de relatórios de atividades e resultados, encaminhados pelos coordenadores de ação ao gerente executivo do Programa. Tal encaminhamento é facilitado devido ao fato de que o gerente executivo e a maioria dos coordenadores desempenham as suas atividades na Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) do Instituto Nacional de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A execução orçamentária foi insuficiente para o cumprimento de 100% das metas físicas, mas o resultado das reuniões com grupos de interesse permitiu o intercâmbio de informações entre áreas e setores afins, a realização de atividades de forma integrada e a otimização de recursos e resultados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O pleno sucesso no alcance das metas físicas ficou comprometido devido ao atraso na liberação de recursos, somado à sazonalidade bem marcada de desmatamentos e incêndios florestais que requerem procedimentos emergenciais.

O desempenho da execução da Ação 2063 - Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais, pelo INPE/Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), apresentou resultados elevados quanto ao monitoramento de desmatamentos e incêndios florestais. Destaca-se o monitoramento ambiental de toda a área correspondente à Amazônia Legal. Foram realizados seminários de apresentação dos resultados da fiscalização e do monitoramento na Amazônia Legal, com a presença de organizações não-governamentais (ONGs) e da sociedade civil de forma geral.

Os aspectos supracitados foram facilitados devido ao fato de estarem no mesmo Ministério/Instituto a gerência do Programa e a coordenação da maioria das ações (exceto a Ação 2063, executada pelo INPE/MCT).

Foram realizados ainda intercâmbios com órgãos e entidades afins, facilitando o fluxo de informações e o desenvolvimento de atividades integradas, com foco na prevenção e controle de desmatamentos e incêndios florestais. Esta prática apresenta como premissa básica a transversalidade das ações, no sentido de permitir a otimização de recursos e a obtenção de resultados expressivos, como a redução da taxa de desmatamento e dos focos de calor no âmbito do Programa Florescer.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# PROAMBIENTE

## OBJETIVO

Promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial no campo, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação e certificação de serviços ambientais.

## PÚBLICO-ALVO

Produtores familiares (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais), e suas instituições de organização e representação.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.685.153,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 3.652.354,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 3.652.354,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADOR

### 1. ÁREA CERTIFICADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS.

**Unidade de medida:** ha
**Índice apurado em 2006:** 135.650
**Índice previsto ao final do PPA:** 269.500

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média.

O processo de normatização da Certificação de Serviços Ambientais está em construção através da elaboração de uma instrução normativa com as bases do processo de certificação. O indicador foi apurado pelos Planos de Utilização das Unidades Produtivas dos pólos com acordos comunitários instituídos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) surgiu como projeto da sociedade civil e posteriormente foi absorvido como programa de governo. Nesse sentido, a proposta do Programa surge do acúmulo de demandas e carências históricas dos movimentos sociais da Amazônia proponentes do projeto.

O Programa é implementado de maneira descentralizada por meio do estabelecimento de parcerias dentro do Governo Federal, na perspectiva de integrar e qualificar as políticas públicas de desenvolvimento rural existentes. E entre o Governo Federal e governos estaduais e municipais, visando à complementaridade no atendimento às demandas dos produtores familiares rurais organizados.

A gestão participativa e a execução descentralizada contribuem para a eficácia das ações, evitando o custo da criação de uma estrutura executiva local pelo governo, podendo servir de exemplo para outros programas finalísticos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Consolidação dos Pólos Pioneiros do Proambiente: 3.150 famílias beneficiadas pela prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e 1.765 famílias financiadas para implantação dos Planos de Utilização das Unidades Produtivas;

• Consolidação do Projeto-Piloto Gestão Ambiental Rural (Gestar) na Bacia do Rio Ariranha, Estado de Santa Catarina (SC), resultando em importantes estudos sobre os aspectos jurídicos, econômicos e sócio-ambientais da produção suinícola, aproveitado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) para balizar os termos de ajustamento de conduta;

• Consolidação dos pólos do Projeto Gestar no Araguaia (MT), nordeste de Mato Grosso (MT), Portal da Amazônia, norte do MT, BR-163/Itaituba (PA), norte de Minas Gerais (MG) e Paulo Afonso/Xingó (BA/AL), sendo esses dois últimos articulados com o Programa de Revitalização do São Francisco.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As metas físicas previstas foram alcançadas em todas as ações. O Programa teve o cumprimento médio de 76% da execução física previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, comprometido pelo atraso na aprovação do Orçamento 2006 e pelo impedimento legal de celebração de convênios pela Lei nº 9.504/97 - período eleitoral.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa Proambiente conta com o Conselho Gestor Nacional (CONGEN), órgão colegiado integrante de sua estrutura de gestão, com composição paritária entre Governo Federal e sociedade civil organizada, com a finalidade de definir a implementação do Programa. No meio rural, o Proambiente é implantado por adesão coletiva, através da formação de pólos. Cada pólo é formado por um conjunto de grupos comunitários vinculados às associações de produtores e/ou cooperativas de atuação local. Os pólos são constituídos por territórios rurais com similaridades sociais, culturais, econômicas e ambientais, possibilitando a gestão integrada dos recursos naturais em escalas de unidades de produção (propriedades, lotes, reservas extrativistas, áreas de uso comum, etc) e grupos comunitários prestadores de serviços ambientais à sociedade. Foram realizadas reuniões do Congen do Proambiente e outras com equipes de diferentes programas do

Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministérios parceiros e instituições de ensino e pesquisa, com o intuito de discutir e contribuir para a implementação do Programa e possíveis parcerias.

O Proambiente tem como política o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). No ano de 2006, foi constituído um grupo de trabalho para propor diretrizes, critérios, procedimentos e formas de compensação por serviços ambientais. Esta política deverá ser apresentada na forma de Projeto de Lei, normatizando o uso de recursos públicos para os pagamentos por serviços ambientais.

Na metodologia de Certificação de Serviços Ambientais do Proambiente é abordado o Princípio das Relações Sociais, a partir do qual os grupos comunitários devem respeitar os costumes locais, valorizando as tradições e conhecimentos das famílias, e buscando a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MMA e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com o intuito de normatizar o processo de certificação, sendo testada uma metodologia de avaliação de impactos, desenvolvida no âmbito do subprograma de pesquisa do Proambiente – com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), incorporando os indicadores dos Padrões de Certificação do Proambiente.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# PROBACIAS

## OBJETIVO

Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 44.083.125,00 | Empenho Liquidado: | R$ 32.430.325,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 32.430.325,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM ALCANCE DE, PELO MENOS, 70% DO ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 2
**Índice previsto ao final do PPA:** 5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Houve avanço no processo de implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), porém de forma mais lenta do que o previsto e que depende de fatores externos à atuação da Unidade Responsável pelo Programa. As ações de cobrança pelo uso de recursos hídricos nas demais bacias selecionadas para o período deste PPA, que retratam a efetivação do indicador do Programa, não foram incluídas na Lei Orçamentária 2007, o que evidencia a impossibilidade de ampliação dos resultados alcançados até o exercício de 2006.

### 2. TAXA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO COM IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, EXCLUÍDA A BACIA AMAZÔNICA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,66
**Índice previsto ao final do PPA:** 20,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Houve avanço no processo de implementação dos instrumentos da PNRH, porém de forma mais lenta do que o previsto e que depende de fatores externos à atuação da Unidade Responsável pelo Programa. As ações de cobrança pelo uso de recursos hídricos nas demais bacias selecionadas para o período deste PPA, que retratam a efetivação do indicador do Programa, não foram incluídas na Lei Orçamentária 2007, o que evidencia a impossibilidade de ampliação dos resultados alcançados até o exercício de 2006.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Lei nº 9.433/97, em seu Artigo 1º, estabelece que: "a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos". Desta forma, está reforçado que o modelo de gerenciamento de recursos hídricos pressupõe como unidade de gestão a bacia hidrográfica, no âmbito da qual deverão ser fortalecidos os instrumentos de outorga cobrança e fiscalização e implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio a atuação dos conselhos e agências de bacias, o que permitirá garantir a descentralização, a participação da sociedade e o fortalecimento do controle social visando a assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. Cabe ainda, no âmbito desta atuação, apoiar a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas e a capacitação técnica e operacional das entidades colegiadas, órgãos e instituições envolvidas no sistema, conforme disposto na legislação afeta.

É importante ressaltar a conveniência de um programa que vise a fortalecer o processo de implementaão dos instrumentos do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos no âmbito das bacias hidrográficas, possibilitando dar maior visibilidade às prioridades, aos recursos, aos produtos e aos resultados alcançados, permitindo uma maior clareza gerencial, especialmente na utilização de fontes de recursos vinculados, como no caso dos recursos originários da outorga pelo uso da água, cuja utilização será prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados, apoiando projetos aprovados pelo respectivo comitê.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Publicado o **Atlas Nordeste - Abastecimento Urbano de Água**, um estudo que tem por objetivo identificar os problemas e soluções de abastecimento de água nas sedes municipais com população urbana superior a 5 mil habitantes. A área de estudo abrange toda a Região Nordeste, incluindo a região do semi-árido brasileiro e parte do Estado de Minas Gerais, correspondente às bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha, Mucuri e Pardo;

- Elaborado o **Relatório Geo Brasil Recursos Hídricos**, que adota a metodologia GEO (estado, pressão e impactos, respostas, cenários e propostas) para apresentar análises integradas da gestão de recursos hídricos no Brasil;

- Lançado o livro **A Gestão dos Recursos Hídricos e a Mineração**, cuja edição foi possibilitada pela parceria com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), com

o propósito de apresentar à sociedade o estado do uso da água na atividade mineradora e de subsidiar, no âmbito empresarial, a implantação da gestão de recursos hídricos nos processos de lavra e beneficiamento de minérios;

• Iniciado o Projeto Caminho das Águas, uma parceria com a Fundação Roberto Marinho, cuja idéia é transmitir ao público-alvo os subsídios básicos para a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, por meio da produção e veiculação de séries de programas televisivos para a grade nacional do Canal Futura;

• Consolidados os procedimentos técnicos e administrativos para análise e emissão da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) para aproveitamentos hidrelétricos. Os aproveitamentos Jirau e Santo Antônio, situados no rio Madeira, foram analisados e tiveram as respectivas DRDHs emitidas em 2006. Foi suspensa a DRDH da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Piraju II, em decorrência do indeferimento da licença ambiental. A DRDH da usina hidrelétrica Dardanelos, no rio Aripuanã (MT) foi revista;

• Rio Paraíba do Sul: concluídas as obras de melhoria na tomada de água para o abastecimento da cidade de Barra Mansa (RJ) e a Estação de Tratamento de Esgotos do Distrito São Silvestre, em Jacareí (SP); iniciadas a execução das ações de controle de erosão em Barra Mansa (RJ) e Ubá (MG) e obras de interceptores e elevatórias em Juiz de Fora (MG) e Resende (RJ); iniciados o combate e controle da proliferação do capim capituva no trecho paulista da bacia; monitorados os reservatórios do Sistema Hidráulico; aperfeiçoados os procedimentos operacionais de cobrança para a bacia, com a migração dos cadastros para o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH);

• Açude Cocorobó (BA): definidas regras de uso da água, limitando a vazão de captação do açude e estabelecendo níveis de eficiência no uso. Regularizados 93 usuários de água e cadastrados 336 usuários;

• Iniciada a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce (MG/ES), com a realização de ajustes nos termos de referências, para inclusão de contribuições dos Comitês das Bacias Afluentes;

• Implementada a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e criado um mecanismo diferenciado de pagamento;

• Foi definida a regra geral para captações de água na Lagoa Mirim (RS), baseada no nível da água na lagoa, o que permitiu a regularização de 13 grandes usuários de recursos;

• Aperfeiçoada a metodologia aplicada para cadastramento de usuários da bacia do rio São Francisco;

• Rios Tocantins e Araguaia: iniciada a elaboração do Plano Estratégico de Recursos Hídricos;

• Iniciada a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (MG/BA).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física apresentou resultados compatíveis com a programação. Houve variação de 25% a 300% em relação aos resultados almejados. Esta variação ocorreu ao longo dos anos nos programas coordenados pela Agência Nacional de Águas (ANA), indicando uma dificuldade em aferir os resultados quantitativamente. Assim, aferir os dados qualitativamente, seria uma alternativa ao modelo em uso.

A execução do gasto das ações do Programa apresentou variação de 32% a 100%, sendo os recursos considerados suficientes.

O desempenho do Programa não pôde ser considerado melhor por três razões básicas:

a) limite insuficiente de recursos orçamentários e financeiros;
b) fluxo inconstante na liberação de recursos;
c) não implantação do processo de cobrança em algumas bacias selecionadas.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O modelo de definição dos limites orçamentários por órgão, nitidamente decrescente nos últimos anos em relação à ANA, impacta negativamente no desempenho do Programa, uma vez que a demanda de recursos para o cumprimento das atribuições legais - decorrentes da Lei nº 9.433/97 - tem apresentado elevado nível de crescimento, em razão do início da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em diversas bacias hidrográficas de rios de domínio da União. Cabe lembrar que o processo de negociação para implantação de comitês e de agências de bacias é demorado e necessita do apoio técnico e financeiro, até que a cobrança pelo uso de recursos hídricos seja suficiente para a auto-sustentação do sistema local.

Por meio da revisão anual do PPA 2007, foi proposta e incluída a Ação Enquadramento de Corpos D'Água. O Programa também recebeu as ações do Programa 1304 – Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas. Com essas providências, o Programa, agora com o nome Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas, além de implementar os instrumentos da PNRH, executa ações de conservação de bacias hidrográficas, despoluição de corpos d'água e uso racional da água, com recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, e outros do Orçamento da União.

Além do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), a execução de resultados é acompanhada por meio de sistema informatizado, que apresenta as intervenções (convênios, contratos e outros), vinculando-as aos respectivos gastos. Em 2007, entrará em funcionamento o módulo de planejamento, que passará a orientar a alocação de recursos e, inclusive, permitirá o acompanhamento do gasto em nível detalhado e suficiente para o gerenciamento, a tomada de decisão e a correção de rumos. Espera-se uma substancial melhoria da qualidade da informação, da transparência da execução e dos resultados alcançados.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# QUALIDADE AMBIENTAL

## OBJETIVO

Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.899.144,00 | Empenho Liquidado: | R$ 16.505.182,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 16.505.182,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. QUANTIDADE DE MATERIAL PARTICULADO LANÇADO NA ATMOSFERA

**Unidade de medida:** tonelada
**Índice apurado em 2006:** 116.930
**Índice previsto ao final do PPA:** 150.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta.

Conforme comentado no relatório de 2005, o Indicador Quantidade de Material Particulado Lançado na Atmosfera estava com a metodologia de cálculo defasada e, por isso, não poderia ser mais atualizado. Dessa forma, na revisão do Plano Plurianual (PPA) em 2006, foi proposto um novo indicador denominado Número de Episódios Anuais de Violação do Padrão Diário de Qualidade do Ar para os Parâmetros de Material Particulado Inalável (PM10) e Ozônio ($O_3$). Este indicador quantifica o número de episódios de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros de material particulado inalável e ozônio, registrado durante o ano, através das redes de monitoramento da qualidade do ar das regiões metropolitanas de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), além da região de Cubatão, no interior paulista, o que corresponde a aproximadamente 22% da população brasileira, segundo o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No comparativo entre os anos de 2005 (base utilizada ao se criar o indicador) e 2006, observou-se uma diminuição no número de violações do parâmetro material particulado (de 113 para 81), o que pode indicar um avanço nas políticas de controle da poluição atmosférica.

Outro indicador criado na revisão do Programa, em 2006, foi o Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio. Este indicador era utilizado no Programa Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, o qual foi encerrado. Para o cálculo desse indicador são considerados os clorofluorcarbonos (CFCs) dentre todas as substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs), por apresentarem maior consumo no Brasil. Esse dado é obtido por meio do Cadastro Técnico Federal (CTF) e diz respeito às substâncias do Grupo I do Anexo A do Protocolo de Montreal (CFC 11, 12, 113, 114 e 115).

**2. NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS DE INFRA-ESTRUTURA SEM LICENÇA DE OPERAÇÃO**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 147
**Índice previsto ao final do PPA:** 50

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a viabilidade para o alcance do índice proposto ao final do PPA está diretamente ligada ao prosseguimento na modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), visando à introdução de novas ferramentas técnicas na avaliação dos processos de licenciamento ambiental.

A apuração do índice representa o número de empreendimentos de infra-estrutura considerando as fases do licenciamento ambiental em andamento - ainda sem a licença de operação, no entanto -, tendo na área de transportes as rodovias, as ferrovias, as hidrovias e os portos, e na área de energia as hidrelétricas, as linhas de transmissão e outros.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A degradação da qualidade ambiental que vem ocorrendo nas últimas décadas tem influenciado de forma negativa a qualidade de vida da sociedade brasileira. A degradação ambiental decorre da utilização desmedida dos recursos naturais, da emissão de gases que afetam a camada de ozônio e o sistema climático global, das substâncias químicas e resíduos industriais perigosos e do nível de poluição do ar. Agregam-se a isso os impactos ambientais decorrentes das atividades de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento do País. Para se ter uma idéia, existem hoje, no mundo, mais de 100 mil substâncias químicas comercializadas e a cada ano são introduzidas cerca de 2 mil novas substâncias, das quais apenas um número reduzido foi testado quanto à sua toxicidade para os seres humanos e para o meio ambiente.

Os especialistas prevêem que esta produção continuará crescendo, principalmente nos países em desenvolvimento, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico entre Países em Desenvolvimento (OCDE). Por isso, a promoção da segurança química tem para o Brasil relevância inequívoca, visto que o País está entre os 10 maiores produtores e é o sétimo maior consumidor de produtos químicos em nível mundial, além de ser o maior produtor e importador, no gênero, na América Latina. Em termos espaciais, os riscos não têm fronteiras; podem ocorrer localmente, ou ter impactos mais amplos, na medida em que afetam ecossistemas regionais ou mesmo globais.

Os padrões de produção não-sustentável provocam o aumento da quantidade e variedade de produtos perigosos persistentes e resíduos lançados no meio ambiente. Uma abordagem preventiva, centrada na mudança de padrões tecnológicos de produção, significa adotar uma estratégia de produção mais limpa, demonstrando ao setor produtivo as vantagens ambientais, sociais e econômicas desta produção, na medida em que possibilita às empresas ganhos de competitividade, com garantias de sobrevivência em um mercado globalizado.

Em relação ao sistema climático global, a continuação das emissões nos padrões atuais provocará um aumento de até 5,8°C na temperatura média da Terra nos próximos 100 anos. E, como conseqüência, o nível dos oceanos aumentará até 88 cm, com prejuízos incalculáveis para regiões costeiras e países insulares, além de problemas como secas severas, modificação de regimes hidrológicos, entre outros. Para enfrentar as constantes ameaças ambientais, o setor público precisa aperfeiçoar seus instrumentos de gestão e promover ações articuladas, as quais possibilitem a eliminação, a mitigação ou o controle de riscos ambientais e o combate rápido e efetivo a situações emergenciais.

Estas ações integradas de monitoramento, fiscalização e atuação direta devem ser desenvolvidas por equipes capacitadas, instrumentalizadas, apoiadas por especialistas e municiadas de informações organizadas e atualizadas. Desta forma, se torna possível apresentar respostas claras e efetivas à sociedade, nas situações em que estiverem ameaçadas as condições e a qualidade de vida das populações, bem como o patrimônio ambiental. Esta diretriz foi explicitada no Programa de Governo, nas Diretrizes da Ministra do Meio Ambiente e nos objetivos setoriais definidos pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Emissão de um total de 278 licenças ambientais, englobando todas as modalidades e fases do licenciamento;

- Implementação do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental (PNLA) já concluída em todos os Estados da federação. O PNLA se constitui em um meio de divulgação de informações sobre o licenciamento ambiental em âmbito nacional, atendendo ao disposto na Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, a qual determina o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e nas entidades que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama);

• Foram analisados 79 projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), dos quais 52 foram aprovados. O potencial de redução de emissões dessas atividades ultrapassa os 4 milhões de toneladas de dióxido de carbono ($CO_2$) por ano. O potencial de redução de emissões dos 52 projetos aprovados, em 2006, encontra-se em torno de 37.143.760 toneladas de $CO_2$ para o primeiro período de obtenção de créditos (sete anos para algumas atividades e 10 anos para outras). O número crescente de projetos de MDL aprovados certamente contribui de forma direta para a melhoria da qualidade ambiental, através da redução de emissão de gases de efeito estufa;

• Na esfera do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), um dos principais objetivos da Resolução CONAMA 267/2000 foi cumprido em 2006. A importação de CFC, um dos gases que promovem a destruição da camada de ozônio, está proibida a partir de 1º de janeiro de 2007. Com isso, o Brasil se antecipou ao previsto pelo Protocolo de Montreal, quanto à eliminação do consumo desse gás até 2010;

• Foi firmada uma cooperação técnica entre MMA e distribuidoras de energia elétrica, no sentido de promover a substituição de refrigeradores domésticos antigos - de alto consumo de eletricidade - por equipamentos novos, mais eficientes em comunidades de baixa renda. A aquisição e distribuição dos refrigeradores novos são realizadas com recursos das concessionárias por meio dos Programas de Eficiência Energética (PEE);

• Foi lançada a **Coletânea de Legislação para o Licenciamento Ambiental de Resíduos Sólidos Urbanos**, **Sistemas de Tratamento de Esgotos e Assentamentos de Reforma Agrária**;

• Publicação do livro **Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica**;

• Elaboração de dois manuais: **Manual de Normas e Procedimentos para o Processo de Licenciamento Ambiental de Mineração** e **Manual de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal**. A elaboração de tais manuais é fruto da necessidade de serem ajustados os procedimentos de licenciamento ambiental, em âmbito federal, para suprir às crescentes demandas sobre o licenciamento conduzido na esfera federal, bem como para que os mesmos sejam compatibilizados com as recentes alterações procedimentais definidas pelo Ibama;

• Elaboração de dois estudos: Impactos Ambientais na Cadeia Produtiva, Distribuição e Uso do Biodiesel e Documento-Base de Apoio às Discussões sobre Impacto Socioeconômico no Licenciamento Ambiental;

• Fortalecimento da estrutura institucional do P2R2 prevista no Decreto nº 5.098/04 por meio da criação dos comitês de indústria, transporte rodoviário e transporte ferroviário, com o objetivo de identificar prioridades e demandas de ação e traçar estratégia de atuação;

• Acompanhamento e defesa dos interesses brasileiros nas reuniões internacionais referentes ao tema Mudança Global do Clima, principalmente nas sessões da Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, nas reuniões das Partes do Protocolo de Quioto (COP/MOP) e nas reuniões dos Órgãos Subsidiários de Implementação e de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBI e SBSTA);

• Foram realizadas ações visando à consolidação da implementação das convenções de Estocolmo, Basiléia e Roterdã, que buscam, de forma geral, reduzir e controlar os riscos decorrentes da exposição às substâncias perigosas e aos resíduos industriais;

• Elaboração do Plano de Ação Regional para Prevenção e Controle da Contaminação por Mercúrio nos Ecossistemas Amazônicos (PAM), cujo objetivo é o estabelecimento de uma estratégia de cooperação para promover o controle dessa substância;

• Realização de diversos cursos de capacitação voltados para a temática Qualidade Ambiental;

• No âmbito da qualidade do ar foram elaborados os seguintes relatórios:

a) **Relatório Técnico e Sumário Executivo Avaliação do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores;**
b) **Relatório Técnico e Sumário Executivo Avaliação do Programa de Inspeção e Manutenção dos Veículos Automotores em Uso no Rio de Janeiro;**
c) **Caderno Institucional Proconve: 20 Anos Respirando um Ar Melhor**.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

De maneira geral, foi satisfatório o alcance dos resultados em 2006, asso,assim como a execução física das ações. Todas as ações obtiveram produtos significativos durante o exercício. A execução do Ibama foi acima de 100% para a Ação Licenciamento Ambiental Federal, o que é resultado da superação das dificuldades encontradas, principalmente em relação à falta de treinamento e à capacitação dos servidores.

Nos projetos de cooperação internacional, a execução física e financeira é realizada por meio do Sistema de Informações Gerenciais de Meio Ambiente (SIGMA), como é o caso da Ação Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental. Está sendo implementado, no Ibama, o acompanhamento pelo Sistema do Licenciamento Ambiental (SISLIC).

No caso das ações que dependiam da celebração de convênios, a execução foi prejudicada pela dificuldade na viabilização dos mesmos, principalmente pela inadimplência dos órgãos ambientais estaduais.

Em 2006, foram descentralizados recursos para o Ibama, os quais contribuíram na estruturação do órgão para atuação na prevenção, no controle e na fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo.

O relatório de atividades demonstra que os objetivos foram alcançados. Outros recursos repassados por meio de convênio também tiveram execução adequada, sendo que alguns deles estão na fase de entrega final de seus produtos. A execução das ações do Ibama e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) foram boas, elevando o grau de execução do Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa vem sendo aprimorado constantemente. Em 2006, foram criados novos indicadores e o escopo de algumas ações foi ampliado.

O Grupo de Trabalho Ozônio se reúne com diversos órgãos e com a iniciativa privada para solucionar os problemas de emissões de gases que destroem a camada de ozônio. O Ibama complementou: "os órgãos envolvidos nas questões relacionadas aos procedimentos do licenciamento ambiental tais como órgãos governamentais e não governamentais e representação da comunidade reúnem-se nas diversas fases do licenciamento ambiental".

Segundo o Ibama, a capacitação dos técnicos envolvidos no licenciamento ambiental, assim como os equipamentos e o espaço físico, necessitam de reformulação permanente. E não há como atingir os resultados em sua plenitude apenas com recursos da União.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

## OBJETIVO

Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação.

## PÚBLICO-ALVO

Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 346.414.789,00 | Empenho Liquidado: | R$ 341.490.638,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 341.490.638,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE PARA O USO DOS RECURSOS PESQUEIROS

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito baixa

A principal fonte de dados para a aplicação do indicador é o Sistema de Mapas de Bordo, que fornece a captura por unidade de esforço (CPUE) dos recursos que são utilizados pelas principais pescarias brasileiras. O Sistema encontrava-se desativado e somente no final de 2005 foi retomado. Entretanto, a série de dados gerados foi insuficiente para possibilitar a aplicação da fórmula empregada. Serão necessários pelo menos dois anos de dados disponíveis para que se possa comparar a situação dos estoques de um ano para o outro e, mesmo assim, de forma parcial, já que os resultados alcançados após a aplicação de uma medida podem ser mais demorados e dependem da longevidade dos recursos em questão (recursos com ciclo de vida longo somente irão apresentar resultados após alguns anos).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

As melhores informações científicas disponíveis sobre o estado dos principais recursos pesqueiros costeiro-marinhos concluem que cerca de 80% deles encontram-se

sobreexplotados, ameaçados de sobreexplotação ou próximos de tais níveis. O excesso de esforço de pesca tem sido apontado como a causa mais visível de tal situação, não se desprezando o efeito deletério do conjunto das ações antrópicas em terra.

No que se refere aos ambientes aquáticos continentais, embora não se tenham informações científicas suficientes, as observações empíricas e as informações correntes de grupos de pescadores apontam para uma considerável perda de produtividade pesqueira em tais ambientes. Este quadro é relacionado principalmente com o barramento dos principais rios para usos múltiplos dos recursos hídricos, o desmatamento das margens e de áreas de cabeceira, o assoreamento de lagos e lagoas marginais, e a poluição, tanto química quanto orgânica.

No plano nacional, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 20, 23, 24 e 225 define os princípios suficientes para que o Estado estabeleça normas e padrões de acesso e uso dos recursos pesqueiros, tendo a sustentabilidade como objetivo primeiro. No plano infraconstitucional, o Decreto-Lei nº 221, de fevereiro de 1967, se constitui no diploma legal que dá sustentação às normas que disciplinam o acesso e uso dos recursos pesqueiros. No plano internacional, a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar e o Código de Pesca Responsável da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) se constituem nos principais diplomas que orientam tal ação do Estado.

O principal desafio que se apresenta no marco do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 é a construção de um sólido Sistema de Gestão de Recursos Pesqueiros, que tenha a sustentabilidade como elemento central. Devem ser atributos fundamentais de tal sistema: uma estrutura de compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários de tais recursos, e a troca entre o saber científico e os saberes e conhecimentos tradicionais das populações pesqueiras. Crê-se que, desta forma, se possa construir condições para o aumento da produção nacional de pescado, para o aumento do nível de emprego e renda no setor pesqueiro, contribuindo, assim, para a inclusão social e a justiça ambiental. Para tanto, propõe-se que o sistema de gestão que está sendo gerado no marco do PPA 2000-2003 seja implementado com o estabelecimento de fóruns de negociação de objetivos e projetos, entre o Estado e os usuários; que sejam aperfeiçoadas e ampliadas as estruturas conceituais e físicas de coleta e difusão de informações biológico-pesqueiras, bioecológicas e sócio-ambientais e de avaliação de recursos; que sejam gerados e implementados planos de gestão por recurso, bacia hidrográfica ou ecossistema; que seja reconstruído e aperfeiçoado o sistema de licenciamento pesqueiro; que sejam desenvolvidos e implementados instrumentos econômicos específicos e apropriados para a gestão de recursos pesqueiros. E que seja ampliado e aperfeiçoado o Sistema de Fiscalização do Acesso e Uso dos Recursos Pesqueiros.

Constituem-se condicionantes favoráveis à implementação do Programa o próprio Programa de Governo, as diretrizes definidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e, por mais paradoxal que pareça, o despertar crescente dos usuários para o fato inconteste de que sem recursos pesqueiros não é possível haver atividade pesqueira. Por

outro lado, o baixo nível histórico de alocação de recursos orçamentários e fragilidade das organizações representativas dos usuários em seus aspectos de representatividade e legitimidade constituem-se nos principais condicionantes desfavoráveis à implementação do Programa.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Para o período em questão (2006), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concebeu e passou a implantar um Modelo de Gestão Compartilhada do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros, que tem como principal fundamento o compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários (pescadores, armadores, industriais e sociedade civil organizada) dos recursos pesqueiros. Neste contexto, além dos comitês já existentes do uso sustentável da lagosta e sardinha foi criado o Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica, do qual participam os órgãos estaduais de meio ambiente dos Estados da bacia, universidades, representantes dos usuários dos recursos pesqueiros e organizações não-governamentais (ONGs). Como conseqüências desse modelo, foram elaborados, no âmbito de cada Comitê, os Planos de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta e da Sardinha, espécies altamente sobreexplotadas;

• No âmbito da ação Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva (Revimar), decorrente da necessidade de se implementar um permanente monitoramento do uso dos principais estoques pesqueiros, foi elaborada a Proposta Nacional de Trabalho (PNT) para o período de validade do VI Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM);

• No processo de ordenamento do acesso e uso dos principais recursos pesqueiros, foram realizadas cerca de 30 reuniões que resultaram na publicação de 36 Instruções Normativas que contribuirão para a diminuição do esforço de pesca sobre esses recursos, a manutenção dos estoques e a garantia da biodiversidade;

• Foi iniciado o ordenamento de recursos pesqueiros em Reserva Extrativista (Resex) nos Estados do Amazonas, de Santa Catarina, do Rio de Janeiro, da Bahia, do Ceará e o apoio à criação de Reservas Extrativistas de Pesca Artesanal em nível federal;

• Com o objetivo de oferecer uma visão geral sobre a situação atual do ordenamento pesqueiro no Brasil e no mundo, considerando os aspectos institucionais e políticos, bem como ferramentas que permitam conhecer os processos adotados para o planejamento adequado da gestão frente às novas demandas relacionadas com a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros, foram promovidos dois cursos de Capacitação em Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros onde foram capacitados 77 analistas ambientais do Ibama;

• Realizadas reuniões e oficinas de capacitação relacionadas à elaboração de planos de gestão e de recuperação para as espécies de peixes e invertebrados aquáticos ameaçadas e sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação, sob a coordenação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), com participação do Ibama, de acordo com a Instrução Normativa MMA nº 05/2004 atualizada por meio da Instrução Normativa MMA nº 52/2005;

• Intensificadas operações de fiscalização dos recursos pesqueiros, visando ao combate da pesca predatória e ao controle do defeso (da lagosta, sardinha, caranguejo e camarão), bem como as operações de rotina e as de defeso da piracema nas bacias hidrográficas brasileiras;

• Implantação dos seguintes programas:

a) Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), implementado em conjunto com a Marinha do Brasil e Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), que possibilitou a publicação de diversas Instruções Normativas Interministeriais, dentre elas a que estabelece os limites estaduais nas águas sob jurisdição brasileira;
b) Programa Nacional de Fiscalização da Lagosta, que elaborou e apresentou o Plano Nacional de Fiscalização da Pesca de Lagostas (PNFPL), bem como possibilitou a operacionalização do Núcleo de Operações Aquáticas do Nordeste do Brasil (NAQUA/NE);

• Concluída a etapa de concepção e encontrando-se na fase de desenvolvimento, para posterior operacionalização, o Sistema para Gerenciamento do Uso dos Recursos Pesqueiros (SIPESCA), que tem como objetivo desenvolver e implantar um sistema de informações que auxilie na tomada de decisões na gestão do uso dos recursos pesqueiros do Brasil;

• Consolidado e disponibilizado o **Boletim da Estatística Pesqueira Nacional do ano de 2005**;

• Além do licenciamento dos pescadores amadores, foram realizadas 24 Oficinas de Guia de Pesca, totalizando 616 pessoas capacitadas, atendidas 14.300 crianças com as Oficinas de Pesca Infantil, e realizadas três prospecções para identificação de áreas com potencial para a pesca esportiva;

• Realizado um amplo trabalho visando a orientar o pescador amador sobre as regras para a pesca amadora pelos seguintes meios: sítio na Internet, publicações (folheto com as regras de pesca, Guia de Pesca Amadora: peixes de água doce, Guia de Pesca Amadora: peixes marinhos, Caderneta de Pesca, Caderneta de Pesca infantil, Guia de Recordes: peixes de água doce, Pesque-e-solte: informações gerais e procedimentos) e participação em eventos de pesca, turismo e meio ambiente;

• A Ação Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática na Amazônia está pautada na execução do Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia (AquaBio), de Cooperação Internacional. Os principais eventos vinculados à elaboração e negociação do Projeto AquaBio em 2006 foram os seguintes:

a) Banco Mundial enviou convite para a negociação do Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia (AquaBio) com o Governo Brasileiro em 31 de janeiro de 2006;
b) com a autorização para negociar concedida pela Secretaria de Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (SEAIN/MP) realizou a negociação do Projeto nos dias 27 e 28 de abril;

c) Acordo de Doação entre o Banco Mundial e o Governo Brasileiro, representado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do MF (PGFN), foi assinado em 15 de setembro de 2006;

d) Projeto de Cooperação Técnica para a execução dos dois primeiros anos do Projeto AquaBio foi assinado pelas três partes: MMA, Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 14 de dezembro de 2006;

• No âmbito da Ação Seguro Desemprego, foi dada continuidade à utilização do instrumento seguro desemprego ao pescador, como apoio às medidas de gestão do uso dos recursos pesqueiros, em especial aos períodos de piracema nas bacias hidrográficas brasileiras e nos períodos de reprodução em águas marinhas.

• A insuficiência de recursos financeiros, o atraso ou mesmo a não liberação de recursos na época adequada para realização de algumas atividades, em especial daquelas que envolvem fenômenos ambientais sazonais, como reprodução de espécies, migração, etc comprometeram a execução na totalidade de algumas atividades.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados, em 2006, foram considerados dentro do esperado e, de modo geral, as metas físicas foram atingidas. Entretanto, uma avaliação qualitativa evidencia alguns prejuízos, especialmente decorrentes da insuficiência de recursos financeiros e da não liberação desses recursos na época adequada para a realização de algumas atividades, especialmente, aquelas que envolvem fenômenos ambientais sazonais como: reprodução e migração de espécies, entre outros. A descontinuidade na liberação dos recursos financeiros e a insuficiência das dotações, associadas a outras situações orçamentárias, têm sido os principais entraves para a consecução de melhores resultados do programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Encontra-se em discussão a ampliação de outros indicadores complementares para o Programa. Apesar da composição estar adequada, entendemos que existe um desequilíbrio na quantidade de recursos alocados para as distintas ações, o que remete à necessidade de adequar e ampliar os quantitativos das mesmas. Como exemplo, citamos os recursos alocados para a ação seguro desemprego em relação às demais ações do Programa.

Após cada evento ou reunião para definição das medidas de ordenamento do uso dos recursos, os participantes são convidados a apresentar uma avaliação dos resultados obtidos. As eventuais falhas ou contribuições são discutidas e, quando apropriadas, incorporadas ao processo de execução das ações. A participação dos usuários é, ainda, indispensável para viabilizar o cumprimento na aplicação das medidas de gestão adotadas.

**RECOMENDAÇÕES**

• Não há recomendações.

# RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

## OBJETIVO

Proporcionar meios para a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, na perspectiva da universalização dos serviços e da sustentabilidade dos empreendimentos, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, e na promoção de inserção social de catadores de materiais recicláveis.

## PÚBLICO-ALVO

População de menor nível sócio-econômico, residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 63.237.670,00 | Empenho Liquidado: | R$ 54.749.749,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 54.749.749,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 169.000.000,00 | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM DISPOSIÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 43

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Este Indicador do Programa, que não se encontra em apuração anualmente com base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), foi alterado na última revisão do Plano Plurianual (PPA) de agosto de 2006, sendo substituído pelos indicadores: Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos, também apurado na PNAD. Não foi possível avaliar os resultados alcançados pelo Programa, já que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não realizou a medição do índice no ano de 2006.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Justificam a existência do Programa:

a) deficiências de cobertura e de qualidade dos serviços de limpeza urbana, com conseqüências negativas sobre o ambiente e a qualidade de vida nas cidades, e prejuízo maior para a população de menor nível sócio-econômico e para os Municípios de menor porte;
b) a baixa capacitação institucional e técnica dos Municípios, comprometendo a sustentabilidade das ações de limpeza urbana;
c) a disposição inadequada dos resíduos em lixões e cursos d'água, com conseqüências negativas sobre a qualidade das águas, solo e ar e sobre a capacidade de condução dos cursos d'água e dos sistemas de drenagem;
d) a escassez de recursos para expansão da cobertura dos sistemas existentes;
e) a existência de trabalho de adultos e crianças em condições degradantes nos lixões e na coleta seletiva informal e a ausência de mecanismos de controle social na prestação dos serviços.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Celebrados 117 convênios, atendendo a 115 Municípios com até 30 mil habitantes, e beneficiando aproximadamente 124.110 famílias;

• Na Região Nordeste foram liberados R$ 185.681,10 entre 1º de janeiro e 15 de junho de 2006, beneficiando 821 famílias do Estado da Bahia; na Região Norte, as ações foram efetivadas no Município de Rio Branco (AC), com valor do investimento de R$ 10.687 milhões e valor de empréstimo de R$ 9.618,3 milhões; na Região Sudeste foram investidos R$ 22.390.192,67, desembolsados R$ 906.094,47, atendendo a uma população de 256.537 habitantes e gerando 2.495 empregos. As ações foram efetivadas nos Municípios de Ituiutaba (MG), Poços de Caldas (MG), Atibaia (SP), Araguari (MG), Vazante (MG), Santo Antônio do Monte (MG), Várzea da Palma (MG), Capinópolis (MG), Itaú de Minas (MG), Presidente Prudente (SP), Amparo (SP), Peruíbe (SP) e Votorantim (SP);

• Elaboração do Projeto de Regionalização dos Serviços de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conveniado com o Instituto Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA-ES);

• Gerenciamento integrado dos resíduos sólidos da bacia hidrográfica do rio Moxotó com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (PE), SECTMA;

• Diagnóstico simplificado das condições de gestão dos resíduos sólidos de 22 Municípios do Estado do Piauí (PI);

• Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em quatro Municípios, com número de habitantes entre 30 mil e 250 mil: Guaíra (SP), Pato Branco (PR), Laranjeiras do Sul (PR) e Delmiro Gouveia (AL);

• Estruturação de um sistema de assistência técnica a distância e difusão de informações relativas a experiências de gestão de resíduos sólidos com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);

• Realização de quatro oficinas de capacitação em Municípios do Estado do Piauí (PI) tratando do intercâmbio de experiências entre Brasil, Itália e Portugal sobre a Gestão Associada na Área de Resíduos Sólidos Urbanos;

• Celebração de quatro convênios relativos ao Edital FNMA 4/2003 - Catadores de Materiais Recicláveis: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (CEASB), em Alagoas (AL), Fundação Conscienciarte, em Minas Gerais (MG), Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura, no Paraná (PR), e Centro de Estudos Socioambientais PANGEA, na Bahia (BA);

• Celebração de seis convênios relativos ao Edital FNMA 7/2005 - Resíduos Sólidos na Bacia do Rio São Francisco: Formiga (MG), Porteirinha (MG), Lagoa Santa (MG), Correntina (BA), Ouro Preto (MG) e Pirapora (MG);

• Projeto de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), aplicado à redução de emissões do biogás gerado nas unidades de disposição final de resíduos sólidos de 30 Municípios selecionados no âmbito do Projeto MDL, para contribuir com o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas, com a erradicação dos lixões, a inclusão sócio-econômica dos catadores e o aproveitamento energético.

• O contingenciamento orçamentário das ações continua sendo a maior restrição que o Programa, em geral, enfrenta no alcance dos resultados. Igualmente, em 2006, as restrições da Lei Eleitoral colaboraram para a baixa execução do Programa.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Não houve compatibilidade entre os recursos financeiros liberados e o cumprimento das metas físicas previstas na Lei Orçamentária de 2006. O percentual disponibilizado comprometeu o cumprimento das metas físicas previstas. De modo geral, anualmente, utiliza-se a totalidade dos recursos orçamentários descontingenciados para formalização de novas contratações, enquanto os limites financeiros são utilizados para a liquidação e pagamento das obras/serviços inscritos em restos a pagar. Desta forma, as informações de execução disponibilizadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) geram a impressão de que a execução física foi incompatível com o montante de recursos liquidados.

As ações com recursos não-orçamentários, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério das Cidades (MCidades), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), não apresentam resultados preenchidos no Programa. Por outro lado, as ações do componente institucional do Programa (ações de custeio), não previstas com recursos do PPA 2004-2007, sobretudo, as ações apoiadas com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD), foram responsáveis por intervenções estruturantes, como as ações de capacitação de prestadores de serviço e o desenvolvimento de banco de dados e sistemas de informação na área de resíduos sólidos.

O Programa não dispõe de um processo direto de avaliação e monitoramento junto aos usuários. Uma proposta de solução neste sentido, que está sendo colocada por parte do Grupo Interministerial de Resíduos, é adotar como condicionante nas ações de resíduos sólidos no âmbito do Programa Compartilhado de Resíduos Sólidos a criação ou adequação de conselhos municipais (de saúde, saneamento ou meio ambiente) e/ou a implantação de um fórum municipal para estimular a ampliação da participação dos vários segmentos. Trata-se de municipalidade, comunidade, organizações não-governamentais (ONGs) e outros na gestão dos resíduos sólidos, discutindo, diagnosticando, elaborando e implantando um modelo local de gestão dos resíduos sólidos urbanos que seja participativo, que envolva a sociedade civil e que promova o controle social das atividades realizadas. Desta forma, será possível a interlocução dos conselhos municipais com os conselhos das cidades, do meio ambiente ou da saúde e, em última instância, com o Grupo Técnico Interministerial de Resíduos, envolvendo, ainda, a Caixa Econômica Federal (CEF), como agente operador. Entretanto, os mecanismos para que esta interlocução ocorra ainda estão sendo definidos.

As parcerias com as organizações não-governamentais foram consideradas insatisfatórias, no sentido de consolidar a capacitação para o adequado gerenciamento dos sistemas implantados com os recursos governamentais e com a instrumentalização dos Municípios para a organização dos conselhos municipais - voltados para a gestão e o controle social das ações e para a organização das cooperativas de catadores. O aperfeiçoamento destas parcerias está sendo exercitado. Encontra-se em processo de discussão, a reformulação do Programa Resíduos Sólidos Urbanos, para a implementação de novas diretrizes e novos mecanismos, que propiciem maior integração entre os órgãos executores e os parceiros não-governamentais.

O Programa tem uma boa articulação e os parceiros têm bom relacionamento entre os vários executores das ações. Entretanto, ainda há dificuldade de troca de informações com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), além da dificuldade de preenchimento do SIGPlan durante todo o ano.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A área de abrangência do Programa Resíduos Sólidos Urbanos (PRSU) focaliza, preferencialmente, Municípios com renda média baixa, que necessitam de ação compensatória do Governo Federal para dotá-los de condições adequadas, em relação ao manejo dos resíduos sólidos. Assim, a precariedade dos serviços de coleta e a destinação final adequada de resíduos ocorrem justamente nesta faixa de Municípios brasileiros menos dotados de infra-estrutura, que dispõem de serviço de coleta de lixo quase sempre não-satisfatório, com mais de 70% dos resíduos coletados vazados em lixões e em alagados, o que demonstra, portanto, a necessidade de apoio financeiro nesta área, nos Municípios em

questão. A crônica falta de recursos humanos e financeiros enfrentada por estes têm outras prioridades na aplicação do seu escasso orçamento - o que vem a reforçar a demanda destes por recursos federais. A pressão dos órgãos de controle ambiental e da opinião pública torna ainda mais frágeis as cidades menos favorecidas, fazendo com que elas busquem com mais freqüência os recursos do Orçamento da União para resolver o problema da destinação final adequada dos resíduos.

Na execução das ações com recursos descentralizados, a participação da CEF é muito importante para o inistério das (MCidades), que não possui pessoal em quantidade suficiente para acompanhar os convênios firmados. A agilidade e a permeabilidade das equipes da CEF em todo o País contribui também para o repasse de recursos posteriormente à medição dos serviços executados, o que confere mais agilidade aos processos e um controle maior sobre a qualidade e a execução dos serviços pelos convenentes. No âmbito da FUNASA, a descentralização por meio das suas 26 regionais distribuídas por todos os Estados - todas compostas por um corpo técnico competente para acompanhar os convênios desde a análise dos projetos até a sua execução -, confere maior agilidade e eficiência ao processo e, conseqüentemente, um maior alcance dos objetivos do Programa.

Existe uma iniciativa em curso entre os diversos Ministérios que atuam mais diretamente na área de resíduos sólidos e aqueles responsáveis por ações na área social ligada ao manejo dos resíduos, no sentido de articular as ações, de unificar os critérios de acesso aos recursos e de definir diretrizes e universo de atuação do Programa. Esta parceria, viabilizada e já consolidada por intermédio do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores e do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, vem ganhando mais força em função da revisão do Programa e da implementação das ações conjuntas emanadas do resultado do Planejamento Estratégico de 2006 proposto para a área de resíduos sólidos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

## OBJETIVO

Promover a recuperação, conservação, preservação e a mitigação de potenciais impactos ambientais decorrentes da crescente ação antrópica crescente, elevado comprometimento ambiental das bacias hidrográficas nacionais.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paraíba do Sul e Pantanal.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 131.893.035,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 110.245.253,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 110.245.253,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. TAXA DE VARIAÇÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE DA ÁGUA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

### 2. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 12
**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**3. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**4. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO SANTA BRANCA NA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 19

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**5. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO PARAÍBA DO SUL**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 15

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**6. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**7. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (A JUZANTE DA FOZ DO RIO PARÁ)**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 1

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**8. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 1

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**9. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO HIDROLÓGICA "PONTE RAUL SOARES" NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 15

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**10. DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**11. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**12. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO PARÁ)**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 48

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**13. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO RIO SÃO FRANCISCO (FOZ DO RIO DAS VELHAS)**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 42

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**14. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO PONTE RAUL SOARES NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 192

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**15. CONCENTRAÇÃO DE SÓLIDOS EM SUSPENSÃO NA ESTAÇÃO VERDE GRANDE NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Unidade de medida:** mg/l
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 17

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice do indicador não foi apurado em virtude dos custos e das dificuldades logísticas envolvidos na apuração de índices para uma base territorial tão extensa.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A ocupação desordenada do Território Brasileiro, em níveis rural e urbano, tem provocado graves impactos ambientais, especialmente no tocante à água. Embora o País possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, incluindo as áreas de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, ocasionando aumento na escassez (quantidade e/ou qualidade) tanto em regiões com alta disponibilidade de água, principalmente nos grandes centros urbanos, como em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro).

A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves para o desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos. A degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente, agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas.

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, estabelece como área de competência do Ministério do Meio Ambiente (MMA), entre outras coisas, a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; a Política de Preservação, Conservação e Utilização Sustentável de Ecossistemas e Biodiversidade e Florestas; proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais e políticas para integração do meio ambiente e produção.

O Decreto Federal de 5 de junho de 2001, criou o Projeto de Revitalização e Conservação do rio São Francisco, assim como também o Comitê de Gestão do Projeto, coordenado pelo MMA, através de sua Secretaria-Executiva. A Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97, apresenta como um de seus objetivos centrais, assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos.

Além disso, a mesma política apresenta como diretrizes gerais de ação, a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo. Corroborando o que está definido na legislação de recursos hídricos e na definição de competências do MMA, o Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) na Decisão nº 1.259/2002, determinou que o MMA adote critérios para a formulação do planejamento governamental, inclusive do PPA, a serem aplicados todas as vezes em que houver relação do planejamento com a gestão ambiental e de recursos hídricos e elabore um diagnóstico dos problemas da bacia do rio São Francisco, com o intuito de nortear as ações de conservação e revitalização daquela bacia e a partir desses pressupostos que o Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas se insere.

O Programa visa a promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa

forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias com situação de vulnerabilidade ambiental.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Além dos convênios firmados, foram também repassados recursos para autarquias e unidades ligadas ao MMA, ao Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) e ao Ministério da Integração Nacional (MI), com a finalidade de atender aos projetos de demandas técnicas e induzidas referentes às ações desenvolvidas pelo Programa;

• Disponibilização do Sistema de Informações do São Francisco (Sisfran), tendo como sítio: <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/sisfran>, além do sítio institucional: <http://www.mma.gov.br/saofrancisco>;

• Lançamento do Edital nº 35/2006, em parceria com o MCT e o MI, para formação da Rede de Pesquisadores do São Francisco, em apoio ao Programa de Revitalização da Bacia;

• Iniciada a implantação do Sistema de Monitoramento Ambiental da Bacia do rio São Francisco, tendo como objetivo principal o acompanhamento das alterações antrópicas futuras, assim como as alterações ambientais ocorridas nos últimos 10 anos na bacia;

• Implantação de dois Projetos Demonstrativos de Fiscalização na bacia do São Francisco, sendo eles: Mata Nativa, em Pernambuco e o Fiscalização Preventiva Integrada, na Bahia, em parceria com os Ministérios Públicos estaduais e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

• Incentivo à criação da Rede de Educadores Ambientais do São Francisco, em parceria com a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e o Programa Nacional de Educação Ambiental;

• Consolidação de Fóruns Intermunicipais de Revitalização do São Francisco e suas respectivas Comissões Locais de Meio Ambiente e Articulação Sócio-ambiental (Colmeia), que estão sendo criadas nas principais sub-bacias do São Francisco, em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, prefeituras, universidades, organizações não-governamentais (ONGs) e os Comitês de Sub-Bacias, consolidando um Sistema de Governança Sócio-ambiental, integrando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);

• Iniciadas as implantações das Agendas 21 Locais nas regiões de Três Marias (MG), Xingó (SE) e Araripe (CE) e nas sub-bacias dos rios Verde Grande e Paraopeba;

• Implementação inicial de duas redes de comunicação para as populações tradicionais do São Francisco e apoio à implementação de 46 pequenos projetos para comunidades tradicionais, em parceria com ONGs;

• Implementados 41 projetos demonstrativos de recuperação e manejo de microbacias em Minas Gerais, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Agência Nacional de Águas (ANA) e Empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG) e início da implantação do Primeiro Projeto-Piloto de Recuperação e Manejo de Microbacias na Caatinga, na região do rio Pajeú (PE);

• No âmbito do Programa de Revitalização, o MMA iniciou o Projeto Gestão de Conflitos relacionados à Mineração (Gescom), com a realização do I Seminário Gestão de Conflitos Relacionados à Mineração na região das nascentes e o Projeto-Piloto de Recuperação Florestal do Rio das Velhas, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Projeto Manuelzão (MG);

• Elaboração do I Plano de Desenvolvimento Florestal da Bacia do São Francisco em parceria com a Codevasf, a Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF/MMA) e a Universidade Federal de Lavras (UFLA), incluído a recuperação de Áreas de Proteção Permanente (APP), fomento a Florestas Plantadas, manejo florestal e o fortalecimento institucional envolvendo, inclusive, a difusão de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e a Regularização das Reservas Legais;

• No componente conservação, foram reestruturados os Parques Nacionais da Canastra, de Sobradinho, Marituba do Peixe e Piaçabuçu; finalizados estudos para implementação das Unidades de Conservação do Parque Nacional do Cânion do São Francisco, da Área de Proteção Ambiental (APA) do Xingó e do Monumento Natural de Paulo Afonso e disponibilizados recursos ao Ibama para estudos de criação de outras Unidades de Conservação nas regiões do Boqueirão da Onça, Dunas do Sobradinho (BA) e no sertão de Pernambuco;

• Implantação do Projeto SOS Onças do São Francisco e a II fase da Primeira Expedição de Fauna do São Francisco, contemplando o levantamento de mamíferos, carnívoros, primatas, quelônios, avifauna e ictiofauna;

• Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Municipal nos Municípios de Cabrobó (PE), Salgueiro (PE), Penedo (PE), Santa Maria (PE), Petrolina (PE), Bom Despacho (MG), Caeté (MG), Pirapora (MG), Juazeiro (BA), Barro Alto (BA), Bom Jesus da Lapa (BA), numa parceria com a Codevasf e as prefeituras supracitadas;

• Apoio ao Projeto de Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos Urbanos nos Municípios da Serra Geral no São Francisco no Estado de Minas Gerais e na sub-bacia do rio Moxotó, com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco (SECTMA/PE);

• Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável para a Bacia do São Francisco;

• Implantação do II Pólo de Gestão Ambiental Rural na região de Montes Claros, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a ONG CAANM;

• Mapeamento e regularização das áreas de comunidades tradicionais nas lagoas marginais do São Francisco, parceria entre a Codevasf e Universidade do Vale do São Francisco (Univasf);

• Implantação dos três primeiros Centros de Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) do São Francisco nas cidades de Paracatu (MG), Arcos (MG) e Petrolina (PE), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), a UFLA e a Univasf;

• Implantação de seis Fóruns de Articulação Estadual e dos respectivos Núcleos de Articulação (NAP) nos seis Estados da bacia hidrográfica do rio São Francisco e instalação dos cinco Fóruns Estaduais de Revitalização da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia;

• Estruturação da Secretaria Executiva do Programa de Revitalização dos Rios Tocantins-Araguaia (PROTAR), em Goiânia (GO), numa parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH/GO);

• Instalação de 12 Câmaras Técnico-Temáticas do Programa de Revitalização, representando o envolvimento direto de 4.585 pessoas no processo;

• Implementação das instâncias de gerenciamento do Programa de Revitalização, contando com cerca de 736 instituições, entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil e a assinatura do Termo de Adesão ao Processo de Revitalização Ambiental do São Francisco por 186 prefeituras beneficiárias da bacia do rio São Francisco.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

No cumprimento de metas e demandas apresentadas, várias dificuldades foram superadas mediante a formulação de parcerias com outros programas e/ou instituições. Grandes avanços foram obtidos com relação à prioridade dada para o nível local, formando uma ampla rede de contatos e parcerias com atores governamentais e da sociedade civil, apesar da pouca transversalidade e da baixa integração com políticas que são priorizadas e executadas na região da bacia, voltadas exclusivamente para o desenvolvimento econômico.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Outras ações estruturantes são efetivadas, abrangendo os componentes essenciais para o processo de revitalização, cobrindo todo o território das bacias, tais como: cadastro de usuários de água e o zoneamento econômico-ecológico do São Francisco, que são previstos no Plano Diretor da Bacia do Rio São Francisco. A bacia do São Francisco possui 40 territórios sócio-ambientais, compostos por 32 sub-bacias e pelas suas oito principais sub-regiões, como a foz, a nascente principal, as áreas das cinco grandes represas e as várzeas das lagoas marginais do médio São Francisco. Dessas regiões, estão sendo, inicialmente, priorizadas 12, onde se encontram os principais problemas sócio-ambientais.

Importante salientar que a participação social no Programa ocorre, principalmente por meio de fóruns colegiados, que são instâncias de gerenciamento e articulação tanto nos Estados como nas regiões intermunicipais e pela integração permanente com os Comitês de Bacias e os Conselhos de Meio Ambiente Municipais que atuam como colaboradores diretos do Programa, além das parcerias com as órgãos estatuais de meio ambiente (OEMAs), Ministérios Públicos, prefeituras, ONGs, universidades e escolas técnicas.

**RECOMENDAÇÕES**

• Os indicadores ambientais devem passar por uma revisão e reestruturação, após a realizaçao do primeiro Seminário Nacional de Indicadores e Bioindicadores de Bacias Hidrográficas, que será realizado no próximo ano pelo MMA, em parcerias com a ANA e o Ibama, para que sejam validados ainda em 2007;

• É necessário:

a) ajustar a parceria com a Codevasf e ampliar a integração com os Ministérios com o intuito de articular melhor os programas voltados para o proceso de revitalização ambiental de bacias hidrográficas;
b) priorizar a alocação de recursos federais e a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional, referente a criação do Fundo de Revitalização, que está em tramitação no Congresso Nacional;
c) ampliar o processo de difusão das ações em andamento, gerando transparência e conhecimento aos atores sociais e governamentais envolvidos sobre esse Programa.

# ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

## OBJETIVO

Promover o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.

## PÚBLICO-ALVO

Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais e nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores e trabalhadores).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 13.287.503,00 | Empenho Liquidado: | R$ 3.590.371,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 3.590.371,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE ZONEAMENTO DO TERRITÓRIO NACIONAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 25
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito baixa

Dada a descontinuidade na disponibilização dos recursos, as metas previstas para o final de 2007 (cobrir 60% do Território Nacional) não serão integralmente cumpridas. No entanto, somando-se o índice de projetos concluídos (25% do Território Nacional) com aqueles em andamento (33%) o Programa apresentará valores aproximados do proposto inicialmente.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação do Território Nacional tem ocorrido de forma desordenada, irregular e sem os investimentos necessários de infra-estrutura, de capacitação institucional e de desenvolvimento tecnológico. Isso tem ocorrido tanto em áreas rurais, com uso extensivo

dos recursos naturais quanto em áreas urbano-metropolitanas, gerando áreas críticas ocupadas, em geral por segmentos da população que não têm acesso ao mercado imobiliário formal, ou por setores privilegiados em áreas de interesse estratégico (turismo, petróleo, aqüicultura, etc).

No caso das áreas rurais, sobretudo na fronteira agrícola, há a intensificação do desmatamento e da proliferação dos incêndios, além de outras conseqüências dos vetores de ocupação constituídos pelos projetos de infra-estrutura econômica. No caso das grandes aglomerações urbanas (como parques industriais e petroquímicos, ou complexos sistemas de transportes intermodais), ocorre a contaminação do solo e dos cursos d´água por sedimentos e efluentes domésticos e industriais, por disposição inadequada de resíduos sólidos e pela proliferação de organismos aquáticos exóticos, com assoreamento e comprometimento das nascentes.

A tradição de setorialidade, no que diz respeito à gestão territorial, tem gerado grande número de áreas críticas no território e nas águas jurisdicionais do Brasil, seja por transporte de cargas poluidoras (sub-bacias, áreas estuarinas e áreas marítimas), seja pelo comprometimento de áreas de risco e ambientalmente sensíveis a óleo e substâncias químicas ou perigosas.

O Programa tem por objetivo consolidar e sistematizar, dentre os instrumentos de planejamento territorial, o ZEE, proporcionando base técnico-científica e negociada para o ordenamento. Como instrumento técnico, o ZEE fornece informações integradas, dividindo o território segundo suas potencialidades e limitações. Como instrumento político de regulação do uso, permite espacializar as políticas públicas em base geográfica integrada, ampliando a escala de abrangência das ações governamentais.

O zoneamento e o ordenamento são instrumentos de políticas governamentais que perpassam por diferentes instituições e vários níveis de poder decisório, o que aumenta as dificuldades de operacionalização nas diferentes esferas administrativas. Nesse sentido, requer uma interlocução com as diversas formas de planejamento participativo, sobretudo com a Agenda 21, com os poderes locais e com projetos integrados. A implementação do Programa se justifica pela premência de criar e aperfeiçoar instrumentos e estratégias de gestão do território e das águas jurisdicionais do País, contribuindo para fortalecer os processos de sistematização de informações, de análise da realidade, de negociação sobre o uso dos recursos e de intervenção no território.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Construção de uma visão integrada do Território Nacional, sistematizando e disponibilizando para os órgãos públicos e para a sociedade em geral um conjunto de dados e informações por meio da publicação do DVD Projeto Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, pelo Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (PZEE), em parceria com o Consórcio ZEE Brasil;

• Nesta mesma perspectiva, foi publicada a terceira edição revisada de Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, pelo PZEE, em parceria com o Consórcio ZEE Brasil;

• Definição das diferentes escalas de zoneamento, para atender às demandas dos Estados e ZEEs locais por meio da revisão consensuada do Decreto nº 4.297/02, que regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece critérios para o ZEE, além de outras providências;

• Apresentação do diagnóstico integrado do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, com a integração dos resultados dos ZEEs estaduais;

• Realização de dois eventos relacionados à biodiversidade, traduzindo o esforço concreto de inserir esta no âmbito do ZEE. O primeiro foi o *Workshop* Alvos e Prioritários para a Conservação da Biodiversidade na Bacia do Rio São Francisco, Subsídios ao Debate. Em maio de 2006, ocorreu, em Manaus (AM), o Seminário Zoneamento Ecológico-Econômico e Proteção da Biodiversidade;

• Aprimoramento na articulação do ZEE com políticas públicas por meio de debates envolvendo diferentes atores. O PZEE promoveu, em Brasília, o *Workshop* ZEE e Políticas Públicas, preparatório para seminário de mesmo nome, em julho de 2006, em Belém (PA), também com ampla e diversificada participação.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A maior parte das ações teve execução acima de 90%. A porcentagem de execução das metas físicas foi alta, demonstrando estar dentro do previsto na Lei Orçamentária 2006.

O Programa possui ações descentralizadas no Ministério da Integração Nacional (MI) e no Ministério de Minas e Energia (MME). Neste, a coordenação da Ação 4879 - Levantamento de Informações Técnicas e Estratégicas para o ZEE fica a cargo do Serviço Geológico do Brasil (SGB), com bom desempenho, atingindo taxa de 300% de execução física, a despeito da baixa execução orçamentária, de 2,02%. Já em relação à Ação 8689 - Zoneamento Ecológico-Econômico na Escala 1:250.000, sob coordenação do MI, o desempenho de alguns localizadores estaduais não foi o esperado. Nas ações desenvolvidas nos Estados do Piauí (PI), Maranhão (MA) e Ceará (CE), os recursos empregados - Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP) e recursos dos ZEEs estaduais na escala de 1:250.000 dos três Estados, apoiaram a contratação de estudos e projetos para a implantação de pólo sucroalcooleiro no Vale do Parnaíba. Quanto ao modo com o qual a multissetorialidade pode ser aperfeiçoada, a Coordenação do PZEE está propondo uma agenda de discussão e revisão das ações com o MME e o MI para o ano de 2007.

As ações, coordenadas pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) e Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA) apresentaram os seguintes resultados:

a) a Ação 7570 - Implantação do Sistema de Informações Georreferenciadas para o Ecoturismo (SIG Ecotur), da SDS, teve 70% do sistema implementado - o que implicou o desenvolvimento de um protótipo e das suas ferramentas de operacionalização -, a implementação do banco de dados da área piloto 1 – Parque Nacional (PARNA) da Serra dos Órgãos (RJ), e levantamento secundário de dados e informações da área piloto 2 – Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba (PI);
b) a Ação 8665 - Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira, da SQA, - viabilizou a criação da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), para integração entre as Políticas Nacionais de Gerenciamento Costeiro e de Recursos Hídricos, a partir da compatibilização dos instrumentos de planejamento de uso dos recursos e de ocupação do território. Além disso, viabilizou a implementação do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho (SIGERCOM) em oito Estados - incorporando a interface georreferenciada -, e possibilitou a publicação de estudos sobre a dinâmica dos ambientes costeiros, consolidados no livro Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro. Também possibilitou a implementação do Programa Nacional de Capacitação Ambiental Portuária (PNCAP) por meio da elaboração e da oferta do Curso Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil aos portos de Fortaleza e Pecém (CE), Aratu, Ilhéus e Salvador (BA), Vitória (ES), e Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba (SC), atendendo a profissionais do corpo técnico-gerencial dos portos (públicos e privados), dos órgãos estaduais de meio ambiente, Municípios, órgãos de controle e planejamento e das universidades.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A participação social é fundamental para a legitimação do Programa e incorporação das diretrizes apontadas no ZEE para a formulação das políticas públicas.

Por meio de audiências públicas, seminários e cursos de capacitação, o Programa promove a participação social. Esses eventos servem de instrumentos de interlocução com a população. A participação social é fundamental para a legitimação do Programa e incorporação das diretrizes apontadas no ZEE para a formulação das políticas públicas.

O Programa conta com parcerias não-governamentais para sua execução e o desempenho tem sido satisfatório. Foram incluídas três instituições no Consórcio ZEE Brasil: a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Petróleo Brasileiro SA (Petrobras), o que demonstra que o trabalho desenvolvido em parceria entre este consórcio e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) tem dado bons resultados. Ressalte-se, no entanto, que os recursos são insuficientes, embora o corpo técnico seja bem-estruturado.

Há uma grande articulação interinstitucional representada pelo Consórcio ZEE Brasil, que reúne a *expertise* acumulada no Poder Público de maneira integrada e solidária para a definição de estratégias e execução de projetos.

Em relação às Unidades da Federação, o Programa ZEE é pioneiro na articulação técnica e institucional, uma vez que trabalhos conjuntos são desenvolvidos em estreita cooperação, ultrapassando os limites burocráticos da mera descentralização de recursos sem compromisso com os resultados finais. Foram fortalecidas as relações com os Estados da bacia do São Francisco e da Região Nordeste, através de acordos de cooperação técnica e trabalhos visando à implementação do Macrozoneamento do São Francisco e da Rede Virtual de Informações da Caatinga (RVC). O mesmo também ocorreu na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) e na Amazônia Legal, onde inclusive foram implementados, pólos regionais de gestão territorial. O fornecimento de equipamentos (computadores, impressoras, *plotters*, entre outros) também é uma forma de fortalecer as instituições parceiras.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.




# MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Governo Eletrônico

Inclusão Digital

Recenseamentos Gerais

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), foram utilizados **R$ 2.382.797.019,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 2.630.416.403,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 2.382.797.019,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 2.630.416.403,00** | **Total realizado:** | **R$ 2.382.797.019,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MP não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• Cabe ao MP coordenar o processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual (PPA) e dos orçamentos da União por meio das seguintes atividades:

a) revisão do PPA 2004-2007 e encaminhamento do Projeto de Lei de Revisão ao Congresso Nacional, totalizando 285 programas finalísticos, 43 programas de gestão de políticas públicas, 16 de serviços ao Estado e dois de apoio administrativo;
b) avaliação do PPA 2004-2007, exercício de 2005, e encaminhamento do Relatório Anual de Avaliação ao Congresso Nacional, resultado do trabalho conjunto das equipes gerenciais responsáveis pelos programas, subsecretarias de planejamento, orçamento e gestão (SPOAs), unidades de monitoramento e avaliação (UMAs), secretarias executivas dos órgãos setoriais e equipes técnicas da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
c) avaliação de 115 projetos de grande vulto;
d) desenvolvimento do protótipo do módulo Sociedade do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), por meio da interoperação dos principais sistemas estruturadores do Governo Federal, e a implementação de melhorias no módulo de monitoramento do referido sistema, com a finalidade de proporcionar informações oportunas à confirmação ou à correção da ação governamental;

• O MP também deve planejar e coordenar políticas e ações com vistas à captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais, instituições financeiras oficiais externas e governos estrangeiros destinados à execução de programas e projetos do setor público. Merecem destaque:

a) a negociação e a aprovação de 29 projetos para a captação de recursos financeiros junto a organismos multilaterais, instituições financeiras oficiais externas e governos estrangeiros, somando cerca de US$ 2,128 bilhões, distribuídos entre as Unidades da Federação;
b) a coordenação de 17 negociações contratuais com os diversos organismos internacionais, representando um montante superior a US$ 1 bilhão em novos financiamentos, nos mais diversos setores das três esferas de governo;

• No âmbito do desenvolvimento da gestão pública, o MP promove ações de transformação do Estado e de suas organizações em instituições sólidas que fortalecem a cidadania e a democracia, conforme descrito a seguir:

a) realização de estudos para a elaboração dos seguintes documentos:
   i) **Contratualização de Desempenho Institucional na Administração Pública;**
   ii) **Modelo Conceitual de Organização de Estruturas do Poder Executivo Federal**;
   iii) **Orientações para o Arranjo Institucional das Estruturas do Governo Federal**;
   iv) **Formas e Governabilidade: lições das experiências nacionais**;
   v) **Revisão do Projeto de Lei das Organizações Sociais;**
b) reestruturação de 22 Ministérios e órgãos vinculados;
c) efetivação de 16 convênios com Estados e com o Distrito Federal (DF), no âmbito do Programa Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE);
d) emissão de 1.602 certificados para os órgãos e as entidades que realizaram auto-avaliação continuada da gestão e capacitação de 1.870 pessoas, no âmbito do Prêmio Nacional de Gestão Pública, e 428 instituições do setor de saneamento, em auto-avaliação;
e) atendimento a 80 organizações em desburocratização e com a disponibilização da versão atualizada do **Guia de Simplificação** para órgãos e entidades públicas;
f) realização de estudos para a modernização da Administração Pública Federal (APF) e capacitação de 3.900 servidores públicos, tanto na Europa quanto no Brasil, em cooperação técnica entre o MP e a Comissão Européia;

• No que se refere à promoção da gestão de recursos logísticos, das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e da inclusão digital, tem-se:

a) aperfeiçoamento das normas de licitações, atualização da regulamentação das contratações de serviços (especialmente as de tecnologia da informação), e desenvolvimento de novo Sistema Eletrônico de Compras;
b) implantação do Portal de Tecnologia da Informação e Comunicação, que disponibiliza informações, tais como:
   i) orientações para contratações de bens de tecnologia da informação, ;

ii) especificações técnicas de equipamentos e padronização de formatações e exigências entre órgãos governamentais;

iii) acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) inerentes à tecnologia da informação;

c) implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens em 41 órgãos e instituições públicas, com os seguintes benefícios:
   i) agilidade no processamento das viagens;
   ii) comparabilidade das tarifas de uso entre as diversas companhias aéreas;
   iii) possibilidade de identificar parâmetros de custos nos trechos voados e publicidade de todas as viagens empreendidas no sítio da transparência pública;

d) integração de sistemas e cadastros sociais;
e) consolidação da Infovia Brasil;
f) publicação do **Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag)** e do Projeto-Piloto dos Indicadores (PPI);
g) lançamento do portal <http://www.inclusaodigital.gov.br>;
h) implantação de mais duas unidades de Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC), no Gama (DF) e em Guarulhos (SP), com o objetivo de formar jovens nas atividades de recondicionamento e reciclagem de equipamentos obtidos do desfazimento de computadores provenientes da APF e de outros doadores;
i) realização da 5ª Oficina para a Inclusão Digital, na cidade de Porto Alegre (RS), em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, com um público circulante aproximado de 3 mil pessoas e 1.108 inscritos oficialmente, reunindo desde gestores de ações dos diferentes níveis de governo, até monitores de telecentros, articuladores e lideranças de todas as partes do País;

• O MP ainda busca desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas:

a) capacitação de 21.886 servidores em desenvolvimento gerencial, sendo 19.729 servidores com orçamento próprio do MP e 2.157 com recursos provindos de destaque orçamentário de outros órgãos da APF;
b) matrícula de 484 servidores no Curso de Formação Inicial e no Curso de Aperfeiçoamento de Carreiras;
c) matrícula de 169 servidores em curso de pós-graduação *lato sensu* para servidores públicos;
d) realização de intercâmbio com 37 instituições internacionais de excelência em gestão pública;

• Em relação à gestão dos recursos humanos, no que se refere à democratização das relações de trabalho no âmbito do Governo Federal, destacam-se:

a) realização de reuniões de negociação coletiva com os órgãos da APF e com as entidades representativas dos servidores públicos, que resultaram em acordos

firmados, consubstanciados em atos normativos e na edição de atos legais (decretos e leis) para:

i) instituição e estruturação de carreiras;
ii) planos especiais de cargos e de gratificações;
iii) revisão de tabelas remuneratórias e regulamentação de gratificações, com o objetivo de dotar a administração de uma estrutura de carreiras mais moderna e flexível;

b) autorização para a realização de concurso público para o provimento de 21.753 cargos da APF direta, autárquica e fundacional;
c) capacitação de 4.789 dirigentes e técnicos de gestão de pessoas, que integram o Sistema de Pessoal Civil (SIPEC), por meio do ensino a distância e de cursos presenciais;
d) realização de diagnóstico sobre a seguridade social do servidor, cujo resultado subsidiou os estudos e as proposições para o estabelecimento de uma política para a área;
e) publicação do Decreto nº 5.961, de 13 de novembro de 2006, que institui o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil Federal (SISOSP), cujo objetivo é gerir, otimizando os recursos humanos e as matérias existentes para desenvolver, principalmente as ações de perícia médica, readaptação e reabilitação funcional, bem como de avaliação dos ambientes de trabalho, para fins de concessão de adicionais;

• Na promoção da utilização ordenada do patrimônio imobiliário da União, visando aos interesses públicos e sociais, destacam-se:

a) cessão de cinco terrenos (4,2 milhões de m$^2$) destinados à implantação de projetos de moradia para a população de baixa renda, sob o regime de aforamento gratuito, beneficiando 31.561 famílias;
b) cessão de 17 imóveis (6,8 milhões de m$^2$) destinados à implantação e à melhoria de atividades de geração de emprego e renda, de fomento ao desenvolvimento econômico (atividades industriais, de turismo, extrativistas, etc), de saúde, cultura e educação regular e profissionalizante, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, entre outras, sempre com a finalidade de apoiar o desenvolvimento local e regional sustentável;
c) regularização fundiária das comunidades quilombolas em imóveis da União, com a entrega do primeiro título definitivo às comunidades de Parateca e Pau D'Arco, na Bahia, atendendo a 500 famílias de comunidades quilombolas;
d) entrega de 56 imóveis (27,6 milhões de m$^2$) aos órgãos da Administração Direta Federal, otimizando a utilização do patrimônio público imobiliário no suporte à oferta dos serviços públicos federais, em todos os Estados do País, permitindo a redução de gastos com aluguéis e novas aquisições;
e) arrecadação de R$ 261 milhões de receita patrimonial, com um aumento de 9,75% em relação a 2005;
f) cadastramento de 11.616 imóveis, sendo 11.049 dominiais e 569 de uso especial, ampliando a base cadastral em torno de 2%;

• No que se refere à coordenação das Políticas Nacionais de Estatística e de Cartografia e ao conhecimento da realidade demográfica e social do País, com produção e divulgação dos resultados de suas diversas pesquisas, destacam-se:

a) Pesquisas Conjunturais, com disponibilização dos resultados das Contas Nacionais Trimestrais, da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) e da Pesquisa Industrial de Emprego e Salário (PIMES), além de um conjunto de pesquisas para a agropecuária, onde se destacam o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) e os índices mensais do Sistema Nacional de Índices e Preços ao Consumidor (SNIPC);
b) Pesquisas Estruturais da Área Econômica - Contas Nacionais do Brasil, contemplando, entre várias outras informações sobre a área, Produto Interno Bruto (PIB) de Estados e Municípios e Contas Nacionais Trimestrais;
c) Pesquisas Estruturais da Área Sócio-Demográfica, com informações anuais do Sistema de Estimativas e Projeções da População das Estatísticas do Registro Civil; do corpo básico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2005) – Volume Brasil e Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2005), além das Sínteses de Indicadores Sociais 2005 e 2006;
d) Pesquisas e Análises Ambientais, com Produção de Mapas Temáticos de Recursos Naturais da Amazônia Legal com Banco de Dados associado; Mapas de Unidades do Relevo do Brasil, Cartas de Hidrogeologia e Hidroquímica da Paraíba, Mapa da Fauna Ameaçada de Extermínio; Consolidação do Projeto Zoneamento Ecológico Econômico (PZEE) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Mapas Geológico, Geomorfológico, Solos e Vegetação do Estado de Roraima, Mapa de Densidade Demográfica e Rede Coletora de Esgoto, Mapa da Logística de Energia, Mapa da Distribuição da Produção Agropecuária e Vegetação Natural,Mapa das Divisões Regionais do Brasil-2006, Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras (1° volume), Macrozoneamento da Bacia do São Francisco; Áreas de Concentração de População;
e) Mapeamento Topográfico de Referência: Folhas Topográficas Raster e vetoriais, Mapas Estaduais Físico e/ou Político; Mapas Regionais (Físico e Político); Estruturação da base vetorial da Mapoteca Nacional Digital, Ortofotomosaicos na escala de 1:25.000, Base Cartográfica Digital Integrada ao Milionésimo-Versão 2.1;
f) Planejamento do Censo Demográfico 2010, com várias entrevistas e discussões com especialistas e organismos internacionais;
g) preparo da operação censitária do Censo Agropecuário 2006 e Contagem da População 2007, com as seguintes atividades:

i) conclusão da atualização de mapas e cadastros que servirão de base para a coleta de dados;
ii) desenvolvimento dos questionários eletrônicos para coleta de dados;
iii) desenvolvimento de sistemas administrativos, de controle e supervisão da operação;
iv) contratação de pessoal temporário;
v) realização de testes e prova-piloto para os questionários da coleta;

vi) instalação das Comissões Censitárias Municipais, em mais de 5 mil Municípios;
vii) aquisição de material de tecnologia;
viii) contratação de serviços de comunicação de dados entre os 1.200 Postos de Coleta Informatizados e a central de processamento;
ix) treinamento do pessoal interno e dos contratados temporários;

• No que se refere à elaboração e à disseminação de estudos, pesquisas, formação de dados, indicadores e processos de avaliação da ação governamental para aprimoramento das políticas públicas, destacam-se:

a) edição do livro intitulado **Brasil: o estado de uma nação – 2006**, que apresenta um retrato amplo da realidade brasileira em seus aspectos econômico, social e institucional, tendo como tema central os desafios do mercado de trabalho brasileiro, contribuindo, dessa forma, para gerar um consenso mínimo em torno de bases para um modelo de desenvolvimento economicamente sustentável, institucionalmente estável e socialmente mais justo;
b) publicação da 2ª edição do **Radar Social** no sítio do MP. Trata-se de um instrumento de acompanhamento das condições de vida da população brasileira, que oferece subsídios para o monitoramento e a avaliação dos principais programas, políticas e ações públicas e privadas de cunho social em implementação no País. As condições de vida da população são analisadas por meio de seis dimensões sociais: trabalho, renda, educação, saúde, moradia e segurança, sob o pano de fundo das mudanças demográficas do País;
c) estudo **Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil**, com o objetivo de documentar, analisar e avaliar a magnitude e importância de tal queda, identificar seus principais determinantes e, por fim, delinear propostas de políticas públicas para que seja prolongada ou mesmo aprofundada nos anos subseqüentes;
d) estudo **Tecnologia, Exportação e Emprego**, que abordou, sob um prisma totalmente inovador, um dos principais desafios da economia brasileira no período recente: a geração de empregos. A motivação para esse estudo partiu de duas indagações: como a demanda por trabalho reage às inovações tecnológicas na produção? Como o pessoal ocupado nas empresas pode impulsionar as inovações tecnológicas?;
e) lançamento do Boletim de Desenvolvimento Fiscal, publicação trimestral sobre política fiscal e gestão e controle dos gastos públicos, voltado para um público de gestores e tomadores de decisão do Executivo e Legislativo;
f) edição de oito livros com os resultados de estudos e pesquisas sobre políticas públicas, e a edição das revistas Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), Planejamento e Políticas Públicas (PPP) e Desafios do Desenvolvimento.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

O MP vem gradativamente adequando a sua estrutura ao modelo de gestão por programas. Desde a implantação do novo PPA, providências têm sido tomadas, como a revisão/exclusão de alguns programas, além de ajustes na estrutura programática de algumas unidades e na participação dos dirigentes (gerentes) no processo de revisão e avaliação do PPA e na alocação anual de recursos (LOA). Todavia, o MP ainda necessita de ajustes em seu modelo organizacional e programático. A maioria dos programas e das ações é executada tanto por meio de sua estrutura organizacional, quanto por arranjos organizacionais mais flexíveis como comissões, comitês e grupos de trabalho que garantem a harmonização de possíveis disfunções estruturais.

A visão atual é predominantemente unissetorial. Para programas intra-setoriais e multissetoriais, ainda há ausência de uma gestão compartilhada de sua implementação. Na estrutura programática do Ministério, há o exemplo dos programas de Inclusão Digital e Governo Eletrônico, coordenados pelo MP, em que a maioria das ações e dos recursos orçamentários está alocada em outros Ministérios.

# GOVERNO ELETRÔNICO

## OBJETIVO

Propiciar o atendimento eletrônico das necessidades da sociedade (cidadãos, empresas e governos), ampliando, otimizando e consolidando os serviços e informações *on-line* prestados pela Administração Pública Federal.

## PÚBLICO-ALVO

Governo e Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 51.505.241,00 | Empenho Liquidado: | R$ 44.868.128,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 44.868.128,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. NÚMERO DE SERVIÇOS OFERTADOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 2.844
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**

O Indicador Número de Serviços Ofertados - relação percentual entre os serviços transacionais ofertados no ano e o total de serviços existentes na Administração Pública Federal (APF), estejam ou não incluídos na Internet - não refletia adequadamente o objetivo das ações desenvolvidas no âmbito do Programa, o que motivou uma reflexão acerca do desenvolvimento de indicadores, resultando na substituição por dois novos indicadores no momento da revisão do Plano Plurianual (PPA) 2006. São eles:

**a) Ministérios da Administração Pública Federal Beneficiados pelo Aprimoramento da Infra-Estrutura**

Índice de Referência (em 1.3.2006): 33%
Índice Previsto ao Final do PPA: 50%

**b) Índice Geral de Qualidade e Alinhamento dos Serviços de Governo Eletrônico**

Índice de Referência (em 1.3.2006): 2,4
Índice Previsto ao Final do PPA: 7,6

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

É incalculável o acúmulo de soluções informatizadas desenvolvidas pelo setor público, como resultado de mais de 40 anos de desenvolvimento de *softwares* por instituições públicas em todas as esferas de poder. Nos últimos anos, percebeu-se que boa parte destas soluções serve para atender às demandas de outros órgãos públicos e da própria sociedade.

A Política do Governo Eletrônico (e-Gov) segue um conjunto de diretrizes gerais e possui 45 metas objetivas, que vão do incentivo à popularização do acesso à Internet, com a implantação de 250 mil Pontos Eletrônicos de Presença (PEPs) no País, à realização eletrônica de compras governamentais, chegando, inclusive, a estrutura para o pagamento eletrônico de taxas e impostos.

As metas principais da política são a garantia de universalização do acesso e a disponibilização de todos os tipos de serviços de governo na Internet.

O e-Gov é uma forma de ampliar discussões, democratizar o acesso à informação, dinamizar a possibilidade e a realização de negócios e economizar dinheiro dos recursos públicos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Integração de sistemas e cadastros sociais;
- Consolidação da Infovia Brasil, uma rede para o transporte de dados, voz e imagens criada especialmente para o governo;
- Publicação do **Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag)**.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Merece destaque, em 2006, a melhoria das condições de identificação de irregularidades em benefícios previdenciários, viabilizada pela realização do Censo Previdenciário e pela utilização de metodologia e *softwares* de gestão da qualidade de dados. Técnicas de inferência e similaridade permitiram identificar número considerável de beneficiários com indícios de óbito, invisíveis até o momento (1.100 casos na 1ª etapa do censo), além de 11 mil situações de beneficiários suspeitos de falsidade na declaração da condição de sexo feminino, o que pode apontar para irregularidade na concessão de aposentadorias. A partir de 2007, a atuação conjunta da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência

Social (Dataprev) permitirá a aplicação dessa metodologia em caráter permanente nos cadastros do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no cadastro de aposentados e pensionistas da APF e em outros cadastros sociais, potencializando melhoria expressiva na gestão das ações do setor.

O e-Mag é um conjunto de diretrizes e orientações de acessibilidade eletrônica, composto por duas cartilhas: uma técnica e uma não-técnica. Trata-se de recomendações para que os órgãos da APF adaptem seus sítios e sistemas, de forma a torná-los acessíveis a pessoas portadoras de deficiência. Não há, ainda, resultados muito expressivos em termos de melhoria da acessibilidade dos sítios, já que ainda não houve tempo suficiente desde a publicação do modelo para que os órgãos se adequassem.

O Projeto Infovia Brasil consiste na construção de uma rede integrada de transmissão de dados, voz e imagem, com padrões de desempenho e segurança elevados, para integração de órgãos e entidades governamentais. Em 2006, foram concluídas as obras da segunda etapa da Infovia em Brasília, com a construção de novos segmentos centrais, como os destinados ao atendimento da Asa Sul, da Asa Norte e do Setor Militar Urbano.

Atualmente, a Infovia Brasília encontra-se com um total de 38 órgãos ativos em 57 pontos/locais diferentes da rede. Destaca-se ainda a incorporação da rede de comunicação do Projeto Influenza do Ministério da Defesa (MD) na Infovia, para interligar os gabinetes de crises dos órgãos ligados ao combate preventivo da gripe aviária. Neste projeto, estão contemplados, inicialmente, a Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério da Integração (MI), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério da Justiça (MJ), o Ministério da Saúde (MS), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o MD, totalizando 10 órgãos.

A média da execução física das ações do Programa ficou em 91,6% e a financeira em 61,2%, de modo que se realizou grande parte daquilo que havia sido planejado no âmbito do Programa.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa se insere no contexto da participação social por meio da realização de consultas públicas em diversos processos no âmbito de suas ações:

a) Chamada Pública para Prova de Conceito de Integração e Interoperação dos Sistemas Estruturadores de Governo;
b) Termo de Referência para aquisição de equipamentos para Solução de Voz via Sistema de Registro de Preços;
c) Padrões de Especificações de Tecnologia da Informação e Comunicação - Estações de Trabalho;
d) Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING).

**RECOMENDAÇÕES**

• O objetivo do Programa, como está definido, não reflete o resultado das suas ações, passando uma idéia equivocada de que o Programa seria o responsável direto pela prestação de serviços ao cidadão. Recomenda-se, portanto, uma reavaliação do objetivo para o próximo PPA;

• Da mesma forma, o público-alvo não espelha a abrangência de cada ação que compõe o Programa, notadamente pelo resultado das ações ser mais voltado para a melhoria dos processos de tecnologia da informação e comunicação da administração, ensejando, assim, uma revisão.

# INCLUSÃO DIGITAL

## OBJETIVO

Promover o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs)e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros.

## PÚBLICO-ALVO

Comunidades, jovens e outros segmentos identificados cuja situação sócio-econômica imponha dificuldade de acesso aos benefícios das novas TICs.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 190.373.602,00 | Empenho Liquidado: | R$ 75.001.901,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 75.001.901,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE ACESSO A MICROCOMPUTADOR NAS FAMÍLIAS DE MENOR RENDA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 16

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice não foi apurado, o que torna difícil prever a viabilidade de alcance do índice ao final do Plano Plurianual (PPA).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Buscando a redução do número de brasileiros excluídos do acesso à rede mundial de computadores, o governo tem dado continuidade às ações que permitem ampliar a promoção do conhecimento.

A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) considera a inclusão digital fator indissociável do Governo Eletrônico (e-Gov) e tem conquistado avanços na articulação entre as iniciativas de inclusão digital em curso no País. O Programa de Inclusão Digital gerenciado pela SLTI tem por objetivos: estimular uma política pública de inclusão digital, somando esforços com governos municipais e estaduais, iniciativa privada e sociedade civil,

priorizando o uso de *software* livre; ampliar significativamente o acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, especialmente, entre as camadas mais carentes da sociedade; e promover o acesso às TICs e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para a inclusão social dos cidadãos brasileiros. Seu objetivo setorial consiste em promover a gestão dos recursos logísticos e das TICs para apoiar a ação do Governo Federal, democratizando o acesso, melhorando a qualidade e propiciando o controle social do Estado.

Nesse sentido, o principal foco de atuação é o aumento expressivo na oferta de equipamentos de informática a escolas públicas, bibliotecas e telecentros comunitários, com a criação de uma rede nacional de recondicionamento e doação de computadores descartados pelo governo, por estatais e pela iniciativa privada, no âmbito do Projeto Computadores para Inclusão. Ao referido projeto vincula-se a formação de jovens em atividades de montagem e manutenção, a partir da atuação como aprendizes em Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Início das atividades de duas unidades de CRC, no final de 2006, no Gama (DF) e em Guarulhos (SP). As CRCs que iniciaram suas atividades no final de 2006 receberam recursos do Programa Inclusão Digital por meio de convênios e, juntamente com a unidade de Porto Alegre (RS), já produziram 272 computadores. Há 234 jovens em formação e 11 escolas, bibliotecas e telecentros já beneficiados pelo projeto. Esses CRCs são as primeiras oficinas que irão compor a rede de recondicionamento de computadores que se pretende estabelecer no Território Nacional;

• Lançamento do portal ‹http//:www.inclusaodigital.gov.br›. O mapeamento de informações sobre iniciativas de inclusão digital em andamento resultou no lançamento do portal ‹http//:www.inclusaodigital.gov.br›, reunindo em um único endereço links, notícias, eventos e materiais de referência a respeito do tema, facilitando o acesso de cidadãos, pesquisadores e gestores públicos a um conjunto de conteúdos em permanente atualização. O portal é fruto da parceria entre a SLTI e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Cultura (MinC), e faz parte das ações do Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID), conduzido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e o comitê técnico da área para acompanhamento, articulação e avaliação das iniciativas em andamento. Desde seu lançamento, em junho de 2006, registrou 59.285 visitas;

• Realização da 5ª Oficina para a Inclusão Digital, na cidade de Porto Alegre (RS), cujo resultado principal foi a **Carta de Porto Alegre**, documento reivindicativo, elaborado por entidades da sociedade civil organizada, por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Comitê Técnico de Inclusão Digital, instituído no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, tem por objetivo articular e coordenar a Política de Inclusão Digital

do Governo Federal. Em junho de 2006, realizou, em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, a 5ª Oficina para a Inclusão Digital, na cidade de Porto Alegre (RS), que registrou a presença de 1.108 inscritos, entre gestores de ações governamentais, monitores de telecentros e lideranças políticas e apresentou como um dos principais resultados a **Carta de Porto Alegre** - documento reivindicativo, elaborado por entidades da sociedade civil organizada, por uma política pública mais efetiva de inclusão digital em nível nacional. A Oficina para a Inclusão Digital se firma como evento nacional de diálogo entre uma ampla gama de atores envolvidos na implantação, desenvolvimento e avaliação de projetos e programas de inclusão digital, contribuindo para o acompanhamento, o debate, a articulação e o fortalecimento de parcerias, e integrando novos atores ao tema.

Ainda há muitas deficiências na integração das ações do Programa, devido a dificuldades oriundas da própria multissetorialidade. Falta um maior comprometimento dos coordenadores das ações na consolidação de informações gerais sobre execução, monitoramento e avaliação das mesmas, junto à gerência do Programa.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada, uma vez que tem havido uma adaptação da implementação em função da disponibilidade de recursos. A média da execução física e financeira das ações, (sob a responsabilidade do MP) superou 80%, por sua vez.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Algumas iniciativas foram adotadas no sentido de melhorar o monitoramento do desempenho das ações, destacando-se o Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID), que consiste na elaboração e manutenção de cadastros de projetos nacionais de inclusão digital, com intuito de formar uma base de conhecimentos sistematizados para estudos de impacto e trocas de experiências, além da articulação das iniciativas em curso.

O Comitê Técnico de Inclusão Digital acolheu a participação de parceiros como o Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos, a Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Associação de Apoio à Família, ao Grupo e à Comunidade, que contribuíram para o desenho das ações. As diretrizes adotadas nas ações foram previamente validadas com os grupos de interesse, os quais puderam contribuir para a focalização e a priorização das metas.

Parte dos telecentros apoiados desenvolveu capacitação para atendimento a pessoas com deficiências.

**RECOMENDAÇÕES**

- O indicador do Programa é muito abrangente e depende de uma série de ações e iniciativas que estão fora do escopo atual do Programa. Além disso, há uma certa dificuldade de se obter os dados necessários para a apuração. Portanto, recomenda-se uma reavaliação para o próximo PPA.

# RECENSEAMENTOS GERAIS

## OBJETIVO

Fornecer informações demográficas, sociais e econômicas, buscando o conhecimento da realidade do País.

## PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 172.140.455,00 | Empenho Liquidado: | R$ 147.914.217,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 147.914.217,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. INDICADOR EM PROCESSO DE DEFINIÇÃO

**Unidade de medida:** -
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Em face da dificuldade de se estabelecer um indicador único diante da diversidade do que possa vir a ser mensurado, cabe informar que algumas ações do Programa são mensuradas, em seus diferentes aspectos, por meio da Avaliação de Desempenho Institucional.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Recenseamentos Gerais busca prover o Governo Federal e a sociedade do conhecimento a respeito da realidade física, humana, social e econômica do Brasil, suprindo a necessidade de levantamento das características estruturais relativas ao total da população, às unidades domiciliares e aos estabelecimentos agropecuários do País, na maior desagregação geográfica possível, usando conceitos, definições e classificações de aceitação internacional, de modo a subsidiar o estabelecimento de políticas públicas e fundamentar ações de planejamento públicas e privadas.

As atividades desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são relevantes para a consecução do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, uma vez que as informações produzidas subsidiam os estudos para o desenvolvimento do planejamento estratégico nacional de médio e longo prazos, a avaliação dos impactos sócio-econômicos dos programas de governo e a formulação de políticas públicas.

Ademais, no contexto das orientações gerais que têm norteado as ações de governo, o IBGE vem continuamente desenvolvendo esforços no sentido de avançar com a qualidade de seu trabalho, com transparência em suas ações e modernização de seus processos para melhor atendimento às demandas, tanto governamentais quanto da sociedade em geral.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Desenvolvimento das atividades de preparo da operação censitária – ações Contagem da População e Censo Agropecuário -, cuja etapa de coleta de dados terá início em abril de 2007;

- Continuidade do projeto de construção do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos;

- Início do planejamento do Censo Demográfico 2010, com a realização da Prova-Piloto Conjunta (Brasil, Argentina e Paraguai) para a rodada dos censos de 2010 sobre o tema Pessoas com Deficiência.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Quanto à realização das ações Censo Agropecuário 2006 e Contagem da População 2007, foram desenvolvidas as atividades preparatórias para a operação censitária, destacando-se a conclusão da atualização de mapas e cadastros, e o desenvolvimento dos questionários eletrônicos, que servirão de base para a coleta de dados, bem como dos sistemas administrativos de controle e supervisão da operação. Além disso, foram desenvolvidos e testados em campo uma metodologia e um aplicativo para uso em PDA – computador de mão - que permitem a atualização dos endereços já existentes no banco de dados (áreas urbanas de ocupação regular) e a construção de um cadastro de endereços das unidades que serão visitadas nas áreas rurais, além da obtenção das coordenadas destes endereços.

O Programa Recenseamentos Gerais, em 2006, deu continuidade ao Projeto Implantação do Cadastro de Endereços de Domicílios, que visa à construção do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, com o tratamento dos endereços capturados no Censo 2000, alcançando todos os setores censitários urbanos de áreas de ocupação regular (o que exclui as favelas, por exemplo) de todos os Municípios brasileiros, em um total de aproximadamente 143 mil setores, o que representa 81% dos endereços existentes no País em 2000. Ao longo do ano, uma equipe de mais de 100 técnicos, distribuídos em todos os Estados, revisaram, em escritório, cerca de 6,3 milhões de endereços, introduzindo alguma forma de correção em 43% deles.

Além dos preparativos para os censos de 2007, o IBGE deu início ao planejamento do Censo Demográfico 2010, participando das discussões relativas aos temas básicos a serem pesquisados, tendo em vista os Princípios e Recomendações sobre Censos de População e Habitação das Nações Unidas, que define padrões internacionais para os censos populacionais.

Vale comentar a respeito do 10º Censo Agropecuário – cujos preparativos foram iniciados em 2006 –, que levantará informações nos 5,7 milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiros e mostrará as mudanças que ocorreram no setor desde o último levantamento desse porte, realizado em 1996. O Censo Agropecuário é o principal e o mais completo levantamento sobre a estrutura e a produção da agricultura e da pecuária brasileiras. De âmbito nacional, seus resultados servem de base aos estudos, análises e projeções sobre o setor agropecuário, constituindo a maior fonte de informações para auxiliar os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) na elaboração e acompanhamento de políticas públicas, aperfeiçoando cada vez mais o processo de alocação de recursos públicos. Compatível com as metas de desenvolvimento social, o Censo Agropecuário vai suprir a carência de informações sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade agropecuária, subsidiando o planejamento de políticas públicas direcionadas à inclusão de populações e regiões buscando o desenvolvimento sustentável e integrado da atividade e do País.

A execução plena do orçamento do Programa ficou prejudicada em função da operação censitária ter sido definida somente no final de 2005, com aporte de créditos extraordinários. Tendo em vista que as etapas de planejamento, definição da logística do projeto e a preparação da infra-estrutura necessária à operação demandaram a maior parte do tempo de trabalho durante o exercício de 2006, o Programa registrou, na média de desempenho das ações, 80% de execução física e 85,93% de execução financeira.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O IBGE realiza um acompanhamento trimestral com base nos dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), que retrata o desempenho do IBGE em relação à gestão dos programas e das ações que compõem o PPA, apresentando dados cumulativos e tendo como parâmetros os recursos financeiros e as metas físicas estabelecidas para o exercício. Esse acompanhamento visa a facilitar tomadas de decisão quanto às medidas corretivas que se fizerem necessárias ao longo do processo de gestão institucional.

A materialização ocorre por meio do Relatório de Acompanhamento Trimestral das Ações do PPA, composto por informações atualizadas até o final de cada trimestre, estruturadas em dois blocos: execução e análise físico-financeira dos programas, e desempenho físico das ações.

Para efetuar a análise, são verificados o montante dos recursos orçamentários alocados para cada ação do Programa, as modificações orçamentárias ocorridas (suplementações e cancelamentos), as efetivas realizaçõs em cada ação e os repasses de convênios. A captação dessas informações subsidia a análise do desempenho da ação em relação à sua meta, conciliada com a disponibilidade do recurso.

O relatório elaborado é submetido ao Conselho Diretor (CD), composto pelo presidente do IBGE e titulares das diretorias que coordenam as ações do PPA. A participação/competência do CD - prevista no Regimento Interno do IBGE - é de fundamental importância para o envolvimento de todos no processo de implementação e avaliação do PPA, garantindo o comprometimento das unidades organizacionais da instituição, no que diz respeito à boa gestão das ações sob sua responsabilidade, além de motivar boas práticas de gestão, reavaliando, trimestralmente, o andamento de suas atividades e projetos.

Além disso, o IBGE elabora um relatório de gestão, que apresenta o desempenho institucional dos programas e das ações de responsabilidade do IBGE no PPA do Governo Federal e tem se consolidado como um instrumento eficaz que permite, com mais clareza e concisão, tornar conhecidos os procedimentos administrativos e as atividades desenvolvidas no IBGE. Deste esforço conjunto, que envolve todas as unidades organizacionais do IBGE, resulta o atendimento adequado às demandas do Governo Federal e da sociedade. E, sobretudo, a consolidação de uma rotina útil e adequada de monitoramento do trabalho do IBGE.

Uma importante iniciativa do IBGE, no campo do aprimoramento das estatísticas sócio-demográficas, é a realização dos Estudos de Modalidades Alternativas de Censos Demográficos (EMACD), que tem como objetivo promover o estudo e a avaliação de tais métodos no contexto brasileiro. O foco desse trabalho está na integração do censo demográfico com as pesquisas domiciliares, e numa proposta de reestruturação da rede de agências de coleta de informações, que permitiria não apenas a adoção de um modelo alternativo de censo demográfico, mas também a ampliação já prevista das seguintes pesquisas: Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

No que se refere à participação social, o IBGE institui Comissões Censitárias Municipais que promovem a participação de autoridades, representantes da sociedade organizada e formadores de opinião, desde a etapa preparatória até a fase de divulgação de resultados. Para os censos de 2007, foram constituídas 7.947 Comissões Censitárias, em diversos Municípios, sendo convidados a participar todos os prefeitos, os presidentes das câmaras de vereadores, os juízes de comarcas e os líderes das associações comunitárias, além de empresários e cidadãos. Essas Comissões contam também com a presença de um representante do IBGE, e têm como objetivo incentivar a boa receptividade e a necessidade de se responder com exatidão às perguntas que serão feitas pelos recenseadores, facilitando a realização do Censo e, acima de tudo, buscando garantir resultados fidedignos.

**RECOMENDAÇÕES**

- Definição de um indicador que reflita o impacto das ações do Programa no cumprimento de seu objetivo.




# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Democratização das Relações de Trabalho

Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda

Economia Solidária em Desenvolvimento

Erradicação do Trabalho Escravo

Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Microcrédito Produtivo Orientado

Primeiro Emprego

Qualificação Social e Profissional

Rede de Proteção ao Trabalho

Segurança e Saúde no Trabalho

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram utilizados **R$ 40.164.246.464,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 35.028.110.031,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 27.896.545.140,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **R$ 6.763.022.490,00** | **Realizado não-orçamentário:** | **R$ 12.267.701.324,00** |
| **Total previsto:** | **R$ 41.791.132.521,00** | **Total realizado:** | **R$ 40.164.246.464,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MTE não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 474.838.205,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 456.168.067,00.**

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• As políticas do MTE favoreceram a contínua recuperação do mercado de trabalho formal. Em 2006, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foram criados 1,23 milhão de empregos com carteira de trabalho assinada. O estímulo ao investimento e à geração de emprego, trabalho e renda também são evidenciados por meio dos resultados da aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em 2006, se consideradas apenas as linhas do Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, foram contratadas cerca de 2,3 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R$ 12,3 bilhões. Considerando-se todas as linhas disponíveis pelo FAT, foram contratadas cerca de 2,8 milhões de operações de crédito, como resultado da aplicação de R$ 25 bilhões. Destaque-se o Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Urbano (PROGER Urbano), cujo público-alvo é composto por micro e pequenos empreendimentos urbanos. Nesta modalidade, foram realizadas 2,2 milhões de operações de financiamento a estes empreendimentos, com a aplicação de R$ 7,1 bilhões. O apoio creditício também foi fortalecido pela operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado por meio do qual foram realizados 828.847 contratos de microcrédito, equivalentes a R$ 832 milhões em recursos financeiros emprestados/concedidos, principalmente via Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

• No âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), foram (re)colocados 878,3 mil trabalhadores no mercado de trabalho por meio de ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra executadas pelos postos do SPETR, cuja rede de atendimento atingiu a marca de 1.187 postos. Destaque-se a implantação de convênios únicos com Estados e Municípios, com periodicidade plurianual e que prevêem a execução integrada das ações de intermediação, qualificação social, profissional e habilitação ao

seguro-desemprego. Também foram beneficiados cerca de 5,1 milhões de trabalhadores com o pagamento do seguro-desemprego e 11,1 milhões com o abono salarial. E por meio do Programa de Qualificação Social e Profissional foram qualificados 165 mil trabalhadores, sendo encaminhados 87,5% dos educandos pós-qualificação ao mundo do trabalho. No âmbito do Programa Primeiro Emprego foram qualificados 67 mil jovens e foram inseridos 59.602 no mercado de trabalho por meio, principalmente, da regularização do contrato de aprendizagem, devido à ação de fiscalização do trabalho. Estabeleceu-se termo de cooperação com o Ministério da Cultura (MinC) para o desenvolvimento de ações de capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho por meio do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania (CULTURA VIVA). Ao todo, 9.393 jovens dos Pontos de Cultura receberam auxílios financeiros no âmbito desta parceria. No que tange às iniciativas voltadas para a Economia Solidária, foram apoiados 4.087 empreendimentos, além da constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária e da realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária, que reuniu mais de 1.200 delegados de todos os Estados da federação.

• Os resultados das ações de fiscalização trabalhista também foram consideráveis. Em 2006, foram registrados 670,03 mil trabalhadores pela ação da fiscalização do trabalho. Destaca-se que, do total de trabalhadores registrados sob ação fiscal, 110,16 mil eram trabalhadores rurais. O total de trabalhadores alcançados pelas ações da fiscalização do trabalho também foi expressivo: 30,68 milhões, superando em quase 11% os números de 2005, cujo total chegou a 27,65 milhões. Quanto às questões de saúde e segurança do trabalho, foram realizadas 162,05 mil ações fiscais específicas da área de segurança e saúde no trabalho, as quais alcançaram o conjunto de 19,45 milhões de trabalhadores e propiciaram a correção de 768,83 mil situações irregulares, as quais apresentavam risco à saúde e à integridade física dos trabalhadores. A fiscalização para prevenir e reprimir a prática de trabalho de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos resultou, em 2006, no afastamento de 12.458 crianças do trabalho. A fiscalização do trabalho de adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos resultou na contratação de 40.947 adolescentes na condição de aprendizes e no registro de 2.831 adolescentes de 16 a 18 anos. No que tange à fiscalização para erradicação do trabalho escravo foram libertados 3.309 trabalhadores em condições análogas à escravidão e fiscalizadas 202 fazendas, número quase 10% maior que em 2005, tendo o número de ações fiscais aumentado em cerca de 25% - de 82 para 103. Destaca-se a concessão de assistência financeira ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo mediante percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada. Em 2006, a cobertura superou 80% dos trabalhadores libertados.

• Na área de relações de trabalho, destaca-se a implementação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT), que passou a dotar o MTE de uma base de dados atualizada e confiável de informações relativas às entidades sindicais, às negociações coletivas e a outros indicadores de relações de trabalho. O primeiro módulo deste sistema corresponde ao novo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, o qual foi construído com base em uma campanha de atualização das informações sindicais e, atualmente, conta com mais de 14 mil entidades sindicais atualizadas. Além disso, os subsistemas de pedido de registro sindical eletrônico e atualização continuada já estão disponíveis desde novembro de 2006. Outras

iniciativas de valorização da negociação coletiva e composição voluntária de conflitos do trabalho são as capacitações de servidores públicos e de dirigentes sindicais na área de relações do trabalho. Em 2006 foram qualificados 1.891 técnicos da área de relações de trabalho e houve incremento da mediação de conflitos realizada por auditores fiscais nas delegacias regionais do trabalho (DRTs). Em termos de efetividade, o número registrado de mediações que resultaram em acordo – ou seja, não se transformaram em dissídios coletivos – foi de 9.450 (71,19% do total) – superior aos 69,86% verificados em 2005.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS – AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO**

Ao avaliar o grau de aderência entre a atual estrutura programática e a estrutura organizacional do MTE percebe-se que a heterogeneidade e a diversidade do mundo do trabalho o desafiam a assumir novas funções refletidas na programação do órgão. No entanto, sua estrutura organizacional não tem acompanhado essa dinâmica, gerando problemas relacionados à inexistência/indefinição de unidades administrativas responsáveis pela execução de novas ações. Diante deste contexto, foi necessária a constituição de diversos arranjos informais, em caráter emergencial para minimizar as disfunções existentes. Ao final de 2006, em parceria com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), foi elaborada a proposta de alteração de estrutura organizacional, a qual prevê a criação de novas unidades organizacionais e a reestruturação interna das existentes, adequando a estrutura organizacional do MTE à sua estrutura programática. O balanço da gestão, realizado ao final de 2006, confirmou este diagnóstico e explicitou a necessidade de realizar um esforço de planejamento estratégico, com ênfase no aprimoramento dos mecanismos de gestão - estruturas, processos e indicadores. Acredita-se que a aprovação da nova estrutura organizacional e a implementação do Plano Estratégico, ajustando estratégias, objetivos e metas, contribuirão para uma maior efetividade dos resultados institucionais e maior aderência da estrutura organizacional do MTE à estrutura programática, em um cenário ainda mais favorável ao cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA) em 2007.

**ASPECTOS RELEVANTES**

As principais restrições que dificultaram a implementação da programação do MTE estão relacionadas às seguintes questões:

a) contingenciamento de recursos orçamentários;
b) recursos financeiros liberados ao longo do exercício em fluxo incompatível com a programação;
c) recursos humanos, materiais e de infra-estrutura insuficientes para o cumprimento do objetivo dos programas;
d) inadequada integração/articulação entre ações, comprometendo a qualidade da informação, bem como a otimização dos recursos públicos, em prol do cumprimento do objetivo dos programas.

Por fim, destaca-se o diálogo social, estimulado pelo MTE, para viabilizar o acordo entre o Governo Federal e as centrais sindicais, o qual estabeleceu as bases para uma

política de valorização do salário mínimo para o período de 2007 a 2023, com revisões quadrianuais, por ocasião da elaboração dos PPAs. O referido acordo fixou o piso legal de remuneração em R$ 380,00 em abril de 2007 e, de 2008 até 2011, os reajustes serão definidos pela reposição da inflação somada ao crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), com antecipação gradual, até 2010, da data-base para janeiro. O valor de R$ 380,00 deve significar um ganho real acumulado de 32,7% do salário mínimo no período de 2003 a 2007. Também foi acordada uma sistemática de correção da tabela e das deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) com a previsão de reajuste de 4,5% ao ano, de 2007 até 2010.

# DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

## OBJETIVO

Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores.

## PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores, empresas e organizações sindicais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.658.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.188.624,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.188.624,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 71,1
**Índice previsto ao final do PPA:** 66

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice originalmente previsto para o indicador ao final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 já foi alcançado.

### 2. TAXA DE EFICÁCIA DAS MEDIAÇÕES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 82,39
**Índice previsto ao final do PPA:** 54,82

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice originalmente previsto para o indicador ao final do PPA 2004-2007 já foi alcançado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho tem origem na década de 1930 e disciplina as condições de contratação, uso e remuneração da força de trabalho por meio de extensa legislação trabalhista, sindical e de regulação do trabalho.

As mudanças legais, ocorridas ao longo de décadas, e os avanços nos direitos políticos e sociais ainda não conduziram à plena democratização das relações de trabalho no Brasil. A atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) deve ser a de promotor de um regime de liberdade e autonomia sindical, fundada no estímulo à composição direta dos conflitos de trabalho, compatível com as novas exigências do desenvolvimento nacional e com as características atuais do mercado e das relações de trabalho.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realizadas 13.273 mediações coletivas de conflitos de trabalho – número 17% superior aos 11.360 registrados em 2005. Em termos de efetividade, o número registrado de mediações que resultaram em acordo – ou seja, não se transformaram em dissídio – foi de 9.450 (71,19% do total) – superior aos 69,86% verificados em 2005.

- Beneficiados 7,98 milhões de trabalhadores pelas mediações realizadas pelo MTE que resultaram em acordo, representando 82,39% do total de trabalhadores abrangidos pelas mediações. Este resultado supera em 52% o índice alcançado em 2005 (54,32%). O aumento deste índice evidencia a importância da mediação pública na solução de conflitos, uma vez que os conflitos solucionados não são transformados em ações judiciais de dissídio coletivo.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa foi criado com o intuito de propiciar a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, adequando-o às especificidades atuais do mundo do trabalho. Neste sentido, conta com uma ação-âncora: o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), composto por representantes de trabalhadores, empregadores e governo. Como resultado dos debates do FNT, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), por meio da Medida Provisória (MP) nº 294/06. Essa MP regulamenta termos previstos na Convenção nº 144 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, que prevê mecanismos de consulta tripartite para as questões referentes às normas internacionais do trabalho e tem como principal objetivo a institucionalização do processo de diálogo social iniciado com o FNT. Outra proposta legislativa resultante dos debates do FNT foi a MP nº 293/06, a qual propõe critérios objetivos para a participação das centrais sindicais de trabalhadores em conselhos ou colegiados de órgãos públicos. Apesar destes atos normativos não terem sido aprovados pelo Congresso Nacional, devido à natureza complexa do tema, seu encaminhamento demonstra o amadurecimento do debate.

Em convergência com as iniciativas de fortalecimento do diálogo social, foram assinados decretos presidenciais, resultantes do consenso firmado no âmbito do FNT e,

posteriormente, ratificados no âmbito do Fórum do Sistema "S". Estes decretos prevêem a inclusão das representações de trabalhadores nos Conselhos do Sistema "S" – Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Todas essas entidades são ligadas ao setor patronal brasileiro e, nesse sentido, os decretos viabilizam a composição tripartite desses conselhos, atendendo assim, a uma reivindicação histórica dos trabalhadores.

Foram, ainda, realizadas reuniões do Grupo Especial sobre Trabalho aos Domingos, inclusive com ampla plenária, reunindo centenas de representações sindicais dos trabalhadores, a fim de analisar propostas legislativas referentes ao tema. O objetivo é o de construir uma normatização para regulamentar essa questão. Por fim, ainda no âmbito desta ação, a coordenação do FNT promoveu eventos de divulgação e sensibilização dos diferentes atores e do público em geral, quanto a temas relativos à reforma trabalhista e sindical. Esses eventos incluíram uma importante parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que teve como principal objetivo promover encontros de intercâmbio de informações das experiências nacionais e internacionais sobre legislação trabalhista e sistema de relações do trabalho.

No que tange à capacitação de técnicos especializados na área de relações do trabalho, optou-se pela realização de apenas algumas ações de capacitação, de nível nacional, executadas diretamente pela Secretaria de Relações do Trabalho, ficando a maior parte das ações a serem realizadas pelas Seções ou Setores de Relações do Trabalho (SERETs) das delegacias regionais do trabalho (DRTs), observadas as diretrizes estabelecidas pela SRT, com recursos descentralizados. Assim, a ação pôde otimizar o número de técnicos capacitados – 1.891, número muito superior à previsão de 171, com cerca de 58% da dotação prevista. Na LOA de 2007, novas metas foram apresentadas, objetivando-se a correção das distorções físico-financeiras apontadas.

Destaca-se, também, a continuação da implantação do Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT). Ao longo de 2006, a SRT deu continuidade ao esforço de reorganização do módulo Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, garantindo a adesão de mais de 3 mil entidades sindicais ao longo do ano, totalizando mais de 13 mil entidades atualizadas. Organizou-se, ainda, uma tabela padronizada para a classificação das categorias sindicais a partir dos dados obtidos pela atualização sindical, a qual permitirá o cruzamento com os demais módulos do SIRT e com outros sistemas de governo, como: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e Receita Federal. Também foram envidados esforços para a construção do módulo Sistema Mediador, um sistema eletrônico único para o cadastro dos instrumentos coletivos de trabalho, depositados e registrados no MTE - o qual substituiu todos os sistemas manuais ou eletrônicos utilizados pelas SERETs - acessível para a consulta de qualquer servidor do MTE, por meio da Intranet. A ação empreendida pela SRT resultou, assim, na criação do Sistema de Registro e Arquivamento de Acordo e Convenção Coletiva (SIRACC), que entrou em funcionamento em abril de 2006, e contemplou todos os instrumentos depositados no MTE a partir de janeiro do mesmo ano.

Em relação à análise do conteúdo de instrumentos coletivos, foi acrescentado artigo à Instrução Normativa (IN) nº 1, de 2004, possibilitando a adoção de procedimentos administrativos, com o objetivo de sanar as irregularidades encontradas antes do encaminhamento da denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Paralelamente à alteração da IN, a capacitação dos técnicos nas SERETs também favoreceu a análise de cláusulas, conferindo maior agilidade e eficiência ao combate à violação de normas trabalhistas. Isto porque, em vez de sanar de forma pontual uma irregularidade praticada, advertindo ou multando um único empregador, o procedimento de análise, de maneira preventiva, permite alterar ou mesmo excluir a cláusula irregular, evitando que a situação se perpetue em prejuízo de todos os alcançados pelo instrumento coletivo. Evita, também, o ajuizamento de diversas ações trabalhistas, com questionamento de tais irregularidades.

Para aperfeiçoamento na aferição da eficácia do Programa, foram adicionados outros dois indicadores, por meio da revisão do PPA em 2006: o Número-Índice de Instrumento Coletivo – relação entre o número de instrumentos coletivos (acordos e convenções) realizados no ano corrente e o número de instrumentos coletivos realizados no ano-base, multiplicado por 100 – e a Taxa de Adesão à Atualização Sindical - relação percentual entre a freqüência absoluta de sindicatos atualizados no SIRT e a freqüência absoluta de sindicatos da pesquisa sindical do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O desempenho físico das ações do Programa é monitorado por meio de reuniões de trabalho trimestrais com os coordenadores da SRT, além de duas reuniões anuais com os chefes das SERETs das 27 Unidades da Federação para planejamento, monitoramento e avaliação das ações da SRT. Além disso, o monitoramento é realizado por sistema informatizado do Programa, por monitoramentos físicos das ações realizados por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e por relatórios de gestão produzidos para o sistema de metas presidenciais e um relatório de gestão anual das atividades e ações do programa .

As metas físicas estão dentro das expectativas, no que diz respeito ao seu cumprimento. Apenas a ação de mediação não conseguiu atingir a meta prevista, apesar do aumento apontado em relação a 2005. De fato, das 15.834 mediações coletivas previstas, ocorreram 13.273 – alcance de mais de 83%. Os recursos orçamentários foram considerados insuficientes, principalmente quando considerados os destinados para o SIRT, pois se faz necessária a aquisição de infra-estrutura, certificação digital e recursos humanos para o desenvolvimento do sistema. Além disso, as ações FNT e SIRT sofreram com o contingenciamento, pois a liberação tardia dos R$ 900 mil provenientes do convênio com a Petrobras causou descontinuidade e a não-realização de algumas atividades previstas. Afora isso, a limitação para gastos com diárias e passagens comprometeram a realização de atividades de formação em nível nacional.

As equipes executoras encontram restrições relativas a espaço físico inadequado; escassez de computadores, *scanners* e impressoras, além da necessidade de melhorar a infra-estrutura de informática para o desenvolvimento do sistema nos quesitos rede e certificação digital. No que concerne aos recursos humanos, a equipe gerencial se encontra

limitada a cinco pessoas. Faz-se necessária a ampliação do quadro gerencial, bem como sua qualificação com cursos na área de gestão, negociação e mediação. Já nas equipes executoras, faz-se necessária uma reorganização das equipes com o objetivo de trazer técnicos mais qualificados e com menor rotatividade. A SRT está elaborando um plano de qualificação continuada para os servidores ligados às relações do trabalho, com o intuito de suprir esta necessidade, que permitirá a formação de técnicos em pelo menos três níveis: padronização de rotinas e procedimentos, gestão e relações do trabalho.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa conta com parcerias não-governamentais para sua execução. O FNT é um espaço de negociação criado pelo Governo Federal para promover a mudança do Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho por meio do diálogo social e da negociação tripartite, o que significa que todo o debate está sendo feito com as representações sindicais de trabalhadores e empregadores, principais parceiros e interessados nessa questão. Depois de formatadas as propostas de alteração na legislação, a Coordenação do FNT realizou encontros acerca dos aspectos jurídicos da reforma sindical, que contaram com a participação de dezenas de advogados atuantes na área de relações sindicais e do trabalho. Diversas reuniões foram realizadas também com as principais federações patronais brasileiras e centrais sindicais, além de outras associações de classe, representantes da academia, dos operadores do direito e representantes de outras instituições ligadas ao mundo do trabalho, tais como Ministério Público do Trabalho, TST, Fórum Nacional de Secretários de Trabalho (FNST) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com o intuito de divulgação da proposta.

Em termos de participação social, o Programa conta com Ouvidoria, além de promover reuniões com grupos de interesse. Assim, diversas reuniões foram realizadas com as principais federações patronais brasileiras durante todo o processo de discussão do projeto de reforma sindical, incluindo-se encontros com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). A Coordenação do FNT também se reuniu com o Núcleo de Relações Trabalhistas e Sindicais do Rio de Janeiro, quando o projeto de reforma foi apresentado para importantes lideranças empresariais brasileiras, de empresas que atuam no Estado. Nesse encontro, estavam presentes representantes de empresas com forte expressão na economia nacional, tais como a Coca-Cola, BR Distribuidora, Vale do Rio Doce, TV Globo e Bayer, oportunidade em que foi verificada a receptividade quanto à proposta de reforma discutida no FNT. Dentre as contribuições da participação social para os resultados do Programa, destacam-se a elaboração da proposta de anteprojeto de lei e de emenda constitucional da reforma sindical, as quais foram possíveis pela participação das entidades sindicais, tanto de trabalhadores quanto de empregadores e de diversas outras entidades da sociedade civil que se envolveram no debate.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# DESENVOLVIMENTO CENTRADO NA GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

## OBJETIVO

Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito, capaz de gerar emprego, trabalho e renda.

## PÚBLICO-ALVO

Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento e de setores intensivos em mão-de-obra.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 500.000,00 | Empenho Liquidado: | - |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | - |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 6.763.022.490,00 | R$ 12.267.151.324,00 | |

## INDICADORES

### 1. GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO FORMAIS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 19.965

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Atualmente, as informações que compõem esse indicador são fornecidas pelo empresário de forma declaratória relacionada à quantidade de empregos que planeja gerar no ato da obtenção do crédito, razão pela qual não há precisão nos dados colhidos. O módulo do Sistema de Acompanhamento de Execução do Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Urbano (PROGER), o SAEP *WEB,* permitirá analisar a relação do saldo de admissões e demissões realizadas pelos beneficiários das operações de crédito, mediante o cruzamento do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do SAEP *WEB* com a variação do número de empregados apurada no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), medindo o impacto do financiamento na geração de postos de trabalho formais. Este módulo, do SAEP *WEB*, está em desenvolvimento e implantação. Desta forma, a apuração do Indicador Geração de Postos de Trabalho Formais não pôde ser mensurada.

## 2. NÚMERO-ÍNDICE DE QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Unidade de medida:** Índice numérico
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 106

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa
Aplica-se a mesma justificativa para a não apuração do indicador acima.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A geração de emprego e renda é elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do País. Uma das restrições à geração de emprego e renda é a dificuldade de acesso ao crédito para micro e pequenas empresas, associações produtivas, cooperativas e profissionais liberais. O incentivo via disponibilização de crédito para setores intensivos em mão-de-obra e infra-estrutura, e também é fundamental para promover a geração e a manutenção de postos de trabalho. Além disso, é imprescindível para o desenvolvimento econômico a disponibilização de linhas de crédito para setores apontados como prioritários para a Política Industrial e de Comércio Exterior.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Foram contratadas, no âmbito do Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, cerca de 2,3 milhões de operações de crédito, com investimentos da ordem de R$ 12,3 bilhões. Destaque-se o PROGER Urbano que tem como público-alvo micro e pequenos empreendimentos urbanos. Em 2006, mais de 2,2 milhões de operações foram realizadas, com valores contratados de R$ 7,2 bilhões.

- Foram criadas novas linhas de crédito especiais: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) Giro Setorial, FAT Giro Cooperativo Habitacional e FAT Giro Cooperativo Agropecuário, no intuito de atender a setores da economia que passavam por crise no ano de 2006. Ainda no âmbito das linhas de crédito do FAT, existe a modalidade Jovem Empreendedor, o qual tem como público-alvo micro e pequenas empresas com jovens empreendedores como titulares.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda é constituído por ações formadas por linhas de crédito voltadas para o financiamento de iniciativas empreendedoras, indutoras de emprego e renda, respeitando as especificidades sócio-econômicas do território beneficiado. As linhas de crédito enfatizam o apoio a setores intensivos em mão-de-obra, setores de infra-estrutura, setores prioritários de políticas governamentais de desenvolvimento e grandes geradores de emprego, como as micro e pequenas empresas. O Programa opera com recursos originários da reserva mínima de liquidez do FAT, aplicados na forma de depósitos especiais nas Instituições Financeiras Oficiais Federais: Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Caixa

Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco da Amazônia (BASA) e Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

A única ação do Programa desenvolvida com recursos orçamentários (Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do FAT) não teve execução em 2006, devido ao contingenciamento de recursos orçamentários do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

No que tange às metas físicas, existem dificuldades para sua definição *a priori* e, conseqüentemente, distorções em seu cumprimento. Dentre tais especificidades, estão:

a) a conjuntura macroeconômica determinando a demanda por crédito produtivo;
b) o risco de inadimplência sendo de responsabilidade dos agentes financeiros que operacionalizam as linhas de crédito, de modo que qualquer meta a ser definida estará comprometida pela propensão dos agentes em atenderem a possíveis beneficiários, com risco de inadimplência considerado inadequado;
c) a alocação dos depósitos especiais sendo definida no âmbito do Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) – que é um órgão tripartite e paritário –, de modo que a decisão sobre quanto alocar em linhas de crédito do FAT não cabe unicamente ao MTE. Além disso, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), equalizado pelo Tesouro Nacional, absorve parte expressiva do público-alvo do PROGER Rural e das cooperativas e associações de produção. Cabe destacar que embora parte dos recursos do PRONAF seja oriunda do FAT, ele não está contemplado em nenhuma ação do Programa.

O monitoramento do desempenho físico das ações, no âmbito da gerência, é realizado em visitas *in loco* pela equipe responsável do MTE aos empreendimentos financiados pelo Programa, de forma a levantar as principais características e perspectivas dos empreendedores atendidos: dificuldades de acesso ao crédito, impacto dos programas e da sustentabilidade dos empreendedores beneficiados, verificação da adequação das normas e critérios de operacionalização dos programas e a eficiência das instituições financeiras e demais atores envolvidos. Contudo, não há quantidade de recursos humanos suficientes para a execução de visitas em todas as contratações, tendo em vista o volume de operações, razão pela qual se utiliza o método por amostragem. Cabe destacar que os recursos humanos são insuficientes até mesmo para uma amostragem estatisticamente relevante quando comparada com o número total de contratações. Atualmente, as supervisões *in loco* são executadas apenas pela equipe gerencial do Programa, visto que não existe uma equipe executora (a execução do Programa é feita pelas Instituições Financeiras Oficiais Federais), de modo que o tamanho da amostra selecionada é extremamente reduzido se comparado com a quantidade total de operações.

O Programa também possui como ferramenta de monitoramento o Sistema de Acompanhamento da Execução dos PROGER (SAEP). Por meio deste sistema é possível contabilizar o número das operações, além do volume financeiro das operações contratadas.

As metas físicas estão distribuídas por ações, sendo que o físico realizado corresponde à quantidade de operações e o financeiro realizado corresponde a valores contratados, disponibilizados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). Salienta-se que as ações do Programa de Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda não refletem a totalidade dos Programas de Geração de Emprego e Renda do FAT, visto que a dinâmica de criação/extinção de programas/linhas pelo CODEFAT é diferente da dinâmica de revisão do Plano Plurianual (PPA).

Em termos de restrições, foi apontada a inadequação do sistema de informação utilizado, sendo que uma nova versão já estaria sendo desenvolvida. Além disso, há dificuldades para a realização de supervisão *in loco*.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa promove a participação social por meio da Ouvidoria do MTE, a qual repassa todas as demandas às coordenações responsáveis, mediante discussão no CODEFAT. A participação social contribui para a definição de diretrizes nas aplicações de recursos do FAT na eleição de setores prioritários passíveis de financiamento com fonte FAT, bem como na identificação de aspectos do programa que necessitam de melhoria.

**RECOMENDAÇÕES**

- Apurar o índice dos indicadores do Programa, pois são os instrumentos capazes de medir seu desempenho, além de demonstrar a real capacidade de atendimento ao objetivo estipulado. Esta situação persiste há três anos, fato que inviabiliza avaliação de seu real desempenho. Cabe destacar que o SAEP fornece informações que tornam possíveis a contabilização do volume de beneficiários das operações contratadas, determinando a quantidade de pessoas que foram beneficiadas com os recursos do FAT e o volume financeiro das operações. A mesma justificativa para a não-apuração dos indicadores é apresentada desde a avaliação de 2005, ano-base 2004.

- Em relação ao Indicador Geração de Postos de Trabalho Formais, deve-se compreender que, mesmo sem a existência de um sistema dedicado para o acompanhamento da geração de empregos pelo Programa, estes dados podem ser obtidos com o CNPJ das empresas, de maneira razoavelmente simples por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ao confrontar o número de funcionários nas empresas beneficiárias em 31 de dezembro de dois anos consecutivos, obtém-se a variação líquida de empregados/funcionários. Pode ser que o sistema próprio gere dados melhores, mas a sua fase de implantação não justifica a inexistência de indicadores por dois anos consecutivos. Além disso, este tipo de processamento dos dados da RAIS é relativamente barato, utilizando estruturas e procedimentos já comuns ao MTE.

- O mesmo acontece com o Indicador Número-Índice de Quantidade de Beneficiários das Operações de Crédito: como as concessões se dão através de instituições financeiras oficiais federais, é possível que se exija das mesmas relatórios semestrais e/ou anuais com um detalhamento mínimo do número de operações realizadas. Deve-se atentar para o fato de que este tipo de indicador poderia ser conseguido por solicitação do CODEFAT

como uma condicionalidade para o repasse dos recursos sem custos adicionais ao MTE ou ao Sistema Público de Emprego, cabendo ao órgão apenas consolidar os relatórios das entidades financeiras.

• Em relação à supervisão *in loco*, entende-se que atividades compreendidas no escopo da fiscalização deveriam utilizar a estrutura das delegacias regionais do trabalho (DRTs). Assim, caberia ao MTE potencializar os recursos e fornecer treinamento específico às DRTs, de forma que pudessem realizar esta atividade adicional. A observação quanto à otimização dos recursos cabe tanto para o sistema de monitoramento (SAEP) quanto para a equipe de supervisão *in loco*. Seriam direcionados recursos para a estrutura atual usar os recursos humanos das DRTs e os atuais sistemas (RAIS, e relatórios das instituições financeiras) de forma mais eficiente, em vez de criar estruturas paralelas.

# ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

## OBJETIVO

Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

## PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores em risco de desemprego, desempregados, autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 34.012.050,00 | Empenho Liquidado: | R$ 31.147.571,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 31.147.571,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO-ÍNDICE DE EMPREENDIMENTOS CADASTRADOS

**Unidade de medida:** Número-Índice
**Índice apurado em 2006:** 104,85
**Índice previsto ao final do PPA:** 110

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Considera-se não ser este o indicador mais adequado para mensurar o objetivo a que o Programa se propõe. Por isso, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) optou por excluir o mencionado indicador no processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011.

### 2. NÚMERO-ÍNDICE DA QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

**Unidade de medida:** Número-Índice
**Índice apurado em 2006:** 104
**Índice previsto ao final do PPA:** 105

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Na perspectiva de implantação do Programa, previu-se crescimento maior do número de postos de trabalho gerados pela política pública de economia solidária federal do que aquele que vem se concretizando. Um dos motivos principais é que o planejamento da implantação do Programa previa aumento significativo de recursos disponíveis para a política, fator que traria reflexos quantitativos em termos de geração de postos de trabalho. Para 2007, espera-se que a elevação dos recursos orçamentários disponíveis dê vazão ao potencial reprimido do Programa.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As mudanças estruturais de ordem sócio-econômica, ocorridas no mundo nas últimas décadas fragilizaram o modelo tradicional de relação de trabalho capitalista. O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho se afirmaram como tendência em uma conjuntura de desemprego. São milhões de trabalhadores e trabalhadoras que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade de se encontrar alternativas de geração de renda. Assim, políticas de geração de renda para a inclusão daqueles menos favorecidos na sociedade têm, obrigatoriamente, que levar em consideração tanto o emprego quanto o trabalho em outras formas de relação que não a relação entre empregado e patrão. Na Economia Solidária, encontram-se milhares de trabalhadores e de trabalhadoras organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando por sua emancipação. São iniciativas de organizações não-governamentais (ONGs), voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização; instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários; empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar e cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Beneficiados/apoiados 4.087 empreendimentos de economia solidária;
- Formados 280 agentes de desenvolvimento solidário.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento possui sete ações finalísticas que concorrem para o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Parte significativa dos recursos é descentralizada para a execução das ações, em parceria com ONGs, prefeituras e governos estaduais. O Programa também atua em parceria com as delegacias regionais do trabalho (DRTs), de maneira a ampliar sua capacidade de atuação nos Estados.

As metas físicas e financeiras das ações ficaram dentro da expectativa. A Ação Estímulo à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária, em anos anteriores, orientava sua intervenção para a constituição de Centros Públicos de Economia Solidária. Em 2006, o foco mudou para a formação e assessoramento técnico a gestores públicos municipais, estaduais e federais de economia solidária, facilitando a ampliação de políticas públicas constituídas para o setor. Além disso, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, reunindo mais de 1.200 delegados de todos os estados da federação. Foi também implantado o Conselho Nacional de Economia Solidária, instância maior da gestão da política pública de economia solidária do Governo Federal.

No que tange à Ação Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária, foi consolidada parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB) que criou redes de economia solidária e apoiou diretamente 756 empreendimentos em todo o Território Nacional, com recursos da ordem de R$ 8,7 milhões. Disso resultou o início da construção de efetivos instrumentos de execução direta do Governo Federal no fomento à economia solidária que se dá, inclusive, pela estruturação de parcerias com bancos públicos que financiam iniciativas de economia solidária.

A Ação Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária operacionalizou o Programa Nacional de Feiras de Economia Solidária, o qual possibilitou a comercialização de produtos de 3.331 empreendimentos de todos os Estados da federação, além de haver propiciado sua articulação em redes e cadeias produtivas, fator crucial para que os empreendimentos pudessem alcançar a sua sustentabilidade. Além disso, está em curso a constituição de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, o qual beneficiaria os cerca de 15 mil empreendimentos econômicos solidários mapeados no Brasil. Os recursos destinados a esta ação somaram R$ 1,2 milhão.

A Ação Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário só foi incluída no PPA 2004-2007 no exercício de 2006. Atualmente, existem agentes de desenvolvimento solidário trabalhando em 258 comunidades, propiciando apoio e assessoria para empreenderem o seu próprio desenvolvimento a partir da constituição de empreendimentos econômicos solidários. O projeto recém-implantado já beneficia mais de 35 mil trabalhadores diretamente e 212 mil pessoas indiretamente na melhoria das condições de vida em suas comunidades.

O mapeamento da economia solidária no Brasil foi feito a partir da mobilização social em Território Nacional com 27 Comissões Gestoras Estaduais, das quais participam 230 organizações governamentais e não-governamentais e 700 pesquisadores. Assim, está em implantação o Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES) com plataforma tecnológica disponível para implantação de Sistemas Estaduais de Informações em Economia Solidária, viabilizando novas funcionalidades para organização de redes e promoção de processos de comércio justo e solidário em todo o Território Nacional. Dessa forma a economia solidária ganha visibilidade em seu potencial sócio-econômico no Brasil, com a identificação e caracterização de 15 mil empreendimentos econômicos solidários, das

suas atividades econômicas, da capacidade de geração de trabalho e renda, da auto-gestão e da solidariedade. Além da identificação e do cadastro de empreendimentos econômicos solidários e de entidades de apoio e fomento, dois outros resultados foram alcançados: a publicação do **Atlas Nacional da Economia Solidária** e a consolidação de um sistema de acesso informatizado.

Novamente foi verificada baixa integração entre a gerência do Programa e a coordenação da Ação Promoção da Inclusão Produtiva, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A ação executou cerca de R$ 17 milhões com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), os quais foram destinados ao co-financiamento de 91 projetos, apresentados por 69 Municípios, em decorrência do edital publicado e divulgado pela Portaria 136/2006 de 24 de abril de 2006. Os projetos possibilitaram apoio à capacitação e implementação de unidades produtivas, de forma a viabilizar o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica ao mundo do trabalho e à renda, contribuindo para sua autonomia e emancipação. A apresentação e a análise de pré-projetos foram feitas diretamente no Sistema de Convênios da Rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em relação ao desenho do Programa, há necessidade de desdobramento de algumas ações, que agregariam um conjunto de atividades. Como exemplo, destaca-se a Ação de Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária, que precisa de uma ação voltada à comercialização de produtos (na qual seriam contabilizadas feiras e outras atividades de comercialização de produtos da economia solidária) e outra de fomento a redes de produção (na qual poderia ser agregada a Ação de Apoio à Recuperação de Empresas por Trabalhadores, que tem focado seu trabalho com as redes nas quais essas empresas estão inseridas). Além disso, há necessidade de depuração dos indicadores do Programa.

O monitoramento do desempenho físico das ações, no âmbito da gerência, é realizado mediante reuniões de trabalho com os principais parceiros, visitas *in loco*, relatórios de gestão e sistemas informatizados. Nesse sentido, além do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), destacam-se o Projeto Nacional de Feiras e a Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário - os quais possuem estruturas próprias informatizadas de registro do andamento de sua execução - e o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) – sistema nacional, mas com núcleos estaduais de alimentação. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) também possui um sistema próprio de registro e acompanhamento dos projetos e convênios em execução.

No que se refere às restrições enfrentadas pelo Programa, os recursos orçamentários foram considerados insuficientes. Um exemplo foi a demanda de mais de R$ 8 milhões em projetos apresentados que não puderam ser apoiados por falta de dotação, bem como o crescente número de prefeituras e governos estaduais com os quais não foi possível firmar parcerias pelos mesmos motivos. Além disso, a liberação de recursos concentrada no final do exercício afetou substancialmente a qualidade da execução dos convênios, limitando a obtenção de resultados mais expressivos. Também foram apontadas dificuldades de

celebração de convênios na gerência pela falta de equipe adequada e habilitada para o gerenciamento dos convênios firmados. Além disso, alguns convênios não puderam ser pagos devido à inadimplência de órgãos públicos, não necessariamente das áreas convenentes. Os equipamentos, principalmente de informática, e o espaço físico foram apontados como inadequados tanto para a equipe gerencial quanto para as coordenações da SENAES. Explica-se que, por se tratar de uma secretaria criada em 2003, sua estrutura foi adaptada ao MTE na ocasião. Com o desenvolvimento dos trabalhos ficou comprovada a necessidade de tornar os espaços mais adequados para o seu funcionamento. Ressalta-se também a quantidade insuficiente de recursos humanos nas equipes da secretaria.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Todas as ações do Programa são planejadas em conjunto com atores da sociedade civil executora e/ou beneficiária da política pública em questão. Com a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária e a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária tais diálogos foram formalizados para dentro de espaços oficiais de construção participativa da política pública. Afora isso, o Sistema de Informações em Economia Solidária, o Projeto Nacional de Feiras de Economia Solidária, entre outros, contam com reuniões específicas de articulação com a sociedade civil durante todo o processo de formulação e execução.

**RECOMENDAÇÕES**

- Alterar o produto da Ação Estímulo à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária, de forma a incorporar o redirecionamento dado à atuação da ação;

- Analisar, quando se der a elaboração do PPA 2008-2011, eventual proposta do gerente quanto à necessidade de ações específicas, além de novos indicadores;

- Rever o custo médio das ações do Programa, de forma a compatibilizar o previsto na LOA e o efetivamente realizado, especialmente para a Ação Fomento a Redes de Produção e Comercialização de Bens e Serviços Produzidos pela Economia Solidária.

# ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

## OBJETIVO

Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo.

## PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 10.137.910,00 | Empenho Liquidado: | R$ 9.130.520,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 9.130.520,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. NÚMERO DE TRABALHADORES LIBERTADOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 3.309
**Índice previsto ao final do PPA:** 5.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Considera-se que o índice originalmente previsto para o indicador ao final do Plano Plurianual (PPA) 2004–2007 já foi alcançado, pois os valores são cumulativos.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A existência de práticas de exploração de trabalho escravo ainda persiste no País focalizadas sobretudo nos Estados do Mato Grosso (MT), Tocantins (TO), Pará (PA), Maranhão (MA) e Bahia (BA), atingindo milhares de trabalhadores. Esse fato aponta para a necessidade de manutenção e aperfeiçoamento do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, bem como para o fomento a ações conjuntas com outras instituições governamentais e não-governamentais, de modo que se alcance a definitiva erradicação dessa perversa forma de exploração do trabalho humano.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Libertados 3.309 trabalhadores em condições análogas à escravidão;
- Fiscalizadas 202 fazendas, número quase 10% maior que em 2005, tendo o número de ações fiscais aumentado em cerca de 25% (de 82 para 103 operações fiscais realizadas).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa Erradicação do Trabalho Escravo é um programa multissetorial, composto por 10 ações finalísticas que envolvem o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Presidência da República por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e a Justiça do Trabalho. Deste rol, mercem destaque ações estruturantes do Programa, fundamentais para o cumprimento de seu objetivo: a fiscalização para a erradicação do trabalho escravo, o pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado, a implantação de varas de trabalho itinerantes em diversos Estados e o atendimento ao trabalhador libertado por meio da prestação de benefícios sociais, tais como o fornecimento de documentação civil básica e a assistência jurídica.

Em 2006, foram realizadas 103 operações conjuntas do MTE, Polícia Federal e Ministério Público do Trabalho (MPT), que fiscalizaram 202 fazendas e libertaram 3.309 trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão, valendo-se de cerca de 80% da dotação prevista na LOA (R$ 4,07 milhões). O montante de pagamentos de verbas rescisórias (adicional de férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado, etc) foi de R$ 6,13 milhões. Destaca-se, também, a concessão de assistência financeira ao trabalhador comprovadamente resgatado do regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, mediante percepção de três parcelas de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo cada. Em 2006, a cobertura superou 80% dos trabalhadores libertados. Em dezembro de 2006, o Cadastro de Infratores, que reúne o nome de empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, recebeu a sétima atualização, passando a conter 204 nomes de pessoas físicas e jurídicas. Com base em acordo firmado com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e recomendação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) aos bancos públicos, esse conjunto de infratores está impedido de contrair financiamento público. Espera-se avanço na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que prevê a desapropriação das unidades produtivas em que for constatada a utilização de trabalho escravo.

É necessária maior integração entre as ações do Programa, de forma que as ações de fiscalização sejam complementadas por aquelas de implantação das varas de trabalho itinerantes, de capacitação de recursos humanos para a prevenção e a repressão ao trabalho escravo, bem como de uma possível integração com programas geradores de emprego e renda. As ações Atendimento ao Trabalhador Libertado de Trabalho Escravo e Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e a Repressão ao Trabalho Escravo, sob responsabilidade da Presidência da República, não apresentaram execução física, apesar de apresentarem 100% de execução orçamentária.

O Projeto de Lei de Revisão do PPA, enviado ao Congresso Nacional no final de agosto de 2006, compatibilizou a meta física da Ação Assistência Emergencial a Trabalhadores Vítimas de Trabalho Escravo à sua execução média ao longo dos últimos anos – avaliada em torno de 300 trabalhadores assistidos. No ano de 2006, foi necessária a interferência do MTE na assistência a 478 trabalhadores, com utilização de cerca de 28% da dotação orçamentária estipulada. Os recursos financeiros desta ação somente são utilizados caso os empregadores flagrados pelos grupos móveis de fiscalização não paguem todos os direitos trabalhistas e o retorno dos trabalhadores ao seu local de origem. Assim, quando não se obtém êxito, lança-se mão dos recursos desta ação para garantir alimentação, hospedagem e posterior retorno aos locais de origem para os trabalhadores, enquanto se espera a decisão judicial, já que o MPT propõe ações na Justiça do Trabalho. Em relação às demais ações, pode-se afirmar que as metas físicas foram satisfatórias, sendo as variáveis orçamentárias e financeiras consideradas adequadas para o seu atendimento.

O Programa dispõe dos seguintes mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações: reuniões de trabalho com a presença dos coordenadores e sub-coordenadores (no mínimo semestralmente), relatório circunstanciado confeccionado pelo auditor fiscal responsável pela coordenação ao término de cada ação, e inserção periódica dos resultados para o acompanhamento da meta a ser atingida no Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento (SIGPlan). Além disso, o monitoramento do Programa contará com a utilização dos seguintes instrumentos:

a) Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo (SISACTE), um banco de dados desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e doado ao MTE. O referido sistema está em fase de homologação junto a Coordenação Geral de Informática (CGI) do MTE;
b) 18 novos veículos, adquiridos no final de 2006, especialmente destinados às ações de fiscalização.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Apesar da assinatura, em 2005, do termo de cooperação entre o MTE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual previa a inclusão dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Programa Bolsa Família, não houve avanço no diálogo entre as duas áreas. Tal medida contribuiria para promover a reinserção social dos resgatados. Entretanto, foram levantadas dificuldades de integração entre as equipes dos Ministérios, no sentido de operacionalizar o mencionado termo.

Cabe destacar a atuação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), na medida em que possibilita a participação do público-alvo e fortalece o controle social do Programa. Participam da CONATRAE entidades representativas do Governo Federal e da sociedade civil, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de centros de defesa dos direitos humanos e de sindicatos - entidades não-governamentais fundamentais para a execução do Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Aperfeiçoar a articulação entre a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do MTE e o MDS, de forma a viabilizar a inclusão dos trabalhadores resgatados no cadastro de beneficiários do Bolsa Família.

# INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

## OBJETIVO

Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego.

## PÚBLICO-ALVO

Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles à procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos):<br>R$ 15.104.305.785,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 15.007.754.421,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 15.007.754.421,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. TAXA DE COBERTURA DO SINE NA (RE)INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 7
**Índice previsto ao final do PPA:** 8,6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O indicador é obtido pela comparação relativa entre o número de trabalhadores que obtém a (re)colocação no mercado de trabalho por meio das agências do SPETR e o número de trabalhadores admitidos no mercado de trabalho formal, segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). É, portanto, medida que sinaliza para a efetividade do SPETR. O índice verificado em 2006 foi de aproximadamente 7%, sinalizando queda de 18,6% em relação ao índice de referência, e de cerca de 4,5%, em relação ao ano de 2005. Contudo, na análise das variáveis que compõem o indicador, pode-se constatar ao longo do período 2003–2006, que:

a) apesar da queda no índice do indicador, o número absoluto de trabalhadores colocados no mercado de trabalho em 2006, quando comparado a 2003, registra um crescimento de aproximadamente 4%, passando de 844,6 mil trabalhadores, em 2003 (referência), para 878 mil trabalhadores, em 2006;
b) o número de trabalhadores admitidos no mercado de trabalho, segundo as informações do CAGED, apresentou crescimento de aproximadamente 31% neste período, passando de 9,8 milhões para 12,8 milhões.

Apesar do número de trabalhadores colocados indicar um aumento em relação ao ano anterior, o esforço do SPETR para obter um melhor resultado não foi suficiente para acompanhar o crescimento das colocações no mercado formal. No entanto, deve-se considerar que:

a) nem todas as vagas que surgem no mercado de trabalho são disponibilizadas aos Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda (CPETR);
b) as vagas que são captadas pelos CPETRs não lhes são exclusivas, existindo, assim, outros mecanismos de intermediação entre demandantes e ofertantes no mercado de trabalho. Uma maior participação do sistema na movimentação do mercado de trabalho perpassa tanto pela melhoria na gestão de processos do sistema quanto pela ampliação da capacidade de cobertura do atendimento.

**2. TAXA DE CAPTAÇÃO DE VAGAS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 14
**Índice previsto ao final do PPA:** 16,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O Indicador Taxa de Captação de Vagas é utilizado para comparar o número de vagas captadas pelas unidades de atendimento do SPETR com o número das admissões ocorridas em determinado período e que foram registradas no CAGED. Evidencia, dessa forma, o grau de atratividade do sistema junto aos empregadores. O indicador de referência em 2003 é de 15,9% e, em 2006, de 14%. Observa-se, assim, uma queda de aproximadamente 12% no período 2003–2006. Contudo, ao analisar o número de vagas captadas pelos CPETRs no período de 2003-2006, observa-se um crescimento de cerca de 13,5%, passando de 1,56 milhão para 1,77 milhão de vagas captadas pelos CPETRs. Em síntese, a redução do índice se deve ao crescimento mais lento do montante de vagas captadas pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE) *vis-à-vis* às vagas ofertadas pelo mercado de trabalho formal.

**3. TAXA DE APROVEITAMENTO DE VAGAS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 50
**Índice previsto ao final do PPA:** 53,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A Taxa de Aproveitamento de Vagas compara o número de trabalhadores colocados com o número de vagas captadas pelo SPETR com o número de vagas captadas pelos CPETRs no mesmo período. Indica, portanto, o número percentual de vagas coletadas pelos CPETRs que obtiveram efetiva colocação. O índice de referência obtido em 2003 foi de 54% e, em 2006, foi de cerca de 50%, ou seja, uma queda de aproximadamente 7,7 % no período entre 2003 e 2006. Entretanto, cabe lembrar que o número de vagas captadas pelo sistema durante esse período, apresentou um crescimento de 13%, enquanto a colocação de trabalhadores pelo SPETR aumentou apenas 4% no mesmo período.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Frente ao cenário de rápidas mudanças tecnológicas e gerenciais, integração de mercados, aumento da competitividade e transição geográfica do emprego, percebem-se alterações estruturais importantes no mercado de trabalho brasileiro, as quais acarretam maior risco de desemprego involuntário. Na presente década, o aumento do tempo de desemprego e a demanda das pessoas que ingressam anualmente na População Economicamente Ativa (PEA) elevam a necessidade de ampliação da integração e articulação entre a mão-de-obra e o seguro-desemprego, de forma a minorar os impactos do desemprego na vida do trabalhador e de seus dependentes, potencializando as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Colocação de 878,3 mil trabalhadores no mercado de trabalho por meio de ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra nos postos do SPETR;

- 5,1 milhões de trabalhadores beneficiados com o pagamento do seguro-desemprego e 11,1 milhões com o abono salarial.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa Integração de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é implementado para atingir seu objetivo por meio de 16 ações com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as quais possuem como linhas gerais de atuação:

a) implantação de política de renda por meio do pagamento do abono salarial;
b) prestação de assistência ao desempregado por meio do seguro-desemprego - concedido ao dispensado sem justa causa, ao empregado doméstico, ao pescador artesanal e ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo -, da bolsa qualificação, da facilitação de vagas e profissionais para empregados e empregadores, através dos postos do SPETR e da disponibilização de informações, de forma a fortalecer as ações dirigidas ao sistema por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do CAGED e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED);

c) integração das ações de emprego por meio do Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego (SIGAE);
d) identificação da população por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Em 2006, o Programa ampliou de 27 para 41 o número de convênios celebrados com os Estados, o Distrito Federal (DF), algumas capitais e Municípios com mais de 300 mil habitantes, para execução das ações de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra, habilitação ao seguro-desemprego e pesquisa de emprego e desemprego. Também houve ampliação da rede de atendimento do SPETR, que atualmente conta com 1,18 mil unidades de atendimento, sendo 648 informatizadas. Esse esforço contribuiu para o alcance de resultados expressivos para o Programa, principalmente no que se refere ao cumprimento das garantias constitucionais como o seguro-desemprego e o abono salarial, que superaram as metas previstas em 15% e 17%, respectivamente. Foram identificados, ainda, 5.708.242 trabalhadores com a CTPS.

A Resolução CODEFAT nº. 466, de 21.12.2005, em seu artigo 4º, instituiu o Convênio Único como instrumento de integração e operacionalização das funções e ações do SPETR e autorizou o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a celebrar convênios plurianuais únicos com os Estados, as capitais, o DF, e os Municípios com mais de 300 mil habitantes. A celebração de convênios para execução das ações por Municípios foi iniciada em 2004, com as prefeituras municipais de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), a título de experiência-piloto. Em 2006, com o advento da resolução supracitada, houve uma ampliação para 11 Municípios, quais sejam: Osasco, Guarulhos, Diadema e Santo André, no Estado de São Paulo, Salvador (BA), Manaus (AM), Belém (PA), Campo Grande (MT), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS) e Recife (PE).

Essa resolução trata dos principais aspectos de reforma da condução das políticas públicas de emprego trabalho e renda, dentre elas:

a) criação do Plano Plurianual Estadual do SPETR;
b) estabelecimento de convênios plurianuais únicos, como instrumentos de integração de execução das ações de qualificação social e profissional, intermediação de mão-de-obra e habilitação ao seguro-desemprego;
c) previsão de que a execução integrada das ações seja realizada por meio dos CPETRs;
d) exigência da aprovação de termo de referência para o SPETR.

Em relação à concepção, aponta-se a necessidade de ações específicas orientadas ao segmento dos trabalhadores que apresentam maiores dificuldades de recolocação no mercado de trabalho, dadas as dificuldades de reingresso. Dessa forma, foram determinados grupos vulneráveis para a intermediação de mão-de-obra, quais sejam: jovens entre 16 e 24 anos com escolaridade até o ensino médio, trabalhadores com mais de 40 anos com escolaridade até o ensino fundamental incompleto e mulheres com escolaridade até o ensino médio.

O Programa conta com mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações mediante:

a) reuniões gerenciais;
b) visitas *in loco*, necessárias dado o caráter integrativo das ações de intermediação de mão-de-obra, seguro-desemprego, qualificação profissional e da execução financeira dos convênios firmados;
c) diversos sistemas informatizados, os quais permitem o acompanhamento da condução das políticas de intermediação de mão-de-obra, seguro-desemprego, emissão da CTPS, dos registros administrativos e da CBO. Nesse sentido, destacam-se o SIGAE que permite a integração das ações de seguro-desemprego, qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, o CAGED e a RAIS.

O cumprimento das metas físicas ficou entre 80% e 100% do previsto. As exceções foram a Ação RAIS, por ter sido erroneamente dimensionada, considerando-se seu antigo produto (exemplares distribuídos) em vez de vínculos empregatícios processados (inconsistência já corrigida), e a Ação Bolsa de Qualificação Profissional para o Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso, com execução de 57% da meta prevista justificada, em razão do benefício depender de acordo coletivo para a manutenção do contrato de trabalho, do oferecimento de cursos de qualificação profissional e da disponibilização do seguro-desemprego ao trabalhador. A Bolsa de Qualificação é uma medida que visa a coibir a suspensão de contratos de trabalho em situação de crise que posteriormente poderá ser contornada, evitando o desligamento e a posterior necessidade de contratação do trabalhador.

Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes. Apesar do significativo volume de recursos destinados ao Programa, cabe salientar que quase 97% são destinados ao pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial. Assim, o volume de recursos orientados à execução das demais ações é de 3% (cerca de R$ 500 milhões) os quais, ao longo do ano, são objetos de contingenciamento e atraso na liberação.

Cabe ressaltar que os recursos destinados à execução das ações do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda (SPETR) foram programados ao longo do exercício para serem liberados em duas parcelas. As primeiras parcelas foram repassadas aos executores entre abril e junho de 2006, de acordo com o cronograma de desembolso e a data da assinatura de cada convênio. Entretanto, o fluxo sofreu descontinuidade na previsão de repasse da segunda parcela. Isso ocorreu principalmente pelo fato de muitos executores se encontrarem inadimplentes no momento da liberação do recurso. Além disso, o Convênio Plurianual Único pressupõe a integração das ações e funções do SPETR e, conseqüentemente, condiciona a liberação do recurso de todas as ações de uma só vez. Dessa forma, ainda que, do ponto de vista das ações de intermediação de mão-de-obra, habilitação ao seguro-desemprego e de pesquisas sobre emprego e desemprego, o convenente estivesse apto a receber recursos, foi necessário aguardar a análise das ações de qualificação social e profissional para o repasse da segunda parcela.

No caso específico da CTPS, o contingenciamento interferiu principalmente na execução do cronograma para expansão do sistema informatizado que a emite, pois embora a ação tenha sido beneficiada com a liberação de créditos adicionais, os mesmos não puderam ser integralmente utilizados em virtude da exigüidade de prazos para realização de procedimentos legais necessários às licitações. Outras ações também apresentaram dificuldade de execução financeira, caso da CBO, que viu seu projeto de modernização interrompido.

Os recursos materiais e de infra-estrutura são insuficientes, tanto na equipe gerencial quanto nas executoras. No âmbito da gerência, destacou-se a inadequação dos equipamentos de informática e do espaço físico. No caso das delegacias regionais do trabalho (DRTs), há necessidade de melhor equipar essas unidades, no sentido de colocar à disposição equipamentos orientados, principalmente ao atendimento ao seguro-desemprego e à nova CTPS. No que concerne à questão de recursos humanos, os serviços de acompanhamento e monitoramento das ações do Programa das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda são, na sua maioria, executados pela equipe do DES. Considerando-se a ampliação do leque de novos atores na execução do SPETR, há necessidade de redimensionamento do quadro de pessoal do departamento. Outros fatores revelam-se prejudiciais à equipe gerencial, tais como:

a) o reduzido quadro no exercício de suas atividades;
b) a alta movimentação de contratados motivada, principalmente, por questões salariais;
c) o pouco tempo hábil para qualificação adequada dos recursos humanos contratados. No caso das equipes executoras, a necessidade do MTE de colocar à disposição do trabalhador os serviços de atendimento da intermediação de mão-de-obra (IMO), de seguro-desemprego e de qualificação profissional gerou o problema da escassez de recursos humanos nas diversas regionais, levando à contratação de serviços terceirizados. Entretanto, determinadas atividades, de forma análoga ao que ocorre na unidade gerencial, só podem ser exercidas por servidores, causando sobrecarga aos funcionários remanescentes.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa promove a participação social por meio do CODEFAT, órgão que atua como gestor do FAT e é colegiado de caráter tripartite e paritário composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo. A participação da sociedade organizada, além de ser uma diretriz da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é um elemento de grande importância para a execução das políticas públicas do MTE, pois suas ações são realizadas fundamentalmente de maneira descentralizada por meio de convênios com Estados e parcerias. Nos anos de 1994 e 1995, o CODEFAT estabeleceu critérios para o reconhecimento das comissões de emprego estaduais, distritais ou municipais. Atualmente, as comissões estaduais e municipais estão presentes em 3,57 mil (64,3%) dos Municípios do País, 3,10 mil devidamente homologadas pelo CODEFAT.

**RECOMENDAÇÕES**

• Revisar a pertinência e a suficiência das ações do Programa, no que se refere à criação de ações específicas orientadas ao trabalhador desalentado com maior dificuldade de retorno ao mercado de trabalho;

• Estabelecimento de novos indicadores orientados a captar o desempenho do Programa, quanto a grupos vulneráveis no mercado de trabalho, e a elaboração de indicadores voltados para a aferição da eficácia na integração das políticas públicas de emprego. Atualmente, as ações de habilitação e concessão dos benefícios do seguro-desemprego são realizadas independentemente das ações de intermediação de mão-de-obra. Ou seja, o Programa ainda não conseguiu avançar na questão da integração dessas duas políticas. Isso se torna evidente pela ausência de informações a respeito do número de trabalhadores habilitados pelo seguro-desemprego que utilizaram o serviço de orientação profissional e intermediação de mão-de-obra.

• A alta rotatividade dos terceirizados é fator que dificulta a capacitação realizada por meio de treinamento ou realização de cursos de formação. Nesse sentido, é relevante que a SPPE busque formas de instalar programas de capacitação específicos para os funcionários nas ações de seguro-desemprego e intermediação de mão-de-obra.

# MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

## OBJETIVO

Apoiar e estimular o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

## PÚBLICO-ALVO

Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R$ 60.000,00.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.500.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 117.873,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 117.873,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 707.260.000,00 | R$ 658.071.513,00 | |

## INDICADORES

### 1. NÚMERO DE CLIENTES ATIVOS DAS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO ATUANTES NO PROGRAMA

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

### 2. VALOR TOTAL EMPRESTADO AOS EMPREENDEDORES POPULARES

**Unidade de medida:** R$
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

### 3. NÚMERO DE CLIENTES ATIVOS POR AGENTE DE CRÉDITO

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**4. TAXA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**5. TAXA DE APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

Não houve apuração destes indicadores em 2006. Isto porque tais indicadores se mostraram inadequados para aferir os resultados do Programa. Assim, em substituição aos existentes, durante a revisão do Plano Plurianual (PPA) para 2007, foram definidos novos indicadores para o Programa, quais sejam:

a) Número-Índice da Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado;
b) Número-Índice do Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O microcrédito produtivo orientado é considerado instrumento essencial para a inclusão social e o combate à pobreza, bem como uma ferramenta relevante de política pública. Por esta razão, a existência do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Criado por meio da Lei nº11.110, de 25 de abril de 2005, o Programa oferta recursos em condições compatíveis com a realidade dos empreendimentos de pequeno porte, por meio de uma rede de instituições especializadas na concessão de crédito assistido, ou seja, com a orientação técnica necessária ao desenvolvimento sustentável destes empreendimentos, representando um instrumento fundamental para ampliar a geração de emprego e renda.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Realizados 828,85 mil contratos de microcrédito, o que equivaleu a R$ 832 milhões em recursos financeiros emprestados/concedidos;

- Realizadas 216 habilitações para instituições de microcrédito produtivo orientado –- quase 10 % acima do previsto para o ano de 2006.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A meta inicialmente prevista para o número de contratos realizados era de 707,95 mil. Em termos monetários, cerca de R$ 690 milhões. Observando-se os resultados alcançados, houve superação em cerca de 17% e 20%, respectivamente, das

metas estipuladas. Entretanto, consideram-se apenas as operações do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pois foi a única instituição a propor uma meta para o ano. Assim, é de se prever que a adoção de metas por outros bancos públicos deverá multiplicar este resultado no curto e médio prazo. No que concerne a habilitações, no início do ano, eram apenas 50 instituições de microcrédito produtivo orientado habilitadas no Programa e, ao final do período, o número de instituições habilitadas alcançou 216. O conjunto de instituições habilitadas atende a 4.327 Municípios, por meio de 309 postos de atendimento. Os contratos realizados pelos bancos com essas instituições já resultaram no atendimento a cerca de 290 mil empreendedores de pequeno porte.

Em relação à concepção, o PNMPO é um programa voltado para a produção, combinando apoio técnico e financeiro. Utiliza metodologia baseada no relacionamento direto de um agente de crédito com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, sendo o valor e as condições dos créditos definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador. Está estruturado em seis ações, dentre as quais apenas duas são orçamentárias: Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito e Gestão e Administração do Programa. As demais ações são não-orçamentárias, sendo uma do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), duas do BNB e outra do próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Entretanto, percebe-se que tal estrutura não adere à atual forma de execução do Programa. Em outras palavras, o BNB lida diretamente com pessoas físicas ou jurídicas por meio de recursos próprios, o BNDES opera com instituições habilitadas pelo Programa, conhecidas como de segundo piso, já a ação do MTE trabalha exclusivamente com recursos da fonte do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), junto aos bancos públicos federais. Sugere-se, pois, reorganizar a estrutura do Programa, de forma a evidenciar todos os bancos públicos que operam com essa modalidade de crédito, bem como as fontes de financiamento. É uma tarefa árdua, pois operacionalmente a instituição pode utilizar diversas fontes – recursos próprios, FAT, fundos constitucionais, exigibilidade, doações, etc. Mas é necessária para que se possa compreender e avaliar o grau de êxito do Programa. É uma forma, também, de responsabilizar os bancos públicos pelas informações prestadas.

Não se pode esquecer, entretanto, que nos termos da Lei nº 11.110/2005, o Programa conta com duas fontes de recursos: uma do FAT (por meio dos bancos públicos federais) e outra de parte dos depósitos à vista (2% da exigibilidade) que os bancos públicos e privados têm de recolher ao Banco Central (BC). Afora isso, por meio de contrato de crédito, os recursos devem ir das instituições financeiras operadoras para as instituições de microcrédito produtivo orientado, que são organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao microempreendedor e agências de fomento. Assim, as instituições de microfinanças habilitadas devem ser a ponte entre o pequeno empreendedor e os bancos. Disto decorre a importância de um plano de desenvolvimento institucional – inclusive para capacitação técnica e apoio à gestão e ao desenvolvimento, já que são as entidades preparadas para fazer um levantamento sócio-econômico do empreendimento e para acompanhar e orientar o empreendimento durante o tempo de crédito ativo.

De forma objetiva, a execução financeira de 2006 esteve sob responsabilidade do BNB – operacionalizado por meio do Crediamigo – e do BNDES. Atualmente, a procura dos bancos públicos pela fonte FAT tem sido pequena, pois os juros são elevados quando comparados a outras linhas disponíveis no mercado (o CODEFAT estipulou recursos de até R$ 5 mil por empreendedor, com taxa máxima de 4% ao mês para o tomador final e, em relação às organizações operadoras, os juros são de 2% ao mês, acrescidos dos encargos administrativos). Em relação aos recursos da exigibilidade, com os quais os bancos operam tanto com as instituições de microcrédito quanto com o cliente, cerca de metade estão efetivamente sendo aplicados no microcrédito livre, ou seja, não necessariamente no microcrédito produtivo orientado, pois esta modalidade específica depende substancialmente da demanda das entidades de microcrédito – o limite máximo por empreendedor é de R$ 1 mil, segundo o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em conjunto com o BNDES, foi iniciado um plano de desenvolvimento institucional com o objetivo de capacitar gestores e operadores em microcrédito produtivo orientado, elaborar manual, disseminar o plano de contas padrão e outras práticas, revisar o marco legal do segmento e realizar formação em governança institucional. Tal plano beneficiará diretamente 100 instituições ou 930 técnicos e gestores de microcrédito. Afora isso, para ampliar a efetividade do Programa, foi iniciada a elaboração de um plano setorial de qualificação social e profissional para os empreendedores participantes do Programa - no primeiro ano, serão mil vagas para a formação em gestão de empreendimentos.

O desempenho físico das ações do Programa é realizado por meio de reuniões de trabalho do Comitê Interministerial do Microcrédito; visitas *in loco*; sistema informatizado do Programa no sítio do MTE, o qual está voltado ao acompanhamento das informações cadastrais, financeiras, operacionais e contábeis das instituições habilitadas; monitoramentos físicos das ações por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e produção de relatórios de gestão para o sistema de metas presidenciais.

O produto da Ação Orçamentária de Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito não foi observado, sendo as informações relativas às metas físicas relacionadas a 11 projetos desenvolvidos, os quais utilizaram R$ 993.459,06 - apesar de não constar execução orçamentária no SIGPlan. Foram apontados, como justificativa, remanejamentos internos ocorridos no âmbito do Gabinete do Ministro. Curiosamente, apesar do empenho de 8% da dotação prevista para o somatório das duas ações orçamentárias, tais recursos foram considerados insuficientes, dadas as necessidades apontadas para o desenvolvimento do Programa. Por outro lado, o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

Os recursos materiais e de infra-estrutura foram considerados adequados. Porém, indicou-se quantidade inadequada de recursos humanos na equipe gerencial, devido ao reduzido número de servidores dedicados ao desempenho das atividades do Programa. Por fim, a transferência do Programa para o departamento finalístico, que, atualmente, está na Secretaria Executiva, otimizará a eficiência das atividades de execução.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Em termos de participação social, destaca-se a construção de um plano de contas padrão para OSCIPs de microcrédito, desenvolvido em conjunto com mais de 40 instituições do setor. Tal instrumento é importante para se comparar as instituições do setor, para garantir transparência, além de facilitar a consolidação dos dados nacionais da atividade, sendo o *e-mail* (pnmpo@mte.gov.br) de relacionamento um canal eficaz para o fluxo de informações. Esta foi uma ação conjunta entre MTE/PNMPO, instituições operadoras de microcrédito produtivo orientado, representações de classe (microcrédito), representantes dos bancos públicos, Sebrae, bancos de desenvolvimento, BC, etc. Trata-se do exame pormenorizado de uma antiga demanda do setor, dos bancos repassadores de recursos e de outros parceiros de microcrédito. A discussão e a deliberação tem foco na estrutura de um plano de contas contábil que passou a ser considerado padrão para o segmento.

**RECOMENDAÇÕES**

- Estruturar o Programa de forma a evidenciar todos os bancos públicos que operam com a modalidade de microcrédito produtivo orientado, bem como as fontes de financiamento disponíveis ano a ano para o período 2007-2011.

# PRIMEIRO EMPREGO

## OBJETIVO

Inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego.

## PÚBLICO-ALVO

Jovens de 16 a 24 anos desempregados, precariamente ocupados ou que procuram o primeiro emprego.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 149.097.866,00 | Empenho Liquidado: | R$ 93.244.674,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 93.244.674,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE JOVENS DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO - PNPE NO TOTAL DE ADMISSÕES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 10,2

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado o índice do indicador de acordo com a sua fórmula de cálculo, qual seja: número total de jovens na faixa etária de 16 a 24 anos colocados pelo Programa, sobre número total de jovens admitidos no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Cabe ressaltar que esta fórmula se mostra inadequada para mensuração do Programa Nacional Primeiro Emprego (PNPE) e deve ser substituída. Atualmente, o PNPE parte da idéia de que as ações de qualificação são atividades-meio para a inserção de jovens no mercado de trabalho. Assim, para medir a efetividade das ações de qualificação e inserção do Programa, o cálculo foi dividido em dois momentos. O primeiro considera o quantitativo de jovens qualificados pelas ações do Programa, sobre o total de jovens qualificados por outras ações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse primeiro resultado serve para demonstrar a efetividade das

ações de qualificação do Programa, em relação às outras ações. O segundo momento considera a inserção desses jovens no mundo do trabalho. Para esse cálculo divide-se o quantitativo de jovens que foram intermediados pelas ações do Sistema Nacional de Emprego (SINE), as quais passaram por ações de qualificação sócio-profissional do PNPE, e os que passaram pelo processo de intermediação de mão de obra realizado pelas unidades executoras que utilizam o sistema informatizado do PNPE, pela média dos três últimos anos do saldo CAGED no perfil dos jovens do Programa. Este índice, em 2006, foi de 24,87% .

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Do total de pessoas desempregadas no Brasil, cerca de 47% são jovens entre 16 e 24 anos de idade. As principais limitações deste público para inserção no mercado de trabalho são, além da pouca experiência profissional, a baixa escolaridade e o reduzido nível de qualificação profissional, sendo que a maioria é proveniente de famílias de baixa renda. No entanto, a inserção precoce de jovens no mercado de trabalho ocorre fundamentalmente pela necessidade de complementação da renda familiar, e acontece de forma inadequada, pois não é precedida de preparação ou transição da escola para o mundo do trabalho. Tal inserção precoce do jovem também afeta o mercado de trabalho, uma vez que a quantidade de jovens exerce pressão sobre o nível de emprego e, conseqüentemente, sobre os salários. Desta maneira, são necessárias políticas públicas capazes de promover o incentivo à escolarização e à qualificação do jovem e, paralelamente, à inserção mais qualificada no mercado de trabalho, por meio da aquisição de experiência profissional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Inserção de 59.602 jovens no mercado de trabalho por meio, principalmente, da regularização do contrato de aprendizagem, promovida pela ação de fiscalização do trabalho;

- Qualificação de 66.517 jovens nas várias linhas de atuação do Programa.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O PNPE possuía, em 2006, seis ações finalísticas voltadas para jovens de 16 a 24 anos, com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, sendo 70% das vagas destinadas àqueles com ensino fundamental ou médio incompletos. Essas ações tinham por objetivo gerar empregos e preparar os jovens para uma maior inserção no mercado de trabalho.

Considerando os resultados alcançados, evidenciados pelo Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), 1.517 jovens foram inseridos no mercado de trabalho por meio da Ação Estímulo Financeiro ao Empregador para Geração do Primeiro Emprego, destinado a jovens. Ou seja, grande parte da inserção ocorreu pelas ações de aprendizagem - via fiscalização do trabalho, estatais e empresas parceiras.

A fiscalização do trabalho realizada no âmbito da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) foi altamente eficiente ao regularizar 40.947 contratos de aprendizes na faixa etária de 14 a 18 anos, nos termos da Lei nº 10.097/2000. Na faixa etária de 19 a 24 anos, foram contratados, no mesmo período, 3.102 trabalhadores na condição de aprendizes. Assim, o total de trabalhadores aprendizes contratados sob ação fiscal, em 2006, foi de 44.049 – mais que o dobro da meta estipulada para o período.

Houve, ainda, empenho do MTE na ampliação de matrículas nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR (Sistema "S") – de tal forma que, aos números destacados nos principais resultados, devem ser adicionados 77.989 jovens inseridos e 124,53 mil jovens qualificados. Entretanto, deve-se observar o fato de que não há registros específicos no SIGPlan acerca de tal modalidade. Há, todavia, registros relativos aos convênios fechados com a Petrobras e a Eletrobrás, com a contratação de 13.110 jovens a partir de maio. No tocante à responsabilidade social – outra modalidade não-orçamentária do PNPE, na qual a empresa contrata o jovem e recebe um selo de empresa parceira –, foram contratados 926 jovens. Soma-se a este esforço carta encaminhada às maiores empresas brasileiras, convocando os empregadores a assumirem seu papel social, contratando, em outras palavras, aprendizes com o perfil do PNPE, sempre que possível, até atingir a cota máxima de 15%, objetivando otimizar a ação.

No que tange às ações de qualificação e inserção, destacam-se os Consórcios Sociais da Juventude e as ações de empreendedorismo, realizados em parceria com entidades da sociedade civil organizada, e que têm como finalidade preparar jovens de 16 a 24 anos, pertencentes a grupos de maior exclusão social, com ações de qualificação social e oficinas de capacitação profissional. Além da meta de qualificação, também está prevista a inserção de, no mínimo, 30% e 50%, respectivamente, dos jovens no mercado de trabalho ao final do curso. Não foram informados especificamente quantos jovens foram inseridos por meio destas modalidades.

O antigo Serviço Civil Voluntário, atual Juventude Cidadã, atua por meio de parcerias com as secretarias de trabalho dos Estados e prefeituras, e enfoca a formação para a cidadania e os direitos humanos conjugada à prestação de serviços à comunidade, para qualificar os jovens e inseri-los na atividade produtiva, seja por meio de emprego formal ou de atividades autônomas e empreendedoras. Em junho de 2006, foram assinados 42 convênios com prefeituras, em diversos Estados, incluse com o Estado do Rio Grande do Norte (RN) para atender a 26 municípios. O encerramento dos convênios dar-se-á ao longo de 2007, quando haverá a prestação de contas e a execução física final. A ação possui uma meta de qualificação de 63.155 jovens e de inserção no mercado de trabalho de 30% deste total.

Destaca-se também, a iniciativa estabelecida por meio de termo de cooperação entre o MTE e o Ministério da Cultura (MinC), para o desenvolvimento de ações que capacitem e favoreçam a inserção de jovens no mercado de trabalho, valendo-se do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, no âmbito do qual são implementados os chamados

Pontos de Cultura, que são espaços de apoio e desenvolvimento das diversas culturas locais. Ao todo, 9.393 jovens dos Pontos de Cultura receberam auxílios financeiros no âmbito da parceria, correspondendo a um volume total de R$ 7,05 milhões.

As ações do PNPE contam com mecanismos de monitoramento, quais sejam:

a) reuniões de trabalho após a assinatura dos convênios;
b) visitas *in loco* realizadas tanto pela equipe do departamento, quanto pelos gestores do Programa lotados nas delegacias regionais do trabalho (DRTs);
c) PNPE *Web* – sistema informatizado que acompanha desde a inscrição do jovem até o encaminhamento para o mercado de trabalho.

A média da execução física das ações do Programa ficou acima de 85% do previsto na LOA 2006. Porém, os recursos orçamentários foram insuficientes, razão pela qual vários convênios deixaram de ser celebrados ou foram celebrados apenas em dezembro. Quando considerado o aspecto financeiro, deve-se ressaltar que os valores inscritos em restos a pagar reduziram substancialmente o limite para 2006 e que o fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada.

O PNPE conta, também, com uma ação executada pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/Ministério da Integração Nacional (Codevasf/MI), voltada para jovens residentes no meio rural, oferecendo cursos profissionalizantes que priorizam as atividades de apicultura, piscicultura, fruticultura, artesanato, informática e ovinocaprinocultura, em sintonia com os Arranjos Produtivos Locais (APLs) localizados nas áreas de atuação e responsabilidade da empresa. Em 2006, foram beneficiados 1.607 jovens – número superior aos 1.310 jovens do ano anterior, com cerca de 65% da dotação prevista. Entretanto, é preocupante o baixo grau de coordenação entre as equipes da Codevasf e do MTE, realizada apenas através de contatos por telefone, para cobrança do preenchimento das metas físicas, visto que a responsabilidade de validação trimestral é do gerente do Programa no MTE.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

No que tange a parcerias, volume considerável dos recursos do Programa é executado por meio de convênios com entidades não-governamentais. Desde sua implantação, em outubro de 2003, as parcerias têm se aprimorado, objetivando um melhor desempenho das entidades em relação à execução física e financeira, além do processo final de prestação de contas. Além disso, a participação social é encorajada pelo Programa por meio de audiências públicas realizadas pelos Consórcios Sociais da Juventude, e pela discussão no conselho consultivo do PNPE – composto por membros da sociedade civil e do governo –, ao qual cabe debater e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do Programa, sendo aprovados os manuais de implementação das ações deste.

**RECOMENDAÇÕES**

• Apesar da reorientação do PNPE, no sentido de contemplar o ciclo qualificação profissional/intermediação de mão-de-obra/colocação no mercado de trabalho, durante

a revisão de 2005, ainda é necessário adequar sua ação não-orçamentária de inserção de jovens no mundo do trabalho via parcerias. Atualmente, esta ação registra os dados físicos dos jovens inseridos via convênios com as estatais e daquelas empresas da modalidade de responsabilidade social, as quais recebem o selo de empresas parceiras. Entretanto, há de se demonstrar de forma transparente os resultados obtidos pela aprendizagem quando obtidos pelo Sistema "S";

• Sendo a linha de subvenção econômica realmente extinta, deve ser reavaliada a permanência do Programa no PPA, tendo em vista que já existe um programa específico de qualificação social e profissional no MTE, o qual abarca o público-alvo do PNPE – talvez seja viável inserir suas ações de qualificação neste Programa. Se o Programa permanecer, devem ser observados dois pontos:

a) formulação de novos indicadores ou ajuste devido na fórmula de cálculo do atual indicador;
b) inserção das matrículas abertas pelo Sistema "S" no SIGPlan, de tal forma que os números sejam monitorados e avaliados adequadamente;

• Os resultados do Programa poderiam ser mais bem compreendidos se fizessem parte dos seus objetivos e rotinas, as seguintes atividades:

a) acompanhamento sistemático – quantitativo e qualitativo – junto aos jovens egressos do programa, de caráter amostral, envolvendo jovens inseridos e assim computados pelo Programa, jovens qualificados, mas não inseridos, e jovens de um grupo de controle com características semelhantes ao do público efetivamente atendido;
b) acompanhamento eventual – quantitativo e qualitativo – junto às entidades operantes do Programa e alguns parceiros selecionados, também de caráter amostral, visando a mapear a rede de entidades-parceiras, averiguar as condições de funcionamento prático das ações e verificar o grau de desenvolvimento institucional do terceiro setor no País.

# QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

## OBJETIVO

Promover a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador, articulada com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade.

## PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores que necessitem de qualificação ou requalificação profissional para sua inserção no mercado de trabalho ou para manter seus empregos, e pessoas que desejem abrir negócio próprio.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| **Autorizado (LOA + Créditos): R$ 99.322.179,00** | **Empenho Liquidado:** | **R$ 85.481.073,00** |
| | **Pago Estatais:** | **-** |
| | **Total:** | **R$ 85.481.073,00** |
| **Previsto não-orçamentário** | **Realizado não-orçamentário** | |
| **-** | **-** | |

## INDICADORES

### 1. CARGA HORÁRIA MÉDIA POR PESSOA QUALIFICADA

**Unidade de medida:** Hora
**Índice apurado em 2006:** 192,3
**Índice previsto ao final do PPA:** 200

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Carga Horária Média por Pessoa Qualificada foi de 192,3 horas. Considerando-se a série histórica de 62,4 horas (2002), 108,1 horas (2003), 195,08 horas (2004) e 191,02 horas (2005), verifica-se uma tendência de estabilidade da qualidade pedagógica dos cursos, do ponto de vista da sua carga horária média, que tende a ser confirmada pelos resultados finais do Programa de Qualificação Social e Profissional (PQSP) – a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, no primeiro semestre de 2007.

**2. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE MULHERES**

**Unidade de medida:** Número-Índice
**Índice apurado em 2006:** 1,47
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres foi de 147%. Considerando-se a série histórica de 142% (2004) e 126% (2005), verifica-se uma tendência de estabilidade do indicador em nível levemente superior à meta final Plano Plurianual (PPA) de 135%, que tende a ser confirmada pelos resultados finais do PQSP 2006 (a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, em julho de 2007).

**3. TAXA DE INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 64
**Índice previsto ao final do PPA:** 80

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Integração de Políticas Públicas de Qualificação e de Trabalho, Inclusão Social e Desenvolvimento foi de 64%. Considerando-se a série histórica de 75% (2004) e 66% (2005), verifica-se uma tendência de queda relativa do indicador, que sugere a existência de oportunidades para aperfeiçoar o atendimento integrado aos beneficiários do PQSP e de políticas de trabalho, inclusão social e do desenvolvimento, com o aprofundamento a partir dos resultados finais do PQSP 2006 (a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, em julho de 2007).

**4. TAXA DE ENCAMINHAMENTO PÓS-QUALIFICAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 93,7
**Índice previsto ao final do PPA:** 30

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho foi de 93,7%. Considerando-se o resultado de 2005 (87,5%), verifica-se uma tendência de estabilidade do indicador acima da meta final do PPA (30%).

**5. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE JOVENS (16 A 24 ANOS)**

**Unidade de medida:** Número-Índice
**Índice apurado em 2006:** 2
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) foi de 200%. Considerando a série histórica de 220% (2004) e 214% (2005), verifica-se uma tendência de estabilidade do indicador, em patamar superior à meta final do PPA (170%).

**6. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE NÃO-BRANCOS**

**Unidade de medida:** Número-Índice
**Índice apurado em 2006:** 1,16
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,65

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Não-Brancos foi de 116%. Considerando-se a série histórica de 133% (2004) e 131% (2005), verifica-se uma tendência de queda relativa do indicador, que será passível de confirmação a partir dos resultados finais do PQSP 2006 (a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, em julho de 2007). Com relação a esse indicador, deve-se destacar que a declaração de etnia é opcional e apenas um contingente minoritário de educandos responde a esse item (30%), o que compromete sua adequada apuração.

**7. NÚMERO-ÍNDICE DE COBERTURA RELATIVA DA POPULAÇÃO DE BAIXA ESCOLARIDADE**

**Unidade de medida:** Número-Índice
**Índice apurado em 2006:** 0,95
**Índice previsto ao final do PPA:** 1

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Em 2006, o resultado preliminar do Indicador Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa-Escolaridade foi de 95%. Considerando-se a série histórica de 92% (2004) e 94% (2005), verifica-se uma tendência de estabilidade do indicador, que tende a ser confirmada pelos resultados finais do PQSP 2006 (a serem consolidados após a prestação de contas final dos convênios, em julho de 2007).

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O mercado de trabalho nacional se caracteriza por um alto grau de desigualdade de oportunidades de trabalho, emprego e renda. As populações mais vulneráveis, entendidas como grupos sociais submetidos à discriminação de gênero, raça/etnia ou que apresentam baixa escolaridade e/ou renda, são as mais fortemente impactadas, sendo a taxa de desemprego metropolitano manifestamente desfavorável às mulheres e aos jovens.

Tais características estruturais demandam, para sua superação, uma maior possibilidade de acesso à educação continuada, em associação estreita com outras ações e políticas de governo, voltadas para a elevação da escolaridade e do desenvolvimento sócio-econômico local, regional e nacional.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Qualificação de 165.056 trabalhadores;
- Encaminhamento de 93,7% dos educandos pós-qualificação ao mundo do trabalho;
- Cobertura de cerca de 64% de pessoas pela qualificação, oriundas de outros programas governamentais voltados para a geração de emprego, trabalho, renda e inclusão social.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O PQSP contribui para promover a integração das políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação por meio da qualificação social e profissional e da certificação do trabalhador, com o objetivo de possibilitar seu acesso e permanência no mundo do trabalho. A execução das ações do Programa ocorre de forma descentralizada por meio de Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), convênios com Estados, Municípios e Consórcios Municipais – que se responsabilizam pela articulação das demandas de qualificação e pela contratação de entidades executoras – e mediante Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) – convênios com entidades de educação e qualificação profissional, com reconhecida competência e experiência, e com articulação prévia entre Estados, Municípios, empresas e sindicatos. Em 2006, foram firmados 15 PlanSeQs, além do Plano Setorial de Qualificação em Economia Solidária, com recursos financeiros do Departamento de Qualificação (SPPE/DEQ) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Há, ainda, os Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs), pelo quais entidades sem fins lucrativos podem apresentar projetos, desde que tenham caráter regional ou nacional.

Destaca-se a integração com políticas federais transversais, em particular com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), em parceria com o MTE, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e com o Ministério da Educação (MEC). Neste Programa, o MTE, por meio do Departamento de Qualificação (DEQ), é

responsável pela organização e gerenciamento das ações de qualificação profissional. Em 2006, foram firmados convênios com 27 Municípios brasileiros, para qualificação social e profissional de 206.650 jovens, com recursos da ordem de R$ 20,8 milhões. Além disso, o PQSP possui como princípios: incorporação de temas transversais como raça, gênero e juventude mediante sua inserção como público-prioritário; ações específicas (por exemplo, ProEsQ Acessibilidade Digital para Pessoas com Deficiência Visual) e indicadores de cobertura relativa por grupo específico da população vulnerável (mulheres, não-brancos, trabalhadores com escolaridade inferior ao ensino médio incompleto e jovens).

Os mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações são realizados por meio de:

a) reuniões gerenciais internas semanais para balanço/avaliação das atividades;
b) visitas técnicas realizadas pela equipe técnica do DEQ, aplicando questionários de avaliação junto às conveniadas, entidades executoras e trabalhadores beneficiários;
c) Sistema Integrado de Ações de Emprego (SIGAE), ferramenta informatizada utilizada pelo DEQ, por entidades conveniadas e por entidades executoras;
d) Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan);
e) relatórios anuais de tomada de contas, com síntese das realizações físico-financeiras do ano-base;
f) avaliação externa do Programa pela UNITRABALHO (entidade conveniada).

O cumprimento das metas físicas do Programa foi condicionado pela dinâmica de liberação orçamentário-financeira federal de tal forma que, internamente, foram estabelecidos os limites de R$ 86 milhões para empenho e R$ 80 milhões para pagamento. O redimensionamento de recursos implicou revisão das metas iniciais de qualificação e certificação profissional. Conforme a LOA 2006, a meta física do PQSP era de 238 mil trabalhadores qualificados (foram qualificados 51.520, mas com os recursos de restos a pagar, o número atingiu 165,05 mil), 2.380 trabalhadores certificados (a certificação atingiu 125 trabalhadores) e sete metodologias/currículos elaborados. Deve ser ressaltado que a certificação atingiu 125 trabalhadores (5,3% da meta física), mas utilizou 100% dos recursos previstos. Entretanto, não foram apresentadas justificativas para tal fato.

O fato é que permanece o descompasso entre a liberação do fluxo de recursos financeiros - em parte ocorrendo em período avançado do ano - e a adoção de mecanismos licitatórios, carreando dificuldades para a adequada execução das ações de qualificação. Assim, as ações de qualificação relativas aos convênios firmados, em 2006, estão com término previsto para o primeiro semestre de 2007. Esta situação decorre tanto das limitações orçamentário-financeiras quanto de especificidades de gestão operacional, tais como dificuldades de celebração de convênio na gerência e atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios. Além disso, o ritmo descontinuado de alimentação do SIGAE, pelas entidades parceiras conveniadas, causa dificuldades para a apuração em tempo real do nível de execução física do Programa.

A infra-estrutura se mostrou inadequada, tanto na equipe gerencial – pois as necessidades de planejamento/execução do Programa estão em descompasso com o espaço físico para a sua condução –, quanto nas equipes executoras. Dessa forma, as Secretarias Estaduais de Trabalho se ressentem da insuficiência de infra-estrutura necessária para a operacionalização das ações, tal como as delegacias regionais do trabalho (DRTs) para apoiar a equipe técnica do DEQ, quando da realização das ações de monitoramento. Além disso, o crescimento registrado nas demandas por qualificação social e profissional, assim como para articulação institucional, tem demandado fortalecimento da equipe gerencial, de forma que há necessidade de reforço em seus quadros.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria do MTE, da disponibilização da legislação, documentos e informações estatísticas do Programa no sítio institucional, de reuniões com grupos de interesse - conforme a demanda, são realizadas reuniões com empresas, sindicatos, prefeituras, Estados, entidades de qualificação e entidades do terceiro setor, com o objetivo de discutir questões específicas relativas à qualificação social e profissional, e, de audiências públicas, as quais são procedimentos obrigatórios para a implementação dos PlanSeQs. Destacam-se, ainda, as Comissões Estaduais de Trabalho, de caráter tripartite e paritário, as quais deliberam sobre as propostas de PlanTeQs referentes às suas respectivas unidades federativas. O DEQ também realizou três audiências públicas, com participação de cerca de 100 entidades sindicais/patronais/educacionais/certificadores/órgãos públicos federais para debate da proposta governamental de Sistema Nacional de Certificação Profissional.

O PQSP é avaliado pelos beneficiários por meio da aplicação de questionários (visitas técnicas de monitoramento do DEQ) e pela avaliação externa do Programa. Há predominância de registro de questões pontuais identificadas nas visitas de monitoramento/contatos telefônicos e eletrônicos com parceiros governamentais e não-governamentais, as quais o DEQ busca solucionar em tempo real. A avaliação externa realizada pela UNITRABALHO tem como enfoque a execução operacional do Programa, o desempenho das entidades executoras e o perfil do público beneficiário.

Apesar dos indicadores do Programa fazerem menção à integração das políticas de trabalho, emprego e renda, não foram evidenciadas as providências concretas adotadas, voltadas para a articulação da qualificação com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade. Entende-se que a efetividade das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) requer uma integração entre as ações de qualificação, intermediação de mão-de-obra (IMO), seguro-desemprego, certificação e orientação profissional ainda não alcançada.

**RECOMENDAÇÕES**

- Revisão do dimensionamento da meta física da Ação Certificação Profissional de Trabalhadores, a qual executou 5% da meta física estimada, valendo-se de 100% dos recursos previstos, ou seja, R$ 1,22 milhão;

- Revisar o índice final do Indicador Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho, dado que o índice previsto já foi alcançado.

# REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

## OBJETIVO

Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho.

## PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa (PEA).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.368.067,00 | Empenho Liquidado: | R$ 19.835.218,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | 19.835.218,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE REGULARIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 86,4
**Índice previsto ao final do PPA:** 89

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Baixa

A focalização das ações de fiscalização do trabalho em empresas que apresentam um histórico de irregularidades, conforme planejamento elaborado em conjunto com a Comissão de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT), tornou mais difícil a regularização do estabelecimento durante a ação fiscal, apresentando um acréscimo no número de autos de infração lavrados. Este fato justifica um índice final, em 2006, menor que os registrados em 2005 (89,8%) e em 2004 (89,9%), e já evidencia que o índice final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, alterado na revisão de 2006 de 86% para 89%, não será alcançado.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Cerca de 40% da PEA brasileira está inserida no mercado de trabalho sem ter seus direitos respeitados, uma vez que trabalham sem a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) devidamente assinada. Ademais, em virtude das diversas alterações que

a legislação trabalhista sofreu nos últimos anos, os níveis de precarização se agravaram, afetando negativamente as condições de trabalho, inclusive no meio rural. Por estes fatos, torna-se necessária a intervenção do Estado, principalmente por meio de seu corpo fiscal, de forma a combater a precarização e verificar o cumprimento eficaz das normas legais e convencionadas. Assim, com o Programa Rede de Proteção ao Trabalho é possível fiscalizar, além das obrigações trabalhistas e a arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o trabalho no campo, buscando garantir direitos trabalhistas a uma maior parcela da PEA, de forma a reduzir a precarização e fortalecer a cidadania dos integrantes do mercado de trabalho brasileiro.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Registro de 670,03 mil trabalhadores pela Ação da Fiscalização do Trabalho - a formalização do contrato de trabalho na CTPS garante aos trabalhadores o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários. Destaca-se que, do total de trabalhadores registrados sob ação fiscal, 110,16 mil eram trabalhadores rurais. O total geral de trabalhadores alcançados pela Ação da Fiscalização do Trabalho também foi expressivo, 30,68 milhões, superando em quase 11% os números de 2005 (27,65 milhões).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A partir das atividades de fiscalização, o foco do Programa é a garantia do cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho, principalmente no que tange à formalização do vínculo empregatício. Estas atividades são divididas basicamente em duas ações: Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS e Fiscalização do Trabalho no Campo. A primeira alcançou cerca de 560 mil trabalhadores, valendo-se de cerca de 90% dos recursos previstos. Já a segunda ação alcançou 110,16 mil trabalhadores na área rural – número inferior aos 115,56 mil do ano anterior –, utilizando cerca de 90% da dotação orçamentária prevista. Ressalta-se, também, que sua meta física para o ano de 2006 foi incorretamente dimensionada – a revisão do PPA corrigiu essa distorção e previu a meta de 110 mil trabalhadores registrados sob ação fiscal para 2007. Entretanto, várias ações de fiscalização do trabalho no campo não foram realizadas por conta do atraso na aprovação e, por conseguinte, da liberação do orçamento em 2006. Assim, várias safras que têm seu período de colheita concentrados no início do ano não puderam ser fiscalizadas.

Também foi apontada a necessidade de se reavaliar a pertinência da Ação Combate à Discriminação no Trabalho no conjunto das demais ações do Programa, pois sua execução independe de ações de fiscalização, já que se relaciona às denúncias de discriminação do trabalho, realizadas mediante comparecimento em plantões de orientação trabalhista nas delegacias regionais do trabalho (DRTs). Outra questão relevante é a forte restrição orçamentária existente no âmbito da Ação Fiscalização das Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS. Esta ação inclui uma despesa fixa relativa à indenização de transportes paga aos Auditores Fiscais do Trabalho (AFTs). Assim, dos R$ 12 milhões de reais executados em 2006, cerca de 60% (R$ 7,3 milhões de reais) teriam sido destinados

ao custeio da referida indenização. Embora o Programa trabalhe sob a perspectiva do modelo preconizado para o PPA 2004-2007, no que se refere à transparência dos custos das ações de governo, refletindo tanto quanto possível os custos reais de alocação, ressalta-se que o montante destinado a tal despesa compromete o direcionamento da fiscalização para todos os focos de informalidade do País, levando à priorização de atividades econômicas e/ou região. Ainda na avaliação do conjunto de ações, nota-se que, apesar de as metas físicas em sua maioria terem sido atingidas, a execução do Programa foi prejudicada pelos ajustes internos necessários, em face da liberação irregular do fluxo de recursos e do contingenciamento orçamentário.

No que tange à Ação Gestão Administrativa do Programa (GAP), o montante foi direcionado para a realização de reuniões com chefias da fiscalização e de grupos técnicos formados com AFTs das 27 DRTs, bem como para o deslocamento de AFTs para a análise dos recursos administrativos referentes aos autos de infração e às notificações lavradas nas DRTs em que houve apelação para a Coordenação-Geral de Recursos, 2ª instância administrativa, localizada na Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) em Brasília (DF).

Destaca-se que a atuação do Programa perpassa alguns temas transversais. A verificação do cumprimento de cotas de pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, integra o planejamento da fiscalização do trabalho, com a utilização de recursos da ação Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS. Porém, não há indicador específico que mensure o número de pessoas com deficiência registradas sob Ação fiscal no total de trabalhadores registrados. Os temas raça e gênero se inserem na Ação Combate à Discriminação no Trabalho, juntamente com todas as outras formas de discriminação, sem haver especificação na apresentação dos resultados.

O desempenho físico das ações do Programa é monitorado por meio de reuniões de trabalho com as chefias da fiscalização das 27 unidades descentralizadas, nas quais são discutidos os resultados e problemas na execução do planejamento, visitas *in loco* às unidades descentralizadas (especialmente quando se verificam problemas de maior gravidade na condução do planejamento regional) e verificação de dados no Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SFIT) para as ações 2628 e 4785, o qual é alimentado diretamente pelos AFTs e processado mensalmente, com os resultados disponibilizados por volta do dia 10 de cada mês.

Existem, no âmbito do Programa, inúmeras limitações quanto aos recursos materiais e de infra-estrutura para a implementação deste, destacando-se:

a) recursos materiais insuficientes - escassez de equipamentos de informática para a equipe da gerência, especialmente impressoras, uma vez que os equipamentos existentes não raro não suportam os programas de *softwares* implantados em 2005;
b) nas DRTs faltam veículos apropriados para a realização das ações rurais, equipamentos de informática, como PCs e *notebooks*, prejudicando especialmente as ações que exijam levantamento de débito para com o FGTS, e material de escritório;

c) infra-estrutura inadequada, tanto na equipe gerencial, quanto nas equipes executoras, relacionada à instabilidade da rede corporativa, além da falta de interligação em rede de algumas agências de atendimento e subdelegacias localizadas fora da capital do Estado.

Outro problema está relaciodo à quantidade inadequada de recursos humanos nas equipes executoras. O número de AFTs, responsáveis pelo alcance das metas físicas previstas, é insuficiente para atacar o problema da informalidade no País. Segundo parâmetros internacionais previstos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número deveria ser em torno de 4.500 AFTs em todo o Brasil, mas atualmente existem apenas 3.085. Além disso, há necessidade de qualificar permanentemente os quadros tanto da equipe gerencial quanto da equipe executora, não só para melhorar o desempenho individual e coletivo, mas também como fator motivador. Ao final de 2006, com um convênio assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF), com recursos do FGTS, foram capacitados 2.525 AFTs.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A participação de atores sociais na elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento das ações fiscais, mediante atuação das comissões sindicais nas 27 unidades descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), merece destaque na implementação do Programa. Tais comissões, com representação dos trabalhadores, representam um importante mecanismo de controle social e permitem melhor focalização das ações para determinadas regiões e/ou atividades econômicas com maior incidência de irregularidades, bem como melhor triagem nas denúncias de irregularidades trabalhistas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Reavaliar a pertinência da Ação Combate à Discriminação no Trabalho no escopo do Programa, quando da elaboração do novo PPA.

# SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

## OBJETIVO

Proteger a vida, promover a segurança e a saúde do trabalhador, e produzir e difundir conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

## PÚBLICO-ALVO

População Economicamente Ativa (PEA).

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 45.138.112,00 | Empenho Liquidado: | R$ 42.680.659,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 42.680.659,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. COEFICIENTE DE ACIDENTES DECORRENTES DO TRABALHO

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** 15,63
**Índice previsto ao final do PPA:** 11,77

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A viabilidade de alcance do índice é muito baixa em razão da melhoria na qualidade da informação e notificação de acidentes de trabalho, promovida pela intensificação das ações fiscais e pela ampliação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e do Sistema Único de Saúde (SUS), o que aumenta o numerador da fórmula de cálculo (número de acidentes de trabalho).

### 2. COEFICIENTE DE DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

**Unidade de medida:** 1/10.000
**Índice apurado em 2006:** 12
**Índice previsto ao final do PPA:** 6,03

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

A viabilidade de alcance do índice é muito baixa pelas razões apontadas acima, ocasionando o aumento do registro de doenças relacionadas ao trabalho.

**3. COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRABALHO**

**Unidade de medida:** 1/100.000
**Índice apurado em 2006:** 10,75
**Índice previsto ao final do PPA:** 8,35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
A viabilidade de alcance do índice é muito baixa em razão da dificuldade de intervenção das ações do programa nos fatores causais que pressionam a sua elevação.

**4. COEFICIENTE DE TRABALHADORES ALCANÇADOS PELA INSPEÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE**

**Unidade de medida:** 1/1.000
**Índice apurado em 2006:** 770
**Índice previsto ao final do PPA:** 507

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice já foi atingido.

**5. TAXA DE ACIDENTES FATAIS INVESTIGADOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 22,45
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
A viabilidade é muito baixa em razão da dificuldade de acesso à informação sobre a ocorrência de acidentes de trabalho fatais.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As condições de trabalho no Brasil continuam sendo a causa de mortes, doenças e mutilações para um grande número de pessoas. Somente em 2005, o Ministério da Previdência Social (MPS) registrou 491,71 mil acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, dentre os quais 2.708 resultaram em óbito e 13.614 tiveram como conseqüência a incapacidade permanente do trabalhador. No entanto, tais dados expressam a realidade de apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) do País. Em 2002, dentre os aproximadamente 86,05 milhões de trabalhadores pertencentes à PEA, apenas 29,94 milhões eram contribuintes empregados. Este dado evidencia uma clara subnotificação de casos de acidentes e doenças relacionados ao trabalho informal. Também não estão incluídos nas estatísticas da Previdência Social, os casos envolvendo os servidores públicos. As conseqüências desse cenário são desastrosas para os trabalhadores e suas famílias, para as organizações (empresas tanto públicas quanto privadas, cooperativas, instituições, etc) e para o Estado, que é obrigado a assumir os custos diretos e indiretos dos agravos à saúde decorrentes do trabalho. Estima-se que tais custos possam alcançar cifras da ordem de 2% a 4% do Produto Interno Bruto (PIB).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Realizadas 162,05 mil ações fiscais específicas da área de segurança e saúde no trabalho, as quais alcançaram o conjunto de 19,45 milhões de trabalhadores e propiciaram a correção de 768,83 mil situações irregulares, as quais apresentavam risco à saúde e à integridade física dos trabalhadores. Além disso, foram concluídas as análises das causas de 1.558 acidentes de trabalho e impostos 3.857 embargos e interdições.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa possui um total de 16 ações, dentre as quais duas não-orçamentárias e sete padronizadas, que concorrem tanto para a promoção da segurança e saúde do trabalhador principalmente, por meio da ação de fiscalização realizada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), quanto para a produção e difusão de conhecimento sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho, mediante as ações executadas pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro).

A inspeção de segurança e saúde no trabalho, em conjunto com as ações de normatização e alimentação do trabalhador, contribuiu para a melhoria das condições de trabalho e para a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Somados aos resultados da fiscalização, merecem destaque a publicação da Norma Regulamentadora (NR) 33 – Segurança e Saúde em Espaços Confinados, que privilegia a segurança de um grande número de trabalhadores dos setores industriais e de serviços, e a revisão da NR 29 - Trabalho Portuário. Estas alterações de normas foram debatidas com empregadores e trabalhadores, alcançando-se o consenso em todo o conteúdo. A Ação de Incentivo ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) registrou 105,45 mil empresas beneficiárias inscritas no Programa, beneficiando 9,14 milhões de trabalhadores em 2006, superando a meta inicial estipulada de 8,96 milhões de trabalhadores. Foi publicada a Portaria Interministerial de revisão dos parâmetros nutricionais obrigatórios, adaptando-os ao atual perfil epidemiológico e nutricional do trabalhador. Outras modificações também foram implementadas, como a obrigatoriedade de práticas de educação nutricional a todos os estabelecimentos vinculados ao Programa, a atenção especial que deve ser dada aos trabalhadores portadores de doenças relacionadas à alimentação e à nutrição por parte das empresas beneficiárias, e a obrigatoriedade de contratação de responsável técnico nutricionista pelas fornecedoras e prestadoras de serviços de alimentação do PAT.

No âmbito da Fundacentro, destaca-se a ação de Produção Técnico-Científica em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho. A maioria dos projetos foi desenvolvida em parceria com universidades, sindicatos dos trabalhadores e de empregadores, Ministério Público (MP), delegacias regionais do trabalho e outras entidades. Em 2006, foram divulgadas 79 pesquisas, além da continuidade dada aos projetos relacionados à construção civil (PROESIC), trabalho rural (SAAR), educação (PROEDUC), pesca (ACQUA FÓRUM), pequenas empresas, agentes ambientais (PNEPEAA), proteção de máquinas, portadores de deficiência, eliminação da silicose (PNES), transporte, estatísticas de acidentes (PRODAT) e segurança química. Também foram emitidos 875 laudos (91% da meta física prevista, com cerca de 65% da dotação orçamentária) acerca da avaliação

de sistemas, métodos, e equipamentos de proteção individual e coletiva do trabalhador; realizadas 6.494 análises e ensaios de laboratório em segurança e saúde no ambiente de trabalho (376% acima da meta, com cerca de 86% dos recursos previstos); além de terem sido distribuídos 98.836 exemplares (40% acima da meta com, aproximadamente, 96% da dotação prevista) de material técnico-científico, didático e institucional sobre segurança e saúde no ambiente de trabalho.

Pelo segundo ano consecutivo a avaliação demonstrou uma piora nos índices de vários indicadores, justificada parcialmente pelo incremento da qualidade da notificação, em razão de maior presença da inspeção nos ambientes de trabalho e da ampliação da Rede de Atenção Integrada à Saúde do Trabalhador (RENAST) do SUS.

De maneira geral, as metas físicas das ações poderiam ter apresentado melhor desempenho se não fossem as dificuldades de execução orçamentária advindas do contingenciamento, além da descontinuidade do fluxo de recursos. Contudo, o programa necessita de reavaliação de alguns aspectos de sua concepção. No que se refere a indicadores, a principal ação do Programa, inspeção em segurança e saúde no trabalho, somente alcança os ambientes de trabalho onde existe relação de emprego (formalizada ou não), ao passo que o público alvo do Programa é a População Economicamente Ativa (PEA). No que tange às metas físicas, como exemplo, a ação de inspeção atingiu 62,5% da meta estipulada (259,50 mil inspeções realizadas), em razão de limitações nos recursos humanos e materiais, valendo-se de cerca de 80% dos recursos previstos. Já a ação de qualificação em segurança e saúde no ambiente de trabalho atingiu 4.536 pessoas – cerca de 1% da meta estipulada de 500,68 mil pessoas, entretanto, foram liquidados R$ 1,2 milhão dos R$ 1,34 milhão previstos (90% da dotação orçamentária).

Quanto ao monitoramento do desempenho físico das ações, no âmbito da gerência, foram realizadas reuniões periódicas com as chefias de fiscalização e segurança no trabalho nas 27 unidades regionais do MTE, além do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT), que registra mensalmente as ações de inspeção executadas em todo o Território Nacional.

Em termos de recursos materiais, estes foram considerados insuficientes nas equipes executoras, devido à falta de equipamentos para execução das ações de segurança e saúde no trabalho. Quanto aos recursos humanos, indicou-se ser o dimensionamento da equipe do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho insuficiente para o adequado acompanhamento da execução do Programa, além do número limitado de auditores fiscais do trabalho lotados nas unidades de segurança e saúde do trabalho das delegacias regionais do trabalho (DRTs).

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

No que tange à participação social, todo o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho passa por etapa de consulta pública. Afora isso, as Comissões de Colaboração com a Inspeção do Trabalho (CCIT) participam e opinam sobre o diagnóstico,

planejamento e monitoramento das ações nas unidades regionais. A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) e seus grupos e comissões temáticos participam de todo o processo de regulamentação em segurança e saúde no trabalho. Tal participação contribui na definição das atividades econômicas de intervenção prioritária pela inspeção, bem como na escolha das medidas de prevenção de acidentes a serem regulamentadas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Analisar as possíveis alterações que serão propostas pelo gerente do Programa, especificamente quanto à revisão do público-alvo e à reformulação dos indicadores, quando da elaboração do novo PPA, pois os resultados apresentados pelos indicadores servem de alerta quanto à condução do Programa, no que se refere ao atendimento de seu objetivo.

- Adequar a meta física da Ação de Qualificação em Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho, bem como a da Ação de Análises e Ensaios de Laboratório em Segurança e Saúde, quando da elaboração do PPA 2008-2011.




# MINISTÉRIO DO TURISMO

Brasil: Destino Turístico Internacional

Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério do Turismo (MTur), foram utilizados **R$ 1.440.053.696,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 1.702.161.649,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 1.440.053.696,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 1.702.161.649,00** | **Total realizado:** | **R$ 1.440.053.696,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MTUR não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 407.176.889,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 336.572.359,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Desembarque de mais de 5 milhões de turistas estrangeiros em vôos regulares e não-regulares;
- Recorde na entrada de divisas (US$ 4,3 bilhões em 2006);
- Desembarque de 46,3 milhões de passageiros em vôos nacionais;
- Investimentos de R$ 736,2 milhões em infra-estrutura turística, excluídos os investimentos no âmbito dos Programas de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), que atingiram R$ 31,6 milhões, além de R$ 9,1 milhões executados em 2006 a título de restos a pagar do exercício de 2005.

## ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

O número total de turistas estrangeiros que entraram no Brasil em vôos regulares e não-regulares diminuiu em relação a 2005. A queda de 6,33% de 2005 para 2006 - em valores numéricos, de 5,36 milhões para 5,02 milhões - não impediu, entretanto, recorde na entrada de divisas. O País recebeu, segundo dados do Banco Central (BC), US$ 4.316 milhões, 11,77% a mais que os US$ 3.861 milhões recebidos em 2005.

A redução nos desembarques internacionais, reflexo direto da crise da Varig, que deixou de ofertar 480,61 mil assentos em 2006 - em comparação com a oferta de 2005 -, é um dos entraves para se alcançar as metas de turistas preconizadas no Plano Nacional de Turismo (PNT): 9 milhões de turistas ao final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, conforme demonstrado no único indicador do Programa Brasil: Destino Turístico Internacional.

Apesar disso, os números finais do BC atestam que 2006 foi o ano em que o turismo brasileiro recebeu o maior ingresso de divisas por meio dos gastos de turistas estrangeiros no País.

Mesmo com as limitações oriundas da crise de uma das companhias aéreas brasileiras, que afetou temporariamente o número de assentos disponíveis nos vôos nacionais e internacionais, o setor alcançou recordes em 2006, com o desembarque de passageiros de vôos nacionais alcançando 46,3 milhões, 7,38 % acima do verificado em 2005 (43,1 milhões de passageiros).

O MTur investiu, em 2006, R$ 736,2 milhões em infra-estrutura do turismo - incluídos os investimentos em sinalização turística e as emendas parlamentares para a área, e excluídos os investimentos em infra-estrutura no âmbito aeroportuário e dos Prodetur -, o que deve permitir a expansão das atividades turísticas, a diversificação geográfica de Municípios considerados turísticos e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços voltados ao turista. Os valores foram aplicados em melhorias e recuperação da infra-estrutura, saneamento básico e mini-estações de esgoto, melhorias de marinas e pontos náuticos, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria do acesso ferroviário e rodoviário e recuperação de mercados, feiras e pontes. Também foi contemplada a construção, ampliação e reforma de centros de eventos, parque de exposições, parques ecológicos, terminais de turismo, acampamentos, balneários, centros de cultura, teleféricos, mirantes, pórticos, praças, além de escolas destinadas à qualificação para os setores de hotelaria, entre outros. Esses investimentos são 81% superiores aos realizados em 2005.

**ASPECTOS RELEVANTES**

O MTur se orienta pelas diretrizes definidas pelo PNT, que estabelece um conjunto de macro-programas e programas em consonância com o PPA do Governo Federal. O MTur seguiu priorizando a gestão descentralizada e participativa, ao realizar ampla discussão dos temas em todas as regiões brasileiras, com todos os setores representativos do turismo, por meio das reuniões regulares do Conselho Nacional de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, além de outras ações. Estas ações têm como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade, e como princípios orientados a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e a distribuição de renda, a criação de novos empregos e ocupações e a geração de divisas para o País.

O MTur executou R$ 127,1 milhões em 2003 e R$ 1,4 bilhão em 2006, o que representa um crescimento de 1.008% em três anos. Esta evolução se deve, principalmente, ao fortalecimento do setor com ações de desenvolvimento junto às entidades representativas do *trade* turístico. As divisas geradas pela entrada de turistas estrangeiros passaram de US$ 1,99 bilhões, em 2002, para US$ 4,31 bilhões, em 2006 - um crescimento de 116%. O número de desembarques de vôos domésticos passou de 30,7 milhões, em 2003, para 46,3 milhões, em 2006 - 51% de crescimento. E, de janeiro de 2003 a novembro de 2006, o turismo gerou 878 mil novos postos de trabalho (formais e informais) no País. A execução dos programas e das ações do PNT, em sintonia com o PPA, considerando

a excepcional execução orçamentária de 2006, propiciou as condições para que o Brasil continue obtendo bons resultados em relação ao histórico do setor.

O PNT foi lançado no dia 29 de abril de 2003, consolidando metas que comporiam o PPA 2004-2007 e viabilizando enormemente a elaboração do PPA do MTur. O documento referencial **Turismo no Brasil 2007-2010**, lançado em 5 de junho de 2006, garante a continuidade da discussão da política nacional de turismo e uma reflexão sobre a realidade do setor no Brasil. O PPA, que sistematizou as proposições para a definição desta política setorial nacional, no âmbito do Governo Federal, foi elaborado de forma integrada às ações e às programações das demais esferas de governo, numa ação articulada com a iniciativa privada e o terceiro setor. No entanto, em função da experiência acumulada com a implementação da política do turismo e as exigências de atuação no mercado internacional, encontra-se em discussão com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) uma nova estrutura organizacional que reflita as atuais necessidades.

# BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL

## OBJETIVO

Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no País.

## PÚBLICO-ALVO

Turistas estrangeiros e *trade* turístico.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 86.546.087,00 | Empenho Liquidado: | R$ 84.330.747,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 84.330.747,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. FLUXO DE TURISTAS ESTRANGEIROS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 5.018.991
**Índice previsto ao final do PPA:** 9.000.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
A crise da Varig e o câmbio valorizado estão inviabilizando o atendimento à meta prevista.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Deve-se criar uma estratégia bem estruturada de inserção internacional do Brasil no mercado turístico, com metas definidas e avaliação de resultados eficiente. A promoção do turismo brasileiro no mercado internacional terá como conceito estratégico a diversificação da imagem do País. O trabalho de *marketing* irá orientar a construção do Brasil como destino turístico de natureza exuberante, com sol e praia, e com carnaval e futebol. Mas, sobretudo, irá comunicar uma nova mensagem de País moderno, com credibilidade, alegre, jovem e hospitaleiro, capaz de proporcionar lazer de qualidade, novas experiências aos visitantes, realizar negócios, eventos, incentivos e ser competitivo internacionalmente.

Será chave no Programa de Promoção e *Marketing* a essência da cultura brasileira, sua qualidade, diversidade étnica, social e natural. Como exemplo, podemos observar que os países atualmente mais dinâmicos no crescimento turístico são países em desenvolvimento (China, África do Sul, Malásia, Indonésia e Turquia). Estes países cresceram a taxas médias que variam entre 11% e 15% ao ano, nos últimos 20 anos. Cabe salientar que Malásia, Turquia e Indonésia não representam, *a priori*, modelos de interesse para o Brasil. Já a China e África do Sul apresentam não apenas produtos semelhantes em segmentos de grande potencial para o Brasil (aventura, ecoturismo, sol e mar, etc), como também desenvolveram planos de *marketing* extremamente profissionais, competentes e eficazes. Entre 1980 e 1997, a África do Sul passou da 55ª para 26ª posição, apresentando um crescimento médio de 12,82% ao ano. Já o Brasil, que se encontrava na 39ª posição em 1980, caiu uma posição em 17 anos, descendo para 40º, com um crescimento médio de 4,85% ao ano. No que diz respeito ao crescimento das receitas provenientes das entradas de turistas estrangeiros, enquanto o Brasil apresentou um crescimento de 44,65% de 1980 a 1997, a África do Sul cresceu 252,3%. Dados mais recentes apontam para um crescimento de 11% no receptivo da África do Sul, em 2002, e 20% nas receitas em dólares provenientes desta atividade. Atualmente, a África do Sul recebe 7 milhões de turistas por ano.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Desembarque de 5,018 milhões de turistas estrangeiros em vôos regulares e não-regulares;
- Recorde na entrada de divisas: US$ 4,3 bilhões em 2006.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O número total de turistas estrangeiros que entraram no Brasil em vôos regulares e não-regulares diminuiu em relação a 2005. A queda de 6,33% de 2005 (5,36 milhões) para 2006 (5,02 milhões) não impediu, entretanto, recorde na entrada de divisas. O País recebeu, segundo dados do Banco Central (BC), US$ 4.316 milhões, 11,77% maior que os US$ 3.861 milhões recebidos em 2005.

A redução nos desembarques internacionais, reflexo direto da crise da Varig, que deixou de ofertar 480.616 assentos em 2006, em comparação com a oferta de 2005, é um dos entraves para se alcançar as metas de turistas preconizadas no Plano Nacional de Turismo (PNT): 9 milhões de turistas ao final do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, conforme demonstrado no único indicador do Programa. Apesar disso, os números finais do BC atestam que 2006 foi o ano em que o turismo brasileiro recebeu o maior ingresso de divisas por meio dos gastos de turistas estrangeiros no País. De acordo com o BC, com a entrada de US$ 400 milhões em dezembro, o Brasil fechou o ano com US$ 4,32 bilhões recebidos com a atividade. O valor supera em 11,77% os US$ 3,87 bilhões registrados em 2005 - até então a maior marca da série histórica iniciada em 1969

- e significa o quinto ano consecutivo de expansão do ingresso de divisas no País por meio do turismo internacional.

Foram realizados, em 2006, 100 eventos internacionais destinados à captação de oportunidade de mercados e à promoção, no exterior, do Brasil como destino. A meta prevista era a realização de 39 eventos. A Ação Fomento à Comercialização e ao Fortalecimento dos Produtos Turísticos Brasileiros, junto aos operadores internacionais, também apresentou desempenho acima do previsto, com 43 eventos realizados, em 2006, de uma meta prevista de 30 eventos. O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) gastou R$ 34,3 milhões em campanhas de promoção do Brasil como destino turístico internacional e R$ 5 milhões para o funcionamento de oito escritórios de fomento no exterior.

O Programa empenhou e liquidou 97% do orçamento aprovado, o maior percentual desde o início do atual PPA 2004-2007. O fluxo financeiro sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução do Programa.

O desempenho do Programa foi satisfatório em 2006. Entretanto, a execução do Programa enfrenta algumas dificuldades. A escassez de equipe gerencial tem levado a Embratur a terceirizar parte de suas ações finalísticas, como é o caso da manutenção dos Escritórios Brasileiros de Turismo (EBTs), responsáveis por grande parte da estratégia de inteligência comercial do País, a qual vem sendo executada por uma empresa privada, licitada pela autarquia. O quadro de servidores permanentes da Embratur é de 46 pessoas. Este quadro não é suficiente para ocupar o total de suas 99 funções de confiança.

O calendário internacional do turismo começa em setembro e vai até abril do exercício seguinte. Nesse período, invariavelmente, o orçamento da União não está disponível. O uso de recursos de restos a pagar minimiza os efeitos dessa indisponibilidade. Entretanto, a disponibilidade orçamentária total, nesse período, maximizaria os efeitos da aplicação dos recursos.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Embratur, em conjunto com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGES/MP), está estudando uma nova personalidade jurídica para o órgão, que possibilite maior flexibilidade administrativa e financeira com compromisso de resultados.

O turismo de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (GLBT) é um dos segmentos de maior crescimento e potencial do mundo. Ações específicas para captar esses turistas têm sido desenvolvidas pela Embratur com os governos dos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia. O Ministério do Turismo (MTur) e a Embratur participaram também de uma ampla campanha de combate ao turismo sexual de crianças e adolescentes.

O Conselho Nacional de Turismo se reúne trimestralmente para debater, entre outros assuntos, a execução das metas do Programa. A discussão das metas e dos objetivos para a elaboração do PNT 2007-2010, que será a base para a elaboração do PPA 2008-2011, foi realizada com a participação de atores interessados.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS

## OBJETIVO

Aumentar o fluxo do turismo mediante a estruturação e a diversificação da oferta turística brasileira.

## PÚBLICO-ALVO

Turistas domésticos e *trade* turístico.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.255.778.248,00 | Empenho Liquidado: | R$ 998.065.578,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 998.065.578,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. FLUXO DE TURISTAS DOMÉSTICOS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 46.300.000
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Mesmo com as limitações oriundas da crise de uma das companhias aéreas, que afetou temporariamente o número de assentos disponíveis nos vôos nacionais e internacionais, o setor alcançou recordes em 2006. O desembarque de passageiros de vôos nacionais foi de 46,3 milhões, 7,38% acima do verificado em 2005 (43,1 milhões de passageiros). São 38 meses consecutivos de crescimento (desde outubro de 2003), considerando-se o acumulado de 12 meses.

O somatório da contagem direta do número de turistas domésticos em viagem pelo País foi, em 2005, de acordo com o desembarque de passageiros de vôos nacionais, 43,1 milhões, 17,8% acima do verificado no ano de 2004 (36,6 milhões de passageiros).

Informações detalhadas são encontradas em:

a) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/desembarque_nac.php?in_secao=396> ;
b) <http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/estatisticas_basicas_do_turismo/estatisticas_basicas_do_turismo_2000_a_2005_final.pdf> ;
c) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/desembarque_int.php?in_secao=396>;
d) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/desembarque_int.php?in_secao=396>.

**2. GASTO MÉDIO DO TURISTA ESTRANGEIRO NO PAÍS**

**Unidade de medida:** US$
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Mesmo com as limitações oriundas da crise de uma das companhias aéreas, que afetou temporariamente o número de assentos disponíveis nos vôos nacionais e internacionais, o setor alcançou os seguintes resultados em 2006:

a) desembarque de 6,3 milhões de passageiros de vôos internacionais (incluindo brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros), número próximo ao recorde de 6,8 milhões, alcançado no ano de 2005;
b) vôos *charters* (fretados), que transportam exclusivamente turistas, trouxeram 422,1 mil estrangeiros, número bem superior ao de 2005 (349,6 mil). O resultado é o novo recorde deste tipo de transporte no País;
c) receita cambial turística de US$ 4,316 bilhões, superior em 11,77% à receita do ano de 2005 (US$ 3,861 bilhões), o que leva o Brasil à marca de cinco anos consecutivos de crescimento, desde 2002.

Considerando-se a série histórica mensal, percebe-se que esse crescimento é consistente e, com exceção de setembro, em todos os outros meses de 2006 houve aumento de gastos de estrangeiros no Brasil em relação aos mesmos meses do ano anterior. O Banco Central do Brasil (BC), que faz essa estatística desde 1969, registrou o recorde mensal no setor em março de 2006, quando foi alcançado o resultado de US$ 453 milhões de receita cambial turística.

O índice de referência é de 1999. O índice apurado é relativo a 2003. Dados do **Anuário Estatístico 2004** indicam que o gasto médio por dia passou de US$ 86,17, no ano de 2002, para US$ 87,99, no ano de 2003, um crescimento de 2,11%. Os dados relativos a 2004 e 2005 estão em depuração e serão divulgados oportunamente pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). O Indicador Gasto Médio do Turista Estrangeiro no País tende a ser substituído por Receita Cambial Turística.

Em 2005, o País alcançou a receita cambial turística de US$ 3,86 bilhões, 19,83% superior a do ano de 2004 (US$ 3,22 bilhões).

Informações detalhadas são encontradas em: <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/receita_cambial.php?in_secao=400>.

**3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS NO TOTAL DA DEMANDA TURÍSTICA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Buscando aprofundar os estudos sobre o funcionamento do setor turístico e, conseqüentemente, a melhoria do processo de planejamento e acompanhamento da Política de Turismo do Governo, o Ministério do Turismo (MTur), por meio da Embratur, tem investido na realização de pesquisas que propiciem o conhecimento do comportamento e das tendências dos turismos nacional e internacional. Entre os principais trabalhos executados em 2006 estão:

a) boletins de desempenho econômico do turismo;
b) Estudo da Demanda Turística Internacional – 2004-2005-2006;
c) Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo;
d) cartas de conjuntura;
e) Estudo da Demanda Turística Doméstica - 2006;
f) Estudo da Demanda Turística em Aeroportos - 2006;
g) meios de hospedagem;
h) estrutura de consumo e impacto na economia;
i) compilação e divulgação mensal de dados sobre a movimentação de embarque e desembarque de passageiros nacionais e internacionais.

Dando continuidade ao desenvolvimento da metodologia de Conta Satélite do Turismo, foram calculados os indicadores econômicos e sociais do setor no Brasil, a partir de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de sua articulação com o turismo. Foi elaborada ainda a Conta Satélite de Turismo Experimental. A Conta Satélite é uma metodologia recomendada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), para dar apoio às ações, acompanhar e avaliar a implementação da política de turismo e seu reflexo no mercado e para o estabelecimento de bases comparativas.

A Embratur realiza estudos com informações sobre o dimensionamento e a caracterização do mercado interno de viagens, identificando os principais centros emissores e receptores de turistas, a receita gerada pelo turismo interno, o perfil sócio-demográfico dos turistas, as principais motivações de viagem, os meios de transporte e de hospedagem utilizados, a estimativa da estrutura de gastos efetuados pelo turista nacional e a avaliação

de serviços e equipamentos. Estudos preliminares da Embratur revelam uma mudança de paradigma quanto à participação dos principais destinos turísticos no total da demanda turística brasileira.

Informações detalhadas são encontradas em:

a) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=289>;
b) <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=288>.

**4. NOVOS EMPREGOS E OCUPAÇÕES GERADOS NO SETOR TURISMO**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 878.000
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.200.000

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de janeiro de 2003 a novembro de 2006, o setor turístico gerou 292 mil novos empregos formais (ressalta-se que o período do PPA é de 2004 a 2006). Segundo estudos realizados pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), para cada emprego formal gerado no setor de turismo outros dois informais são criados. Sendo assim, pode-se afirmar que, no citado período, o setor gerou cerca de 878 mil novos empregos no País.

Informações detalhadas são encontradas em: <http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/lista.php?in_secao=288>.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A oferta brasileira de produtos turísticos tem se caracterizado pela ausência de requisitos de diferenciação e diversificação. A oferta se restringe a poucos segmentos e está concentrada em algumas regiões. Estruturar e aumentar esta oferta, colocando no mercado novos produtos de qualidade, considerando a diversidade cultural e ambiental, contemplando as diferentes regiões brasileiras, é estratégico para que o crescimento do setor contribua como fator de maior eqüidade social. A vocação da produção local pode agregar valor ao turismo, contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento de produtos turísticos, potencializando o impacto positivo sobre o nível de emprego e renda, além de permitir que a atividade seja abordada de modo sistêmico e integrado, inclusive com outras áreas com as quais se complementa.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Desembarque de 46,3 milhões de passageiros em vôos nacionais, 7,38% maior que em 2005;

• Investimentos de R$ 736,2 milhões em infra-estrutura turística, excluídos os investimentos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O MTur investiu, em 2006, R$ 736,2 milhões em infra-estrutura do turismo, incluídos os investimentos em sinalização turística e as emendas parlamentares para a área, e excluídos os investimentos em infra-estrutura no âmbito aeroportuário e dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), o que deve permitir a expansão das atividades turísticas, a diversificação geográfica de Municípios considerados turísticos e a melhoria da qualidade dos produtos e serviços voltados ao turista.

Os recursos foram aplicados em melhorias e recuperação da infra-estrutura dos Municípios, saneamento básico e mini-estações de esgoto, melhorias de marinas e pontos náuticos, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria do acesso ferroviário e rodoviário e recuperação de mercados, feiras e pontes. Também foi contemplada a construção, ampliação e reforma de centros de eventos, parque de exposições, parques ecológicos, terminais de turismo, acampamentos, balneários, centros de cultura, teleféricos, mirantes, pórticos, praças, além de escolas destinadas à qualificação para os setores de hotelaria, entre outros. Esses investimentos foram 81% superiores aos realizados em 2005.

O MTur também apoiou a modernização da infra-estrutura aeroportuária, no âmbito da Ação Modernização da Infra-Estrutura Aeroportuária, do Ministério da Defesa (MD). Foi firmado convênio entre o MTur e a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) para a ampliação e modernização da infra-estrutura aeroportuária de 11 Municípios: Brasília (DF), Boa Vista (RR), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Guarulhos (SP), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Vitória (ES). O incremento do fluxo turístico nacional e internacional em níveis acima da média mundial foi um dos fatores preponderantes para que o MTur participasse diretamente da reestruturação dos aeroportos brasileiros. Em 2006, foram destinados para estas obras R$ 350 milhões pelo MTur.

No âmbito do Prodetur, o MTur aplicou, em 2006, recursos da ordem de R$ 31,6 milhões, sem considerar os R$ 9 milhões inscritos em restos a pagar de 2005.

O Programa Nacional de Qualificação Profissional e Empresarial, lançado em 2006, investiu R$ 15,3 milhões para atender a 46 mil pessoas no País, em parceria com os Estados, os Municípios, a iniciativa privada e as organizações não-governamentais (ONGs). Importa ressaltar que o Programa consolidou as ações que o MTur desenvolvia desde 2003. As ações de fomento ao desenvolvimento local e à inclusão social contaram com investimentos do Ministério no valor de R$ 10,8 milhões. Registre-se, ainda, que visando a fortalecer a imagem do Brasil por meio de segmentos da economia de reconhecido valor, o MTur atuou junto às entidades representativas dos setores de moda, gastronomia, gemas e jóias, tendo aplicado R$ 2,45 milhões.

No exercício de 2006, foi aplicado R$ 1,409 bilhão em apoio às ações do setor, excluídos os gastos com pessoal ativo e inativo, o que corresponde a um crescimento próximo a 96,8% em relação ao ano anterior (R$ 716,3 milhões).

O MTur possui um quadro de funcionários reduzido. A grande carga de trabalho, o espaço reduzido e a inexperiência dos novos servidores, a fora a baixa atratividade dos salários, tornam difícil a retenção da força de trabalho e sobrecarregam as equipes gerenciais e executoras. A despeito desses fatores, o Programa vem alcançando ótimos resultados. Em 2006, o Programa empenhou e liquidou aproximadamente 80% do orçamento aprovado - o melhor percentual no atual PPA 2004-2007. Entretanto, o MTur enfrenta dificuldades na celebração de convênios e contratos, além de licitações.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Em 2006, para o desenvolvimento das ações e dos programas do PNT, perfeitamente adaptado ao PPA 2004-2007, o MTur seguiu priorizando a gestão descentralizada e participativa, ao realizar ampla discussão dos temas, em todas as regiões brasileiras, com todos os setores representativos do turismo, por meio das reuniões regulares do Conselho Nacional de Turismo e das suas 10 Câmaras Temáticas, dos Fóruns Estaduais de Turismo e do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, além de outras ações relacionadas a diversos programas, cuja implementação se dá de forma descentralizada e articulada com vários parceiros localizados nas diferentes regiões do País. Estas ações têm como pressupostos a ética e a sustentabilidade, e como princípios orientadores a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a criação de novos empregos e ocupações e a geração de divisas para o País.

O Conselho Nacional de Turismo, hoje integrado por 65 conselheiros de instituições representativas do setor em âmbito nacional, realizou quatro reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária durante o ano de 2006. A reunião extraordinária foi realizada para a aprovação do documento elaborado pelo MTur, por solicitação do próprio conselho, como forma de garantir a continuidade da política nacional de turismo, implantada pelo Ministério e considerada um sucesso pelo conselho.

Este documento, denominado **Turismo no Brasil 2007-2010**, resultou de um amplo debate entre as diversas instituições representativas do setor no País, onde foram estabelecidas as metas para o desenvolvimento da atividade no período de 2007 a 2010. No final da referida reunião, este documento foi entregue ao Presidente da República, em solenidade realizada no Palácio do Planalto.

O MTur apoiou projetos que permitiram a dinamização econômica das comunidades locais com a geração de renda e trabalho, destacando-se, entre eles, a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, em áreas de pobreza e com potencial turístico, e a criação de oficinas de desenvolvimento de produtos artesanais, que oferecem cursos voltados ao fortalecimento organizacional e ao empreendedorismo, beneficiando cerca de 900 artesãos. Para promover os produtos associados ao turismo e

escoar a produção, patrocinou-se a participação de artesãos em mais de 10 feiras e eventos do setor. As ações de fomento ao desenvolvimento local e à inclusão social contaram com investimentos no valor de R$ 10,8 milhões. Registre-se, ainda, que visando a fortalecer a imagem do Brasil por meio de segmentos da economia de reconhecido valor, o Ministério atuou junto às entidades representativas dos setores de moda, gastronomia, gemas e jóias, tendo aplicado R$ 2,45 milhões.

No que se refere ao turismo de aventura, encontram-se em implementação assistência técnica e certificação para 225 empresas, e qualificação e certificação de 2.500 condutores em 15 destinos. Para os meios de hospedagem, está em implementação, em 565 empresas de 30 destinos, a norma de sustentabilidade, que relaciona os requisitos econômico, ambiental e social mínimos para uma atuação responsável no turismo. Em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Associação Brasileira de Bares, Restaurantes e Similares (Abrasel), deu-se continuidade à implementação do Programa de Alimento Seguro no Turismo, com a qualificação de 5.632 manipuladores de alimentos e atendimento a 662 empresas.

Quanto aos trabalhos relacionados à temática de Turismo Sustentável e Infância, o governo, por meio do MTur, dedicou parcela substancial de seus esforços, em 2006, para promover uma ação de sensibilização em 21 Estados do País. Essa ação foi decidida como prioritária pela Câmara Temática Turismo Sustentável e Infância em um esforço de mudar a cultura do País, mostrando que a exploração sexual é um péssimo negócio para o turismo brasileiro. Foram desenvolvidos *kits* de sensibilização para levar o tema ao nível operacional dos diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo. Foram feitos ainda seminários de sensibilização em 25 cidades do País. Essa ação deve atingir mais de 40 mil pessoas em todo o País.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.




# MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Corredor Araguaia-Tocantins

Corredor Fronteira Norte

Corredor Leste

Corredor Mercosul

Corredor Nordeste

Corredor Oeste-Norte

Corredor São Francisco

Corredor Sudoeste

Corredor Transmetropolitano

Exploração da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário e Ferroviário

Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

Infra-estrutura de Transportes

Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Manutenção de Hidrovias

Navegação Interior

Serviços de Transporte Aquaviário

Serviços de Transporte Rodoviário

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para o Ministério dos Transportes (MT), foram utilizados **R$ 8.119.117.567,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 10.062.843.180,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 8.119.117.567,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **R$ 593.833.333,00** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 10.656.676.513,00** | **Total realizado:** | **R$ 8.119.117.567,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pelo MT não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 3.348.870.917,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 2.558.716.628,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• Nos Programas de Gestão de Política e Infra-estrutura de Transportes, foram realizados: contratações de estudos de impacto ambiental; adequação de projetos; avaliação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de indicadores e estudos e pesquisas para o planejamento de transportes;

Foram realizadas as seguintes intervenções na Infra-estrutura de Transportes:

a) a construção e adequação de pontes e rodovias federais, com destaque para o Estado de Minas Gerais;
b) a implantação, ampliação e modernização dos Modais Ferroviários e Portuários;
c) a implantação de infra-estrutura para fortalecimento da navegação na Região Norte.

• Nos programas de Exploração da Infra-estrutura e de Serviços de Transportes, foram realizadas as metas previstas de estudos para regulação de Concessões de Rodovias e Ferrovias; investimentos das concessionárias de acordo com o Programa de Exploração das Rodovias; e a análise dos estudos de viabilidade econômica e financeira do projeto de expansão da Ferrovia Norte-Sul;

• Em relação aos Serviços de Transportes, no que diz respeito ao Modal Aquaviário, foram realizados 170 procedimentos de inspeção e fiscalização. E a implementação do Sistema de Desempenho Operacional superou o alcance das metas no exercício de 2005. Dentre os principais resultados, destacam-se o crescimento da movimentação de contêineres em 7% e de carga (tonelada) em 5%;

• Nos programas relativos aos corredores de transportes, destacam-se importantes realizações de investimentos no setor: nos Corredores Leste e Mercosul, realização das

adequações de trechos rodoviários da BR-381 e BR-153, onde foram gastos 64% dos recursos no Estado de Minas Gerais, e na BR-101, onde foram gastos 67% dos recursos nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul;

• Quanto às outras realizações, são relacionadas a seguir as mais importantes ações em consonâncias com os objetivos setoriais de transportes:

a) no Corredor São Francisco:
   i) construção de trechos rodoviários na BR-135/BA;
   ii) construção de trechos ferroviários no Município de São Félix /(BA);
   iii) alargamento da ponte sobre o Rio São Francisco na BR-407/PE;

b) no Corredor Leste:
   i) construção e adequação de diversos trechos rodoviários nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo;
   ii) dragagem de aprofundamento nos portos de Rio de Janeiro e Vitória;

c) no Corredor Transmetropolitano:
   i) melhoramentos e obras no Complexo Portuário de Santos /(SP);
   ii) construção do Rodoanel;
   iii) adequação de diversos trechos rodoviários no Estado de São Paulo;

d) no Corredor Sudoeste:
   i) construção de trechos rodoviários no Estado de Mato Grosso do Sul;
   ii) construção de Terminal Intermodal em Campo Grande;
   iii) obras complementares da Ponte Rodoferroviária na BR-158, na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul;

e) no Corredor Mercosul:
   i) construção e adequação de trechos e contornos rodoviários nos Estados do Sul;
   ii) ampliação e recuperação dos molhes e berços, além de dragagem de aprofundamento dos portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Rio Grande;

f) no Corredor Nordeste:

   i) adequação de trechos rodoviários da BR-101, nos Estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
   ii) adequação de diversos trechos rodoviários nos Estados de Ceará, Paraíba e Alagoas;
   iii) melhoramentos da infra-estrutura e modernização dos Portos de Recife, Suape e Fortaleza;

g) no Corredor Araguaia-Tocantins:

   i) melhoramento e recuperação do trecho rodoviário da BR-319 no Estado do Amazonas;
   ii) construção e adequação de diversos trechos rodoviários nos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, no Corredor Oeste-Norte;
   iii) adequação de trechos rodoviários na BR-060 nos Estados de Goiás e Distrito Federal;

iv) construção e adequação de diversos trechos rodoviários nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Goiás;
v) construção da Ferrovia Norte Sul;
vi) construção das eclusas de Tucuruí;

h) no Corredor Fronteira Norte:

i) construção de trechos rodoviários na BR-364 no Estado do Acre;
ii) construção de diversos trechos rodoviários nos Estados do Acre e Amapá.

• No Programa de Manutenção da Malha Rodoviária Federal, são realizados os mais importantes investimentos do modal de transportes rodoviários, com despesas correspondentes a 13% do total realizado no MT. Correspondem aos gastos com conservação, preventiva e rotineira, restaurações, serviços de manutenção terceirizada de rodovias e sinalização rodoviária;

• No Programa de Manutenção de Hidrovias e de Navegação Interior, a realização de manutenção em oito segmentos hidroviários do País cumpre os objetivos setoriais de melhoria de transporte nas hidrovias interiores. São realizadas atividades permanentes de monitoramento ambiental, manutenção das barragens e eclusas; sinalização, balizamento e dragagem de trechos; levantamento topobatimétrico e batimetria; e recuperação de atracadouros hidroviários. Um dos principais resultados alcançados foi a manutenção das barragens das hidrovias do sul;

• Quanto ao programa de Navegação Interior, seu principal resultado é a manutenção de transportes hidroviários transversais realizado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), órgão vinculado ao Ministério de Integração Nacional (MI), na barragem de Três Marias;

• No programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, foram entregues 25 embarcações, sendo que as liberações de recursos para as obras totalizaram aproximadamente R$ 700 milhões, com realizações de investimentos em estaleiros e construções de embarcações. A celebração dos contratos de financiamentos dos projetos aprovados é feita pelos agentes financeiros, que são independentes do Departamento da Marinha Mercante (DMM), órgão vinculado ao MT;

• Os principais fatores de sucesso para o alcance dos resultados são:

a) método de gestão por parte do Governo Federal, através do Projeto-Piloto de Investimento (PPI), que permitiu a formação de um grande volume de recursos orçamentários e financeiros, para atender a demanda de determinados programas de construção e recuperação da infra-estrutura no setor de transportes;
b) implementação de Agenda Portos e ISPS-CODE - código internacional para a segurança e a proteção de navios e instalações portuárias -, que permitiram a realização de investimentos mais específicos nas áreas de movimentação de cargas e de segurança portuária por meio de dispositivos legais estabelecidos.

## ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A aderência entre a estrutura programática atual e a estrutura organizacional do MT mostra certa dissociação entre as proposições e as práticas na execução das ações.

Os programas dos corredores de transportes, por exemplo, com recortes que extrapolam as Unidades da Federação e integram regiões diferenciadas nos aspectos econômicos, sociais e culturais, não revelaram o esperado resultado por meio da execução localizada de cada uma de suas intervenções. Além disso, é difícil estabelecer dependências diretas de sucesso ou insucesso dos programas quando suas ações não são integralmente executadas, já que alguns resultados localizados não conseguem influenciar o resultado do todo.

Por outro lado, a atual estrutura de corredores dificulta a gerência, o monitoramento e a avaliação, conjugando diversas ações que não se complementam e não propiciam ganhos sistêmicos em sua execução, acarretando a dispersão de esforços e de recursos.

A estrutura organizacional do Ministério e de suas entidades vinculadas está distribuída geograficamente de forma a atender às demandas e permitir a implementação das ações em cada uma das Unidades da Federação. Assim, como a execução das ações é identificada por seus localizadores geográficos, a composição dos programas poderia ser alterada para atender às demandas regionais, compatibilizando e integrando a infra-estrutura nacional de transportes e incentivando a utilização da multimodalidade com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos públicos.

# CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

## OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 764.956.921,00 | Empenho Liquidado: | R$ 574.581.699,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 514.054,00 |
| | Total: | R$ 575.095.753,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 360.333.333,00 | - | |

## INDICADOR

### 1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover a integração multimodal, objetivando o aumento da capacidade e a redução do custo de transportes no corredor Araguaia-Tocantins.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• BR 010/TO - Ação Construção de Trecho Rodoviário - divisa TO/MA - Aparecida do Rio Negro, pavimentados 36,3 km e atacados 14,1 km no trecho da divisa MA/TO/ Aparecida do Rio Negro;

• BR 060/DF - Ações Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - divisa DF/GO e Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Distrito Federal (Crédito Extraordinário – RAP 2005), duplicados 17 km e restaurados 12 km no trecho Brasília/divisa DF/GO;

• BR 080/GO - Ação Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás (RAP 2005), pavimentados 19,5 km e atacados 25,2 km entre Dois Irmãos e Barro Alto;

• BR 153/GO - Ação Adequação de Trechos Rodoviários no Estado de Goiás (RAP 2005), duplicados 20,9 km, restaurados 60,1 km e atacados 15,7 km entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara;

• BR 060/GO - Ações Adequação de Trecho Rodoviário - divisa DF/GO - Entroncamento BR-153/GO e Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás (Crédito Extraordinário – RAP 2005), duplicados 14,6 km e restaurados 11,9 km no trecho divisa DF/GO/Rio Areias;

• BR 153/TO - Ações Adequação de Travessia Urbana em Araguaína e Adequação de Travessias Urbanas em Rodovias Federais no Estado do Tocantins, adequados 3,8 km na Travessia Urbana de Araguaína;

• BR 158/MT - Ações Construção de Trecho Rodoviário - divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira e Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Mato Grosso, pavimentados 17 km no trecho divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira;

• BR 070/GO - Ação Construção de Trechos Rodoviários - entroncamento GO-174 (Aparecida do Rio Claro) - divisa GO/MT (Aragarças), pavimentados 20 km e atacados 33,3 km entre Aparecida do Rio Claro e divisa GO/MT;

• Ferrovia Norte-Sul - Ações Construção da Ferrovia Norte-Sul; Construção da Ferrovia Norte-Sul (Crédito Extraordinário); Construção da Ferrovia Norte-Sul – Aguiarnópolis – Babaçulândia; Construção da Ferrovia Norte-Sul – Aguiarnópolis - Palmas e Construção da Ferrovia Norte-Sul – Babaçulândia – Palmas, concluídos 65 km, sendo 9 km no subtrecho 1 e 56 km no subtrecho 2. A obra está em andamento com 97 km concluídos no biênio 2005-2006, 102 km em execução e 306 km, aguardando ordem de serviço.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado diariamente. Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO e do Relatório de Desempenho

- Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos, muito embora o órgão não tenha realizado os lançamentos de modo tempestivo no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A seguir é apresentado um resumo dos dados financeiros registrados no SIGPlan e dos dados físicos registrados no SIGPlan, no RAFFO e no Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos: das 86 ações listadas no SIGPlan, 28 não tiveram execução financeira em 2006; 40 apresentaram resultado entre 80% e 100%; nove apresentaram resultado entre 40% e 80% e 37 apresentaram resultado abaixo de 40%, resultando em um percentual médio de execução financeira de 69,6%.

No que diz respeito à execução física, apresentaram resultados:

a) acima de 100%, nove ações no SIGPlan e oito no RAFFO;
b) entre 80% e 100%, três no SIGPlan e quatro no RAFFO;
c) entre 40% e 80%, dois no SIGPlan e dois no RAFFO;
d) abaixo de 40%, 72 no SIGPlan e o mesmo quantitativo no RAFFO.

O que implica a realização de um percentual médio de execução física de 11,7% no SIGPlan e 11,4% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, de um total de 69,6% de execução financeira realizada, a execução física rodoviária média atingiu 90,1% (concluído + atacado), enquanto a média geral foi de 11,4%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar, a expressiva quantidade de obras paralisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e os extensivos prazos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O montante de recursos foi considerado insuficiente e o seu fluxo sofreu descontinuidade, embora não tenha prejudicado decisivamente a execução programada.

Cabe mencionar que, muitas ações desenvolvidas no Estado do Pará foram desaceleradas pela Companhia Docas em decorrência de ação investigativa da Polícia Federal, com apoio dos órgãos de controle, Controladoria-Geral da União (CGU) e TCU, denominada Operação Galiléia, acarretando deficiências na execução físico-financeira, com possível prejuízo ao desempenho do Corredor como um todo, especialmente no que se refere ao modal aquaviário.

Os principais óbices encontrados ao adequado monitoramento e registro da execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o

Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CORREDOR FRONTEIRA NORTE

## OBJETIVO

Incrementar o fluxo de pessoas e mercadorias entre os Estados do Amapá, Roraima, Amazonas, Acre e os países da fronteira norte do Brasil.

## PÚBLICO-ALVO

População das fronteiras norte e oeste do País.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 211.584.600,00 | Empenho Liquidado: | R$ 157.400.000,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 157.400.000,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-156/AP

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

### 2. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-401/RR

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**3. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-174/RR**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**4. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-364/AC**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**5. TRÁFEGO MÉDIO DIÁRIO NA RODOVIA BR-317/AC**

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Promover o desenvolvimento econômico e social da fronteira norte do País, possibilitando o intercâmbio com a Venezuela e outros países da região do Caribe.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- BR-156/AP, Ação Construção de Trecho Rodoviário Ferreira Gomes - Oiapoque (fronteira com a Guiana Francesa), pavimentação de 54 km;

- BR-364/AC, Ação Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul, pavimentação de 2,6 km e estavam atacados 121,3 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul;

• BR-317/AC, Ação Construção de Ponte sobre o rio Acre (Fronteira Brasil/Peru), conclusão de ponte com 240 m de extensão.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado diariamente. Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, muito embora não tenha sido possível realizar o seu lançamento no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Com relação ao nível de execução financeira, das 23 ações listadas no SIGPlan, 12 não tiveram execução financeira em 2006, 13 apresentaram resultado abaixo de 40%, duas apresentaram resultado entre 40% e 80% e oito apresentaram resultado entre 80% e 100%, resultando em um percentual médio financeiro de 71,4%.

Em contraposição aos dados financeiros apresentados, foi observada uma execução física:

a) abaixo de 40% em 22 ações, segundo o SIGPlan, e em 19 ações, segundo o RAFFO;
b) entre 40% e 80%, não houve nenhum registro no SIGPlan ou no RAFFO;
c) entre 80% e 100%, houve um registro no SIGPlan e três registros no RAFFO;
d) acima de 100%, não foram registradas ocorrências no SIGPlan, enquanto houve um registro no RAFFO.

Com isso, no que se refere à extensão da manutenção realizada, alcançou-se um percentual médio de desempenho físico de 2,5%, segundo os registros do SIGPlan, e de 8,9%, conforme registros do RAFFO.

Cabe esclarecer que, de um total de 71,4% de execução financeira, houve alcance de 71,4% (concluído + atacado) da média de execução física rodoviária, enquanto a média geral foi de 8,9%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas e, principalmente, porque a maioria das ações se refere às obras conveniadas sobre as quais as informações sobre a execução física são mínimas.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos anos anteriores, como por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar e a ocorrência de prazos extensivos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O atraso na aprovação do orçamento de 2006 também prejudicou o desempenho físico de algumas ações. Por outro lado, embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízo decisivo sobre a execução física programada.

Com relação ao desempenho da execução física, os principais óbices encontrados correspondem a dificuldades de obtenção de informações, principalmente com relação às obras conveniadas (grande parte das ações sob responsabilidade do DNIT) e a existência de ações com muitas obras vinculadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados –(SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CORREDOR LESTE

## OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 658.011.626,00 | Empenho Liquidado: | R$ 409.375.962,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 41.973.463,00 |
| | Total: | R$ 451.349.425,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR LESTE

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

### 2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR LESTE

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição

vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR LESTE**

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Faz-se necessária a manutenção e ampliação da utilização dos vários modais de transporte potencialmente existentes na região leste, objetivando racionalizar o transporte de cargas e passageiros, reduzir os seus custos e oferecer melhor atendimento aos usuários.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- BR 050/MG - adequação de trecho rodoviário na divisa MG/SP - divisa MG/GO, obra em andamento, com conclusão de 48,3 km entre Uberlândia e o rio Tejuco;
- BR 153/GO – adequação de trecho rodoviário entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara, tendo sido concluídos 42,8 km e estando atacados 15,7 km;
- BR 265/MG – construção de trecho rodoviário na divisa RJ/MG – Ilicínea, construídos 32,7 km e atacados 16,2 km entre Ilicínea e a divisa MG/SP;
- Ação Dragagem de Manutenção no Porto do Rio de Janeiro - realizados 313,5 mil $m^3$ (86,6% da previsão);
- Construção de instalação portuária para inspeção fitossanitária no Porto do Rio de Janeiro, executada 90% da obra.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado diariamente.

Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, tendo em vista que o órgão não realizou de modo tempestivo os lançamentos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan). A seguir é apresentado um resumo dos dados financeiros do SIGPlan e físicos do SIGPlan e do RAFFO.

Das 103 ações listadas no SIGPlan, 34 não tiveram execução financeira em 2006, 32 apresentaram resultado entre 80% e 100%, 17 apresentaram resultado entre 40% e 80% e 54 apresentaram resultado abaixo de 40%, resultando em um porcentual médio de execução financeira de 71,2%.

No que diz respeito à execução física, apresentaram resultado:

a) acima de 100%, duas ações SIGPlan e sete no RAFFO;
b) entre 80% e 100%, cinco ações no SIGPlan e seis no RAFFO;
c) entre 40% e 80%, seis ações no SIGPlan e cinco no RAFFO;
d) abaixo de 40% houve 90 ações registradas no SIGPLan e 85 no RAFFO.

Resultando em um porcentual médio de execução física de 20,1% no SIGPlan e 20,1% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, de um total de 71,2% de execução financeira realizada, a execução física rodoviária média atingiu 47,5% e a média geral 20,1%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução da ação proposta.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar, a expressiva quantidade de obras paralisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e os extensivos prazos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O montante de recursos foi considerado insuficiente e o seu fluxo sofreu descontinuidade, embora não tenha prejudicado decisivamente a execução programada.

Os principais óbices encontrados ao adequado monitoramento e registro da execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CORREDOR MERCOSUL

## OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários do sistema de transportes da Região Sul do País.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 798.209.176,00 | Empenho Liquidado: | R$ 650.005.844,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 650.005.844,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR MERCOSUL

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

### 2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR MERCOSUL

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição

vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR MERCOSUL**

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A integração comercial com os países do Cone Sul das Américas exige uma perfeita conexão entre os diversos modais de transportes no Brasil, viabilizando a obtenção de menores custos de transporte entre as nações beneficiadas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- BR 101/RS - Ação Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS, adequados 10,5 km, estavam atacados 63,9 km no trecho divisa SC/Osório;
- BR 101/SC - Ação Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS, atacados 198,2 km em Palhoça divisa SC/RS;
- BR 116/SC - Ação Adequação de Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste), adequados 8,5 km do Contorno Leste de Curitiba;
- BR 158/RS - Ação Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria - Rosário do Sul, construídos 18 km, estavam atacados 35,1 km entre o km 329,2 e o km 404,9;
- Ação Construção de Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul, construídos 30,9 km entre o km 404,9 e km 443,9;
- BR 468/RS - Ação Construção de Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul, foram construídos 10,5 km, atacados dois km em Três Passos - Fronteira Brasil/Argentina;
- Ação Recuperação dos Molhes do Porto de Itajaí/SC (RAP 2005), obra iniciada em novembro de 2005 e concluída em 2006.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras RAFFO, que é atualizado diariamente.

Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, do Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos, muito embora o órgão não tenha realizado os lançamentos de modo tempestivo no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A seguir é apresentado um resumo dos dados financeiros registrados no SIGPlan e dos dados físicos registrados no SIGPlan, no RAFFO e no Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos.

Das 73 ações listadas no SIGPlan, 13 não tiveram execução financeira em 2006, 43 apresentaram resultado entre 80% e 100%, sete apresentaram resultado entre 40% e 80% e 23 apresentaram resultado abaixo de 40%.

No que diz respeito à execução física, apresentaram resultado:

a) acima de 100%, 11 ações registradas no SIGPlan e 14 no RAFFO;
b) entre 80% e 100%, nenhuma no SIGPlan e no RAFFO;
c) entre 40% e 80%, duas no SIGPLan e duas no RAFFO;
d) abaixo de 40%, 60 no SIGPLan e 57 no RAFFO.

Resultando em um porcentual médio de execução física de 24,9% no SIGPlan e 24,5% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, em um total de 82,5% de execução financeira, a execução física realizada rodoviária média atingiu 96,6% (concluído + atacado) e a média geral 24,5%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar e os extensivos prazos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O montante de recursos foi considerado insuficiente e o seu fluxo sofreu descontinuidade, embora não tenha prejudicado decisivamente a execução programada.

Os principais óbices encontrados ao adequado monitoramento e registro da execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a

necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CORREDOR NORDESTE

## OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de transportes nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 663.532.374,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 506.489.435,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>R$ 28.077.517,00</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 534.566.952,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>R$ 233.500.000,00</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR NORDESTE

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

### 2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR NORDESTE

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Promover a ocupação e permanência do cidadão no interior do Nordeste é fundamental para a integração e o desenvolvimento da região.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- BR 101/Nordeste - adequação no Rio Grande do Norte de 29 km por meio da Ação Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - divisa RN/PB, atacados 46,7 km na Paraíba por meio da Ação Adequação de Trecho Rodoviário - divisa PB/RN - divisa PB/PE e 26 km em Pernambuco por meio da Ação Adequação de Trecho Rodoviário - divisa PB/PE - divisa PE/AL;

- BR 116/CE – execução da Ação Adequação de Trecho Rodoviário - Fortaleza - Pacajus - na BR-116, com 8,1 km concluídos e 1,5 km atacados no trecho;

- BR 230/PB – execução da Ação Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba, com 25,2 km de duplicação atacados e 25,2 km de restauração;

- Ação Construção do Cais 4 do Porto Interno de Suape - reiniciada obra em agosto (após três anos e meio de paralisação), com execução de 20% correspondentes à primeira etapa da obra e 65% correspondentes à segunda etapa da obra;

- Ação Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Fortaleza (CE)- obra em andamento com execução de 98,62% do previsto;

- Conclusão da Ação Melhoramentos na Infra-Estrutura Portuária do Porto de Suape.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), atualizado diariamente.

Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, do Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos, muito embora o órgão não tenha realizado os lançamentos de modo tempestivo no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A seguir é apresentado um resumo dos dados financeiros registrados no SIGPlan e dos dados físicos registrados no SIGPlan, no RAFFO, no Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos.

Das 91 ações listadas no SIGPlan, 38 não tiveram execução financeira em 2006, 47 apresentaram resultado abaixo de 40%, 12 apresentaram resultado entre 40% e 80% e 32 apresentaram resultado entre 80% e 100%, resultando em uma porcentagem média de execução financeira da ordem de 70,9%.

No que diz respeito à execução física, apresentaram resultados:

a) abaixo de 40%, 81 ações registradas no SIGPlan e 72 no RAFFO;
b) entre 40% e 80%, duas no SIGPlan e três no RAFFO;
c) entre 80% e 100%, quatro no SIGPlan e quatro no RAFFO;
d) acima de 100%, quatro no SIGPlan e 12 no RAFFO.

Resultando em um percentual médio de execução física de 22,3% no SIGPlan e 23,7% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, de um total de 70,9% de execução financeira realizada, a execução física rodoviária média atingiu 60,2% (concluído + atacado) e média geral de 23,7%. Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar e os extensivos prazos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais.

O atraso para aprovação do orçamento de 2006 também prejudicou o desempenho físico de ações, como por exemplo, as Ações Construção do Armazém Frigorífico no Porto de Fortaleza, Construção do Cais 4 do Porto Interno de Suape e Modernização dos Portos do Ceará. Embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízo decisivo da execução física programada.

Os principais óbices encontrados ao adequado registro da execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas, que representam grande parte das ações do DNIT, ou a existência de ações com muitas obras vinculadas, como no caso da Ação Dragagem e Melhoramento na Infra-Estrutura do Porto de Suape.

Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CORREDOR OESTE-NORTE

## OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas em área que abrange parte dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Mato Grosso.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 363.787.672,00 | Empenho Liquidado: | R$ 246.841.129,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 42.933,00 |
| | Total: | R$ 246.884.062,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR OESTE-NORTE

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Promover a recuperação e interiorização dos meios de transportes para a região é fator preponderante para o seu desenvolvimento econômico e social.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• BR 319/AM – na Ação de Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - divisa AM/RO - foram melhorados e recuperados 20 km entre Rio Tupãna e Igarapé Novo, 21,4 km entre Humaitá e rio Madeira e 7,2 km em segmentos pontuais;

• BR 364/RO – nas Ações Adequação de Trecho Rodoviário - Candeias do Jamari - UNIR (entre Candeias do Jamari e o acesso ao campus da Universidade Federal de Rondônia – UNIR) e Adequação de Trechos Rodoviários, foram adequados 17,3 km, e atacados mais 4,8 km;

• BR 364/MT - Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 - foram construídos 73 km, sendo 39,7 km no trecho entre Sapezal e Campos de Julho e 33,3 km entre Diamantino e Parecis.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado a partir das informações prestadas pela empresa supervisora, no caso das obras rodoviárias. Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, muito embora o órgão não tenha realizado o seu lançamento no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A execução financeira registrada no SIGPlan demonstra que dentre as 59 ações listadas, 16 não tiveram execução financeira em 2006, 21 apresentaram resultado abaixo de 40%, 20 apresentaram resultado entre 40% e 80% e 18 apresentaram resultado entre 80% e 100%, o que significa um percentual médio de execução financeira de 64,2%.

No que tange à execução física, pelos dois sistemas de registro utilizados, 55 ações no SIGPlan e 50 no RAFFO apresentaram resultados:

a) abaixo de 40%, nenhuma no SIGPlan e duas no RAFFO;
b) entre 40% e 80%, nenhuma no SIGPlan e duas no RAFFO;
c) entre 80% e 100%, nenhuma no SIGPlan e nenhuma no RAFFO
d) acima de 100%, quatro no SIGPlan e sete no RAFFO.

Resultando em um percentual geral médio de execução física realizada de 12,6% no SIGPlan e de 17,9% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, aos 64,2% de execução financeira realizada, corresponde a um avanço físico de 47,1% no modal rodoviário (concluído + atacado) e a média de 17,9% no conjunto das intervenções previstas no Programa. Uma das razões apresentadas para a baixa execução é a recorrência de pequenos valores financeiros programados, tornando inexeqüível a programação proposta, o que configura pulverização desconforme com o interesse público.

Com relação à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos dos anos anteriores, como, por exemplo, a existência de significativa quantia inscrita em restos a pagar, a expressiva quantidade de obras paralisadas de forma cautelar pelo Tribunal de Contas da União (TCU), os prazos extensivos para avaliação dos pedidos de licenças prévias e de instalação pelos órgãos ambientais, dentre outros.

Os principais óbices encontrados em relação à execução física correspondem a dificuldades na obtenção de informações, principalmente relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de tecnologia da informação, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em fase de homologação e teste um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos, o que possibilitará maior celeridade e segurança nos procedimentos atinentes à liquidação dos serviços, monitoramento e análise do desempenho das iniciativas do Programa.

No tocante ao emprego dos recursos orçamentários consignados na Lei de Meios, das 59 ações constantes no SIGPlan, 16 não apresentaram execução financeira no ano 2006. Ainda assim, 43 ações que tiveram recursos empenhados apresentaram execução financeira da seguinte forma:

a) entre 80% e 100% - Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso;
b) entre 40% e 80% - Adequação de Trecho Rodoviário - Candeias do Jamari - UNIR e Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - divisa AM/RO;
c) menos de 40% - as demais 40 ações.

De maneira geral, pode-se dizer que o mau desempenho da execução física deve-se, principalmente, à existência de significativa quantia de restos a pagar, à paralisação de obras pelo TCU, à dificuldade na aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais e à demora na conclusão das licitações devido à recorrente interposição de recursos por empresas concorrentes.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a insuficiente quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida, notadamente no quadro de engenheiros, incompleto, o que pode comprometer a eficácia na gestão das obras e serviços capilares. Os servidores envolvidos na operação e gestão do Programa também se ressentem da ausência de uma política de treinamento e capacitação nas unidades em que estão lotados.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CORREDOR SÃO FRANCISCO

## OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de transportes nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 218.034.354,00 | Empenho Liquidado: | R$ 126.459.184,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 13.301.777,00 |
| | Total: | R$ 139.760.961,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

### 2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em

discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Há necessidade de desenvolvimento da infra-estrutura de transportes para o escoamento da produção a custos menores como condição essencial para o desenvolvimento econômico e para a integração dessas regiões.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Adequação de trechos rodoviários na Rodovia BR-101 nos Estados de Sergipe e Bahia;
- Construção de contornos rodoviários no Estado da Bahia, ressaltando a obra em Feira de Santana;
- Construção de trechos rodoviários no Estado da Bahia – BR-135, BR-116, BR-235 e BR-418;
- Construção , ampliação e modernização da infra-estrutura portuária no Estado da Bahia - Portos de Aratu, Ilhéus e Salvador;
- Melhoramento do canal de navegação da hidrovia do rio São Francisco.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os dados de desempenho físico das ações em 2006 constam do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO) e dos sistemas de medição para acompanhamento do andamento das obras.

A execução física alcançou patamar 40% abaixo do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, devido à existência de problemas nos processos licitatórios, na assinatura de convênios e ao grande número de editais analisados de maneira centralizada (cerca de 1.500) e ao contingenciamento das ações não integrantes do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI).

Por outro lado, houve descontinuidade no fluxo de recursos em função da burocracia inerente aos processos para a liberação dos recursos de ações constantes do PPI. Nos demais casos, a diferença existente entre o limite para movimentação e empenho, de um lado, e o fluxo financeiro de outro, conduziu para alta inscrição de empenhos em restos a pagar.

No caso das ações que tiveram sua meta financeira atingida em 100%, essas foram integralmente empenhadas para cumprir os convênios com as Companhias das Docas e com o Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, operação realizada por meio de destaques.

Quanto à questão de execução orçamentária e financeira, desperta especial preocupação o histórico recente de elevado montante de recursos inscritos em restos a pagar, fato que pode comprometer a execução das ações não classificadas como PPI para os próximos anos.

O fator climático também tem sido empecilho para a realização de obras, tendo em vista que, constantemente, obras são interrompidas devido à ocorrência de chuvas. Com isso, tais obras apenas são retomadas após a assinatura de termo aditivo a seus contratos originais, implicando a necessidade de prorrogação do prazo contratual por período equivalente ao da paralisação.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão, com destaque para o insuficiente número de engenheiros para atender à demanda de fiscalização de obras. Também há grande carência de Programas de treinamento e capacitação de servidores, especialmente, no caso dos ingressantes.

Algumas restrições estão relacionadas ao atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e com as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência desses entes, obrigando sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a realização de processo de tomada de contas especial.

O Programa necessita ainda de melhor definição, indicadores mais adequados e de implementação de ferramentas para melhor controle e avaliação de suas ações.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CORREDOR SUDOESTE

## OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o sul do Estado de Goiás e parte da Região Sudeste.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários da malha de transportes na região.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 90.155.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 22.029.954,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 22.029.954,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR SUDOESTE

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

### 2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR SUDOESTE

**Unidade de medida:** Parecer
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição

vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**3. CUSTO MEDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR SUDOESTE**

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**4. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR SUDOESTE**

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O aumento da produção de grãos na região demanda uma perfeita integração nos diversos modais de transportes, gerando empregos, reduzindo o custo de transportes e melhorando a trafegabilidade nas rodovias.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Construção do Terminal Intermodal em Campo Grande (MS);
- Construção do Trecho Rodoviário Três Lagoas/Selvíria/MS;
- Construção de Ponte Rodoferroviária sobre o rio Paraná em Aparecida do Taboado/MS;
- Construção de trechos rodoviários na BR-158/MS;
- Realização de obras complementares da Ponte Rodoferroviária na BR-158, divisa SP/MS.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os dados de desempenho físico das ações em 2006 constam do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO) e dos sistemas de medição para acompanhamento do andamento das obras.

A execução física alcançou patamar abaixo de 40% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, devido a problemas nos processos licitatórios, na assinatura de convênios e relativos ao contingenciamento das ações não integrantes do Projeto-Piloto de Investimentos (PPI). Com isso, os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação apenas no caso das ações integrantes do PPI.

Cabe destacar que o desempenho físico foi prejudicado em face da necessidade de assinatura de convênios e do grande número de editais de concorrência para a realização de obras, as quais tiveram início ou foram concluídas somente ao final do exercício, conforme demonstram as ações que apresentam percentual de realização próximo ou igual a zero.

Quanto à questão de execução orçamentária e financeira, desperta especial preocupação o histórico recente de elevado montante de recursos inscritos em restos a pagar, fato que pode comprometer a execução das ações não classificadas como PPI para os próximos anos.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do Órgão, com destaque para o insuficiente número de engenheiros para atender à demanda dos três modais de transportes e para a fiscalização de obras. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores, especialmente no caso dos ingressantes.

Algumas restrições estão relacionadas com o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e com as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência desses entes, obrigando sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a realização de processo de tomada de contas especial.

Outro aspecto restritivo resulta do acúmulo de editais de concorrência, cerca de 1.200 em 2006, em decorrência da necessidade de centralização de todas as licitações na sede, dificultando sua realização, assim como a celebração de contratos.

Apesar das articulações empreendidas pela Presidência da República (PR), ainda persistem alguns entraves junto aos órgãos de controle do meio ambiente, implicando alguma lentidão ao processo de licenciamento ambiental.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

## OBJETIVO

Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e sudoeste do Estado de Minas Gerais.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 192.818.557,00 | Empenho Liquidado: | R$ 80.102.067,00 |
| | Pago Estatais: | R$ 8.314.993,00 |
| | Total: | R$ 88.417.060,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS SÓLIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

### 2. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE GRANÉIS LÍQUIDOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição

vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**3. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA GERAL NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO**

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento conjunto com a equipe do CEFTRU, instituição vinculada à UnB, medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Devido ao alto grau de movimentação de cargas e passageiros na região, a adequação das vias torna-se necessária, objetivando melhorar a segurança e o conforto, além de promover a redução dos custos de transporte.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Construção do rodoanel Mário Covas em São Paulo - Trecho Sul;
- Adequação de trechos rodoviários na BR-116 no Estado de São Paulo;
- Adequação de trechos rodoviários no Estado de São Paulo;
- Construção de pontes na BR-158/SP;
- Construção de ponte sobre o rio Paraná, entre Paulicéia (SP) e Brasilândia (MS), na BR-158/SP;
- Construção de trecho na BR-497;
- Entroncamento da BR-461 com a BR-364/MG;
- Obras no complexo portuário de Santos, São Paulo;
- Convém destacar que a maioria das obras foi realizada por meio de convênios, razão da apresentação do valor empenhado como realizado, entretanto, faltam alguns repasses financeiros, que são capazes de expressar mais claramente os valores incorridos e o andamento das mesmas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Não há mecanismos próprios para o monitoramento do desempenho físico das ações. Isto ocorre, em parte, devido à execução descentralizada, que traz dificuldades para a aferição das metas físicas antes da conclusão das obras, o que pode explicar o deficiente registro da execução física do Programa, situado no patamar definido de 40% a 80% da previsão da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006.

Quanto à suficiência dos recursos orçamentários executados, é possível apontar duas situações distintas: a das ações classificadas como Projeto Piloto de Investimentos (PPI), caso em que os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e a liberação de recursos ao longo do exercício teve fluxo compatível com a programação e a das ações não classificadas como PPI, caso em que os recursos orçamentários executados foram insuficientes e houve defasagem entre empenho e pagamento.

Uma importante restrição de natureza institucional, que compromete o melhor desempenho do Programa, diz respeito ao insuficiente quantitativo de recursos humanos alocados no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). Para suprir essa necessidade, aguardam convocação cerca de 700 novos servidores aprovados no último concurso público realizado.

No âmbito das restrições institucionais, cabe ressaltar que permanece a insuficiência de recursos materiais, notadamente veículos e combustíveis para o acompanhamento e a fiscalização de obras.

Quanto à questão de execução orçamentária e financeira, desperta especial preocupação o histórico recente de elevado montante de recursos inscritos em restos a pagar, da ordem de R$ 700 mil em 2005 e R$ 1 milhão em 2006, fato que pode comprometer a execução das ações não classificadas como PPI para os próximos anos.

Algumas restrições estão relacionadas com o atraso na prestação de contas dos Estados e Municípios e com as dificuldades de celebração de convênios por inadimplência desses entes, obrigando sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e a realização de processo de tomada de contas especial.

Outro aspecto restritivo resulta do acúmulo de editais de concorrência, cerca de 1.200 em 2006, em decorrência da necessidade de centralização de todas as licitações na sede, dificultando sua realização, assim como a celebração de contratos.

Apesar das articulações empreendidas pela Presidência da República (PR), ainda persistem alguns entraves junto aos órgãos de controle do meio ambiente, implicando alguma lentidão ao processo de licenciamento ambiental.

**RECOMENDAÇÕES**

- Realização de concurso público e convocação dos aprovados com o intuito de suprir as deficiências nos quadros do DNIT;

- Aperfeiçoamento dos indicadores com o intuito de melhor aferir e demonstrar os resultados alcançados;

- Realização de pesquisas e estudos capazes de demonstrar o alcance dos resultados.

# EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

## OBJETIVO

Melhorar as condições de tráfego das rodovias e ferrovias federais mediante sua concessão à iniciativa privada ou pela transferência de sua administração aos Estados.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários e concessionários das rodovias e ferrovias federais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 22.090.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 11.836.446,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 11.836.446,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| R$ 794.000.000,00 | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE CONCESSÃO DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não houve a aferição do índice tendo em vista que a gestão dos processos de concessão da malha rodoviária federal pertence a outro órgão, impossibilitando o fornecimento de informações consistentes por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

### 2. TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não houve a aferição do índice tendo em vista que a gestão dos processos de transferência da malha rodoviária federal pertence a outro órgão, impossibilitando o fornecimento de informações consistentes por parte da ANTT.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A necessidade de redução dos custos de manutenção da malha rodoviária federal e de agilização na prestação dos serviços diretos aos usuários das rodovias são fatores que induzem o Programa de descentralização dos serviços aos Estados, Municípios e à iniciativa privada.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• A Ação Fiscalização da Concessão dos Serviços de Exploração da Infra-estrutura Rodoviária teve sua meta atingida por meio da priorização da verificação da conformidade do planejamento anual das concessionárias e da realização de diversas iniciativas, dentre as quais pode-se destacar:

a) autorização, pela ANTT, da realização de várias obras como, por exemplo, o início da construção do novo trevo de Queimados (RJ), na Baixada Fluminense, km 198,5 da Via Dutra, iniciativa que contribui para impulsionar o desenvolvimento econômico da região e amplia a segurança dos moradores da comunidade circunvizinha na travessia da rodovia;
b) realização, pelas concessionárias, de investimentos privados em recuperação, conservação e manutenção da ordem de R$ 219 milhões nos 1.500 km de rodovias federais concedidas sob fiscalização da ANTT;
c) realização de 16 projetos de recuperação, reforço e alargamento em obras-de-arte especiais, implantação de quatro viadutos, seis passarelas, duas bases operacionais, duas pontes, um trevo, passagem inferior e ruas laterais nas rodovias concedidas;
d) execução, pelas concessionárias, de obras de recuperação de saias de proteção, duplicação de pistas simples, implantação de terceira pista, iluminação e reforço em proteção adicional de acordo com o Programa de Exploração da Rodovia.

• Realização de audiências públicas referentes à 2ª etapa de concessões rodoviárias, onde se prevê a licitação de mais de 2.600 km, distribuídos em sete trechos de rodovias federais nos Estados de MG, RJ, SP, PR e SC;

• A Ação Fiscalização da Concessão dos Serviços de Exploração da Infra-estrutura Ferroviária também teve sua meta atendida. As inspeções buscaram a verificação da conservação da malha, dos ativos operacionais e do cumprimento dos contratos e regulamentos pertinentes quanto à prestação do serviço, além da realização de diversas intervenções, com destaque para:

a) a regularização de situações detectadas que pudessem prejudicar a qualidade dos serviços prestados de acordo com padrões de segurança e de eficiência;
b) verificação das condições de conformidade dos aspectos legais, contratuais e econômico-financeiros visando a controlar o desempenho econômico e financeiro, conforme estabelecido em contrato, assim como o acompanhamento do Plano Trienal de Investimentos;

c) continuidade às autorizações e ao acompanhamento dos procedimentos relativos à prestação não regular e eventual de serviços de transporte ferroviário de passageiros com finalidade turística, histórico-cultural e comemorativa por meio do compartilhamento da infra-estrutura de transporte ferroviário de passageiros, de modo a estimular o desenvolvimento de atividades de turismo, a preservação da memória das ferrovias e a perpetuação de elemento importante da cultura nacional;
d) realização de estudos, apesar dos limites orçamentários impostos, atingindo bom desempenho.

• Na Ação Concessão e Regulação de Rodovias Federais houve a continuidade dos estudos sobre o banco de informações técnicas de transportes terrestres, da análise da exploração da faixa de domínio, e dos estudos e da análise dos impactos sócio-econômicos na Ponte Rio-Niterói;

• Realização dos estudos necessários à licitação da 2ª etapa de concessões, bem como a promoção de correções e a incorporação de parâmetros para melhorar o desempenho na gestão dos contratos;

• Início da elaboração do termo de referência para a contratação de empresa responsável pela realização dos estudos de tráfego e de viabilidade econômica de trechos rodoviários a serem contemplados na 3ª etapa de concessões rodoviárias;

• O desempenho da Ação Concessão e Regulação de Ferrovias Federais também alcançou bom nível de desempenho, especialmente por meio das seguintes realizações:

a) continuidade aos estudos de aprimoramento do marco regulatório do transporte ferroviário e da especificação e implantação dos sistemas de acompanhamento e fiscalização ferroviária;
b) análise dos estudos de viabilidade econômico-financeira do projeto de expansão da Ferrovia Norte-Sul, elaborados pela Corporação Andina de Fomento;
c) análise documental sobre projeto da ferrovia Transnordestina.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Há um sistema de acompanhamento de metas e atividades relacionadas às superintendências, no qual são cadastradas as informações bimestrais referentes às atividades classificadas em finalísticas, administrativas, empresariais, mercadológicas e tecnológicas.

Por intermédio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), é realizado o acompanhamento mensal das metas previstas para o ano, buscando-se assegurar o preenchimento por parte dos coordenadores de ação a fim de atender ao princípio da publicidade e transparência na gestão pública.

Também são desenvolvidos relatórios regulares de monitoramento, como ferramenta adicional de gestão, para que cada gestor possa prestar contas e avaliar o desempenho da Agência na prestação de suas obrigações legais.

A execução física situou-se no patamar de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, enquanto o cumprimento das metas físicas foi eficiente visto que conseguiu atingir níveis satisfatórios de desempenho, mesmo com o contingenciamento no orçamento.

As ações de fiscalização tiveram suas metas cumpridas, mas foram prejudicadas pela impossibilidade de desenvolvimento de novos projetos, tornando impositiva a permanência das intervenções anteriores.

Ressalve-se que as iniciativas de estudos não obtiveram pleno desempenho devido à limitação orçamentária imposta aos órgãos e unidades jurisdicionadas da administração pública. Diante disso, houve a priorização da continuidade das iniciativas de fiscalização dos serviços e da infra-estrutura de transportes terrestres, impossibilitando o alcance de todas as metas fixadas para o Programa.

O contingenciamento do orçamento da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) também afetou a programação técnico-operacional das ações finalísticas, devido à impossibilidade de desenvolvimento de novos projetos. Contudo, as ações de estudo foram as mais prejudicadas, diante da impossibilidade de cumprimento das metas e da inexistência de condições para o início da realização de alguns dos novos estudos previstos.

A dotação disponível para execução orçamentária e financeira no exercício de 2006 foi insuficiente em relação aos parâmetros planejados e esperados pela Agência. Apesar do alcance das metas de fiscalização, impediu-se a realização de resultados mais expressivos, bem como a maior evolução dos estudos. Ademais, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, prejudicando a execução física programada.

No exercício de 2006, o atraso na liberação de recursos financeiros impediu que convênios de cooperação, bem como alguns contratos necessários ao apoio da realização das atividades fossem efetivados, diante da necessidade de trâmites demorados para que sejam acordados. Dessa forma, o alcance das metas foi comprometido, impedindo o cumprimento do planejamento realizado.

A aprovação da Lei Orçamentária somente em março de 2006 implicou a limitação legal de execução de despesas mensais a 1/12 do orçamento previsto, além da ocorrência, em alguns casos, de contingenciamentos de mais de 35% da dotação prevista. Com isso, as iniciativas planejadas pela Agência também foram afetadas pela falta de tempo hábil para a realização de novas contratações.

A Agência encontra-se em processo de reestruturação para alcançar o cumprimento de suas metas com maior eficiência e rapidez. Nesse sentido, vem realizando um processo de desconcentração de atividades por meio da criação de unidades regionais e postos de fiscalização e atendimento em várias cidades do País, de forma a tornar-se mais próxima e acessível ao público beneficiário de seus programas. A implementação da infra-estrutura

adequada ao alcance das metas também foi prejudicada pelas restrições orçamentárias já mencionadas.

O processo de preenchimento do quadro de servidores efetivos da Agência, ainda que parcial, somente teve início a partir de 2005. Entretanto, além da adequação da infra-estrutura da unidade central e de suas regionais, é necessário que se complete o quadro de efetivos, processo este também prejudicado pela ocorrência de contingenciamentos.

É necessária a revisão da regionalização da Ação Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Estrutura Rodoviária, demanda já sinalizada em anos anteriores, nas avaliações do PPA realizadas via SIGPlan. A ANTT possui entendimento, materializado em seus Programas de trabalho de fiscalização, acerca da necessidade de adoção de regionalização em nível nacional, como forma de viabilizar a melhor avaliação do seu desempenho físico e financeiro.

Uma vez que as Ações Concessão e Regulação de Ferrovias Federais e Concessão e Regulação de Rodovias Federais voltam-se, respectivamente, à consecução de estudos relativos a aspectos regulatórios das concessões ferroviárias e rodoviárias, entende-se que a titulação mais adequada para tais ações seria, respectivamente: Estudos para a Regulação da Concessão de Ferrovias Federais e Estudos para a Regulação da Concessão de Rodovias Federais.

Quanto à Ação Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura Rodoviária, mantém-se necessária a unificação dos subtítulos sob um único título, sob pena de se prejudicar a avaliação do cumprimento das metas físicas em relação à eficiência da utilização dos recursos orçamentários. Isso é decorrente da aplicação dos recursos por subtítulo de fiscalização das concessões rodoviárias mostrarem-se de difícil execução.

No caso da ação direta, haveria necessidade de adoção de critérios complexos de apropriação de horas trabalhadas, enquanto, no caso de ação indireta, seria necessária a adoção de método de rateio da despesa realizada em função do peso relativo da atividade em cada concessionária beneficiária ou envolvida. Na medida em que se amplia o número de trechos e se consolida a atuação da ANTT, torna-se mais relevante a unificação dos subtítulos. Atualmente, há oito trechos concedidos a seis concessionárias.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A ANTT disponibiliza aos cidadãos-usuários diversas opções para contato, que incluem telefone, mensagem eletrônica pela Internet, atendimento pessoal, carta e fax. Independentemente do meio utilizado, todas as manifestações são registradas no banco de dados da Ouvidoria, recebem um número de protocolo e são encaminhadas para resolução. Tal procedimento garante a padronização e formalização de todos os atendimentos, possibilita que outros setores da Agência sejam cientificados e consultados, de forma sistemática, sobre os casos recebidos, proporcionando maior confiabilidade dos resultados que subsidiam a elaboração de relatórios gerenciais.

Por meio de audiências públicas, a Agência procura dar maior transparência e credibilidade às novas normas que estão sendo estabelecidas, na medida em que permite a participação dos usuários e das empresas do setor para buscar melhores soluções aos problemas. O recebimento de contribuições que apóiam o processo decisório é feito por meio de consultas públicas, que geram sugestões colhidas nas audiências e nos atendimentos da Ouvidoria.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL

## OBJETIVO

Renovar e expandir a frota brasileira, mediante financiamento de embarcações construídas no País, para o transporte matítimo internacional e nacional, de passageiros e carga de navegação interior, de apoio marítimo e portuário e na atividade pesqueira.

## PÚBLICO-ALVO

Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.653.077.150,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.032.316.350,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.032.316.350,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

O programa não foi avaliado.

# INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

## OBJETIVO

Desenvolver a infra-estrutura de transportes, promovendo, entre outras ações, a construção, a ampliação, a recuperação e a modernização da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 176.645.850,00 | Empenho Liquidado: | R$ 138.063.358,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 138.063.358,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

Indicador em processo de definição.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa foi criado para sanar a necessidade da implantação de ações que modernizem e otimizem a intermodalidade do sistema de transportes, de forma a reduzir o alto custo do transporte de cargas e dinamizar o fluxo de passageiros entre as regiões brasileiras, colaborando ainda para a integração regional sul-americana.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- BR-040/MG, restaurados 4,4 km do entroncamento MG/452 – Santos Dumont;
- BR-226/CE, pavimentados 7,3 km entre Pedra Branca e Cruzeta;
- BR 365/MG, adequados 4,5 km entre Uberlândia e o acesso a Monte Alegre;
- BR-153/GO, adequados 3,3 km, atacados 4 km na Travessia Urbana de Anápolis.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em relação a mecanismos de monitoramento, há visitas *in loco*, sistemas informatizados e relatórios de gestão.

Os recursos orçamentários foram insuficientes. Além disso, o fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. A execução financeira das 22 ações listadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) ocorreu conforme descrito a seguir:

a) uma não teve execução financeira em 2006;
b) oito apresentaram resultado entre 80% e 100%;
c) nove apresentaram resultado entre 40% e 80%;
d) quatro apresentaram resultado abaixo de 40%.

Tais fatos significaram uma porcentagem média financeira realizada de 69,6%.

As execuções físicas constam do SIGPlan, do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO) e do Relatório de Desempenho - Agenda Portos e Projeto-Piloto de Investimentos (PPI). A execução física ocorreu da seguinte forma:

a) acima de 100%, duas ações no SIGPlan e uma no RAFFO;
b) entre 80% e 100%, nenhuma no SIGPlan e nenhuma no RAFFO;
c) entre 40% e 80%, nenhuma no SIGPlan e uma no RAFFO;
d) abaixo de 40%, 20 em ambos os sistemas.

Como resultado tem-se uma porcentagem geral média física realizada de 14,4% no SIGPlan e 16% no RAFFO.

Deve-se mencionar que, em um total de 69,6% de execução financeira, a execução física rodoviária média atingiu 22,5% (concluído + atacado). Uma das razões para essa baixa execução são os pequenos valores financeiros programados, inviabilizando a execução das ações propostas.

O cumprimento das metas físicas em relação ao previsto na LOA ficou prejudicado devido, entre outros fatores, à existência de significativa quantia de restos a pagar e pelo atraso na aprovação do orçamento. Cabe citar que há dificuldades de obter informações com relação à execução física, principalmente, relacionadas às obras conveniadas. Adicionalmente, os entraves na obtenção das informações estão relacionados ao rompimento dos contratos terceirizados da área de informática, tendo havido necessidade de adaptação durante um período relativamente longo. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um programa para a coleta de dados vinculados às medições dos contratos, entre outros.

A quantidade insuficiente de recursos materiais nas equipes gerencial e executora tem prejudicado o andamento do Programa. Em 2006, houve melhorias nos recursos materiais no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), em especial na sede. No entanto, ainda há insuficiência de recursos como veículos, materiais e equipamentos de informática, entre outros.

Há uma quantidade inadequada de recursos humanos no órgão; ainda que tenha havido o concurso público em 2006, as necessidades não foram totalmente supridas.

Insuficiente qualificação e quantidade inadequada dos recursos humanos das equipes executoras. Falta de programas de treinamento e pequena quantidade de pessoal permanente do órgão; mesmo com concurso público, em 2006, a necessidade do órgão não foi totalmente suprida.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa promove mecanismos que promovam a participação social, como Ouvidoria, audiência e consultas públicas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

## OBJETIVO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários das rodovias federais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.437.176.677,00 | Empenho Liquidado: | R$ 2.087.291.122,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 2.087.291.122,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE RODOVIAS COM BOAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 62
**Índice previsto ao final do PPA:** 70

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Na composição do índice apurado em 2006, foram consideradas as rodovias em condições boas (31%) e regulares (31%). Convém destacar que essa performance deve-se ao Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (PETSE).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Manter a malha rodoviária em bom estado de trafegabilidade, promovendo maior segurança, conforto e economia aos usuários.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- BR-020: foram recuperados 338,2 km, sendo 29,2 km de restauração no Ceará, entre a divisa PI/CE e Fortaleza; 241,3 km (dos quais 12,1 km de restauração) na Bahia, entre a divisa GO/BA, entroncamento da BR-242 e 67,7 km de restauração no Distrito Federal;

- BR-040: foram recuperados 63,6 km (sendo 50,7 km de restauração) e estavam atacados 48,8 km, entre a divisa GO/MG e Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais;

- BR-116: foram restaurados 612,9 km entre o entroncamento da BA-306 (para Chorroxo) e a divisa BA/MG, no Estado da Bahia;

- BR-116/MG: foram restaurados 107,6 km e estavam atacados 39,9 km, entre a divisa BA/MG e a divisa MG/RJ;

- BR-116/PB: foram recuperados 153,5 km, entre a divisa CE/PB e a divisa PB/SE;

- BR-116/PR: foram restaurados 16 km e estavam atacados 3,1 km, entre a divisa SP/PR e a divisa PR/SC;

- BR-153/GO: foram restaurados 129,3 km e estavam atacados 15,7 km, entre a divisa TO/GO e a divisa GO/MG;

- BR-153/MG: foram restaurados 14 km e estavam atacados 8,5 km, entre a divisa GO/MG e a divisa MG/SP;

- BR-153/PR: foram restaurados 21,6 km, entre a divisa SP/PR e o entroncamento com a BR-272 (para Japira);

- BR-153/RS: foram recuperados 203,4 km (sendo 198,4 km de restauração) e estavam atacados 20,0 km, entre a divisa SC/RS e Aceguá;

- BR-153/TO: foram restaurados 183,2 km, entre a divisa PA/TO e a divisa TO/GO;

- BR-158/GO: foram restaurados 133,1 km, entre a divisa MT/GO e entroncamento com a BR - 060(A);

- BR-158/RS: foram recuperados 408,4 km (sendo 392,4 Km de restauração) e estavam atacados 111,1 km no trecho da divisa SC/RS e a Fronteira Brasil-Uruguai;

- BR-158/SC: foram restaurados 49,7 km, entre entroncamento da BR 282 e a divisa SC/RS;

- BR-163/MS: foram recuperados 263,4 km (sendo 138 km de restauração), entre a divisa PR/MS e a divisa MS/MT;

- BR-163/MT: foram restaurados 67 km e estavam atacados 36,9 km, entre a divisa MS/MT e Santa Helena;

- BR 163/SC: foram restaurados 11,8 km, entre São Miguel do Oeste e a divisa SC/PR;

- BR-174/364/MT: foram restaurados 38,2 km e estavam atacados 5,0 km, entre a divisa GO/MT e a divisa MT/RO;

- BR-222/PI: foram recuperados 76 km (sendo 15 km de restauração), entre a divisa CE/PI e Piripiri;

- BR-226/TO: foram restaurados 71,5 km, entre a divisa MA/TO e Wanderlândia;

• BR-242/BA: foram recuperados 478,6 km (sendo 270,7 km de restauração), no trecho situado entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BA-460;

• BR-251/MG: foram recuperados 32 km (sendo 28 km de restauração), no trecho do entroncamento da BR-116 ao entroncamento da BR-365;

• BR-262/MG: foram restaurados 132,6 km e estavam atacados 60,7 km, no trecho entre a divisa ES/MG e a divisa MG/SP;

• BR-262/MS: foram recuperados 63,3 km (sendo 60,2 km de restauração), no trecho entre a divisa SP/MS e Corumbá;

• BR-280/SC: foram restaurados 64,1 km, no trecho entre Porto de São Francisco do Sul e Canoinhas;

• BR-343/PI: foram restaurados 112,3 km e estavam atacados 2,1 km, no trecho entre Piripiri e Teresina;

• BR 343/GO: foram restaurados 79,9 km e estavam atacados 63 km, no trecho entre a divisa MG/GO e a divisa GO/MG;

• BR 365/MG: foram restaurados 269,2 km, no trecho entre Montes Claros e a divisa MG/GO;

• BR 316/PI: foram restaurados 39,2 km, no trecho entre Valença do Piauí e a divisa PI/PE.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do desempenho físico é realizado por meio de visitas aleatórias de técnicos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) durante o exercício e, ainda, por intermédio do Relatório de Acompanhamento Físico Financeiro das Obras (RAFFO), que é atualizado diariamente.

Os dados definitivos referentes ao desempenho físico das ações em 2006 constam do RAFFO, muito embora o órgão não tenha realizado os lançamentos de maneira tempestiva no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

A respeito do nível de execução financeira, das 147 ações listadas no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), em 15 ações não houve registro de execução, 19 apresentaram resultado abaixo de 40%, 25 apresentaram resultado entre 40% e 80% e 103 apresentaram resultado entre 80% e 100%, importando na realização de um percentual médio de execução financeira de 85,4%.

Em face dos dados financeiros apresentados, foi observada uma execução física:

a) abaixo de 40%, em 121 ações, segundo dados do SIGPlan, e em 105 ações, segundo dados do RAFFO;
b) entre 40% e 80% , não houve registro no SIGPlan, e dois registros no RAFFO;

c) entre 80% e 100%, houve um registro no SIGPlan e cinco no RAFFO;
d) acima de 100%, foram registradas: 25 no SIGPlan e 35 no RAFFO.

Com isso, no que se refere à extensão da manutenção realizada, alcançou-se um percentual médio de desempenho físico de 33,5%, segundo os registros do SIGPlan, e de 68,3%, conforme registros do RAFFO. Quanto à sinalização realizada, atingiu-se um percentual médio de execução física de 78,8% segundo dados do RAFFO.

Em face das condições precárias de conservação em que se encontravam aproximadamente 25 mil km de pistas de rolamento de rodovias federais, o que colocava em risco a segurança e a vida dos usuários, ampliava o tempo de viagem e onerava os custos do transporte de bens e pessoas, influenciando negativamente o desenvolvimento do País, foi implantado e executado, no período de janeiro a novembro de 2006, o PETSE. Com isso, foi possível melhorar as condições de segurança e conforto em 23.330 km de rodovias em 22 Estados e no Distrito Federal.

No esforço de reabilitação das rodovias federais, foram implementadas diversas iniciativas específicas, visando à otimização dos investimentos. Parte dessas iniciativas foi materializada por meio da contratação de 46.296 km de conservação. No Programa de Recuperação, por exemplo, foram restaurados 3.416,8 km e recuperados 971,9 km, mediante a contratação da extensão total de 10.865,7 km, enquanto, no Programa Contrato de Restauração e Manutenção (CREMA) foram restaurados 585,9 km e recuperados 266,2 km, com extensão total contratada de 4.668,8 km.

Quanto à execução orçamentária das ações do Programa, os principais entraves permanecem semelhantes aos anos anteriores como, por exemplo, a existência de significativa quantia de restos a pagar e a ocorrência de prazos extensivos para aprovação das licenças prévias e de instalação concedidas pelos órgãos ambientais. O atraso na aprovação do orçamento de 2006 também prejudicou o desempenho físico de algumas ações. Por outro lado, embora o fluxo de recursos tenha sofrido descontinuidade, não houve prejuízo decisivo sobre a execução física programada.

Com relação ao desempenho da execução física, os principais óbices encontrados correspondem às dificuldades de obtenção de informações, principalmente no que concerne às obras conveniadas (grande parte das ações sob responsabilidade do DNIT) e à existência de ações com muitas obras vinculadas. Adicionalmente, houve o efeito decorrente da rescisão dos contratos terceirizados de desenvolvimento na área de informática, implicando a necessidade de um período relativamente longo para a adaptação do novo prestador, o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um *software* para coleta de dados vinculados às medições dos contratos e da análise do desempenho das iniciativas do Programa.

Uma limitação institucional importante está relacionada com a pequena quantidade de pessoal permanente do órgão. Apesar da realização de concurso público em 2006, a

necessidade do órgão não foi totalmente suprida. Também há grande carência de programas de treinamento e capacitação de servidores.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS

## OBJETIVO

Manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários das vias navegáveis interiores e armadores.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 31.288.000,00 | Empenho Liquidado: | R$ 27.372.586,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 27.372.586,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE MANUTENÇÃO DE HIDROVIAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Devido à indefinição da metodologia de cálculo e de metas para o Programa no âmbito do PPA, além da falta de harmonia entre as administrações de hidrovias na implementação do Programa, não há como apurar a taxa.

As fórmulas das taxas estão sendo definidas junto às administrações de hidrovias, utilizando-se dos indicadores apresentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Acórdão nº 351/2006.

### 2. TAXA DE NAVEGAÇÃO EFETIVA NAS HIDROVIAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
Devido à indefinição da metodologia de cálculo e de metas para o Programa no

âmbito do PPA, além da falta de harmonia entre as administrações de hidrovias na implementação do Programa, não há como apurar a taxa.

As fórmulas das taxas estão sendo definidas junto às administrações de hidrovias, utilizando-se dos indicadores apresentados pelo TCU no Acórdão nº 351/2006.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Para garantir a implantação de um sistema integrado dos modais de transportes, o Ministério dos Transportes (MT), no âmbito de suas atribuições, deve manter as características físicas e operacionais das vias navegáveis interiores, como forma de propiciar o desenvolvimento das regiões abrangidas pelas hidrovias.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Os principais resultados alcançados pelo programa foram materializados por meio da realização de dragagens, balizamentos, sinalizações, monitoramentos ambientais, paliteiros, espigões e novos estudos de expansão das hidrovias navegáveis;

- A atual dependência do Programa de repasses financeiros realizados por parte das Companhias Docas, implicando a possibilidade de ressarcimento de valores em futuro indeterminado, representa uma restrição institucional que prejudica a sua execução e seu desenvolvimento. Dessa forma, há problemas de disponibilidade de recursos em algumas Companhias Docas, a exemplo da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), implicando a não realização integral do montante de repasses referentes ao Orçamento de 2006, impedindo o ressarcimento das despesas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Atualmente, não há captação sistemática de informações relativas ao desempenho do Programa, devido às características das hidrovias, uma vez que as intervenções são condicionadas a fatores externos para que se alcance o avanço físico desejado. Isso significa que a manutenção de hidrovias é dependente de fenômenos da natureza, como, por exemplo, no caso da realização de dragagens ou de destocamentos.

Outro problema enfrentado pelo Programa Manutenção de Hidrovias decorre do direcionamento médio de 30% de seu orçamento para os pagamentos de pessoal realizados por meio dos convênios.

Durante o exercício de 2006, a execução física do Programa atingiu o patamar situado entre 40% e 80% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006. Entretanto, houve uma importante restrição relacionada ao fluxo de recursos, decorrente do atual modelo de execução do Programa, no qual o ressarcimento das despesas realizadas depende da conclusão da execução das atividades e do encaminhamento da prestação de contas para que, somente então, haja a efetivação dos pagamentos ou a execução dos empenhos correspondentes.

Embora os recursos tenham sido liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, houve prejuízo à execução do Programa, tal como o comprometimento do limite financeiro para o exercício seguinte, em razão da inscrição em restos a pagar ocasionada pelo sistema de ressarcimento, que difere da operação de antecipação de despesas.

Há insuficiência de recursos para a realização de manutenções em dragas e para a realização de estudos para o desenvolvimento de novos trechos navegáveis e a infra-estrutura de execução disponível também é insuficiente, necessitando de maiores investimentos e medidas de racionalização, tal como a implantação de unidades menores e mais próximas aos locais de atividade.

As equipes gerenciais são penalizadas com a insuficiência de pessoal (engenheiros e técnicos especializados), de equipamentos mais modernos para fiscalização, além da indisponibilidade de cursos de aperfeiçoamento, diante do elevado grau de especificidades da área.

As equipes executoras, por sua vez, também sofrem com a ausência de cursos de aperfeiçoamento, com a necessidade de aquisição de equipamentos mais modernos para navegação e com a utilização de equipamentos sucateados que demandam recuperação ou, em alguns casos, imediata substituição. Neste caso, embora não haja suficiência de pessoal, ao menos existe a perspectiva de convocação de pessoal concursado.

Outra fonte de preocupação são os atrasos decorrentes da lentidão no processo de licenciamento ambiental, obrigando que se recorra ao Judiciário para a solução dos litígios.

Do ponto de vista da concepção do Programa, emerge a necessidade de revisão do atual modelo institucional utilizado no sentido de promover ampla redefinição de atribuições e competências, possivelmente por meio da incorporação das administrações de hidrovias ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Encontra-se em estudo a implementação de instrumentos de participação social e avaliação da satisfação dos beneficiários dos serviços prestados, visando, inclusive, ao atendimento do Acórdão nº 351/2006-TCU.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# NAVEGAÇÃO INTERIOR

## OBJETIVO

Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco.

## PÚBLICO-ALVO

Armadores e usuários das hidrovias.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 8.014.822,00 | Empenho Liquidado: | R$ 5.524.119,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 5.524.119,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. CUSTO MÉDIO DE TRANSPORTE DE CARGA NO RIO SÃO FRANCISCO

**Unidade de medida:** R$/t x km
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

O Programa se resume à concessão de subsídios à Companhia de Navegação do São Francisco (Franave) e à obrigação da União em proporcionar travessias no lago da barragem de Três Marias. Como há outros armadores atuando no rio São Francisco, além da Franave, e que não são abrangidos pelas ações deste Programa, o indicador escolhido é pouco apropriado para mensurar o resultado do Programa. O indicador só faria sentido se os custos considerados fossem os custos da estrutura de fretes da Franave contemplassem as grandezas 'unidade de massa transportada' e 'unidade de distância percorrida', para que fossem significativos e passíveis de apuração efetiva. Convém esclarecer que o plano de gerenciamento do programa previa a análise da estrutura de custos de fretes da Franave, por intermédio de relatórios bimestrais, evitando que os subsídios existentes se transformassem em *dumping*, para que a salutar concorrência entre as diversas modalidades de transporte de superfície pudesse existir, assegurada a navegação de outras empresas.

O Programa envolve transportes hidroviários longitudinais e transversais, assim como de cargas e de passageiros. Os transportes longitudinais variam em quantidade e percurso, enquanto os de travessia, apenas em quantidade. Há um conflito em torno desse

indicador e em relação às ações por ele tuteladas. Enquanto as ações alusivas ao transporte longitudinal são de fomento, as concernentes ao transporte transversal têm características sociais. O indicador espelha apenas parte do Programa (transporte longitudinal de cargas) e sobre ele não se tem, ainda, bases de referência, passadas ou futuras. O Programa, dada sua inconsistência, foi excluído na proposta do PPA 2008-2011. A Franave, responsável por 80% das ações do Programa e pelo indicador em tela, entrou em processo de liquidação, nos termos do Decreto nº 6.020, de 22 de janeiro de 2007.

**2. CARGA TRANSPORTADA NO RIO SÃO FRANCISCO**

**Unidade de medida:** t/mês
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Conforme mencionado, o indicador não é representativo por não considerar as distâncias percorridas. O Programa foi extinto em 2007 devido à sua inconsistência e a Franave, responsável por 80% das ações e pelo indicador, entrou em processo de liquidação nos termos do Decreto nº 6.020, de 22 de janeiro de 2007. Ao se manter o indicador para o acompanhamento de outras iniciativas, há que se explicitar que se trata de tonelada por mês, média anual.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Atender e fomentar a movimentação de carga no rio São Francisco e assegurar a circulação de cargas e passageiros nas cinco travessias mantidas pelo setor público para acesso ao Município de Morada Nova (MG), cujas vias de acesso foram interrompidas devido ao enchimento do reservatório da barragem de Três Marias.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- A principal ação do Programa é a que alude ao transporte de pessoas, seus pertences e veículos na travessia do lago da barragem de Três Marias, em Minas Gerais, em face de sua impossibilidade de interrupção. Com a proposta de extinção do Programa Navegação Interior, suas ações migraram para o Programa Corredor São Francisco;

- A Ação de Gestão e Administração do Programa possuía o maior valor monetário alocado, sendo utilizada para o cumprimento do subsídio de custeio da Franave, diferenciando-se das usuais ações Gestão e Administração dos Programas (GAP);

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Em relação ao monitoramento do Programa, algumas reuniões de trabalho aconteceram, buscando assegurar o cumprimento do Plano de Gerenciamento do Programa. Contudo, a elaboração dos relatórios bimestrais, conforme previsto no Plano

de Gerenciamento do Programa, só foi cumprida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

O Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) foi utilizado para a realização de consultas com freqüência mínima trimestral. A execução física média das ações do Programa ficou situada em um patamar 40% abaixo do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006.

A Franave não informou o cumprimento das metas físicas das ações Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados e Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados, nem enviou os relatórios previstos no plano de gerenciamento do Programa, apesar de seus servidores terem sido beneficiados.

A meta física relacionada à Ação Operação das Linhas de Navegação do rio São Francisco, no item carga transportada, é pouco adequada por não considerar em sua fórmula de cálculo a variável - distância percorrida.

A meta física estipulada para a Ação Operação das Linhas de Navegação no lago de Três Marias também é pouco representativa, uma vez que o dispêndio de recursos para se transportar um ou mais veículos, dentro do limite de capacidade da embarcação, pode ser considerado um custo fixo por travessia realizada. A suplantação dessa meta física, como verificado, não significa necessariamente bom desempenho, podendo ser resultante de sua inadequação qualitativa. Ainda com relação à mesma ação, sua meta deveria contemplar a satisfação dos usuários, ou seja, algo como o número de travessias ofertado ou a freqüência diária das travessias.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, tendo em vista que não houve qualquer comunicado à gerência do Programa nesse sentido.

A gerência entende que o Programa possui sérias deficiências de concepção, devido à existência de ações dissociadas de seus objetivos, indicadores e metas físicas não representativas, público-alvo mal caracterizado, além de classificação inadequada como programa finalístico. Portanto, não é possível realizar o dimensionamento dos recursos materiais e da infra-estrutura necessários ao seu gerenciamento e à sua execução. Ademais, as ações do Programa não se correlacionam com as atribuições da Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes (SFAT), do Ministério dos Transportes (MT).

A concessão de subsídio ao serviço de travessia do lago da barragem de Três Marias, teve um desempenho classificado como médio, tendo em vista que a satisfação dos usuários não foi verificada. A Codevasf implementa as travessias sob sua responsabilidade por intermédio de convênios, mas a gerência desconhece o nível de satisfação dos usuários do serviço e mesmo a opinião do responsável pela regulação das travessias (Estado de Minas Gerais). Dessa forma, os recursos financeiros foram suficientes apenas para o cumprimento

da meta física e os relatórios de monitoramento, previstos no plano gerencial do Programa, só começaram a ser entregues em maio de 2006.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

## OBJETIVO

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte na navegação interior, de cabotagem e de longo curso.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de transporte aquaviário de carga e de passageiros.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 49.766.798,00 | Empenho Liquidado: | R$ 34.117.367,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 34.117.367,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE CARGA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não foi apurado índice para o Programa no exercício de 2006. Encontram-se em fase de discussão e desenvolvimento em conjunto com a equipe do Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU), instituição vinculada à Universidade de Brasília (UnB), medidas e mecanismos necessários ao aperfeiçoamento e à apuração do índice.

Nesse sentido, também estão sendo desenvolvidos estudos, mediante a contratação de empresas especializadas, objetivando a avaliação da capacidade de movimentação de cargas nos portos e terminais a fim de dimensionar a demanda de mercado nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Também estão sendo desenvolvidos estudos sobre as Diretrizes para a Promoção e Defesa da Concorrência no Subsetor Portuário. Os resultados desses estudos possibilitarão ao executor do Programa uma avaliação quanto ao atendimento das demandas atuais e futuras e, somente então, haverá condições para a definição de indicadores adequados, que permitem a aferição de seus índices.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Necessidade de completar a reestruturação institucional dos subsetores portuário e hidroviário, propiciando a melhoria das condições de competição da construção naval no mercado.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Contribuição para o aumento de 7,4% na movimentação de unidades de contêineres passando de 3,6 milhões de unidades em 2005 para 3,7 milhões de unidades, em 2006;

- Contribuição para um aumento de 5% na movimentação geral de cargas (granéis sólidos, líquidos e carga geral), cuja movimentação em toneladas passou de 649,4 milhões em 2005 para 682 milhões, em 2006;

- Realização de 170 procedimentos de inspeção/fiscalização, com o objetivo inclusive de apurar denúncias ou indícios de práticas comerciais irregulares ou violação de dispositivos legais e regulamentares;

- Implementação do Sistema de Desempenho Operacional, com a integração ao sistema de todas as administrações portuárias;

- Aperfeiçoamento do marco regulatório do setor, com a edição ou alteração de normas visando à obtenção de ganhos de eficiência para o sistema por meio de estímulo à competição e à ampliação da oferta de serviços;

- Edição de 56 instrumentos de outorgas destinados a empresas de navegação e terminais de uso privativo.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Para o monitoramento do desempenho físico das ações, são utilizadas reuniões de trabalho, visitas *in loco*, sistemas informatizados próprios, o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e os relatórios de gestão demandados pelos órgãos de controle.

Nas reuniões de trabalho, os gerentes reúnem-se mensalmente com os coordenadores de ação, de modo a assegurar que todas as informações estatísticas relativas ao desempenho físico das ações produzidas pela entidade executora guardem coerência e unicidade com aquelas encaminhadas para a composição do Balanço Geral da União (BGU), da Mensagem Presidencial e outras, solicitadas por autoridades governamentais.

As visitas *in loco* são realizadas pelas unidades que desenvolvem as atividades finalísticas do Programa, viabilizando a produção de informações utilizadas pelos coordenadores de ação para alimentação do SIGPlan. Neste caso, ainda se verificam algumas dificuldades relacionadas à escassez de recursos financeiros para se firmar convênios de cooperação com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, uma

vez que o quadro efetivo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) ainda é insuficiente para o desenvolvimento adequado de todas as atividades de fiscalização na área de abrangência do Programa.

Ainda como instrumento de apoio à execução do Programa, foram desenvolvidos sistemas de informação (*softwares*) voltados ao atendimento de demandas das áreas técnicas e administrativas da entidade executora. Dentre estes, destacam-se:

a) o sistema corporativo, que compreende informações comuns às áreas de portos e navegação;
b) os procedimentos para outorga às empresas de navegação marítima, de apoio, interior e terminais de uso privativo;
c) o Sistema de Desempenho Portuário (SDP), que integra informações das 21 Autoridades Portuárias, 34 portos públicos e está sendo ampliado para integrar, no decorrer do exercício de 2007, os 128 terminais de uso privativo.

A respeito do desenvolvimento de sistemas de informação, cabe destacar as dificuldades relacionadas à escassez de recursos financeiros destinados a investimentos em equipamentos e material permanente, o que tem provocado uma taxa de desenvolvimento e manutenção de sistemas inferior à necessidade.

Encontra-se em processo de elaboração um instrumento administrativo (Instrução Normativa) visando à sistematização de procedimentos internos no sentido de se assegurar a prestação de informações em tempo hábil para alimentação do SIGPlan.

A ANTAQ, entidade executora do Programa, produz Relatório de Gestão estruturado, em conformidade com as orientações da Secretaria Federal de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União, onde são apresentadas, de forma sintética, as principais ações desenvolvidas.

Com uma execução física situada no patamar de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006, as ações finalísticas que compõem o Programa atingiram um resultado acima da meta programada, não obstante as dificuldades enfrentadas pelo agente executor, a ANTAQ que, durante o exercício de 2006, vivenciou uma situação completamente atípica, dada a ausência total de diretores ao longo de quase metade do exercício. Tal situação acarretou o impedimento de deliberações por falta de quorum legal, afetando, principalmente, a ação finalística à qual estão vinculadas as concessões de outorgas.

As metas físicas de maior importância foram em sua maioria alcançadas, concretizando um resultado médio situado no patamar de 80% a 100% da previsão constante da LOA, havendo ainda casos de execução superior a 100%. A exceção é feita apenas em ações de apoio administrativo, tais como Capacitação de Servidores, Assistência Médica e Odontológica e Auxílio Transporte.

Os recursos orçamentários foram insuficientes para a realização de despesas de capital (equipamentos e material permanente), impossibilitando a conclusão do processo de reaparelhamento da ANTAQ, tanto em sua sede, quanto em suas unidades administrativas regionais. Do total de recursos aprovados (LOA + Créditos), foram liberados pelo órgão setorial apenas R$ 36,1 milhões, sendo R$ 20,4 milhões destinados a Pessoal e Encargos Sociais, R$ 14,3 milhões a Outras Despesas Correntes e R$ 1,4 milhão a Despesa de Capital (Investimentos). Apesar da restrição mencionada, os recursos foram liberados ao longo do exercício em tempo hábil, em fluxo compatível com a programação.

O Programa também sofre restrições quanto ao quadro de servidores, considerado insuficiente para desenvolvimento das ações finalísticas, especialmente no caso das ações de fiscalização. Dessa forma, mostra-se necessário maior aporte de recursos dirigidos à formalização de convênios com órgãos e entidades nas diversas esferas de governo, com a finalidade de dar suporte à atuação da ANTAQ no cumprimento dessa atribuição.

As ações de maior impacto no Programa são aquelas de caráter finalístico, que embora tenham atingido a meta física programada, sofreram restrições em função do contingenciamento dos recursos orçamentários, conforme se segue:

a) Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário - dotação autorizada (LOA + Créditos);
b) de R$ 1,9 milhão, a dotação liberada pelo órgão setorial foi de R$ 129,5 mil - contingenciamento de 93,2%. Ação 2090 - Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário - dotação autorizada (LOA + Créditos);
c) R$ 8,2 milhões - dotação liberada (órgão setorial);
d) R$ 707,2 mil - contingenciamento de 91,4%.

Também foram descentralizados para a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes (SEGES/MT), recursos no valor de R$ 300 mil para execução da Ação de Publicidade de Utilidade Pública, com execução de 100% do valor. Convém destacar que outros recursos descentralizados ao final do exercício ainda carecem de prestação de contas pelo executor.

Durante o exercício de 2006, a entidade executora do Programa instaurou dois processos de fiscalização para a apuração de denúncias de irregularidades na concessão de benefícios às pessoas com deficiência, conforme a Portaria Interministerial nº 003/2001 e aos idosos, conforme Resolução - ANTAQ nº 260/2004, apresentada pelo Ministério Público Federal em Santarém (PA).

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Ouvidoria serve de elo de ligação entre as demandas da sociedade e o executor do Programa e responde aos pedidos de informação, esclarecimentos e reclamações diretamente aos interessados.

Outro importante mecanismo de participação social utilizado corresponde à submissão à audiência pública das propostas da ANTAQ de normas e regulamentos.

Durante o exercício, foram instaurados 25 procedimentos de fiscalização com o intuito de apurar denúncias, más práticas comerciais e indícios de violação de dispositivos legais e regulamentares.

A realização e manutenção de contatos permanentes com agentes econômicos, associações de classe, bem como participação em seminários, fóruns especializados e audiências públicas visam a aferir o grau de satisfação dos usuários.

Convém destacar como boas práticas o levantamento e a identificação dos macroprocessos desenvolvidos na ANTAQ, acompanhado do levantamento de dados e fluxos de informações realizado com a utilização de técnica de mapeamento de informações para atualização de seu banco de dados. Outra iniciativa positiva consiste na informatização total dos procedimentos administrativos e operacionais, inclusive para a coleta de dados e informações junto aos portos para fins de monitoramento.

**RECOMENDAÇÕES**

- Recomenda-se alterar o objetivo do Programa, para o qual sugere-se "garantir a prestação dos serviços de transportes aquaviários e da exploração da infra-estrutura portuária, condições de segurança, acessibilidade e modicidade tarifária";

- Recomenda-se nova definição de público-alvo, transformando-o em "usuários e agentes econômicos envolvidos nas atividades de transportes aquaviários e da exploração da infra-estrutura portuária";

- Recomenda-se a substituição do indicador denominado "Grau de Satisfação do Usuário de Transporte Aquaviário de Carga", devido à sua inadequação, por um conjunto de indicadores mais específicos e adequados, como: "Evolução da Movimentação de Contêineres nos Portos"; "Evolução da Movimentação de Carga Geral nos Portos"; "Evolução da Movimentação de Carga na Navegação Interior" e "Evolução da Movimentação de Passageiros na Navegação Interior".

# SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

## OBJETIVO

Garantir a qualidade na prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e cargas.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários do transporte rodoviário de cargas e passageiros.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 21.261.294,00 | Empenho Liquidado: | R$ 11.463.522,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 11.463.522,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
No período destinado à apuração, ainda se encontrava em curso o estudo de avaliação dos resultados obtidos da Pesquisa de Satisfação dos Usuários.

### 2. GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
No período destinado à apuração, ainda se encontrava em curso o estudo de avaliação dos resultados obtidos da Pesquisa de Satisfação dos Usuários.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A modificação do papel do Estado na economia brasileira, com foco no melhor atendimento das demandas da sociedade por bens e serviços passíveis de fornecimento mais eficiente e eficaz quando oferecidos pela iniciativa privada, tem requisitado a implementação de processo de reestruturação administrativa do setor público, com vistas a proporcionar condições para regular e fiscalizar adequadamente o desempenho dos serviços prestados.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• A Ação Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Interestadual e Internacional de Passageiros teve um bom desempenho quanto à realização dos estudos para a regulação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e para o transporte rodoviário de cargas, apesar da meta não ter sido totalmente atingida. O produto adequado às características da Ação seria Estudo Realizado e não Outorga Concedida, conforme atual especificação legal;

• Houve também o desenvolvimento dos estudos que subsidiaram a adequação da etapa 1 dos 2º, 4º, 6º, 7º, 8º e 10º planos de outorga, que foram encaminhados ao Ministério dos Transportes (MT), o Diagnóstico das Linhas do Setor de Transporte Semi-Urbano de Passageiros do Entorno do Distrito Federal, além de estudos sobre o Reajuste Tarifário do Sistema de Transporte Semi-Urbano;

• Na Ação Fiscalização dos Serviços de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, a quantidade de veículos fiscalizados atingiu o esperado com o total de 176.289 veículos;

• A Ação Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas é composta pela fiscalização do excesso de peso, do vale pedágio e do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga, totalizando 8,4 milhões de veículos fiscalizados;

• No período de apuração, as Ações Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas têm como produto esperado legalmente especificado, o número de veículos fiscalizados, o que não condiz com as características do trabalho efetivamente realizado pela Agência. Dessa forma, considerando-se como produto da Ação Empresa Fiscalizada, há pleno cumprimento do planejado, dentro das limitações impostas.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA

Há um sistema de informação para o acompanhamento de metas e atividades relacionadas às superintendências, no qual são cadastradas as informações bimestrais referentes às atividades classificadas em finalísticas, administrativas, empresariais, mercadológicas e tecnológicas.

O acompanhamento mensal das metas anuais previstas é realizado por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), iniciativa que visa a

estimular a inserção de dados por parte dos coordenadores de ação em atendimento ao estabelecido em normatização pertinente e em cumprimento ao princípio da publicidade e transparência na gestão pública.

As gerências também desenvolvem relatórios regulares de monitoramento para que cada gestor possa prestar contas e avaliar o desempenho da Agência na prestação de suas obrigações legais.

A execução física do programa atingiu no período o patamar de 80% a 100% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2006. O cumprimento das metas físicas foi eficiente, apesar da não liberação total dos recursos previstos para o atendimento em decorrência de contingenciamento na dotação orçamentária, visto que conseguiu atingir níveis esperados de desempenho.

As ações de fiscalizações tiveram suas metas cumpridas, embora tenham sido prejudicadas pela impossibilidade de desenvolvimento de novos projetos, permanecendo apenas os anteriores.

A Ação Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Interestadual e Internacional de Passageiros ficou impossibilitada de obter o pleno desempenho devido à limitação orçamentária imposta aos órgãos e às unidades jurisdicionadas da administração pública. Com isso, houve a priorização da continuidade dos estudos para Otimização dos Fluxos de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros e para a Identificação e Proposição de Medidas para Desburocratização do Transporte Intermodal de Cargas.

A ação de realização de estudos foi a mais prejudicada, devido à impossibilidade de iniciar alguns dos novos estudos previstos.

A dotação orçamentária disponível para a execução da despesa no exercício de 2006 foi insuficiente em face do planejado esperado pela Agência. Embora as metas de fiscalização tenham sido atingidas, perdeu-se a oportunidade para a consecução de números de resultado mais expressivo.

A aprovação da Lei Orçamentária somente em março de 2006 implicou a limitação legal de execução de despesas mensais a 1/12 do orçamento previsto, além da ocorrência, em alguns casos, de contingenciamentos de mais de 35% da dotação prevista. Com isso, as iniciativas planejadas pela Agência também foram afetadas pela falta de tempo hábil para a realização de novas contratações.

A Agência encontra-se em processo de reestruturação para alcançar o cumprimento de suas metas com maior eficiência e rapidez. Nesse sentido, vem realizando processo de desconcentração de atividades por meio da criação de unidades regionais e postos de fiscalização e atendimento em várias cidades do País, de forma a se tornar mais próxima e acessível ao público beneficiário de seus programas. A implementação da infra-estrutura

adequada ao atingimento das metas também foi prejudicada pelas restrições orçamentárias já mencionadas.

Somente a partir de 2005, iniciou-se o preenchimento de parte do quadro de servidores efetivos da Agência. Entretanto, além da adequação da infra-estrutura da unidade central e de suas regionais, é necessária que se complete o quadro de efetivos, processo este também prejudicado pela ocorrência de contingenciamentos.

O contingenciamento do orçamento da ANTT também afetou a programação técnico-operacional das ações finalísticas, devido à impossibilidade de desenvolvimento de novos projetos. Contudo, as ações de estudos foram as mais prejudicadas, diante da impossibilidade de cumprimento das metas e da inexistência de condições para o início da realização de alguns dos novos estudos previstos.

No exercício de 2006, o atraso da liberação de recursos impediu que convênios de cooperação, bem como alguns contratos necessários ao apoio da realização das atividades fossem efetivados, pois estes exigem procedimentos demorados para que sejam acordados. Dessa forma, o alcance das metas ficou comprometido, visto que não houve tempo hábil para a realização de todo o seu planejamento.

A Ação Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros volta-se à consecução de estudos relativos a aspectos de regulação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e para o transporte rodoviário de cargas. Dessa forma, entende-se que o nome mais adequado à ação seria Estudos para a Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros e para o Transporte Rodoviário de Cargas.

A Ação Concessão e Regulação dos Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Interestadual e Internacional de Passageiros deveria ter seu produto esperado alterado para Estudo Realizado como forma de assegurar a coerência entre o produto esperado e o objeto da ação. No exercício de 2006, as ações de fiscalização ainda não tinham o seu produto esperado corrigido para Veículos Fiscalizados, o que de fato caracteriza o esforço de fiscalização empreendido pela Agência.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A ANTT disponibiliza aos cidadãos-usuários diversas opções para contato, que incluem telefone, mensagem eletrônica pela Internet, atendimento pessoal, carta e fax. Independentemente do meio utilizado, todas as manifestações são registradas no banco de dados da Ouvidoria, recebem um número de protocolo e são encaminhadas para resolução. Tal procedimento garante a padronização e formalização de todos os atendimentos, possibilita que outros setores da Agência sejam comunicados e consultados, de forma sistemática, sobre os casos recebidos, proporcionando maior confiabilidade dos resultados que subsidiam a elaboração de relatórios gerenciais.

Por meio de audiências públicas, a Agência procura dar maior transparência e credibilidade às novas normas que estão sendo estabelecidas, na medida em que permite a participação dos usuários e empresas do setor para buscar melhores soluções aos problemas. O recebimento de contribuições que apóiam o processo decisório é feito por meio de consultas públicas, que geram sugestões colhidas nas audiências e nos atendimentos da Ouvidoria.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.




# PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Certificação Digital

Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental

Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total de **R$ 1.141.135.024,00** em recursos previstos para a Advocacia-Geral da União (AGU), foram utilizados **R$ 1.113.717.552,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 1.141.135.024,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 1.113.717.552,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 1.141.135.024,00** | **Total realizado:** | **R$ 1.113.717.552,00** |

Além disso, do total de **R$ 22.691.886,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 20.828.999,00.**

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Nas Impugnações e Revisões dos cálculos judiciais apresentados contra a União, a AGU tem contribuído para gerar sensível economia aos cofres públicos. Em 2006, dos R$ 9,8 bilhões apresentados contra a União, foram impugnados R$ 4,3 bilhões, o que representa 44 % do total executado;

• Além da representação judicial e extrajudicial da União (Administração Direta) e da consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, a AGU é responsável pela representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais (à exceção do Banco Central do Brasil - BC) por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão vinculado à AGU, criado pela Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, cobrindo 180 entidades e um universo de 804 unidades jurídicas;

• A respeito de sua atuação junto aos Tribunais Superiores, merece destaque: a exclusão de expurgo inflacionário em precatório complementar; a não incidência de juros de mora em processamento e pagamento de precatórios judiciais; a suspensão de pagamento de precatórios milionários, a exemplo do extinto Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no valor de R$ 3,3 milhões; a redução da ordem de R$ 770 mil em precatório expedido em reclamação trabalhista movida contra a Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará; o recurso interposto junto ao Superior Tribunal Federal (STF) contra o pagamento indevido de honorários advocatícios em execução não embargada, resultando em acórdão favorável junto ao STJ em relação à matéria, além da obtenção de redução no valor de R$ 6 milhões em honorários advocatícios arbitrados de modo exorbitante e o provimento de Embargos interposto pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), relativamente à obrigatoriedade do pagamento de honorários advocatícios pelo desistente quando da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS);

• No que se refere à arrecadação judicial, merece destaque o desempenho do órgão de arrecadação da PGF, responsável pela cobrança judicial de contribuições previdenciárias, que arrecadou cerca de R$ 4 bilhões, sem considerar os pagamentos efetuados nos parcelamentos do REFIS, Lei nº 11.196/2005, em benefício dos Municípios, e a Medida Provisória nº 303/2006, que concede redução de juros e multas;

• Destaca-se ainda a atuação da Procuradoria Federal junto ao INSS: manteve a cobrança de R$ 3 milhões de dívida de Prefeitura Municipal com o INSS, em Pedido de Restituição em face da Massa Falida de empresa, entendeu o STJ que é devida à restituição das contribuições previdenciárias descontadas dos salários do empregados e não repassadas aos cofres públicos e a cassação de liminar contra o INSS que suspendia a cobrança da contribuição patronal de Sociedade de Ensino Superior;

• Ressalte-se a atuação das Procuradorias junto às Agências Reguladoras, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) do DF, que evitou dispêndio financeiro da ordem de R$ 3,8 milhões, ao obter vitória em Ação Civil Pública, que questionava o critério de enquadramento na "subclasse residencial baixa renda", elevando os gastos concernentes à subvenção tarifária. E também em julgamento improcedente de pedido de revogação de reajuste tarifário da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern), cujo efeito contrário da decisão seria da ordem de R$ 47 milhões anuais, valor que poderia ser cobrado da União em ação de regresso, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;

• Em relação ao desempenho do Programa, os recursos destinados a despesas correntes e de capital, a execução orçamentária da AGU, sob a responsabilidade da Secretaria-Geral, foi de aproximadamente 97% do limite orçamentário autorizado para movimentação e empenho pelo decreto de programação orçamentária e financeira do exercício, Decreto nº 5.780, de 19.5.2006 e suas alterações;

• Na Ação Consultoria e Assessoramento Jurídico ao Poder Executivo, a execução financeira foi de 91,95%, sendo a execução física muito superior à meta prevista em função da implantação dos Núcleos de Assessoramento Jurídico (NAJs), ficando a redefinição das metas desta ação para o próximo PPA;

• A ação Correições nos Órgãos Jurídicos da AGU teve execução física 142,67% superior à meta e financeira de 54,92%; a Ação Representação Judicial e Extrajudicial da União teve execução física de 348,44% e financeira de 78,26%; e a Ação Representação Judicial e Extrajudicial das Autarquias e Fundações de 100,95% (física) e 89,5% (financeira). Observam-se níveis razoáveis de execução com leve subestimação dos custos unitários. Em 2006 foram analisados ou elaborados 72.760 processos de cálculos judiciais tendo a União como ré e 8.962 tendo a União como autora, resultando em montante de valores impugnados de R$ 4.284.261.207,36. Cabe observar que os números apresentados retratam o resultado da atividade de cálculos e perícias na Defesa Jurídica da União, o qual depende da especialização e da competência do corpo jurídico, de instrumentos de apoio técnico e administrativo, mas, principalmente, da demanda de processos em que a União é parte, dos valores das causas e da velocidade do andamento dos feitos no Poder Judiciário;

• Com relação à PGF, em 2006 foram movimentados 3.915.466 ações judiciais e extrajudiciais e produzidas 1.858.136 peças jurídicas (peças judiciais e extrajudiciais por atividade) na orientação e defesa dos interesses do INSS, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), do Departamento Nacional de Infra-Estrutura em Transporte (DNIT), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da ANEEL, da Agência Nacional de Águas (ANA), da Agência Nacional do Petróleo (ANP), das Universidades Federais e de outras instituições, num total de 180 autarquias e fundações;

• Entre os fatores que impactaram negativamente o desempenho do Programa, consta o fluxo de recursos, principalmente quanto à aprovação de créditos suplementares solicitados via projetos de lei. Todavia, apesar da dificuldade aqui destacada, 2006 foi um ano proveitoso para a AGU, caracterizado, principalmente, pelo desenvolvimento de ações que constituíram manutenção da linha estratégica autorizada pela alta direção da Casa, especialmente por Sua Excelência o Senhor Advogado-Geral da União, destacando-se:

a) os esforços desenvolvidos em conjunto com os Excelentíssimos Senhores Advogado-Geral da União e Consultor-Geral da União, no sentido de que fosse promovida, pelo Poder Executivo, a isonomia salarial entre os membros da AGU e PGF e os das demais carreiras jurídicas da União (membros do Ministério Público e do Poder Judiciário). Obteve-se vitória parcial, mas foram abertos espaços para que a tese da isonomia prospere, de sorte a se tornar realidade em futuro próximo;

b) as tratativas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) voltadas para a aprovação do Plano de Carreira dos servidores administrativos (este Plano já foi autorizado pelo Senhor Presidente da República);

c) a obtenção de prioridade, no MP, para a aprovação da estrutura da AGU, agora considerando a criação dos NAJs e Escritórios de Representação e as necessidades de operacionalização da PGF;

d) a realização de concurso para provimento de cargos administrativos de nível superior.

• A infra-estrutura inadequada para as equipes executoras é uma restrição ao desempenho do Programa, uma vez que a instituição encontra-se em expansão em virtude do intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário com reflexos na advocacia pública;

• Por fim, uma restrição adicional refere-se à relativa inadequação dos recursos humanos disponíveis. Na área de apoio técnico-administrativo, a AGU ainda não dispõe de uma carreira para os servidores que nela atuam de forma a assegurar um melhor cumprimento das funções institucionais.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

O Programa da AGU Defesa Jurídica da União tem como objetivo representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

O Programa visa proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância em que seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos.

A estrutura programática do orçamento da AGU reflete os macroprocessos institucionais: consultivo, correicional, judicial, contencioso e a gestão da Instituição.

As ações orçamentárias estão sob a responsabilidade dos coordenadores de ação, que são os titulares das unidades administrativas da AGU correspondentes a cada macroprocesso.

A infra-estrutura inadequada para as equipes executoras é uma restrição ao desempenho do Programa, uma vez que a instituição encontra-se em expansão em virtude do intenso crescimento da demanda de atuação jurídica da União, tendo em vista o projeto de interiorização da justiça por parte do Judiciário com reflexos na advocacia pública. Acrescente-se a isto a publicação da Lei nº 11.419, de 19.12.2006, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 20.12.2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, com o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, que entrou em vigor em 19.3.2007, ou seja 90 dias após sua publicação. Outras dificuldades encontradas foram:

a) a não aprovação do Plano de carreira dos servidores administrativos;
b) a não aprovação da estrutura da AGU, agora considerando a criação dos NAJs e Escritórios de Representação e as necessidades de operacionalização da PGF, inclusive com a aprovação da Medica Provisória da Receita Federal do Brasil;
c) a realização de concurso para provimento de cargos administrativos de nível superior;
d) relativa inadequação dos recursos humanos disponíveis;

Na área de apoio técnico-administrativo, a AGU ainda não dispõe de uma carreira para os servidores que nela atuam de forma a assegurar um melhor cumprimento das funções institucionais.

A AGU passa por intenso processo de mudanças e, a partir das realizações sintetizadas nesta avaliação setorial, pode-se concluir que o grande desafio da Instituição é modernizar-se, para ser capaz de fornecer respostas qualificadas, na área jurídica (pareceres, intervenções em processos, etc) em tempo hábil.

O ano de 2006 foi particularmente produtivo, tendo culminado com a elaboração de um novo Projeto de Lei Orgânica para a AGU, capaz de conferir atualidade a diversos aspectos do mencionado processo de mudanças.

As discussões com o MP sobre o Plano de Carreira da área técnico-administrativa e a Estrutura da AGU apontam para um cenário favorável à aprovação de ambos, no início de 2007.

Dessa forma, são satisfatórios os resultados colhidos ao final do exercício, o que em grande parte pode ser creditado ao alinhamento dos corpos jurídico e administrativo da AGU com o desempenho qualificado da missão desta.

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total de **R$ 322.138.811,00** de recursos previstos para a Controladoria-Geral da União (CGU), foram utilizados **R$ 318.192.801,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 322.138.811,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 318.192.801,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 322.138.811,00** | **Total realizado:** | **R$ 318.192.801,00** |

Além disso, do total de **R$ 3.316.229,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 2.666.122,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

A CGU, atua como órgão central do Poder Executivo Federal para as funções de controle interno e correição, desenvolvendo, ainda, ações voltadas para promoção da transparência, fomento ao controle social e prevenção e combate da corrupção. Quanto à função de controle interno, a CGU cumpriu seu dever constitucional com a realização do trabalho de auditoria de avaliação da gestão, que constitui verdadeira síntese crítica da totalidade das ações desenvolvidas pelos gestores públicos. Em 2006, em termos quantitativos, 1.316 unidades foram objeto da avaliação, sendo 995 da administração direta e 321 da administração indireta. A seguir encontram-se os principais resultados da CGU em 2006:

• No tocante a realização de auditorias de avaliação do desempenho dos contratos e acordos com organismos internacionais de financiamento e cooperação técnica, em 2006, foram auditados 198 projetos da carteira de 2005, sendo 121 referentes à cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde foram identificadas irregularidades que ensejaram pedidos de devolução de recursos da ordem de R$ 338, 3 mil, em 30 dos 121 projetos (25% do total auditado);

• Instituído pela Portaria CGU nº 247, de 20.6.2003, o Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos realizou, em 2006, três sorteios de Municípios (do 20º ao 22º Sorteio), oportunidades em que foram sorteadas e fiscalizadas 180 unidades municipais, examinando programas e ações de governo que envolveram, aproximadamente, R$ 1,2 bilhão em recursos públicos federais. Essas fiscalizações englobaram uma população total de 5,7 milhões de habitantes, o que representa em torno de 3,04% da população do País;

• Algumas ações de controle foram realizadas em conjunto com o Departamento da Polícia Federal do Ministério da Justiça (DPF/MJ) e os Ministérios Públicos, tanto em nível Federal quanto Estadual, sendo possível destacar:

a) Operação Alcaides: envolveu ações de controle em cinco Municípios do Estado de Pernambuco (Agrestina, Cupira, Lagoa dos Gatos, Manari e Panelas), apontando um prejuízo potencial de R$ 11, 6 milhões;
b) fiscalização no Município de Aracruz (ES): focada na análise da aplicação de recursos repassados ao Município no período de 2001 a 2006, apontando para um prejuízo potencial de R$ 9, 3 milhões;
c) fiscalização no Município de Bayeux (PB): análise do uso de recursos federais no período de 2000 a 2004, sendo constatado um prejuízo potencial de R$ 1, 2 milhão;
d) fiscalização no Município de Coremas (PB): detectou problemas ligados a diversas áreas, como construção de barragem de terra, canal de drenagem urbana, adutora para abastecimento hídrico residencial e melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas, apontando um prejuízo potencial de R$ 340, 4 mil;
e) Operação Grande Família: fiscalização na Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, baseada na análise da aplicação dos recursos federais do Sistema Único de Saúde (SUS), com identificação de diversas irregularidades com um prejuízo potencial de R$ 7 milhões;
f) fiscalização realizada no Município de Icó (CE): consistiu na análise da aplicação dos recursos federais repassados ao Município evidenciando um prejuízo potencial de R$ 17, 3 milhões;
g) Operação Galiléia: consistiu em trabalho realizado a fim de apurar denúncias de irregularidades na Companhia Docas do Pará (CDP). As ações de controle realizadas evidenciaram situações de impropriedades e irregularidades que apontam para um prejuízo potencial de R$ 42, 02 milhões;
h) fiscalização realizada no Governo do Estado da Paraíba: os trabalhos foram realizados na cidade de João Pessoa, sede do Governo do Estado e nos Municípios de Coremas e Sousa;
i) fiscalização realizada no Município de Goiânia (GO): fiscalização para verificar a aplicação de recursos federais repassados ao Governo do Estado de Goiás, apontando para prejuízo potencial de R$ 296, 8 mil;

• No desempenho da função correicional, foram instaurados, no âmbito do Poder Executivo Federal sindicâncias e processos disciplinares que resultaram na demissão de 298 servidores em 2006;

• Inspecionou-se e verificou-se a regularidade de 3.779 processos disciplinares, instaurando-se diretamente 97 e foi determinada aos demais órgãos e entidades da Administração Pública Federal a instauração de outros 345 processos;

• Em relação às sindicâncias patrimoniais, instauraram-se 364 procedimentos de investigação preliminar de enriquecimento ilícito, a partir de informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), da análise de declarações, ou de denúncias e representações fundamentadas;

• Foram realizadas 47 inspeções nos Ministérios por intermédio das Corregedorias Setoriais, o que proporcionou certificar a regularidade da gestão disciplinar, o cumprimento das recomendações e as determinações de instauração de procedimentos correcionais;

• No tocante as ações de promoção da transparência e fomento ao controle social, a Controladoria deu continuidade ao projeto Olho Vivo no Dinheiro Público, que tem por objetivos a promoção do controle social, a capacitação de agentes públicos e conselheiros municipais e a mobilização de lideranças comunitárias no que diz respeito ao acompanhamento, ao controle e ao cumprimento dos dispositivos legais na aplicação dos recursos públicos federais;

• Somente em 2006, 33 Eventos de Educação Presencial do citado Programa foram realizados, atingindo um total de 189 Municípios, contemplando todas as regiões do País, totalizando em quatro anos 1.859 agentes públicos municipais, 1.781 conselheiros municipais e 1.703 lideranças locais capacitadas em controle de recursos públicos;

• A prioridade atribuída pelo atual governo ao incremento da transparência pode ser constatada pelos avanços verificados no Portal da Transparência, que disponibiliza de maneira direta ao cidadão informações acerca das transferências de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, além de dados sobre as aplicações diretas dos Órgãos Federais e gastos dos cartões de pagamento (corporativos) do governo, lançado em 2004, contendo inicialmente 80 milhões de registros. Hoje, o Portal da Transparência abriga mais de 433 milhões de informações, envolvendo a aplicação de recursos federais superiores a R$ 2,76 trilhões;

• A CGU instituiu, em junho de 2006, Programa que tem por objetivo fortalecer a gestão municipal mediante a promoção de ações relativas ao fornecimento de orientações e informações necessárias à correta aplicação de recursos públicos. Todos os Municípios brasileiros com população de até 50.000 habitantes são abrangidos pelo Programa, bastando, para isso, que se inscrevam previamente. Os Municípios inscritos no Programa são selecionados mediante sorteios periódicos, que utilizam os mesmos mecanismos de sorteio das loterias federais, sob a administração da Caixa Econômica Federal (CEF). Apesar do pouco tempo de implantação, o Programa já conta com 711 Municípios inscritos.

• Em 2006, a CGU e a Secretaria da Receita Federal (SRF) realizaram o acompanhamento da evolução patrimonial de servidores públicos, por meio da análise de 17 mil declarações de imposto de renda de servidores;

• Além dos resultados alcançados em 2006, devem-se ressaltar também os esforços para concretização da reestruturação da CGU que efetivamente se deu com a publicação do Decreto n.º 5.683, de 24 de janeiro de 2006. Com a nova estrutura foram criadas a Corregedoria-Geral da União e a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI); A Corregedoria-Geral passou a centralizar as ações de correição até então desenvolvidas por três corregedorias, assumindo a função de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, enquanto a SPCI passou a concentrar as ações de prevenção da corrupção e de promoção da transparência, até então dispersas nas várias unidades;

• Adicionalmente, a CGU passou a contar com uma Diretoria de Desenvolvimento Institucional, com atribuições de formulação e implantação de estratégias e mecanismos de integração, desenvolvimento e fortalecimento institucional;

• Diante do exposto, a análise e avaliação do conjunto de ações desenvolvidas em 2006, pela CGU indica o alcance dos seus objetivos estratégicos, voltados para ações de caráter preventivo e inibidor, contribuindo para a consolidação da instituição como centro de combate à corrupção e aproximando, cada vez mais, os instrumentos do controle e a sociedade;

• Pode-se atribuir grande parte do sucesso da CGU, não só em 2006, mas nos últimos anos, ao empenho da administração e dos servidores em superar as restrições e dificuldades para executar os projetos do órgão.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

Em relação à estrutura programática, a CGU passou a administrar um único Programa de Governo intitulado Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção. Essa alteração visou à unificação dos dois programas existentes em um mais abrangente e com representatividade mais ampla, que pudesse racionalizar e melhor representar as ações da Casa.

O antigo Programa Correição no Poder Executivo Federal foi transformado em uma Ação da Corregedoria-Geral da União, a fim de possibilitar uma maior transparência e visibilidade das atividades da área. Também foi criada a Ação Prevenção da Corrupção e Transparência das Ações de Governo, que visou agregar as atividades e os projetos de prevenção da corrupção, enfatizando a transparência, o estímulo social e a ampliação da eficiência da administração pública, de responsabilidade da SPCI.

Para incrementar a aderência entre a atual estrutura programática e a estrutura organizacional da CGU, torna-se necessário considerar a oportunidade de junção das Ações Fiscalização da Aplicação de Recursos Públicos Federais por Estados e Municípios e Controle de Execução dos Programas do PPA, considerando que tudo que é fiscalizado nos sorteios serve, dentre outros objetivos, para avaliar a execução dos programas de governo, tanto que o resultado das ações de governo fiscalizadas mediante sorteios são apropriados à Ação Controle da Execução dos Programas do Plano Plurianual. Além disso, a ação de Ouvidoria, atualmente integrante do Programa da Casa Civil, poderia ser incluída no Programa único da CGU.

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total de **R$ 1.522.709.272,00** previstos para a Presidência da República (PR), foram utilizados **R$ 1.211.117.433,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 1.522.709.272,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 1.211.117.433,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 1.522.709.272,00** | **Total realizado:** | **R$ 1.211.117.433,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela PR não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 155.887.173,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 117.460.802,00.**

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Por tratar-se de órgão em que a heterogeneidade da programação é uma característica marcante, preparar e apresentar o Relatório de Avaliação Setorial do Gabinete da Presidência da República (PR) representa um enorme desafio. Ademais, sua avaliação contempla a gestão de três estruturas organizacionais com *status* de Ministério, quais sejam, a Casa Civil, a Secretaria-Geral (SG) e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Dessa forma, por meio de uma abordagem baseada em programas e ações, são apresentados os principais resultados alcançados no âmbito da PR:

- Certificação Digital:

  a) a disseminação da tecnologia da certificação digital é a principal estratégia para superação do problema apontado da insegurança no comércio eletrônico e das comunicações entre as organizações. Neste sentido, a expansão da Infra-estrutura de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil) contribuiu para sua disseminação, tanto no setor público, quanto no privado. A ICP-Brasil encerrou o ano de 2006 com 29 autoridades certificadoras credenciadas e 59 autoridades de registro, presentes em todos os Estados da federação, num total de 862 instalações técnicas;

  b) várias ações abriram portas importantes para a consolidação da tecnologia, como por exemplo o desenvolvimento do aplicativo Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);

  c) a modernização do Judiciário, com a utilização de certificados digitais na informatização dos processos judiciais, o que facilitará o trabalho dos juízes de todo o País, que utilizarão a versão eletrônica dos autos, agilizando sua rotina e economizando recursos e tempo;

d) a Nota Fiscal Eletrônica NF-e fornece ao contribuinte uma forma prática, controlada, segura, transparente e de baixo custo para a emissão de suas notas fiscais de serviços. Pode-se afirmar que a Administração Tributária será beneficiada com o aumento da confiabilidade da nota fiscal, com a melhoria do processo de controle fiscal, em virtude do melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos, com a redução dos custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito, com a diminuição da sonegação e o aumento da arrecadação e do suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da Receita Federal (Sistema Público de Escrituração Digital – SPED);

e) os avanços no Projeto da Plataforma Tecnológica da Autoridade Certificadora Raiz busca a autonomia tecnológica, o fortalecimento da soberania e o desenvolvimento de massa crítica sobre as áreas de conhecimento da criptografia e da certificação digital;

f) a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) concluiu importante etapa do desenvolvimento do Projeto Sistema de Gerenciamento de Certificados (SGC), restando para 2007 sua integração ao Projeto do Módulo de Segurança Criptográfica em desenvolvimento pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA);

g) o Instituto Nacional de Tecnologia de Informação (ITI) firmou convênio com a UFSC e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para a montagem de sala-cofre, naquela Universidade, destinada ao armazenamento e geração de assinaturas e informações digitais sigilosas. Instalada em ambiente seguro, a sala-cofre é um dos projetos integrantes do Programa João de Barro e, nela será desenvolvido o Projeto de Desenvolvimento de Massa Crítica, que visa à formação de mão-de-obra para os setores público e privado;

- Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental:

a) constitui o meio de acesso aos acervos recolhidos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e aos extintos Serviço Nacional de Informações (SNI), Conselho de Segurança Nacional (CSN) e Comissão Geral de Investigação (CGI), possibilitando a emissão de certidões probatórias e cópias de documentos para a Comissão de Anistia, Pessoas Físicas e Jurídicas, para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, além da realização de pesquisa acadêmica e Jornalística;

b) foi realizado concurso público para admissão de 182 servidores ao quadro permanente do Arquivo Nacional, possibilitando abertura de novas frentes de trabalho, avaliação de metodologias e ampliação dos serviços ao público;

c) houve melhoria nas condições de acesso, via novo portal, com maior disponilização dos dados e informações;

- Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural:

a) a Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) transmitiu ao vivo todos os 265 eventos do Presidente da República, além de 442 eventos dos Ministros;

b) a Agência Brasil foi referência para outras empresas jornalísticas, conquistando o prêmio de segunda melhor agência do País e mais seis prêmios de reconhecimento pela sua qualidade, demonstrando a viabilidade de sua atuação como veículo multimídia e da distribuição de centenas de matérias em vídeo e em áudio pela Internet;

c) ofereceu a todos os órgãos de imprensa do País e do mundo, um total de 24.236 matérias, 18.960 fotos, 256 vídeos e 216 áudios;

d) disponibilizou 1.300 matérias e uma grande série em áudio e vídeo. A Radiobrás definiu um protocolo de compromisso com o cidadão, que estabeleceu os princípios e parâmetros que orientaram a produção jornalística da empresa durante o processo eleitoral. Também elaborou um Código de Conduta, obtendo o comprometimento de todos os funcionários da empresa em zelar pelo caráter apartidário da cobertura eleitoral;

e) introduziu o chamado Fator Radiobrás, que permitiu uma leitura da votação não apenas em função de dados geográficos, como também dos dados econômicos, sociais e políticos, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU);

f) a TV Brasil tem 46 entidades sul-americanas conveniadas para troca de conteúdo e 150 operadoras a cabo dispostas a distribuir o seu sinal;

g) a Radioagência teve 252.510 downloads de 1.320 emissoras do País que reaproveitaram suas matérias, enquanto o Radioclipping cresceu 87% e o Banco de Notícias 47%. A entidade encerrou o ano inaugurando a Rádio Mesorregional do Alto Solimões e editando o inédito Manual de Redação que foi distribuído para cada um dos funcionários da Empresa;

h) para a realização das transmissões ao vivo as equipes da Radiobrás percorreram 130.146 km de estradas;

i) para informar os atos e fatos do Presidente da República e dos Ministérios, a Radiobrás transmitiu 8.090 horas e a TV Nacional 8.138 horas;

j) a Radiobrás é retransmitida em 1.022 Municípios brasileiros e alcança 85% da rede NET;

k) o Presidente da República falou ao vivo em teleconferência com o primeiro astronauta brasileiro direto de Kürolev, na Rússia e fez videoconferência com a Seleção Brasileira de Futebol, na Alemanha, por ocasião da Copa do Mundo;

l) a Radiobrás realizou 99% do orçamento liberado para investimentos e 95% do valor destinado às despesas correntes da seguinte forma:

i) cresceu 22,5% em receitas próprias e 22,1% em ganho de produtividade;
ii) cuidou para que a tecnologia ajude a melhorar o trabalho de informar;
iii) desenvolveu uma nova Agência Brasil, agora com textos, fotos, sons e vídeos;
iv) informatizou a gestão de concurso público, da avaliação de desempenho e a cobertura das eleições;
v) cuidou da segurança;
vi) protegeu a rede contra ataques externos;

vii) adquiriu 17 servidores novos para melhorar a velocidade de processamento das informações e renovou 245 estações de trabalho;

m) a pontuação obtida na avaliação dos 20 indicadores do contrato de gestão atingiu, na média, 97,9%, o que significa pleno alcance das metas pactuadas pela organização. Na linha da inclusão social, a parceria com a Petróleo do Brasil S.A (Petrobras) assegurou a disponibilidade de recursos para a manutenção do serviço de legenda oculta em tempo real (*closed caption*) em mais de 25% da programação. A TVE Brasil é a primeira emissora educativa a prestar esse tipo de serviço aos deficientes auditivos e possui a maior cobertura do sistema dentre os canais abertos;

n) a Radiobrás alcançou sinergia concreta com a unificação das pautas da Agência Brasil, da TV Nacional, da NBr, da Radioclipping e do Banco de Notícias, ingressando definitivamente na era multimídia;

- Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica:

a) com foco no cidadão, nas demandas da sociedade, na melhoria das condições de trabalho do servidor, na otimização dos processos de produção e no aumento de produtividade, diversas ações foram ou vem sendo implementadas a partir do exercício de 2006, dentre as quais cabe destacar:

i) a comercialização dos jornais oficiais em versão eletrônica com certificação digital nos padrões da ICP-Brasil, para qualquer modalidade de assinatura, inclusive na empresarial, em que há cessão dos direitos autorais para as empresas contratantes, para fins de revenda de subprodutos aos cidadãos, preenchendo uma lacuna na oferta de subprodutos dos Diários Oficiais da União com garantia de autenticidade de conteúdo;

ii) otimização do fluxo de produção editorial dos jornais oficiais, com substancial redução no horário de fechamento das edições, antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais, refletindo de maneira positiva na logística de distribuição em todo o País e proporcionando entregas mais cedo aos clientes;

iii) elaboração de projeto e preparação do ambiente editorial para criação de um novo caderno eletrônico do Diário Oficial da União (DOU), Seção 3, contendo somente atos referentes a contratos e licitações públicas a fim de atender demanda de empresas, órgãos públicos e sociedade por publicação oficial específica;

iv) ampliação dos pontos de revenda avulsa do DOU e do Diário da Justiça (DJ) em todo o País, além da manutenção do processo de credenciamento e contratação de bancas de jornal no Distrito Federal para comercialização em pontos de grande fluxo de cidadãos, como forma de disponibilizar informação oficial a todos. De maneira análoga, foram cadastradas e contratadas bancas nos Estados do Ceará, Rio de Janeiro e Espírito Santo, uma vez que não há imprensa oficial no Ceará e não houve interesse das imprensas oficiais dos outros dois Estados e realizar a comercialização;

v) em função do volume de matérias recebidas do Poder Judiciário, houve significativo aumento do número de páginas editoradas em 2006, comparativamente aos anos de 2003, 2004 e 2005, mesmo com a implementação do plano de otimização da mancha gráfica que contempla, dentre outros aspectos, a redução de espaços entre textos durante o processo de paginação, o que resultou em 420, 3 mil páginas editoradas contra 381, 3 mil páginas em 2005 (crescimento de 91,98%);

- Gestão da Política de Comunicação de Governo:

a) A otimização, o fortalecimento e a integração dos canais de comunicação dos órgãos do Poder Executivo Federal tem como objetivo informar e esclarecer aos cidadãos brasileiros sobre as políticas públicas, os programas e as ações governamentais;

- Dentre as iniciativas e os resultados obtidos, merecem destaque:

a) coordenação e execução de 110 ações de comunicação publicitária com o intuito de informar aos cidadãos sobre seus direitos e prestar contas à população;

b) aprovação de 5.906 ações de comunicação publicitária dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

c) avanço na política de regionalização da mídia do Governo Federal, com evolução de mais de 50% no número de Municípios participantes e 46% no número de veículos programados, em comparação aos dois últimos quadriênios. No período, o número médio de Municípios programados passou de 799 para 1.199 e o número médio de veículos passou de 3.472 para 5.084;

d) o Fale com o Governo, serviço de relacionamento com os cidadãos, disponível no Portal Brasil, recebeu em média 7.000 mensagens/mês, tendo respondido aproximadamente 72 mil mensagens em 2006;

e) conclusão da reestruturação do portal da PR, <http://www.presidencia.gov.br>, com seu lançamento no primeiro semestre de 2006;

f) desenvolvimento do Sistema de Controle de Contratações das Ações de Publicidade da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), o SECOMWEB, para dotá-la das competências, processos e ferramentas adequadas à administração da produção de ações comunicativas do governo;

g) revisão dos procedimentos de controle interno de contratações de ações de publicidade, com a redefinição dos critérios para a cotação de serviços junto a fornecedores e a negociação de nova tabela de custos internos, o que resultou na redução de custos, incorporação de itens inexistentes e revisão da forma de apresentação e descrição das peças;

- Gestão da Política Nacional sobre Drogas:

a) a Ação Apoio a Projetos Desenvolvidos pelos Órgãos do Sistema Nacional Antidrogas tem por finalidade promover o funcionamento integrado e sistêmico das organizações que compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, bem como orientá-las quanto a sua atuação na redução da demanda de drogas, mediante o estabelecimento de convênios e outras formas de parcerias ao

financiamento, execução e acompanhamento de projetos, assim como disseminar os resultados com vistas a subsidiar políticas setoriais na área da redução da demanda e da oferta de drogas;

b) a previsão inicial de apoio a 20 projetos foi superada com a execução, diretamente pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), de 25 projetos mediante a realização de parcerias com entidades públicas ou privadas, contribuindo para a meta institucional de coordenação de políticas públicas e ampliando a capacidade nacional de redução da demanda e oferta de drogas;

c) a Ação Regularização do Contencioso tem a finalidade de financiar atividades necessárias à formalização de processo administrativo autuado na SENAD, relativo à Ação Penal correspondente que tramita no Juízo Criminal. Tal Ação contém ou pode conter o Auto de Apresentação e Apreensão de bens e/ou valores, a sentença condenatória que declare o perdimento do bem ou valor, além de eventual Acórdão e Certidão de Trânsito em Julgado, possibilitando, relativamente a esses valores, o depósito ou transferência para o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e, no que se refere aos bens, o exercício de controle para a sua destinação, conforme legislação em vigor, concorrendo ainda para evidenciar importante ação do Estado na discussão das atividades delituosas;

d) a Ação Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas tem como finalidade promover a formação e a orientação dos agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas Antidrogras (SISNAD) para atuação na redução da demanda de drogas, através da qualificação de agentes públicos por meio de cursos, treinamentos e palestras, dentre outras ferramentas. Foi alcançada execução integral do recurso disponibilizado e financiada parcialmente, a capacitação de 20.000 professores da rede pública de ensino. A meta física prevista constituía-se na capacitação de 6.000 agentes;

e) a superação da meta física prevista decorreu da parceria firmada com o Ministério da Educação (MEC) e com a Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de capacitar os educadores de escolas públicas para o desenvolvimento de programas de prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco no contexto escolar;

f) a Ação Gestão e Administração do Programa proporcionou o apoio logístico e administrativo para que a SENAD alcançasse a articulação política com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público (MPU) e com outros órgãos do Poder Executivo para viabilizar ação integrada de redução da demanda de drogas;

g) a articulação e cooperação internacional para a redução da demanda de drogas, a coordenação e a elaboração de resposta ao questionário do Mecanismo de Avaliação Multilateral da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas da Organização dos Estados Americanos (CICAD/OEA), a participação efetiva e debates intersetoriais sobre a redução da demanda de drogas, a articulação com a comunidade científica e acadêmica para o desenvolvimento de metodologias e referenciais teóricos e a promoção de consensos nacionais à área de redução da demanda de drogas são iniciativas em que não há possibilidade de aferição

imediata de resultados em decorrência de seu caráter preventivo, de articulação, de organização e de coordenação de órgãos públicos e outros entes da sociedade que, organizados e orientados conforme uma Política Nacional, produzirão os efeitos necessários para reduzir a demanda e a oferta de drogas no País;

- Gestão de Políticas na Área da Presidência da República:

a) reestruturação do Centro de Capacitação e Desenvolvimento da PR;
b) participação de servidores em 2.632 ações de capacitação;
c) atendimento a 89 % das demandas de capacitação;
d) disseminação da Agenda Nacional de Desenvolvimento e do conceito de diálogo social e divulgação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES);
e) realização do projeto piloto do Observatório da Eqüidade, ferramenta do CDES para o estudo da situação das desigualdades no País;
f) realização de cinco reuniões plenárias do CDES, além de outras cinco regionais, em 2006;
g) implantação de nove novas unidades de ouvidoria no Poder Executivo Federal, totalizando 133 unidades em operação;
h) análise de 2.004 novas manifestações de cidadãos quanto à prestação de serviços públicos;
i) realização do 1º Curso de Capacitação em Ouvidoria Pública;
j) realização dos estudos estratégicos em Nanotecnologia e soluções estratégicas do Projeto Brasil 3 Tempos, na matriz de combustíveis e na melhoria da qualidade da educação básica;
k) inclusão Digital;
l) rede de Conhecimento da Amazônia/Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na Amazônia;
m) Sistema Multicritério para os cenários do Projeto Brasil 3 Tempos;
n) A Ação Sistema Federal de Ouvidorias apresentou execução física abaixo do programado em razão da impossibilidade de ampla divulgação dos serviços de ouvidoria nos meios de comunicação e o atraso na estruturação do serviço da central de atendimento (0800). A partir do exercício 2007, esta ação foi transferida para o programa Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção;
o) Na trajetória de disseminar temas fundamentais para o desenvolvimento do País e fortalecer o diálogo social, o CDES promoveu Workshops e Seminários em Brasília e São Paulo;
p) No cenário internacional, realizou o evento Mesa-redonda da América Latina - Mobilização e Diálogo Social, com a parceria do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC/ONU). Destaca-se ainda, a candidatura já referendada do CDES à Presidência da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS) para o biênio 2007-2009, sendo a posse em junho de 2007, na Assembléia Geral da Associação, em Pequim;
q) O CDES, a partir da criação do Observatório da Eqüidade, declarou, em sua Agenda Nacional para o Desenvolvimento, que as desigualdades vigentes

na sociedade brasileira representam um obstáculo estrutural ao desenvolvimento. Neste sentido, o trabalho em desenvolvimento pelo Observatório da Eqüidade objetiva ampliar o conhecimento da sociedade sobre situações de desigualdade, disponibilizando informações sobre as ações, projetos, políticas e recursos existentes que buscam materializar os objetivos e metas para superá-las;

- Informações Integradas para Proteção da Amazônia:

a) durante o ano de 2006, o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) centralizou esforços na realização de ações de gestão voltadas para a sustentabilidade do Sistema e no planejamento institucional de longo prazo;

b) deve-se destacar, como grande marco para o fortalecimento institucional em 2006, a realização de processo seletivo para a contratação de servidores temporários, com oferta de 220 vagas. Tal ação reduziu a dependência da terceirização de serviços, além de permitir a internalização de conhecimentos e redução de custos da instituição. Outro fato relevante foi a mudança do Centro de Coordenação Geral (CCG), em Brasília, para um novo prédio;

c) na busca do aprimoramento das práticas de governança, foi realizada capacitação do corpo gerencial do Censipam, por intermédio de parceria com o Ministério do Planejamento (MP);

d) o Censipam coordenou estudos e análises de viabilidade técnica para a execução de missões de imageamento demandadas por órgãos parceiros, envolvendo o emprego dos sistemas sensores instalados nas aeronaves de sensoriamento remoto do Sistema de Proteção Ambiental da Amazônia (Sipam). Em 2006, foram realizadas cinco missões de que totalizaram cobertura de 1.975.000 km²;

e) com relação às ações de Meteorologia, destaca-se a aprovação dos projetos nos editais nº 013 e 014 FINEP, o que possibilitará a criação de uma rede regional para estudos e monitoramento meteorológico na Amazônia Legal e a assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Censipam e a Rede Amazônica para o fornecimento de boletins meteorológicos às três edições diárias de telejornais locais;

f) foram realizadas oito missões de articulação e manutenção de terminais remotos, reduzindo o número de terminais inoperantes e aumentando o tempo de uso dos mesmos;

g) os telefones do Sipam nas prefeituras foram instalados em local de acesso ao público;

h) a página na Internet foi publicada em agosto de 2006 e, dentre as novidades estabelecidas, há a inclusão de informações sobre os Estados da Amazônia Legal, legislação sobre a região, projetos de cooperação estabelecidos com outros órgãos, acesso a mapas, dados digitais, imagens de satélite, boletins meteorológicos, entre outros dados;

- Inteligência Federal:

a) foram produzidos 610 relatórios de inteligência, 3.212 pesquisas para atendimento de demandas da Casa Civil da PR, 41 certidões de dados pessoais e

834 informações para outros serviços de inteligência;

b) os conhecimentos abordaram variados temas de interesse nacional, com prevalência daqueles relacionados à segurança pública, ao terrorismo, à economia, à ciência e tecnologia, à dinâmica social, às políticas nacionais, à questão fundiária, ao meio ambiente, à conjuntura internacional e à não-proliferação de armas de destruição em massa;

c) equipes do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), realizaram diversas visitas técnicas a empresas das áreas química e biológica com o intuito de orientá-las a respeito das listas de controle de transferência de material sensível, além de dois seminários para a área nuclear;

d) na área científica e tecnológica, a ABIN desenvolveu e produziu a Plataforma Criptográfica Portátil (PCP), para ser empregada na instituição e em órgãos da alta administração, telefones seguros para centrais digitais, módulos criptográficos e assinatura digital utilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas Eleições de 2006, solução de segurança criptográfica para o Projeto da Rede Nacional de Inteligência de Segurança Pública (RENISP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), Módulo Gerador Aleatório (MGA), além de equipamentos de segurança da informação e das comunicações a serem utilizados por diversos órgãos integrantes da PR;

e) o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), atuou de forma sistemática, por meio de avaliações, diagnósticos e orientações a empresas públicas e privadas na proteção do conhecimento sensível. O Programa foi implementado nos seguintes órgãos e entidades: Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel) e Faculdade de Administração e Informática (FAI) de Santa Rita do Sapucaí-MG;

f) a despeito das consideráveis dificuldades orçamentárias, financeiras e, em menor escala, de capital humano - particularmente nas áreas de Inteligência e Contra-Inteligência, a ABIN cumpriu suas competências legais de obtenção de dados e superou a meta de produção de conhecimentos sobre temas das conjunturas nacional e internacional;

- Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem):

a) o ProJovem teve como meta atuar em todas as 27 capitais brasileiras, a partir de 2005 e, desde 2006, foi expandido para as cidades com número igual ou superior a 200 mil habitantes, conforme dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das regiões metropolitanas das capitais (34 cidades, no total). Atuar nas regiões metropolitanas das capitais representou uma consolidação do Programa como meio para a redução das desigualdades, criação de oportunidades aos jovens e combate à violência;

b) em 8 de maio de 2006, foi publicada a Resolução nº 25/CD/FNDE que visa contemplar ações voltadas para a formação inicial e continuada de educadores e coordenadores locais do ProJovem; aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos matriculados no Programa; pagamento de educadores,

pessoal de apoio e coordenadores locais do ProJovem; e, excepcionalmente, locação de espaço físico, bem como, aquisição de material de consumo;

c) para que o material didático pudesse ser disponibilizado aos jovens matriculados no Programa, bem como aos educadores e aos coordenadores locais dos Municípios e do Distrito Federal, a Coordenação Nacional do ProJovem, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC (FNDE/MEC), realizou processo licitatório em 2005 e 2006, para seleção e contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão gráfica de materiais pedagógicos, para atender o Programa, serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas, paletização, armazenagem e entrega dos materiais produzidos;

d) Em 2006, o material didático passou por um processo de reformulação em que todo o conteúdo foi revisto pelos autores das áreas específicas, e ainda, instrumentos de avaliação e cadernos de atividades pedagógicas foram reorganizados de modo a propiciar uma maior adequação às demandas dos diferentes atores que compõem a dinâmica pedagógica. Ao todo, foram adquiridos e entregues até 2006, 19.615 computadores, 19.615 estabilizadores, 2.154 impressoras a laser e 2.154 *switches*;

e) no ano de 2006, a Coordenação Nacional organizou uma série de encontros com as instituições formadoras do ProJovem das capitais. De 3 a 5 de maio foi realizado o Encontro Nacional das Instituições Formadoras, em Brasília (DF), um dos desdobramentos do encontro foi a realização de outros três encontros regionais, sediados em Recife, 5 e 6 de junho – Reunião Região Nordeste, Curitiba, 8 e 9 de junho – Reunião Regiões Sul e Sudeste e Brasília, 12 e 13 de junho - Reunião Regiões Norte e Centro-Oeste;

f) com o crescimento do ProJovem, houve a criação do seu sítio <http://www.projovem.com.gov.br>, um canal de comunicação e de divulgação mais direto e moderno, com a proposta de disponibilizar e tornar públicas todas as informações referentes ao funcionamento do Programa, abrir um canal de comunicação entre alunos e Coordenação Nacional, fazer uma interação das atividades de cada um dos Municípios participantes, divulgar o trabalho e as atividades nos Núcleos e Estações Juventude, estimular os alunos, professores e equipes de coordenação, além de registrar todos os acontecimentos do Programa. O sítio na Internet obteve o selo AAA – Acessibilidade Brasil;

- Promoção da Ética Pública:

a) as autoridades vinculadas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF) estão em sua totalidade abrangidas pelos trabalhos da Comissão, resultando na análise de 100% das declarações sobre conflitos de interesses;

b) o número de pessoas capacitadas excedeu a meta prevista, contemplando principalmente, integrantes das comissões de ética e representantes da Comissão de Ética Pública (CEP) nos órgãos e entidades;

c) a execução financeira total passou de 40% em 2004, e 57% em 2005 , para 71% em 2006, sem aumento da estrutura da Secretaria Executiva da CEP. Todos os treinamentos e eventos previstos foram realizados, com vários excedendo

as metas previstas, devido ao trabalho junto à Escola de Administração Fazendária (ESAF) e Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

Os objetivos setoriais da Casa Civil , da Secretaria-Geral e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da PR , no que diz respeito às suas competências legais e suas atribuições regimentais, apresentaram uma perfeita sintonia com as orientações estratégicas de governo integrantes do PPA 2004-2007 e, consubstanciadas nos três megaobjetivos definidos, quais sejam:

a) inclusão social e redução das desigualdades sociais;
b) crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais;
c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Assim, no que se refere às atribuições regimentares das organizações sob análise, pode-se dizer que a programação de 2006 encontra-se alinhada com os objetivos setoriais, embora, no caso de alguns programas, caiba o registro de problemas e inadequações pontualmente encontrados, como as apontadas a seguir:

a) Certificação Digital:
i) não foram explicitadas as características sócio-econômicas do público-alvo, que também poderia ser melhor segmentado;
ii) o adequado dimensionamento depende da melhor caracterização do público-alvo;
iii) uma melhor compreensão do potencial representado por Estados e Municípios poderá resultar na criação ou intensificação da atuação junto a essas esferas regionais, tanto no setor público quanto no setor privado;
iv) sobre a suficiência das ações, poderá haver necessidade de criação de novas ações;
v) necessidade de aprimoramento das metas físicas;
vi) necessidade de ampliar a definição de indicadores, estabelecendo sua correlação com um possível sistema de medição do desempenho global do ITI;
vii) necessidade de identificação das informações comparativas, com as quais seria possível estabelecer uma comparação pertinente com outras instituições nacionais ou internacionais, atuantes no mesmo segmento do ITI, além de estabelecer as principais relações de causa e efeito entre elas;

b) Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental:
i) necessidade de criação de nova ação orçamentária referente a atuação do órgão, como agente de modernização dos serviços arquivísticos governamentais, visto que a gestão de documentos federais não é

representada no conjunto atual das ações que, por sua vez, focalizam as funções de difusão da informação, preservação e organização do acervo. A ação proposta está definida na Lei nº 8.159, de 1991, e nos Decretos nº 4.073/2002 e nº 4.915, de 2003;

ii) ainda não há como aferir o alcance total da atuação do Arquivo Nacional junto aos órgãos governamentais, devido à ausência de ações específicas nas atividades contínuas de gestão de documentos e de divulgação do acervo. Atualmente, seus custos são apropriados na Ação de Gestão e Administração do Programa e, portanto, não são mensuráveis;

iii) sobre a suficiência de metas físicas, ainda não há pleno alcance do objetivo do Programa devido à ausência das ações específicas de gestão de documentos e de divulgação do acervo;

c) Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural: definição dos indicadores - para a Radiobrás há necessidade da criar um indicador que expresse a evolução qualitativa dos profissionais envolvidos e a qualidade das informações disponibilizadas.

d) Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica:

i) o Programa foi concebido com intuito de garantir a publicidade de atos oficiais, atuando nos problemas detectados na cadeia causal de produção e distribuição dos Diários Oficiais, por meio de ações coordenadas, garantindo a melhoria da eficácia na divulgação destes atos, bem como do processo produtivo. Outras medidas contribuíram para o desempenho do Programa, tais como aquisição de novos equipamentos de ponta, aquisições de peças para a reforma da impressora rotativa e outras em andamento;

ii) as metas físicas das ações merecem estudo para fins de adequação ao objetivo do Programa, pois neste exercício houve prejuízo de alguns objetivos;

iii) foram incluídos mais dois indicadores focados nos acessos ao sítio da Imprensa Nacional e nas assinaturas do DOU e DJ;

e) Informações Integradas para Proteção da Amazônia:

i) Entende-se a necessidade de uma revisão no objetivo do Programa;

ii) o Sipam permeia as atividades e gera informações de interesse a um público diverso e complexo, sendo oportuna a sua revisão para o PPA 2008-2011;

iii) o público-alvo previsto na concepção do projeto é suficientemente abrangente, ao ser caracterizado como "todos os órgãos de governo e a sociedade amazônica", entretanto, para melhor caracterizar e definir o foco de atuação do órgão, existe a necessidade de sua revisão para o PPA 2008-2011;

iv) as ações definidas no PPA não expressam fielmente as atividades do órgão e já existe em curso, no órgão, um processo de redirecionamento e reposicionamento estratégico, na busca de uma redefinição das ações, com o intuito de melhor representar o papel da instituição no Programa;

v) assim como as ações do Programa estão desajustadas em relação à atuação do Censipam, as metas relacionadas a cada uma destas ações também não são adequadas para se projetar a atuação do órgão;

vi) precisa-se definir melhor o indicador, uma vez que não é mensurado o desempenho global do órgão;

f) Inteligência Federal: a ABIN, no desempenho de suas atividades, relaciona-se com serviços de inteligência estrangeiros, além de agências de inteligência de diversos órgãos da administração pública em âmbito federal, estadual e municipal. Esse relacionamento, muitas vezes, exige a recepção de convidados e personalidades (delegações estrangeiras para encontros de trabalho), a troca de brindes institucionais, a realização de eventos (seminários, conferências e capacitação de pessoas para o exercício da atividade de Inteligência), implicando que o Programa Inteligência Federal necessite de ação voltada para a representação da Inteligência brasileira;

g) Promoção da Ética Pública:

i) necessidade de incluir no público-alvo os agentes públicos, previstos no Decreto nº 6.029/2007, dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;

ii) precisa-se contemplar a cooperação com Estados e Municípios;

iii) é necessário que as entidades e órgãos do Poder Executivo Federal tenham ações voltadas para a implementação da infra-estrutura ética (gestão, orientação e controle), uma ação voltada para campanhas educativas na sociedade seria importante;

iv) como a pesquisa sobre valores éticos não foi realizada, não foi possível avaliar a adequação dos indicadores com base em resultados concretos.

# CERTIFICAÇÃO DIGITAL

## OBJETIVO

Disseminar o uso da certificação digital na administração pública e no conjunto da sociedade brasileira e obter autonomia tecnológica em áreas estratégicas da tecnologia da informação e comunicação.

## PÚBLICO-ALVO

Usuários de sistemas informatizados privados ou públicos e órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 18.524.952,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 11.273.657,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 11.273.657,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADOR

Indicador em processo de definição

O processo de definição de indicadores é de alta complexidade e os mesmos estão sendo formulados mediante demanda do Comitê Gestor da Infra-Estrutua de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil). Já foram criados no decorrer de 2006 três indicadores para o Programa a serem aplicados a partir de 2007, quais sejam: Taxa de Crescimento do Credenciamento de Autoridades pela ICP - Brasil; Taxa de Incremento de Emissão do Certificado Digital e Taxa de Segurança Criptográfica da Chave Privada Emitida pelas AC da ICP - Brasil. A identificação de indicadores terá continuidade desenvolvendo-os nas perspectivas Resultados, Clientes, Processos, Tecnologia e Pessoas.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Considerando o atual estágio de utilização da rede de computadores na sociedade, por meio do comércio eletrônico ou das comunicações entre organizações públicas e privadas, há necessidade de garantir um sistema de segurança e privacidade nas transações por intermédio da implementação e operação da ICP - Brasil, bem como a sua disseminação, fomento e desenvolvimento.

Além disso, a atual dependência de sistemas proprietários e monopolistas de hardware e software apresenta-se como um impeditivo para o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação nacionais, como também para a promoção da inclusão digital.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- 29 autoridades certificadoras credenciadas;
- 59 autoridades de registro, presentes em todos os Estados, num total de 862 instalações técnicas;
- Desenvolvimento do aplicativo Nota Fiscal Eletrônica;
- Utilização de certificados digitais na informatização dos processos judiciais;
- Fomento a estudos e pesquisas, junto às universidades;
- Convênio com a Autoridade Certificadora do Rio Grande do Sul (AC-RS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Realização de avanços no projeto da plataforma tecnológica da Autoridade Certificadora Raiz;
- Conclusão de importante etapa do desenvolvimento do Projeto do Sistema de Gerenciamento de Certificados (SGC) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), restando para 2007 a sua integração com o Projeto do Módulo de Segurança Criptográfica em desenvolvimento pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA);
- Convênio com a UFSC e com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para a montagem de sala-cofre na Instituição, destinada ao armazenamento e geração de assinaturas e informações digitais sigilosas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento institucional do Programa abrange todas as suas ações, tem freqüência mensal e acontece em reuniões gerenciais do Comitê de Gerência de Projetos do Programa João de Barro. Ademais, os projetos são acompanhados por meio de visitas técnicas do Gerente do Programa João de Barro às instituições desenvolvedoras e por meio de relatórios mensais de acompanhamento de projetos elaborados por essas instituições.

São utilizadas no Programa João de Barro ferramentas de gerenciamento de projetos, de gestão de conteúdo (CMS), de controle de versões, de gerência de requisitos e de gerência da qualidade dos produtos.

Em relação à execução física das ações, as metas inicialmente previstas foram frustradas e dessa forma, os coordenadores das respectivas ações foram orientados a analisar melhor as estimativas físicas e financeiras para o próximo PPA.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e com fluxo de liberação compatível com a programação, contudo os créditos suplementares foram aprovados tardiamente comprometendo a execução de algumas ações.

A disponibilidade de recursos humanos na equipe gerencial e nas equipes executoras foi considerada inadequada e com nível de qualificação insuficiente, razão pela qual se executa, com o apoio da Universidade de Brasília (UnB), projeto voltado para a definição de quadro adequado de profissionais do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

A lentidão na celebração de convênio com a Finep, entidade parceira no Programa João de Barro, em função de requisitos de ordem jurídica a que o ITI está submetido, restringiu a execução plena de algumas ações.

Foram descentralizados créditos e recursos por meio de convênios e Termos de Descentralização de Créditos na Ação Desenvolvimento de Criptossistemas em Código Aberto, a fim de que outros parceiros do Governo, tais como UFSC e ITA, pudessem contribuir com o Projeto. Os parceiros entregaram os produtos encomendados no prazo previsto e assim o Projeto está sendo executado de forma adequada.

As informações foram disponibilizadas através das respectivas prestações de contas, sendo que, durante todo o processo, houve uma excelente integração entre a gerência do Programa e o ente executor da Ação.

Não foram explicitadas as características sócio-econômicas do público-alvo assim como o seu dimensionamento.

Uma melhor compreensão do potencial representado por Estados e Municípios poderá resultar na criação e intensificação da atuação junto às esferas regionais, tanto no setor público quanto no setor privado, podendo haver a necessidade de criação de novas ações.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui variados mecanismos que promovem a participação social tais como :

a) consulta pública: prática adotada no Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping), onde o ITI participa em grupos de trabalho;
b) reunião com grupos de interesse: o ITI realiza anualmente, desde 2003, o Fórum de Certificação Digital, onde há a oportunidade de se reunir com diversos grupos de interesse a exemplo de segmentos da indústria, de entidades da ICP-Brasil e de delegações estrangeiras de organizações similares ao ITI;
c) estabelecimento de fórum de cooperação internacional com a Venezuela e a Argentina;

d) desenvolvimento do conhecimento mútuo com as empresas privadas que atuam no setor que opera o ITI.

O Programa João de Barro se utiliza continuadamente dos referenciais CMMi, PMBoK e dos padrões éticos estabelecidos para a Admistração Pública Federal (APF). Esses padrões são empregados pelo ITI e instituições conveniadas a exemplo do Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV), UFSC e ITA para engenharia de software e gerência de projetos. Os padrões éticos procuram nivelar a conduta de desenvolvedores provenientes de culturas organizacionais diferenciadas.

**RECOMENDAÇÕES**

- Há necessidade de se aprimorar as metas físicas e a definição de indicadores, estabelecendo sua correlação com um possível sistema de medição do desempenho global do ITI;

- Nesse contexto, também há a necessidade de identificar as informações comparativas com as quais seria possível estabelecer uma comparação pertinente com outras instituições nacionais e/ou internacionais que atuam no mesmo segmento do ITI, além de estabelecer as principais relações de causa e efeito entre elas;

- Outro aspecto de suma importância é se constituir um quadro efetivo e qualificado de funcionários do ITI.

# DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL

## OBJETIVO

Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar às decisões governamentais de caráter político-administrativo e ao cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural.

## PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 29.087.779,00 | Empenho Liquidado: | R$ 26.904.150,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 26.904.150,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO A DEMANDA DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELOS CIDADÃOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 44,37
**Índice previsto ao final do PPA:** 87,45

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa visa cumprir o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 216 da Constituição Federal, o qual determina que cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Conseqüentemente, o programa atende ao disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que, ao regulamentar esse princípio constitucional, identifica o papel singular do Arquivo Nacional como órgão competente na esfera do Poder Executivo Federal para exercer a gestão documental, bem como implementar e acompanhar a política nacional de arquivos.

O Programa de Democratização do uso da informação arquivística governamental é a estratégia mais eficaz para ratificar a legitimidade do Arquivo Nacional como agente fundamental no processo de modernização administrativa do Estado e no fortalecimento da cidadania. A ausência de padrões técnicos no que se refere à gestão, guarda, preservação e acesso aos documentos públicos, implica a dispersão e perda do patrimônio documental do País, a limitação do acesso à informação e o comprometimento da eficácia da própria máquina administrativa do Estado, além de significar desperdício de recursos humanos, materiais e financeiros.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Acesso ao acervo recolhidos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), dos extintos Serviço Nacional de Informação (SNI), do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da Comissão Geral de Investigação (CGI), possibilitando a emissão de certidões probatórias e cópias de documentos para a Comissão de Anistia, Pessoas Físicas e Jurídicas e para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, além de viabilizar a realização de pesquisas acadêmicas e jornalísticas;
- Realização de concurso público para admissão de 182 servidores ao quadro permanente do Arquivo Nacional, possibilitando a criação de novas frentes de trabalho, avaliação de metodologias e ampliação dos serviços ao público;
- Melhoria nas condições de acesso, por meio do novo portal do Arquivo Nacional, com maior disponibilização de dados e informações.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

No âmbito da gerência, há diversos mecanismos de monitoramento do desempenho físico das ações, tais como :

a) reuniões trimestrais de trabalho, com a participação de toda a equipe do Programa, em que são debatidas as dificuldades encontradas e os resultados obtidos;
b) inserção mensal de dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos coordenadores de ação credenciados, subsidiando as reuniões mensais de coordenação que contam com a presença do gerente-executivo do Programa, responsável pela Assessoria de Planejamento e Projetos do Gabinete do Diretor-Geral, tornando possível à gerência do programa acompanhar ao desempenho físico e financeiro das ações, além de viabilizar a implementação dos ajustes necessários à consolidação trimestral das ações.

O cumprimento das metas físicas inicialmente estabelecidas para as ações consideradas como atividades, segundo metodologia do PPA, ficou acima do previsto na LOA 2006, em parte, devido ao convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e à ampliação dos quadros funcionais do Arquivo Nacional por meio de concurso público. Da mesma forma, na maioria dos casos, as ações padronizadas também alcançaram seus índices físicos.

Os recursos orçamentários para a implementação das ações autorizados na LOA 2006 atenderam às necessidades do Programa. Contudo, a liberação dos recursos sofreu

descontinuidade, embora tal fato não tenha prejudicado decisivamente a execução prevista, em virtude da compatibilidade entre o cronograma de liberação efetiva e as necessidades para o atingimento das metas físicas propostas.

Cabe destacar que a execução do orçamento de 2006 sofreu prejuízo em razão da liberação em pequenas parcelas do limite para movimentação e empenho. Outra razão decorre do fato de que, embora a solicitação de crédito suplementar tenha obedecido ao prazo legal, sua liberação ocorreu somente no dia 29 de dezembro, impossibilitando a execução integral do orçamento existente.

O impacto das ações executadas com recursos não-orçamentários foi considerado alto, consistindo em Projetos específicos junto às agências de fomento, visando ao tratamento técnico do acervo.

Os recursos materiais e a infra-estrutura foram considerados inadequados e insuficientes nas equipes executoras. Constituíram restrições importantes as dificuldades na execução orçamentária; a aprovação tardia do orçamento; a liberação dos recursos em parcelas; e a aprovação e liberação de crédito suplementar em prazo incompatível para sua execução. Tais fatos comprometeram a aquisição de materiais e de serviços de interesse da Instituição.

Há a necessidade urgente de ampliação orçamentária para a realização de investimentos na modernização da infra-estrutura institucional (ampliação e adequação dos espaços para guarda de documentos, aquisição de estantes, implantação dos requisitos necessários dos registros eletrônicos, etc) no Rio de Janeiro (RJ) e em Brasília (DF).

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Faz-se necessária a criação de nova ação orçamentária referente à atuação do órgão como agente de modernização dos serviços arquivísticos governamentais. Tal ação refere-se à Gestão de Documentos Federais não contemplados no atual conjunto de ações e que está definido na Lei nº 8.159 de 1991 e nos Decretos nº 4.073/2002 e nº 4.915/2003.

Conforme mencionado anteriormente, por determinação legal, cabe ao Arquivo Nacional prover a gestão de documentos de arquivos junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, assim como a coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), no âmbito da Administração Pública Federal. Na atual configuração do Programa, apenas são contempladas a difusão da informação e a preservação e organização do acervo, permanecendo ausente esta importante incumbência do Arquivo Nacional.

Não há como aferir a íntegra da prestação e influência do Arquivo Nacional junto aos órgãos governamentais, devido à ausência de ações específicas para esse fim, dentre as atividades contínuas de gestão de documentos e de divulgação do acervo, o que também compromete o alcance do objetivo do Programa.

O Programa realiza parcerias não governamentais para sua execução que colaboram para o cumprimento das metas, como por exemplo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Arquivos Ibero-Americanos (ADAI), parceria com a Unesco.

O Arquivo Nacional possui alguns mecanismos que promovem a participação social, tais como:

a) as ferramentas de comunicação disponibilizadas em seu sítio eletrônico para acesso à ouvidoria, à direção-geral e às demais unidades de sua Intranet, além das reuniões de coordenação e planejamento;
b) o Conselho Nacional de arquivos (Conarq), fórum integrado por representantes de setores governamentais e da sociedade civil onde são debatidos temas ligados à política de arquivos.

As atividades e projetos empreendidos encontram, nas demandas dos órgãos públicos, dos seus usuários especializados e do público em geral, um balizamento importante para sua execução.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários e apresenta boas práticas de gestão que podem ser replicadas na Administração Pública Federal.

**RECOMENDAÇÕES**

- Ampliação dos investimentos, no Rio de Janeiro e em Brasília, para modernização da infra-estrutura institucional (ampliação e adequação dos espaços para guarda de documentos, recolhimento e preservação do acervo);

- Necessidade de estreitamento de laços, no campo da gestão documental, com outros órgãos e entidades do Governo Federal;

- Necessidade de criação de nova ação orçamentária referente à atuação do órgão como agente de modernização dos serviços arquivísticos governamentais.

# DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL

## OBJETIVO

Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 168.653.756,00 | Empenho Liquidado: | R$ 158.306.895,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 158.306.895,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TOTAL DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 386.213
**Índice previsto ao final do PPA:** 444.512

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

O indicador, que expressa apenas a quantidade, não consegue aferir toda a mobilização do jornalismo da Empresa Brasileira de Comunicações (Radiobrás) pelo direito à Informação, pela qualificação dos seus funcionários e pela melhoria da qualidade da sua informação. A Agência Brasil, por exemplo, que no passado produzia apenas textos e fotos, exibe hoje um trabalho multimídia que inclui infográficos, matérias em vídeo e áudios. A melhoria na informatização já permite que se acompanhe o número de visitas, os *pageviews*, que são registrados desde julho e não são contemplados pelo indicador, que não é capaz de representar a cobertura jornalística da Radiobrás, não expressando a qualidade do trabalho realizado. Desta forma, durante 2006 foram registradas 1.654.088 visitas e 6.599.381 *pageviews*.

## 2. TRANSMISSÃO DE EVENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 100
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Este indicador reflete todo o empenho da Radiobrás na transmissão dos eventos da Presidência da República (percentual de eventos da Presidência da República cobertos pela Radiobrás), seja em Brasília, nos Estados ou nas viagens do Presidente ao Exterior. Em 2006 ocorreram 155 eventos em Brasília, 130 em outras cidades brasileiras e 24 no exterior, com cobertura integral da Radiobrás.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O problema tem origem na necessidade de dispor à sociedade brasileira a universalização das informações jornalísticas, educacionais, culturais e de utilidade pública para promover a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

- Transmissão ao vivo de todos os eventos do Presidente da República sendo 265 ao vivo e mais 442 eventos dos Ministros;
- Conquista do prêmio de segunda melhor agência do País e mais seis prêmios de reconhecimento pela sua qualidade;
- Disponibilização a todos os órgãos de imprensa do País e do mundo de um total de 24.236 matérias, 18.960 fotos, 256 vídeos e 216 áudios via Internet;
- Disponibilização de 1.300 matérias e uma grande série em áudio e vídeo;
- Disponibilização pela Radioagência de 252.510 *downloads* à 1.320 emissoras do País para reaproveitamento das matérias;
- Incremento de 87% do Radioclipping e 47% do banco de Notícias;
- Inauguração da Rádio Mesorregional do Alto Solimões;
- Edição do inédito Manual de Redação, distribuído a cada um dos funcionários da Empresa;
- Cobertura de 130.146 km de estradas para a realização de transmissões ao vivo a fim de informar sobre os atos e fatos do Presidente da República e dos Ministérios;
- Transmissão de 8.090 horas pela NBr e 8.138 horas pela TV Nacional;
- Alcance pela Radiobrás de 85% da rede NET e retransmissão em 1.022 Municípios;

.

• Definição de protocolo de compromisso com o cidadão, pela Radiobrás, para o estabelecimento dos princípios e parâmetros que orientaram a produção jornalística da empresa durante o processo eleitoral;

• Elaboração do Código de Conduta da Radiobrás por meio do qual todos os funcionários da empresa se comprometem a zelar pelo caráter apartidário da cobertura eleitoral;

• Introdução, como novidade na apuração das eleições, do chamado Fator Radiobrás, o que permitiu uma leitura da votação não apenas em função de dados geográficos, como também econômicos, sociais e políticos, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Organizações das Nações Unidas (ONU);

• Aumento do faturamento da Radiobrás de 25,2% em relação ao ano de 2005, em virtude do aumento de 5% no volume de publicações;

• Realização de 116 licitações, 135 contratos, 134 acordos com entidades nacionais e internacionais, 140 instrumentos como convênios e acordos, além de 846 contratos de publicidade e 146 parcerias;

• Realização de 99% do orçamento liberado para investimento e 95% do valor destinado às despesas correntes;

• Crescimento de 22,5% em receita própria e 22,1% em ganho de produtividade;

• Criação da nova Agência Brasil, com textos, fotos, sons e vídeos;

• Informatização da gestão de concursos públicos, da avaliação de desempenho e da cobertura das eleições;

• Aquisição de 17 novos servidores para assegurar maior velocidade de processamento das informações e renovação de 245 estações de trabalho;

• Publicação, a partir de maio, de uma pauta diária unificada dos diferentes veículos da Radiobrás no Jornalismo à Central de Pauta;

• Produção e distribuição, pela Radiobrás, do programa semanal Café com o Presidente, em que o Presidente da República discorre sobre projetos e ações do governo, além de outros temas de interesse do cidadão, veiculado às segundas-feiras, em quatro horários distintos, em aproximadamente 1.300 emissoras de Rádio, totalizando 120 horas semanais, sete minutos nas emissoras de TV, 240 linhas e duas chamadas de capa nos jornais e 320 linhas e quatro chamadas de capa nas Agências de Notícias;

• Consolidação do programa de TV Diálogo Brasil, criado com o núcleo de documentários e de um novo programa, o VER TV em parceria com a TV Câmara e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

• Criação do radiojornal Notícias da Manhã, ancorado do Rio de Janeiro, com participação de Brasília e dos correspondentes nos Estados;

• Inauguração da Rádio Mesorregional do Alto Solimões, instalada em Tabatinga (AM), dentro de projeto da Radiobrás em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI);

• Realização de cursos de português para 185 funcionários;

• Realização de reuniões quinzenais de avaliação envolvendo diretores, assessores, chefes de departamentos e alguns funcionários do quadro;

• Promoção da sistematização do programa de Qualidade Editorial e do Comitê de Qualidade Editorial;

• Alcance do índice médio de 97,9% na avaliação dos 20 indicadores do contrato de gestão da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP), significando que a organização atingiu plenamente as metas pactuadas;

• Premiação, na 33ª edição do NHK Japan Prize, da série Um Menino Muito Maluquinho, da ACERP/TVE Brasil, como melhor produção para o público infantil;

• Inclusão dos novos programas O Espaço Público, Casos de Justiça e Animania na programação da ACERP/TVE Brasil;

• Manutenção de recursos para legenda oculta em tempo real (*closed caption*) em mais de 25% da programação da ACERP/TVE Brasil, por intermédio de parceria com a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), constituindo importante iniciativa de inclusão social da primeira emissora educativa a prestar esse serviço aos deficientes auditivos;

• Inserção internacional da TVE Brasil, por meio da participação em Fóruns e Eventos e de parceria com canais renomados como o National Geografic e a BBC;

• Intercâmbio com o projeto Item Exchange, com a estréia do programa Janela, Janelinha, que reúne programetes infantis produzidos em todo o mundo e trocados entre emissoras públicas;

• Lançamento do Selo Rádio MEC, pela ACERP, como alternativa de qualidade ao mercado fonográfico, viabilizando no exercício de 2006 a produção integral, gravação e finalização de mais de nove *compact discs* (CDs), no Estúdio da Rádio MEC, com o Patrocínio da Petrobras.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

No âmbito da gerência, o monitoramento sobre o desempenho das ações é realizado por meio do registro das informações de execução física e financeira no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos respectivos coordenadores de ação, permitindo o acompanhamento e monitoramento da execução das ações que compõe o Programa. Também são elaborados Relatórios de Gestão para acompanhamento dos dados inseridos pela ACERP (TVE Brasil e Rádio MEC).

Em 2006, a Radiobrás acompanhou 100% das atividades do Presidente da República e o número de matérias distribuídas alcançou 88,62% da previsão inicial e superou a previsão corrigida.

Além da avaliação anual dos programas do PPA, em 2006 foi realizada pela Subsecretaria de Comunicação Institucional da Presidência da República outra avaliação por intermédio da Comissão de Acompanhamento e Avaliação. Foram analisados 20 indicadores e metas estabelecidas no Contrato de Gestão que refletem o desempenho relativo ao conteúdo informativo, educativo e cultural, índices de avaliação contábil e de atualização tecnológica. Essa avaliação é sistemática, constituída por duas avaliações anuais consubstanciadas em relatórios semestrais. Nos exercícios de 2003 a 2006 as notas obtidas pela Instituição foram, respectivamente, 9,39, 9,06, 9,95 e 9,79, correspondendo ao pleno atingimento das metas pactuadas.

As dotações para o grupo de custeio autorizadas na LOA 2006 foram consideradas suficientes para atender as despesas durante o exercício financeiro, porém para grupo investimento foi necessária a solicitação de crédito suplementar como forma de atender todas a necessidade da empresa.

Os recursos foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, contudo foram necessários aumentos nos limites estabelecidos para os gastos com diárias a fim de atender a demanda em função, principalmente, das viagens do Presidente da República e da cobertura do primeiro e do segundo turno das eleições realizadas em 2006. Os recursos liberados no final do ano para investimento terão reflexos no ano de 2007, muito mais na qualidade do trabalho do que propriamente no número de material distribuído.

A infra-estrutura foi considerada inadequada nas equipes executoras e, dessa forma, a Radiobrás necessita de melhorias em suas instalações a fim de dispor de melhores condições de trabalho para seus funcionários. Idealmente, seria necessária a construção de sede própria, com todas as diretorias instaladas no mesmo prédio.

A digitalização completa do acervo da Radiobrás se faz necessária com a máxima urgência, de modo a evitar a perda de boa parte da documentação histórica do País. Atualmente, a referida documentação encontra-se em local precário e de difícil acesso para o dia-a-dia do trabalho jornalístico.

Outra necessidade é a definição de indicador que possa expressar a evolução da qualificação dos profissionais envolvidos e qualidade das informações disponibilizadas.

Os temas raça, gênero, pessoa com deficiência, criança e juventude são contemplados no âmbito do Programa, uma vez que a cobertura dos temas especificados faz parte do plano editorial dos programas jornalísticos. Ademais, a cobertura das ações do Governo Federal e entidades ligadas aos temas são uma constante nas pautas da Radiobrás.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Radiobrás possui uma Ouvidoria atuante, incluindo programas no Rádio e na TV, respondendo a questionamentos da sociedade. Em 2006, a Ouvidoria promoveu

audiências públicas com a participação de ouvintes da Rádio Nacional para discutir a sua programação.

O projeto do Alto Solimões tem a participação direta da sociedade na gestão da Emissora Mesorregional, inaugurada no final do ano de 2006.

A Central do Ouvinte tem permitido o contato direto com as emissoras de Rádio, com críticas e sugestões. A sociedade também mantém contato direto com as Rádios, TVs e Agência de Notícias do Sistema Radiobrás via correio eletrônico, cartas e telefonemas.

Há ainda programas dirigidos e construídos com a participação de crianças e adolescentes, cursos de línguas estrangeiras e a participação na sugestão de pautas para todos os veículos da Radiobrás.

**RECOMENDAÇÕES**

- Criação de indicadores para a Radiobrás que possam expressar a evolução da qualificação do quadro profissional e a qualidade das informações disponibilizadas;
- Aperfeiçoamento nas instalações da Radiobrás a fim de permitir uma melhor condição de trabalho a seus funcionários.

# DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA

## OBJETIVO

Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 80.521.015,00 | Empenho Liquidado: | R$ 77.288.673,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 77.288.673,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. QUANTIDADE DE ACESSOS AO SÍTIO DA IMPRENSA NACIONAL PARA CONSULTA DO DIÁRIO OFICIAL E DA JUSTIÇA

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 13.750.000
**Índice previsto ao final do PPA:** -

O quantitativo de 13.750.000 acessos à página da Imprensa Nacional na Internet, durante o ano de 2006, foi considerado dentro do previsto. O dado refere-se exclusivamente a acessos via página inicial da Imprensa Nacional, segundo controle do portal Google, cabendo ressalvar que não é possível apurar o número absoluto de acessos, uma vez que o controle não considera os acessos via Favoritos (possivelmente a grande maioria), nem o número de acessos em pontos conectados a assinaturas eletrônicas.

### 2. QUANTIDADE ABSOLUTA DE ASSINATURAS DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E DO DIÁRIO DA JUSTIÇA.

**Unidade de medida:** Unidade
**Índice apurado em 2006:** 13.031
**Índice previsto ao final do PPA:** 17.130

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

**3. TAXA DE RECLAMAÇÃO DE ASSINANTES DO DIÁRIO OFICIAL**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 10,89
**Índice previsto ao final do PPA:** 5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Tendo em vista o número de assinantes do jornal impresso ter alcançado 6.307, em relação ao número de reclamações recebidas de 687, no período de janeiro a dezembro de 2006, acredita-se ser altamente provável o alcance do índice previsto.

Vale esclarecer que, considerando o jornal impresso e a versão eletrônica, o número total de assinaturas alcançou um quantitativo de 13.031 assinantes, enquanto o número de reclamações recebidas pela Ouvidoria não identifica com precisão quantas são efetivamente provenientes de assinantes e quantas são de leitores eventuais.

**4. TAXA DE DIVULGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL POR MEIO ELETRÔNICO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 13,65
**Índice previsto ao final do PPA:** 15

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O número alcançado de assinaturas do jornal eletrônico foi de 1.779, enquanto que o número de assinaturas do jornal impresso foi de 11.252, totalizando 13.031 assinaturas para um total de 6.307 assinantes.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Há a necessidade de se facilitar a disseminação de informações internamente ao Governo Federal e, externamente, para toda a sociedade, conferindo maior transparência às suas ações. Busca-se, dessa maneira, assegurar que todos tenham acesso a informações de seu interesse particular geradas no âmbito dos órgãos públicos, ou de interesse coletivo e geral, na forma da legislação vigente, ou ainda tornar públicos os atos praticados para que adquiram legalidade e validade jurídica.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Comercialização dos Jornais Oficiais em versão eletrônica, com certificação digital nos padrões da Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil) para qualquer modalidade de assinatura, inclusive na modalidade Assinatura Empresarial, com cessão dos direitos autorais às empresas contratantes para fins de revenda dos subprodutos demandados pelos cidadãos, empresas e administração pública, preenchendo uma lacuna na oferta de subprodutos dos Diários Oficiais da União (DOU) com garantia de autenticidade do conteúdo do documento digital;

• Otimização do fluxo de produção editorial dos jornais oficiais, com substancial redução no horário de fechamento das edições e, conseqüentemente, na antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais, com reflexo positivo na logística de distribuição em todo o País, proporcionando entregas antecipadas aos clientes assinantes e aos compradores avulsos;

• Elaboração de projeto e preparação do ambiente editorial para criação de um novo caderno eletrônico do DOU, Seção 3, contendo somente atos referentes a contratos e licitações públicas, atendendo assim a demanda das empresas, dos órgãos públicos e da sociedade por uma publicação oficial específica para estes atos;

• Manutenção do processo de credenciamento e contratação de bancas de jornal no Distrito Federal para a realização de venda avulsa do DOU e do Diário da Justiça (DJ) em pontos de grande afluxo de cidadãos;

• Ampliação do serviço de revenda avulsa dos jornais oficiais para todo o País, com importantes parcerias firmadas, por contrato, com as imprensas estaduais de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul e Sergipe;

• Cadastramento e posterior contratação de bancas de jornal para a comercialização, nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Espírito Santo, diante do não interesse das imprensas oficiais do Rio de Janeiro e Espírito Santo e da inexistência de imprensa oficial no Estado do Ceará;

• Editoração de 505,3 mil páginas no período de janeiro a dezembro de 2006, sendo 77,6 mil páginas do DOU, Seções 1, 2 e 3 (15,36% do total), 420, 3 mil páginas referentes ao DJ, Seções 1, 2 e 3, (83,18% de todas a matérias editadas) e 7.356 páginas de edições extras e suplementares ao DOU (1,46% do total);

• Em função do volume de matérias recebidas do Poder Judiciário, houve significativo aumento do número de páginas editoradas em 2006, comparativamente aos anos de 2003, 2004 e 2005, mesmo com a implementação do plano de otimização da mancha gráfica que contempla, dentre outros aspectos, a redução de espaços entre textos durante o processo de paginação, o que resultou em 420,4 mil páginas editoradas contra 381,3 mil páginas em 2005 (crescimento de 91,98%).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O monitoramento do Programa é realizado tanto por meio de reuniões de trabalho semanais, com a participação do Gerente do Programa, Gerente-Executivo e todos Coordenadores de Ação, quanto por meio do acompanhamento da inserção mensal de dados físicos no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

Anualmente, os relatórios de gestão são elaborados com os dados de todas as coordenações e consolidado pelo Gabinete da Direção Geral.

Dada a extensão geográfica do País, a Internet representa o meio de divulgação dos jornais oficiais com maior alcance no momento atual. Embora esteja em curso grande esforço no sentido de distribuir os jornais impressos em todas as capitais dos Estados da Federação, sua divulgação nos locais mais remotos decorre principalmente da divulgação eletrônica, do acesso direto dos assinantes eletrônicos e da disponibilização na Internet.

A Lei Orçamentária Anual nº 11.306, de 16 de maio de 2006, consignou à Imprensa Nacional dotação orçamentária no valor de R$ 229,2 milhões. Desse total, R$ 67 milhões representam reserva de contingências, recurso proveniente de receita própria e vinculada de fundos e da administração indireta.

Do total da dotação orçamentária, R$ 82,6 milhões foram empregados para pagamento de aposentados e pensionistas. O montante aprovado para custeio e investimentos foi de R$ 48,5 milhões, liberado na sua totalidade. O valor de R$ 24,1 milhões foi destinado ao pagamento de pessoal ativo da União.

Foram suplementados créditos orçamentários no valor de R$ 18,2 milhões, R$ 16,02 milhões e R$ 2,2 milhões para a Ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Foram remanejados R$ 470 mil de Custeio para Investimentos, dentro da Ação Funcionamento do Parque Gráfico.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes para a realização das atividades, aquisição de insumos e manutenção dos contratos firmados e foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação física. Nesse sentido, o cumprimento das metas físicas alcançou patamar acima de 100% do previsto na LOA 2006.

O atraso na publicação da LOA 2006, entretanto, comprometeu a programação das despesas, em especial os investimentos da Imprensa Nacional, comprometendo a renovação do convênio com a Fundação de Seguridade Social (GEAP), além de dificultar a realização de licitações e a celebração de contratos, gerando um elevado valor de restos a pagar para 2007.

Em 2006, referentes à cota-parte do rateio de água e energia elétrica, foram repassados: pela Advocacia Geral da União (AGU), recursos orçamentários e financeiros no valor de R$ 97.426,77 (referente ao ano 2005, restando em aberto 2006); pelo Arquivo Nacional, recursos financeiros no valor de R$ 26.201,27 (referentes ao período de dezembro de 2005 a outubro de 2006) e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), recursos financeiros no valor de R$ 10.027,71 (referentes ao período de dezembro de 2005 a outubro de 2006).

No período de 2006, foram repassados à Casa Civil da Presidência da República recursos orçamentários no montante de R$ 2,4 milhões.

O Programa foi concebido com intuito de garantir a publicidade de Atos Oficiais, atuando nos problemas detectados na cadeia causal de produção e distribuição dos Diários Oficiais por meio de ações coordenadas, garantindo a melhoria da eficácia na divulgação dos Atos Oficiais, bem como do processo produtivo. A aquisição de equipamentos de ponta, de peças para a reforma da impressora rotativa e outras medidas em andamento, também contribuíram para o bom desempenho do Programa.

Em 2010, a Imprensa Nacional será referência na América do Sul e nos países de Língua Portuguesa, pela excelência na publicação e serviços gráficos estratégicos do setor público, com estrutura tecnológica moderna.

Com o intuito de otimizar a programação, para o exercício de 2007 foram aglutinadas a Ação Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais e a Ação Edição, Produção, Divulgação e Distribuição de Publicações Oficias, compreendendo concepção, produção e disponibilização de anúncios e campanhas de divulgação em jornal impresso e eletronicamente por meio da Internet.

Dentro da visão de governo de propiciar cidadania ao povo brasileiro, ampliou-se o serviço de revenda avulsa dos jornais oficiais para todo o País por meio de importantes parcerias firmadas, em contrato, com as imprensas estaduais de São Paulo, Bahia, Sergipe, Pará, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Com foco no sítio da Imprensa Nacional, nas assinaturas do DOU e do DJ, foram incluídos dois novos indicadores em 2006.

O Programa possui sólida sustentabilidade financeira para as despesas discricionárias, projetos e pagamento de pessoal ativo da União, assegurada pelo Fundo de Imprensa Nacional (Funin), não possuindo financiamentos externos, nem privados.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Ouvidoria da Imprensa Nacional tem por propósito conhecer o grau de satisfação do cidadão-usuário do órgão, buscar soluções para as questões levantadas, oferecer informações gerenciais e sugestões a seus dirigentes para o aprimoramento da prestação dos serviços. Assim, como importante canal de comunicação entre o cidadão-usuário e a Imprensa Nacional, tem como principal finalidade ouvir dúvidas, reclamações e sugestões, registrá-las e buscar solução para as manifestações em relação aos serviços prestados diretamente.

Para a avaliação da satisfação dos beneficiários do Programa, além da Ouvidoria, também são utilizados: a central de atendimento telefônico com ligações gratuitas (serviço 0800); o atendimento pessoal; mensagens eletrônicas e Internet; cartas e telegramas.

O Programa apresenta boas práticas de gestão, passíveis de replicação no âmbito da Administração Pública Federal, como por exemplo, a adesão pioneira da Instituição ao

programa de Coleta Seletiva Solidária, instituído pelo Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Instituiu ainda o sistema interno de comunicação, com a edição eletrônica do informativo Nosso Jornal, pelo qual os servidores são informados, instantaneamente, sobre os fatos mais importantes da administração.

**RECOMENDAÇÕES**

- As metas físicas das ações merecerem novo estudo, de forma a promover seu melhor alinhamento ao objetivo do Programa e estimação mais coerente com a realidade. No exercício de 2006, algumas metas apresentaram inconsistência, como por exemplo:

a) Ação Divulgação Eletrônica e Distribuição de Publicações Oficiais, produto Exemplares Distribuídos – Previsão LOA + Créditos de 2,7 milhões de exemplares, frente ao realizado de 4,3 milhões de exemplares (156,96% da meta);
b) Ação Edição e Produção de Publicações Oficiais - produto Exemplares Distribuídos quando o correto seria Páginas Impressas - Previsão LOA + Créditos de 1,5 milhão de exemplares, frente a 973,9 milhões de páginas, (64.924,88% da meta, como resultado da distorção da unidade).

# INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

## OBJETIVO

Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira, de forma integrada com outras instituições, fornecendo informações, serviços e infra-estrutura.

## PÚBLICO-ALVO

O Governo, em todas as esferas, a sociedade brasileira e em particular os Amazônidas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 53.809.640,00 | Empenho Liquidado: | R$ 35.774.261,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 35.774.261,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. FREQÜÊNCIA DE DIVULGAÇÃO DE ALERTAS CONSOLIDADOS DE DESMATAMENTO

**Unidade de medida:** Alerta Emitido
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 6

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Os indicadores previstos e as metas físicas não são adequados à avaliação dos resultados do Programa e deverão ser revisados para o próximo PPA.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Necessidade de coletar, armazenar, processar, analisar e disponibilizar informações atualizadas, de forma contínua para subsidiar as ações de planejamento, integração e intervenção de Governo na Amazônia Legal.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Realização de processo seletivo para a contratação de servidores temporários, com oferta de 220 vagas. Tal ação reduziu a dependência da terceirização de serviços, além de permitir a internalização de conhecimentos e a redução de custos da instituição;

• Mudança do Centro de Coordenação Geral (CCG), localizado em Brasília para um novo prédio;

• Realização de capacitação do corpo gerencial do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), em atividade realizada em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP);

• Realização de cinco missões de imageamento, totalizando cobertura de 1,9 milhões km²;

• Aprovação dos projetos referidos nos editais nº 013 e nº 014 da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que possibilitará a criação de uma rede regional para estudos e monitoramento meteorológico na Amazônia Legal;

• Assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Censipam e a Rede Amazônica, para o fornecimento de boletins meteorológicos às três edições diárias de telejornais locais;

• Realização de oito missões de manutenção de terminais de telecomunicação remotos, reduzindo o número de terminais inoperantes e aumentando o tempo de uso dos mesmos, disponibilizando acesso ao público;

• Reformulação do website do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), desenvolvido em *software* livre;

• Coordenação e elaboração do Projeto de Radiografia da Amazônia para o mapeamento dos vazios cartográficos na escala 1:100.000, da cartografia geológica e da cartografia náutica;

• Realização de reuniões técnicas com a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Serviço Geológico do Brasil, para a discussão de ações integradas em recursos hídricos, resultando na emissão de boletim de alerta de enchentes pela ANA, CPRM e Censipam;

• Iniciada a execução dos projetos de telessaúde e de teleducação com o uso dos terminais remotos do Sipam;

• Disponibilização de informações nos terminais do Sipam instalados nos Municípios do Alto Solimões, com divulgação pela Rádio AM Mesorregional do Alto Solimões;

• Participação do Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), junto à Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico Nacional (CCZEE).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As metas físicas previstas para o exercício de 2006 tiveram sua execução situada no patamar entre 80% a 100% da previsão inicial.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação, tendo a execução financeira alcançado aproximadamente 67%. Não foram identificadas dificuldades relacionadas à programação financeira.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi considerada inadequada, pois o processo seletivo simplificado ocorrido em 2006 previa a contratação de 220 colaboradores, embora somente 114 vagas tenham sido efetivamente preenchidas em 2006.

O Decreto nº 5.420 de nº 13.4.2005, que prevê a estrutura organizacional do Censipam, carece de reformulação para que o órgão possa estruturar de forma satisfatória seu organograma.

Alguns aspectos adicionais foram considerados inadequados, não atendendo ao objetivo inicialmente estabelecido para o Programa, tais como: a definição do objetivo do Programa em relação ao problema; a caracterização e o dimensionamento do público-alvo; a pertinência e a suficiência das ações; a suficiência das metas físicas e a definição dos indicadores.

Por ocasião da Avaliação do PPA 2004-2007, referente ao ano base 2005, tais aspectos foram questionados e receberam recomendações para que fossem corrigidos e aperfeiçoados, resultando no estabelecimento do Plano de Ação para o biênio 2005-2006. Contudo, o resultado efetivo foi frustrado, não se atingindo as metas inicialmente estabelecidas.

As informações produzidas pelo Sipam são importantes para usos militares em ações de defesa das fronteiras, no combate ao tráfico de drogas e outros ilícitos na região, no combate ao desmatamento ilegal, no planejamento da ocupação controlada da região, na produção de relatórios meteorológicos, para subsidiar estudos acadêmicos sobre a biodiversidade, para otimizar os sistemas de transporte e de comunicações da região e para possibilitar o acesso das populações locais às novas tecnologias, entre outras aplicações.

Dessa forma, não é questionado o mérito a que se propõe o Programa, mas entende-se necessária a revisão de seu objetivo e público-alvo, do foco de atuação de cada ação e do direcionamento estratégico do órgão executor, com o objetivo de redefinir as ações para melhor representar o papel da instituição dentro do Programa.

Os temas raça, gênero, pessoa com deficiência e/ou criança e juventude são contemplados no âmbito do Programa por meio de palestras sobre parto humanizado,

via sistema de comunicação à população, atendimento à população indígena e o desenvolvimento de programas de teleducação e telessaúde para mães e suas crianças.

Dentre o processo em curso de realinhamento estratégico do Censipam, alguns fatores foram considerados como críticos para o bom desempenho do órgão tais como:

a) qualificação da equipe e mapeamento das competências específicas e transversais;
b) definição da estrutura organizacional por intermédio da revisão do Decreto nº 5.420 de nº 13.4.2005, que prevê a estrutura organizacional do Censipam e aprovação do regimento interno;
c) padronização dos processos administrativos e operacionais;
d) definição de carteira de produtos focada nos diferenciais competitivos do sistema e capazes de gerar complementariedade com os demais órgãos de governo da região amazônica.

**RECOMENDAÇÕES**

• Já para a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, o Programa deve passar por profunda reformulação em suas ações, indicadores, público-alvo e metas físicas, sendo que essas devem ser revistas e alinhadas com a real capacidade de execução do órgão;

• Recomenda-se a construção de novos indicadores e o levantamento das fontes de dados para alimentação dos mesmos, tendo em vista que não há dados suficientes para o cálculo do indicador atual e esse não é capaz de representar o alcance do objetivo do Programa;

• Realização de processo seletivo para contratação de técnicos para a equipe gerencial e para as equipes executoras.

# NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM

## OBJETIVO

Reintegrar o jovem ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e ação comunitária.

## PÚBLICO-ALVO

Jovens que possuam entre 18 e 24 anos, que tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental, mas não tenham finalizado a 8ª série, e que não tenham vínculo formal de emprego na data da inscrição a uma das vagas disponibilizadas pelo Programa.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 333.560.445,00 | Empenho Liquidado: | R$ 246.549.074,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 246.549.074,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE COBERTURA DA POPULAÇÃO ATENDIDA NO PROJOVEM POR CAPITAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 14
**Índice previsto ao final do PPA:** 20

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Considera-se que o Programa terá logro em sua meta prevista, que corresponde ao atendimento de pelo menos 20% de seu público-alvo nas capitais (200 mil alunos).

### 2. TAXA DE CERTIFICAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PROJOVEM POR CAPITAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 60

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Justificativa pelo não cálculo do índice do indicador em 2006: além de toda a avaliação ao longo do processo de capacitação e do desenvolvimento de atividades, como a elaboração e entrega de trabalhos, a certificação de alunos após a conclusão do curso do ProJovem depende da submissão a exame externo de caráter nacional (Exame Nacional Externo – ENE) em 1ª e 2ª chamadas, o que implica na necessidade de prazo para a correção de provas e para a realização de outras atividades inerentes e embora muitos jovens tenham concluído o curso, somente serão certificados no ano de 2007, quando se espera, seja possível apurar os resultados em nível compatível com os índices de certificação previstos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Mais de 33 milhões de brasileiros compõem hoje o segmento juvenil na faixa etária de 15 a 24 anos, dos quais 80% vivem na área urbana (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2000). Os jovens representam cerca de 20% da população brasileira. O aumento do desemprego, da informalidade e da concentração da ocupação nos baixos níveis de renda não atinge de maneira uniforme os vários segmentos populacionais. Além das mulheres, dos negros e das pessoas com mais de 40 anos, os jovens são particularmente afetados pela dinâmica do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, 17 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, contingente correspondente a mais da metade do total de jovens, não estudavam, com o agravante de que há maior presença dos que não estudam entre o conjunto dos jovens ocupados: 10,6 milhões trabalham, mas não estudam. Por outro lado, 35,3% dos jovens inativos não estudam. Isso significava que 4,5 milhões de brasileiros de 15 a 24 anos não trabalham, não estudam e nem procuram emprego, o que é equivalente a 13,6% de todos os jovens no País.

O ProJovem caracteriza-se por ser uma iniciativa de gestão compartilhada no âmbito do Governo Federal, com a participação de quatro Ministérios: a Secretaria-Geral da Presidência da República, que o coordena, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A organização de sua gestão conta com um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pelos Ministérios parceiros. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios. Além disso, o Programa é executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras e com 34 cidades das regiões metropolitanas das capitais.

A concepção do ProJovem também é inovadora, pois proporciona formação integral ao jovem por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional com certificação de formação inicial e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar e cria uma organização curricular inovadora e flexível, aliando teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. Assim, a integração se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• O ProJovem teve como meta atuar em todas as 27 capitais brasileiras, a partir de 2005 e, desde 2006, expandiu sua abrangência para 34 cidades, todas integrantes de regiões metropolitanas das capitais e com população igual ou superior a 200.000 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico 2000. A atuação nas regiões metropolitanas das capitais representou uma consolidação do Programa como meio para se reduzir desigualdades, dar oportunidades aos jovens e combater a violência;

• Até 31 de dezembro, o número de inscritos nas capitais foi de 338,9 mil jovens, enquanto que em regiões metropolitanas foi de 47.923, totalizando um contingente de 386,8 mil jovens. Destes, quase a metade encontra-se matriculada, sendo 139.374 nas capitais e 23.758 nas regiões metropolitanas, totalizando 163,1 mil jovens matriculados nos cursos do Projovem. Todas as capitais têm jovens matriculados, com destaque para as capitais nordestinas. Até dezembro de 2006, o Projovem registrava 28.302 concluintes;

• De janeiro a agosto de 2006, os Municípios de Maceió (AL), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Belém (PA), Teresina (PI), Goiânia (GO), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Macapá (AP), São Paulo (SP) e Rio Branco (AC), além do Distrito Federal, deram início às aulas do ProJovem. A partir de novembro tiveram início as aulas nas seguintes cidades de regiões metropolitanas: Embu (SP), Diadema (SP), Mogi Guaçu (SP), Itaquaquecetuba (SP), Guarulhos (SP), Contagem (MG), Niterói (RJ), Duque de Caxias (RJ), Belford Roxo (RJ) e Canoas (RS);

• Em 2006, o material didático passou por processo de reformulação, em que todo o conteúdo foi revisto pelos autores das áreas específicas, e ainda, instrumentos de avaliação e cadernos de atividades pedagógicas foram reorganizados de modo a propiciar maior adequação às demandas dos diferentes atores que compõem a dinâmica pedagógica do Programa;

• O MTE estabeleceu parceria com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) para formulação e produção de 23 módulos referentes aos arcos ocupacionais e posterior entrega aos entes parceiros;

• Considerando a necessidade de produção de material específico para a formação inicial e continuada dos educadores do ProJovem, foram produzidos o **Manual do Educador - Orientações Gerais** e uma série de cinco vídeos de apoio ao desempenho das funções de professor especialista e orientador, nas três dimensões do currículo do ProJovem (a formação básica, a qualificação profissional e a ação comunitária) com respectivo texto de apoio;

• Produção e distribuição de dois números da Revista Estação Juventude, totalizando tiragem de 80 mil exemplares, com o objetivo de levar informações atualizadas sobre cidadania, educação, cultura e saúde a partir de uma proposta alternativa de entretenimento por meio da leitura, desenvolvendo um canal de comunicação entre o ProJovem e o seu público (estudantes, coordenadores, professores e técnicos);

• Produção e distribuição de 4.000 exemplares do Jornal Mural Estação Juventude, cujo objetivo é divulgar de forma concisa as principais informações contidas em cada Revista. O formato de mural, permite sua fixação em locais de grande circulação, atingindo um maior número de pessoas e oferecendo uma proposta alternativa de entretenimento por intermédio da leitura;

• Aquisição e entrega, até 2006, de um total de 19.615 computadores e estabilizadores, bem como 2.154 impressoras a laser. A responsabilidade pela preparação do espaço físico para instalação dos referidos laboratórios de informática, aquisição do mobiliário necessário e manutenção dos equipamentos é de cada Município ou Distrito Federal;

• Desenvolvimento da parceria, firmada em meados de 2005, entre a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretaria-Geral da Presidência da República e a Fundação Darcy Ribeiro (Fundar) para a formação continuada de professores da educação básica e de profissionais das áreas de trabalho, ação comunitária e cultura;

• A fim de capacitar os educadores do ProJovem para as aulas de informática, a Coordenação Nacional organizou um processo de formação nas ferramentas *Open Office* (editor de texto e editor de apresentações) e navegador *FireFox*, com carga horária de 16 horas. Em 2006, essa capacitação aconteceu em 20 capitais;

• Em maio foi realizado o Encontro Nacional das Instituições Formadoras, em Brasília (DF), com os seguintes objetivos: firmar princípios inerentes à formação inicial e continuada no ProJovem; promover o intercâmbio de idéias e experiências de formação inicial e continuada entre as Instituições formadoras; socializar metodologias inovadoras constantes das propostas das instituições formadoras; discutir os planos de formação inicial e continuada das instituições, em função dos fatores críticos identificados no diagnóstico integrado realizado no Encontro de Coordenadores Municipais e prover informações necessárias ao funcionamento do programa em rede;

• Posteriormente, foram realizados três encontros regionais, sediados em Recife (PE), Curitiba (PR) e Brasília (DF), com os seguintes objetivos: firmar princípios inerentes à formação inicial e continuada no ProJovem; discutir/ajustar os planos de formação inicial e continuada das instituições, em função dos fatores críticos identificados e das demandas do cotidiano, e prover informações necessárias ao funcionamento da Rede EduproJovem;

• Também foi criado o endereço <http://www.projovem.gov.br>, com as seguintes finalidades principais: disponibilizar e tornar púbicas todas as informações referentes ao funcionamento do Programa, abertura de canal de comunicação entre alunos e Coordenação Nacional, promover a interação das atividades dos Municípios participantes, divulgar o trabalho e as atividades nos Núcleos e Estações Juventude, estimular os alunos, professores e equipes de coordenação e registrar todos os acontecimentos do Programa;

• Levando em consideração que o ProJovem atuou em todas as capitais do País, atendeu a pelo menos 14% de sua população-alvo e foi expandido para as regiões metropolitanas das capitais, pode-se considerar que alcançou os resultados esperados.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os executores das ações são o MEC, o MTE e o MDS, que integram o Comitê Gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Como suporte operacional, o Comitê conta com uma Comissão Técnica também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios parceiros. Durante todo o ano foram realizadas reuniões periódicas do Comitê Gestor e da Comissão Técnica para planejamento e acompanhamento do Programa.

A Coordenação Nacional e os Ministérios gestores do Programa realizam visitas, supervisões, acompanhamentos e avaliações qualitativas de todos os processos de implantação e implementação do Programa nos Municípios parceiros. Além do trabalho realizado constantemente pelas Universidades do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA).

O SMA, concebido especificamente para o ProJovem, implantou e mantém um sistema informatizado de registro e processamento de dados (o Sistema Gerencial de Informações Educacionais - SISLAME), integrando e produzindo a informação necessária aos núcleos, estações juventude, coordenações municipais e coordenação nacional, para fins acadêmicos e administrativos, assim como monitora a execução de ações e etapas do Programa para fins de supervisão e controle de sua implementação.

As dotações orçamentárias alocadas para o Programa em 2006 foram suficientes para atender as despesas durante o exercício financeiro. As Prefeituras parceiras do ProJovem fizeram ajustes ao cronograma inicial, com isso a matrícula e o posterior ingresso dos alunos sofreu alteração, o que ocasionou menor necessidade de recursos para pagamento de auxílio financeiro aos jovens. Esse fato gerou uma readequação do orçamento destinado à ação de pagamento do benefício.

A demora na aprovação de alterações orçamentárias no Congresso Nacional provocou atraso na liberação dos recursos (últimos dias de dezembro de 2006) e conseqüentemente dificultou o cumprimento da programação física do Programa. De modo geral, entretanto, pode-se afirmar que o Programa foi implementado de maneira satisfatória.

Entre as iniciativas executadas por meio da ação Gestão e Administração do Programa (GAP), relacionam-se: Acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que tem, entre várias ações previstas, o fortalecimento da Gestão do ProJovem, a disseminação de informações e resultados do Programa; pagamento de despesas de operacionalização e manutenção (diárias, passagens, etc); convênio com universidades federais com o objetivo de realizar a supervisão do Programa; descentralização de recursos da Presidência da República

para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC (FNDE/MEC), com o intuito de contratar a Central de Atendimento (*Call Center*) para realização de inscrições de jovens no Programa, entre outras ações; implantação e manutenção do Sistema de Monitoramento e Avaliação e a consolidação dos convênios restantes com universidades federais.

Faz parte das responsabilidades dos Municípios parceiros providenciar e arcar com algumas despesas de custeio do ProJovem no âmbito de sua localidade, sendo que algumas coordenações municipais ainda não disponibilizaram adequadamente esses recursos. No entanto, a Coordenação Nacional do ProJovem já está em contato com as respectivas coordenações para auxiliar na solução das dificuldades surgidas.

É obrigação dos Municípios parceiros providenciar e arcar com a infra-estrutura necessária à execução local do ProJovem, referente aos espaços físicos adequados ao desenvolvimento do curso (salas de aula, ambientes apropriados para a instalação dos laboratórios de informática, espaços para a Estação Juventude). Em algumas capitais, a coordenação local não tem disponível essa infra-estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades.

Foram firmados convênios para execução de ações voltadas para a formação inicial e continuada de educadores e coordenadores locais do ProJovem, aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos matriculados no Programa; pagamento de educadores, pessoal de apoio e coordenadores locais do ProJovem e, excepcionalmente, locação de espaço físico, bem como aquisição de material de consumo.

Por meio do MTE foi estabelecida cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação social e profissional, visando beneficiar os alunos matriculados no Programa nas aulas de Qualificação Social e Profissional - Arcos Ocupacionais, visando contribuir para o aumento da efetividade social das ações e sua integração às políticas públicas de educação, trabalho e desenvolvimento econômico e social.

Para operacionalizar o pagamento e a manutenção do auxílio-financeiro mensal, o MDS que, para tanto, utiliza os recursos orçamentários destinados ao ProJovem, firmou um contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF), destinando R$ 85 milhões em 2006 para pagamento desses auxílios.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A participação social é feita por meio do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. Tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da

realidade sócio-econômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. O ProJovem se insere na Política Nacional de Juventude do Governo Federal como um dos principais programas.

Além disso, a central de atendimento do ProJovem (0800-7227777) realiza constantemente pesquisa dos usuários no sentido de verificar as principais demandas, dúvidas, reclamações, elogios, sugestões, etc dos alunos em relação ao Programa, inclusive fazendo ligações aos jovens (consulta ativa). Outro canal de comunicação, além das mensagens por correio eletrônico, é o sítio do ProJovem, que registra as manifetações feitas pelo público em geral. Com isso, o Programa atua de forma preventiva e rápida na resolução de problemas que possam vir a ocorrer pelas mais diversas razões.

O sistema de avaliação do Programa realizou os procedimentos previstos no seu Plano de Pesquisa da Avaliação e produziu relatórios sobre: o perfil dos alunos e grupo de comparação; o modelo de implantação do Projovem; a avaliação intermediária; e os grupos focais com educadores e alunos, em cinco capitais. Entre os resultados parciais desses relatórios, pôde-se constatar que 23,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos compõem o público-alvo do Programa, ou seja, 13,5% da população total. Para esta estimativa, foram utilizados como filtros elementares: habitar em região metropolitana, ter entre quatro a sete anos de escolaridade e não ter carteira de trabalho assinada. Verificou-se que o perfil dos jovens atendidos é coerente com o observado na população-alvo, estimada através da Pesquisa Nacional por Amostras de domicílios (PNAD) 2003, o que permite concluir pela focalização do Programa, em relação ao atendimento da população jovem metropolitana em maior situação de risco. Além disso, em referência às características demográficas, observou-se coerência entre dados da amostra da 1ª etapa da Pesquisa de Efetividade e dados do Sistema de Monitoramento.

Quanto à distribuição por gênero constatou-se que 53% são mulheres e 47% são homens. Quanto à escolaridade, o perfil revela, de um lado, o limite das atuais ofertas educacionais para essa clientela e a sua dependência de políticas específicas. Sobre a formação profissional dos beneficiários do Projovem, a pesquisa retratou que daqueles que trabalhavam em 2005, 83% não tinham realizado qualquer qualificação profissional e 50% nunca tinha feito qualquer curso de formação profissional.

Assim, o ProJovem aparece como uma das únicas ações do Estado a que esse público tem acesso. Em relação ao aprendizado, comparando-se a avaliação diagnóstica e a intermediária constata-se ganho de proficiência em língua portuguesa e matemática. Nas avaliações formativas, os percentuais de acerto foram acima da média de referência em quase todos os componentes curriculares. No exame nacional externo, a maioria dos jovens obteve média de acertos próxima a 56%. Portanto, o resultado da avaliação intermediária é de que o ProJovem opera positivamente, tanto na elevação da qualidade (ganho de proficiência), quanto na promoção da eqüidade (diminuição do desvio padrão observado na avaliação diagnóstica).

**RECOMENDAÇÕES**

- Alterar o título do indicador Taxa de Certificação dos Alunos Matriculados no ProJovem por Capital, para Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem, conforme solicitação recorrente da Coordenação Nacional do ProJovem;

- Ampliação do ProJovem, incorporando ações que promovem formação e qualificação de jovens no âmbito de outros Ministérios, como por exemplo Escola de Fábrica, Consórcio Social da Juventude e Soldado Cidadão, o que possivelmente constituiria uma referência em termos de programa multissetorial, tendo em vista a coordenação das ações pela Secretaria Geral da Presidência da República.




# SECRETARIA ESPECIAL DA AQÜICULTURA E PESCA

Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

Desenvolvimento Sustentável da Pesca

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), foram utilizados **R$ 94.530.120,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 129.459.779,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 94.530.120,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 129.459.779,00** | **Total realizado:** | **R$ 94.530.120,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela SEAP não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 21.061.411,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 16.395.727,00**.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Financiamentos da ordem de R$ 86 milhões, além de, atualmente, creditar-se ao Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) a finalização de uma embarcação pesqueira e outras quatro em construção;
- Subvenção ao preço do óleo diesel marítimo de 120 milhões de litros, 2.600 embarcações beneficiadas e milhares de armadores e pescadores profissionais beneficiados;
- Valor agregado ao pescado da região do médio, submédio e baixo São Francisco;
- Autonomia brasileira na produção de formas jovens;
- 61,4 mil em beneficiários em extensão pesqueira;
- Inclusão das práticas de aqüicultura continental e maricultura nos contextos ambiental, social e econômico;
- Recadastramento no Registro Geral da Pesca (RGP) de cerca de 485 mil pescadores profissionais.

## ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS

A Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP) foi criada em 2003, e a formulação do PPA 2004-2007 se deu em um cenário diferente da atual realidade. Direção idêntica foi observada no tocante ao orçamento do órgão.

Por sua característica de secretaria especial, com a totalidade do quadro composto

por contratações para cargos em comissão e representação em todos os Estados da União, a SEAP da Presidência da República tem enfrentado constantes desafios, ao longo destes quatro anos.

A criação do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca (Conape) e as conferências estaduais e nacional, realizadas em 2003 e 2006, constituíram-se nos principais fóruns de discussão e formatação de diretrizes políticas a serem implementadas pela SEAP.

A partir das conferências, outros fóruns de discussão foram criados e diversos encontros promovidos, tanto com o setor produtivo como com governos, sociedade civil e academia.

Estes importantes espaços de discussão têm, desde então, pautado a totalidade das ações da SEAP, mesmo aquelas não-orçamentárias, como a revisão da legislação pesqueira, o fortalecimento das relações internacionais, a produção de inúmeros trabalhos científicos, e o fortalecimento das relações com vários Ministérios e governos das três esferas.

É conhecido o reduzido quadro de servidores da SEAP - um órgão de governo, criado inicialmente para assessorar a Presidência da República, mas que, em curto espaço de tempo, incorporou ações finalísticas. Nesse sentido, seus servidores encontram-se habitualmente assoberbados.

Um dos aspectos que merece destaque é a definição orçamentária, pois o planejamento das ações exige um grande esforço para que reflitam as reais necessidades e demandas a serem implementadas pela SEAP. Contudo, as dotações liberadas para sua execução estão sempre aquém da necessidade, demandando assim novo planejamento de maneira que haja adequação à nova realidade. Assim, os rotineiros contingenciamentos exigem enorme esforço dos gestores para poder executar o orçamento e as metas físicas, comprometendo, por vezes, importantes ações.

Os procedimentos e a necessária versatilidade dos servidores da SEAP na execução dos seus programas, orçamento, cumprimento de metas físicas e avaliações, inevitavelmente têm causado atrasos e dificuldades no cumprimento de algumas atividades, como o atendimento dos dispositivos do Decreto nº 5.233/04.

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA

## OBJETIVO

Desenvolver a maricultura e a aqüicultura continental para o crescimento da produção de pescado, aumentando a oferta de emprego e a melhoria da renda dos povos litorâneos, ribeirinhos e produtores rurais.

## PÚBLICO-ALVO

Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais litorâneas, associações e cooperativas de produtores.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 20.407.130,00 | Empenho Liquidado: | R$ 14.600.946,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 14.600.946,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA AQÜICULTURA

**Unidade de medida:** tonelada/ano
**Índice apurado em 2006:** 260.000
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

A aqüicultura brasileira cresceu, em média, 20% ao ano, entre 1997 e 2006, em um cenário difícil, com reduzidos incentivos e dificuldades para efetivação do uso das águas de domínio da União.

O momento atual se diferencia pela aplicação de políticas públicas de fomento direcionadas para atuação nos principais elos da cadeia produtiva, dirimindo entraves ao desenvolvimento e oportunizando condições para um crescimento da produção nacional da ordem de 25% ao ano.

### 2. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB AQÜICOLA

**Unidade de medida:** R$ milhões
**Índice apurado em 2006:** 962
**Índice previsto ao final do PPA:** 3.296,51

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

A geração de receita oriunda dos produtos da aqüicultura (pescado), impulsionada pela diversidade de espécies comercializadas com sucesso, tem na carcinicultura (criação de camarões) uma parcela alta (em valores) de contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB), sendo que esse setor em particular apresenta forte recuperação e potencial de expansão. Soma-se a isso a perspectiva de incremento da produção nacional de pescados, incentivada pela ampliação da produção de espécies com alto potencial zootécnico e valores competitivos para o mercado interno e externo. Desta forma, uma correlação com as expectativas de crescimento, sem considerar o incremento do valor agregado, proporciona condições plenas para o alcance da meta.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

Existe um grande paradoxo entre a produção e a potencialidade para o desenvolvimento da aqüicultura. A produção aqüícola em 2003 foi de aproximadamente 312 mil toneladas, gerando em torno de 500 mil empregos diretos e indiretos. Esses valores, comparados ao potencial humano, à qualidade e à quantidade de água, aos insumos e ao clima, indicam que, em curto prazo de tempo, entre outras vantagens comparativas, a atividade pode se transformar em importante fonte geradora de trabalho e renda, explorando áreas pouco ou ainda não utilizadas, como as enseadas e as baías litorâneas, os grandes reservatórios e a região do semi-árido, dentre outras.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Valor agregado ao pescado da região do médio, submédio e baixo São Francisco, com a implantação da Unidade de Processamento de Pescado em Propriá (SE), possibilitando o processamento de 5 toneladas/dia, tornando-se instrumento fundamental para qualificar e ampliar a produção em um dos territórios com maior potencialidade para aqüicultura, seja pela disponibilidade hídrica dos reservatórios de Sobradinho (BA), Xingó (SE/AL), Moxotó (PE/BA) e Itaparica (BA), seja pela existência de pequenas propriedades rurais em perímetros irrigados às margens do baixo São Francisco - que têm a aqüicultura como alternativa de renda;

- Autonomia brasileira na produção de formas jovens. Quatro convênios possibilitaram a inserção de duas novas cadeias produtivas no País. Dois convênios estão relacionados à produção do pirarucu, espécie de água doce com o maior potencial zootécnico do mundo, que apresentava dificuldades tecnológicas para a produção de formas jovens, sendo que parcerias com o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) possibilitam o fornecimento do material genético para implementação do processo produtivo, que deverá inserir no mercado interno e externo um pescado com grande aceitação. A situação do bijupirá era ainda mais crítica, pois não havia produção de formas jovens e o material genético teria de ser importado. Esse peixe marinho apresenta qualidades de sabor, textura e cor, constituindo-se em alvo dos mercados japonês e americano, e deverá ser o foco dos grandes empreendimentos da moderna aqüicultura brasileira;

- 61,4 mil beneficiários em extensão pesqueira;

• Inclusão das práticas de aqüicultura continental e maricultura no contexto ambiental, social e econômico.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O desempenho do Programa é considerado muito bom, embora alguns resultados importantes devam ser alcançados apenas no próximo exercício. Ocorre que o setor aqüícola, com todas as carências que lhe são características no Brasil, demanda ações em todos os elos da cadeia produtiva, além da necessidade de construção de um marco regulatório específico, condição essencial para o desenvolvimento sustentado.

A formatação de um arcabouço legal específico, entretanto, transcende às competências institucionais da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), havendo a necessidade de uma forte articulação interinstitucional para a formação de um ambiente de investimentos.

Nesta análise, faz-se importante ressaltar que os prazos de execução foram agravados pela necessidade de estudos basais, com aquisição de dados primários para proporcionar a formatação de uma avaliação ambiental estratégica e um conseqüente planejamento ambiental estratégico. Dessa forma, estão sendo incorporados fatores sócio-econômicos e de infra-estrutura, para fomentar a atividade produtiva em moldes compatíveis com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e com a Política Nacional de Meio Ambiente, permitindo que os produtores possam efetivamente buscar a regularização de seus empreendimentos, tendo no licenciamento ambiental condição *sine qua non* para o acesso ao crédito e às demais políticas de incentivo.

Obteve-se uma execução de metas físicas entre 40% e 80% do previsto na LOA 2006 em um ambiente desfavorável, com carência de informações estruturais, inexistência de dados estatísticos, limitação orçamentária e contingenciamentos, além de uma estrutura institucional reduzida frente às demandas do setor, inclusive pela ausência de quadros próprios e fidelizados por concursos públicos.

Estão em fase de conclusão estudos para a demarcação de parques aqüícolas em 10 grandes reservatórios hidrelétricos, abrangendo 91 Municípios lindeiros em uma área total de estudo de 17.258 km², ao que se somam 41 Municípios costeiros da Região Sul, da Região Sudeste e da Região Nordeste. Tais estudos são fundamentais para promover a regularização de cerca de 4 mil empreendimentos instalados em águas de domínio da União, os quais buscam há duas décadas a legalização e o conseqüente acesso ao crédito e demais políticas de incentivo.

Através da descentralização de recursos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na ordem de R$1,42 milhão, foram executados projetos com diversas entidades governamentais e não-governamentais, que desenvolveram ações de extensão que beneficiaram 61.400 pessoas em 2006. Essa ação se constitui na concretização da

política pública de fomento, alcançando a base para proporcionar condições efetivas de acesso à assistência técnica, ao crédito e à transferência de tecnologias.

**RECOMENDAÇÕES**

- Proporcionar estrutura institucional compatível para a execução da Política de Fomento à Aqüicultura, inclusive com a efetivação de concursos públicos para a formação de quadros com especificidade de atuação;

- Melhorar o diálogo entre os diversos órgãos que possuem programas ou ações que tratam da aqüicultura, evitando o desperdício dos recursos orçamentários.

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA

## OBJETIVO

Desenvolver a cadeia produtiva da pesca.

## PÚBLICO-ALVO

Pescadores artesanais e industriais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 77.486.754,00 | Empenho Liquidado: | R$ 50.377.259,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 50.377.259,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. PRODUÇÃO DE PESCADO ORIUNDA DA PESCA

**Unidade de medida:** tonelada/ano
**Índice apurado em 2006:** 780.000
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Nota-se o crescimento da atividade pesqueira, sobretudo, nas atividades localizadas na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira, onde existe um bom potencial de recursos pesqueiros. Todavia, é importante considerar que, atrelados ao alcance das metas preestabelecidas, estão as políticas de construção, modernização e aquisição de embarcações pesqueiras, através do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira), a otimização dos custos de produção e o contínuo fortalecimento das cadeias produtivas, de pontos estratégicos de desembarque dos produtos pesqueiros e da comercialização no mercado interno e, sobretudo, no mercado internacional. Assim, considerando-se a evolução da produção de pescado, conforme os dados estatísticos da produção pesqueira nacional publicada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Ministério do Meio Ambiente (Ibama/MMA) em boletim anual[1] - com elaboração que conta com diversas instituições -, e tendo em vista que os dados estatísticos só são publicados e

1. Fonte: www.presidencia.gov.br/seap.

disponibilizados no ano seguinte ao ano apurado, estima-se que o índice de 2006, relativo à produção de pescado, terá como resultado cerca de 780 mil, o que representará pequeno acréscimo em relação a 2005 (746 mil).

**2. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) PESQUEIRO**

**Unidade de medida:** R$ (milhões)
**Índice apurado em 2006:** 3.850,8
**Índice previsto ao final do PPA:** 4.822,67

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Considerando a conjuntura nos últimos anos, especialmente a cambial e o disparo sobre o preço do petróleo no mercado internacional, podemos observar que o PIB da pesca extrativa brasileira não cresceu conforme a previsão de 2002. Destaca-se que grande parte do pescado brasileiro tem como destino o mercado europeu e norte-americano, e alterações como as observadas afetam diretamente os custos de produção e logística, e fatalmente comprometem a comercialização desses produtos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A cadeia produtiva da pesca está desestruturada atualmente, sobretudo no que se refere ao desembarque e beneficiamento do pescado, o que vem acarretando consideráveis perdas e desperdícios da produção nacional, a qual, em 2002, foi de 755,28 mil toneladas, sendo 515,86 mil provenientes da pesca extrativa marinha e 239,41 mil da pesca extrativa continental. Uma das preocupações da SEAP é garantir ações que possibilitem a ampliação das capturas pesqueiras de forma sustentável, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, para a inclusão social e para a repartição dos benefícios da pesca (incremento de renda).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Financiamentos da ordem de R$ 86 milhões por meio da equalização dos juros - garantia fundamental para construção de embarcações pesqueiras -, além de, atualmente, creditar-se ao Profrota a finalização de uma embarcação pesqueira e outras quatro em construção;

- Subvenção ao preço do óleo diesel marítimo de 120 milhões de litros, 2.600 embarcações beneficiadas e milhares de armadores e pescadores profissionais beneficiados;

- O Programa de Subvenção ao Preço do Óleo Diesel Marítimo atingiu números nunca alcançados desde sua criação. Assim, de 50,6 milhões de litros, os quais seriam subvencionados por conta do orçamento que a SEAP possuía para o exercício, foi possível contar com grande incremento diante de aprovação de crédito extraordinário no valor de R$ 15 milhões (Lei nº 11.463/2007);

- Destacam-se, ainda, os investimentos realizados nas estruturas para desembarque de pescado em diversos Estados do País, em especial nos terminais pesqueiros de Porto

Velho(RO) e Itarema(CE), que se encontram em fase final de conclusão. Também foi possível, com o orçamento de 2006, a realização de investimentos que garantiram a recuperação de terminais e o início de obras em outros, com destaque para os terminais pesqueiros de Santos(SP), Beberibe(CE), Santana(AP), Guaratuba(PR) e Camocim(CE).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os resultados alcançados neste Programa têm sua avaliação positiva, embora sua execução esteja na média. Considera-se a existência de grandes avanços na implementação das políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro. O ano de 2006 foi caracterizado por solidificação e implementação das diretrizes estabelecidas nos grandes encontros nacionais e por constante avaliação feita, a partir das discussões, por movimentos, representações do setor produtivo e entidades de classe representativas das atividades de pequena escala e artesanal.

A Ação Capacitação de Profissionais em Pesca, embora dotada com recursos não muito expressivos, proporcionou a realização de 14 ações diferenciadas, com abrangência em todas as regiões do País. O foco na capacitação de forma multidisciplinar e as parceiras com outros órgãos governamentais foram os principais responsáveis pela execução de 80%.

Entende-se como positiva a avaliação de cumprimento das metas físicas em relação ao previsto no Orçamento 2006, apesar da equipe reduzida e das dificuldades de formalização de determinados convênios, em função de restrições dos convenentes e do contingenciamento dificultarem a obtenção de um índice maior de cumprimento de metas físicas.

Devido às características e ao extenso litoral brasileiros, o País demanda de seus gestores, além de amplo conhecimento, capilaridade que permita atendimento às mais longínquas localidades. O foco nas diretrizes do atual governo aponta para execução das políticas justamente nessas regiões, o que demanda um esforço superior dos gestores, não somente no compromisso da implementação de ações, mas, sobretudo, no suporte necessário à sua efetiva execução e à capacitação dos parceiros envolvidos, notoriamente desqualificados para execução dos recursos. Desta forma, mostram-se insuficientes não só os recursos orçamentários executados, mas também o quadro de pessoal qualificado deste órgão.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução física programada. A instabilidade orçamentária por meio do contingenciamento tem gerado incertezas quanto à formalização de convênios, sobretudo em sua garantia de implementação e liquidação de parcelas subseqüentes. Esta instabilidade tem sido a principal responsável pelas alterações nos percentuais de execução física do Programa.

A lentidão no processo de licenciamento ambiental tem, por vezes, retardado e até mesmo inviabilizado a implementação de importantes ações do Governo Federal.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.




# SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Brasil Quilombola

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foram utilizados **R$ 18.962.544,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 32.885.138,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 18.962.544,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 32.885.138,00** | **Total realizado:** | **R$ 18.962.544,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela SEPPIR não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• A descentralização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)vem sendo operada, desde outubro de 2003, pelo Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir). Em 2006, houve a adesão ao Fipir de 480 governos municipais, 24 governos estaduais e do Distrito Federal (DF), sendo, destes, 185 com órgãos executivos;

• Inclusão do recorte racial no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e acompanhamento da produção e distribuição no Sistema Único de Saúde (SUS) de cartilha sobre as especificidades da mulher negra e as ações previstas no referido pacto;

• Lançamento, em conjunto com Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), do Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e Aids, que além do Projeto Afroatitude, envolve a concessão de linhas de financiamento de pesquisas em saúde da população negra e da mulher negra, a realização da Campanha Nacional sobre Aids e Racismo, lançada em 1º de dezembro de 2005, Dia Mundial de Luta Contra a Aids;

• Fomento aos Planos Estaduais de Promoção da Igualdade Racial (PEPIRs) e sua elaboração pelos governos estaduais de Maranhão (MA), Acre (AC), Bahia (BA), Paraíba (PB), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Piauí (PI), Pernambuco (PE), Goiás (GO) e DF;

• Capacitação de agentes públicos em temas transversais nas políticas públicas - direitos humanos, gênero e raça. Ação coordenada pela SEDH, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), SEPPIR e Casa Civil, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), responsável pela coordenação acadêmica do curso por meio do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM);

• Realização de 30 convênios para o fomento ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, sendo 23 comunidades quilombolas, cinco comunidades de terreiro e duas comunidades ciganas;

• Celebração de convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para geração de base de dados censitária de 122 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, com o objetivo de produzir mapas de abrangência nacional com os resultados dos estudos sócio-demográficos e das análises espaciais referentes às comunidades e aos seus Municípios. Os primeiros resultados dessa parceria já foram entregues e se referem ao estudo da presença da população negra na Região Norte, na Região Sul e na Região Sudeste do País;

• Instalação, entre 2004 e 2006, de energia elétrica em 379 comunidades quilombolas de 19 Estados brasileiros, atendendo a 9.765 famílias, pelo Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia (MME);

• Implantação, em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI), de unidades do Projeto Quiosque do Cidadão, com o objetivo de promover a inclusão digital de cidadãos por meio da instalação de equipamentos de informática, dotados de acesso à Internet via satélite, com programas sócio-educativos e de formação da cidadania. Foram beneficiadas quatro comunidades quilombolas do Município de Poconé (MT);

• Inclusão, até novembro de 2006, de 6.391 famílias quilombolas no Cadastro Único, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Dessas, 4.150 recebem o benefício do Programa Bolsa Família;

• Ampliação do atendimento a famílias quilombolas em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Já são 2 milhões de famílias quilombolas referenciadas em 257 Municípios de 21 Estados, das quais 415,6 mil receberam atendimento direto;

• Realização da Chamada Nutricional Quilombola, ação realizada pelo MDS, em parceria com a SEPPIR, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de diagnosticar o nível de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas rurais. Em uma amostra colhida em 22 Estados, a pesquisa passou por 60 comunidades, sempre acompanhando a campanha de vacinação. As crianças foram pesadas e medidas e as famílias responderam a questionários sobre alimentação, condições sócio-econômicas e acesso aos programas sociais e à assistência à saúde.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

Os programas contam com mecanismos de monitoramento, como a realização de reuniões de trabalho e a produção de relatórios de gestão. Ademais, periodicamente ocorrem, visitas *in loco* por parte dos gerentes e da diretoria do Programa. A principal dificuldade para esse monitoramento - durante o ano de 2006 - foi a falta de um banco de dados formal para a população quilombola, pois o banco de dados ainda se encontra em construção, entrando em funcionamento no ano de 2007.

A ampliação do rol de atividades no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ) tem demandado ampliação e modernização na infra-estrutura de trabalho e substituição dos equipamentos por outros mais ágeis e potentes. Além de um maior número de servidores adequadamente vinculados à administração pública.

Outra dificuldade encontrada pela SEPPIR diz respeito à celebração de convênios na gerência. A equipe responsável pela execução dos convênios é reduzida e não conta com um apoio de infra-estrutura adequada ao seu trabalho. Além disso, a celebração de convênios é prejudicada pela inadimplência de Estados e Municípios.

Cabe ressaltar que a promoção da igualdade racial não está restrita à execução dos programas da SEPPIR, dependendo da inserção do tema em muitos programas de outros ministérios. A lacuna da questão da transversalidade na maioria dos programas do Plano Plurianual (PPA) se verifica pela escassez de indicadores do recorte racial. Esses fatores, aliados à reduzida capacidade técnica e financeira na maioria dos órgãos executivos e às limitações da estrutura técnico-administrativa da SEPPIR não permitem o avanço desejado no desenvolvimento da Política de Promoção da Igualdade Racial. Acrescente-se, como obstáculo, resquícios de racismo institucional que precisam ser superados durante o processo de articulação político-administrativa e cotidiana entre gestores públicos, talvez pela necessidade de informação maciça nesse meio.

**ASPECTOS RELEVANTES**

Os programas contam com mecanismos de participação social, como Ouvidoria, audiências e consultas públicas, reuniões com grupos de interesse e discussão no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

# BRASIL QUILOMBOLA

## OBJETIVO

Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos desenvolvimento econômico e sustentável e etno-desenvolvimento, bem como justiça social e a propriedade de suas terras.

## PÚBLICO-ALVO

População de comunidades remanescentes de quilombos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 52.324.263,00 | Empenho Liquidado: | R$ 18.976.546,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 18.976.546,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 6,7

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

Este indicador não foi apurado em 2006 e, na revisão para 2007, foi modificado para Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável. A partir da revisão, esse indicador deve ser considerado apenas para as ações Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos, Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas e Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Outros dois indicadores foram propostos, uma vez que o número de comunidades quilombolas identificadas tem se ampliado com o passar do tempo. São eles: Taxa de Evolução das Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos e Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas. Atualmente, temos 3.224 comunidades identificadas no País, de modo que 1.522 foram alvo de algum tipo de ação ou foram alvo de ações que não pertencem ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), mas que são prioritárias para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

As condições de vida das comunidades quilombolas as inscrevem no rol dos grupos sociais mais vulneráveis e que necessitam de urgentes medidas para sua inclusão social, uma vez que estão absolutamente carentes de políticas públicas que as tratem respeitosamente e com o objetivo de fazer valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social voltadas para os remanescentes de quilombos devem considerar ações que os preparem para uma nova condição econômica, social e auto-sustentável, na qual possam caminhar com suas próprias forças, condições e potencialidades, o que possibilitará a construção de espaço para elas na sociedade brasileira.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Realização de 30 convênios para o fomento ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, sendo 23 comunidades quilombolas, cinco comunidades de terreiro e duas comunidades ciganas. Aprovação de 33 projetos, no âmbito do Projeto Gera Ação Quilombola, para inclusão produtiva e fortalecimento institucional de comunidades quilombolas. O projeto é fruto da articulação entre a SEPPIR, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Fundação Banco do Brasil (FBB);

• Implantação do Programa Organização Produtiva de Comunidades (Produzir) - fruto de articulação com o Ministério de Integração Nacional (MI) -, que tem por objetivo capacitar as comunidades no desenvolvimento de atividades produtivas potenciais no cultivo para comercialização, nas comunidades quilombolas de Cariacá e Rio das Rãs, em Bom Jesus da Lapa (BA), e Alto Tamanduá, Jorge e Jacu Mocó, em Poço das Trincheiras (AL);

• Estabelecimento de convênio com o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) para geração de base de dados censitária de 122 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, com o objetivo de produzir mapas de abrangência nacional com os resultados dos estudos sócio-demográficos e das análises espaciais referentes às comunidades e aos seus Municípios. Os primeiros resultados dessa parceria já foram entregues e se referem ao estudo da presença da população negra na Região Norte, na Região Sul e na Região Sudeste do País;

• Capacitação, entre 2005 e 2006, de cerca de 700 gestores públicos na temática quilombola, com o objetivo de aumentar a participação dos governos estaduais e municipais nas políticas do Governo Federal para a população remanescente de quilombos;

• Emissão, de janeiro de 2004 a dezembro de 2006, pela Fundação Cultural Palmares (FCP), de 809 certidões de auto-reconhecimento em benefício de mil comunidades quilombolas, envolvidas ou não em processos de regularização fundiária. Após a publicação do Decreto nº 4.887/03, instaurou-se junto ao Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra), até dezembro de 2006, o total de 492 processos de regularização fundiária que, ao serem julgados, beneficiarão mais de 500 comunidades. Entre os anos de 2003 e 2006, 31 territórios receberam seus títulos, que conferem a 38 comunidades o direito de posse e domínio sobre a terra. Do restante dos processos instaurados, 43 já

tiveram publicado no Diário Oficial da União (DOU) o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), uma importante etapa para conclusão a favor da comunidade;

• Elaboração, a partir de uma parceria entre Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ministério das Cidades (MCidades) e SEPPIR, do plano de trabalho para desenvolvimento do Programa de Habitação e Saneamento para Quilombos. O projeto está sendo viabilizado por intermédio da criação de um segmento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), gerido pelo MCidades. Cerca de 1.160 unidades habitacionais já foram construídas ou estão em obras;

• Início de obras de abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares em nove comunidades de quatro Estados: Kalunga (GO); Potes, Quilombos, Tapuio e Sumidouro (PI); Cambará, Manuel Barbosa e Família Silva (RS) e Rio das Rãs (BA). Essas obras, ainda em andamento, beneficiarão 448 famílias;

• Instalação, entre 2004 e 2006, de energia elétrica em 379 comunidades quilombolas de 19 Estados brasileiros, atendendo a 9.765 famílias, pelo Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia (MME);

• Implantação, em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI), unidades do Projeto Quiosque do Cidadão, com o objetivo de promover a inclusão digital de cidadãos por meio da instalação de equipamentos de informática, dotados de acesso à Internet via satélite, com programas sócio-educativos e de formação da cidadania. Foram beneficiadas quatro comunidades quilombolas do Município de Poconé (MT);

• Distribuição, entre 2004 e 2006, de 30.954 exemplares de livros desenvolvidos especialmente para a população quilombola;

• Lançamento do Projeto Quilombola, Venha Ler e Escrever, que tem como objetivo estimular e favorecer aproximadamente 13.300 cidadãos, jovens e adultos quilombolas, na constituição dos conceitos necessários para o desenvolvimento da leitura e da escrita, possibilitando a elevação da auto-estima, a ampliação dos horizontes de socialização, o exercício pleno da cidadania e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida;

• Inclusão, até novembro de 2006, de 6.391 famílias quilombolas no Cadastro Único, em parceria com o MDS. Dessas, 4.150 recebem o benefício do Programa Bolsa Família;

• Ampliação da distribuição de alimentos para comunidades tradicionais, em parceria com o MDS. Até 2006, foram distribuídas 278,7 mil cestas de alimentos para 69.646 famílias de comunidades remanescentes de quilombos de 21 Estados, totalizando 6,28 milhões de quilos de alimentos. Para as comunidades de terreiro, foram distribuídos 304,6 mil quilos em 103,7 mil cestas para 19.750 famílias de 18 Estados brasileiros;

• Ampliação do atendimento a famílias quilombolas em Centro de referência de Assistência Social (CRAS). Já são 2,08 milhões de famílias quilombolas referenciadas em 257 Municípios de 21 Estados, das quais 415,6 mil receberam atendimento direto;

• Ampliação dos Balcões de Direitos para comunidades quilombolas na Bahia (BA), no Espírito Santo (ES), no Amazonas (AM) e no Maranhão (MA);

• Realização da Chamada Nutricional Quilombola, ação realizada pelo MDS, em parceria com a SEPPIR, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o objetivo de diagnosticar o nível de segurança alimentar e nutricional das comunidades quilombolas rurais. Em uma amostra colhida em 22 Estados, a pesquisa passou por 60 comunidades, sempre acompanhando a campanha de vacinação. As crianças foram pesadas e medidas e as famílias responderam a questionários sobre alimentação, condições sócio-econômicas e acesso aos programas sociais e de assistência à saúde.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os mecanismos de monitoramento adotados no Programa são a realização de reuniões de trabalho e a produção de relatórios de gestão, sempre com participação da Secretaria de Articulação e Monitoramento (SAM) da Casa Civil, uma vez que o Programa foi eleito uma das metas presidenciais. Ademais, periodicamente ocorrem, visitas *in loco* por parte dos gerentes e da diretoria do Programa. A principal dificuldade para esse monitoramento - durante o ano de 2006 - foi a falta de um banco de dados formal para a população quilombola, pois o banco de dados ainda se encontra em construção, entrando em funcionamento no ano de 2007.

A não liberação integral do limite orçamentário, como aconteceu no exercício anterior, prejudica o cumprimento dos objetivos e das metas das ações, bem como tem atrasado a consecução do planejamento do Programa.

A ampliação do rol de atividades no âmbito do PBQ tem demandado ampliação e modernização na infra-estrutura de trabalho e substituição dos equipamentos por outros mais ágeis e potentes. Tal ampliação no âmbito do PBQ tem exigido maior número de servidores adequadamente vinculados à administração pública.

A equipe responsável pela execução dos convênios é reduzida e não conta com um apoio de infra-estrutura adequada ao seu trabalho. Além disso, a celebração de convênios é prejudicada pela inadimplência de Estados e Municípios.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

De modo geral, a interlocução com outros ministérios tem sido proveitosa, sobretudo, com o MDS, o MDA, o MCidades, o MME, a Funasa, a Casa Civil, a FCP e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). O monitoramento mensal do Programa aponta para a necessidade de uma pactuação mais sólida com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde (MS).

O Programa conta com mecanismos de participação social, como Ouvidoria, audiências e consultas públicas, reuniões com grupos de interesse (representantes das comunidades quilombolas, de terreiro e ciganas) e discussão no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

A inexistência de uma pesquisa censitária torna impossível conhecer o universo sobre o qual se deseja atuar.

**RECOMENDAÇÕES**

- Inserir ação orçamentária relacionada à realização do censo da população quilombola. Não se refere, aqui, à realização do censo propriamente dito, uma vez que este deve estar a cargo do IBGE, mas à articulação necessária para tanto, à produção de subsídios, de pesquisas-piloto, entre outras atividades importantes para criar as bases para a realização do censo;

- Aprimorar o processo de articulação com os órgãos executores do Programa, por meio da revitalização do comitê de acompanhamento dos programas multissetoriais e da ampla divulgação dos resultados de cada Ministério.




# SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES

Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho

Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), foram utilizados **R$ 18.978.931,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):** | **R$ 27.061.444,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 18.978.931,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 27.061.444,00** | **Total realizado:** | **R$ 18.978.931,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela SEPM não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

Além disso, do total de **R$ 2.173.461,00** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2005, foram executados **R$ 1.502.563,00**.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• No âmbito da prevenção e combate à violência contra as mulheres, houve apoio à ampliação da rede de atendimento à mulher em situação de violência. Em 2006, foram apoiados 55 projetos, sendo 19 casas-abrigo, 36 centros de referência e três defensorias nas cinco regiões do País, o que faz com que se tenha hoje uma rede composta por 63 casas-abrigo, 83 centros de referência, 14 defensorias públicas e 396 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM);

• Reestruturação da Central de Atendimento à Mulher - ligue 180, de abrangência nacional, criada pela SPM e que registra, em média, 3.000 atendimentos por mês, entre denúncias, encaminhamentos a serviços especializados, orientações de procedimento e informações sobre direitos;

• Capacitação e treinamentos de agentes públicos que lidam com a questão da violência contra a mulher, executada diretamente pela SPM ou em parceria com outras entidades;

• Elaboração de normas técnicas para o funcionamento das DEAMs e dos centros de referências, com a participação de profissionais que atuam nesses serviços;

• Promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que, entre outras medidas, dispõe sobre a criação dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;

• Apoio à criação e ao fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nas esferas dos poderes executivos estaduais e municipais, de forma a construir a transversalidade nestas instâncias governamentais e possibilitar a execução das ações definidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Destaca-se o lançamento da 2ª edição

do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, no âmbito do Programa Mulher e Ciência, uma iniciativa da SPM, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC) e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), cujo objetivo é valorizar as pesquisas realizadas e estimular a elaboração e divulgação de novos conhecimentos no campo de estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos;

• Ação desenvolvida em parceria com o MEC, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Conselho Britânico para a formação de profissionais da educação em gênero, sexualidade e relações étnico-raciais por meio da realização de curso semipresencial Gênero e Diversidade na Escola no período de maio a setembro de 2006 em seis Municípios das cinco grandes regiões brasileiras, para professores de quinta a oitava séries das redes públicas de ensino;

• Capacitação de agentes públicos em temas transversais, através de curso de extensão coordenado pela Universidade de Brasília (UnB) Temas Transversais nas Políticas Públicas: Direitos Humanos, Gênero e Raça, uma parceria entre SPM, Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e SEPPIR;

• Na área de incentivo ao acesso de crédito, foi celebrado convênio com o Banco da Mulher do Brasil para a continuidade da capacitação e sensibilização de agentes financeiros, com o objetivo de melhorar do atendimento às mulheres residentes em regiões urbanas que buscam o acesso ao microcrédito produtivo;

• No âmbito da ação não-orçamentária, certificação de empresas e instituições voltadas a eqüidade de gênero foi implementado o Programa Pró-Eqüidade de Gênero, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta primeira edição o Programa recebeu adesão de 16 empresas públicas, dos setores eletro-energético, bancário, comunicação e agropecuário, sendo que 11 receberam o Selo Pró-Eqüidade de Gênero. Em dezembro de 2006, foi lançada a 2ª edição do Programa.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

A estrutura organizacional vigente não está adequada à atual estrutura programática. Ambas necessitam de uma revisão. A estrutura organizacional foi proposta quando da criação da SPM, época em que só existia um Programa. No decorrer desses anos, a estrutura programática foi revisada anualmente, sem alteração da estrutura organizacional.

A maior parte das ações é executada por meio de celebração de convênios, que são acompanhadas nas visitas *in loco* e no monitoramento a distância, mediante aplicação de questionários. Quanto à periodicidade, as visitas são realizadas de acordo com o término do convênio e ou denúncias. Grande parte das atividades é também monitorada a partir do trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, que se reúne periodicamente.

Cabe destacar que a Secretaria conta com mecanismos que promovem a participação social tais como:

a) Ouvidoria, que presta diferentes tipos de atendimento, entre eles, orientação às mulheres em situação de violência;
b) audiências públicas nas assembléias legislativas e nas câmaras de vereadores, para discussões sobre a efetivação e qualidade do atendimento dos serviços;
c) reuniões com grupos de interesse;
d) discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
e) Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, no sítio da Secretaria. O principal resultado dessa participação social foi a sanção da Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), fruto de uma ampla articulação dos movimentos sociais, setores do governo e especialistas.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SPM, destacam-se:

a) inadequação da infra-estrutura (o fato da SPM funcionar em dois prédios distintos, além de instalações inadequadas, prejudicam a integração das equipes);
b) quantidade inadequada de recursos humanos;
c) dificuldade de celebração de convênios por inadimplência dos entes.

# INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

## OBJETIVO

Apoiar iniciativas de empoderamento e capacitação de mulheres com vistas a promover a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho.

## PÚBLICO-ALVO

Mulheres a partir de 16 anos de idade, inseridas na população economicamente ativa.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 4.850.194,00 | Empenho Liquidado: | R$ 3.511.998,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 3.511.998,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO TOTAL DE MICROCRÉDITO CONCEDIDO PELAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**

Este indicador não atende à amplitude do Programa, que realiza outras ações além do apoio à concessão de microcrédito. Além disso, há dificuldade de mensuração, pois nem todas as instituições possuem cadastro de clientes com informações estratificadas por sexo.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

As mulheres no Brasil são vítimas de graves discriminações, tanto em termos de acesso a serviços públicos quanto de acesso ao crédito, à terra, à documentação, à formação profissional e à habitação. No que se refere ao mundo do trabalho, as desigualdades salariais entre homens e mulheres ainda são marcantes, independentemente de classe social e do fato de que as mulheres ocupadas contam com um nível maior de escolaridade: em média 7,3 anos de estudo contra 6,3 dos homens, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Comparando-se os rendimentos médios mensais dos trabalhadores, cabem às mulheres salários que, na média, equivalem a apenas 70% daqueles auferidos pelos homens.

A desigualdade salarial é ainda maior se focarmos o universo das mulheres negras, que chegam a receber até 60% a menos que os homens brancos e que se concentram em setores de atividade com baixo grau de modernidade e baixa qualificação, como é o caso do emprego doméstico. Apesar de já representarem cerca de 40% da população empregada, aproximadamente 44% das mulheres vivem na informalidade, o que aponta para o baixo prestígio social e político a elas imposto. Na agricultura, as mulheres representam 33% da força de trabalho, mas encontram-se majoritariamente na condição de não-assalariadas e/ou não-remuneradas, por se inserirem na economia de subsistência.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Implementação do Programa Pró-Eqüidade de Gênero, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente de trabalho por meio da outorga de um selo às organizações que adotarem medidas concretas de promoção da igualdade de gênero. Nesta primeira edição, o Programa recebeu adesão de 16 empresas públicas, dos setores eletro-energético, bancário, de comunicação e agropecuário, sendo que 11 receberam o Selo Pró-Eqüidade de Gênero ao final de um ano.

- Capacitação e sensibilização de agentes financeiros por meio da celebração de convênio com o Banco da Mulher do Brasil, com o intuito de melhorar do atendimento às mulheres residentes em regiões urbanas que buscam o acesso ao microcrédito produtivo.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os recursos orçamentários liberados para execução do Programa foram insuficientes frente à elevada demanda de projetos.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. No entanto, a descontinuidade do fluxo de recursos é sempre prejudicial para a execução, pois inviabiliza o planejamento das ações e posterga a execução física para o ano subseqüente.

O fato de a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) funcionar em dois prédios distintos, além de instalações inadequadas, prejudica a integração das equipes e, conseqüentemente, o bom andamento das atividades sob sua responsabilidade.

A SPM conta com quantidade insuficiente de recursos humanos para uma satisfatória implementação do Programa, tanto no que diz respeito à equipe gerencial quanto à equipe técnica. No caso da equipe gerencial, tal insuficiência se revela em função das múltiplas funções assumidas pelas gerentes e diretoras que, além de responderem por todo o gerenciamento da execução, ainda são responsáveis pela articulação com os demais

órgãos de governo e organismos internacionais, bem como pela formulação e proposição de políticas e ações.

Já na equipe técnica, a inadequação dos recursos humanos é resultado do grande volume de trabalho, demandado nos processos de análise de projetos e de celebração de convênios, além da execução cotidiana das atividades diretamente desenvolvidas pela SPM.

Apesar de algumas ações terem sofrido contingenciamento, o Programa conseguiu uma execução física entre 80% e 100%.

Grande parte da execução das ações se dá através da celebração de convênios. Desse modo, a inadimplência dos proponentes prejudica a sua execução.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Foram mantidas parcerias com órgãos como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), com vistas à melhoria das condições de vida da mulher trabalhadora e à promoção da eqüidade de gênero.

A maior parte das ações é executada por meio da celebração de convênios, que são acompanhados nas visitas *in loco* e no monitoramento à distância, mediante aplicação de questionários. Quanto à periodicidade, as visitas são realizadas de acordo com o término do convênio e/ou denúncias. Grande parte dessas atividades é também monitorada a partir do trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano que se reúne periodicamente.

O Programa possui mecanismos que asseguram a participação social, tais como:

a) Ouvidoria, que presta diferentes tipos de atendimento, entre eles, orientação às mulheres em situação de violência;
b) reuniões com grupos de interesse;
c) discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
d) Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, disponível no sítio da Secretaria.

**RECOMENDAÇÕES**

• De modo geral, as principais ações orçamentárias executadas no Programa referem-se ao apoio a projetos encaminhados pela sociedade civil. A atuação por meio do que se poderia chamar de atendimento de balcão e os parcos recursos disponíveis para tanto não dão à atuação da Secretaria um caráter transformador das condições de vida do conjunto de mulheres brasileiras – não sendo capaz de alterar de modo decisivo a situação de desigualdade no mundo do trabalho – e nem assegura a sustentabilidade dos projetos apoiados. Desse modo, sugere-se a exclusão do Programa e a criação de ações, dentro de

um Programa maior que trate da promoção da transversalidade de gênero nas políticas públicas, que diga respeito à promoção de ações de referência na área do trabalho. Tais ações seriam executadas preferencialmente pela Secretaria ou por esta em parceria com organizações da sociedade civil, desde que a SPM participe ativamente do processo de elaboração e implementação das atividades. As ações de referência têm como objetivo final servir de modelo para uma intervenção a ser assumida como responsabilidade do MTE o que se constitui, de fato, na promoção da transversalidade.

# PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

## OBJETIVO

Atuar na prevenção e no combate das diferentes formas de violência contra as mulheres e apoiar o atendimento àquelas em situação de violência ou risco.

## PÚBLICO-ALVO

Mulheres efetiva ou potencialmente sujeitas a situações de violência.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<table>
<tr><td rowspan="3">Autorizado (LOA + Créditos): R$ 14.115.837,00</td><td>Empenho Liquidado:</td><td>R$ 8.331.237,00</td></tr>
<tr><td>Pago Estatais:</td><td>-</td></tr>
<tr><td>Total:</td><td>R$ 8.331.237,00</td></tr>
<tr><td>Previsto não-orçamentário</td><td colspan="2">Realizado não-orçamentário</td></tr>
<tr><td>-</td><td colspan="2">-</td></tr>
</table>

## INDICADORES

### 1. MÉDIA ANUAL DE OCORRÊNCIAS DE DELITO REGISTRADAS POR DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES (DEAM)

**Unidade de medida:** Ocorrência de delito/DEAM
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 1500

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA**: Alta

O indicador não teve como ser apurado, pois este dado depende das estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são lançados sempre com um ano de defasagem. O indicador foi alterado na revisão para acompanhar a nomenclatura da pesquisa do Ministério da Justiça (MJ), passando a Evolução do Número de Registros de Ocorrência nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Este indicador, em 2005, foi de 1.761. Logo, o índice previsto ao final do PPA foi alcançado. Além disso, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) entende que os indicadores deverão estar relacionados com a rede de atendimento às mulheres.

## 2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 6
**Índice previsto ao final do PPA:** 6
**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice previsto ao final do PPA já foi alcançado.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

A situação de violência contra as mulheres é das mais graves: 43% das mulheres pesquisadas em 2001, pela Fundação Perseu Abramo, em todo o Território Nacional, declararam ter sofrido alguma forma de violência. A cada quinze segundos, um ato de violência contra a mulher é praticado. Essa violência se dá sob diferentes formas: violência doméstica, violência sexual, tráfico de seres humanos e violências simbólicas. As meninas e jovens, em nosso País, constituem uma população especialmente vulnerável, tanto como vítimas de exploração e abuso sexual, quanto pelo alto índice de gravidez na adolescência.

### PRINCIPAIS RESULTADOS

• Ampliação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência por meio da estruturação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, de abrangência nacional criada pela SPM e que registra, em média, 3.000 atendimentos por mês, entre denúncias, encaminhamentos a serviços especializados, orientações de procedimentos e informações sobre direitos. E ainda pelo apoio direto, através de celebração de convênios, a 55 projetos, sendo 19 casas-abrigo, 36 centros de referência e três defensorias nas cinco regiões do País;

• Capacitação e treinamentos de 4.100 agentes públicos que lidam com a violência contra a mulher, executados diretamente pela SPM ou em parceria com outras entidades;

• Elaboração de Normas Técnicas para o funcionamento das DEAMs e dos centros de referências, com a participação de profissionais que atuam nesses serviços;

• Efetivação do marco legal por meio da sanção da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), que, entre outras medidas, dispõe sobre a criação dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

### DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os recursos liberados para execução do Programa ainda foram insuficientes frente à elevada demanda de projetos.

O fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. No entanto, a descontinuidade do fluxo de recursos é sempre prejudicial para a execução, pois inviabiliza o planejamento das ações e posterga a execução física para o ano subseqüente.

O fato de a SPM funcionar em dois prédios distintos, além de instalações inadequadas, prejudica a integração das equipes e, conseqüentemente, o bom andamento das atividades sob sua responsabilidade.

A SPM conta com quantidade inadequada de recursos humanos para a implementação do Programa, tanto no que diz respeito à equipe gerencial quanto à equipe técnica. No caso da equipe gerencial, tal insuficiência se revela em função das múltiplas funções assumidas pelas gerentes e diretoras que, além de responderem por todo o gerenciamento da execução, ainda são responsáveis pela articulação com os demais órgãos de governo e organismos internacionais, bem como pela formulação e proposição de políticas e ações. Já na equipe técnica, a inadequação dos recursos humanos é resultado do grande volume de trabalho, demandado nos processos de análise de projetos e de celebração de convênios, além da execução cotidiana das atividades diretamente desenvolvidas pela SPM.

Apesar de algumas ações terem sofrido contingenciamento, o Programa conseguiu uma execução física entre 80% e 100%.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A maior parte das ações é executada por meio da celebração de convênios, que são acompanhados nas visitas *in loco* e no monitoramento a distância, mediante aplicação de questionários. Quanto à periodicidade, as visitas são realizadas de acordo com o término do convênio e ou denúncias. Grande parte dessas atividades é também monitorada a partir do trabalho do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano que se reúne periodicamente.

O Programa possui mecanismos que asseguram a participação social, tais como:

a) Ouvidoria, que presta diferentes tipos de atendimento, entre eles, a orientação às mulheres em situação de violência;
b) Audiências Públicas nas assembléias legislativas e nas câmaras de vereadores, cujo objetivo é promover discussões sobre a efetivação e qualidade do atendimento dos serviços prestados;
c) reuniões com grupos de interesse, formados por profissionais que atuam nos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência e que resultaram na elaboração das normas técnicas para o atendimento prestado nas DEAMs e nos centros de referência;
d) discussões no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher;
e) Sistema de Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, disponível no sítio da SPM. O principal resultado dessa participação social foi a sanção da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), fruto de uma ampla articulação dos movimentos sociais, setores do governo e especialistas.

**RECOMENDAÇÕES**

• Em função da falta de informações sobre a realidade da violência contra a mulher, sugere-se incluir uma ação para criação de um sistema nacional de informações sobre violência contra as mulheres. Desse modo, torna-se possível, não apenas, maior conhecimento da realidade que se quer enfrentar com o Programa, mas também possibilita-se o acompanhamento e a avaliação do impacto do Programa implementado, bem como um desenho mais adequado da intervenção pública federal;

• Entendendo-se que o problema da violência doméstica, assim como o seu combate, envolvem diversas áreas, tais como educação, saúde e segurança pública, sugere-se que o Programa seja redesenhado sob a lógica da multissetorialidade. Assim, o Programa seria coordenado pela SPM e executado por todos os órgãos responsáveis pela política que hoje já executam uma série de ações importantes, mas que não são explicitamente vinculadas ao programa da SPM. Propicia-se, assim, um enfrentamento mais completo do problema da violência, bem como uma maior articulação e convergência das ações;

• Sugere-se, ainda, que a Ação 900M de incentivo à formação e ao fortalecimento de redes de cidadania seja uma ação orçamentária, dada a importância de tais estruturas no combate à violência doméstica;

• Como os indicadores ainda se mostram insuficientes, sugere-se a criação de novos indicadores, tais como:

a) Evolução do Número de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência – entendendo-se serviços especializados como aqueles apoiados diretamente pela SPM, os centros de referências, as casas- abrigo e as defensorias públicas;
b) Cobertura Geográfica dos Serviços Especializados: evolução do número de Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O acompanhamento do número de juizados e varas permite monitorar a implementação da Lei Maria da Penha que instituiu tais estruturas.




# SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei

Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Direitos Humanos, Direitos de Todos

Nacional de Acessibilidade

Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006, do total previsto para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), foram utilizados **R$ 79.549.165,00** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro* a seguir:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Recursos orçamentários autorizados LOA + Créditos):** | **R$ 122.978.059,00** | **Realizado orçamentário:** | **R$ 79.549.165,00** |
| **Recursos não-orçamentários previstos:** | **-** | **Realizado não-orçamentário:** | **-** |
| **Total previsto:** | **R$ 122.978.059,00** | **Total realizado:** | **R$ 79.549.165,00** |

* Os recursos orçamentários deste quadro incluem somente os valores das ações executadas pela SEDH não incluindo os valores previstos e realizados das ações de responsabilidade de outros órgãos (programas multissetoriais).

## PRINCIPAIS RESULTADOS

Durante o planejamento da ação institucional para o ano de 2006 foi apontado como ação estratégica o desenvolvimento de um conjunto de ações para a divulgação da agenda direitos humanos, dado o papel essencial da SEDH em pautar a temática na agenda política nacional e internacional, no âmbito do governo e da sociedade em geral. A SEDH reforçou sua atuação em favor da proteção e da promoção dos direitos humanos por meio de ampla articulação com órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal e pelo fortalecimento de parcerias com organizações da sociedade:

- Articulação para a criação do Conselho de Direitos Humanos da ONU e para a eleição do Brasil, País mais votado do Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC) e o segundo mais votado no mundo;

- Introdução das pautas Direito à Verdade e à Memória, Combate à Tortura, Prevenção e Combate à Discriminação por Orientação Sexual, Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Cultura e Educação em Direitos Humanos no fórum das Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul;

- Articulação para aprovação da Convenção Internacional sobre Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado e a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas no Conselho de Direitos Humanos da ONU;

- Articulação junto à mídia impressa, televisiva e de radiodifusão;

- Realização de uma jornada de eventos em comemoração e reconhecimento dos avanços na promoção e defesa dos direitos humanos conjugando no mês de dezembro: o Prêmio Direitos Humanos. I Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul (em quatro capitais brasileiras: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Recife) e o Festival Direitos Humanos: Iguais na Diferença, a fim de mobilizar a sociedade e os movimentos sociais em torno do tema;

• Aperfeiçoamento significativo da eficácia da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDESAP), em parceria com 45 órgãos e entidades nacionais;

• Consolidação do cadastro nacional de crianças e adolescentes desaparecidos <http://www.desaparecidos.mj.gov.br>;

• Apoio e incentivo a serviços de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos em 17 Estados;

• Desenvolvimento de campanhas nacionais de localização de crianças e adolescentes desaparecidos, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF);

• Realização da pesquisa nacional Conhecendo a Realidade para mapear o perfil e o processo de trabalho dos profissionais que atuam nos Conselhos Municipais e nos Conselhos Tutelares;

• Elaboração do Plano de Ação de Enfrentamento à Pedofilia *on-line* e à Pornografia Infantil na Internet no Brasil, com a realização de três campanhas nacionais e duas campanhas internacionais, em parceria com outros Ministérios, Poder Legislativo, segmento empresarial, organismos e organizações internacionais e sociedade civil;

• Expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR);

• Criação do Comitê para Prevenção e Combate da Tortura no Brasil;

• Criação do Plano de Ações Integradas para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil;

• Adesão de seis Estados da Federação ao Plano Nacional: PB, ES, PE, RS, AL e o DF;

• Articulação junto ao Congresso Nacional para a aprovação do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes: aprovação na Câmara dos Deputados em novembro de 2006;

• Apoio Institucional para Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário - Acordo Bilateral Brasil – União Européia;

• Adesão de 11 Estados da Federação ao compromisso de montar Ouvidorias autônomas às Polícias, dentro de padrões estabelecidos. Realização de sessões públicas para informar a sociedade sobre o papel e os trabalhos realizados pelas Ouvidorias de Polícia em oito Estados da Federação. Fortalecimento do Fórum Nacional dos Ouvidores;

• Realização de seminários e cursos de formação, incluindo o de especialização em Gestão de Segurança Pública e Justiça Criminal para promotores de justiça, juízes, delegados de polícia civil e policiais militares, realizado nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo;

• Realização de Campanha contra a tortura, com divulgação em 11 Estados;

• Finalização da análise de todos os processos pela Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos, com o pagamento de todas as indenizações. Elaboração do Relatório 11 Anos de Memória – Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos à sociedade, contendo o histórico de todos os casos, depoimentos e fotografias, constituição

de banco de dados de DNA das famílias para identificação de ossadas e realização de eventos públicos para a coleta de DNA de familiares nos Estados de SP, RJ, BA, PE;

• Fortalecimento da participação do movimento social no Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD);

• Introdução do tema Prevenção e Combate à Discriminação por Orientação Sexual na pauta do fórum das Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul. Implantação de 47 Centros de Referência em Direitos Humanos para a prevenção e combate à homofobia, abrangendo todas as capitais e as cidades-pólos do interior dos Estados;

• Realização de Pesquisas nas Paradas do Orgulho *Gays*, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (GLBT) em quatro regiões do País em 2006, com o objetivo de investigar percepções da discriminação contra homossexuais e transgêneros, fomentar o debate público sobre o tema e subsidiar políticas públicas de combate a essa forma específica de violação dos direitos humanos;

• Aprovação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: primeira versão/2003 e revisão/2006, após consulta pública;

• Realização do I Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, que reuniu especialistas nacionais e internacionais, pesquisadores e gestores do campo da educação, da segurança, da justiça, da mídia e da sociedade civil, que ao longo do processo de redemocratização contribuíram para a construção de uma cultura de direitos humanos;

• Criação do Grupo de Trabalho Cultura e Educação em Direitos Humanos, no âmbito do fórum das Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul;

• Implantação do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos em três Estados (PA, ES e PE);

• Estreitamento do diálogo com a sociedade civil;

• Realização da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa;

• Implantação do Plano de Ação de Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa;

• Implantação de cinco Centros de Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa;

• Realização de Audiências Públicas relativas às Instituições de Longa Permanência e a situação de violência contra a pessoa idosa;

• Inclusão de ação específica no orçamento para apoio ao enfrentamento da violência e aos maus-tratos contra a pessoa idosa;

• Fortalecimento da representação internacional na cooperação com países ibero-americanos.

**ANÁLISE DO CONJUNTO DE PROGRAMAS**

A SEDH concentra sob sua responsabilidade um leque de programas e ações definidas no PPA cujos temas merecem atenção especial por se tratar da garantia, promoção e defesa de direitos humanos, consagrados na Constituição Federal, notadamente os relativos aos grupos vulneráveis.

A SEDH desenvolve ainda outras ações institucionais, bem como congrega, em sua estrutura regimental, diversos órgãos colegiados de defesa e promoção de direitos de diferentes grupos populacionais, tais como o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), além da coordenação de importantes Grupos de Trabalho Interministeriais (GTI), como o GTI de Ex-Colônias de Hanseníase, instituído pelo Presidente da República em 2006 com o objetivo de propor e articular a execução de ações interministeriais para a promoção dos direitos de cidadania dessa população. Aliado a isso a SEDH é responsável pela coordenação e execução de programas governamentais. Pela própria característica do tema Direitos Humanos, a vocação maior da Secretaria é o desenvolvimento de articulação de ações com os demais órgãos governamentais, nas três esferas de governo, bem como com outros poderes, e com a sociedade civil.

Essencialmente, a SEDH é o órgão do Governo Federal que tem a incumbência de pautar a temática em âmbito nacional e internacional. Para isso, as atividades da secretaria são em grande medida voltadas cotidianamente para as ações de articulação política junto ao movimento social, às universidades, aos governos estaduais e municipais, às assembléias legislativas e municipais, ao Congresso Nacional, e aos demais órgãos do Governo Federal, devendo também ser ressaltado o leque de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais (nacionais e internacionais). Ressalta-se ainda que a SEDH, além de viabilizar o atendimento de demandas emanadas de movimentos sociais, envida esforços no sentido de cumprir os compromissos que o Brasil assumiu no âmbito internacional, balizados pelo Sistema Internacional de Direitos Humanos e pelo Sistema Interamericano para Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão.

A limitada capacidade de execução dos Programas e convênios, por parte da SEDH, é, em parte, contornada pelo seu respaldo institucional, uma vez que pertence à Presidência. Esse respaldo permite, de forma relativa, a mobilização de outros Ministérios, para focar políticas públicas do Governo Federal em torno de temas ou populações extremamente fragilizadas, como crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, adolescentes em conflito com a lei e pessoas com deficiência. Também é a independência assegurada pelo *status* de Ministério que permite que a SEDH possa trabalhar de forma mais intensa em seus programas e na expansão de sua área de atuação, conforme a identificação de carências e atendendo às demandas da sociedade civil.

Contudo, essa expansão e fortalecimento das articulações das políticas públicas federais, estaduais e municipais não encontram reflexo na estrutura organizacional

e na distribuição interna efetiva dos cargos comissionados. A equipe da SEDH é subdimensionada para cumprir sua missão de pautar na agenda do País a temática dos direitos humanos por meio de ações que englobam:

a) direção de Conselhos Nacionais e outros órgãos colegiados;
b) a implementação das ações previstas nos programas do PPA;
c) articulação com outros órgãos governamentais visando a garantir a incorporação dos direitos humanos de maneira transversal em políticas e ações das três esferas de governo, dos três poderes e ainda com organismos internacionais, com representações estrangeiras, com a academia e com a sociedade civil.

Embora tenha sido aperfeiçoada em 2004, constata-se que a estrutura da SEDH é ainda insuficiente, do ponto de vista da composição de cargos em comissão, e inadequada em seu desenho organizacional, ou seja, não corresponde ao seu leque de atribuições. A estrutura programática não reflete com nitidez a sua atuação, nem atende integralmente às necessidades em termos de cargos, de número de servidores e estrutura física. Como tentativa de compensar a carência de cargos de coordenação e suas respectivas estruturas, deslocam-se assessores para exercer tais funções. Diante disso, aponta-se como imprescindível desenvolver uma reestruturação da estrutura organizacional e de cargos em comissão da SEDH, a fim de torná-la razoavelmente condizente com as suas funções e com os desafios que se apresentam para os próximos anos.

Dentre as suas principais limitações, a SEDH tem uma característica peculiar que é a multiplicidade de órgãos que têm relação direta com sua capacidade operacional, sem pertencer, no entanto, à sua estrutura formal:

a) apoio administrativo, de pessoal, patrimônio, serviços gerais e orçamento e finanças, executados pelo Ministério da Justiça (MJ);
b) a assessoria jurídica, prestada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil;
c) assessoria parlamentar, prestada pela Subchefia para Assuntos Parlamentares da Secretaria de Relações Institucionais;
d) a assessoria de comunicação, prestada pela Secretaria de Comunicação de Governo.

Essa peculiaridade acaba causando um excesso de burocracia e morosidade, além de comprometer a qualidade nos mais diversos processos. No que se refere à gestão de processos administrativos, a dependência em relação ao MJ – em que pese o bom relacionamento existente entre os dirigentes das duas pastas – resulta no fato das prioridades da SEDH nem sempre serem consideradas como tal, tendo em vista a já enorme demanda existente das áreas do próprio MJ. Essa situação se reflete até mesmo na falta de identidade da Secretaria, enquanto órgão responsável pela política de governo para as questões de direitos humanos, confundindo-se como mais um órgão no âmbito do MJ, tal qual Polícia Federal, Departamento Penitenciário, Polícia Rodoviária Federal e outros.

Assim, diante das limitações relatadas, fica colocado o desafio imediato de desenvolver um estudo e garantir o aperfeiçoamento da estrutura da SEDH para dar condições de potencializar sua atuação, reconhecendo a importância de seu status de órgão da Presidência da República, que lhe confere capacidade para pautar e promover uma articulação efetiva das diversas políticas setoriais de governo para a promoção e defesa dos direitos humanos.

# ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS

## OBJETIVO

Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes.

## PÚBLICO-ALVO

Testemunhas de crimes e vítimas.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.166.995,00 | Empenho Liquidado: | R$ 12.009.223,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 12.009.223,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS DE CRIMES

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 0
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,5

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O indicador se refere ao crescimento do atendimento em relação ao ano de 2004. O Programa atende a mesma quantidade de 2004, motivo pelo qual o índice apurado em 2006 ficou em 0%.

### 2. TAXA DE ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADE DE PROTEÇÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 100
**Índice previsto ao final do PPA:** 100
**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O indicador do Programa esteve desde o seu início até os dias atuais em 100%, ou seja, todas as solicitações de inclusão no Programa que satisfizeram as exigências previstas pela Lei nº 9.807/99 foram atendidas. O indicador, portanto, mede apenas a capacidade do Programa em atender às demandas de proteção que lhe são dirigidas.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A Ação Proteção e Assistência a Vítimas e Testemunhas de Crimes é uma das principais ações previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e constitui condição indispensável para o combate à impunidade no País, uma vez que garante a vida de pessoas ameaçadas que colaboram com a polícia e com a Justiça. No âmbito federal, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), por meio da Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas (CGPT/SEDH), é o órgão responsável por implementar, manter e aprimorar o Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

Este Programa atua por meio de três ações principais:

a) apoio aos Serviços Estaduais de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Provita), que têm como propósito, além da proteção das pessoas que estejam coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, a promoção da reinserção social dos beneficiários em uma nova comunidade, distantes dos locais onde as ameaças ocorreram;
b) apoio aos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC), que atuam de forma complementar aos serviços de proteção, destinando-se a vítimas que não são consideradas como testemunhas legais de inquérito ou processo criminal. Seu objetivo é conceder amparo jurídico, social e psicológico a pessoas vitimizadas, buscando primordialmente sua reestruturação moral, psíquica e social;
c) Programa Federal de Proteção a Testemunhas, regulamentado pelo Decreto nº 3.518/2000, que visa a assegurar a execução do Programa nos Estados em que os serviços de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas ainda não estejam instalados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

• Proteção de 891 pessoas, por meio dos 17 serviços estaduais (Provita) e do Programa Federal, que atende aos casos de proteção oriundos dos Estados onde o serviço ainda não foi implantado, e no atendimento a 3.500 vítimas de crimes, em 14 centros de atendimento (CAVC);

• Manutenção dos Programas de Proteção a Testemunhas existentes;

• Capacitação de 50 Técnicos do CAVC e de 105 Técnicos do Provita;

• Realização do V Seminário Brasileiro de Assistência e Proteção a Vítimas e a Testemunhas, que contou com a participação de Programas de Proteção da Colômbia, Estados Unidos, Costa Rica e Panamá;

• Encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei que acresce o Art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, dispondo que terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata esta Lei.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Todos os esforços possíveis para provimento de pessoal, em cumprimento ao Plano de Ação apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), têm sido envidados pela SEDH. Ocorre que a composição do quadro de pessoal para a área de Proteção a Testemunhas é dificultada pela necessidade de capacitação específica, pelo caráter estressante da atividade realizada, pela eventual responsabilização jurídica de quem trabalha no Programa, pela escassez de servidores e, ainda, por tratar-se de uma política pública muito recente. Além disso, é necessário o reforço da equipe do Programa Federal de Proteção a Testemunhas, com a contratação de pelo menos mais um técnico nas áreas de direito, assistência social e psicologia; a formação de uma equipe específica para o monitoramento, com técnicos formados nas áreas anteriormente citadas; e, ainda, o reforço no planejamento, na área de convênios e apoio administrativo.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O desenho do Programa de Proteção a Testemunhas, em função do modelo adotado, conta com a participação da sociedade civil por meio de uma rede solidária de proteção, composta por entidades e pessoas que se dispõem voluntariamente a acompanhar o processo de reinserção dos usuários e familiares.

O Programa utiliza alguns mecanismos de participação social, por exemplo, quando da implementação de um programa de proteção, realiza-se uma consulta às Organizações não-Governamentais (ONGs) de Direitos Humanos existentes no Estado, momento em que a equipe de monitoramento seleciona as possíveis instituições que poderão ser executoras da ação de proteção e outras que poderão compor a rede solidária de proteção. Além disso, cada programa estadual, bem como o Programa Federal de Proteção a Testemunhas, possui um conselho deliberativo próprio, composto por membros da secretaria estadual ou federal, Ministério Público, Poder Judiciário, sociedade civil, dentre outros.

As ações decorrentes de proteção a testemunhas são monitoradas pela Coordenação-Geral de Proteção a Testemunha (CGPT) em parceria com o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), uma ONG de Pernambuco, pioneira neste tipo de atividade. Todos os programas de proteção recebem, pelo menos uma vez ao ano, uma visita (geralmente de uma semana), momento em que se deslocam para o local três técnicos do GAJOP (advogado, psicólogo e assistente social) e um técnico desta Coordenação-Geral, onde as atividades desenvolvidas pela equipe local são avaliadas, repensadas e aprimoradas. Esta mesma atividade de monitoramento, por meio da equipe, procede à seleção das equipes estaduais e promove a respectiva capacitação para a atividade a ser exercida, em face da sua especificidade. Independente do planejamento de visitas anuais, qualquer necessidade específica dos programas, que exija a presença do monitoramento, a qualquer tempo, é atendida de imediato.

São elaborados relatórios após as visitas, contendo descrição detalhada e respectiva avaliação do que foi observado, bem como as sugestões de aprimoramento indicadas à equipe do Programa, à entidade executora, ao conselho deliberativo do Estado e à secretaria estadual conveniada.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

## OBJETIVO

Ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas sócio-educativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a Lei.

## PÚBLICO-ALVO

Adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e egressos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 12.821.005,00 | Empenho Liquidado: | R$ 12.791.696,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 12.791.696,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE ATENDIMENTO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,47

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Está sendo realizado um levantamento nacional dos adolescentes que estão cumprindo medidas sócio-educativas em meio aberto e em meio fechado, o que permitirá ter um quadro mais fidedigno da situação no País. Existe grande dificuldade de identificação do número total de adolescentes com medida sócio-educativas aplicada, tendo em vista a existência de 27 sistemas estaduais de justiça com sistemas de informação diferenciados, além de executores de medidas sócio-educativas das mais diversas naturezas, desde varas da infância até organizações não-governamentais.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei busca ampliar e aperfeiçoar os serviços voltados para o cumprimento de medidas sócio-educativas não-privativas de liberdade e humanizar o atendimento nas unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Este Programa tem como princípios

a municipalização e a descentralização, conferindo prioridade absoluta aos serviços de execução das medidas em meio aberto de boa qualidade, por meio da articulação, mobilização e qualificação do sistema de justiça, do investimento na capacitação profissional e do reordenamento das unidades de internação, com o intuito de superar a histórica cultura assistencial-repressiva, presente durante séculos no Brasil.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Construção do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo do Adolescente em Conflito com a Lei (Sinase), o qual foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) em julho de 2006;

- Elaboração do Projeto de Lei de Execução das Medidas Sócio-educativas;

- Criação de 1.060 vagas em unidades de internação restritiva e provisória nos Estados do AC, AL, CE, ES, GO, MG, MS, PA, PI, PE, RJ, RN;

- Atendimento a 2.696 adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas e egressos;

- Reordenamento de 29 unidades de internação, internação provisória e plantão institucional;

- Apoio a projetos de desenvolvimento de novas práticas, como Justiça Restaurativa;

- Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre:

a) avaliação da gestão municipal das medidas sócio-educativas em meio aberto e elaboração de uma proposta de modelo de gestão, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam);
b) custos e qualidade das unidades de internação, em parceria com o Fundo das Nações Unidas de Socorro às Crianças (Unicef);
c) Mapeamento Nacional das Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto, em parceria com Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Direito e Tratamento do Delinquente (Ilanud);
d) metodologia de monitoramento de convênios de atendimento sócio-educativo em meio aberto, nos anos de 2005-2006, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e 14 outras universidades associadas em 10 Estados;

- Criação da Comissão Intersetorial de Acompanhamento ao Sinase, envolvendo 12 Ministérios e dois Conselhos Nacionais (Conanda e Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS), sob a coordenação da SEDH.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Os recursos orçamentários liberados estão aquém da capacidade de execução da Coordenação do Programa e da necessidade apresentada pelos Governos Estaduais e Municipais para atendimento dos adolescentes em conflito com a Lei, tanto que projetos sem convênio aguardaram uma suplementação do orçamento.

No ano de 2006, houve um grande esforço para a aprovação do Sinase e do Projeto de Lei de Execução das Medidas Sócio-educativas que, embora sejam ações não-orçamentárias, contribuem de forma significativa para o alcance do objetivo do Programa.

O quadro de pessoal é muito reduzido diante das ações que são desenvolvidas no Programa. Não existem recursos humanos suficientes principalmente para monitoramento dos convênios firmados.

Falta uniformidade de procedimentos para a celebração de convênios e pessoal suficiente e qualificado para a análise de propostas.

Os Municípios e Estados freqüentemente estão inadimplentes, o que dificulta o processo de formalização de convênios e posteriormente o pagamento dos convênios.

Os entes federativos enfrentam muitas dificuldades na realização de licitação e a conseqüente celebração dos contratos, principalmente nos convênios para execução de obras nas unidades de internação.

Existe um descompasso entre as normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sinase em relação às medidas sócio-educativas em meio aberto.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

São realizadas reuniões de trabalho semestralmente com os gestores estaduais da área de atendimento sócio-educativo. A partir de 2007 serão implementadas reuniões também com os gestores municipais e com todos os conveniados para discutir a execução dos projetos conveniados. Além disso, são realizadas visitas *in loco* aos projetos de forma amostral e pelo montante de recursos envolvidos. Em relação aos convênios de execução de construção, reforma ou ampliação de unidades de internação, são realizadas visitas *in loco* periodicamente. Estão sendo elaborados os procedimentos de monitoramento dos convênios, além de ter sido contratada a UFRJ para monitoramento dos convênios em execução até 2008.

O Programa mantém sistematicamente processos de discussão em audiências públicas, utilizando principalmente o sistema de videoconferência para o diálogo com a sociedade interessada no Programa. Mantém, ainda, uma interlocução muito forte com os gestores estaduais e municipais, além de organizações não-governamentais interessadas na execução do Programa, o sistema de justiça juvenil e a sociedade civil. Além de interlocução com os organismos internacionais, apresentando relatórios regularmente à Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Conferência Ibero-Americana e demais instituições internacionais relacionadas ao assunto. Por fim, as ações do Programa são discutidas mensalmente com o Conanda.

Quando do monitoramento dos convênios, realiza-se a escuta do público-alvo atendido pelo Programa, que são os adolescentes que estão cumprindo medidas sócio-

educativas. Os resultados desse diálogo servem para aperfeiçoar o próprio projeto em execução, bem como para o redirecionamento do Programa. No ano de 2006, inclusive, realizou-se em Brasília um encontro nacional dos adolescentes que estão cumprindo medida sócio-educativa de semi-liberdade para avaliar, em conjunto com eles, os aperfeiçoamentos que são necessários na execução dessa medida.

O mecanismo de pactuação com os governos estaduais e, a partir de 2007, com os governos municipais é, sem dúvida, uma prática de gestão que permite ampliar os resultados do programa e fortalecer a rede de atendimento aos adolescentes. Da mesma forma, o diálogo permanente com o sistema de justiça através da Associação Brasileira de Promotores e Magistrados.

**RECOMENDAÇÕES**

- Não há recomendações.

# COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

## OBJETIVO

Prevenir e combater a violência, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

## PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 60.149.839,00 | Empenho Liquidado: | R$ 58.716.936,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 58.716.936,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DO PROGRAMA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 1,99
**Índice previsto ao final do PPA:** 1,44

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

O índice previsto para o final do PPA já foi superado em 2006.Até meados de agosto de 2005, o Sentinela estava implantado no mesmo número de Municípios que em 2004 (314). Porém, a partir de agosto de 2005, à luz da Política Nacional da Assistência Social (PNAS), com a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), houve uma expansão significativa. Desse modo, em dezembro de 2006, a cobertura do Sentinela atingiu 1.126 Municípios e a meta pactuada ficou em torno de 55,6 mil crianças, adolescentes e famílias com acesso ao atendimento psicossocial e jurídico, registrando um aumento de cobertura para mais 790 Municípios.

### 2. TAXA DE EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS ENCAMINHADAS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 2,64
**Índice previsto ao final do PPA:** 0,39

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
O índice previsto para o final do PPA já foi superado em 2006.

Em 2006, a expansão do horário de funcionamento do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, bem como a mudança do número para o 100, de fácil memorização, possibilitaram, em relação ao ano de 2005, um aumento de mais de 169% de denúncias recebidas e encaminhadas. Além das mudanças referidas, cabe destacar a realização de várias campanhas nacionais de mobilização, sensibilização e divulgação do novo número do serviço.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema mundial. O mais freqüente tipo de violência a que estão sujeitas crianças e adolescentes é aquele denominado estrutural, em função da precária situação sócio-econômica das famílias das quais grande parte das crianças e adolescentes se originam. A defesa dos direitos e a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual vêm sendo promovidas mediante ações integradas com as áreas de educação, saúde, cultura e justiça, visando à reintegração social e ao retorno da criança ou adolescente ao convívio da família e da comunidade.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Implantação em 1.126 Municípios dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), nos quais são implementados, entre outros, serviços de proteção social a crianças e adolescentes e suas famílias, vítimas de violência, abuso ou exploração sexual. A expansão dos CREAS ampliou sua capacidade de atendimento para 55,6 mil crianças e adolescentes;

- Fortalecimento das redes estaduais e locais de enfrentamento da violência sexual a crianças e adolescentes por meio da expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR). Foram apoiados projetos em 11 Estados da Federação, contemplando 52 Municípios;

- Envolvimento da comunidade escolar com a temática do Programa por meio da expansão do Programa Escola que Protege. Foram capacitados 4.417 professores em todo o País, beneficiando 88.340 crianças e adolescentes;

- Envolvimento e adesão do *trade* do turismo por meio do Programa Turismo Sustentável e Infância;

- Desenvolvimento, no âmbito do Mercosul, de metodologia de implementação de políticas públicas integradas nas regiões de fronteira (cidades-gêmeas);

- Investimento de R$ 3,96 milhões no apoio a 15 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos Estados do AC, AM, BA, MA, MG, MS, PB, RN. Criação de dois Grupos de Trabalhos (GTs), Pedofilia e Pornografia na Internet e Ações no Mercosul;

• Aperfeiçoamento do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes: expansão deste serviço, com financiamento da Petrobras, em parceria com o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), possibilitando a ampliação do horário de funcionamento do *call center* (8h às 22h), em todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados; desenvolvimento do sistema de informação para registro e acompanhamento *on-line* das denúncias, acarretando em aumento do número de atendimentos (2003: 4.494; 2004: 3.774; 2005: 5.155; 2006: 11.872), evoluindo de uma média de 20 para 48 denúncias diárias; mudança do número 0800 para o Disque 100, de fácil memorização e instalação de um *call center* próprio nas dependências da SEDH (antes funcionando no Ministério da Saúde).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

Tendo como base o planejamento original, bem como os índices obtidos, verifica-se que os resultados alcançados em 2006 superaram as metas previstas. Apesar dos resultados alcançados em 2006, o problema da violência sexual persiste na maior parte do País, considerando a complexidade do fenômeno e os vários determinantes geradores desse tipo de violação. Importa destacar que o tema se encontra definitivamente consolidado na agenda do País, condição essencial para o enfrentamento desse grave problema.

A Ação de Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias, executada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), obteve execução física satisfatória. A superação da meta foi possível, principalmente, pela suplementação de recursos destinados à expansão do serviço de apoio psicossocial e jurídico.

A Ação de Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes superou, em muito, a meta inicialmente programada. A ação dá cobertura ao Programa Escola que Protege, que prevê a capacitação de professores da rede pública de ensino, com o objetivo de identificar e encaminhar os casos de violência sexual. A meta inicial foi recalculada considerando que, para cada professor capacitado, seriam beneficiadas 20 crianças e adolescentes. No caso, foram capacitados, durante o ano de 2006, 4.417 professores em todo o País, beneficiando 88.340 crianças e adolescentes.

A Ação Apoio a Projetos de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes previa o apoio a 40 projetos. Após reavaliação proposta pela SEDH e aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), optou-se por apoiar a disseminação do PAIR. O PAIR, que propõe a criação e o fortalecimento de redes estaduais e locais de enfrentamento, é considerado uma estratégia de maior sustentabilidade. Foram apoiados projetos em 11 Estados da Federação, contemplando 52 Municípios. Outros cinco projetos apoiados guardam estreita relação com o fortalecimento do PAIR e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Com relação ao CREAS, embora tenha havido um avanço na cobertura/atendimento das situações de violência sexual a partir dos recursos destinados à expansão do Serviço de Enfrentamento à Violência Sexual, os recursos foram insuficientes para a universalização das ações nos 932 Municípios apontados por uma Matriz Intersetorial.

Cabe destacar a importância de reforçar, no novo PPA, o orçamento destinado às ações no âmbito da educação, bem como o destinado ao apoio a projetos, que viabilize a disseminação do PAIR para o restante do Território Nacional. Sobre as ações da SEDH, alguns projetos ficaram em restos a pagar por conta da indisponibilidade do orçamento em tempo hábil. É o caso dos projetos do PAIR, cuja execução se dará efetivamente em 2007, uma vez que os recursos, em sua grande maioria, foram repassados no final de 2006. Além disso, o fluxo de recursos sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada

Há as seguintes restrições relativas a recursos humanos e materiais: espaço físico inadequado ao número de pessoas da equipe, considerando que a coordenação trabalha em conjunto com equipe do Disque Denúncia Nacional e escassez de pessoal para as ações de monitoramento. A multiplicidade e variedade de atividades ligadas à temática do Programa requerem uma equipe mais bem estruturada. Além disso, há problemas com a qualificação das equipes executoras nos Municípios.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A base de dados do Disque Denúncia Nacional possibilita um recorte de gênero (as informações registradas apontam que 72% das vítimas de violência são do sexo feminino); de raça (53% das crianças e adolescentes registradas como vítimas são negras e 42% são crianças brancas). O PAIR, em localidades relacionadas a comunidades indígenas, prevê a capacitação desse segmento, além de possibilitar a realização de pesquisas referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes indígenas e de pessoas com deficiência (7% das denúncias envolvem vítimas com algum tipo de deficiência).

As reuniões mensais da Comissão Intersetorial propiciam a participação da sociedade civil e o controle social. Ademais, as ações do Programa são discutidas no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Conselho Nacional de Educação (CNE), CNAS e no Fórum Turismo Sustentável e Infância.

**RECOMENDAÇÕES**

• Como forma de maximizar os resultados do Programa, é necessário que o próximo PPA contemple ação na área da saúde da criança e do adolescente;

• Com a elaboração e a aprovação do Plano de Ação de Enfrentamento à Pedofilia *on-line* e à Pornografia Infantil na Internet no Brasil, sugere-se também a criação de uma ação específica para a sua implementação, considerando a complexidade e a especificidade do problema;

• Outra importante contribuição para o fortalecimento do Programa seria a inserção de ação ligada à área de responsabilização e defesa (Ministério da Justiça).

# DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS

## OBJETIVO

Promover e defender os direitos humanos, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 640.851.849,00 | Empenho Liquidado: | R$ 589.846.171,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 589.846.171,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ESTADOS COM CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Apesar de considerado inadequado, o indicador mostra o avanço da promoção e defesa dos direitos humanos, visto o engajamento dos Estados com o tema. Tem-se avançado com a criação de conselhos e, mais, tem-se a expectativa de que até 2007, todos os Estados disponham de conselho em funcionamento regular.

### 2. TAXA DE EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO DOS BALCÕES DE DIREITO (FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA E ORIENTAÇÃO JURÍDICA GRATUITA)

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -0,2
**Índice previsto ao final do PPA:** 4,5
**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O índice apurado em 2006 demonstra uma redução do número de atendimentos realizados pelos Balcões de Direitos, justificada pela mudança de enfoque na implementação da ação relativa ao fornecimento de documentação civil básica e de orientação jurídica

gratuita. Ocorre que até 2004 havia uma quantidade significativa de ações itinerantes no formato de Mutirões de Cidadania que geravam uma quantidade alta de atendimentos. Com a preferência pelo apoio a projetos de atuação fixa ou de alcance mais limitado, permitiu-se conceder serviços de maior qualidade, inclusive com a possibilidade de acompanhamento de casos, em detrimento do quantitativo elevado. Dessa forma, faz-se necessária a revisão do índice ao final do PPA.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A garantia aos direitos humanos é função do Estado. Contudo, ela somente será alcançada no momento em que toda a sociedade brasileira incorporar em seu cotidiano e em suas atitudes o conjunto de princípios e valores que envolvem os direitos humanos. Para tanto, faz-se necessária ação do Governo Federal no sentido de incentivar não somente o debate e a reflexão sobre esse tema, mas também de propor e realizar ações articuladas com a sociedade e com outros níveis de governo com o objetivo de construir de uma cultura de paz, tolerância e de valorização da diversidade. Da mesma maneira, são necessárias ações que visem à defesa de direitos de grupos sociais vulneráveis (no caso do Programa, idosos e homossexuais, principalmente), bem como a prevenção e repressão das violações de direitos específicos (como o de não ser torturado, de possuir os documentos básicos da cidadania, entre outros).

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Capacitação de 11.355 pessoas, nas ações Apoio à Capacitação em Direitos Humanos e Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), superando a meta inicialmente prevista;

- Revisão do PNEDH, com ampla participação social, e a realização do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos com a participação de representantes de 12 países;

- Apoio a serviços de orientação jurídica gratuita, mediação de conflitos e informação em direitos humanos (Balcão de Direitos) realizado em 40 postos que atendem 78 Municípios de 13 Estados, com 161,7 mil pessoas beneficiadas. Dentre os serviços, registram-se a facilitação e o fornecimento de 14 mil documentos no período. Desde 2003, os Balcões de Direitos têm buscado beneficiar prioritariamente comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, além de refugiados, assentados e acampados;

- Apoio a serviços de prevenção e combate à homofobia e implementação do Plano Brasil sem Homofobia - instalação de 47 Centros de Referência contra a Homofobia, alcançando as capitais de todos os Estados e Municípios-pólos no interior, com a estimativa de que sejam feitos mais de 70 mil atendimentos ao longo de 2007; instalação de sete Núcleos de Estudo para a Prevenção e Combate à Homofobia, junto a universidades;

- Proteção a Defensores de Direitos Humanos - realização de três projetos-piloto com a instalação do serviço de proteção a 19 defensores beneficiados nos Estados do Pará, Pernambuco e Espírito Santo, reconhecidos por situações de ameaças graves a defensores de direitos humanos;

• Assistência Técnica para Ouvidoria de Polícia e Policiamento Comunitário - fortalecimento do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia; realização de eventos de capacitação e sensibilização com o envolvimento de 1.154 pessoas, dentre os quais 596 se formaram como multiplicadores; realização de campanha de prevenção e combate à tortura com a confecção e distribuição de 11 mil cartazes e 33 mil fôlderes; criação de uma biblioteca virtual com informações de pesquisas sobre segurança pública; capacitação e sensibilização de 820 profissionais da área de policiamento comunitário; elaboração de 17 títulos de material didático sobre o tema; revisão e redação de 10 manuais de procedimentos das polícias civil e militar no Rio de Janeiro.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

As Ações de Apoio à Capacitação em Direitos Humanos e de Resgate da Cidadania da Criança e do Adolescente em Situação de Risco superaram as metas previstas. Outras, entretanto, ficaram muito aquém do planejado. Essa situação foi observada principalmente nas ações que receberam grande volume de recursos advindos de emendas parlamentares, que ora previam o cálculo do custo-benefício diferente do utilizado pela gerência, ora os beneficiários das emendas não foram localizados para se firmar o convênio. Não obstante, vale ressaltar que, para o ano 2007, foram definidas novas relações valores-meta que deverão tornar mais reais as previsões de alcance.

O fluxo sofreu descontinuidade, mas não prejudicou decisivamente a execução programada. Importa destacar a indefinição acerca da disponibilização e utilização dos recursos de emendas orçamentárias que foram executadas quase que integralmente no final do exercício.

Há falta de sistemas gerenciais informatizados. Vale dizer que um sistema de gerenciamento de convênios está em desenvolvimento.

Devido ao volume de recursos e de diferentes tipos de atividades a serem desenvolvidas, a quantidade de pessoas à disposição da gerência é reduzida. Mesmo assim, existe um esforço constante de aprimoramento do trabalho e da gestão interna para se otimizar os recursos humanos disponíveis.

A obrigatoriedade do pregão eletrônico para os convenentes tem trazido dificuldades para a execução. Pelo desconhecimento da modalidade por parte dos executores e pela dificuldade de acesso aos mecanismos para a sua realização.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O desenvolvimento das ações é orientado para observar o atendimento preferencial e diferenciado (considerando as especificidades) desses públicos. Os Balcões de Direitos, por exemplo, foram redirecionados das periferias das grandes cidades para atender, preferencialmente, remanescentes de quilombos, indígenas, assentados e acampados da reforma agrária e outros grupos vulneráveis. Da mesma forma, as ações relacionadas à

educação em direitos humanos sempre consideram o aprimoramento do ensino formal (crianças e jovens), orienta a disponibilização de materiais informativos em LIBRAS e Braille.

O Programa realiza parcerias não-governamentais em sua execução e, em geral, as metas são alcançadas. Contudo, há que se mencionar certa dificuldade quanto ao seu planejamento, pela falta de capacitação para elaboração adequada dos projetos, ou pela apresentação de metas subestimadas, com o intuito de evidenciar um resultado maior que o previsto, posteriormente.

Destaca-se a sistemática de editais de chamada pública para a seleção de projetos e parceiros que tornam mais democrático o acesso aos recursos e permitem envolver instituições muitas vezes não conhecidas pelo Programa.

**RECOMENDAÇÕES**

- Revisão do desenho do Programa, excluindo-se do cadastro as ações que não possuem execução física e financeira.

# NACIONAL DE ACESSIBILIDADE

## OBJETIVO

Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

## PÚBLICO-ALVO

Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 1.862.001,00 | Empenho Liquidado: | R$ 1.470.072,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 1.470.072,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM CÓDIGO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE AO MEIO FÍSICO PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006**: -
**Índice previsto ao final do PPA:** 25

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
O Ministério das Cidades (MCidades) informou que estes dados ainda não estão disponíveis.

### 2. TAXA DE ÔNIBUS URBANOS ACESSÍVEIS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 5,8
**Índice previsto ao final do PPA:** 18

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa
Da estimativa de 95.000 veículos de transporte coletivo urbano existentes, foram identificados, nas principais metrópoles, onde estas informações se encontram disponíveis, 5.500 veículos adaptados, o que significa 5,8% do total da frota. Estes dados foram levantados de forma aleatória, podendo ser considerado que o número de veículos acessíveis é maior do que está apresentado. Há de considerar que o Decreto nº 5.296/04 estipula

um prazo de 10 anos para que a frota de veículos de transporte coletivo urbano esteja plenamente acessível.

**3. TAXA DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO COM SINALIZAÇÃO EM LIBRAS/ SUBLEGENDADOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006**: -
**Índice previsto ao final do PPA**: -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**

De acordo com a Portaria 310/2006 do Ministério das Comunicações (MC), as radiodifusoras de sons e imagens (TV) só estão obrigadas a oferecerem recursos de acessibilidade às pessoas com deficiência a partir do ano de 2008. Contudo, algumas delas já estão oferecendo recursos, mas não há levantamento oficial sobre o número de programas com acessibilidade.

**4. TAXA DE SÍTIOS ELETRÔNICOS GOVERNAMENTAIS ACESSÍVEIS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** 100

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Muito Baixa

O Decreto nº 5.296/04 determina que 100% dos sítios eletrônicos governamentais teriam que estar acessíveis até 03 de dezembro de 2005, o que não ocorreu. Ainda não se tem o número exato de sítios eletrônicos governamentais; a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Acessibilidade Brasil já identificou 3.000 sítios governamentais e destes somente 20 sítios estão acessíveis. Logo que os dados estiverem disponíveis, o indicador será apurado.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O Programa Nacional de Acessibilidade tem como público-alvo a totalidade da população brasileira e não apenas as pessoas com deficiência, os idosos, as mulheres grávidas, etc, pois qualquer intervenção no espaço físico das cidades, nas edificações, nos transportes, na comunicação e na informação que tenha como referência as normas brasileiras de acessibilidade irá se traduzir em melhor qualidade de vida para todos. Para as pessoas ditas normais e que estejam em sua plena capacidade física, as melhorias significam, principalmente, mais segurança. Para as pessoas com deficiência, idosos, mulheres grávidas ou para aquelas que tenham algum outro tipo de limitação, essas medidas representam a garantia do direito de ir e vir, ou a possibilidade de circularem, com segurança e autonomia, pelo espaço urbano.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Realização da I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de 12 a 15 de maio, em Brasília, com o tema Acessibilidade: Você Também Tem Compromisso. Esta Conferência foi precedida por conferências e fóruns estaduais que discutiram as questões pertinentes para a inclusão das pessoas com deficiência a partir do eixo acessibilidade. Do evento participaram cerca de 1.500 pessoas, entre conferencistas oficiais, observadores e convidados, bem como a equipe de apoio para a realização das atividades;

• Instalação do Comitê de Ajudas Técnicas, conforme determinado no Art. 66 do Decreto nº 5.296/04. O Comitê é constituído por profissionais que atuam e têm serviços relevantes realizados nas diversas áreas de ajudas técnicas. Tem como objetivo reestruturar diretrizes da área de conhecimento, estabelecer as competências desta área, realizar estudos para subsidiar a elaboração de normas a respeito de ajudas técnicas, levantar recursos humanos que atualmente trabalham com o tema e identificar os centros regionais de referência em ajudas técnicas, visando à formação de rede nacional integrada;

• Publicação das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 14022 e NBR 10450, que tratam, respectivamente, de acessibilidade nos veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros e nos transportes coletivos aquaviários, resultado do trabalho conjunto da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e ABNT;

• Publicação do Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências;

• Capacitação de 80 *webdesigners* dos sítios oficiais, com o objetivo de tornar as páginas do governo acessíveis, em parceria com a OSCIP Acessibilidade Brasil, buscando facilitar o cumprimento do Art. 47 do Decreto nº 5.296/04, que trata de acessibilidade nos sítios eletrônicos governamentais e de interesse público;

• Capacitação de 2.180 técnicos e agentes sociais em acessibilidade por meio de convênios com instituições parceiras;

• Edição e distribuição de 13.000 livros Acessibilidade, contendo toda a Legislação referente ao tema.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física das ações executadas pela CORDE atingiu um percentual maior do que o esperado, considerando-se satisfatório os resultados obtidos com a maximização dos recursos financeiros. A ação gerenciada pelo MCidades atingiu somente 20% do previsto, mas, ainda assim, considera-se que os resultados foram satisfatórios frente à política adotada e os projetos priorizados.

Os equipamentos são insuficientes para atender a demanda existente, dificultando o andamento de ações.

O Programa tem carência de recursos humanos e necessita de engenheiro civil, arquiteto, estatístico, advogado, sociólogo, administrador, analista de sistema, programador, técnico em comunicação com conhecimento em *webdesign* e pessoal de apoio. A CORDE possui uma equipe muito pequena, estando os técnicos envolvidos com o acompanhamento de várias ações simultâneas.

Não foi possível executar ações que dependiam de contratos firmados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Ministério da Justiça (MJ) devido ao fato do teto anual ter sido utilizado na sua totalidade. Cabe salientar que as licitações são feitas para atender a todos os setores do MJ, além da SEDH.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa utiliza mecanismos de participação social como: consultas públicas para a análise dos projetos de legislação complementar; reunião com grupos de interesse para debater os aspectos referentes à acessibilidade e discussão de todo assunto referente à pessoa com deficiência no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), do qual participam a sociedade civil e os órgãos setoriais da administração pública.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) representou 6,87% dos empenhos liquidados do Programa. Os recursos utilizados foram para garantir infra-estrutura na realização de eventos importantes e a participação de técnicos e convidados em reuniões, câmaras técnicas, conferências, grupos de trabalho, seminários, congressos, oficinas, fiscalização de projetos e outros.

O monitoramento é realizado com a utilização de vários instrumentos como: reuniões internas com a equipe técnica, reuniões com técnicos de outras instituições governamentais, com o Conade e sociedade civil organizada, além de parcerias na execução de ações importantes para impulsionar a Política para a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Processo de Desenvolvimento do País; visitas *in loco* às instituições que tenham ações apoiadas com recursos oriundos das ações de seus programas para acompanhamento da execução e o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, este sistema, criado por Decreto, busca disponibilizar as informações a todos os interessados por meio de relatórios de gestão, entre outros.

**RECOMENDAÇÕES**

- Alteração da fórmula de cálculo do indicador Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência, para incluir todos os Municípios e não somente aqueles com população acima de 50.000 habitantes.

# PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

## OBJETIVO

Promover a política de atendimento e garantir a ampla defesa jurídico-social de crianças e adolescentes.

## PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 31.983.945,00 | Empenho Liquidado: | R$ 13.160.045,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 13.160.045,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE MUNICÍPIOS COM IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 91,66
**Índice previsto ao final do PPA:** 90

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -
O índice já ultrapassou os 90% ao final do ano de 2006. A variável utilizada para a obtenção do indicador foi o número de conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente cadastrados no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia).

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é composto por três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social. O eixo da Promoção envolve a rede responsável pela política de atendimento (fomento dos direitos) composta pelas políticas sociais básicas, pela política assistencial e pela política de proteção especial (destinadas àqueles que têm seus direitos extremamente violados). A articulação e o apoio eventual a ações desenvolvidas pelos órgãos que compõem o eixo da promoção (Ministérios, secretarias estaduais e municipais de políticas sociais; secretarias de direitos humanos ou órgãos equivalentes; entidades de

atendimento e conselhos dos direitos) são responsabilidades da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Para que se faça cessar a ameaça ou violação, o ECA prevê a atuação em conjunto de diversas entidades do Poder Público e da sociedade civil. A ação do Poder Público (órgãos da segurança pública; Ministério Público; Poder Judiciário; e Defensoria Pública) e da sociedade civil (conselhos tutelares e centros de defesa), deve ser implementada de forma articulada e harmônica, integrando um sistema que garanta o enfrentamento da violação e a responsabilização dos agentes. Os conselhos estaduais e municipais de direitos da criança e do adolescente são entidades responsáveis pela definição das diretrizes que orientam a política de atenção integral, sendo também responsáveis pelo acompanhamento e monitoramento dessa política. O fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente é uma das condições essenciais para que se garanta a cidadania plena das crianças e adolescentes brasileiros.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Constituição de uma equipe gerencial específica para a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, com a inclusão do Estado de Pernambuco entre os parceiros do projeto. A Ação promoveu a proteção de 360 crianças e adolescentes ameaçados de morte, em conjunto com seus familiares;

- Aprovação, por Assembléia Conjunta do Conanda e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 13 de dezembro de 2006, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, cujo processo de elaboração foi coordenado pela SEDH em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS);

- Realização da pesquisa nacional Conhecendo a Realidade, que aplicou questionários específicos aos conselhos municipais e estaduais dos direitos da criança e do adolescente e aos conselhos tutelares. Foram concluídos relatórios com análises de recorte nacional e por região e a organização do banco de dados para consulta;

- Elaboração do desenho do sistema de ensino a distância de conselheiros tutelares e de direitos por meio de parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz);

- Estabelecimento dos parâmetros para a formação continuada dos operadores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente (Conanda - Resolução nº 112, de 27 de março de 2006) e para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda - Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas foi prejudicado pelo atraso na liberação de recursos, pela aprovação tardia do orçamento e pela vedação da celebração de convênios no período eleitoral.

Não obstante a melhoria observada no ano de 2006, a equipe do Programa carece ainda de recursos materiais adequados, tais como impressora, aparelho de fax e computadores com maior capacidade de processamento para o tratamento de banco de dados do Sipia e da Rede Brasileira de Informação Sobre Infância, Adolescência e Família (Redinfa).

Falta espaço físico à equipe do Programa, especificamente no que se refere à equipe da proteção aos ameaçados de morte - questão relacionada à necessidade de cessão de espaço ao funcionamento do Conanda e, principalmente, a dificuldade de obtenção de espaço físico para a SEDH como um todo junto ao Ministério da Justiça (MJ).

O Programa de Promoção e Defesa, em especial, e a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) em geral, têm funções de formulação e articulação política tanto dentro do governo como com demais entes federados, entidades representativas da sociedade civil e organismos internacionais. Entretanto, há dificuldades para a execução desse trabalho, advindas da quantidade reduzida de funcionários disponíveis para tarefas administrativas, gerenciais e técnicas. Isso implica em um gasto excessivo do tempo da equipe em tarefas burocráticas, em especial de formalização de convênios, e um comprometimento na realização de atividades de planejamento, coordenação geral, monitoramento e avaliação, haja vista a falta de um adequado quadro técnico.

É importante ressaltar a dependência dessa Secretaria Especial em relação à infra-estrutura do MJ, apesar do *status* de Ministério que lhe foi atribuído.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa utiliza vários mecanismos de monitoramento. A Ação de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, por exemplo, realiza reuniões de trabalho com todos os parceiros executores nos Estados. Nessas reuniões, são definidos procedimentos padrões de funcionamento e discutidas dificuldades e avanços dos programas, as quais são registradas em atas sínteses. Neste tipo de monitoramento, a dificuldade reside na falta de recursos humanos na coordenação da Ação para participar, organizar e secretariar essas reuniões. Há, também, visitas *in loco* em diversas ações, de forma a subsidiar a elaboração dos pareceres de execução física e financeira das prestações de conta. São realizadas, ainda, visitas técnicas a diversos parceiros, como conselhos tutelares, secretarias estaduais, entre outros. No entanto, este monitoramento não dispõe dos recursos humanos necessários para a realização dessas visitas e para a elaboração de relatórios, além de falta de instrumentais e banco de dados para facilitar coleta de dados e avaliação.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) representou 3,51% dos empenhos liquidados do Programa. Esse montante está relacionado com gastos com publicações (em especial de resoluções do Conanda), diárias, passagens e custeio administrativo do Conanda. Além disso, essa Ação abarca também os custos de gestão do Programa de atendimento sócio-educativo. Assim, avalia-se que os gastos com a GAP

são insuficientes para dar conta das necessidades de gestão do Programa, prejudicando sobremaneira o trabalho de monitoramento dos projetos apoiados.

O Programa utiliza vários mecanismos de participação social. Por exemplo, a equipe técnica da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) se reúne, periodicamente, com gestores estaduais e municipais, bem como com representantes da sociedade civil. Com eles são discutidas as diretrizes e estratégias de atuação, bem como expostas as principais demandas locais. Assim, a SPDCA tem hoje um conhecimento amplo das realidades locais, devido ao processo de trabalho que vem implementando junto aos Estados e Municípios e à rede de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, incluindo o Poder Judiciário e o Ministério Público. Além disso, todas as ações da área da Criança e do Adolescente passam necessariamente pelo conhecimento e análise do Conanda - que é um órgão colegiado, deliberativo e autônomo, composto paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil organizada, responsável pela formulação, controle e monitoramento da política de atendimento e da gestão do Fundo para a Criança e o Adolescente. Em 2006, o Programa realizou audiência pública com presença de todos os doadores governamentais do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, na qual prestou contas dos recursos obtidos e de como eles foram aplicados, ouvindo sugestões e consolidando novas parcerias e submeteu o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária à consulta pública, através do sítio da SEDH.

**RECOMENDAÇÕES**

- Criação de ação específica de apoio a eventos (encontros de conselhos, conferências, entre outros).

# PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## OBJETIVO

Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do País.

## PÚBLICO-ALVO

Pessoas portadoras de deficiência.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 5.442.954,00 | Empenho Liquidado: | R$ 5.147.140,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 5.147.140,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE ESTADOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 77,77
**Índice previsto ao final do PPA:** 74,07

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em dezembro de 2006, foi apurado que 77,77% dos Estados possuem Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, criados por Lei. Faltam ser criados Conselhos nos seguintes Estados: Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rio Grande do Norte.

### 2. TAXA DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM CONSELHOS DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 2,14
**Índice previsto ao final do PPA:** 2,3

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Em dezembro de 2006, foi apurado que 2,14% dos Municípios (119 Municípios) possuem Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, criados por Lei, tendo-se a

expectativa de que ao final do PPA 2004-2007, o percentual previsto seja ultrapassado. Este indicador deverá sofrer alterações para 2008-2011, sendo necessária a abrangência de todos os Municípios e não somente daqueles que tenham população acima de 50.000 habitantes.

**3. TAXA DE INCLUSÃO ESCOLAR**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 21
**Índice previsto ao final do PPA:** 35

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Este índice deverá sofrer alterações para o PPA 2008-2001, ampliando a faixa etária para 0 a 19 anos, abrangendo a educação básica e não somente o ensino fundamental. Em 2006, foi constatado que houve 700,6 mil matrículas (de um total de 3,3 milhões de pessoas com deficiência entre 0 e 19 anos, com base em dados do Ministério da Educação (MEC) e do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo 53,6% em classes especiais e 46,4% em classes comuns, sendo 63% em escolas públicas e 37% em escolas privadas.

**4. TAXA DE EFETIVIDADE DA RESERVA DE POSTOS DE TRABALHO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**

Cabe informar que existem dados no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas não de maneira a permitir a apuração deste indicador.

**5. TAXA DE EFETIVIDADE DO CUMPRIMENTO DA LEI DE QUOTAS POR EMPRESAS COM MAIS DE 100 FUNCIONÁRIOS**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**

Cabe informar que existem dados no MTE, mas não de maneira a apurar este indicador.

**6. TAXA DE INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**

Este é outro indicador importante, mas o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) não possui o levantamento estatístico sobre o número de pessoas com deficiência no serviço público. Segundo informações, é espontânea a declaração de ser ou não deficiente. Apesar de não ter sido apurado no atual PPA, é de suma importância que continue fazendo parte da estrutura do PPA 2008-2011.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

A promulgação da Lei nº 7.853/89 promoveu mudanças de paradigmas quanto às questões relativas às pessoas com deficiência. Uma visão assistencialista/paternalista deu lugar à outra, que garantiu os direitos individuais e coletivos e a efetiva inclusão social das pessoas com deficiência.

Apesar de grande avanço do marco legal, o Estado brasileiro ainda necessita desenvolver ações que contribuam para as transformações dos paradigmas assistencialistas, permitindo que a pessoa com deficiência seja sujeito do processo de desenvolvimento do País, exercendo plenamente sua cidadania.

O Censo Demográfico 2000, do IBGE, desenhado em conjunto com a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), constatou que a questão da deficiência no Brasil atinge diretamente 14,48% e indiretamente 43,44% do conjunto da população, ultrapassando a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em números absolutos, as porcentagens indicam respectivamente, 24,6 milhões e 73,8 milhões de pessoas, além de profissionais atuantes em áreas de atendimento à pessoa portadora de deficiência.

A questão das deficiências é universal, e deve ser preocupação constante não só do governo, mas da sociedade em geral. As medidas governamentais destinadas a melhorar a situação das pessoas portadoras de deficiência devem, necessariamente, estar ligadas à prevenção, à reabilitação e à equiparação de oportunidades, de acordo com o Programa de Ação Mundial para Pessoa Portadora de Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU).

Faz-se necessário intensificar ações que impulsionem o desenvolvimento de políticas integradas junto aos governos de todos os níveis e com a sociedade civil, de forma a garantir os direitos da pessoa com deficiência e combater todas as formas de discriminação, possibilitando o acesso aos bens e serviços existentes e buscando meios de sua inclusão qualificada no processo de desenvolvimento do País.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

- Monitoramento e análise de projetos de lei sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e outros em tramitação no Congresso Nacional, participação em comissões para regulamentação de legislação existente, entre elas a regulamentação da Política Nacional do Livro e Leitura, Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) Ex-Colônias de Hanseníase,

Grupo de Trabalho (GT) Inclusão para Pessoas com Deficiência do Ministério Público Federal (MPF), Comitê de Educação em Direitos Humanos, GT sobre Critérios para Aposentadoria Especial para Servidores com Deficiência;

• Realização da I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Em todo o País foram realizadas conferências estaduais e municipais que precederam a Conferência Nacional. Houve a participação de cerca de 1.500 pessoas e foram aprovadas mais de 250 proposições e moções;

• Participação na discussão e aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Assembléia Geral da ONU. A CORDE realizou amplas reuniões com abrangência nacional para discussão e elaboração de proposta brasileira para a convenção, além de participação nas reuniões na ONU;

• Apuração de denúncias de violação de direitos, de preconceitos e discriminação - são recebidas em média 15 denúncias por semana, que tratam, principalmente, de descumprimento da legislação de concursos públicos, recusa de matrículas em escolas regulares, descumprimento da legislação por companhias de transporte, além de denúncias contra atitudes e ações de discriminação de órgãos do Governo Federal, estadual e municipal;

• Realização de Câmara Técnica - Década das Pessoas com Deficiência - Pelos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência. A Organização dos Estados Americanos (OEA) estabeleceu o período de 2006 a 2016 como a Década das Américas das Pessoas com Deficiência. Este evento teve como objetivo realizar o planejamento de metas e propostas de ações estratégicas para a Década no Brasil, contando com a colaboração de representantes do poder público e da sociedade civil organizada;

• Realização de Câmara Técnica sobre Concursos Públicos, visando a tornar clara a interpretação da legislação a partir de casos práticos, propondo inclusive a complementação das leis vigentes por meio de Atos Regulatórios. Houve a participação de operadores de direito, realizadores de concursos e representantes do movimento de pessoas com deficiência e voltados para pessoas com deficiência;

• Capacitação de 28.658 pessoas sobre questões pertinentes aos direitos das pessoas com deficiência por meio de convênios com instituições parceiras;

• Distribuição de 35.900 exemplares (cartilhas, manuais, livros, fôlderes), 5.000 CDs e edição de quatro vídeos.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A execução física das ações atingiu um percentual maior do que o previsto, considerando-se satisfatórios os resultados obtidos com a maximização dos recursos financeiros.

O Programa apresenta carência de recursos humanos, estando os técnicos envolvidos com o acompanhamento de várias ações simultâneas.

Não foi possível executar ações que dependiam de contratos firmados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e pelo Ministério da Justiça (MJ) devido ao fato do teto anual ter sido utilizado na sua totalidade. Cabe salientar que as licitações são feitas para atender a todos os setores do MJ e da SEDH.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

As ações da CORDE estão relacionadas à Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, sendo aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) sua programação anual e acompanhada a execução de suas ações. Portanto, a sociedade civil organizada representada pelos conselheiros não-governamentais é ouvida e aprova a programação e execução das ações priorizadas. Durante a realização das reuniões do Conade, todos têm a oportunidade de opinar e acompanhar os ajustes que se fizerem necessários em decorrência dos recursos financeiros efetivamente liberados.

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) representou 17,55% dos empenhos liquidados do Programa. Os recursos utilizados foram para garantir infra-estrutura na realização de eventos e a participação de técnicos e convidados em reuniões, câmaras técnicas, conferências, grupos de trabalho, seminários, congressos, oficinas, fiscalização de projetos e outros.

O monitoramento é realizado com a utilização de vários instrumentos, como: reuniões internas com a equipe técnica, com técnicos de outras instituições governamentais, com o Conade e a sociedade civil organizada; estabelecimento de parcerias na execução de ações para impulsionar a Política para a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Processo de Desenvolvimento do País; visitas *in loco* às instituições que tenham ações apoiadas com recursos oriundos das ações de seus programas para acompanhamento da execução e o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência, criado por Decreto e que busca disponibilizar as informações contidas em relatórios de gestão, entre outros documentos a todos os interessados.

**RECOMENDAÇÕES**

- Alteração da fórmula de cálculo do indicador Taxa de Inclusão Escolar, de forma a ampliar a faixa etária de 0 a 14 anos para de 0 a 19 anos;

- Alteração da fórmula de cálculo do indicador Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência para abranger todos os Municípios brasileiros e não somente os que tenham população acima de 50.000 habitantes;

- Revisão dos indicadores Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência e Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com mais de 100 funcionários para que possam ser utilizados os dados existentes no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

# PROTEÇÃO DA ADOÇÃO E COMBATE AO SEQÜESTRO INTERNACIONAL

## OBJETIVO

Garantir o direito à convivência familiar por meio da adoção e promover o combate ao seqüestro internacional de crianças no Brasil.

## PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes em situação de adotabilidade internacionais e crianças seqüestradas para fora do Brasil por um dos genitores.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 164.538,00 | Empenho Liquidado: | R$ 164.538,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 164.538,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** -
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA: -**

A Taxa de Adoção Internacional depende da apuração do número de adoções nacionais ocorridas no Brasil, para se poder calcular o percentual das adoções internacionais sobre o total de adoções no País. Não existem dados de adoção nacional, pois os Tribunais de Justiça ainda não tem a compilação dos números. Entretanto, está previsto para este ano projeto que deverá levantar as primeiras estatísticas sobre adoções nacionais.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa Proteção da Adoção e Combate ao Seqüestro Internacional trabalha no acompanhamento e na viabilização dos procedimentos que envolvem os processos de adoção internacional e seqüestro internacional. Os mecanismos previstos para a execução do Programa envolvem:

a) desenvolvimento, implantação e gerenciamento de um banco de dados específicos;
b) apoio de funcionamento às Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção dos Estados Federados e do Distrito Federal e ao Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras;
c) viabilização dos procedimentos que envolvem o intercâmbio internacional de informações e documentos com todas as autoridades centrais dos Estados contratantes da Convenção de Haia e com os organismos internacionais afetos à matéria de adoção e seqüestro;
d) produção e publicação de material específico.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Uniformização da prática da adoção internacional no País, com base em Resolução aprovada pelo Conselho das Autoridades Centrais, em maio de 2006, que estabeleceu documentos padronizados para utilização pelos Tribunais de Justiça e Vara de Infância e Juventude;

• Realização do I Seminário sobre Seqüestro Internacional de Crianças, com 250 participantes, que incluiu público de operadores de direito - Juízes e Ministério Público - autoridades centrais estrangeiras e meio acadêmico. O seminário ajudou a difundir o tema do Seqüestro Internacional de Crianças e foi um palco para troca de idéias sobre a correta implementação do acordo;

• Realização do I Seminário sobre Seqüestro Internacional de Crianças e capacitação de 308 profissionais;

• Articulação com as autoridades centrais de outros países e aperfeiçoamento da parceria com a Organização Internacional de Polícia (Interpol) e Advocacia-Geral da União (AGU);

• Acompanhamentos de 29 casos em trâmite na Justiça Federal, nove na Interpol, quatro na AGU, e 13 no exterior. De 2003 a 2006, foram encerrados 113 casos de seqüestro de crianças;

• Participação no Grupo de Trabalho instituído pela Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de assessorar juízes e demais operadores de direito envolvidos na aplicação da Convenção de Haia.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O Programa teve execução física média de 81% em relação ao previsto na LOA 2006. Dentro dos limites orçamentários disponibilizados para o Programa foi possível maximizar o impacto do seminário realizado, mediante a seleção de participantes que representassem todos os Estados da Federação e de representantes de órgão parceiros que posteriormente poderiam ajudar a divulgar as práticas e idéias discutidas.

A equipe gerencial trabalha com poucos recursos administrativos. Devido ao grande volume de documentos que diariamente devem ser produzidos, a falta de material prejudica o atendimento da demanda recebida.

Os recursos humanos são insuficientes. A inexistência de técnicos em apoio administrativo sobrecarrega os servidores existentes. Além disso, no principal órgão parceiro, o Departamento Judicial Internacional da AGU, responsável pela análise jurídica e propositura das ações em casos de seqüestro internacional de crianças não conta com advogados em número suficiente para processar os casos de seqüestro recebidos ao longo do ano, o que impossibilita o atendimento aos requisitos da Convenção de Haia de 1980, no sentido do rápido andamento processual dos casos recebidos.

O trabalho nos temas da adoção internacional e seqüestro internacional de crianças ocorre no âmbito do Poder Judiciário que processa os casos recebidos. A necessidade de urgência no andamento dos casos de seqüestro, muitas vezes não é atendida por autoridades judiciárias o que acarreta prejuízos para o governo brasileiro em sua relação com autoridades estrangeiras.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

A Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) representou 25,21% dos empenhos liquidados do Programa. O montante de recursos foi utilizado na realização da Reunião Anual do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, cuja organização e patrocínio fica a cargo da Autoridade Central Administrativa Federal. Entretanto, os resultados da reunião, na forma de resoluções publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e adotadas pela Justiça Estadual, colaboram para atingir os objetivos do Programa no sentido de proteger a adoção.

**RECOMENDAÇÕES**

- Sugere-se que o Programa seja agregado ao Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.




# PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E TCU

Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Prestação Jurisdicional Trabalhista

Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Controle Externo

# ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

## OBJETIVO

Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 2.439.647.506,00 | Empenho Liquidado: | R$ 2.275.700.935,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 2.275.700.935,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

## 1. INDICADOR EM PROCESSO DE DEFINIÇÃO

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa é o conjunto de todas as atividades, projetos e operações especiais, que objetiva assegurar condições de funcionamento e manutenção da Câmara dos Deputados, de modo a propiciar o desempenho de suas atribuições constitucionais e regimentais.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

• Dentre os principais resultados atingidos pelo Programa, destaca-se a aprovação de vários atos normativos, além da fiscalização exercida pela Câmara dos Deputados por meio da atuação parlamentar. Foram instaladas, ao longo de 2006, duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que realizaram um total de 44 reuniões;

• Os resultados obtidos pelo Programa Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados são de difícil mensuração. Uma forma de se avaliar o Programa, a despeito da Casa possuir outras prerrogativas, é por meio das principais matérias aprovadas que foram:

a) cinco Emendas à Constituição;
b) seis Leis Complementares;
c) 37 Leis Ordinárias;

d) 60 Medidas Provisórias, convertidas;
e) 46 Decretos Legislativos;
f) nove Resoluções.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O desempenho físico das ações que compõe o Programa é registrado mensalmente no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) pelos respectivos coordenadores e consolidado e validado trimestralmente pelo gerente.

O cumprimento das metas físicas foi considerado dentro do previsto, com 80% a 100% do inicialmente previsto na LOA 2006, com exceção dos projetos que, além de sofrerem contingenciamento orçamentário, são bastante suscetíveis a decisões políticas, frustrando a realização de obras programadas para o exercício.

Os recursos orçamentários foram liberados ao longo do exercício em fluxo compatível com a programação e foram considerados suficientes.

Algumas contribuições a entidades de intercâmbio legislativo, apesar de existir dotação em ação orçamentária específica, não foram executadas, visto que não foram cumpridos todos os requisitos para a celebração do convênio.

Igualmente, a contribuição ao Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) não foi concretizada, pois para que houvesse a liberação dos recursos, era necessária autorização em normativo próprio, que não chegou a ser aprovado.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

Um aspecto relevante é o fato do Programa possuir mecanismos que promovem a participação social tais como:

a) petições, reclamações, representações ou queixas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, ou imputadas a membros da Casa são recebidas e examinadas pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa, conforme o caso;
b) cada Comissão pode realizar reunião de audiência pública com entidade da sociedade civil para instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido de entidade interessada;
c) consulta pública, em que a sociedade apresenta diversos questionamentos à Presidência da Câmara dos Deputados, que, por sua vez, os encaminha às Comissões ou à Ouvidoria Parlamentar, conforme o caso. Além disso, no âmbito da Casa foi constituída a Comissão de Legislação Participativa com a atribuição de receber sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, dentre outras;

d) a participação da sociedade civil poderá ser exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa legislativa, de pareceres técnicos, de exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea a do inciso XII do Art. 32 da Resolução nº 17/89 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Programa apresenta boas práticas de gestão que poderiam ser replicadas na Administração Pública Federal, dentre as quais pode-se destacar: Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG); Banco de Talentos; Comitê Técnico de Gestão do Conhecimento; Gestão de Comunidades Virtuais e Ciclo de Palestras Gerenciais.

**RECOMENDAÇÕES**

• Promover a realização de estudos e análises a respeito da construção de indicadores para o Programa, considerando que, no ano de 2004, existiam os indicadores: Taxa de Apreciação de Proposições e Tempo Médio de Tramitação de Projetos de Lei;

• Deve-se verificar a possibilidade de alinhamento com o Senado Federal, de forma a proporcionar um mecanismo de mensuração sobre a atuação do Poder Legislativo Brasileiro, inclusive com observância de referências internacionais a respeito do assunto.

# CONTROLE EXTERNO

## OBJETIVO

Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 666.346.005,00 | Empenho Liquidado: | R$ 666.346.005,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 630.366.973,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 45,8
**Índice previsto ao final do PPA:** 41

**A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta

Foi considerada alta uma vez que o índice apurado vem evoluindo ano a ano. No início do PPA, o índice apurado foi de 32,1% e, em 2006, ultrapassou o índice previsto para o final de 2007.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O controle dos gastos públicos e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, no que diz respeito à legalidade, à legitimidade, à economicidade e à fiscalização das subvenções e renúncias fiscais, justificam a demanda que a sociedade exige de programa voltado para a função judicante e fiscalizatória, com objetivo de coibir, inibir, evitar e punir a malversação e o desperdício de recursos públicos federais, auxiliando o Congresso Nacional em suas atividades de fiscalizar as contas dos administradores públicos federais,

bem como de fiscalizar a correta aplicação de recursos federais. Neste sentido, a ação do Tribunal de Contas da União (TCU) busca atender a demanda social de fundamental importância que é a busca pela transparência e pela aplicação legal dos recursos públicos.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Superação do índice do indicador, previsto para 39% para o ano de 2006, alcançando o valor de 45,8%, maior até que o previsto para o fim do PPA. Esse resultado decorreu em virtude de: estabelecimento de metas anuais de desempenho, melhoria em processos de trabalho, implementação de ações voltadas para a melhoria da satisfação profissional, ampliação do uso de Tecnologias de Informação (TI).

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas ficou entre 80% e 100% do previsto na LOA 2006.

A execução física das ações apresentou, em geral, nível de execução satisfatório, ressaltando-se apenas o Projeto Construção de Sede do Instituto Serzedello Corrêa teve sua execução prejudicada, por conta das dificuldades durante a fase de elaboração dos projetos da obra.

No que diz respeito à Atividade Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, a meta física apresentada na LOA estava, equivocadamente, quase quatro vezes superior ao valor correto, fato este comunicado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Levando-se em consideração a meta correta, a execução física da ação mostrou-se plenamente satisfatória.

Os recursos orçamentários executados foram considerados suficientes e mostraram-se plenamente satisfatórios.

O fluxo de liberação dos recursos financeiros foi compatível com a programação física, motivo pelo qual as ações não sofreram qualquer tipo de prejuízo em função da disponibilidade de recursos orçamentários.

Os mecanismos de monitoramento do desempenho físico usado nas ações são:

a) reuniões de trabalho realizadas mensalmente com as gerências ;
b) estatísticas relativas aos resultados alcançados são obtidas a partir dos diversos sistemas informatizados existentes no TCU, além da utilização do Sistema de Informação Gerenciais (SIGPlan), no qual, mensalmente, os diversos coordenadores das ações do Programa Controle Externo procedem à inserção das informações relacionadas à execução física das ações;
c) relatórios mensais de gestão, que os coordenadores encaminham à gerência.

A infra-estrutura foi considerada inadequada na equipe gerencial e nas equipes

executoras, assim como a insuficiente quantidade e pouca qualificação dos recursos humanos nas equipes executoras. Embora o TCU tenha atribuições mais amplas e em maior quantidade do que a maioria das entidades de fiscalização superiores, a quantidade de analistas por habitante de que dispõe é significativamente inferior.

As crescentes complexidade e sofisticação dos objetos de controle impõem a necessidade de contínuo aprimoramento do quadro do TCU. Com esse objetivo, encontra-se em fase final de desenvolvimento o sistema de gestão por competências. Relativamente à quantidade, cumpre esclarecer que foi aprovada pela Lei nº 10.799/2003 a criação de 600 novos cargos de analista. Contudo, o provimento estender-se-á até 2009.

A falta de acesso à quebra dos sigilos bancário e fiscal de objetos de investigação foi identificada como conflito decorrente de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo.

**OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio de Ouvidoria, implantada em 2004, e realização de eventos de diálogo público.

Nos eventos de diálogo público, diversos segmentos da sociedade puderam discutir vários aspectos de controle externo. Como forma de aprimorar a transparência e facilitar a participação, foi inaugurado, em 2004, um novo portal de acesso público na Internet.

As contribuições da participação social para os resultados do Programa conferiram maior efetividade às ações de controle externo, facilitaram e incrementaram o controle social, focaram as ações de controle em áreas de risco, aumentaram a relevância e a materialidade e melhoraram a alocação de recursos públicos federais.

O Programa avalia a satisfação de seus beneficiários, realizando pesquisas para colher a percepção da imagem do TCU junto a parlamentares, Ministério Público da União, controle interno, tribunais de contas dos Estados, pareceres emitidos pelas comissões da Câmara e do Senado acerca dos relatórios de atividades que o TCU encaminha, trimestral e anualmente, àqueles órgãos para promover melhorias. Ainda, houve a criação da Ouvidoria para recebimento de denúncias, sugestões e reclamações acerca da atuação do TCU.

Como boa prática de gestão, poderia ser replicada a experiência do órgão no estabelecimento de metas de desempenho institucional e da vinculação de parte da remuneração ao grau de alcance dessas metas, além da estruturação de ampla base de dados com informações da administração pública, propiciando melhor conhecimento do ambiente externo.

**RECOMENDAÇÕES**

- Ampliação de uso de Tecnologias de Informação e de espaço físico para atividades de treinamento.

# PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## OBJETIVO

Garantir o pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes a atividades judicantes, incluídas no Artigo 105 da Constituição Federal.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 449.570.014,00 | Empenho Liquidado: | R$ 442.729.293,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 442.729.293,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADOR

### 1. TAXA DE PROCESSOS JULGADOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 64
**Índice previsto ao final do PPA:** 69

**Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Alta
Visto que, em 2006, cumpriu-se mais de 90% da meta para o ano, e para melhorá-la, tem-se tomado um conjunto de medidas corretivas, como, por exemplo, implantação do Projeto Catálogo de Questões Jurídicas, Otimização do Trâmite Processual e Incremento de Novas Tecnologias, entre outras.

O índice apurado em 2006 foi diferente do previsto (69%), em função, dentre outros fatores, de haver quatro vagas de Ministros, que somente foram preenchidas nos meses de junho, agosto e setembro. Além disso, ressalta-se que um Ministro atua como Corregedor no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Art. 103-B, parágrafo 5º da Constituição Federal.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa visa a atender à demanda social no que cabe ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), especialmente, pela prestação jurisdicional constitucionalmente atribuída ao órgão,

zelando pela autoridade e uniformidade interpretativa das normas infraconstitucionais, garantindo a todo cidadão o acesso à justiça e ao julgamento do direito.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Maior celeridade processual, com a diminuição do prazo médio de tramitação das principais classes de processos;

• Modernização dos julgamentos, com avanços na certificação digital, petição eletrônica e intimação *on-line*;

• Ampliação da produção da TV e Rádio do STJ por meio de parcerias com emissores de outros Unidades da Federação, possibilitando maior transparência na disponibilização das informações e na divulgação dos trabalhos realizados no STJ;

• Ampliação e aprimoramento do Consórcio da Base de Dados Jurídica (BDJur) no âmbito nacional, contribuindo para a disseminação, preservação e facilitação do acesso ao conhecimento jurídico;

• Julgamento de 262,34 mil processos, perfazendo cerca de 92% da meta prevista para o ano;

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

O cumprimento das metas físicas, projetadas inicialmente na Lei Orçamentária Anual 2006, ficou entre 80% e 100% do previsto.

Em média, a execução física das ações totalizou 96%, atingindo os resultados esperados e contribuindo ao desempenho apresentado pelo Programa Finalístico do STJ. Ressalte-se que, para o cálculo dessa média, se excluíram as ações Implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Implantação de Sistema de Uniformização e Padronização de Rotinas Processuais, que não apresentaram execução física em função da alocação total de seus recursos para atender contingenciamento e crédito suplementares.

Os recursos orçamentários executados foram considerados insuficientes, em primeiro lugar, devido à edição da LOA 2006, que não conservou a totalidade dos recursos inicialmente contemplados no Projeto de Lei Orçamentária. Em segundo lugar, porque, no decorrer do exercício, fatores como a limitação de empenho dificultaram ainda mais o desempenho da execução, comprometendo em parte as metas previamente estabelecidas.

Houve um comprometimento significativo do fluxo de execução dos recursos, tendo em vista o descontingenciamento de recursos no mês de dezembro e a aprovação dos créditos suplementares, que ocorreram apenas na segunda metade do mês de dezembro. Nesse momento, já não se dispunha de tempo hábil para realizar parte da programação. A dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais dificultou o remanejamento de crédito com recursos dados em cancelamento, haja vista que os créditos solicitados em abril somente foram atendidos no final do ano.

A quantidade de recursos humanos nas equipes executoras foi considerada inadequada, uma vez que o número de processos distribuídos no STJ é crescente, demandando uma maior estrutura de recursos humanos. Soma-se a esse fator a rotatividade alta de servidores que, aprovados em outros concursos, deixam de prestar serviços ao Tribunal.

O Sistema de Informações Gerencias e Planejamento (SIGPlan) é o mecanismo usado no monitoramento do desempenho físico das ações no qual, mensalmente, é feito o registro das informações repassadas pelas unidades administrativas.

O Tribunal mantém projetos de aproximação da sociedade (principalmente, da juventude e da terceira idade) às atividades desenvolvidas no STJ, a exemplo do Projeto Museu-Escola, que difunde a História do Poder Judiciário Brasileiro junto a jovens estudantes. Cite-se também o Projeto Despertar Vocacional, que tem por finalidade auxiliar os jovens na escolha profissional por meio do contato com os profissionais de formação jurídica atuantes no STJ.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio de sua Ouvidoria-Geral, mantida como instrumento de conscientização da sociedade acerca do papel do STJ, tendo como canais de acesso formulários eletrônicos, correio eletrônico, 0800, carta, fax e atendimento pessoal. Em 2006, a Ouvidoria-Geral atendeu mais de 11.000 manifestações.

A participação social permite às várias unidades do órgão, por meio de elogios, críticas e sugestões, aperfeiçoarem suas atividades, contribuindo, dessa forma, para melhorar a consecução dos resultados do Programa.

A satisfação dos beneficiários é mensurada por meio de pesquisa, disponibilizada no sítio do Tribunal, em caráter permanente, com o intuito de captar a opinião do cidadão no tocante aos serviços prestados e identificar pontos e aspectos que permitam seu aperfeiçoamento. Com mais de 374 mil respondentes, a pesquisa apresentou um grau de satisfação de cerca de 70%.

**RECOMENDAÇÕES**

- O STJ deve criar novas ações, não necessariamente vinculadas às metas específicas do Programa Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça, a fim de melhor detalhar a alocação de recursos com despesas específicas, relacionadas à manutenção, à recuperação e à modernização das instalações do STJ.

# PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA

## OBJETIVO

Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União.

## PÚBLICO-ALVO

Sociedade.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

| | | |
|---|---|---|
| Autorizado (LOA + Créditos): R$ 6.283.040.434,00 | Empenho Liquidado: | R$ 6.238.871.017,00 |
| | Pago Estatais: | - |
| | Total: | R$ 6.238.871.017,00 |
| Previsto não-orçamentário | Realizado não-orçamentário | |
| - | - | |

## INDICADORES

### 1. TAXA DE PROCESSO SOLUCIONADOS

**Unidade de medida:** %
**Índice apurado em 2006:** 48,67
**Índice previsto ao final do PPA:** 62,6

**A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média
O índice apurado em 2006 ficou abaixo do índice de referência, sendo necessário maior esforço para atingir o índice final.

O índice de 48,67 refere-se à média dos índices apurados em toda a Justiça do Trabalho. Nas três instâncias, isoladamente, a taxa de processos solucionados em 2006 apresentou o seguinte comportamento: 1ª Instância, 39%; 2ª Instância, 71%; Última Instância, 36%.

### 2. NÚMERO DE PROCESSOS POR MAGISTRADO

**Unidade de medida:** unidade
**Índice apurado em 2006:** 4.998,33
**Índice previsto ao final do PPA:** 1.790

**A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** Média

Considerando a grande quantidade de processos que tramitam na 3ª instância em relação ao reduzido número de magistrados, a viabilidade de alcance do indicador é baixa.

O índice de 4.998,33 processos por magistrado refere-se à média dos índices apurados em toda a Justiça do Trabalho.

Nas três instâncias, isoladamente, esse número apresentou o seguinte comportamento no exercício de 2006: 1ª Instância, 912 ; 2ª Instância, 509; e Última Instância, 13.574 processos.

**3. PRAZO MÉDIO DE CONCLUSÃO DA AÇÃO TRABALHISTA**

**Unidade de medida:** dias
**Índice apurado em 2006:** 768,17
**Índice previsto ao final do PPA:** -

**A viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA:** -

Não há parâmetros de avaliação, ou seja, índice de referência e índice projetado para o final do PPA 2007. O prazo médio apurado foi 768,17 dias no âmbito da 1ª instância.

O índice apurado refere-se a reclamações trabalhistas que tramitaram por rito ordinário no âmbito da 1ª instância trabalhista (Varas do Trabalho). O prazo médio de conclusão de ação trabalhista no rito sumaríssimo, em 2006, foi de 371,7 dias. Esse prazo corresponde à soma dos prazos de 1ª audiência, instrução, prolação de sentença, liquidação e execução.

**CONTEXTUALIZAÇÃO**

O considerável crescimento da demanda processual trabalhista, que autuou mais de 20 milhões de processos na última década, impõe à Justiça do Trabalho um intenso esforço no sentido de racionalizar, dar celeridade e efetividade à tramitação e julgamento das causas trabalhistas. Para tanto, torna-se imprescindível dotar o órgão de ações que possibilitem:

a) modernizar o seu parque de informática, buscando-se a criação de um sistema integrado de gestão da informação jurisdicional em todo País;
b) implantar varas em Municípios-pólos de desenvolvimento que apresentam demanda trabalhista crescente, bem como interiorizar suas ações, permitindo o acesso dos jurisdicionados nos mais distantes pontos do Território Nacional;
c) modernizar e ampliar a estrutura física, mediante reforma e construção de novas sedes trabalhistas.

**PRINCIPAIS RESULTADOS**

• Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - ação finalística que visa a constante

otimização e celeridade processual. O grande volume processual observado nos últimos anos torna visível a magnitude da ação governamental com significativo impacto social traduzido nos números apresentados;

• Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicinal na Justiça do Trabalho (E-Jus), infraestrutura de instalações físicas, programas e equipamentos, para atender à política de centralização do processamento e armazenamento de dados, comunicação e segurança, substituição e aquisição de novos equipamentos de informática e aquisição de *hardwares* e *softwares*;

• Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho:

a) manutenção, reforma e ampliação de diversos edifícios-sede de varas e fórum trabalhistas;
b) adaptação de diversas Varas do Trabalho, visando o acesso a pessoas com deficiência física;
c) melhoria da gestão e do atendimento à população, tendo como resultado o funcionamento das instâncias trabalhistas em condições adequadas e seguras;
d) padronização do mobiliário, atendendo aos princípios de ergonomia e racionalização dos espaços prediais;
e) conclusão do Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, sede construída com 96.000 m² de execução física;
f) elaboração de projetos de construção e/ou ampliação de edifícios-sede de TRTs e Varas do Trabalho em diversas cidades;
g) contemplação, em 2006, de 76 ações no Programa Prestação Jurisdicional Trabalhista, sendo 11 atividades, 64 projetos e quatro operações especiais;
h) viabilização do funcionamento das instâncias trabalhistas em condições adequadas de segurança, propiciando o atendimento aos jurisdicionados com presteza e qualidade, em ações que buscaram racionalizar, dar celeridade e efetividade à tramitação e ao julgamento das causas trabalhistas.

**DESEMPENHO DO PROGRAMA**

A Justiça do Trabalho alcançou a meta prevista para 2006. Em levantamento junto às unidades orçamentárias, obtiveram-se as seguintes informações:

a) alcance acima da meta inicialmente prevista em 4% dos Tribunais;
b) alcance da meta inicialmente estabelecida em 88% dos Tribunais;
c) meta atingida abaixo do inicialmente previsto em 8% dos Tribunais.

De forma geral, a execução física realizada foi entre 80% e 100% da meta prevista na LOA 2006.

A execução orçamentária foi considerada suficiente por 80% dos TRTs e insuficiente por 20%. Dentre os que consideraram os recursos insuficientes, foram ressaltadas, por ordem de prioridade, a dificuldade em licitar e celebrar contratos, o contingenciamento orçamentário e o atraso na liberação dos recursos.

Os recursos orçamentários foram liberados ao longo do exercício de 2006 em fluxo compatível com a programação. Contudo, 12% dos Tribunais do Trabalho consideraram que o fluxo de liberação de recursos sofreu descontinuidade, com prejuízo na execução física programada.

Com relação à quantidade de recursos humanos nas equipes executoras:

a) 72% dos tribunais assinalaram que possuem equipe qualificada, porém, com quantidade inadequada;
b) 20% alegaram quantidade adequada e equipe qualificada;
c) 4% alegaram quantidade adequada e qualificação insuficiente;
d) 4% alegaram quantidade inadequada e qualificação insuficiente.

As principais restrições apresentadas, em ordem de importância declarada pelos tribunais, foram:

a) dificuldades em licitações e celebração de contratos;
b) contingenciamento orçamentário;
c) atraso na liberação de recursos;
d) dificuldade de obtenção de créditos orçamentários adicionais;
e) conflitos decorrentes de outras políticas setoriais, inclusive entre esferas de poder ou entre esferas de governo;
f) inadequação e/ou inexistência de norma legal.

O atraso na liberação de recursos e as dificuldades na realização de processo licitatório e de contratação dificultaram sobremaneira o planejamento para a liberação de recursos financeiros para as Ações Modernização das Instalações da Justiça do Trabalho e Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho. Em decorrência, registrou-se atraso na execução destes projetos, com a conseqüente inscrição de grande parte dos recursos em restos a pagar para 2007.

Durante o exercício de 2006, o Setorial da Justiça do Trabalho (Gerência do Programa) e os executores (Coordenadores de Ação das Unidades Orçamentárias) mantiveram comunicação constante, por meio de contatos telefônicos e elaboração de manual de procedimentos, visando ao melhor desempenho na execução das metas físicas e financeiras.

A Ação Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho alocou recursos para adaptação de instalações e prédios a fim de melhor atender ao cidadão com necessidades especiais, contemplando temas transversais de políticas sociais.

No âmbito da gerência, existem mecanismos de monitoramento sobre o desempenho físico das ações tais como:

a) reuniões de trabalho, periódicas, entre o gerente do Programa e os diversos coordenadores de ação quando do surgimento de quaisquer problemas e/ou necessidades na execução das ações que compõem o Programa;

b) sistemas informatizados implantados com o objetivo de atender às demandas das ações finalísticas do Programa por meio da Ação Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho. Atualmente são utilizados, pelo gerente e sua equipe, os sistemas: Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR), SIDORNet, Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e o próprio Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (SIGPlan), com o intuito de monitorar os dados inseridos pelos coordenadores das ações.

O Programa possui mecanismos que promovem a participação social por meio da Ouvidoria de cada unidade e das audiências públicas promovidas pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que se constituem em canal de comunicação do cidadão com os Jurisdicionados.

**RECOMENDAÇÕES**

• Recomenda-se o mapeamento e a priorização das obras estratégicas com monitoramento intensivo de sua execução física e financeira uma vez que existe restrições orçamentárias e contingenciamento de recursos durante o exercício fiscal a que o órgão está sujeito.

**Ministério do Planejamento**

www.planejamento.gov.br
avaliacaoppa@planejamento.gov.br